PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DE MATO GROSSO

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso - Ano XXXII - Cuiabá/MT
DISPONIBILIZADO na Quarta-Feira, 18 de Dezembro de 2019 - Edição nº 10642

ASSINADO DIGITALMENTE TJMT DJE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Des. Carlos Alberto Alves da Rocha
Presidente

Desa. Maria Helena Gargaglione Póvoas
Vice-Presidente

Des. Luiz Ferreira da Silva
Corregedor-Geral

SUUM CUIQUE TRIBUERE

ESTRUTURA TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO

TRIBUNAL PLENO

Reunir-se-á mediante convocação do Presidente do Tribunal

Des. Carlos Alberto Alves da Rocha - Presidente
Des. Orlando de Almeida Perri
Des. Rubens de Oliveira Santos Filho
Des. Paulo da Cunha
Des. Juvenal Pereira da Silva
Des. Sebastião de Moraes Filho
Des. Márcio Vidal
Des. Rui Ramos Ribeiro
Des. Guiomar Teodoro Borges
Desa. Maria Helena Gargaglione Póvoas
Des. Luiz Ferreira da Silva
Desa. Clarice Claudino da Silva
Des. Alberto Ferreira de Souza
Desa. Maria Erotides Kneip
Des. Marcos Machado
Des. Dirceu dos Santos
Des. Luiz Carlos da Costa
Des. João Ferreira Filho
Des. Pedro Sakamoto
Desa. Marilsen Andrade Addário
Des. Rondon Bassil Dower Filho
Desa. Maria Aparecida Ribeiro
Des. José Zuquim Nogueira
Desa. Serly Marcondes Alves
Des. Sebastião Barbosa Farias
Des. Gilberto Giraldelli
Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho
Desa. Antônia Siqueira Gonçalves
Desa. Helena Maria Bezerra Ramos
Des. Mário Roberto Kono de Oliveira

ÓRGÃO ESPECIAL
Sessões: 2ª - Quinta-feira do mês - 14:00
Matéria Judiciária - Plenário 01
Sessões: 4ª - Quinta-feira do mês - 14:00
Matéria Administrativa - Plenário 01
Des. Carlos Alberto Alves da Rocha - Presidente
Des. Orlando de Almeida Perri
Des. Paulo da Cunha
Des. Juvenal Pereira da Silva
Des. Márcio Vidal
Des. Rui Ramos Ribeiro
Desa. Maria Helena Gargaglione Póvoas
Des. Luiz Ferreira da Silva
Desa. Clarice Claudino da Silva
Desa. Maria Erotides Kneip
Des. Marcos Machado
Des. João Ferreira Filho
Des. Rondon Bassil Dower Filho

CONSELHO DA MAGISTRATURA
Sessões: 4ª- Segunda-Feira do mês - 9:00
Des. Carlos Alberto Alves da Rocha - Presidente
Desa. Maria Helena Gargaglione Póvoas
Des. Luiz Ferreira da Silva

PRIMEIRA TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PRIVADO
Sessões: 1ª - Quinta-feira do mês
Plenário 01 - 14:00
Des. Sebastião de Moraes Filho - Presidente
Desa. Clarice Claudino da Silva
Des. João Ferreira Filho
Desa. Marilsen Andrade Addário
Des. Sebastião Barbosa Farias
Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho

SEGUNDA TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PRIVADO
Sessões: 1ª - Quinta-feira do mês
Plenário 03 - 8:30
Des. Rubens de Oliveira Santos Filho - Presidente
Des. Guiomar Teodoro Borges
Des. Dirceu dos Santos
Des. José Zuquim Nogueira
Desa. Serly Marcondes Alves
Desa. Antônia Siqueira Gonçalves

TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
Sessões: 1º Quintas-feiras do mês
Plenário 04 - 14:00
Des. Márcio Vidal - Presidente
Desa. Maria Erotides Kneip
Des. Luiz Carlos da Costa
Desa. Maria Aparecida Ribeiro
Desa. Helena Maria Bezerra Ramos
Des. Mário Roberto Kono de Oliveira

TURMA DE CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS
Sessões: 1ª - Quinta-feira do mês
Plenário 02 - 14:00
Des. Orlando de Almeida Perri - Presidente
Des. Paulo da Cunha
Des. Juvenal Pereira da Silva
Des. Rui Ramos Ribeiro
Des. Alberto Ferreira de Souza
Des. Marcos Machado
Des. Pedro Sakamoto
Des. Rondon Bassil Dower Filho
Des. Gilberto Giraldelli

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO
Sessões: Terças-feiras - Plenário 01 - 14:00
Des. João Ferreira Filho - Presidente
Des. Sebastião Barbosa Farias
Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO
Sessões: Quartas-feiras - Plenário 02 - 8:30
Des. Sebastião de Moraes Filho - Presidente
Desa. Clarice Claudino da Silva
Desa. Marilsen Andrade Addário

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO
Sessões: Quartas-feiras - Plenário 01 - 14:00
Des. Dirceu dos Santos - Presidente.
Des. José Zuquim Nogueira
Desa. Antônia Siqueira Gonçalves

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO
Sessões: Quartas-feiras - Plenário 03 - 8:30
Des. Rubens de Oliveira Santos Filho - Presidente
Des. Guiomar Teodoro Borges
Desa. Serly Marcondes Alves

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
Sessões: Segundas-feiras - Plenário 04 - 14:00
Des. Márcio Vidal - Presidente
Desa. Maria Erotides Kneip
Desa. Helena Maria Bezerra Ramos

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
Sessões: Terças-feiras - Plenário 03 - 14:00
Des.Luiz Carlos da Costa - Presidente.
Desa. Maria Aparecida Ribeiro
Des. Mario Roberto Kono de Oliveira

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
Sessões: Terças-feiras - Plenário 04 - 14:00
Des. Orlando de Almeida Perri - Presidente
Des. Paulo da Cunha
Des. Marcos Machado

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL
Sessões: Quartas-feiras - Plenário 04 - 14:00
Des. Rui Ramos Ribeiro - Presidente
Des. Alberto Ferreira de Souza
Des. Pedro Sakamoto

TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
Sessões: Quartas-feiras - Plenário 03 - 14:00
Des. Juvenal Pereira da Silva - Presidente
Des. Rondon Bassil Dower Filho
Des. Gilberto Giraldelli

SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
Sessões: 3ª Quinta-feira do mês - 9:00
Plenário 02
Des. Márcio Vidal - Presidente.
Desa. Maria Erotides Kneip
Des. Luiz Carlos da Costa
Desa. Marilsen Andrade Addário
Desa. Maria Aparecida Ribeiro
Desa. Serly Marcondes Alves
Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho
Desa. Antônia Siqueira Gonçalves
Desa. Helena Maria Bezerra Ramos
Des. Mário Roberto Kono de Oliveira

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO
Sessões: 3ª Quinta-feira do mês - 14:00
Plenário 01
Des. Rubens de Oliveira Santos Filho - Presidente
Des. Sebastião de Moraes Filho
Des. Guiomar Teodoro Borges
Desa. Clarice Claudino da Silva
Des. Dirceu dos Santos
Des. João Ferreira Filho
Desa. Marilsen Andrade Addário
Des. José Zuquim Nogueira
Desa. Serly Marcondes Alves
Des. Sebastião Barbosa Farias
Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho
Desa. Antônia Siqueira Gonçalves

Índice

TRIBUNAL DE JUSTIÇA **3**
Presidência **3**
Escola dos Servidores do Poder Judiciário de MT 14
Tribunal Pleno 14
Órgão Especial 14
Conselho da Magistratura 16

Vice Presidência **17**
Secretaria Auxiliar da Vice-Presidência 40

Corregedoria-Geral da Justiça **41**
Departamento de Orientação e Fiscalização - DOF 41
Departamento de Orientação e Fiscalização - DOF 41
Diretoria Geral 43
Coordenadoria de Magistrados 43

Coordenadoria Judiciária **43**
Departamento Judiciário Auxiliar 43
Primeira Câmara de Direito Privado 43
Segunda Câmara de Direito Privado 58
Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo 66
Segunda Câmara de Direito Público e Coletivo 84
Terceira Câmara de Direito Privado 100
Quarta Câmara de Direito Privado 108
Primeira Turma de Câmaras Cíveis Reunidas de Direito Privado 117
Segunda Turma de Câmaras Cíveis Reunidas de Direito Privado 118
Turma de Câmaras Cíveis Reunidas de Direito Público e Coletivo 118
Primeira Câmara Criminal 120
Segunda Câmara Criminal 124
Terceira Câmara Criminal 130
Turma de Câmaras Criminais Reunidas 134
Secretaria de Câmara Especial 134
Seção de Direito Privado 134
Seção de Direito Público e Coletivo 136

Coordenadoria de Recursos Humanos **137**
Coordenadoria Administrativa **139**
Departamento Administrativo **139**
Supervisão dos Juizados Especiais **139**
Turma Recursal Única 139

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Presidência

Intimação

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 1018449-45.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JORGE MIRANDA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TENARESSA APARECIDA ARAUJO DELLA LIBERA OAB - MT7031-A (ADVOGADO)
ALE ARFUX JUNIOR OAB - MT6843-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 1018449-45.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: JORGE MIRANDA DA SILVA DEVEDOR:REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, O Departamento Auxiliar da Presidência certifica que foram cumpridas as exigências constantes nos artigos 266 e 267 do RITJ/MT e na Resolução n. 115/2010-CNJ. Desse modo, instruído o requisitório com as peças necessárias ao regular processamento, determino ao devedor que proceda à inclusão em seu orçamento do PR acima identificado, no valor de R$ 48.593,86 (quarenta e oito mil quinhentos e noventa e três reais e oitenta e seis centavos), nos termos e para os fins colimados no art. 100/CF. Inclua-se este PR na ordem cronológica de apresentação, observada a inscrição no TJMT e a natureza do crédito. Em conformidade com os princípios da efetividade, concentração de atos e economia processual, a diligência para obter informações inerentes a eventual pagamento administrativo sobre o mesmo título será materializada na ocasião do pagamento. De igual forma, em prestígio aos princípios da economia e celeridade processual, inclusive recomendação do Conselho Nacional de Justiça, cópia desta decisão substituirá o ofício requisitório. Por fim, por prudência e cautela, determino ao DAP as seguintes providências: 1) Certificar se o título extrajudicial (Certidão expedida pela SAD/MT, que embasou a execução) está incluído naqueles que são objeto de suspensão de pagamento por ordem judicial proferida no Juízo da Vara de Ação Civil Pública e Ação Popular da Comarca de Cuiabá; 2) Certificar se o credor consta nos processos COLETIVOS originários (descritos no título executivo extrajudicial/ certidão de crédito); bem como se referidos autos estão com andamento regular, ou em caso negativo, especificar o motivo da paralisação, assim como, se houve pagamento, cessão parcial ou integral do crédito; 3) Certificar nos precatórios COLETIVOS originários (descritos no título executivo extrajudicial/certidão de crédito), a formação individualizada deste requisitório em favor do credor. Inexistindo inconsistências, certifique-se e aguarde-se o pagamento com rigorosa observância à ordem cronológica de apresentação referente aqueles de sua natureza e em conformidade com o disposto na Constituição Federal. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JUNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0080039-74.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ELVIRA MARIA DA CONCEICAO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EMERSON CORDEIRO SILVA OAB - MT11163-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0080039-74.2018.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: ELVIRA MARIA DA CONCEICAO DEVEDOR:REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Vistos, Por intermédio do Ofício n. 1260/2019 (fls. 149/150) o juízo da Primeira Vara Especializada da Fazenda Pública de Rondonópolis/MT, solicita ao cancelamento deste precatório, conforme decisão proferida nos autos da execução. Pois bem, diante da solicitação feita pelo juízo da execução, escorada na expedição equivocada do ofício requisitório, DETERMINO o CANCELAMENTO deste precatório, devendo ser promovida a sua baixa da ordem cronológica de pagamento do devedor. Intimem-se as partes e o juízo solicitante. Após, arquive-se com as baixas necessárias. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Gestor de Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0052131-08.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MARTA DOS SANTOS MIRANDA DE ARAUJO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JESUS VIEIRA DE OLIVEIRA OAB - MT9309-A (ADVOGADO)
ANDRE OVELAR OAB - MT8342-O (ADVOGADO)
JOSUE AMBROSIO RIBEIRO OAB - MT8784 (ADVOGADO)
ANDREA ANGELA VICARI OAB - MT8914 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0001-44 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0052131-08.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: MARTA DOS SANTOS MIRANDA DE ARAUJO DEVEDOR:REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de Precatório Requisitório, de natureza alimentar, originário de Execução promovida por MARTA DOS SANTOS MIRANDA DE ARAÚJO contra o ESTADO DE MATO GROSSO. À fl. 58, o Departamento Auxiliar da Presidência certifica que foram cumpridas as exigências constantes nos artigos 266 e 267 do RITJ/MT e na Resolução n. 115/2010-CNJ. Desse modo, determino ao devedor que proceda à inclusão em seu orçamento do PR acima identificado, no valor de R$ 16.670,43 (dezesseis mil seiscentos e setenta reais e quarenta e três centavos), nos termos e para os fins colimados no art. 100/CF. Inclua-se este PR na ordem cronológica de apresentação, observada a inscrição no TJMT e a natureza do crédito. Em conformidade com os princípios da efetividade, concentração de atos e economia processual, a diligência para obter informações inerentes a eventual existência de pagamento administrativo sobre o mesmo título será materializada na ocasião do pagamento. De igual forma, em prestígio aos princípios da economia e celeridade processual, inclusive recomendação do Conselho Nacional de Justiça, cópia desta decisão substituirá o ofício requisitório. Cumpridas as formalidades, aguarde-se pagamento, obedecendo à ordem cronológica de apresentação. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0060221-05.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
SERGIO STAMATO FILHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO TAUIL ADOLFO OAB - MT8208-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0001-44 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0060221-05.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: SERGIO STAMATO FILHO DEVEDOR:REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de Precatório Requisitório, de natureza alimentar, expedido em nome de SERGIO STAMATO FILHO em desfavor da Fazenda Pública Estadual. À fl. 71, o Departamento Auxiliar da Presidência certifica que foram cumpridas as exigências constantes nos artigos 266 e 267 do RITJ/MT e na Resolução n. 115/2010-CNJ. Desse modo, determino ao devedor que proceda à inclusão em seu orçamento do PR acima identificado, no valor de R$ 63.779,42 (sessenta e três mil setecentos e setenta e nove reais e quarenta e dois centavos), nos termos e para os fins colimados no art. 100/CF. Inclua-se este PR na ordem cronológica de apresentação, observada a inscrição no TJMT e a natureza do crédito. Em conformidade com os princípios da efetividade, concentração de atos e economia processual, a diligência para obter informações inerentes a

eventual existência de pagamento administrativo sobre o mesmo título será materializada na ocasião do pagamento. De igual forma, em prestígio aos princípios da economia e celeridade processual, inclusive recomendação do Conselho Nacional de Justiça, cópia desta decisão substituirá o ofício requisitório. Cumpridas as formalidades, aguarde-se pagamento, obedecendo à ordem cronológica de apresentação. Defiro ainda a habilitação requerida à fl. 72. Proceda o DAP às anotações necessárias. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Gestor de Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0054471-22.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
NEURI ALVES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIA NIEDERLE OAB - MT10458-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0001-44 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0054471-22.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: NEURI ALVES DA SILVA DEVEDOR:REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de Precatório Requisitório, de natureza alimentar, expedido em nome de NEURI ALVES DA SILVA em desfavor da Fazenda Pública Estadual. À fl. 44, o Departamento Auxiliar da Presidência certifica que foram cumpridas as exigências constantes nos artigos 266 e 267 do RITJ/MT e na Resolução n. 115/2010-CNJ. Desse modo, determino ao devedor que proceda à inclusão em seu orçamento do PR acima identificado, no valor de R$ 27.402,35 (vinte e sete mil quatrocentos e dois reais e trinta e cinco centavos), nos termos e para os fins colimados no art. 100/CF. Inclua-se este PR na ordem cronológica de apresentação, observada a inscrição no TJMT e a natureza do crédito. Contrato de Honorários (fls. 36/37) deverá ser observado quando da quitação do crédito principal, para a devida dedução. Em conformidade com os princípios da efetividade, concentração de atos e economia processual, a diligência para obter informações inerentes a eventual existência de pagamento administrativo sobre o mesmo título será materializada na ocasião do pagamento. De igual forma, em prestígio aos princípios da economia e celeridade processual, inclusive recomendação do Conselho Nacional de Justiça, cópia desta decisão substituirá o ofício requisitório. Cumpridas as formalidades, aguarde-se pagamento, obedecendo à ordem cronológica de apresentação. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Gestor de Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0119508-35.2015.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ISMAEL PAES DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE APARECIDO MARTINS JUNIOR OAB - MT12375 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE NOVA BRASILANDIA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE NOVA BRASILANDIA OAB - 15.023.963/0001-88 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0119508-35.2015.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: ISMAEL PAES DE OLIVEIRA DEVEDOR:REQUERIDO: MUNICIPIO DE NOVA BRASILANDIA REPRESENTANTE: MUNICIPIO DE NOVA BRASILANDIA Vistos, O pedido de destaque dos honorários contratuais, formulado na petição de ID 24706962 deve ser indeferido, ante a falta de previsão legal para sua realização após a expedição do precatório, conforme estabelecido na Resolução n. 115/2010, do CNJ, e também no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil: Art. 5º O juiz da execução informará no precatório os seguintes dados, constantes do processo: (...) § 2º Se o advogado quiser destacar do montante da condenação o que lhe couber por força de honorários contratuais, na forma disciplinada pelo art. 22 da Lei nº 8.906/1994, deverá juntar aos autos o respectivo contrato antes da apresentação do precatório ao Tribunal. (Resolução n. 115/2010 do CNJ) Art. 22. A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionados, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência. (...) § 4º Se o advogado fizer juntar aos autos o seu contrato de honorários antes de expedir-se o mandado de levantamento ou precatório, o juiz deve determinar que lhe sejam pagos diretamente, por dedução da quantia a ser recebida pelo constituinte, salvo se este provar que já os pagou. (Lei n. 8.906/1994). A jurisprudência do E. STJ tem se posicionado nesse mesmo sentido: PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. MORTE DA OUTORGANTE NO CURSO DA AÇÃO. NECESSIDADE DE REGULARIZAÇÃO PROCESSUAL. HABILITAÇÃO DO ESPÓLIO OU DE SEUS SUCESSORES. INEXISTÊNCIA. LEVANTAMENTO DOS HONORÁRIOS CONTRATUAIS DEVIDOS PELA FALECIDA. CONTRATO DE HONORÁRIOS APRESENTADOS APÓS A EXPEDIÇÃO DO PRECATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO. 1. O Tribunal a quo consignou: "a apresentação do contrato deve ocorrer antes da expedição do precatório para que possa ser destacada a parcela referente aos honorários contratuais, motivo por que incabível a pretensão dos agravantes. E assim se faz para que os herdeiros tenham ciência dos atos processuais de forma a possibilitar a regularidade da dedução do crédito relativo aos honorários advocatícios contratuais celebrados anteriormente com a extinta parte, assegurando-se eventual impugnação." 2. É assente a jurisprudência do STJ no sentido de que a apresentação do contrato de honorários advocatícios deve ocorrer antes da expedição do precatório para que possa ser destacada a parcela referente aos honorários contratuais. 3. Nesse contexto, alterar as conclusões adotadas pela Corte de origem, como defendido nas razões recursais, demanda novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em Recurso Especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ. 4. Recurso Especial não conhecido. (REsp 1796951/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/03/2019, DJe 22/04/2019) O fato de ter havido a revogação do mandato, não torna possível receber o pedido do advogado que subscreve a petição referida, pois o fato ocorreu após a expedição do precatório e o contrato já deveria ter sido juntado perante o juízo da execução, juntamente com o pedido de destaque. Diante disso, INDEFIRO o pedido de destaque dos honorários contratuais. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0065310-09.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
IRENE DOS SANTOS ANTUNES MACIEL (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE GUILHERME JUNIOR OAB - MT2615-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0001-44 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0065310-09.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: IRENE DOS SANTOS ANTUNES MACIEL DEVEDOR:REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de Precatório Requisitório, de natureza alimentar, originário de Ação ajuizada por IRENE DOS SANTOS ANTUNES MACIEL em desfavor da Fazenda Pública Estadual. À fl. 142, o Departamento Auxiliar da Presidência certifica que foram cumpridas as exigências constantes nos artigos 266 e 267 do RITJ/MT e na Resolução n. 115/2010-CNJ. Desse modo, determino ao devedor que proceda à inclusão em seu orçamento do PR acima identificado, no valor de R$ 64.916,39 (sessenta e quatro mil novecentos e dezesseis reais e trinta e nove centavos), nos termos e para os fins colimados no art. 100/CF. Inclua-se este PR na ordem cronológica de apresentação, observada a inscrição no TJMT e a natureza do crédito. Em conformidade com os princípios da efetividade, concentração de atos e economia processual, a diligência para obter informações inerentes a eventual existência de pagamento administrativo sobre o mesmo título será materializada na ocasião do pagamento. De igual forma, em prestígio aos princípios da

economia e celeridade processual, inclusive recomendação do Conselho Nacional de Justiça, cópia desta decisão substituirá o ofício requisitório. Cumpridas as formalidades, aguarde-se pagamento, obedecendo à ordem cronológica de apresentação. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Gestor de Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0056190-39.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE ANTONIO DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO REUS BIASI OAB - MT3478-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0001-44 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0056190-39.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: JOSE ANTONIO DOS SANTOS DEVEDOR:REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de Precatório Requisitório, de natureza alimentar, originário de Ação ajuizada por José Antonio dos Santos em desfavor da Fazenda Pública Estadual. À fl. 56, o Departamento Auxiliar da Presidência certifica que foram cumpridas as exigências constantes nos artigos 266 e 267 do RITJ/MT e na Resolução n. 115/2010-CNJ. Desse modo, determino ao devedor que proceda à inclusão em seu orçamento do PR acima identificado, no valor de R$ 181.984,72 (cento e oitenta e um mil novecentos e oitenta e quatro reais e setenta e dois centavos), nos termos e para os fins colimados no art. 100/CF. Inclua-se este PR na ordem cronológica de apresentação, observada a inscrição no TJMT e a natureza do crédito. Contrato de Honorários (fl. 52) deverá ser observado quando da quitação do crédito principal, para a devida dedução. Em conformidade com os princípios da efetividade, concentração de atos e economia processual, a diligência para obter informações inerentes a eventual existência de pagamento administrativo sobre o mesmo título será materializada na ocasião do pagamento. De igual forma, em prestígio aos princípios da economia e celeridade processual, inclusive recomendação do Conselho Nacional de Justiça, cópia desta decisão substituirá o ofício requisitório. Cumpridas as formalidades, aguarde-se pagamento, obedecendo à ordem cronológica de apresentação. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Gestor de Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0056470-10.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE MARIA MARIANO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO RICARDO MOREIRA OAB - MT7881-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0001-44 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0056470-10.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: JOSE MARIA MARIANO DEVEDOR:REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de Precatório Requisitório, de natureza alimentar, expedido em benefício de José Maria Mariano em desfavor da Fazenda Pública Estadual. À fl. 134, o Departamento Auxiliar da Presidência certifica que foram cumpridas as exigências constantes nos artigos 266 e 267 do RITJ/MT e na Resolução n. 115/2010-CNJ. Desse modo, determino ao devedor que proceda à inclusão em seu orçamento do PR acima identificado, no valor de R$ 33.724,11 (trinta e três mil setecentos e vinte e quatro reais e onze centavos), nos termos e para os fins colimados no art. 100/CF. Inclua-se este PR na ordem cronológica de apresentação, observada a inscrição no TJMT e a natureza do crédito. Em conformidade com os princípios da efetividade, concentração de atos e economia processual, a diligência para obter informações inerentes a eventual existência de pagamento administrativo sobre o mesmo título será materializada na ocasião do pagamento. De igual forma, em prestígio aos princípios da economia e celeridade processual, inclusive recomendação do Conselho Nacional de Justiça, cópia desta decisão substituirá o ofício requisitório. Cumpridas as formalidades, aguarde-se pagamento, obedecendo à ordem cronológica de apresentação. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios

Intimação Classe: CNJ-499 REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR
Processo Número: 0041170-81.2014.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
TATHIANA PITALUGA MOREIRA DE CASTRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TATHIANA PITALUGA MOREIRA DE CASTRO OAB - GO19883-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE CAMPINAPOLIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE CAMPINAPOLIS OAB - 00.965.152/0001-29 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0041170-81.2014.8.11.0000 CLASSE: REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR (1266) ASSUNTO: [Requisição de Pequeno Valor - RPV] CREDOR:REQUERENTE: TATHIANA PITALUGA MOREIRA DE CASTRO DEVEDOR:REQUERIDO: MUNICIPIO DE CAMPINAPOLIS REPRESENTANTE: MUNICIPIO DE CAMPINAPOLIS Vistos, Em conformidade com o artigo 535, §3º, II, do CPC, a competência para o processamento e o pagamento das requisições de pequeno valor é do juízo da execução. No mesmo sentido, o Conselho Nacional de Justiça, por ocasião da Inspeção realizada neste Tribunal (Portaria n. 14, de 26/03/2018) asseverou que a RPV deve tramitar no órgão judicial no qual se processou a execução. Desse modo, ante a perda de competência da Central de Conciliação dos Precatórios do Tribunal de Justiça para análise e apreciação de RPV, aliado ao contido na certidão ID 22400956, determino a remessa dos autos ao Juízo Requisitante. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 1018987-26.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LUCAS RAFAEL ALVES DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELSON REZENDE DE OLIVEIRA OAB - MT12452-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 1018987-26.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: LUCAS RAFAEL ALVES DE SOUZA DEVEDOR:REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de Precatório Requisitório, de natureza comum, originário de Ação ajuizada por Lucas Rafael Alves de Souza em desfavor da Fazenda Pública Estadual. À fl. 104, o Departamento Auxiliar da Presidência certifica que foram cumpridas as exigências constantes nos artigos 266 e 267 do RITJ/MT e na Resolução n. 115/2010-CNJ. Desse modo, determino ao devedor que proceda à inclusão em seu orçamento do PR acima identificado, no valor de R$ 85.018,82 (oitenta e cinco mil e dezoito reais e oitenta e dois centavos), nos termos e para os fins colimados no art. 100/CF. Inclua-se este PR na ordem cronológica de apresentação, observada a inscrição no TJMT e a natureza do crédito. Contrato de Honorários (fl. 96) deverá ser observado quando da quitação do crédito principal, para a devida dedução. Em conformidade com os princípios da efetividade, concentração de atos e economia processual, a diligência para obter informações inerentes a eventual existência de pagamento administrativo sobre o mesmo título será materializada na ocasião do pagamento. De igual forma, em prestígio aos princípios da economia e celeridade processual, inclusive recomendação do Conselho Nacional de Justiça, cópia desta decisão substituirá o ofício requisitório. Cumpridas as formalidades, aguarde-se pagamento, obedecendo à ordem cronológica de apresentação. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e

Gestor de Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 1018989-93.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
RICARDO JESUS DE CASTRO LIMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TRIANA CAMPANA MICHELIS OAB - MT5277-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE CACERES (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 1018989-93.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: RICARDO JESUS DE CASTRO LIMA DEVEDOR:REQUERIDO: MUNICIPIO DE CACERES Vistos, O Departamento Auxiliar da Presidência certifica que foram cumpridas as exigências constantes nos artigos 266 e 267 do RITJ/MT e na Resolução n. 115/2010-CNJ. Desse modo, instruído o requisitório com as peças necessárias ao regular processamento, determino ao devedor que proceda à inclusão em seu orçamento do PR acima identificado, no valor de R$ 13.486,30 (treze mil quatrocentos e oitenta e seis reais e trinta centavos), nos termos e para os fins colimados no art. 100/CF. Inclua-se este PR na ordem cronológica de apresentação, observada a inscrição no TJMT e a natureza do crédito. Em conformidade com os princípios da efetividade, concentração de atos e economia processual, a diligência para obter informações inerentes a eventual pagamento administrativo sobre o mesmo título será materializada na ocasião do pagamento. De igual forma, em prestígio aos princípios da economia e celeridade processual, inclusive recomendação do Conselho Nacional de Justiça, cópia desta decisão substituirá o ofício requisitório. Cumpridas as formalidades, aguarde-se pagamento, obedecendo à ordem cronológica de apresentação. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 1018985-56.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MARINES PEREIRA FRANCO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ PAULO GONSALVES DE REZENDE OAB - MT6272-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 1018985-56.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: MARINES PEREIRA FRANCO DEVEDOR:REQUERIDO: MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS Vistos, O Departamento Auxiliar da Presidência certifica que foram cumpridas as exigências constantes nos artigos 266 e 267 do RITJ/MT e na Resolução n. 115/2010-CNJ. Instruído o requisitório com as peças necessárias ao regular processamento, determino ao devedor que proceda à inclusão em seu orçamento do PR acima identificado, no valor de R$ 28.860,75 (vinte e oito mil oitocentos e sessenta reais e setenta e cinco centavos), nos termos e para os fins colimados no art. 100/CF. Inclua-se este PR na ordem cronológica de apresentação, observada a inscrição no TJMT e a natureza do crédito. Contrato de honorários advocatícios deverá er observado quando da materialização do pagamento. Em conformidade com os princípios da efetividade, concentração de atos e economia processual, a diligência para obter informações inerentes a eventual pagamento administrativo sobre o mesmo título será materializada na ocasião do pagamento. De igual forma, em prestígio aos princípios da economia e celeridade processual, inclusive recomendação do Conselho Nacional de Justiça, cópia desta decisão substituirá o ofício requisitório. Cumpridas as formalidades, aguarde-se pagamento, obedecendo à ordem cronológica de apresentação. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0034903-20.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
FUNDACAO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WILLIAN CEZAR NONATO DA COSTA OAB - MT12985-A (ADVOGADO)
FUNDACAO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 01.367.770/0001-30 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS OAB - 03.439.239/0001-50 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0034903-20.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: FUNDACAO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO REPRESENTANTE: FUNDACAO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO DEVEDOR:REQUERIDO: MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS REPRESENTANTE: MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS Vistos, Em resposta às providências acautelatórias, o juízo requisitante ratificou o valor deste Precatório conforme teor do ofício nº 1011/2019 (id 26733462), onde encaminhou cópia da decisão id 26733462 que retificou decisão de f. 169, em que foi determinada a requisição do pagamento constando o valor d R$ 26.533,01...dos autos originários, para constar o valor de R$ 292.393,77 (duzentos e noventa e dois mil trezentos e noventa e três reais e setenta e sete centavos), conforme consta no Precatório Requisitório. Desse modo, determino ao devedor que proceda à inclusão em seu orçamento do PR acima identificado, no valor de R$ 292.393,77 (duzentos e noventa e dois mil trezentos e noventa e três reais e setenta e sete centavos), nos termos e para os fins colimados no art. 100/CF. Inclua-se este PR na ordem cronológica de apresentação, observada a inscrição no TJMT e a natureza do crédito. Em conformidade com os princípios da efetividade, concentração de atos e economia processual, a diligência para obter informações inerentes a eventual pagamento administrativo sobre o mesmo título será materializada na ocasião do pagamento. De igual forma, em prestígio aos princípios da economia e celeridade processual, inclusive recomendação do Conselho Nacional de Justiça, cópia desta decisão substituirá o ofício requisitório. Cumpridas as formalidades, aguarde-se pagamento, obedecendo à ordem cronológica de apresentação. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0055931-44.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ISMAEL NEVES ASSUNCAO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FAUSTO DEL CLARO JUNIOR OAB - MT11843-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0001-44 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0055931-44.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: ISMAEL NEVES ASSUNCAO DEVEDOR:REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de Precatório Requisitório, de natureza alimentar, originário de Ação ajuizada por Ismael Neves Assunção em desfavor da Fazenda Pública Estadual. À fl. 54, o Departamento Auxiliar da Presidência certifica que foram cumpridas as exigências constantes nos artigos 266 e 267 do RITJ/MT e na Resolução n. 115/2010-CNJ. Desse modo, determino ao devedor que proceda à inclusão em seu orçamento do PR acima identificado, no valor de R$ 19.488,47 (dezenove mil quatrocentos e oitenta e oito reais e quarenta e sete centavos), nos termos e para os fins colimados no art. 100/CF. Inclua-se este PR na ordem cronológica de apresentação, observada a inscrição no TJMT e a natureza do crédito. Em conformidade com os princípios da efetividade, concentração de atos e economia processual, a diligência para obter informações inerentes a eventual existência de pagamento administrativo sobre o mesmo título será materializada na ocasião do pagamento. De igual forma, em prestígio aos princípios da economia e celeridade processual, inclusive recomendação do Conselho Nacional de Justiça, cópia desta decisão substituirá o ofício

requisitório. Cumpridas as formalidades, aguarde-se pagamento, obedecendo à ordem cronológica de apresentação. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Gestor de Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0058790-33.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MARILDA SUELY GOMES ALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARILDA SUELY GOMES ALVES OAB - MT4041-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0001-44 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0058790-33.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: MARILDA SUELY GOMES ALVES DEVEDOR:REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de Precatório Requisitório, de natureza alimentar, originário de Ação ajuizada por Marilda Suely Gomes Alves em desfavor da Fazenda Pública Estadual. À fl. 118, o Departamento Auxiliar da Presidência certifica que foram cumpridas as exigências constantes nos artigos 266 e 267 do RITJ/MT e na Resolução n. 115/2010-CNJ. Desse modo, determino ao devedor que proceda à inclusão em seu orçamento do PR acima identificado, no valor de R$ 534.054,88 (quinhentos e trinta e quatro mil e cinquenta e quatro reais e oitenta e oito centavos), nos termos e para os fins colimados no art. 100/CF. Inclua-se este PR na ordem cronológica de apresentação, observada a inscrição no TJMT e a natureza do crédito. Em conformidade com os princípios da efetividade, concentração de atos e economia processual, a diligência para obter informações inerentes a eventual existência de pagamento administrativo sobre o mesmo título será materializada na ocasião do pagamento. De igual forma, em prestígio aos princípios da economia e celeridade processual, inclusive recomendação do Conselho Nacional de Justiça, cópia desta decisão substituirá o ofício requisitório. Cumpridas as formalidades, aguarde-se pagamento, obedecendo à ordem cronológica de apresentação. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0067101-13.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CELINA SUELI DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA CAROLINA RONDON PESSOA DOS SANTOS OAB - MT8700-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0001-44 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0067101-13.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: CELINA SUELI DA SILVA DEVEDOR:REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de Precatório Requisitório, de natureza alimentar, originário de Ação ajuizada por Celina Sueli da Silva em desfavor da Fazenda Pública Estadual. À fl. 37, o Departamento Auxiliar da Presidência certifica que foram cumpridas as exigências constantes nos artigos 266 e 267 do RITJ/MT e na Resolução n. 115/2010-CNJ. Desse modo, determino ao devedor que proceda à inclusão em seu orçamento do PR acima identificado, no valor de R$ 52.353,88 (cinquenta e dois mil trezentos e cinquenta e três reais e oitenta e oito centavos), nos termos e para os fins colimados no art. 100/CF. Inclua-se este PR na ordem cronológica de apresentação, observada a inscrição no TJMT e a natureza do crédito. Em conformidade com os princípios da efetividade, concentração de atos e economia processual, a diligência para obter informações inerentes a eventual existência de pagamento administrativo sobre o mesmo título será materializada na ocasião do pagamento. De igual forma, em prestígio aos princípios da economia e celeridade processual, inclusive recomendação do Conselho Nacional de Justiça, cópia desta decisão substituirá o ofício requisitório. Cumpridas as formalidades, aguarde-se pagamento, obedecendo à ordem cronológica de apresentação. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Gestor de Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0056181-77.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LINDAURA CARVALHO DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DIOGO DE OLIVEIRA DA CRUZ OAB - MT16377-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0001-44 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0056181-77.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: LINDAURA CARVALHO DE SOUZA DEVEDOR:REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de Precatório Requisitório, de natureza alimentar, originário de Ação ajuizada por LINDAURA CARVALHO DE SOUZA em desfavor da Fazenda Pública Estadual. À fl. 89, o Departamento Auxiliar da Presidência certifica que foram cumpridas as exigências constantes nos artigos 266 e 267 do RITJ/MT e na Resolução n. 115/2010-CNJ. Desse modo, determino ao devedor que proceda à inclusão em seu orçamento do PR acima identificado, no valor de R$ 41.836,82 (quarenta e um oitocentos e trinta e seis reais e oitenta e dois centavos), nos termos e para os fins colimados no art. 100/CF. Inclua-se este PR na ordem cronológica de apresentação, observada a inscrição no TJMT e a natureza do crédito. Em conformidade com os princípios da efetividade, concentração de atos e economia processual, a diligência para obter informações inerentes a eventual existência de pagamento administrativo sobre o mesmo título será materializada na ocasião do pagamento. De igual forma, em prestígio aos princípios da economia e celeridade processual, inclusive recomendação do Conselho Nacional de Justiça, cópia desta decisão substituirá o ofício requisitório. Cumpridas as formalidades, aguarde-se pagamento, obedecendo à ordem cronológica de apresentação. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Gestor de Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0071190-79.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DANIEL RODRIGUES DA COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TANIA MARIA FERREIRA DE FREITAS OAB - TO380-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0001-44 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0071190-79.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: DANIEL RODRIGUES DA COSTA DEVEDOR:REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de Precatório Requisitório expedido em favor de Daniel Rodrigues da Costa contra a Fazenda Pública Estadual. Às fls. 66 e seguintes, a credora juntou o contrato de honorários, e requereu assim o destaque no percentual de 30% (relativo a honorários contratuais) do crédito principal. É a síntese. Decido. Conforme dispõe a Súmula Vinculante 47 do STF, o art. 22, § 4º da Lei nº 8.906/94 e o art. 5º, § 2º da Resolução nº 115 do CNJ, é direito do advogado juntar contrato de prestação de serviços advocatícios para destacamento da importância correspondente na ocasião do pagamento, porém as referidas normas exigem que tal procedimento seja levado a cabo perante o Juízo da Execução: Lei nº 8.906/94: Art. 22. A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionados, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência. (...) § 4º Se o

advogado fizer juntar aos autos o seu contrato de honorários antes de expedir-se o mandado de levantamento ou precatório, o juiz deve determinar que lhe sejam pagos diretamente, por dedução da quantia a ser recebida pelo constituinte, salvo se este provar que já os pagou. Resolução nº 115 do CNJ: Art. 5º (...) § 2º Se o advogado quiser destacar do montante da condenação o que lhe couber por força de honorários contratuais, na forma disciplinada pelo art. 22 da Lei nº 8.906/1994, deverá juntar aos autos o respectivo contrato antes da apresentação do precatório ao Tribunal. No mesmo sentir, a Portaria nº 528/2019-GAB, de 15 de abril de 2019 dispôs que: Art. 22. Caso o advogado pretenda destacar do montante da condenação o que lhe couber por força de honorários contratuais, deverá juntar aos autos o respectivo contrato e requerer a reserva perante o Juiz da Execução antes da apresentação do precatório ao Tribunal, na forma disciplinada pelo art. 22, §4º da Lei nº 8.906/1994. §1º. O destaque de honorários contratuais não transforma em alimentar um crédito comum, nem altera a modalidade de requisição de precatório para requisição de pequeno valor. §2º. Havendo destaque de honorários contratuais, os valores do credor originário e do advogado deverão ser solicitados na mesma requisição, em campo próprio, ou por outro meio que permita a vinculação. §3º. Fica vedada a reserva de honorários contratuais após a expedição do precatório. Assim, o pedido de destaque dos honorários contratuais formulado deve ser indeferido ante a falta de previsão legal para sua realização após a expedição do precatório. A jurisprudência do E. STJ tem se posicionado nesse mesmo sentido: PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. MORTE DA OUTORGANTE NO CURSO DA AÇÃO. NECESSIDADE DE REGULARIZAÇÃO PROCESSUAL. HABILITAÇÃO DO ESPÓLIO OU DE SEUS SUCESSORES. INEXISTÊNCIA. LEVANTAMENTO DOS HONORÁRIOS CONTRATUAIS DEVIDOS PELA FALECIDA. CONTRATO DE HONORÁRIOS APRESENTADOS APÓS A EXPEDIÇÃO DO PRECATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO. 1. O Tribunal a quo consignou: "a apresentação do contrato deve ocorrer antes da expedição do precatório para que possa ser destacada a parcela referente aos honorários contratuais, motivo por que incabível a pretensão dos agravantes. E assim se faz para que os herdeiros tenham ciência dos atos processuais de forma a possibilitar a regularidade da dedução do crédito relativo aos honorários advocatícios contratuais celebrados anteriormente com a extinta parte, assegurando-se eventual impugnação." 2. É assente a jurisprudência do STJ no sentido de que a apresentação do contrato de honorários advocatícios deve ocorrer antes da expedição do precatório para que possa ser destacada a parcela referente aos honorários contratuais. 3. Nesse contexto, alterar as conclusões adotadas pela Corte de origem, como defendido nas razões recursais, demanda novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em Recurso Especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ. 4. Recurso Especial não conhecido. (REsp 1796951/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/03/2019, DJe 22/04/2019) Diante disso, INDEFIRO o pedido de destaque dos honorários contratuais de fl. 67. Intimem-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JUNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Gestor de Precatórios

Intimação Classe: CNJ-499 REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR
Processo Número: 0105689-31.2015.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
SIDEVALDO BISPO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEANDRA ARAUJO OLIVEIRA OAB - MT9747-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE AGUA BOA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE AGUA BOA OAB - 15.023.898/0001-90 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0105689-31.2015.8.11.0000 CLASSE: REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR (1266) ASSUNTO: [Requisição de Pequeno Valor - RPV] CREDOR:REQUERENTE: SIDEVALDO BISPO DEVEDOR:REQUERIDO: MUNICIPIO DE AGUA BOA REPRESENTANTE: MUNICIPIO DE AGUA BOA Vistos, Em conformidade com o artigo 535, §3º, II, do CPC, a competência para o processamento e o pagamento das requisições de pequeno valor é do juízo da execução. No mesmo sentido, o Conselho Nacional de Justiça, por ocasião da Inspeção realizada neste Tribunal (Portaria n. 14, de 26/03/2018) asseverou que a RPV deve tramitar no órgão judicial no qual se processou a execução. Desse modo, ante a perda de competência da Central de Conciliação dos Precatórios do Tribunal de Justiça para análise e apreciação de RPV, aliado ao contido nas certidões ID 22195966 e ID 24808996, determino a remessa dos autos ao Juízo Requisitante. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0053036-13.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
VAINER ORMINDO PEIXOTO FILHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JAIRO GEHM OAB - MT16063-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS OAB - 03.439.239/0001-50 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0053036-13.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: VAINER ORMINDO PEIXOTO FILHO DEVEDOR:REQUERIDO: MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS REPRESENTANTE: MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS Vistos, etc. Em resposta às providências acautelatórias, o juízo requisitante retificou o valor deste Precatório conforme teor do ofício nº 1177/2019 (id 26546978), onde informou que o valor do crédito a ser requisitado em favor de VAINER ORMINDO PEIXOTO FILHO deve ser alterado. Portanto, em cumprimento ao teor do ofício expedido pelo Juízo requisitante, retifico o valor deste Precatório para a importância de R$ 100.582,28 (cem mil quinhentos e oitenta e dois reais e vinte e oito centavos). Desse modo, determino ao devedor que proceda à inclusão em seu orçamento do PR acima identificado, no valor de R$ 100.582,28 (cem mil quinhentos e oitenta e dois reais e vinte e oito centavos), nos termos e para os fins colimados no art. 100/CF. Inclua-se este PR na ordem cronológica de apresentação, observada a inscrição no TJMT e a natureza do crédito. Em conformidade com os princípios da efetividade, concentração de atos e economia processual, a diligência para obter informações inerentes a eventual pagamento administrativo sobre o mesmo título será materializada na ocasião do pagamento. De igual forma, em prestígio aos princípios da economia e celeridade processual, inclusive recomendação do Conselho Nacional de Justiça, cópia desta decisão substituirá o ofício requisitório. Cumpridas as formalidades, aguarde-se pagamento, obedecendo à ordem cronológica de apresentação. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 1018974-27.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
GILMAR ALVES DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FRANCO ARIEL BIZARELLO DOS SANTOS OAB - MT7557-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 1018974-27.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: GILMAR ALVES DE OLIVEIRA DEVEDOR:REQUERIDO: MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA Vistos, etc. Trata-se de Precatório Requisitório, de natureza alimentar, originário de Ação ajuizada por Gilmar Alves de Oliveira em desfavor da Fazenda Pública Municipal de Tangará da Serra. À fl. 35, o Departamento Auxiliar da Presidência certifica que foram cumpridas as exigências constantes nos artigos 266 e 267 do RITJ/MT e na Resolução n. 115/2010-CNJ. Desse modo, determino ao devedor que proceda à inclusão em seu orçamento do PR acima identificado, no valor de R$ 34.767,73 (trinta e quatro mil setecentos e sessenta e sete reais e setenta e três centavos), nos termos e para os fins colimados no art. 100/CF. Inclua-se este PR na ordem cronológica de apresentação, observada a inscrição no TJMT e a natureza do crédito. Em conformidade com os princípios da efetividade, concentração de atos e economia processual, a diligência para obter informações inerentes a eventual existência de pagamento

administrativo sobre o mesmo título será materializada na ocasião do pagamento. De igual forma, em prestígio aos princípios da economia e celeridade processual, inclusive recomendação do Conselho Nacional de Justiça, cópia desta decisão substituirá o ofício requisitório. Cumpridas as formalidades, aguarde-se pagamento, obedecendo à ordem cronológica de apresentação. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Gestor de Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 1018977-79.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ILMAR SALES MIRANDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ILMAR SALES MIRANDA OAB - MT5388-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE RONDONOPOLIS (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 1018977-79.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: ILMAR SALES MIRANDA DEVEDOR:REQUERIDO: MUNICIPIO DE RONDONOPOLIS Vistos, etc. Trata-se de Precatório Requisitório, de natureza alimentar, originário de Ação ajuizada por Ilmar Sales Miranda em desfavor da Fazenda Pública Municipal de Rondonópolis. À fl. 76, o Departamento Auxiliar da Presidência certifica que foram cumpridas as exigências constantes nos artigos 266 e 267 do RITJ/MT e na Resolução n. 115/2010-CNJ. Desse modo, determino ao devedor que proceda à inclusão em seu orçamento do PR acima identificado, no valor de R$ 50.707,91 (cinquenta mil setecentos e sete reais e noventa e um centavos), nos termos e para os fins colimados no art. 100/CF. Inclua-se este PR na ordem cronológica de apresentação, observada a inscrição no TJMT e a natureza do crédito. Em conformidade com os princípios da efetividade, concentração de atos e economia processual, a diligência para obter informações inerentes a eventual existência de pagamento administrativo sobre o mesmo título será materializada na ocasião do pagamento. De igual forma, em prestígio aos princípios da economia e celeridade processual, inclusive recomendação do Conselho Nacional de Justiça, cópia desta decisão substituirá o ofício requisitório. Cumpridas as formalidades, aguarde-se pagamento, obedecendo à ordem cronológica de apresentação. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Gestor de Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 1018984-71.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA ROSELY TRINDADE PINTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CINTIA DOS ARBUES NERY DA SILVA OAB - MT9923-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE PONTAL DO ARAGUAIA (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 1018984-71.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: MARIA ROSELY TRINDADE PINTO DEVEDOR:REQUERIDO: MUNICIPIO DE PONTAL DO ARAGUAIA Vistos, etc. Trata-se de Precatório Requisitório, de natureza alimentar, originário de Ação ajuizada por Maria Rosely Trindade Pinto em desfavor da Fazenda Pública Municipal de Pontal do Araguaia. À fl. 50, o Departamento Auxiliar da Presidência certifica que foram cumpridas as exigências constantes nos artigos 266 e 267 do RITJ/MT e na Resolução n. 115/2010-CNJ. Desse modo, determino ao devedor que proceda à inclusão em seu orçamento do PR acima identificado, no valor de R$ 11.149,73 (onze mil cento e quarenta e nove reais e setenta e três centavos), nos termos e para os fins colimados no art. 100/CF. Inclua-se este PR na ordem cronológica de apresentação, observada a inscrição no TJMT e a natureza do crédito. Em conformidade com os princípios da efetividade, concentração de atos e economia processual, a diligência para obter informações inerentes a eventual existência de pagamento administrativo sobre o mesmo título será materializada na ocasião do pagamento. De igual forma, em prestígio aos princípios da economia e celeridade processual, inclusive recomendação do Conselho Nacional de Justiça, cópia desta decisão substituirá o ofício requisitório. Cumpridas as formalidades, aguarde-se pagamento, obedecendo à ordem cronológica de apresentação. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Gestor de Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 1018973-42.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
SIMONE PEREIRA ROCHA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALVARO ADALBERTO MACIEL CARNEIRO OAB - MT8697-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
FUNDACAO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 1018973-42.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: SIMONE PEREIRA ROCHA DEVEDOR:REQUERIDO: FUNDACAO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, O Departamento Auxiliar da Presidência certifica que foram cumpridas as exigências constantes nos artigos 266 e 267 do RITJ/MT e na Resolução n. 115/2010-CNJ. Desse modo, instruído o requisitório com as peças necessárias ao regular processamento, determino ao devedor que proceda à inclusão em seu orçamento do PR acima identificado, no valor de R$ 79.045,40 (setenta e nove mil e quarenta e cinco reais e quarenta centavos), nos termos e para os fins colimados no art. 100/CF. Inclua-se este PR na ordem cronológica de apresentação, observada a inscrição no TJMT e a natureza do crédito. Em conformidade com os princípios da efetividade, concentração de atos e economia processual, a diligência para obter informações inerentes a eventual compensação e/ou pagamento administrativo sobre o mesmo título será materializada na ocasião do pagamento. De igual forma, em prestígio aos princípios da economia e celeridade processual, inclusive recomendação do Conselho Nacional de Justiça, cópia desta decisão substituirá o ofício requisitório. Cumpridas as formalidades, aguarde-se pagamento, obedecendo à ordem cronológica de apresentação. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0031543-77.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
GERSON ROZENDO DE ARRUDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANGELICA RODRIGUES MACIEL OAB - MT10862-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE ALTO PARAGUAI (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE ALTO PARAGUAI OAB - 03.648.532/0001-28 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0031543-77.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: GERSON ROZENDO DE ARRUDA DEVEDOR:REQUERIDO: MUNICIPIO DE ALTO PARAGUAI REPRESENTANTE: MUNICIPIO DE ALTO PARAGUAI Vistos, Em resposta às providências acautelatórias, o juízo requisitante retificou o valor deste Precatório conforme teor do ofício nº 791/2019 (id 26550471), onde informou que o valor do crédito a ser requisitado em favor de GERSON ROZENDO DE ARRUDA deve ser alterado. Portanto, em cumprimento ao teor do ofício expedido pelo Juízo requisitante, retifico o valor deste Precatório para a importância de R$ 18.764,08 (dezoito mil setecentos e sessenta e quatro reais e oito centavos). Desse modo, determino ao devedor que proceda à inclusão em seu orçamento do PR acima identificado, no valor de R$ 18.764,08 (dezoito mil setecentos e sessenta e quatro reais e oito centavos), nos termos e para os fins colimados no art. 100/CF. Inclua-se este PR na ordem cronológica de apresentação, observada a inscrição no TJMT e a natureza do crédito. Em conformidade com os princípios da efetividade, concentração de atos e economia processual, a diligência para obter informações inerentes a eventual pagamento administrativo sobre o mesmo título será materializada na ocasião do pagamento. De igual forma, em prestígio aos princípios da economia e celeridade processual, inclusive recomendação do Conselho Nacional de Justiça, cópia desta decisão substituirá o ofício requisitório.

Cumpridas as formalidades, aguarde-se pagamento, obedecendo à ordem cronológica de apresentação. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 1018983-86.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
HIRVING DA SILVA MEDRADO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PABLO CARVALHO DE FREITAS OAB - GO17934-O (ADVOGADO)
WESLEY EDUARDO DA SILVA OAB - MT13617-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 1018983-86.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: HIRVING DA SILVA MEDRADO DEVEDOR:REQUERIDO: MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS Vistos, O Departamento Auxiliar da Presidência certifica que foram cumpridas as exigências constantes nos artigos 266 e 267 do RITJ/MT e na Resolução n. 115/2010-CNJ. Instruído o requisitório com as peças necessárias ao regular processamento, determino ao devedor que proceda à inclusão em seu orçamento do PR acima identificado, no valor de R$ 16.836,93 (dezesseis mil oitocentos e trinta e seis reais e noventa e três centavos), nos termos e para os fins colimados no art. 100/CF. Inclua-se este PR na ordem cronológica de apresentação, observada a inscrição no TJMT e a natureza do crédito. Em conformidade com os princípios da efetividade, concentração de atos e economia processual, a diligência para obter informações inerentes a eventual pagamento administrativo sobre o mesmo título será materializada na ocasião do pagamento. De igual forma, em prestígio aos princípios da economia e celeridade processual, inclusive recomendação do Conselho Nacional de Justiça, cópia desta decisão substituirá o ofício requisitório. Cumpridas as formalidades, aguarde-se pagamento, obedecendo à ordem cronológica de apresentação. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 1018967-35.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
SYLVIA DA CONCEICAO FERREIRA CASTELO BRANCO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MILTON VIZINI CORREA JUNIOR OAB - MT3076-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 1018967-35.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: SYLVIA DA CONCEICAO FERREIRA CASTELO BRANCO DEVEDOR:REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de Precatório Requisitório, de natureza alimentar, originário de Ação ajuizada por Sylvia da Conceição Ferreira Castelo Branco em desfavor da Fazenda Pública Estadual. À fl. 89, o Departamento Auxiliar da Presidência certifica que foram cumpridas as exigências constantes nos artigos 266 e 267 do RITJ/MT e na Resolução n. 115/2010-CNJ. Desse modo, determino ao devedor que proceda à inclusão em seu orçamento do PR acima identificado, no valor de R$ 197.378,57 (cento e noventa e sete mil trezentos e setenta e oito reais e cinquenta e sete centavos), nos termos e para os fins colimados no art. 100/CF. Inclua-se este PR na ordem cronológica de apresentação, observada a inscrição no TJMT e a natureza do crédito. Em conformidade com os princípios da efetividade, concentração de atos e economia processual, a diligência para obter informações inerentes a eventual existência de pagamento administrativo sobre o mesmo título será materializada na ocasião do pagamento. De igual forma, em prestígio aos princípios da economia e celeridade processual, inclusive recomendação do Conselho Nacional de Justiça, cópia desta decisão substituirá o ofício requisitório. Cumpridas as formalidades, aguarde-se pagamento, obedecendo à ordem cronológica de apresentação. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 1018986-41.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
OMAR ANTONIO THOMAS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ PAULO GONSALVES DE REZENDE OAB - MT6272-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 1018986-41.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: OMAR ANTONIO THOMAS DEVEDOR:REQUERIDO: MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS Vistos, O Departamento Auxiliar da Presidência certifica que foram cumpridas as exigências constantes nos artigos 266 e 267 do RITJ/MT e na Resolução n. 115/2010-CNJ. Instruído o requisitório com as peças necessárias ao regular processamento, determino ao devedor que proceda à inclusão em seu orçamento do PR acima identificado, no valor de R$ 53.895,46 (cinquenta e três mil oitocentos e noventa e cinco reais e quarenta e seis centavos), nos termos e para os fins colimados no art. 100/CF. Inclua-se este PR na ordem cronológica de apresentação, observada a inscrição no TJMT e a natureza do crédito. Em conformidade com os princípios da efetividade, concentração de atos e economia processual, a diligência para obter informações inerentes a eventual pagamento administrativo sobre o mesmo título será materializada na ocasião do pagamento. De igual forma, em prestígio aos princípios da economia e celeridade processual, inclusive recomendação do Conselho Nacional de Justiça, cópia desta decisão substituirá o ofício requisitório. Cumpridas as formalidades, aguarde-se pagamento, obedecendo à ordem cronológica de apresentação. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios

Intimação Classe: CNJ-499 REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR
Processo Número: 0114871-07.2016.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JOENIL GUSMAO ALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CELSO ALVES PINHO OAB - MT12709-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0001-44 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0114871-07.2016.8.11.0000 CLASSE: REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR (1266) ASSUNTO: [Requisição de Pequeno Valor - RPV] CREDOR:REQUERENTE: JOENIL GUSMAO ALVES DEVEDOR:REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO REPRESENTANTE: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Intime-se o advogado Celso Alves Pinho a se manifestar sobre a certidão de ID 10019495 no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JUNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Gestor de Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0086670-34.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CLAUDIOMAR FURRIEL DIAS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DECIO JOSE TESSARO OAB - MT3162-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0001-44 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0086670-34.2018.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: CLAUDIOMAR FURRIEL DIAS DEVEDOR:REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO REPRESENTANTE: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Ao credor para que se manifeste, em 05 (cinco) dias, sobre os cálculos de ID

15494994. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JUNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Gestor de Precatórios

Intimação Classe: CNJ-499 REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR
Processo Número: 0084905-67.2014.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JORGE KAUPATEZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IGNEZ MARIA MENDES LINHARES XAVIER OAB - MT4979-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE CHAPADA DOS GUIMARAES (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE CHAPADA DOS GUIMARAES OAB - 03.507.530/0001-19 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0084905-67.2014.8.11.0000 CLASSE: REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR (1266) ASSUNTO: [Requisição de Pequeno Valor - RPV] CREDOR:REQUERENTE: JORGE KAUPATEZ DEVEDOR:REQUERIDO: MUNICIPIO DE CHAPADA DOS GUIMARAES REPRESENTANTE: MUNICIPIO DE CHAPADA DOS GUIMARAES Vistos, etc. Trata-se de RPV expedida em favor de JORGE KAUPATEZ contra o Município de CHAPADA DOS GUIMARÃES, com certificação de pagamento direto ao credor e ausência de processos na ordem cronológica de RPV da Fazenda Pública Municipal. Ante a ausência de comprovante de pagamento, foi determinada a intimação do credor para se manifestar sobre a notícia de quitação integral desta RPV. Intimado, o credor se manteve inerte (ID 26650489). Nestas condições, muito embora a quitação deste requisitório não tenha obedecido à regra estabelecida no art. 100, § 6º da CF, certificada a inexistência de preterição e/ou prejuízo à ordem cronológica dos requisitórios (ID 21685994), determino o arquivamento desta RPV, nos termos do art. 270, § 2º do RI/TJMT c/c art. 3º da Portaria nº 08/2017. Comunique-se ao Juízo Requisitante. Cumpra-se. Às providências. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JUNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Gestor de Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0079583-27.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZA SANTOS DO NASCIMENTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA SONIA ALVES OAB - MT3593-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0001-44 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0079583-27.2018.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: LUIZA SANTOS DO NASCIMENTO DEVEDOR:REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO REPRESENTANTE: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Na certidão id 28291479 o departamento competente informou Impossibilidade de dar prosseguimento de materialização de pagamento da parcela relativa a prioridade constitucional, tendo em vista que os dados bancários apresentados divergem da credora principal Nestas condições, determino a intimação da credora, por meio de sua advogada para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar informes bancários de titularidade da credora para recebimento do crédito preferencial. Considerando o deferimento de acordo quanto à verba advocatícia contratual realizado em juízo (id 25170074), defiro o pleito id 25169959, determinando a observação quanto ao destacamento de honorários contratuais quando da materialização do crédito principal. Cumpra-se. Intime-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JUNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Gestor de Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 1018982-04.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA IRACEMA DE MORAES ABREU (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JESUS VIEIRA DE OLIVEIRA OAB - MT9309-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 1018982-04.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: MARIA IRACEMA DE MORAES ABREU DEVEDOR:REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de Precatório Requisitório, de natureza alimentar, expedido em nome de Maria Iracema de Moraes Abreu em desfavor da Fazenda Pública Estadual. À fl. 166, o Departamento Auxiliar da Presidência certifica que foram cumpridas as exigências constantes nos artigos 266 e 267 do RITJ/MT e na Resolução n. 115/2010-CNJ. Desse modo, determino ao devedor que proceda à inclusão em seu orçamento do PR acima identificado, no valor de R$ 72.512,19 (setenta e dois mil quinhentos e doze reais e dezenove centavos), nos termos e para os fins colimados no art. 100/CF. Inclua-se este PR na ordem cronológica de apresentação, observada a inscrição no TJMT e a natureza do crédito. Contrato de Honorários (fl. 156) deverá ser observado quando da quitação do crédito principal, para a devida dedução. Em conformidade com os princípios da efetividade, concentração de atos e economia processual, a diligência para obter informações inerentes a eventual existência de pagamento administrativo sobre o mesmo título será materializada na ocasião do pagamento. De igual forma, em prestígio aos princípios da economia e celeridade processual, inclusive recomendação do Conselho Nacional de Justiça, cópia desta decisão substituirá o ofício requisitório. Cumpridas as formalidades, aguarde-se pagamento, obedecendo à ordem cronológica de apresentação. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Gestor de Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0042916-76.2017.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LUZIA DE OLIVEIRA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONALDO MARTINS FRAGA OAB - MT13513-O (ADVOGADO)
EDUARDO FERNANDES FIDELIS OAB - MT20681-O (ADVOGADO)
MARIA SONIA ALVES OAB - MT3593-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0001-44 (REPRESENTANTE)

De ordem do Exmo. Sr. Dr. AGAMENON ALCANTARA MORENO JUNIOR, Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios, intimo para manifestação da Fazenda Pública em relação à eventual processo de compensação ou pagamento administrativo sobre o valor requisitado, bem como, manifestação das partes sobre o último cálculo de atualização do valor devido e a checagem dos dados pessoais e bancários do credor e de seu advogado, em caso de existência de honorários contratuais, sob pena de anuência e concordância tácita.

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0058791-18.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MARILDA SUELY GOMES ALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARILDA SUELY GOMES ALVES OAB - MT4041-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0001-44 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0058791-18.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: MARILDA SUELY GOMES ALVES DEVEDOR:REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de Precatório Requisitório, de natureza alimentar, expedido em benefício de Marilda Suely Gomes Alves em desfavor da Fazenda Pública Estadual. À fl. 86, o Departamento Auxiliar da Presidência certifica que foram cumpridas as exigências constantes nos artigos 266 e 267 do RITJ/MT e na Resolução n. 115/2010-CNJ. Desse modo, determino

ao devedor que proceda à inclusão em seu orçamento do PR acima identificado, no valor de R$ 42.724,39 (quarenta e dois mil setecentos e vinte e quatro reais e trinta e nove centavos), nos termos e para os fins colimados no art. 100/CF. Inclua-se este PR na ordem cronológica de apresentação, observada a inscrição no TJMT e a natureza do crédito. Em conformidade com os princípios da efetividade, concentração de atos e economia processual, a diligência para obter informações inerentes a eventual existência de pagamento administrativo sobre o mesmo título será materializada na ocasião do pagamento. De igual forma, em prestígio aos princípios da economia e celeridade processual, inclusive recomendação do Conselho Nacional de Justiça, cópia desta decisão substituirá o ofício requisitório. Cumpridas as formalidades, aguarde-se pagamento, obedecendo à ordem cronológica de apresentação. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Gestor de Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0003526-36.2016.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CONFRAN - CONSTRUCAO CIVIL LTDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MILTON CHAVES LIRA OAB - MT6330-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE CACERES (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE CACERES OAB - 03.214.145/0001-83 (REPRESENTANTE)

Intimação do inteiro teor do despacho.

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0100760-18.2016.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LUIS FERNANDO PEREIRA RAMOS ARANTES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA OAB - MT4032-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0001-44 (REPRESENTANTE)

Para ciência da quitação dos autos.

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0029617-32.2017.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ENISON BISPO BARBOZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALTAIR BALIEIRO OAB - MT13946-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0001-44 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0029617-32.2017.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: ENISON BISPO BARBOZA DEVEDOR:REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Diante da consulta de fl. 101, determino que se oficie ao Juízo Requisitante, via malote digital ou outro meio igualmente eficaz, para, que no prazo de 10 (dez) dias, faça juntar aos autos a conta de liquidação ou demonstrativo do débito, em atenção ao RI/TJMT e/ou, se for o caso retifique o valor requisitado. Intime-se. Cumpra-se com as certificações necessárias. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JUNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0033348-65.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
SOLANGE RIBEIRO GOMES SOARES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DAIVID RAFAEL DOS SANTOS SILVA OAB - MT16557-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE SINOP (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE SINOP OAB - 15.024.003/0001-32 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0033348-65.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: SOLANGE RIBEIRO GOMES SOARES DEVEDOR:REQUERIDO: MUNICIPIO DE SINOP Vistos, etc. Trata-se de Precatório Requisitório, de natureza alimentar, expedido em nome de Solange Ribeiro Gomes Soares. Diante da divergência verificada entre o valor requisitado e os cálculos que acompanharam o ofício, determinei que o Juízo Requisitante promovesse as retificações necessárias. Em manifestação e documentos juntados às fls. 73 e seguintes o Juízo Requisitante retificou o valor, conforme ofício requisitório de fl. 86 para fazer constar o valor de R$ 120.281,54 (cento e vinte mil duzentos e oitenta e um reais e cinquenta e quatro centavos, sendo que deste valor, a importância de R$ 119.074,63 (cento e dezenove mil e setenta e quatro reais e sessenta e três centavos) refere-se à parte autora (...) e o valor restante, qual seja, R$ 1.206,91 (um mil duzentos e seus reais e noventa e um centavos) referem-se a honorários contratuais. O juízo indicou ainda os dados bancários da credora e do advogado. Pois bem, promovida a retificação, intimem-se as partes da mesma, nos termos e para os fins colimados no art. 100/CF. O destaque de honorários contratuais feito pelo Juízo da execução deverá ser observado quando do pagamento. Superada a questão da retificação, devolvo ao DAP para regular processamento. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JUNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Gestor de Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0089167-94.2013.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ROSELMAR VICENTE DE LIMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROSELMAR VICENTE DE LIMA OAB - GO9780 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS OAB - 03.439.239/0001-50 (REPRESENTANTE)

De ordem do Exmo. Sr. Dr. AGAMENON ALCANTARA MORENO JUNIOR, Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios, intimo para manifestação da Fazenda Pública em relação à eventual processo de compensação ou pagamento administrativo sobre o valor requisitado, bem como, manifestação das partes sobre o último cálculo de atualização do valor devido e a checagem dos dados pessoais e bancários do credor e de seu advogado, em caso de existência de honorários contratuais, sob pena de anuência e concordância tácita.

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0030034-82.2017.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
IRACEMA ARRUDA OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RUSSIVELT PAES DA CUNHA OAB - MT12487-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0001-44 (REPRESENTANTE)

De ordem do Exmo. Sr. Dr. AGAMENON ALCANTARA MORENO JUNIOR, Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios, intimo para manifestação da Fazenda Pública em relação à eventual processo de compensação ou pagamento administrativo sobre o valor requisitado, bem como, manifestação das partes sobre o último cálculo de atualização do valor devido e a checagem dos dados pessoais e bancários do credor e de seu advogado, em caso de existência de honorários contratuais, sob pena de anuência e concordância tácita.

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0034084-54.2017.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:

DENAIR DE JESUS SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANA DE JESUS CARVALHO PIMENTEL OAB - MT15912-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0001-44 (REPRESENTANTE)

De ordem do Exmo. Sr. Dr. AGAMENON ALCANTARA MORENO JUNIOR, Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios, intimo para manifestação da Fazenda Pública em relação à eventual processo de compensação ou pagamento administrativo sobre o valor requisitado, bem como, manifestação das partes sobre o último cálculo de atualização do valor devido e a checagem dos dados pessoais e bancários do credor e de seu advogado, em caso de existência de honorários contratuais, sob pena de anuência e concordância tácita.

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0042884-71.2017.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ADRIANA RAQUEL RICHTER (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SANDRO ALFARO OAB - MT17773/B-B (ADVOGADO)
PATRICIA LEDA VICARI OAB - MT13796 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0001-44 (REPRESENTANTE)

De ordem do Exmo. Sr. Dr. AGAMENON ALCANTARA MORENO JUNIOR, Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios, intimo para manifestação da Fazenda Pública em relação à eventual processo de compensação ou pagamento administrativo sobre o valor requisitado, bem como, manifestação das partes sobre o último cálculo de atualização do valor devido e a checagem dos dados pessoais e bancários do credor e de seu advogado, em caso de existência de honorários contratuais, sob pena de anuência e concordância tácita.

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0042903-77.2017.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
EDUARDO MARCOSKI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE BATISTA FILHO OAB - MT13696-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0001-44 (REPRESENTANTE)

De ordem do Exmo. Sr. Dr. AGAMENON ALCANTARA MORENO JUNIOR, Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios, intimo para manifestação da Fazenda Pública em relação à eventual processo de compensação ou pagamento administrativo sobre o valor requisitado, bem como, manifestação das partes sobre o último cálculo de atualização do valor devido e a checagem dos dados pessoais e bancários do credor e de seu advogado, em caso de existência de honorários contratuais, sob pena de anuência e concordância tácita.

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 1018979-49.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO ROBERTO CARLONE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AUGUSTO MATHIAS DE OLIVEIRA OAB - MT16451-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE RONDONOPOLIS (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 1018979-49.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: PAULO ROBERTO CARLONE DEVEDOR:REQUERIDO: MUNICIPIO DE RONDONOPOLIS Vistos, etc. Trata-se de Precatório Requisitório, de natureza alimentar, originário de Ação ajuizada por Paulo Roberto Carlone em desfavor da Fazenda Pública Municipal de Rondonópolis. À fl. 49, o Departamento Auxiliar da Presidência certifica que foram cumpridas as exigências constantes nos artigos 266 e 267 do RITJ/MT e na Resolução n. 115/2010-CNJ. Desse modo, determino ao devedor que proceda à inclusão em seu orçamento do PR acima identificado, no valor de R$ 39.430,37 (trinta e nove mil quatrocentos e trinta reais e trinta e sete centavos), nos termos e para os fins colimados no art. 100/CF. Inclua-se este PR na ordem cronológica de apresentação, observada a inscrição no TJMT e a natureza do crédito. Em conformidade com os princípios da efetividade, concentração de atos e economia processual, a diligência para obter informações inerentes a eventual existência de pagamento administrativo sobre o mesmo título será materializada na ocasião do pagamento. De igual forma, em prestígio aos princípios da economia e celeridade processual, inclusive recomendação do Conselho Nacional de Justiça, cópia desta decisão substituirá o ofício requisitório. Cumpridas as formalidades, aguarde-se pagamento, obedecendo à ordem cronológica de apresentação. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Gestor de Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0042936-67.2017.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
NIELES CAMPOS PRESTES DE MORAIS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HELMUT FLAVIO PREZA DALTRO OAB - MT7285-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0001-44 (REPRESENTANTE)

De ordem do Exmo. Sr. Dr. AGAMENON ALCANTARA MORENO JUNIOR, Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios, intimo para manifestação da Fazenda Pública em relação à eventual processo de compensação ou pagamento administrativo sobre o valor requisitado, bem como, manifestação das partes sobre o último cálculo de atualização do valor devido e a checagem dos dados pessoais e bancários do credor e de seu advogado, em caso de existência de honorários contratuais, sob pena de anuência e concordância tácita.

Distribuição de Processos Digitalizados

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0077826-61.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
EDER PEREIRA DE ASSIS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDER PEREIRA DE ASSIS OAB - MT8066-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

Certifico que o Processo nº 0077826-61.2019.8.11.0000 - Classe: PRECATÓRIO (1265) – originariamente físico em 2º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 731/2019/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO CONCILIADOR DA CENTRAL DOS PRECATÓRIOS.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0077820-54.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS WAGNER SANTANA VAZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCOS WAGNER SANTANA VAZ OAB - MT14783-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

Certifico que o Processo nº 0077820-54.2019.8.11.0000 - Classe: PRECATÓRIO (1265) – originariamente físico em 2º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 731/2019/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução

185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO CONCILIADOR DA CENTRAL DOS PRECATÓRIOS.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0077821-39.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS WAGNER SANTANA VAZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCOS WAGNER SANTANA VAZ OAB - MT14783-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

Certifico que o Processo nº 0077821-39.2019.8.11.0000 - Classe: PRECATÓRIO (1265) – originariamente físico em 2º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 731/2019/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO CONCILIADOR DA CENTRAL DOS PRECATÓRIOS.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0077822-24.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MIZAEL DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MIZAEL DE SOUZA OAB - MT16842-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

Certifico que o Processo nº 0077822-24.2019.8.11.0000 - Classe: PRECATÓRIO (1265) – originariamente físico em 2º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 731/2019/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO CONCILIADOR DA CENTRAL DOS PRECATÓRIOS.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0076040-79.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
SINDICATO DOS MEDICOS DO ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JONATHAS BORGES HOSAKA OAB - MT15136-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

Certifico que o Processo nº 0076040-79.2019.8.11.0000 - Classe: PRECATÓRIO (1265) – originariamente físico em 2º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 731/2019/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO CONCILIADOR DA CENTRAL DOS PRECATÓRIOS.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0077825-76.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
EDER PEREIRA DE ASSIS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDER PEREIRA DE ASSIS OAB - MT8066-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

Certifico que o Processo nº 0077825-76.2019.8.11.0000 - Classe: PRECATÓRIO (1265) – originariamente físico em 2º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 731/2019/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO CONCILIADOR DA CENTRAL DOS PRECATÓRIOS.

Escola dos Servidores do Poder Judiciário de MT

Decisão

A decisão completa proferida nos autos Cia nº 0049862-69.2014.8.11.0000 e seu Anexo II encontram-se no Caderno de Anexos do Diário da Justiça Eletrônico no final desta Edição.

Clique aqui
Caderno de Anexo

Tribunal Pleno

Decisão do Presidente

Protocolo Número/Ano: 27886/2017 EXECUÇÃO DE SENTENÇA Nº 27886/2017 (INTERPOSTO NOS AUTOS DO(A) MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO 37063/2005 - CLASSE: CNJ-119) COMARCA CAPITAL EXEQUENTE - FOSTINO FERREIRA DOS SANTOS (Advs: Dr. CELSO ALVES PINHO - OAB 12709/MT), EXECUTADOS - FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO
Decisão: Diante da concordância do Exequente e também do Executado com os cálculos efetuados pelo Departamento Auxiliar da Presidência, **homologo-os**, conforme planilha às fls. 193/194. Deixo de condenar ao pagamento de honorários por decorrência da isenção atribuída ao Mandado de Segurança.
Intimação: À parte Exequente para que providencie os documentos exigidos pelo art. 267, do RITJMT.
Ass.: EXMO. SR. DES. CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA (PRESIDENTE)

Órgão Especial

Informação

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019266-12.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JOHN LEYDSON NUNES DA SILVA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSADABE CHAVES CAETANO OAB - MT22515/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZO DA COMARCA DE RIO BRANCO (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019266-12.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. MÁRCIO VIDAL - OE.

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019306-91.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
TERESINHA APARECIDA BRAGA MENEZES (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TERESINHA APARECIDA BRAGA MENEZES OAB - MT6972-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ROSANGELA ZARQUIM DOS SANTOS (IMPETRADO)
Outros Interessados:
WESLEY GOMES LEANDRO (RÉU)

Certifico que o Processo nº 1019306-91.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. CLARICE CLAUDINO DA SILVA - OE.

Acórdão

ACÓRDÃOS ADMINISTRATIVOS
ÓRGÃO ESPECIAL

RECURSO PARA O ÓRGÃO ESPECIAL CONTRA DECISÃO DO EGRÉGIO CONSELHO DA MAGISTRATURA **4/2019** – ÓRGÃO ESPECIAL – N. **0090615-29.2018.8.11.0000**
REQUERENTE: JEFFERSON DE MATTOS DOMINGOS
ADVOGADA: DRA. PATRICIA REY CARVALHO RACHID – OAB/MT 12509
ADVOGADO: DR. BRUNO MEDEIROS RACHID JORGE – OAB/MT 15936
RECORIDO: EGRÉGIO CONSELHO DA MAGISTRATURA
Relator: Exmo. Sr. Des. MÁRCIO VIDAL
Decisão: POR UNANIMIDADE NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO.
Ementa: ADMINISTRATIVO – RECURSO PARA O TRIBUNAL PLENO CONTRA A DECISÃO DO E. CONSELHO DA MAGISTRATURA – REESTRUTURAÇÃO DOS QUADROS DOS CARGOS DO PODER

JUDICIÁRIO – CHEFE DE DIVISÃO DE APOIO DA PRESIDÊNCIA PJCNE-V – DIRETOR DE DEPARTAMENTO DA SECRETARIA AUXILIAR DA PRESIDÊNCIA PDA-CNE II – ATRIBUIÇÕES DISTINTAS – REQUISITOS PARA O PROVIMENTO DIVERSOS – PEDIDO DE ALTERAÇÃO DAS VANTAGENS INCORPORADAS – IMPOSSIBILIDADE – RECURSO DESPROVIDO. Ocorrendo a reestruturação dos cargos públicos, sobrevindo a previsão de atribuições distintas e sendo diversos os requisitos para o seu provimento, não há falar na alteração das vantagens incorporadas do cargo de Chefe de Divisão de Apoio da Presidência – PJCNE-V -, para as vantagens do cargo de Diretor de Departamento da Secretaria Auxiliar da Presidência PDA-CNE II.

RECURSO PARA O ÓRGÃO ESPECIAL CONTRA DECISÃO DO EGRÉGIO CONSELHO DA MAGISTRATURA **8/2019** – ÓRGÃO ESPECIAL – N. **0744059-50.2019.8.11.0000**
REQUERENTE: CAMILA STOFELES CECON SANTANA
RECORIDO: EGRÉGIO CONSELHO DA MAGISTRATURA
Relator: Exmo. Sr. Des. JUVENAL PEREIRA DA SILVA
Decisão: POR UNANIMIDADE DESPROVEU O RECURSO.
Ementa: RECURSO CONTRA DECISÃO DO CONSELHO DA MAGISTRATURA – ADMINISTRATIVO – SERVIDORA PÚBLICA EFETIVA DO PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL – INSURGÊNCIA CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE CESSÃO PARA LABORAR EM OUTRO ÓRGÃO – UNIDADE JUDICIÁRIA QUE NÃO DISPÕEM DE DISTRIBUIDOR, CONTADOR E PARTIDOR SUBSTITUTO - IMPOSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DO CARGO – VEDAÇÃO CONTIDA NO §4º, DO ART. 59-A DA LEI N. 8.814/08 – RECURSO IMPROVIDO. Havendo expressa vedação legal quanto a disponibilização ou cessão de servidor para outro órgão sem que permaneça 80% do total de servidor na unidade judiciária (art. 59-A, §4º, do SDCR). O indeferimento da cessão de servidor para outro órgão ou instituição é de ordem legal. Recurso conhecido e improvido.

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR **1/2016** – DEPARTAMENTO DO TRIBUNAL PLENO E DO ÓRGÃO ESPECIAL – N. **0061548-87.2016.8.11.0000 - CONFIDENCIAL**
INDICIADO: A. L. C. G.
ADVOGADO: DR. SAULO RONDON GAHYVA – OAB/MT 13216
ADVOGADO: DR. JORGE HENRIQUE ALVES DE LIMA – OAB/MT 18636
Relator: Exmo. Sr. Des. RONDON BASSIL DOWER FILHO
Decisão: POR UNANIMIDADE DETERMINOU O ARQUIVAMENTO.

PROPOSIÇÃO **5/2019** – ÓRGÃO ESPECIAL – N. **0038420-33.2019.8.11.0000**
PROPONENTE: PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
Relator: Exmo. Sr. Des. CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA
Decisão: POR UNANIMIDADE APROVOU A PRORROGAÇÃO DA CÂMARA TEMPORÁRIA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Ementa: CÂMARA TEMPORÁRIA – DIREITO PÚBLICO E COLETIVO – PODER JUDICIÁRIO - ESTADO DE MATO GROSSO - INCLUSÃO DE ACERVO – PRORROGAÇÃO - POSSIBILIDADE. A prorrogação do prazo de funcionamento da Câmara Temporária de Direito Público e Coletivo, instituída pela Resolução TJ-MT/OE n. 05, publicada em 03 de julho de 2019, visa dar continuidade ao saneamento de situações específicas das Câmaras de Direito Público e Coletivo, vez que se destina a julgar o acervo das respectivas Câmaras ou processos conclusos a mais de cem dias.

PROPOSIÇÃO **14/2019** – DEPARTAMENTO DO TRIBUNAL PLENO E DO ÓRGÃO ESPECIAL – N. **0045697-03.2019.8.11.0000**
PROPONENTE: EXMO. SR. DES. CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
Relator: Exmo. Sr. Des. CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA
Decisão: POR UNANIMIDADE APROVOU A MINUTA DE RESOLUÇÃO APRESENTADA PARA ALTERAR A RESOLUÇÃO 15/2017-TP, MODIFICANDO A COMPETÊNCIA DA 3ª E 4ª VARA CRIMINAL DE SINOP.
Ementa: COMPETÊNCIA – 3ª e 4ª VARAS CRIMINAIS – COMARCA DE SINOP – SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO UNIFICADO - EFICIÊNCIA – POSSIBILIDADE. Necessário organizar o fluxo de trabalho e as atribuições das Varas Criminais da Comarca de Sinop, para que as Execuções Penais tramitem em uma única Unidade Judiciária.

PROPOSIÇÃO **16/2019** – VIRTUAL – ÓRGÃO ESPECIAL – N. **0747961-46.2019.8.11.0000**
PROPONENTE: EXMO. SR. DES. JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA – Presidente do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais
Relator: Exmo. Sr. Des. CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA
Decisão: POR UNANIMIDADE APROVOU A PROPOSTA APRESENTADA, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Ementa: TURMAS RECURSAIS TEMPORÁRIAS – JUIZADOS ESPECIAIS – PODER JUDICIÁRIO - ESTADO DE MATO GROSSO - PRORROGAÇÃO – ACÚMULO PROGRESSIVO DE PROCESSOS – ESTIMATIVA DE AUMENTO – ATENDIMENTO DA TUTELA JURISDICIONAL – POSSIBILIDADE - APROVAÇÃO. A prorrogação do prazo de funcionamento das Turmas Recursais Temporárias dos Juizados Especiais, instituídas pela Resolução 6/2015-TP, é imperiosa em face da expressiva evolução processual dos feitos tramitados perante os Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso.

DIVERSOS **2/2018** – DEPARTAMENTO DO TRIBUNAL PLENO E DO ÓRGÃO ESPECIAL – N. **0012639-43.2018.8.11.0000**
AUTOR: EXMO. SR. DR. WANDERLEI JOSÉ DOS REIS – Juiz de Direito
AUTORA: EXMA. SRA. DRA. CLÁUDIA BEATRIZ SCHMIDT – Juíza de Direito
AUTORA: EXMA. SRA. DRA. MARIA DAS GRAÇAS GOMES DA COSTA – Juíza de Direito
Relator: Exmo. Sr. Des. CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA
Decisão: POR UNANIMIDADE, APROVOU A PROPOSTA APRESENTADA, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
Ementa: COMPETÊNCIA – 1ª e 2ª VARAS ESPECIALIZADAS DE FAMÍLIA E SUCESSÕES E 6ª VARA CÍVEL – COMARCA DE RONDONÓPOLIS – ALTERAÇÃO – CARTA PRECATÓRIA - CELERIDADE - EFICIÊNCIA – POSSIBILIDADE. A Constituição Federal garante a todos o direito a tutela jurisdicional adequada e em tempo razoável e a alteração resultará na melhor prestação jurisdicional. Necessário organizar o fluxo de trabalho e as atribuições da 1ª e da 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Rondonópolis, para que as Cartas Precatórias relativas à família e sucessões tramitem na 6ª Vara Cível.

Cuiabá, 17 de dezembro de 2019.
MARIA CONCEIÇÃO BARBOSA CORRÊA
Diretora do Departamento do Tribunal Pleno e do Órgão Especial

Intimação

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019266-12.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JOHN LEYDSON NUNES DA SILVA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSADABE CHAVES CAETANO OAB - MT22515/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZO DA COMARCA DE RIO BRANCO (IMPETRADO)

Certifico, que o processo de n. 1019266-12.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 17/12/2019 13:39:53 e distribuído inicialmente para o Des(a). MARCIO VIDAL

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019253-13.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
WDSON DA SILVA CAMPOS (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSADABE CHAVES CAETANO OAB - MT22515/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
5ª Vara Criminal de Várzea Grande (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019253-13.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PAULO DA CUNHA - OE.

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019306-91.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:

TERESINHA APARECIDA BRAGA MENEZES (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TERESINHA APARECIDA BRAGA MENEZES OAB - MT6972-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ROSANGELA ZARQUIM DOS SANTOS (IMPETRADO)
Outros Interessados:
WESLEY GOMES LEANDRO (RÉU)

Certifico, que o processo de n. 1019306-91.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 17/12/2019 16:41:28 e distribuído inicialmente para o Des(a). CLARICE CLAUDINO DA SILVA

Conselho da Magistratura

Acórdão

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - 4/2018 - 0092269-51.2018.8.11.0000
REQUERENTE: JUÍZO DA COMARCA DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA
REQUERIDO: T. A. C. T.
ADVOGADO(A): CRISTIANE MONTEIRO VIDAL OAB/MT 10.112/O
ADVOGADO(A): RICARDO VIDAL OAB/MT 2.679/O
ASSUNTO: Procedimento Administrativo Disciplinar, nº. 1324-82.2012.811.0079 - Código 31241, em desfavor do servidor T. A. C. T. , em face do servidor estar sujeito a pena de demissão.
Relator: DES. LUIZ FERREIRA DA SILVA
1º Membro: DES. CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA
2º Membro: DES. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS
Decisão: "POR UNANIMIDADE, OS MEMBROS DO CONSELHO DA MAGISTRATURA REJEITARAM A PRELIMINAR ARGUIDA, BEM COMO REJEITARAM A PREJUDICIAL DE MÉRITO, DE PRESCRIÇÃO, E NO MÉRITO, COM FUNDAMENTO NOS ARTS. 143, VIII, 144, IX E 159, IX, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N. 04/1990 (ESTATUTO DO SERVIDOR PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO), E NO ART. 9º, VI DO PROVIMENTO N. 05/2008/CM, APLICARAM A PENA DE DEMISSÃO AO SERVIDOR T. A. C. T., PARA SALVAGUARDA DO INTERESSE PÚBLICO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR."

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - 6/2019 - 0032231-39.2019.8.11.0000
RECORRENTE: E. D. D. S.
ADVOGADO(A): RONAN DE OLIVEIRA SOUZA OAB/MT 4.099
RECORRIDO: ALEXANDRE DELICATO PAMPADO - JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PRIMAVERA DO LESTE/MT.
ASSUNTO: Recorre, da decisão proferida pelo Exmº. Senhor Drº. Alexandre Delicato Pampado, Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Primavera do Leste/MT, nos autos NU. 8376-22.2016.811.0037, Código-175706, que aplicou a pena de demissão ao Servidor.
Relator: DES. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS
1º Membro: DES. LUIZ FERREIRA DA SILVA
2º Membro: DES. CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA
Decisão: "POR UNANIMIDADE, OS MEMBROS DO CONSELHO DA MAGISTRATURA, RECONHECERAM QUE E. D. D. S. INFRINGIU AS DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO ART. 143, I E III, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N. 04/90 E, POR SE TRATAR DE REINCIDENTE NA PRÁTICA DE INFRAÇÕES DE IDÊNTICA NATUREZA, APLICARAM-LHE A PENA DE SUSPENSÃO DE 10 (DEZ) DIAS, CONVERTIDO EM MULTA NA BASE DE 50% (CINQUENTA POR CENTO), POR DIA DE VENCIMENTO, FICANDO O MESMO OBRIGADO A PERMANECER NO TRABALHO, COM FUNDAMENTO NO ART. 157, § 2º, DA RETROMENCIONADA LEX, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA."

RECURSO CONTRA DECISÃO DE JUIZ (ART. 28, XII, DO RITJ/MT - MATÉRIA DISCIPLINAR) - 18/2019 - 0046548-42.2019.8.11.0000
RECORRENTE: E. V. D. S.
ADVOGADO(A): JOAQUIM FELIPE SPADONI OAB/MT 6.197
ADVOGADO(A): JORGE LUIZ MIRAGLIA JAUDY OAB/MT 6.735
RECORRIDO: DIRETORIA DO FORO DA COMARCA DE BRASNORTE
ASSUNTO: Recorre da decisão proferida pela Diretoria do Foro da Comarca de Brasnorte/MT, nos autos de Processo Administrativo nº 0003152-40.2018.811.0100, Código nº 74776, que determinou o imediato afastamento do Recorrente da função de Registrador do Cartório do 1º Ofício de Brasnorte/MT.
Relator: DES. CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA
1º Membro: DES. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS
2º Membro: DES. LUIZ FERREIRA DA SILVA
Decisão: "POR UNANIMIDADE, OS MEMBROS DO CONSELHO DA MAGISTRATURA REJEITARAM AS PRELIMINARES ARGUIDAS, E NO MÉRITO NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO INTERPOSTO POR E. V. D. S., MANTENDO INCÓLUME A DECISÃO PROLATADA PELA JUÍZA-DIRETORA DO FORO DA COMARCA DE BRASNORTE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR."

RECURSO CONTRA DECISÃO DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA (ART. 28, XII, DO RITJ/MT - MAT. DISCIPLINAR) - 1/2019 - 0046884-46.2019.8.11.0000
RECORRENTE: A. D. P.
ADVOGADO(A): MILTON VIZINI CORREA JUNIOR OAB/MT 3076-A
RECORRIDO: DESA. MARIA APARECIDA RIBEIRO - CORREGEDORA-GERAL DA JUSTIÇA, À ÉPOCA
ASSUNTO: Recurso Administrativo, com pedido de efeito suspensivo, nos autos de Sindicância n. 09/2018 - NU. 0035681-24.2018.8.11.0000.
Relator: DES. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS
1º Membro: DES. CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA
2º Membro: DES. ORLANDO DE ALMEIDA PERRI
Decisão: "POR UNANIMIDADE, OS MEMBROS DO CONSELHO DA MAGISTRATURA, DERAM PROVIMENTO AO RECURSO PARA REFORMAR A DECISÃO QUE DETERMINOU A INSTAURAÇÃO DA SINDICÂNCIA EM FACE DO RECORRENTE, COM O SEU CONSEQUENTE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA."

RECURSO CONTRA DECISÃO DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA (ART. 28, XXVIII, DO RITJ/MT - MAT. DISCIPLINAR) - 1/2019 - 0057728-55.2019.8.11.0000
RECORRENTE: F. S. D. V. C.
ADVOGADO(A): ULISSES RABANEDA DOS SANTOS OAB/MT 8.978/O
ADVOGADO(A): RENAN FERNANDO SERRA ROCHA SANTOS OAB/MT 19.701/O
ADVOGADO(A): RURALDO NUNES MONTEIRO FILHO OAB/MT 23.748/O
RECORRIDO: CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ASSUNTO: RECURSO ADMINISTRATIVO NOS AUTOS DE SINDICÂNCIA N. 02/2019 - CIA 0039684-85.2019.811.0000, COM PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO.
Relator: DES. CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA
1º Membro: DES. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS
2º Membro: DES. ORLANDO DE ALMEIDA PERRI
Decisão: "POR UNANIMIDADE, OS MEMBROS DO CONSELHO DA MAGISTRATURA, DERAM PROVIMENTO AO RECURSO PARA REFORMAR A DECISÃO QUE DETERMINOU A INSTAURAÇÃO DA SINDICÂNCIA EM FACE DO MAGISTRADO RECORRENTE, COM O SEU CONSEQUENTE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR."

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR N. 3/2019 – NU. 0034267-54.2019.8.11.0000
REQUERENTE: A. D. P.
REQUERIDO: E. D. D. S.
ADVOGADO: RONAN DE OLIVEIRA SOUZA – OAB/MT N. 4.099/O
ASSUNTO: Encaminha, mediante Ofício n. 146/2019/DF, os autos de Processo Administrativo Disciplinar N. 6974-13.2010.811.0037- CÓDIGO: 74655, para julgamento nos termos do art. 9°, § 3°, Inciso III, do Provimento n. 05/2008-CM e art. 28, Inciso XXXIII, do RITJMT, em face do servidor estar sujeito à pena de demissão.
RELATOR: DES. CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA
1° MEMBRO: DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS
2° MEMBRO: DES. LUIZ FERREIRA DA SILVA
Decisão: POR UNANIMIDADE, OS MEMBROS DO CONSELHO DA MAGISTRATURA, APLICARAM A PENA DE DEMISSÃO AO SERVIDOR E. D. D. S., MATRÍCULA N., COM FULCRO NOS ARTIGOS 143, INCISO III, 144, INCISO XII E 159, INCISO XIII, TODOS DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N. 04/1990, BEM COMO NO ART. 9º, INC. VI, DO PROVIMENTO N. 05/2008/CM, TUDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Decisões do Conselho da Magistratura

RECURSO CONTRA DECISÃO DE JUIZ (ART. 28, XII, DO RITJ/MT - MATÉRIA DISCIPLINAR) - 9/2017 - 0112079-46.2017.8.11.0000

RECORRENTE: P. M. F.
ADVOGADO(A): JOAQUIM FELIPE SPADONI
RECORRIDO: PEDRO DAVI BENETTI - JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE ÁGUA BOA/MT.
ASSUNTO: Recorre, com pedido de efeito suspensivo, da decisão proferida pelo Exmº. Srº. Pedro Davi Benetti, Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Água Boa/MT, nos autos de Pedido de Providências de n. 5398-86.2017.811.0021 - Código nº. 1023800.
Relator: DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS
1º Membro: DES. CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA
2º Membro: DES. LUIZ FERREIRA DA SILVA
Decisão: "ADIADO JULGAMENTO, TENDO EM VISTA PEDIDO DE VISTAS FORMULADO NOS AUTOS DE RECURSO CONTRA DECISÃO DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA (ART. 28, XXVIII, C, DO RITJ/MT - MAT. ADM.) N. 8/2019 - NU. 0021151-78.2019.8.11.0000, N. 02 DA PAUTA DE JULGAMENTO, PELO DESEMBARGADOR ORLANDO DE ALMEIDA PERRI."

DEPARTAMENTO DO CONSELHO DA MAGISTRATURA, em Cuiabá, 17 de dezembro de 2019
Bel. ANGELO FABRÍCIO DE SOUZA LIMA
Diretor do Departamento do Conselho da Magistratura
conselho.magistratura@tjmt.jus.br

Decisão do Presidente

PROCESSO SELETIVO DE REMOÇÃO n. 1/2017 Número Único 0051879-73.2017.8.11.0000
Vistos, etc.Versam os autos acerca do Processo Seletivo de Remoção destinado aos servidores do Poder Judiciário Estadual, ocupantes dos cargos de Analista Judiciário, Técnico Judiciário e Oficial de Justiça. Cumpridas as decisões de fls. 779/781 e 852/852v, sobreveio aos autos a Informação n. 67/2019-CM, indicando que o servidor **Pitágoras Pinto de Arruda**, removido da Comarca de Porto Esperidião para a Comarca de Cuiabá (Ato n. 1605/2019-CM, DJe 10631), encontra-se suspenso da função pública por força de decisão proferida pelo Juízo da Sétima Vara Criminal da Capital na Ação Penal n. 12903-31.2018.811.0042 (cód. 520842). Espontaneamente, veio aos autos o sobredito servidor e manifestou-se às fls. 876/877, requerendo a manutenção de sua remoção para a Comarca da Capital ou, ao menos, a simples suspensão do ato de remoção. Pois bem. De fato, resta demonstrada – e disso sequer o servidor discorda – a suspensão da função pública deferida pelo Juízo da Sétima Vara Criminal de Cuiabá nos autos da Ação Penal n. 12903-31.2018.811.0042 (cód. 520842). Resta saber, dessa forma, quais as consequências de tal impedimento na remoção deferida nestes autos. Entendo, nesse particular, que, por referir-se a medida de natureza cautelar deferida pelo Juízo Criminal, a qual perdurará, pelo que se depreende de seu teor, "até a prolação da sentença", mostra-se prudente apenas, inicialmente, suspender os efeitos do ato de remoção do servidor. Dessa forma, **SUSPENDO os efeitos do Ato n. 1605/2019-CM**, de 29 de novembro de 2019, publicado na edição n. 10631 do Diário da Justiça Eletrônico, disponibilizada em 03.12.2019, até que cesse a suspensão do exercício da função pública pelo servidor Pitágoras Pinto de Arruda determinada nos autos Ação Penal n. 12903-31.2018.811.0042 (cód. 520842), em trâmite na Sétima Vara Criminal da Cuiabá, o que deve ser comunicado pelo próprio servidor interessado. Até lá, sendo certificado pelo Departamento do Conselho da Magistratura o cumprimento de todas as decisões pretéritas desta Presidência, permaneçam os autos em ARQUIVO.Comuniquem-se o servidor Pitágoras Pinto de Arruda, a Coordenadoria de Recursos Humanos e a Gestão de Recursos Humanos do Fórum da Capital.Cumpra-se. Cuiabá, 12 de dezembro de 2019.
Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA -Presidente do Tribunal de Justiça

DEPARTAMENTO DO CONSELHO DA MAGISTRATURA, em Cuiabá, 17 de dezembro de 2019
Bel. ANGELO FABRÍCIO DE SOUZA LIMA
Diretor do Departamento do Conselho da Magistratura
conselho.magistratura@tjmt.jus.br

Decisão do Relator

Exceção de Impedimento e Suspeição n. 18/2019 Número único: 0022818-02.2019.8.11.0000 (VIRTUAL)
Excipiente: Paulo Morais Fernandes
Excepto: Alexandre Meinberg Ceroy
Resumo da decisão do Relator constante no **andamento n. 12 do sistema CIA.**
Vistos. Posto isso, julgo extinta a presente exceção de impedimento e suspeição, sem resolução do mérito, pela perda superveniente do interesse processual, nos termos do art. 485, inciso VI, do Código de Processo Civil e do art. 51, XXII, do Regimento Interno deste Tribunal, devendo o departamento, após as anotações de estilo, devolvê-lo ao juízo de origem. Cuiabá, 17 de dezembro de 2019. Desembargador LUIZ FERREIRA DA SILVA - Relator

RECURSO ADMINISTRATIVO - SUSCITAÇÃO DE DÚVIDAS N. 13/2019 CIA: 0050512-43.2019.811.0000
RECORRENTE: RODOLFO BRAMBILLA JÚNIOR
ADVOGADO: GLEISON QUEIROZ DE SOUZA FURQUIM OAB/MT 12.746
PARTE INTERESSADA: NEUCYR SILVA PARADA
RECORRIDO: JUIZ DE DIREITO DIRETOR DO FORO DA COMARCA DE JUÍNA/MT.
Vistos, etc. Verifica-se da análise dos autos que tanto a peça recursal quanto a procuração outorgada ao defensor do Recorrente não estão assinadas pelo seu patrono. Assim, acolho a manifestação da Procuradoria Geral de Justiça e determino a intimação do Recorrente para proceder a regularização do ajuizamento do recurso e sua representação processual, em conformidade com o artigo 932, parágrafo único do CPC, no prazo legal de 5 (cinco) dias. Cumpra-se. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019. Desa. Maria Helena G. Póvoas - Relatora.

DEPARTAMENTO DO CONSELHO DA MAGISTRATURA, em Cuiabá, 17 de dezembro de 2019
Bel. ANGELO FABRÍCIO DE SOUZA LIMA
Diretor do Departamento do Conselho da Magistratura
conselho.magistratura@tjmt.jus.br

Vice Presidência

Intimação

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1003021-02.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARILCI MALHEIROS FERNANDES DE SOUZA COSTA E SILVA OAB - MT4646-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
IRENE CARVALHO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-A (ADVOGADO)
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

INTIMAÇÃO ao(s) Recorrido(s) IRENE CARVALHO para, no prazo legal, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso Especial interposto(s).

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1008940-90.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JOHNY WALTER RIBEIRO DE OLIVEIRA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO DE SOUZA SALLES JUNIOR OAB - MT6716-O (ADVOGADO)
TADEU TREVISAN BUENO OAB - MT6212-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JOANA DARC CAMARGO GUIMARAES (AGRAVADO)
ESPÓLIO DE JACI GUIMARÃES (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ELIZETE BAGATELLI GONCALVES OAB - 301.330.841-91 (PROCURADOR)

INTIMAÇÃO ao(s) Recorrido(s) ESPÓLIO DE JACI GUIMARÃES e outros para, no prazo legal, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso Especial interposto(s).

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1001102-29.2017.8.11.0045

Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS OURO VERDE DE MATO GROSSO - SICREDI OURO VERDE MT (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRE DE ASSIS ROSA OAB - MT19077-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JULIO CEZAR MENON (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ELENIR MARIA GANZER COELHO FERNANDES OAB - MT19107-A (ADVOGADO)

INTIMAÇÃO ao(s) Recorrido(s) JULIO CEZAR MENON para, no prazo legal, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso Especial interposto(s).

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000814-27.2016.8.11.0080
Parte(s) Polo Ativo:
PLANALTO DA AMAZONIA - COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - ME (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANIE MARTINS MATTOS LIMOEIRO OAB - MT8920-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Alto Xingu - Sicredi Alto Xingu (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SERGIO HENRIQUE STANISZEWSKI OAB - MT12972-O (ADVOGADO)

INTIMAÇÃO ao(s) Recorrido(s) Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Alto Xingu - Sicredi Alto Xingu para, no prazo legal, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso Especial interposto(s).

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1002700-85.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
KATIA CARVALHO NUNES (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EMERSON SANABRIA CARVALHO OAB - MT6413-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ZILDA PEREIRA DA SILVA HIPOLITO (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JAIME SECUNDINO HIPOLITO NETO OAB - MT8883-O (ADVOGADO)
DANDY VINICIUS SPANHOL OAB - MT9114-A (ADVOGADO)

INTIMAÇÃO ao(s) Agravado(s) ZILDA PEREIRA DA SILVA HIPOLITO para, no prazo de 15 dias, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso de Agravo de Instrumento ao STJ interposto.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1004563-76.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ADALBERTO TIRLONI (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GERSON LUIS WERNER OAB - MT6298-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO RABOBANK INTERNATIONAL BRASIL S/A (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANIELA RODRIGUES DA SILVA OAB - SP262353 (ADVOGADO)
CARLA HONORATA MACEDO OLIVEIRA REINEHR OAB - SP297931 (ADVOGADO)
FERNANDO TARDIOLI LUCIO DE LIMA OAB - SP206727 (ADVOGADO)
ANDREIA REGINA VIOLA OAB - SP163205 (ADVOGADO)
Outros Interessados:
CARLOS ALBERTO COZER (TERCEIRO INTERESSADO)
CLAUDINEI CARLOS PESSATTO (TERCEIRO INTERESSADO)
FERNANDO PEDRO SCARSI (TERCEIRO INTERESSADO)
CASSIANA CANDIDO DA SILVA TIRLONI (TERCEIRO INTERESSADO)
MARLENE TIRLONI SCARSI (TERCEIRO INTERESSADO)

INTIMAÇÃO ao(s) Agravado(s) BANCO RABOBANK INTERNATIONAL BRASIL S/A para, no prazo de 15 dias, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso de Agravo de Instrumento ao STJ interposto.

Intimação Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0016846-40.2018.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
JACKSON FENNER (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NEVIO PEGORARO OAB - MT6904-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - SINOP (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA VICE PRESIDÊNCIA RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO CRIMINAL N. 0016846-40.2018.8.11.0015 RECORRENTE: JACKSON FENNER RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial (Id. 22933950) interposto por JACKSON FENNER, com fundamento no art. 105, III, “a”, da Constituição Federal, contra o acórdão da Terceira Câmara Criminal deste Sodalício, assim ementado (Id. 14467486): “RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL – TRÁFICO DE SUBSTÂNCIA ENTORPECENTE – RECURSO DEFENSIVO - 1. PRELIMINAR: ILICITUDE DAS PROVAS - INVASÃO DE DOMICÍLIO - FLAGRANTE - BUSCA E APREENSÃO DA DROGA COM AUTORIZAÇÃO JUDICIAL – POSSIBILIDADE - CRIME PERMANENTE - PROVA LÍCITA – PRELIMINAR REJEITADA - 2. REDUÇÃO DA PENA-BASE PARA O MÍNIMO LEGAL – NECESSIDADE DE READEQUAÇÃO DA PENA PRIMÁRIA – CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DA PERSONALIDADE INDEVIDAMENTE NEGATIVADA – CONDENAÇÃO ANTERIOR TRANSITADA EM JULGADO NÃO SERVE COMO ELEMENTO PARA AFERIR A PERSONALIDADE DO AGENTE – HC Nº. 473.874/MS – 3. – COMPENSAÇÃO ENTRE A ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA E A AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA – RÉU QUE SE MANTEVE EM SILÊNCIO PERANTE A AUTORIDADE POLICIAL E EM JUÍZO – BENEFÍCIO NÃO APLICÁVEL - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. É pacífico o entendimento de que, tratando-se de flagrante por crime permanente (tráfico de drogas), desnecessário o Mandado de Busca e Apreensão e a autorização para que a autoridade policial possa adentrar ao domicílio, conforme previsto no artigo 5º, XI, da Constituição Federal. In casu, além de se tratar de crime permanente, houve autorização judicial para que fosse obtidas as provas necessárias. 2. A existência de condenações anteriores não se presta a fundamentar a exasperação da pena-base como personalidade voltada para o crime ou uma conduta social desfavorável. (HC nº. 473.874/MS). 3. O benefício da atenuante da confissão deve ser concedido ao réu que auxilia ainda que parcialmente, na elucidação do caso investigado e posteriormente julgado, bem como no esclarecimento de sua participação no ilícito penal. O acusado que se mantem em silêncio, tanto perante a autoridade judicial, como em juízo, não faz jus ao referido benefício.” (Ap. 0016846-40.2018.8.11.0015, DES. JUVENAL PEREIRA DA SILVA, TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL, Julgado em 09/10/2019) Os Embargos de Declaração de Id. 19866486 opostos contra o aresto foram rejeitados (Id. 20614951). Alega violação: (i) ao art. 65, III, “d”, do CP, ao argumento de que faz jus ao reconhecimento da atenuante da confissão espontânea, porquanto utilizado como fundamento para a condenação e (ii) ao art. 59 do CP, ao argumento de desproporcionalidade na exasperação da pena-base em 3 anos acima do mínimo legal em razão de apenas uma circunstância judicial negativa. Recurso tempestivo (Id. 25528479). Contrarrazões – Id. 28455471. É o relatório. Decido. Da sistemática de recursos repetitivos. Não foi verificada a existência, no Superior Tribunal de Justiça, de tema que se relacione à questão discutida neste recurso, por consequência, não há aplicação da sistemática de recursos repetitivos no caso concreto, não incidindo, in casu, a previsão do art. 1.030, I, “b”, II e III, do CPC. Passo ao exame dos demais pressupostos de admissibilidade. Reexame de matéria fática. Súmula 7 do STJ. Nos termos do art. 105, III, “a” e “c”, da Constituição Federal, a competência do Superior Tribunal de Justiça cinge-se à aplicação e à uniformização da interpretação das leis federais, não sendo possível, pois, o exame de matéria fático-probatória, ex vi Súmula 7/STJ. In casu, ao apontar a violação aos arts. 65, III, “d” e 59, ambos do CP, defende o Recorrente, respectivamente, a necessidade de reconhecimento da atenuante da confissão espontânea, porquanto utilizado como fundamento pelo julgador singular para a condenação e a desproporcionalidade na exasperação da pena-base em 3 anos acima do mínimo legal em razão de apenas uma circunstância judicial negativa. Todavia, conquanto pretenda rever a conclusão do acórdão impugnado acerca da incidência da atenuante da

confissão e da correta pena-base a ser aplicada ao caso concreto, a análise destas questões exige o exame dos fatos e provas dos autos, atraindo o óbice sumular acima mencionado. A propósito: "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. POSSE ILEGAL DE MUNIÇÃO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE, NA ESPÉCIE. ERRO DE PROIBIÇÃO, RECONHECIMENTO DA CONFISSÃO E DESCLASSIFICAÇÃO DA CONDUTA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO. 1. Embora esta Corte Superior tenha admitido a incidência do princípio da insignificância quando se tratar de posse de pequena quantidade de munição, desacompanhada de armamento capaz de deflagrá-la, o caso em tela não pode assim ser considerado, pois apreendida significativa quantidade de cartuxos (14 cartuchos deflagrados de munição calibre 32, 28 cartuchos deflagrados de munição calibre 28, 2 cartuchos deflagrados de munição calibre 12, 9 cartuchos deflagrados de munição calibre 36, 9 cartuchos deflagrados de munição calibre 20, 1 cartucho deflagrado de munição calibre 16, 5 cartuchos recarregados de munição calibre 28, 1 cartucho recarregado de munição calibre 12, 5 cartuchos recarregados de munição calibre 20, 2 cartuchos recarregados de munição calibre 32, 1 cartucho recarregado de munição calibre 36, 1 cartucho recarregado de munição calibre 12, 12 cartuchos intactos de munição calibre 20, além de petrechos comumente utilizados para municiar cartuchos). 2. As questões referentes ao erro de proibição, reconhecimento da confissão e desclassificação da conduta não podem ser analisadas na via do recurso especial por não prescindirem do exame do material fático-probatório. Incidência do Enunciado n. 7 da Súmula do STJ. 3. Agravo regimental desprovido." (AgRg no AgRg no AREsp 1477815/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 11/06/2019, DJe 27/06/2019) (destaquei) "PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE NÃO CONFIGURADO. DOSIMETRIA. PENA PROPORCIONAL E FUNDAMENTADA EM ELEMENTOS CONCRETOS. REVISÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. "O julgamento monocrático do recurso especial não constitui ofensa ao princípio da colegialidade, sobretudo porque, conforme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, com a interposição de agravo regimental, torna-se superada a alegação de violação ao referido postulado, tendo em vista a devolução da matéria recursal ao órgão julgador competente" (AgRg no REsp 1.571.787/MG, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 10/5/2016, DJe 20/5/2016). 2. No que se refere à dosimetria, a jurisprudência desta Corte aduz que "não se presta o recurso especial à revisão da dosimetria da pena estabelecida pelas instâncias ordinárias. Admite-se, contudo, o reexame quando configurada manifesta violação dos critérios dos arts. 59 e 68 do CP, sob o aspecto da legalidade, nas hipóteses de falta ou evidente deficiência de fundamentação ou ainda de erro de técnica." (AgRg no REsp 1.217.998/SC, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 2/2/2016, DJe 15/2/2016). 4. No caso dos autos, a pena não se mostra desproporcional ou desarrazoada e rever os fundamentos do acórdão, nos termos como postulado pela defesa, demandaria reexame do acervo fático-probatório, o que encontra óbice na Súmula n. 7/STJ. 5. "Não cabe o apelo nobre, mesmo pela alínea 'c' do permissivo constitucional, quando a tese recursal demandar revolvimento do conjunto fático-probatório constante dos autos" (AgRg no AREsp 438.454/GO, Rel. Ministra MARILZA MAYNARD - DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/SE, SEXTA TURMA, julgado em 24/4/2014, DJe 5/5/2014). Precedentes. 6. Agravo regimental não provido." (AgRg no AREsp 1049360/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 11/06/2019) (destaquei) Dessa forma, sendo insuscetível de revisão o entendimento do órgão fracionário deste Tribunal, por demandar o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, vedada está a análise das referidas questões pelo STJ, o que obsta a admissão recursal. Ante o exposto, nego seguimento ao Recurso Especial. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 16 de dezembo de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. v

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001645-15.2016.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
IRMAOS SOARES S/A (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO MARCOS DE CAMPOS BATISTA OAB - GO23457-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ANDREIA PINHEIRO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AMAURI DE SOUZA BRITO FILHO OAB - MT13625-B (ADVOGADO)

Tribunal de Justiça de Mato Grosso PJe - Processo Judicial Eletrônico Recurso Especial na Apelação Cível n. 0001645-15.2016.8.11.0003 RECORRENTE: IRMÃOS SOARES S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL RECORRIDA: ANDRÉIA PINHEIRO Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial (id 24019032) interposto por IRMÃOS SOARES S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra o acórdão da Segunda Câmara de Direito Privado assim ementado (id 21070490): "RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE VALORES C/C REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS – PARCIAL PROCEDÊNCIA – COMPRA DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO – MERCADORIAS NÃO RECEBIDAS – INÚMEROS "MANIFESTO DE ENTREGA" NOS AUTOS – DEMONSTRAÇÃO DE PRODUTOS DIVERSOS E ENTREGA REALIZADA EM LOCAL DIFERENTE – RECEBIMENTO POR TERCEIRAS PESSOAS ESTRANHAS – TEORIA DA APARÊNCIA – DESCABIMENTO – AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO PARA ENTREGA A OUTREM – ÔNUS DA PROVA – ARTIGO 373, INCISOS I E II, DO CPC/15 – RESTITUIÇÃO DO VALOR PAGO – NECESSIDADE – SUCUMBÊNCIA MÍNIMA DA AUTORA – APLICAÇÃO DO ARTIGO 86, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC/15 – SENTENÇA MANTIDA – MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS – RECURSO DESPROVIDO. O Código de Processo Civil/15 estabelece em seu artigo 373, incisos I e II, que cabe ao autor comprovar o fato constitutivo de seu direito e ao réu apresentar provas hábeis a demonstrar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Diante das alegações das partes e do conjunto probatório dos autos, se constatado que a autora/apelada demonstrou ter adquirido as mercadorias (material de construção) da empresa requerida/apelante, a qual, por sua vez, não se desincumbiu do seu ônus de comprovar a devida entrega dos produtos à compradora e no endereço fornecido pela cliente, há que ser mantido o ato sentencial que condenou a fornecedora à devolução dos valores pagos pela autora. No caso, descabe a alegação da teoria da aparência, se os documentos juntados pela empresa requerida – 'Manifesto de Entrega' demonstram que houve a entrega de produtos diversos e em endereços diferentes do indicado pela cliente, cujos recebimentos foram assinados por terceiras pessoas desconhecidas e não autorizadas. Mantém-se a sentença que reconheceu a falha na prestação dos serviços da empresa requerida – inexecução contratual (pedido principal) – e determinou a devolução dos valores pagos pela cliente/autora (indenização por danos materiais). Se uma das partes decai de parte mínima do pedido, cabe à parte adversa arcar com a totalidade das despesas processuais e dos honorários advocatícios, consoante a disposição do parágrafo único do artigo 86 do CPC/15. De acordo com o artigo 85, §11, do CPC/2015, ao julgar recurso, o Tribunal deve majorar os honorários fixados anteriormente ao advogado vencedor, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º". (TJMT – Segunda Câmara de Direito Privado – Apelação n. 0001645-15.2016.8.11.0003, Relatora: Desª MARILSEN ANDRADE ADDARIO, j. em 23/10/2019). A Recorrente alega violação ao artigo 86 do Código de Processo Civil, ao argumento de que "a autora não decaiu da parte mínima de seu pedido, requer que seja reformada a decisão para aplicação do referido disposto com a consequente aplicação da sucumbência recíproca". (id 24019032 - p. 8) Recurso tempestivo (id 24206978). Contrarrazões no id 28110977. É o relatório. Decido. Da sistemática de recursos repetitivos Não foi verificada a existência, no Superior Tribunal de Justiça, de tema que se relacione às questões discutidas neste recurso e, por consequência, não há aplicação da sistemática de recursos repetitivos, não incidindo, in casu, a previsão do artigo 1.030, I, "b", II e III, do CPC. Passo ao exame dos demais pressupostos de admissibilidade. Do reexame de matéria fática (Súmula 7 do STJ) Nos termos do artigo 105, III, da Constituição Federal, a competência do Superior Tribunal de Justiça cinge-se à aplicação e à uniformização da interpretação das leis federais, não sendo possível, pois, o exame de matéria fático-probatória, ex vi Súmula 7/STJ. A suposta violação ao artigo 86 do CPC está amparada na assertiva de que "a autora não decaiu da parte mínima de seu pedido, requer que seja reformada a decisão para aplicação do referido disposto com a consequente aplicação da sucumbência recíproca". (id 24019032 - p. 8) No entanto, para rever o entendimento firmado no aresto recorrido sobre este ponto, é necessário o exame dos fatos e provas dos autos, o que atrai o óbice sumular acima

mencionado, conforme preconiza o STJ: "TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS NOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IPTU. AÇÃO ANULATÓRIA. ERRO MATERIAL. EXISTÊNCIA. AFERIÇÃO DO GRAU DE SUCUMBÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES DO STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS, PARA CORRIGIR ERRO MATERIAL, SEM ALTERAÇÃO DO RESULTADO DO JULGAMENTO I. Embargos de Declaração opostos a acórdão prolatado pela Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, publicado em 26/04/2018. II. O acórdão embargado examinou o tema relativo à verba honorária, ao entendimento de que teria sido aplicada, pelo Tribunal de origem, a regra da sucumbência recíproca, quando, na verdade, fora decidido que ora embargado teria decaído de parte mínima do pedido. Desse modo, incorreu o acórdão embargado em erro material, que merece ser corrigido. III. A circunstância de o acórdão, proferido pelo Tribunal de origem, ter aplicado a regra do art. 21, parágrafo único, do CPC/73, e não a do caput do aludido dispositivo, conforme constou, inadvertidamente, do aresto embargado, não determina a modificação do acórdão embargado, porquanto não compromete o raciocínio jurídico nele desenvolvido. IV. Com efeito, na forma da jurisprudência, a "aferição do grau de sucumbência entre as partes, para fins de distribuição dos honorários advocatícios, é matéria afeta aos juízos das instâncias ordinárias, por envolver a análise do contexto fático-probatório da demanda, providência igualmente defesa em sede especial, em virtude do óbice contido na Súmula 7 do STJ" (STJ, AgInt no AREsp 899.426/RJ, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 23/10/2017). Nesse sentido: STJ, AgInt no AREsp 1.164.061/PR, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe de 26/04/2018; AgInt no REsp 1.650.991/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/11/2017; AgInt no REsp 1.503.880/PE, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 08/03/2018. V. Embargos de Declaração acolhidos, para corrigir o erro material apontado, sem alteração do resultado do julgamento". (EDcl nos EDcl no AgInt nos EDcl no AREsp 123.839/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 05/11/2018). Registre-se que está prejudicada a análise dos pressupostos de admissibilidade pertinentes à alínea "c" (art. 105, III, CF), diante da aplicação do verbete sumular 7 do STJ. A propósito: "PROCESSUAL CIVIL. FIXAÇÃO IRRISÓRIA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7 DO STJ. DIVERGÊNCIA PREJUDICADA. (...) 2. A jurisprudência do STJ é firme no sentido de que o quantum da verba honorária, em razão da sucumbência processual, está sujeito a critérios de valoração delineados na lei processual. Sua fixação é ato próprio dos juízos das Instâncias ordinárias, e só pode ser alterada em Recurso Especial quando tratar de valor irrisório ou exorbitante, o que não se configura. 3. Dessa forma, modificar o entendimento proferido pelo aresto confrontado implica reexame da matéria fático-probatória, o que é obstado ao STJ, conforme sua Súmula 7: 'A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial'. 4. A análise do dissídio jurisprudencial fica prejudicada, em virtude da aplicação da Súmula 7 do STJ, porquanto não é possível encontrar similitude fática entre o acórdão combatido e os arestos paradigmas, uma vez que as conclusões díspares ocorreram não em razão de entendimentos diversos, mas de fatos, provas e circunstâncias específicas do caso concreto. 5. Recurso Especial não conhecido". (REsp 1765987/TO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/11/2018, DJe 23/11/2018). (g.n.) Dessa forma, sendo insuscetível de revisão o entendimento do órgão fracionário deste Tribunal por demandar o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, vedada está a análise da referida questão pelo STJ, o que obsta a admissão recursal. Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. VII

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0009951-38.2014.8.11.0004
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ALICE BARBOSA DE ALMEIDA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ROSENI APARECIDA FARINACIO OAB - MT4747-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Tribunal de Justiça de Mato Grosso Processo Judicial Eletrônico - PJe Recurso Especial n. 0009951-38.2014.8.11.0004 Decisão: Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça.

Intimação Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 0004459-61.2016.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
EDNEUZA ALVES TRUGILLO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GABRIELLA DE SOUZA MACHIAVELLI OAB - MT19727-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Tribunal de Justiça de Mato Grosso Processo Judicial Eletrônico - PJe Recurso Especial n. 0004459-61.2016.8.11.0015 Decisão: Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1017099-98.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
SIMONE BRITO DE OLIVEIRA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCIA NIEDERLE OAB - MT10458-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Tribunal de Justiça de Mato Grosso Processo Judicial Eletrônico - PJe Recurso Especial n. 1017099-98.2016.8.11.0041 Decisão: Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0002754-26.2014.8.11.0006
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATA CINTRA RASCHEJA OAB - MT15625-O (ADVOGADO)
HERMES DA SILVA OAB - MT14884-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CLAUDIA LUCIA DA SILVA MACHADO PEREIRA (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Tribunal de Justiça de Mato Grosso Processo Judicial Eletrônico - PJe Recurso Especial n. 0002754-26.2014.8.11.0041 Decisão: Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0005556-23.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUCAS TREVISAN BONGIOVANNI (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO ALEXANDRE OLIVEIRA DA SILVA OAB - MT14039-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DARREN MARCELO ACOSTA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JANE STELLE BECA SANTOS OAB - MT23432-O (ADVOGADO)
DANIEL DA CRUZ MULLER ABREU LIMA OAB - MT6177-O (ADVOGADO)

Vice-Presidência Recurso Especial n. 0005556-23.2013.8.11.0041 Processo Judicial Eletrônico – Pje Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial interposto por LUCAS TREVISAN BONGIOVANNI, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra o acórdão proferido pela Segunda Câmara de Direito Privado, assim ementado (id 11492967): RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE

REPARAÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – AGRESSÃO INJUSTA E DESNECESSÁRIA – CONCORRÊNCIA DE CULPAS – INEXISTENTE – INDENIZAÇÃO MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. Para que haja concorrência de culpa a atuação da vítima deve interferir no resultado e contribuir para o evento danoso. No caso concreto, a atitude do Apelante revelou-se injusta e desnecessária, o que afasta o nexo de causalidade entre a conduta do Recorrido, que empurrou o Recorrente, e a conduta perpetrada pelo Apelante, que desferiu um soco no rosto do Apelado enquanto segurava um copo, causando-lhe cicatrizes permanentes em seu rosto. (Apelação Cível n. 000556-23.2013.8.11.0041, Des. Clarice Claudino da Silva, Segunda Câmara de Direito Privado, data do julgamento 14/08/2019). Os Embargos de Declaração opostos pelo Recorrente foram rejeitados (id 18621995). Alega violação aos artigos 944 e 945 do CC, além de divergência jurisprudencial, ao argumento de que o aresto sufragado "não observou a extensão do dano e a culpa concorrente da vítima, além de ter violado os princípios da razoabilidade e proporcionalidade", bem como aplicou indevidamente multa por considerar seus embargos protelatórios. Recurso tempestivo (id). Contrarrazões (id 27481504). É o relatório. Decido. Da sistemática de recursos repetitivos Não foi verificada a existência, no Superior Tribunal de Justiça, de tema que se relacione às questões discutidas neste recurso e, por consequência, não há aplicação da sistemática de recursos repetitivos, não incidindo, in casu, a previsão do art. 1.030, I, "b", II e III, do CPC. Da aplicação das súmulas 7 e 83 do STJ Infere-se dos autos que no ano de 2012 as partes entraram em luta corporal no estabelecimento Getúlio Loft, vindo o Recorrente a desferir socos e uma "copada" no Recorrida, lesão de lhe causou cortes tendo, inclusive, que se submeter a cirurgia. O juízo de primeiro grau julgou parcialmente procedente a ação para condenar a parte ao pagamento por danos morais, materiais e estéticos. Interposta Apelação Cível a Colenda Câmara desproveu o apelo entendendo que: "como a agressão revelou-se injusta e desnecessária, mostra-se ausente o nexo de causalidade entre a conduta do Recorrido, que empurrou o Recorrente, e a conduta perpetrada pelo Apelante, que desferiu um soco no rosto do Apelado enquanto segurava um copo, causando-lhe cicatrizes permanentes no rosto do Recorrido, de forma que se mostra incontroversa a culpa exclusiva do Recorrente, não havendo que falar em redução do valor fixado a título de indenização por danos materiais e morais em face de concorrência de culpas." (id 11492968, p.3) Alega violação aos artigos 944 e 945 do CC, alegando que a agressão, em verdade, deu-se por culpa do Recorrido que iniciou a confusão e, portanto, não seria responsável por adimplir com qualquer indenização. Ainda, aduz que não foi levado em consideração a razoabilidade e proporcionalidade capaz de aquilatar o dano. Pois bem, a Súmula 83 do STJ preconiza que "não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida". Observa-se que o entendimento do órgão fracionário deste Tribunal está em consonância com a jurisprudência pacífica do STJ, conforme se extrai da ementa do julgado abaixo: AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRANSPORTE FERROVIÁRIO. QUEDA DE PASSAGEIRO. CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA. EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE NÃO COMPROVADA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. REVISÃO. VALOR RAZOÁVEL. 1. Inviável a análise do recurso especial quando dependente de reexame de matéria fática da lide (Súmula 7 do STJ). 2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça admite, excepcionalmente, em recurso especial, o reexame do valor fixado a título de danos morais, quando ínfimo ou exagerado. Hipótese, todavia, em que a verba indenizatória, consideradas as circunstâncias de fato da causa, foi estabelecida pela instância ordinária em conformidade com os princípios da proporcionalidade e razoabilidade. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 696.128/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 09/06/2015, DJe 16/06/2015) Desse modo, deve ser aplicado o referido verbete sumular quanto à suposta afronta legal, tendo em vista que o entendimento exposto no acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a orientação sedimentada no STJ. Ainda, consigne-se que, embora a Súmula 83 do STJ tenha sido formulada quando a alegação for fundada no permissivo da alínea "c" do artigo 105, III, da CF, esta é plenamente aplicável na hipótese da alínea "a". A propósito: "AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. MORTE DE CRIANÇA POR ELETROCUSSÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. INCIDÊNCIA. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NÃO INTERPOSIÇÃO. SÚMULA Nº 126/STJ. JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA. SÚMULA Nº 83/STJ. APLICABILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. (...) 4. Rever as conclusões do acórdão recorrido demandaria o reexame de matéria fática e das demais provas constantes dos autos, procedimento inviável em recurso especial, consoante o óbice da Súmula nº 7/STJ. 5. Incide a Súmula nº 126/STJ na hipótese em que o acórdão recorrido se assenta em fundamentos de natureza infraconstitucional e constitucional (art. 37, § 6º, da Constituição), qualquer deles suficiente, por si só, para manter a conclusão do julgado e a parte vencida não interpôs o indispensável recurso extraordinário. 6. É pacífico o entendimento desta Corte Superior de que a Súmula nº 83/STJ se aplica a ambas as alíneas (a e c) do permissivo constitucional. Precedentes. 7. Indenização arbitrada em quantia ínfima (R$ 20.000,00) se comparada a casos análogos. 8. Agravo interno não provido". (AgInt no AREsp 924.819/CE, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/12/2018, DJe 06/12/2018). Por fim, não bastasse a aplicação do disposto na Súmula 83 do STJ, a questão suscitada pela Recorrente enseja, também, o reexame do quadro fático-probatório dos autos, reclamando a aplicação da Súmula 7 do Colendo Superior Tribunal de Justiça, conforme se extrai da ementa abaixo: "PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. DISSÍDIO PRETORIANO. SÚMULA 13/STJ. DESSEMELHANÇA FÁTICA. CIVIL. INDENIZAÇÃO. CULPA. AFERIÇÃO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. CUMULAÇÃO. DANO MORAL E ESTÉTICO. POSSIBILIDADE. DANOS MATERIAIS. REDUÇÃO. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. REPARTIÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RESPECTIVOS. 1 - Não há omissão no julgamento do Tribunal de origem quando analisadas todas as questões a ele submetidas. 2 - Aferir a existência de culpa (lato senso) pela ocorrência do acidente é intento que demanda revolvimento fático-probatório e, portanto, não se submete ao crivo do STJ, na via especial, ante o veto da súmula 7/STJ. 3 - As duas turmas de direito privado deste Tribunal admitem a cumulação dos danos morais com os danos estéticos, derivados do mesmo fato, quando possível, como determinado, no caso, a apuração em separado. 4 - Não se perfectibiliza o dissídio pretoriano quando alguns dos julgados trazidos à colação são do mesmo tribunal (súmula 13/STJ) e os demais não guardam semelhança fática com o julgamento em xeque, ou seja, suas bases fáticas são distintas e, por isso mesmo, não servem como paradigmas. 5 - Reduzido o valor inicialmente pedido a título de danos materiais, há sucumbência recíproca, devendo os honorários pertinentes serem proporcionalmente distribuídos entre as partes. 6 - Recurso especial conhecido em parte e provido apenas para repartir recíproca e proporcionalmente o pagamento dos honorários advocatícios atinentes à condenação por danos materiais." (REsp 435.371/DF, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, QUARTA TURMA, julgado em 07/04/2005, DJ 02/05/2005, p. 354) Diante desse quadro, inviável a admissão do recurso neste ponto. Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. XII

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000891-64.2004.8.11.0045
Parte(s) Polo Ativo:
MIGUEL STEFANELLO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ ORIONE NETO OAB - MT3606-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ADM DO BRASIL LTDA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO ROBERTO ZILIANI OAB - MT644-O (ADVOGADO)
EDIR BRAGA JUNIOR OAB - MT4735-O (ADVOGADO)

RECURSO ESPECIAL NOS AUTOS DA APELAÇÃO 0000891-64.2004.8.11.0045 RECORRENTE: MIGUEL STEFANELLO RECORRIDO: ADM DO BRASIL LTDA Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no artigo 105, III, da Constituição Federal. O Departamento Judiciário Auxiliar certificou, (Id. 25415473), que não houve o pagamento das custas judiciais e dos portes de remessa e retorno em virtude do pedido de justiça gratuita. Esta Vice-Presidência, por sua vez, determinou conforme decisão de Id. 25827460, que, ante a ausência de recolhimento que a parte recorrente procedesse ao

recolhimento do preparo, em dobro, no prazo de 05 (cinco) dias. Foi certificado conforme Id. 27766985, que decorreu o prazo para a parte realizar o recolhimento do preparo. É o relatório. Decido. Da sistemática de recursos repetitivos Não foi verificada a existência, no Superior Tribunal de Justiça, de tema que se relacione às questões discutidas neste recurso e, por consequência, não há aplicação da sistemática de recursos repetitivos no caso concreto, não incidindo, in casu, a previsão do art. 1.030, I, "b", II e III, do CPC. Passo ao exame dos demais pressupostos de admissibilidade. Deserção. Apesar de devidamente intimada para efetuar o pagamento, a parte recorrente deixou transcorrer o prazo legal in albis, consoante certidão de Id. 27766985, o que implica na deserção recursal, consoante o artigo 1.007, caput, do CPC. No mesmo sentido, já decidiu o STJ em situação semelhante, vejamos: "PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INSUFICIÊNCIA DO PREPARO. VÍCIO SANÁVEL. PARÁGRAFO 2º DO ART. 511 DO CPC/1973. DESERÇÃO PREMATURA. DECISÃO MANTIDA. 1. Consoante jurisprudência desta Corte, no caso de recolhimento a menor do preparo, o recorrente deve ser intimado para complementação. A deserção apenas poderá ser decretada caso o recorrente deixe de efetuar o devido recolhimento. Inteligência do art. 511, § 2°, do CPC/1973. 2. Agravo regimental a que se nega provimento". (STJ AgInt no AREsp 204.290/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 17/05/2016, DJe 20/05/2016). Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. XIV

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1009991-73.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
TENUSA TECNOLOGIA E NUTRICAO S/A (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIELE YUKIE FUKUI OAB - MT13589-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)

Recurso Especial nº 1009991-73.2018.8.11.0000 RECORRENTE TENUSA TECNOLOGIA E NUTRICAO S/A RECORRIDO ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial (ID 13662499) interposto por TENUSA TECNOLOGIA E NUTRICAO S/A, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão da Segunda Câmara de Direito Público e Coletivo (ID 17130993): "TRIBUTÁRIO — PROCESSO CIVIL — AGRAVO DE INSTRUMENTO — EXECUÇÃO FISCAL — LEGITIMIDADE DA PESSOA JURÍDICA REQUERER EXCLUSÃO DO SÓCIO INCLUÍDO NO POLO PASSIVO — IMPOSSIBILIDADE - NULIDADE DA CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA SUSCITADA EM EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE — INADMISSIBILIDADE — NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA — VERBETE DA SÚMULA Nº 393 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA — OBSERVÂNCIA -PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTIVA — NÃO OCORRÊNCIA — ARTIGO 174 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL — APLICAÇÃO - RECURSO DESPROVIDO. É admissível a inclusão do sócio da pessoa jurídica indicado na Certidão de Dívida Ativa no polo passivo da ação de execução fiscal, uma vez que o referido título executivo possui presunção de certeza, veracidade e legitimidade, de modo que compete ao coobrigado comprovar a inexistência de sua responsabilidade tributária por intermédio de embargos à execução. Contudo, a pessoa jurídica não possui legitimidade para requerer a exclusão de sócio do polo passivo. Incabível exceção de pré-executividade em execução fiscal com fundamento em nulidade da Certidão de Dívida Ativa, quando a análise das questões suscitadas demandarem dilação probatória, nos termos do verbete da súmula nº 393 do Superior Tribunal de Justiça. Na ausência do recolhimento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, o prazo prescricional aplicável é aquele previsto no artigo 174, do Código Tributário Nacional, cujo termo inicial é "da data da sua constituição definitiva"." (RAI 1009991-73.2018.8.11.0000, Dr. MARCIO APARECIDO GUEDES, Segunda Câmara de Direito Público e Coletivo, Julgado em 20/09/2019) Alega violação ao artigo 174 do CTN, uma vez que o crédito tributário objeto da lide fora constituído definitivamente por meio do Termo de Apreensão e Depósito nº 92011, na data de 11/11/2005, motivo pelo qual restou configurado a prescrição do referido crédito. Recurso tempestivo (ID 20786461). Sem contrarrazões, conforme de certidão de ID 28148988. É o relatório. Decido. Da sistemática de recursos repetitivos Não foi verificada a existência, no Superior Tribunal de Justiça, de tema que se relacione às questões discutidas neste recurso e, por consequência, não há aplicação da sistemática de recursos repetitivos, não incidindo, in casu, a previsão do art. 1.030, I, "b", II e III, do CPC. Passo ao exame dos demais pressupostos de admissibilidade. Decisão em conformidade com o STJ (Súmula 83 do STJ) A Súmula 83 do STJ preconiza que "não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida". In casu, a parte Recorrente alega que o crédito tributário objeto da lide fora constituído definitivamente por meio do Termo de Apreensão e Depósito nº 92011, na data de 11/11/2005, motivo pelo qual restou configurado a prescrição do referido crédito. Observa-se que o entendimento do órgão fracionário deste Tribunal está em consonância com a jurisprudência pacífica do STJ, conforme se extrai da ementa do julgado abaixo: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO RESCISÓRIA. EXECUÇÃO FISCAL. MULTA (INFRAÇÃO AMBIENTAL). PRAZO PRESCRICIONAL. INÍCIO DO CÔMPUTO. CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DO CRÉDITO. 1. A Primeira Seção desta Corte, sob a sistemática dos recursos repetitivos, no julgamento do REsp 1.112.577/SP (julgado em 09/12/2009, DJe 08/02/2010) e do REsp 1.115.078/RS (julgado em 24/03/2010, DJe 06/04/2010), ambos da relatoria do em. Ministro Castro Meira, firmou, entre outras, as seguintes teses: a) "Prescreve em cinco anos, contados do término do processo administrativo, a pretensão da Administração Pública de promover a execução da multa por infração ambiental." e b) "O termo inicial do prazo prescricional para o ajuizamento da ação executória 'é a constituição definitiva do crédito, que se dá com o término do processo administrativo de apuração da infração e constituição da dívida'." 2. No caso, com espeque no art. 485, V, do CPC/1973, o IBAMA propôs ação rescisória em que questiona o transcurso do prazo prescricional para a cobrança de multa por infração ambiental, ao argumento de que seu início se dá a partir "da data da constituição definitiva do crédito não tributário e não da data da notificação do débito do devedor", tendo sido violados os arts. 1º e 1º-A da Lei n. 9.873/1999. 3. A decisão rescindenda assentou que "é de cinco anos o prazo prescricional para o ajuizamento de execução fiscal de cobrança de multa de natureza administrativa, contado do momento em que se torna exigível o crédito (artigo 1º do Decreto nº 20.910/1932)", sendo que o Regional contou o prazo inicial da prescrição da data em que o autuado foi cientificado do indeferimento do primeiro dos dois recursos administrativos apresentados, em 08/03/1999, ambos dotados de efeito suspensivo, a teor dos arts. 128, § 2º, e 130, § 3º, do Decreto n. 6.514/2008. 4. Havendo o processo administrativo se ultimado em 17/02/2000 (de cuja decisão final o infrator, ora réu, teve ciência em 03/03/2000) e tendo sido o autuado notificado para pagar o valor da multa até 01/04/2000 - data após a qual a dívida poderia ser cobrada judicialmente -, não há que se falar em prescrição, porquanto proposto o executivo fiscal em 20/08/2004. 5. Pedido procedente. (AR 4.928/RS, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 25/09/2019, DJe 25/10/2019) Desse modo, deve ser aplicado o referido verbete sumular quanto à suposta afronta ao artigo 174 do CTN, visto que o entendimento exposto no acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a orientação sedimentada no STJ. Por fim, consigne-se que, embora a Súmula 83 do STJ tenha sido formulada quando a alegação for fundada no permissivo da alínea "c" do artigo 105, III, da CF, esta é plenamente aplicável na hipótese da alínea "a". A propósito: "AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. MORTE DE CRIANÇA POR ELETROCUSSÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. INCIDÊNCIA. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NÃO INTERPOSIÇÃO. SÚMULA Nº 126/STJ. JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA. SÚMULA Nº 83/STJ. APLICABILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. (...) 4. Rever as conclusões do acórdão recorrido demandaria o reexame de matéria fática e das demais provas constantes dos autos, procedimento inviável em recurso especial, consoante o óbice da Súmula nº 7/STJ. 5. Incide a Súmula nº 126/STJ na hipótese em que o acórdão recorrido se assenta em fundamentos de natureza infraconstitucional e constitucional (art. 37, § 6º, da Constituição), qualquer deles suficiente, por si só, para manter a conclusão do julgado e a parte vencida não interpôs o indispensável recurso extraordinário. 6. É pacífico o entendimento desta Corte Superior

de que a Súmula nº 83/STJ se aplica a ambas as alíneas (a e c) do permissivo constitucional. Precedentes. 7. Indenização arbitrada em quantia ínfima (R$ 20.000,00) se comparada a casos análogos. 8. Agravo interno não provido". (AgInt no AREsp 924.819/CE, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/12/2018, DJe 06/12/2018). (g.n.) Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 13 de dezembro de 2019. Desa. Maria Helena G. Póvoas, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. XV

Intimação Classe: CNJ-408 AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL
Processo Número: 0037489-35.2018.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
GENAIR RODRIGUES (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLITO FERNANDES NETO OAB - MT18503-O (ADVOGADO)
DIANA ALVES RIBEIRO OAB - MT20370-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA VICE PRESIDÊNCIA RECURSO ESPECIAL NO AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL N. 0037489-35.2018.8.11.0042 RECORRENTE: GENAIR RODRIGUES RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial (Id. 25328450) interposto por GENAIR RODRIGUES, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra o acórdão da Primeira Câmara Criminal deste Sodalício, assim ementado (Id. 21989490): "AGRAVO DE EXECUÇÃO – CÁLCULO DE PENAS – IRRESIGNAÇÃO DO MP – PLEITO DE CORREÇÃO DA FRAÇÃO PARA A PROGRESSÃO DE REGIME – REINCIDÊNCIA – CIRCUNSTÂNCIA DE CARÁTER PESSOAL – UNIFICAÇÃO DAS PENAS – RECONHECIMENTO DA REINCIDÊNCIA SOBRE A TOTALIDADE DAS PENAS – RECURSO PROVIDO – CORREÇÃO PARA A FRAÇÃO DE 3/5 (TRÊS QUINTOS). Mesmo que o agravado, seja primário em uma das condenações, a contagem do prazo para concessão de benefícios deve ser feita a partir de novo cálculo, com base no somatório das penas. Assim, reconhecida a reincidência em um dos processos pelo qual cumpre pena, a circunstância agravante incide na totalidade da execução. Uma vez unificada a pena, deve-se aplicar a fração objetiva exigida para os reincidentes em todas as sanções unificadas." (AgExPe : 0037489-35.2018.8.11.0042, DES. PAULO DA CUNHA, PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL, Julgado em 12/11/2019, Publicado DJE em 18/11/2019) Alega violação aos arts. 1° e 66, I, ambos da Lei n. 7.210/84, ao argumento de que faz jus ao direito à manutenção da fração de 2/5 para condenação por crime equiparado a hediondo em que não foi reconhecida a reincidência na sentença. Recurso tempestivo (Id. 26796458). Contrarrazões – Id. 28478975. É o relatório. Decido. Da sistemática de recursos repetitivos. Não foi verificada a existência, no Superior Tribunal de Justiça, de tema que se relacione às questões discutidas neste recurso e, por consequência, não há aplicação da sistemática de recursos repetitivos, não incidindo, in casu, a previsão do art. 1.030, I, "b", II e III, do CPC. Passo ao exame dos demais pressupostos de admissibilidade. Decisão em conformidade com o STJ. Súmula 83 do STJ. Como preconiza a Súmula 83 do STJ, "Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida". In casu, defende o Recorrente o direito à manutenção da fração de 2/5 para condenação por crime equiparado a hediondo diante do não reconhecimento da reincidência na sentença condenatória. No aresto assim restou assentado: "Pois bem, o juiz a quo indeferiu a pretensão ministerial de retificação da fração da progressão de regime de 2/5 (dois quintos) para 3/5 (três quintos), tão somente à conta do fato de a reincidência não ter sido reconhecida na sentença condenatória. Todavia, por se tratar de condição pessoal do agente, uma vez reconhecida a reincidência em qualquer das condenações concomitantes, seus efeitos se estendem a todas as demais sanções consideradas no momento da unificação das penas pelo Juízo da execução. Logo, não se justifica a consideração isolada de cada condenação e tampouco a aplicação de percentuais diferentes para cada uma das reprimendas. (...) Nesse contexto, mesmo que o agravado, seja primário em uma das condenações, a contagem do prazo para concessão de benefícios deve ser feita a partir de novo cálculo, com base no somatório das penas. Assim, reconhecida a reincidência em um dos processos pelo qual cumpre pena, a circunstância agravante incide na totalidade da execução." (Id. 21989489, p. 1/3) Verifica-se, portanto, que o entendimento do órgão fracionário deste Tribunal está em consonância com a jurisprudência pacífica do STJ no sentido de que a reincidência é circunstância de caráter pessoal que pode ser reconhecida na fase da execução penal e estende-se sobre a totalidade das penas somadas para efeito de cálculo dos benefícios. A propósito: "AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. UNIFICAÇÃO. RECONHECIMENTO DA REINCIDÊNCIA SOBRE A TOTALIDADE DAS PENAS. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. A jurisprudência deste Superior Tribunal é firme em assinalar que a reincidência é circunstância de caráter pessoal que pode ser reconhecida na fase da execução penal e estende-se sobre a totalidade das penas somadas para efeito de cálculo dos benefícios. 2. Certamente, não cabe ao Juízo da Execução rever a sentença a cumprir, sob pena de violar a coisa julgada. Contudo, quando houver registro de condenação definitiva por mais de um crime, em processos distintos, é de sua competência, no momento da aplicação do art. 111 da LEP, com fins exclusivos de examinar benefícios do sistema progressivo, averiguar a natureza dos delitos (comum, hediondo ou outros a ele equiparados) e a circunstância pessoal do reeducando (primariedade ou reincidência), dados que interferem, tão somente, na individualização da execução penal. 3. Como o agravado registra pluralidade de condenações, a condição de reincidente passou a reger a execução como um todo. Exige-se daquele que viola reiteradamente o ordenamento jurídico o cumprimento de condições mais rigorosas antes de se atenuarem os rigores da pena aplicada. 4. Agravo regimental não provido." (AgRg no REsp 1824437/MG, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 26/11/2019, DJe 29/11/2019) (destaquei) "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. RECONHECIMENTO DA REINCIDÊNCIA PELO JUÍZO DA EXECUÇÃO CRIMINAL PARA FINS DE PROGRESSÃO DE REGIME. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO À COISA JULGADA. I - A reincidência do acusado constitui circunstância pessoal que acompanha o condenado durante toda a execução criminal, podendo ser reconhecida pelo Juízo da execução que supervisiona o cumprimento da pena, ainda que não reconhecida pelo Juízo que prolatou a sentença condenatória. Precedentes. II - É firme a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça no sentido de que: "Não cabe ao Juiz da Execução rever a pena e o regime aplicados no título judicial a cumprir. Contudo, é de sua competência realizar o somatório das condenações (unificação das penas), analisar a natureza dos crimes (hediondo ou a ele equiparados) e a circustância pessoal do reeducando (primariedade ou reincidência) para fins de fruição de benefícios da LEP" (AgRg no AREsp n. 1.237.581/MS, Sexta Turma, Rel. Min. Rogério Schietti Cruz, DJe de 1º/8/2018). Agravo regimental desprovido." (AgRg no REsp 1801005/MG, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, julgado em 18/06/2019, DJe 10/10/2019) (destaquei) Desse modo, na temática em questão, deve ser aplicado o referido verbete sumular quanto a suposta afronta aos arts. 1° e 66, I, ambos da Lei n.7.210/84, visto que o entendimento exposto no acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a orientação sedimentada no STJ, o que impede o seguimento do recurso. Ante o exposto, nego seguimento ao Recurso Especial. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. v

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001785-70.2014.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
B. A. P. Representado por sua genitora YARA ALECRIM DE ANDRADE E OUTRA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PATRICIA RODRIGUES BORGES SOLER OAB - MT24573/O (ADVOGADO)
MARTA XAVIER DA SILVA OAB - MT12162-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LIRIO ZANETTI (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PAULO ROBSON PRATI OAB - MT13083-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
YARA ALECRIM ANDRADE PRATI (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL (CUSTOS LEGIS)
ONESCIMO PRATI JUNIOR (TERCEIRO INTERESSADO)
CAMPO VERDE IMOBILIARIA E CONSTRUTORA LTDA - EPP (TERCEIRO INTERESSADO)

Tribunal de Justiça de Mato Grosso PJe - Processo Judicial Eletrônico Recurso Especial na Apelação Cível n. 0001785-70.2014.8.11.0051 RECORRENTES: B.A.P. E SUA GENITORA YARA ALECRIM ANDRADE PRATI RECORRIDO: LIRIO ZANETTI Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial (id 23893982) interposto por YARA ALECRIM ANDRADE PRATI com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra o acórdão da Quarta Câmara de Direito Privado assim ementado (id 8394461): "APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA – PRELIMINARES DE IMPUGNAÇÃO AO PEDIDO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA, ILEGITIMIDADE ATIVA E INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA REJEITADAS – IMÓVEL OBJETO DE COMPRA E VENDA ANTERIOR AO FALECIMENTO DO TITULAR DO ESPÓLIO – INEXISTÊNCIA DE BEM QUE SEJA PARTE DO ACERVO HEREDITÁRIO – SENTENÇA QUE HOMOLOGOU O ACORDO QUE RECONHECEU O DIREITO DO AUTOR À ADJUDICAÇÃO – MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. Comprovada a hipossuficiência da parte para arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do próprio sustento e o da família, a concessão do benefício da justiça gratuita é medida que se impõe. Se os apelantes são herdeiros necessários (art. 1.845 do CC/02) e foram admitidos no processo como assistentes litisconsorciais (art. 124 do CPC), não se pode negar lhes o interesse em preservar imóvel que entendem fazer parte do acervo hereditário. Para se reconhecer a inadequação da via eleita (apelo), como meio para obter a desconstituição de acordo homologado pelo Juízo, a sentença já deveria ter transitado em julgado, o que não é o caso em análise. Se o imóvel de propriedade da empresa imobiliária havia sido vendido ao autor anos antes do falecimento do titular do espólio, sócio majoritário daquela empresa, este não constitui bem que seja parte do acervo hereditário. Há que ser mantida a sentença homologatória do acordo celebrado entre as partes, de modo que tanto a imobiliária quanto o espólio de seu sócio majoritário reconhecem a procedência dos pedidos formulados na ação de adjudicação compulsória". (TJMT – Quarta Câmara de Direito Privado – Apelação n. 0001785-70.2014.8.11.0051, Relator: Des GUIOMAR TEODORO BORGES, j. em 26/06/2019). Opostos Embargos de Declaração (id 8551238), estes foram rejeitados no acórdão de id 20082954. Os Recorrentes alegam violação ao artigo 124 do Código de Processo Civil, além de divergência jurisprudencial, ao argumento de que na qualidade de assistentes litisconsorciais, têm legitimidade para manifestar a não concordância com o acordo entabulado entre o Recorrido e o Espólio de Onéscimo Prati e outros. Recurso tempestivo (id 23897467). Contrarrazões no id 28033469. É o relatório. Decido. Da sistemática de recursos repetitivos Não foi verificada a existência, no Superior Tribunal de Justiça, de tema que se relacione às questões discutidas neste recurso e, por consequência, não há aplicação da sistemática de recursos repetitivos, incidindo, in casu, o disposto no artigo 1.030, V, "a", do CPC. Passo ao exame dos demais pressupostos de admissibilidade. Pressupostos satisfeitos Trata-se de Recurso Especial interposto contra o acórdão da Apelação Cível que manteve a sentença homologatória de acordo celebrado em Ação de Adjudicação Compulsória, firmado entre o Espólio de Onéscimo Prati e Lirio Zanetti, extinguindo o feito. Nesse contexto, a partir da provável ofensa ao artigo 124 do Código de Processo Civil, os Recorrentes, como herdeiros necessários de Onéscimo Prati, arguem a nulidade da decisão por cerceamento de defesa, ante a ausência de sua concordância com o acordo homologado. Logo, deveriam ser admitidos no processo como assistentes litisconsorciais, tendo a ação seu regular prosseguimento, com a devida instrução processual, com a finalidade de demonstrar que o imóvel objeto da demanda faz parte do acervo hereditário. Observa-se que houve o devido prequestionamento da matéria acima mencionada, o que impede a incidência das Súmulas 211 do STJ, 282 e 356, do STF. Além disso, a tese recursal não pretende alterar o quadro fático já reconhecido pelo acórdão, mas rever a moldura legal que lhe foi dada (não aplicação da Súmula 7 do STJ), não incidindo, também, no caso concreto, nenhuma outra súmula impeditiva. Dessa forma, presentes todas as condições processuais necessárias, dou seguimento ao recurso pela aduzida afronta legal. Em interpretação conjunta do artigo 1.034, parágrafo único, do CPC, e à Súmula 292/STF, fica dispensado o exame dos demais dispositivos supostamente violados. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. VII

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1005896-63.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CETEMI TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA - ME (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TEREZA VALERIA BLASKEVICZ OAB - SP133951 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EDUARDO JOSE MENEGATTI SANCHEZ (EMBARGADO)
WILLIAM MENEGATTI SANCHEZ (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDUARDO JOSE MENEGATTI SANCHEZ OAB - SP119609 (ADVOGADO)
CRISTINA GREGOLIN SANCHEZ OAB - SP360925 (ADVOGADO)

RECURSO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL AUTOS Nº 1005896-63.2019.8.11.0000 EMBARGANTE: CETEMI TRANSPORTES LTDA - ME EMBARGADO: WILLIAM MENEGATTI SANCHEZ Vistos, etc. Embargos de Declaração opostos contra a decisão de Id. 26796997 que realizou o juízo de admissibilidade do Recurso Especial de Id. 18737979. O embargante afirma omissão pois na decisão não teria constado se houve negativa ou não de seguimento do recurso interposto. É o relatório. Decido. O Recurso de Embargos de Declaração constitui ferramenta processual idônea para sanar erro, obscuridade, contradição ou omissão do julgado, não tendo a finalidade de solucionar o inconformismo da parte, conforme estabelece o art. 1.022 do CPC. No caso dos autos, verifico que existe erro material quanto ao trecho final da decisão, visto que não constou expressamente a conclusão do julgado. Ante o exposto, conheço dos Embargos de Declaração, dando provimento ao mesmo, para o fim de corrigir o erro material apontado na decisão de Id. 26796997, para constar na parte dispositiva o que segue: "Ante o exposto, nego seguimento ao recurso especial de Id. 18737991. " Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça XIV

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1011046-25.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LUANA LIMA LUZ MAGALHAES (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUSTAVO ARAUJO DA COSTA OAB - MT15134 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA OUTORGA DAS DELEGAÇÕES DE NOTAS E DE REGISTRO DO FORO EXTRAJUDICIAL DO ESTADO DO MATO GROSSO (EMBARGADO)
Outros Interessados:
ESTADO DE MATO GROSSO (LITISCONSORTES)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Embargos de Declaração 1011046-25.2019.8.11.0000 Embargante: Luana Lima Luz Magalhães Embargado: Estado de Mato Grosso Vistos, etc. Embargos de Declaração opostos por LUANA LIMA LUZ MAGALHÃES contra a decisão de Id. 24720143 que determinou o recolhimento em dobro das custas judiciais sob pena de deserção. O Estado de Mato Grosso, ofertou contrarrazões aos Embargos de Declaração, sob Id. 27633046. A embargante requereu a desconsideração dos Embargos de Declaração, sob petição de Id. 27633046 e comprovou o recolhimento em dobro do preparo recursal Foi certificado conforme É o relatório. Diante disso, julgo prejudicado os Embargos e Declaração, com fundamento no artigo 932, inciso, III, do CPC, e determino a remessa dos autos ao STJ para apreciação do Recurso Ordinário. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça XIV

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1004890-21.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CANDIDO SIMIONATTO (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAURICIO SALES FERREIRA DE MORAES OAB - MT14826-A (ADVOGADO)
TATIANA DIAS DE CAMPOS OAB - MT9369-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
VALDEMAR JULIO BIACHIN (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CRISTIANO ZANDONA OAB - MT16829-O (ADVOGADO)

Outros Interessados:
JORAIDO SIMIONATTO (TERCEIRO INTERESSADO)
JUVELINO SIMIONATO (TERCEIRO INTERESSADO)
CLARI SIMIONATTO (TERCEIRO INTERESSADO)
SIMIONATTO E CIA LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)

RECURSO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO AUTOS Nº 1004890-21.2019.8.11.0000 EMBARGANTE: CANDIDO SIMIONATTO EMBARGADO: VALDEMAR JULIO BIACHIN Vistos, etc. Embargos de Declaração opostos contra a decisão de Id. 23905464 não conheceu o Agravo Interno de Id. 21734488 por ser manifestamente incabível. O Embargante sustenta que há necessidade de esclarecimento da decisão que não conheceu o Agravo pois "é claro em dizer que para destrancar decisão denegatória de recurso especial"(sic). Contrarrazões sob Id. 26696961. É o relatório. Decido. O Recurso de Embargos de Declaração constitui ferramenta processual idônea para sanar erro, obscuridade, contradição ou omissão do julgado, não tendo a finalidade de solucionar o inconformismo da parte, conforme estabelece o Art. 1.022 do CPC. Partindo dessa premissa, observa-se que o pedido da parte embargante, consistente na reforma do julgado com o objetivo de analisar novamente o cabimento do Agravo Interno interposto, o que extrapola as hipóteses de cabimento dos Declaratórios, pois a sua pretensão é a modificação da decisão, e não o saneamento de eventual vício. A propósito: "PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 535 DO CPC. REDISCUSSÃO DE QUESTÕES JÁ RESOLVIDAS NA DECISÃO EMBARGADA. MERO INCONFORMISMO. SIMPLES REITERAÇÃO DE ARGUMENTOS. NÃO-CABIMENTO. CONTRADIÇÃO INTERNA DO JULGADO. AUSÊNCIA. EMBARGOS REJEITADOS. 1. Revelam-se improcedentes os embargos declaratórios em que as questões levantadas não configuram as hipóteses de cabimento do recurso - omissão, contradição ou obscuridade -, delineadas no Art. 535 do CPC. 2. A rediscussão, via embargos de declaração, de questões de mérito já resolvidas configura pedido de alteração do resultado do decisum, traduzindo mero inconformismo com o teor da decisão embargada. Nesses casos, a jurisprudência desto Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de que os embargos não merecem prosperar. 3. Tratando-se de mera reiteração de argumentos anteriormente levantados, e sendo certo que as questões apontadas como omitidas foram clara e fundamentadamente examinadas nas decisões precedentes, são manifestamente descabidos os presentes declaratórios. 4. Finalmente, o vício que autoriza os embargos de declaração é a contradição interna do julgado, não a contradição entre este e o entendimento da parte, nem menos entre este e o que ficara decidido na Instância a quo, ou entre ele e outras decisões do STJ. 5 Embargos de declaração rejeitados". (STJ EDcl no RMS 46.618/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/03/2015, DJe 16/03/2015). "PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO PROTELATÓRIO. APLICAÇÃO DE MULTA. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS. 1. Inexistentes as hipóteses do Art. 535 do CPC, não merecem acolhida os segundos embargos de declaração que têm nítido caráter infringente. 2. Os embargos de declaração não se prestam à manifestação de inconformismo ou à rediscussão do julgado. 3. Embargos de declaração opostos com o intuito procrastinatório da parte enseja a multa prevista no Art. 538, parágrafo único, do CPC, em 1% sobre o valor da causa. 4. Embargos de declaração rejeitados". (STJ EDcl nos EDcl no AgRg no AREsp 476.065/RS, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/03/2015, DJe 13/03/2015). Dessa forma, como o pedido do Embargante objetiva a reapreciação da matéria já decidida, e não de aperfeiçoamento do julgado, a decisão deve permanecer inalterada. Ante o exposto, conheço dos Embargos de Declaração, mas nego-lhe provimento. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça XIV

Intimação Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 1004643-19.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO RAINHO JUNIOR (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
REGIANE ALVES DA CUNHA OAB - MT7712-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

INTIMAÇÃO ao(s) Recorrido(s) JOAO RAINHO JUNIOR para, no prazo legal, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso Especial interposto(s).

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1002103-19.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CELSO ALVES PINHO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CELSO ALVES PINHO OAB - MT12709-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
FERNANDO FANTINEL PICOLLI (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HILTON SANTOS DA SILVA OAB - MT11794-O (ADVOGADO)
NEWMAN PEREIRA LOPES OAB - MT7293-O (ADVOGADO)

INTIMAÇÃO ao(s) Agravado(s) FERNANDO FANTINEL PICOLLI para, no prazo de 15 dias, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso de Agravo de Instrumento ao STJ interposto.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1004666-83.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ROMEO KOHLRAUSCH (AGRAVANTE)
JOAO BRASIL KOHLRAUSCH (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIO RAYES SAKR OAB - SP40832-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARIANA CRISTINA CORREA DE ANDRADE OAB - MT15549-O (ADVOGADO)
SERGIO LAZZARINI OAB - SP18614 (ADVOGADO)
GUSTAVO AMATO PISSINI OAB - MT13842-A (ADVOGADO)
LUIZ CARLOS ICETY ANTUNES OAB - MT18032-A (ADVOGADO)
ANDREI SIQUEIRA SANTOS OAB - MT17698-A (ADVOGADO)

INTIMAÇÃO ao(s) Agravado(s) BANCO DO BRASIL SA para, no prazo de 15 dias, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso de Agravo de Instrumento ao STJ interposto.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000361-32.2016.8.11.0080
Parte(s) Polo Ativo:
ARMIN KLIEWER (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CAMILA ALEXANDRA UBIALLI OAB - MT13401-O (ADVOGADO)
SERGIO HENRIQUE STANISZEWSKI OAB - MT12972-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-S (ADVOGADO)

INTIMAÇÃO ao(s) Recorrido(s) BANCO DO BRASIL SA para, no prazo legal, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso Especial interposto(s).

Intimação Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 0050254-46.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
DEJANIRA DOS SANTOS PEREIRA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCIA NIEDERLE OAB - MT10458-O (ADVOGADO)
ANTONIO ALMIR MAZINI JUNIOR OAB - MT21870-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

INTIMAÇÃO ao(s) Recorrido(s) DEJANIRA DOS SANTOS PEREIRA para, no

prazo legal, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso Especial interposto(s).

Intimação Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1011388-36.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE RONDONOPOLIS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANO CESAR CLEMENTE OAB - MT14340-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MERCIMEIRE BELO FERREIRA COSTA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CHERNENKO DO NASCIMENTO COUTINHO OAB - MT17553-O (ADVOGADO)
RENATO DIAS COUTINHO NETO OAB - MT11003-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

INTIMAÇÃO ao(s) Recorrido(s) MERCIMEIRE BELO FERREIRA COSTA para, no prazo legal, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso Especial interposto(s).

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1006511-53.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO SA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO TARDIOLI LUCIO DE LIMA OAB - SP206727 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
GERALDO MARTINS DO CARMO (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ROBERTO ZAMPIERI OAB - MT4094-O (ADVOGADO)
RICARDO VENDRAMINE CAETANO OAB - SP156921 (ADVOGADO)

INTIMAÇÃO ao(s) Agravado(s) GERALDO MARTINS DO CARMO para, no prazo de 15 dias, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso de Agravo de Instrumento ao STJ interposto.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0012445-27.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A-EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL (APELADO)
BANCO DO BRASIL SA (APELADO)
SANDRO MARTINS MACEDO (APELADO)
BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO PAULO CARVALHO DIAS OAB - MT8493-A (ADVOGADO)
RAFAEL SGANZERLA DURAND OAB - MT12208-A (ADVOGADO)
THIAGO MAHFUZ VEZZI OAB - MT18017-A (ADVOGADO)
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
BANCO PAN S.A. (TERCEIRO INTERESSADO)
BANCO DAYCOVAL S/A (TERCEIRO INTERESSADO)

INTIMAÇÃO ao(s) Agravado(s) SANDRO MARTINS MACEDO para, no prazo de 15 dias, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso de Agravo de Instrumento ao STJ interposto.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1012518-61.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCO ANDRE HONDA FLORES OAB - MT9708-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ISMAEL DE OLIVEIRA SILVA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ERIKA RAYANE DOS SANTOS OAB - MT20523 (ADVOGADO)
MARTINIANO PEREIRA MATOS FILHO OAB - MT10269-O (ADVOGADO)

INTIMAÇÃO ao(s) Agravado(s) ISMAEL DE OLIVEIRA SILVA para, no prazo de 15 dias, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso de Agravo de Instrumento ao STJ interposto.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0002359-61.2015.8.11.0018
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA LIMA OAB - MT3127-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
HELIO FARIA GUIMARAES (APELADO)
LUCIMAR BARBOSA GUEDES (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LINDAMIR MACEDO DE PAIVA OAB - MT16164-O (ADVOGADO)

INTIMAÇÃO ao(s) Agravado(s) HELIO FARIA GUIMARAES e outros para, no prazo de 15 dias, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso de Agravo de Instrumento ao STJ interposto.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000102-50.2017.8.11.0032
Parte(s) Polo Ativo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO OAB - MT9172-B (ADVOGADO)
JOSE EDUARDO POLISEL GONCALVES OAB - MT12009-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
D. R. S. O. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANA LIGIA LEITE DOS REIS OAB - MT18532-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
RANYELLE SAMARA ROMA DA CUNHA (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

INTIMAÇÃO ao(s) Recorrido(s) D. R. S. O. para, no prazo legal, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso Especial interposto(s).

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000358-43.2016.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE DE ALMEIDA DE SOUZA MATOS (APELANTE)
MARIA APARECIDA DA SILVA VIEIRA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL CESAR DO NASCIMENTO OAB - MT16056-A (ADVOGADO)
ACACIO ALVES SOUZA OAB - MT14724-O (ADVOGADO)
SIMONE ALVES DA SILVA OAB - MT6835-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCISCO ANTUNES (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
WUEINER CRUZEIRO ASSIS VILELA OAB - GO18969-O (ADVOGADO)
MARCELO BARBOSA TEIXEIRA DE MAGALHAES OAB - MT6882-O (ADVOGADO)

INTIMAÇÃO ao(s) Recorrido(s) FRANCISCO ANTUNES para, no prazo legal, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso Especial interposto(s).

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0007172-38.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
WALTER BOSCOLI (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO OLIVEIRA MACHADO OAB - MT9012-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
AGRENCO DO BRASIL S/A - EM RECUPERACAO JUDICIAL (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIEN FABIO FIEL PAVONI OAB - MT6525-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (TERCEIRO INTERESSADO)

Vice-Presidência Processo Judicial Eletrônico – Pje Recurso Especial n. 0007172-38.2010.8.11.0041 Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial interposto por WALTER BOSCOLI, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra o acórdão proferido pela Primeira Câmara de Direito Privado, assim ementado (id 8522680): "APELAÇÕES CÍVEIS – AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL CC CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO – CERCEAMENTO DE DEFESA – JULGAMENTO ANTECIPADO - INOCORRÊNCIA — DESNECESSIDADE DE OUTRAS PROVAS – REJEIÇÃO – TEORIA DA IMPREVISÃO - CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE SAFRA FUTURA DE SOJA – INAPLICABILIDADE – MULTA MORATÓRIA CC COM CLAÚSULA PENAL – IMPOSSIBILIDADE – MESMO FATO GERADOR – EXCLUSÃO DA MULTA MORATÓRIA – REDUÇÃO DA CLÁUSULA PENAL – EXCESSIVIDADE RECONHECIDA – SENTENÇA MANTIDA – RECURSOS DESPROVIDOS. Não se encontrando pendente de prova nenhum fato relevante e pertinente à lide, o julgamento antecipado, não acarretou cerceamento de defesa. Não se aplica a teoria da imprevisão a contrato aleatório de compra e venda de safra futura de soja, celebrado com risco para uma das partes. Não é possível a cumulação da multa moratória com a cláusula penal quando originam do mesmo fato gerador." (Apelação Cível n. 0007172-38.2010.8.11.0041, Des. SEBASTIAO BARBOSA FARIAS, Primeira Câmara de Direito Privado, data de julgamento 16/07/2019). Os Embargos de Declaração foram rejeitados (id 18617979). Alega violação aos artigos 7º, 9º, 10º, 85, §§1º, 2º, 99, §3º e 14, 86, 371, 489, §1º, incisos I a IV, do CPC e artigos 413, 422, 476, 477, 478, 479 e 884 do CC, ao argumento de: cerceamento de defesa aplicação em razão do indeferimento da prova testemunhal e oitiva da parte; necessidade de aplicação da teoria da imprevisão para redução da multa ao patamar razoável, a fim de evitar enriquecimento sem causa; condenação da Recorrida ao pagamento de honorários advocatícios; e concessão indevida da gratuidade judiciária à parte Recorrida. Recurso tempestivo (id 24104486). Contrarrazões (id 27752467). É o relatório. Decido. Da sistemática de recursos repetitivos Não foi verificada a existência, no Superior Tribunal de Justiça, de tema que se relacione às questões discutidas neste recurso e, por consequência, não há aplicação da sistemática de recursos repetitivos, não incidindo, in casu, a previsão do art. 1.030, I, "b", II e III, do CPC. Da aplicação das Súmulas 7 e 83 do STJ A Recorrente sustenta, suposta ofensa aos artigos 7º, 9º, 10º, 85, §§1º, 2º, 99, §3º e 14, 86, 371, 489, §1º, incisos I a IV, do CPC e artigos 413, 422, 476, 477, 478, 479 e 884 do CC, ao argumento de que o aresto incorreu em cerceamento de defesa ao não reconhecer a necessidade da produção da prova oral, bem como pela manutenção da multa rescisória em patamar irrazoável, além de não reconhecer o dever da Recorrida ao pagamento de honorários advocatícios e, ainda, por lhe conceder os benefícios da gratuidade judiciária. A Colenda Câmara concluiu pelo desprovimento do apelo, afastando a preliminar de cerceamento de defesa, bem como o mérito, pelos seguintes fundamentos: "O juiz "a quo" julgou improcedente o pedido de aplicação da teoria da imprevisão, porque a incerteza é uma das características do contrato de compra e venda de safra futura de soja entre as partes, a quebra da produção devido à forte chuva não poderia fundamentar eventual variação de preço e que o pagamento da obrigação referente a contrato anterior não é causa de inadimplemento. Posto isso, não há improcedência do pedido por ausência de provas; não se encontrando pendente de prova nenhum fato relevante e pertinente à lide, o julgamento antecipado não acarretou cerceamento de defesa. (...) As partes celebraram contrato aleatório de compra e venda de safra futura de soja, em que se imputou ao produtor o risco pela frustração do negócio (id. 7464130). Se o contrato for aleatório, por dizer respeito a coisas ou fatos futuros, cujo risco de não virem a existir um dos contratantes assuma, terá o outro direito de receber integralmente o que lhe foi prometido, desde que de sua parte não tenha havido dolo ou culpa, ainda que nada do avençado venha a existir (art. 458, CC). Os contratos aleatórios impõem risco para uma das partes. Não há, assim, comutatividade das prestações ou quebra do equilíbrio contratual, o que torna inaplicável a teoria da imprevisão. (...) Ademais, consabido são os riscos inerentes à atividade agrícola, decorrentes, principalmente, de fenômenos naturais, das oscilações do mercado consumidor, das variações no câmbio ou de políticas governamentais e a consequente variação sofrida nos preços dos produtos agrícolas. Anoto que, indubitavelmente, tais elementos são circunstâncias previsíveis a qualquer homem médio, em especial daquele que reside em região cuja atividade econômica principal é a agricultura. (TJSC, Apelação Cível n. 2005.013380-9, de Maravilha, rel. Des. Eládio Torret Rocha , j. 6-11-2008). Também sem razão o pleito alternativo de minoração da cláusula penal para 2%. Isso porque, reconhecendo o excesso da multa penal, nos termos do artigo 413 do C.C., o magistrado sentenciante reduziu de 50% para 10% o valor da multa, prevista na cláusula nova, parágrafo quarto do contrato e deixou de aplicar a multa contratual moratória prevista no parágrafo segundo da mesma cláusula, pois oriunda do mesmo fato, o que caracterizaria "bis in idem". Tenho como justo e razoável o percentual aplicado pelo magistrado sentenciante que, conforme ilustrado por ele é o percentual médio aplicado por este Tribunal de Justiça (id. 7464243, pág. 2). Finalmente, no que tange a minoração dos honorários advocatícios, sem razão o apelante, tendo em vista que a ação tramita há mais 9 (nove) anos, não é de natureza simples e várias foram as petições do patrono nos autos, não indicando a parte qualquer elemento que desqualificasse o trabalho desenvolvido pelo profissional. Mantenho, portanto, os honorários advocatícios em 20% sobre o valor da condenação, assim como a sucumbência a cargo da parte apelante, posto que, na reconvenção apenas o pedido de multa moratória foi afastado, portanto, o reconvinte decaiu da parte mínima dos pedidos." Pois bem, a Súmula 83 do STJ preconiza que "não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida". Em relação ao argumento de cerceamento de defesa, observa-se que o entendimento do órgão fracionário deste Tribunal está em consonância com a jurisprudência pacífica do STJ, conforme se extrai da ementa do julgado abaixo: "AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. ENTREGA DE ESCRITURA PÚBLICA. RECONVENÇÃO. RESCISÃO DE CONTRATO. INADIMPLEMENTO. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 535 DO CPC/73. NÃO OCORRÊNCIA. EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO. DESISTÊNCIA DO INCIDENTE. OFENSA AOS ARTS. 265, III, 266 E 306 DO CPC/1973. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚM. 282/STF. INDEFERIMENTO DE PROVA ANTERIORMENTE DEFERIDA. INEXISTÊNCIA DE PRECLUSÃO PRO JUDICATO EM MATÉRIA PROBATÓRIA. PRECEDENTES. CONSTITUIÇÃO EM MORA. INTERPELAÇÃO DO CÔNJUGE DO PROMITENTE COMPRADOR. DESNECESSIDADE. INDEFERIMENTO DE PROVA. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA. NECESSIDADE DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. ANÁLISE ACERCA DE EXISTÊNCIA DE MORA DO VENDEDOR E INEXISTÊNCIA DE MORA DO COMPRADOR. IMPOSSIBILIDADE. ÓBICES DAS SÚM. 5 E 7 DO STJ. AGRAVO DESPROVIDO. 1. Não há falar em ofensa ao art. 535 do CPC/1973, se a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente. 2. Fica inviabilizado o conhecimento do tema relativo à existência ou não de poderes conferidos ao advogado para subscrever pedido de desistência de exceção de suspeição, porquanto não foi debatido e decidido nas instâncias ordinárias, tampouco opostos embargos de declaração para sanar eventual omissão, porquanto ausente o indispensável prequestionamento. Aplicação, por analogia, das Súmulas 282 e 356 do STF. 3. É inviável a análise de teses alegadas apenas em agravo interno, mesmo em se tratando de matéria de ordem pública, por se caracterizar inovação recursal. Precedentes. 4. Nos termos dos precedentes do colendo STJ, não ofende o art. 471 do CPC/73 o indeferimento de produção da prova oral, ainda que anteriormente deferida, tampouco "implica preclusão 'pro judicato', pois, em questões probatórias, não há preclusão para o magistrado. Precedentes" (AgRg no REsp 1.212.492/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 22/04/2014, DJe de 02/05/2014). 5. A notificação do cônjuge, no caso de promessa de compra e venda onde figura apenas o marido como promissário comprador, se faz desnecessária para efeito de constituição em mora. Precedentes. 6. Não há falar em cerceamento de defesa pelo indeferimento do pedido de prova testemunhal em razão de o acórdão recorrido entender suficientes as provas documentais trazidas aos autos para comprovação do dano e da responsabilidade, porquanto, no nosso sistema processual, o magistrado é o destinatário da prova, cabendo-lhe, por força do artigo 131 do Código de Processo Civil de 1973, apreciar livremente as provas apresentadas, devendo apenas fundamentar os motivos que lhe formaram o convencimento. 7. O eg. Tribunal de origem, com arrimo no acervo probatório constante dos autos, concluiu que o promitente comprador não realizou o pagamento no tempo e modo previstos em contrato, estando em mora, portanto. Por outro lado, que o atraso na outorga da escritura de compra e venda se deu por

motivo alheio à vontade do promitente vendedor. Com efeito, a modificação do entendimento firmado esbarra nos óbices das Súmulas 5 e 7 do STJ. 8. Agravo interno a que se nega provimento." (AgInt no AREsp 438.748/BA, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe 25/09/2018) (g.s.) Em relação ao valor da multa rescisória o aresto sufragado entendeu pela manutenção da quantia estabelecida na sentença, que reduziu de 50% para 10% seu percentual, o que, também, vai ao encontro do posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, senão vejamos: "AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESCISÃO CONTRATUAL CUMULADA COM INDENIZATÓRIA E LUCROS CESSANTES. RESCISÃO CONTRATUAL POR CULPA DO ADQUIRENTE DO IMÓVEL. RETENÇÃO DE 15% DOS VALORES DESPENDIDOS. CABIMENTO. RAZOABILIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. É entendimento do STJ que "é abusiva a cláusula que fixa a multa pelo descumprimento do contrato com base não no valor das prestações pagas, mas, no valor do imóvel, onerando demasiadamente o devedor" (REsp 907.856/DF, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/06/2008, DJe de 1º/07/2008). 2. Quanto ao percentual da multa, a jurisprudência desta Corte de Justiça, nas hipóteses de rescisão de contrato de promessa de compra e venda de imóvel por inadimplemento do comprador, tem admitido a flutuação do percentual de retenção pelo vendedor entre 10% e 25% do total da quantia paga. Precedentes. 3. Ademais, não é possível na via especial rever a conclusão contida no aresto atacado acerca do percentual retido a título de cláusula penal melhor condizente com a realidade do caso concreto e a finalidade do contrato, pois a isso se opõem os óbices contidos nas Súmulas 5 e 7 do STJ. 4. Agravo interno a que se nega provimento." (AgInt no AREsp 1180352/DF, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 20/02/2018, DJe 28/02/2018). A concessão dos benefícios da gratuidade judiciária para as pessoas jurídicas em situação falimentar também foi apreciada pela Colenda Câmara em sede de Embargos de Declaração e mais um vez foi decidida de acordo com o STJ, destaco: "TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. PESSOA JURÍDICA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. NECESSIDADE DE PROVA. INSUFICIÊNCIA DE DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRECEDENTE: RESP 1.185.828/RS DE RELATORIA DO MINISTRO CESAR ASFOR ROCHA. ENTENDIMENTO ADOTADO PELA CORTE ESPECIAL. AGRAVO INTERNO DA CONTRIBUINTE DESPROVIDO. 1. A Corte Especial do STJ, no julgamento dos EREsp. 1.185.828/RS, de relatoria do Ministro CESAR ASFOR ROCHA, pacificou o entendimento de que é possível o benefício da justiça gratuita em favor de pessoa jurídica de Direito Privado, com ou sem fins lucrativos, desde que comprove o estado de miserabilidade, não bastando a simples declaração de pobreza. 2. O Tribunal de origem consignou que a parte agravante comparece em juízo através de advogado constituído, demonstra capital e movimentações vultosas e somente carreou aos autos Demonstração de Resultados referentes aos anos de 2008 e 2009. Os dados carreados aos autos pela agravante são insuficientes para dar embasamento à concessão da pretendida gratuidade (fls. 190). Reexaminar essa questão probatória é medida inviável no âmbito do Recurso Especial, por implicar não somente a revalorização dos fatos, mas a sua própria configuração. 3. O processamento da recuperação judicial, por si só, não importa reconhecimento da necessária hipossuficiência para fins de concessão da assistência judiciária gratuita à pessoa jurídica (AgInt no AREsp. 1.218.648/SP, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, DJe 26.6.2018). 4. Agravo Interno da Contribuinte desprovido." (AgInt nos EDcl no AREsp 1150183/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 25/11/2019, DJe 28/11/2019) Desse modo, deve ser aplicado o referido verbete sumular quanto à suposta afronta aos artigos 7º, 9º, 10º, 85, §§1º, 2º, 99, §3º e 14, 86, 371, 489, §1º, incisos I a IV, do CPC e artigos 413, 422, 476, 477, 478, 479 e 884 do CC, tendo em vista que o entendimento exposto no acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a orientação sedimentada no STJ. Ainda, consigne-se que, embora a Súmula 83 do STJ tenha sido formulada quando a alegação for fundada no permissivo da alínea "c" do artigo 105, III, da CF, esta é plenamente aplicável na hipótese da alínea "a". A propósito: "AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. MORTE DE CRIANÇA POR ELETROCUSSÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. INCIDÊNCIA. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NÃO INTERPOSIÇÃO. SÚMULA Nº 126/STJ. JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA. SÚMULA Nº 83/STJ. APLICABILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. (...) 4. Rever as conclusões do acórdão recorrido demandaria o reexame de matéria fática e das demais provas constantes dos autos, procedimento inviável em recurso especial, consoante o óbice da Súmula nº 7/STJ. 5. Incide a Súmula nº 126/STJ na hipótese em que o acórdão recorrido se assenta em fundamentos de natureza infraconstitucional e constitucional (art. 37, § 6º, da Constituição), qualquer deles suficiente, por si só, para manter a conclusão do julgado e a parte vencida não interpôs o indispensável recurso extraordinário. 6. É pacífico o entendimento desta Corte Superior de que a Súmula nº 83/STJ se aplica a ambas as alíneas (a e c) do permissivo constitucional. Precedentes. 7. Indenização arbitrada em quantia ínfima (R$ 20.000,00) se comparada a casos análogos. 8. Agravo interno não provido". (AgInt no AREsp 924.819/CE, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/12/2018, DJe 06/12/2018). (g.n.) Por fim, não bastasse a aplicação do disposto na Súmula 83 do STJ, a questão suscitada pela Recorrente enseja, também, o reexame do quadro fático-probatório dos autos, reclamando a aplicação da Súmula 7 do Colendo Superior Tribunal de Justiça. Diante desse quadro, inviável a admissão do recurso neste ponto. Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 17 de dezembro de 2019 Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. XII

Despacho Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1008315-56.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONITO LUIZ FRANCA DE CARVALHO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE QUINTAO SAMPAIO OAB - MT5653-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO LOBO GUIMARAES OAB - DF14517-O (ADVOGADO)
MARCOS VINICIUS BARROS OTTONI OAB - DF16785-O (ADVOGADO)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

RECURSO ESPECIAL interposto nos autos do AGRAVO DE INSTRUMENTO n. 1008315-56.2019.8.11.0000 RECORRENTE: ANTONITO LUIZ FRANCA DE CARVALHO recorrido: CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL Vistos. Trata-se de Recurso Especial interposto por ANTONITO LUIZ FRANCA DE CARVALHO, mas a certidão ID 28669996 atesta o não pagamento do preparo recursal, uma vez que não foi juntado nenhum comprovante nos autos. O Art. 1.007, § 4º do CPC assim dispõe: "§ 4o O recorrente que não comprovar, no ato de interposição do recurso, o recolhimento do preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, será intimado, na pessoa de seu advogado, para realizar o recolhimento em dobro, sob pena de deserção." Assim, nos termos do Art. 932, Parágrafo Único c/c Art. 1.007, § 4º, ambos do CPC, intime-se a parte Recorrente para, no prazo de 05 (cinco) dias, comprovar o recolhimento do preparo recursal em dobro, sob pena de deserção e não conhecimento do Recurso. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá, 17 de Dezembro de 2019. Desa. Maria Helena G. Póvoas, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. vi

Despacho Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0003254-55.2015.8.11.0007
Parte(s) Polo Ativo:
JAIR JANTORNO JUNIOR (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DAUTO BARBOSA CASTRO PASSARE OAB - MT6199-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
AGROMENDES REPRESENTACOES LTDA - EPP (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VALNIR TELLES DE OLIVEIRA JUNIOR OAB - MT12575-A (ADVOGADO)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

Tribunal de Justiça de Mato Grosso PJe - Processo Judicial Eletrônico Recurso Especial nº 0003254-55.2015.811.0007 RECORRENTE: JAIR JANTORNO JUNIOR RECORRIDO: AGROMENDES REPRESENTAÇÕES

LTDA - EPP Vistos etc, À Secretaria Auxiliar da Vice-Presidência, a fim de promover a intimação da parte Recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Especial (ID. 26550477), no prazo legal. Após, à conclusão. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 17 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. XVII

Despacho Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000144-91.2014.8.11.0101
Parte(s) Polo Ativo:
GERALDINA PEREIRA REZENDE (APELANTE)
NEOLABOR ADMINISTRACAO EIRELI (APELANTE)
APOLO SA INDUSTRIA COMERCIO SERVICOS E PARTICIPACOES (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUSTAVO FRAGA BATISTA REZENDE DE CARVALHO OAB - GO30651 (ADVOGADO)
MARCIO ALEXANDRE IOTI HENRIQUE OAB - SP172932-O (ADVOGADO)
SILVIO BEZERRA DA SILVA OAB - GO10648-O (ADVOGADO)
LUCIMAR BATISTELLA OAB - MT9279-O (ADVOGADO)
JUSSIANNEY VIEIRA VASCONCELOS OAB - MT11287-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LUIZ ANTONIO GIROLDO (APELADO)
NEOLABOR ADMINISTRACAO EIRELI (APELADO)
RICARDO BEZERRA SILVA (APELADO)
APOLO SA INDUSTRIA COMERCIO SERVICOS E PARTICIPACOES (APELADO)
GILBERTO LUIZ DE REZENDE (APELADO)
GERALDINA PEREIRA REZENDE (APELADO)
EMILIA PERES GIROLDO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIMAR BATISTELLA OAB - MT9279-O (ADVOGADO)
MARCIO ALEXANDRE IOTI HENRIQUE OAB - SP172932-O (ADVOGADO)
GUSTAVO FRAGA BATISTA REZENDE DE CARVALHO OAB - GO30651 (ADVOGADO)
SILVIO BEZERRA DA SILVA OAB - GO10648-O (ADVOGADO)
EMILIA PERES GIROLDO OAB - MT2618-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

Recurso Especial em Apelação Cível n. 0000144-91.2014.8.11.0101 RECORRENTE NEOLABOR ADMINISTRACAO EIRELI RECORRIDO APOLO S.A. INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES Vistos. etc. Trata-se de Recurso Especial (ID 28147473) interposto por NEOLABOR ADMINISTRACAO EIRELI, com fundamento no artigo 102, inciso III, alíneas “a” e “c”, da Constituição Federal, contra o acórdão da Quarta Câmara de Direito Privado, conforme ID 18272476. Consta no ID 28348458, que “o Recurso Especial foi interposto neste Tribunal, sem o devido recolhimento das custas, pois foi apresentado comprovante de agendamento e não de pagamento, o qual não é aceito conforme determinação da Corregedoria Geral da Justiça.” É o relatório. Assim, nos termos do artigo 1.007, §2º, do CPC, intime-se a parte Recorrente para que, no prazo de 05 (cinco dias), sane o equívoco, sob pena de deserção. Decorrido o prazo e havendo manifestação do Recorrente, encaminhem-se os autos ao DEJAUX para certificar se a irregularidade no pagamento foi sanada. Após, intime-se a parte adversa para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso, no prazo legal. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 17 de dezembro de 2019. Desa. Maria Helena G. Póvoas, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. IX

Decisão do Vice-Presidente

Protocolo Número/Ano: 76133 / 2019
RAI AO STJ Nº 76133/2019 (INTERPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO 179855/2016 - CLASSE: CNJ-198) COMARCA DE RONDONÓPOLIS
AGRAVANTE(S) - JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO (Advs: Dr. ANDERSON VATUTIN LOUREIRO JÚNIOR - OAB 3876/MT, Dr(a). OUTRO(S)), AGRAVADO(S) - MINISTÉRIO PÚBLICO
Decisão: AGRAVANTE(S):
JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO
AGRAVADO(S):
MINISTÉRIO PÚBLICO
D E C I S Ã O Vistos, etc.Trata-se de Agravo ao Superior Tribunal de Justiça interposto por JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO com fundamento no art. 1.042 do Código de Processo Civil contra decisão desta Vice-Presidência que negou seguimento ao Recurso Especial. Pois bem, nas razões do Recurso não se verificam as hipóteses de incidência do art. 1.042, § 2º, do CPC. Desse modo, mantenho a decisão agravada de fls. 559/560-TJMT, e determino a remessa dos autos ao STJ, conforme dispõe o art. 1.042, § 4º, do CPC.Cumpra-se.Cuiabá/MT, 17 de dezembro de 2019.Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça.XIX
Ass.: EXMA. SRA. DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS (VICE-PRESIDENTE)

Protocolo Número/Ano: 70560 / 2019
RAI AO STJ Nº 70560/2019 (INTERPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO 147532/2017 - CLASSE: CNJ-198) COMARCA CAPITAL
AGRAVANTE(S) - ESTADO DE MATO GROSSO (Advs: Dr(a). CLÁUDIA REGINA SOUZA RAMOS - PROCURADORA DO ESTADO - OAB 4263-O/MT), AGRAVADO(S) - ALTAIR BARBOSA RODRIGUES E OUTRA(s) (Advs: Dr(a). LIVIA COMAR DA SILVA - OAB 7.650-B/MT, Dr. PEDRO OVELAR - OAB 6270/MT)
Decisão: AGRAVANTE(S):
ESTADO DE MATO GROSSO
AGRAVADO(S):
ALTAIR BARBOSA RODRIGUES E OUTRA(s)
D E C I S Ã O Vistos, etc.Trata-se de Agravo ao Superior Tribunal de Justiça interposto por ESTADO DE MATO GROSSO com fundamento no art. 1.042 do Código de Processo Civil contra decisão desta Vice-Presidência que negou seguimento ao Recurso Especial. Pois bem, nas razões do Recurso não se verificam as hipóteses de incidência do art. 1.042, § 2º, do CPC. Desse modo, mantenho a decisão agravada de fls. 202/205-TJMT, e determino a remessa dos autos ao STJ, conforme dispõe o art. 1.042, § 4º, do CPC.Cumpra-se.Cuiabá/MT, 17 de dezembro de 2019.Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça.XIX
Ass.: EXMA. SRA. DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS (VICE-PRESIDENTE)

Protocolo Número/Ano: 54925 / 2019
REC. EXTRAORDINÁRIO Nº 54925/2019 (INTERPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA 159224/2016 - CLASSE: CNJ-1728) COMARCA DE SINOP
RECORRENTE(S) - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, RECORRIDO(S) - MUNICÍPIO DE SINOP (Advs: Dr(a). NATALY HEITOR MARTINI - OAB 15501/MT)
Decisão: Ante o exposto, com fundamento no artigo 1.030, III, do CPC, determino o sobrestamento do trâmite deste recurso até o pronunciamento definitivo do STF sobre a questão (Tema 1.002). Procedam-se às devidas anotações atinentes ao NUGEP. Publique-se. Cumpra-se.
Ass.: EXMA. SRA. DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS (VICE-PRESIDENTE)

Protocolo Número/Ano: 68133 / 2019
REC. ESPECIAL Nº 68133/2019 (INTERPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO 167542/2015 - CLASSE: CNJ-198) COMARCA DE VÁRZEA GRANDE
RECORRENTE(S) - CLAUDINEY ALVES MARTINS (Advs: Dr(a). FABIANO ALVES ZANARDO - OAB OAB - MT 12.770, Dr. MARCIANO XAVIER DAS NEVES - OAB 11190/mt, Dr(a). OUTRO(S)), RECORRIDO(S) - MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE (Advs: Dr(a). SADORA XAVIER FONSECA CHAVES - PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO - OAB 000001/mt, Dr(a). OUTRO(S))
Decisão: Vistos, etc. Apesar de ter sido intimado para comprovar sua hipossuficiência, o Recorrente permaneceu inerte (fl. 137-TJ). Portanto, não havendo elementos suficientes para a concessão do benefício, indefiro o pleito de justiça gratuita. Nos termos do artigo 99, § 7º, do CPC, intime-se o Recorrente para, no prazo de 05 (cinco) dias, realizar o recolhimento do preparo, sob pena de deserção. Decorrido o prazo, encaminhem-se os autos ao DEJAUX para certificar o regular pagamento. Após, intime-se a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso, no prazo legal. Publique-se. Cumpra-se.
Ass.: EXMA. SRA. DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS (VICE-PRESIDENTE)

Protocolo Número/Ano: 4120 / 2017

REC. ESPECIAL Nº 4120/2017 (INTERPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA 140387/2015 - CLASSE: CNJ-1728) COMARCA CAPITAL
RECORRENTE(S) - ESTADO DE MATO GROSSO (Advs: Dr(a). DÉBORA LETÍCIA OLIVEIRA VIDAL - PROCURADORA DO ESTADO - OAB 9001377), RECORRIDO(S) - MARLI ROSA FALAVIGNA E OUTRA(s) (Advs: Dr. BRUNO JOSÉ RICCI BOAVENTURA - OAB 9271/MT)
Decisão: Ante o exposto, com fundamento no art. 1.030, I, "b", do CPC, e em face da conformidade do acórdão impugnado com os paradigmas 1.495.146/MG, 1.492.221/PR e 1.495.144/RS (Tema 905), nego seguimento ao Recurso Especial diante da sistemática de precedentes qualificados. Publique-se. Cumpra-se.
Ass.: EXMA. SRA. DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS (VICE-PRESIDENTE)

Protocolo Número/Ano: 53501 / 2019
REC. ESPECIAL Nº 53501/2019 (INTERPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA 131104/2017 - CLASSE: CNJ-1728) COMARCA DE PONTES E LACERDA
RECORRENTE(S) - ROZILENE MORALES (Advs: Dr(a). RICARDO MORARI PEREIRA - DEFENSOR PÚBLICO - OAB 17080-B/MT), RECORRIDO(S) - MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA (Advs: Dr(a). ITAMAR LIMA DA SILVA - PROCURADOR MUNICIPAL - OAB 14828/mt), RECORRIDO(S) - ESTADO DE MATO GROSSO
Decisão: Dessa forma, presentes todas as condições processuais necessárias, dou seguimento ao recurso pela aduzida afronta legal. Publique-se. Cumpra-se.
Ass.: EXMA. SRA. DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS (VICE-PRESIDENTE)

Protocolo Número/Ano: 67692 / 2019
REC. ESPECIAL Nº 67692/2019 (INTERPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA 32540/2015 - CLASSE: CNJ-1728) COMARCA DE PONTES E LACERDA
RECORRENTE(S) - ESTADO DE MATO GROSSO (Advs: Dr(a). PATRÍCIA CAPELEIRO - PROCURADORA DO ESTADO - OAB 9001409), RECORRIDO(S) - ROSILENE ARAUJO SILVA (Advs: Dr(a). ITAMAR LIMA DA SILVA - OAB 14.828/mt)
Decisão: Dessa forma, presentes todas as condições processuais necessárias, dou seguimento ao recurso pela aduzida afronta legal.
Ass.: EXMA. SRA. DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS (VICE-PRESIDENTE)

Protocolo Número/Ano: 62038 / 2019
REC. ESPECIAL Nº 62038/2019 (INTERPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO 20815/2017 - CLASSE: CNJ-198) COMARCA DE JUÍNA
RECORRENTE(S) - EDUARDA SARTI SOUZA (Advs: Dra. SELMA PINTO DE ARRUDA GUIMARÃES - OAB 3749/mt, Dr(a). OUTRO(S)), RECORRIDO(S) - ESTADO DE MATO GROSSO (Advs: Dr(a). RENÉRIO DE CASTRO JÚNIOR - PROCURADOR DO ESTADO - OAB 9001449/MT)
Decisão: Ante o exposto, nego seguimento ao recurso.
Ass.: EXMA. SRA. DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS (VICE-PRESIDENTE)

Protocolo Número/Ano: 68022 / 2019
REC. ESPECIAL Nº 68022/2019 (INTERPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO 63130/2015 - CLASSE: CNJ-198) COMARCA DE GUARANTÃ DO NORTE
RECORRENTE(S) - ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S. A. (Advs: Dr(a). ANTONIO CARLOS GUIDONI FILHO - OAB 146.997/SP, Dr(a). MARIANA ARAVECHIA PALMITESTA - OAB 299.951 OAB/SP), RECORRIDO(S) - JOÃO GOMES DE ARAÚJO (Advs: Dra. ALESSANDRA DE CASTRO PEREZ - OAB 8742/MT, Dr(a). OUTRO(S))
Decisão: Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Cumpra-se.
Ass.: EXMA. SRA. DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS (VICE-PRESIDENTE)

Protocolo Número/Ano: 58435 / 2019
REC. ESPECIAL Nº 58435/2019 (INTERPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA 78119/2017 - CLASSE: CNJ-1728) COMARCA DE GUARANTÃ DO NORTE
RECORRENTE(S) - MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE (Advs: Dr(a). GIOVANI RODRIGUES COLADELLO - OAB 12684-B/MT, Dr(a). OUTRO(S)), RECORRIDO(S) - ROSA NILDA CAMPOS (Advs: Dr(a). HERMES FELICIANO DE DEUS NERY - OAB 13849)
Decisão: Ante o exposto, nego seguimento ao recurso.
Ass.: EXMA. SRA. DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS (VICE-PRESIDENTE)

Protocolo Número/Ano: 71235 / 2019
REC. ESPECIAL Nº 71235/2019 (INTERPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO 130705/2017 - CLASSE: CNJ-198) COMARCA DE NOVA MUTUM
RECORRENTE(S) - SEBASTIÃO CECILIO DA SILVA OLIVEIRA (Advs: Dr(a). DANILO AUGUSTO ROCHA PINHEIRO - DEFENSOR PÚBLICO - OAB 19252-O/MT), RECORRIDO(S) - ESTADO DE MATO GROSSO (Advs: Dr(a). CAIO VALENÇA DE SOUSA - PROCURADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB 34013/CE)
Decisão: Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Cumpra-se.
Ass.: EXMA. SRA. DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS (VICE-PRESIDENTE)

Protocolo Número/Ano: 60441 / 2019
REC. AGRAVO INTERNO Nº 60441/2019 (INTERPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO 4681/2017 - CLASSE: CNJ-198) COMARCA CAPITAL
AGRAVANTE(S) - HELENA RODRIGUES LEITE E OUTRA(s) (Advs: Dr(a). BRUNO JOSÉ RICCI BOAVENTURA - OAB 9271-OAB/MT, Dr(a). OUTRO(S)), AGRAVADO(S) - ESTADO DE MATO GOSSO (Advs: Dra. MÁRCIA REGINA SANTANA DUARTE - PROCURADORA DO ESTADO - OAB 3194/MT)
Decisão: Ante o exposto, não conheço do Agravo Interno, por ser manifestamente inadmissível. Publique-se. Cumpra-se.
Ass.: EXMA. SRA. DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS (VICE-PRESIDENTE/RELATORA)

Protocolo Número/Ano: 55837 / 2019
REC. ESPECIAL Nº 55837/2019 (INTERPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO 77906/2017 - CLASSE: CNJ-198) COMARCA CAPITAL
RECORRENTE(S) - EDEVAL CAMARGO DE MIRANDA JUNIOR (Advs: Dr. ARDONIL MANOEL GONZALEZ JUNIOR - OAB 13945/mt), RECORRIDO(S) - ESTADO DE MATO GROSSO (Advs: Dra. MÁRCIA REGINA SANTANA DUARTE - PROCURADORA DO ESTADO - OAB 3194/MT), RECORRIDO(S) - UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO - UNEMAT
Decisão: RECORRENTE(S):
EDEVAL CAMARGO DE MIRANDA JUNIOR
RECORRIDO(S):
ESTADO DE MATO GROSSO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO - UNEMAT

Vistos, etc.Trata-se de Recurso Especial interposto por EDEVAL CAMARGO DE MIRANDA JUNIOR com fundamento no art. 105, III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal, contra o acórdão proferido pela PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO assim ementado, fl. 74-TJ: "RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL – RECURSO DE APELAÇÃO – AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – CONCURSO PÚBLICO – REMARCAÇÃO DE TESTE FÍSICO PELO FATO DO CANDIDATO ESTAR ACOMETIDO POR PROBLEMA TEMPORÁRIO DE SAÚDE – IMPOSSIBILIDADE - VEDAÇÃO NO EDITAL – MATÉRIA DECIDIDA EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL NO STF (RE 630.733/DF) – APELAÇÃO DESPROVIDA – DECISÃO MONOCRÁTICA – INTERPOSIÇÃO DE REGIMENTAL – AUSÊNCIA DE FATOS NOVOS – REDISCUSSÃO DE MATÉRIA JÁ ANALISADA – IMPOSSIBILIDADE – RECURSO IMPROVIDO. 1. Todas as questões debatidas pelo Agravante objeto de discussão foram analisadas e decididas, seja de forma direta ou indireta na decisão agravada. Logo, a pretensão do Agravante é rediscutir matéria já decidida, o que é vedado na via do agravo regimental. 2. O simples discordar da decisão, sem a devida apresentação de elementos novos, não tem o condão de, por si só, modificar a decisão recorrida. 3. Recurso desprovido." (TJMT, Ag. Interno n. 55837/2019, DESA. MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 15/07/2019) O Recorrente alega violação ao art. 393 do CC, uma vez que o acórdão não respeitou a possibilidade da realização de um reteste na fase de aptidão ao Candidato vitimado pela ocorrência de caso fortuito ou força maior.Sustenta a existência de divergência jurisprudencial nesse sentido.O Recurso é tempestivo, conforme certidão de fl. 80-TJ e o Recorrente é beneficiário da Justiça Gratuita, conforme certidão de fl.

100-TJ.A Universidade Recorrida apresentou contrarrazões, fls. 104/110-TJ.O Estado não apresentou contrarrazões, conforme certidão de decurso de prazo, fl. 112-TJÉ o relatório. Decido.Não foi verificada a existência, no Superior Tribunal de Justiça, de tema que se relacione à questão discutida neste recurso e, por consequência, não há aplicação da sistemática de recursos repetitivos no caso concreto, não incidindo, in casu, a previsão do art. 1.030, I, "b", II e III, do CPC.Passo ao exame dos demais pressupostos de admissibilidade. Decisão em conformidade com o STJ. Súmula 83 do STJComo preconiza a Súmula 83 do STJ, "Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida". In casu, o Recorrente aponta violação ao artigo 393 do CC, uma vez que o acórdão não respeitou a possibilidade da realização de um reteste na fase de aptidão ao Candidato vitimado pela ocorrência de caso fortuito ou força maior..No acórdão impugnado ficou consignado que:"… O objeto central da discussão do Recurso de Apelação acima mencionado é saber se o Agravante tem ou não direito a remarcar teste físico em concurso público, quando este for acometido por problema temporário de saúde. Como afirmado na decisão agravada, não assiste razão ao agravante, pois inexiste qualquer direito a realização ou remarcação de teste físico por problemas temporários de saúde, mormente quando há expressa vedação em edital. A matéria já se encontra pacificada no âmbito do Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral, cujo mérito foi julgado no RE 630.733/DF, de relatoria do Min. Gilmar Mendes, no dia 15/03/2013, restando assim ementado, in verbis: Recurso extraordinário. 2. Remarcação de teste de aptidão física em concurso público em razão de problema temporário de saúde. 3. Vedação expressa em edital. Constitucionalidade. 4. Violação ao princípio da isonomia. Não ocorrência. Postulado do qual não decorre, de plano, a possibilidade de realização de segunda chamada em etapa de concurso público em virtude de situações pessoais do candidato. Cláusula editalícia que confere eficácia ao princípio da isonomia à luz dos postulados da impessoalidade e da supremacia do interesse público. 5. Inexistência de direito constitucional à remarcação de provas em razão de circunstâncias pessoais dos candidatos. 6. Segurança jurídica. Validade das provas de segunda chamada realizadas até a data da conclusão do julgamento. 7. Recurso extraordinário a que se nega provimento. " (Fl. 76-TJ) Observa-se, pois, que o entendimento do órgão fracionário deste Tribunal está em consonância com a jurisprudência pacífica do STJ.Nesse sentido:ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ORDINÁRIO. CONCURSO PÚBLICO. POLÍCIA CIVIL. CANDIDATO REPROVADO EM TESTE DE APTIDÃO FÍSICA. IMPOSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DE SEGUNDA CHAMADA PARA TESTE DE APTIDÃO FÍSICA PREVISTO COMO ETAPA DE CONCURSO. PRECEDENTES DO STJ E DO STF EM REPERCUSSÃO GERAL. AGRAVO INTERNO DO PARTICULAR DESPROVIDO. 1. As duas Turmas de Direito Público desta Corte Superior têm acompanhado a orientação firmada no Supremo Tribunal Federal, com repercussão geral reconhecida (RE 630.733/DF, Rel. Min. GILMAR MENDES, DJe 20.11.2013), de que inexiste direito à remarcação de provas em razão de circunstâncias pessoais dos candidatos, exceto se previsto em edital (AgRg no RMS 48.218/MG, Rel. Min. GURGEL DE FARIA, DJe 7.2.2017). 2. Agravo Interno do Particular desprovido. (AgInt no RMS 47.567/BA, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 22/05/2018) Desse modo, deve ser aplicado o referido verbete sumular quanto à suposta afronta ao art. 393 do CC, visto que o entendimento exposto no acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a orientação sedimentada no STJ, o que impede o seguimento do recurso.Por fim, consigne-se que, embora a Súmula 83 do STJ tenha sido formulada quando a alegação for fundada no permissivo da alínea "c" do artigo 105, III, da CF, esta é plenamente aplicável na hipótese da alínea "a", conforme disposto no Enunciado n. 16 da Reunião dos Vice-Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil: "É aplicável a Súmula 83 do STJ ao recurso especial interposto com fundamento na alínea 'a' do inciso III do Art. 105 da Constituição Federal". Posto isso, nego seguimento ao Recurso Especial.Publique-se. Cumpra-se.Cuiabá/MT, 17 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS,Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. IV

Ass.: EXMA. SRA. DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS (VICE-PRESIDENTE)

Protocolo Número/Ano: 56252 / 2019

REC. ESPECIAL Nº 56252/2019 (INTERPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA 118002/2017 - CLASSE: CNJ-1728) COMARCA DE JUÍNA

RECORRENTE(S) - EVANDRO BISPO DOS SANTOS (Advs: Dra. SELMA PINTO DE ARRUDA GUIMARÃES - OAB 3749/MT, Dr(a). OUTRO(S)), RECORRIDO(S) - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (Advs: Dr(a). FERNANDA MARIA PAGOTTO - PROCURADORA FEDERAL - OAB 90014230)

Decisão: Ante o exposto, nego seguimento ao recurso.

Ass.: EXMA. SRA. DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS (VICE-PRESIDENTE)

Protocolo Número/Ano: 76781 / 2019

RAI AO STF Nº 76781/2019 (INTERPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO 131473/2017 - CLASSE: CNJ-198) COMARCA DE JACIARA

AGRAVANTE(S) - DOMINGOS CARMO DE SOUZA E OUTRO(s) (Advs: Dr(a). RAFAELLY PRISCILA REZENDE DE ALMEIDA - OAB 18562/MT, Dr(a). OUTRO(S)), AGRAVADO(S) - MINISTÉRIO PÚBLICO

Decisão: AGRAVANTE(S):
DOMINGOS CARMO DE SOUZA E OUTRO(s)
AGRAVADO(S):
MINISTÉRIO PÚBLICO

D E C I S Ã O Vistos, etc.Trata-se de Agravo ao Supremo Tribunal Federal interposto por DOMINGOS CARMO DE SOUZA E OUTRO(s) com fundamento no art. 1.042 do Código de Processo Civil contra decisão desta Vice-Presidência que negou seguimento ao Recurso Extraordinário. Pois bem, nas razões do Recurso não se verificam as hipóteses de incidência do art. 1.042, § 2º, do CPC. Desse modo, mantenho a decisão agravada de fls. 396/397-TJMT, e determino a remessa dos autos ao STF, conforme dispõe o art. 1.042, § 4º, do CPC.Cumpra-se.Cuiabá/MT, 17 de dezembro de 2019.Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça.

Ass.: EXMA. SRA. DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS (VICE-PRESIDENTE)

Protocolo Número/Ano: 76784 / 2019

RAI AO STJ Nº 76784/2019 (INTERPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO 131473/2017 - CLASSE: CNJ-198) COMARCA DE JACIARA

AGRAVANTE(S) - DOMINGOS CARMO DE SOUZA E OUTRO(s) (Advs: Dr(a). RAFAELLY PRISCILA REZENDE DE ALMEIDA - OAB 18562/MT, Dr(a). OUTRO(S)), AGRAVADO(S) - MINISTÉRIO PÚBLICO

Decisão: AGRAVANTE(S):
DOMINGOS CARMO DE SOUZA E OUTRO(s)
AGRAVADO(S):
MINISTÉRIO PÚBLICO

D E C I S Ã O Vistos, etc.Trata-se de Agravo ao Superior Tribunal de Justiça interposto por DOMINGOS CARMO DE SOUZA E OUTRO(s) com fundamento no art. 1.042 do Código de Processo Civil contra decisão desta Vice-Presidência que negou seguimento ao Recurso Especial. Pois bem, nas razões do Recurso não se verificam as hipóteses de incidência do art. 1.042, § 2º, do CPC. Desse modo, mantenho a decisão agravada de fls. 399/400 - TJMT, e determino a remessa dos autos ao STJ, conforme dispõe o art. 1.042, § 4º, do CPC.Cumpra-se.Cuiabá/MT, 17 de dezembro de 2019.Desa MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS, Vice-Presidente

Ass.: EXMA. SRA. DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS (VICE-PRESIDENTE)

Decisão

Decisão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1008050-54.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
SILVANE BORTOLUZZI PIZZOLATO (AGRAVANTE)
ALEXANDRE PIZZOLATO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LIANCARLO PEDRO WANTOWSKI OAB - PR15808-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCELO GUIMARAES MAROTTA OAB - AM10856-O (ADVOGADO)
CINARA CAMPOS CARNEIRO OAB - MT8521-O (ADVOGADO)
RODRIGO LUIZ DA SILVA ROSA OAB - MT18099-O (ADVOGADO)
AMANDA CARINA UEHARA PAULA DE LARA OAB - MT21387-B (ADVOGADO)
FERNANDO MARSARO OAB - MT12832-A (ADVOGADO)
DEIVISON VINICIUS KUNKEL LOPES DE SOUZA OAB - MT14690-O

(ADVOGADO)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA VICE PRESIDÊNCIA AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL N. 1008050-54.2019.8.11.0000 AGRAVANTE: ALEXANDRE PIZZOLATO E SILVANE BORTOLUZZI PIZZOLATO AGRAVADO: BANCO DO BRASIL S/A Vistos, etc. Trata-se de Agravo ao Superior Tribunal de Justiça interposto por ALEXANDRE PIZZOLATO E SILVANE BORTOLUZZI PIZZOLATO com fundamento no art. 1.042 do Código de Processo Civil contra decisão desta Vice-Presidência que negou seguimento ao Recurso Especial. Pois bem, nas razões do Recurso não se verificam as hipóteses de incidência do art. 1.042, § 2º, do CPC. Desse modo, mantenho a decisão agravada de ID. 22374492-TJMT, e determino a remessa dos autos ao STJ, conforme dispõe o art. 1.042, § 4º, do CPC. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 17 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. XIX

Decisão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1003630-48.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
EDICARLOS TEODORO DE SOUZA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ERICK HENRIQUE DIAS PRADO OAB - MT17642-O (ADVOGADO)
GISELIA SILVA ROCHA OAB - MT14241-O (ADVOGADO)
MARCELO VENTURA DA SILVA MAGALHAES OAB - MT21412/O-A (ADVOGADO)
ROQUE PIRES DA ROCHA FILHO OAB - MT9870-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA VICE PRESIDÊNCIA AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL N. 1003630-48.2017.8.11.0041 AGRAVANTE: ESTADO DE MATO GROSSO AGRAVADO: EDICARLOS TEODORO DE SOUZA Vistos, etc. Trata-se de Agravo ao Superior Tribunal de Justiça interposto por ESTADO DE MATO GROSSO com fundamento no art. 1.042 do Código de Processo Civil contra decisão desta Vice-Presidência que negou seguimento ao Recurso Especial. Pois bem, nas razões do Recurso não se verificam as hipóteses de incidência do art. 1.042, § 2º, do CPC. Desse modo, mantenho a decisão agravada de ID. 22284470-TJMT, e determino a remessa dos autos ao STJ, conforme dispõe o art. 1.042, § 4º, do CPC. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 17 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. XIX

Decisão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000622-80.2007.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
BENECKE IRMAOS & CIA LTDA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OSWALDO LOPES DE SOUZA OAB - MT3682-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
REZZIERI MADEIRAS LTDA - ME (APELADO)
SÉRGIO LUIZ VERONESE (APELADO)
ODAIR LUIZ VERONESE (APELADO)
CESAR ANTONIO VERONESE (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
YOUSSEF SAYAH EL ATYEH OAB - GO26319-A (ADVOGADO)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA VICE PRESIDÊNCIA Recurso Especial interposto no Recurso de Apelação Cível n. 0000622-80.2007.8.11.0025 RECORRENTE(S): BENECKE IRMAOS & CIA LTDA RECORRIDO(S): ODAIR LUIZ VERONESE E OUTROS Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial (id. 27376970) interposto por BENECKE IRMAOS & CIA LTDA, com fundamento no art. 105, III, alínea "a" da Constituição Federal, contra acórdão proferido pela Terceira Câmara de Direito Privado, assim ementado (id. 8358347): "AGRAVO INTERNO – APELAÇÃO NÃO CONHECIDA – INTEMPESTIVIDADE – CIÊNCIA INEQUÍVOCA – PETICIONAMENTO – RESTITUIÇÃO DO BEM – DECISÃO MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. In casu, o peticionamento realizado, notadamente para cumprir determinação contida na própria sentença, demonstra ciência inequívoca do seu teor. Restando patente a intempestividade do recurso, este não deve ser conhecido, ante a sua manifesta inadmissibilidade." (TJMT. AGRAVO INTERNO NO RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL N. 0000622-80.2007.8.11.0025. RELATOR DES. CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA. TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO. Julgado em 19/06/2019. Publicado em 27/06/2019). Os Embargos de Declaração de id. 8528554, opostos pelo Recorrente, foram rejeitados (id. 21131499). O Recorrente alega violação ao artigo 932, III, do Código de Processo Civil, ao argumento de que, apresentada justificativa, podem ser flexibilizadas as regras de inadmissibilidade recursal, especialmente a que impõe seu não conhecimento em razão da interposição após o transcurso do prazo legal. Recurso tempestivo (id. 24656984) e devidamente preparado (id. 24820461). Contrarrazões no id. 27376970. É o relatório. Decido. Da sistemática de recursos repetitivos Não foi verificada a existência, no Superior Tribunal de Justiça, de tema que se relacione às questões discutidas neste recurso. Por consequência, não há aplicação da sistemática de recursos repetitivos no caso concreto, não incidindo, portanto, a previsão do art. 1.030, I, "b", II e III, do CPC. Com essas considerações, passo ao exame dos demais pressupostos de admissibilidade. Decisão em conformidade com o STJ (Súmula 83 do STJ) A Súmula 83 do STJ preconiza que "não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida". In casu, o Recorrente sustenta violação ao artigo 932, III, do Código de Processo Civil, sob a assertiva de que apresentada a justificativa, podem ser flexibilizadas as regras de inadmissibilidade recursal, especialmente a que impõe seu não conhecimento em razão da interposição após o transcurso do prazo legal. No acórdão impugnado consignou-se que (id. 835322): "Assim, em que pese as alegações da recorrente, os prazos recursais são peremptórios. Nesta senda, o recorrente tomou conhecimento da sentença, por meio da carga realizada nos autos no dia 22.08.2018, tendo sido o recurso de apelo apresentado em 17.09.2018, ou seja, após o término do prazo. (...) Destarte, uma vez constatada a intempestividade do apelo, mostrou-se imperativo o não conhecimento do recurso, nos termos dos art. 932, inc. III e 1.011, inc. I, ambos do CPC/15 c/c art. 51, inciso I-B, do RITJMT." Observa-se que o entendimento do órgão fracionário deste Tribunal está em consonância com a jurisprudência pacífica do STJ, conforme se extrai da ementa do julgado abaixo: "PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. APLICABILIDADE. INTERPOSIÇÃO FORA DO PRAZO. ARTS. 1.003, §5º, 1.029 E 219 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. FERIADO LOCAL. INTEMPESTIVIDADE. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO. (...) IV - Esta Corte Superior tem entendimento cediço no sentido de que a intempestividade é tida pelo atual Código de Processo Civil como vício grave e, portanto, insanável, o que afasta a aplicação do art. 932, parágrafo único, do CPC/15." (AgInt no REsp 1760405/SP, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/03/2019, DJe 21/03/2019) (g.n.) Desse modo, deve ser aplicado o referido verbete sumular quanto à suposta afronta ao artigo 932, III, visto que o entendimento exposto no acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a orientação sedimentada no STJ. Por fim, consigne-se que, embora a Súmula n. 83 do STJ tenha sido formulada quando a alegação for fundada no permissivo da alínea "c" do artigo 105, III, da CF, esta é plenamente aplicável na hipótese da alínea "a". A propósito: "AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. MORTE DE CRIANÇA POR ELETROCUSSÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. INCIDÊNCIA. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NÃO INTERPOSIÇÃO. SÚMULA Nº 126/STJ. JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA. SÚMULA Nº 83/STJ. APLICABILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. [...] 6. É pacífico o entendimento desta Corte Superior de que a Súmula nº 83/STJ se aplica a ambas as alíneas (a e c) do permissivo constitucional. Precedentes. 7. Indenização arbitrada em quantia ínfima (R$ 20.000,00) se comparada a casos análogos. 8. Agravo interno não provido". (AgInt no AREsp 924.819/CE, Rel. Ministro RICARDO

VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/12/2018, DJe 06/12/2018). (g.n.) Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 17 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. XVIII

Decisão Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 1005943-16.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CLEUSA RIBEIRO TAQUES (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS FREDERICK DA SILVA INEZ OAB - MT7355-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA VICE PRESIDÊNCIA Recurso Especial Interposto no Recurso de Apelação Cível / Remessa Necessária n. 1005943-16.2016.8.11.0041 RECORRENTE(s): ESTADO DE MATO GROSSO RECORRIDO(s): CLEUSA RIBEIRO TAQUES Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial (id. 26196596) interposto pelo ESTADO DE MATO GROSSO com fundamento no art. 105, III, alíneas “a” e “c” da Constituição Federal, contra acórdão proferido pela Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo, assim ementado (id. 14248457): “AGRAVO INTERNO INTERPOSTO NO RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA – URV - PRESCRIÇÃO DE FUNDO DE DIREITO – PEDIDO DE RETRATAÇÃO DA DECISÃO – IMPOSSIBILIDADE – PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS – RECURSO DESPROVIDO. 1.Não se opera a prescrição do fundo de direito nos casos em que se busca o pagamento de diferenças salariais decorrentes da omissão da Administração em converter corretamente cruzeiros reais para URV, mas tão-somente das parcelas anteriores ao quinquênio que precedeu à propositura da ação, porquanto resta caracterizada relação de trato sucessivo, que se renova mês a mês, nos termos da Súmula n. 85 desta Corte. 2.Agravo Interno desprovido.” (TJMT. AGRAVO INTERNO NA APELAÇÃO CÍVEL / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL n. 1005943-16.2016.8.11.0041. RELATORA DESA. MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK. PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO. Julgado em 05/08/2019. Publicado em 06/09/2019). Os Embargos de Declaração opostos pelo Recorrente foram rejeitados (id. 19741524). O Recorrente alega violação ao artigo 189 do Código Civil e ao artigo 1º do Decreto nº 20.910/32, além de divergência jurisprudencial, ao argumento de que, em relação aos servidores do Poder Executivo Estadual, o direito ao recebimento das diferenças salariais resultantes da conversão a título de URV teria sido atingido pela prescrição em razão da reestruturação remuneratória da carreira. Recurso tempestivo (id. 27170454). Contrarrazões no id. 28327466. É o relatório. Decido. Da sistemática de recursos repetitivos Não foi verificada a existência, no Superior Tribunal de Justiça, de tema que se relacione às questões discutidas neste recurso e, por consequência, não há aplicação da sistemática de recursos repetitivos, não incidindo, in casu, a previsão do artigo 1.030, I, “b”, II e III, do CPC. Assim, passo ao exame dos demais pressupostos de admissibilidade. Decisão em conformidade com o STJ. Súmula 83 do STJ A Súmula 83 do STJ preconiza que “não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida”. In casu, o Recorrente sustenta que as ações de cobrança da diferença resultante da conversão da moeda em URV estariam prescritas, pois foram ajuizadas após 05 (cinco) anos da edição da lei de regência da carreira dos servidores. No acórdão impugnado ficou consignado que “o recurso não merece prosperar, haja vista que os argumentos deduzidos, não são suficientes a infirmar a decisão monocrática hostilizada. Isso porque, encontra-se em harmonia com a jurisprudência hodierna do Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual não se opera a prescrição do fundo de direito, nos casos em que se busca o pagamento de diferenças salariais decorrentes da errônea conversão em URV, atingindo apenas as parcelas anteriores ao quinquênio que precedeu à propositura da ação, pois se trata de relação de trato sucessivo, conforme preconizado na Súmula 85/STJ.” (id. 14248457). Observa-se que o entendimento do órgão fracionário deste Tribunal está em consonância com a jurisprudência pacífica do STJ de que não se opera a prescrição do fundo de direito, mas apenas das parcelas vencidas no quinquênio anterior ao ajuizamento da ação, conforme se extrai da ementa abaixo: “PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REAJUSTE DE 11,98%. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS. URV. APLICAÇÃO DA LEI 8.880/94. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. NÃO OCORRÊNCIA. SÚMULA 85/STJ. HONORÁRIOS. INVERSÃO AUTOMÁTICA DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS. 1. Consoante jurisprudência firmada no Superior Tribunal de Justiça, nas hipóteses de pedido de diferenças salariais originadas da conversão de cruzeiros reais para URV, não se opera a prescrição do fundo de direito, mas apenas das parcelas vencidas no quinquênio anterior ao ajuizamento da ação, por incidência do disposto na Súmula 85/STJ. 2. No caso emprega-se o prazo prescricional previsto no Decreto 20.910/1932. No entanto, por se tratar de relação jurídica de trato sucessivo, só estarão prescritas as prestações vencidas antes dos cinco anos anteriores à propositura da ação. Nesse sentido direciona-se a Súmula 85 do STJ. Portanto, não se aplica a prescrição do fundo de direito nas alterações salariais oriundas da conversão de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor -URV. 3. O Superior Tribunal de Justiça entende que o provimento de recurso interposto tem o condão de inverter de modo automático os honorários anteriormente fixados. 4. Agravo Interno não provido”. (AgInt no REsp 1576470/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/06/2017, DJe 20/06/2017). Desse modo, deve ser aplicado o referido verbete sumular quanto à suposta afronta aos artigos 1º do Decreto nº 20.910/32 e 189 do Código Civil, visto que o entendimento exposto no acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a orientação sedimentada no STJ. Por fim, consigne-se que, embora a Súmula nº 83 do STJ tenha sido formulada quando a alegação for fundada no permissivo da alínea “c” do artigo 105, III, da CF, esta é plenamente aplicável na hipótese da alínea “a”. A propósito: “AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. MORTE DE CRIANÇA POR ELETROCUSSÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. INCIDÊNCIA. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NÃO INTERPOSIÇÃO. SÚMULA Nº 126/STJ. JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA. SÚMULA Nº 83/STJ. APLICABILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. (...) 6. É pacífico o entendimento desta Corte Superior de que a Súmula nº 83/STJ se aplica a ambas as alíneas (a e c) do permissivo constitucional. Precedentes. 7. Indenização arbitrada em quantia ínfima (R$ 20.000,00) se comparada a casos análogos. 8. Agravo interno não provido”. (AgInt no AREsp 924.819/CE, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/12/2018, DJe 06/12/2018). (g.n.). Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 17 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. XVIII

Decisão Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 1004499-45.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0003-06 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARLENE MARTINS DE OLIVEIRA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATA KARLA BATISTA E SILVA OAB - MT8753-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA VICE PRESIDÊNCIA Recurso Especial Interposto no Recurso de Apelação Cível / Remessa Necessária n. 1004499-45.2016.8.11.0041 RECORRENTE(s): ESTADO DE MATO GROSSO RECORRIDO(s): MARLENE MARTINS DE OLIVEIRA Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial (id. 26847993) interposto pelo ESTADO DE MATO GROSSO com fundamento no art. 105, III, alíneas “a” e “c” da Constituição Federal, contra acórdão proferido pela Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo, assim ementado (id. 10865497): “RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL E REMESSA NECESSÁRIA – AÇÃO DE COBRANÇA – SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL – CONVERSÃO DA MOEDA DE CRUZEIRO REAL EM URV – PREJUDICIAL

DE MÉRITO – PRESCRIÇÃO QUINQUENAL – REJEITADA – SERVIDOR DO EXECUTIVO – DIREITO AO ACRÉSCIMO DA DIFERENÇA DECORRENTE DA CONVERSÃO DE VENCIMENTOS PARA URV – EXISTÊNCIA DE EFETIVA DEFASAGEM NA REMUNERAÇÃO E NO PERCENTUAL, BEM COMO REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA, A SER APURADO EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA POR ARBITRAMENTO – INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – QUE OS ÍNDICES PARA ATUALIZAÇÃO DO DÉBITO SEJAM FIXADO NA LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA, OBSERVADO O QUE FOR DECIDIDO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO JULGAMENTO DO TEMA 810/STF – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – DEFINIDOS QUANDO LIQUIDADA A SENTENÇA – RECURSO DO ESTADO DE MATO GROSSO – PARCIALMENTE PROVIDO –SENTENÇA PARCIALMENTE RETIFICADA. 1. Tratando-se de parcelas de trato sucessivo, que se renova mês a mês, ocorre a prescrição apenas das prestações referentes ao quinquênio anterior à propositura da ação, conforme orientação consolidada na Súmula nº 85 do colendo Superior Tribunal de Justiça. 2. Os Tribunais Superiores já pacificaram entendimento de que os servidores públicos federais, estaduais ou municipais - inclusive do Poder Executivo - têm direito ao acréscimo da diferença decorrente da conversão de seus vencimentos para a Unidade Real de Valor - URV, nos moldes previstos na Lei 8.880/94, levando-se em conta a data do efetivo pagamento. (Ag 126295/2015, DESA. MARIA APARECIDA RIBEIRO, TERCEIRA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 12/12/2016, Publicado no DJE 16/12/2016) 3. Para a fixação do índice decorrente da conversão de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor, deve ser considerada a reestruturação financeira da carreira, acaso ocorrida, consoante decidiu o Supremo Tribunal Federal: STF, Tribunal Pleno, RE 561836/RN, relator Ministro Luiz Fux, DJe 10/2/2014 (Apelação/Remessa Necessária 85268/2016, Rel. Des. Luiz Carlos da Costa, 4ª Câmara Cível, julgado em 19.07.2016). 4. Somente em liquidação de sentença por arbitramento poderá ser apurada a concreta existência de defasagem remuneratória, bem como o eventual índice, decorrente da utilização do método de conversão previsto na lei nº 8.880, de 27 de maio de 1994. 5. As verbas percebidas por servidores públicos resultantes da diferença apurada na conversão de suas remunerações da URV para o Real têm natureza salarial e, portanto, estão sujeitas à incidência de Imposto de Renda e de Contribuição Previdenciária. 6. Estabelecer que os índices para atualização do débito serão fixados na liquidação da sentença, observado o que vier a ser decidido pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Tema n. 810. 7. O art. 85 do novo CPC, em vigor desde 18/3/2016, em seus parágrafos 3º e 4º, que trata da condenação em honorários quando for vencida a Fazenda Pública, determina que, não sendo líquida a sentença, a definição do percentual, nos termos previstos nos incisos I a V, somente ocorrerá quando liquidado o julgado." (TJMT. APELAÇÃO CÍVEL / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL n. 1004499-45.2016.8.11.0041. RELATORA DESA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS. PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 09/09/2019. Publicado em 13/09/2019.). Os Embargos de Declaração opostos pelo Recorrente foram rejeitados (id. 24839498). O Recorrente alega violação ao artigo 189 do Código Civil e ao artigo 1º do Decreto nº 20.910/32, além de divergência jurisprudencial, ao argumento de que, em relação aos servidores do Poder Executivo Estadual, o direito ao recebimento das diferenças salariais resultantes da conversão a título de URV teria sido atingido pela prescrição em razão da reestruturação remuneratória da carreira. Recurso tempestivo (id. 27334967). Contrarrazões no id. 27757960. É o relatório. Decido. Da sistemática de recursos repetitivos Não foi verificada a existência, no Superior Tribunal de Justiça, de tema que se relacione às questões discutidas neste recurso e, por consequência, não há aplicação da sistemática de recursos repetitivos, não incidindo, in casu, a previsão do artigo 1.030, I, "b", II e III, do CPC. Assim, passo ao exame dos demais pressupostos de admissibilidade. Decisão em conformidade com o STJ. Súmula 83 do STJ A Súmula 83 do STJ preconiza que "não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida". In casu, o Recorrente sustenta que as ações de cobrança da diferença resultante da conversão da moeda em URV estariam prescritas, pois foram ajuizadas após 05 (cinco) anos da edição da lei de regência da carreira dos servidores. No acórdão impugnado ficou consignado que "agiu com acerto o Magistrado Singular, no presente caso, por tratar-se de relação de trato sucessivo, que se renova mês a mês, com prescrição apenas das prestações referentes ao quinquênio anterior à propositura da ação, conforme orientação consolidada na Súmula nº 85 do Colendo Superior Tribunal de Justiça (...). Assim, considerando que a presente ação fora proposta em 29-3-2016, ocorrerá tão somente a prescrição das parcelas vencidas antes do quinquênio que antecedeu à propositura deste feito" (id. 10865494). Observa-se que o entendimento do órgão fracionário deste Tribunal está em consonância com a jurisprudência pacífica do STJ de que não se opera a prescrição do fundo de direito, mas apenas das parcelas vencidas no quinquênio anterior ao ajuizamento da ação, conforme se extrai da ementa abaixo: "PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REAJUSTE DE 11,98%. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS. URV. APLICAÇÃO DA LEI 8.880/94. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. NÃO OCORRÊNCIA. SÚMULA 85/STJ. HONORÁRIOS. INVERSÃO AUTOMÁTICA DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS. 1. Consoante jurisprudência firmada no Superior Tribunal de Justiça, nas hipóteses de pedido de diferenças salariais originadas da conversão de cruzeiros reais para URV, não se opera a prescrição do fundo de direito, mas apenas das parcelas vencidas no quinquênio anterior ao ajuizamento da ação, por incidência do disposto na Súmula 85/STJ. 2. No caso emprega-se o prazo prescricional previsto no Decreto 20.910/1932. No entanto, por se tratar de relação jurídica de trato sucessivo, só estarão prescritas as prestações vencidas antes dos cinco anos anteriores à propositura da ação. Nesse sentido direciona-se a Súmula 85 do STJ. Portanto, não se aplica a prescrição do fundo de direito nas alterações salariais oriundas da conversão de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor -URV. 3. O Superior Tribunal de Justiça entende que o provimento de recurso interposto tem o condão de inverter de modo automático os honorários anteriormente fixados. 4. Agravo Interno não provido". (AgInt no REsp 1576470/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/06/2017, DJe 20/06/2017). Desse modo, deve ser aplicado o referido verbete sumular quanto à suposta afronta aos artigos 1º do Decreto nº 20.910/32 e 189 do Código Civil, visto que o entendimento exposto no acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a orientação sedimentada no STJ. Por fim, consigne-se que, embora a Súmula nº 83 do STJ tenha sido formulada quando a alegação for fundada no permissivo da alínea "c" do artigo 105, III, da CF, esta é plenamente aplicável na hipótese da alínea "a". A propósito: "AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. MORTE DE CRIANÇA POR ELETROCUSSÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. INCIDÊNCIA. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NÃO INTERPOSIÇÃO. SÚMULA Nº 126/STJ. JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA. SÚMULA Nº 83/STJ. APLICABILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. (...) 6. É pacífico o entendimento desta Corte Superior de que a Súmula nº 83/STJ se aplica a ambas as alíneas (a e c) do permissivo constitucional. Precedentes. 7. Indenização arbitrada em quantia ínfima (R$ 20.000,00) se comparada a casos análogos. 8. Agravo interno não provido". (AgInt no AREsp 924.819/CE, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/12/2018, DJe 06/12/2018). (g.n.). Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 17 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. XVIII

Decisão Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000069-85.2007.8.11.0040
Parte(s) Polo Ativo:
VIACAO NOVA INTEGRACAO LTDA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRE DE ARAUJO SIQUEIRA OAB - PR39549-O (ADVOGADO)
GABRIEL SANTOS ALBERTTI OAB - PR44655-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
IRB BRASIL RESSEGUROS S/A (EMBARGADO)
JOAO MILTON ARAUJO E SILVA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCIO ALEXANDRE MALFATTI OAB - MT16943-O (ADVOGADO)
FRANCO ARIEL BIZARELLO DOS SANTOS OAB - MT7557-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MARCOS JOSE ABBUD OAB - SP84799-O (ADVOGADO)
SULINA SEGURADO S/A - FALIDA EM LIQUIDACAO (TERCEIRO INTERESSADO)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA VICE PRESIDÊNCIA Embargos de Declaração no Recurso Especial na Apelação Cível n. 0000069-85.2007.8.11.0040 EMBARGANTE(S): JOÃO MILTON ARAÚJO E SILVA EMBARGADO(S): VIAÇÃO NOVA INTEGRAÇÃO LTDA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL – OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL – INEXISTÊNCIA – ACLARATÓRIOS REJEITADOS. Não cabe majoração de honorários sucumbenciais em decisão que nega seguimento a Recurso Especial. Vistos, etc. Trata-se de Embargos de Declaração (id. 20634967) opostos por JOÃO MILTON ARAÚJO E SILVA, com fundamento no artigo 1.022, II, do Código de Processo Civil, contra decisão que negou seguimento ao Recurso Especial interposto pela parte adversa (id. 18853979). Em suas razões, alega a existência de omissão, porquanto não foram majorados os honorários sucumbenciais quando da realização do juízo de admissibilidade recursal. Pugna pelo provimento do recurso para que seja sanada a suposta omissão apontada, majorando os honorários recursais, anteriormente fixados em 15% (quinze por cento), em razão do trabalho adicional realizado pelo patrono do Recorrente. Recurso tempestivo (id. 20700962). Sem contrarrazões (id. 21212990 e id. 21212990). É o relatório Decido. Os aclaratórios constituem ferramenta processual idônea para sanar obscuridade, contradição, omissão e erro material do julgado, não tendo a finalidade de solucionar o inconformismo da parte, conforme estabelece o art. 1.022, II, do CPC, verbis: “Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III - corrigir erro material. Parágrafo único. Considera-se omissa a decisão que: I - deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento; II - incorra em qualquer das condutas descritas no art. 489, § 1º”. Quanto aos honorários sucumbenciais, o artigo 85, §11, do Código de Processo Civil, prevê que estes podem ser majorados por ocasião do julgamento do recurso, senão vejamos: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...) § 11. O tribunal, ao julgar recurso, majorará os honorários fixados anteriormente levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal, observando, conforme o caso, o disposto nos §§ 2º a 6º, sendo vedado ao tribunal, no cômputo geral da fixação de honorários devidos ao advogado do vencedor, ultrapassar os respectivos limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º para a fase de conhecimento. (g.n.) O juízo de admissibilidade recursal, contudo, é a aferição do preenchimento dos pressupostos recursais intrínsecos e extrínsecos e, uma vez atendidos, remete-se o recurso para a instância superior para a análise do mérito, ou seja, para seu efetivo julgamento. Nota-se, portanto, que a decisão de admissibilidade não decide a questão jurídica em debate, o que impede a verificação da sucumbência. Assim, não há que se falar em majoração dos honorários recursais, tendo em vista que o deferimento deste pedido exige o julgamento do recurso, ou seja, um exame acerca do próprio direito material perseguido na ação, incompatível com o juízo meramente prelibatório da admissibilidade recursal. Frise-se, por oportuno, que embora se tenha negado seguimento ao Recurso Especial, o Embargado interpôs Agravo ao Superior Tribunal de Justiça, de modo que o recurso será remetido àquela Corte, a qual, após eventual julgamento do recurso, deliberará sobre o pedido de majoração dos honorários recursais ou, eventualmente, decidirá sobre a inversão da sucumbência. Ante o exposto, inexistindo omissão a ser sanada, nego provimento aos Embargos de Declaração. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá, 17 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. XVIII

Decisão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1015107-60.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
SPE SANTA LUCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GLECI DO NASCIMENTO FACCO OAB - MT14126-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CONCESSIONARIA ROTA DO OESTE S.A. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VITOR DE OLIVEIRA TAVARES OAB - MT15300-O (ADVOGADO)
USSIEL TAVARES DA SILVA FILHO OAB - MT3150-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA VICE PRESIDÊNCIA Recurso Especial interposto nos autos do AGRAVO DE INSTRUMENTO n. 1015107-60.2018.8.11.0000 Recorrente: SPE SANTA LUCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S. A. Recorrido: CONCESSIONÁRIA ROTA DO OESTE S. A. Vistos. Trata-se de Recurso Especial interposto por SPE SANTA LUCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S. A. (id 28370970) com fundamento no art. 105, III, alíneas “a” e “c” da Constituição Federal, contra o acórdão proferido pela PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO assim ementado (id 8827174): “AGRAVO DE INSTRUMENTO – SERVIDÃO ADMINISTRATIVA- IMISSÃO PROVISÓRIA NA POSSE - PRAZO LEGAL DE IMISSÃO 120 DIAS A CONTAR DA DECLARAÇÃO DE URGÊNCIA – PRETENSÃO AJUIZADA MUITO APÓS O PRAZO LEGAL DO DECRETO – LEI 3.365/41 – URGÊNCIA AFASTADA – RECURSO PROVIDO. “[...] A imissão provisória na posse em imóvel sobre o qual se constitui servidão administrativa para instalação de linhas de transmissão de energia requer alegação de urgência, com requerimento tempestivo de imissão provisória na posse, além do depósito do valor encontrado em avaliação judicial prévia”. (TJSP; Agravo de Instrumento 2018473-73.2018.8.26.0000; Relator (a): Vicente de Abreu Amadei; Órgão Julgador: 1ª Câmara de Direito Público; Foro de Tupã - 1ª Vara Cível; Data do Julgamento: 06/03/2018; Data de Registro: 06/03/2018) [...]”.[...]”. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 05/02/2019, Publicado no DJE 08/02/2019)” “O art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365/1941 estabelece como requisitos para deferimento da liminar (a) alegação de urgência, (b) propositura da ação dentro do prazo legal e (c) depósito de quantia arbitrada nos termos do art. 685 do CPC. Faltando um deles, a liminar será indeferida. 2. Os §§ 2º e § 3º do citado art. 15, além de fixar um prazo final para o pedido de desapropriação (120 dias), criam também uma norma proibitiva, ou seja, que veda a concessão da imissão provisória quando decorrido o prazo legal, contado a partir do ato de urgência” (TJ-MT - AI: 00343975920108110000 34397/2010, Relator: DES. SEBASTIÃO DE MORAES FILHO, Data de Julgamento: 02/06/2010, QUINTA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 14/06/2010)” (TJMT, RAI 1015107-60.2018.8.11.0000, DES. SEBASTIÃO BARBOSA FARIAS, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 16/07/2019) Os Embargos de Declaração id 8878383 foram rejeitados, conforme id 25407981. A parte Recorrente apresentou seu recurso especial com pedido de atribuição do efeito suspensivo para o fim de suspender a eficácia do acórdão por suposta afronta ao art. 15 do DL 3.365/41 e dos artigos 9º, 371, 372, 1029 do CPC, uma vez que o alegado excesso de prazo para decretar a urgência da medida não pode impedir a concessão da liminar relacionada a servidão administrativa. Afirma que o artigo 15 do DL 3.365/1941 garante a imissão na posse se o expropriante alegar urgência e efetuar o depósito da quantia inicialmente arbitrada, o que não teria sido observado pelo acórdão. Em relação ao efeito suspensivo, limitou-se dizer que “a eventual negativa de atribuição de efeito suspensivo ao recurso pode implicar na prática de inúmeros atos processuais, que, com o julgamento do Recurso Especial, certamente serão anulados”. Recurso tempestivo e preparado, conforme certidões id 28448490 e 28504986. É o relatório. Decido. Estabelece o Art. 995, parágrafo único, do CPC, que “A eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do relator, se da imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso”. Como se vê, para a concessão do efeito suspensivo, devem estar presentes, simultaneamente, dois requisitos: (i) probabilidade de provimento do recurso e (ii) risco de dano grave de difícil ou impossível reparação. In casu, mediante uma análise sumária do feito, verifica-se que a parte Recorrente não demonstrou os requisitos autorizadores da concessão do efeito suspensivo, uma vez que não apontou qualquer fundamento relacionado ao efeito suspensivo, deixando de apontar eventual probabilidade do direito ou perigo de dano. E ainda, verifica-se que a decisão de Primeiro Grau que é discutida nos autos foi proferida de forma liminar (precária), atraindo o óbice previsto na Súmula n. 735 do STF. Dessa forma, por entender que não se encontram presentes os requisitos necessários à concessão da medida de urgência, nos termos do Art. 995, parágrafo único, do CPC, indefiro o pedido de efeito suspensivo pleiteado.

Intime-se a parte adversa para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo legal, retornando concluso o feito para análise da admissibilidade dos recursos interpostos. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, 17 de dezembro de 2019. Desa. Maria Helena G. Póvoas, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. vi

Decisão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0002419-62.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
TELEFONICA BRASIL S.A. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANA NOGUEIRA OAB - MT42441-O (ADVOGADO)
HENRIQUE DE DAVID OAB - RS84740-O (ADVOGADO)
FELIPE ESBROGLIO DE BARROS LIMA OAB - RS80851-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PRIME TELECOMUNICACOES LTDA - ME (APELADO)
L. A. MACEDO TELECOMUNICACOES LTDA - ME (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ELLAN KEILA DE MELO RODRIGUES OAB - MT15557-A (ADVOGADO)
ANTONIO CARLOS SOARES DA SILVA OAB - MT15461-A (ADVOGADO)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA VICE PRESIDÊNCIA Recurso Especial interposto nos autos da APELAÇÃO CÍVEL n. 0002419-62.2015.8.11.0041 Recorrente: TELEFÔNICA BRASIL S. A. Recorrido: PRIME TELECOMUNICAÇÕES LTDA – ME e L. A. MACEDO TELECOMUNICAÇÕES LTDA - ME Vistos. Trata-se de Recurso Especial interposto por TELEFÔNICA BRASIL S. A. (id 26996956) com fundamento no art. 105, III, alíneas “a” e “c” da Constituição Federal, contra o acórdão proferido pela QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO assim ementado (id 17927490): “APELAÇÃO CÍVEL – IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – TERMO INICIAL DO PRAZO – A PARTIR DA DATA DA CONSIGNAÇÃO PARCIAL DO DÉBITO – DECURSO DO LAPSO LEGAL – PRECLUSÃO - INTEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO RECONHECIDA – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. A jurisprudência pátria é no sentido de que, como no caso, de efetuado a consignação de parte do débito, desta data começa a fluir o prazo de 15 (quinze) dias para a apresentação de impugnação.” (TJMT, RAI 0002419-62.2015.8.11.0041, DES. GUIOMAR TEODORO BORGES, QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 02/10/2019) Os Embargos de Declaração id 19297521 foram rejeitados, conforme decisão id 24125460. A parte Recorrente apresentou seu recurso especial com pedido de atribuição do efeito suspensivo para o fim de suspender a eficácia do acórdão, uma vez que “o dissídio interpretativo quanto aos prazos previstos nos arts. 523 e 525, do CPC, a natureza jurídica das astreintes, que não precluem, e o dissídio jurisprudencial apontados quanto à aplicação e ausência de razoabilidade e proporcionalidade na fixação da multa cominatória, são questões que repercutem significativamente no resultado da demanda, notadamente no quantum a ser pago à recorrida em sede de cumprimento de sentença”. Assevera que a decisão recorrida deve ser reformada, uma vez que: “(a) a tempestividade, nos termos do art. 525, lido em conjunto com o art. 523, da impugnação ao cumprimento de sentença apresentado pela exponente, bem como a desconformidade da orientação jurisprudencial seguida pelo E. STJ no que diz respeito a estes dispositivos; (b) a necessidade de revisão da multa prevista nos artigos. 536 e 537 do CPC, que pode ser analisada a requerimento da parte ou de ofício pelo órgão julgador a qualquer momento; e (c) a necessidade de adequação da multa cominatória em patamares condizentes com o bem jurídico tutelado, com norte nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade dispostos no Art. 8º do CPC, reduzindo-a significativamente;” Recurso tempestivo e preparado, conforme certidões id 27234514 e 28558987. É o relatório. Decido. Estabelece o Art. 995, parágrafo único, do CPC, que “A eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do relator, se da imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso”. Como se vê, para a concessão do efeito suspensivo, devem estar presentes, simultaneamente, dois requisitos: (i) probabilidade de provimento do recurso e (ii) risco de dano grave de difícil ou impossível reparação. In casu, mediante uma análise sumária do feito, verifica-se que a parte Recorrente não demonstrou os requisitos autorizadores da concessão do efeito suspensivo, uma vez que afirma que já houve a garantia integral da totalidade do valor executado, o que importa na impossibilidade da prática de novos atos expropriatórios até o julgamento do recurso. Ou seja, não há o alegado periculum in mora ante a garantia dos valores em execução. Dessa forma, por entender que não se encontram presentes os requisitos necessários à concessão da medida de urgência, nos termos do Art. 995, parágrafo único, do CPC, indefiro o pedido de efeito suspensivo pleiteado. Intime-se a parte adversa para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo legal, retornando concluso o feito para análise da admissibilidade dos recursos interpostos. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, 17 de dezembro de 2019. Desa. Maria Helena G. Póvoas, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. vi

Decisão Classe: CNJ-51 REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 1009912-05.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (JUÍZO RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
FATIMA ZELIA DE LIMA (RECORRIDO)
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JONI DE ARRUDA PINTO OAB - MT3600-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

Recurso Especial na Apelação Cível n. 1009912-05.2017.8.11.0041 RECORRENTE(s): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO RECORRIDO(s): DETRAN/MT – DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO INTERESSADO (a) FÁTIMA ZÉLIA DE LIMA Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea “a”, da Constituição Federal, contra o acórdão da Segunda Câmara de Direito Público e Coletivo assim ementado (ID 12915997): “REEXAME NECESSÁRIO DE SENTENÇA – MANDADO DE SEGURANÇA – MULTAS – VINCULAÇÃO DO LICENCIAMENTO ANUAL AO PAGAMENTO DAS INFRAÇÕES DE TRÂNSITO – POSSIBILIDADE – INTELIGÊNCIA DO ART. 131, §2º, DO CTB – SENTENÇA RETIFICADA. Nos termos do art. 131, §2º, do CTB, o veículo somente será considerado licenciado estando quitados os débitos relativos a tributos, encargos e multas de trânsito e ambientais vinculados ao veículo, independentemente da responsabilidade pelas infrações cometidas. (TJMT – Segunda Câmara de Direito Público e Coletivo – RAC n. 1009912-05.2017.8.11.0041, Relatora: Desª MARIA APARECIDA RIBEIRO, j. em 20/08/2019)”. Opostos Embargos de Declaração, estes foram rejeitados no acórdão de ID 21216519. O Recorrente alega violação aos artigos 131, §2º, 281, parágrafo único, inciso II, 282, do CTB, ao argumento de que os extratos existentes nos autos consignam apenas as datas das postagens das notificações, não registrando em quais datas foram recebidas as notificações. Diante disso vale mencionar que a comprovação da expedição não é capaz de demonstrar de forma inequívoca a ciência da parte interessada, quanto ao recebimento da notificação. Assim não há como exigir o pagamento das multas para a obtenção de licenciamento veicular. Recurso tempestivo (ID 24185498). Contrarrazões no ID 26056484. É o relatório. Decido. Da sistemática de recursos repetitivos Não foi verificada a existência, no Superior Tribunal de Justiça, de tema que se relacione às questões discutidas neste recurso e, por consequência, não há aplicação da sistemática de recursos repetitivos, não incidindo, in casu, a previsão do artigo 1.030, I, “b”, II e III, do CPC. Passo ao exame dos demais pressupostos de admissibilidade. Do reexame de matéria fática (Súmula 7 do STJ) Nos termos do artigo 105, III, da Constituição Federal, a competência do Superior Tribunal de Justiça cinge-se à aplicação e à uniformização da interpretação das leis federais, não sendo possível, pois, o exame de matéria fático-probatória, ex vi Súmula 7/STJ. A suposta violação aos artigos 131, §2º, 281, parágrafo único, inciso II, 282, do CTB, está amparada na assertiva de que de que os extratos existentes nos autos consignam apenas as datas das postagens das notificações, não registrando em quais datas foram recebidas as notificações. Diante disso vale mencionar que a comprovação da expedição não é capaz de demonstrar de forma inequívoca a ciência da parte interessada, quanto ao recebimento da notificação. Assim não há como exigir o pagamento das multas para a obtenção de licenciamento veicular. Neste ponto,

consignou-se no aresto recorrido que: "(...) A título argumentativo e em respeito à irresignação ministerial, ressalta-se, ainda, que a parte impetrada juntou aos autos os extratos das multas, nos quais constam as respectivas notificações e datas de postagem, não havendo que se falar em ausência de dupla notificação que justifique a concessão da ordem mandamental, pautada nas Súmulas nº 127 e 312/STJ, nem mesmo em inobservância ao procedimento tratado no artigo 280 e seguintes do CTB (id. 7650028 – pág. 02; 7650025 – pág. 02; 7650029 – pág. 01; 7650026 – pág. 02; 7650024 – pág. 02) (...).". (g.n.). Logo, para rever o entendimento firmado pela Câmara sobre esse ponto, é necessário o exame de fatos e provas, o que atrai o óbice sumular acima mencionado. A propósito: "ADMINISTRATIVO. LICENCIAMENTO ANUAL DE VEÍCULOS. EXIGÊNCIA DO PRÉVIO PAGAMENTO DE MULTAS DE TRÂNSITO. SÚMULA N. 127 DO STJ. NOTIFICAÇÃO IRREGULAR. ACÓRDÃO BASEADO EM MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MONOCRÁTICA FUNDAMENTADA EM JURISPRUDÊNCIA DO STJ. VIOLAÇÃO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM DO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. Primeiramente, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem firme o entendimento segundo o qual é inadmissível condicionar o licenciamento anual de veículos à prévia exigência do pagamento de multa, imposta sem prévia notificação ao infrator, conforme a Súmula n. 127 do STJ, in verbis: "É ilegal condicionar a renovação da licença de veículo ao pagamento de multa, da qual o infrator não foi notificado". 2. Em segundo lugar, o Tribunal recorrido, com base nas provas carreadas aos autos, concluiu pela ilegalidade, in casu, da exigência do pagamento de multas por infração de trânsito sem que o infrator delas tenha sido regularmente notificado, de modo que foram consideradas insubsistentes ou irregulares, por não ter restado comprovado seu recebimento. Rever tal fundamentação, conforme assentado na decisão agravada, encontra óbice no verbete Sumular n. 7 do STJ, in verbis: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial". 3. (...). 5. Agravo regimental não provido. (AgRg no Ag 1304678/PE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/08/2010, DJe 20/09/2010)". (g.n.). "A contrario sensu". Dessa forma, sendo insuscetível de revisão o entendimento do órgão fracionário deste Tribunal por demandar o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, vedada está a análise da referida questão pelo STJ, o que obsta a admissão recursal. Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. x

Decisão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1010663-47.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
FIAGRIL LTDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO ALEXANDRE DE OLIVEIRA GUTIERRES OAB - SP237773-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
NICOLI AGRO LTDA - ME (AGRAVADO)
ALESSANDRO NICOLI (AGRAVADO)
ALESSANDRA CAMPOS DE ABREU NICOLI (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EUCLIDES RIBEIRO DA SILVA JUNIOR OAB - MT5222-O (ADVOGADO)
EDUARDO HENRIQUE VIEIRA BARROS OAB - MT7680-O (ADVOGADO)
JULIANE DE ALMEIDA BALBINO DOS SANTOS OAB - MT25248/O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
BANCO BRADESCO SA (TERCEIRO INTERESSADO)
BUNGE ALIMENTOS S/A (TERCEIRO INTERESSADO)
SEBBEN INDUSTRIA E COMERCIO DE CEREAIS LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)
ADM DO BRASIL LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)
LOUIS DREYFUS COMPANY BRASIL S.A. (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
GALEAO DISTRIBUIDORA DE PNEUS LTDA. (TERCEIRO INTERESSADO)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

. Tribunal de Justiça de Mato Grosso PJe - Processo Judicial Eletrônico RECURSO ESPECIAL nº 1010663-47.2019.811.0000 RECORRENTE: FIAGRILL LTDA RECORRIDO: ALESSANDRO NICOLI e OUTROS Vistos, etc. Em virtude da certidão lavrada pela Chefe de Divisão de Custas Judiciais, que assim ficou consignado: "Em atenção ao r. despacho de Vossa Excelência no id. 28326958, informamos que até esta data não houve o cumprimento do id. 250011488 e diante das razões apresentadas no id. 26953986 ratificamos o teor da certidão expedida no id.4682959, pois o documento apresentado no id. 24586541 não se refere a comprovante de pagamento e sim, documento descrito como "Detalhe de Compromisso" e com "valor a pagar". Informamos, ainda, que é necessária a apresentação da GRU – Guia de Recolhimento da União e o respectivo comprovante de pagamento para a efetiva conferência, de acordo com a Resolução STJ/GP nº 02 de 1/02/2017. Informamos, finalmente, que os servidores desta Divisão de Custas Judiciais possui acesso ao sistema de arrecadação deste Tribunal de Justiça de Mato Grosso, no link Emissão de Guias On Line no site do TJMT, onde podemos realizar as conferências dos pagamentos dos Recursos Originários, o que não é possível para os Recursos Excepcionais, pois esta Divisão não possui acesso a arrecadação do Superior Tribunal de Justiça." Oportunizo o Recorrente a proceder com a regularização da Guia de Recolhimento da União e o respectivo comprovante de pagamento, conforme orientação posta na certidão, pois os documentos colacionados nos autos, impossibilita a certificação do preparo do Recurso Especial interposto, para tanto consigno o prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não conhecimento da peça recursal. Decorrido o prazo fixado e havendo manifestação, encaminhem-se os autos novamente ao DEJAUX para certificar a regularidade do pagamento. Cumpra-se e intime-se, expedindo o necessário. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos. Cuiabá/MT, 17 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. XVII

Decisão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0003941-06.2010.8.11.0040
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ MARCHIORI (APELANTE)
J. A. D. S. B. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO FELIX CABRAL OAB - MT15576-O (ADVOGADO)
NILSON JACOB FERREIRA OAB - MT9845-O (ADVOGADO)
DERLISE MARCHIORI OAB - MT20014-O (ADVOGADO)
ADRIANO VALENTE FUGA PIRES OAB - MT7679-A (ADVOGADO)
ANTONIO CARLOS GERALDINO OAB - MT9056-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LUIZ MARCHIORI (APELADO)
J. A. D. S. B. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NILSON JACOB FERREIRA OAB - MT9845-O (ADVOGADO)
RODRIGO FELIX CABRAL OAB - MT15576-O (ADVOGADO)
ADRIANO VALENTE FUGA PIRES OAB - MT7679-A (ADVOGADO)
DERLISE MARCHIORI OAB - MT20014-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
ANA LUCIA DE SOUZA (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
ANGELINO DOMINGOS DE ALMEIDA (TERCEIRO INTERESSADO)
JULIO BENITES FILHO (TERCEIRO INTERESSADO)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

Tribunal de Justiça de Mato Grosso PJe - Processo Judicial Eletrônico Recurso Especial nº 0003941-06.2010.811.0040 RECORRENTE: JHENEFFER APARECIDA BENITES DE SOUZA REPRESENTANTE: ANA LÙCIA DE SOUZA RECORRIDO: LUIZ MARCHIORI Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial interposto por JHENEFFER APARECIDA BENITES DE SOUZA representada por sua genitora ANA LÚCIA DE SOUZA, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra o acórdão proferido pela Quarta Câmara de Direito Privado assim ementado (ID. 14079482): "APELAÇÕES CÍVEIS – Ação de Indenização por Danos Materiais e Morais cumulada com Lucros Cessantes - Acidente de Trânsito – CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA DO RÉU E INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO DA AUTORA – PRELIMINARES REJEITADAS – CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA FATAL – INDEMONSTRADA – DOCUMENTOS CARREADOS AOS AUTOS QUE DEMONSTRAM A IMPRUDÊNCIA DO FUNCIONÁRIO DO RÉU QUE CONDUZIA O TRATOR – PLANTADEIRA REBOCADA POR TRATOR AO ANOITECER E SEM QUALQUER TIPO DE SINALIZAÇÃO - REDUÇÃO DO VALOR DO DANO

MORAL – IMPOSSIBILIDADE – PENSÃO MENSAL FIXADA EM UM SALÁRIO MÍNIMO - OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE – HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS – FIXAÇÃO CONFORME PRECEITUAM OS §§2º E 8º DO ARTIGO 85 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMDA – RECURSO DO RÉU – DESPROVIDO – RECURSO DA AUTORA - PARCIALMENTE PROVIDO. I – Embora nesse momento aponte ser imprescindível a oitiva de testemunhas, o próprio réu, ora apelante, em suas alegações finais manifestou-se expressamente no sentido de que, ao encerrar a fase instrutória, o Juízo singular agiu de forma acertada, uma vez que as provas carreadas aos Autos eram suficientes para o deslinde da ação. II – Tendo em conta que a advogada do réu, ora apelado, não observou o disposto no §2° do artigo 107 do Código de Processo Civil, retirando os Autos da Secretaria durante o curso do prazo comum recursal, não há que se falar na intempestividade do recurso da autora, ora segunda apelante. III - Ainda que o réu, ora primeiro apelante, insista que no momento do acidente ainda era dia e havia luz solar suficiente para se visualizar a plantadeira, tal tese, não se sustenta, notadamente pelo próprio depoimento, prestado no Inquérito Policial um dia após o ocorrido, por seu funcionário, o qual conduzia o trator que rebocava a plantadeira em sentido contrário ao que vinha a vítima fatal com sua motocicleta. IV - Ora, se ainda era dia e havia luz solar suficiente para se visualizar a plantadeira como insiste o réu, ora apelante, nenhum sentido faria o depoimento do próprio condutor do trator que afirmou que somente conseguiu enxergar a plantadeira, o corpo do genitor da autora, ora apelada, e a motocicleta por estar com a luz traseira do trator ligada. Ou seja, é evidente que, no momento do acidente, já não havia luz solar suficiente para se visualizar a plantadeira, uma vez que se houvesse, não seria necessária a luz artificial para visualizar o ocorrido. V- Nesse contexto, afastada a imputação de culpa exclusiva da vítima fatal, e, comprovado que o acidente ocorreu pela imprudência do funcionário do réu, ora apelante, o qual conduzia o trator e rebocava a plantadeira - cuja dimensão ultrapassava a largura do trator, sem qualquer tipo de sinalização e ao anoitecer, impossibilitando à vítima fatal, que vinha em sentido oposto, de visualizar a plantadeira -, mostra-se evidente a condenação do réu, ora primeiro apelante, para reparar os danos causados à autora, ora apelada, conforme prevê os artigos 186 e 927 do Código Civil. VI - No que diz respeito ao "quantum" indenizatório, é pacífico o entendimento da jurisprudência pátria, que o valor da indenização por danos morais não deve implicar em enriquecimento ilícito da vítima, tampouco ser irrisório, a ponto de afastar o caráter pedagógico que é inerente à medida. VII - Ainda, melhor sorte não socorre o réu, ora primeiro apelante, para que a sua condenação ao pagamento da pensão seja afastada, uma vez que foi fixada em razão da comprovação da remuneração mensal que recebia o genitor da autora, ora apelada. E ainda que não fosse comprovada a renda do genitor da autora, ora apelada, a pensão de um salário mínimo não seria afastada, em conformidade com o entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça. VIII - Conforme o disposto no §2º do artigo 85 do Código de Processo Civil, os honorários sucumbenciais, em caso de condenação, como na hipótese dos Autos, devem ser fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o seu valor. IX - Também, assiste razão à autora, ora segunda apelante, para que, sobre a pensão, incida honorários sucumbenciais sobre as parcelas vencidas até a liquidação e de mais uma anuidade das vincendas, conforme estabelece o §9º do artigo 85 do Código de Processo Civil. (Apelação Cível 0003941-06.2010.811.0040, Desa. Serly Marcondes Alves, Quarta Câmara de Direito Privado, Julgado em 25/09/2019). " Opostos Embargos de Declaração, foram rejeitados no acórdão proferido no ID. 24096495. Alega violação aos artigos 186, 927, 944 e 948, inciso II e 1.694, §1º, todos do CC, uma vez que o aresto sufragado não se atentou aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade ao fixar a condenação ínfima a título de danos morais, em decorrência da morte do seu genitor, razão pela qual pugna pela majoração da condenação imposta à parte recorrida, além de divergência jurisprudencial. Recurso tempestivo (ID. 28127463). É o relatório. Decido. 1. Da sistemática de recursos repetitivos. Não foi verificada a existência, no Superior Tribunal de Justiça, de tema que se relacione às questões discutidas neste recurso e, por consequência, não há aplicação da sistemática de recursos repetitivos, não incidindo, in casu, a previsão do art. 1.030, I, "b", II e III, do CPC. Passo ao exame dos demais pressupostos de admissibilidade. 2. Reexame de matéria fática. Súmula 7 do STJ. Nos termos do artigo 105, III, da Constituição Federal, a competência do Superior Tribunal de Justiça cinge-se à aplicação e à uniformização da interpretação das leis federais, não sendo possível, pois, o exame de matéria fático-probatória, ex vi Súmula 7/STJ. A parte recorrente alega violação aos artigos 186, 927, 944 e 948, inciso II e 1.694, §1º, todos do CC, além de dissídio jurisprudencial, ao argumento de que o quantum indenizatório arbitrado é desproporcional ao dano suportado pelo recorrente, pelo falecimento do pai em acidente de trânsito. No entanto, para rever o entendimento firmado no aresto recorrido sobre este ponto, é necessário o exame dos fatos e provas dos autos, o que atrai o óbice sumular acima mencionado, conforme preconiza o STJ: "PROCESSUAL CIVIL. CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. DANO MORAL. VALOR DA INDENIZAÇÃO. PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA. 1. O recurso especial não comporta exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ). 2. Somente em hipóteses excepcionais, quando irrisória ou exorbitante a indenização por danos morais arbitrada na origem, a jurisprudência desta Corte permite o afastamento do referido óbice, para possibilitar a revisão. No caso, o valor estabelecido pela Justiça local não se mostra despropositado, a justificar sua reavaliação em recurso especial. 3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1308781/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 18/03/2019, DJe 25/03/2019)" (g.n) Registre-se que está prejudicada a análise dos pressupostos de admissibilidade pertinentes à alínea "c" (art. 105, III, CF), diante da aplicação do verbete sumular 7 do STJ. A propósito: "PROCESSUAL CIVIL. FIXAÇÃO IRRISÓRIA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7 DO STJ. DIVERGÊNCIA PREJUDICADA. (...) 2. A jurisprudência do STJ é firme no sentido de que o quantum da verba honorária, em razão da sucumbência processual, está sujeito a critérios de valoração delineados na lei processual. Sua fixação é ato próprio dos juízos das Instâncias ordinárias, e só pode ser alterada em Recurso Especial quando tratar de valor irrisório ou exorbitante, o que não se configura. 3. Dessa forma, modificar o entendimento proferido pelo aresto confrontado implica reexame da matéria fático-probatória, o que é obstado ao STJ, conforme sua Súmula 7: 'A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial'. 4. A análise do dissídio jurisprudencial fica prejudicada, em virtude da aplicação da Súmula 7 do STJ, porquanto não é possível encontrar similitude fática entre o acórdão combatido e os arestos paradigmas, uma vez que as conclusões díspares ocorreram não em razão de entendimentos diversos, mas de fatos, provas e circunstâncias específicas do caso concreto. 5. Recurso Especial não conhecido". (REsp 1765987/TO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/11/2018, DJe 23/11/2018). (g.n.) Dessa forma, sendo insuscetível de revisão o entendimento do órgão fracionário deste Tribunal por demandar o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, vedada está a análise da referida questão pelo STJ, o que obsta a admissão recursal. Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 17 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. XVII

Decisão Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1003794-68.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CELSO ALVES PINHO (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CELSO ALVES PINHO OAB - MT12709-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DESEMBARGADOR RELATOR DO RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1002103-19.2019.8.11.0000 (IMPETRADO)
ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)
Outros Interessados:
FERNANDO FANTINEL PICOLLI (TERCEIRO INTERESSADO)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

Recurso Ordinário nº 1003794-68.2019.8.11.0000 Recorrente: CELSO ALVES PINHO. Recorrido: DESEMBARGADOR RELATOR DO RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1002103-19.2019.8.11.0000 Vistos, etc. Trata-se de Recurso Ordinário interposto por Celso Alves Pinho, interposto com fundamento no art. 105, inciso II, alínea "b", da Constituição Federal, contra o acórdão proferido pela Segunda Câmara de Direito Público e Coletivo assim ementado (ID 14424498): RECURSO DE AGRAVO

REGIMENTAL – RECURSO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – MANDADO DE SEGURANÇA – CONCESSÃO DA MEDIDA PARA SUSPENDER A DECISÃO – TERATOLOGIA NÃO CARACTERIZADA – INTERPOSIÇÃO DE RECURSO CONTRA A REFERIDA DECISÃO – INVIABILIDADE DO WRIT – INDEFERIMENTO DA INICIAL – DECISÃO DA RELATORIA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. 1. O ato judicial atacado pelo writ, ao revés do que tenta fazer crer o impetrante/agravante, não se mostra teratológica ou de flagrante ilegalidade. 2. Ademais, consta dos autos que o ora impetrante interpôs Agravo Regimental da decisão ora tida como teratológica, de modo que incabível o mandamus em questão, uma vez que não demonstrada a violação à direito líquido e certo dos impetrantes, tampouco que a manutenção da decisão atacada lhes causará prejuízos de ordem irreversível. (Agravo Regimental Cível nº 10003794-68.2019.8.11.0000, Rela. Desa. SERLY MARCONDES ALVES, SEGUNDA TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PRIVADO, julgado em 05/09/2019). Recurso tempestivo (ID 17775953). Diante da Certidão de ID 17833043, dando conta da falta de pagamento das custas recursais, a parte Recorrente foi intimada para realizar o recolhimento em dobro do valor das custas judiciais (ID 8443782), tendo sido certificado o pagamento das custas no ID 20318499. Sem apresentação de contrarrazões (ID 28506955). Com vistas a evitar a usurpação e extrapolação dos limites do juízo de admissibilidade, deixo de analisar o preenchimento ou não dos requisitos para a concessão do efeito pretendido, o qual deve ser apreciado no Superior Tribunal de Justiça. Ante o exposto, encaminhem-se os autos à instância superior, independentemente do juízo de admissibilidade, nos termos do artigo 1.028, §§ 2º e 3º, do Código de Processo Civil. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. XVI

Decisão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1006430-07.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ILTON JOSE SCHEIN (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ MARIANO BRIDI OAB - MT2619-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CLETO WEBLER (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIANO TEIXEIRA BARBOSA PINTO OAB - MT11974-A (ADVOGADO)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA VICE PRESIDÊNCIA Tribunal de Justiça de Mato Grosso PJe - Processo Judicial Eletrônico Recurso Especial 1006430-07.2019.8.11.0000 RECORRENTE: ILTON JOSÉ SCHEIN RECORRIDO: CLETO WEBLER Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial, com pedido de efeito suspensivo, interposto por ILTON JOSE SCHEIN, com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, contra o acórdão da Terceira Câmara de Direito Privado deste Sodalício, assim ementado (ID 12555463): "AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE REJEITADA – DETERMINAÇÃO DE PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO – NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA – IMPOSSIBILIDADE EM EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE – PRECEDENTE DO STJ – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. A Exceção de Pré-Executividade é cabível quando atendidos simultaneamente dois requisitos, um de ordem material e outro de ordem formal, ou seja: (a) é indispensável que a matéria invocada seja suscetível de conhecimento de ofício pelo juiz; e (b) é indispensável que a decisão possa ser tomada sem necessidade de dilação probatória." (AI 1006430-07.2019.8.11.0000, DES. DIRCEU DOS SANTOS, TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 21/08/2019). Os Embargos de Declaração foram rejeitados (ID 21353969). Alega violação aos artigos 337, §5º, 485, §3º, 489, §1º, II, III e 1.022, parágrafo único, II, do CPC, ao argumento de que não houve o enfrentamento dos argumentos trazidos pelo Recorrente, em especial acerca da indicação da suposta necessidade de dilação probatória que impediria a análise da Exceção de Pré-Executividade, bem assim de que as teses de coisa julgada e ilegitimidade passiva do Recorrente constituem matéria de ordem pública, com prova pré-constituída sem necessidade de dilação probatória e, pois, cognoscíveis em qualquer tempo e grau de jurisdição. Recurso tempestivo (ID 23486494). Contrarrazões (ID 27685494). Pedido de efeito suspensivo não conhecido, por se tratar de pedido ativo, cuja competência para o julgamento é do Tribunal ad quem (ID 23608953). É o relatório. Decido. Da sistemática de recursos repetitivos Não foi verificada a existência, no Superior Tribunal de Justiça, de tema que se relacione às questões discutidas neste recurso e, por consequência, não há aplicação da sistemática de recursos repetitivos, não incidindo, in casu, a previsão do art. 1.030, I, "b", II e III, do CPC. Passo ao exame dos demais pressupostos de admissibilidade. Alegada violação aos artigos 489, § 1º, II, III e 1.022, parágrafo único, II, do CPC A partir da suposta ofensa aos artigos 489, § 1º, II, III e 1.022, parágrafo único, II, do CPC, o Recorrente alega que o acórdão impugnado é omisso, porquanto a Câmara julgadora não se manifestou sobre os argumentos trazidos pelo Recorrente, em especial acerca da indicação da suposta necessidade de dilação probatória que impediria a análise da Exceção de Pré-Executividade. No entanto, do exame do acórdão recorrido, verifica-se que a Câmara julgadora manifestou-se expressamente em relação ao aludido ponto, como se observa da transcrição abaixo: "Anota-se, inicialmente, que a Exceção de Pré-Executividade constitui um meio de defesa incidental, em que o executado pode interpor a qualquer tempo, sempre que pretenda infirmar a certeza, a liquidez ou a exigibilidade do título, por meio de inequívoca prova documental, independente de prévia segurança do juízo. Neste contexto, cumpre ressaltar que a Exceção é instrumento processual cabível quando atendidos simultaneamente dois requisitos, um de ordem material e outro de ordem formal, ou seja: (a) é indispensável que a matéria invocada seja suscetível de conhecimento de ofício pelo juiz; e (b) é indispensável que a decisão possa ser tomada sem necessidade de dilação probatória. (...) No caso em exame, a parte agravante interpôs Exceção de Pré-Executividade, no bojo de Execução por quantia certa originária, alegando, em apertada síntese, a sua ilegitimidade passiva e a ausência dos requisitos do título executivo judicial. Contudo, a sua pretensão contida em tal instrumento não merece prosperar, senão vejamos. Conforme já exposto, é indispensável que a decisão em uma Exceção de Pré-Executividade possa ser tomada sem a necessidade de dilação probatória. Porém, o recorrente, ao defender a ocorrência de coisa julgada, a sua ilegitimidade passiva e responsabilidade patrimonial na qualidade de cônjuge, torna necessária uma dilação probatória, com minuciosa análise documental, situação incabível no procedimento originário." (ID 12555464) Diante desse quadro, não há evidência de violação aos artigos 489, § 1º, II, III e 1.022, parágrafo único, II, do CPC, o que conduz à inadmissão do recurso neste ponto. Reexame de matéria fática. Súmula 7 do STJ Nos termos do artigo 105, III, da Constituição Federal, a competência do Superior Tribunal de Justiça cinge-se à aplicação e à uniformização da interpretação das leis federais, não sendo possível, pois, o exame de matéria fático-probatória, ex vi Súmula 7/STJ. A suposta violação aos artigos 337, §5º e 485, §3º, do CPC está amparada na alegação de que as teses de coisa julgada e ilegitimidade passiva do Recorrente constituem matéria de ordem pública, com prova pré-constituída sem necessidade de dilação probatória e, pois, cognoscíveis em qualquer tempo e grau de jurisdição. No acórdão impugnado ficou consignado que: "No caso em exame, a parte agravante interpôs Exceção de Pré-Executividade, no bojo de Execução por quantia certa originária, alegando, em apertada síntese, a sua ilegitimidade passiva e a ausência dos requisitos do título executivo judicial. Contudo, a sua pretensão contida em tal instrumento não merece prosperar, senão vejamos. Conforme já exposto, é indispensável que a decisão em uma Exceção de Pré-Executividade possa ser tomada sem a necessidade de dilação probatória. Porém, o recorrente, ao defender a ocorrência de coisa julgada, a sua ilegitimidade passiva e responsabilidade patrimonial na qualidade de cônjuge, torna necessária uma dilação probatória, com minuciosa análise documental, situação incabível no procedimento originário." (ID 12555464) No entanto, para rever o entendimento firmado no aresto recorrido sobre este ponto, é necessário o exame dos fatos e provas dos autos, o que atrai o óbice sumular acima mencionado, conforme preconiza o STJ: "PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. FUNDAMENTAÇÃO. AUSÊNCIA. SÚMULA 284/STF. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. IMPROCEDÊNCIA. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DESCABIMENTO. 1. [...] 7. O TJ/BA reconheceu a impossibilidade de aplicação da teoria da causa madura ao julgamento do agravo de instrumento da recorrente, em razão da necessidade de dilação

probatória. Diante das premissas fáticas elucidadas pelo TJ/BA - impossíveis de serem modificadas por esta Corte Superior em razão do óbice da Súmula 7/STJ -, inviável analisar, nesta sede, a possibilidade de aplicação da teoria da causa madura ao julgamento de seu agravo de instrumento. 8. Dessume-se dos fundamentos do acórdão recorrido a evidente conclusão de que não há nos autos qualquer comprovação da anuência do banco recorrido quanto à suposta assunção parcial da dívida. Inclusive, a Corte local frisa a inegável má-fé da recorrente na condução do processo. Assim, alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à suposta ocorrência de assunção de dívida por terceiro, bem como acerca da iliquidez do título executivo, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ. 9. Não é cabível a condenação em honorários advocatícios em exceção de pré-executividade julgada improcedente. 10. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, provido." (REsp 1676871/BA, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 30/04/2018). Dessa forma, sendo insuscetível de revisão o entendimento do órgão fracionário deste Tribunal por demandar o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, vedada está a análise da referida questão pelo STJ, o que obsta a admissão recursal. Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 17 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. XI Tribunal de Justiça de Mato Grosso PJe - Processo Judicial Eletrônico Recurso Extraordinário 1006430-07.2019.8.11.0000 RECORRENTE: ILTON JOSÉ SCHEIN RECORRIDO: CLETO WEBLER Vistos, etc. Trata-se de Recurso Extraordinário interposto por ILTON JOSÉ SCHEIN com fundamento no artigo 102, III, alínea "a", da Constituição Federal, contra o acórdão da Terceira Câmara de Direito Privado deste Sodalício, assim ementado (ID 12555463): "AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE REJEITADA – DETERMINAÇÃO DE PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO – NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA – IMPOSSIBILIDADE EM EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE – PRECEDENTE DO STJ – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. A Exceção de Pré-Executividade é cabível quando atendidos simultaneamente dois requisitos, um de ordem material e outro de ordem formal, ou seja: (a) é indispensável que a matéria invocada seja suscetível de conhecimento de ofício pelo juiz; e (b) é indispensável que a decisão possa ser tomada sem necessidade de dilação probatória." (AI 1006430-07.2019.8.11.0000, DES. DIRCEU DOS SANTOS, TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 21/08/2019). Os Embargos de Declaração foram rejeitados (ID 21353969). Alega que o acórdão recorrido padece de fundamentação, sobretudo acerca da suposta necessidade da dilação probatória que obstou a análise do mérito da exceção de pré-executividade, uma vez que se trata de matéria de ordem pública (coisa julgada e ilegitimidade passiva do Recorrente) com prova pré-constituída e que não demanda dilação probatória, nos termos do artigo 93, IX, da Constituição Federal. Recurso tempestivo (ID 23486497). Contrarrazões (ID 27687451). É o relatório. Decido. Tema 339/STF – Obrigatoriedade de fundamentação das decisões judiciais Consoante se verifica da tese recursal, a suposta violação ao artigo 93, IX, da Constituição Federal, está amparada na alegação de que o acórdão recorrido padece de fundamentação. Todavia, do exame do acórdão recorrido, verifica-se que o órgão fracionário deste Tribunal se manifestou expressamente em relação à questão discutida no feito, qual seja a necessidade de dilação probatória que impediria a análise da Exceção de Pré-Executividade. Vejamos: "Anota-se, inicialmente, que a Exceção de Pré-Executividade constitui um meio de defesa incidental, em que o executado pode interpor a qualquer tempo, sempre que pretenda infirmar a certeza, a liquidez ou a exigibilidade do título, por meio de inequívoca prova documental, independente de prévia segurança do juízo. Neste contexto, cumpre ressaltar que a Exceção é instrumento processual cabível quando atendidos simultaneamente dois requisitos, um de ordem material e outro de ordem formal, ou seja: (a) é indispensável que a matéria invocada seja suscetível de conhecimento de ofício pelo juiz; e (b) é indispensável que a decisão possa ser tomada sem necessidade de dilação probatória. (...) No caso em exame, a parte agravante interpôs Exceção de Pré-Executividade, no bojo de Execução por quantia certa originária, alegando, em apertada síntese, a sua ilegitimidade passiva e a ausência dos requisitos do título executivo judicial. Contudo, a sua pretensão contida em tal instrumento não merece prosperar, senão vejamos. Conforme já exposto, é indispensável que a decisão em uma Exceção de Pré-Executividade possa ser tomada sem a necessidade de dilação probatória. Porém, o recorrente, ao defender a ocorrência de coisa julgada, a sua ilegitimidade passiva e responsabilidade patrimonial na qualidade de cônjuge, torna necessária uma dilação probatória, com minuciosa análise documental, situação incabível no procedimento originário." (ID 12555464) Com efeito, no julgamento do AI 791292 QO-RG/PE (Tema 339), o STF concluiu que a Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, nem que sejam corretos os fundamentos da decisão. Confira-se a ementa do julgado: "Questão de ordem. Agravo de Instrumento. Conversão em recurso extraordinário (CPC, art. 544, §§ 3° e 4°). 2. Alegação de ofensa aos incisos XXXV e LX do art. 5º e ao inciso IX do art. 93 da Constituição Federal. Inocorrência. 3. O art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, nem que sejam corretos os fundamentos da decisão. 4. Questão de ordem acolhida para reconhecer a repercussão geral, reafirmar a jurisprudência do Tribunal, negar provimento ao recurso e autorizar a adoção dos procedimentos relacionados à repercussão geral". (AI 791292 QO-RG, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, julgado em 23/06/2010, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-149 DIVULG 12-08-2010 PUBLIC 13-08-2010 EMENT VOL-02410-06 PP-01289 RDECTRAB v. 18, n. 203, 2011, p. 113-118). (g.n.) Nesse contexto, constata-se que o acórdão recorrido está em conformidade com a orientação do STF, o qual concluiu que, a despeito do dever de fundamentação da decisão, esta pode se dar de forma sucinta, e sem a necessidade de exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, é o caso de se concluir pela consonância do aresto recorrido com o entendimento da Corte Suprema, o que obsta o seguimento do presente recurso. Ante o exposto, com fundamento no artigo 1.030, I, "b", do CPC, nego seguimento ao Recurso Extraordinário, diante da sistemática de repercussão geral (Tema 339). Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 17 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. XI

Decisão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1007616-36.2017.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ADELSON JOSE MARQUES FILHO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS FREDERICK DA SILVA INEZ OAB - MT7355-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

Tribunal de Justiça de Mato Grosso PJe - Processo Judicial Eletrônico Recurso Especial 1007616-36.2017.811.0000 RECORRENTE: ADELSON JOSE MARQUES FILHO RECORRIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Consoante a certidão de ID. 28087965 não foi verificado o requerimento ou a concessão da assistência beneficiária gratuita. Vejamos: "Certifico que o Recorrente não efetuou o recolhimento das custas judiciais do Recurso Especial, em virtude de alegar ser beneficiário de Justiça Gratuita, porém não consta essa informação nos autos. " Diante disso, nos termos do artigo 1.007, § 4º, do CPC, intime-se a parte para, no prazo de 05 (cinco) dias, realizar o recolhimento, em dobro, do valor das custas judiciais, sob pena de deserção. Decorrido o prazo fixado e havendo manifestação, encaminhem-se os autos ao DEJAUX para certificar a regularidade do pagamento. Havendo o pagamento, intime-se a parte Recorrida para apresentar as contrarrazões, em 15 (quinze) dias. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 17 de novembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. XVII .

Secretaria Auxiliar da Vice-Presidência

Intimação do Vice-Presidente

Protocolo Número/Ano: 77793 / 2019
RAI AO STJ Nº 77793/2019 (INTERPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA 105872/2017 - CLASSE: CNJ-1728) COMARCA

DE VÁRZEA GRANDE
AGRAVANTE(S) - ESTADO DE MATO GROSSO (Advs: Dr(a). MARILCI MALHEIROS FERNANDES DE SOUZA COSTA E SILVA - PROCURADORA DO ESTADO - OAB 4.646-O/MT), AGRAVADO(S) - ARIVELTON FRANCO BONFIM (Advs: Dr(a). ANDRÉ LUIZ PRIETO - OAB 7360-B, Dr(a). PAULA GOMES DE SOUZA PRIETO - OAB 22531/MT)
Intimação ao(s) agravado(s) para apresentar(em) contrarrazões no prazo legal.

Corregedoria-Geral da Justiça

Departamento de Orientação e Fiscalização - DOF

Departamento de Orientação e Fiscalização - DOF

Provimentos

*PROVIMENTO N. 49/2019, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2019.
Atualiza os valores da tabela de emolumentos dos atos praticados pelos Serviços Notariais e Registrais do Estado de Mato Grosso para o ano de 2020, nos termos do § 2º, do art. 1º, da Lei estadual n. 7.550/2001, com base no Índice Nacional de Preços do Consumidor – INPC, referente ao período acumulado de janeiro a novembro de 2019.
O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, bem como nos termos da decisão prolatada no Expediente CIA n. 0075247-43.2019.8.11.0000,
RESOLVE:
Art. 1º Atualizar em 3,22% (três inteiros e vinte e dois centésimos percentuais) os valores da tabela de emolumentos dos atos praticados pelos Serviços Notariais e Registrais do Estado de Mato Grosso para o ano de 2020, nos termos do § 2º, do art. 1º, da Lei estadual n. 7.550/2001, com base no Índice Nacional de Preços do Consumidor – INPC, referente ao período acumulado de janeiro a novembro de 2019.
Art. 2º Este Provimento entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020.
Desembargador LUIZ FERREIRA DA SILVA
(documento assinado digitalmente)
*Republicado por não ter saído com o anexo, onde constam os valores atualizados dos emolumentos, na Edição n. 10641

O Anexo I completo encontra-se no Caderno de Anexo do Diário da Justiça Eletrônico no final desta Edição.
Clique aqui
Anexo I

PROVIMENTO N. 51/2019, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019.
Altera a redação dos §§ 1º e 2º do art. 519 da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça do Foro Extrajudicial – CNGCE, aprovada pelo Provimento n. 31/2018-CGJ, que dispõe sobre a 3ª edição da CNGCE, mediante a alteração do Provimento n. 40/2016-CGJ - que trata da 2ª edição da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça do Foro Extrajudicial – e, dá outras providências.
O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO , no uso de suas atribuições legais e regimentais, bem como nos termos da decisão prolatada no Expediente CIA n. 0061124-40.2019.8.11.0000,
RESOLVE:
Art. 1º Alterar a redação dos §§ 1º e 2º do art. 519 da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça do Foro Extrajudicial – CNGCE, aprovada pelo Provimento n. 31/2018-CGJ, que dispõe sobre a 3ª edição da CNGCE, mediante a alteração do Provimento n. 40/2016-CGJ - que trata da 2ª edição da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça do Foro Extrajudicial – e, dá outras providências, nos termos deste Provimento.
Art. 2º Ficam alterados os §§ 1º e 2º do art. 519 da CNGCE, passando a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 519. .....
.....
§ 1º A informação sobre a existência ou não de testamento de pessoa comprovadamente falecida somente será fornecida mediante requisição judicial, a pedido do interessado deferido pelo Juiz-Diretor do Foro da Comarca, ou a pedido de notários que estejam lavrando escrituras de inventário e partilha, mediante o recolhimento da importância equivalente a 82% (oitenta e dois por cento) da Tabela C – item 22, alínea a da Tabelade Emolumentos, permitindo-se o arredondamento até a segunda casa decimal.
§ 2º Os valores mencionados no parágrafo anterior serão recolhidos a favor da Anoreg-MT – agência n. 0046-9 – Banco do Brasil S.A. – conta corrente n. 25.660-9, inclusive por vale postal ou ordem de pagamento, salvo em caso de assistência judiciária (Lei n. 1.060/1950).
Art. 3º Este Provimento entra em vigor na data da sua publicação.
Desembargador LUIZ FERREIRA DA SILVA
(documento assinado digitalmente)

Decisão

Cia n.: 0077394-42.2019.8.11.0000 (Favor mencionar este número)
Requerente (s): Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso
Advogado (a/s): Dra. Claudia Alves Siqueira - (OAB/MT 6.217/B)
Requerido(a/s): Corregedoria-Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso
Visto.
Trata-se pedido de vista dos autos apresentado pela Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Mato Grosso para análise e manifestação nos autos da Consulta n. 11/2017 – Departamento de Orientação e Fiscalização (Cia n. 0016486-87.2017.8.11.0000), originariamente formulada por Rene Junqueira Barbour cujo teor requer manifestação desta Corregedoria acerca da aplicação e forma de cálculo do disposto nos artigos 230 e 231 da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça - Foro Extrajudicial (CNGCE/MT).
Dessa forma, defiro a vista dos respectivos autos para análise e manifestação no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
Ao Departamento de Orientação e Fiscalização da Secretaria da Corregedoria-Geral da Justiça/TJMT(DOF/CGJ) para ciência do órgão acerca do exposto.
Intime-se.
Cuiabá/MT,17 de dezembro de 2019.
(assinado digitalmente)
Juíza EDLEUZA ZORGETTI MONTEIRO DA SILVA
Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça
Portaria n. 45/2019 – CGJ
Cia n.: 0077397-94.2019.8.11.0000 (Favor mencionar este número)
Requerente (s): Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso
Advogado (a/s): Dra. Claudia Alves Siqueira - (OAB/MT 6.217/B)
Requerido(a/s): Corregedoria-Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso
Visto.
Trata-se pedido de vista dos autos apresentado pela Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Mato Grosso para análise e manifestação no Recurso Administrativo 1/2019 (CIA 0051549-08.2019.8.11.0000) interposto por Rodrigo Robalinho Estevam, delegatário do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Nova Canaã do Norte em face da decisão prolatada pela Diretoria do Foro da referida Comarca nos autos do Pedido de Providências n. 1774-79.2018.811.0090 (Código 62503).
Dessa forma, defiro a vista dos respectivos autos para análise e manifestação no prazo de 05 (cinco) dias uteis.
Destaco que a pertinência de eventual habilitação no feito somente será analisada após a manifestação da instituição.
Ao Departamento de Orientação e Fiscalização da Secretaria da Corregedoria-Geral da Justiça/TJMT(DOF/CGJ) para ciência do órgão acerca do exposto.
Intime-se.
Cuiabá/MT,17 de dezembro de 2019.
(assinado digitalmente)
Juíza EDLEUZA ZORGETTI MONTEIRO DA SILVA
Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça
Portaria n. 45/2019 – CGJ

Cia n.: 0061124-40.2019.8.11.0000 (Favor mencionar este número)
Requerente: Associação dos Notários e Registradores do Estado de Mato Grosso (Anoreg/MT)
Advogados: Dr. Rodrigo Coningham de Miranda (OAB/MT 18.515) Dr. Vitor Carmo Rocha (OAB/MT 15.334)
Dr. Jeonathãn Suel Dias (OAB/MT 15.978)
Requerida: Corregedoria-Geral da Justiça do Tribunalde Justiça do Estado de Mato Grosso

Vistos.

Trata-se de expediente formulado pela Associação dos Notários e Registradores do Estado de Mato Grosso (Anoreg/MT), requerendo o reajuste do valor da certidão expedida pela Central de Testamentos, que informa acerca da existência de testamento de pessoa falecida, nos termos do artigo 519 da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça para o Foro Extrajudicial (CNGCE), a fim de que a importância atual de R$ 14,58 (catorze reais e cinquenta e oito centavos) seja arredondada para R$ 16,00 (dezesseis reais).

No andamento n. 13, o Departamento de Orientação e Fiscalização da Secretaria da Corregedoria-Geral da Justiça/TJMT (DOF/CGJ) informou que o valor da supracitada certidão é atualizado automaticamente pelos índices oficiais utilizados para correção da Tabela de Emolumentos, de acordo com o §2º do artigo 519 da aludida consolidação, perfazendo atualmente o valor de R$ 16,40 (dezesseis reais e quarenta centavos).

Instada a se manifestar, a Anoreg/MT tomou conhecimento da referida informação, tendo expedido o Ofício Circular n. 260/2019, esclarecendo que o valor da certidão da Central de Testamento, a partir de 14/11/2019, será de R$ 16,40 (dezesseis reais e quarenta centavos), importância esta que deve ser depositada no Banco do Brasil, agência n. 0046-9, conta corrente n. 25660-9. Desse modo, o pedido inicial perdeu o seu objeto, tendo esta Juíza-Auxiliar determinado o arquivamento deste expediente, conforme se verifica no andamento n. 37.

Ato contínuo, aportou nos autos o requerimento constante no andamento n. 46, por meio do qual a Anoreg/MT pleiteia a alteração dos §§ 1º e 2º do artigo 519 da CNGCE, com o intuito de vincular o valor da certidão da Central de Testamentos a algum item da tabela de emolumentos, tal como foi feito no Provimento n. 81/2014, que criou a Central Eletrônica de Integração e Informações – CEI.

Argumenta, para tanto, que muitos usuários tem dificuldade em compreender a composição do valor da certidão, tendo em vista que é preciso pegar o valor inicial e aplicar os índices de correção adotados na Tabela de Emolumentos. Ressalta, ainda, que não haverá mudança no valor, sendo necessária a alteração normativa apenas para deixar o texto normativo mais claro para o usuário.

É o relato do essencial.

Como se sabe, os Tabelionatos de Notas são obrigados a encaminhar a relação dos testamentos lavrados em seus livros, bem como das suas revogações e dos instrumentos de aprovação dos testamentos cerrados para a Associação dos Notários e Registradores do Estado de Mato Grosso, que congrega todas essas informações por meio da Central de Testamentos.

Assim, a informação sobre a existência ou não de testamento de pessoa comprovadamente falecida pode ser fornecida ao interessado mediante pedido deferido pelo Juiz Diretor do Foro da Comarca, ou a pedido de Notários que estejam lavrando Escrituras Públicas de Inventário e Partilha, mediante o recolhimento de importância a ser depositada na conta bancária da Anoreg/MT.

De acordo com os §§ 1º e 2º do art. 519 da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça para o Foro Extrajudicial (CNGCE), essa certidão custaria inicialmente o valor de R$ 14,58 (catorze reais e cinquenta e oito centavos), quantum este que é corrigido todos os anos, automaticamente, pelos índices oficiais utilizados para a atualização da Tabelade Emolumentos, senão vejamos:

Art. 519. Deverãoos Juízes de todo o Estado oficiar à Associação dos Notários e Registradoresdo Estado de Mato Grosso,solicitando informação, as expensasdo inventariante, sobrea eventual existência de testamento.

§ 1º. A informação sobre a existência ou não de testamento de pessoa comprovadamentefalecida somente será fornecida mediante requisição judicial, a pedido do interessado deferido pelo Juiz Diretor do Foro da Comarca, ou a pedido de Notários que estejam lavrando Escrituras de Inventário e Partilha, mediante o recolhimentoda importância de R$ 14,58 (catorze reais e cinquenta e oito centavos) a favor da ANOREG – MT – Agência 0046-9 – Banco do Brasil

– Conta Corrente 25.660-9, inclusive por vale postal ou ordem de pagamento, salvo em caso de assistênciajudiciária (Lei 1.060/50).

§ 2º O referido valor deverá ser atualizado, automaticamente, a partir da publicação desta consolidação anualmente pelos índices oficiais utilizados para atualização dos emolumentos. Destacamos.

Atualmente, segundo a informação prestada pelo Departamento de Orientação e Fiscalização da Secretaria da Corregedoria-Geral da Justiça/TJMT no andamento n. 13, o valor da certidão da Central de Testamentos é de R$ 16,40 (dezesseis reais e quarenta centavos).

Superada essa questão acerca da atualização do valor da certidão, a Anoreg/MT formulou pedido de alteração do artigo 519 da CNGCE, pleiteando que seja adotado como parâmetro de cobrança um item da tabela de emolumentos, a exemplo do que fora feito no parágrafo único do art. 14 do Provimento n. 81/2014 (Criação da CEI), in verbis:

Art. 14 A população poderá ter acesso às informações básicas contidas nos artigos 5º a 10, mediante buscas/consultas na CEI após pagamento do valor estipulado no parágrafo único deste.

Parágrafo único A consulta acima referida terá um custo no valor equivalente a 35% do ato constante na Tabela A – item 05 da Tabela de Emolumentos, permitindo-se arredondamentoaté a terceira casa decimal, o qual será revertido para a ANOREG/MT com a finalidade de custeio da CEI. Destacamos.

Aplicando essa linha de raciocínio ao caso concreto, a requerente sugeriu que fosse adotada a seguinte redação:

"Art. 519 Deverãoos Juízes de todo o Estado oficiar à Associaçãodos Notários e Registradoresdo Estado de Mato Grosso,solicitando informação, as expensasdo inventariante, sobrea eventual existência de testamento.

§1º A informação sobre a existência ou não de testamento de pessoa comprovadamentefalecida somente será fornecida mediante requisição judicial, a pedido do interessado deferido pelo Juiz Diretor do Foro da Comarca, ou a pedido de Notários que estejam lavrando Escrituras de Inventário e Partilha, mediante o recolhimento da importância equivalente a 82% da Tabela B - item 22, alínea "a" da Tabela de Emolumentos, permitindo-se o arredondamentoaté a terceira casa decimal.

§ 2º Os valores mencionados no parágrafo anterior serão recolhidos a favor da ANOREG – MT – Agência 0046-9 – Banco do Brasil – Conta Corrente25.660-9, inclusive por vale postal ou ordem de pagamento, salvo em caso de assistência judiciária (Lei 1.060/50). Negritamos.

Após analisar os argumentos aduzidos pela requerente, verifica-se que o pleito apresentado pela associação merece prosperar, devendo ser retirado do corpo da CNGCE a menção expressa a valores, a fim de que eles sejam concentrados na Tabela de Emolumentos, que é atualizada anualmente segundo os índices oficiais. Assim, 82% (oitenta e dois por cento) de R$ 20,00 (vinte reais) correspondem exatamente a R$ 16,40 (dezesseis reais e quarenta centavos), de modo que não haverá qualquer alteração no valor da certidão da Central de Testamentos, sendo alterada apenas a redação dos §§ 1º e 2º do art. 519 da CNGCE para torná-la mais clara e de fácil compreensão aos usuários do serviço.

Diante do exposto, manifesto pelo acolhimento do pedido formulado pela Anoreg/MT, com subsequente edição de provimento para alterar os §§ 1º e 2º do artigo 519 da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça - Foro Extrajudicial (CNGCE).

Ao Corregedor-Geral da Justiça para ciência da manifestação, a qual submeto ao elevado critério de Vossa Excelência no sentido de aprovar o entendimento para que prossiga na forma proposta, nos termos do parágrafo único do artigo 9º da Portaria n. 45/2019-CGJ.

Cuiabá, 11 de dezembro de 2019.

(assinado digitalmente)

Juíza EDLEUZA ZORGETTI MONTEIRO DA SILVA

Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça Portaria n. 45/2019 – CGJ

Expediente CIA n. 0061124-40.2019.8.11.0000

Vistos.

Aprovo, por seus próprios fundamentos, a manifestação da Juíza Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça, Dra. Edleuza Zorgetti Monteiro da Silva, razão pela qual determino a edição de provimento para alterar os §§ 1º e 2º do art. 519 da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça do Foro Extrajudicial – CNGCE, nos moldes propostos no aludido pronunciamento.

Por conseguinte, determino à Diretora do Departamento de Orientação e Fiscalização – DOF que edite e publique provimento para promover a alteração supracitada.

Cumpra-se.

Cuiabá, 17 de dezembro de 2019.

Desembargador LUIZ FERREIRA DA SILVA

Corregedor-Geral da Justiça

(documento assinado digitalmente)

Diretoria Geral

Portaria Presidência

PORTARIA N. 1620/PRES, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019.
Declara ponto facultativo nos dias 23 e 30.12.2019.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas nos artigos 35 e 290, inciso II, do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar ponto facultativo nos dias 23.12.2019 (segunda-feira) e 30.12.2019 (segunda-feira) no âmbito da Justiça Estadual de Mato Grosso.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA,
Presidente do Tribunal de Justiça.

PORTARIA N. 1608–PRES, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2019
Lota servidor na Central de Processamento Eletrônico (CPE).

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas nos artigos 35 e 290, inciso II, do Regimento Interno;

CONSIDERANDO a Resolução n. 219/2016, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que dispõe sobre a distribuição de servidores, de cargos em comissão e funções de confiança nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus;

CONSIDERANDO os resultados obtidos em decorrência da aplicação dos comandos insculpidos na Resolução n. 219/2016-CNJ, que evidenciaram a ausência de equalização na distribuição de servidores de primeiro e segundo graus;

CONSIDERANDO o disposto no art. 3º, art. 4º e § 2º do art. 22, todos da Resolução n. 219/2016-CNJ;

CONSIDERANDO o comando do art. 4º da Resolução n. 8/2017/DTP, divulgada no DJE de 02.10.2017, edição n. 10113, com a redação dada pela Resolução TJ-MT/TP n. 7/2019 (DJE de 02.04.2019, edição n. 10466);

CONSIDERANDO os termos da decisão proferida nos autos do Pedido de Mudança de Lotação n. 59/2019-CIA 0075806-97.2019,

RESOLVE:

Art. 1º Lotar na Central de Processamento Eletrônico (CPE), por interesse público, a servidora CLARISSA DE OLIVEIRA MELLO BARROS, matrícula n. 38555, para atuar nas atividades de apoio ao julgamento (serviços de gabinete) e à gestão dos serviços de secretaria (como expedição de documentos e movimentação de processos), das Unidades Judiciárias de primeiro grau definidas pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Art. 2º A servidora lotada na Central de Processamento Eletrônico (CPE) deverá registrar o ponto eletrônico, consoante disposição contida no art. 2º da Portaria n. 382/2014-PRES, de 2-10-2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(assinado digitalmente)
Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA

Coordenadoria de Magistrados

Portaria Presidência

ATO N. 1713/2019-PRES

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder o pagamento de pensão vitalícia as Senhoras MIRIAM CRISTINA SANCHES LEONEL PALMEIRA, portadora do RG n. 4302013-SSP/AL e CPF n. 564.737.491-34, e JABETH AGUIAR PALMEIRA, portadora do RG n. 667.080-SSP/AL e CPF n. 002.059.881-56, Esposa e Pensionista de alimentos, respectivamente, nos termos do artigo 40, parágrafo 7º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n. 41, de 19-12-2003, artigos 221 e 222, inciso I, da Lei n. 4.964, de 26-12-1985 (COJE), c/c o artigo 243, 245, inciso I, alínea "a" e "b", 246, parágrafo 4º, e 247, inciso I, da Lei Complementar n. 04, de 15-10-1990, na porcentagem de 70% (setenta por cento) para a primeira e 30% (trinta por cento) para a segunda, dos proventos que eram percebidos em vida pelo Exmo. Senhor JOSÉ GERALDO DA ROCHA BARROS PALMEIRA, Magistrado Aposentado do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, com efeitos retroativos a 13-11-2019, em razão do falecimento ocorrido na mesma data.

Cuiabá, 16 de dezembro de 2019.

(assinado digitalmente)
Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA
Presidente do Tribunal de Justiça

Coordenadoria Judiciária

Departamento Judiciário Auxiliar

Distribuição e Redistribuição

Aos 16/12/2019 foram distribuídos/redistribuídos os seguintes processos:

CÂMARA: QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

Apelação 3559/2018 Classe: 198 - CNJ
RELATOR(A) DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO
Origem: COMARCA CAPITAL
Protocolo: 3559/2018
Número Único: 0024533-34.2011.8.11.0041
Assunto: EXECUÇÃO
APELANTE(S): COOPERATIVA HABITACIONAL E CONDOMINIAL AUTONOMA DO ESTADO DE MATO GROSSO LTDA.
ADVOGADO(S): Dr. ANDRÉ LUIZ FARIA - OAB 10917-A/MT
Dr(a). OUTRO(S)
APELADO(S): LOJA MAÇONICA PERSEVERANÇA
ADVOGADO(S): Dr. FERNANDO AUGUSTO CAMPOS DE PAULA - OAB 7561/MT
Dr(a). JURANDIR FLORÊNCIO DE CASTILHO - OAB 15666-A/MT
Dr(a). OUTRO(S)
REDISTRIBUIÇÃO - Por Determinação
.
Magistrados impedidos: DRA. VANDYMARA G. R. P. ZANOLO, DR. WALTER PEREIRA DE SOUZA e DR. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Para atendimento ao artigo 83 inciso II do RI - 10ª Ed. o sorteio é realizado primeiramente entre as câmaras competentes seguido do sorteio entre os magistrados que a compõem.

NIL ROSINHA QUEIROZ BRAGAGLIA
Diretor(a) do Departamento Judiciário Auxiliar

Primeira Câmara de Direito Privado

Informação

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019231-52.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CAMILA CAMILOTTI SILVEIRA (AGRAVANTE)
PAULO HENRIQUE CAMILOTTI (AGRAVANTE)
CLARI MARIA BERNARDON CAMILOTTI (AGRAVANTE)
ANGELA MARIA CAMILOTTI ZANKOSKI (AGRAVANTE)
EMMANUELLE CAMILOTTI (AGRAVANTE)
GABRIELA CAMILOTTI SAINT MARTIN (AGRAVANTE)
BARBARA MARIA CAMILOTTI (AGRAVANTE)
GUSTAVO CAMILOTTI (AGRAVANTE)
GUILHERME DOMINGOS CAMILOTTI JUNIOR (AGRAVANTE)
CESAR AUGUSTO CAMILOTTI (AGRAVANTE)
GD CAMILOTTI JUNIOR - ME (AGRAVANTE)
GIOVANA CAMILOTTI SILVEIRA DOS SANTOS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO MORELI OAB - PR13052-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
FAZENDA PUBLICA ESTADUAL (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019231-52.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. SEBASTIÃO BARBOSA FARIAS.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019239-29.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
AGROFEL AGRO COMERCIAL LTDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:

EDIVANI PEREIRA SILVA OAB - MT10235-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
POMPILIO GULARTE BARCELLOS (AGRAVADO)
CLECIO KOHLER BARCELLOS (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019239-29.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019250-58.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
UNIMED NORTE MATO GROSSO COOPERATIVA TRABALHO MEDICO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FERNANDO BRESSAN ARANDA OAB - MT12089-O (ADVOGADO)
JOSE OSVALDO LEITE PEREIRA OAB - MT3418-O (ADVOGADO)
WENDELL DOS SANTOS BARROS OAB - MT26442/O (ADVOGADO)
ANA ELISA DEL PADRE DA SILVA OAB - MT15318-A (ADVOGADO)
DEBORA ALINE PINHEIRO OAB - MT25641-O (ADVOGADO)
CLAUDIO ALVES PEREIRA OAB - MT3277-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
IVETE ZIMMERMANN (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019250-58.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JOÃO FERREIRA FILHO.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019254-95.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JAIVO DIAS PEREIRA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO RANDAZZO NETO OAB - MT3504-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA DOLORES AGUILA DE GOIS (AGRAVADO)
EVANDO JOSE DE GOIS (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019254-95.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JOÃO FERREIRA FILHO.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019263-57.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO HUMBERTO DE FARIAS MARTORELLI OAB - SP241953O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
GLOBAL ENERGIA ELETRICA S/A (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019263-57.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JOÃO FERREIRA FILHO.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019272-19.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO EDMAR NEVES DE PAULA (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019272-19.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019280-93.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
PONTUAL LOGISTICA E TRANSPORTE LTDA - ME (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTIANO ALENCAR SOARES DE OLIVEIRA OAB - MT13809-O (ADVOGADO)
AURELIO ALENCAR SOARES DE OLIVEIRA OAB - MT7103-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CAMARGOS OLIVEIRA TRANSPORTES LTDA - ME (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019280-93.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019291-25.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
S. C. M. D. O. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GABRIEL SPARRENBERGER OAB - RS85039 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
M. T. M. (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019291-25.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. SEBASTIÃO BARBOSA FARIAS.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019303-39.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CRISTINA AUGUSTA CAMPIOLO LANDI (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO ACASSIO MUNIZ JUNIOR OAB - MT8872-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
WALKYRIA VILAS BOAS FERNANDES (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019303-39.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JOÃO FERREIRA FILHO.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019310-31.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
RODOBENS NEGOCIOS IMOBILIARIOS S/A (AGRAVANTE)
SISTEMA FACIL, INCORPORADORA IMOBILIARIA - VARZEA GRANDE - SPE LTDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELIZANDRA MENDES DE CAMARGO DA ANA OAB - SP210065 (ADVOGADO)
FLAVIO LUIZ YARSHELL OAB - SP88098 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MAIRA SPINDLER DO AMARANTE FERREIRA (AGRAVADO)
ANIZ ABDO FERREIRA (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019310-31.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JOÃO FERREIRA FILHO.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019319-90.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
A. P. D. O. (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
F. B. J. (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019319-90.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. SEBASTIÃO BARBOSA FARIAS.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019324-15.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO SA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LUIZ HERCULES (AGRAVADO)
MARILDA LONKOSKI (AGRAVADO)
JONAS HARGESHEIMER (AGRAVADO)
LEVI FERREIRA (AGRAVADO)
IRACI GOMES HERCULES (AGRAVADO)
JACI CARDOSO DE OLIVEIRA (AGRAVADO)
ARINDA PAULA DO COUTO (AGRAVADO)
PEDRO JULIO FERREIRA (AGRAVADO)
ARIETE POLAK (AGRAVADO)
ADOLFO MARCELINO (AGRAVADO)
MARIA NEUZA HESPANHOL RIBEIRO (AGRAVADO)
ALDENIR NEVES DA SILVEIRA (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019324-15.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO.

Intimação

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1016545-87.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JOCELINO DE SOUZA FERREIRA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANIE MARTINS MATTOS LIMOEIRO OAB - MT8920-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
OMNI S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANIELA FERREIRA TIBURTINO OAB - MT23683-A (ADVOGADO)

Intimação ao(s) Embargado(s) para apresentar(em) manifestação aos Embargos, no prazo de 05 (cinco) dias, conforme artigo 1.023, § 2º, do Código de Processo Civil.

Intimação Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1003392-66.2016.8.11.0040
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO SA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-A (ADVOGADO)
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
RAFAEL HENRIQUE RIBEIRO GUERINO (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOIR AUGUSTO LACCAL DA SILVA OAB - MT9457-O (ADVOGADO)

INTIMAÇÃO AO(S) AGRAVADO(S) para apresentar(em) contrarrazões ao Agravo Interno no prazo legal, nos termos do art. 1.021, § 2º do CPC.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1005345-83.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CIRIEMA TRUCK SERVICE LTDA - ME (EMBARGANTE)
KIRST & KIRST LTDA - ME (EMBARGANTE)
KIRST COMERCIO DE PNEUS LTDA (EMBARGANTE)
K.Z. COMERCIO DE PNEUS LTDA - EPP (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AUGUSTO MARIO VIEIRA NETO OAB - MT15948-O (ADVOGADO)
VITTOR ARTHUR GALDINO OAB - MT13955-O (ADVOGADO)
CLOVIS SGUAREZI MUSSA DE MORAES OAB - MT14485-O (ADVOGADO)
JOAO TITO SCHENINI CADEMARTORI NETO OAB - MT16289-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO SA (EMBARGADO)
BANCO DO BRASIL SA (EMBARGADO)
CAIXA ECONOMICA FEDERAL (EMBARGADO)
TITAN PNEUS DO BRASIL LTDA (EMBARGADO)
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS VALE DO CERRADO - SICREDI VALE DO CERRADO (EMBARGADO)
DISVECO LTDA (EMBARGADO)
ODONTOPREV S.A. (EMBARGADO)
RODOESTE - IMPLEMENTOS DE TRANSPORTE LTDA (EMBARGADO)
GAZIN INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA (EMBARGADO)
SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA (EMBARGADO)
JUÍZO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE VÁRZEA GRANDE (EMBARGADO)
CR ORION LTDA - ME (EMBARGADO)
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO MEDIO LESTE DE MATO GROSSO-SICOOB PRIMAVERA MT (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO)
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-A (ADVOGADO)
PAOLA CRISTINA RIOS PEREIRA FERNANDES OAB - MT9510-A (ADVOGADO)
GERSON DA SILVA OLIVEIRA OAB - MT8350-O (ADVOGADO)
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-A (ADVOGADO)
JULIANA DE OLIVEIRA MENEGUIM TENORIO OAB - SP262246 (ADVOGADO)
ANDRE MONTEIRO DO REGO OAB - BA7653 (ADVOGADO)
CARLOS REZENDE JUNIOR OAB - MT9059-O (ADVOGADO)
DANIELE IZAURA DA SILVA CAVALARI REZENDE OAB - MT6057-O (ADVOGADO)
DANIEL PAULO MAIA TEIXEIRA OAB - MT4705-A (ADVOGADO)
ARMANDO SILVA BRETAS OAB - PR31997-A (ADVOGADO)
JULIO CESAR TISSIANI BONJORNO OAB - PR33390-A (ADVOGADO)
CELSO NOBUYUKI YOKOTA OAB - PR33389-O (ADVOGADO)
RODRIGO JACOBINA BOTELHO OAB - SP230653-A (ADVOGADO)
ELAINE ALVES MARCAL OAB - MT19483-O (ADVOGADO)
HUGO ROGER DE SOUZA ALMEIDA OAB - MT16285-O (ADVOGADO)
EDUARDO ALVES MARCAL OAB - MT13311-A (ADVOGADO)
RAUL ANTUNES MACEDO OAB - MT15674-O (ADVOGADO)
JACKSON MARIO DE SOUZA OAB - MT4635-O (ADVOGADO)
THAIZA SILVA BRITO OAB - MT21929-A (ADVOGADO)
CLAUDIA REGINA OLIVEIRA SANTOS FERREIRA OAB - MT10765-O (ADVOGADO)
EUDSON ROSA DA SILVA OAB - MT14165-O (ADVOGADO)
ROSELY AMARAL DE SOUZA OAB - MT11864-O (ADVOGADO)
FERNANDA MONTEIRO DA SILVA MOREIRA OAB - MT6740-O (ADVOGADO)
LUIS GUSTAVO BANZI TONUCCI OAB - MT19000-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Intimação ao(s) Embargado(s) para apresentar(em) manifestação aos Embargos, no prazo de 05 (cinco) dias, conforme artigo 1.023, § 2º, do Código de Processo Civil.

Intimação Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1020213-11.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RODOBENS INCORPORADORA IMOBILIARIA 304 - SPE LTDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE WALTER FERREIRA JUNIOR OAB - MT18002-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ANDERSON BENEDITO RIBEIRO DE SOUZA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
TARGUS RIGON WESKA OAB - MT7530-A (ADVOGADO)

INTIMAÇÃO AO(S) AGRAVADO(S) para apresentar(em) contrarrazões ao Agravo Interno no prazo legal, nos termos do art. 1.021, § 2º do CPC.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1006564-93.2017.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
A. P. D. O. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:

FRANCISCO EUDES GOMES DE LIMA OAB - MT5773-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
L. R. G. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARIA ISABEL AMORIM PEREIRA PORTELA OAB - MT7387-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL (CUSTOS LEGIS)

Considerando a inobservância, pelo apelante, da determinação de recolhimento do preparo sob pena de deserção (cf. ID 27159463) o não conhecimento do recurso é medida que se impõe. Outrossim, deixo de apreciar o pedido de parcelamento das custas (cf. ID 28464478), em razão de sua manifesta intempestividade, pois, o apelante foi intimado acerca da ordem de pagamento do preparo no dia 06.12.2019, contudo, peticionou nos autos em 16.12.2019, após o decurso de prazo. Assim, declaro a deserção do recurso e dele não conheço. Intimem-se. Expeça-se o necessário. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Des. JOÃO FERREIRA FILHO Relator

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001522-79.2004.8.11.0086
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI OAB - MT17980-A (ADVOGADO)
FABIULA MULLER OAB - PR22819-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ANEDIO APARECIDO TOSTA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANEDIO APARECIDO TOSTA OAB - MT4855-O (ADVOGADO)

Portanto, provejo o recurso, para anular a sentença e determinar o retorno dos autos à instância de origem para regular trâmite do feito. Custas pelo apelado. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Des. JOÃO FERREIRA FILHO Relator

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0041136-12.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NAYRA MARTINS VILALBA OAB - MT20190-A (ADVOGADO)
MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA LIMA OAB - MT3127-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU SEGUROS DE AUTO E RESIDENCIA S.A. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS OAB - SP273843-O (ADVOGADO)

Pelo exposto, com fundamento nos arts. 1.011, I, e 932, IV, “a”, ambos do CPC/2015, desprovejo o recurso. Considerando a regra do art. 85, §11, do CPC/2015, majoro os honorários advocatícios para 15% sobre o valor da condenação. Custas pela apelante. Intime-se, expedindo o necessário. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019. Des. JOÃO FERREIRA FILHO Relator

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001116-14.2017.8.11.0018
Parte(s) Polo Ativo:
NORMA JAQUELINE DE OLIVEIRA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL TORSI DE OLIVEIRA OAB - MT21421-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ RODRIGUES WAMBIER OAB - PR7295-A (ADVOGADO)
MAURI MARCELO BEVERVANCO JUNIOR OAB - MT24197-A (ADVOGADO)

Pelo exposto, desprovejo o recurso (CPC, art. 932, IV, “a” e “b”). Custas pela apelante, observado o que dispõe o art. 98, § 3º, do CPC, eis que mantenho o benefício da assistência judiciária gratuita concedido em primeira instância. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Des. JOÃO FERREIRA FILHO Relator

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1035304-44.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JONATHAN PINHO THEODORO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MANUELA KRUEGER OAB - MT17902-A (ADVOGADO)

Isto posto, nego provimento ao recurso e mantenho a sentença por seus próprios fundamentos. Considerando a regra do art. 85, §11, do CPC, fixo em R$ 200,00 (duzentos reais) o valor dos honorários advocatícios fixados em sede recursal. Custas pela apelante. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Des. JOÃO FERREIRA FILHO Relator

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1009840-35.2017.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A. (APELANTE)
ANGELA MARIA REZENDE FERNANDES (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIO VINICIUS COSTA PEREIRA OAB - RJ84367-A (ADVOGADO)
GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO OAB - MT26103-A (ADVOGADO)
PAULO FERNANDO SCHNEIDER OAB - MT8117-A (ADVOGADO)
ALAN SALVIANO DOS SANTOS OAB - MT12851-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ANGELA MARIA REZENDE FERNANDES (APELADO)
GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PAULO FERNANDO SCHNEIDER OAB - MT8117-A (ADVOGADO)
GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO OAB - MT26103-A (ADVOGADO)
MARCIO VINICIUS COSTA PEREIRA OAB - RJ84367-A (ADVOGADO)
ALAN SALVIANO DOS SANTOS OAB - MT12851-O (ADVOGADO)

Pelo exposto, com fundamento nos arts. 1.011, I, e 932, IV, “a”, ambos do CPC, desprovejo ambos os recursos, mantendo intocada a r. sentença apelada. Custas recursais “pro rata”, observada a regra do art. 98, §3º, do CPC em relação à autora. Intime-se, expedindo o necessário. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019. Des. JOÃO FERREIRA FILHO Relator

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019231-52.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CAMILA CAMILOTTI SILVEIRA (AGRAVANTE)
PAULO HENRIQUE CAMILOTTI (AGRAVANTE)
CLARI MARIA BERNARDON CAMILOTTI (AGRAVANTE)
ANGELA MARIA CAMILOTTI ZANKOSKI (AGRAVANTE)
EMMANUELLE CAMILOTTI (AGRAVANTE)
GABRIELA CAMILOTTI SAINT MARTIN (AGRAVANTE)
BARBARA MARIA CAMILOTTI (AGRAVANTE)
GUSTAVO CAMILOTTI (AGRAVANTE)
GUILHERME DOMINGOS CAMILOTTI JUNIOR (AGRAVANTE)
CESAR AUGUSTO CAMILOTTI (AGRAVANTE)
GD CAMILOTTI JUNIOR - ME (AGRAVANTE)
GIOVANA CAMILOTTI SILVEIRA DOS SANTOS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO MORELI OAB - PR13052-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
FAZENDA PUBLICA ESTADUAL (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1019231-52.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 16/12/2019 20:30:47 e distribuído inicialmente para o Des(a). SEBASTIAO BARBOSA FARIAS

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019239-29.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
AGROFEL AGRO COMERCIAL LTDA (AGRAVANTE)

Advogado(s) Polo Ativo:
EDIVANI PEREIRA SILVA OAB - MT10235-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
POMPILIO GULARTE BARCELLOS (AGRAVADO)
CLECIO KOHLER BARCELLOS (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1019239-29.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 16/12/2019 22:36:12 e distribuído inicialmente para o Des(a). NILZA MARIA POSSAS DE CARVALHO

Intimação Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 0000115-47.2015.8.11.0023
Parte(s) Polo Ativo:
ALZIRA SOARES DE OLIVEIRA MARCHIOSI (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EMILIANA BORGES FRANCA OAB - MT17694-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AMANDA BARBARA DE OLIVEIRA SODRE OAB - MT13333-A (ADVOGADO)

INTIMAÇÃO AO(S) AGRAVADO(S) para apresentar(em) contrarrazões ao Agravo Interno no prazo legal, nos termos do art. 1.021, § 2º do CPC.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019241-96.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
A. A. G. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CREA MARCIA FERREIRA DE SOUZA OAB - MT19291-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
C. F. M. P. (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1019241-96.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 17/12/2019 00:44:44 e distribuído inicialmente para o Des(a). NILZA MARIA POSSAS DE CARVALHO

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019250-58.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
UNIMED NORTE MATO GROSSO COOPERATIVA TRABALHO MEDICO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FERNANDO BRESSAN ARANDA OAB - MT12089-O (ADVOGADO)
JOSE OSVALDO LEITE PEREIRA OAB - MT3418-O (ADVOGADO)
WENDELL DOS SANTOS BARROS OAB - MT26442/O (ADVOGADO)
ANA ELISA DEL PADRE DA SILVA OAB - MT15318-A (ADVOGADO)
DEBORA ALINE PINHEIRO OAB - MT25641-O (ADVOGADO)
CLAUDIO ALVES PEREIRA OAB - MT3277-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
IVETE ZIMMERMANN (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1019250-58.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 17/12/2019 10:05:01 e distribuído inicialmente para o Des(a). JOAO FERREIRA FILHO

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019254-95.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JAIVO DIAS PEREIRA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO RANDAZZO NETO OAB - MT3504-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA DOLORES AGUILA DE GOIS (AGRAVADO)
EVANDO JOSE DE GOIS (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019254-95.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JOÃO FERREIRA FILHO.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019263-57.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO HUMBERTO DE FARIAS MARTORELLI OAB - SP241953O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
GLOBAL ENERGIA ELETRICA S/A (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019263-57.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JOÃO FERREIRA FILHO.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018730-98.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CESAR TORRES VEDANA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NOILVES VEDANA OAB - MT11221-A (ADVOGADO)
ALEXANDRE TORRES VEDANA OAB - MT14013-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SUELI GARCIA DE CARVALHO (AGRAVADO)
VALTER JOSE DOMINGUES (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALESSANDER GIROTTO FERNANDES NOGUEIRA OAB - MG87851 (ADVOGADO)
DIVINO JOSE GIROTTO OAB - MG28460 (ADVOGADO)
IVONIR GIROTTO OAB - MG49707 (ADVOGADO)
VALDEMIR GIROTTO OAB - MG47035 (ADVOGADO)

Assim, determino a “retirada de visibilidade” dos documentos a partir do identificador nº 2752005 e ss, e, considerando que esta providência prejudica sobremaneira a cognição da matéria, aliado ao fato de o agravante não ter cumprido o disposto no art. 13-A da Resolução nº 04/2016/TP, com fulcro no §3º da Resolução nº 04/2016/TP e parágrafo único do art. 321 do CPC/2015, nego seguimento ao recurso. Custas pelo agravante. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2019. Des. JOÃO FERREIRA FILHO Relator

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0003681-80.2016.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
GIAN CARLO LEAO PREZA (EMBARGANTE)
FABIANA HERNANDES MERIGHI PREZA (EMBARGANTE)
LUDOVICO ANTONIO MERIGHI (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GIAN CARLO LEAO PREZA OAB - MT8431-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LORENA TEREZINHA FRIEDRICH (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
TAISA FERNANDES DA SILVA PERES OAB - MT12815-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MOSAIC FERTILIZANTES DO BRASIL LTDA. (TERCEIRO INTERESSADO)
ALEXANDRE MERIGHI (TERCEIRO INTERESSADO)
ROGERIO LOPES POSSER (TERCEIRO INTERESSADO)

Intimação ao(s) Embargado(s) para apresentar(em) manifestação aos Embargos, no prazo de 05 (cinco) dias, conforme artigo 1.023, § 2º, do Código de Processo Civil.

Intimação Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1007970-90.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESPÓLIO DE GILENO VARGAS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JEAN LUIS TEIXEIRA OAB - MT4737-O (ADVOGADO)
JOAQUIM LUIZ BERGER GOULART NETTO OAB - MT11269-O (ADVOGADO)
ANA FLAVIA GONCALVES DE OLIVEIRA AQUINO OAB - MT5494-O (ADVOGADO)
THYAGO RIBEIRO DA ROCHA OAB - MT24296-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SOCIEDADE AGRO PECUARIA SOAPE LTDA - ME (AGRAVADO)
GERALDO DE ANDRADE CARVALHO JUNIOR (AGRAVADO)

Advogado(s) Polo Passivo:
MARCELO BARBOSA TEIXEIRA DE MAGALHAES OAB - MT6882-O (ADVOGADO)
JOSE CARLOS DE SOUZA PIRES OAB - MT1938-A (ADVOGADO)
DILMA GUIMARAES NOVAIS OAB - MT8892-A (ADVOGADO)
ALEXANDRE SLHESSARENKO OAB - MT3921-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
CRISTIANI DE ARRUDA VARGAS SALVADOR (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

Nos termos do art. 9º do CPC/15, buscando preservar o contraditório pleno, determino a intimação da parte agravante para manifestação, em 05 (cinco) dias, quanto à preliminar suscitada nas contrarrazões ao agravo interno de Geraldo (id. 20463478). Cumpra-se. Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho Relatora

Intimação Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1006215-31.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ARCOBRAS COMERCIAL E INCORPORADORA LTDA. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JEAN LUIS TEIXEIRA OAB - MT4737-O (ADVOGADO)
ANA FLAVIA GONCALVES DE OLIVEIRA AQUINO OAB - MT5494-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
GERALDO DE ANDRADE CARVALHO JUNIOR (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALEXANDRE SLHESSARENKO OAB - MT3921-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
ESPÓLIO DE GILENO VARGAS (TERCEIRO INTERESSADO)

Nos termos do art. 9º do CPC/15, buscando preservar o contraditório pleno, determino a intimação da parte agravante para manifestação, em 05 (cinco) dias, quanto à preliminar suscitada nas contrarrazões ao agravo interno de Geraldo (id. 20285989) e sobre a petição posteriormente juntada (id. 20287476). Cumpra-se. Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho Relatora

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019272-19.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO EDMAR NEVES DE PAULA (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019272-19.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019280-93.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
PONTUAL LOGISTICA E TRANSPORTE LTDA - ME (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTIANO ALENCAR SOARES DE OLIVEIRA OAB - MT13809-O (ADVOGADO)
AURELIO ALENCAR SOARES DE OLIVEIRA OAB - MT7103-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CAMARGOS OLIVEIRA TRANSPORTES LTDA - ME (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019280-93.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0026909-22.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
VILLA JARDIM INCORPORACOES LTDA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL COSTA BERNARDELLI OAB - MT13411-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
WANIA MONTEIRO DE ARRUDA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ELARMIN MIRANDA OAB - MT1895-O (ADVOGADO)
BRENO AUGUSTO PINTO DE MIRANDA OAB - MT9779-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
GINCOGAMA INCORPORAÇÕES LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)

Intimação ao(s) Embargado(s) para apresentar(em) manifestação aos Embargos, no prazo de 05 (cinco) dias, conforme artigo 1.023, § 2º, do Código de Processo Civil.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1013116-15.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO EDSON GUILHERME ZEFERINO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO SANTOS DE RESENDE OAB - MT6358-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
A R IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA (AGRAVADO)
Outros Interessados:
ANDERSON SILVA DE BRITO (TERCEIRO INTERESSADO)

Ante o exposto, consoante o art. 932, inciso III do CPC c/c art. 51, X, do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça, reconheço a falta de interesse processual superveniente da agravante, de modo que considero o recurso prejudicado. Ao arquivo. Cuiabá, 17 de dezembro de 2019. Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho Relatora

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1011156-24.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
GISELLY SANTOS DE SOUZA JULIAO DUTRA PESSOA (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ASSOCIACAO EDUCACIONAL DO VALE DO SAO LOURENCO S/S LTDA - EPP (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FRANCISCO EUDES GOMES DE LIMA OAB - MT5773-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DO VALE DO SÃO LOURENÇO - EDUVALE (TERCEIRO INTERESSADO)

Diante do exposto, em virtude da perda superveniente do interesse recursal, julgo prejudicado o recurso, de modo que deixo de apreciar o mérito nos termos do artigo 932, inciso III, do Código de Processo Civil. Mantenho o benefício da assistência judiciária, nesta instância, como fora deferido em primeiro grau. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho Relatora

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1001682-87.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
FABIANO DA SILVA CABRAL (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
INDIRA MUTRAN OAB - MT10213-O (ADVOGADO)
GILVAN DE FREITAS FERREIRA OAB - MT18556-A (ADVOGADO)

Ante o exposto, DESPROVEJO O RECURSO. Cuiabá, 17 de dezembro de 2019. Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho Relatora

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1021404-91.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ SANTANA PINTO DA CRUZ (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IVOILSON FERREIRA MAIA OAB - MT18522-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BMG SA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA OAB - MG63440-O (ADVOGADO)

FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA OAB - MG109730-A (ADVOGADO)

Ante o exposto, DESPROVEJO o recurso, para incólume a sentença. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho Relatora

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019291-25.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
S. C. M. D. O. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GABRIEL SPARRENBERGER OAB - RS85039 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
M. T. M. (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1019291-25.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 17/12/2019 15:58:00 e distribuído inicialmente para o Des(a). SEBASTIAO BARBOSA FARIAS

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0038214-32.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GREICE SENA DE ARAUJO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HUGO PAGOTTO REIS OAB - MT19573-A (ADVOGADO)
TIAGO ANDRE VIVAS DA SILVA OAB - MT15981-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CAB CUIABA S/A - CONCESSIONARIA DE SERVICOS PUBLICOS DE AGUA E ESGOTO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDA ALVES CARDOSO CAVALARI OAB - MT9494-O (ADVOGADO)
CARLOS EDUARDO JORGE BERNARDINI OAB - SP242289-A (ADVOGADO)
GISELA ALVES CARDOSO OAB - MT7725-O (ADVOGADO)
PAULO ROBERTO SANTORO SALOMAO OAB - SP199085-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1014865-67.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
GISELI CARNEIRO DOS SANTOS (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A (AGRAVADO)
IUNI UNIC EDUCACIONAL LTDA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALEX SANDRO SARMENTO FERREIRA OAB - MT6551-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1030790-48.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RAUL ARAUJO DA COSTA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATO FIORAVANTE DO AMARAL OAB - SP349410-A (ADVOGADO)
BRUNO ALVES DAUFENBACK OAB - SP325478-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO SA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE LIDIO ALVES DOS SANTOS OAB - MT20853-A (ADVOGADO)
ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO OAB - MT20732-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 0002494-47.2017.8.11.0004
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA LIMA OAB - MT3127-A (ADVOGADO)
OZANA BAPTISTA GUSMAO OAB - MT4062-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CLAUDIA MARIA GOMES DE OLIVEIRA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LAIS DAIANE MAGALHAES PERES OAB - MT15835-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0018756-92.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CSW IMPORTACAO E EXPORTACAO DE GRAOS LTDA (APELANTE)
MARCOS AURELIO DE SIQUEIRA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SAFRA S A (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FLAVIO NEVES COSTA OAB - MT12406-O (ADVOGADO)
RAPHAEL NEVES COSTA OAB - MT12411-A (ADVOGADO)
RICARDO NEVES COSTA OAB - MT12410-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
SOYL INDUSTRIA E COMERCIO DE GRAOS LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1033330-69.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JULISMAR ANDRADE DE VASCONCELOS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATO FIORAVANTE DO AMARAL OAB - SP349410-A (ADVOGADO)
BRUNO ALVES DAUFENBACK OAB - SP325478-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCO ANDRE HONDA FLORES OAB - MT9708-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1002699-03.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE DE OLIVEIRA GUIMARAES (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WAGNER BATISTA GOMES NASCENTE JUNIOR OAB - MT18499-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
YMPACTUS COMERCIAL S/A (AGRAVADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001302-29.2015.8.11.0108
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA JUNIOR (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NICOLAS ANDRES VICO SIERRA OAB - SC40023 (ADVOGADO)
THAIS CRISTINA FERREIRA BORGES OAB - MT19312/B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARCOS ANTONIO SILVA GOMES (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:

ANA CAROLINA BELLEZE SILVA OAB - MT9601-B (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0002902-72.2018.8.11.0046
Parte(s) Polo Ativo:
ANITA NAMBIKUARA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIO MARCOS ALVES DA COSTA OAB - MT24321-A (ADVOGADO)
FELIPPE BENDER TAQUES OAB - MT18590-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BMG SA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA OAB - MG63440-O (ADVOGADO)
FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA OAB - MG109730-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1004966-70.2018.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
M. O. D. M. D. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO RICARDO FILIPAK OAB - MT11551-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
V. M. D. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO RICARDO FILIPAK OAB - MT11551-O (ADVOGADO)
SAMIR BADRA DIB OAB - MT5205-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0040919-03.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS ALBERTO DUARTE DA SILVA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GRISIELY DAIANY MACHADO COSTA OAB - MT13744-O (ADVOGADO)
RITA DE CASSIA BUENO DO NASCIMENTO OAB - MT23763-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CAB CUIABA S/A - CONCESSIONARIA DE SERVICOS PUBLICOS DE AGUA E ESGOTO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PAULO ROBERTO SANTORO SALOMAO OAB - SP199085-O (ADVOGADO)
CARLOS EDUARDO JORGE BERNARDINI OAB - SP242289-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1013806-44.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ALINE DANTAS SIQUEIRA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARMEM LUCIA E SILVA PRADO OAB - MT5289-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JHONY EMANOEL DE ASSIS (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
YOUSSEF SAYAH EL ATYEH OAB - GO26319-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1013121-37.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO CORDEIRO GUEDES (AGRAVANTE)
MARIA JOSE RAMOS GUEDES (AGRAVANTE)
DOMINGO CARLOS DE ALMEIDA (AGRAVANTE)
EDIVANIO OLIVEIRA DE LIMA (AGRAVANTE)
MAURILIO DOMINGOS GUERRISE (AGRAVANTE)
IONE COSTA GUERRISE (AGRAVANTE)
DEJANIRA ALVES DOS SANTOS (AGRAVANTE)
DINAIR GONCALVES DE JESUS SILVA (AGRAVANTE)
ORMEZINDA CATARINA DE SANTANA GHILARDUCCI (AGRAVANTE)
MARGARETH GONCALVES DE ALMEIDA (AGRAVANTE)
NILZINETE CANDIDO LEITE (AGRAVANTE)
NILTON JONAS DA SILVA (AGRAVANTE)
JOSE BARBOSA DE ALMEIDA (AGRAVANTE)
INES COSTA MOTTI (AGRAVANTE)
LURDES BRANDAO DA CONCEICAO (AGRAVANTE)
BENEDITO DOMINGOS DE ARRUDA (AGRAVANTE)
ELPIDIO PRIMO VIEIRA (AGRAVANTE)
NELSON SANTANA OJEDA (AGRAVANTE)
MARILEI PANTALEAO ALVES (AGRAVANTE)
IVALDETE DOS SANTOS NEVES (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE SOUZA GALVAO OAB - RS73825-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CAIXA SEGURADORA S/A (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANIELA CRISTINA VAZ PATINI OAB - MT11660-O (ADVOGADO)
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
VALERIA LEMES DE MEDEIROS OAB - DF27403O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1005274-38.2017.8.11.0037
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO OLIVEIRA DE LIMA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ARIANE TANARA BASTOS DE LIMA OAB - MT7669-O (ADVOGADO)
EUDER OLIVEIRA RIBEIRO OAB - MT10271-A (ADVOGADO)
DARLEY DA SILVA CAMARGO OAB - MT6526-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LAUREN ELLWANGER SEFERIN OAB - RS54520-A (ADVOGADO)
AMANDA CARINA UEHARA PAULA DE LARA OAB - MT21387-B (ADVOGADO)
JOAO PAULO HADDAD FRANCO DALIA OAB - MT8694-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000013-57.2015.8.11.0077
Parte(s) Polo Ativo:
R. F. D. S. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAQUIM LUIZ BERGER GOULART NETTO OAB - MT11269-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
M. -. V. B. D. S. T. (APELADO)
Outros Interessados:
G. S. D. S. (TERCEIRO INTERESSADO)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
R. A. D. S. (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1008949-52.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO SA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LUCIANO DOS ANJOS SILVA (AGRAVADO)
L DOS ANJOS SILVA-COSMETICOS - ME (AGRAVADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1004048-54.2018.8.11.0007
Parte(s) Polo Ativo:
OLMIRO SCARPARO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDMILSON DONIZETE BOTEQUIO OAB - MT10494-A (ADVOGADO)
RAFAEL LEITE BARBOSA OAB - MT17817-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SABEMI SEGURADORA SA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JULIANO MARTINS MANSUR OAB - RJ113786-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1024700-53.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RAIMUNDO ASSUNCAO E SILVA - ME (APELANTE)
RAIMUNDO ASSUNCAO E SILVA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS OURO VERDE DE MATO GROSSO - SICREDI OURO VERDE MT (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO OAB - MT4482-A (ADVOGADO)
WILLIAN HIDEKI YAMAMURA OAB - MT17564-A (ADVOGADO)
MARCELO BRASIL SALIBA OAB - MT11546-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1010752-07.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
NOVA MARINGA COMBUSTIVEL LTDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIS FELIPE LAMMEL OAB - MT7133-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ELIANE MARIA BROD SCHAFER (AGRAVADO)
ELISEU JOSE SCHAFER (AGRAVADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0003089-95.2013.8.11.0033
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (APELANTE)
ROBERTO VALDECIR BRIANTI (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL SGANZERLA DURAND OAB - MT12208-A (ADVOGADO)
PERICLES LANDGRAF ARAUJO DE OLIVEIRA OAB - MT6005-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (APELADO)
ROBERTO VALDECIR BRIANTI (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RAFAEL SGANZERLA DURAND OAB - MT12208-A (ADVOGADO)
PERICLES LANDGRAF ARAUJO DE OLIVEIRA OAB - MT6005-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001319-35.2017.8.11.0063
Parte(s) Polo Ativo:
G. D. G. O. (APELANTE)
V. B. D. A. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE ORTIZ GONSALEZ OAB - MT4066-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
M. -. C. -. I. (APELADO)
Outros Interessados:
Z. M. B. D. A. (TERCEIRO INTERESSADO)
J. C. A. D. S. (TERCEIRO INTERESSADO)
S. V. D. O. A. (TERCEIRO INTERESSADO)
M. P. D. M. G. (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0002050-82.2013.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
NERCI WAGNER (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE NORBERTO GRANDER OAB - MT13669 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
FABIANE DE FATIMA WAGNER (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RHANDELL BEDIM LOUZADA OAB - MT9266-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000222-82.2014.8.11.0005
Parte(s) Polo Ativo:
AUGUSTO ANTONIO DE CONTO (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO HUMBERTO BUDOIA FILHO OAB - MT9906-O (ADVOGADO)
PAULO HUMBERTO BUDOIA OAB - MT3339-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ELIANA GONCALVES SALVADOR AMANTINI (EMBARGADO)
RENATO AMANTINI (EMBARGADO)
PATRICIA TORRANO TURTELLI MARONEZI (EMBARGADO)
DENISE BOLOGNA AMANTINI (EMBARGADO)
MARIA HELENA AMANTINI MARONEZI (EMBARGADO)
RICARDO AMANTINI (EMBARGADO)
MARIA THEREZA BLANCO DE CARVALHO AMANTINI (EMBARGADO)
CLAUDIO AMANTINI JUNIOR (EMBARGADO)
LEONARDO AMANTINE MARONEZI (EMBARGADO)
VALERIA VICCARIO (EMBARGADO)
CLAUDIO AMANTINI (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE MAURO BIANCHINI FERNANDES OAB - MT3225-O (ADVOGADO)
JOSE ROBERTO HERMANN RAMOS OAB - MT8855-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
IRMA SCANAGATTA (TERCEIRO INTERESSADO)
JACY MIGUEL SCANAGATTA (TERCEIRO INTERESSADO)
CAMAGRIL AGROPECUARIA LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000223-67.2014.8.11.0005
Parte(s) Polo Ativo:
MARLON ROI PRESTES (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO HUMBERTO BUDOIA FILHO OAB - MT9906-O (ADVOGADO)
PAULO HUMBERTO BUDOIA OAB - MT3339-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DENISE BOLOGNA AMANTINI (EMBARGADO)
RICARDO AMANTINI (EMBARGADO)
MARIA HELENA AMANATINI MARONEZI (EMBARGADO)
MARIA THEREZA BLANCO DE CARVALHO AMANTINI (EMBARGADO)
PATRICIA TORRANO TURTELLI MARONEZI (EMBARGADO)
LEONARDO AMANTINE MARONEZI (EMBARGADO)
VALERIA VICCARIO (EMBARGADO)
CLAUDIO AMANTINI (EMBARGADO)
CLAUDIO AMANTINI JUNIOR (EMBARGADO)
ELIANA GONCALVES SALVADOR AMANTINI (EMBARGADO)
RENATO AMANTINI (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE ROBERTO HERMANN RAMOS OAB - MT8855-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
KATI JAQUES PRESTES (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000224-52.2014.8.11.0005
Parte(s) Polo Ativo:
KATI JAQUES PRESTES (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO HUMBERTO BUDOIA OAB - MT3339-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CLAUDIO AMANTINI JUNIOR (EMBARGADO)
LEONARDO AMANTINE MARONEZI (EMBARGADO)
VALERIA VICCARIO (EMBARGADO)
CLAUDIO AMANTINI (EMBARGADO)
ELIANA GONCALVES SALVADOR AMANTINI (EMBARGADO)
RENATO AMANTINI (EMBARGADO)
DENISE BOLOGNA AMANTINI (EMBARGADO)
MARIA HELENA AMANTINI MARONEZI (EMBARGADO)
RICARDO AMANTINI (EMBARGADO)
MARIA THEREZA BLANCO DE CARVALHO AMANTINI (EMBARGADO)
PATRÍCIA TORRANO TURTELLI MARONEZI (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE ROBERTO HERMANN RAMOS OAB - MT8855-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0004251-60.2009.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE HENRIQUE MENEZES ALVES (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KLEBER JOSE MENEZES ALVES OAB - MT13379-O (ADVOGADO)
RODOLFO CESAR VASCONCELLOS MOREIRA OAB - MT8719-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANDREA TATTINI ROSA OAB - SP210738-O (ADVOGADO)
PEDRO ROBERTO ROMAO OAB - SP209551-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1014654-31.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ANIZIA MARIA DA SILVA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAIMAR ABILIO BOTTEGA OAB - MT3882-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESPÓLIO DE MILTON JOSÉ TESSAROLO (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MOSAR FRATARI TAVARES OAB - MT3239-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MILTON JOSE TESSAROLO (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1014006-51.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LOUIZE HONORATO DE FREITAS (EMBARGANTE)
ALEXANDRE AUGUSTIN (EMBARGANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
BAYER S.A. (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CLAUDIO ANTONIO CANESIN OAB - PR8007-O (ADVOGADO)
JOAO PAULO GARCIA OAB - PR66039 (ADVOGADO)
EDUARDO HENRIQUE VIEIRA BARROS OAB - 704.891.571-49 (PROCURADOR)
EUCLIDES RIBEIRO DA SILVA JUNIOR OAB - 630.715.331-87 (PROCURADOR)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1014188-37.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
UNISAGRO COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL (AGRAVANTE)
UNISAGRO PARTICIPACOES LTDA. - EM RECUPERACAO JUDICIAL (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOEL LUIS THOMAZ BASTOS OAB - SP122443 (ADVOGADO)
BRUNO KURZWEIL DE OLIVEIRA OAB - SP248704 (ADVOGADO)
IVO WAISBERG OAB - SP146176 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SAFRA S A (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DAGMAR JULIANA BERNARDI JACOB OAB - MT4864/B (ADVOGADO)
ALINE BARINI NESPOLI OAB - MT9229-O (ADVOGADO)
USSIEL TAVARES DA SILVA FILHO OAB - MT3150-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
DJALMA VIEIRA (TERCEIRO INTERESSADO)
COSTA & VIEIRA LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1036385-91.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELANTE)
JOSE COSTA JUNIOR (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)

FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-A (ADVOGADO)
HUMBERTO AFFONSO DEL NERY OAB - MT6945-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELADO)
JOSE COSTA JUNIOR (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-A (ADVOGADO)
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
HUMBERTO AFFONSO DEL NERY OAB - MT6945-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0003653-02.2017.8.11.0044
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA LIMA OAB - MT3127-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
NILDENOR FERREIRA LIMA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CATIANE MICHELE DIAS OAB - MT12188-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1000455-58.2017.8.11.0037
Parte(s) Polo Ativo:
ITAU SEGUROS S/A (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JACO CARLOS SILVA COELHO OAB - MT15013-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PATRICIA JACOB (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIANA FERNANDES RABELO OAB - MT9031-A (ADVOGADO)
MARIANA ALBUQUERQUE RABELO OAB - DF44918-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1016966-77.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
VALTER OLIVEIRA CAVALCANTI FILHO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DOUGLAS LUIS DA SILVA TORRES OAB - MT18105/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
REBECA ELIAS DE OLIVEIRA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VANDERLEIA BATISTA TEODORO OAB - MT19202-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0008218-50.2008.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (APELANTE)
ADGAR RODRIGUES DE MEDEIROS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANO ATHALA DE OLIVEIRA SHCAIRA OAB - MT20495-A (ADVOGADO)
ANDERSON PABLO FERREIRA DE CAMARGO OAB - MT15222-O (ADVOGADO)
JEANCARLO RIBEIRO OAB - MT7179-O (ADVOGADO)
ALEXANDRE LIMA ROSSONI OAB - MT18581-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ADGAR RODRIGUES DE MEDEIROS (APELADO)
BANCO DO BRASIL SA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALEXANDRE LIMA ROSSONI OAB - MT18581-A (ADVOGADO)
JEANCARLO RIBEIRO OAB - MT7179-O (ADVOGADO)
ANDERSON PABLO FERREIRA DE CAMARGO OAB - MT15222-O (ADVOGADO)
ADRIANO ATHALA DE OLIVEIRA SHCAIRA OAB - MT20495-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001205-18.2018.8.11.0110
Parte(s) Polo Ativo:
REDZURI O TSI EWA ADI (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIO MARCOS ALVES DA COSTA OAB - MT24321-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1000057-22.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
JOE MOACIR WITCZAK (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL AUGUSTO DE BARROS CORREA OAB - MT14271-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ACQUA INTERNATIONAL CONSULTORIA E INVESTIMENTOS S/A (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESDRAS SIRIO VILA REAL OAB - MT8364-O (ADVOGADO)
WELBER COSTA BAIMA OAB - MT7870-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
A R WEBER - ME (TERCEIRO INTERESSADO)
ALVIR ROBERTO WEBER (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001194-86.2018.8.11.0110
Parte(s) Polo Ativo:
PEWAPETEO WEREHITE (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIO MARCOS ALVES DA COSTA OAB - MT24321-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0009377-81.2015.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO)

Parte(s) Polo Passivo:
DANIEL FRANCISCO BRAGA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALINE BRILHANTE BRAGA DE OLIVEIRA OAB - MT16334-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0009615-18.2006.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
EDUARDO CESAR GOMES DA SILVA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO RANDAZZO NETO OAB - MT3504-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LEONARDO RANDAZZO NETO (EMBARGADO)
HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS OAB - MS12002-A (ADVOGADO)
LEONARDO RANDAZZO NETO OAB - MT3504-A (ADVOGADO)
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0055363-41.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S.A. (EMBARGANTE)
MAPFRE VIDA S/A (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIELA CRISTINA VAZ PATINI OAB - MT11660-O (ADVOGADO)
JACO CARLOS SILVA COELHO OAB - MT15013-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ALLAN OLIVEIRA CARDOSO (EMBARGADO)
MAPFRE VIDA S/A (EMBARGADO)
BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S.A. (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANIELA CRISTINA VAZ PATINI OAB - MT11660-O (ADVOGADO)
GUILHERME FERREIRA DE BRITO OAB - MS9982-O (ADVOGADO)
JACO CARLOS SILVA COELHO OAB - MT15013-S (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1002047-65.2016.8.11.0040
Parte(s) Polo Ativo:
UNIMED NORTE MATO GROSSO COOPERATIVA TRABALHO MEDICO (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA ELISA DEL PADRE DA SILVA OAB - MT15318-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESPÓLIO DE DANIELE LUIZA PASINI (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CLAUDIA PEREIRA BRAGA NEGRAO OAB - MT7330-O (ADVOGADO)
CLEUSA PEREIRA BRAGA OAB - MT7280-B (ADVOGADO)
OSVALDO PEREIRA BRAGA OAB - MT6013-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
THAUANA PASINI ALEGRETI (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1011030-08.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
FMC QUIMICA DO BRASIL LTDA. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PEDRO CONDE ELIAS VICENTINI OAB - SP257093 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LEANDRO MUSSI (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EUCLIDES RIBEIRO DA SILVA JUNIOR OAB - MT5222-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0007072-70.2012.8.11.0055
Parte(s) Polo Ativo:
FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA (EMBARGANTE)
MARIO HENRIQUE GRIGOLIM (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOACIR JOLANDO NEVES OAB - MT3610-O (ADVOGADO)
VIVIANE ANNE DIAVAN OAB - MT6661-O (ADVOGADO)
CELSO DE FARIA MONTEIRO OAB - MT17298-A (ADVOGADO)
FERNANDA FERREIRA EL JAMEL OAB - MT14341-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JOB DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA (EMBARGADO)
FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA (EMBARGADO)
MARIO HENRIQUE GRIGOLIM (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SAMUEL FRANCISCO OAB - MT10908-O (ADVOGADO)
MARCUS VINICIUS DE MORAIS JUNQUEIRA OAB - SP175803-B (ADVOGADO)
ANDREIA CRISTINA MISSIO OAB - MT11034-O (ADVOGADO)
CELSO DE FARIA MONTEIRO OAB - MT17298-A (ADVOGADO)
FERNANDA FERREIRA EL JAMEL OAB - MT14341-O (ADVOGADO)
VIVIANE ANNE DIAVAN OAB - MT6661-O (ADVOGADO)
JOACIR JOLANDO NEVES OAB - MT3610-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0002811-02.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MB ENGENHARIA SPE 039 S/A (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIEL BATTIPAGLIA SGAI OAB - SP214918-O (ADVOGADO)
RODRIGO BADARO ALMEIDA DE CASTRO OAB - DF2221-O (ADVOGADO)
TATIANA MARIA SILVA MELLO DE LIMA OAB - DF15118-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
RAMIRO MARQUES LOUCAO (EMBARGADO)
ELIZANGELA POLTRONIERI LOUCAO (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CLAUDIA REGINA OLIVEIRA SANTOS FERREIRA OAB - MT10765-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
BROOKFIELD CENTRO-OESTE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A. (TERCEIRO INTERESSADO)
TROPICAL CORRETORA E CONSULTORIA IMOBILIARIA LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 0040042-68.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIULA MULLER OAB - PR22819-A (ADVOGADO)
GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI OAB - MT17980-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:

FLAVIA CRISTINA ARRUDA LIMA (AGRAVADO)
FC-COMERCIO DE PNEUS E SERVICOS LTDA - ME (AGRAVADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1005664-08.2017.8.11.0037
Parte(s) Polo Ativo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO)
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-A (ADVOGADO)
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EDINOMAR RODRIGUES LIMA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VICTOR HUGO VIDOTTI OAB - MT11439-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000254-62.2014.8.11.0078
Parte(s) Polo Ativo:
VILMA CORDEIRO DOS SANTOS (APELANTE)
BANCO VOLKSWAGEN S.A. (APELANTE)
CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDENCIA S/A (APELANTE)
M. G. C. D. S. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WANESSA CORREIA FRANCHINI VIEIRA OAB - MT10907-O (ADVOGADO)
LEONARDO PLATAIS BRASIL TEIXEIRA OAB - RJ160435-A (ADVOGADO)
RICARDO ISRAEL MILTZMAN OAB - SP134486 (ADVOGADO)
ANTONIO ARY FRANCO CESAR OAB - SP123514-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
VILMA CORDEIRO DOS SANTOS (APELADO)
M. G. C. D. S. (APELADO)
BANCO VOLKSWAGEN S.A. (APELADO)
CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDENCIA S/A (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RICARDO ISRAEL MILTZMAN OAB - SP134486 (ADVOGADO)
LEONARDO PLATAIS BRASIL TEIXEIRA OAB - RJ160435-A (ADVOGADO)
ANTONIO ARY FRANCO CESAR OAB - SP123514-A (ADVOGADO)
WANESSA CORREIA FRANCHINI VIEIRA OAB - MT10907-O (ADVOGADO)
RICARDO NEVES COSTA OAB - MT12410-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1013502-45.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ADILSON LEANDRO FERNANDES (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLEODIMAR BALBINOT OAB - MT3663-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ROSILENE DA SILVA NUNES (AGRAVADO)
DELIAS DOMICIANO (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SERGIO MARTINS OAB - RO3215 (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MARCOS KRAUSE (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0009262-39.2010.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
GERONIMO DE CARVALHO CUSTODIO (EMBARGANTE)
NELISE FERREIRA DO PRADO CUSTODIO (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO CUSTODIO DE CARVALHO OAB - MT9508-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA ROSALVA DE CAMPOS (EMBARGADO)
ORENCIO LEOPOLDO SANTOS (EMBARGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1005491-27.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DOS MEDICOS, PROFISSIONAIS DA SAUDE E EMPRESARIOS DE MATO GROSSO (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MIKAEL AGUIRRE CAVALCANTI OAB - MT9247-A (ADVOGADO)
PEDRO SYLVIO SANO LITVAY OAB - MT7042-O (ADVOGADO)
ALESSANDRO TARCISIO ALMEIDA DA SILVA OAB - MT4677-O (ADVOGADO)
LUIZ AUGUSTO MALHEIROS DE ABREU CAVALCANTI OAB - MT18806-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PEDRO SYLVIO SANO LITVAY (EMBARGADO)
JORGEM LUIS DOS REIS FIGUEIREDO (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARIA DE LOURDES RIBEIRO OAB - MT11646-O (ADVOGADO)
PEDRO SYLVIO SANO LITVAY OAB - MT7042-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1014719-26.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MIRANDA INCORPORADORA E LOCADORA DE MAQUINAS LTDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO DE ANDRADE ZAGONEL OAB - MT11504-O (ADVOGADO)
IZONEL PIO DA SILVA OAB - MT13813-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DILAIR SALETE DAROIT SAVI (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE OSVALDO LEITE PEREIRA OAB - MT3418-O (ADVOGADO)
CLAUDIO ALVES PEREIRA OAB - MT3277-O (ADVOGADO)
LUIZ FERNANDO BRESSAN ARANDA OAB - MT12089-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0008050-98.2015.8.11.0004
Parte(s) Polo Ativo:
MARCEL PEREIRA BARROS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO PEDRO GUIMARAES SOUZA OAB - MT25203-A (ADVOGADO)
VINICIUS DE MORAIS OLIVEIRA OAB - GO34487-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CLAUDIO SALLES PICCHI (APELADO)
JOAO MARCELO PASSAGLIA RIBEIRO (APELADO)
EVANDRO MOREIRA AMORIM (APELADO)
J. VIRGILIO LANCAMENTOS DE IMOVEIS LTDA (APELADO)
ADMINISTRABEM PARTICIPACOES LTDA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JARBAS MOREIRA JUNIOR OAB - DF26929-O (ADVOGADO)
LUIZ CLAUDIO DE TOLEDO PICCHI OAB - MT224962-O (ADVOGADO)
SIDARTA STACIARINI ROCHA OAB - GO20630-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:

J. VIRGILIO LANCAMENTOS DE IMOVEIS LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)
EVANDRO MOREIRA AMORIM (TERCEIRO INTERESSADO)
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000418-95.2018.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
VRG LINHAS AEREAS S.A. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO OAB - MT26103-A (ADVOGADO)
PAULO FERNANDO SCHNEIDER OAB - MT8117-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
A. B. R. S. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANTONIO CARLOS GERALDINO OAB - MT9056-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
GOL LINHAS AÉREAS S. A. (TERCEIRO INTERESSADO)
MARIA DA SILVA SOUZA RIBEIRO (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1001724-78.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE ERCILIO DE OLIVEIRA OAB - MT9977-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LEANDRO MUSSI (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EUCLIDES RIBEIRO DA SILVA JUNIOR OAB - MT5222-O (ADVOGADO)
EDUARDO HENRIQUE VIEIRA BARROS OAB - MT7680-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0002805-63.2017.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
LIERCIO INOCENCIO DE JESUS (EMBARGANTE)
BRDU SPE VARZEA GRANDE LTDA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALVARO ALEXANDER DE OLIVEIRA OAB - MT16611-A (ADVOGADO)
ODILA ZORZI OAB - MT8619-A (ADVOGADO)
LUDMILA ANTONIA DA SILVA LEAL OAB - MT18723-O (ADVOGADO)
HELIO NISHIYAMA OAB - MT12919-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BRDU SPE VARZEA GRANDE LTDA (EMBARGADO)
LIERCIO INOCENCIO DE JESUS (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HELIO NISHIYAMA OAB - MT12919-O (ADVOGADO)
LUDMILA ANTONIA DA SILVA LEAL OAB - MT18723-O (ADVOGADO)
ODILA ZORZI OAB - MT8619-A (ADVOGADO)
ALVARO ALEXANDER DE OLIVEIRA OAB - MT16611-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000457-05.2016.8.11.0094
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DO VALE DO JURUENA - SICREDI UNIVALES MT (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRE DE ASSIS ROSA OAB - MT19077-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
J M BORGES DOS SANTOS - ME (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GERALDINO VIANA DA SILVA OAB - MT15814-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0043955-87.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DMM LOPES & FILHOS LTDA. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUILHERME CESCO DE CAMPOS OAB - MS19004 (ADVOGADO)
CARLOS HENRIQUE SANTANA OAB - MT11705-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
A. A. DE FIGUEIREDO - ME (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS HENRIQUE BARBOSA OAB - MT15056-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
ADMILSON ALVES DE FIGUEIREDO (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1001266-61.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LENIL DE OLIVEIRA AREVALO RODRIGUES (AGRAVANTE)
IRMA ARGIA DE MELO CINTRA (AGRAVANTE)
JOSE DA SILVA CINTRA (AGRAVANTE)
MARILDES RODRIGUES DE AMORIM ABADIA (AGRAVANTE)
DILCE FERREIRA SOLINA DA SILVA (AGRAVANTE)
VANI LIMA (AGRAVANTE)
MANOEL RUFINO DE OLIVEIRA (AGRAVANTE)
NILZO DOMINGOS CORREA ABADIA (AGRAVANTE)
MARIO RODRIGUES DE AMORIM (AGRAVANTE)
LENIRA ROSALIA NASCIMENTO (AGRAVANTE)
CREUZA MARIA RODRIGUES DE AMORIM (AGRAVANTE)
GLEICI REGINA DE SOUZA ALMEIDA (AGRAVANTE)
JOAO SOARES LEITE (AGRAVANTE)
LEDINESE DE SOUZA NEVES LEITE (AGRAVANTE)
NANCI BENEDITA DE ARRUDA E SILVA (AGRAVANTE)
ROSITA SOUZA DE OLIVEIRA (AGRAVANTE)
MARLENE MARIA DE CAMPOS (AGRAVANTE)
NICANOR LEITE DA SILVA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE SOUZA GALVAO OAB - RS73825-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TOKIO MARINE SEGURADORA S.A. (AGRAVADO)
FEDERAL DE SEGUROS S/A EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL (AGRAVADO)
SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS (AGRAVADO)
BRADESCO SEGUROS S/A (AGRAVADO)
ITAU SEGUROS S/A (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON LUIZ NOUVEL ALESSIO OAB - SP61713-O (ADVOGADO)
LEIDSON FLAMARION TORRES MATOS OAB - PB13040-A (ADVOGADO)
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
ILZA REGINA DEFILIPPI OAB - SP27215-O (ADVOGADO)
GAYA LEHN SCHNEIDER PAULINO OAB - MS10766-O (ADVOGADO)
DANIELA CRISTINA VAZ PATINI OAB - MT11660-O (ADVOGADO)
ROBERTA NIGRO FRANCISCATTO OAB - MT15249-O (ADVOGADO)
JULIANA DE ALMEIDA E SILVA OAB - PE21098 (ADVOGADO)
HERMANO GADELHA DE SA OAB - PB8463-A (ADVOGADO)
ROSANGELA DIAS GUERREIRO OAB - RJ48812-O (ADVOGADO)
JOSE ARMANDO DA GLORIA BATISTA OAB - SP41775-O (ADVOGADO)
DIANARU DA SILVA PAIXAO OAB - MT10105-O (ADVOGADO)
DANIELA BENES SENHORA HIRSCHFELD OAB - SP171674-O (ADVOGADO)

MARIA EMILIA GONCALVES DE RUEDA OAB - PE23748-A (ADVOGADO)
JOSEMAR LAURIANO PEREIRA OAB - RJ132101-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1000902-54.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS OAB - MS12002-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSUE LOURENCO DA SILVA (APELADO)
MARIA BENEDITA DE OLIVEIRA SILVA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURI GUIMARAES DE JESUS OAB - MT6595-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1001011-65.2017.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
SOLANGE SANTANA DE ALMEIDA (APELANTE)
KUCERA ADVOCACIA EMPRESARIAL (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SOLANGE SANTANA DE ALMEIDA OAB - MT21019-A (ADVOGADO)
CAROLINA RIBEIRO LOPES OAB - RS75065-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO SA (APELADO)
KUCERA ADVOCACIA EMPRESARIAL (APELADO)
SOLANGE SANTANA DE ALMEIDA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-A (ADVOGADO)
CAROLINA RIBEIRO LOPES OAB - RS75065-A (ADVOGADO)
SOLANGE SANTANA DE ALMEIDA OAB - MT21019-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1014611-94.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANO ATHALA DE OLIVEIRA SHCAIRA OAB - MT20495-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CONSTRUTORA ROCHA EIRELI (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EURIDES PARRON PARRON OAB - MT20719-O (ADVOGADO)
JOAO TITO SCHENINI CADEMARTORI NETO OAB - MT16289-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1012648-51.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
NC ALIMENTOS LTDA - ME (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDUARDO ZIMIANI CIPRIANO OAB - MT11547 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
AGROPECUARIA NOSSA SENHORA DA MEDALHA MILAGROSA LTDA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MIKAEL AGUIRRE CAVALCANTI OAB - 728.423.851-87 (PROCURADOR)
PEDRO SYLVIO SANO LITVAY OAB - 427.883.821-20 (PROCURADOR)
MAURICIO AUDE OAB - 568.581.751-72 (PROCURADOR)
ALESSANDRO TARCISIO ALMEIDA DA SILVA OAB - 570.512.241-15 (PROCURADOR)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 28 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no Plenário 1.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0002673-32.2014.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO (APELANTE)
ZANONE ALVES DE CARVALHO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS OAB - PR24498-O (ADVOGADO)
PRISCILA KEI SATO OAB - MT15684-A (ADVOGADO)
MARIA LUCIA LINS CONCEICAO DE MEDEIROS OAB - MT15685-O (ADVOGADO)
TERESA CELINA DE ARRUDA ALVIM WAMBIER OAB - MT15732-A (ADVOGADO)
RICARDO ZANCANARO OAB - MT8739-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ZANONE ALVES DE CARVALHO (APELADO)
HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS OAB - PR24498-O (ADVOGADO)
TERESA CELINA DE ARRUDA ALVIM WAMBIER OAB - MT15732-A (ADVOGADO)
RICARDO ZANCANARO OAB - MT8739-A (ADVOGADO)
MARIA LUCIA LINS CONCEICAO DE MEDEIROS OAB - MT15685-O (ADVOGADO)
PRISCILA KEI SATO OAB - MT15684-A (ADVOGADO)

Assim, determino a intimação das partes para que, no prazo de 60 dias, se manifestarem sobre eventual adesão a plataforma on line criada para adesão ao acordo homologado perante o Colendo Supremo Tribunal Federal. Às providências. Cumpra-se. Des. Sebastião Barbosa Farias Relator

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000305-81.2018.8.11.0030
Parte(s) Polo Ativo:
DEJAIR ROBERTO LIU (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DEJAIR ROBERTO LIU JUNIOR OAB - MT10777-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
OZANA BAPTISTA GUSMAO OAB - MT4062-A (ADVOGADO)

Ante o exposto, nos termos do art. 10 do CPC/2015, intime-se o apelante para se manifestar sobre a preliminar arguida e acerca do possível não conhecimento do recurso, pois a questão (justiça gratuita) foi decidida, de modo que se operou a preclusão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis. Após, venha-me o feito concluso. Cumpra-se. Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho Relatora

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019303-39.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CRISTINA AUGUSTA CAMPIOLO LANDI (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO ACASSIO MUNIZ JUNIOR OAB - MT8872-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
WALKYRIA VILAS BOAS FERNANDES (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1019303-39.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 17/12/2019 16:30:42 e distribuído inicialmente para o

Des(a). JOAO FERREIRA FILHO

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019310-31.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
RODOBENS NEGOCIOS IMOBILIARIOS S/A (AGRAVANTE)
SISTEMA FACIL, INCORPORADORA IMOBILIARIA - VARZEA GRANDE - SPE LTDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELIZANDRA MENDES DE CAMARGO DA ANA OAB - SP210065 (ADVOGADO)
FLAVIO LUIZ YARSHELL OAB - SP88098 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MAIRA SPINDLER DO AMARANTE FERREIRA (AGRAVADO)
ANIZ ABDO FERREIRA (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1019310-31.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 17/12/2019 17:14:47 e distribuído inicialmente para o Des(a). JOAO FERREIRA FILHO

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1008498-50.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MIGUEL DE CRISTO BUENO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO PAULO CONSTANTINI OAB - PR46009-O (ADVOGADO)
GABRIELA SEVIGNANI OAB - MT20064-O (ADVOGADO)
DANIELA SEVIGNANI CONSTANTINI OAB - MT20689-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LOTEADORA ASSAI S/S LTDA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS RAFAEL MENEGAZO OAB - PR48017-A (ADVOGADO)

Desta feita, determina-se a intimação do Apelante para se manifestar sobre a preliminar arguida nas contrarrazões, com fulcro no art. 10 do CPC, no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra-se. Intime-se. Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho Relatora

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019319-90.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
A. P. D. O. (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
F. B. J. (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1019319-90.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 17/12/2019 17:56:25 e distribuído inicialmente para o Des(a). SEBASTIAO BARBOSA FARIAS

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019324-15.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO SA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LUIZ HERCULES (AGRAVADO)
MARILDA LONKOSKI (AGRAVADO)
JONAS HARGESHEIMER (AGRAVADO)
LEVI FERREIRA (AGRAVADO)
IRACI GOMES HERCULES (AGRAVADO)
JACI CARDOSO DE OLIVEIRA (AGRAVADO)
ARINDA PAULA DO COUTO (AGRAVADO)
PEDRO JULIO FERREIRA (AGRAVADO)
ARIETE POLAK (AGRAVADO)
ADOLFO MARCELINO (AGRAVADO)
MARIA NEUZA HESPANHOL RIBEIRO (AGRAVADO)
ALDENIR NEVES DA SILVEIRA (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1019324-15.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 17/12/2019 18:22:23 e distribuído inicialmente para o Des(a). NILZA MARIA POSSAS DE CARVALHO

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0005046-90.2014.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
TRANSPORTES NATAL LTDA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SANDRA OLIVEIRA BONIFACIO OAB - MT6541-O (ADVOGADO)
ALGACYR NUNES DA SILVA JUNIOR OAB - MT9496-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TRANSPORTADORA TRANSCOMPANHEIROS LTDA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAX PAULO DE SOUSA E SILVA OAB - MT13965-O (ADVOGADO)

Intimação ao(s) Embargado(s) para apresentar(em) manifestação aos Embargos, no prazo de 05 (cinco) dias, conforme artigo 1.023, § 2º, do Código de Processo Civil.

Segunda Câmara de Direito Privado

Informação

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019248-88.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JEANE NUNES DE LIMA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADEMAR MARTINS FILHO OAB - SP258340 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAUCARD S.A. (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019248-88.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARILSEN ANDRADE ADDÁRIO.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019265-27.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DAYCOVAL S/A (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
RICARDO ALEXANDRE DE SOUZA CARVALHO (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019265-27.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. SEBASTIÃO DE MORAES FILHO.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019270-49.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS OAB - MT16691-S (ADVOGADO)
THAIS DANIELA TUSSOLINI DE ALMEIDA OAB - MT21589-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
WILLIAN DOUGLAS MONTEIRO SANTOS (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019270-49.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARILSEN ANDRADE ADDÁRIO.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019302-54.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
RODOBENS NEGOCIOS IMOBILIARIOS S/A (AGRAVANTE)
SISTEMA FACIL, INCORPORADORA IMOBILIARIA - VARZEA GRANDE - SPE LTDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FLAVIO LUIZ YARSHELL OAB - SP88098 (ADVOGADO)
ELIZANDRA MENDES DE CAMARGO DA ANA OAB - SP210065 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LEOPOLDO JOSE RODRIGUES (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019302-54.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. CLARICE CLAUDINO DA SILVA.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019304-24.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CESAR ADALBERTO DE MARTINS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANIE MARTINS MATTOS LIMOEIRO OAB - MT8920-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019304-24.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. CLARICE CLAUDINO DA SILVA.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019323-30.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
G. M. D. S. S. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ERICA MONTEIRO PAIXAO OAB - SP273807 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
J. M. S. (AGRAVADO)
M. M. S. (AGRAVADO)
R. M. M. (AGRAVADO)
R. M. D. A. (AGRAVADO)
T. M. S. (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019323-30.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARILSEN ANDRADE ADDÁRIO.

Acórdão

Apelação 57477/2019 - Classe: CNJ-198 COMARCA CAPITAL. Protocolo Número/Ano: 57477 / 2019. Julgamento: 11/12/2019. APELANTE(S) - ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA GLEBA BAURU UNIDOS VENCEREMOS (Advs: Dr(a). ANGELO BERNARDINO DE MENDONÇA JÚNIOR - OAB 16330/MT), APELADO(S) - FLORESTA VIVA EXPLORAÇÃO DE MADEIRA E TERRAPLANAGEM LTDA (Advs: Dr. DAUTO BARBOSA CASTRO PASSARE - OAB 6199/MT), APELADO(S) - ESPÓLIO DE FOZI JOSÉ JORGE E OUTRA(s) (Advs: Dra. ANDREA ROSAN DIAS FIGUEIREDO ZAMAR TAQUES - OAB 8233/MT, Dr(a). JOÃO VICTOR TOSHIO ONO CARDOSO - OAB 14051/MT). Relator: Exmo. Sr. DES. SEBASTIÃO DE MORAES FILHO
Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
EMENTA:
EMENTA – RECURSO DE APELAÇÃO CIVEL – AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE – CERCEAMENTO DE DEFESA – INOCORRENCIA – NÃO PRODUÇAO DE PROVAS NO MOMENTO OPORTUNO – PROVAS DOCUMENTAIS HÁBEIS A DEMONSTRAÇÃO DOS REQUISITOS PRESCRITOS À ESPÉCIE – PRELIMINAR REJEITADA – MERITO – DEMONSTRAÇÃO DOS REQUISITOS DO ARTIGO 561, I, II, III E IV do CPC – ONUS DO AUTOR CUMPRIDO – AÇÃO JULGADA PROCEDENTE – DOAÇAO DE PARTE DO BEM – 5.000 HECTARES AO REU – QUESTÕES QUE NÃO DIZEM RESPEITO AOS LIMITES DA LIDE – AÇÃO AUTÔNOMA - SENTENÇA ESCORREITA – MANUTENÇÃO INTEGRAL DA MESMA – Recurso conhecido e desprovido.
(a) - Nada obsta que o pedido ajuizado como interdito proibitório termine julgado como pedido de reintegração de posse, caso consumada a ameaça de esbulho, no curso do processo, dentro do prescrito no artigo 920 do CPC/73, substancia aplicada no caso em apreciação recursal.
(b) - Se em face da controvérsia instalada, ausência de testemunhas arroladas pelos réus, farta prova documental que preenche os requisitos de constituição do direito do autor, nada obsta que exista o julgamento antecipado da lide em face de que reside desistência formal em relação a provas orais.
(c) - Comprovados os requisitos prescritos à ação de reintegração de posse, pose anterior, esbulho, correta está a decisão de primeiro grau que, fazendo suas razões de fato e de direito julga procedente a ação de reintegração de posse.
(d) - Se, no curso da demanda, o autor manifesta o desejo de doar parte da área aos réus, esta questão, extrapolando os limites da lide, não deve o Tribunal imiscuir. As partes têm ao seu dispor as medidas necessárias para discutir este incidente processual atípico em sede da ação possessória.
(e) - Sentença escorreita, soçobrando a pretensão recursal.

Embargos de Declaração - Classe: CNJ-1689 COMARCA CAPITAL(Oposto nos autos do(a) Apelação 53843/2014 - Classe: CNJ-198). Protocolo Número/Ano: 35052 / 2019. Julgamento: 11/12/2019. EMBARGANTE - ITAÚ SEGUROS S. A. (Advs: Dr(a). LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO - OAB 8506-a/mt, Dr(a). OUTRO(S)), EMBARGADO - CLAUDIONOR DE SOUSA FERREIRA (Advs: Dr. WILSON MOLINA PORTO - OAB 12790-A/MT). Relatora: Exma. Sra. DESA. MARILSEN ANDRADE ADDARIO
Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, ACOLHEU OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.
EMENTA:
EMBARGOS DECLARATÓRIOS – ACÓRDÃO PROFERIDO EM RECURSO DE APELAÇÃO – AÇÃO SUMÁRIA DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – INVALIDEZ COMPROVADA – SEGURADORA CONDENADA AO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA – FLAGRANTE EQUÍVOCO DO JULGAMENTO – NECESSIDADE DE ANULAÇÃO EM VIRTUDE DO JULGAMENTO ULTRA PETITA – ALTERAÇÃO DO POLO PASSIVO – DESNECESSIDADE – PREQUESTIONAMENTO – EMBARGOS DECLARATÓRIOS ACOLHIDOS – APELAÇÃO DESPROVIDA.
Verificada a existência de julgamento ultra petita, sua anulação é medida que se impõe, pois o julgador encontra-se adstrito àquilo que foi pedido.
As Seguradoras participantes do consórcio do seguro obrigatório respondem de forma solidária à indenização do seguro DPVAT.

Embargos de Declaração - Classe: CNJ-1689 COMARCA CAPITAL(Oposto nos autos do(a) Apelação 53843/2014 - Classe: CNJ-198). Protocolo Número/Ano: 34264 / 2019. Julgamento: 11/12/2019. EMBARGANTE - CLAUDIONOR DE SOUSA FERREIRA (Advs: Dr. WILSON MOLINA PORTO - OAB 12790-A/MT), EMBARGADO - ITAÚ SEGUROS S. A. (Advs: Dr(a). LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO - OAB 8506-a/mt, Dr(a). OUTRO(S)). Relatora: Exma. Sra. DESA. MARILSEN ANDRADE ADDARIO
Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, JULGOU PREJUDICADO O RECURSO.
EMENTA:
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – ACÓRDÃO PROFERIDO EM RECURSO DE APELAÇÃO – AÇÃO SUMÁRIA DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – INVALIDEZ COMPROVADA – SEGURADORA CONDENADA AO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA – EMBARGOS DECLATÓRIOS OPOSTOS PELA SEGURADORA/EMBARGADA CONHECIDOS E PROVIDOS – RECONHECIDO O JULGAMENTO ULTRA PETITA – ANULAÇÃO INTEGRAL DO ACÓRDÃO – MANUTENÇÃO DA SENTENÇA SINGULAR DE PARCIAL PROCEDÊNCIA – CONSEQUENTE PERDA DO OBJETO – ACLARATÓRIOS NÃO CONHECIDOS.
O provimento dos embargos de declaração opostos pela parte adversa que traz matéria prejudicial à apreciação dos presentes declaratórios implica na perda do objeto.

Embargos de Declaração - Classe: CNJ-1689 COMARCA DE CAMPO VERDE(Oposto nos autos do(a) Apelação 26282/2018 - Classe: CNJ-198). Protocolo Número/Ano: 45670 / 2019. Julgamento: 11/12/2019. EMBARGANTE - DIRCEU PINHATTI MENDES (Advs: Dr. NICOMEDES LINDOLFO FREITAS NETO - OAB 9277/MT), EMBARGADO - ANDREYA FERREIRA DOS SANTOS (NOME FANTASIA NOVO ARAGUAIA IMOVEIS) (Advs: Dr(a). DIRCEU PERES FARIAS JUNIOR - OAB 17765-A/MT, Dr(a). FÁBIO PRANDINE MOLEIRO - OAB 14911-b/mt, Dr. RONALDO CESÁRIO DA SILVA - OAB 6781/mt, Dr(a). OUTRO(S)). Relatora: Exma. Sra. DESA. CLARICE CLAUDINO DA SILVA
Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, REJEITOU

OS EMBARGOS DE ECLARAÇÃO.

EMENTA:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – APELAÇÃO CÍVEL - ERRO MATERIAL – INEXISTÊNCIA - DECISÃO MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO.

Os aclaratórios foram opostos sob a alegação de erro material, por ter sido levado a julgamento o Recurso de Apelação n.º 26282/2018 após ter sido anunciado o seu adiamento pelo presidente desta 2.ª Câmara.

Remetidos os autos para o Desembargador presidente se manifestar, este informou às fls. 29/30 que "em momento algum se fez menção ao adiamento do mencionado Recurso, tanto que a parte Apelante sequer indicou em que momento do vídeo sua alegação encontra respaldo, conduta essa que reforça a regularidade do acordão questionado.

Por outro lado, segundo o princípio Pas de nullité sans grief, não será decretada a invalidade de nenhum ato processual, se o vício apontado não causar prejuízo concreto a qualquer das partes, sobretudo à defesa.

Com efeito, não verifico a ocorrência de prejuízo na hipótese, tendo em vista que o causídico foi devidamente intimado para a sessão de julgamento realizada em 05/06/2019 e, conforme ele mesmo informou na petição, à fl. 34, "o douto procurador do Apelante se fizera presente desde o início da referida sessão". ~

Dito isso, não há falar na ocorrência de erro material, tampouco de nulidade no julgamento do Recurso de Apelação n.º 26282/2018 (Acórdão acostado às fls. 23/26).

Embargos de Declaração - Classe: CNJ-1689 COMARCA DE PRIMAVERA DO LESTE(Oposto nos autos do(a) Agravo de Instrumento 138555/2008 - Classe: CNJ-202). Protocolo Número/Ano: 36018 / 2009. Julgamento: 11/12/2019. EMBARGANTE - ADM DO BRASIL LTDA. (Advs: Dr. ALAN VAGNER SCHMIDEL - OAB 7504/mt, Dr(a). OUTRO(S)), EMBARGADO - PEDRO GONÇALVES VIANA NETO (Advs: Dr(a). FABIANA SCORPIONI GONCALVES - OAB 7636/mt, Dr(a). OUTRO(S)). Relatora: Exma. Sra. DESA. CLARICE CLAUDINO DA SILVA

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, ACOLHEU OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

EMENTA:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA INCERTA – EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE – COMPRA E VENDA DE FEIJÃO – PRORROGAÇÃO DA DATA DE VENCIMENTO – NÃO COMPROVADA – DEVEDOR SOLIDÁRIO – RESPONSABILIDADE PELO CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO – DEVEDORA PRINCIPAL EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL – POSSBILIDADE DE EXECUTAR O COOBRIGADO – OMISSÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO – VÍCIO SANADO – EMBARGOS PROVIDOS COM EFEITOS INFRINGENTES.

A atribuição de efeitos infringentes aos Embargos de Declaração é possível em situações excepcionais, nas quais o próprio acolhimento de eventual obscuridade, omissão, contradição, justifique a consequente alteração do julgado embargado. In casu, ocorreu omissão no julgamento do recurso de agravo de instrumento, devendo ser sanado o vício para afastar a mácula no decisum.

Em que pese o Agravante/Embargado tenha afirmado que o vencimento da obrigação, inicialmente aprazado para 25/10/2008, foi postergado para Julho/2009, é ausente a prova documental acerca da questão. Assim, estando comprovada a condição de devedor solidário, incumbe à parte o cumprimento da obrigação assumida pela devedora principal, vez que vencida.

O credor com garantia de terceiro, mesmo sujeitando-se aos efeitos da recuperação judicial tem permissão no ordenamento jurídico para executar o garantidor/Embargado.

Agravo - Classe: CNJ-1208 COMARCA CAPITAL(Interposto nos autos do(a) Apelação 62236/2017 - Classe: CNJ-198). Protocolo Número/Ano: 23690 / 2019. Julgamento: 11/12/2019. AGRAVANTE(S) - BANCO BRADESCO S. A. (Advs: Dr. MAURO PAULO GALERA MARI - OAB 3056/MT, Dr(a). OUTRO(S)), AGRAVADO(S) - LUIZ DA SILVA (Advs: Dra. FABIANIE MARTINS MATTOS LIMOEIRO - OAB 8920-b/mt). Relatora: Exma. Sra. DESA. CLARICE CLAUDINO DA SILVA

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO.

EMENTA:

RECURSO DE AGRAVO INTERNO – DECISÃO QUE NEGA PROVIMENTO AO APELO POR SER CONTRÁRIO À ACÓRDÃO PROFERIDO PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA EM JULGAMENTO DE RECURSOS REPETITIVOS – RECURSO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE – CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DA MULTA DO § 4.º DO ARTIGO 1.021, DO CPC/2015 – RECURSO DESPROVIDO.

1- O artigo 32, inciso IV, alínea "b", do CPC autoriza ao Relator desprover de forma monocrática o recurso que for contrário a "acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos" e, neste caso, o STJ admitiu o REsp n.º 1.578.526/SP e a ele imprimiu o caráter representativo da controvérsia acerca da abusividade da cobrança, em contratos bancários, de despesas com serviços prestados por terceiros, registro do contrato e/ou avaliação do bem.

2- No caso concreto, as razões expostas no Apelo e reiteradas no Agravo Interno contrariam o acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento do recurso repetitivo. Primeiro, porque o Banco Recorrente sustenta a legalidade da cobrança das tarifas de serviços de terceiro, e tal cobrança foi declarada abusiva pela Corte Superior. Segundo, porque no que tange à cobrança de registro de contrato, não há provas de que o serviço foi efetivamente prestado. Logo, também deve ser mantida a ilegalidade da sua cobrança neste caso concreto.

3- De acordo com o art. 1.021, § 4.º, do CPC, quando o agravo interno for declarado manifestamente inadmissível ou improcedente em votação unânime, o órgão colegiado, em decisão fundamentada, condenará o agravante a pagar ao agravado multa fixada entre um e cinco por cento do valor atualizado da causa. Na hipótese, ante a ausência de justificativa para a reforma do decisum singular, a multa constante no referido dispositivo foi fixada em 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado da causa.

Apelação 130030/2017 - Classe: CNJ-198 COMARCA DE COMODORO. Protocolo Número/Ano: 130030 / 2017. Julgamento: 11/12/2019. APELANTE(S) - IVETE ROSANE MACHADO CAVALHEIRO DA SILVA E OUTRO(s) (Advs: Dr(a). RODRIGO DE MOURA VARGAS - OAB 14912-a/mt, Dr(a). OUTRO(S)), APELADO(S) - BASF S. A. (Advs: Dr. ULISSES RABANEDA DOS SANTOS - OAB 8948/mt). Relatora: Exma. Sra. DESA. CLARICE CLAUDINO DA SILVA

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, PROVEU O RECURSO.

EMENTA:

APELAÇÃO CÍVEL – EMBARGOS À EXECUÇÃO – ATOS PRATICADOS NA VIGÊNCIA DO CPC/73 – TEMPUS REGIT ACTUM - EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA– SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO E DE TODOS OS SEUS PRAZOS – INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA DOS ARTIGOS 306 C/C 180 E 265, III DO CPC/73 – FLUÊNCIA DO PRAZO PARA EMBARGAR A PARTIR DA INTIMAÇÃO NO JUÍZO COMPETENTE – EMBARGOS TEMPESTIVOS – SENTENÇA ANULADA – RECURSO PROVIDO.

Trata-se de atos praticados na vigência do CPC de 1973, os quais não devem ser desconstituídos, consoante a Teoria do Isolamento dos Atos Processuais como regra de direito intertemporal, segundo a qual a lei nova incide nos processos pendentes (tempus regit actum), preservando-se, contudo, os atos processuais já realizados, assim como seus efeitos. Portanto, devem ser aplicadas as disposições do referido Código.

Em vista disso, o entendimento do Código de 73 era no sentido de que, apresentada a exceção de incompetência, suspendia-se o processo e, também, a fluência do prazo para defesa.

Cuida-se de interpretação sistemática dos dispositivos legais do Código de Processo Civil de 1973, em especial do art. 180 do Código de Processo Civil, combinado com o art. 306 e com o art. 265, Inciso III, primeira parte, ambos também do Código de Processo Civil de 1973.

Na hipótese, os Recorrentes compareceram espontaneamente aos autos e apresentaram a exceção de incompetência em 14/04/2010 (fls. 70-73 – autos em apenso), de modo que, pela interpretação do CPC/73, suspendeu-se a execução, bem como todos os prazos a ela referentes até o julgamento da Exceção, que ocorreu em 11/01/2011 com publicação em 14/01/2011 (fls. 118-120).

Acolhida a exceção, o prazo começou a fluir a partir da intimação do Executado no Juízo para onde os autos foram remetidos

Na espécie, após a remessa ao Juízo competente, houve êxito na intimação dos Executados, ora Recorrentes, em 30/03/2012, conforme certidão do Oficial de Justiça à fl. 75. Logo, os Executados tinham até 21/03/2013 para o manejo dos embargos, o que foi cumprido e, por isso são tempestivos.

Dessa forma, diante da tempestividade dos Embargos à Execução, a

sentença vergastada deve ser anulada.

Embargos de Declaração - Classe: CNJ-1689 COMARCA DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO(Oposto nos autos do(a) Agravo de Instrumento 133523/2009 - Classe: CNJ-202). Protocolo Número/Ano: 28546 / 2012. Julgamento: 11/12/2019. EMBARGANTE - DESTILARIA DE ÁLCOOL LIBRA LTDA. (Advs: Dr. EDUARDO HENRIQUE VIEIRA BARROS - OAB 7680/mt, Dr. EUCLIDES RIBEIRO SILVA JÚNIOR - OAB 5222/mt), EMBARGADO - BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S. A. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL (Advs: Dra. ELIANA MARCIA F. DE AZEVEDO - OAB 3581-a/mt, Dr. JOAQUIM FÁBIO MIELLI CAMARGO - OAB 2680/mt, Dr(a). OUTRO(S)). Relatora: Exma. Sra. DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, ACOLHEU OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

EMENTA:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – RECUPERAÇÃO JUDICIAL – RESERVA DE VALORES – OMISSÃO – OCORRÊNCIA – RECURSO PROVIDO.

Verificando-se a existência de omissão no acórdão quanto aos autos em que a reserva de valor deverá ser analisada, o acolhimento dos aclaratórios é medida que se impõe para o saneamento do vício.

Embargos de Declaração - Classe: CNJ-1689 TRIBUNAL DE JUSTIÇA(Oposto nos autos do(a) Apelação 75114/2017 - Classe: CNJ-198). Protocolo Número/Ano: 62544 / 2019. Julgamento: 04/12/2019. EMBARGANTE - ZENIR PIRES ALBINO (Advs: Dr(a). MARCOS BODSTEIN VILLACA FILHO - OAB 19216/MT, Dr(a). OUTRO(S)), EMBARGADO - BANCO ITAUCARD S. A (Advs: Dr(a). ANDRE LUIZ PEDROSO MARQUES - OAB 171045/SP, Dr(a). WASHINGTON FARIA DE SIQUEIRA - OAB 18071/A/MT, Dr(a). OUTRO(S)). Relatora: Exma. Sra. DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, REJEITOU OS EMBARGOS, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

EMENTA:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – OMISSÃO - NÃO OCORRÊNCIA – RECURSO DESPROVIDO.

O fato de a decisão recorrida não ter acolhido a interpretação que, segundo o Embargante, deveria ter sido dada à questão, não torna o acórdão omisso.

Deve o Embargante deduzir suas irresignações pelos meios recursais próprios e não por meio de Embargos de Declaração, cujas hipóteses de cabimento são estritamente previstas pelo ordenamento processual.

Intimação

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0003625-33.2014.8.11.0046
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO ZUCATTO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO MOURA DE VARGAS OAB - MT14912-A (ADVOGADO)
JOAO ALCIR RODRIGUES DE VARGAS OAB - MT5881-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
AMIR AGOSTINHO SIGNOR (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ELIANA DA COSTA OAB - MT5447-B (ADVOGADO)

Por tais razões, sucintamente expostas, converto o julgamento do recurso em diligência para determinar a remessa dos autos à origem para o exame dos embargos de declaração. Às providências de estilo, autorizando a Senhora Secretária da Segunda Câmara Cível a assinar os expedientes necessários. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 0018658-78.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RODOBENS NEGOCIOS IMOBILIARIOS S/A (AGRAVANTE)
SISTEMA FACIL, INCORPORADORA IMOBILIARIA - CUIABA II - SPE LTDA. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE WALTER FERREIRA JUNIOR OAB - MT18002-A (ADVOGADO)
RICARDO JOAO ZANATA OAB - MT8360-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DANYELE APARECIDA GOMES DE AQUINO (AGRAVADO)
ALEX FABIANO BARBOSA DE AQUINO (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALEXANDRE IAQUINTO MATEUS OAB - MT15383-O (ADVOGADO)
THIAGO DABINER FERNANDES OAB - MT12049-O (ADVOGADO)

INTIMAÇÃO ao(s) Agravado(s) para apresentar(em) contrarrazões, nos termos do art. 1021, § 2º do CPC.

Intimação Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1019206-47.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-A (ADVOGADO)
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO)
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EDINELSON DE ARRUDA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOIR AUGUSTO LACCAL DA SILVA OAB - MT9457-O (ADVOGADO)

INTIMAÇÃO ao(s) Agravado(s) para apresentar(em) contrarrazões, nos termos do art. 1021, § 2º do CPC.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019248-88.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JEANE NUNES DE LIMA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADEMAR MARTINS FILHO OAB - SP258340 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAUCARD S.A. (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019248-88.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARILSEN ANDRADE ADDÁRIO.

Intimação Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 0000719-50.2014.8.11.0085
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO CIFRA S.A. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA OAB - MG63440-O (ADVOGADO)
FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA OAB - MG109730-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CARLOS MORANDI (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANIELA MARQUES DOS SANTOS OAB - MT21071-A (ADVOGADO)
ALLAN DE BARROS DOS SANTOS OAB - MT20467-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
BANCO BMG SA (TERCEIRO INTERESSADO)

Intimação ao(s) Agravado(s) para apresentar(em) contrarrazões, nos termos do art. 1021, § 2º do CPC.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019265-27.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DAYCOVAL S/A (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
RICARDO ALEXANDRE DE SOUZA CARVALHO (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1019265-27.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 17/12/2019 13:37:16 e distribuído inicialmente para o Des(a). SEBASTIAO DE MORAES FILHO

Intimação Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 0001817-80.2018.8.11.0004
Parte(s) Polo Ativo:

BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PIERINA WAUTOMO REWE (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LEONARDO ALMEIDA EDELBLUTH OAB - MT23177-A (ADVOGADO)
ANTONIO MARCOS ALVES DA COSTA OAB - MT24321-A (ADVOGADO)

Intimação ao(s) Agravado(s) para apresentar(em) contrarrazões, nos termos do art. 1021, § 2º do CPC.

Intimação Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1004333-59.2018.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. OAB - 03.467.321/0001-99 (REPRESENTANTE)
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARILEIDE DA COSTA SANTOS FREITAS (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARIANA FRANCA MONTORO OAB - MT20871-A (ADVOGADO)

Intimação ao(s) Agravado(s) para apresentar(em) contrarrazões, nos termos do art. 1021, § 2º do CPC.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1010684-57.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
SANDRA REGINA BOMBONATO RODRIGUES (EMBARGANTE)
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS VALE DO CERRADO - SICREDI VALE DO CERRADO (EMBARGANTE)
ANDERSON VOLNEI FERNANDES RODRIGUES (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO ALVES PUGA OAB - MT5058-O (ADVOGADO)
ANDRESSA ARMELIN OAB - MT18776-O (ADVOGADO)
SANDRA REGINA BOMBONATO RODRIGUES OAB - MT5141-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ANDERSON VOLNEI FERNANDES RODRIGUES (EMBARGADO)
SANDRA REGINA BOMBONATO RODRIGUES (EMBARGADO)
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS VALE DO CERRADO - SICREDI VALE DO CERRADO (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCELO ALVES PUGA OAB - MT5058-O (ADVOGADO)
SANDRA REGINA BOMBONATO RODRIGUES OAB - MT5141-O (ADVOGADO)
ANDRESSA ARMELIN OAB - MT18776-O (ADVOGADO)

Assim, no intuito de evitar alegação de nulidade e em respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, intime-se a parte embargada para, no prazo de 05 (cinco) dias, oferecer manifestação.

Intimação Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 0040373-16.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SEDIMAR DE SOUZA GONCALVES (AGRAVANTE)
TEREZINHA DOVAL NERES (AGRAVANTE)
RAFAEL NERES (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CAMILA CLAUDINO DE SOUSA OLIVEIRA OAB - MT23969-A (ADVOGADO)
MANOEL ORNELLAS DE ALMEIDA OAB - MT2030-O (ADVOGADO)
EDILSON LIMA FAGUNDES OAB - MT5994-O (ADVOGADO)
MAURO BASTIAN FAGUNDES OAB - MT8907-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
RAFAEL NERES (AGRAVADO)
TEREZINHA DOVAL NERES (AGRAVADO)
ANTONIO LINO DA SILVA PINTO (AGRAVADO)
SEDIMAR DE SOUZA GONCALVES (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RYOYU HAYASHI OAB - MT1809-O (ADVOGADO)
EDILSON LIMA FAGUNDES OAB - MT5994-O (ADVOGADO)
MAURO BASTIAN FAGUNDES OAB - MT8907-O (ADVOGADO)
CAMILA CLAUDINO DE SOUSA OLIVEIRA OAB - MT23969-A (ADVOGADO)
MANOEL ORNELLAS DE ALMEIDA OAB - MT2030-O (ADVOGADO)

Intimação ao(s) Agravado(s) para apresentar(em) contrarrazões, nos termos do art. 1021, § 2º do CPC.

Intimação Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1000826-65.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ADRIANA TIRAPELLE (AGRAVANTE)
DANI ANDRE TIRAPELLE (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDUARDO ANTUNES SEGATO OAB - MT13546-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
FORTUNATO BORIN NETO (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANIEL WINTER OAB - MT11470-A (ADVOGADO)

Intimação ao(s) Agravado(s) para apresentar(em) contrarrazões, nos termos do art. 1021, § 2º do CPC.

Intimação Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 0009929-17.2013.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
EDSON ZANIN (AGRAVANTE)
GLAUCIA REGINA SEVERIANO ZANIN (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCOS DAUBER OAB - PR31278 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ARLINDO AFONSO ZANDONADI (AGRAVADO)
BANCO DO BRASIL SA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO AMATO PISSINI OAB - MT13842-A (ADVOGADO)
FRANCIANA TUNES PARREIRA OAB - MT13397-O (ADVOGADO)
ILDO ROQUE GUARESCHI OAB - MT5417-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
ESPÓLIO DE GERVÁSIO LUIZ VIDOTTI (TERCEIRO INTERESSADO)
ODETE RODRIGUES ZANDONADI (TERCEIRO INTERESSADO)

Intimação ao(s) Agravado(s) para apresentar(em) contrarrazões, nos termos do art. 1021, § 2º do CPC.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019270-49.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS OAB - MT16691-S (ADVOGADO)
THAIS DANIELA TUSSOLINI DE ALMEIDA OAB - MT21589-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
WILLIAN DOUGLAS MONTEIRO SANTOS (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019270-49.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARILSEN ANDRADE ADDÁRIO.

Intimação Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 0033545-33.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
AMPER CONSTRUCOES ELETRICAS LIMITADA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO LEITE DE BARROS ZANIN OAB - MT12129-O (ADVOGADO)
RAFAEL COSTA BERNARDELLI OAB - MT13411-O (ADVOGADO)
LORENA LARRANHAGAS MAMEDES OAB - MT16174-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LINHAS DE MACAPA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VIVIAN TOPAL OAB - SP183263-O (ADVOGADO)

Intimação ao(s) Agravado(s) para apresentar(em) contrarrazões, nos termos do art. 1021, § 2º do CPC.

Intimação Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1013705-07.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
TRANSPORTES ROMAGNOLI LTDA - ME (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JANAINA MARIA TOMADON ROMAGNOLI OAB - MT9373-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
VOLVO DO BRASIL VEICULOS LTDA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS ALBERTO HAUER DE OLIVEIRA OAB - PR21295-O (ADVOGADO)
RAFAEL DIAS CORTES OAB - PR41302 (ADVOGADO)
Outros Interessados:
AUTO SUECO CENTRO-OESTE - CONCESSIONARIA DE VEICULOS LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)

INTIMAÇÃO ao(s) Agravado(s) para apresentar(em) contrarrazões, nos termos do art. 1021, § 2º do CPC.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1035998-76.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-A (ADVOGADO)
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ODILIO PEREIRA TERRAS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANABELL CORBELINO SIQUEIRA DALTRO OAB - MT13544-O (ADVOGADO)
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-A (ADVOGADO)

Com essas considerações, desprovejo o Apelo e mantenho intacta a sentença objurgada. Por fim, fixo os honorários advocatícios sucumbenciais recursais em R$ 300,00 (trezentos reais), nos termos do artigo 85, §§ 1.º e 2.º do CPC, a serem pagos ao patrono do Recorrido.

Intimação Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1016264-34.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS OAB - PR24498-O (ADVOGADO)
TERESA CELINA DE ARRUDA ALVIM WAMBIER OAB - MT15732-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO ALVES DOS SANTOS (AGRAVADO)
JOSE DA SILVA (AGRAVADO)
LAELSON BASTOS PEREIRA (AGRAVADO)
LAERT SOARES FILHO (AGRAVADO)
JOSE DOMINGOS DA SILVA (AGRAVADO)
MARISTHELA CANDIDA GARCIA DE CAMPOS FREITAS (AGRAVADO)
ROBSON VILLA MENDONCA (AGRAVADO)
MARIA FRANCISCA GOMES (AGRAVADO)
MARIA JOSE CONTTI (AGRAVADO)
SILVIO MENDONCA RIBEIRO (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LEONARDO FRANCA ARAUJO OAB - MT12621-O (ADVOGADO)

INTIMAÇÃO ao(s) Agravado(s) para apresentar(em) contrarrazões, nos termos do art. 1021, § 2º do CPC.

Intimação Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1015713-54.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LEONARDO EICKHOFF (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO MATHEUS SILVA BILHAR OAB - MT13412-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ADRIANO ATHALA DE OLIVEIRA SHCAIRA OAB - MT20495-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
ANDRE LUIZ EICKHOFF (TERCEIRO INTERESSADO)
EDENARDO EICKHOFF (TERCEIRO INTERESSADO)
NOEMIA CIMA EICKHOFF (TERCEIRO INTERESSADO)

Intimação ao(s) Agravado(s) para apresentar(em) contrarrazões, nos termos do art. 1021, § 2º do CPC.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0006760-22.2015.8.11.0045
Parte(s) Polo Ativo:
PATRICIA SOARES VELASCO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALCIONE AGOSTINHO ZOLDAN OAB - MT10134-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARCIA REGINA MELO - ME (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
WILLIAM DOS SANTOS PUHL OAB - MT24067-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
HOTEL E RESTAURANTE MELO (TERCEIRO INTERESSADO)

Ante o exposto, com fundamento no artigo 932, inciso V, do CPC/15 c/c Súmula 568 do STJ, dou parcial provimento monocrático ao recurso, para majorar o valor da indenização por danos morais para R$ 3.000,00 (três mil reais), corrigido monetariamente a partir deste julgado e acrescido de juros moratórios desde o evento danoso. P. I. C. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019.-

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019302-54.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
RODOBENS NEGOCIOS IMOBILIARIOS S/A (AGRAVANTE)
SISTEMA FACIL, INCORPORADORA IMOBILIARIA - VARZEA GRANDE - SPE LTDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FLAVIO LUIZ YARSHELL OAB - SP88098 (ADVOGADO)
ELIZANDRA MENDES DE CAMARGO DA ANA OAB - SP210065 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LEOPOLDO JOSE RODRIGUES (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1019302-54.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 17/12/2019 16:22:31 e distribuído inicialmente para o Des(a). CLARICE CLAUDINO DA SILVA

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0056036-34.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANDRE LUIZ MORAIS BRITO (APELANTE)
A L M BRITO & CIA LTDA - ME (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO HENRIQUE LUCHETTI RODRIGUES OAB - MT12409-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO SA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARLI TEREZINHA MELLO DE OLIVEIRA OAB - MT5134-A (ADVOGADO)

Ante o exposto, com fundamento no artigo 932, inciso IV, do CPC/15 e Súmula 568 do STJ, nego provimento monocrático ao apelo, e majoro os honorários advocatícios para 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa, cuja exigibilidade fica suspensa em razão de os apelantes serem beneficiários da justiça gratuita. P. I. C. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019.-

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1009381-45.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOACIR RODRIGUES CARVALHO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:

JOSEMAR HONORIO BARRETO JUNIOR OAB - MT8578-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA THERESA DE MENDONCA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
WALDIR CECHET JUNIOR OAB - MT4111-O (ADVOGADO)
CLAUDIA SODRE DE MORAES OAB - MT17612-O (ADVOGADO)

Ao apresentar Contrarrazões a Apelada juntou novos documentos (Id. 23003082 e 23003083). Nessa esteira, considerando o atual posicionamento do STJ e da Segunda Câmara de Direito Privado quanto ao tema, a fim de evitar eventual alegação de nulidade do julgamento por ofensa aos princípios da não surpresa, do contraditório e da ampla defesa, com fundamento no artigo 437, § 1.º, do CPC, intime-se o Apelante para, querendo, manifestar-se acerca dos referidos documentos, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, conclusos. Cuiabá-MT, 17 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0014999-27.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
NUNES E SAWAYA ADVOGADOS (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO TADAYOSHI HERNANDES MATSUMOTO OAB - SP258650 (ADVOGADO)
LUIZ ROGERIO SAWAYA BATISTA OAB - SP169288-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARA DAISY GIL DIAS (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HURSULLA CAMARA DA ROCHA OAB - MT21316-O (ADVOGADO)

Assim, acolho os declaratórios a fim de sanar o vício constatado, de modo que a decisão monocrática embargada passa a ter o seguinte dispositivo: "Com essas considerações, nego provimento ao Apelo e mantenho intacta a sentença vergastada. Nos termos do artigo 85, § 11, do CPC/15, majoro os honorários advocatícios para 18% (dezoito por cento) do valor da causa". Intimem-se. Após o trânsito, retorne ao Juízo de origem. Cuiabá, 17 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001350-97.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CREMALDES JORGE DA CONCEICAO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANIE MARTINS MATTOS LIMOEIRO OAB - MT8920-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO HONDA S/A. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCO ANDRE HONDA FLORES OAB - MT9708-A (ADVOGADO)

Destarte, neste tópico, o decisum também não merece reforma. Ante o exposto, com fundamento no artigo 932, inciso IV, do CPC/15 e Súmula 568 do STJ, nego provimento monocrático ao recurso e deixo de majorar os honorários advocatícios, uma vez que já foram fixados no percentual máximo de 20% (vinte por cento) do artigo 85, §2º do CPC/15. P. I. C. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019.-

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019304-24.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CESAR ADALBERTO DE MARTINS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANIE MARTINS MATTOS LIMOEIRO OAB - MT8920-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1019304-24.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 17/12/2019 16:38:21 e distribuído inicialmente para o Des(a). CLARICE CLAUDINO DA SILVA

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1014417-94.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
KEILA APARECIDA COURA DA SILVA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELIANA DA COSTA OAB - MT5447-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RODRIGO MISCHIATTI OAB - MT7568-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
ARMANDO FAVATO (TERCEIRO INTERESSADO)
CATARINA HARGESHEIMER FAVATO (TERCEIRO INTERESSADO)
ALEXANDRE JOAO BRUGNERA (TERCEIRO INTERESSADO)
REGINALDO HARGESHEIMER FAVATO (TERCEIRO INTERESSADO)
SILIDA MARLI SCHIRMANN BRUGNERA (TERCEIRO INTERESSADO)
BRUGNERA & FAVATO LTDA - ME (TERCEIRO INTERESSADO)
RODRIGO MISCHIATTI (TERCEIRO INTERESSADO)

Diante do exposto, com fundamento no artigo 932 do CPC/15 c/c Súmula nº 568 do STJ, nego provimento monocrático ao recurso. P. I. C. Cuiabá, 17 de dezembro de 2019.-

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0025936-67.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CAB CUIABA S/A - CONCESSIONARIA DE SERVICOS PUBLICOS DE AGUA E ESGOTO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS EDUARDO JORGE BERNARDINI OAB - SP242289-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SIRLEI BARBOSA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
WELBERT MAURO FERREIRA OAB - MT13334-A (ADVOGADO)

Com essas considerações, nego provimento monocrático ao presente recurso, nos termos do artigo 932 do CPC/15 e Súmula 568 do STJ. Por fim, com relação à verba de sucumbência, em observância ao §11 do art. 85 do CPC/15, majoro os honorários para 15% sobre o valor da condenação. P. I. C. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019.-

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1017887-78.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO)
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LOURENCO RODRIGUES DOS SANTOS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PATRICIA GARCIA LOBATO SIQUEIRA OAB - MT20295-A (ADVOGADO)

Ademais, o Apelado não refuta em suas contrarrazões recursais o valor pago extrajudicialmente, de modo que deve ser reconhecido o direito da Apelante. Com essas considerações, dou provimento ao recurso para que seja deduzido da condenação o valor pago ao Apelado (R$ 6.750,00), ficando pendente o valor de R$ 1.350,00 (um mil trezentos e cinquenta reais), acrescido de correção monetária e juros de mora. Pelo princípio da causalidade, condeno o Apelado ao pagamento de honorários recursais no valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais), suspensa sua exigibilidade, nos termos do art. 98, § 3.º, do CPC, em razão da assistência judiciária gratuita concedida. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá, 17 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0023522-91.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JOVACIR GONCALVES (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ELISANDRA QUELLEN DE SOUZA OAB - MT18213-O (ADVOGADO)

Dessa forma, escorreita a sentença vergastada, de modo que não merece

reparos. Com essas considerações, nego provimento ao Apelo e mantenho intacta a sentença hostilizada. Por fim, levando-se em consideração que o objeto do Apelo é a redução dos honorários advocatícios e, diante da incidência do princípio proibitivo de reformatio in pejus, não há falar em majoração da verba honorária. Contudo, há de ser remunerado o trabalho do causídico realizado nesta seara recursal, motivo pelo qual fixo os honorários advocatícios sucumbenciais recursais em R$ 300,00 (trezentos reais), nos termos do artigo 85, §§ 1.º e 2.º do CPC, a serem pagos ao patrono do Recorrido. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá, 17 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018840-97.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS BONFIM DE ALMEIDA ARAUJO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RUBENS ALVES DO NASCIMENTO JUNIOR OAB - MT22141-O (ADVOGADO)
CLAUDIA DIAS DE ARRUDA VOLTOLINE OAB - MT22084-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TATIELY SOUZA DA SILVA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ITIEL GOMES COSTA OAB - 922.181.211-15 (PROCURADOR)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
TATIELY SOUZA DA SILVA (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
TATIANA SILVA ARAÚJO (TERCEIRO INTERESSADO)
CRISTIANO SILVA ARAÚJO (TERCEIRO INTERESSADO)
KAUANY SILVA ARAÚJO (TERCEIRO INTERESSADO)

Desta feita, por ora, defiro parcialmente a liminar para que o agravante pague 30% do salário mínimo vigente a título de alimentos provisionais, até o advento da decisão colegiada. Comunique-se o juiz da causa, solicitando-lhe às necessárias informações. Notifique-se a parte agravada para, querendo, contraminutar. Após, dê-se vista à douta Procuradoria da Justiça.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1033347-71.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-A (ADVOGADO)
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
APARECIDO BARBOSA DE SOUZA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PEDRO MOACYR PINTO JUNIOR OAB - MT7585-A (ADVOGADO)

Dessa forma, escorreita a sentença vergastada, de modo que não merece reparos. Com essas considerações, nego provimento ao Apelo e mantenho intacta a sentença hostilizada. Por fim, levando-se em consideração que o objeto do Apelo é a redução dos honorários advocatícios e, diante da incidência do princípio proibitivo de reformatio in pejus, não há falar em majoração da verba honorária. Contudo, há de ser remunerado o trabalho do causídico realizado nesta seara recursal, motivo pelo qual fixo os honorários advocatícios sucumbenciais recursais em R$ 300,00 (trezentos reais), nos termos do artigo 85, §§ 1.º e 2.º do CPC, a serem pagos ao patrono do Recorrido. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá, 17 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1004234-63.2016.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
seguradora Lider (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JANAINA SOUSA CARDOSO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO FERREIRA COUTINHO OAB - MT16360-A (ADVOGADO)
MARTA SEBASTIANA DE OLIVEIRA OAB - MT19174-A (ADVOGADO)

Com essas considerações, nego provimento ao Apelo e mantenho intacta a sentença vergastada. Por fim, levando-se em consideração que o objeto do Apelo é a redução dos honorários advocatícios e, diante da incidência do princípio proibitivo de reformatio in pejus, não há falar em majoração da verba honorária. Contudo, há de ser remunerado o trabalho do causídico realizado nesta seara recursal, motivo pelo qual fixo os honorários advocatícios sucumbenciais recursais em R$ 200,00 (duzentos reais), nos termos do artigo 85, §§ 1.º e 2.º do CPC/15, a serem pagos ao patrono do Recorrido. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá, 17 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018823-61.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
WALDEIR MARTINS DA SILVA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MURILO MATEUS MORAES LOPES OAB - MT12636-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
REGINA RODRIGUES SILVA (AGRAVADO)
APARECIDA MARIA MOTTA FEDATTO (AGRAVADO)
IDALMIR BEZERRA FERREIRA (AGRAVADO)
SELVINO RODRIGUES DOS SANTOS (AGRAVADO)
JOAO DEVINO DE BRITO JUNIOR (AGRAVADO)
ALCINA SOARES DA SILVA (AGRAVADO)
LUANNA DE QUEIROZ (AGRAVADO)
JOSE PAULINO DE OLIVEIRA (AGRAVADO)
MAZEN ANIB NAFI (AGRAVADO)
EWERTON MAIKO NUNES TABAJARA (AGRAVADO)
LINDINEIA DE ARRUDA TAQUES (AGRAVADO)
BENEDITO HILARIO DA SILVA (AGRAVADO)
SONIA TANIA DA SILVA CORREA (AGRAVADO)
JAIR GOMES ALDAVE (AGRAVADO)
isabel cristina gomes alvade (AGRAVADO)
MARIA DA CRUZ DE OLIVEIRA (AGRAVADO)
claudius s. santana (AGRAVADO)
REJANE FATIMA BLANGER (AGRAVADO)
ARLINDO RATTO (AGRAVADO)
HELEN MARQUES MIRANDA (AGRAVADO)
benaia paula santos aguiar nafe (AGRAVADO)
RESIDENCIAL PAIAGUAS-QUADRA 12 (AGRAVADO)
RAFAELA PAESE (AGRAVADO)
SIRLENE GARCIA DE PAULA (AGRAVADO)
NOE DA SILVA (AGRAVADO)

Assim, verifico que não estão presentes a probabilidade do direito invocado e o perigo de dano. Por tais razões, indefiro o pedido de efeito suspensivo/ativo.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018992-48.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-A (ADVOGADO)
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
WELLESON LEUDON DA SILVA ALVES (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CLAUDETE VARELA VIEIRA DE GOIS OAB - MT16102-A (ADVOGADO)

Desta feita, indefiro a liminar pretendida e recebo o recurso em seu natural efeito devolutivo. Comunique-se o juiz da causa, solicitando-lhe as informações. Notifique-se a parte agravada para, querendo, apresentar contraminuta no prazo legal.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019323-30.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
G. M. D. S. S. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ERICA MONTEIRO PAIXAO OAB - SP273807 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
J. M. S. (AGRAVADO)
M. M. S. (AGRAVADO)
R. M. M. (AGRAVADO)
R. M. D. A. (AGRAVADO)

T. M. S. (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1019323-30.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 17/12/2019 18:17:08 e distribuído inicialmente para o Des(a). MARILSEN ANDRADE ADDARIO

Distribuição de Processos Digitalizados

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0004667-28.2014.8.11.0011
Parte(s) Polo Ativo:
GLOBOAVES SAO PAULO AGROVICOLA LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL EM RECUPERACAO JUDICIAL (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA LUCIA DA SILVA BRITO OAB - SP286438-O (ADVOGADO)
EDINEIA SANTOS DIAS OAB - SP197358-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARQUES & CAETANO LTDA (APELADO)
VERA LUCIA CAETANO MARQUES (APELADO)
DOMINGOS APARECIDO MARQUES (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JEFFERSON LUIS FERNANDES BEATO OAB - MT3057-O (ADVOGADO)
MARCO AURELIO MESTRE MEDEIROS OAB - MT15401-O (ADVOGADO)
ADERMO MUSSI OAB - MT2935-A (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0004667-28.2014.8.11.0011 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARILSEN ANDRADE ADDÁRIO.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0002733-63.2008.8.11.0005
Parte(s) Polo Ativo:
REGINALDO CAZZETTA (APELANTE)
AGRENCO DO BRASIL S/A - EM RECUPERACAO JUDICIAL (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HELTON GEORGE RAMOS OAB - MT11237-A (ADVOGADO)
PAULO ROGERIO DE SOUZA MILLEO OAB - MT6110-A (ADVOGADO)
ROBERTO ZAMPIERI OAB - MT4094-O (ADVOGADO)
JOSE SEBASTIAO DE CAMPOS SOBRINHO OAB - MT6203-O (ADVOGADO)
CELITO LILIANO BERNARDI OAB - MT7008-A (ADVOGADO)
SERGIO GUARESI DO SANTO OAB - MT6112-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO MIZUHO DO BRASIL S.A. (APELADO)
ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE SEBASTIAO DE CAMPOS SOBRINHO OAB - MT6203-O (ADVOGADO)
ROBERTO ZAMPIERI OAB - MT4094-O (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0002733-63.2008.8.11.0005 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARILSEN ANDRADE ADDÁRIO.

Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo

Informação

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019230-67.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LINDINEY ALVES DE MIRANDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCILENE MARIA OLIVEIRA OAB - MT5296-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019230-67.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019257-50.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MECANICA RJ DIESEL LTDA - ME (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FLAVIO ALVES CARVALHO OAB - MT250520-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS NORTE MATO-GROSSENSE - SICREDI NORTE MT (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019257-50.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019260-05.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE RIBEIRAOZINHO (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019260-05.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. MÁRCIO VIDAL.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019267-94.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LEONARDO RODRIGUES DE MENDONCA (AGRAVADO)
FERNANDO MENDONCA FRANCA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO GABRIEL SILVA TIRAPELLE OAB - MT10455-O (ADVOGADO)
EDINALDO SOCORRO DA SILVA OAB - MT8186-O (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 1019267-94.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019277-41.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
HOTEL NACIONAL LTDA - EPP (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DUILIO PIATO JUNIOR OAB - MT3719-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019277-41.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019279-11.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE DE LIMA FILHO (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019279-11.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019308-61.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:

ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
SERGIO PINTOR (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019308-61.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. MÁRCIO VIDAL.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019313-83.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
EDUARDO RIBEIRO DA SILVA (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019313-83.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019314-68.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE COLIDER (AGRAVADO)
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019314-68.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019317-23.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LUCINEIA BATISTA DA SILVA - ME (AGRAVANTE)
LUCINEIA BATISTA DA SILVA - ME (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FRANCISCO ANTUNES DO CARMO OAB - MT4070-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019317-23.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019327-67.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
OI MOVEL S.A. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELADIO MIRANDA LIMA OAB - RJ86235-O (ADVOGADO)
ANA TEREZA BASILIO OAB - RJ74802-O (ADVOGADO)
BRUNO DI MARINO OAB - RJ093384 (ADVOGADO)
ANDRESSA CAROLINE TRECHAUD OAB - MT14099-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA - MT (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019327-67.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS.

Acórdão

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1002459-82.2017.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
GUIONEDES DE ARRUDA E SILVA (AGRAVANTE)
GLAUBERT ELISSON MARTINS DE SANT ANA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTIANE APARECIDA DA SILVA OAB - MT6467-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO Número Único: 1002459-82.2017.8.11.0000 Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Assunto: [Promoção] Relator: Des(a). MARCIO VIDAL Turma Julgadora: [DES(A). MARCIO VIDAL, DES(A). LUIZ CARLOS DA COSTA, DES(A). MARIA APARECIDA RIBEIRO] Parte(s): [CRISTIANE APARECIDA DA SILVA - CPF: 632.444.201-25 (ADVOGADO), GLAUBERT ELISSON MARTINS DE SANT ANA - CPF: 642.716.252-72 (AGRAVANTE), GUIONEDES DE ARRUDA E SILVA - CPF: 580.917.931-20 (AGRAVANTE), ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0001-44 (AGRAVADO), MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). MARCIO VIDAL, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR MAIORIA, PROVEU PARCIALMENTE O RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DA 1ª VOGAL E 2º VOGAL, VENCIDO O RELATOR. E M E N T A AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - PROMOÇÃO EM RESSARCIMENTO DE PRETERIÇÃO - DECRETO Nº 2468/2010 - RETARDO NA CONCLUSÃO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE SARGENTOS - RETROAÇÃO DA DATA DE PROMOÇÃO À GRADUAÇÃO DE 3º SARGENTO PM PARA AFERIR E EFETIVAR AS DEMAIS PROMOÇÕES POR ANTIGUIDADE - OBEDIÊNCIA AOS INTERSTÍCIOS E LEGISLAÇÃO VIGENTE - AUSÊNCIA DO ESTÁGIO DE FORMAÇÃO DE SARGENTO/EAS (ANTIGO CURSO DE FORMAÇÃO DE SARGENTOS) - INDEFERIMENTO DAS PROMOÇÕES ÀS GRADUAÇÕES DE 1º SARGENTO E DE SUBTENENTE PM - SUPERVENIENTE PROMOÇÃO À 1º SARGENTO PM E CONCLUSÃO DO CURSO - ADEQUAÇÃO HIERÁRQUICA À TURMA PARADIGMA - IMPERATIVA A PROMOÇÃO A GRADUAÇÃO DE SUBTENENTE PM - RECURSO PROVIDO. O escopo da promoção em ressarcimento de preterição é a adequação de hierarquia do militar, como se tivesse sido promovido na época devida, que, no caso concreto, volve à data de promoção à 3º Sargento PM da Turma Paradigma do CFS/10. O provimento judicial determinou a adequação hierárquica com a Turma Paradigma, que atingiu à graduação de Subtenente PM exclusivamente pelo critério de antiguidade, cujo preenchimento dos requisitos integra o exaurimento do comando judicial. R E L A T Ó R I O Trata-se de Recurso de Agravo de Instrumento, interposto por Glaubert Elisson Martins de Santana e Guionedes de Arruda e Silva, contra a decisão proferida pelo Juízo da 1a Vara Especializada da Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá que, nos autos da Ação de Cumprimento de Sentença (Processo n. 39913-29.2013.811.0041), ajuizada em face do Estado de Mato Grosso, indeferiu o pedido de reconhecimento da promoção dos Exequentes, ora Agravantes, aos postos de 1o Sargento e Subtenente da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, por estar ausente a comprovação da aprovação no antigo Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (atual Estágio de Atualização de Sargentos). O decisum recorrido entendeu por bem não conceder o pleito, ao argumento de que o requisito para a promoção, nos termos da legislação específica, ou seja, a aprovação e conclusão naquele Curso, não havido sido cumprido, o que impossibilitava o cumprimento da sentença, proferida na Ação de Conhecimento n. 39913-29.2013.8.11.0041, em favor dos ora Agravantes. Em suas razões recursais, discorrem que os pedidos da exordial foram julgados procedentes, para que o Requerido proceda à promoção por preterição, nos termos dos arts. 11 e 19 do Decreto n. 2468/2010, com as devidas anotações nas fichas funcionais dos Requerentes, com o objetivo de aferir os critérios de promoção por antiguidade alcançada nos interstícios ocorridos a partir de 15/10/2004. Esclarecem que, contra a sentença de 1o Grau, o Estado de Mato Grosso interpôs o Recurso de Apelação com Reexame Necessário n. 56877/2015, cujo dispositivo assim consignou: [...] Ante o exposto, Dou Parcial Provimento a apelação cível interposta pelo Estado de Mato Grosso para acolher, em parte, a preliminar de prescrição quinquenal, apenas quanto aos efeitos financeiros no quinquídio anterior a propositura da ação; para afastar a condenação por danos morais e, ainda, determinar a distribuição proporcional e compensação de honorários advocatícios; termos em que retifico, em parte, a r. sentença reexaminada. [...]. Sustentam que a decisão não deixa dúvida quanto ao direito de promoção na graduação de 3o Sargento PMMT, retroativa a

15/10/2004; todavia, alegam que o Juiz singular ao pronunciar-se, no cumprimento de sentença, decidiu sobre fatos já julgados, violando o princípio da coisa julgada, o que lhes causou prejuízos imensuráveis, pois transformou o processo de Execução em Nova Ação de Conhecimento, porém, sem margem para dilação probatória. Alegam que o Estado de Mato Grosso descumpriu o Acórdão transitado em julgado, ao estagnar a promoção dos Exequentes, ora Agravantes, no ano de 2008, ou seja, promoveu-os à graduação de 3o Sargento em 2004 e, posteriormente, promoveu-os à graduação de 2o Sargento no ano de 2008; contudo, os anos de 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016 não foram considerados para fins de antiguidade e, portanto, desrespeitada a ordem judicial transitada em julgado. Asseguram que os efeitos da preterição devem ser computados, a partir da data reconhecida na decisão judicial, transitada em julgado (15/10/2004), computando-os até os dias atuais, a fim de colocar os Policiais preteridos em situação de igualdade com aquele que o preteriu e, portanto, dizem que a promoção não deve ser computada apenas até o ano de 2008. Por fim, requerem a confirmação da medida liminar de reserva de duas (02) vagas na Graduação de Subtenente, a fim de impedir seu uso nas próximas promoções por antiguidade, a serem realizadas pela corporação, assegurando, dessa forma, o cumprimento da ordem judicial transitada em julgado, pois os Recorrentes correm o risco de serem, novamente, preteridos, devido à disponibilidade de suas vagas nas ulteriores promoções da corporação que possuem calendário pré-fixado. Ao analisar o pedido de liminar, consoante a documentação acostada aos autos, acompanhei o N. Juiz de Direito e neguei o pedido de efeito ativo, porque, de acordo com os pressupostos previstos na Lei n. 10.076/2014, que dispõe sobre os critérios e condições que asseguram, aos Oficiais e Praças da ativa da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso, a conclusão na EAS é requisito necessário para a promoção ao posto de 1º Sargento. (Id. 562353). A parte Agravante apresentou as contrarrazões (Id. 585644), e a Procuradoria-Geral de Justiça manifestou-se pela ausência de interesse público a ensejar a intervenção ministerial (Id. 7183080). Ato contínuo, os Agravantes peticionaram (Id. 7183650), postulando nova análise relativa à antecipação dos efeitos, ao fundamento de que concluíram o Estágio de Atualização de Sargentos-EAS, preenchendo, agora, todos os requisitos da legislação especial, a ensejar a promoção ao posto de 1º Sargento. Instada a se manifestar, a Fazenda Pública informou que para ser elegíveis às promoções, os candidatos devem preencher os requisitos previstos na legislação ordinária. (Id. 7505184). É o relatório. V O T O R E L A T O R Como explicitado acima, trata-se de Recurso de Agravo de Instrumento contra a decisão proferida pelo Juízo da 1a Vara Especializada da Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá que, nos autos da Ação de Cumprimento de Sentença (Processo n. 39913-29.2013.811.0041), ajuizada em face do Estado de Mato Grosso, indeferiu o pedido de reconhecimento da promoção dos Exequentes, ora Agravantes, aos postos de 1o Sargento e Subtenente da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, por estar ausente a comprovação da aprovação no antigo Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (atual Estágio de Atualização de Sargentos). Denota-se dos autos que Glaubert Elisson Martins de Santana e Guionedes de Arruda e Silva ingressaram com o Cumprimento de Sentença, em face do Estado de Mato Grosso, tendo em vista o trânsito em julgado do Acórdão do Recurso de Apelação Cível n. 56877/2015, que determinou a promoção dos autores à graduação de 3º Sargento PM, com efeitos a partir de 15/10/2004. Verifico, do conjunto probatório, que os autores foram graduados para 3º Sargento em 2004, e, posteriormente, para 2º Sargento, em 2008. Entrementes, consoante a regra insculpida na legislação estadual, que versa sobre os critérios e as condições para ascensão na hierarquia militar (Lei n. 10.076/2014), tenho que os requisitos para concorrer à promoção requerida (1º Sargento e Subtenente), não foram preenchidos pelos Agravantes. Senão veja-se: Art. 21 Constituem requisitos para concorrer à promoção: I - ter interstício mínimo previsto no posto ou graduação; II - estar no mínimo no conceito disciplinar “bom”; III - ser considerado possuidor de conceito moral; IV - ser considerado apto em inspeção de saúde; V - ser considerado apto na Avaliação de Desempenho Físico (ADF) ou Teste de Aptidão Física (TAF). VI - ter avaliação de desempenho individual satisfatória; VII - ter conceito profissional satisfatório; VIII - haver vaga; IX - possuir os cursos ou estágios exigidos para promoção; X - ter tempo de serviço arregimentado, nos termos do regulamento desta lei. (...) Em seus artigos 30 e 57, conquanto tenha modificado a nomenclatura do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CSA) para Estágio de Atualização de Sargento, continuou a exigir tal requisito para a promoção a 1º Sargento: Art. 30 Os cursos ou estágios, previstos no inciso IX do Art. 21 desta lei, são disciplinados pela Lei de Ensino da Instituição, sendo: (...) e XI - Estágio de Atualização de Sargento (EAS) para promoção à graduação de Primeiro-Sargento. Art. 57 Para fim do disposto nesta lei, considera-se equivalente o Curso de Formação de cabo (CFC) ao Estágio de Qualificação de cabo (EQC); o Curso de Formação de Sargentos (CFS) ao Estágio de Qualificação de Sargentos (EQS) e o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS) ao Estágio de Atualização de Sargentos (EAS). Da leitura dos dispositivos supramencionados, depreende-se que o interstício não é o único requisito para a Praça galgar a promoção na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, afigurando-se imprescindível, no caso, para a promoção ao posto de 1º Sargento, a conclusão e aprovação no Estágio de Atualização de Sargentos-EAS (antigo Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos – CAS). Nesse sentido, consoante a regra insculpida na legislação, citada acima, cada degrau para promoção, na carreira militar, exige critérios objetivos distintos, cujos requisitos devem ser preenchidos, mormente, porque a antiguidade na graduação não é o único pressuposto a ser observado. Dessarte, a sentença que determinou a promoção dos Agravantes, consignou, também, que deveriam ser aplicadas as regras vigentes a cada período de aquisição do direito. Vê-se, in casu, que não se trata de prestação de natureza sucessiva, porquanto a atividade jurisdicional se restringe àquilo que tiver sido delimitado no pedido do autor, porque a sentença tem eficácia enquanto se mantiverem inalterados o direito e o suporte fático sobre os quais se estabeleceu o juízo de certeza. Nessa quadra, fica evidente que, por força da norma contida no art. 505, I, do CPC pátrio, a alteração nas circunstâncias fáticas ou jurídicas, existentes à época da prolação da decisão, tem o condão de estancar a sua eficácia preclusiva, ou seja, interromper, a partir do momento da alteração, os seus efeitos. Logo, as relações jurídicas idênticas à apreciada, que deveriam vir a existir quando sobreviesse novo fenômeno de incidência, simplesmente não irão existir. Isso se dá por razões ligadas aos limites objetivos da coisa julgada, que determinam que a eficácia vinculante das decisões transitadas em julgado recaia apenas sobre a relação jurídica de direito material deduzida em juízo e nela apreciada. Dessa forma, ficam excluídas da eficácia preclusiva todas as relações jurídicas não deduzidas em juízo, o que, no caso em apreço, se delimita à promoção para 3º Sargento, já que, para tal desiderato foram cumpridos os requisitos. Diante dos fatos apresentados, conclui-se que a decisão transitada em julgado, que disciplina uma determinada relação jurídica sucessiva, deixará de produzir efeitos vinculantes, a partir do momento em que se verificar que as circunstâncias de direito existentes, ao tempo da prolação da sentença, se alteraram, como no caso em apreço, porquanto a legislação vigente exige, para além do interstício, no critério antiguidade, também o cumprimento dos demais requisitos. Assim, tem-se que o decisum a seu favor não tem natureza sucessiva à ascensão na carreira militar, pois cada degrau, como exposto alhures, implica o preenchimento de requisitos e seleção específicos, previstos legalmente. Nesse sentido, não há como aproveitar a documentação acostada aos autos, para futuras promoções, porque, se houve preterição num outro degrau, cabe-lhes se socorrerem do remédio adequado. Diante disso, tenho que a probabilidade do direito invocado mostra-se ausente, o que impõe a manutenção do ato judicial recorrido. Ante o exposto, DESPROVEJO o Recurso de Agravo de Instrumento, interposto por Glaubert Elisson Martins de Santana e Guionedes de Arruda e Silva, mantendo inalterado o decisum agravado. É como voto. V O T O EXMA. SRA. DESA. MARIA APARECIDA RIBEIRO (1ª VOGAL) Peço de vista dos autos. V O T O EXMO. SR. DES. LUIZ CARLOS DA COSTA (2º VOGAL) Senhor Presidente: Ressalvado o engano, os agravantes/recorrentes pretendiam a promoção para 3º Sargento e querem, com base nessa sentença, pleitear a promoção para 2º Sargento, 1º Sargento, Subtenente, o que não é possível. Por essa razão, peço licença à desembargadora Maria Aparecida Ribeiro e acompanho o voto do Relator, uma vez que quando se pretende a promoção para 2º Sargento é outra pretensão porque os requisitos são outros, a situação é outra, não tem como prever a promoção de 3º sargento para 2º sargento, até chegar a subtenente. EXMO. SR. DES. MÁRCIO VIDAL (RELATOR) Seria possível apenas se o único requisito fosse o interstício de determinados anos, mas não é o caso. EXMO. SR. DES. LUIZ CARLOS DA COSTA (2º VOGAL) A coisa julgada não é eterna. V O T O V E N C E D O R Trata-se de agravo de instrumento contra decisão do juízo da 1ª Vara da Especializada da Fazenda Pública da Comarca da Capital, nos autos do cumprimento de sentença n. 339913-29.2013.811.0041 ajuizada contra o

Estado de Mato Grosso, que reputou cumprida a sentença em seus estritos termos, razão pela qual, ausente nos autos a comprovação da aprovação no antigo Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (atual Estágio de Atualização de Sargentos), o juízo indeferiu o pedido de reconhecimento da promoção dos Exequentes às graduações de 1º Sargento e Subtenente da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (Id. 467018). Merecem leitura os seguintes excertos da sentença e do acórdão que julgou a apelação/remessa necessária interposta contra a sentença: DISPOSITIVO DA SENTENÇA: "(...) e no mérito acolho o pedido dos Autores, para que o Requerido proceda a promoção por preterição, nos termos do artigo 11 e 19 do Decreto nº 2468/2010, com as anotações nas respectivas fichas funcionais dos Requerentes, a fim de aferir os critérios de promoções por antiguidade alcançada nos interstícios ocorridos a partir de 15/10/2004, aplicando-se as regras vigentes a cada período de aquisição do direito, com o ressarcimento das diferenças salariais de acordo com as promoções alcançadas;(...)". (Id. 467022 – Pág. 13). ACÓRDÃO Nº 56877/2015 – verbis: "O que se tem, em resumo, é que os autores, classificados no certame público regido pelo Edital nº 007/PMMT, de 25/11/2002 e convocados para matrícula no 10º CFS/PMT, preenchendo os requisitos, não puderam concluir o 10º CFS com os Pelotões originários, ou ainda, com o 7º ou 8º Pelotões, o que significaria, como ocorreu com aqueles, a promoção à graduação de 3º Sargento PM à contar de 15/10/2004, permitindo prosseguir na carreira a partir de tal data (fls. 345/351-TJ). Porém, sem escolha, os autores repetiram toda a matriz curricular, o que aconteceu somente depois de muitas idas e vindas no 10º CFS, com a convocação para a nominada 2ª Turma do 10º CFS, em 10/09/2012, cujo curso foi concluído já aos 28/08/2013, ensejando promoção à graduação de 3º Sargento a partir de 05/09/2013 (fls. 137/139, 147/150 e 151/162-TJ). (...) De fato, a promoção em ressarcimento de preterição, prevista no Decreto nº 2.468/2010 (Aprova o Regulamento de promoção de Praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiro Militar do Estado de Mato Grosso), como é o caso, confere ao militar a colocação "na escala hierárquica como se tivesse sido promovido, na época devida". Desse modo, os apelantes devem ser promovidos à graduação de 3º Sargento PM a partir da data de 15/10/2004, servindo a anotação nas fichas funcionais para aferir e efetivar as promoções por antiguidade daí decorrentes, obediente aos interstícios e legislação vigente, respeitada a prescrição quinquenal quanto às diferenças salariais". O escopo da promoção em ressarcimento de preterição é a adequação de hierarquia do militar, como se tivesse sido promovido na época devida, que, no caso, volve à data de promoção à 3º Sargento PM da Turma Paradigma do CFS/10, da qual os agravantes foram ilegalmente alijados, seguindo-se, a partir daí, as demais promoções por antiguidade, acorde com a turma paradigma. Este direito, porém, de reposicionamento na escala hierárquica, não excepciona os requisitos legais à ascensão funcional para as diferentes graduações, o que resultou expresso na sentença exequenda e no acórdão que a confirmou, no ponto, verbis: "os apelantes devem ser promovidos à graduação de 3º Sargento PM a partir da data de 15/10/2004, servindo a anotação nas fichas funcionais para aferir e efetivar as promoções por antiguidade daí decorrentes, obediente aos interstícios e legislação vigente, respeitada a prescrição quinquenal quanto às diferenças salariais". A vigente Lei n. 10.076/2014 (Dispõe sobre os critérios e as condições que asseguram aos Oficiais e Praças da ativa da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso a ascensão na hierarquia militar, mediante promoção, de forma seletiva, gradual e sucessiva e dá outras providências), estabelece o seguinte: Art. 21 Constituem requisitos para concorrer à promoção: I - ter interstício mínimo previsto no posto ou graduação; II - estar no mínimo no conceito disciplinar " bom" ; III - ser considerado possuidor de conceito moral; IV - ser considerado apto em inspeção de saúde; V - ser considerado apto na Avaliação de Desempenho Físico (ADF) ou Teste de Aptidão Física (TAF). VI - ter avaliação de desempenho individual satisfatória; VII - ter conceito profissional satisfatório; VIII - haver vaga; IX - possuir os cursos ou estágios exigidos para promoção; X - ter tempo de serviço arregimentado, nos termos do regulamento desta lei. § 1º Para concorrer à promoção pelo critério de antiguidade o militar estadual deve preencher os requisitos constantes nos incisos I, II, III, IV, V, VI, VIII, IX e X deste artigo. § 2º Para concorrer à promoção pelo critério de merecimento, o Oficial deve preencher os requisitos constantes nos incisos I, II, III, IV, V, VII, VIII, IX e X deste artigo. § 3º Para concorrer à promoção pelo critério de mérito intelectual a Praça deve ser aprovada em processo seletivo interno e preencher os requisitos constantes nos incisos II, III, IV, V, VI, VIII e X deste artigo. Art. 22 O Interstício, previsto no inciso I do Art. 21 desta lei, é o período mínimo que o militar estadual deve permanecer no posto ou graduação, contado a partir de sua última promoção, assim estabelecido: (...) c) de Terceiro-Sargento para Segundo-Sargento: 04 (quatro) anos; d) de Segundo-Sargento para Primeiro-Sargento: 03 (três) anos; e e) de Primeiro-Sargento para Subtenente: 03 (três) anos. (....) Art. 30 Os cursos ou estágios, previstos no inciso IX do Art. 21 desta lei, são disciplinados pela Lei de Ensino da Instituição, sendo: (...) VIII - Curso de Formação de Soldados (CFSd) para promoção até a graduação de cabo; IX - Estágio de Qualificação de Cabo (EQC) para promoção à graduação de 3º Sargento; X - Estágio de Qualificação de Sargento (EQS) para a promoção à graduação de Segundo -Sargento; e XI - Estágio de Atualização de Sargento (EAS) para promoção à graduação de Primeiro-Sargento. (...) Art. 39 A promoção por antiguidade é feita na sequência do respectivo Quadro de Acesso por antiguidade. § 1º A antiguidade no posto ou graduação é contada a partir da data do ato de promoção, ressalvando os casos de descontos de tempo não computável, previstos em lei. § 2º Os alunos que, por conclusão dos cursos de formação, habilitação ou adaptação forem promovidos a soldados aspirantes a oficial ou Segundo-Tenente na mesma data serão classificados por ordem decrescente de nota final do curso, dentro dos respectivos Quadros, independente do local de formação e da data de conclusão do curso. (...) Lidos os dispositivos que atualmente disciplinam as promoções de praças no âmbito da PMMT, extrai-se que os agravantes, coerentemente, buscaram a devida adequação hierárquica somente depois de terem concluído o correspondente Curso de Formação, isso já aos 28/08/2013, tendo formulado, dentre outros, os seguintes pedidos na ação ordinária - verbis: (...) - A concessão da Liminar inaudita altera partes, para que o réu reserve, 02 (duas) vagas destinadas para a promoção das praças PMMT à graduação de 1º Sargento, para assegurar o direito dos autores, até o julgamento do mérito da presente ação, a fim de evitar novas preterições aos requerentes, os quais estão sendo reiteradamente preteridos desde 15/10/2004; - Seja, ainda, deferida, in limine, a inclusão do nome dos autores no rol de candidatos que concluíram o 10º CFS – 1ª Turma , aditando, portanto, a portaria n. 001/CPP/SCP/PMMT, de 04 de janeiro de 2006; - Seja deferida a promoção por preterição, nos termos do artigo 11 e 19 do decreto n. 2468/2010, com a consequente anotação nas respectivas fichas funcionais dos requerentes, a fim de aferir os critérios de promoções pro antiguidade alcançada nos interstícios ocorridos a partir de 15/10/2004, aplicando-se as regras vigentes a cada período de aquisição dos direitos;" Já no cumprimento de sentença, situando que poderiam especificar o valor das diferenças salariais "somente a partir da promoção retroativa a 15/10/2004 e as anotações na ficha funcional para aferir interstícios e subsequentes promoções por antiguidade", os agravantes peticionaram o seguinte – verbis: "A intimação do executado para promover os exequentes à graduação de 3º Sargento PM a partir de 15/10/2004, servindo a anotação nas fichas funcionais para aferir e efetivar as promoções por antiguidade aí decorrentes, obedientes aos interstícios e legislação vigente". (Id.467041). A pretensão deve ser extraída da interpretação lógico-sistemática da inicial e, nessa ordem de ideias, a meu ver, a ausência do antigo Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos ou do atual "Estágio de Formação de Sargento (EAS) para promoção à graduação de Primeiro Sargento", não deveria servir de empeço ao cumprimento da sentença em toda a sua extensão, isto é, se os militares da Turma Paradigma já alcançaram, exclusivamente por antiguidade, às graduações de 1º Sargento e de Subtenente, cumpria determinar a realização do referido curso. Posteriormente, a título de memoriais, os agravantes noticiaram suas promoções à graduação de 1º Sargento PM (BCG n. 1936, de 19/04/2018) e a conclusão do Estágio de Atualização de Sargentos (BCG n. 1925, de 04/04/2018), pelo que requerem a promoção à Subtenente (Id. 8350444, 8350445, 8350447). Nesse joeirado, a hipótese tisna julgamento citra petita, na medida em que o pedido de cumprimento da sentença, a despeito de seus termos, não se continha apenas na retificação da data de promoção, ao que se aliam fatos novos indicativos do cumprimento de sentença, na forma pleiteada na ação ordinária. Ante o exposto, com todas as vênias, DOU PARCIAL PROVIMENTO ao presente agravo de instrumento para cassar a r. decisão que declarou o cumprimento da sentença, a fim de que o pedido seja examinado sob a perspectiva delineada desde a petição inaugural, acerca da adequação hierárquica. É como voto. V O T O (RETIFICAÇÃO) EXMO. SR. DES. LUIZ CARLOS DA COSTA (2º VOGAL) Exma. Sra. Desembargadora Presidente: Na sessão anterior acompanhei o voto do

Desembargador Márcio Vidal, mas, diante do voto proferido pela Desa. Maria Aparecida Ribeiro, retifico meu voto e peço vista dos autos. VOTO (VISTA) EXMO. SR. DES. LUIZ CARLOS DA COSTA (2º VOGAL) Exma. Sra. Desembargadora Presidente: Inicialmente registro que, em hipótese semelhante, por ocasião do julgamento do recurso de apelação com reexame necessário, proferi voto no sentido de julgar improcedente a pretensão de se obter promoção por preterição, sem prévia conclusão do curso de formação de sargentos. Isto porque, antes de aprovação no curso de formação, somente se poderia vislumbrar mera expectativa de promoção, pelo que a Câmara, por unanimidade deu provimento ao recurso do Estado de Mato Grosso (apelação/remessa necessária 101056/2015). Em igual sentido a Câmara já havia decidido na apelação/remessa necessária 92489/2015, relator Desembargador José Zuquim Nogueira, julgamento em 14 de fevereiro de 2017. Também, a Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo decidiu em igual sentido na apelação/remessa necessária 155541/2016, relator Desembargador Márcio Vidal, julgamento em 10 de abril de 2017, que se deu provimento ao apelo para julgar improcedente a pretensão inicial, prejudica a análise do Reexame Necessário. Todavia, anteriormente, no julgamento do recurso do Estado de Mato Grosso da sentença de procedência na pretensão dos ora agravantes, na apelação/remessa necessária 56877/2015, a Câmara proveu tão somente em parte a apelação e retificou parcialmente a sentença para: "acolher, em parte, a preliminar de prescrição quinquenal, apenas quanto aos efeitos financeiros no quinquídio anterior a propositura da ação; para afastar a condenação por danos morais e, ainda, determinar a distribuição proporcional e compensação dos honorários advocatícios; termos em que retifico, em parte, a r. sentença reexaminada." (TJ/MT, Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo, apelação/remessa necessária 56877/2015, relatora Desembargadora Maria Aparecida Ribeiro, julgamento em 23 de fevereiro de 2016). Eis a parte dispositiva da sentença: [...] Pelo exposto, afasto a preliminar suscitada, e no mérito acolho o pedido dos Autores, para que o Requerido proceda a promoção por preterição, nos termos do artigo 11 e 19 do Decreto nº 2468/2010, com as anotações nas respectivas fichas funcionais dos Requerentes, a fim de aferir os critérios de promoções por antiguidade alcançada nos interstícios ocorridos a partir de 15/10/2004, aplicando-se as regras vigentes a cada período de aquisição do direito, com o ressarcimento das diferenças salariais de acordo com as promoções alcançadas; bem como condeno ainda o Requerido ao pagamento do valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), para cada Requerente, a título de reparação por danos morais, e via de consequência, extingo o processo com resolução do mérito, na forma do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil.[...] [...]. [sem negrito no original] Nos autos do cumprimento de sentença, consoante consigna, no relatório, a decisão agravada, o Estado de Mato Grosso asseverou: [...] Intimado a se manifestar, o ente estatal apresentou resposta arguindo que, ao contrário do afirmado pelos Peticionantes, cumpriu integralmente o comando judicial uma vez que 'aferiu e efetivou a graduação dos requerentes a 3º sargento em 2004 a contar de 2004 e a graduação de 2º sargento a contar de 25 de dezembro de 2008'. Sustenta que o Impetrante deve se valer de outra ação quanto à sua pretensão de preterição das graduações a 1º Sargento e a Subtenente. [...]. Nada disso! Na sentença está expresso: [...] no mérito acolho o pedido dos Autores, para que o Requerido proceda a promoção por preterição, nos termos do artigo 11 e 19 do Decreto nº 2468/2010, com as anotações nas respectivas fichas funcionais dos Requerentes, a fim de aferir os critérios de promoções por antiguidade alcançada nos interstícios ocorridos a partir de 15/10/2004, aplicando-se as regras vigentes a cada período de aquisição do direito, com o ressarcimento das diferenças salariais de acordo com as promoções alcançadas. [...]. Logo, é pertinente a transcrição do poema de Carlos Drummond de Andrade, no meio do caminho tinha uma pedra: [...] No meio do caminho tinha uma pedra tinha uma pedra no meio do caminho tinha uma pedra no meio do caminho tinha uma pedra. Nunca me esquecerei desse acontecimento na vida de minhas retinas tão fatigadas. Nunca me esquecerei que no meio do caminho tinha uma pedra tinha uma pedra no meio do caminho no meio do caminho tinha uma pedra. [...]. A pedra restou retirada pelo acórdão prolatado pela Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo, apelação/remessa necessária 56877/2015, ao tão somente dar provimento, em parte, ao recurso do Estado de Mato Grosso e retificar parcialmente a sentença. No voto condutor do acórdão está posto: [...] Assim, como explicitado até com exaustão, devido a impedimento não ocasionado por nenhuma atitude dos autores, eles tiveram a conclusão do curso postergada para o distante 28/08/2013, entretanto, a meu ver, frente ao babélico cenário fático, não é lícito nem razoável admitir a preterição na data de promoção e os indeléveis prejuízos na carreira e na hierarquia, tão cara no meio militar. De consequência, adstrita à reapreciação da matéria, na conformidade do suscitado nas razões e o princípio inquisitivo que orienta a remessa necessária, sobrados são motivos para a manutenção da sentença, pois seria despropositado endossar que os autores sigam prejudicados por erro administrativo e circunstâncias que não deram causa. [...]. [com sublinha no original] Assim, sem qualquer fundamento ético ou estético, a afirmação de que o Impetrante deve se valer de outra ação quanto à sua pretensão de preterição das graduações a 1º Sargento e a Subtenente. É dever do agravado demonstrar a partir da promoção retroativa por preterição, todas as demais promoções havidas e, em cada uma, a razão da preterição dos agravantes, em relação aos demais. Também, compete ao agravado provar a realização dos cursos necessários à promoção, a relação daqueles que se inscreveram e participaram, com a menção dos aprovados e reprovados. Ainda, a razão de não terem sido considerados os cursos em que os agravantes participaram. Isso porque, ficou expresso na parte dispositiva da sentença: "para que o Requerido proceda à promoção por preterição, nos termos do artigo 11 e 19 do Decreto nº 2468/2010, com as anotações nas respectivas fichas funcionais dos Requerentes, a fim de aferir os critérios de promoções por antiguidade alcançada nos interstícios ocorridos a partir de 15/10/2004, aplicando-se as regras vigentes a cada período de aquisição do direito". De conseguinte, nada obstante, em contrário aos votos por mim proferidos, não vejo possibilidade jurídica de modificá-lo em sede de cumprimento de sentença, porque a coisa julgada material está protegida pela Constituição da República Federativa do Brasil (artigo 5º, XXXVI). [...] Coisa Julgada em Sentido Material – Indiscutibilidade, imutabilidade e coercibilidade: Atributos especiais que qualificam os efeitos resultantes do comando sentencial – Proteção constitucional que ampara e preserva a autoridade da coisa julgada – Exigência de certeza e de segurança jurídicas – Valores fundamentais inerentes ao Estado Democrático de Direito – Eficácia preclusiva da 'res judicata' – 'Tantum judicatum quantum disputatum vel disputari debebat' – Consequente impossibilidade de rediscussão da controvérsia já apreciada em decisão transitada em julgado [...]. (STF, Segunda Turma, AI 573739/RS, relator Ministro Celso de Mello, publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 16 de junho de 2015). [...] A autoridade da coisa julgada em sentido material estende-se, por isso mesmo, tanto ao que foi efetivamente arguido pelas partes quanto ao que poderia ter sido questionado, mas não o foi, desde que tais alegações e defesas se contenham no objeto do processo ('tantum judicatum quantum disputatum vel disputari debebat'). Aplicação, ao caso, do art. 474 do CPC. Doutrina. Precedentes. (STF, Segunda Turma, MS 26271/DF AgR, relator Ministro Celso de Mello, publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 18 de março de 2013). À vista disso, Inês é morta. Ressuscitá-la, impossível. Com essas considerações, no essencial, acompanho o voto divergente proferido pela Desembargadora Maria Aparecida Ribeiro, com a fixação do prazo de vinte (20) dias para que o agravado, nos autos do cumprimento de sentença, demonstre o cabal cumprimento do acórdão do Tribunal, consoante acima exposto, com a vênia devida ao eminente Desembargador Relator.

Acórdão Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1012535-34.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
EDNA GRACIKELLEN DE AQUINO NUNES (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CELSO ALVES PINHO OAB - MT12709-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO Número Único: 1012535-34.2018.8.11.0000 Classe: AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL (206) Assunto: [Admissão / Permanência / Despedida] Relator: Des(a). MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK Turma Julgadora: [DES(A). MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK, DES(A). ALEXANDRE ELIAS FILHO, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). EDSON DIAS REIS, DES(A). GILBERTO LOPES BUSSIKI, DES(A). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, DES(A).

JOSE ZUQUIM NOGUEIRA, DES(A). LUIZ CARLOS DA COSTA, DES(A). MARCIO VIDAL, DES(A). MARIA APARECIDA RIBEIRO, DES(A). MARIA APARECIDA RIBEIRO, DES(A). MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA] Parte(s): [CELSO ALVES PINHO - CPF: 695.703.961-72 (ADVOGADO), EDNA GRACIKELLEN DE AQUINO NUNES - CPF: 982.588.181-04 (AGRAVANTE), ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0001-44 (AGRAVADO), MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). MARCIO VIDAL, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. E M E N T A AGRAVO REGIMENTAL – NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO – DECISÃO NÃO AGRAVÁVEL - AUSÊNCIA DE PREVISÃO NO ROL DO ARTIGO 1.015 DO CPC – TAXATIVIDADE – MITIGAÇÃO - POSTERIOR À DECISÃO RECORRIDA – RECURSO DESPROVIDO. 1. O artigo 1.015 do CPC/15 prevê um rol taxativo de hipóteses para o cabimento do recurso de agravo de instrumento. 2. A interposição do recurso contra decisão não contemplada na legislação processual civil acarreta a sua inadmissão. 3. Mitigação da taxatividade do rol previsto no referido artigo pelo E. Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp nº 1.704.520/MT, somente às decisões interlocutórias proferidas após a publicação do presente acórdão. 4. Recurso desprovido. R E L A T Ó R I O EXMA. SRA. DESA. MARIA EROTIDES KNEIP Egrégia Câmara: Trata-se de Agravo Interno interposto por EDNA GRACIKELLEN DE AQUINO NUNES em face do ESTADO DE MATO GROSSO, contra decisão proferida por esta Relatora, que não conheceu do Recurso de Agravo de Instrumento, ante a taxatividade do rol previsto no artigo 1.015 do Código de Processo Civil. Sustenta a Recorrente que interpôs Recurso de Agravo de Instrumento contra decisão que reconheceu a incompetência do Juízo da 4ª Vara Especializada da Fazenda Pública e declinou a competência para o Juizado Especial da Fazenda Pública. Aduz, em síntese, que a decisão do Superior Tribunal de Justiça lançada no REsp 1.696.396, ao modular seus efeitos, orienta que "poderia o Tribunal de Origem, antes de aplicar a tese fixada, que seja analisadas as situações excepcionais, a fim de se evitar prejuízos à parte Recorrente." (sic Id 7171819) Pugnou, assim, pela reforma da decisão agravada pra que seja determinado o regular processamento do Recurso de Agravo de Instrumento. O Agravado apresentou contrarrazões pelo desprovimento do agravo interno. É o relatório. VOTO RELATORA EXMA. SRA. DESA. MARIA EROTIDES KNEIP Egrégia Câmara: Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do agravo regimental. Conforme relatado, trata-se de Agravo Interno interposto por EDNA GRACIKELLEN DE AQUINO NUNES em face do ESTADO DE MATO GROSSO, contra decisão proferida por esta Relatora, que não conheceu do Recurso de Agravo de Instrumento, ante a taxatividade do rol previsto no artigo 1.015 do Código de Processo Civil. A Agravante ingressou com Ação de Cobrança buscando a percepção de suas verbas rescisórias como o saldo de salário, 13º salários, 1/3 de férias, férias em dobro e FGTS, oriundo da rescisão do contrato temporário celebrado com o Estado de Mato Grosso, por mais de 8 anos. Ao analisar o feito, o Juízo da Quarta Vara Especializada da Fazenda Pública declinou da competência em favor do Juizado da Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá. Dessa decisão, a Agravante interpôs o presente Agravo de Instrumento requerendo atribuição do efeito suspensivo à decisão acima citada. A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, recentemente, julgou o Tema 988 dos recursos repetitivos, já sendo de conhecimento público que a taxatividade do rol do artigo 1.015 foi mitigada. Na oportunidade, o voto vencedor da relatora, ministra Nancy Andrighi, consignou o cabimento do agravo de instrumento com base na urgência do reexame da questão, quando constatada potencial inutilidade futura do reexame da questão somente quando da análise do recurso de apelação. Trata-se, nos dizeres da relatora, de 'cláusula adicional de cabimento', sem a necessidade da utilização de interpretação extensiva ou analógica. No entanto, os Ministros julgadores entenderam pela necessidade de modulação dos efeitos, razão pela qual se decidiu pela mitigação da taxatividade, apenas após a publicação do acórdão (REsp 1.704.520/MT). Confira-se, por oportuno, o pertinente excerto da ementa do julgado: RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. NATUREZA JURÍDICA DO ROL DO ART. 1.015 DO CPC/2015. IMPUGNAÇÃO IMEDIATA DE DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS NÃO PREVISTAS NOS INCISOS DO REFERIDO DISPOSITIVO LEGAL. POSSIBILIDADE. TAXATIVIDADE MITIGADA. EXCEPCIONALIDADE DA IMPUGNAÇÃO FORA DAS HIPÓTESES PREVISTAS EM LEI. REQUISITOS. [...]6- Assim, nos termos do art. 1.036 e seguintes do CPC/2015, fixa-se a seguinte tese jurídica: O rol do art. 1.015 do CPC é de taxatividade mitigada, por isso admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação. 7- Embora não haja risco de as partes que confiaram na absoluta taxatividade serem surpreendidas pela tese jurídica firmada neste recurso especial repetitivo, pois somente haverá preclusão quando o recurso eventualmente interposto pela parte venha a ser admitido pelo Tribunal, modulam-se os efeitos da presente decisão, a fim de que a tese jurídica apenas seja aplicável às decisões interlocutórias proferidas após a publicação do presente acórdão.(STJ. REsp nº 1.704.520/MT, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, Corte Especial, j. em 5.12.2018, DJe 19.12.2018). Com efeito, tendo o acórdão sido publicado em 19.12.2018, enquanto a decisão que declinou a competência foi proferida em 22.10.2018 (id. n.º 3904106), não foi abarcada pela modulação de efeitos. Dessa forma, não há fundamentos para se conhecer do Agravo de Instrumento, por não se encontrar a hipótese dos autos dentre as previstas no rol taxativo do art. 1.015 do CPC. Ademais, acrescento que o fato da ação de base exigir prova pericial, não afasta a competência do Juizado Especial da Fazenda Pública. Ante ao exposto, NEGO PROVIMENTO ao presente Agravo. É como voto. Data da sessão: Cuiabá-MT, 16/12/2019

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0003520-34.2016.8.11.0063
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
D. B. J. S. S. (APELADO)
RAQUEL JORGE SANTIAGO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALINE PINHEIRO BASILIO SILVA OAB - MT18882-O (ADVOGADO)
EMILIA CARLOTA GONCALVES VILELA OAB - MT13206-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO Número Único: 0003520-34.2016.8.11.0063 Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) Assunto: [Tratamento Médico-Hospitalar] Relator: Des(a). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS Turma Julgadora: [DES(A). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, DES(A). ALEXANDRE ELIAS FILHO, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). EDSON DIAS REIS, DES(A). GILBERTO LOPES BUSSIKI, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA, DES(A). LUIZ CARLOS DA COSTA, DES(A). MARCIO VIDAL, DES(A). MARIA APARECIDA RIBEIRO, DES(A). MARIA APARECIDA RIBEIRO, DES(A). MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK, DES(A). MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA] Parte(s): [RAQUEL JORGE SANTIAGO - CPF: 825.679.211-68 (APELADO), ALINE PINHEIRO BASILIO SILVA - CPF: 031.649.111-06 (ADVOGADO), EMILIA CARLOTA GONCALVES VILELA - CPF: 694.973.701-72 (ADVOGADO), ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0001-44 (APELANTE), MUNICIPIO DE CUIABÁ - CNPJ: 03.533.064/0001-46 (APELANTE), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS), D. B. J. S. S. (APELADO), ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0003-06 (TERCEIRO INTERESSADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). MARCIO VIDAL, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, REJEITOU A PRELIMINAR E, NO MÉRITO, PROVEU PARCIALMENTE O RECURSO. E M E N T A EMENTA CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO – APELAÇÃO – AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA ESPECÍFICA – PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DO MUNICÍPIO - REJEIÇÃO – APLICAÇÃO DO TEMA 106 DEFINIDO PELO STJ – IMPOSSIBILIDADE – O TEMA 106 DEFINIDO PELO STJ SE APLICA EXCLUSIVAMENTE PARA O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS - DEVE O FORNECIMENTO DE INSUMO ALIMENTAR SER DETERMINADO CONFORME O PRINCÍPIO ATIVO/COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL E NÃO À MARCA COMERCIAL ESPECÍFICA — OBSERVÂNCIA DA APRESENTAÇÃO SEMESTRAL DE RECEITUÁRIO MÉDICO ATUALIZADO - RECURSO PROVIDO EM PARTE. 1. O funcionamento do Sistema Único de Saúde - SUS, previsto no art. 200 da

CF e na Lei nº 8.080, de 19-9-90, é de responsabilidade solidária da União, Estados-membros e Municípios, de modo que qualquer dessas entidades têm legitimidade ad causam para figurar no polo passivo da demanda, razão pela qual não há que se falar em direcionamento prioritário do seu cumprimento em relação a determinado Ente Público. 2. No voto em que se definiu os critérios e requisitos fixados pelo STJ, quando do julgamento do Tema n. 106 (Obrigatoriedade do poder público de fornecer medicamentos não incorporados em atos normativos do SUS), restou consignado que o tema afetado, obrigatoriedade do poder público de fornecer medicamentos não incorporados em atos normativos do SUS, trata exclusivamente do fornecimento de medicamento, previsto no inciso I do art. 19-M. M. Está, portanto, fora do âmbito do presente recurso repetitivo a previsão do inciso II, que trata de procedimentos terapêuticos, como, por exemplo, internações, assim, o tema em discussão não é aplicado no caso dos autos, o qual versa sobre a disponibilização de insumo alimentar. 3. Fere o princípio da razoabilidade a determinação para o fornecimento de insumo com marca determinada, quando há meio alternativo menos gravoso para se chegar ao mesmo resultado, pois, o fornecimento do insumo alimentar deve se dar em observância ao princípio ativo, ou seja, à composição nutricional indispensável, e não à marca comercial específica. 4. A continuidade do fornecimento do insumo alimentar, pelo ente público, deve ocorrer, somente, mediante a juntada semestral de receita médica aos autos, informando a persistência da necessidade, além da quantidade do mesmo. R E L A T Ó R I O PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO APELAÇÃO Nº 0003520-34.2016.8.11.0063 APELANTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ APELADO: D.B.J.S.S RELATÓRIO EXMA. SRA. DESA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS Egrégia Câmara: Trata-se de recurso de Apelação Cível interposto pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ em face da sentença proferida pelo Juízo da Primeira Vara Especializada da Infância e Juventude da Comarca de Cuiabá, nos autos da Ação de Obrigação de Fazer com pedido de Antecipação de Tutela Específica, proposta por D.B.J.S.S, representado por Raquel Jorge Santiago, em face do Município de Cuiabá e do Estado de Mato Grosso, que confirmou a antecipação de tutela concedida e condenou o Estado de Mato Grosso e o Município de Cuiabá na obrigação de fornecer o suplemento alimentar Neocate, em favor da parte Autora. É relatado na inicial que, o REQUERENTE ATUALMENTE COM 06 (seis) MESES DE VIDA (...)começou a apresentar alguns sintomas, tais como: constantes diarreias, sangramento nas fezes, irritabilidade, refluxos, choros contínuos e injustificados, e constantes quadros de engasgamento, dentre alguns pontos de alergia na pele. Relata-se, ainda, que após realização de consultas médicas, bem como alguns exames, constatou—se clinicamente que o REQUERENTE POSSUI ALERGIA A PROTEINA DO LEITE DA VACA — APVL, oportunidade em que foi imediatamente indicada COMO FORMA DE TRATAMENTO A INGESTAO DO LEITE NEOCATE, conforme laudo médico anexo. Os autos não foram submetidos ao Núcleo de Apoio Técnico (NAT). A liminar foi deferida na decisão presente no ID n. 7582623, para determinar que os Requeridos forneçam mensalmente 12 (doze) latas do suplemento alimentar Neocate, em favor do requerente Dario Benício Jorge Santiago Santos, conforme prescrição médica de fls. 32/34. Verifica-se, ainda, que foi realizado bloqueio judicial, disponível no ID n.7582902, sendo expedido Alvarás, disponíveis no ID n. 7582905, para a aquisição do suplemento alimentar "neocate". O Município de Cuiabá apresentou recurso de Apelação, disponível no ID n. 7582923, alegando, preliminarmente, a sua ilegitimidade passiva. O Município aduz também que, na hipótese de o medicamento/insumo não ser integrado ao SUS, é necessário se observar os requisitos definidos na tese em recurso representativo da controvérsia (Resp 1657156/RJ) – Tema n. 106, bem como que, o fornecimento do insumo deve se dar pela fórmula nutricional, e não por marca específica. Por fim, a municipalidade defende que, deve ser determinado o período de renovação do relatório médico constando a necessidade na continuidade de fornecimento do insumo. Não houve a apresentação de Contrarrazões ao recurso de Apelação. A douta Procuradoria-Geral de Justiça em parecer presente no ID n. 8361379, manifestou-se pela rejeição da preliminar arguida e, no mérito, pelo desprovimento do recurso. Deixo de aplicar a Remessa Necessária no presente caso, tendo em vista que a condenação é inferior a 500 (quinhentos) salários mínimos, conforme determina o artigo 496, §3º, inciso II, do Código de Processo Civil de 2015. É o relatório. Peço dia. Cuiabá, 6 de novembro de 2019. Desa. Helena Maria Bezerra Ramos Relatora V O T O R E L A T O R Data da sessão: Cuiabá-MT, 16/12/2019

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000770-80.2011.8.11.0048
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
DENER ARAUJO CHAVES (APELADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO Número Único: 0000770-80.2011.8.11.0048 Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) Assunto: [Multas e demais Sanções] Relator: Des(a). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS Turma Julgadora: [DES(A). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, DES(A). ALEXANDRE ELIAS FILHO, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). EDSON DIAS REIS, DES(A). GILBERTO LOPES BUSSIKI, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA, DES(A). LUIZ CARLOS DA COSTA, DES(A). MARCIO VIDAL, DES(A). MARIA APARECIDA RIBEIRO, DES(A). MARIA APARECIDA RIBEIRO, DES(A). MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK, DES(A). MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA] Parte(s): [ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0003-06 (APELANTE), ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0001-44 (REPRESENTANTE), DENER ARAUJO CHAVES - CPF: 482.335.601-20 (APELADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). MARCIO VIDAL, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, PROVEU O RECURSO. E M E N T A EMENTA TRIBUTÁRIO E PROCESSO CIVIL – RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO FISCAL – EXTINÇÃO DO PROCESSO – FALTA DE INTERESSE DE AGIR (ARTIGO 485, VI, DO CPC) – IMPOSSIBILIDADE – PEDIDO NÃO ANALISADO – INTERESSE DE AGIR – IMPULSO OFICIAL – RECURSO PROVIDO. A extinção do processo, sem resolução de mérito, por falta de interesse de agir, nos termos do artigo 485, VI, do Código de Processo Civil, não se mostra admissível, quando existente pedido realizado pela parte exequente pendente de apreciação pelo Juízo, pois aplicável a regra do impulso oficial prevista no artigo 2º do Código de Processo Civil. R E L A T Ó R I O PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO RECURSO DE APELAÇÃO Nº. 0000770-80.2011.8.11.0048 APELANTE: ESTADO DE MATO GROSSO APELADO: DENER ARAÚJO CHAVES RELATÓRIO EXMA. SRA. DESA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS (RELATORA) Egrégia Câmara: Trata-se de Recurso de Apelação apresentado pelo Estado de Mato Grosso contra sentença proferida pelo Juízo da Vara única da Comarca de Juscimeira, que, nos autos da Ação de Execução Fiscal nº. 770-80.2011.811.0048 – código 20704, proposta em desfavor de Dener Araújo Chaves, julgou extinta a ação executiva, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, VI, do CPC. O Estado de Mato Grosso, ora Apelante, sustenta a impossibilidade de extinção do processo sem resolução do mérito, ao argumento de que sequer houve inércia da Apelante, uma vez que peticionou nos autos requisitando a penhora e/ou indisponibilidade dos bens do devedor, petição sobre a qual o Juiz de Primeiro Grau sequer analisou. Ressalta que não houve dupla intimação da Fazenda Pública, nos termos do artigo 485, III, § 1º do CPC, bem como qualquer advertência no tocante a extinção da ação. Requer o provimento do recurso para reformar a decisão de Primeiro Grau, permitindo o regular trâmite do feito executivo. É o relatório. Cuiabá, 8 de novembro de 2019. Desa. Helena Maria Bezerra Ramos Relatora V O T O R E L A T O R Data da sessão: Cuiabá-MT, 16/12/2019

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0003137-39.2016.8.11.0004
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARINA ALVES DOS SANTOS (APELADO)
MARINA A. DOS SANTOS - CONFECCOES - ME (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PEDRO AUGUSTO SANTOS DE SOUZA OAB - MT20350-O (ADVOGADO)
RODRIGO TAUIL ADOLFO OAB - MT8208-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO Número Único: 0003137-39.2016.8.11.0004 Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) Assunto: [ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias] Relator: Des(a). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS Turma Julgadora: [DES(A). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, DES(A). ALEXANDRE ELIAS FILHO, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA

GONCALVES, DES(A). EDSON DIAS REIS, DES(A). GILBERTO LOPES BUSSIKI, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA, DES(A). LUIZ CARLOS DA COSTA, DES(A). MARCIO VIDAL, DES(A). MARIA APARECIDA RIBEIRO, DES(A). MARIA APARECIDA RIBEIRO, DES(A). MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK, DES(A). MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA] Parte(s): [MARINA A. DOS SANTOS - CONFECCOES - ME - CNPJ: 10.453.895/0001-73 (APELADO), RODRIGO TAUIL ADOLFO - CPF: 862.474.501-25 (ADVOGADO), PEDRO AUGUSTO SANTOS DE SOUZA - CPF: 041.652.661-67 (ADVOGADO), MARINA ALVES DOS SANTOS - CPF: 045.641.381-20 (APELADO), ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0005-78 (APELANTE)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). MARCIO VIDAL, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, PROVEU O RECURSO. E M E N T A EMENTA TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CÍVEL - RECURSO DE APELAÇÃO – EXECUÇÃO FISCAL – CRÉDITO TRIBUTÁRIO – ICMS – DESPACHO QUE ORDENA A CITAÇÃO POSTERIOR À VIGÊNCIA DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 118/2005 – INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO QUE RETROAGE À DATA DA PROPOSITURA DA AÇÃO – ART. 219, § 1º, CPC – NÃO OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTIVA – AÇÃO PROPOSTA DENTRO DO QUINQUÊNIO LEGAL – SENTENÇA REFORMADA – RECURSO PROVIDO. O despacho que ordenou a citação ocorreu em data posterior à vigência da Lei Complementar n.118/2005, o que enseja a aplicação da nova redação dada pela referida lei ao art. 174, parágrafo único, I, do CTN, que entrega ao mencionado despacho o efeito de interromper a prescrição com a retroação à data da propositura da ação, na forma do art. 219, § 1º, do CPC. R E L A T Ó R I O PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO RECURSO DE APELAÇÃO Nº. 0003137-39.2016.8.11.0004 APELANTE: ESTADO DE MATO GROSSO APELADAS: MARINA A. DOS SANTOS – CONFECÇÕES –ME E OUTRA RELATÓRIO EXMA. SRA. DESA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS (RELATORA) Egrégia Câmara: Trata-se de Recurso de Apelação apresentado pelo Estado de Mato Grosso contra sentença proferida pelo Juízo da Quarta Vara Cível da Comarca de Barra do Garças, que, nos autos da Execução Fiscal nº. 3137-39.2016.811.0004 – código 220494 movida em desfavor de Marina A. dos Santos – Confecções e Outra, acolheu a exceção de pré-executividade para reconhecer a prescrição do crédito tributário relativo à Certidão da Dívida Ativa de nº. 25301723, declarando extinto o referido crédito, na forma do artigo 156, V, do CTN e, via de consequência, julgou extinto o processo, com resolução de mérito, com fundamento no artigo 487, II, do CPC. Condenou o Estado de Mato Grosso no pagamento de honorários advocatícios que fixou em 10% (dez por cento) sobre o valor da execução, com fulcro no artigo 85, § 3º, do CPC. Em suas razões recursais, o Apelante defende a extinção indevida do feito ante a não ocorrência da prescrição, aduzindo que a ação para cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Assevera que promoveu a execução fiscal a tempo e modo adequados, antes do decurso do prazo prescricional: o crédito tributário foi definitivamente constituído em 30-3-2011 e a execução fiscal foi ajuizada em 29-3-2016. Assegura que é pacífica a orientação dos tribunais superiores no sentido da aplicação conjunta do marco interruptivo previsto no CTN com a previsão do CPC de que, para a contagem do prazo prescricional, há a retroação à data da propositura da ação, na forma prevista no artigo 240, § 1º, do CPC. Requer o provimento do recurso, a fim de que seja reformada a sentença recorrida, com a consequente retomada do curso da execução fiscal. Sem contrarrazões (fls. 45). Desnecessária a intervenção do Órgão Ministerial. É o relatório. Cuiabá, 7 de novembro de 2019. Desa. Helena Maria Bezerra Ramos Relatora V O T O R E L A T O R Data da sessão: Cuiabá-MT, 16/12/2019

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0005187-25.2004.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
FRIGORIFICO SOUZA ANTUNES LTDA - ME (APELADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO Número Único: 0005187-25.2004.8.11.0015 Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) Assunto: [Multas e demais Sanções, Ambiental] Relator: Des(a). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS Turma Julgadora: [DES(A). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, DES(A). ALEXANDRE ELIAS FILHO, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). EDSON DIAS REIS, DES(A). GILBERTO LOPES BUSSIKI, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA, DES(A). LUIZ CARLOS DA COSTA, DES(A). MARCIO VIDAL, DES(A). MARIA APARECIDA RIBEIRO, DES(A). MARIA APARECIDA RIBEIRO, DES(A). MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK, DES(A). MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA] Parte(s): [ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0005-78 (APELANTE), ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0001-44 (REPRESENTANTE), FRIGORIFICO SOUZA ANTUNES LTDA - ME - CNPJ: 00.453.651/0001-37 (APELADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). MARCIO VIDAL, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, PROVEU O RECURSO. E M E N T A EMENTA TRIBUTÁRIO – RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO FISCAL – MULTA AMBIENTAL – PRESCRIÇÃO – NÃO CONFIGURAÇÃO – SÚMULA 467 DO STJ – RECURSO PROVIDO. Prescreve em cinco anos, contados do término do processo administrativo, a pretensão da Administração Pública de promover a execução da multa por infração ambiental. (Súmula 467, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/10/2010, DJe 25/10/2010). R E L A T Ó R I O PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO RECURSO DE APELAÇÃO Nº. 0005187-25.2004.8.11.0015 APELANTE: ESTADO DE MATO GROSSO APELADO: FRIGORÍFICO SOUZA ANTUNES LTDA-ME RELATÓRIO EXMA. SRA. DESA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS (RELATORA) Egrégia Câmara: Trata-se de Recurso de Apelação apresentado pelo Estado de Mato Grosso contra sentença proferida pelo Juízo da Sexta Vara Cível da Comarca de Sinop/MT, que, nos autos da Execução Fiscal nº. 5187-25.2004.8.11.0015, movida em desfavor do Frigorífico Souza Antunes LTDA-ME, reconheceu a prescrição do crédito tributário executado, declarando extinto o processo com julgamento do mérito, nos termos do artigo 269, IV, do CPC. Em suas razões recursais, o Estado de Mato Grosso alega a não ocorrência da prescrição, pois se trata de cobrança de crédito não tributário, referente à imposição de multa por infração ambiental, não se aplicando, portanto, o Código Tributário Nacional. Por outro lado, afirma que à época da citação, de fato, ainda estava vigente a redação original do artigo 174, parágrafo único, I, do CTN, a qual determinava que a prescrição se interrompia pela citação pessoal feita ao devedor. Sustenta que, o Juízo a quo não levou em consideração a informação de fls. 12, que noticiou o parcelamento administrativo do débito, ocasionando, por conseguinte, a suspensão do feito, nos termos do artigo 151, VI, do CTN, de modo que não há que se falar em inércia do Estado de Mato Grosso. Com essas considerações, pugna pelo provimento do recurso para reformar a decisão de primeiro grau, permitindo o regular trâmite do feito. Sem contrarrazões. Desnecessária a manifestação da Procuradoria-Geral de Justiça. É o relatório. Cuiabá (MT), 7 de novembro de 2019. Desa. Helena Maria Bezerra Ramos Relatora V O T O R E L A T O R Data da sessão: Cuiabá-MT, 16/12/2019

Acórdão Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 0503433-24.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCISCO SIQUEIRA DE SOUZA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BRUNO COSTA ALVARES SILVA OAB - MT15127-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO Número Único: 0503433-24.2015.8.11.0041 Classe: APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL (1728) Assunto: [Fornecimento de Medicamentos] Relator: Des(a). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS Turma Julgadora: [DES(A). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, DES(A). ALEXANDRE ELIAS FILHO, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). EDSON DIAS REIS, DES(A). GILBERTO LOPES BUSSIKI, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA, DES(A). LUIZ CARLOS DA COSTA, DES(A). MARCIO VIDAL, DES(A). MARIA APARECIDA RIBEIRO, DES(A). MARIA APARECIDA RIBEIRO, DES(A). MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK, DES(A). MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA] Parte(s): [FRANCISCO SIQUEIRA DE SOUZA - CPF: 275.160.671-72 (APELADO), BRUNO COSTA ALVARES SILVA - CPF: 019.346.011-44 (ADVOGADO), Secretário Municipal de Saúde de Cuiabá (APELANTE), MUNICIPIO DE

CUIABÁ - CNPJ: 03.533.064/0001-46 (TERCEIRO INTERESSADO), PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ (REPRESENTANTE), MUNICIPIO DE CUIABÁ - CNPJ: 03.533.064/0001-46 (APELANTE), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). MARCIO VIDAL, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, REJEITOU AS PRELIMINARES E, NO MÉRITO, PROVEU PARCIALMENTE O RECURSO. EM SEDE DE REEXAME RATIFICOU A SENTENÇA. E M E N T A EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO – APELAÇÃO/REMESSA NECESSÁRIA – MANDADO DE SEGURANÇA COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA – PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR – REJEIÇÃO – PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DO MUNICÍPIO – REJEIÇÃO — FORNECIMENTO DA MEDICAÇÃO PELO PRINCÍPIO ATIVO E MEDIANTE APRESENTAÇÃO SEMESTRAL DE RECEITUÁRIO MÉDICO ATUALIZADO – NECESSIDADE – ALEGAÇÃO DE OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA RESERVA DO POSSÍVEL - DIREITO À SAÚDE – DEVER DO ESTADO – INTELIGÊNCIA DO ART. 196 DA CF RECURSO DESPROVIDO – MEDICAMENTO DE USO CONTÍNUO – NECESSIDADE COMPROVADA – PROVIMENTO PARCIAL - SENTENÇA RATIFICADA EM REMESSA NECESSÁRIA. 1. A alegação de perda superveniente do objeto, ante a menção, em Ofício da Secretaria de Saúde do Município, da disponibilidade dos medicamentos vindicados na inicial, é fato diverso do fornecimento dos mesmos ao paciente, pois, é possível que se informe a existência dos fármacos, e na hora de retirar os mesmos nas Unidades Básicas de Saúde, estes não estejam disponíveis. 2. O simples cumprimento da liminar não obsta o prosseguimento do feito com a regular instrução processual, uma vez que a decisão inaugural precisa ser convalidada por sentença. 3. O funcionamento do Sistema Único de Saúde - SUS, previsto no art. 200 da CF e na Lei nº 8.080, de 19-9-90, é de responsabilidade solidária da União, Estados-membros e Municípios, de modo que qualquer dessas entidades têm legitimidade ad causam para figurar no polo passivo da demanda, razão pela qual não há que se falar em direcionamento prioritário do seu cumprimento em relação a determinado Ente Público. 4. É necessário que o paciente demonstre a forma e periodicidade no fornecimento dos fármacos requeridos, uma vez que a disponibilização deverá ser efetuada somente enquanto perdurar a necessidade, observada a apresentação de receituário médico atualizado, que indique a permanência do tratamento e a necessidade do medicamento, a cada seis meses. 5. A apresentação de receituário médico atualizado, a cada 6 (seis) meses, para a disponibilização do fármaco requerido, assegura o adequado tratamento do paciente, bem como tal medida pode servir para evitar oneração desnecessária do ente público. 6. O princípio da reserva do possível não pode ser utilizado de forma indiscriminada, devendo o Estado garantir aos cidadãos ao menos um mínimo de direitos, zelando pela vida e pela dignidade da pessoa humana, incluindo todas as medidas necessárias para assegurar tais direitos. 8. O direito fundamental à saúde está inserido no conceito de dignidade humana, previsto no inciso III do artigo 1º da Constituição Federal, uma vez que não há como se falar em dignidade se não houver condições mínimas de garantia da saúde do indivíduo. R E L A T Ó R I O PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO APELAÇÃO/ REMESSA NECESSÁRIA Nº 0503433-24.2015.8.11.0041 APELANTE/INTERESSADO: MUNICÍPIO DE CUIABÁ-MT APELADO/INTERESSADO: FRANCISCO SIQUEIRA DE SOUZA RELATÓRIO EXMA. SRA. DESA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS Egrégia Câmara: Trata-se de remessa necessária e recurso de apelação cível interposto pelo Município de Cuiabá-MT, em face da sentença proferida pelo Juízo da 3ª Vara Especializada da Fazenda Pública da Comarca da Capital, nos autos do Mandado de Segurança com pedido de tutela antecipada, impetrado por FRANCISCO SIQUEIRA DE SOUZA, que concedeu a segurança, para determinar à autoridade impetrada que adote todas as providências necessárias para disponibilizar o tratamento de saúde com a disponibilização dos medicamentos Hidroclorofizida 25mg, Losortan 50mg, Jinbemclamida 5mg e Metformina 850mg, conforme prescrição médica e conforme a necessidade do Impetrante, sem qualquer custo, tornando definitiva a liminar deferida. Não houve a condenação em custas e honorários advocatícios. É relatado na inicial que, trata-se de mandado de segurança que desafia ato que negou ao impetrante o direito de obter medicamentos para o tratamento da Retinopatia diabética, que necessita com urgência de uma injeção intravitrea, entre outros remédios para tratar e controlar a hipertensão e diabete. Relata-se, ainda, que o impetrante, aposentado de 56 anos, é portador de hipertensão arterial não controlada e diabete melitus, e devido a estas enfermidades, desenvolveu retinopatia diabética em ambos os olhos, que esta se evoluindo mal. Atualmente o paciente está conseguindo enxergar apenas vultos, mesmo fazendo tratamento oftalmológico no HUJM, onde realiza cirurgias a laser, entretanto, há a necessidade de utilizar uma aplicação da injeção intravitrea para recuperar a visão, pois só haverá resultado satisfatório no tratamento com cirurgias a laser se houver a aplicação da almejada injeção intravítrea. Daí a necessidade de conseguir essa injeção, pois, a próxima cirurgia está marcada para o dia 25/11/2015, bem como que além desta injeção, o impetrante necessita dos remédios de uso contínuo para controlar a hipertensão e a diabete, quais sejam: hidroclorofizida 25mg 1 comprimido/dia, losortan 50mg 2 comprimido 2 x/dia, jinbemclamida 5mg 2 comprimido 2 x/dia e metformina 850mg 1 comprimido 2x/dia. Por fim, colhe-se também da inicial que, o impetrante faz o tratamento da hipertensão e da diabetes na rede municipal de saúde da Capital, e trata da retinopatia no Hospital Universitária Júlio Muller, por se tratar de um hospital referencia neste tipo de patologia, onde o médico receitou uma injeção intravitrea. Ocorre que o paciente fez o pedido do remédio junto à secretaria de saúde do município (doc. 05), que por sua vez negou o fornecimento, alegando que o remédio solicitado não é habilitado no procedimento. Neste contexto, o impetrante requer que seja julgado procedente seu pedido para que tenha acesso aos medicamentos necessários para o tratamento da retinopatia diabética, hipertensão e diabete, conforme prescrito na receita médica anexa. Adiciono, ainda, que constam nos autos Documentos Médicos, disponíveis nos IDs n. 7949707, 7949704 e 7949702, os quais atestam o problema de saúde sofrido pelo paciente, como também a necessidade da disponibilização dos fármacos vindicados. O Núcleo de Apoio Técnico/NAT apresentou pareceres, disponíveis nos IDs n. 7949713 e 7949717, relatando, no primeiro, que todos os fármacos requeridos são assegurados pelo SUS, por meio do componente básico da assistência farmacêutica (CBAF), sendo responsabilidade dos municípios a gestão (aquisição e distribuição) destes fármacos, e relatando, no segundo, que o requerente é portador da doença descrita por laudo oftalmológico, bem como que, não há nos autos solicitação ou prescrição médica de medicamentos para a injeção intravitrea, o que impossibilita a emissão de parecer quanto a indicação técnica de tratamento. Não consta nos autos informações sobre o cumprimento da Liminar, mas há um Ofício da prefeitura de Cuiabá-MT, disponível no ID n. 7949729, relatando que os medicamentos solicitados fazem parte do programa HIPEDIA, assim, estão disponíveis para a dispensação mediante receita em todas as Unidades Básicas de Saúde, e que a injeção intravítrea não faz parte da padronização da Secretaria Municipal de Saúde, fato que impossibilita o atendimento via Centro de Distribuição de Medicamentos e Insumos de Cuiabá. A liminar foi deferida parcialmente na decisão disponível no ID n. 7949719, para determinar à autoridade impetrada que adote todas as providências necessárias para disponibilizar o tratamento de saúde com a disponibilização dos medicamentos Hidroclorofizida 25mg, Losortan 50mg, Jinbemclamida 5mg e Metformina 850mg, conforme prescrição médica e conforme a necessidade do Impetrante, O Município de Cuiabá apresentou recurso de Apelação, disponível no ID n. 7949757, alegando, preliminarmente, a sua ilegitimidade passiva, ao argumento de que deveria o Estado de Mato Grosso ter sido chamado ao processo em razão da sua obrigação solidária, mais especificamente em razão da sua responsabilidade na dispensação exclusiva de medicamentos de alto Custo como o é a Injeção Intravítrea, como também que em matéria de saúde deve haver uma gradação das obrigações. Alega, ainda em sede de preliminar, a falta de interesse de agir por perda superveniente do objeto, ante a ausência de negativa do poder público em fornecer os fármacos. Ademais, defende a não obrigatoriedade no fornecimento de medicamentos específicos, como também que não dispõem de meios econômicos suficientes para prover as necessidades apresentadas, fatores que culminam com uma ponderação de interesses através da já conhecida Cláusula de Reserva do Possível. A douta Procuradoria-Geral de Justiça em parecer disponível no ID n.8398638, manifestou-se pelo desprovimento do apelo. Considerando que a sentença condenou o Requerido a disponibilizar os medicamentos Hidroclorofizida 25mg, Losortan 50mg, Jinbemclamida 5mg e Metformina 850mg, para o tratamento da retinopatia diabética, hipertensão e diabete, verifico que fármacos vindicados são de uso contínuo, logo, se trata de sentença ilíquida, portanto, resta-se necessária a Remessa Necessária no caso dos autos. É o relatório. Peço dia. Cuiabá, 7 de novembro de 2019.

Desa. Helena Maria Bezerra Ramos Relatora V O T O R E L A T O R Data da sessão: Cuiabá-MT, 16/12/2019

Acórdão Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1000503-90.2017.8.11.0045
Parte(s) Polo Ativo:
SERGIO BARBIERI (EMBARGANTE)
ALBERTO JOSE GIARETTA (EMBARGANTE)
ESTADO DE MATO GROSSO (EMBARGANTE)
RICARDO SCHOLL (EMBARGANTE)
CLAUDIA SCHOLL URIO (EMBARGANTE)
MARLENE ANTONIA SCHOLL BARBIERI (EMBARGANTE)
MARILISE SCHOLL GIARETTA (EMBARGANTE)
RENATE SCHOLL (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDUARDO DESIDERIO OAB - MT40321-O (ADVOGADO)
FABIO LUIS ANTONIO OAB - PR31149-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SERGIO BARBIERI (EMBARGADO)
RICARDO SCHOLL (EMBARGADO)
RENATE SCHOLL (EMBARGADO)
ESTADO DE MATO GROSSO (EMBARGADO)
MARLENE ANTONIA SCHOLL BARBIERI (EMBARGADO)
MARILISE SCHOLL GIARETTA (EMBARGADO)
CLAUDIA SCHOLL URIO (EMBARGADO)
ALBERTO JOSE GIARETTA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIO LUIS ANTONIO OAB - PR31149-O (ADVOGADO)
EDUARDO DESIDERIO OAB - MT40321-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO Número Único: 1000503-90.2017.8.11.0045 Classe: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689) Assunto: [ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias] Relator: Des(a). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS Turma Julgadora: [DES(A). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, DES(A). ALEXANDRE ELIAS FILHO, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). EDSON DIAS REIS, DES(A). GILBERTO LOPES BUSSIKI, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA, DES(A). LUIZ CARLOS DA COSTA, DES(A). MARCIO VIDAL, DES(A). MARIA APARECIDA RIBEIRO, DES(A). MARIA APARECIDA RIBEIRO, DES(A). MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK, DES(A). MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA] Parte(s): [ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0020-07 (EMBARGADO), ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0020-07 (REPRESENTANTE), RICARDO SCHOLL - CPF: 627.707.649-34 (EMBARGANTE), EDUARDO DESIDERIO - CPF: 032.839.869-16 (ADVOGADO), MARILISE SCHOLL GIARETTA - CPF: 524.672.959-15 (EMBARGANTE), RENATE SCHOLL - CPF: 810.546.109-91 (EMBARGANTE), CLAUDIA SCHOLL URIO - CPF: 809.092.139-68 (EMBARGANTE), MARLENE ANTONIA SCHOLL BARBIERI - CPF: 196.362.459-91 (EMBARGANTE), SERGIO BARBIERI - CPF: 186.650.989-68 (EMBARGANTE), ALBERTO JOSE GIARETTA - CPF: 453.211.329-68 (EMBARGANTE), FABIO LUIS ANTONIO - CPF: 024.549.009-47 (ADVOGADO), ALBERTO JOSE GIARETTA - CPF: 453.211.329-68 (EMBARGADO), CLAUDIA SCHOLL URIO - CPF: 809.092.139-68 (EMBARGADO), EDUARDO DESIDERIO - CPF: 032.839.869-16 (ADVOGADO), FABIO LUIS ANTONIO - CPF: 024.549.009-47 (ADVOGADO), MARILISE SCHOLL GIARETTA - CPF: 524.672.959-15 (EMBARGADO), MARLENE ANTONIA SCHOLL BARBIERI - CPF: 196.362.459-91 (EMBARGADO), RENATE SCHOLL - CPF: 810.546.109-91 (EMBARGADO), RICARDO SCHOLL - CPF: 627.707.649-34 (EMBARGADO), SERGIO BARBIERI - CPF: 186.650.989-68 (EMBARGADO), ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0020-07 (EMBARGANTE)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). MARCIO VIDAL, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU OS EMBARGOS DE RICARDO SCHOLL E PROVEU DO ESTADO DE MATO GROSSO. E M E N T A E M E N T A EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – OMISSÃO – VÍCIO EXISTENTE –HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – EXORBITANTES – NECESSIDADE DE FIXAÇÃO POR EQUIDADE – REDUÇÃO – EMBARGOS DO ESTADO DE MATO GROSSO PROVIDOS – SENTENÇA RETIFICADA EM PARTE – EMBARGOS RICARDO SCHÖOLL E OUTROS – DESPROVIDO. 1 - Nos termos do art. 1.022 do CPC, cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para (i) esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, (ii) suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, bem como para (iii) corrigir erro material. 2 - A minoração dos honorários, por meio da interpretação extensiva do artigo 85, § 8º, do NCPC, com a adoção da apreciação equitativa, em detrimento do escalonamento pré-determinado, é medida excepcional, podendo ser adotada tão somente quando o valor dos honorários advocatícios obtidos pelo método legal mostrar-se demasiadamente exorbitante, considerando-se a complexidade da causa, o trabalho desenvolvido, o tempo de tramitação e o local da prestação dos serviços, gerando enriquecimento sem causa. 3 - Inteligência do artigo 85, § 2º, do CPC/15, em homenagem aos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da equidade, interpretação extensiva do § 8º, do art. 85, do CPC/15. (TJMT, Recurso de Apelação/Remessa Necessária nº. 99802/2017, Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo, Relª. Desa. Maria Erotides Kneip, julgado em 22-10-2018). R E L A T Ó R I O EMBARGANTE: ESTADO DE MATO GROSSO EMBARGADOS: RICARDO SCHÖOLL E OUTROS RELATÓRIO EXMA. SRA. DESA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS Egrégia Câmara: Trata-se de Embargos de Declaração opostos pelo ESTADO DE MATO GROSSO e por RICARDO SCHÖOLL E OUTROS, com fulcro no artigo 1.022 do Código de Processo Civil, com fulcro no artigo 1.022 do Código de Processo Civil, contra acórdão proferido por esta Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo, na Apelação interposta pela Embargante, que NEGOU PROVIMENTO ao Apelo do Estado, mantendo incólume a r. sentença que extinguiu a execução fiscal, condenado o Estado de Mato Grosso ao pagamento de honorários advocatícios no percentual de 10% do valor da causa. Nas suas razões (id. 18613236), o Estado Embargante afirma que houve omissão no julgado, haja vista que não foi analisado seu pedido quanto à redução dos honorários advocatícios sucumbenciais, pois o valor da dívida atualizado atinge o montante de R$ 1.226.698,08 (um milhão duzentos e vinte e seis mil, seiscentos e noventa e oito reais e oito centavos). Requereu seja provido os Embargos Declaratórios, para reduzir os honorários sucumbenciais, fixando-os por equidade ou, subsidiariamente, pugna pela redução da verba honorária para o mínimo legal, de 8% (oito por cento), aplicando-se a regra do inciso II do § 3º do art. 85 do CPC. Nas suas razões (id. 17332006), o Embargante RICARDO SCHÖOLL E OUTROS, que o acórdão foi omisso, pois requereu nas suas contrarrazões a majoração dos honorários advocatícios. Nas suas contrarrazões, RICARDO SCHÖOLL E OUTROS requer a rejeição dos Embargos opostos pelo Estado de Mato Grosso. O Estado de Mato Grosso não apresentou contrarrazões, conforme certificado no id. 20930021. É o relatório. Peço dia. Cuiabá-MT, 2 de dezembro de 2019. Helena Maria Bezerra Ramos Relatora V O T O R E L A T O R Data da sessão: Cuiabá-MT, 16/12/2019

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0004613-42.2012.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSCELINO RODRIGUES NETO - ME (APELADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO Número Único: 0004613-42.2012.8.11.0008 Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) Assunto: [ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias] Relator: Des(a). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS Turma Julgadora: [DES(A). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, DES(A). ALEXANDRE ELIAS FILHO, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). EDSON DIAS REIS, DES(A). GILBERTO LOPES BUSSIKI, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA, DES(A). LUIZ CARLOS DA COSTA, DES(A). MARCIO VIDAL, DES(A). MARIA APARECIDA RIBEIRO, DES(A). MARIA APARECIDA RIBEIRO, DES(A). MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK, DES(A). MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA] Parte(s): [ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0005-78 (APELANTE), ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0005-78 (REPRESENTANTE), JOSCELINO RODRIGUES NETO - ME - CNPJ: 05.577.850/0001-70 (APELADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). MARCIO VIDAL, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, PROVEU O RECURSO. E M E N T A EMENTA APELAÇÃO CÍVEL – TRIBUTÁRIO – EXECUÇÃO

FISCAL –TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO – AUSÊNCIA DE DECLARAÇÃO E PAGAMENTO – IMPOSSIBILIDADE DE LEVAR EM CONSIDERAÇÃO A DATA DO VENCIMENTO DO TRIBUTO - LANÇAMENTO DE OFÍCIO PELA AUTORIDADE FISCAL – CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DO CRÉDITO MEDIANTE NOTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE DENTRO DO PRAZO PERTINENTE – AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL DENTRO DO PRAZO DE CINCO ANOS (CTN, ART. 174) – PRESCRIÇÃO AFASTADA - RECURSO PROVIDO – SENTENÇA REFORMADA. No tocante aos tributos sujeitos ao lançamento por homologação, não havendo entrega da declaração ou o recolhimento do tributo, o prazo decadencial deve ser contado a partir do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ser efetuado, nos termos do art. 173, I, do CTN. Precedentes do STJ. A constituição do crédito tributário somente se efetiva com a notificação do contribuinte. Não transcorrido mais de cinco anos entre a constituição definitiva do crédito tributário e o ajuizamento da ação de execução, deve ser afastada a ocorrência da prescrição do crédito tributário. R E L A T Ó R I O PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL Nº. 0004613-42.2012 APELANTE: ESTADO DE MATO GROSSO APELADO: JOSCELINO RODRIGUES NETO-ME RELATÓRIO EXMA. SRA. DESA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS (RELATORA) Egrégia Câmara: Trata-se de Recurso de Apelação apresentado pelo Estado de Mato Grosso contra sentença proferida pelo Juízo da Primeira Vara Cível da Comarca de Barra do Bugres/MT, que, nos autos da Execução Fiscal nº. 4613-42.2012.811.0008, movida em desfavor de Joscelino Rodrigues Neto-ME, reconheceu a prescrição da ação executiva com fulcro no artigo 174 do CTN, julgando extinta a execução com resolução do mérito, nos termos do artigo 156, V, do CTN, c/c 269, IV, do CPC. Sustenta o Recorrente que, na hipótese dos autos, o crédito tributário decorreu de falta de recolhimento do ICMS devido à título de diferencial de alíquota pela empresa Apelada. Ou seja, ao verificar o recolhimento do ICMS pela Apelada, o Fisco constatou que não houve pagamento, tampouco declaração, o que configura o cometimento de infração, autorizando o lançamento de ofício pela Fazenda Pública, nos termos do art. 149, II, VI, do CTN. Esclarece que, por se tratar de lançamento de ofício feito pela Fazenda Pública ao constatar infração à norma jurídica, utiliza-se a regra do artigo 173 do CTN, para contagem do prazo decadencial para a Fazenda constituir o crédito tributário, que se inicia no primeiro dia útil do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ser efetuado. Afirma que, no caso dos autos, conforme demonstrativo de fls. 6, os fatos geradores ocorreram em 2006 e 2007, do modo que o início do prazo para a Fazenda efetuar o lançamento de oficio é 01/2007 e 01/2008, respectivamente, nos termos do art. 173, I, do CTN. Sob esse prisma, explica que a Fazenda Pública Estadual não ficou inerte, porquanto lançou e emitiu o Aviso de Cobrança nº. 163167-2011 à Apelada em 18-5-2011, que foi recebido em 3-6-2011, dentro do prazo decadencial. Explana que, considerando que o lançamento se concretizou pela notificação do sujeito passivo em 3-6-2011, apenas nessa data constituiu em definitivo o crédito tributário, dando início ao prazo prescricional de 5 (cinco) anos para a Fazenda cobrar seus créditos. Assegura que, ao verificar que a execução fiscal foi proposta em novembro de 2012, há 1 (um) ano e 6 (seis) meses da constituição definitiva do crédito tributário, é de se reconhecer que não se consumou o prazo prescricional, como consignado na sentença. Assevera que, o Juiz de Primeiro Grau considerou o prazo do artigo 174 do CTN, contando da data do vencimento da dívida, sem atentar que tal regra é aplicável para os tributos lançados por homologação quando o contribuinte declara, mas não paga a exação, o que difere do presente caso em que o Apelado não declarou, tampouco recolheu o tributo devido, autorizando a Fazenda Pública, diante da infração cometida, efetuar o lançamento de ofício, aplicando-se a regra do prazo decadencial do artigo 173, I, do CTN. Anota que, considerando que o recebimento do Aviso de Cobrança constitui uma das modalidades de constituição do crédito tributário, a partir desta data se dá o início do prazo prescricional da Fazenda Pública cobrar seus créditos, qual seja, 3-6-2011. Com essas considerações, requer o provimento do apelo para reformar a sentença recorrida já que a prescrição não se operou no caso dos autos, ordenando, por conseguinte, o prosseguimento da execução fiscal. Sem contrarrazões. Desnecessária a manifestação da Procuradoria-Geral de Justiça, conforme disposição da Súmula 189 do STJ. É o relatório. Cuiabá (MT), 7 de novembro de 2019. Desa. Helena Maria Bezerra Ramos Relatora V O T O R E L A T O R Data da sessão: Cuiabá-MT, 16/12/2019

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1002820-10.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SIZALTINA LIMA DE O PORTELA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIA NIEDERLE OAB - MT10458-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO Número Único: 1002820-10.2016.8.11.0041 Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) Assunto: [Índice de 11,98%] Relator: Des(a). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS Turma Julgadora: [DES(A). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, DES(A). ALEXANDRE ELIAS FILHO, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). EDSON DIAS REIS, DES(A). GILBERTO LOPES BUSSIKI, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA, DES(A). LUIZ CARLOS DA COSTA, DES(A). MARCIO VIDAL, DES(A). MARIA APARECIDA RIBEIRO, DES(A). MARIA APARECIDA RIBEIRO, DES(A). MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK, DES(A). MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA] Parte(s): [SIZALTINA LIMA DE O PORTELA - CPF: 10672834120 (APELANTE), MARCIA NIEDERLE - CPF: 535.434.911-72 (ADVOGADO), ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0020-07 (APELADO), ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0003-06 (REPRESENTANTE), ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0003-06 (APELADO), MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). MARCIO VIDAL, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, PROVEU O RECURSO. E M E N T A EMENTA APELAÇÃO – AÇÃO DE COBRANÇA – SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL – CONVERSÃO DE MOEDA DE CRUZEIRO REAL EM URV – SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA – PRESCRIÇÃO DO FUNDO DO DIREITO – AFASTADA - DEFASAGEM REMUNERATÓRIA DECORRENTE DA CONVERSÃO ERRÔNEA E PERCENTUAL DEVIDO – IMPRESCINDIBILIDADE DE SUA LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO – INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA – OS ÍNDICES PARA ATUALIZAÇÃO DO DÉBITO SERÃO FIXADO NA LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA, OBSERVANDO O QUE VIER A SER DECIDIDO PELO STF NO JULGAMENTO DO TEMA 810 - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – DEFINIDOS QUANDO LIQUIDADA A SENTENÇA – SENTENÇA REFORMADA – RECURSO PROVIDO. 1. Tratando-se de parcelas de trato sucessivo, que se renova mês a mês, ocorre a prescrição apenas das prestações referentes ao quinquênio anterior à propositura da ação, conforme orientação consolidada na Súmula nº 85 do colendo Superior Tribunal de Justiça. 2. Os Tribunais Superiores já pacificaram entendimento de que os servidores públicos federais, estaduais ou municipais - inclusive do Poder Executivo - têm direito ao acréscimo da diferença decorrente da conversão de seus vencimentos para a Unidade Real de Valor - URV, nos moldes previstos na Lei 8.880/94, levando-se em conta a data do efetivo pagamento. (Ag 126295/2015, DESA. MARIA APARECIDA RIBEIRO, TERCEIRA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 12/12/2016, publicado no DJE 16/12/2016) 3. Para a fixação do índice decorrente da conversão de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor, deve ser considerada a reestruturação financeira da carreira, acaso ocorrida, consoante decidiu o Supremo Tribunal Federal: STF, Tribunal Pleno, RE 561836/RN, relator Ministro Luiz Fux, DJe 10/2/2014 (Apelação/Remessa Necessária 85268/2016, Rel. Des. Luiz Carlos da Costa, 4ª Câmara Cível, julgado em 19.07.2016). 4. Somente em liquidação de sentença por arbitramento poderá ser apurada a concreta existência de defasagem remuneratória, bem como o eventual índice, decorrente da utilização do método de conversão previsto na lei nº 8.880, de 27 de maio de 1994. R E L A T Ó R I O APELANTE: SIZALTINA LIMA DE O. PORTELA APELADO: ESTADO DE MATO GROSSO RELATÓRIO. EXMA. SRA. DESA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS Egrégia Câmara: Trata-se de Recurso de Apelação Cível interposto por Sizaltina Lima de O. Portela contra sentença proferida pelo Juízo da Primeira Vara Especializada da Fazenda Pública da Comarca da Capital, prolatada nos autos da Ação Ordinária de Cobrança, movida contra o Estado de Mato Grosso, que reconheceu a ocorrência da prescrição quinquenal, julgando

improcedentes os pedidos formulados, nos termos do artigo 487, incisos I e II, do Código de Processo Civil. Condenou a parte Requerente ao pagamento das custas processuais, e honorários advocatícios do patrono do requerido, arbitrados em 10% sobre o valor atualizado da causa, nos termos do artigo 85, §2º, incisos I a IV, do CPC, cuja exigibilidade ficará suspensa, enquanto perdurar a sua impossibilidade em adimpli-la, a teor do estatuído no artigo 98, §3º, do CPC/2015. Nas razões recursais, a Apelante aduz que a sentença merece ser reformada, uma vez que o Tribunal de Justiça sempre afastou a alegação prescrição do fundo de direito sustentada na tese da reestruturação da carreira com a implantação do subsídio. Alega que, todas as apelações foram debatidas e decididas pelo Tribunal de Justiça, no contexto da decisão do Supremo Tribunal Federal, evidenciando que a questão não é tão simples como entendeu o Julgador de Piso, segundo o qual basta que tenha havido a implantação do subsídio para que o pedido seja dado por improcedente sob escora na ocorrência da prescrição. Assevera que, o pedido não pode ser julgado improcedente pela ocorrência da prescrição escorando fundamento na simples alegação do Estado/Recorrido de que promoveu a reestruturação da carreira, sem comprovar que supriu expressamente a perda decorrente da conversão da URV, principalmente em se considerando que a simples alegação da implantação da lei do subsídio, por si só, não tem o condão de afastar o direito à percepção da diferença decorrente da errônea conversão da URV. Afiança que, há, pois, a necessidade da comprovação, em concreto, de que determinada lei tenha absorvido expressamente a perda decorrente da conversão da URV, principalmente em se considerando que o próprio precedente do STF (RE 561836) diz com todas as letras que é descabida a pretensa compensação do percentual devido ao servidor em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV com aumentos supervenientes a título de reajuste e revisão de remuneração. Assim, pugna para que o recurso seja conhecido, com vista a reforma da sentença, acolhendo o pedido para condenar o Estado a incorporar o percentual decorrente da errônea conversão da URV, bem como a pagar a verba pretérita nos moldes formulados na inicial, invertendo-se os ônus da sucumbência. Nas contrarrazões apresentadas (Id n. 2643746), o Recorrido rechaça as teses mencionadas, pugnando pelo desprovimento do recurso, com a manutenção da r. sentença. A Procuradoria-Geral de Justiça em parecer (Id n. 3046321), manifestou pela ausência de interesse público a justificar a intervenção ministerial. É o relatório. Peço dia. Cuiabá (MT), 5 de novembro de 2019. Desa. Helena Maria Bezerra Ramos Relatora V O T O R E L A T O R Data da sessão: Cuiabá-MT, 16/12/2019

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0005368-39.2016.8.11.0004
Parte(s) Polo Ativo:
PA13 EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MICHAEL ANTONIO FERRARI DA SILVA OAB - SP209957 (ADVOGADO)
JOAO PEDRO CAZERTA GABARRA OAB - MT304415-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE PONTAL DO ARAGUAIA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIANA NEVES E SILVA OAB - MT12662-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO Número Único: 0005368-39.2016.8.11.0004 Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) Assunto: [ITBI - Imposto de Transmissão Intervivos de Bens Móveis e Imóveis] Relator: Des(a). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS Turma Julgadora: [DES(A). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, DES(A). ALEXANDRE ELIAS FILHO, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). EDSON DIAS REIS, DES(A). GILBERTO LOPES BUSSIKI, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA, DES(A). LUIZ CARLOS DA COSTA, DES(A). MARCIO VIDAL, DES(A). MARIA APARECIDA RIBEIRO, DES(A). MARIA APARECIDA RIBEIRO, DES(A). MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK, DES(A). MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA] Parte(s): [PA13 EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA. - CNPJ: 18.872.678/0001-20 (APELANTE), JOAO PEDRO CAZERTA GABARRA - CPF: 321.524.358-00 (ADVOGADO), MUNICIPIO DE PONTAL DO ARAGUAIA - CNPJ: 33.000.670/0001-67 (APELADO), LUCIANA NEVES E SILVA - CPF: 666.767.201-59 (ADVOGADO), MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0018-92 (CUSTOS LEGIS), MICHAEL ANTONIO FERRARI DA SILVA - CPF: 273.540.108-12 (ADVOGADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). MARCIO VIDAL, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, PROVEU O RECURSO. E M E N T A E M E N T A APELAÇÃO CÍVEL – MANDADO DE SEGURANÇA – ISENÇÃO TRIBUTÁRIA – ITBI – BENS INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO DA PESSOA JURÍDICA EM REALIZAÇÃO DE CAPITAL – IMPOSSIBILIDADE DE AVERIGUAÇÃO DA ATIVIDADE PREPONDERANTE NOS TRÊS PRIMEIROS ANOS SEGUINTES À DATA DA AQUISIÇÃO – INTELIGÊNCIA DO ART. 37, § 3º DO CTN – IMUNIDADE – APLICABILIDADE – RECURSO PROVIDO. Não incide o Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis ITBI na incorporação de imóvel para realização de capital social de empresa adquirente, cuja atividade preponderante, anteriores ao triênio legal, em nada se assemelha à venda ou locação de propriedade imobiliária ou a cessão de direitos relativos à sua aquisição, conforme o disposto no artigo 37, §§ 1º e 2º, do Código Tributário Nacional. Por outro lado, a exoneração do tributo é condicionada ao triênio seguinte à aquisição/incorporação dos bens, e desde que comprovada à preponderância de negócios imobiliários. Inteligência do art. 37, § 3º, CTN. R E L A T Ó R I O APELANTE(S): P. A 13 EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA APELADO(S): MUNICÍPIO DE PONTAL DO ARAGUAIA - MT RELATÓRIO EXMA. SRA. DESA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS Egrégia Câmara: Trata-se de Recurso de Apelação interposto por P. A 13 EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, em face da r. sentença proferida pelo Juízo da 4ª Vara da Comarca de Barra do Garças que, nos autos do Mandado de Segurança nº. 0005368-39.2016, impetrado pela Apelante em face do Presidente da Comissão Avaliação de Bens Imóveis – ITBI de Pontal do Araguaia-MT, denegou a segurança. Consta da r. sentença que não restou devidamente demonstrada que a Impetrante, ora Apelante, faz jus à isenção do imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI para integralização de capital, nos termos do artigo 156, § 2º, II da CF e artigos 36, I e 37, § 3º, do CTN. Nas suas razões alega a Impetrante que impetrou o presente mandamus para ver reconhecido o seu direito líquido e certo à não-incidência de ITBI na operação de incorporação dos imóveis dos sócios ao seu patrimônio. Argumenta que, a empresa Apelante foi constituída em 13-9-2013 e a incorporação dos imóveis em 25-9-2014 (1ª alteração contratual), conforme informado na 2ª alteração do Contrato Social, ou seja, não transcorreu o lapso temporal de 2 anos da constituição da empresa Apelante e a incorporação dos imóveis ao seu patrimônio, motivo pelo qual deve ser aplicado § 2º do art. 37 do CTN, na qual dispõe que, quando a atividade da pessoa jurídica se iniciar após a aquisição dos imóveis a apuração desse percentual de 50% levará em conta os 3 (três) primeiros anos seguinte à data da aquisição. Ressalta que, caso seja constatado, após o transcurso dos 3 anos referidos no § 2º, que a Apelante teve atividade preponderantemente imobiliária, o § 3º do mesmo art. 37 é claro ao dispor que o Apelado terá o direito de exigir o ITBI na operação na medida em que tornar-se-á devido o imposto, nos termos da lei vigente à data da aquisição, sobre o valor do bem ou direito nessa data, com os devidos acréscimos legais. Argumenta que, foi anexado aos autos declaração do seu contador, na qual informa que a empresa Apelante não teve movimentação contábil desde a sua constituição até 13 de maio de 2016. Ou seja, não teve qualquer atividade que ensejou receita operacional à ela, comprovando que teve receita oriunda de venda ou locação de propriedade imobiliária ou a cessão de direitos relativos à sua aquisição. Aduz que, a única condicionante imposta pela legislação que impede o reconhecimento dessa não incidência é no caso de a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil. Requereu a reforma da r. sentença, com a concessão da ordem mandamental. A Município Apelado contrarrazoou, id. 7619238, pugnando pelo desprovimento do recurso, bem como condenação do Apelante aos honorários recursais. A Procuradoria Geral de Justiça se manifestou, id. 8278115, pelo desprovimento da Apelação. É o relatório. Peço dia. Cuiabá, 2 de dezembro de 2019. Desa. Helena Maria Bezerra Ramos Relatora V O T O R E L A T O R Data da sessão: Cuiabá-MT, 16/12/2019

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001087-61.2017.8.11.0018
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE JUARA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:

MARCELO JUNIOR GONCALVES OAB - MT8787-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
GOIAZEM ARMAZENS GERAIS TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA - EPP (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VICTOR HUGO DE CAMPOS SANTOS OAB - MT12839-O (ADVOGADO)
LINDAMIR MACEDO DE PAIVA OAB - MT16164-O (ADVOGADO)
JOYCE DE OLIVEIRA SILVA CAMPOS OAB - MT12923-O (ADVOGADO)
THAIS DE OLIVEIRA SILVA CAMPOS OAB - MT12585-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
PEDRO ABRAO JUNIOR (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO Número Único: 0001087-61.2017.8.11.0018 Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) Assunto: [Reintegração de Posse] Relator: Des(a). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS Turma Julgadora: [DES(A). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, DES(A). ALEXANDRE ELIAS FILHO, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). EDSON DIAS REIS, DES(A). GILBERTO LOPES BUSSIKI, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA, DES(A). LUIZ CARLOS DA COSTA, DES(A). MARCIO VIDAL, DES(A). MARIA APARECIDA RIBEIRO, DES(A). MARIA APARECIDA RIBEIRO, DES(A). MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK, DES(A). MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA] Parte(s): [GOIAZEM ARMAZENS GERAIS TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA - EPP - CNPJ: 02.587.681/0005-95 (APELADO), VICTOR HUGO DE CAMPOS SANTOS - CPF: 711.940.701-59 (ADVOGADO), LINDAMIR MACEDO DE PAIVA - CPF: 011.991.931-19 (ADVOGADO), JOYCE DE OLIVEIRA SILVA CAMPOS - CPF: 007.429.411-32 (ADVOGADO), THAIS DE OLIVEIRA SILVA CAMPOS - CPF: 927.030.461-20 (ADVOGADO), PEDRO ABRAO JUNIOR - CPF: 216.778.591-72 (APELADO), MUNICIPIO DE JUARA - CNPJ: 15.072.663/0001-99 (APELANTE), MARCELO JUNIOR GONCALVES - CPF: 326.922.772-87 (ADVOGADO), MUNICIPIO DE JUARA - CNPJ: 15.072.663/0001-99 (REPRESENTANTE), PEDRO ABRAO JUNIOR - CPF: 216.778.591-72 (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). MARCIO VIDAL, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, REJEITOU A NULIDADE DE SENTENÇA E PROVEU PARCIALMENTE O RECURSO. E M E N T A E M E N T A RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE – LIMINAR INDEFERIDA – REQUISITOS DO ART. 927 DO CPC –DESNECESSIDADE DEAUDIÊNCIA DE JUSTIFICAÇÃO PRÉVIA –CONFIGURAÇÃO – REINTEGRAÇÃO DE POSSE – COMPROVAÇÃO DA POSSE E DO ESBULHO – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – EXORBITANTES – NECESSIDADE DE FIXAÇÃO POR EQUIDADE – REDUÇÃO – MULTA – LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ – AFASTADA – APELO PROVIDO EM PARTE. 1 – Nos termos do art. 927, do Código de Processo Civil, tratando-se de ação de reintegração de posse, faz-se necessária a demonstração da posse, além do esbulho praticado pela parte demandada. 2 – Inexiste obrigatoriedade na designação de audiência de justificação prévia (art. 928 do CPC), estando o magistrado convencido da improcedência do pleito de reintegração liminar. 3 – A teor do artigo 560 do CPC, o possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de turbação e reintegrado em caso de esbulho. Para tanto, cabe à parte-postulante demonstrar a sua posse (anterior), o esbulho (reintegração de posse) ou a turbação (manutenção de posse), a data em que ocorreu a perda da posse, consoante determina o artigo 561 do CPC. 4 – A minoração dos honorários, por meio da interpretação extensiva do artigo 85, § 8º, do NCPC, com a adoção da apreciação equitativa, em detrimento do escalonamento pré-determinado, é medida excepcional, podendo ser adotada tão somente quando o valor dos honorários advocatícios obtidos pelo método legal mostrar-se demasiadamente exorbitante, considerando-se a complexidade da causa, o trabalho desenvolvido, o tempo de tramitação e o local da prestação dos serviços, gerando enriquecimento sem causa. 5 - Inteligência do artigo 85, § 2º, do CPC/15, em homenagem aos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da equidade, interpretação extensiva do § 8º, do art. 85, do CPC/15. (TJMT, Recurso de Apelação/Remessa Necessária nº. 99802/2017, Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo, Relª. Desa. Maria Erotides Kneip, julgado em 22-10-2018). 6 – O dever de veracidade não cria a obrigação da alegação completa, incluindo-se fatos que sejam prejudiciais à parte. Dizer a verdade não impede que a parte omita fatos contrários aos seus interesses, havendo diferença entre o dever de alegação total (todos os fatos relacionados à causa de pedir ou ao fundamento da defesa) e o dever de veracidade (as partes podem escolher os fatos que lhes interessa e dentro desse limite impõe-se o dever de falar a verdade). 7 – De tal sorte, afasto a averbação da parte como litigante de má-fé, sobretudo porque não configurada quaisquer das hipóteses previstas pelo art. 80 do CPC. R E L A T Ó R I O APELANTE(S): MUNICÍPIO DE JUARA APELADO(S): GOIAZEM – GOIÂNIA DE ARMAZENS GERAIS RELATÓRIO EXMA. SRA. DESA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS Egrégia Câmara: Trata-se de Recurso de Apelação interposto pelo MUNICÍPIO DE JUARA, em face da r. sentença proferida pelo Juízo da Primeira Vara da Comarca de Juara que, nos autos da Ação de Reintegração de Posse nº. 0001087-61.2017, interposta pela empresa GOIAZEM – GOIÂNIA DE ARMAZENS GERAIS em face da Município Apelante, julgou procedente o pedido para reintegrar a empresa Autora definitivamente na posse do imóvel descrito na inicial, situado na Avenida José Alves Bezerra, nº 1522, Bairro Centro, Juara/MT, fixando o prazo de 15 (quinze) dias para desocupação voluntária. Condenou-o, ainda, ao pagamento de das custas, despesas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da causa, bem como à multa de 1% (um por cento) do valor corrigido da causa pela litigância de má-fé. Trata-se de Ação de Reintegração de Posse na qual a Autora alega ter adquirido do Município Requerido, em 1987, mediante escritura pública, detendo a posse desde de então e que, em 27-2017, viu seu imóvel invadido pela Apelante. Nas suas razões, alega o Município que o Juízo se equivocou, haja vista que restou comprovada a posse da empresa Apelada e sim a propriedade. Afirma que os honorários advocatícios estão em desacordo com o art. 85, § 3º, III, do CPC, pois, o valor da causa é de R$ 3.010.000,00 (três milhões e dez mil reais). Argumenta que a sentença é nula, haja vista a necessidade de audiência de justificação, o que foi ignorado pelo Juízo de 1º Grau. Diz que não restou demonstrado o esbulho possessório, pois quem invadiu o imóvel foi o Deputado Oscar Bezerra e não o Município Apelante. Ressalta que a empresa Apelada não demonstrou posse anterior e sim a propriedade, bem como não comprovou que o esbulho foi pratico pelo Município. Por fim, quanto à multa aplicada, diz que não pode ser punido por ato de pessoas estranhas à administração pública, tal como o Deputado Oscar Bezerra que causou todo o tumulto com relação ao esbulho possessório. Requereu seja provido o recurso, invertendo-se o ônus da sucumbência. A empresa Apelada contrarrazoou, ids. 7349134, 7349135, 7349136, 7349137, 7349138, 7349139, 7349140, 7349141, 7349142, pugnando pelo desprovimento do recurso. O Ministério Público no 1º Grau, id. 7349091, informou que inexiste interesse ministerial na lide. É o relatório. Peço dia. Cuiabá, 2 de dezembro de 2019. Desa. Helena Maria Bezerra Ramos Relatora V O T O R E L A T O R Data da sessão: Cuiabá-MT, 16/12/2019

Acórdão Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0028360-48.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EMBARGANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CLOVIS DE BRITO BORTOLO (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DORIANE JUREMA PSENDZIUK CARVALHO OAB - MT5262-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO Número Único: 0028360-48.2014.8.11.0041 Classe: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689) Assunto: [Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução] Relator: Des(a). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS Turma Julgadora: [DES(A). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, DES(A). ALEXANDRE ELIAS FILHO, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). EDSON DIAS REIS, DES(A). GILBERTO LOPES BUSSIKI, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA, DES(A). LUIZ CARLOS DA COSTA, DES(A). MARCIO VIDAL, DES(A). MARIA APARECIDA RIBEIRO, DES(A). MARIA APARECIDA RIBEIRO, DES(A). MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK, DES(A). MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA] Parte(s): [ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0020-07 (EMBARGANTE), MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0018-92 (REPRESENTANTE), CLOVIS DE BRITO BORTOLO - CPF: 927.886.458-72 (EMBARGADO),

DORIANE JUREMA PSENDZIUK CARVALHO - CPF: 696.244.700-06 (ADVOGADO), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). MARCIO VIDAL, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, REJEITOU OS EMBARGOS DECLARATÓRIOS. E M E N T A E M E N T A EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – OMISSÃO E OBSCURIDADE – VÍCIOS INEXISTENTES – DECISÃO COLEGIADA CLARA E COERENTE – EMBARGOS REJEITADOS. 1 - Não havendo erro, omissão, contradição ou obscuridade no acórdão, mas mero inconformismo do embargante com o julgamento que lhe foi desfavorável, a rejeição dos embargos de declaração é medida que se impõe. 2 – "Revelam-se incabíveis os embargos de declaração, quando inexistentes os vícios que caracterizam os pressupostos legais de embargabilidade (CPC, art. 535), tal recurso, com desvio de sua específica função jurídico-processual, vem a ser utilizado com a finalidade de instaurar, indevidamente, uma nova discussão sobre a controvérsia jurídica já apreciada pelo Tribunal" (STF, AI 466.622 AgR-ED-ED-ED-ED/SP, Segunda Turma, Rel. Min. Celso de Mello, DJe 28/11/2012). R E L A T Ó R I O EMBARGANTE: ESTADO DE MATO GROSSO EMBARGADO: CLÓVIS DE BRITO BORTOLO RELATÓRIO EXMA. SRA. DESA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS Egrégia Câmara: Trata-se de Embargos de Declaração opostos pelo ESTADO DE MATO GROSSO, com fulcro no artigo 1.022 do Código de Processo Civil, contra acórdão proferido por esta Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo que, negou provimento ao Recurso de Apelação interposto pelo Estado de Mato Grosso, mantendo incólume a r. sentença que julgou improcedentes os Embargos à Execução, mantendo hígido o título exequendo, determinando o prosseguimento da execução, condenando o Recorrente, ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa. Nas suas razões, o Embargante afirma que houve omissão no julgado, haja vista que, ao rejeitar a arguição de prescrição quinquenal, este Sodalício deixou de se manifestar sobre matéria que deveria ser conhecida de ofício, quanto aos efeitos do silêncio administrativo sobre requerimento formulados à Administração Pública Estadual. Afirma ser necessário a suspensão do cumprimento de sentença. O Embargado não contrarrazoou, conforme certificado no id. 18552477. É o relatório. Peço dia. Cuiabá, 2 de dezembro de 2019. Desa. Helena Maria Bezerra Ramos Relatora V O T O R E L A T O R Data da sessão: Cuiabá-MT, 16/12/2019

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0004026-23.2012.8.11.0007
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-A (ADVOGADO)
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA - MT (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CAMILA MARIA DOMINGUES MARQUEZINI OAB - MT15852-B (ADVOGADO)
Outros Interessados:
AURIUM IND E COM DE MADEIRAS LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO Número Único: 0004026-23.2012.8.11.0007 Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) Assunto: [Utilização de bens públicos] Relator: Des(a). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS Turma Julgadora: [DES(A). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, DES(A). ALEXANDRE ELIAS FILHO, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). EDSON DIAS REIS, DES(A). GILBERTO LOPES BUSSIKI, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA, DES(A). LUIZ CARLOS DA COSTA, DES(A). MARCIO VIDAL, DES(A). MARIA APARECIDA RIBEIRO, DES(A). MARIA APARECIDA RIBEIRO, DES(A). MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK, DES(A). MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA] Parte(s): [MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA - MT - CNPJ: 15.023.906/0001-07 (APELADO), CAMILA MARIA DOMINGUES MARQUEZINI - CPF: 337.733.828-47 (ADVOGADO), BANCO DO BRASIL SA - CNPJ: 00.000.000/1391-90 (APELANTE), SERVIO TULIO DE BARCELOS - CPF: 317.745.046-34 (ADVOGADO), JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - CPF: 497.764.281-34 (ADVOGADO), AURIUM IND E COM DE MADEIRAS LTDA - CNPJ: 73.469.181/0001-73 (TERCEIRO INTERESSADO), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). MARCIO VIDAL, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. E M E N T A E M E N T A APELAÇÃO CÍVEL – ANULAÇÃO DE REGISTRO – HIPOTECA SOBRE BEM IMÓVEL DOADO PELO MUNICÍPIO – DECRETO E ESCRITURA PÚBLICA IRREGULAR – NULIDADE – INEXECUÇÃO DOS FINS ALMEJADOS PELA DOAÇÃO – REVOGAÇÃO DA DOAÇÃO – INALIENABILILDADE E IMPENHORABILIDADE DO BEM PÚBLICO – RECURSO DESPROVIDO. 1 – Nos casos de doação de terrenos, deverá constar no Decreto do Executivo, cláusula resolutiva, prazos para a elaboração de projetos, instalações e operacionalização, que não poderá exceder de 2(dois) anos, além de formas de possível reversão dos bens ao patrimônio municipal. 2 – É certo que, nem o decreto de doação, nem as escrituras públicas que materializaram a doação obedeceram a essa exigência, se mostrando, pois, absolutamente irregular, em verdadeiro prejuízo à própria municipalidade, pois dá margem à inexecução dos fins almejados pela doação, que são justamente o incremento da produção visando o desenvolvimento do município. 3- Nem por isso deve ser considerado como arbítrio da donatária promover ou não o projeto industrial, pois esta é uma exigência das leis acima referidas e a própria razão da doação, de forma que a doação é vinculada a cláusula resolutiva expressa na lei. 3 – A doação se tornou inconveniente ao interesse público, devendo ser considerada revogada, sob pena de prejuízo ao patrimônio público e aos próprios munícipes em flagrante descumprimento dos princípios da moralidade, impessoalidade e eficiência da administração pública, consagrada na Constituição Federal, em seu artigo 37. R E L A T Ó R I O APELANTE(S): BANCO DO BRASIL S/A APELADO(S): MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA RELATÓRIO EXMA. SRA. DESA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS Egrégia Câmara: Trata-se de Recurso de Apelação interposto pelo BANCO DO BRASIL S/A, em face da r. sentença proferida pelo Juízo da Primeira Vara da Comarca de Alta Floresta que, nos autos da Ação de anulação de registro nº. 0004026-23.2012, proposta pelo MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA, em face do Apelante e da empresa Aurium Indústria de Madeira Ltda, julgou procedentes os pedidos constantes na inicial, para declarar nula a hipoteca (R-4/10.079) gravame constante no imóvel de matrícula nº 10.079 e via de consequência, declarou extinto com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, concedendo tutela antecipada para determinar o imediato ofício ao Cartório competente para proceder a baixa da hipoteca. Consta da inicial que, em meados de 1995, o Município de Alta Floresta doou à empresa Aurium Indústria de Madeira Ltda, o terreno de matrícula nº 10.079, com o intuito de fomentar a economia municipal, contudo, em razão do não cumprimento do encargo ajuizou ação para revogar a doação, que foi julgada procedente. Afirmou o Município que, no trâmite da doação dessa área a outras empresas se deparou com o registro de hipoteca realizado em 1995 entre a empresa Aurium e o Banco do Brasil, ora Apelante. Segundo o Apelante o imóvel fora dado em garantia em data anterior à revogação da doação, ou seja, quando o imóvel ainda pertencia a empresa Atrium, sendo a hipoteca totalmente legítima e que o contrato entabulado deve ser obedecido, pois a empresa Atrium está inadimplente, em observância do princípio da boa-fé. O Município Apelado contrarrazzou, id. 7656354, pugnando pelo desprovimento do recurso. A Procuradoria Geral de Justiça se manifestou, id. 8393178, informando que inexiste interesse ministerial na lide. É o relatório. Peço dia. Cuiabá, 2 de dezembro de 2019. Desa. Helena Maria Bezerra Ramos Relatora V O T O R E L A T O R Data da sessão: Cuiabá-MT, 16/12/2019

Acórdão Classe: CNJ-93 EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO
Processo Número: 1008308-64.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LEANDRO ARAUJO DA SILVA (EXCIPIENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NICOLAS MASSAHARU ISHITANI OAB - MT15285-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ANTÔNIO FABIO DA SILVA MARQUEZINI, JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CIVEL DA COMARCA DE ALTA FLORESTA - MT (EXCEPTO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
RICARDO DA SILVA COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA - EPP (TERCEIRO

INTERESSADO)
LVL COMERCIO E SERVICOS LTDA. - EPP (TERCEIRO INTERESSADO)
ASIEL BEZERRA DE ARAUJO (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO Número Único: 1008308-64.2019.8.11.0000 Classe: EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO (1231) Assunto: [Impedimento] Relator: Des(a). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS Turma Julgadora: [DES(A). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, DES(A). ALEXANDRE ELIAS FILHO, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). EDSON DIAS REIS, DES(A). GILBERTO LOPES BUSSIKI, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA, DES(A). LUIZ CARLOS DA COSTA, DES(A). MARCIO VIDAL, DES(A). MARIA APARECIDA RIBEIRO, DES(A). MARIA APARECIDA RIBEIRO, DES(A). MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK, DES(A). MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA] Parte(s): [LEANDRO ARAUJO DA SILVA - CPF: 021.624.351-36 (EXCIPIENTE), NICOLAS MASSAHARU ISHITANI - CPF: 690.247.821-04 (ADVOGADO), ANTÔNIO FABIO DA SILVA MARQUEZINI, JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CIVEL DA COMARCA DE ALTA FLORESTA - MT (EXCEPTO), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS), ASIEL BEZERRA DE ARAUJO - CPF: 086.491.288-90 (TERCEIRO INTERESSADO), LVL COMERCIO E SERVICOS LTDA. - EPP - CNPJ: 22.155.537/0001-63 (TERCEIRO INTERESSADO), RICARDO DA SILVA COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA - EPP (TERCEIRO INTERESSADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). MARCIO VIDAL, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, REJEITOU A EXCEÇÃO. E M E N T A EMENTA: EXCEÇÃO DE IMPEDIMENTO – AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – LICITAÇÃO – HIPÓTESES DO ARTIGO 144 E 145 DO CPC – NÃO CONFIGURAÇÃO – EXCEÇÃO REJEITADA. Quando as alegações apresentadas não configuram quaisquer das hipóteses legais de impedimento, diante da inexistência de indícios mínimos capazes de acarretar uma afronta à imparcialidade do Juiz que preside o feito, imperiosa a rejeição da exceção arguida. R E L A T Ó R I O EXCIPIENTE: LEANDRO ARAÚJO DA SILVA EXCEPTO: EXMO. DR. ANTÔNIO FÁBIO DA SILVA MARQUEZINI, JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ALTA FLORESTA/MT RELATÓRIO EXMA. SRA. DESA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS (RELATORA) Egrégia Câmara: Trata-se de Exceção de Impedimento aforada por Leandro Araújo da Silva, em face do magistrado Antônio Fábio da Silva Marquezini, Juiz de Direito da 6ª Vara Cível da Comarca de Alta Floresta/MT, e responsável pela condução dos autos da Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa c/c Ressarcimento de Danos ao Erário com Pedido Liminar de Indisponibilidade de Bens nº 1001491-60.2019.8.11.0007 ajuizada pelo Ministério Público em desfavor do Excipiente e de Asiel Bezerra de Araújo, LVL Comércio e Serviço Ltda. EPP e de Ricardo da Silva Comércio e Serviço Ltda EPP. Aduz o excipiente que, o douto Magistrado excepto não detém imparcialidade para processar e julgar a ação civil pública supramencionada em virtude de ser cunhado da Procuradora Municipal Camila Maria Domingues Marquezini, sob o argumento de que esta concedeu parecer favorável a realização do pregão nº 006/2016 objeto da AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA C/C RESSARCIMENTO DE DANOS AO ERÁRIO COM PEDIDO DE LIMINAR DE INDISPONIBILIDADE DE BENS, podendo a mesma integrar a um dos polos do presente processo ou como testemunha a ser arrolada tendo em vista que confeccionou documento referente a licitação objeto da presente Ação, bem como conforme documentos acostados no processo a Procuradoria do Município se manifestou no sentido de integrar o presente processo. Por essas razões, pugnou pelo reconhecimento do impedimento, com a remessa dos autos ao substituto legal, nos termos do art. 146, § 1º, do CPC, declarando a nulidade de sua decisão liminar; alternativamente, caso não reconhecesse o impedimento, fosse determinada a remessa dos autos apartados ao Tribunal de Justiça, nos termos do art. 146, § 2º, do CPC. O Magistrado excepto afastou o alegado impedimento (ID nº 8143583), ressaltando que além do documento colacionado pelo excipiente (ID. 19956413) não possuir qualquer relação com os pregões objetos da Ação Civil Pública em discussão, ainda que o parecer jurídico proferido pela Procuradora Municipal Camila Maria Domingues Marquezini dissesse respeito aos pregões objetos daqueles autos não prosperaria o alegado impedimento, pois o parecer emitido pela citada Procuradora diz respeito, tão somente, à viabilidade de realização de licitação na modalidade pregão presencial, não fazendo juízo de valor acerca da legalidade dos atos praticados pelos réus. Assevera que, o parecer emitido pela referida Procuradora Municipal, é no sentido de atestar acerca da legalidade de realização de licitação na modalidade de pregão, o que não seria objeto dos autos, eis que o que se discute na Ação Civil Pública não é a legalidade ou não da modalidade de licitação usada pelo réu para adquirir bens para a municipalidade e sim, o superfaturamento de preços para a aquisição de materiais para construção. Ressalta, também, que, a Procuradora que assina o pedido de habilitação nos autos é a Procuradora Municipal Naiara Rossa Morello, logo, a Doutora Camila Maria Domingues Marquezini, como procuradora do município, NÃO ATUA nos presentes autos, tampouco em processos distribuídos junto à Sexta Vara da Comarca de Alta Floresta/MT. Por derradeiro, determinou a suspensão dos autos em que foi arguido o impedimento, bem como requereu a condenação do excipiente em litigância de má-fé, sob o argumento de que se utilizou desta ferramenta processual para tentar anular a decisão liminar proferida em seu desfavor ou ganhar tempo. O presente incidente foi recebido sem efeito suspensivo, nos termos da decisão de ID 8472569. A Procuradoria-Geral de Justiça, em parecer de lavra da Eminente Procuradora de Justiça Eliana Cícero de Sá Maranhão Ayres Campos, opinou pela rejeição da exceção de impedimento (ID 11716480). É o relatório. Peço dia. Cuiabá, 22 de novembro de 2019. Desa. Helena Maria Bezerra Ramos Relatora V O T O R E L A T O R Data da sessão: Cuiabá-MT, 16/12/2019

Acórdão Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1003556-54.2016.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
EDUARDO AMARAL DE SA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVERALDO BATISTA FILGUEIRA JUNIOR OAB - MT11988-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EMBARGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO Número Único: 1003556-54.2016.8.11.0000 Classe: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689) Assunto: [Remoção] Relator: Des(a). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS Turma Julgadora: [DES(A). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, DES(A). LUIZ CARLOS DA COSTA, DES(A). MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK] Parte(s): [ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0003-06 (EMBARGADO), EDUARDO AMARAL DE SA - CPF: 982.840.531-87 (EMBARGANTE), MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS), EVERALDO BATISTA FILGUEIRA JUNIOR - CPF: 011.473.501-83 (ADVOGADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). MARCIO VIDAL, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, REJEITOU OS EMBARGOS DECLARATÓRIOS. E M E N T A E M E N T A EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – OMISSÃO E OBSCURIDADE – VÍCIOS INEXISTENTES – DECISÃO COLEGIADA CLARA E COERENTE – EMBARGOS REJEITADOS. 1 - Não havendo erro, omissão, contradição ou obscuridade no acórdão, mas mero inconformismo do embargante com o julgamento que lhe foi desfavorável, a rejeição dos embargos de declaração é medida que se impõe. 2 – "Revelam-se incabíveis os embargos de declaração, quando inexistentes os vícios que caracterizam os pressupostos legais de embargabilidade (CPC, art. 535), tal recurso, com desvio de sua específica função jurídico-processual, vem a ser utilizado com a finalidade de instaurar, indevidamente, uma nova discussão sobre a controvérsia jurídica já apreciada pelo Tribunal" (STF, AI 466.622 AgR-ED-ED-ED-ED/SP, Segunda Turma, Rel. Min. Celso de Mello, DJe 28/11/2012). R E L A T Ó R I O EMBARGANTE: EDUARDO AMARAL DE SÁ EMBARGADO: ESTADO DE MATO GROSSO RELATÓRIO EXMA. SRA. DESA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS Egrégia Câmara: Trata-se de Embargos de Declaração opostos por EDUARDO AMARAL DE SÁ, com fulcro no artigo 1.022 do Código de Processo Civil, contra acórdão proferido por esta Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo que, deu provimento ao Agravo de Instrumento interposto pelo Estado de Mato Grosso, reformando a decisão de 1º Grau, que nos autos do Mandado de Segurança, deferiu a liminar para determinar a imediata

remoção do Agravado, ora Embargante. Nas suas razões, o Embargante afirma que houve violação ao duplo grau de jurisdição, pois não houve qualquer discussão sobre a existência de vaga no Polo de Cáceres/MT, tratando-se de inovação recursal suscitada em sede de Agravo de Instrumento, sendo omisso ao deixar de analisar a supressão de instância. Afirma que o acórdão é contraditório, quando não leva em consideração o Regimento do órgão, pois o Chefe da Unidade Regional de Cáceres/MT, tinha atribuição para emitir o atestado de existência de vaga no Polo de Cáceres/MT. Argumenta, ainda, que ao proferir a decisão nos autos, este sodalício deixou de conferir a ato normativo devidamente válido no âmbito estadual. Ressalta, por fim, que este Sodalício foi levado a erro, quanto a questão do estágio probatório do servidor, pois, atualmente, não se encontra em estágio probatório e sim devidamente efetivado. Requereu seja provido os Embargos Declaratórios, com efeitos Infringentes. O Embargado contrarrazoou, id. 15134504, requerendo a rejeição dos embargos. É o relatório. Peço dia. Cuiabá, 2 de dezembro de 2019. Desa. Helena Maria Bezerra Ramos Relatora V O T O R E L A T O R Data da sessão: Cuiabá-MT, 16/12/2019

Intimação

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018756-96.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ SACARDI - ME (AGRAVANTE)
LUIS SACARDI (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA ISABEL DELLA VALLE OBERSTEINER OAB - MT5461-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)

Dessa forma, sem prejuízo de uma análise mais acurada por ocasião do julgamento do mérito do presente recurso, INDEFIRO o almejado efeito suspensivo.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019230-67.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LINDINEY ALVES DE MIRANDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCILENE MARIA OLIVEIRA OAB - MT5296-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1019230-67.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 16/12/2019 20:13:04 e distribuído inicialmente para o Des(a). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019257-50.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MECANICA RJ DIESEL LTDA - ME (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FLAVIO ALVES CARVALHO OAB - MT250520-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS NORTE MATO-GROSSENSE - SICREDI NORTE MT (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1019257-50.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 17/12/2019 11:26:13 e distribuído inicialmente para o Des(a). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019249-73.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CAMARA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS ANTONIO MENDES DA SILVA OAB - MT12433-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE ROSARIO OESTE (AGRAVADO)
JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019249-73.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. MÁRCIO VIDAL.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019260-05.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE RIBEIRAOZINHO (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019260-05.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. MÁRCIO VIDAL.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019267-94.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LEONARDO RODRIGUES DE MENDONCA (AGRAVADO)
FERNANDO MENDONCA FRANCA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO GABRIEL SILVA TIRAPELLE OAB - MT10455-O (ADVOGADO)
EDINALDO SOCORRO DA SILVA OAB - MT8186-O (ADVOGADO)

Certifico, que o processo de n. 1019267-94.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 17/12/2019 13:40:46 e distribuído inicialmente para o Des(a). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019277-41.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
HOTEL NACIONAL LTDA - EPP (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DUILIO PIATO JUNIOR OAB - MT3719-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019277-41.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019279-11.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE DE LIMA FILHO (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019279-11.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018914-54.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
SINDICATO DOS INVESTIGADORES DE POLICIA DO ESTADO DE MATO GROSSO - SIAGESPOC/MT (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE TEIXEIRA VIEIRA OAB - DF31718-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Ante o exposto, INDEFIRO a liminar.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019308-61.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:

SERGIO PINTOR (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1019308-61.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 17/12/2019 16:54:28 e distribuído inicialmente para o Des(a). MARCIO VIDAL

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019032-30.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
J. V. L. LIMA - COMERCIO - ME (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCAS ANTONIO BATISTAO OAB - MT16904-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)

"(...) Assim, a Agravante deveria ter juntado nos autos prova cabal da sua hipossuficiência. Desse modo, se os elementos constantes dos autos não são suficientes para afastar a conclusão do magistrado, quanto à capacidade econômica da Empresa Agravante, não há como deferir o pleito de assistência judiciária gratuita. Com essas razões, indefiro o pedido de justiça gratuita, requerido pela empresa J. V. L. LIMA – COMÉRCIO – ME. Intimem-se a Agravante, para recolher as custas processuais, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de não conhecimento do Recurso. Intimem-se e cumpra-se."

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1011135-82.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE CORREIA FILHO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARLON ARTHUR PANIAGO DE OLIVEIRA OAB - MT15828-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Diante do acima exposto, INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela recursal.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1015836-52.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
OSCAR MILTON MELLO MUTO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DUILIO PIATO JUNIOR OAB - MT3719-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JÚLIO CÉSAR BARACHO (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDNO DAMASCENA DE FARIAS OAB - MT11134-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
NILSON EDUARDO BALLESTER ALBERS (TERCEIRO INTERESSADO)

Intimação ao(s) Agravado(s) para apresentar(em) contraminuta no prazo legal, nos termos do art. 1.019, II do CPC.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1015836-52.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
OSCAR MILTON MELLO MUTO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DUILIO PIATO JUNIOR OAB - MT3719-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JÚLIO CÉSAR BARACHO (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDNO DAMASCENA DE FARIAS OAB - MT11134-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
NILSON EDUARDO BALLESTER ALBERS (TERCEIRO INTERESSADO)

Diante do acima exposto, INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela recursal.

Intimação Classe: CNJ-51 REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 0005799-64.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO (JUÍZO RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE MIGUEL DE ARRUDA PELISSARI OAB - MT15112-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Diante do exposto, NÃO CONHEÇO da remessa necessária.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1008468-89.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JULIANO MARCIO ANDRADE BATISTA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVARISTO DA COSTA E SILVA NETO OAB - MT25865/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - BARRA DO BUGRES (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Diante do acima exposto, com base no art. 932, III, do atual CPC/2015, JULGO PREJUDICADO o recurso diante da carência superveniente de interesse recursal, pela prolação da sentença.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000820-19.2018.8.11.0030
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE NOBRES (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO ROBERTO CAMPOS FILHO OAB - MT23568-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ANA DARC DIAS DE CARVALHO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ADILIO HENRIQUE DA COSTA OAB - MT10327-B (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Embora a aplicação do IRDR, consoante o artigo 985, I, do Código de Processo Civil, seja imediata, não se pode olvidar o comando previsto no artigo 933 do mesmo códex, bem como, o que estipula o princípio da não surpresa. Assim, antes de se proceder a aplicação do incidente, intimem-se as partes para que se manifestem acerca da aplicabilidade da tese nos autos em questão, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1008452-38.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ CANDIDO RODRIGUES PEREIRA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIO ANTONIO GARCIA OAB - MT12104-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - PEDRA PRETA (AGRAVADO)
Outros Interessados:
ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - EPP (TERCEIRO INTERESSADO)
SERGIO AUGUSTO VITAL FERREIRA BELTRAO (TERCEIRO INTERESSADO)
JUVENAL PEREIRA BRITO (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Desse modo, INDEFIRO O PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO.

Intimação Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 1010467-56.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
F. H. GRAMULHA & CIA. LTDA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HELIZANGELA POUSO GOMES OAB - MT5390-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:

MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Nessa toada, intime-se a parte Recorrida/Impetrante, para que promova a adequação necessária nos pedidos formulados, a fim de que se possa apreciar a sua pretensão.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019064-35.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA APARECIDA FERNANDES MIELKE (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
OTAVIO AUGUSTO MORAU NICACIO OAB - ES26586 (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Ante o exposto, NÃO CONCEDO, o efeito suspensivo postulado.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1016785-76.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESPÓLIO DE ADAIR MIGUEL FORMIGHIERI (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIEL WINTER OAB - MT11470-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EMBARGADO)
Outros Interessados:
MARIA DA ROSS STEFANELLO (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

Com essas considerações, REJEITO os Embargos de Declaração

Intimação Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 1002114-90.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO PAULO BRZEZINSKI DA CUNHA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO PAULO BRZEZINSKI DA CUNHA OAB - GOA1720800 (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Embora a aplicação do IRDR, consoante o artigo 985, I, do Código de Processo Civil, seja imediata, não se pode olvidar o comando previsto no artigo 933 do mesmo códex, bem como, o que estipula o princípio da não surpresa. Assim, antes de se proceder a aplicação do incidente, intimem-se as partes para que se manifestem acerca da aplicabilidade da tese nos autos em questão, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1003959-94.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS ROBERTO DA SILVA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-A (ADVOGADO)
JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Embora a aplicação do IRDR, consoante o artigo 985, I, do Código de Processo Civil, seja imediata, não se pode olvidar o comando previsto no artigo 933 do mesmo códex, bem como, o que estipula o princípio da não surpresa. Assim, antes de se proceder a aplicação do incidente, intimem-se as partes para que se manifestem acerca da aplicabilidade da tese nos autos em questão, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018194-87.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
TERESINHA DE JESUS PEREIRA LIMA NALIN (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA ROSA ANACLETO DA SILVA OAB - MT24650-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)
Outros Interessados:
BATISTA & LIMA LTDA. (TERCEIRO INTERESSADO)
CORINA FERREIRA LIMA (TERCEIRO INTERESSADO)

Ante o exposto, NÃO CONCEDO a antecipação da tutela recursal pretendida pela Agravante, Terezinha de Jesus Pereira Lima.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019053-06.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ANOE ALVES FONSECA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANGELICE MALAVAZI OAB - MT24162/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO BRAS DO MEIO AMBIEN E DOS REC NAT RENOVAVEIS (AGRAVADO)

Forte nessas razões, CONCEDO o pedido de efeito suspensivo, tão somente para determinar o desbloqueio dos valores que sejam oriundos da sua aposentadoria.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1013286-84.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
SINDICATO DOS MADEIREIROS DE SORRISO - SIMAS (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIELE YUKIE FUKUI OAB - MT13589-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EMBARGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

Com essas considerações, REJEITO os Embargos de Declaração.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0004320-85.2015.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ELIZETE XAVIER DE CAMPOS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO JOSE RICCI BOA VENTURA OAB - MT9271-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Embora a aplicação do IRDR, consoante o artigo 985, I, do Código de Processo Civil, seja imediata, não se pode olvidar o comando previsto no artigo 933 do mesmo códex, bem como, o que estipula o princípio da não surpresa. Assim, antes de se proceder a aplicação do incidente, intimem-se as partes para que se manifestem acerca da aplicabilidade da tese nos autos em questão, no prazo de 5 (cinco) dias.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019313-83.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
EDUARDO RIBEIRO DA SILVA (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1019313-83.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 17/12/2019 17:34:02 e distribuído inicialmente para o Des(a). MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019317-23.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LUCINEIA BATISTA DA SILVA - ME (AGRAVANTE)
LUCINEIA BATISTA DA SILVA - ME (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FRANCISCO ANTUNES DO CARMO OAB - MT4070-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1019317-23.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 17/12/2019 17:43:48 e distribuído inicialmente para o Des(a). MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019327-67.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
OI MOVEL S.A. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELADIO MIRANDA LIMA OAB - RJ86235-O (ADVOGADO)
ANA TEREZA BASILIO OAB - RJ74802-O (ADVOGADO)
BRUNO DI MARINO OAB - RJ093384 (ADVOGADO)
ANDRESSA CAROLINE TRECHAUD OAB - MT14099-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA - MT (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1019327-67.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 17/12/2019 18:30:32 e distribuído inicialmente para o Des(a). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS

REC. EMB. DECLARAÇÃO Nº 78115/2019 (OPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO 172512/2015 - CLASSE: CNJ-198) COMARCA DE VÁRZEA GRANDE
EMBARGANTE - ESTADO DE MATO GROSSO (Advs: Dr(a). MARCIA REGINA SANTANA DOS SANTOS - PROCURADORA DO ESTADO - OAB 9000060), EMBARGADO - FERNANDA REIS MATTOS DA SILVA (Advs: Dr. MARCELO RODRIGUES LEIRIÃO - DEFENSOR PÚBLICO - OAB 3669/MT)

Intimação ao(s) Embargado(s) para se manifestar(em) nos Embargos de Declaração no prazo legal, nos termos do § 2° do art. 1023 CPC.

Intimação Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 0000979-55.2014.8.11.0012
Parte(s) Polo Ativo:
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NADIA RIBEIRO DE FREITAS OAB - MT18069-O (ADVOGADO)
MAURICIO MAGALHAES FARIA NETO OAB - MT15436-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SILMA FERREIRA BISPO (APELADO)
SEBASTIAO VICENTE DA SILVA (APELADO)
ROSENILDES CARVALHO RIBEIRO (APELADO)
ROBERTO MARCOS CELESTINO NASCIMENTO (APELADO)
PEDRO PEDROSA MENDANHA (APELADO)
PEDRO JOSE MENDANHA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DEBORA SUZANA RAMOS DE MORAES ARMANDO OAB - MT15874-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Ante o exposto, em respeito à decisão do colegiada proferida pela Seção de Direito Público e Coletivo no Tema nº 1, DECLINO DA COMPETÊNCIA à Turma Recursal dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1014450-84.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS JOAQUIM FONTES (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO GABRIEL REGIS DE ALMEIDA OAB - GO36973-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EMBARGADO)

Com essas considerações, acolho em parte, os Embargos de Declaração, para indeferir o benefício da justiça gratuita e determinar, no prazo de cinco dias, o recolhimento do preparo recursal apenas uma vez.

Segunda Câmara de Direito Público e Coletivo

Informação

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019271-34.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DESTESA TERRA CONSTRUCOES LTDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS MARCIO RISSI MACEDO OAB - GO22703 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DO MATO GROSSO (AGRAVADO)
SUPERINTENDENTE DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS E SECRETÁRIA ADJUNTA DA ADMINISTRAÇÃO SISTÊMICA DA SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA DE MATO GROSSO - SINFRA (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019271-34.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. LUIZ CARLOS DA COSTA.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019275-71.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
KWONG CHUN CHEUNG (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SANDRO LUIS COSTA SAGGIN OAB - MT5734-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
Ministério Público de Barra do Garças - MT (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019275-71.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. MÁRIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019311-16.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE MIRASSOL D'OESTE (AGRAVADO)
EUCLIDES DA SILVA PAIXAO (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019311-16.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA APARECIDA RIBEIRO.

Acórdão

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000132-42.1989.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0001-44 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
WALTER PFUTZENREITER (APELADO)

RECURSO DE APELAÇÃO - EXECUÇÃO FISCAL –DESPACHO CITATÓRIO PROFERIDO ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 118/2005 – AUSÊNCIA DE CITAÇÃO VÁLIDA - PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTIVA - INTELIGÊNCIA DO ART. 174, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CTN - RECURSO DESPROVIDO. Não efetivada a citação, a pretensão à execução fiscal prescreve no prazo de cinco (5) anos na hipótese de distribuição da ação anteriormente à vigência da Lei Complementar nº 118, de 9 de fevereiro de 2005, que alterou o artigo 174, I, do Código Tributário Nacional.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001708-32.2010.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
TRANSPORTES SATELITE LTDA - ME (APELADO)
ADRIANE GONCALVES ANTUNES (APELADO)

LAURI RUSCHEL (APELADO)
NELMO JOSE WIEGERT (APELADO)
WANCLEY ANTUNES GONCALVES (APELADO)
MARCIO RODRIGO WIEGERT (APELADO)
GUSTAVO JOSE WIEGERT (APELADO)

APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO FISCAL – REUNIÃO DE PROCESSOS – ART. 28 DA LEI 6.830/80 - FACULDADE DO JUIZ - SÚMULA N. 515/STJ – TRÂMITE CONJUNTO DOS FEITOS - IMPOSSIBILIDADE DE EXTINÇÃO - PRECEDENTES DO STJ - SENTENÇA ANULADA - RECURSO PROVIDO. Conforme precedentes do Superior Tribunal de Justiça, "(...) 2. O art. 28 da LEF é muito claro em permitir a reunião de processos contra o mesmo devedor, devendo os processos conexos ser redistribuídos ao juízo da primeira distribuição. Em momento algum, a legislação deliberou sobre a possibilidade de extinção dos feitos; pelo contrário, o procedimento normal é o trâmite conjunto. Portanto, não se pode admitir que o Poder Judiciário, sponte propria, alargue as hipóteses de extinção do processo, previstas na legislação". (REsp 1486289/SE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/12/2014, DJe 09/12/2014)

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000809-34.2010.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARCIO RODRIGO WIEGERT (APELADO)
TRANSPORTES SATELITE LTDA - ME (APELADO)
WANCLEY ANTUNES GONCALVES (APELADO)
GUSTAVO JOSE WIEGERT (APELADO)
ADRIANE GONCALVES ANTUNES (APELADO)
NELMO JOSE WIEGERT (APELADO)

APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO FISCAL – REUNIÃO DE PROCESSOS – ART. 28 DA LEI 6.830/80 - FACULDADE DO JUIZ - SÚMULA N. 515/STJ – TRÂMITE CONJUNTO DOS FEITOS - IMPOSSIBILIDADE DE EXTINÇÃO - PRECEDENTES DO STJ - SENTENÇA ANULADA - RECURSO PROVIDO. Conforme precedentes do Superior Tribunal de Justiça, "(...) 2. O art. 28 da LEF é muito claro em permitir a reunião de processos contra o mesmo devedor, devendo os processos conexos ser redistribuídos ao juízo da primeira distribuição. Em momento algum, a legislação deliberou sobre a possibilidade de extinção dos feitos; pelo contrário, o procedimento normal é o trâmite conjunto. Portanto, não se pode admitir que o Poder Judiciário, sponte propria, alargue as hipóteses de extinção do processo, previstas na legislação". (REsp 1486289/SE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/12/2014, DJe 09/12/2014)

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001009-76.2012.8.11.0007
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LUIZ AUGUSTO REBOUCAS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HAMILTON FERREIRA DA SILVA JUNIOR OAB - MT11322-O (ADVOGADO)
ARILTON FAUSTINO DE AQUINO OAB - MT4589-B (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Dessa forma, o recurso é manifestamente intempestivo, uma vez que interposto muito além do prazo de quinze (15) dias. Essas, as razões por que não conheço do recurso. Intimem-se. Às providências. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019. Des. Luiz Carlos da Costa Relator

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0019830-07.2004.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CARLOS EDUARDO EPAMINONDAS (APELADO)

APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO FISCAL – PRELIMINAR – NULIDADE DA SENTENÇA - AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS NOMES DAS PARTES – REJEITADA – MÉRITO - AÇÃO PROPOSTA ANTES DA LEI COMPLEMENTAR N.118/2005 – ARTIGO 174 DO CTN – REDAÇÃO ORIGINÁRIA – PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE CONFIGURADA – INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 106 DO STJ — SENTENÇA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. 1. Não se configura a nulidade do decisum por ausência do nome das partes no relatório (art. 458, inciso I, CPC/1973) quando o magistrado traz, no corpo da sentença, elementos suficientes para identificação dos litigantes. 2. Se o despacho que ordena a citação em sede de execução fiscal é anterior à vigência da Lei Complementar n. 118/2005, a interrupção da prescrição somente ocorre com a citação pessoal válida do devedor, a teor do art. 174, parágrafo único, I, do CTN, em sua redação originária. 3. Transcorrido mais de cinco anos desde a data da constituição do crédito e não tendo havido, neste lapso temporal, a citação do executado, a decretação da prescrição da pretensão é medida que se impõe. 4- Não demonstrado que a prescrição do crédito foi motivada por problemas inerentes ao Poder Judiciário, inaplicável a Súmula 106/STJ.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0002822-34.2017.8.11.0082
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
SAMIR KEHDI (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON FREDERICO KUNZE PINTO OAB - MT9297-O (ADVOGADO)

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO FISCAL – MULTA AMBIENTAL – PRESCRIÇÃO – NÃO CONFIGURAÇÃO – SÚMULA 467 DO STJ – DECRETO Nº 20.910/32 – APLICAÇÃO – ENTENDIMENTO REITERADO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – SENTENÇA REFORMADA - RECURSO PROVIDO. 1. Prescreve em cinco anos, contados do término do processo administrativo, a pretensão da Administração Pública de promover a execução da multa por infração ambiental (Súmula 467, Primeira Seção, julgado em 13/10/2010, DJe 25/10/2010). 2. O Superior Tribunal de Justiça, reiteradas vezes, consignou que os entes estaduais e municipais estão sujeitos ao prazo prescricional previsto no Decreto nº 20.910/32. 3. O termo inicial da prescrição coincide com o momento da ocorrência da lesão ao direito, consagração do princípio universal da actio nata. 4. Nesses termos, em se tratando de multa administrativa, a prescrição da ação de cobrança somente tem início com o vencimento do crédito sem pagamento, quando se torna inadimplente o administrado infrator. Antes disso, e enquanto não se encerrar o processo administrativo de imposição da penalidade, não corre prazo prescricional, porque o crédito ainda não está definitivamente constituído e simplesmente não pode ser cobrado.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0056772-23.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CELSO SILVA FILHO (APELADO)

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL –EXECUÇÃO FISCAL – PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE – INÉRCIA DA FAZENDA PÚBLICA – INEXISTÊNCIA – PRECEDENTES DO STJ - SENTENÇA REFORMADA - RECURSO PROVIDO. No Superior Tribunal de Justiça é pacífico o entendimento de que, para a configuração da prescrição intercorrente, não se faz necessária apenas a aferição do decurso do lapso quinquenal. Antes, também, deve ficar caracterizada a inércia da Fazenda Pública.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0019457-29.2011.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LAZARO ARANTES VILELA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ ALGEMIRO MARQUES DE ARAUJO OAB - MT12247-O (ADVOGADO)

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL –EXECUÇÃO FISCAL – PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE – INÉRCIA DA FAZENDA PÚBLICA – INEXISTÊNCIA – PRECEDENTES DO STJ - SENTENÇA REFORMADA - RECURSO PROVIDO. No Superior Tribunal de Justiça é pacífico o entendimento de que, para a configuração da prescrição intercorrente, não se faz necessária apenas

a aferição do decurso do lapso quinquenal. Antes, também, deve ficar caracterizada a inércia da Fazenda Pública.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0010927-17.2003.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DURVAL TEODORO DE MELO OAB - MT3701-O (ADVOGADO)
PAULO EMILIO MAGALHAES OAB - MT3632-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ALBERTO FALCAO DE ARRUDA (APELADO)

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO FISCAL- IPTU - AJUIZAMENTO DA AÇÃO EXECUTIVA ANTES DA LEI COMPLEMENTAR N.º 118/2005 – VIGÊNCIA DA REDAÇÃO ANTERIOR DO ARTIGO 174, I, DO CTN – PRESCRIÇÃO – NÃO CONFIGURADA – CITAÇÃO VÁLIDA DA PARTE APELADA – APLICABILIDADE DA SÚMULA 106 DO STJ – SENTENÇA REFORMADA – RECURSO PROVIDO. 1. Para execuções fiscais anteriores à vigência da Lei Complementar nº 118/2005, o prazo de prescrição, para fins tributários, é de cinco anos, iniciando-se da data da constituição definitiva do crédito tributário, pelo lançamento (art. 174, do CTN), e podendo ser interrompido pela ocorrência das hipóteses do parágrafo único deste mesmo artigo, nelas incluída a citação pessoal válida do sujeito passivo da obrigação. 2. Proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, a demora na citação, por motivos inerentes ao mecanismo da Justiça, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição, devendo ser aplicada a Súmula 106 do STJ.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001606-45.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ENEDINA DE SOUZA SILVA (APELADO)

APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO FISCAL – IPTU – AUSÊNCIA DE IMPULSO AO PROCESSO - INÉRCIA DO EXEQUENTE NO LUSTRO LEGAL - DESÍDIA DA FAZENDA PÚBLICA - CARACTERIZAÇÃO - PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE CONFIGURADA – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. A prescrição é matéria de ordem pública e poderá ser reconhecida em qualquer fase do processo. Portanto, materializado o inequívoco estado de inanição dos autos por mais de 5 (cinco) anos, o reconhecimento da prescrição é matéria que se impõe.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0010658-89.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CHALE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - ME (APELADO)

APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO FISCAL – IPTU – AUSÊNCIA DE IMPULSO AO PROCESSO - INÉRCIA DO EXEQUENTE NO LUSTRO LEGAL - DESÍDIA DA FAZENDA PÚBLICA - PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE CONFIGURADA – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. A prescrição é matéria de ordem pública e poderá ser reconhecida em qualquer fase do processo. Portanto, materializado o inequívoco estado de inanição dos autos por mais de 5 (cinco) anos, o reconhecimento da prescrição é matéria que se impõe.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0056475-16.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ASCENDINO VERIANO DA SILVA (APELADO)

APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO FISCAL – IPTU – AUSÊNCIA DE IMPULSO AO PROCESSO - INÉRCIA DO EXEQUENTE NO LUSTRO LEGAL - DESÍDIA DA FAZENDA PÚBLICA - PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE CARACTERIZADA – INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 106 DO STJ - SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. 1. A prescrição é matéria de ordem pública e poderá ser reconhecida em qualquer fase do processo. Portanto, materializado o inequívoco estado de inanição dos autos por mais de 5 (cinco) anos, o reconhecimento da prescrição é matéria que se impõe. 2. Não demonstrado que a prescrição do crédito foi motivada por problemas inerentes ao Poder Judiciário, inaplicável a Súmula 106/STJ.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0015934-72.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
L S OLIVEIRA SEIXAS - ME (APELADO)

APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO FISCAL – IPTU – AUSÊNCIA DE IMPULSO AO PROCESSO - INÉRCIA DO EXEQUENTE NO LUSTRO LEGAL - DESÍDIA DA FAZENDA PÚBLICA - PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE CONFIGURADA – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. A prescrição é matéria de ordem pública e poderá ser reconhecida em qualquer fase do processo. Portanto, materializado o inequívoco estado de inanição dos autos por mais de 5 (cinco) anos, o reconhecimento da prescrição é matéria que se impõe.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0012610-31.1999.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EUDACIO ANTONIO DUARTE OAB - MT1565-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EDEILDO MARTINS LUCENA (APELADO)

APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO FISCAL – PRELIMINAR – NULIDADE DA SENTENÇA - AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS NOMES DAS PARTES – REJEITADA – MÉRITO – AUSÊNCIA DE IMPULSO AO PROCESSO - INÉRCIA DO EXEQUENTE NO LUSTRO LEGAL - DESÍDIA DA FAZENDA PÚBLICA - PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE CARACTERIZADA – INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 106/STJ - SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. 1. Não se configura a nulidade do decisum por ausência do nome das partes no relatório (art. 458, inciso I, CPC/1973) quando o magistrado traz, no corpo da sentença, elementos suficientes para identificação dos litigantes. 2. A prescrição é matéria de ordem pública e poderá ser reconhecida em qualquer fase do processo. Portanto, materializado o inequívoco estado de inanição dos autos por mais de 5 (cinco) anos, o reconhecimento da prescrição é matéria que se impõe. 3. Não demonstrado que a prescrição do crédito foi motivada por problemas inerentes ao Poder Judiciário, inaplicável a Súmula 106/STJ.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0004596-63.1996.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
USIEL MADEIRAS LTDA - ME (APELADO)

APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO FISCAL – IPTU – AUSÊNCIA DE IMPULSO AO PROCESSO - INÉRCIA DO EXEQUENTE NO LUSTRO LEGAL - DESÍDIA DA FAZENDA PÚBLICA - PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE CONFIGURADA – INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 106/STJ – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. 1. A prescrição é matéria de ordem pública e poderá ser reconhecida em qualquer fase do processo. Portanto, materializado o inequívoco estado de inanição dos autos por mais de 5 (cinco) anos, o reconhecimento da prescrição é matéria que se impõe. 2. Não demonstrado que a prescrição do crédito foi motivada por problemas inerentes ao Poder Judiciário, inaplicável a Súmula 106/STJ.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001363-80.2009.8.11.0048
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
VAGNER MARCOS DA SILVA - ME (APELADO)

APELAÇÃO CÍVEL - EXECUÇÃO FISCAL - EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO - ABANDONO DA CAUSA PELO EXEQUENTE -

NECESSÁRIA INTIMAÇÃO PESSOAL NA FORMA DOS ARTIGOS 485, §1º C/C 183 DO CPC - INOBSERVÂNCIA – SENTENÇA ANULADA - RECURSO PROVIDO. A extinção do processo, sem resolução de mérito, por falta de interesse de agir, não se mostra admissível quando não obedecido o disposto no § 1º do artigo 485 do CPC, pela ausência de intimação pessoal da parte para dar prosseguimento ao feito.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0015339-39.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ OAB - 03.533.064/0001-46 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
V. M. ASCARI - ME (APELADO)

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO FISCAL – PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE – NÃO OCORRÊNCIA – INÉRCIA DA FAZENDA PÚBLICA – INEXISTÊNCIA – PRECEDENTES DO STJ – APLICABILIDADE DA SÚMULA 106 DO STJ - SENTENÇA REFORMADA - RECURSO PROVIDO. 1. No Superior Tribunal de Justiça é pacífico o entendimento de que, para a configuração da prescrição intercorrente, não se faz necessária apenas a aferição do decurso do lapso quinquenal. Antes, também, deve ficar caracterizada a inércia da Fazenda Pública. 2. Proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, a demora na citação, por motivos inerentes ao mecanismo da Justiça, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição, devendo ser aplicada a Súmula 106 do STJ.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001027-48.2013.8.11.0012
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
VANDERLEI DE CASTRO MESSIAS (APELADO)

APELAÇÃO - EXECUÇÃO FISCAL - ABANDONO DA CAUSA - CONSTATAÇÃO - INTIMAÇÃO PESSOAL PRÉVIA - ARTIGO 485, §1º, DO CPC - OCORRÊNCIA - EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO – RECURSO DESPROVIDO. Correta a extinção do processo por abandono da causa ante a inércia do apelante que, intimado pessoalmente a dar prosseguimento ao feito, não se manifestou, conforme disposto no artigo 485, §1º, do Código de Processo Civil.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001848-04.2008.8.11.0020
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
PAULO SERGIO TEODORO SILVA (APELADO)
P S TEODORO SILVA - ME (APELADO)

RECURSO DE APELAÇÃO – EXECUÇÃO FISCAL – PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE – NÃO OCORRÊNCIA – INÉRCIA DA FAZENDA PÚBLICA – INEXISTÊNCIA – RECURSO PROVIDO. Conforme entendimento pacífico do Superior Tribunal de Justiça, para a configuração da prescrição intercorrente não se faz necessária apenas a aferição do decurso do lapso quinquenal. Antes, também, deve ficar caracterizada a inércia da Fazenda Pública.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0019126-08.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
C&A MODAS LTDA. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LIGIA MARIA BUENO DE SOUZA NEVES OAB - MT0012252A (ADVOGADO)
ROBERTO TRIGUEIRO FONTES OAB - MT18280-A (ADVOGADO)

APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO FISCAL – EXTINÇÃO ADMINISTRATIVA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO – CITAÇÃO DO EXECUTADO COM APRESENTAÇÃO DE EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE – PEDIDO POSTERIOR DE DESISTÊNCIA DA FAZENDA PÚBLICA – ISENÇÃO DO ART. 26 DA LEI Nº 6.830/80 – INAPLICABILIDADE – HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS EM FAVOR DO EXECUTADO – DEVIDOS – HONORÁRIOS RECURSAIS – MAJORAÇÃO (ARTIGO 85, §11º, CPC) – RECURSO DESPROVIDO. A Fazenda Pública somente é isenta do ônus sucumbencial previsto no art. 26 da Lei nº 6.830/80 quando o pedido de extinção do processo, por cancelamento da CDA, ocorrer antes da citação da parte executada ou quando ela não apresenta defesa. Se a Fazenda Pública peticionou informando o cancelamento da CDA somente após a apresentação de exceção de pré-executividade, é devido ao causídico do executado os honorários sucumbenciais. Nos termos do art. 85, §11º, do CPC, ao julgar o recurso o Tribunal deve majorar os honorários anteriormente fixados, levando-se em consideração o trabalho adicional realizado em grau recursal.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0002671-21.2012.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE JUINA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CICERO ALLYSSON BARBOSA SILVA OAB - MT15091-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA APARECIDA TEXEIRA DE LIMA (APELADO)

APELAÇÃO CÍVEL - EXECUÇÃO FISCAL - VALOR DE ALÇADA INFERIOR A 50 ORTNs - DATA DA PROPOSITURA DA AÇÃO - INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA - RECURSOS CABÍVEIS - EMBARGOS INFRINGENTES E DE DECLARAÇÃO - ART. 34 DA LEF - RECURSO INADMISSÍVEL - RECURSO NÃO CONHECIDO. O art. 34 da Lei de Execuções Fiscais é claro ao dispor que, das sentenças em execução fiscal, com valor igual ou inferior a 50 ORTNs, só serão admitidos embargos infringentes e de declaração. Assim, notória a inadequação da via eleita, pois incabível recurso de apelação quando não alcançado o valor de alçada estipulado no referido artigo.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000813-52.2012.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE JUINA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CICERO ALLYSSON BARBOSA SILVA OAB - MT15091-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PEDRO FERREIRA DO NASCIMENTO (APELADO)

APELAÇÃO CÍVEL - EXECUÇÃO FISCAL - VALOR DE ALÇADA INFERIOR A 50 ORTNs - DATA DA PROPOSITURA DA AÇÃO - INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA - RECURSOS CABÍVEIS - EMBARGOS INFRINGENTES E DE DECLARAÇÃO - ART. 34 DA LEF - RECURSO INADMISSÍVEL - RECURSO NÃO CONHECIDO. O art. 34 da Lei de Execuções Fiscais é claro ao dispor que, das sentenças em execução fiscal, com valor igual ou inferior a 50 ORTNs, só serão admitidos embargos infringentes e de declaração. Assim, notória a inadequação da via eleita, pois incabível recurso de apelação quando não alcançado o valor de alçada estipulado no referido artigo.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000546-24.2018.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE DENISE (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VAGNER SEVERO OAB - MT17492-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
GILSON MENEZES FERNANDES (APELADO)

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO FISCAL – QUITAÇÃO EXTRAJUDICIAL DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA – EXTINÇÃO DO PROCESSO NOS TERMOS DO ARTIGO 924, II, DO CPC – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – CONDENAÇÃO DEVIDA À PARTE ADVERSA – QUITAÇÃO QUE SE VERIFICOU APÓS O AJUIZAMENTO DA AÇÃO – APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE – SENTENÇA RETIFICADA, NESTE PONTO – RECURSO PROVIDO. Extinta a ação executiva fiscal com arrimo no artigo 924, inciso II, do CPC, por ter a obrigação sido cumprida extrajudicialmente pelo devedor, após o ajuizamento da demanda, é devida a condenação nas custas processuais e em honorários advocatícios, mesmo que não resistida a pretensão, em observância ao princípio da

causalidade, segundo o qual quem deu causa ao ajuizamento da ação é responsável pelo pagamento dos ônus sucumbenciais.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0003455-47.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SANDRO RAFAEL BARIONI DE MATOS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SANDRO RAFAEL BARIONI DE MATOS OAB - PR34882 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
JABUR PNEUS S.A (TERCEIRO INTERESSADO)
IRMAOS JABUR EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LIMITADA (TERCEIRO INTERESSADO)
GILMAR DONIZETE DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
SUN KAP LEE (TERCEIRO INTERESSADO)
MARIA CONCEICAO LEIBANTI BRAVO (TERCEIRO INTERESSADO)
LUIZ RENATO PACKER POZZOBON (TERCEIRO INTERESSADO)
JOAO IBRAHIM JABUR (TERCEIRO INTERESSADO)
HERCULES ALBERTO THANES (TERCEIRO INTERESSADO)
JABUR ABDALLA (TERCEIRO INTERESSADO)
ELISEU HERNANDES (TERCEIRO INTERESSADO)
JURGEN JAKOBS PULS (TERCEIRO INTERESSADO)
EIMANUEL RIBEIRO (TERCEIRO INTERESSADO)

RECURSO DE APELAÇÃO - EMBARGOS À EXECUÇÃO - EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO FISCAL - PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE DE AGIR - CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - PRETENDIDA MAJORAÇÃO – DESCABIMENTO - VALOR JUSTO E RAZOÁVEL AO TRABALHO DESPENDIDO PELO CAUSÍDICO. RECURSO DESPROVIDO. Sendo vencida a Fazenda Pública, a verba honorária deve ser arbitrada de acordo com a regra estampada no §4º do art. 20 do CPC/73, segundo a qual o Juiz deve arbitrar os honorários equitativamente, atendendo, porém, as normas das alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo 3º desse mesmo dispositivo. Ao se considerar os parâmetros acima elencados, em especial o zelo do profissional, o tempo exigido para o trabalho e a importância da causa, revela-se como justo e razoável a manutenção do valor dos honorários.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0013981-73.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0001-44 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ARAMISIO ANTONIO ARAUJO (APELADO)

APELAÇÃO CÍVEL - EXECUÇÃO FISCAL - EMENDA DA INICIAL DESCUMPRIDA - INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL - APLICABILIDADE DO ARTIGO 284, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC/73 - EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. Correta a decisão que indefere a petição inicial, nos termos do artigo 284, parágrafo único, do Código de Processo Civil/73, se, oportunizada a emenda ao demandado, este não a faz, acarretando a extinção do feito, sem resolução do mérito.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0005338-35.2001.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE OAB - 03507548000110 (REPRESENTANTE)
SADORA XAVIER FONSECA CHAVES OAB - MT10332-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ELZI JORGE JABUR SOUZA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MANOEL JOZIVALDO TAVARES DA SILVA OAB - MT11161-B (ADVOGADO)

APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO FISCAL - PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO (PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE) – ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80) – ARQUIVAMENTO PROVISÓRIO – DECURSO DE MAIS DE 05(CINCO) ANOS - INÉRCIA DA FAZENDA PÚBLICA – PRECEDENTE DO STJ EM REGIME DE RECURSO REPETITIVO – RECURSO DESPROVIDO. Decorridos mais de 05 (cinco) anos do arquivamento provisório sem providência da Fazenda Pública ou qualquer causa de interrupção ou suspensão da fluência do prazo prescricional, opera-se a prescrição intercorrente. Precedente do STJ, em regime de recurso repetitivo, no REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018).

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0003478-83.2012.8.11.0011
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE MIRASSOL D'OESTE (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GILSON CARLOS FERREIRA OAB - MT14391-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
WAGNER BOTELHO DE CARVALHO JUNIOR (APELADO)

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO FISCAL – ARQUIVAMENTO EX OFFICIO E PROVISÓRIO DOS AUTOS, EM DECORRÊNCIA DO BAIXO VALOR DA EXECUÇÃO – PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE – CONFIGURAÇÃO – RECONHECIMENTO DE OFÍCIO – POSSIBILIDADE – DISPENSA DE NOVA OITIVA DA FAZENDA PÚBLICA - APLICABILIDADE DO ARTIGO 40, § 5º DA LEF (LEI 6.830/80) - SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. 1 – Configura-se inércia da Fazenda Pública Municipal quando, tendo os autos executivos arquivados em decorrência do baixo valor, deixa transcorrer mais de 05 (cinco) anos sem promover qualquer ato para a retomada da marcha processual ou demonstrar que o débito atingiu o valor mínimo necessário para o desarquivamento e prosseguimento da execução. 2 – Em ressonância com o artigo 40, §5º da Lei de Execuções Fiscais, nas ações em que o débito executado possui pequeno valor, dispensa-se manifestação da Fazenda Pública.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1000972-02.2018.8.11.0046
Parte(s) Polo Ativo:
FEMAR IND E COM DE BEBIDAS EIRELI (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO HENRIQUE BERKEMBROCK OAB - RO4641-A (ADVOGADO)
BARBARA PASTORELLO KREUZ OAB - RO7812 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

APELAÇÃO — MANDADO DE SEGURANÇA — APREENSÃO DE MERCADORIA — POSSIBILIDADE — AUSÊNCIA DE NOTA FISCAL A ACOBERTAR A OPERAÇÃO — INFRAÇÃO MATERIAL INSTANTÂNEA DE EFEITOS PERMANENTES. Inexiste ilegalidade na apreensão que visa cessar infração material instantânea de efeitos permanentes, consubstanciada no transporte de mercadorias desacompanhadas de nota fiscal a acobertar a operação. Recurso não provido.

Acórdão Classe: CNJ-51 REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 1034237-44.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JUÍZO DA 2ª VARA ESPECIALIZADA DA FAZENDA PUBLICA DA CUIABÁ (JUÍZO RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
HENN DESPACHANTE LTDA - ME (RECORRIDO)
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DAYANE PUNDRICH MULLER OAB - MT20836-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

REEXAME NECESSÁRIO - MANDADO DE SEGURANÇA - RENOVAÇÃO DE CREDENCIAMENTO DE DESPACHANTE – APRESENTAÇÃO DE CERTIDÕES NEGATIVAS EXIGIDAS PELO DETRAN – ILEGALIDADE – ORDEM CONCEDIDA — SENTENÇA RATIFICADA. A negativa de renovação da credencial de despachante ou a sua suspensão, em razão da existência

de certidão cível positiva, é manifestamente ilegal, por violar o princípio constitucional da inocência, contido no artigo 5º, LVII da Carta Magna.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1002434-98.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
IMATOL - INDUSTRIA DE MADEIRAS TOMELIN LTDA - ME (AGRAVANTE)
ADEMIR TOMELIN (AGRAVANTE)
TARCISIO EDEVALDO TOMELIM (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ CARLOS MOREIRA DE NEGREIRO OAB - MT3530-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)

AGRAVO DE INSTRUMENTO – EXECUÇÃO FISCAL - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE – INSURGÊNCIA CONTRA INDEFERIMENTO DE PEDIDO LIMINAR DE SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO FISCAL – INVIABILIDADE - AUSÊNCIA DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA CONCESSÃO DE TUTELA ANTECIPADA – DECISÃO MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos suficientes que atestem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, nos termos do art. 300 do CPC. Ausentes esses requisitos, correta a decisão interlocutória que indefere o pedido de tutela de urgência.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1004129-87.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
TIAGO WESLEY DE JESUS MACHADO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARLENE FERREIRA DE AGUIAR CESAR OAB - MT15908-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LUZIA DE OLIVEIRA GARCIA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANTONIO SERGIO DE ALMEIDA FILHO OAB - MT13548-O (ADVOGADO)
CAMILLA QUEIROZ DE ALMEIDA OAB - MT10375 (ADVOGADO)
DIONE FRANCISCA MARANHAO DE QUEIROZ ALMEIDA OAB - MT4166-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL (CUSTOS LEGIS)
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

AGRAVO DE INSTRUMENTO - MANDADO DE SEGURANÇA - PERMISSÃO DE USO - CANTINA ESCOLAR - PROTRAÇÃO VERBAL DE CONTRATO ESCRITO - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PARA REGULARIZAÇÃO - SUPOSITIVO DE NULIDADES - DEFERIMENTO DE LIMINAR PARA SUSPENDER O CERTAME E AUTORIZAR A EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DO IMÓVEL PELA ANTIGA PERMISSIONÁRIA - PRELIMINARES - AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS - REJEIÇÃO - AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA - ACOLHIMENTO - RECURSO NÃO CONHECIDO. No agravo de instrumento tirado de decisão proferida em autos eletrônicos, é despicienda a juntada de documentos já entranhados na ação principal (Art. 1.017, § 5º do CPC). Cumpre ao agravante impugnar, de forma específica, os fundamentos da decisão agravada, sem o que o recurso não será conhecido (art. 932, III, do CPC).

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1013892-15.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
IVO PEREIRA DA SILVA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIS GUSTAVO BANZI TONUCCI OAB - MT19000-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (AGRAVADO)

AGRAVO DE INSTRUMENTO — EXECUÇÃO FISCAL — ILEGITIMIDADE PASSIVA SUSCITADA EM EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE — NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA — INADMISSIBILIDADE. Incabível exceção de pré-executividade em execução fiscal com fundamento em ilegitimidade passiva, porquanto, faz-se necessária dilação probatória para verificar a existência do apontado erro no sujeito passivo da obrigação tributária. Recurso não provido.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1008547-68.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ANA LIGIA ESCOBAR MARCOS DOS SANTOS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DEJANGO RIBER OLIVEIRA CAMPOS OAB - MT8874-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL (CUSTOS LEGIS)
MARIA JACIRA DA SILVA SANTOS (TERCEIRO INTERESSADO)
NELSON DOS SANTOS (TERCEIRO INTERESSADO)
SANTOS INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME (TERCEIRO INTERESSADO)

AGRAVO DE INSTRUMENTO – EXECUÇÃO FISCAL – PENHORA BACENJUD – CONSTRIÇÃO DE VERBAS DE NATUREZA ALIMENTAR – SALÁRIO – AUSÊNCIA DE PROVA – ÔNUS DO EXECUTADO – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 854, §3º, DO CPC – DECISÃO INTERLOCUTÓRIA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. Para obter êxito na concessão do pedido de liberação de valores bloqueados em conta corrente, ao argumento de impenhorabilidade de salário, verba de caráter alimentar, cabe ao executado o ônus de comprovar a impenhorabilidade, em conformidade com o §3º do art. 854 do CPC. Ausente a prova de que o bloqueio de valores incidiu sobre verba de natureza salarial, não há que se falar na respectiva liberação.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1008714-85.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
SINDICATO DOS TRABALHADORES NO ENSINO PUBLICO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IGNEZ MARIA MENDES LINHARES XAVIER OAB - MT4979-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS – PRETENDIDO RECONHECIMENTO DE RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL POR DANOS OCASIONADOS PELA GREVE DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA EM RAZÃO DA MATÉRIA – RECONHECIMENTO – COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA POR FORÇA DE DECISÃO DO STF NOS MI 670/ES, 708/PB e 712/PA – REMESSA DOS AUTOS PARA O TRIBUNAL DE JUSTIÇA, NOS TERMOS DO ART. 15-D, VII, DO RITJ/MT. 1. O Supremo Tribunal Federal, ao julgar os Mandados de Injunção nº 670/ES, 708/PB e 712/PA, estabeleceu as regras de competência para a apreciação dos dissídios de greve instaurados entre o Poder Público e seus servidores, concluindo, por aplicação analógica dos arts. 2º, I, “a” e 6º, da Lei nº 7.701/88, que se a controvérsia estiver adstrita somente a uma unidade da federação, seja a greve dos servidores estaduais ou municipais, a competência será do respectivo Tribunal de Justiça. 2. Hipótese em que deve ser reconhecida a incompetência absoluta do juízo singular para processar e julgar ação de indenização por danos materiais ocasionados por movimento grevista, determinando-se a remessa dos autos ao Tribunal de Justiça, com amparo no entendimento do Pretório Excelso e no art. 15-D, VII, do RITJ/MT.

Acórdão Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 1015158-16.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FEDERACAO DAS INDUSTRIAS NO ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VICTOR HUMBERTO DA SILVA MAIZMAN OAB - MT4501-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO – MANDADO DE SEGURANÇA

COLETIVO – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS NO ESTADO DE MATO GROSSO – FILIADOS – SINDICATOS REGULARMENTE CONSTITUÍDOS DENTRO DO ESTADO DE MATO GROSSO – ILEGITIMIDADE ATIVA PARA A CAUSA RECONHECIDA – RECURSO DESPROVIDO. Mostra-se evidente a ilegitimidade da Federação das Indústrias no Estado de Mato Grosso para figurar no polo ativo da ação mandamental, uma vez que, por essa via, não defende direitos e interesses dos seus filiados (Sindicatos das Indústrias), mas sim dos próprios empresários individuais. Hipótese em que se nega provimento ao recurso, mantendo-se a sentença recorrida, porém, por motivo diverso.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1005959-88.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ADELIR ANTONIO STRAPAZZON (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VINICIUS RIBEIRO MOTA OAB - MT10491-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

AGRAVO DE INSTRUMENTO – LIMINAR DEFERIDA PELO JUÍZO A QUO – SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DA MULTA AMBIENTAL – PRESCRIÇÃO – NÃO CONFIGURAÇÃO – SÚMULA 467 DO STJ – DECRETO Nº 20.910/32 – APLICAÇÃO – ENTENDIMENTO REITERADO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – RECURSO PROVIDO. 1. Prescreve em cinco anos, contados do término do processo administrativo, a pretensão da Administração Pública de promover a execução da multa por infração ambiental (Súmula 467, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/10/2010, DJe 25/10/2010). 2. O Superior Tribunal de Justiça, reiteradas vezes, consignou que os entes estaduais e municipais estão sujeitos ao prazo prescricional previsto no Decreto nº 20.910/32. 3. Em se tratando de multa administrativa, a prescrição da ação de cobrança somente tem início com o vencimento do crédito sem pagamento, quando se torna inadimplente o administrado infrator. Antes disso, e enquanto não se encerrar o processo administrativo de imposição da penalidade, não corre prazo prescricional, porque o crédito ainda não está definitivamente constituído e simplesmente não pode ser cobrado.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0007757-56.2014.8.11.0007
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
I J DE OLIVEIRA MERCADO - ME (APELADO)
Outros Interessados:
ISRAEL JOSE DE OLIVEIRA (TERCEIRO INTERESSADO)

APELAÇÃO CÍVEL - EXECUÇÃO FISCAL - EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO - ABANDONO DA CAUSA PELO EXEQUENTE - NECESSÁRIA INTIMAÇÃO PESSOAL NA FORMA DOS ARTIGOS 485, §1º C/C 183 DO CPC - INOBSERVÂNCIA – SENTENÇA ANULADA - RECURSO PROVIDO. A extinção do processo, sem resolução de mérito, por falta de interesse de agir, não se mostra admissível quando não obedecido o disposto no §1º do artigo 485 do CPC, pela ausência de intimação pessoal da parte para dar prosseguimento ao processo.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0005268-12.2015.8.11.0007
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
GENESIO VIEIRA DO PRADO (APELADO)

APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO FISCAL – MULTA ADMINISTRATIVA – NÃO VACINAÇÃO DE ANIMAIS CONTRA FEBRE AFTOSA - EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO EM RAZÃO DO FALECIMENTO DO DEVEDOR - ÓBITO NÃO COMPROVADO – INTERESSE DE AGIR VERIFICADO - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO – SENTENÇA REFORMADA. Nos termos do artigo 786 do Código de Processo Civil, “a execução pode ser instaurada caso o devedor não satisfaça a obrigação certa, líquida e exigível, consubstanciada em título executivo”. Diante da não comprovação do óbito do devedor, não há que se falar ausência de legitimidade e interesse processual, devendo a sentença ser reformada para determinar o trâmite regular do feito.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1011276-67.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA - MT (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
APARECIDO ANTUNES NASCIMENTO (AGRAVADO)

AGRAVO DE INSTRUMENTO – EXECUÇÃO FISCAL – LEVANTAMENTO DE HONORÁRIOS INEXISTENTES - LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ NÃO CARACTERIZADA - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. Ausente uma das hipóteses elencadas no artigo 80 do Código de Processo Civil, o afastamento da multa por litigância de má-fé é medida que se impõe.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1002982-26.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BARBOSA DO NASCIMENTO & ANTONELLI LTDA - EPP (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EBER DOS SANTOS OAB - MT19476-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO Número Único: 1002982-26.2019.8.11.0000 Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Assunto: [Obrigação Acessória, Exceção de Pré-executividade] Relator: Des(a). MARIA APARECIDA RIBEIRO Turma Julgadora: [DES(A). MARIA APARECIDA RIBEIRO, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). EDSON DIAS REIS, DES(A). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA, DES(A). LUIZ CARLOS DA COSTA, DES(A). MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK, DES(A). MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA] Parte(s): [EBER DOS SANTOS - CPF: 606.483.842-68 (ADVOGADO), BARBOSA DO NASCIMENTO & ANTONELLI LTDA - EPP - CNPJ: 73.452.922/0001-03 (AGRAVANTE), MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA - CNPJ: 15.023.989/0001-26 (AGRAVADO), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). LUIZ CARLOS DA COSTA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO. E M E N T A AGRAVO DE INSTRUMENTO – EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE – NULIDADE DA CDA – COBRANÇA INDEVIDA DE ISSQN – MATÉRIAS QUE DEMANDAM DILAÇÃO PROBATÓRIA – DISCUSSÃO CABÍVEL EM SEDE DE EMBARGOS À EXECUÇÃO – DECISÃO MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. Correta é a decisão do juízo a quo que rejeita a exceção de pré-executividade por não ser a via adequada para o exame de matérias como a viabilidade da exigência do tributo (ISSQN) e a nulidade da certidão de dívida ativa, as quais demandam dilação probatória.

Embargos de Declaração - Classe: CNJ-1689 TRIBUNAL DE JUSTIÇA(Oposto nos autos do(a) Apelação 107558/2017 - Classe: CNJ-198). Protocolo Número/Ano: 59498 / 2019. Julgamento: 10/12/2019. EMBARGANTE - ESTADO DE MATO GROSSO (Advs: Dr(a). RENÉRIO DE CASTRO JÚNIOR - PROCURADOR DO ESTADO - OAB 9001449/MT), EMBARGADO - ILZO REI HUNGRIA (Advs: Dr. RUSSIVELT PAES DA CUNHA - OAB 12487-A/MT). Relator: Exmo. Sr. DES. LUIZ CARLOS DA COSTA
Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, ACOLHEU OS EMBARGOS COM EFEITOS INFRINGENTES.
EMENTA:
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO — CORREÇÃO MONETÁRIA — IMEDIATA APLICAÇÃO DA TESE DE REPERCUSSÃO GERAL (TEMA 810) — POSSIBILIDADE.
JUROS DE MORA — SUSCITAÇÃO DE MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA — CONHECIMENTO — MARCO INICIAL — DATA DA CITAÇÃO — EFEITOS INFRINGENTES — ATRIBUIÇÃO — RESULTADO DO ACÓRDÃO — ALTERAÇÃO.
Possível a imediata aplicação da tese de repercussão geral (Tema 810), ainda que não concluído o julgamento dos embargos de declaração

opostos nos autos do recurso extraordinário nº 870947/SE, visto que o Supremo Tribunal Federal formou expressiva maioria, no sentido de manter hígido o acórdão com rejeição daqueles.
"A questão de ordem pública e, como tal, cognoscível de ofício pelas instâncias ordinárias, é matéria que pode ali ser veiculada pela parte em embargos de declaração" (STJ, AgInt no AREsp 937652/SP). E no caso, os juros de mora incidem a partir da citação, por se cuidar de execução de título extrajudicial fundada em certidão de crédito salarial.
Embargos acolhidos, com atribuição de efeitos infringentes.

Embargos de Declaração - Classe: CNJ-1689 TRIBUNAL DE JUSTIÇA(Oposto nos autos do(a) Apelação 68677/2015 - Classe: CNJ-198). Protocolo Número/Ano: 64783 / 2019. Julgamento: 10/12/2019. EMBARGANTE - WANDERLEI FARIAS SANTOS (Advs: Dr(a). FERNANDO SALDANHA FARIAS - OAB 15.512/MT, Dr(a). JOAQUIM ROCHA DOURADO - OAB 15076/MT, Dr(a). OUTRO(S)), EMBARGADO - MINISTÉRIO PÚBLICO. Relator: Exmo. Sr. DES. LUIZ CARLOS DA COSTA
Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, REJEITOU OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
EMENTA:
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO — ALEGAÇÃO DE OMISSÃO E CONTRADIÇÃO — INEXISTÊNCIA — SIMPLES REVELAÇÃO DE DISCORDÂNCIA COM O TEOR DO ACÓRDÃO — ACOLHIMENTO — INADMISSIBILIDADE.
A alegação de omissão e contradição, quando reveladora de simples discordância da parte com o teor do acórdão, não autoriza acolhimento de embargos de declaração.
Embargos rejeitados.

Embargos de Declaração - Classe: CNJ-1689 COMARCA DE BARRA DO GARÇAS(Oposto nos autos do(a) Apelação 68677/2015 - Classe: CNJ-198). Protocolo Número/Ano: 64605 / 2019. Julgamento: 10/12/2019. EMBARGANTE - DANIEL MARCELO ALVES CASELLA E OUTRO(s) (Advs: Dr(a). RODRIGO RIBEIRO PEREIRA - OAB 83032 /MG, Dr(a). OUTRO(S)), EMBARGADO - MINISTÉRIO PÚBLICO. Relator: Exmo. Sr. DES. LUIZ CARLOS DA COSTA
Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, REJEITOU OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
EMENTA:
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO — ALEGAÇÃO DE OMISSÃO — INEXISTÊNCIA — SIMPLES REVELAÇÃO DE DISCORDÂNCIA COM O TEOR DO ACÓRDÃO — ACOLHIMENTO — INADMISSIBILIDADE.
PREQUESTIONAMENTO — EXIGÊNCIA — MINUCIOSO EXAME DAS QUESTÕES NECESSÁRIAS À DECISÃO DA CAUSA — ATENDIMENTO.
A alegação de omissão, quando reveladora de simples discordância da parte com o teor do acórdão, não autoriza acolhimento de embargos de declaração.
Constatado que o acórdão examinou todas as questões necessárias à decisão da causa, satisfeito está o requisito de prequestionamento.
Embargos rejeitados.

Agravo Regimental - Classe: CNJ-206 TRIBUNAL DE JUSTIÇA(Interposto nos autos do(a) Apelação 103960/2017 - Classe: CNJ-198). Protocolo Número/Ano: 44603 / 2019. Julgamento: 10/12/2019. AGRAVANTE(S) - ESTADO DE MATO GROSSO (Advs: Dr(a). MARCIA PALMIRO DA SILVA E LIMA - PROCURADORA DE ESTADO - OAB 2394-O/MT), AGRAVADO(S) - EDSON ALFREDO DOS SANTOS (Advs: Dr(a). WENDEL RENATO CRUZ - DEFENSOR PÚBLICO - OAB 189120/SP). Relator: Exmo. Sr. DES. LUIZ CARLOS DA COSTA
Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE,NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
EMENTA:
AGRAVO INTERNO — APELAÇÃO — VALOR ATRIBUÍDO À CAUSA INFERIOR A SESSENTA (60) SALÁRIOS MÍNIMOS — COMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA — TESE FIXADA EM SEDE DE incidente de resolução de demandas repetitivas PELA SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO (TEMA Nº 1) — OBSERVÂNCIA — NECESSIDADE.
MODIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIA — VIOLAÇÃO À REGRA DE PERPETUAÇÃO DA JURISDIÇÃO — ARTIGO 87, PARTE FINAL, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973 E ARTIGO 43, PARTE FINAL, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 — NÃO OCORRÊNCIA.
REMESSA DOS AUTOS À TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO — POSSIBILIDADE.
Aplica-se a tese fixada em sede de incidente de resolução de demandas repetitivas pela Seção de Direito Público (Tema nº 1), que estabeleceu a competência absoluta do Juizado Especial da Fazenda Pública para processar e julgar as causas de valor inferior a sessenta (60) salários mínimos, independentemente da complexidade da matéria e da necessidade de prova pericial.
A modificação de competência não importa em violação à regra de perpetuação da jurisdição, por se cuidar de exceção prevista no artigo 87, parte final, do código de processo civil de 1973 e no artigo 43, parte final, do código de processo civil de 2015.
Ademais, possível é a remessa dos autos à Turma Recursal dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso para julgar o recurso, bem como analisar eventual necessidade de anulação da sentença, para que o juízo competente profira outra, acaso assim entenda.
Recurso não provido.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1006600-76.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
SOLIMOES TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E CARGAS EIRELI (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GABRIEL SANTOS ALBERTTI OAB - PR44655-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
AGENCIA ESTADUAL DE REGULACAO DOS SERVICOS PUBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VANIELE MENDES FIOR DE CASTRO OAB - 732.006.621-15 (PROCURADOR)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO Número Único: 1006600-76.2019.8.11.0000 Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Assunto: [Transporte Terrestre] Relator: Des(a). MARIA APARECIDA RIBEIRO Turma Julgadora: [DES(A). MARIA APARECIDA RIBEIRO, DES(A). LUIZ CARLOS DA COSTA, DES(A). MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA] Parte(s): [GABRIEL SANTOS ALBERTTI - CPF: 048.231.279-35 (ADVOGADO), SOLIMOES TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E CARGAS EIRELI - CNPJ: 07.549.414/0069-01 (AGRAVANTE), AGENCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PUBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DE MATO GROSSO - AGER/MT (AGRAVADO), AGENCIA ESTADUAL DE REGULACAO DOS SERVICOS PUBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.944.082/0001-10 (AGRAVADO), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS), VANIELE MENDES FIOR DE CASTRO - CPF: 732.006.621-15 (PROCURADOR)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO. E M E N T A AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO ORDINÁRIA – TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS SEM PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DA AGER/MT – AUTORIZAÇÃO PARA TRANSPORTE INTERESTADUAL – IRRELEVÂNCIA – DECISÃO MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. Compete à Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Mato Grosso – AGER/MT exercer a função de fiscalização relativa ao transporte intermunicipal de passageiros dentro do Estado de Mato Grosso. A autorização para transporte interestadual não tem o condão de autorizar o transporte de passageiros em linhas intermunicipais.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1006600-76.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
SOLIMOES TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E CARGAS EIRELI (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GABRIEL SANTOS ALBERTTI OAB - PR44655-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:

AGENCIA ESTADUAL DE REGULACAO DOS SERVICOS PUBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VANIELE MENDES FIOR DE CASTRO OAB - 732.006.621-15 (PROCURADOR)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO Número Único: 1006600-76.2019.8.11.0000 Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Assunto: [Transporte Terrestre] Relator: Des(a). MARIA APARECIDA RIBEIRO Turma Julgadora: [DES(A). MARIA APARECIDA RIBEIRO, DES(A). LUIZ CARLOS DA COSTA, DES(A). MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA] Parte(s): [GABRIEL SANTOS ALBERTTI - CPF: 048.231.279-35 (ADVOGADO), SOLIMOES TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E CARGAS EIRELI - CNPJ: 07.549.414/0069-01 (AGRAVANTE), AGENCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PUBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DE MATO GROSSO - AGER/MT (AGRAVADO), AGENCIA ESTADUAL DE REGULACAO DOS SERVICOS PUBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.944.082/0001-10 (AGRAVADO), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS), VANIELE MENDES FIOR DE CASTRO - CPF: 732.006.621-15 (PROCURADOR)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO. E M E N T A AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO ORDINÁRIA – TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS SEM PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DA AGER/MT – AUTORIZAÇÃO PARA TRANSPORTE INTERESTADUAL – IRRELEVÂNCIA – DECISÃO MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. Compete à Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Mato Grosso – AGER/MT exercer a função de fiscalização relativa ao transporte intermunicipal de passageiros dentro do Estado de Mato Grosso. A autorização para transporte interestadual não tem o condão de autorizar o transporte de passageiros em linhas intermunicipais.

Acórdão Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 0008606-32.2017.8.11.0004
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
W.M DA SILVA - ME (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDVAL MARTINS MARCONCINI OAB - MT20331O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
WENDERLEI MARTINS DA SILVA (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
RICELLY BARCELO ANDRADE (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
EDVAL MARTINS MARCONCINI OAB - MT20331O (ADVOGADO)

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO Número Único: 0008606-32.2017.8.11.0004 Classe: APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL (1728) Assunto: [ISS/ Imposto sobre Serviços] Relator: Dr. EDSON DIAS REIS Turma Julgadora: [Dr. EDSON DIAS REIS, DR. GILBERTO LOPES BUSSIKI, DR. MARCIO APARECIDO GUEDES, DESA. MARIA APARECIDA RIBEIRO] Parte(s): [W.M DA SILVA - ME - CNPJ: 18.203.698/0001-08 (APELADO), EDVAL MARTINS MARCONCINI - CPF: 177.282.901-34 (ADVOGADO), Secretario Municipal de Financas de Barra do Garcas - MT (APELANTE), MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS (APELANTE), MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS), WENDERLEI MARTINS DA SILVA - CPF: 866.497.281-87 (REPRESENTANTE/NOTICIANTE), RICELLY BARCELO ANDRADE - CPF: 025.068.521-31 (REPRESENTANTE/NOTICIANTE), EDVAL MARTINS MARCONCINI - CPF: 177.282.901-34 (ADVOGADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). MARIA APARECIDA RIBEIRO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO E RATIFICOU A SENTENÇA. E M E N T A REMESSA NECESSÁRIA – APLAÇÃO CÍVEL – MANDADO DE SEGURANÇA – AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DE NOTAS FISCAIS CONDICIONADA AO PAGAMENTO DE TRIBUTOS – IMPOSSIBILIDADE – SANÇÃO POLÍTICA – SÚMULAS 70, 323 E 547 STF – SENTENÇA RATIFICADA - RECURSO DESPROVIDO. “O fisco não pode condicionar a emissão de notas fiscais ao pagamento do tributo, utilizando-se de meios coercitivos, pois dispõe para tanto da Lei de Execuções FISCAIS. Inteligência das Súmulas 70 e 547 do Supremo Tribunal Federal e artigo 5º, XIII, da Constituição Federal.” (N.U 0101500-49.2011.8.11.0000, SEBASTIAO BARBOSA FARIAS, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 04/12/2012, Publicado no DJE 10/01/2013).

Acórdão Classe: CNJ-51 REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 1000025-86.2016.8.11.0055
Parte(s) Polo Ativo:
J. D. 5. V. C. D. T. D. S. (JUÍZO RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
P. M. D. T. D. S. (RECORRIDO)
G. L. D. (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE RICARDO FERREIRA GOMES OAB - MT11837-O (ADVOGADO)
DANIELLY FERREIRA LIMA DE FREITAS OAB - 001.528.681-94 (REPRESENTANTE)
Outros Interessados:
M. P. D. E. D. M. G. (TERCEIRO INTERESSADO)
D. F. L. D. F. (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
E. D. M. G. (TERCEIRO INTERESSADO)

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO Número Único: 1000025-86.2016.8.11.0055 Classe: REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL (199) Assunto: [Ensino Fundamental e Médio, Escolaridade] Relator: Des(a). MARCIO APARECIDO GUEDES Turma Julgadora: [DES(A). MARCIO APARECIDO GUEDES, DES(A). EDSON DIAS REIS, DES(A). MARIA APARECIDA RIBEIRO] Parte(s): [G. L. D. - CPF: 031.077.211-74 (JUÍZO RECORRENTE), DANIELLY FERREIRA LIMA DE FREITAS - CPF: 001.528.681-94 (ADVOGADO), PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARA DA SERRA (RECORRIDO), JOSE RICARDO FERREIRA GOMES - CPF: 003.581.331-81 (ADVOGADO), DANIELLY FERREIRA LIMA DE FREITAS - CPF: 001.528.681-94 (TERCEIRO INTERESSADO), MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO), MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0018-92 (TERCEIRO INTERESSADO), JUÍZO DA 5ª VARA CÍVEL DE TANGARÁ DA SERRA (JUÍZO RECORRENTE), G. L. D. (RECORRIDO), DANIELLY FERREIRA LIMA DE FREITAS - CPF: 001.528.681-94 (REPRESENTANTE), DANIELLY FERREIRA LIMA DE FREITAS - CPF: 001.528.681-94 (REPRESENTANTE/NOTICIANTE), ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0001-44 (TERCEIRO INTERESSADO), MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). MARIA APARECIDA RIBEIRO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, RATIFICOU A SENTENCA. E M E N T A REEXAME NECESSÁRIO – MANDADO DE SEGURANÇA – DIREITO CONSTITUCIONAL — ORDEM CONCEDIDA – MATRÍCULA EM ESCOLA — DOCUMENTAÇÃO - DIREITO LÍQUIDO E CERTO — SENTENÇA RATIFICADA. O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê que "É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária".

Acórdão Classe: CNJ-51 REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 1019715-46.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JUÍZO DA 5ª VARA ESPECIALIZADA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DA CAPITAL (JUÍZO RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO DE PESSOAS (APELADO)
SUPERINTENDENTE DE GESTAO DE PESSOAS (APELADO)
ADRIANO CESAR PASSARELLI (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANA LIGIA LEITE DOS REIS OAB - MT18532-O (ADVOGADO)
CAMILA RAMOS COELHO OAB - MT16745-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL (CUSTOS LEGIS)

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO Número Único: 1019715-46.2016.8.11.0041 Classe: REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL (199) Assunto: [Abuso de Poder] Relator: Des(a). MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA Turma Julgadora: [DES(A). MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). EDSON DIAS REIS, DES(A). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA, DES(A). LUIZ CARLOS DA COSTA, DES(A). MARIA APARECIDA RIBEIRO, DES(A). MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK] Parte(s): [ADRIANO CESAR PASSARELLI - CPF: 977.058.371-53 (APELANTE), ANA LIGIA LEITE DOS REIS - CPF: 041.589.261-90 (ADVOGADO), CAMILA RAMOS COELHO - CPF: 023.008.411-77 (ADVOGADO), SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO DE PESSOAS (APELADO), SUPERINTENDENTE DE GESTAO DE PESSOAS (APELADO), COORDENADOR DA COORDENADORIA DE APLICAÇÃO (APELADO), GERENTE DA GERÊNCIA DE CARGOS E CARREIRAS E REMUNERAÇÃO (APELADO), ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0002-25 (TERCEIRO INTERESSADO), ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0002-25 (REPRESENTANTE), JUÍZO DA 5ª VARA ESPECIALIZADA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DA CAPITAL (JUÍZO RECORRENTE), ADRIANO CESAR PASSARELLI - CPF: 977.058.371-53 (RECORRIDO), ANA LIGIA LEITE DOS REIS - CPF: 041.589.261-90 (ADVOGADO), CAMILA RAMOS COELHO - CPF: 023.008.411-77 (ADVOGADO), MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL (CUSTOS LEGIS)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). LUIZ CARLOS DA COSTA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, RATIFICOU A SENTENÇA. E M E N T A REMESSA NECESSÁRIA DE SENTENÇA – MANDADO DE SEGURANÇA – EXCESSO DE PRAZO NA APRECIAÇÃO DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO – VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO – DETERMINAÇÃO DE ANÁLISE E PROLAÇÃO DE DECISÃO FINAL – SENTENÇA RATIFICADA. A Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso LXXVIII, assegura a todos, no âmbito administrativo, a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de tramitação. Demonstrado o excesso de prazo na apreciação de processo administrativo, evidencia-se a abusividade perpetrada pela autoridade coatora, constituindo direito líquido e certo do impetrante em obter uma resposta/decisão da Administração.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0011025-51.2005.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SADORA XAVIER FONSECA CHAVES OAB - MT10332-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
HELENO SOARES LEITE (APELADO)

APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO FISCAL – PRELIMINAR – NULIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS – AUSÊNCIA DE NOMEAÇÃO DE CURADOR ESPECIAL – AFASTADA – INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO – MÉRITO - FALTA DE IMPULSO AO PROCESSO – INÉRCIA DO EXEQUENTE - DESÍDIA DA FAZENDA PÚBLICA - CARACTERIZAÇÃO - PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE CONFIGURADA – PRECEDENTES DO STJ - SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. 1. A ausência de nomeação de curador especial ao executado acarreta a nulidade dos atos praticados caso se comprove o efetivo prejuízo. 2. A prescrição é matéria de ordem pública e poderá ser reconhecida em qualquer fase do processo. Portanto, materializado o inequívoco estado de inanição dos autos por mais de 5 (cinco) anos, o reconhecimento da prescrição é matéria que se impõe.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0013968-94.2008.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE SINOP (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MIGUEL TAVARES MARTUCCI OAB - MT9672-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
RAS MADEIRAS LTDA (APELADO)

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO FISCAL – ARQUIVAMENTO EX OFFICIO E PROVISÓRIO DOS AUTOS EM DECORRÊNCIA DO BAIXO VALOR DA EXECUÇÃO – PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE – CONFIGURAÇÃO – RECONHECIMENTO DE OFÍCIO – POSSIBILIDADE – DISPENSA DE NOVA OITIVA DA FAZENDA PÚBLICA - APLICABILIDADE DO ARTIGO 40, §5º DA LEF (LEI 6.830/80) - SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. 1 – Configura-se a inércia da Fazenda Pública Municipal quando, tendo os autos executivos arquivados em decorrência do baixo valor executado, deixa transcorrer mais de 05 (cinco) anos sem promover qualquer ato para a retomada da marcha processual ou demonstrar que o débito atingiu o valor mínimo necessário para o desarquivamento e prosseguimento da execução. 2 – Em ressonância com o artigo 40, §5º da Lei de Execuções Fiscais, nas ações em que o débito executado possui pequeno valor, dispensa-se manifestação da Fazenda Pública. 3 - Assim, a sentença que declarou a prescrição intercorrente, nestes termos, deve ser mantida por seus fundamentos. 4 – Recurso conhecido e desprovido.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0010444-89.2008.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE SINOP (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MIGUEL TAVARES MARTUCCI OAB - MT9672-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ANGELINA MORTELARO DE OLIVEIRA ATELIER (APELADO)

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO FISCAL – ARQUIVAMENTO EX OFFICIO E PROVISÓRIO DOS AUTOS EM DECORRÊNCIA DO BAIXO VALOR DA EXECUÇÃO – PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE – CONFIGURAÇÃO – RECONHECIMENTO DE OFÍCIO – POSSIBILIDADE – DISPENSA DE NOVA OITIVA DA FAZENDA PÚBLICA - APLICABILIDADE DO ARTIGO 40, §5º DA LEF (LEI 6.830/80) - SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. 1 – Configura-se a inércia da Fazenda Pública Municipal quando, tendo os autos executivos arquivados em decorrência do baixo valor executado, deixa transcorrer mais de 05 (cinco) anos sem promover qualquer ato para a retomada da marcha processual ou demonstrar que o débito atingiu o valor mínimo necessário para o desarquivamento e prosseguimento da execução. 2 – Em ressonância com o artigo 40, §5º da Lei de Execuções Fiscais, nas ações em que o débito executado possui pequeno valor, dispensa-se manifestação da Fazenda Pública. 3 - Assim, a sentença que declarou a prescrição intercorrente, nestes termos, deve ser mantida por seus fundamentos. 4 – Recurso conhecido e desprovido.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0017536-45.2013.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE SINOP (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MIGUEL TAVARES MARTUCCI OAB - MT9672-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PEDRINHO SCHLINDVEIN (APELADO)

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO FISCAL – ARQUIVAMENTO EX OFFICIO E PROVISÓRIO DOS AUTOS EM DECORRÊNCIA DO BAIXO VALOR DA EXECUÇÃO – PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE – CONFIGURAÇÃO – RECONHECIMENTO DE OFÍCIO – POSSIBILIDADE – DISPENSA DE NOVA OITIVA DA FAZENDA PÚBLICA - APLICABILIDADE DO ARTIGO 40, §5º DA LEF (LEI 6.830/80) - SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. 1 – Configura-se a inércia da Fazenda Pública Municipal quando, tendo os autos executivos arquivados em decorrência do baixo valor executado, deixa transcorrer mais de 05 (cinco) anos sem promover qualquer ato para a retomada da marcha processual ou demonstrar que o débito atingiu o valor mínimo necessário para o desarquivamento e prosseguimento da execução. 2 – Em ressonância com o artigo 40, §5º da Lei de Execuções Fiscais, nas ações em que o débito executado possui pequeno valor, dispensa-se manifestação da Fazenda Pública. 3 - Assim, a sentença que declarou a prescrição intercorrente, nestes termos, deve ser mantida por seus fundamentos. 4 – Recurso conhecido e desprovido.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0003455-96.2010.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:

MUNICIPIO DE SINOP (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MIGUEL TAVARES MARTUCCI OAB - MT9672-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ANTONIO DOS SANTOS (APELADO)
A. DOS SANTOS RELOJOARIA (APELADO)

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO FISCAL – ARQUIVAMENTO EX OFFICIO E PROVISÓRIO DOS AUTOS EM DECORRÊNCIA DO BAIXO VALOR DA EXECUÇÃO – PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE – CONFIGURAÇÃO – RECONHECIMENTO DE OFÍCIO – POSSIBILIDADE – DISPENSA DE NOVA OITIVA DA FAZENDA PÚBLICA - APLICABILIDADE DO ARTIGO 40, §5º DA LEF (LEI 6.830/80) - SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. 1 – Configura-se a inércia da Fazenda Pública Municipal quando, tendo os autos executivos arquivados em decorrência do baixo valor executado, deixa transcorrer mais de 05 (cinco) anos sem promover qualquer ato para a retomada da marcha processual ou demonstrar que o débito atingiu o valor mínimo necessário para o desarquivamento e prosseguimento da execução. 2 – Em ressonância com o artigo 40, §5º da Lei de Execuções Fiscais, nas ações em que o débito executado possui pequeno valor, dispensa-se manifestação da Fazenda Pública. 3 - Assim, a sentença que declarou a prescrição intercorrente, nestes termos, deve ser mantida por seus fundamentos. 4 – Recurso conhecido e desprovido.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0003791-03.2010.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE SINOP (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MIGUEL TAVARES MARTUCCI OAB - MT9672-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
HEINEN DISTRIBUIDORA DE CHOCOLATES LTDA - ME (APELADO)
ELCIRA MARGARETE MIOTO (APELADO)
FELIX PEDRO HEINEN (APELADO)

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO FISCAL – ARQUIVAMENTO EX OFFICIO E PROVISÓRIO DOS AUTOS EM DECORRÊNCIA DO BAIXO VALOR DA EXECUÇÃO – PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE – CONFIGURAÇÃO – RECONHECIMENTO DE OFÍCIO – POSSIBILIDADE – DISPENSA DE NOVA OITIVA DA FAZENDA PÚBLICA - APLICABILIDADE DO ARTIGO 40, §5º DA LEF (LEI 6.830/80) - SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. 1 – Configura-se a inércia da Fazenda Pública Municipal quando, tendo os autos executivos arquivados em decorrência do baixo valor executado, deixa transcorrer mais de 05 (cinco) anos sem promover qualquer ato para a retomada da marcha processual ou demonstrar que o débito atingiu o valor mínimo necessário para o desarquivamento e prosseguimento da execução. 2 – Em ressonância com o artigo 40, §5º da Lei de Execuções Fiscais, nas ações em que o débito executado possui pequeno valor, dispensa-se manifestação da Fazenda Pública. 3 - Assim, a sentença que declarou a prescrição intercorrente, nestes termos, deve ser mantida por seus fundamentos. 4 – Recurso conhecido e desprovido.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0013485-88.2013.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE SINOP (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
VILMAR ANTONIO ROLDO (APELADO)

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO FISCAL – ARQUIVAMENTO EX OFFICIO E PROVISÓRIO DOS AUTOS EM DECORRÊNCIA DO BAIXO VALOR DA EXECUÇÃO – PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE – CONFIGURAÇÃO – RECONHECIMENTO DE OFÍCIO – POSSIBILIDADE – DISPENSA DE NOVA OITIVA DA FAZENDA PÚBLICA - APLICABILIDADE DO ARTIGO 40, §5º DA LEF (LEI 6.830/80) - SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. 1 – Configura-se a inércia da Fazenda Pública Municipal quando, tendo os autos executivos arquivados em decorrência do baixo valor executado, deixa transcorrer mais de 05 (cinco) anos sem promover qualquer ato para a retomada da marcha processual ou demonstrar que o débito atingiu o valor mínimo necessário para o desarquivamento e prosseguimento da execução. 2 – Em ressonância com o artigo 40, §5º da Lei de Execuções Fiscais, nas ações em que o débito executado possui pequeno valor, dispensa-se manifestação da Fazenda Pública. 3 - Assim, a sentença que declarou a prescrição intercorrente, nestes termos, deve ser mantida por seus fundamentos. 4 – Recurso conhecido e desprovido.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0011618-36.2008.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE SINOP (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MIGUEL TAVARES MARTUCCI OAB - MT9672-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MIRACI PIRES KLEGIN (APELADO)

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO FISCAL – ARQUIVAMENTO EX OFFICIO E PROVISÓRIO DOS AUTOS EM DECORRÊNCIA DO BAIXO VALOR DA EXECUÇÃO – PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE – CONFIGURAÇÃO – RECONHECIMENTO DE OFÍCIO – POSSIBILIDADE – DISPENSA DE NOVA OITIVA DA FAZENDA PÚBLICA - APLICABILIDADE DO ARTIGO 40, §5º DA LEF (LEI 6.830/80) - SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. 1 – Configura-se a inércia da Fazenda Pública Municipal quando, tendo os autos executivos arquivados em decorrência do baixo valor executado, deixa transcorrer mais de 05 (cinco) anos sem promover qualquer ato para a retomada da marcha processual ou demonstrar que o débito atingiu o valor mínimo necessário para o desarquivamento e prosseguimento da execução. 2 – Em ressonância com o artigo 40, §5º da Lei de Execuções Fiscais, nas ações em que o débito executado possui pequeno valor, dispensa-se manifestação da Fazenda Pública. 3 - Assim, a sentença que declarou a prescrição intercorrente, nestes termos, deve ser mantida por seus fundamentos. 4 – Recurso conhecido e desprovido.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000189-33.2004.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0001-44 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ADRIANA R GABRIEL (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RAPHAELA GABRIEL GUIMARAES OAB - SP331947 (ADVOGADO)

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO FISCAL - PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE – AFASTAMENTO - INÉRCIA DA FAZENDA PÚBLICA - NÃO CONFIGURADA - SENTENÇA REFORMADA - RECURSO PROVIDO. Para declarar-se a prescrição do crédito tributário faz-se necessário não só a inércia do titular do direito e a continuidade dessa inércia por determinado lapso de tempo, mas, concomitantemente, a verificação de que tal conduta tenha decorrido por culpa voluntária do exequente. Comprovada que a Fazenda Pública não se manteve inerte, tampouco foram observadas as hipóteses dos §§ 2º e 4º do artigo 40 da Lei de Execução Fiscal, a sentença que reconheceu a prescrição intercorrente deve ser cassada.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000142-77.2013.8.11.0030
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUARES IZAIAS DE ALMEIDA (APELADO)

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO FISCAL - PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE – AFASTAMENTO - INÉRCIA DA FAZENDA PÚBLICA - NÃO CONFIGURADA - SENTENÇA REFORMADA - RECURSO PROVIDO. Para declarar-se a prescrição do crédito tributário faz-se necessário não só a inércia do titular do direito e a continuidade dessa inércia por determinado lapso de tempo, mas, concomitantemente, a verificação de que tal conduta tenha decorrido por culpa voluntária do exequente. Comprovada que a Fazenda Pública não se manteve inerte, tampouco foram observadas as hipóteses dos §§2º e 4º do artigo 40 da Lei de Execução Fiscal, a sentença que reconheceu a prescrição intercorrente deve ser cassada.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1002227-61.2017.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
DELFT OIL & ENERGY DERIVADOS DE PETROLEO LTDA (APELADO)
RUY DELFIM FERREIRA VASCO (APELADO)
RUI EMMANUEL PEREIRA E FERREIRA VASCO ALVES PINTO (APELADO)

APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO FISCAL - EXTINÇÃO DO FEITO, SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, POR ABANDONO DA CAUSA, COM ARRIMO NO ARTIGO 485, III, DO CPC – SITUAÇÃO DE ABANDONO NÃO CONFIGURADA – RECURSO PROVIDO. Deve ser cassada a sentença que extinguiu o processo por abandono da causa quando comprovado que a Fazenda Pública, após intimada pessoalmente por meio de remessa dos autos para atender o comando judicial, assim o fez.

Acórdão Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 0037836-47.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
SINDICATO DOS TRABALHADORES NO ENSINO PUBLICO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BRUNO JOSE RICCI BOA VENTURA OAB - MT9271-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

APELAÇÃO CÍVEL COM REMESSA NECESSÁRIA – AÇÃO DECLARATÓRIA – PRELIMINARES: 1- AUSÊNCIA DE DIALETICIDADE - 2- ILEGITIMIDADE ATIVA DO SINDICATO – 3- LITISPENDÊNCIA, CERCEAMENTO DE DEFESA E INÉPCIA DA INICIAL — REJEITADAS – MÉRITO - SINTEP – JORNADA DE TRABALHO – CARGA HORÁRIA MÁXIMA EM SALA DE AULA DE 2/3 – DEDICAÇÃO A ATIVIDADES REALIZADA EXTRACLASSE – LEI FEDERAL N. 11.738/2008 – NORMA DECLARADA CONSTITUCIONAL PELO STF- ADI 4167/DF – EFEITO ERGA OMNES – ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA – TEMA 810 DO STF – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – LIQUIDAÇÃO DO JULGADO - RECURSO DESPROVIDO – SENTENÇA RATIFICADA. Ainda que a parte não tenha produzido uma peça primada pela boa técnica se ela atacou a sentença, consignando os motivos pelos quais entende pela reforma do decisum, deve ser conhecido seu recurso. O Sindicato tem legitimidade para ajuizar ação na defesa de direitos individuais homogêneos da categoria. O fato do Sindicato ter ajuizado várias ações individuais com idêntico teor, não induz litispendência, nem configura cerceamento de defesa e muito menos inépcia da inicial, tendo em vista que os substituídos são diversos e estão devidamente identificados. A Lei Federal nº. 11.738/2008 em seu art. 4º, §2º, estabelece que, na composição da jornada de trabalho observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos. A referida lei foi declarada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADI n.º 4167/DF, surtindo efeito erga omnes. Impossibilidade de aplicação de dispositivo que contrarie a norma federal. A atualização dos créditos está de acordo com o Tema 810 do STF. Os honorários advocatícios deverão ser fixados quando da liquidação do julgado, nos termos do artigo 85, § 4º, inciso II do CPC.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001081-39.2016.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
SINDICATO DOS TRABALHADORES NO ENSINO PUBLICO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO JOSE RICCI BOA VENTURA OAB - MT9271-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SADORA XAVIER FONSECA CHAVES OAB - MT10332-O (ADVOGADO)
LUIZ AUGUSTO PIRES CEZARIO JUNIOR OAB - MT17020-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA – FGTS, 13º E 1/3 DE FÉRIAS - SERVIDORES PÚBLICOS – CONTRATO TEMPORÁRIO – NULIDADE - VIOLAÇÃO AO ART. 37, II e §2o DA CF E DA LEI MUNICIPAL Nº 2613/2003 – DIREITO AO FGTS ASSEGURADO NO ART. 19-A DA LEI N. 8.036/90 E NA SÚMULA 363 TST – DEMAIS VERBAS AFASTADAS - AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL - REPERCUSSÃO GERAL NO STF (RE 765320 RG / MG) - NÃO SENDO LÍQUIDA A SENTENÇA, OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DEVEM SER ARBITRADOS NOS TERMOS DO ART. 85, § 4º, DO CPC - RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO – SENTENÇA RETIFICADA. O Supremo Tribunal Federal (STF), em sede de repercussão geral, decidiu que as contratações por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público em desconformidade com a Constituição Federal, não geram efeitos jurídicos em relação aos contratados, cujos direitos se restringem aos salários referentes ao período trabalhado e ao levantamento de FGTS. No mesmo sentido a Súmula 363 do TST. Não sendo líquida a sentença, a fixação do percentual dos honorários advocatícios somente ocorrerá quando liquidado o julgado, nos termos do artigo 85, §4º, inciso II do Código de Processo Civil/2015.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0006794-74.2016.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO ALMEIDA ALVES OAB - MT13615-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LUIZ GUSTAVO RABONI PALMA (APELADO)

APELAÇÃO CÍVEL - EXECUÇÃO FISCAL – IPTU - EXTINÇÃO POR ABANDONO DA CAUSA - REQUISITOS DO ART. 485, III, §1º DO CPC NÃO OBSERVADOS - APLICAÇÃO DA SÚMULA 240 DO STJ – IMPOSSIBILIDADE - EXECUÇÃO NÃO EMBARGADA - RECURSO REPETITIVO (RESP 1120097/SP) -TEMA 314 DO STJ - SENTENÇA REFORMADA - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. O executivo fiscal pode ser extinto sem resolução de mérito por não ter o exequente atendido ao comando judicial, somente após a intimação pessoal para se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias, conforme disposto no art. 485, inciso III e § 1º, do CPC. Assim, a reforma do decisum objurgado é medida que se impõe. Nos termos do recurso paradigma REsp 1120097/SP, inaplicável a aplicação da Súmula 240 do STJ quando não há embargos à execução.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0005952-24.2008.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE JUINA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CICERO ALLYSSON BARBOSA SILVA OAB - MT15091-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DEVAIR COCEICAO SOARES (APELADO)

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO FISCAL – ARQUIVAMENTO SEM BAIXA NA DISTRIBUIÇÃO EM RAZÃO DO BAIXO VALOR – CREDOR INTIMADO – TRANSCURSO DE MAIS DE 05 ANOS DA DECISÃO SEM MANIFESTAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA – PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE CONFIGURADA – SÚMULA 106 DO STJ – INAPLICABILIDADE – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. Nas execuções fiscais arquivadas, em razão do pequeno valor do débito executado, sem baixa na distribuição, deve ser reconhecida a prescrição intercorrente se, mesmo intimado, por inércia do exequente, o processo ficar paralisado por mais de 05 (cinco) anos, a contar da decisão que determina o arquivamento. Não demonstrada que a prescrição do crédito tributário ocorreu por motivos inerentes ao Poder Judiciário, se mostra inaplicável a Súmula 106 do STJ.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0008292-92.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
EDGARD FRANCA FILHO (APELADO)

TRIBUTÁRIO - APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO FISCAL – IPTU – EXECUÇÃO ANTERIOR À LEI COMPLEMENTAR N.º 118/2005 NA VIGÊNCIA DA REDAÇÃO ANTERIOR DO ARTIGO 174, I, DO CTN – PRESCRIÇÃO DE PARTE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO CONSTATADA ENTRE SUA

CONSTITUIÇÃO E O AJUIZAMENTO DA DEMANDA – DEMAIS CRÉDITOS SUSCETÍVEIS DE COBRANÇA NÃO ABRANGIDOS PELO INSTITUTO DA PRESCRIÇÃO POR FORÇA DO ENTENDIMENTO PRETORIANO DISPOSTO NA SÚMULA 106 DO STJ – RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. Tratando-se de imposto sujeito a lançamento direto, como é o caso do IPTU, o termo inicial do prazo prescricional da cobrança judicial inicia no dia seguinte à data estipulada na lei para o seu vencimento. Não sendo possível aferir a data, o prazo passa a fluir a partir do primeiro dia do mês de janeiro do exercício fiscal respectivo. Quando a execução é ajuizada antes da entrada em vigor da LC 118/05, a prescrição se interrompe com a citação do devedor, nos termos da redação original do artigo 174, I, do CTN. Decorridos mais de cinco anos entre constituição definitiva dos créditos executados e o ajuizamento da ação, impõe-se o reconhecimento da prescrição tributária simples. Proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício com relação aos demais títulos, a demora na citação, por motivos inerentes ao mecanismo da Justiça, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição ou decadência, devendo ser aplicada a Súmula 106 do STJ.

Acórdão Classe: CNJ-51 REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 1005513-84.2016.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
JUIZO DA VARA ESPECIALIZADA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE VARZEA GRANDE (JUÍZO RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE (RECORRIDO)
ANGELA MARIA DA COSTA FERREIRA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SADORA XAVIER FONSECA CHAVES OAB - MT10332-O (ADVOGADO)
IRINEU PEDRO MUHL OAB - MT5719-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

REMESSA NECESSÁRIA - AÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE CLASSE C/C COBRANÇA – SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL – TÉCNICO DE SUPORTE ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO – OMISSÃO DA ADMINISTRAÇÃO – PROGRESSÃO AUTOMÁTICA DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL – DIFERENÇAS SALARIAIS – DEVIDAS – APURAÇÃO EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA – TERMO INICIAL DOS CONSECTÁRIOS LEGAIS – JUROS MORATÓRIOS E CORREÇÃO MONETÁRIA – FIXAÇÃO NO MOMENTO DA LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA – INDEXADORES QUE DEVEM SER FIXADOS EM CONSONÂNCIA COM O TEMA 810/STF - SENTENÇA RETIFICADA EM PARTE. Decorrido o prazo previsto no art. 20, §1º, da Lei do Município de Várzea Grande nº 3.797/2012 sem a realização de avaliação de desempenho, o servidor tem o direito de progredir nas classes da carreira de forma automática, conforme prevê o §4º o do mesmo dispositivo legal. As diferenças remuneratórias não pagas, relativas às progressões na carreira, bem como eventuais reflexos não incluídos na fixação do subsídio, implantado pela referida lei municipal, devem ser apuradas em liquidação de sentença. Há de se afastar os índices apontados na sentença no momento da fixação da correção monetária e juros moratórios e determinar que os mesmos sejam estipulados em liquidação de sentença, amoldando-se aos critérios apontados pelo Supremo Tribunal Federal no Tema 810.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0004397-31.2010.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE SINOP (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GILBERTO JUTHS RISSATO OAB - MT5147-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PAULO K. PROCOPIO - ME (APELADO)

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO FISCAL – ARQUIVAMENTO SEM BAIXA NA DISTRIBUIÇÃO EM RAZÃO DO BAIXO VALOR – AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA – DEMORA NA REALIZAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS POR MOTIVOS INERENTES AO PODER JUDICIÁRIO – SÚMULA 106 DO STJ – APLICABILIDADE – PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE AFASTADA – SENTENÇA RETIFICADA – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. Se a parte exequente não foi intimada sobre a decisão que determinou o arquivamento provisório da execução fiscal em razão do baixo valor, a paralisação por período superior ao lustro prescricional não pode ser atribuída à Fazenda Pública. Quando a demora na realização dos atos processuais que levaram ao decurso do prazo de 5 (cinco) anos se deu por motivos inerentes ao mecanismo da Justiça, deve ser aplicada a Súmula 106 do STJ e afastada a prescrição intercorrente.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0011637-66.2013.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE SINOP (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MIGUEL TAVARES MARTUCCI OAB - MT9672-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ADEMIR JESUS RIBEIRO (APELADO)

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO FISCAL – ARQUIVAMENTO SEM BAIXA NA DISTRIBUIÇÃO EM RAZÃO DO BAIXO VALOR – AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA – DEMORA NA REALIZAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS POR MOTIVOS INERENTES AO PODER JUDICIÁRIO – SÚMULA 106 DO STJ – APLICABILIDADE – PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE AFASTADA – SENTENÇA RETIFICADA – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. Se a parte exequente não foi intimada sobre a decisão que determinou o arquivamento provisório da execução fiscal em razão do baixo valor, a paralisação por período superior ao lustro prescricional não pode ser atribuída à Fazenda Pública. Quando a demora na realização dos atos processuais que levaram ao decurso do prazo de 5 (cinco) anos se deu por motivos inerentes ao mecanismo da Justiça, deve ser aplicada a Súmula 106 do STJ e afastada a prescrição intercorrente.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0013328-18.2013.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE SINOP (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MIGUEL TAVARES MARTUCCI OAB - MT9672-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA SANTA LOURENCO DOS REIS (APELADO)
N. DOS REIS BARROS & CIA. LTDA - ME (APELADO)
NILVA DOS REIS BARROS (APELADO)

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO FISCAL – ARQUIVAMENTO SEM BAIXA NA DISTRIBUIÇÃO EM RAZÃO DO BAIXO VALOR – AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA – DEMORA NA REALIZAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS POR MOTIVOS INERENTES AO PODER JUDICIÁRIO – SÚMULA 106 DO STJ – APLICABILIDADE – PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE AFASTADA – SENTENÇA RETIFICADA – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. Se a parte exequente não foi intimada sobre a decisão que determinou o arquivamento provisório da execução fiscal em razão do baixo valor, a paralisação por período superior ao lustro prescricional não pode ser atribuída à Fazenda Pública. Quando a demora na realização dos atos processuais que levaram ao decurso do prazo de 5 (cinco) anos se deu por motivos inerentes ao mecanismo da Justiça, deve ser aplicada a Súmula 106 do STJ e afastada a prescrição intercorrente.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0021447-60.2008.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO SANTANDER NOROESTE S/A (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO CARLOS DE LIMA JUNIOR OAB - SP142452-O (ADVOGADO)
ELIESER DA SILVA LEITE OAB - MT6384-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ OAB - 03.533.064/0001-46 (REPRESENTANTE)
Outros Interessados:
BANCO DO ESTADO DE SAO PAULO S/A - BANESPA (TERCEIRO INTERESSADO)

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL – PRELIMINAR – NULIDADE DA SENTENÇA – CERCEAMENTO DE DEFESA – REJEITADA – MÉRITO – ISSQN -TÍTULO EXECUTIVO - PRESENÇA DOS

REQUISITOS DO ARTIGO 202 DO CTN - SERVIÇOS BANCÁRIOS - LEIS COMPLEMENTARES N. 56/87 e 116/03 – TAXATIVIDADE DOS ITENS DA LISTA ANEXA – POSSIBILIDADE DE INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA - ÔNUS DO EMBARGANTE – SENTENÇA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. 1. A Certidão de Dívida Ativa goza de presunção de certeza e liquidez que somente pode ser elidida por prova inequívoca (artigo 204, do CTN). 2. A observância dos requisitos previstos no artigo 2º, §5º, da Lei n. 6.830/80 visa a que a CDA, como título executivo, permita ao devedor o exercício da ampla defesa, em virtude do conhecimento das especificidades do crédito que lhe é cobrado. 3. A Lei Complementar 56/87 apresenta rol taxativo dos serviços bancários que constituem fato gerador da cobrança do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). 4. É legítima, contudo, a incidência de ISS sobre os serviços bancários congêneres da lista anexa ao Decreto-lei 406/1968 e à Lei Complementar 56/1987 (Súmula 424/STJ), notadamente considerando que a Lei Complementar 116/03 alterou o rol de serviços de forma a possibilitar a tributação das tarifas bancárias em discussão.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000079-97.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
RAIF WIHSY (APELADO)

APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO FISCAL – IPTU – ARTIGO 174 DO CTN – REDAÇÃO ORIGINÁRIA – AÇÃO PROPOSTA ANTES DA LEI COMPLEMENTAR N. 118/2005 - PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO CONSUMADA – INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 106 DO STJ – SENTENÇA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. 1. Se o despacho que ordena a citação em sede de execução fiscal é anterior à vigência da Lei Complementar n. 118/2005, a interrupção da prescrição somente ocorre com a citação pessoal válida do devedor, a teor do art. 174, parágrafo único, I, do CTN, em sua redação originária. 2. Transcorrido mais de cinco anos desde a data da constituição do crédito e não tendo havido, neste lapso temporal, a citação do executado, a decretação da prescrição da pretensão é medida que se impõe. 3- Não demonstrado que a prescrição do crédito foi motivada por problemas inerentes ao Poder Judiciário, inaplicável a Súmula 106/STJ.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0014658-21.2003.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DURVAL TEODORO DE MELO OAB - MT3701-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ODETE SOUZA DE OLIVEIRA (APELADO)

APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO FISCAL – IPTU – ARTIGO 174 DO CTN – REDAÇÃO ORIGINÁRIA – AÇÃO PROPOSTA ANTES DA LEI COMPLEMENTAR N. 118/2005 - PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO CONSUMADA – INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 106 DO STJ – SENTENÇA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. 1. Se o despacho que ordena a citação em sede de execução fiscal é anterior à vigência da Lei Complementar n. 118/2005, a interrupção da prescrição somente ocorre com a citação pessoal válida do devedor, a teor do art. 174, parágrafo único, I, do CTN, em sua redação originária. 2. Transcorrido mais de cinco anos da data da constituição do crédito e não tendo havido, neste lapso temporal, a citação do executado, a decretação da prescrição da pretensão é medida que se impõe. 3. Não demonstrado que a prescrição do crédito foi motivada por problemas inerentes ao Poder Judiciário, inaplicável a Súmula 106/STJ.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0015225-18.2004.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MIGUEL KIKUIO NINOMIA (APELADO)

APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO FISCAL – IPTU – ARTIGO 174 DO CTN – REDAÇÃO ORIGINÁRIA – AÇÃO PROPOSTA ANTES DA LEI COMPLEMENTAR N. 118/2005 - PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO CONSUMADA – INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 106 DO STJ – SENTENÇA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. 1. Se o despacho que ordena a citação em sede de execução fiscal é anterior à vigência da Lei Complementar n. 118/2005, a interrupção da prescrição somente ocorre com a citação pessoal válida do devedor, a teor do art. 174, parágrafo único, I, do CTN, em sua redação originária. 2. Transcorrido mais de cinco anos desde a data da constituição do crédito e não tendo havido, neste lapso temporal, a citação do executado, a decretação da prescrição da pretensão é medida que se impõe. 3- Não demonstrado que a prescrição do crédito foi motivada por problemas inerentes ao Poder Judiciário, inaplicável a Súmula 106/STJ.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0014103-04.2003.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MANOEL PEDRO DE SOUZA (APELADO)

APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO FISCAL – IPTU – ARTIGO 174 DO CTN – REDAÇÃO ORIGINÁRIA – AÇÃO PROPOSTA ANTES DA LEI COMPLEMENTAR N. 118/2005 - PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO CONSUMADA – INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 106 DO STJ – SENTENÇA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. 1. Se o despacho que ordena a citação em sede de execução fiscal é anterior à vigência da Lei Complementar n. 118/2005, a interrupção da prescrição somente ocorre com a citação pessoal válida do devedor, a teor do art. 174, parágrafo único, I, do CTN, em sua redação originária. 2. Transcorrido mais de cinco anos desde a data da constituição do crédito e não tendo havido, neste lapso temporal, a citação do executado, a decretação da prescrição da pretensão é medida que se impõe. 3- Não demonstrado que a prescrição do crédito foi motivada por problemas inerentes ao Poder Judiciário, inaplicável a Súmula 106/STJ.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0025548-19.2003.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA DA COSTA ALUARENGA (APELADO)

APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO FISCAL – IPTU – ARTIGO 174 DO CTN – REDAÇÃO ORIGINÁRIA – AÇÃO PROPOSTA ANTES DA LEI COMPLEMENTAR N. 118/2005 - PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO CONSUMADA – INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 106 DO STJ – SENTENÇA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. 1. Se o despacho que ordena a citação em sede de execução fiscal é anterior à vigência da Lei Complementar n. 118/2005, a interrupção da prescrição somente ocorre com a citação pessoal válida do devedor, a teor do art. 174, parágrafo único, I, do CTN, em sua redação originária. 2. Transcorrido mais de cinco anos desde a data da constituição do crédito e não tendo havido, neste lapso temporal, a citação do executado, a decretação da prescrição da pretensão é medida que se impõe. 3. Não demonstrado que a prescrição do crédito foi motivada por problemas inerentes ao Poder Judiciário, inaplicável a Súmula 106/STJ.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0014965-72.2003.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
OTTO AIR KATTWINKEL FILHO (APELADO)

APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO FISCAL – IPTU – ARTIGO 174 DO CTN – REDAÇÃO ORIGINÁRIA – AÇÃO PROPOSTA ANTES DA LEI COMPLEMENTAR N. 118/2005 - PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO CONSUMADA – INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 106 DO STJ – SENTENÇA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. 1. Se o despacho que ordena a citação em sede de execução fiscal é anterior à vigência da Lei Complementar n. 118/2005, a interrupção da prescrição somente ocorre com a citação pessoal válida do devedor, a teor do art. 174, parágrafo único, I, do CTN, em sua redação originária. 2. Transcorrido mais de cinco anos desde a data da constituição do crédito e não tendo havido, neste lapso temporal, a citação do executado, a decretação da prescrição da

pretensão é medida que se impõe. 3. Não demonstrado que a prescrição do crédito foi motivada por problemas inerentes ao Poder Judiciário, inaplicável a Súmula 106/STJ.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0017616-43.2004.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ADAIR BENEDITO DE CAMPOS (APELADO)

Essas, as razões por que, com fundamento no artigo 932, V, a, do Código de Processo Civil, e no artigo 51, I-D, a, dou provimento, em parte, ao recurso para afastar a prescrição da pretensão quanto aos créditos tributários discriminados nas certidões de dívida ativa nos 100258, 27005, 94135 e 175897 e determinar o prosseguimento da execução. Intime-se. Às providências. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019. Des. Luiz Carlos da Costa Relator

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001115-77.2005.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JACINTO XAVIER DA SILVA (APELADO)

Essas, as razões por que, com fundamento no artigo 932, V, a, do Código de Processo Civil, e no artigo 51, I-D, a, dou provimento ao recurso para afastar a prescrição e determinar o prosseguimento da execução. Intimem-se. Às providências. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019. Des. Luiz Carlos da Costa Relator

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001604-75.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
TROPICAL EMP. E CONST. S/A (APELADO)

Essas, as razões por que, com fundamento no artigo 932, IV, b, do Código de Processo Civil, e artigo 51, I-C, b, do RITJ/MT, dou provimento ao recurso para determinar o prosseguimento da execução fiscal. Intimem-se. Às providências. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019. Des. Luiz Carlos da Costa Relator

Acórdão Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1005167-37.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
RECAPAGEM DE PNEUS JC LTDA - ME (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO HENRIQUE DA SILVA MAGRI OAB - MT14179-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EMBARGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL (CUSTOS LEGIS)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO – ALEGAÇÃO DE ERRO MATERIAL E OMISSÃO - VÍCIOS NÃO CONSTATADOS - PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO - INVIABILIDADE - PREQUESTIONAMENTO EXPLÍCITO - DESNECESSIDADE - EMBARGOS REJEITADOS. Tendo sido analisados no acórdão embargado, de acordo com a prova dos autos, os pontos sobre os quais o colegiado devia se pronunciar, não há falar-se em vício de omissão ou erro material a ser suprido. “O inconformismo que tem como real escopo a pretensão de reformar o decisum não pode prosperar, porquanto inocorrentes as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, sendo inviável a revisão da decisão em sede de embargos de declaração, em face dos estreitos limites do art. 1.022 do CPC/2015.” (STF, ACO 570/RR AgR-terceiro-ED). O egrégio Superior Tribunal de Justiça já se pronunciou que, “para fins de conhecimento do recurso especial, é dispensável o prequestionamento explícito dos dispositivos tidos como violados, inexistindo contrariedade ao art. 535 do CPC/1973 quando a Corte de origem decide clara e fundamentadamente todas as questões postas a seu exame.” (REsp 1259035/MG (2011/0095224-8), Relator: Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, Julgado em 05/04/2018, DJe 11/04/2018). Conforme o disposto no art. 1.025 do CPC, não é necessário o acolhimento do recurso para que se reconheçam os efeitos de prequestionamento pretendidos pela parte embargante.

Comunicado

RELAÇÃO DE JULGAMENTO SIMULTÂNEO - PJE
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
DATA: TERÇA 28/01/2020
SALA: PLENÁRIO 03 - SESSÃO ORDINÁRIA
HORÁRIO: 14:00
59: 1006922-96.2019.8.11.0000 - AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL e AGRAVO DE INSTRUMENTO
Relator: EXMO. SR. DES. LUIZ CARLOS DA COSTA
Vogais: EXMO. SR. DES. MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA EXMA. SRA. DESA. MARIA APARECIDA RIBEIRO
Segredo de justiça: Não
Assunto: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO|Atos Administrativos|Improbidade Administrativa|
Objeto de trabalho: AGRAVO DE INSTRUMENTO com pedido de atribuição de efeito suspensivo - ação civil pública por ato de improbidade administrativa em fase de cumprimento de sentença nº 1/2002, 10675-05.2001.811.0002, Código 43261, 1ª Vara Especializada da Fazenda Pública da Comarca de Várzea Grande - condenação nas sanções da Lei 8429/92 pela prática de atos havidos como irregulares praticados no exercício do mandato de vereador de Várzea Grande/MT entre os anos de 1997/2000 - Objeto do recurso: determinar a Câmara de Vereadores de Várzea Grande/MT que mantenha o agravante na condição de Vereador, suspendendo-se todos os atos que importem em desligamento e posse de substituto.
AGRAVANTE - JOAO MADUREIRA DOS SANTOS
Representante(s):
DR(A). LEONARDO MORO BASSIL DOWER OAB MT13914
AGRAVADO - MPEMT - VÁRZEA GRANDE
Interessados: MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS

Intimação

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0044607-41.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ILTON BARREIRA E CIA LTDA (APELADO)

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO FISCAL – AUSÊNCIA DE IMPULSO AO PROCESSO - INÉRCIA DO EXEQUENTE NO LUSTRO LEGAL - DESÍDIA DA FAZENDA PÚBLICA – PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE CARACTERIZADA - PRECEDENTES DO STJ - SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. A prescrição é matéria de ordem pública e poderá ser reconhecida em qualquer fase do processo. Portanto, materializado o inequívoco estado de inanição dos autos por mais de 5 (cinco) anos, o reconhecimento da prescrição é matéria que se impõe.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018800-18.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA (AGRAVANTE)
LOURIVAL LOPES SOARES (AGRAVANTE)
LUCIANA ANDREIA CORBARI (AGRAVANTE)
LUCINEIDE CAMPOS DOURADO PEREIRA (AGRAVANTE)
LAURI BIGUELINI (AGRAVANTE)
LENI ELENA CONTE TURRA (AGRAVANTE)
LOURDES DENDENA BATISTA (AGRAVANTE)
LOURDES INES DA SILVA GRESPAN (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DEBORA SUZANA RAMOS DE MORAES ARMANDO OAB - MT15874-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE CANARANA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
WALTER CUSTODIO DA SILVA OAB - MT19491-O (ADVOGADO)
SERGIO ROBERTO ROCHA RENZ OAB - MT3924-O (ADVOGADO)

Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Essa, a razão por que suspendo a eficácia da decisão até o julgamento definitivo da Câmara (Código de Processo Civil, artigo 1.019, I, primeira parte). Comuniquem-se o Juízo (Código de Processo Civil, artigo 1.019, I, parte final) e intime-se o agravado para que responda (Código de Processo Civil, artigo 1.019, II). Após, à Procuradoria-Geral de Justiça. Intimem-se. Às providências. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. Des. Luiz Carlos da Costa Relator

Ofício de intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1015675-42.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MPEMT - BARRA DO BUGRES (AGRAVANTE)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)
MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MINELVINA BARBOSA PEREIRA (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
M. C. P. D. C. (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA CARTA DE ORDEM 69/2019-PJE 2ª Secretaria Cível Direito Público e Coletivo CARTA DE ORDEM Expedida ao MM. Juiz de Direito Diretor do Fórum da Comarca de BARRA DO BUGRES/MT, para cumprimento no prazo de 30 (trinta) dias, na forma abaixo. De ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador Relator, nos autos eletrônicos n. 1015675-42.2019.8.11.0000. FAZ SABER ao MM. Juiz de Direito Diretor do Fórum da Comarca de BARRA DO BUGRES, ou a quem suas vezes fizer, que foi ordenada, nos autos eletrônicos supramencionados, EM VIRTUDE DO QUE SE EXPEDIU a presente Carta de Ordem, na qual Vossa Excelência lançará o seu respeitável "CUMPRA-SE", determinando a intimação do MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES/MT, na pessoa do seu Procurador, para ciência e manifestação do inteiro teor da(s) r. decisão(ões)/v.acórdão(s) anexo(s), podendo ser encontrado na PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES, devolvendo-se a seguir a presente Carta de Ordem, devidamente cumprida e certificada, a este Tribunal, a fim de serem tomadas as providências necessárias. Cuiabá, Capital do Estado de Mato Grosso e Departamento da Segunda Secretaria Cível Direito Público e Coletivo do Tribunal de Justiça, ao(s) 17 dias do mês de dezembro de 2019. SILVANDRA SILVA CARVALHO Diretora do Departamento da 2ª Secretaria Cível Direito Público e Coletivo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO – CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO S/N° - CPA CAIXA POSTAL 1071 – CUIABÁ – MT – CEP: 78.050-970 – TELEFONE PABX: (65) 3617-3000 DEPARTAMENTO DA SEGUNDA SECRETARIA CÍVEL TELEFONE: 65 3617-3457 FAX: 65 3617-3458

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019055-73.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
GILBERTO ALLIEVI (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NILSON JOSE FRANCO OAB - MT6188-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO — AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1019055-73.2019.8.11.0000 — CLASSE 202 — CNJ — CÍVEL — COMARCA DE NOVA MONTE VERDE AGRAVANTE: GILBERTO ALLIEVI; AGRAVADO: ESTADO DE MATO GROSSO. Vistos etc. O substabelecimento (Id. 28315467, fls. 3) não está assinado pela advogada Shirlene Benites Bognar. Dessa forma, intimem-se o agravante para, no prazo de cinco (5) dias, regularizar a representação processual. Às providências. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019. Des. Luiz Carlos da Costa Relator

Ofício de intimação Classe: CNJ-51 REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 1000025-86.2016.8.11.0055
Parte(s) Polo Ativo:
J. D. 5. V. C. D. T. D. S. (JUÍZO RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
P. M. D. T. D. S. (RECORRIDO)
G. L. D. (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE RICARDO FERREIRA GOMES OAB - MT11837-O (ADVOGADO)
DANIELLY FERREIRA LIMA DE FREITAS OAB - 001.528.681-94 (REPRESENTANTE)
Outros Interessados:
M. P. D. E. D. M. G. (TERCEIRO INTERESSADO)
D. F. L. D. F. (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
E. D. M. G. (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA CARTA DE ORDEM 70/2019-PJE 2ª Secretaria Cível Direito Público e Coletivo CARTA DE ORDEM Expedida ao MM. Juiz de Direito Diretor do Fórum da Comarca de TANGARÁ DA SERRA/MT, para cumprimento no prazo de 30 (trinta) dias, na forma abaixo. De ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador Relator, nos autos eletrônicos n. 1000025-86.2016.8.11.0055. FAZ SABER ao MM. Juiz de Direito Diretor do Fórum da Comarca de TANGARÁ DA SERRA, ou a quem suas vezes fizer, que foi ordenada, nos autos eletrônicos supramencionados, EM VIRTUDE DO QUE SE EXPEDIU a presente Carta de Ordem, na qual Vossa Excelência lançará o seu respeitável "CUMPRA-SE", determinando a intimação do MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA/MT, na pessoa do seu Procurador, para ciência e manifestação do inteiro teor da(s) r. decisão(ões)/v.acórdão(s) anexo(s), podendo ser encontrado na PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ, devolvendo-se a seguir a presente Carta de Ordem, devidamente cumprida e certificada, a este Tribunal, a fim de serem tomadas as providências necessárias. Cuiabá, Capital do Estado de Mato Grosso e Departamento da Segunda Secretaria Cível Direito Público e Coletivo do Tribunal de Justiça, ao(s) 17 dias do mês de dezembro de 2019. SILVANDRA SILVA CARVALHO Diretora do Departamento da 2ª Secretaria Cível Direito Público e Coletivo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO – CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO S/N° - CPA CAIXA POSTAL 1071 – CUIABÁ – MT – CEP: 78.050-970 – TELEFONE PABX: (65) 3617-3000 DEPARTAMENTO DA SEGUNDA SECRETARIA CÍVEL TELEFONE: 65 3617-3457 FAX: 65 3617-3458

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1001619-04.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
TIAGO CAMPOS PEREIRA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBINSON CASTRO MIRANDA OAB - SP332736 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - ITIQUIRA (AGRAVADO)
Outros Interessados:
CRISTINA OLIVEIRA DOS SANTOS (TERCEIRO INTERESSADO)
RONIVON SILVA MINGOTI (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Presente, ainda, risco de dano grave ou de difícil reparação, posto que o Agravante foi privado de utilizar de seus proventos, acarretando prejuízo ao seu sustento e de seus familiares. Ante o exposto, defiro a antecipação de tutela da pretensão recursal para determinar o desbloqueio da restrição que recaiu na Agência 4473-3, conta 11937-7, objeto de impugnação neste recurso. Defiro o pedido de justiça gratuita. Notifique-se o juízo a quo sobre esta decisão, devendo tomar as providências necessárias. Intime-se o agravado para, querendo, apresentar resposta no prazo legal. Em seguida, dê-se vista à Procuradoria-Geral de Justiça. Às providências. Edson Dias Reis Juiz de Direito Convocado

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019271-34.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DESTESA TERRA CONSTRUCOES LTDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS MARCIO RISSI MACEDO OAB - GO22703 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DO MATO GROSSO (AGRAVADO)
SUPERINTENDENTE DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS E SECRETÁRIA ADJUNTA DA ADMINISTRAÇÃO SISTÊMICA DA SECRETARIA DE ESTADO

DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA DE MATO GROSSO - SINFRA (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019271-34.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. LUIZ CARLOS DA COSTA.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019275-71.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
KWONG CHUN CHEUNG (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SANDRO LUIS COSTA SAGGIN OAB - MT5734-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
Ministério Público de Barra do Garças - MT (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019275-71.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. MÁRIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1015683-19.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
J. C. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO CLAUDIO FERREIRA DE SOUSA OAB - MG132608 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MARIA DO SOCORRO CONCEICAO (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Dessa forma, não demonstrada, nesta quadra de cognição não exauriente, a probabilidade de provimento do recurso, não é juridicamente admissível a suspensão da eficácia da decisão agravada, pelo que, tão somente determino o processamento do recurso. Intimem-se os agravados para que respondam (Código de Processo Civil, artigo 1.019, II). Após, à Procuradoria-Geral de Justiça. Procedam-se às retificações necessárias para constar também como agravado o Município de Tangará da Serra. Intimem-se. Às providências. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. Des. Luiz Carlos da Costa Relator

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019311-16.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE MIRASSOL D'OESTE (AGRAVADO)
EUCLIDES DA SILVA PAIXAO (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1019311-16.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 17/12/2019 17:22:39 e distribuído inicialmente para o Des(a). MARIA APARECIDA RIBEIRO

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000576-54.2012.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0001-44 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MAURICIO ARANTES VARGAS - ME (APELADO)

Essas, as razões por que, com fundamento no artigo 932, IV, b, do Código de Processo Civil, e artigo 51, I-C, b, do RITJ/MT, dou provimento ao recurso para determinar o prosseguimento da execução fiscal. Intimem-se. Às providências. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019. Des. Luiz Carlos da Costa Relator

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0049691-23.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
GERSON OTAVIO RINALDI - ME (APELADO)

Essas, as razões por que, com fundamento no artigo 932, IV, b, do Código de Processo Civil, e artigo 51, I-C, b, do RITJ/MT, dou provimento ao recurso para determinar o prosseguimento da execução fiscal quanto aos créditos tributários discriminados das certidões de dívida ativa nos 381022, 381023, 537618, 537651, 537652, 537653, 537654, 537655, 537656, 537657, 537658 e 953200. Intimem-se. Às providências. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019. Des. Luiz Carlos da Costa Relator

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018835-75.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DULCE DE MOURA OAB - MT7259-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS ZANETTI LTDA - EPP (AGRAVADO)
AIRTON ANTONIO ZANETTI (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CLAUDEMIR NARDIN OAB - 446.143.149-53 (PROCURADOR)
Outros Interessados:
JOAO ALBERTO BODANESE (TERCEIRO INTERESSADO)
ADELICIO ZAMBONI (TERCEIRO INTERESSADO)

Ante o exposto, indefiro o pedido de concessão do efeito suspensivo ao recurso, sem prejuízo de eventual mudança de entendimento por ocasião da apreciação do mérito. Comunique-se o juízo de primeiro grau. Intime-se o Agravado, para, querendo, apresentar contrarrazões. Cumpra-se. Des. Mario Roberto Kono de Oliveira Relator

Terceira Câmara de Direito Privado

Informação

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019226-30.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
H. G. S. (AGRAVANTE)
A. I. E. P. S. (AGRAVANTE)
G. E. T. L. (AGRAVANTE)
P. I. E. C. L. (AGRAVANTE)
C. E. E. G. L. (AGRAVANTE)
E. C. L. (AGRAVANTE)
G. E. E. S. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELLE THOMAZINI OLIVEIRA PORTUGAL OAB - MT10280 (ADVOGADO)
OSWALDO PEREIRA CARDOSO FILHO OAB - MT5705-O (ADVOGADO)
MARCO AURELIO MESTRE MEDEIROS OAB - MT15401-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
1. C. D. C. D. C. -. E. F. R. J. E. C. P. (AGRAVADO)
P. G. D. U. (AGRAVADO)
Outros Interessados:
Z. A. J. L. -. E. (TERCEIRO INTERESSADO)

Certifico que o Processo nº 1019226-30.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. DIRCEU DOS SANTOS.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019234-07.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
EXTRA CAMINHOES LTDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IVAN MOREIRA OAB - MT11472-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU UNIBANCO S.A. (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019234-07.2019.8.11.0000 – Classe:

AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019235-89.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
AURO LUIZ COMIN (AGRAVANTE)
ENIO CARLOS COMIN (AGRAVANTE)
GESIANE MARCOVICZ COMIN (AGRAVANTE)
MARINES COMIN (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBSON DUPIM DIAS OAB - MT14074-O (ADVOGADO)
SILVIA CRISTINA GIRALDELLI OAB - MT12854-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
WALTER TOMAZ DA COSTA (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019235-89.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019252-28.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE EDUARDO POLISEL GONCALVES OAB - MT12009-O (ADVOGADO)
JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO OAB - MT9172-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CESARINA AMORIM DE SIQUEIRA (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019252-28.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019268-79.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
EDILSON TEIXEIRA DA SILVA (AGRAVANTE)
TRANSPORTADORA TEIXEIRA LTDA - ME (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ CARLOS BOFI OAB - PR30515-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO RODOBENS S.A. (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019268-79.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. DIRCEU DOS SANTOS.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019269-64.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ALCIONE LEMES DA SILVA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO BENEVIDES ALVES OAB - MT21424/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JACI DORNELIS (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019269-64.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. ANTÔNIA SIQUEIRA GONÇALVES.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019276-56.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
RODRIGO CALETTI DEON (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ HENRIQUE BARBOSA MATIAS OAB - MT21936-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BRASILQUIMICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019276-56.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. ANTÔNIA SIQUEIRA GONÇALVES.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019293-92.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
NEIVA TEREZINHA GULART DA SILVA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JHOANE MARRARA RODRIGUES DA SILVA OAB - MT18425-O (ADVOGADO)
ANDREIA CRISTINA ANDRADE MATTOS OAB - MT14423-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
AVIACAO AGRICOLA J B MUMBACH LTDA - ME (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019293-92.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019298-17.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MAURICIO MICHELS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AUGUSTO CARLOS FERNANDES ALVES OAB - MT83161-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CONSTRUTORA CAMPOY LIMITADA (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019298-17.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. DIRCEU DOS SANTOS.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019316-38.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MONTREAL LOGISTICA E TRANSPORTE RODOVIARIO LTDA - EPP (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROSENI APARECIDA FARINACIO OAB - MT4747-O (ADVOGADO)
SILVANA DA SILVA TOLEDO OAB - MT11495-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
NEIDE AQUINO VIANA DUQUE - ME (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019316-38.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. DIRCEU DOS SANTOS.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019322-45.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LINDOMAR SILVA ARAUJO (AGRAVANTE)
CARLITO SILVA ARAUJO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KALYNCA SILVA INEZ DE ALMEIDA OAB - MT15598-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUSCELINO SILVA ARAUJO (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Certifico que o Processo nº 1019322-45.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. ANTÔNIA SIQUEIRA GONÇALVES.

Acórdão

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1014525-26.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:

VICENTE FRANCISCO SARTOR (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO STURM DA ROCHA OAB - MT22381-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MEDCAMP SERVICOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA - ME (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PAULA CRISTINA CARREIRA DE SOUZA RAMOS OAB - MT9989-O (ADVOGADO)
SAMIR DARTANHAN RAMOS OAB - MT8391-O (ADVOGADO)
PATRICIA ALINE RAMOS FERREIRA OAB - MT7203-O (ADVOGADO)
ALBINO RAMOS OAB - MT3559-O (ADVOGADO)

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO Número Único: 1014525-26.2019.8.11.0000 Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Assunto: [Locação de Imóvel] Relator: Des(a). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA Turma Julgadora: [DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). DIRCEU DOS SANTOS] Parte(s): [TIAGO STURM DA ROCHA - CPF: 021.751.230-57 (ADVOGADO), VICENTE FRANCISCO SARTOR - CPF: 055.537.840-34 (AGRAVANTE), MEDCAMP SERVICOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA - ME - CNPJ: 07.486.536/0001-08 (AGRAVADO), ALBINO RAMOS - CPF: 214.821.790-91 (ADVOGADO), PATRICIA ALINE RAMOS FERREIRA - CPF: 856.710.451-34 (ADVOGADO), PAULA CRISTINA CARREIRA DE SOUZA RAMOS - CPF: 954.352.121-20 (ADVOGADO), SAMIR DARTANHAN RAMOS - CPF: 830.751.601-30 (ADVOGADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). DIRCEU DOS SANTOS, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: RECURSO DESPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. E M E N T A AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE REAJUSTES DE ALUGUÉIS – FIXAÇÃO DE ALUGUEL PROVISÓRIO NOS MOLDES DO ART. 68, II, ALÍNEA “A”, DA LEI Nº 8.245/91 – NÃO EXCEDER 80% (OITENTA POR CENTO) DO PEDIDO – DECISÃO AGRAVADA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. É de ser mantida a decisão agravada que fixou o valor do aluguel provisório, quando não excedido 80% (oitenta por cento) do pedido, nos termos do art. 68, II, alínea “a”, da Lei nº 8.245/91.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1009764-11.2017.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
JONATHA NOVAIS DO AMARAL (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KAREN KELLY ROSSATTO DOS SANTOS OAB - MT19204-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANIELA CABETTE DE ANDRADE FERNANDES OAB - MT9889-A (ADVOGADO)

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO Número Único: 1009764-11.2017.8.11.0003 Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) Assunto: [Indenização por Dano Moral, Estabelecimentos de Ensino] Relator: Des(a). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA Turma Julgadora: [DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). DIRCEU DOS SANTOS] Parte(s): [JONATHA NOVAIS DO AMARAL - CPF: 114.925.476-97 (APELANTE), KAREN KELLY ROSSATTO DOS SANTOS - CPF: 006.282.131-82 (ADVOGADO), ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA - CNPJ: 05.808.792/0001-49 (APELADO), DANIELA CABETTE DE ANDRADE FERNANDES - CPF: 830.667.216-04 (ADVOGADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). DIRCEU DOS SANTOS, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: RECURSO DESPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. E M E N T A EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS - DESISTÊNCIA DO CURSO APÓS INÍCIO DAS AULAS - DÉBITO DEVIDO – PRECEDENTES DO STJ - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. “A jurisprudência desta Corte entende ser devida a cobrança por serviços educacionais contratados e disponibilizados ao educando, mesmo quando ele não frequenta as aulas. O fato de não ter o acadêmico comparecido às aulas ou efetuado os exames periódicos não o exime do dever de adimplir com o contrato formalizado anteriormente, porquanto o serviço de ensino, da forma como anuiu quando da assinatura do contrato, estava a seu dispor, sendo-lhe facultado usufruir ou não.6. Agravo interno não provido.(AgInt no REsp 861.030/PR, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 11/10/2016, DJe 04/11/2016)(destaquei)

Acórdão Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1010766-54.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JOAREZ FOELLMER RAMBO (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUILHERME MICHEL BARBOZA SLEDER OAB - PR89364 (ADVOGADO)
ROSANGELA CRISTINA BARBOZA SLEDER OAB - PR36441-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ADEILZA RODRIGUES DE OLIVEIRA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RODRIGO VIEIRA KOMOCHENA OAB - MT11011-O (ADVOGADO)

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO Número Único: 1010766-54.2019.8.11.0000 Classe: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689) Assunto: [Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens] Relator: Des(a). DIRCEU DOS SANTOS Turma Julgadora: [DES(A). DIRCEU DOS SANTOS, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA] Parte(s): [ROSANGELA CRISTINA BARBOZA SLEDER - CPF: 870.450.289-20 (ADVOGADO), JOAREZ FOELLMER RAMBO - CPF: 019.964.419-57 (EMBARGANTE), ADEILZA RODRIGUES DE OLIVEIRA - CPF: 001.721.406-84 (EMBARGADO), GUILHERME MICHEL BARBOZA SLEDER - CPF: 072.972.579-07 (ADVOGADO), RODRIGO VIEIRA KOMOCHENA - CPF: 900.343.251-15 (ADVOGADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). DIRCEU DOS SANTOS, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, REJEITOU OS EMBARGOS. E M E N T A RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO – CARTA PRECATÓRIA – EXECUÇÃO – IMPUGNAÇÃO À PENHORA E PEDIDO DE DEVOLUÇÃO DOS BENS APREENDIDOS INDEFERIDOS – AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 300 DO CPC – OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL – VÍCIOS INEXISTENTES – REDISCUSSÃO DA MATÉRIA – IMPOSSIBILIDADE – AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 1.022 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – EMBARGOS REJEITADOS. Na forma do artigo 1.022 do CPC, os embargos de declaração são viáveis quando presente omissão, obscuridade, contradição ou erro material na decisão recorrida, circunstâncias não evidenciadas no caso.

Acórdão Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1006635-36.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JOAREZ FOELLMER RAMBO (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROSANGELA CRISTINA BARBOZA SLEDER OAB - PR36441-O (ADVOGADO)
JOAO PAULO CORREDATO OAB - PR89634 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ADEILZA RODRIGUES DE OLIVEIRA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RODRIGO VIEIRA KOMOCHENA OAB - MT11011-O (ADVOGADO)

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO Número Único: 1006635-36.2019.8.11.0000 Classe: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689) Assunto: [Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens] Relator: Des(a). DIRCEU DOS SANTOS Turma Julgadora: [DES(A). DIRCEU DOS SANTOS, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA] Parte(s): [ROSANGELA CRISTINA BARBOZA SLEDER - CPF: 870.450.289-20 (ADVOGADO), JOAREZ FOELLMER RAMBO - CPF: 019.964.419-57 (EMBARGANTE), ADEILZA RODRIGUES DE OLIVEIRA - CPF: 001.721.406-84 (EMBARGADO), JOAO PAULO CORREDATO - CPF: 053.711.879-95 (ADVOGADO), RODRIGO VIEIRA KOMOCHENA - CPF: 900.343.251-15 (ADVOGADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). DIRCEU DOS SANTOS, por meio da

Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, REJEITOU OS EMBARGOS. E M E N T A EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM SEDE DE AGRAVO DE INSTRUMENTO – CARTA PRECATÓRIA – EXECUÇÃO – SUBSTITUIÇÃO DA PENHORA INDEFERIDA – DETERMINAÇÃO DE PENHORA E REMOÇÃO E BENS NA FORMA DEPRECADA – AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 300 DO CPC – OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL – VÍCIOS INEXISTENTES – REDISCUSSÃO DA MATÉRIA – IMPOSSIBILIDADE – AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 1.022 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – EMBARGOS REJEITADOS. Na forma do artigo 1.022 do CPC, os embargos de declaração são viáveis quando presente omissão, obscuridade, contradição ou erro material na decisão recorrida, circunstâncias não evidenciadas no caso.

Acórdão Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1003393-80.2018.8.11.0040
Parte(s) Polo Ativo:
POR DO SOL URBANIZACOES LTDA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CYNTIA DA SILVA LIMA OAB - MT20996-O (ADVOGADO)
ADEMILCON DE ALMEIDA GILARDE OAB - MT7440-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
NADIA DANIELE GOMES DA SILVA (EMBARGADO)

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO Número Único: 1003393-80.2018.8.11.0040 Classe: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689) Assunto: [Indenização por Dano Material, Rescisão do contrato e devolução do dinheiro] Relator: Des(a). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA Turma Julgadora: [DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). DIRCEU DOS SANTOS] Parte(s): [POR DO SOL URBANIZACOES LTDA - CNPJ: 07.707.537/0001-35 (EMBARGANTE), CYNTIA DA SILVA LIMA - CPF: 934.374.551-68 (ADVOGADO), NADIA DANIELE GOMES DA SILVA - CPF: 032.103.001-00 (EMBARGADO), DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 02.528.193/0001-83 (REPRESENTANTE), ADEMILCON DE ALMEIDA GILARDE - CPF: 698.356.241-00 (ADVOGADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). DIRCEU DOS SANTOS, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, REJEITOU OS EMBARGOS. E M E N T A EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL E RESTITUIÇÃO DE VALORES – OMISSÃO INEXISTENTE – INOVAÇÃO RECURSAL – IMPOSSIBILIDADE – EMBARGOS REJEITADOS. Os embargos de declaração somente devem ser acolhidos quando presente, na decisão embargada, quaisquer dos requisitos elencados no art. 1.022 do Código de Processo Civil, quais sejam, erro material, obscuridade, contradição ou omissão.

Acórdão Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000443-49.2008.8.11.0046
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO SA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
AGROPECUARIA PARAGUA LTDA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PERICLES LANDGRAF ARAUJO DE OLIVEIRA OAB - MT6005-A (ADVOGADO)

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO Número Único: 0000443-49.2008.8.11.0046 Classe: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689) Assunto: [Cédula de Crédito Rural] Relator: Des(a). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA Turma Julgadora: [DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). DIRCEU DOS SANTOS] Parte(s): [AGROPECUARIA PARAGUA LTDA - CNPJ: 59.496.893/0001-50 (EMBARGADO), PERICLES LANDGRAF ARAUJO DE OLIVEIRA - CPF: 116.821.138-76 (ADVOGADO), BANCO BRADESCO SA - CNPJ: 60.746.948/0001-12 (EMBARGANTE), MAURO PAULO GALERA MARI - CPF: 433.670.549-68 (ADVOGADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). DIRCEU DOS SANTOS, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, REJEITOU OS EMBARGOS. E M E N T A EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – APELAÇÃO – AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO – CONTRADIÇÃO E OMISSÃO INEXISTENTE - REDISCUSSÃO DA MATÉRIA – IMPOSSIBILIDADE - PREQUESTIONAMENTO – NÃO CABIMENTO - EMBARGOS REJEITADOS. Os embargos de declaração somente devem ser acolhidos quando presente, na decisão embargada, quaisquer dos requisitos elencados no art. 1.022 do Código de Processo Civil, quais sejam, erro material, obscuridade, contradição ou omissão. "[...] A contradição que dá margem aos embargos declaratórios é a que se estabelece entre os termos da própria decisão judicial - fundamentação e dispositivo - e não a que porventura exista entre ela e o ordenamento jurídico; menos ainda a que se manifeste entre o acórdão e a opinião da parte vencida. [...]" (RHC 79785 ED, Relator(a): Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Tribunal Pleno, julgado em 10/04/2003, DJ 23-05-2003 PP-00031 EMENT VOL-02111-08 PP-01696)

Intimação

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1017240-41.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LUIS LEOPOLDO ZIELINSKI (AGRAVANTE)
VERA LUCIA REINERT ZIELINSKI (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIEL RADINS OAB - MT8538-O (ADVOGADO)
ROQUE ADEMIR DA SILVA VIEIRA OAB - MT16344-O (ADVOGADO)
PAULA CRISTINA BALESTRIN OAB - MT22869-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
AGROINSUMOS COMERCIAL AGRICOLA LTDA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RUDIMAR ROMMEL OAB - MT8238-A (ADVOGADO)

Assim, diante do conjunto probatório analisado, os agravantes não fazem jus a usufruir da benesse assistencial, razão pela qual NEGO PROVIMENTO AO RECURSO e mantenho inalterada a decisão recorrida. Uma vez transcorrido o prazo recursal, arquivem-se os autos com as baixas e formalidades de estilo. Intime-se. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1006468-53.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
M. M. (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVANDRO SILVA FERREIRA OAB - MT11538-O (ADVOGADO)
LUIZ GUSTAVO GIARETTA OAB - MT10172-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
M. S. M. (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUIDO ICARO FRITSCH OAB - MT19381-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL (CUSTOS LEGIS)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689)1006468-53.2018.8.11.0000 EMBARGANTE: MILTON MARTINELLI EMBARGADO: MAIRI SAMUEL MARTINELLI INTIMAÇÃO ao(s) partrono(s) do(s) EMBARGADO: MAIRI SAMUEL MARTINELLI para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar(em) resposta aos embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º, do CPC.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019235-89.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
AURO LUIZ COMIN (AGRAVANTE)
ENIO CARLOS COMIN (AGRAVANTE)
GESIANE MARCOVICZ COMIN (AGRAVANTE)
MARINES COMIN (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBSON DUPIM DIAS OAB - MT14074-O (ADVOGADO)
SILVIA CRISTINA GIRALDELLI OAB - MT12854-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
WALTER TOMAZ DA COSTA (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1019235-89.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 16/12/2019 21:30:07 e distribuído inicialmente para o

Des(a). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019226-30.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
H. G. S. (AGRAVANTE)
A. I. E. P. S. (AGRAVANTE)
G. E. T. L. (AGRAVANTE)
P. I. E. C. L. (AGRAVANTE)
C. E. E. G. L. (AGRAVANTE)
E. C. L. (AGRAVANTE)
G. E. E. S. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELLE THOMAZINI OLIVEIRA PORTUGAL OAB - MT10280 (ADVOGADO)
OSWALDO PEREIRA CARDOSO FILHO OAB - MT5705-O (ADVOGADO)
MARCO AURELIO MESTRE MEDEIROS OAB - MT15401-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
1. C. D. C. D. C. -. E. F. R. J. E. C. P. (AGRAVADO)
P. G. D. U. (AGRAVADO)
Outros Interessados:
Z. A. J. L. -. E. (TERCEIRO INTERESSADO)

Certifico, que o processo de n. 1019226-30.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 16/12/2019 19:07:10 e distribuído inicialmente para o Des(a). DIRCEU DOS SANTOS

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019228-97.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
NABILLA JANAINA MAFFINI BOELL (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LUIZ FERNANDES DA SILVA (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019228-97.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019234-07.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
EXTRA CAMINHOES LTDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IVAN MOREIRA OAB - MT11472-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU UNIBANCO S.A. (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019234-07.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0027349-47.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RICARDO ALMEIDA GIL (EMBARGANTE)
RICARDO ALMEIDA GIL JUNIOR (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JORGE LUIZ BRAGA OAB - MT3168-O (ADVOGADO)
JULIETA MARINHO PIRES CEZARIO FERREIRA OAB - MT14272-O (ADVOGADO)
DELCIO JULIO BENTO JUNIOR OAB - MT15302-O (ADVOGADO)
LUIZ AUGUSTO PIRES CEZARIO OAB - MT2090-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
HOSPITAL JARDIM CUIABA LTDA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BIANCA BRAGA OAB - MT14630-O (ADVOGADO)
ALEX SANDRO SARMENTO FERREIRA OAB - MT6551-A (ADVOGADO)
JORGE LUIZ BRAGA OAB - MT3168-O (ADVOGADO)
VENDULA LOPES CORREIA OAB - MT25631-O (ADVOGADO)
PATRICIA ALMEIDA CAMPOS BORGES OAB - MT10430-O (ADVOGADO)
JESSICA MELGES PESENTI OAB - MT26603/O (ADVOGADO)
THAYELLE CRISTINNE AMORIM VENDRAMINI OAB - MT17623-O (ADVOGADO)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689)0027349-47.2015.8.11.0041 EMBARGANTE: RICARDO ALMEIDA GIL JUNIOR, RICARDO ALMEIDA GIL EMBARGADO: HOSPITAL JARDIM CUIABA LTDA INTIMAÇÃO ao(s) partrono(s) do(s) EMBARGADO: HOSPITAL JARDIM CUIABA LTDA para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar(em) resposta aos embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º, do CPC.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000502-56.2013.8.11.0080
Parte(s) Polo Ativo:
J. CRISPIM BARBOSA & CIA LTDA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ARIDAQUE LUIZ NETO OAB - MT3252-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ZOOFORT SUPLEMENTACAO ANIMAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (EMBARGADO)
LORENO BUSNELLO (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANA CAROLINA SCOPIN CHARNET OAB - SP208989 (ADVOGADO)
CRISTIANE DOS SANTOS MENINO OAB - SP243186-A (ADVOGADO)
RAFAEL AGOSTINELLI MENDES OAB - SP209974-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
AGROBRASIL PRODUTOS AGROPECUÁRIOS (TERCEIRO INTERESSADO)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689)0000502-56.2013.8.11.0080 EMBARGANTE: J. CRISPIM BARBOSA & CIA LTDA EMBARGADO: ZOOFORT SUPLEMENTACAO ANIMAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, LORENO BUSNELLO INTIMAÇÃO ao(s) partrono(s) do(s) EMBARGADO: ZOOFORT SUPLEMENTACAO ANIMAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, LORENO BUSNELLO para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar(em) resposta aos embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º, do CPC.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019252-28.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE EDUARDO POLISEL GONCALVES OAB - MT12009-O (ADVOGADO)
JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO OAB - MT9172-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CESARINA AMORIM DE SIQUEIRA (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1019252-28.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 17/12/2019 10:29:03 e distribuído inicialmente para o Des(a). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018670-28.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
TEREZINHA MARIA CANAVARROS SOUZA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA LUCIA RICARTE OAB - MT4411-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A-EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO OAB - SP98628-A (ADVOGADO)

AGRAVO DE INSTRUMENTO (202)1018670-28.2019.8.11.0000 AGRAVANTE: TEREZINHA MARIA CANAVARROS SOUZA AGRAVADO: BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A-EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL INTIMAÇÃO ao(s) patrono(s) do(s) AGRAVADO: BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A-EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar(em) contraminuta ao Agravo, nos termos do art. 1.019, II, do CPC.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019090-33.2019.8.11.0000

Parte(s) Polo Ativo:
P. R. C. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TAISSA MAFFESSONI OAB - MT18436-O (ADVOGADO)
PAULO CLECIO FERLIN OAB - MT12564-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
M. P. C. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PAULO EURICO MARQUES LUZ OAB - MT6070-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
K. C. R. (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

Diante disso, intime-se para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar documentos aptos a demonstrar a impossibilidade de recolher as custas, tais como extratos de conta corrente dos últimos seis meses, Declaração de Imposto de Renda dos últimos três anos e outros que comprovem a alegada hipossuficiência, ou que efetue o recolhimento do preparo em dobro, sob pena de deserção, conforme estabelecido no art. 1.007, §4º, do CPC. Cumpra-se.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019268-79.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
EDILSON TEIXEIRA DA SILVA (AGRAVANTE)
TRANSPORTADORA TEIXEIRA LTDA - ME (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ CARLOS BOFI OAB - PR30515-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO RODOBENS S.A. (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1019268-79.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 17/12/2019 13:43:27 e distribuído inicialmente para o Des(a). DIRCEU DOS SANTOS

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019269-64.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ALCIONE LEMES DA SILVA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO BENEVIDES ALVES OAB - MT21424/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JACI DORNELIS (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1019269-64.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 17/12/2019 13:47:07 e distribuído inicialmente para o Des(a). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0003048-75.2015.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE POCONE (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DIOGO IBRAHIM CAMPOS OAB - MT13296-O (ADVOGADO)
CAMILA RAMOS COELHO OAB - MT16745-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DENTALSHOW ASSISTENCIA ODONTOLOGICA LTDA - ME (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
WANDERLEY ROMANO DONADEL OAB - MT78870-A (ADVOGADO)
TANNOUS YOUSSEF TANNOUS NETO OAB - MG163452 (ADVOGADO)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689)0003048-75.2015.8.11.0028 EMBARGANTE: SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE POCONE EMBARGADO: DENTALSHOW ASSISTENCIA ODONTOLOGICA LTDA - ME INTIMAÇÃO ao(s) partrono(s) do(s) EMBARGADO: DENTALSHOW ASSISTENCIA ODONTOLOGICA LTDA - ME para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar(em) resposta aos embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º, do CPC.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0006146-20.2013.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A-EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO MAHFUZ VEZZI OAB - MT18017-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PAULO LUIS RODRIGUES (EMBARGADO)
BANCO BMG SA (EMBARGADO)
BANCO BRADESCO SA (EMBARGADO)
BANCO DAYCOVAL S/A (EMBARGADO)
BANCO SEMEAR S.A. (EMBARGADO)
BANCO DO BRASIL SA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS FREDERICK DA SILVA INEZ OAB - MT7355-A (ADVOGADO)
FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA OAB - MG109730-A (ADVOGADO)
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-A (ADVOGADO)
MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA OAB - MG63440-O (ADVOGADO)
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-S (ADVOGADO)
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-A (ADVOGADO)
FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO OAB - MG96864-A (ADVOGADO)
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689)0006146-20.2013.8.11.0002 EMBARGANTE: BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A-EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL EMBARGADO: BANCO BMG SA, BANCO DO BRASIL SA, BANCO DAYCOVAL S/A, BANCO SEMEAR S.A., BANCO BRADESCO SA, PAULO LUIS RODRIGUES INTIMAÇÃO ao(s) partrono(s) do(s) EMBARGADO: BANCO BMG SA, BANCO DO BRASIL SA, BANCO DAYCOVAL S/A, BANCO SEMEAR S.A., BANCO BRADESCO SA, PAULO LUIS RODRIGUES para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar(em) resposta aos embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º, do CPC.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000245-73.2010.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
ITAU SEGUROS S/A (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
DANIELA CRISTINA VAZ PATINI OAB - MT11660-O (ADVOGADO)
LAZARO JOSE GOMES JUNIOR OAB - MT8194-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
WLADIMIR AUGUSTO DA SILVA JUNIOR (APELADO)
RENAN LUIZ DOS SANTOS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO BOUVIE DE OLIVIERA OAB - MT16323-A (ADVOGADO)
GELSON LUIZ GALL DE OLIVEIRA OAB - MT3966-O (ADVOGADO)
WALEF CAIK CALIXTO FEITOSA OAB - MT21568-A (ADVOGADO)
WILSON MOLINA PORTO OAB - MT12790-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
IVETE ANGELA BILHAN (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689)0000245-73.2010.8.11.0003 APELANTE: ITAU SEGUROS S/A APELADO: WLADIMIR AUGUSTO DA SILVA JUNIOR, RENAN LUIZ DOS SANTOS INTIMAÇÃO ao(s) partrono(s) do(s) APELADO: WLADIMIR AUGUSTO DA SILVA JUNIOR, RENAN LUIZ DOS SANTOS para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar(em) resposta aos embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º, do CPC.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1011983-35.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
NEVA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDUARDO HENRIQUE VIEIRA BARROS OAB - MT7680-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ADMINISTRADOR JUDICIAL (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FLAVIANO KLEBER TAQUES FIGUEIREDO OAB - MT7348-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689)1011983-35.2019.8.11.0000 EMBARGANTE: NEVA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA

EMBARGADO: ADMINISTRADOR JUDICIAL INTIMAÇÃO ao(s) partrono(s) do(s) EMBARGADO: ADMINISTRADOR JUDICIAL para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar(em) resposta aos embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º, do CPC.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1002083-28.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
WANDER LINEKER GRUTKA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO MAGANHA DE LIMA OAB - MT17538-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ROZELI DA ROSA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS ANTONIO MENDES DA SILVA OAB - MT12433-A (ADVOGADO)

AGRAVO DE INSTRUMENTO (202)1002083-28.2019.8.11.0000 AGRAVANTE: WANDER LINEKER GRUTKA AGRAVADO: ROZELI DA ROSA INTIMAÇÃO ao(s) patrono(s) do(s) AGRAVADO: ROZELI DA ROSA para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar(em) contraminuta ao Agravo, nos termos do art. 1.019, II, do CPC.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1013499-90.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
C.VALE - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANA CARVALHO DO AMARAL OAB - SP268358 (ADVOGADO)
HELBERT FERNANDES FONSECA OAB - PR74074 (ADVOGADO)
DANILO KUTIANSKI DE SOUZA OAB - PR73756-A (ADVOGADO)
ARIVAL JOSE BETINELLI OAB - PR74635-A (ADVOGADO)
JARBAS CASTILHOS DA SILVA OAB - PR64833-A (ADVOGADO)
PAULO VICTOR KRUTSCH SOLETTI OAB - PR58676-A (ADVOGADO)
EVERTON DIEGO GIESSLER OAB - PR74627-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ALEXANDER INGMAR ENDLICH (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANA MARIA DE OLIVEIRA BARROS OAB - MT14663-A (ADVOGADO)
INDIANARA CONTI KROLING OAB - MT11097-O (ADVOGADO)

AGRAVO DE INSTRUMENTO (202)1013499-90.2019.8.11.0000 AGRAVANTE: C.VALE - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL AGRAVADO: ALEXANDER INGMAR ENDLICH INTIMAÇÃO ao(s) patrono(s) do(s) AGRAVADO: ALEXANDER INGMAR ENDLICH para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar(em) contraminuta ao Agravo, nos termos do art. 1.019, II, do CPC.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019276-56.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
RODRIGO CALETTI DEON (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ HENRIQUE BARBOSA MATIAS OAB - MT21936-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BRASILQUIMICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019276-56.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. ANTÔNIA SIQUEIRA GONÇALVES.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1008040-10.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CILESIO LAMERA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JANONE DA SILVA PEREIRA OAB - MT7055-B (ADVOGADO)
EVANDRO SANTOS DA SILVA OAB - MT5726-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ANTONIO MARIANO DE AGUIAR (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCAS FRATARI DA SILVEIRA TAVARES OAB - MT11445-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
SCHARIANNE CRISTINA GERHARDT (TERCEIRO INTERESSADO)
MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A. (TERCEIRO INTERESSADO)
TEREZINHA SALETE LAMERA (TERCEIRO INTERESSADO)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689)1008040-10.2019.8.11.0000 EMBARGANTE: CILESIO LAMERA EMBARGADO: ANTONIO MARIANO DE AGUIAR INTIMAÇÃO ao(s) partrono(s) do(s) EMBARGADO: ANTONIO MARIANO DE AGUIAR para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar(em) resposta aos embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º, do CPC.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1013125-74.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
EDYEN VALENTE CALEPIS OAB - MS8767-A (ADVOGADO)
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
RAYANE DOS SANTOS ALVES (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ROBERGES JUNIOR DE LIMA OAB - MT12918-A (ADVOGADO)

AGRAVO DE INSTRUMENTO (202)1013125-74.2019.8.11.0000 AGRAVANTE: BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS AGRAVADO: RAYANE DOS SANTOS ALVES INTIMAÇÃO ao(s) partrono(s) do(s) AGRAVADO: RAYANE DOS SANTOS ALVES para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar(em) resposta aos embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º, do CPC.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1006370-34.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BBM S/A (EMBARGANTE)
RAVENALA S/A (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABRICIO ROCHA DA SILVA OAB - SP206338 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PAULO HUMBERTO ALVES DE FREITAS (EMBARGADO)
MOACYR BATTAGLINI (EMBARGADO)
VILMA PIVA BATTAGLINI (EMBARGADO)
RAFAEL PIVA BATTAGLINI (EMBARGADO)
AGROVERDE AGRONEGOCIOS E LOGISTICA LTDA (EMBARGADO)
RENATO ALVES DE FREITAS (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RICARDO ALVES ATHAIDE OAB - MT11858-O (ADVOGADO)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689)1006370-34.2019.8.11.0000 EMBARGANTE: BANCO BBM S/A, RAVENALA S/A EMBARGADO: AGROVERDE AGRONEGOCIOS E LOGISTICA LTDA, MOACYR BATTAGLINI, PAULO HUMBERTO ALVES DE FREITAS, RAFAEL PIVA BATTAGLINI, RENATO ALVES DE FREITAS, VILMA PIVA BATTAGLINI INTIMAÇÃO ao(s) partrono(s) do(s) EMBARGADO: AGROVERDE AGRONEGOCIOS E LOGISTICA LTDA, MOACYR BATTAGLINI, PAULO HUMBERTO ALVES DE FREITAS, RAFAEL PIVA BATTAGLINI, RENATO ALVES DE FREITAS, VILMA PIVA BATTAGLINI para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar(em) resposta aos embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º, do CPC.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018508-33.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BMG SA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA OAB - MG109730-A (ADVOGADO)
MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA OAB - MG63440-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SEBASTIAO PAULINO DA SILVA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JEFFERSON LIMA VIEIRA OAB - MT24653-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
BANCO PAN S.A. (TERCEIRO INTERESSADO)
BANCO CETELEM S/A (TERCEIRO INTERESSADO)

BANCO VOTORANTIM S.A. (TERCEIRO INTERESSADO)

Pelo exposto, intime-se o agravante para efetuar o recolhimento em dobro do valor do preparo (art. 1007, §4º, do CPC), no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de deserção. Cumpra-se.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019293-92.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
NEIVA TEREZINHA GULART DA SILVA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JHOANE MARRARA RODRIGUES DA SILVA OAB - MT18425-O (ADVOGADO)
ANDREIA CRISTINA ANDRADE MATTOS OAB - MT14423-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
AVIACAO AGRICOLA J B MUMBACH LTDA - ME (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1019293-92.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 17/12/2019 16:10:58 e distribuído inicialmente para o Des(a). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018558-59.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CIA IMPORTADORA E EXPORTADORA COIMEX (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL BICCA MACHADO OAB - SP354406-O (ADVOGADO)
PAULA APARECIDA ABI CHAHINE YUNES PERIM OAB - SP273374-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARCOS LUCIANO KAPPES (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VANIA SANTOS DE SOUZA DORNELLES OAB - MT13906-B (ADVOGADO)
DEBORA LOUISA BORGMANN ZANELLATTO OAB - MT20620/O (ADVOGADO)

Ante o exposto, defiro a liminar vindicada para suspender a decisão agravada, até julgamento de mérito do presente recurso. Comunique-se o juízo de primeiro grau. Intime-se para apresentar contrarrazões.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019298-17.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MAURICIO MICHELS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AUGUSTO CARLOS FERNANDES ALVES OAB - MT83161-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CONSTRUTORA CAMPOY LIMITADA (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1019298-17.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 17/12/2019 16:17:00 e distribuído inicialmente para o Des(a). DIRCEU DOS SANTOS

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0019299-52.2015.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
EDUARDO TADEU LUSVARGHI BAGGIO (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO HUMBERTO BUDOIA OAB - MT3339-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARCOS ALEXANDRE CAPOCCI (EMBARGADO)
LUIZ HENRIQUE CAPOCCI (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDUARDO RAFAEL BUSS OAB - MT7023-B (ADVOGADO)
Outros Interessados:
JOÃO BOSCO RIBEIRO BARROS (TERCEIRO INTERESSADO)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689)0019299-52.2015.8.11.0002 EMBARGANTE: EDUARDO TADEU LUSVARGHI BAGGIO EMBARGADO: MARCOS ALEXANDRE CAPOCCI, LUIZ HENRIQUE CAPOCCI INTIMAÇÃO ao(s) partrono(s) do(s) EMBARGADO: MARCOS ALEXANDRE CAPOCCI, LUIZ HENRIQUE CAPOCCI para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar(em) resposta aos embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º, do CPC.

Intimação Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1017691-66.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA PAULA SIGARINI GARCIA OAB - MT10133-O (ADVOGADO)
FERNANDO AUGUSTO VIEIRA DE FIGUEIREDO OAB - MT7627-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LEONISIA BIAVA BUZZACARO (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DINEIA DE SOUZA COSTA OAB - MT21272-A (ADVOGADO)

AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL (206)1017691-66.2019.8.11.0000 AGRAVANTE: UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO AGRAVADO: LEONISIA BIAVA BUZZACARO INTIMAÇÃO ao(s) partrono(s) do(s) AGRAVADO: LEONISIA BIAVA BUZZACARO para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar(em) resposta ao agravo regimental, nos termos do art. 1.021, § 2º, do CPC.

Intimação Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1017335-71.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO AUGUSTO VIEIRA DE FIGUEIREDO OAB - MT7627-S (ADVOGADO)
VITOR HUGO FORNAGIERI OAB - MT15661 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
RABEA MOHAMAD OMAIS (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CHARLES SALDANHA HANDELL OAB - MT13383-A (ADVOGADO)

AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL (206)1017335-71.2019.8.11.0000 AGRAVANTE: UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO AGRAVADO: RABEA MOHAMAD OMAIS INTIMAÇÃO ao(s) partrono(s) do(s) AGRAVADO: RABEA MOHAMAD OMAIS para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar(em) resposta ao agravo regimental, nos termos do art. 1.021, § 2º, do CPC.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1012219-84.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-A (ADVOGADO)
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CLAIR APARECIDO ARRUDA DE SOUZA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCELO ALVES DE SOUZA OAB - MT12791-A (ADVOGADO)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689)1012219-84.2019.8.11.0000 EMBARGANTE: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS EMBARGADO: CLAIR APARECIDO ARRUDA DE SOUZA INTIMAÇÃO ao(s) partrono(s) do(s) EMBARGADO: CLAIR APARECIDO ARRUDA DE SOUZA para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar(em) resposta aos embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º, do CPC.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018273-66.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ALTEVIR SCHWAICERSKI (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IVAINE MOLINA JUNIOR OAB - MT21264-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
AUTO POSTO APARECIDA DO NORTE LTDA (AGRAVADO)

Com essas considerações, não conheço do presente recurso. Publique-se. Intime-se.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO

Processo Número: 1019322-45.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LINDOMAR SILVA ARAUJO (AGRAVANTE)
CARLITO SILVA ARAUJO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KALYNCA SILVA INEZ DE ALMEIDA OAB - MT15598-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUSCELINO SILVA ARAUJO (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Certifico, que o processo de n. 1019322-45.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 17/12/2019 18:13:08 e distribuído inicialmente para o Des(a). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019316-38.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MONTREAL LOGISTICA E TRANSPORTE RODOVIARIO LTDA - EPP (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROSENI APARECIDA FARINACIO OAB - MT4747-O (ADVOGADO)
SILVANA DA SILVA TOLEDO OAB - MT11495-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
NEIDE AQUINO VIANA DUQUE - ME (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1019316-38.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 17/12/2019 17:41:01 e distribuído inicialmente para o Des(a). DIRCEU DOS SANTOS

Quarta Câmara de Direito Privado

Informação

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019237-59.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MAXIMINO MALISKI (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDISON GONCALVES DE ANDRADE JUNIOR OAB - MT22367-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EDICARDO BARBOSA AMARO (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019237-59.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. SERLY MARCONDES ALVES.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019245-36.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ALESSANDRO CATARINO CAMARGO DE MORAES (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CONCEICAO GONCALINA DOS SANTOS (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019245-36.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. GUIOMAR TEODORO BORGES.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019255-80.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ROBERTO CARLOS FERRONATO JUNIOR (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TERESINHA APARECIDA BRAGA MENEZES OAB - MT6972-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019255-80.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. GUIOMAR TEODORO BORGES.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019258-35.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
OTAVIO ECKERT (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THALES AUGUSTO CALDEIRA DA ROCHA BASTOS OAB - MT8586-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
RISIO FRANCISCO CARVALHO LEITE (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019258-35.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. SERLY MARCONDES ALVES.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019273-04.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SERGIO SCHULZE OAB - MT16807-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ADEMIR JOSE MONAVER (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019273-04.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. SERLY MARCONDES ALVES.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019286-03.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DAMIAO TEOTONIO DA SILVA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO ALEXANDRE VIANA OAB - MT17947-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019286-03.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019312-98.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CONSTRUTORA E IMOBILIARIA FARIAS - EIRELI (AGRAVANTE)
IMOBILIARIA PAIAGUAS LTDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANILO PIRES ATALA OAB - MT6062-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARILIA FREIRE DE CAMPOS FONTES (AGRAVADO)
CACERES CARTORIO DO 1 OFICIO DE REGISTRO DE IMOVEIS (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019312-98.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019320-75.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CLAUDEMIR MONTANUCI (AGRAVANTE)
VANIA CRISTINA MONTANUCCI (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROSANGELA PANTALEAO CHIORATTO OAB - MT6481/O-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LUZIA MARCIA RIBEIRO RONDON (AGRAVADO)
JOSE TEOFILO RONDON (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019320-75.2019.8.11.0000 – Classe:

AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. SERLY MARCONDES ALVES.

Acórdão

Apelação 40277/2019 - Classe: CNJ-198 COMARCA CAPITAL. Protocolo Número/Ano: 40277 / 2019. Julgamento: 04/12/2019. APELANTE(S) - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (Advs: Dra. PAOLA CRISTINA RIOS PEREIRA FERNANDES - OAB 9510/MT, Dr(a). OUTRO(S)), APELADO(S) - GENUS EDITORA GRÁFICA E COMÉRCIO LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E OUTRO(s) (Advs: Dr. EDUARDO HENRIQUE VIEIRA BARROS - OAB 7680/MT, Dr. EUCLIDES RIBEIRO SILVA JÚNIOR - OAB 5222/MT, Dr(a). OUTRO(S)). Relator: Exmo. Sr. DES. GUIOMAR TEODORO BORGES

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: NÃO PROVIDO. UNÂNIME.

EMENTA:

RECURSO DE APELAÇÃO - RECUPERAÇÃO JUDICIAL - SENTENÇA DE ENCERRAMENTO - APELO DE APENAS UMA CREDORA QUE ALEGA IMPOSSIBILDADE DE ENCERRAMENTO EM RAZÃO DE INADIMPLÊNCIA - REJEIÇÃO - PRAZO DE DOIS ANOS EM QUE O PLANO FOI DEVIDAMENTE CUMPRIDO - RELATÓRIO DO ADMINISTRADOR JUDICIAL QUE ATESTA O CUMPRIMENTO E OPINA PELO ENCERRAMENTO - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO.

Evidenciado o cumprimento do plano no interstício do biênio de fiscalização a que alude o "caput" do art. 61 da Lei nº 11.101/2005, evidencia-se correta a sentença de encerramento do processo, nos termos do art. 63 da mesma lei.

Eventual descumprimento das obrigações assumidas pela empresa após o biênio legal poderá ensejar a execução do crédito, ou mesmo pedido individual de quebra, agora com base no artigo 94 da Lei 11.101/2005.

Apelação 39859/2011 - Classe: CNJ-198 COMARCA DE PRIMAVERA DO LESTE. Protocolo Número/Ano: 39859 / 2011. Julgamento: 11/12/2019. APELANTE(S) - JOSÉ JALMAR VARGAS E SUA ESPOSA (Advs: Dr. FÁBIO SCHNEIDER - OAB 5238/mt, Dr(a). OUTRO(S)), APELADO(S) - ESPÓLIO DE DOHER BARBOSA NICOLAU, REPRESENTADO POR SEU INVENTARIANTE GABRIEL ANTÔNIO NATAL NICOLAU E OUTRA(s) (Advs: Dr. DUÍLIO PIATO JÚNIOR - OAB 3719/MT, Dr(a). OUTRO(S)). Relatora: Exma. Sra. DESA. SERLY MARCONDES ALVES

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: POR MAIORIA, DESPROVERAM O RECURSO.

EMENTA:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DEMARCATÓRIA - PERÍCIA - UTILIZAÇÃO DE PONTO DE AMARRAÇÃO ORIGINAL CONSTANTE NO TÍTULO PRIMITIVO - DIVISA EM CONFORMIDADE COM OS MAPAS DO INCRA E INTERMAT - PRETENSÃO DE USO DO RIO CORREDEIRA - LIMITE NÃO SEGURO - PRECEDÊCIA DO TÍTULO MAIS ANTIGO - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO NÃO PROVIDO.

Se o laudo pericial é contundente quanto ao ponto inicial correto ser aquele mencionado no título original, até porque foi usado nos Mosaicos confeccionados pelo INCRA e pelo INTERMAT, impõe-se a manutenção da sentença que o acolheu e julgou procedente a Ação Demarcatória, o que afasta o argumento de que em recente georreferenciamento o Rio Corredeira constou como ponto de partida.

Intimação

Intimação Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1017110-51.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES E PROD. RURAIS LAGOA BONITA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUSTAVO GUILHERME COSTA SALAZAR OAB - MT11519-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
OSCAR DA CUNHA ESPINDOLA (AGRAVADO)
ESPÓLIO DE BRAULIO SILVARES ESPINDOLA (AGRAVADO)
AMARILIO DA CUNHA (AGRAVADO)
BRAULIO CEZAR GONCALVES ESPINDOLA (AGRAVADO)
MARIA DOLORES ESPINDOLA (AGRAVADO)
GILSON CUNHA ESPINDOLA (AGRAVADO)
DOLORES ESPINDOLA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ROBERTO ZAMPIERI OAB - MT4094-O (ADVOGADO)
JOAO BATISTA CARDOSO OAB - MT5303-A (ADVOGADO)

Intimação ao(s) agravado(s) AMARÍLIO DA CUNHA para apresentar(em) contrarrazões no prazo legal, nos termos do art. 1021, § 2º, do Código de Processo Civil.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1011798-94.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-A (ADVOGADO)
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
V A GARCIA ALIMENTOS ME (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BOLESLAU ANTONIO DE ABREU DORADA OAB - AC2959O (ADVOGADO)
ALVARO LUIZ PEDROSO MARQUES DE OLIVEIRA OAB - MT7666-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
VAGNER ALVES GARCIA (TERCEIRO INTERESSADO)
FRANKLIN RAFAEL HERNANDEZ DURAN (TERCEIRO INTERESSADO)
ALEXANDRINA DIAS NASCIMENTO HERNANDEZ (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Nº 1011798-94.2019.8.11.0000 AGRAVANTE: BANCO DO BRASIL SA AGRAVADO: V A GARCIA ALIMENTOS ME Visto. Acerca da nulidade aviada nas contrarrazões apresentadas pela representante da Massa Falida agravada ao id nº 25208975, intime-se a agravante, para que, acaso queira, manifeste-se no prazo de 15 (quinze) dias. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019. Desa. Serly Marcondes Alves Relatora

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019237-59.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MAXIMINO MALISKI (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDISON GONCALVES DE ANDRADE JUNIOR OAB - MT22367-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EDICARDO BARBOSA AMARO (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1019237-59.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 16/12/2019 22:05:50 e distribuído inicialmente para o Des(a). SERLY MARCONDES ALVES

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000069-66.2015.8.11.0085
Parte(s) Polo Ativo:
ISIDORO SOARES (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALINE ALENCAR DE OLIVEIRA OAB - MT16037-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019245-36.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ALESSANDRO CATARINO CAMARGO DE MORAES (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CONCEICAO GONCALINA DOS SANTOS (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1019245-36.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 17/12/2019 08:35:44 e distribuído inicialmente para o Des(a). GUIOMAR TEODORO BORGES

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1016855-93.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO OAB - MT20732-A (ADVOGADO)
JOSE LIDIO ALVES DOS SANTOS OAB - MT20853-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARCOS ROCHA SIQUEIRA (AGRAVADO)

Intimação ao(s) Agravante(s) para fornecer novo endereço do AGRAVADO: MARCOS ROCHA SIQUEIRA, no prazo de 5 dias, tendo em vista devolução da correspondência sem o devido cumprimento.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1017376-38.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MILTON CASSINI (AGRAVANTE)
ELZA TEREZINHA CASSINI (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO ULYSSES PAGLIARI OAB - MT3047-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA MADUENHO MASSARIN (AGRAVADO)
MERCEDES TOTTI TECO (AGRAVADO)
PASCOAL MASSARIN (AGRAVADO)
REINALDO TECO (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RUI CARLOS DIOLINDO DE FARIAS OAB - MT4962-A (ADVOGADO)
WILSON ISAC RIBEIRO OAB - MT5871-A (ADVOGADO)

Intimação ao(s) Agravante(s) para fornecer novo endereço do AGRAVADO: PASCOAL MASSARIN e MARIA M. MASSARIN, no prazo de 5 dias, tendo em vista devolução da correspondência sem o devido cumprimento.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1017700-28.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
V. Z. C. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROSANGELA HASSELSTROM OAB - MT19407-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
J. C. D. S. (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
A. Z. (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

Intimação ao(s) Agravante(s) para fornecer novo endereço do AGRAVADO: JHONY COSTA DOS SANTOS, no prazo de 5 dias, tendo em vista devolução da correspondência sem o devido cumprimento.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0002670-82.2008.8.11.0055
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO MOACIR BETTIO (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIERME ROMERO OAB - MT6240-O (ADVOGADO)
ALINE MORGANA BETTIO OAB - MT6099-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RAFAEL SGANZERLA DURAND OAB - MT12208-A (ADVOGADO)
FABIO DE OLIVEIRA PEREIRA OAB - MT13884-O (ADVOGADO)
FABIO LUIS NASCIMENTO DOS SANTOS DA MOTA OAB - BA19615-A (ADVOGADO)
CINARA CAMPOS CARNEIRO OAB - MT8521-O (ADVOGADO)
AMANDA CARINA UEHARA PAULA DE LARA OAB - MT21387-B (ADVOGADO)
WILLIAM JOSE DE ARAUJO OAB - MT3928-O (ADVOGADO)
LUIZ CARLOS CACERES OAB - PR26822-A (ADVOGADO)
AMANDA ANDRADE SOARES GUSMAO OAB - DF33327-O (ADVOGADO)
KAMILL SANTANA CASTRO E SILVA OAB - MT7381-B (ADVOGADO)
FERNANDO MARSARO OAB - MT12832-A (ADVOGADO)
HILVETE MARIA DOS SANTOS OAB - DF23829-A (ADVOGADO)
THAIS FERNANDA RIBEIRO DIAS NEVES OAB - MT22056-A (ADVOGADO)
RODRIGO LUIZ DA SILVA ROSA OAB - MT18099-O (ADVOGADO)
NELSON FEITOSA JUNIOR OAB - MT8656-O (ADVOGADO)
MAURICIO FERREIRA DE CAMPOS GONCALVES DE PAULA OAB - MT9456-O (ADVOGADO)
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-S (ADVOGADO)

Intimação ao(s) Embargado(s) para se manifestar(em) nos Embargos de Declaração no prazo legal, nos termos do § 2° do art. 1023 CPC.

Intimação Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1021832-39.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
THIERYS RODRIGUES FARIA RIBEIRO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HELBERT DE PAULA RODRIGUES OAB - MG124343-A (ADVOGADO)
JENNIFER COSTA DE ANDRADE OAB - MT23494-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JAMIL ALVES DE SOUZA OAB - MT12880-A (ADVOGADO)
MARCO ANDRE HONDA FLORES OAB - MT9708-A (ADVOGADO)

Intimação ao(s) agravado(s) para apresentar(em) contrarrazões no prazo legal, nos termos do art. 1021, § 2º, do Código de Processo Civil.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0005949-65.2017.8.11.0086
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO BRASIL SALIBA OAB - MT11546-A (ADVOGADO)
MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO OAB - MT4482-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PAULO CESAR DA SILVA (APELADO)

Pelo exposto, NEGO PROVIMENTO ao recurso. Ao ensejo, advirto às partes da pena de multa que incorre àquele que interpõe recurso manifestamente protelatório, nos termos dos artigos 80, VII, 81, 1.021, §4º, e 1.026, §§2º e 3º, todos do Código de Processo Civil, salientando que a assistência judiciária gratuita não exime o litigante do pagamento de multas processuais eventualmente impostas nos autos, nos termos do artigo 98, §4º, do mesmo diploma legal. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá, 17 de dezembro de 2019. Desa. Serly Marcondes Alves Relatora

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000185-27.2015.8.11.0100
Parte(s) Polo Ativo:
AMENAIDE ANTONIA DA SILVA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MILENA RODRIGUES DA SILVA OAB - MT15446-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO CETELEM S/A (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA OAB - SP327026-O (ADVOGADO)

Ante ao exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso e determino o retorno dos autos ao juízo de origem, para o seu normal prosseguimento. Ao ensejo, advirto às partes da pena de multa que incorre àquele que interpõe recurso manifestamente protelatório, nos termos dos artigos 80, VII, 81, 1.021, §4º, e 1.026, §§2º e 3º, todos do Código de Processo Civil, salientando que a assistência judiciária gratuita não exime o litigante do pagamento de multas processuais eventualmente impostas nos autos, nos termos do artigo 98, §4º, do mesmo diploma legal. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá, 17 de dezembro de 2019. Desa. Serly Marcondes Alves Relatora

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019048-81.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:

ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO OAB - MT20732-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MICHAEL KEVIN DA SILVA VARJAO (AGRAVADO)

Diante disso, fica prejudicado este Agravo por perda de objeto. Pelo exposto, não conheço do Recurso, com amparo no artigo 932, inciso III, do CPC. Cuiabá, 17 de dezembro de 2019. Des. Rubens de Oliveira Santos Filho Relator

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1012057-89.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ROLAND TRENTINI (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDUARDO HENRIQUE VIEIRA BARROS OAB - MT7680-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALTO GARÇAS (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Nº 1012057-89.2019.8.11.0000 AGRAVANTE: ROLAND TRENTINI AGRAVADO: JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALTO GARÇAS Visto. Somente agora, ao iniciar o exame exauriente do presente agravo, constatei que não houve a intimação do Administrador Judicial (terceiro interessado) para que, acaso queira, exerça o direito ao contraditório em relação ao presente recurso. É que o presente agravo, em parte, versa sobre a reserva de valores para pagamento dos honorários do administrador judicial, razão pela qual, não é recomendável leva-lo à julgamento, antes da devida intimação da parte interessada. Assim, intime-se o Administrador Judicial (AJ1 Administração Judicial) na condição de terceiro interessado, advertindo-o do prazo de 15 (quinze) dias de que dispõe para apresentar contrarrazões. Cumpra-se. Cuiabá, 17 de dezembro de 2019. Desa. Serly Marcondes Alves Relatora

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1011074-90.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
RODOLFO LUIS DOS SANTOS SALDANHA (EMBARGANTE)
ANTONIA MARIA DOS SANTOS SALDANHA (EMBARGANTE)
FABIANNE GESSIKA DOS SANTOS SALDANHA DIAS (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALMIR LOPES DE ARAUJO JUNIOR OAB - MT4102-A (ADVOGADO)
CLAITON LUIZ PANAZZOLO OAB - MT16705-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LUIS ALBERTO SALDANHA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE FABIO MARQUES DIAS JUNIOR OAB - MT6398-O (ADVOGADO)

Ante o exposto, REJEITO os presentes Embargos e, desde logo, advirto que a reiteração de recursos substancialmente vazios ensejará a aplicação da multa disposta no art. 1.026, §2º do CPC. Publique-se e intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá, 17 de dezembro de 2019. Desa. Serly Marcondes Alves Relatora

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019255-80.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ROBERTO CARLOS FERRONATO JUNIOR (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TERESINHA APARECIDA BRAGA MENEZES OAB - MT6972-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019255-80.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. GUIOMAR TEODORO BORGES.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1014204-88.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
T. L. D. L. C. (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO RABANEDA DOS SANTOS OAB - MT12945-O (ADVOGADO)
MICHELLE MATSUURA BORRALHO OAB - MT21616/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
E. D. J. P. C. (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JACKELINE FRANCO MORAES OAB - MT19816-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
J. D. C. C. N. (TERCEIRO INTERESSADO)
D. M. C. (TERCEIRO INTERESSADO)
D. C. C. (TERCEIRO INTERESSADO)
JACKELINE FRANCO MORAES OAB - MT19816-O (ADVOGADO)
D. A. C. (TERCEIRO INTERESSADO)

Ante o exposto, ACOLHO os embargos para suprimir a omissão apontada, a qual deixou de apreciar a questão atinente à materialização do processo, na origem, porém, sem efeitos infringentes. Além disso, determino a intimação da Agravante para que recolha, no prazo de 5 (cinco) dias, o preparo do presente agravo, sob pena de não conhecimento do recurso. Publique-se e intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá, 17 de dezembro de 2019. Desa. Serly Marcondes Alves Relatora

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019258-35.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
OTAVIO ECKERT (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THALES AUGUSTO CALDEIRA DA ROCHA BASTOS OAB - MT8586-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
RISIO FRANCISCO CARVALHO LEITE (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019258-35.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. SERLY MARCONDES ALVES.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1018848-19.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FATEX RESIDENCIAL CONSTRUTORA E INCORPORADORA SPE LTDA (APELANTE)
WAGNER VASCONCELOS DE MORAES (APELANTE)
MELISSA FRANÇA PRAEIRO VASCONCELOS DE MORAES (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAQUIM LUIZ BERGER GOULART NETTO OAB - MT11269-O (ADVOGADO)
THYAGO RIBEIRO DA ROCHA OAB - MT24296-O (ADVOGADO)
JOAQUIM DA SILVA FERREIRA OAB - SP22301 (ADVOGADO)
ARIADNE SELLA SIMOES OAB - MT20639-O (ADVOGADO)
WILLIAM SANTOS FERREIRA OAB - SP123242-A (ADVOGADO)
FABIOLA CASSIA DE NORONHA SAMPAIO OAB - MT4997-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
FATEX RESIDENCIAL CONSTRUTORA E INCORPORADORA SPE LTDA (APELADO)
WAGNER VASCONCELOS DE MORAES (APELADO)
MELISSA FRANÇA PRAEIRO VASCONCELOS DE MORAES (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
THYAGO RIBEIRO DA ROCHA OAB - MT24296-O (ADVOGADO)
WILLIAM SANTOS FERREIRA OAB - SP123242-A (ADVOGADO)
FABIOLA CASSIA DE NORONHA SAMPAIO OAB - MT4997-O (ADVOGADO)
ARIADNE SELLA SIMOES OAB - MT20639-O (ADVOGADO)

APELANTE: FATEX RESIDENCIAL CONSTRUTORA E INCORPORADORA SPE LTDA, MELISSA FRANÇA PRAEIRO VASCONCELOS DE MORAES, WAGNER VASCONCELOS DE MORAES APELADO: MELISSA FRANÇA PRAEIRO VASCONCELOS DE MORAES, WAGNER VASCONCELOS DE

MORAES, FATEX RESIDENCIAL CONSTRUTORA E INCORPORADORA SPE LTDA Visto. Tendo em conta que a sentença recorrida julgou em conjunto estes Autos e os Autos da Ação de Cumprimento de Obrigação de Fazer, Entrega de Coisa cumulada com Indenização por Danos Materiais e Morais de nº 1019632-93.2017.8.11.0041, o qual ainda se encontra no Juízo de origem, aguarde-se no Departamento a subida dos supramencionados Autos à instância recursal. Cumpra-se. Cuiabá, 17 de dezembro de 2019. Desa. Serly Marcondes Alves Relatora

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1012503-92.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ADEMIR JOEL CARDOSO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADEMIR JOEL CARDOSO OAB - MT3473-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
VALOR ADMINISTRACAO JUDICIAL LTDA - EPP (AGRAVADO)
ALCOPAN ALCOOL DO PANTANAL LTDA - EPP (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VICTOR ANDRADE COSTA TEIXEIRA OAB - GO33374 (ADVOGADO)
DOBSON DEYNER VICENTINI LEMES OAB - GO28944 (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MEDIO NORTE DIESEL LTDA - ME (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL (CUSTOS LEGIS)
TRANSDIAMANTINO TRANSPORTES LTDA - ME (TERCEIRO INTERESSADO)
COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO MEDIO NORTE LTDA - ME (TERCEIRO INTERESSADO)
ZULLI DIESEL LTDA - ME (TERCEIRO INTERESSADO)
AGRO-INDUSTRIAL IRMAOS ZULLI LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)
AGIZUL-ARMAZENS GERAIS IRMAOS ZULLI LTDA - ME (TERCEIRO INTERESSADO)
ZULLI VIAGENS E TURISMO LTDA - ME (TERCEIRO INTERESSADO)
AUTO POSTO E LANCHONETE ZULLI LTDA - ME (TERCEIRO INTERESSADO)

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do recurso. Ao ensejo, advirto às partes da pena de multa que incorre àquele que interpõe recurso manifestamente protelatório, nos termos dos artigos 80, VII, 81, 1.021, §4º, e 1.026, §§2º e 3º, todos do Código de Processo Civil, salientando que a assistência judiciária gratuita não exime o litigante do pagamento de multas processuais eventualmente impostas nos autos, nos termos do artigo 98, §4º, do mesmo diploma legal. Publique-se e intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá, 17 de dezembro de 2019. Desa. Serly Marcondes Alves Relatora

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019180-41.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
seguradora Lider (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-A (ADVOGADO)
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
KELVY MEDEIROS BASILIO (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PRISCILLA MESQUITA BUZZETTI DIAS OAB - MT9392-A (ADVOGADO)

Ante o exposto, CONCEDO a liminar para suspender os efeitos da decisão de base que determinou o pagamento de honorários médicos periciais a expensas da demandada, ora agravante. Publique-se e intimem-se, advertindo-se a agravada do prazo de 15 (quinze) dias de que dispõe para a apresentação de resposta. Cumpra-se. Cuiabá, 17 de dezembro de 2019. Desa. Serly Marcondes Alves Relatora

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0024738-87.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
COMERCIO VAREJISTA DE ALARMES INVIOLAVEL CUIABA LTDA - ME (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CAROLINA BAZIQUETO PERES SALVADOR OAB - MT10279-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PETERSON DE OLIVEIRA ROSA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CYNTIA ROGERIA SOUZA CANDIDO CARGNELUTTI OAB - MT15949-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0046571-98.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SOMBRA E AGUA FRESCA COMERCIO E DECORACAO LTDA - EPP (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PEDRO SYLVIO SANO LITVAY OAB - MT7042-O (ADVOGADO)
RODOLFO RUIZ PEIXOTO OAB - MT15869-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (APELADO)
BANCO DO BRASIL SA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-A (ADVOGADO)
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0006711-10.2015.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
DENISE RODEGUER (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DENISE RODEGUER OAB - MT15121-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-S (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1015852-06.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
G. A. N. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO ALVES DONIZETI OAB - MT12674-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
A. M. C. R. (AGRAVADO)
V. C. B. (AGRAVADO)
M. M. C. (AGRAVADO)
J. C. D. S. (AGRAVADO)
E. D. J. M. C. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LINDAMIR MACEDO DE PAIVA OAB - MT16164-O (ADVOGADO)
DANIELI FELBER OAB - MT10623-O (ADVOGADO)
JORGE BALBINO DA SILVA OAB - MT3063-A (ADVOGADO)
GILMAR DA CRUZ E SOUZA OAB - MT3543-A (ADVOGADO)
MARCO AURELIO PAIVA OAB - MS19137 (ADVOGADO)
ADHEMAR CARLOS RODRIGUES CRUZADO OAB - MT9740O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
R. B. C. L. -. M. (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

Intimação ao(s) agravado(s) para apresentar(em) contrarrazões no prazo legal, nos termos do art. 1019, II, do Código de Processo Civil.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1011811-93.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
KIVIA RIBEIRO LONGO RIOS (AGRAVANTE)
RAFAEL LINS RIOS (AGRAVANTE)

Advogado(s) Polo Ativo:
ELZA DA SILVA OLIVEIRA CAIXETA OAB - MT11642-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ORLEANS EMPREENDIMENTOS LTDA (AGRAVADO)
CIPASA VARZEA GRANDE VAR1 DESENVOLVIMENTO IMOBILIARIO LTDA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
OTAVIO JORGE ASSEF OAB - SP221714 (ADVOGADO)

Intimação ao(s) agravado(s) para apresentar(em) contrarrazões no prazo legal, nos termos do art. 1019, II, do Código de Processo Civil.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1012057-89.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ROLAND TRENTINI (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDUARDO HENRIQUE VIEIRA BARROS OAB - MT7680-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALTO GARÇAS (AGRAVADO)
Outros Interessados:
THIAGO OLIVEIRA AMADO OAB - MT11506-O (ADVOGADO)
RICARDO FERREIRA DE ANDRADE OAB - MT9764-S (ADVOGADO)
AJ1 ADMINISTRACAO JUDICIAL LTDA - ME (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Intimação ao(s) agravado(s) para apresentar(em) contrarrazões no prazo legal, nos termos do art. 1019, II, do Código de Processo Civil.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019096-40.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
VARZEA GRANDE PAINEIS EIRELI (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FRANCISCO ANIS FAIAD OAB - MT3520-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PEDRO MAUZOLO DA SILVA CAVALCANTI (AGRAVADO)
CORTUME STEPHAN SOCIEDADE ANONIMA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO CRESTANI FAVA OAB - MT13038-O (ADVOGADO)
ALEX SANDRO SARMENTO FERREIRA OAB - MT6551-A (ADVOGADO)

Intimação ao(s) agravado(s) para apresentar(em) contrarrazões no prazo legal, nos termos do art. 1019, II, do Código de Processo Civil.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018965-65.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
PEDRO ALEXANDRE DE CARVALHO GONCALVES (AGRAVANTE)
CARLA ROBERTA DA SILVA MANFRE GONCALVES (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CAMILA ANDRETTY OAB - MT17634-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SISTEMA FACIL, INCORPORADORA IMOBILIARIA - VARZEA GRANDE - SPE LTDA (AGRAVADO)
RODOBENS NEGOCIOS IMOBILIARIOS S/A (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RICARDO JOAO ZANATA OAB - MT8360-O (ADVOGADO)
JOSE WALTER FERREIRA JUNIOR OAB - MT18002-A (ADVOGADO)

OFÍCIO PARA INTIMAÇÃO DO AGRAVADO Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Tribunal de Justiça Ofício s/nº (Cód.PJEDBWMTSWXLG) Cuiabá, 17 de dezembro de 2019. Ilmo(es). Sr(es) RODOBENS NEGOCIOS IMOBILIARIOS S.A e SISTEMA FACIL, INCORPORADORA IMOBILIARIA - VARZEA GRANDE - SPE LTDA, por seu repr. legal End.: Av. Francisco das Chagas Oliveira, n. 2500 - Bairro Higienópolis - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP - CEP: 15085-485 Senhor (es): Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador GUIOMAR TEODORO BORGES - Relator nos autos de AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) n. 1018965-65.2019.8.11.0000, em que figura como: AGRAVANTE: PEDRO ALEXANDRE DE CARVALHO GONCALVES e outros e AGRAVADO: RODOBENS NEGOCIOS IMOBILIARIOS S/A e outros, intimo Vossa Senhoria, nos termos do art. 1.019, II, do Código de Processo Civil, para apresentar resposta ao mencionado Recurso, conforme decisão anexa, no prazo de 15 (quinze) dias, podendo juntar cópias das peças que entender necessárias. Assinatura Digital Diretora da 4ª Secretaria de Direito Privado OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular. Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso Vossa Senhoria não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder ao seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019082-56.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ODILIO BALBINOTTI (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DUILIO PIATO JUNIOR OAB - MT3719-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ROBIN ALVES MARTINS (AGRAVADO)
JUREMA BARBOSA MARTINS (AGRAVADO)
TEREZA MARTINS OLIVEIRA (AGRAVADO)
GERALDO ALVES (AGRAVADO)

Ante o exposto, NÃO ATRIBUO efeito ativo ao recurso. Publique-se e intimem-se, advertindo-se a agravada do prazo de 15 (quinze) dias de que dispõe para a apresentação de resposta, bem como ambas as partes das multas a que aludem os parágrafos 4º do artigo 1.021 e 2º do artigo 1.026 do CPC/15. Cumpra-se. Cuiabá, 17 de dezembro de 2019. Desa. Serly Marcondes Alves Relatora

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018483-20.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MIRANELVA DE SOUZA NOGUEIRA SILVA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAYKEL QUINTEIRO DUARTE AMORIM OAB - MT21538-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARCIELLY FERNANDA DOS SANTOS (AGRAVADO)

Intimação a Agravante para fornecer novo endereço da AGRAVADA: MARCIELLY FERNANDA DOS SANTOS, no prazo de 5 dias, tendo em vista devolução da correspondência sem o devido cumprimento.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019041-89.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MARLENE DIER (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE MIGUEL DE ARRUDA PELISSARI OAB - MT15112-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO SA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS OAB - MT13994-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
VITO DIER (TERCEIRO INTERESSADO)

Ante o exposto, NÃO ATRIBUO efeito suspensivo ao recurso. Publique-se

e intimem-se, advertindo-se o agravado do prazo de 15 (quinze) dias de que dispõe para a apresentação de resposta, bem como ambas as partes das multas a que aludem os parágrafos 4º do artigo 1.021 e 2º do artigo 1.026 do CPC/15. Cumpra-se. Cuiabá, 17 de dezembro de 2019. Desa. Serly Marcondes Alves Relatora

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019041-89.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MARLENE DIER (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE MIGUEL DE ARRUDA PELISSARI OAB - MT15112-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO SA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS OAB - MT13994-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
VITO DIER (TERCEIRO INTERESSADO)

Intimação ao(s) agravado(s) para apresentar(em) contrarrazões no prazo legal, nos termos do art. 1019, II, do Código de Processo Civil.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019091-18.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
OTONI ALVES DE LIMA NETO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANIE MARTINS MATTOS LIMOEIRO OAB - MT8920-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU UNIBANCO S.A. (AGRAVADO)

Portanto, observada a ausência de plausibilidade jurídica da pretensão recursal, NÃO ATRIBUO o efeito suspensivo almejado pelo agravante. Publique-se e intimem-se, advertindo-se a agravada do prazo de 15 (quinze) dias de que dispõe para a apresentação de resposta, bem como ambas as partes das multas a que aludem os parágrafos 4º do artigo 1.021 e 2º do artigo 1.026 do CPC/15. Cumpra-se. Cuiabá, 17 de dezembro de 2019. Desa. Serly Marcondes Alves Relatora

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019029-75.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BUNGE FERTILIZANTES S/A (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDREIA REGINA VIOLA OAB - SP163205 (ADVOGADO)
FERNANDO TARDIOLI LUCIO DE LIMA OAB - SP206727 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JOCELI RODRIGUES (AGRAVADO)
CELIA ISOLDE RODRIGUES (AGRAVADO)

Portanto, descaracterizada a urgência alegada na hipótese, NÃO ATRIBUO efeito suspensivo ao recurso. Publique-se e intimem-se, advertindo-se os agravados do prazo de 15 (quinze) dias de que dispõe para a apresentação de resposta, bem como ambas as partes das multas a que aludem os parágrafos 4º do artigo 1.021 e 2º do artigo 1.026 do CPC/15. Cumpra-se. Cuiabá, 17 de dezembro de 2019. Desa. Serly Marcondes Alves Relatora

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000741-60.2015.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
ALADIO KITZMANN (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ARMANDO CAMARGO PENTEADO NETO OAB - MT14284-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SELVERIANO GONZALES ARGUELLO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR VOLPINI OAB - RO610-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
SEBASTIAO JOSE RIGONI (TERCEIRO INTERESSADO)

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO APELAÇÃO CÍVEL (198) Nº 0000741-60.2015.8.11.0025 APELANTE: ALADIO KITZMANN APELADO: SELVERIANO GONZALES ARGUELLO Vistos etc. Considerando que os documentos que instruíram o recurso não são suficientes para a análise da controvérsia, intime-se o apelante para apresentar a cópia integral da Carta Precatória nº. 0004033-24.2013.811.0025, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 932, parágrafo único, do CPC, sob pena de não conhecimento do recurso. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá, 17 de dezembro de 2019. Desa. Serly Marcondes Alves Relatora

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1023378-95.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
KELVIN KAZUO TANITA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANGELICA ANAI ANGULO OAB - MT19028-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO OAB - MT20732-A (ADVOGADO)
JOSE LIDIO ALVES DOS SANTOS OAB - MT20853-A (ADVOGADO)

APELAÇÃO CÍVEL (198) Nº 1023378-95.2019.8.11.0041 APELANTE: KELVIN KAZUO TANITA APELADO: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. O apelante postula a concessão da justiça gratuita com fundamento no artigo 98 do CPC. Desse modo, nos termos do art. 932, parágrafo único, do CPC, intime-se para, no prazo de 5 (cinco) dias, colacionar documentos que comprovem o preenchimento dos referidos pressupostos à concessão de gratuidade (artigo 99, § 2º do CPC). Cuiabá, 17 de dezembro de 2019. Des. Guiomar Teodoro Borges Relator

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1015239-83.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NEILDES ARAUJO AGUIAR DI GESU OAB - SP217897-A (ADVOGADO)
MARCO ANDRE HONDA FLORES OAB - MT9708-A (ADVOGADO)
JOSE QUAGLIOTTI SALAMONE OAB - SP103587-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ROSANGELA SILVA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO ROSALINO BREDA OAB - MT14687-O (ADVOGADO)

Intimação ao(s) Embargado(s) ROSANGELA SILVA para se manifestar(em) nos Embargos de Declaração no prazo legal, nos termos do § 2° do art. 1023 CPC.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0023528-64.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE ANTONIO DA SILVA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATA CINTRA RASCHEJA OAB - MT15625-O (ADVOGADO)
HERMES DA SILVA OAB - MT14884-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JAMIL ALVES DE SOUZA OAB - MT12880-A (ADVOGADO)

Pelo exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso, para anular a sentença impugnada, determinando o retorno dos autos ao juízo de origem, para normal prosseguimento, com a citação da parte requerida. Ao ensejo, advirto às partes da pena de multa que incorre àquele que interpõe recurso manifestamente protelatório, nos termos dos artigos 80, VII, 81, 1.021, §4º, e 1.026, §§2º e 3º, todos do Código de Processo Civil, salientando que a assistência judiciária gratuita não exime o litigante do pagamento de multas processuais eventualmente impostas nos autos, nos termos do artigo 98, §4º, do mesmo diploma legal. Publique-se e intima-se. Cumpra-se. Cuiabá, 17 de dezembro de 2019. Desa. Serly Marcondes Alves Relatora

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019273-04.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:

BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SERGIO SCHULZE OAB - MT16807-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ADEMIR JOSE MONAVER (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019273-04.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. SERLY MARCONDES ALVES.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018095-20.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
SAUL FRANCISCO DE SOUZA E SILVA (AGRAVANTE)
WALTER DE SOUZA E SILVA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ HENRIQUE BARBOSA MATIAS OAB - MT21936-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DA AMAZONIA SA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ARIOSVALDEZ RODRIGUES DE LIMA OAB - MT17088-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
SAUL FRANCISCO DE SOUZA E SILVA (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019286-03.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DAMIAO TEOTONIO DA SILVA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO ALEXANDRE VIANA OAB - MT17947-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019286-03.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019312-98.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CONSTRUTORA E IMOBILIARIA FARIAS - EIRELI (AGRAVANTE)
IMOBILIARIA PAIAGUAS LTDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANILO PIRES ATALA OAB - MT6062-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARILIA FREIRE DE CAMPOS FONTES (AGRAVADO)
CACERES CARTORIO DO 1 OFICIO DE REGISTRO DE IMOVEIS (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1019312-98.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 17/12/2019 17:23:53 e distribuído inicialmente para o Des(a). RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1000584-07.2019.8.11.0033
Parte(s) Polo Ativo:
VAMBER APARECIDO CAPIOTTO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LENNON DO NASCIMENTO OAB - SP386676-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURI MARCELO BEVERVANCO JUNIOR OAB - MT24197-A (ADVOGADO)
LUIZ RODRIGUES WAMBIER OAB - PR7295-A (ADVOGADO)

Com estas considerações, nos termos do artigo 932, V, 'b', do CPC, dá-se parcial provimento ao recurso para afastar a cobrança da tarifa de Registro de Contrato, no valor de R$356,40, com a possibilidade de compensação com eventual débito junto ao banco apelado, referente a esse contrato e/ou repetição do indébito, na forma simples, o que se dará em liquidação de sentença. Cuiabá, 17 de dezembro de 2019. Des. Guiomar Teodoro Borges Relator

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018252-90.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO FIORESE NETO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DALADIER AGI OAB - MS464 (ADVOGADO)
MARCOS ANTONIO MOREIRA FERRAZ OAB - MS11390 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CINARA CAMPOS CARNEIRO OAB - MT8521-O (ADVOGADO)
NELSON FEITOSA JUNIOR OAB - MT8656-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
THEREZINHA LORINI FIORESE (TERCEIRO INTERESSADO)
EDNAMAR LIMA DO CARMO FIORESE (TERCEIRO INTERESSADO)
RUDI FIORESE (TERCEIRO INTERESSADO)

O agravante pugna pelo benefício da justiça gratuita sob o argumento de que não tem condições de arcar com as custas do processo sem prejuízo do próprio sustento. Conquanto se possa admitir a concessão da gratuidade mediante simples alegação da parte de que não tem como pagar as custas judiciais, o magistrado pode indeferi-la quando não dispor de elementos que confirmem a incapacidade econômica arguida. A presunção de veracidade da declaração não é absoluta, podendo ser relativizada diante de cada caso concreto. Fica ao arbítrio do magistrado apreciá-la em conjunto com outros subsídios expostos na demanda. No caso, embora o agravante tenha juntado declaração de Imposto de Renda, não há como desconsiderar que o feito em primeiro grau envolve grande volume de dinheiro e, inclusive, já houve o levantamento de mais de R$800.000,00. Assim, diante da ausência de prova da real incapacidade de pagar as despesas judiciais, indefiro a gratuidade pleiteada. Intime-se o agravante para efetuar o preparo do Recurso no prazo de cinco dias, sob pena de ter o seguimento negado. Após, os autos devem retornar conclusos para análise da pretensão do pedido de antecipação da tutela recursal. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019. Des. Rubens de Oliveira Santos Filho Relator

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019087-78.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CAIXA SEGURADORA S/A (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS OAB - SP273843-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO)

Ante o exposto, NÃO ATRIBUO efeito suspensivo ao recurso. Publique-se e intime-se, advertindo-se a parte agravada do prazo de 15 (quinze) dias de que dispõe para a apresentação de resposta, bem como ambas as partes das multas a que aludem os parágrafos 4º do artigo 1.021 e 2º do artigo 1.026 do CPC/15. Cumpra-se. Cuiabá, 17 de dezembro de 2019. Desa. Serly Marcondes Alves Relatora

Intimação Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1016653-19.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
EMAL EMPRESA DE MINERACAO ARIPUANA LTDA (AGRAVANTE)
CAMIL CACERES MINERACAO LTDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RUBIANE KELI MASSONI OAB - MT12419/O (ADVOGADO)
VANESSA PELEGRINI OAB - MT10059-O (ADVOGADO)
JAMES LEONARDO PARENTE DE AVILA OAB - MT5367-O (ADVOGADO)

JONAS COELHO DA SILVA OAB - MT5706-O (ADVOGADO)
PAULO ROGERIO DE OLIVEIRA OAB - MT7074-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
VERA LUCIA CAMARGO PUPIN (AGRAVADO)
JOSE PUPIN AGROPECUARIA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
OCTAVIO TEIXEIRA BRILHANTE USTRA OAB - SP196524-A (ADVOGADO)
CAMILA SOMADOSSI GONCALVES DA SILVA OAB - SP277622 (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL (206) Nº 1016653-19.2019.8.11.0000 AGRAVANTE: CAMIL CACERES MINERACAO LTDA, EMAL EMPRESA DE MINERACAO ARIPUANA LTDA AGRAVADO: JOSE PUPIN AGROPECUARIA, VERA LUCIA CAMARGO PUPIN Intimem-se as agravadas Camil Cáceres Mineração Ltda e outras para apresentarem contraminuta ao agravo interno interposto por José Pupin Agropecuária (ID 28562481). Cuiabá, 17 de dezembro de 2019. Des. Guiomar Teodoro Borges Relator

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019237-59.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MAXIMINO MALISKI (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDISON GONCALVES DE ANDRADE JUNIOR OAB - MT22367-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EDICARDO BARBOSA AMARO (AGRAVADO)

Ante o exposto, NÃO ATRIBUIO efeito ativo ao recurso. Publique-se e intime-se, advertindo-se o agravado do prazo de 15 (quinze) dias de que dispõe para a apresentação de resposta, bem como ambas as partes das multas a que aludem os parágrafos 4º do artigo 1.021 e 2º do artigo 1.026 do CPC/15. Cumpra-se. Cuiabá, 17 de dezembro de 2019. Desa. Serly Marcondes Alves Relatora

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019097-25.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ELEONIR ZONTA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE FABIO PANTOLFI FERRARINI OAB - MT14864-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CINARA CAMPOS CARNEIRO OAB - MT8521-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
IVANIA TEREZINHA PIERDONA ZONTA (TERCEIRO INTERESSADO)

Posto isso, nega-se a antecipação da tutela postulada. Intime-se o agravado para apresentar contraminuta. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019. Des. Guiomar Teodoro Borges Relator

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1007725-79.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
T. P. M. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO PEREIRA MAIA OAB - MA8356 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
G. K. O. C. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDMAR DE OLIVEIRA NABARRO OAB - MA8875 (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
C. C. C. M. (TERCEIRO INTERESSADO)

O agravante pleiteia a alteração do acordo firmado em juízo a fim de que possa buscar o filho no dia 22.1.2019 em Imperatriz/MA, entregar para a agravada em 25.12.2019, pegá-lo à uma hora da manhã de 26.12.2019 para com ele permanecer no período de férias até 17.02.2020. A agravada informou que no processo de guarda (em que obteve a unilateral) ficou convencionado que o menino alternaria as festas de fim de ano, ficando o Natal com um e o Réveillon com outro, e que neste ano (2019) ele passaria o Natal com ela e o Réveillon com o pai. Ressalta que entende a dificuldade do agravante em buscá-lo, já que atualmente reside em Uberaba/MG, porém aduz que fez toda uma programação com sua família em Imperatriz/MA, motivo pelo qual não concorda com o pedido (Id. 28009463). Ocorre que o Agravo é contra decisum que indeferiu a tutela de urgência em Ação de Busca e Apreensão de Menor; logo, a matéria constante na petição protocolada não foi apreciada na decisão recorrida, o que impede a análise por esta Corte, sob pena de supressão de instância e afronta ao princípio do duplo grau de jurisdição. A propósito: "RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO (...) SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA (...) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO – DECISÃO REFORMADA. 1. Não é admissível por meio de agravo de instrumento conhecer da matéria não apreciada na decisão objurgada, em virtude da devolutividade restrita do recurso em comento, bem como em respeito aos princípios constitucionais do devido processo legal e duplo grau de jurisdição. (...)" (TJMT - AI nº. 118035/2015) Neste caso, a pretensão deve ser apresentada ao juízo de origem. Posto isso, não conheço do pedido. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019. Des. Rubens de Oliveira Santos Filho Relator

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1027810-31.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CRISTIAN KELLEY TOYOTOMY SANTANA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRENO AUGUSTO PINTO DE MIRANDA OAB - MT9779-O (ADVOGADO)
ELARMIN MIRANDA OAB - MT1895-O (ADVOGADO)
CRISTIAN KELLEY TOYOTOMY SANTANA OAB - MT19555-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ADRIANA LISIANGLEY TOYOTOMY SANTANA (APELADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1011956-52.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
AFONSO VAZ DE CAMPOS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA KAROLYNE SILVA VASCONCELOS OAB - MT20125/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
FLAMAR PECUARIA LTDA - ME (AGRAVADO)
GOLDEM GESTAO DE NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA - ME (AGRAVADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1017292-37.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MARILDA FERREIRA BOTELHO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS HENRIQUE DA SILVA CAMBARA OAB - MT3290-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
VERA LUCIA FERREIRA BASSITT (AGRAVADO)
ALVARO FERREIRA JUNIOR (AGRAVADO)
VANIA MARIA FERREIRA CARAM (AGRAVADO)
MAURO ARANTES FERREIRA (AGRAVADO)
ELEONOR BASSIT FERREIRA (AGRAVADO)
MARINA LUCIA CARRAZZONE FERREIRA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ADEMIR JOEL CARDOSO OAB - 044.695.779-87 (PROCURADOR)
JOAQUIM FELIPE SPADONI OAB - MT6197-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
ESPÓLIO DE ALVARO FERREIRA (TERCEIRO INTERESSADO)
JOAQUIM FELIPE SPADONI OAB - MT6197-O (ADVOGADO)

MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0040791-22.2011.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DEJANDIRA SILVA MARCAL (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WILSON MOLINA PORTO OAB - MT12790-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-A (ADVOGADO)
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0025338-45.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ADRIANA RIBEIRO GARCIA BERNARDES ZAMPIERI (APELANTE)
ROBERTO ZAMPIERI (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERTO ZAMPIERI OAB - MT4094-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA AUGUSTA MORAES DE SIQUEIRA FIGUEIREDO (APELADO)
BENEDITO VIEIRA DE FIGUEIREDO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CLAUDIO STABILE RIBEIRO OAB - MT3213-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
KADRI EMPREENDIMENTOS LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)
CAP-DEVILLE ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTICIPAÇÕES LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)
JOSE ANTONIO DA SILVEIRA JUNIOR (TERCEIRO INTERESSADO)
LAMIA KADRI (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1022667-95.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CAB CUIABA S/A - CONCESSIONARIA DE SERVICOS PUBLICOS DE AGUA E ESGOTO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDA ALVES CARDOSO CAVALARI OAB - MT9494-O (ADVOGADO)
CARLOS EDUARDO JORGE BERNARDINI OAB - SP242289-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
FERNANDO ROSINEY SILVA (APELADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 29 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019320-75.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CLAUDEMIR MONTANUCI (AGRAVANTE)
VANIA CRISTINA MONTANUCCI (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROSANGELA PANTALEAO CHIORATTO OAB - MT6481/O-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LUZIA MARCIA RIBEIRO RONDON (AGRAVADO)
JOSE TEOFILO RONDON (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1019320-75.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 17/12/2019 18:10:19 e distribuído inicialmente para o Des(a). SERLY MARCONDES ALVES

Primeira Turma de Câmaras Cíveis Reunidas de Direito Privado

Acórdão

Agravo Regimental - Classe: CNJ-206 COMARCA DE SINOP(Interposto nos autos do(a) Ação Rescisória 120447/2016 - Classe: CNJ-47). Protocolo Número/Ano: 48961 / 2019. Julgamento: 05/12/2019. AGRAVANTE(S) - G. O. D. REPRESENTADO POR SUA MÃE DAYANE DE OLIVEIRA (Advs: Dr(a). MARCOS GATTASS PESSOA JUNIOR - OAB 12264/MT, Dr(a). OUTRO(S)), AGRAVADO(S) - SIRLANA DE SOUZA DOERNER E OUTRO(s). Relatora: Exma. Sra. DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS
Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, DESPROVEU O AGRAVO REGIMENTAL.
EMENTA:
AGRAVO INTERNO – HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO NA PARTILHA – AUSÊNCIA DE CARGA DECISÓRIA – CABIMENTO DE AÇÃO ANULATÓRIA – INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL DA AÇÃO RESCISÓRIA – AUSÊNCIA DE NOVOS ELEMENTOS CAPAZES DE MODIFICAR A DECISÃO ATACADA – RECURSO DESPROVIDO.
A decisão que simplesmente homologa a partilha realizada entre as partes não é atacável pela ação rescisória, uma vez que não possui carga decisória.
É possível a transação realizada pela representante do menor nos autos do inventário.
Estando devidamente fundamentada a decisão e não havendo novos elementos nos autos, capazes de modificar o entendimento da relatora, a manutenção da decisão proferida é a medida justa para o caso concreto.

Embargos de Declaração - Classe: CNJ-1689 COMARCA CAPITAL(Oposto nos autos do(a) Petição 119923/2016 - Classe: CNJ-241). Protocolo Número/Ano: 4259 / 2019. Julgamento: 05/12/2019. EMBARGANTE - RUY DE SOUZA GONÇALVES (Advs: Dr. HERNAN ESCUDERO GUTIERREZ - OAB 4344-A/MT, Dr(a). LAIS DE SOUZA OLIVEIRA - OAB 20079-O/MT, Dr(a). RONALDO MONTEIRO DE OLIVEIRA - OAB 8328/MT, Dr(a). RUY DE SOUZA GONÇALVES - OAB 12.133/MT, Dr(a). WOLNER NUNES RIBEIRO DE PAULA - OAB 7503-B/MT), EMBARGADO - BANCO DO BRASIL S. A. (Advs: Dr(a). DARIEL ELIAS DE SOUZA - OAB 11945-B/MT, Dr. JOÃO BATISTA FERREIRA - OAB 10962-B/MT, Dr(a). LUIZ CARLOS CÁCERES - OAB 26822/PR, Dr(a). ROMEU DE AQUINO NUNES - OAB OAB/MT 3.770, Dr(a). OUTRO(S)). Relatora: Exma. Sra. DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO
Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, REJEITOU OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.
EMENTA:
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL – VÍCIOS INEXISTENTES – EMBARGOS REJEITADOS.
Rejeitam-se os embargos se não configurados vícios da omissão, contradição, obscuridade ou erro material mas mera tentativa de reapreciação da matéria, o que não é admissível pela via escolhida.

Intimação

Intimação Classe: CNJ-152 AÇÃO RESCISÓRIA
Processo Número: 1019074-79.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
SIVAL POHL MOREIRA DE CASTILHO FILHO (AUTOR)
SIVAL POHL MOREIRA DE CASTILHO (AUTOR)
Advogado(s) Polo Ativo:
SIVAL POHL MOREIRA DE CASTILHO FILHO OAB - MT6174-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BORGES & SOUZA LTDA - ME (RÉU)
BANCO DO BRASIL SA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
GILBERTO MACHADO CUSTODIO OAB - MT6435/O-O (ADVOGADO)

NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-S (ADVOGADO)
RAFAEL SGANZERLA DURAND OAB - MT12208-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Com intimação aos patronos das Partes Autoras: SIVAL POHL MOREIRA DE CASTILHO E OUTRO(S) para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial a fim de comprovar os recolhimentos de estilo, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, I e IV, do CPC e do art. 51, XIV e XXII, e art. 196, ambos do RITJMT.

Segunda Turma de Câmaras Cíveis Reunidas de Direito Privado

Informação

Informação Classe: CNJ-109 PETIÇÃO
Processo Número: 1019261-87.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
EMILIANO ABRAAO SAMPAIO NOVAIS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LISA BORGES ALVES OAB - SP290474 (ADVOGADO)
FERNANDO TARDIOLI LUCIO DE LIMA OAB - SP206727 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LUIS FERNANDO GIROLLI (REQUERIDO)
CARLOS CESAR STUCCHI FERREIRA (REQUERIDO)
Outros Interessados:
FERNANDO SAMPAIO NOVAIS (LITISCONSORTES)

Certifico que o Processo nº 1019261-87.2019.8.11.0000 – Classe: PETIÇÃO (241) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. DIRCEU DOS SANTOS.

Informação Classe: CNJ-90 CONFLITO DE COMPETÊNCIA
Processo Número: 1019325-97.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE JACIARA (SUSCITANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE JACIARA (SUSCITADO)

Certifico que o Processo nº 1019325-97.2019.8.11.0000 – Classe: CONFLITO DE COMPETÊNCIA (221) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. DIRCEU DOS SANTOS.

Intimação

Certidão Classe: CNJ-109 PETIÇÃO
Processo Número: 1019261-87.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
EMILIANO ABRAAO SAMPAIO NOVAIS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LISA BORGES ALVES OAB - SP290474 (ADVOGADO)
FERNANDO TARDIOLI LUCIO DE LIMA OAB - SP206727 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LUIS FERNANDO GIROLLI (REQUERIDO)
CARLOS CESAR STUCCHI FERREIRA (REQUERIDO)
Outros Interessados:
FERNANDO SAMPAIO NOVAIS (LITISCONSORTES)

Certifico que o Processo nº 1019261-87.2019.8.11.0000 – Classe: PETIÇÃO (241) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. DIRCEU DOS SANTOS.

Certidão Classe: CNJ-90 CONFLITO DE COMPETÊNCIA
Processo Número: 1019325-97.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE JACIARA (SUSCITANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE JACIARA (SUSCITADO)

Certifico, que o processo de n. 1019325-97.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 17/12/2019 18:23:31 e distribuído inicialmente para o Des(a). DIRCEU DOS SANTOS

Turma de Câmaras Cíveis Reunidas de Direito Público e Coletivo

Informação

Informação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1019236-74.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
WELLINGTON DOUGLAS DA SILVA SANTOS (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOANA LIMA CORREA OAB - MT17710-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019236-74.2019.8.11.0000 – Classe: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS.

Informação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1019244-51.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
SILVIA HELENA FRANCO DE OLIVEIRA (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE CACERES (IMPETRADO)
ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)
Douto Juízo de Direito do Juizado Especial de Cáceres (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019244-51.2019.8.11.0000 – Classe: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK.

Informação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1019278-26.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ALYSSON JORGE DA SILVA GOMES (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO HENRIQUE GASPAR DA SILVA OAB - MT17412-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019278-26.2019.8.11.0000 – Classe: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. MÁRCIO VIDAL.

Informação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1019305-09.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
SINDICATO DOS INVESTIGADORES DE POLICIA DO ESTADO DE MATO GROSSO - SIAGESPOC/MT (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE TEIXEIRA VIEIRA OAB - DF31718-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DIRETOR GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019305-09.2019.8.11.0000 – Classe: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. LUIZ CARLOS DA COSTA.

Informação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1019315-53.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ HENRIQUE WOICIECHOWSKI CUNHA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-A (ADVOGADO)
JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-A (ADVOGADO)

Parte(s) Polo Passivo:
COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DE MATO GROSSO (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019315-53.2019.8.11.0000 – Classe: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. MÁRCIO VIDAL.

Decisão do Relator

Protocolo Número/Ano: 64332 / 2009
AÇÃO RESCISÓRIA Nº 64332/2009 - CLASSE CNJ - 47 COMARCA CAPITAL
AUTOR(A) - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL (Advs: Dr(a). MARILCI M. F. DE S. COSTA E SILVA (PROC. ESTADO) - OAB 4646/mt, Dr. NELSON PEREIRA DOS SANTOS (PROC.ESTADO) - OAB 3591-B/MT), REU(S) - TEREZINHA DE MENEZES, REU(S) - CELSO DA SILVA PEREIRA, REU(S) - MAURÍCIO DA SILVA PEREIRA, REU(S) - MÁRIO DA SILVA PEREIRA FILHO (Advs: Dr(a). DIEGO KNOPP FONSECA - OAB 16.997/MT), REU(S) - JOSE LUIZ PEREIRA SEGOVIA (Advs: Dr. HERCULES DA SILVA GAHYVA - DEFENSOR PÚBLICO - OAB 4253/MT), REU(S) - DIONE PEREIRA SEGOVIA, REU(S) - WILSON PEREIRA SEGÓVIA (Advs: Dr. HERCULES DA SILVA GAHYVA - DEFENSOR PÚBLICO - OAB 4253/MT), REU(S) - CESAR AUGUSTO PEREIRA SEGOVEA, REU(S) - IVONE PEREIRA SEGÓVIA MOREIRA (Advs: Dr(a). ALAN SEGÓVIA MOREIRA - OAB 17140)
Decisão: Não obstante o equívoco, a fim de regularizar a relatoria da Ação Rescisória, bem como evitar prejuízos ao seu andamento, determino ao DEJAUX a redistribuição dos autos, a um dos membros das Turmas de Câmaras Cíveis de Direito Público e Coletivo, conforme previsão regimental. Cumpra-se com urgência. Cuiabá, 17 de dezembro de 2019. Des. Márcio VIDAL, Relator
Ass.: EXMO. SR. DES. MÁRCIO VIDAL

Intimação

Intimação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1019095-55.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ELIDA SOARES BOTTARI (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SUSY LANI DESIDERI OAB - SP367833 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

Na impetração de mandado de segurança é indispensável a utilização do editor interno do sistema do Processo Judicial Eletrônico ou de arquivo portable document format ("pdf"), de qualidade padrão "PDF-A", na forma da Resolução nº 3, de 12 de abril de 2018, do Tribunal: "O peticionamento inicial e intermediário no Sistema PJe poderá ser realizado pelo editor de texto interno do sistema ou pela inclusão de arquivo portable document format ('pdf'), de qualidade padrão 'PDF-A', a critério do peticionante." (artigo 26, § 2º). Dessa forma, intimem-se a impetrante para, no prazo de quinze (15) dias, corrigir. Às providências. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019. Des. Luiz Carlos da Costa Relator

Certidão Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1019236-74.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
WELLINGTON DOUGLAS DA SILVA SANTOS (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOANA LIMA CORREA OAB - MT17710-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)

Certifico, que o processo de n. 1019236-74.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 16/12/2019 21:56:51 e distribuído inicialmente para o Des(a). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS

Certidão Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1019244-51.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
SILVIA HELENA FRANCO DE OLIVEIRA (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE CACERES (IMPETRADO)
ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)
Douto Juízo de Direito do Juizado Especial de Cáceres (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019244-51.2019.8.11.0000 – Classe: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK.

Intimação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1018725-76.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CARMEN LANE VIEIRA DA SILVA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONALDO QUEIROZ GARCIA OAB - MT21052-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

Decisão:"[...] Ante o exposto, defiro a liminar, determinando aos Impetrados a imediata nomeação da Impetrante para o cargo de Professor da Educação Básica – Artes - Município de Primavera do Leste. Notifique-se o Impetrado, do conteúdo da petição inicial e desta decisão a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, caso queira, preste as informações que entender necessárias. Cumpra-se o disposto no artigo 7º, inciso II, da Lei 12.016/2009, cientificando-se o órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada, para, querendo, ingressar no feito. Prestadas as informações ou transcorrido o prazo, dê-se vistas à Procuradoria-Geral de Justiça. Intimem-se. Des. Mario Roberto Kono de Oliveira, Relator.

Intimação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1019167-42.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
NICOLY DE LIMA DOS SANTOS SILVA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WELITON DE ALMEIDA SANTOS OAB - MT20883-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DIRETOR DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)
Outros Interessados:
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Decisão: "[...] Ante o exposto, homologo o pedido de desistência, na forma do artigo 51, X do RITJMT, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, extinguindo, por conseguinte, o feito sem resolução de mérito, com fulcro no artigo 485, VIII, do CPC. Após o decurso do prazo arquivem-se os autos com as baixas necessárias. Intime-se. Cumpra-se. Des. Mario Roberto Kono de Oliveira, Relator."

Certidão Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1019278-26.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ALYSSON JORGE DA SILVA GOMES (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO HENRIQUE GASPAR DA SILVA OAB - MT17412-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019278-26.2019.8.11.0000 – Classe: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. MÁRCIO VIDAL.

Intimação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1018905-92.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MARLY SILVA DE ALMEIDA PEREIRA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HERLEN CRISTINE PEREIRA KOCH OAB - MT8428-A (ADVOGADO)
GISELE LACERDA GENNARI GOMES DA SILVA OAB - MT5901-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SECRETARIO DE ESTADO DE GESTÃO DE MATO GROSSO - SEGES (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

Decisão: "[...] Assim, considerando que o pedido contido na liminar versa acerca da possibilidade promoção por requerimento da militar Impetrante, por força de lei, INDEFIRO o pedido formulado, em juízo de cognição sumária.Intime-se. Publique-se. Cumpra-se art. 7º, I e II da Lei nº 12.016/2009. Após, colha-se o parecer da i. Procuradoria Geral de Justiça. Cuiabá-MT, data da assinatura digital. Desa. MARIA EROTIDES KNEIP, Relatora."

Certidão Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1019305-09.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
SINDICATO DOS INVESTIGADORES DE POLICIA DO ESTADO DE MATO GROSSO - SIAGESPOC/MT (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE TEIXEIRA VIEIRA OAB - DF31718-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DIRETOR GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)

Certifico, que o processo de n. 1019305-09.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 17/12/2019 16:41:01 e distribuído inicialmente para o Des(a). LUIZ CARLOS DA COSTA

Intimação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1019158-80.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DENER SANTOS DA SILVA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE PINTO LIBERATTI OAB - MT5906-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SECRETÁRIO DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA (IMPETRADO)
PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO ESTADUAL DO ESTA DO DE MATO GROSO (IMPETRADO)
Outros Interessados:
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Vistos etc., Analisando detidamente o caderno processual, observo que, no polo passivo do mandamus, constam o Presidente do DETRAN/MT e os Secretários de Estado de Gestão e de Segurança Pública de Mato Grosso, que, a princípio, não poderiam figurar como impetrados, porque não são competentes para o ato de nomeação no cargo público. Frise-se que a nomeação de servidores públicos, nos termos do artigo 66, inciso XI, da Constituição do Estado de Mato Grosso, é ato privativo do Governador do Estado. Nessa esteira, em atendimento à regra do artigo 10 do CPC e, com vistas a evitar o julgamento surpresa, determino a intimação da parte impetrante para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar manifestação sobre a legitimidade passiva, sob pena de extinção do writ. A seguir, façam-me conclusos os autos. Cumpra-se com urgência. Cuiabá/MT, 17 de dezembro de 2019. Des. Márcio VIDAL, Relator.

Certidão Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1019315-53.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ HENRIQUE WOICIECHOWSKI CUNHA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-A (ADVOGADO)
JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DE MATO GROSSO (IMPETRADO)

Certifico, que o processo de n. 1019315-53.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 17/12/2019 17:40:44 e distribuído inicialmente para o Des(a). MARCIO VIDAL

Primeira Câmara Criminal

Informação

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019233-22.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JAEDSON DOS SANTOS (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LOURIVAL DA CRUZ DIAS OAB - MT19538-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
3 Vara Criminal de Barra do Bugres (RÉU)
Outros Interessados:
JAEDSON DOS SANTOS (PACIENTE)

Certifico que o Processo nº 1019233-22.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PAULO DA CUNHA.

Intimação

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019137-07.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
R. D. R. S. G. J. (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONIVAN DOS REIS SANTANA GUIMARAES JUNIOR OAB - MT20436-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
J. D. S. V. C. D. C. (IMPETRADO)
Outros Interessados:
L. R. D. C. (PACIENTE)
E. D. M. G. G. (TERCEIRO INTERESSADO)

Certifico, que o processo de n. 1019137-07.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 14/12/2019 19:18:41 e distribuído inicialmente para o Des(a). ORLANDO DE ALMEIDA PERRI

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019233-22.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JAEDSON DOS SANTOS (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LOURIVAL DA CRUZ DIAS OAB - MT19538-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
3 Vara Criminal de Barra do Bugres (RÉU)
Outros Interessados:
JAEDSON DOS SANTOS (PACIENTE)

Certifico, que o processo de n. 1019233-22.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 16/12/2019 21:16:11 e distribuído inicialmente para o Des(a). PAULO DA CUNHA

Intimação Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0001770-31.2013.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE VALDEVINO DA COSTA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE CARVALHO OAB - MT20700-A (ADVOGADO)
JOSE RENATO DE MORAES OAB - MT13330-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
C. M. D. S. C. (VÍTIMA)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
CLAUDIENE FLORENTINA DA SILVA (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

Vistos, etc. "Acolho o requerimento formulado pela Procuradoria-Geral de Justiça, e, de consequência, determino a intimação dos defensores constituídos pelo apelado, José Valdevino da Costa, para que, no prazo legal, ofereçam suas contrarrazões". Desembargador ORLANDO DE ALMEIDA PERRI, Relator.

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018435-61.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LOURIVAL DA CRUZ DIAS (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 3ª VARA DA COMARCA DE BARRA DO BUGRES (IMPETRADO)
Outros Interessados:
DIRCE NEVES MAGALHAES (PACIENTE)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
LOURIVAL DA CRUZ DIAS OAB - MT19538-O (ADVOGADO)

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018909-32.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ANA MARIA MAGRO MARTINS (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA MARIA MAGRO MARTINS OAB - MT21775-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE APIACÁS (IMPETRADO)
Outros Interessados:
ANA MARIA MAGRO MARTINS OAB - MT21775-O (ADVOGADO)
EDNEI KUTIENSKY COSTA (TERCEIRO INTERESSADO)
NATALIA DAS MERCES VILAR (PACIENTE)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

"...Por efeito, impõe-se a extinção do feito sem análise do mérito, monocraticamente (RITJMT, art. 160).Com essas considerações, JULGA-SE EXTINTO o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 160 do RITJMT". Des. MARCOS MACHADO Relator

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018380-13.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MARCELA FLORENCIA DA SILVA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELA FLORENCIA DA SILVA OAB - MT22054/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 3.ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CUIABÁ (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
HIAGO ARRUDA LIRA ALBERNAZ (TERCEIRO INTERESSADO)
THIAGO TELLES CORDEIRO DA SILVA (PACIENTE)

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018589-79.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DEJALMA FERREIRA DOS SANTOS (IMPETRANTE)
GISLA ESTELA MIRANDA PORTO (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS (IMPETRADO)
Outros Interessados:
GISLA ESTELA MIRANDA PORTO OAB - MT22325-O (ADVOGADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
CLEITON GOMES DA SILVA (PACIENTE)

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Intimação Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0043828-44.2017.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:
ERMES APARECIDO FRANCISCO DOS REIS (APELANTE)
RAY RUAN MORAIS SANTOS (APELANTE)
JEFFERSON FRANCA DE SANTANA (APELANTE)
THAILSON MELLO PEDRO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AUGUSTO CESAR CARVALHO FRUTUOSO OAB - MT15375-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
LUIZ HENRIQUE DOS SANTOS SILVA (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Converto os autos em diligência, para retificar o nome do acusado (Id. 23064472), e novamente intimar a defesa do acusado THAILSON MELLO PEDRO, para apresentar as devidas razões do recurso de apelação no prazo de 08 (oito) dias.

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018773-35.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
PATRICIA GABRYELLE ALVES (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 5ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
LUANA CAROLINE FERREIRA DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
KARLA ALEXANDRA MAZZONNI (PACIENTE)
PATRICIA GABRYELLE ALVES OAB - MT20878-O (ADVOGADO)

Sendo assim, na espécie, revela-se inviável o conhecimento do habeas corpus, por envolver questão já apreciada. Por esta razão, não conheço do habeas corpus, extinguindo o feito, sem análise de mérito. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá, data da assinatura digital. Desembargador PAULO DA CUNHA Relator

Intimação Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0003063-39.2018.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
T. A. D. S. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NELSON PEDROSO JUNIOR OAB - MT11266-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
M. -. P. (APELADO)
Outros Interessados:
A. M. B. (VÍTIMA)
M. P. D. M. G. (TERCEIRO INTERESSADO)
A. V. B. D. S. (VÍTIMA)

Com essas considerações, DETERMINA-SE: 1) a intimação, via DJE, do advogado Nelson Pedroso Junior, OAB/MT nº 11.266-B, para apresentar as razões recursais do apelante THIEGO AMORIM DA SILVA, no prazo de 8 (oito) dias (CPP, art. 600, caput); 2) após, baixem-se os autos ao Juízo singular para que o órgão do Ministério Público de primeiro grau apresente suas contrarrazões. Concluídas essas diligências, VISTA à i. PGJ para intervenção. Ao final, conclusos. Cumpra-se. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019. Des. MARCOS MACHADO

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1017728-93.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
REGINALDO RUEDA (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 3ª VARA DA COMARCA DE COLIDER (IMPETRADO)
Outros Interessados:
LUCIANO RODRIGUES (PACIENTE)
REGINALDO RUEDA OAB - MT20899-O (ADVOGADO)
H. V. P. B. (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

Com essas considerações, JULGA-SE EXTINTO o processo sem resolução do mérito, nos termos art. 3º do CPP c/c art. 485, V (litispendência), do CPC/2015. Intime-se. Publique-se. Transcorrido o prazo

recursal, anote-se a extinção. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019. Des. MARCOS MACHADO

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019058-28.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ELISANGELA AZEREDO DA SILVA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELISANGELA AZEREDO DA SILVA OAB - MT16670-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE COMODORO (IMPETRADO)
Outros Interessados:
CARLOS ROGERIO ALMEIDA REIS (PACIENTE)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
ELISANGELA AZEREDO DA SILVA OAB - MT16670-O (ADVOGADO)
LUZINEIDE DE SA SANTOS (VÍTIMA)

"(...) À vista do exposto, INDEFIRO a liminar requestada. (...)".

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019232-37.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CLEITON ALMEIDA DA SILVA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULY RAMIRO FERRARI DORADO OAB - MT12563-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EXCELENTÍCIMO JUIZ DA TERCEIRA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE VARZEA GRANDE (IMPETRADO)
Outros Interessados:
CLEITON ALMEIDA DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)

Certifico, que o processo de n. 1019232-37.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 16/12/2019 21:14:45 e distribuído inicialmente para o Des(a). MARCOS MACHADO

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018172-29.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ADRIANA ALVES DA ANUNCIACAO (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANA ALVES DA ANUNCIACAO OAB - MT26588/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE VÁRZEA GRANDE (IMPETRADO)
Outros Interessados:
IVANIO CARLOS MACHADO (VÍTIMA)
JOSE CASSIO DUARTE LIMA (TERCEIRO INTERESSADO)
AVERLAYNE ALVES DA SILVA (PACIENTE)
BENEDITO FELIX RONDON NETO (TERCEIRO INTERESSADO)
CLESIO GONCALVES VIDAL (TERCEIRO INTERESSADO)
RICARDO NUNES DA SILVA FILHO (TERCEIRO INTERESSADO)
NAYDAN APARECIDO DE CAMPOS OLIVEIRA (TERCEIRO INTERESSADO)
ADRIANA ALVES DA ANUNCIACAO OAB - MT26588/O (ADVOGADO)
PAULO DE ALMEIDA CANICA (TERCEIRO INTERESSADO)
ROZANGELA SILVA DE OLIVEIRA (TERCEIRO INTERESSADO)

Sendo assim, na espécie, revela-se inviável o conhecimento do habeas corpus, por envolver questão já apreciada. Por esta razão, não conheço do habeas corpus, extinguindo o feito, sem análise de mérito. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá, data da assinatura digital. Desembargador PAULO DA CUNHA Relator

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019164-87.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
RAILTON FERREIRA DE AMORIM (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 13ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DA CAPITAL (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
VITOR EVALDT BRAGA DOS SANTOS (TERCEIRO INTERESSADO)
RAILTON FERREIRA DE AMORIM OAB - MT23886-A (ADVOGADO)
CARLOS EVALDT SANTOS (TERCEIRO INTERESSADO)
JOSE VITOR MARTINS DE MORAIS (PACIENTE)

"Vistos, etc. (...),DEFIRO o pedido liminar, para substituir a custódia preventiva do paciente JOSÉ VITOR MARTINS DE MORAIS pelas seguintes medidas cautelares alternativas: a) declarar e comprovar em Juízo o endereço onde poderá ser encontrado; b) comparecimento mensal perante o Juízo, até o quinto dia útil, para informar e justificar suas atividades; c) não se ausentar da Comarca, sem autorização, comunicando à autoridade judiciária, imediatamente, eventual mudança de endereço, fornecendo o novo lugar em que poderá ser encontrado; d) não frequentar lugares inapropriados (tais como casa de jogos, e outros similares); e) não se envolver em outro fato criminoso; f) não fazer uso de substância alcoólica ou de qualquer outro com efeito entorpecente. Por fim, fica o paciente advertido sobre a possibilidade de decretação de nova custódia cautelar, em caso de descumprimento de quaisquer das condições ora impostas. Expeça-se o apto alvará de soltura em favor do paciente, observadas as medidas cautelares impostas, as quais deverão constar do mandado. Fica, desde já, ressalvada a possibilidade de o Juízo de origem, a partir de novos fatos ou documentos apresentados pelo paciente, possa rever e modificar todas as medidas cautelares impostas, desde que não prejudique sua situação processual, salvo se surgirem elementos ou circunstâncias supervenientes hábeis a autorizar a imposição de medidas mais drásticas. Requisitem-se as informações necessárias, e, após, colha-se a manifestação da Procuradoria-Geral de Justiça. Cumpra-se."

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1016000-17.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS ANTONIO MENDES DA SILVA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS ANTONIO MENDES DA SILVA OAB - MT12433-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAMPO NOVO DO PARECIS (IMPETRADO)
Outros Interessados:
PAULO ROBERTO CORREIA DA SILVA (PACIENTE)
CARLOS ANTONIO MENDES DA SILVA OAB - MT12433-A (ADVOGADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

Vistos etc. Nas informações (ID 25511992) o juízo singular noticia a revogação da prisão preventiva, com a expedição de alvará de soltura. Assim, não mais subsistindo o constrangimento ilegal propalado na inicial, julgo extinto o feito, sem análise de mérito, ante a perda do objeto. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá, data da assinatura digital. Desembargador PAULO DA CUNHA Relator

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019202-02.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LUCAS MOREIRA MILHOMEM (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE BRASNORTE (IMPETRADO)
Outros Interessados:
ADRIANO SANCHES MERCANTES (PACIENTE)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
LUCAS MOREIRA MILHOMEM OAB - MT21907-A (ADVOGADO)

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019233-22.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LOURIVAL DA CRUZ DIAS (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 3ª VARA DA COMARCA DE BARRA DO BUGRES (IMPETRADO)
Outros Interessados:
ROSEMARY ALVES DO PRADO (VÍTIMA)
DYONATAN DA SILVA BARBOSA (TERCEIRO INTERESSADO)
JAEDSON DOS SANTOS (PACIENTE)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
JOAO EDUARDO DOMINGO ALENCAR (VÍTIMA)
FERNANDA ALVES DOMINGOS DE ALENCAR (VÍTIMA)

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019164-87.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
RAILTON FERREIRA DE AMORIM (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 13ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DA CAPITAL (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
VITOR EVALDT BRAGA DOS SANTOS (TERCEIRO INTERESSADO)
RAILTON FERREIRA DE AMORIM OAB - MT23886-A (ADVOGADO)
CARLOS EVALDT SANTOS (TERCEIRO INTERESSADO)
JOSE VITOR MARTINS DE MORAIS (PACIENTE)
Magistrado(s):
ORLANDO DE ALMEIDA PERRI

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL Des. Orlando de Almeida Perri HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) Nº 1019164-87.2019.8.11.0000 HABEAS CORPUS N. 1019164-87.2019.8.11.0000 – CLASSE CNJ – 307 – COMARCA DE CUIABÁ IMPETRANTE: RAILTON FERREIRA DE AMORIM PACIENTE: JOSE VITOR MARTINS DE MORAIS Vistos, etc. Trata-se de Habeas Corpus impetrado em favor de JOSÉ VITOR MARTINS DE MORAIS, contra ato comissivo do Juízo da 13ª Vara Criminal da Comarca de Cuiabá (Código 605698), que converteu o flagrante em prisão preventiva pelo cometimento, em tese, do crime de tráfico de drogas – art. 33 da Lei nº 11.343/2006. O impetrante narra que o paciente e mais dois indivíduos foram presos "através de um mandado de busca e apreensão, no qual a autoridade policial informou, sem qualquer fundamento ou registro de denúncia anônima, que chegou até eles a informação de venda de drogas" nas residências de "Lourival de tal e Carlos Evalt". Descreve que, "nos fundos da casa do acusado Carlos, os policiais encontraram o paciente usando drogas e, com ele, mais 10 (dez) porções de pasta base, que soma a quantia total de 5g, que é para uso, pois é usuário contumaz". Sustenta que a decisão constritiva carece de fundamentação idônea, tendo em vista que a "periculosidade não restou demonstrada nos autos e nem demonstradas as diferenças pessoais entre os réus". Assevera que o paciente, além de possuir condições pessoais favoráveis [primário, residência fixa, trabalho lícito, etc.], faz jus à aplicação das medidas cautelares alternativas, e, se necessário, com uso de tornozeleira eletrônica. Assegura, ainda, que "o paciente se compromete, juntamente com seu patrono, a comparecer em juízo sempre que necessário". Ao final, requer a concessão da ordem, liminarmente, para revogar a prisão preventiva do paciente, com imposição de medidas cautelares alternativas. É o necessário. Decido A concessão de liminar em Habeas Corpus é medida excepcional, admitida somente quando estiver configurado, de plano, manifesto constrangimento ilegal do ato coator (STF, HC nº 115016/RS - Relator: Min. Luiz Fux – 13.5.2013), passível de ser demonstrado mediante prova pré-constituída que integre a inicial. No dia 29.11.2019, o paciente JOSÉ VITOR foi preso em flagrante, juntamente com os acusados Vitor Evaldt Braga dos Santos e Carlos Evaldt Santos, por estar na posse de drogas. Extrai-se dos autos que, no dia 14.11.2019, o Juízo da 9ª Vara Criminal da Comarca de Cuiabá determinou a expedição de mandado de busca e apreensão em desfavor de Lourival e Carlos Evaldt Santos [endereços distintos]. Em cumprimento ao mandado de busca na residência do acusado Carlos Evaldt Santos, os agentes policiais encontraram o paciente JOSÉ VITOR, nos fundos, na posse de 10 (dez) trouxinhas de substância análoga à pasta base de cocaína e da quantia de R$ 105,00 (cento e cinco reais). Em continuidade, os policiais ainda localizaram na residência do acusado Carlos Evaldt Santos mais 1 (uma) porção de substância análoga à pasta base de cocaína, 1 (uma) porção grande de ácido bórico e o valor de R$ 200,00 (duzentos reais). O Laudo Preliminar atestou que as 11 (onze) trouxinhas de cocaína pesaram no total 5,81g (cinco gramas e oitenta e um centigramas) e a porção de ácido bórico pesou 505 g (quinhentos e cinco gramas). Na audiência de custódia, o magistrado, após ouvir o paciente JOSÉ VITOR, converteu seu flagrante em prisão preventiva, nos seguintes termos: "[Já foi processado?] Não. [É dependente químico?] Sim. [O senhor já passou alguma vez por uma audiência de custódia?] Não [...]. [Alguma vez o senhor já mexeu com comércio de drogas?] Não, eu comprei pro meu uso mesmo. [Há quanto tempo o senhor conhece Vitor Evaldt Braga?] Já faz uns dias. [E o Carlos? Eles são irmãos?] São [...]; quando eles [policiais] chegaram lá, eu já ia virar a cocaína no prato [pra usar], mas eles não trouxeram o prato, só a cocaína, eu uso maconha e cocaína, uns dois anos. [...], meu pai que me sustenta, tenho 20 anos [...]. [E o ácido bórico?] Eu compro na farmácia, é usado pra virar na gordura do óleo, pra misturar. [O que o Vitor e o Carlos fazem?] Eles vendem queijo [...]. [...] Nesta data os conduzidos foram apresentados em audiência de custódia, foram e ouvidos, sob a acusação que lhe são dirigidas, que precisa ser considerada é que a prisão dos conduzidos é resultado de um trabalho de investigação da polícia da civil, um trabalho de inteligência, se passou por uma ordem de busca e apreensão, exarado pelo Juízo da 9ª Vara [...], ou seja, não se trata de uma mera situação de flagrância, sem prévio trabalho de observação, de investigação, como os conduzidos tentam fazer parecer nesta ocasião. Ademais, os elementos trazidos neste procedimento, seja, pela presença de elementos químicos, ácido bórico, o valor em dinheiro, a presença de uma motocicleta. Além do mais, segundo consta haviam diversas pessoas dentro do imóvel fazendo o uso de entorpecentes, ou seja, a sérios indícios que ali funciona uma boca de fumo. Como se sabe o tráfico de drogas é de alta nocividade social e os conduzidos, a rigor, não são mais primários, ou seja, todos eles, com exceção de Vitor [o corréu], apresentam antecedentes criminais. Mas mesmo o Vitor admitiu ter passagem também por infração relacionada ao uso de substância entorpecente na época em que ainda era menor adolescente. Como se sabe, a prisão preventiva pode ser revista a qualquer momento. Significa que o juízo competente pode posteriormente, diante de novos elementos que certamente a defesa trará ao processo e da estrutura que dispõe, rever a necessidade da custódia preventiva, eventualmente revogando-a para um para todos conduzidos, podendo, inclusive, substituí-la por medidas cautelares que assegurem a ordem pública. Diante do exposto, por todos os elementos que foram recolhidos no processo, entendo por bem converter a prisão em flagrante em prisão em preventiva em relação aos três conduzidos, é o que faço depois de homologar o Auto de Prisão em Flagrante [...]." Como se vê, o magistrado singular justificou a prisão preventiva na garantia da ordem pública, considerando que o paciente "apresenta antecedentes criminais". Todavia, ao consultar a certidão juntada aos autos e o sistema deste Tribunal [Siap], não localizei nenhum registro criminal em desfavor do paciente – exceto deste processo. E mais: ao ouvir os interrogatórios da audiência de custódia, constatei que apenas os outros dois acusados [Vitor Evaldt Braga dos Santos e Carlos Evaldt Santos] confirmaram que possuíam anotações criminais. Desse modo, evidencia-se a ocorrência de constrangimento ilegal, por ausência de motivação concreta. Sem indicação de elementos fáticos concretos da probabilidade de o agente praticar novos delitos, a prisão preventiva assume caráter de antecipação da pena, ferindo o princípio constitucional da legalidade estrita. Nesse aspecto, os predicados pessoais favoráveis [primariedade; menoridade relativa (20 anos); comprovante de endereço juntado aos autos] devem ser sopesados em favor do paciente. De mais a mais, a busca e apreensão domiciliar foi expedida em razão de denúncia de comercialização de entorpecentes em nome do acusado Carlos Evaldt Santos, e não do paciente. Outrossim, sequer a quantidade da droga apreendida – aproximadamente 5 gramas de cocaína – pode ser considerada relevante a ponto de justificar a custódia preventiva do paciente. Sabe-se que "a gravidade abstrata do delito de tráfico de entorpecentes não serve de fundamento para a negativa do benefício da liberdade provisória" (STJ, HC 441.101/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, 01/06/2018). Diante desse contexto, não identifico elementos suficientes para justificar a manutenção da custódia preventiva do paciente, a qual pode ser substituída por medidas cautelares alternativas, ressaltando eventual possibilidade de revogação no julgamento do mérito deste HC, caso o magistrado singular encaminhe, com as informações, o "registro criminal" afirmado por ele durante a audiência de custódia. Ao caso, aplicável o seguinte julgado do STJ: "[...] somente há de ser decretada quando houver nos autos elementos concretos que indiquem a real possibilidade de obstrução na colheita de provas, ou a real possibilidade de reiteração da prática delitiva, ou quando o agente demonstre uma intenção efetiva de não se submeter à aplicação da lei penal. Diante da ausência de fundamentação idônea, a ordem merece ser concedida para substituir a prisão preventiva dos pacientes pelas medidas cautelares previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal, as quais deverão ser fixadas ao prudente critério do Juízo local."

(RHC 92.019/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 17/05/2018, DJe 30/05/2018) Com essas considerações, DEFIRO o pedido liminar, para substituir a custódia preventiva do paciente JOSÉ VITOR MARTINS DE MORAIS pelas seguintes medidas cautelares alternativas: a) declarar e comprovar em Juízo o endereço onde poderá ser encontrado; b) comparecimento mensal perante o Juízo, até o quinto dia útil, para informar e justificar suas atividades; c) não se ausentar da Comarca, sem autorização, comunicando à autoridade judiciária, imediatamente, eventual mudança de endereço, fornecendo o novo lugar em que poderá ser encontrado; d) não frequentar lugares inapropriados (tais como casa de jogos, e outros similares); e) não se envolver em outro fato criminoso; f) não fazer uso de substância alcoólica ou de qualquer outro com efeito entorpecente. Por fim, fica o paciente advertido sobre a possibilidade de decretação de nova custódia cautelar, em caso de descumprimento de quaisquer das condições ora impostas. Expeça-se o apto alvará de soltura em favor do paciente, observadas as medidas cautelares impostas, as quais deverão constar do mandado. Fica, desde já, ressalvada a possibilidade de o Juízo de origem, a partir de novos fatos ou documentos apresentados pelo paciente, possa rever e modificar todas as medidas cautelares impostas, desde que não prejudique sua situação processual, salvo se surgirem elementos ou circunstâncias supervenientes hábeis a autorizar a imposição de medidas mais drásticas. Requisitem-se as informações necessárias, e, após, colha-se a manifestação da Procuradoria-Geral de Justiça. Cumpra-se. Cuiabá, 17 de dezembro de 2019. Desembargador ORLANDO DE ALMEIDA PERRI, Relator.

Distribuição de Processos Digitalizados

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-408 AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL
Processo Número: 0004632-24.2017.8.11.0024
Parte(s) Polo Ativo:
AKIHIRO WADA FERREIRA (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 0004632-24.2017.8.11.0024 - Classe: AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL (413) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PAULO DA CUNHA.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0008934-66.2018.8.11.0055
Parte(s) Polo Ativo:
ANDERSON CLEITON DE ALMEIDA AMARAL (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELAINE JOSEFA DE SOUZA OAB - MT17378-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
RUBEM STURM (VÍTIMA)

Certifico que o Processo nº 0008934-66.2018.8.11.0055 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PAULO DA CUNHA.

Segunda Câmara Criminal

Informação

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019229-82.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LAUIR FREITAS DE OLIVEIRA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE RICARDO COSTA MARQUES CORBELINO OAB - MT5486-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
1º Juízo Criminal de Barra do Garças (IMPETRADO)
MINISTÉRIO PÚBLICO DA COMARCA DE BARRA DO GARÇAS MT (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019229-82.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DRA. GLENDA MOREIRA BORGES.

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019238-44.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
GILMAR COSTA SOUZA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PABLO AUGUSTO SOUZA E SILVA OAB - MT24287-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE BARRA DO BUGRES (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019238-44.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. RUI RAMOS RIBEIRO.

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019243-66.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
EDSON CAMPOS DE AZEVEDO (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCIANO AUGUSTO NEVES OAB - MT12012-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE NOVA MONTE VERDE (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019243-66.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PEDRO SAKAMOTO.

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019247-06.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
NYLVAN JOSE DA SILVA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NYLVAN JOSE DA SILVA OAB - MT17805-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
1º Vara Civel e Criminal da Comarca da Paranatinga (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MARCOS JONE SANTOS DA SILVA (PACIENTE)

Certifico que o Processo nº 1019247-06.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PEDRO SAKAMOTO.

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019262-72.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MARCIA APARECIDA DAVID (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIA APARECIDA DAVID OAB - MT4889-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA TERCEIRA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE JUÍNA (IMPETRADO)
Outros Interessados:
JOAO PEDRO MENEZES MARQUES (PACIENTE)

Certifico que o Processo nº 1019262-72.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DRA. GLENDA MOREIRA BORGES.

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019282-63.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MATHEUS HENRIQUE GALINDO DE MELO (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:

LEIDINEIA KATIA BOSI OAB - MT14981-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZ DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019282-63.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PEDRO SAKAMOTO.

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019318-08.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DEYVER ALMEIDA DOS ANJOS (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DEYVER ALMEIDA DOS ANJOS OAB - MT15310-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EXCENTISSIMO JUIZ DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE JUSCIMEIRA/MT (IMPETRADO)
Outros Interessados:
JADSON SILVA DO NASCIMENTO (PACIENTE)

Certifico que o Processo nº 1019318-08.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PEDRO SAKAMOTO.

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019326-82.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
SONIEL PEREIRA DOS SANTOS (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO FELICIO GARCIA OAB - MT7297-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
3ª VARA CRIMINAL DE VÁRZEA GRANDE/MT (IMPETRADO)
Outros Interessados:
SONIEL PEREIRA DOS SANTOS (PACIENTE)

Certifico que o Processo nº 1019326-82.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DRA. GLENDA MOREIRA BORGES.

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019329-37.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
M. M. D. S. (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MICHELLE MARIE DE SOUZA OAB - MT9439-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
D. L. K. M. R. (IMPETRADO)
C. D. R. P. (IMPETRADO)
Outros Interessados:
R. C. C. (PACIENTE)

Certifico que o Processo nº 1019329-37.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PEDRO SAKAMOTO.

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019330-22.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ANDRE LUIZ DA SILVA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEX MARTINS SALVATIERRA OAB - MT19575-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
13ª Vara Criminal de Cuiabá (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019330-22.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PEDRO SAKAMOTO.

Acórdão

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0007968-76.2018.8.11.0064
Parte(s) Polo Ativo:
THALES HENRIQUE GOMES (APELANTE)
MAICKON GULITI DE OLIVEIRA LIMA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ONORIO GONCALVES DA SILVA JUNIOR OAB - MT12992-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - RONDONÓPOLIS (APELADO)
Outros Interessados:
JOAO LUIZ DE SOUZA (VÍTIMA)
APARECIDA LUIZA OZORIO SARTORI (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
FATIMA APARECIDA SARTORI (VÍTIMA)

Turma Julgadora: [DES(A). GLENDA MOREIRA BORGES, DES(A). PEDRO SAKAMOTO, DES(A). RUI RAMOS RIBEIRO] Parte(s): [MPEMT - RONDONÓPOLIS (APELADO), JOAO LUIZ DE SOUZA (VÍTIMA), FATIMA APARECIDA SARTORI - CPF: 882.676.871-49 (VÍTIMA), THALES HENRIQUE GOMES - CPF: 063.300.891-59 (APELANTE), MAICKON GULITI DE OLIVEIRA LIMA (APELANTE), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS), ONORIO GONCALVES DA SILVA JUNIOR - CPF: 882.357.001-82 (ADVOGADO), MPEMT - RONDONÓPOLIS (APELADO), JOAO LUIZ DE SOUZA - CPF: 079.728.901-10 (VÍTIMA), APARECIDA LUIZA OZORIO SARTORI - CPF: 691.670.441-15 (VÍTIMA), MAICKON GULITI DE OLIVEIRA LIMA - CPF: 705.290.331-86 (APELANTE)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). RUI RAMOS RIBEIRO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, ACOLHEU A PRELIMINAR, E NO MÉRITO, PROVEU O RECURSO DE THALES HENRIQUE GOMES E PROVEU EM PARTE O APELO DE MAICKON GULITI DE OLIVEIRA LIMA. E M E N T A RECURSOS DE APELAÇÃO CRIMINAL – ROUBO MAJORADO – PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO PARCIAL DE UM DOS APELOS – AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL QUANTO ÀS INSURGÊNCIAS ACERCA DA SUPOSTA CUMULAÇÃO DO CONCURSO FORMAL COM A CONTINUIDADE DELITIVA E DA SUPOSTA VALORAÇÃO DO EMPREGO DE ARMA DE FOGO E DE AÇÕES NÃO TRANSITADAS EM JULGADO PARA AUMENTO DA PENA-BASE – INOCORRÊNCIA – RECURSO NÃO CONHECIDO NOS ALUDIDOS TÓPICOS – MÉRITO – ALMEJADA A ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA – INVIABILIDADE – ACERVO DE PROVAS ROBUSTO – DECLARAÇÕES DAS VÍTIMAS EM CONSONÂNCIA COM OUTROS ELEMENTOS PROBANTES – IDONEIDADE DO RECONHECIMENTO PROMOVIDO – REQUERIDA READEQUAÇÃO DA PENA-BASE – IMPROCEDÊNCIA – VALORAÇÃO IDÔNEA E PROPORCIONAL DA CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL NEGATIVADA – MANUTENÇÃO DA PENA-BASE – PEDIDO POR APLICAÇÃO DE APENAS UMA DAS CAUSAS DE AUMENTOS PREVISTAS NA PARTE ESPECIAL DO CÓDIGO PENAL – CABIMENTO – AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO – APLICAÇÃO DA CAUSA QUE MAIS AUMENTA – PROVIDO O RECURSO DO RÉU THALES E PARCIALMENTE PROVIDO O APELO DE MAICKON. 1. Se a sentença atacada não ostenta os fatores contra os quais se insurge o apelante, impõe-se o não conhecimento parcial do apelo nos respectivos tópicos, ante a ausência de interesse recursal. 2. Não há falar em absolvição da imputação da prática do crime de roubo majorado quando o contexto probatório, notadamente as firmes declarações das vítimas e das testemunhas, as circunstâncias fáticas e o reconhecimento do réu como autor do delito, comprovar a prática delitiva pelo apelante. 3. O art. 59 do Código Penal prevê a discricionariedade juridicamente vinculada do magistrado na fixação da pena, de sorte que o juiz, dentro dos limites estabelecidos pelo legislador (mínimo e máximo, abstratamente cominados à pena), valendo-se do seu livre convencimento motivado, deve eleger o quantum justo e ideal de pena a ser aplicado, atento sempre às singularidades, às nuanças objetivas e, sobretudo, à pessoa a quem a sanção se destina. 4. Tem-se por inadequada a incidência concomitante das causas de aumento previstas no art. 157, § 2º, II, e no art. 157, § 2º-A, I, ambos do CP, quando ausente fundamentação concreta que demonstre a legitimidade da incidência de duas causas de aumento previstas na parte especial do Código Penal.

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0003301-14.2015.8.11.0012

Parte(s) Polo Ativo:
BALTAZAR AUGUSTO DE MENEZES (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SEBASTIAO CARLOS TOLEDO OAB - MT13217-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - NOVA XAVANTINA (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
CLEDEMIR DA ROSA (VÍTIMA)

Turma Julgadora: [DES(A). GLENDA MOREIRA BORGES, DES(A). PEDRO SAKAMOTO, DES(A). RUI RAMOS RIBEIRO] Parte(s): [PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 14.921.092/0001-57 (APELADO), CLEDEMIR DA ROSA - CPF: 935.336.241-53 (VÍTIMA), BALTAZAR AUGUSTO DE MENEZES - CPF: 036.419.948-29 (APELANTE), SEBASTIAO CARLOS TOLEDO - CPF: 510.750.248-20 (ADVOGADO), MPEMT - NOVA XAVANTINA (APELADO), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). RUI RAMOS RIBEIRO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, PROVEU PARCIALMENTE O RECURSO. E M E N T A RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL – CONDENAÇÃO PELO ART. 306, CAPUT, DO CTB C/C ART. 15 DA LEI 10.826/2003 – INCONFORMISMO DA DEFESA – PRETENDIDA A APOSIÇÃO DA PENA DE MULTA NO MÍNIMO LEGAL QUANTO AO DELITO DO ART. 15 DA LEI 10.826/2003 – VIABILIDADE – INTELIGÊNCIA DO ART. 49 DO CP E DO ENUNCIADO ORIENTATIVO Nº 33 DA TURMA DE CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS DESTE TRIBUNAL – QUANTIDADE DE DIAS-MULTA QUE DEVE GUARDAR PROPORCIONALIDADE COM A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE IMPOSTA – PLEITEADO O DECRÉSCIMO DO VALOR DO DIA-MULTA – DESCABIMENTO – DIA-MULTA FIXADO CONFORME A CAPACIDADE ECONÔMICA DO RÉU DEMONSTRADA NOS AUTOS – AUSÊNCIA DE PROVA ACERCA DA HIPOSSUFICIÊNCIA – ART. 49, §1º E ART. 60 DO CP – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Se a pena de multa não foi imposta com observância ao critério bifásico e não guarda proporcionalidade com a pena privativa de liberdade imposta ao acusado, resta viável a pretendida minoração. 2. Afigura-se legítima a fixação do valor do dia-multa acima da fração mínima (um trigésimo), quando devidamente analisada a situação financeira do réu (art. 49, § 1º, e art. 60, ambos do Código Penal).

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0000969-39.2013.8.11.0014
Parte(s) Polo Ativo:
M. -. P. (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
C. R. S. D. C. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCOS PAULO SANTOS DA SILVA OAB - MT9565-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
I. M. A. D. S. (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Turma Julgadora: [DES(A). GLENDA MOREIRA BORGES, DES(A). PEDRO SAKAMOTO, DES(A). RUI RAMOS RIBEIRO] Parte(s): [IZA MARIA AZEVEDO DA SILVA (VÍTIMA), CARLOS ROBERTO SANTANA DE CARVALHO - CPF: 048.237.411-02 (APELADO), MARCOS PAULO SANTOS DA SILVA - CPF: 911.439.341-72 (ADVOGADO), PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 14.921.092/0001-57 (APELANTE), MPEMT - POXORÉU (APELANTE), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). RUI RAMOS RIBEIRO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. E M E N T A RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL – DELITO DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL – ABSOLVIÇÃO DO ACUSADO –INCONFORMISMO DO PARQUET – ALMEJADA CONDENAÇÃO DO APELADO – SUPOSTA EXISTÊNCIA DE PROVAS A INDICAR A MATERIALIDADE E AUTORIA DELITIVAS – IMPROCEDÊNCIA – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA CIÊNCIA DO AGENTE QUANTO À IDADE DA VÍTIMA – INCONSISTÊNCIAS NOS DEPOIMENTOS COLHIDOS EM AMBAS AS ETAPAS PROCESSUAIS – IN DUBIO PRO REO – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. Se do cotejo da prova técnica com a prova oral colhida constata-se a existência de dúvida invencível acerca da ciência do agente quanto à idade da vítima (elementar do tipo), não sendo possível vislumbrar, de forma inequívoca, que o apelado se valera de situação de vulnerabilidade para tanto, impositivo é o juízo de absolvição do agente, sob as lentes do in dubio pro reo.

Acórdão Classe: CNJ-408 AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL
Processo Número: 0004001-46.2018.8.11.0024
Parte(s) Polo Ativo:
MPEMT - CHAPADA DOS GUIMARÃES (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOACI DE JESUS LEMK (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESLY GERALDO PINHEIRO OAB - MT16549-A (ADVOGADO)
ADESBAR ROSA DE ARAUJO OAB - MT21635-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
CRISTIANI PAMELA DA SILVA LEMK (TERCEIRO INTERESSADO)
LETICIA PALOMA DA SILVA LEMK (TERCEIRO INTERESSADO)

Turma Julgadora: [DES(A). GLENDA MOREIRA BORGES, DES(A). PEDRO SAKAMOTO, DES(A). RUI RAMOS RIBEIRO] Parte(s): [JOACI DE JESUS LEMK - CPF: 012.637.821-59 (AGRAVADO), ESLY GERALDO PINHEIRO - CPF: 538.130.651-20 (ADVOGADO), PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 14.921.092/0001-57 (AGRAVANTE), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS), MPEMT - CHAPADA DOS GUIMARÃES (AGRAVANTE), ADESBAR ROSA DE ARAUJO - CPF: 340.419.401-25 (ADVOGADO), LETICIA PALOMA DA SILVA LEMK - CPF: 074.150.321-28 (TERCEIRO INTERESSADO), CRISTIANI PAMELA DA SILVA LEMK - CPF: 057.772.341-35 (TERCEIRO INTERESSADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). RUI RAMOS RIBEIRO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, PROVEU O RECURSO. E M E N T A RECURSO DE AGRAVO EM EXECUÇÃO – NEGADA A TRANSFERÊNCIA DO REEDUCANDO DE CADEIA PÚBLICA PARA PRESÍDIO ESTADUAL – INSURGÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – PRETENSÃO DE TRANSFERÊNCIA PARA PRESÍDIO ESTADUAL – POSSIBILIDADE – REEDUCANDO CONDENADO, COM TRÂNSITO EM JULGADO, A ELEVADA PENA DE RECLUSÃO, EM REGIME INICIAL FECHADO – INTELIGÊNCIA DO ART. 87 DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL – PRECEDENTES DA CORTE – CADEIA PÚBLICA QUE SE DESTINA APENAS PARA PRESOS PROVISÓRIOS – PROVIMENTO DO AGRAVO. Nos termos dos artigos 87 e 102 da Lei n. 7.210/84, as Cadeias Públicas são destinadas aos presos provisórios, ao passo que reeducando com condenação definitiva à pena privativa de liberdade em regime fechado deve cumprir pena no Sistema Penitenciário do Estado

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0002910-08.2015.8.11.0029
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO PARREIRA DOS SANTOS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIO ROGERIO PARIS OAB - MT7526-O (ADVOGADO)
WISAMARA OLIVEIRA DA SILVA OAB - MT200600-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - CANARANA (APELADO)
Outros Interessados:
JOSIMAR ALVES DE SOUZA (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Turma Julgadora: [DES(A). GLENDA MOREIRA BORGES, DES(A). PEDRO SAKAMOTO, DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO, DES(A). RUI RAMOS RIBEIRO] Parte(s): [JOSIMAR ALVES DE SOUZA - CPF: 024.311.481-81 (VÍTIMA), PAULO PARREIRA DOS SANTOS - CPF: 034.905.171-21 (APELANTE), MARCIO ROGERIO PARIS - CPF: 270.472.418-09 (ADVOGADO), Ministerio Publico do Estado de Mato Grosso (APELADO), WISAMARA OLIVEIRA DA SILVA - CPF: 037.853.871-30 (ADVOGADO), MPEMT - CANARANA (APELADO), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA

CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). RUI RAMOS RIBEIRO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. E M E N T A RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL – FURTO – SENTENÇA CONDENATÓRIA – INSURGÊNCIA DA DEFESA – COLIMADA A ABSOLVIÇÃO POR ATIPICIDADE MATERIAL DA CONDUTA – SUPOSTA INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA – IMPOSSIBILIDADE – EXPRESSIVIDADE DO VALOR DO BEM SUBTRAÍDO – PRECEDENTES DO STJ – IMPORTÂNCIA DO BEM SUBTRAÍDO – APELO DESPROVIDO. Não há falar em atipicidade material da conduta em decorrência do princípio da insignificância quando, para além do expressivo valor do bem subtraído equivalente a percentual superior a 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente à época do fato [precedentes do STJ], o crime recair sobre objeto de elevada importância à vítima, fatores que atraem um maior juízo de reprovabilidade da conduta.

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0012863-30.2010.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:
HERLYSSON DAVID MARQUES NASCIMENTO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELIDIA PENHA GONCALVES OAB - MT2886-A (ADVOGADO)
NAIME MARCIO MARTINS MORAES OAB - MT3847-O (ADVOGADO)
ADRIANA CARDOSO SALES DA SILVA OAB - MT7590-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - CUIABÁ - CRIMINAL (APELADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
JOÃO GONZAGA FIGUEIREDO (TERCEIRO INTERESSADO)
JOÃO CARLOS SOLA (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
DOUGLAS ALEXANDRE LIMA RODRIGUES (TERCEIRO INTERESSADO)

Turma Julgadora: [DES(A). GLENDA MOREIRA BORGES, DES(A). PEDRO SAKAMOTO, DES(A). RUI RAMOS RIBEIRO] Parte(s): [MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0018-92 (APELADO), HERLYSSON DAVID MARQUES NASCIMENTO (APELANTE), ELIDIA PENHA GONCALVES - CPF: 023.695.839-91 (ADVOGADO), MPEMT - CUIABÁ - CRIMINAL (APELADO), JOÃO CARLOS SOLA (VÍTIMA), JOÃO GONZAGA FIGUEIREDO (TERCEIRO INTERESSADO), DOUGLAS ALEXANDRE LIMA RODRIGUES (TERCEIRO INTERESSADO), MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS), ADRIANA CARDOSO SALES DA SILVA - CPF: 253.051.948-06 (ADVOGADO), NAIME MARCIO MARTINS MORAES - CPF: 161.738.131-49 (ADVOGADO), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (APELADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). RUI RAMOS RIBEIRO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. E M E N T A APELAÇÃO CRIMINAL – HOMICÍDIO QUALIFICADO –TRIBUNAL DO JÚRI – RECURSO DA DEFESA – PRETENDIDA A CASSAÇÃO DA DECISÃO E SUBMISSÃO DO RÉU A NOVO JULGAMENTO – AUTORIA E QUALIFICADORAS SUPOSTAMENTE RECONHECIDAS SEM RESPALDO NAS PROVAS AMEALHADAS – IMPROCEDÊNCIA – EXISTÊNCIA DE MATERIAL PROBATÓRIO SUFICIENTE PARA SUSTENTAR A TESE ENCAMPADA DOS JURADOS – DOSIMETRIA DA PENA – ALMEJADA REDUÇÃO DA PENA-BASE – INVIABILIDADE – CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS PEJORATIVAS – VALORAÇÃO IDÔNEA – RECURSO DESPROVIDO. 1. A cassação de veredicto popular por contrariedade à prova dos autos não é factível quando o reconhecimento pelos jurados da prática do crime de homicídio pelo apelante encontrar respaldo em elementos probantes. 2. Se a decisão por acolhimento das qualificadoras do delito tiver apoio em qualquer prova colhida, ainda que escassa, descabido cogitar acerca de anulação do julgamento, sob pena de ofensa ao princípio da soberania dos veredictos. 3. Não há falar em redimensionamento da pena-base quando o aumento promovido à conta da existência de duas circunstâncias judiciais desfavoráveis se mostra razoável.

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0003789-93.2017.8.11.0045
Parte(s) Polo Ativo:
E. M. C. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRE FIGUEREDO DA SILVA OAB - MT21214-A (ADVOGADO)
ALVARO DA CUNHA NETO OAB - MT12069-O (ADVOGADO)
ABEL SGUAREZI OAB - MT8347-A (ADVOGADO)
EDENIR RIGHI OAB - MT8484-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
M. -. L. D. R. V. (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
N. F. (VÍTIMA)

Turma Julgadora: [DES(A). GLENDA MOREIRA BORGES, DES(A). PEDRO SAKAMOTO, DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO, DES(A). RUI RAMOS RIBEIRO] Parte(s): [MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL/MT (APELADO), EDWARD MARQUES COUTINHO - CPF: 672.988.699-49 (APELANTE), ANDRE FIGUEREDO DA SILVA - CPF: 007.596.111-30 (ADVOGADO), NICOLE FOGLIATTO (VÍTIMA), MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS), MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS), LUCAS FRATARI DA SILVEIRA TAVARES - CPF: 710.855.641-34 (ADVOGADO), MPEMT - LUCAS DO RIO VERDE (APELADO), ABEL SGUAREZI - CPF: 695.937.951-20 (ADVOGADO), ALVARO DA CUNHA NETO - CPF: 711.252.721-04 (ADVOGADO), EDENIR RIGHI - CPF: 630.307.481-20 (ADVOGADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). RUI RAMOS RIBEIRO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR MAIORIA, REJEITOU AS PRELIMINARES E DESPROVEU O RECURSO, VENCIDO O REVISOR. E M E N T A RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL – ESTUPRO DE VULNERÁVEL EM CONTINUIDADE DELITIVA – CONDENAÇÃO – INCONFORMISMO – PRELIMINAR – AUSÊNCIA DO RÉU DURANTE PARTE DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO DE JULGAMENTO – SUPOSTA VULNERAÇÃO AO PRINCÍPIO DA AMPLA DEFESA – NÃO OCORRÊNCIA – AUSÊNCIA DO RÉU NÃO DOCUMENTADA NA ATA DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO – QUESTÃO NÃO VENTILADA PELA DEFESA A TEMPO E MODO – COMPLETA AUSÊNCIA DE PREJUÍZO – PRELIMINAR AFASTADA – PRELIMINAR DE NULIDADE – DEFICIÊNCIA DA DEFESA TÉCNICA – NÃO VERIFICAÇÃO – DEFESA EXERCIDA A CONTENDO POR ADVOGADO CONSTITUÍDO – AUSÊNCIA DE PREJUÍZO – ENTENDIMENTO DA SÚMULA 523 DO STF – MÉRITO – PRETENSÃO DE ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS – IMPROCEDÊNCIA – MATERIALIDADE COMPROVADA – CONJUNTO PROBATÓRIO A DEMONSTRAR SER O APELANTE O AUTOR DOS FATOS INVESTIGADOS – DECLARAÇÕES COERENTES E DETALHADAS DA VÍTIMA EM CONFORMIDADE COM OS DEPOIMENTOS TESTEMUNHAIS E O RESTANTE DO ACERVO PROBATÓRIO – ROGO DE DESCLASSIFICAÇÃO PARA A CONTRAVENÇÃO DO ARTIGO 65 DA LEI DE CONTRAVENÇÕES PENAIS – IMPOSSIBILIDADE – INADEQUAÇÃO TÍPICA – RECURSO DESPROVIDO. 1. Não havendo qualquer prova de que o réu tenha sido efetivamente impedido de participar da colheita da prova oral, nem manifestação tempestiva da defesa sobre a questão, muito menos qualquer prejuízo ao recorrente, não há falar em nulidade por violação ao princípio da ampla defesa. 2. Conforme o teor da súmula 523 do STF, “no processo penal, a falta da defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova do prejuízo para o réu”. 3. Existindo provas harmônicas e suficientes da autoria e materialidade do delito de estupro de vulnerável majorado, impõe-se a manutenção da condenação do réu, sobretudo porque nos crimes contra a dignidade sexual, pela sua própria natureza, a palavra da vítima assume redobrada importância, sobretudo quando se mostra firme, verossímil e em sintonia com os demais elementos de cognição jungidos. 4. Não há falar em desclassificação do crime de estupro de vulnerável para a contravenção penal de perturbação da tranquilidade por motivo reprovável quando inexistir adequação típica com esta infração.

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0013762-15.2017.8.11.0064
Parte(s) Polo Ativo:
WESLEN HENRIQUE DE LIMA RAMOS (APELANTE)
PABLA MELO KLAUSS (APELANTE)
AMANDA ROSA DA SILVA DOS SANTOS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DOUGLAS CRISTIANO ALVES LOPES OAB - MT15616-O (ADVOGADO)
LEONARDO PAIVA BOROTTA OAB - MT23181-O (ADVOGADO)

Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - RONDONÓPOLIS (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Turma Julgadora: [DES(A). GLENDA MOREIRA BORGES, DES(A). PEDRO SAKAMOTO, DES(A). RUI RAMOS RIBEIRO] Parte(s): [MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0018-92 (APELADO), AMANDA ROSA DA SILVA DOS SANTOS (APELANTE), LEONARDO PAIVA BOROTTA - CPF: 033.738.461-45 (ADVOGADO), PABLA MELO KLAUSS (APELANTE), DOUGLAS CRISTIANO ALVES LOPES - CPF: 357.495.248-17 (ADVOGADO), WESLEN HENRIQUE DE LIMA RAMOS (APELANTE), MPEMT - RONDONÓPOLIS (APELADO), MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). RUI RAMOS RIBEIRO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, PROVEU PARCIALMENTE O RECURSO DE WESLEN HENRIQUE DE LIMA RAMOS E PROVIDOS OS RECURSOS DE PABLA MELO KLAUSS E AMANDA ROSA DA SILVA DOS SANTOS. E M E N T A APELAÇÕES CRIMINAIS – TRÁFICO DE ENTORPECENTES – SENTENÇA CONDENATÓRIA – INSURGÊNCIA DA DEFESA – PRETENDIDA A DESCLASSIFICAÇÃO DO TRÁFICO PARA O USO DE DROGAS – IMPROCEDÊNCIA EM RELAÇÃO A UM DOS APELANTES – PROVA TESTEMUNHAL ROBUSTA E CIRCUNSTÂNCIAS DA PRISÃO QUE DENOTAM A PRÁTICA DA MERCANCIA DEFESA – APONTADA A INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA – PERTINÊNCIA EM RELAÇÃO À APELANTE – INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA – IMPOSITIVA A ABSOLVIÇÃO – ROGO POR RECONHECIMENTO DA FORMA TENTADA – IMPERTINÊNCIA – AJUSTE ENTABULADO – PAGAMENTO DO VALOR AVENÇADO – MERA AUSÊNCIA DE TRADIÇÃO QUE NÃO AFASTA A CONSUMAÇÃO DO DELITO – PRECEDENTES – INSTÂNCIA POR APLICAÇÃO DO TRÁFICO PRIVILEGIADO – IMPOSSIBILIDADE EM RELAÇÃO AO APELANTE – DEDICAÇÃO ÀS ATIVIDADES CRIMINOSAS – VIABILIDADE EM RELAÇÃO À APELANTE CONDENADA – PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS – IMPERIOSA REFUSÃO DA DOSIMETRIA E MODIFICAÇÃO DE REGIME PRISIONAL – PENA-BASE ESTABELECIDA COM FINCAS EM CIRCUNSTÂNCIAS ÍNSITAS AO TIPO PENAL – UM RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO E DOIS PROVIDOS. Não há falar em desclassificação de tráfico para posse para consumo de entorpecentes quando as provas e as circunstâncias da apreensão desnudam, a todas as luzes, a prática da traficância. De acordo com a jurisprudência do STJ, “Para que configure a conduta de ‘adquirir’, prevista no art. 33 da Lei nº 11.343/2006, não é necessária a tradição do entorpecente e o pagamento do preço, bastando que tenha havido o ajuste. Assim, não é indispensável que a droga tenha sido entregue ao comprador e o dinheiro pago ao vendedor, bastando que tenha havido a combinação da venda”. (STJ. 6ª Turma. HC 212528-SC, Rel. Min. Nefi Cordeiro, julgado em 1º/9/2015 (Info 569)). Impositiva a absolvição da corré quando ausente a comprovação do dolo a animar sua conduta. Descabe aplicar o benefício do § 4º do art. 33 da lei 11.343/2006 quando não preenchidos todos os requisitos de mister à sua concessão. A apreensão de quantidade não elevada de cocaína não obsta, por si só, a incidência do privilégio do art. 33 da lei 11.343/2006. Impõe-se a retificação da dosimetria quando os vetores dosimétricos forem avaliados negativamente com base em elementos ínsitos ao tipo penal sancionado.

Intimação

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019229-82.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LAUIR FREITAS DE OLIVEIRA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE RICARDO COSTA MARQUES CORBELINO OAB - MT5486-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
1º Juízo Criminal de Barra do Garças (IMPETRADO)
MINISTÉRIO PÚBLICO DA COMARCA DE BARRA DO GARÇAS MT (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019229-82.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DRA. GLENDA MOREIRA BORGES.

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019238-44.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
GILMAR COSTA SOUZA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PABLO AUGUSTO SOUZA E SILVA OAB - MT24287-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE BARRA DO BUGRES (IMPETRADO)

Certifico, que o processo de n. 1019238-44.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 16/12/2019 22:33:26 e distribuído inicialmente para o Des(a). RUI RAMOS RIBEIRO

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019243-66.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
EDSON CAMPOS DE AZEVEDO (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCIANO AUGUSTO NEVES OAB - MT12012-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE NOVA MONTE VERDE (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019243-66.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PEDRO SAKAMOTO.

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019247-06.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
NYLVAN JOSE DA SILVA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NYLVAN JOSE DA SILVA OAB - MT17805-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
1º Vara Civel e Criminal da Comarca da Paranatinga (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MARCOS JONE SANTOS DA SILVA (PACIENTE)

Certifico que o Processo nº 1019247-06.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PEDRO SAKAMOTO.

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1011711-41.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
GETULIO BALDOINO DA SILVA TERRA JUNIOR (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 5ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
WELINGTON GOMES CANDIDO (PACIENTE)

"(...)Ante o exposto, julgo prejudicado o presente habeas corpus, monocraticamente, declarando a extinção da ação mandamental, sem julgamento do mérito, com fulcro no artigo 51, XV, do RITJMT, ante a perda de seu objeto.Publique-se. Intime-se e Cumpra-se."

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019124-08.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
RODRIGO MOREIRA MARINHO (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO MOREIRA MARINHO OAB - MT18791-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 8ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CUIABÁ (IMPETRADO)
Outros Interessados:
SILVIA MARIA DE MEDEIROS MONTEIRO DA SILVA (VÍTIMA)
RAIMUNDO PEREIRA DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

RODRIGO MOREIRA MARINHO OAB - MT18791-O (ADVOGADO)
FABIO FERNANDES FREITAS (PACIENTE)

Diante do exposto, indefiro a liminar vindicada...

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019262-72.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MARCIA APARECIDA DAVID (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIA APARECIDA DAVID OAB - MT4889-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA TERCEIRA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE JUÍNA (IMPETRADO)
Outros Interessados:
JOAO PEDRO MENEZES MARQUES (PACIENTE)

Certifico que o Processo nº 1019262-72.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DRA. GLENDA MOREIRA BORGES.

Intimação Classe: CNJ-426 PETIÇÃO
Processo Número: 1016784-91.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
RONEMAR PEDROSO DA SILVA ARRUDA (REQUERIDO)
ADEMIR DE OLIVEIRA FILHO (REQUERIDO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

"(...) ,defiro o pedido de medida liminar, a fim de que seja decretada a prisão preventiva de Ademir de Oliveira Filho e Ronemar Pedroso da Silva Arruda, a fim de resguardar a instrução criminal atinente aos autos de nº 25259-57.2013.811.0002 (cód. 328939 – Comarca de Várzea Grande/MT). Expeça-se, imediatamente, mandado de prisão. Adotada a aludida providência, certifique a Secretaria sobre a remessa à esta Corte de Justiça do Recurso em Sentido Estrito interposto pelo Parquet no bojo da Ação Penal nº 25259-57.2013.811.0002 (código 328939 – 1ª Vara Criminal da Comarca de Várzea Grande). Em caso positivo, aglutine-se a presente petição (autos nº 1016784-91.2019.8.11.0000) ao referido recurso para tramitação conjunta. Após, dê-se baixa na autuação deste feito. Intime-se."

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018322-10.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
GETULIO BALDOINO DA SILVA TERRA JUNIOR (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS (IMPETRADO)
Outros Interessados:
GETULIO BALDOINO DA SILVA TERRA JUNIOR OAB - MT15193-O (ADVOGADO)
MARYJANE PIZOTO DA SILVA (PACIENTE)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

"(...) ,concedo a liminar vindicada neste habeas corpus em favor da paciente Mary Jane Pizoto da Silva, revogando a prisão preventiva decretada em seu desfavor, mediante imposição das seguintes medidas cautelares diversas da prisão, consoante o artigo 319 do Código de Processo Penal: a) Entregar a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) em juízo, ficando terminantemente proibido de dirigir veículo automotor em via pública; b) Declarar e comprovar o endereço onde poderá ser encontrada, comunicando antecipadamente ao juízo criminal possível mudança; c) Comparecer a todos os atos processuais para os quais for convocada; d) Não se envolver em outro fato penalmente relevante; e) Não se apresentar em público sobre o efeito de bebida alcoólica ou substância análoga; Alerte-se a beneficiária que a violação das medidas cautelares fixadas importará ao restabelecimento da custódia preventiva, que poderá ser novamente aplicada se sobrevier situação que configure a exigência de cautelar mais gravosa. Oficie-se o juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Rondonópolis/MT, para que expeça o competente alvará de soltura clausulado. Ouça-se a ilustrada Procuradoria Geral de Justiça. Comunicações e providências."

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019282-63.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MATHEUS HENRIQUE GALINDO DE MELO (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEIDINEIA KATIA BOSI OAB - MT14981-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZ DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019282-63.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PEDRO SAKAMOTO.

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018924-98.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
KLEBER DE SOUZA SILVA (IMPETRANTE)
MARCIO ROBERTO CRUZ (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KLEBER DE SOUZA SILVA OAB - MT8002-O (ADVOGADO)
MARCIO ROBERTO CRUZ OAB - MT24328-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PORTO ESPERIDIÃO (IMPETRADO)
Outros Interessados:
JAMIR PARABA BACA (PACIENTE)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
JULIA VICTÓRIA TURIBIUS DUARTE (VÍTIMA)
F. T. R. (VÍTIMA)

No caso, não tenho como configurados os pressupostos da concessão da liminar. Assim, sem a necessária plasticidade, indefiro a liminar, restando ao beneficiário o lado sumaríssimo do habeas corpus, com o exercício efetivo da competência do Colegiado, juízo natural. Colham-se as necessárias informações, com observância inclusive das exigências apontadas na Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria Geral da Justiça (Seção 22, art. 1.501, III, CNGC Judicial), que deverão conter informações de caráter jurídico imprescindíveis, indicando as teses levantadas na impetração, e os fundamentos da decisão atacada, enviando a cópia integral dos depoimentos das vítimas, para melhor análise. Deve ainda o douto magistrado oferecer em informações complementares documentos que esclareçam a pretensão trazida no writ e quaisquer modificações posteriores no contexto fático-jurídico que possuam relevância frente ao pedido formulado. Ouça-se a ilustrada Procuradoria Geral de Justiça. Comunicações e providências.

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019168-27.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO LUIZ DE DEUS JUNIOR (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DA CAPITAL (IMPETRADO)
Outros Interessados:
ANTONIO LUIZ DE DEUS JUNIOR OAB - MT7167-O (ADVOGADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
ROMISLEI GONCALVES DA SILVA (PACIENTE)

Portanto, indefiro a liminar postulada. Solicitem-se as necessárias informações à autoridade judiciária acoimada de coatora, e, com elas nos autos, colha-se o parecer da douta Procuradoria-Geral de Justiça. Intime-se e cumpra-se. Cuiabá, 17 de dezembro de 2019. Desembargador Pedro Sakamoto Relator

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018486-72.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ANDRE RENATO ROBELO ROSSIGNOLO (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:

ANDRE RENATO ROBELO ROSSIGNOLO OAB - MT8258/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 5ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CUIABÁ (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
ANDRE RENATO ROBELO ROSSIGNOLO OAB - MT8258/O (ADVOGADO)
ANDERSON DE ALMEIDA MARIA (PACIENTE)

Em consulta ao caderno processual, verifica-se que a autoridade apontada como coatora, ao prestar suas informações, noticiou que em 6.12.2019 expediu guia de execução penal definitiva e que a encaminhou à 2ª Vara Criminal de Cuiabá/MT em 10.12.2019. Posto isso, sem maiores delongas, valendo-me da inteligência do artigo 659 do Código de Processo Penal e do disposto nos artigos 51, inciso XV, e 159, ambos do Regimento Interno desta Corte, julgo prejudicado o habeas corpus pela perda de seu objeto. Intime-se a douta Procuradoria-Geral de Justiça. Em seguida, após as formalidades de praxe, arquive-se. Cuiabá, 17 de dezembro de 2019. Desembargador Pedro Sakamoto Relator

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019318-08.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DEYVER ALMEIDA DOS ANJOS (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DEYVER ALMEIDA DOS ANJOS OAB - MT15310-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EXCENTISSIMO JUIZ DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE JUSCIMEIRA/MT (IMPETRADO)
Outros Interessados:
JADSON SILVA DO NASCIMENTO (PACIENTE)

Certifico, que o processo de n. 1019318-08.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 17/12/2019 17:55:10 e distribuído inicialmente para o Des(a). PEDRO SAKAMOTO

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019326-82.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
SONIEL PEREIRA DOS SANTOS (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO FELICIO GARCIA OAB - MT7297-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
3ª VARA CRIMINAL DE VÁRZEA GRANDE/MT (IMPETRADO)
Outros Interessados:
SONIEL PEREIRA DOS SANTOS (PACIENTE)

Certifico que o Processo nº 1019326-82.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DRA. GLENDA MOREIRA BORGES.

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019329-37.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
M. M. D. S. (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MICHELLE MARIE DE SOUZA OAB - MT9439-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
D. L. K. M. R. (IMPETRADO)
C. D. R. P. (IMPETRADO)
Outros Interessados:
R. C. C. (PACIENTE)

Certifico, que o processo de n. 1019329-37.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 17/12/2019 18:48:09 e distribuído inicialmente para o Des(a). PEDRO SAKAMOTO

Terceira Câmara Criminal

Informação

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019240-14.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
IVANA GOMES GORGET (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VANESSA SOUZA DE OLIVEIRA OAB - MT24551-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
2 Vara Criminal da Comarca de Cuiaba (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019240-14.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JUVENAL PEREIRA DA SILVA.

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019251-43.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LUCY ROSA DA SILVA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCY ROSA DA SILVA OAB - MT2613/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
Juízo da 2ª Vara Criminal de Cáceres (IMPETRADO)
Outros Interessados:
JOELSON BITTENCOUT DE OLIVEIRA (PACIENTE)

Certifico que o Processo nº 1019251-43.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. GILBERTO GIRALDELLI.

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019256-65.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZ DA 3ª VARA DA COMARCA DE MIRASSOL D' OESTE (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019256-65.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. GILBERTO GIRALDELLI.

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019274-86.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ROMULO BEZERRA PEGORARO (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROMULO BEZERRA PEGORARO OAB - MT23871-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZO DA NONA VARA CRIMINAL DE CUIABÁ - MATO GROSSO (IMPETRADO)
Outros Interessados:
IGOR FERNANDO OLIVEIRA (PACIENTE)

Certifico que o Processo nº 1019274-86.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. GILBERTO GIRALDELLI.

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019281-78.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ALEXANDRO TAKISHITA MARTINS DA FONSECA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KLEIVER RODRIGO BUENO DIAS OAB - MT18132-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ALEXANDRE MEINBERG CEROY (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019281-78.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. RONDON BASSIL DOWER FILHO.

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019290-40.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
STALYN PANIAGO PEREIRA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
STALYN PANIAGO PEREIRA OAB - MT6115-B (ADVOGADO)

Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA PRIMEIRA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS (IMPETRADO)
Outros Interessados:
FERNANDO HENRIQUE DE SOUZA (PACIENTE)

Certifico que o Processo nº 1019290-40.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. GILBERTO GIRALDELLI.

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019307-76.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
RODRIGO DIAS SILVA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDA DE LIMA SILVA OAB - MT23978-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
2º VARA DE EXECUÇÃO FORUM CUIABA - MT (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019307-76.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. RONDON BASSIL DOWER FILHO.

Acórdão

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0014869-29.2018.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:
DAVI DIAS DE OLIVEIRA PORTO (APELANTE)
LEANDRO DE ARRUDA E SILVA (APELANTE)
WILLIAM HENRIQUE SALUSTIANO ANTUNES DOS SANTOS (APELANTE)
MPEMT - CUIABÁ - CRIMINAL (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO GABRIEL BEZERRA PINHEIRO ESPOSITO OAB - MT23778-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DAVI DIAS DE OLIVEIRA PORTO (APELADO)
WILLIAM HENRIQUE SALUSTIANO ANTUNES DOS SANTOS (APELADO)
EDUARDO LIMA DE MORAES (APELADO)
LEANDRO DE ARRUDA E SILVA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO GABRIEL BEZERRA PINHEIRO ESPOSITO OAB - MT23778-O (ADVOGADO)
PAULO ROBERTO GOMES DOS SANTOS OAB - MT13025-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
ANDRE LUIZ NATALINO (VÍTIMA)
CLEONICE APARECIDA INACIO (VÍTIMA)

Número Único: 0014869-29.2018.8.11.0042 Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) Assunto: [Roubo Majorado] Relator: Des(a). RONDON BASSIL DOWER FILHO Turma Julgadora: [DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO, DES(A). GILBERTO GIRALDELLI, DES(A). JUVENAL PEREIRA DA SILVA] Parte(s): [MPEMT - CUIABÁ - CRIMINAL (APELANTE), WILLIAM HENRIQUE SALUSTIANO ANTUNES DOS SANTOS - CPF: 039.469.231-43 (APELANTE), LEANDRO DE ARRUDA E SILVA - CPF: 035.635.801-11 (APELANTE), DAVI DIAS DE OLIVEIRA PORTO - CPF: 059.052.391-00 (APELANTE), DAVI DIAS DE OLIVEIRA PORTO - CPF: 059.052.391-00 (APELADO), LEANDRO DE ARRUDA E SILVA - CPF: 035.635.801-11 (APELADO), JOAO GABRIEL BEZERRA PINHEIRO ESPOSITO - CPF: 032.969.671-84 (ADVOGADO), EDUARDO LIMA DE MORAES (APELADO), WILLIAM HENRIQUE SALUSTIANO ANTUNES DOS SANTOS - CPF: 039.469.231-43 (APELADO), CLEONICE APARECIDA INACIO - CPF: 412.020.741-20 (VÍTIMA), ANDRE LUIZ NATALINO - CPF: 042.672.421-60 (VÍTIMA), MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS), MPEMT - CUIABÁ - CRIMINAL (APELANTE), JOAO GABRIEL BEZERRA PINHEIRO ESPOSITO - CPF: 032.969.671-84 (ADVOGADO), PAULO ROBERTO GOMES DOS SANTOS - CPF: 815.993.667-20 (ADVOGADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. DE LEANDRO DE ARRUDA E SILVA, DEU PARCIAL PROVIMENTO AOS RECURSOS DE DAVI DIAS DE OLIVEIRA PORTO E WILLIAM HENRIQUE SALUSTIANO ANTUNES DOS SANTOS E DEU PROVIMENTO AO RECURSO MINISTERIAL. E M E N T A APELAÇÃO CRIMINAL – ROUBO MAJORADO E CORRUPÇÃO DE MENORES – CONDENAÇÃO – RECURSO DEFENSIVO – 1. ROUBO MAJORADO – ABSOLVIÇÃO/DESCLASSIFICAÇÃO PARA RECEPTAÇÃO – IMPROCEDÊNCIA – PROVA CONVINCENTE DA AUTORIA DO CRIME DE ROUBO MAJORADO – 2. CORRUPÇÃO DE MENOR – ABSOLVIÇÃO – INVIABILIDADE – DELITO FORMAL – PRESCINDIBILIDADE DE PROVA DA EFETIVA CORRUPÇÃO DO ADOLESCENTE – 3. RÉU DAVI – 3.1. REINCIDÊNCIA – CARÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL – 3.2. ATENUANTE DA MENORIDADE RELATIVA – PROCEDÊNCIA – RÉU MENOR DE 21 ANOS À ÉPOCA DOS CRIMES – 3.3. PROVIDÊNCIA DE OFÍCIO – NEUTRALIZAÇÃO DOS ANTECEDENTES – SÚMULA Nº. 444 DO STJ – 4. RECURSO MINISTERIAL – AUMENTO PELO EMPREGO DE ARMA DE FOGO – PROCEDÊNCIA – ART. 157, § 2º, I, DO CP VIGENTE À ÉPOCA DO FATO – INEXISTÊNCIA DE ABOLITIO CRIMINIS – CONTINUIDADE NORMATIVO-TÍPICA – 5. REGIME PRISIONAL DE DAVI – REGIME PRISIONAL SEMIABERTO – IMPROCEDÊNCIA – PENA BASILAR FIXADA ACIMA DO MÍNIMO LEGAL – RECURSO DE LEANDRO DESPROVIDO – RECURSO INTERPOSTO PELA DEFESA DE DAVI E WILLIAM PARCIALMENTE PROVIDO – APELO MINISTERIAL PROVIDO – PARCIAL CONSONÂNCIA COM O PARECER DA PGJ. 1. São suficientes para a condenação dos réus como autores do crime de Roubo majorado, as declarações das vítimas, colhidas em Juízo, sob o crivo do contraditório, em harmonia com as demais provas, inclusive Termos de Reconhecimento de Pessoa, aptas a demonstrar, de forma inequívoca, a materialidade e a autoria do crime. Ademais, em crimes, geralmente, praticados sem testemunhas, as palavras da vítima possuem especial relevância para o convencimento do julgador conforme pacificado entendimento jurisprudencial; 2. A conduta prevista no art. 244-B do ECA constitui crime formal e independe de prova da efetiva corrupção, bastando que o agente maior de idade induza o menor a praticar fato definido como crime ou que com ele o pratique, pois, o "(...) bem jurídico tutelado pela norma visa, sobretudo, a impedir que o maior imputável induza ou facilite a inserção ou a manutenção do menor na esfera criminal" (REsp 1.127.954/DF, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 14/12/2011, DJe 1/2/2012). (...)" (AgRg no AREsp 1346573/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 19/12/2018); 3.1. Não há que se falar em afastamento da reincidência, se a indigitada circunstância agravante da pena sequer foi reconhecida pelo juízo a quo; 3.2. Tratando-se de réu com 21 anos de idade à época dos crimes, impõe-se o reconhecimento da atenuante prevista no art. 65, I, do CP; 3.3. Inquéritos policiais e ações penais em andamento não servem para exasperação da pena basilar do réu conforme entendimento expresso na Súmula nº 444 do STJ; 4. Apesar da Lei nº 13.654/18 ter revogado o inciso I, do § 2º, do art. 157, do CP, ela também acrescentou o § 2º-A, no art. 157, prevendo duas novas hipóteses de roubo circunstanciado, com pena maior. Nesse contexto, nitidamente, não houve abolitio criminis, mas continuidade normativo-típica. Portanto, comprovado que, antes da vigência da Lei nº. 13.654/18, os agentes cometeram o crime de Roubo, mediante ameaça exercida com emprego de arma de fogo, o que não foi objeto de abolitio criminis, imperiosa a incidência da causa de aumento da pena do art. 157, § 2º, I, do CP; 5. Mesmo que o réu seja primário, condenado a pena que autorize a fixação de regime prisional semiaberto, se a respectiva pena-base foi fixada acima do mínimo legal, é perfeitamente possível estabelecer-se regime fechado para início do cumprimento da pena. Inteligência do art. 33, § 3º, do CP.

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0004704-17.2019.8.11.0064
Parte(s) Polo Ativo:
M. P. D. M. G. (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
A. M. D. S. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GILBERTO DE MORAES VIANA OAB - MT19177-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
V. M. M. D. S. (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Número Único: 0004704-17.2019.8.11.0064 Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) Assunto: [Estupro de vulnerável, Crime Tentado] Relator: Des(a). RONDON BASSIL DOWER FILHO Turma Julgadora: [DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO, DES(A). GILBERTO GIRALDELLI, DES(A). JUVENAL PEREIRA DA SILVA] Parte(s): [PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 14.921.092/0001-57 (APELANTE), AILDON MOREIRA DE SOUZA (APELADO), GILBERTO DE MORAES VIANA - CPF: 730.387.841-68 (ADVOGADO), VANIA MARTINS MOREIRA DE SOUZA (VÍTIMA), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (APELANTE), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, PROVEU O RECURSO. E M E N T A APELAÇÃO CRIMINAL – ESTUPRO DE VULNERÁVEL – TENTATIVA – SENTENÇA CONDENATÓRIA – IRRESIGNAÇÃO MINISTERIAL – 1. CAUSA DE DIMINUIÇÃO DO CRIME TENTADO – FRAÇÃO MÍNIMA – POSSIBILIDADE – ITER CRIMINIS QUE CHEGOU À IMINÊNCIA DA CONSUMAÇÃO – 2. REGIME PRISIONAL FECHADO – PROCEDÊNCIA – PENA REDIMENSIONADA PARA QUANTUM SUPERIOR A 8 ANOS – READEQUAÇÃO DA PENA E REGIME PRISIONAL – RECURSO PROVIDO EM CONSONÂNCIA COM O PARECER DA PGJ. 1. É adequada a incidência da causa de diminuição do crime tentado na fração mínima (1/3), se evidenciado nos autos que o agente percorreu a maior parte do iter criminis para a consumação do delito, chegando a levar a vítima para seu quarto, tirar as vestimentas dela e, também, as suas e posicioná-la em sua cama para a prática de ato sexual, só não consumando o delito devido à intervenção de terceiros; 2. Com o redimensionamento da reprimenda privativa de liberdade para quantum superior a 8 anos, imperativa a fixação de regime prisional fechado (CP, art. 33, § 2º, 'a').

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0000988-69.2014.8.11.0027
Parte(s) Polo Ativo:
MPEMT - ITIQUIRA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOVELINO DA SILVA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO GONCALVES RAPOSO OAB - MT9892-B (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

E M E N T A RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL – SENTENÇA ABSOLUTÓRIA – ART. 33, CAPUT, DA LEI 11.343/06 - PRETENSÃO MINISTERIAL – CONDENAÇÃO DO ACUSADO – IMPOSSIBILIDADE – CONJUNTO PROBATÓRIO CLAUDICANTE PARA A CONDENAÇÃO – IN DUBIO PRO REO – RECURSO DESPROVIDO. Para embasar o decreto condenatório a prova deve demonstrar a realidade delitiva, bem como inequivocamente caracterizar sua autoria pelo imputado. Se a prova não se mostra sensata quanto a este último impõe-se a solução mais adequada que se resume na absolvição por falta de provas suficientes para a condenação.

Intimação

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019240-14.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
IVANA GOMES GORGET (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VANESSA SOUZA DE OLIVEIRA OAB - MT24551-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
2 Vara Criminal da Comarca de Cuiaba (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019240-14.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JUVENAL PEREIRA DA SILVA.

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018767-28.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LAURO GONCALO DA COSTA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LAURO GONCALO DA COSTA OAB - MT15304-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 4.ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CUIABÁ (IMPETRADO)
Outros Interessados:
TARCISO ASSUNCAO DE CAMPOS (PACIENTE)
LEANDRO DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
EIDIVALDO DA SILVA GABRIEL (VÍTIMA)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
CARLOS EDUARDO DE CASTRO SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
JOAO FERNANDO DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)

Indefiro a liminar postulada, portanto.

Intimação Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0015197-66.2012.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:
MAICON HERNANDES (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SERGIO BATISTELLA OAB - MT9155-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Vistos. Compulsando os autos, verifica-se que o douto advogado do apelante, Dr. Sérgio Batistella, reservou-se no direito de apresentar as razões recursais nesta Superior Instância, nos termos do que dispõe o art. 600, § 4º, do Código de Processo Penal (Id. 26003451), contudo não foi intimado para tanto e, consequentemente, ao Ministério Público de primeira instância não foi ofertada oportunidade para apresentar contrarrazões. Assim, para que não seja o réu prejudicado em seu direito de defesa, determino que seja providenciada a intimação pessoal do advogado, a fim de que apresente as razões do recurso interposto, sob pena de comunicação à Ordem dos Advogados do Brasil, para providencias cabíveis. Desembargador Juvenal Pereira da Silva Relator

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019251-43.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LUCY ROSA DA SILVA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCY ROSA DA SILVA OAB - MT2613/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
Juízo da 2ª Vara Criminal de Cáceres (IMPETRADO)
Outros Interessados:
JOELSON BITTENCOUT DE OLIVEIRA (PACIENTE)

Certifico, que o processo de n. 1019251-43.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 17/12/2019 10:08:17 e distribuído inicialmente para o Des(a). GILBERTO GIRALDELLI

Intimação Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0030537-11.2016.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:
DIOGO AMARAL LOGRADO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO NUNES DA CUNHA NETO OAB - MT3146-A (ADVOGADO)
MOUSART SOUZA XAVIER OAB - MT26283-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Vistos, etc. "...e determino a intimação do apelante DIOGO AMARAL LOGRADO, por intermédio de seus defensores constituídos, Dr. João Nunes da Cunha Neto – OAB/MT n.º 3.146 e Dr. Mousart Souza Xavier – OAB/MT n.º 26.283, para, nos termos do art. 600, §4.º, do CPP e observados o prazo e forma legais, apresentar as razões de apelação ou comprovar eventual renúncia ao mandato, devendo ainda os causídicos ficarem advertidos de que, não o fazendo no prazo legal e não apresentando qualquer justificativa, poderão ser penalizados com a multa

prevista no art. 265 do CPP, sem prejuízo de comunicação da indesejada conduta à subseção da OAB para as sanções administrativas cabíveis". Des. Gilberto Giraldelli Relator

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019256-65.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZ DA 3ª VARA DA COMARCA DE MIRASSOL D' OESTE (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019256-65.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. GILBERTO GIRALDELLI.

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019274-86.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ROMULO BEZERRA PEGORARO (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROMULO BEZERRA PEGORARO OAB - MT23871-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZO DA NONA VARA CRIMINAL DE CUIABÁ - MATO GROSSO (IMPETRADO)
Outros Interessados:
IGOR FERNANDO OLIVEIRA (PACIENTE)

Certifico que o Processo nº 1019274-86.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. GILBERTO GIRALDELLI.

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019242-81.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS ROYTTMEN PIRES DA SILVA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS ROYTTMEN PIRES DA SILVA OAB - MT13983-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE NOVO SÃO JOAQUIM (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019242-81.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JUVENAL PEREIRA DA SILVA.

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019281-78.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ALEXANDRO TAKISHITA MARTINS DA FONSECA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KLEIVER RODRIGO BUENO DIAS OAB - MT18132-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ALEXANDRE MEINBERG CEROY (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019281-78.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. RONDON BASSIL DOWER FILHO.

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019290-40.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
STALYN PANIAGO PEREIRA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
STALYN PANIAGO PEREIRA OAB - MT6115-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA PRIMEIRA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS (IMPETRADO)
Outros Interessados:
FERNANDO HENRIQUE DE SOUZA (PACIENTE)

Certifico que o Processo nº 1019290-40.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. GILBERTO GIRALDELLI.

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019108-54.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ELLEN MARCIA GALVAO ITACARAMBY (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELLEN MARCIA GALVAO ITACARAMBY OAB - MT16989-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 1.ª VARA CRIMINAL DE RONDONÓPOLIS (IMPETRADO)
Outros Interessados:
LINDOMAR DE ARAÚJO SOUZA (VÍTIMA)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
KLEVERSON DOUGLAS SANDES GALVAO (PACIENTE)

...À vista do exposto, INDEFIRO a liminar requestada...

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019307-76.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
RODRIGO DIAS SILVA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDA DE LIMA SILVA OAB - MT23978-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
2º VARA DE EXECUÇÃO FORUM CUIABA - MT (IMPETRADO)

Certifico, que o processo de n. 1019307-76.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 17/12/2019 16:49:46 e distribuído inicialmente para o Des(a). RONDON BASSIL DOWER FILHO

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019120-68.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ERICK RAFAEL DA SILVA LEITE (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ERICK RAFAEL DA SILVA LEITE OAB - MT24538-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 13ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CUIABÁ (IMPETRADO)
Outros Interessados:
LUCAS FELIPE GOMES SANTE (PACIENTE)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

Diante do exposto, INDEFIRO a tutela de urgência reclamada em prol do paciente Lucas Felipe Gomes Sante.

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1017365-09.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JACKELINE MOREIRA MARTINS PACHECO (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 3ª VARA DA COMARCA DE NOVA MUTUM (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MANOEL ANTONIO SOARES DA SILVA (PACIENTE)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
JULIANO DA SILVA MENDES (TERCEIRO INTERESSADO)
RAYAN PATRYCK NICACIO DA SILVA (VÍTIMA)
JACI NICÁCIO DA SILVA (VÍTIMA)
JACKELINE MOREIRA MARTINS PACHECO OAB - MT10402-O (ADVOGADO)
NEYMAN AUGUSTO MONTEIRO OAB - AC3878-O (ADVOGADO)

Assim, no caso em análise, verifica-se que o habeas corpus quedou prejudicado com o trânsito em julgado do acórdão sob o número apelação criminal nº. 0001549-10.2015.8.11.0108, perante este Egrégio Tribunal. Ante o exposto, declaro a extinção da ação mandamental, sem mérito, com fulcro no artigo 932 do Código de Processo Civil, c/c artigo 51, XV, do RITJMT, ante a perda de seu objeto. P. R. Intimem-se e Cumpra-se. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019. Desembargador Juvenal Pereira da Silva Relator

Distribuição de Processos Digitalizados

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO

CRIMINAL
Processo Número: 0000698-93.2019.8.11.0022
Parte(s) Polo Ativo:
ANDERSON OLIVEIRA COSTA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GLICYA DE OLIVEIRA THEODORO OAB - MT19045-A (ADVOGADO)
LUAMAR NASCIMENTO CANUTO OAB - MT16660-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
ALEX SANDRO DE SA VELOZO (VÍTIMA)
W. T. D. D. S. (VÍTIMA)

Certifico que o Processo nº 0000698-93.2019.8.11.0022 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. RONDON BASSIL DOWER FILHO.

Turma de Câmaras Criminais Reunidas

Informação

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019328-52.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ALESSANDRO CASTRO DA SILVA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALESSANDRO CASTRO DA SILVA OAB - MT22352-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
juiz de direito de Rosário Oeste (IMPETRADO)
EVANES ANTONIO DOS SANTOS (RÉU)

Certifico que o Processo nº 1019328-52.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JUVENAL PEREIRA DA SILVA.

Intimação

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019328-52.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ALESSANDRO CASTRO DA SILVA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALESSANDRO CASTRO DA SILVA OAB - MT22352-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
juiz de direito de Rosário Oeste (IMPETRADO)
EVANES ANTONIO DOS SANTOS (RÉU)

Certifico, que o processo de n. 1019328-52.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 17/12/2019 18:33:40 e distribuído inicialmente para o Des(a). JUVENAL PEREIRA DA SILVA

Secretaria de Câmara Especial

Informação

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019232-37.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CLEITON ALMEIDA DA SILVA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULY RAMIRO FERRARI DORADO OAB - MT12563-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EXCELENTÍCIMO JUIZ DA TERCEIRA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE VARZEA GRANDE (IMPETRADO)
Outros Interessados:
CLEITON ALMEIDA DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)

Certifico que o Processo nº 1019232-37.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PLANTONISTA.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019241-96.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
A. A. G. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CREA MARCIA FERREIRA DE SOUZA OAB - MT19291-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
C. F. M. P. (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019241-96.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PLANTONISTA.

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019242-81.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS ROYTTMEN PIRES DA SILVA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS ROYTTMEN PIRES DA SILVA OAB - MT13983-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE NOVO SÃO JOAQUIM (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019242-81.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PLANTONISTA.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1019249-73.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CAMARA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS ANTONIO MENDES DA SILVA OAB - MT12433-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE ROSARIO OESTE (AGRAVADO)
JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1019249-73.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PLANTONISTA.

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1019253-13.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
WDSON DA SILVA CAMPOS (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSADABE CHAVES CAETANO OAB - MT22515/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
5ª Vara Criminal de Várzea Grande (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019253-13.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PLANTONISTA.

Informação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1019259-20.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GILSON CARLOS FERREIRA OAB - MT14391-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZO DA SEGUNDA VARA DE MIRASSOL DOESTE (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019259-20.2019.8.11.0000 – Classe: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PLANTONISTA.

Seção de Direito Privado

Informação

Informação Classe: CNJ-231 RECLAMAÇÃO
Processo Número: 1019227-15.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (RECLAMANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TURMA RECURSAL UNICA DO ESTADO DO MATO GROSSO (RECLAMADO)
Outros Interessados:
ANTONIO GOMES DE ALMEIDA NETO OAB - MT18314-A (ADVOGADO)
MILTON ELISBAO DE CARVALHO (TERCEIRO INTERESSADO)

Certifico que o Processo nº 1019227-15.2019.8.11.0000 – Classe: RECLAMAÇÃO (244) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. SEBASTIÃO BARBOSA FARIAS.

Informação Classe: CNJ-231 RECLAMAÇÃO
Processo Número: 1019246-21.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
VICENTINA MOTA BORGES (RECLAMANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANO GALADINOVIC ALVIM OAB - MT17010-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TURMA RECURSAL UNICA DO ESTADO DO MATO GROSSO (RECLAMADO)
Outros Interessados:
BANCO CETELEM S/A (TERCEIRO INTERESSADO)

Certifico que o Processo nº 1019246-21.2019.8.11.0000 – Classe: RECLAMAÇÃO (244) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. ANTÔNIA SIQUEIRA GONÇALVES.

Intimação

Certidão Classe: CNJ-231 RECLAMAÇÃO
Processo Número: 1019224-60.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (RECLAMANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TURMA RECURSAL UNICA DO ESTADO DO MATO GROSSO (RECLAMADO)
Outros Interessados:
UENDELL RICARDO DE SOUZA AMORIM (TERCEIRO INTERESSADO)
FABIULA ANDREIA CIARINI VIOTT OAB - MT18199-O (ADVOGADO)

Certifico, que o processo de n. 1019224-60.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 16/12/2019 18:46:21 e distribuído inicialmente para o Des(a). MARILSEN ANDRADE ADDARIO

Certidão Classe: CNJ-231 RECLAMAÇÃO
Processo Número: 1019227-15.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (RECLAMANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TURMA RECURSAL UNICA DO ESTADO DO MATO GROSSO (RECLAMADO)
Outros Interessados:
ANTONIO GOMES DE ALMEIDA NETO OAB - MT18314-A (ADVOGADO)
MILTON ELISBAO DE CARVALHO (TERCEIRO INTERESSADO)

Certifico, que o processo de n. 1019227-15.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 16/12/2019 19:10:07 e distribuído inicialmente para o Des(a). SEBASTIAO BARBOSA FARIAS

Certidão Classe: CNJ-231 RECLAMAÇÃO
Processo Número: 1019246-21.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
VICENTINA MOTA BORGES (RECLAMANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANO GALADINOVIC ALVIM OAB - MT17010-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TURMA RECURSAL UNICA DO ESTADO DO MATO GROSSO (RECLAMADO)
Outros Interessados:
BANCO CETELEM S/A (TERCEIRO INTERESSADO)

Certifico que o Processo nº 1019246-21.2019.8.11.0000 – Classe: RECLAMAÇÃO (244) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. ANTÔNIA SIQUEIRA GONÇALVES.

Intimação Classe: CNJ-231 RECLAMAÇÃO
Processo Número: 1018381-95.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (RECLAMANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TURMA RECURSAL UNICA DO ESTADO DO MATO GROSSO (RECLAMADO)
Outros Interessados:
VALDECINA APARECIDA MELO RIBEIRO (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Com intimação aos patronos da Parte Reclamante: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestarem sobre o cabimento da Reclamação, nos termos do art. 10 do CPC.

Intimação Classe: CNJ-231 RECLAMAÇÃO
Processo Número: 1013886-08.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ATIVOS S.A. SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS (RECLAMANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI OAB - MT17980-A (ADVOGADO)
ELISIANE DE DORNELLES FRASSETTO OAB - SC17458-A (ADVOGADO)
RODRIGO FRASSETTO GOES OAB - MT17981-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS (RECLAMADO)
Outros Interessados:
MILENE MORAES DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO RECLAMAÇÃO 1013886-08.2019.8.11.0000 RECLAMANTE: ATIVOS S.A. SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS RECLAMADO: TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS DECISÃO MONOCRÁTICA "Trata-se de reclamação realizada por ATIVOS S.A. SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS, contra decisão proferida pela Turma Recursal do Juizado Especial Cível de Cuiabá, nos autos da Ação Indenizatória de nº 8029072-80.2018.8.11.0001. A reclamante sustenta que interpôs recurso inominado, argumentando a inexistência de danos a serem indenizados, em razão das anotações preexistentes, pugnando pela aplicação da Súmula 385 do STJ; alega que o recurso foi desprovido, ao fundamento que “não se aplica a súmula se a negativação preexistente for excluída antes do ajuizamento da ação (...)”. Alega que o autor da ação de indenização possuía outras inscrições preexistentes em seu nome, ou seja, não tinha direito a reparação, pois já estava negativado à época da inscrição feita pela reclamante; requer a suspensão do processo e, no mérito, que seja julgada procedente a presente reclamação para reformar a decisão proferida no âmbito da Turma Recursal. Conclusos os autos, foi determinada a intimação da reclamante para manifestar, em 05 (cinco) dias, acerca do cabimento da presente reclamação, nos termos dos artigos 9º e 10º do CPC. Em resposta, afirmou que tal medida é cabível e reiterou pleito pelo conhecimento e procedência da reclamação. É a

síntese do necessário. Decido. ... Ante o exposto, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, nos termos do artigo 485, VI do CPC. Publique-se. Intime-se. Arquive-se." Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho Relatora

Intimação Classe: CNJ-231 RECLAMAÇÃO
Processo Número: 1007888-59.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ATIVOS S.A. SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS (RECLAMANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELISIANE DE DORNELLES FRASSETTO OAB - SC17458-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO (RECLAMADO)
Outros Interessados:
MARIA CLEUZA DE JESUS OAB - MT20413/O-A (ADVOGADO)
JEAN FERNANDES DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO RECLAMAÇÃO 1007888-59.2019.8.11.0000 RECLAMANTE: ATIVOS S.A. SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS RECLAMADO: TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS DECISÃO MONOCRÁTICA Trata-se de reclamação realizada por ATIVOS S.A. SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS, contra decisão proferida pela Turma Recursal do Juizado Especial Cível de Cuiabá, nos autos da Ação Indenizatória de nº 8028105-35.2018.8.11.0001. A reclamante sustenta que interpôs recurso inominado, argumentando a inexistência de danos a serem indenizados, em razão das anotações preexistentes, pugnando pela aplicação da Súmula 385 do STJ; alega que o recurso foi desprovido, ao fundamento que "não se aplica a súmula se a negativação preexistente for excluída antes do ajuizamento da ação (...)". Alega que o autor da ação de indenização possuía outras inscrições preexistentes em seu nome, ou seja, não tinha direito a reparação, pois já estava negativado à época da inscrição feita pela reclamante; requer a suspensão do processo e, no mérito, que seja julgada procedente a presente reclamação para reformar a decisão proferida no âmbito da Turma Recursal. Conclusos os autos, foi determinada a intimação da reclamante para manifestar, em 05 (cinco) dias, acerca do cabimento da presente reclamação, nos termos dos artigos 9º e 10º do CPC. Em resposta, afirmou que tal medida é cabível e reiterou pleito pelo conhecimento e procedência da reclamação. É a síntese do necessário. Decido. ... Ante o exposto, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, nos termos do artigo 485, VI do CPC. Publique-se. Intime-se. Arquive-se." Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho Relatora

Seção de Direito Público e Coletivo

Informação

Informação Classe: CNJ-231 RECLAMAÇÃO
Processo Número: 1019264-42.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
SINDICATO DOS TRABALHADORES NO ENSINO PUBLICO (RECLAMANTE)
SINDICATO DOS TRABALHADORES NO ENSINO PUBLICO (RECLAMANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO JOSE RICCI BOA VENTURA OAB - MT9271-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO (RECLAMADO)

Certifico que o Processo nº 1019264-42.2019.8.11.0000 – Classe: RECLAMAÇÃO (244) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK.

Informação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1019309-46.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
RANDER DE SOUZA FERREIRA (IMPETRANTE)
SINDICATO DOS TRABALHADORES NO ENSINO PUBLICO (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IGNEZ MARIA MENDES LINHARES XAVIER OAB - MT4979-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO - MAURO MENDES (IMPETRADO)
ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019309-46.2019.8.11.0000 – Classe: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. MÁRIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA.

Informação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1019321-60.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DIORSE VIEIRA DA SILVA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HERNAN ESCUDERO GUTIERREZ OAB - MT4344-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SECRETÁRIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019321-60.2019.8.11.0000 – Classe: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. LUIZ CARLOS DA COSTA.

Intimação

Certidão Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1019259-20.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE MIRASSOL D'OESTE (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GILSON CARLOS FERREIRA OAB - MT14391-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZO DA SEGUNDA VARA DE MIRASSOL DOESTE (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1019259-20.2019.8.11.0000 – Classe: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO.

Certidão Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1019309-46.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
RANDER DE SOUZA FERREIRA (IMPETRANTE)
SINDICATO DOS TRABALHADORES NO ENSINO PUBLICO (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IGNEZ MARIA MENDES LINHARES XAVIER OAB - MT4979-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO - MAURO MENDES (IMPETRADO)
ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)

Certifico, que o processo de n. 1019309-46.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 17/12/2019 17:02:25 e distribuído inicialmente para o Des(a). MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA

Intimação Classe: CNJ-231 RECLAMAÇÃO
Processo Número: 1018693-71.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA VANILDA SILVEIRA (RECLAMANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAURI CARLOS ALVES DE ALMEIDA FILHO OAB - MT9981-A (ADVOGADO)
MARCIA MARIA MANCOSO BAPTISTA OAB - MT3560-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TURMA RECURSAL UNICA DO ESTADO DO MATO GROSSO (RECLAMADO)
Outros Interessados:
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Decisão: "[...] Ante o exposto, indefiro liminarmente a petição inicial, nos termos do artigo 51, incisos XIV e XV, do RITJ/MT c/c art. 485, inciso I, do CPC/15.Sem custas e honorários sucumbenciais. Dê-se ciência à douta

Procuradoria-Geral de Justiça. Transcorrido o prazo recursal, ao arquivo com as baixas de estilo. P. I. C. Cuiabá, 17 de dezembro de 2019. MARILSEN ANDRADE ADDARIO, Desembargadora."

Intimação Classe: CNJ-231 RECLAMAÇÃO
Processo Número: 1018869-50.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ALFREDO CORREA DA SILVA (RECLAMANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-A (ADVOGADO)
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-A (ADVOGADO)
MARCIANO XAVIER DAS NEVES OAB - MT11190-O (ADVOGADO)
LUCAS OLIVEIRA BERNARDINO SILVA OAB - MT12027-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TURMA RECURSAL UNICA DO ESTADO DO MATO GROSSO (RECLAMADO)
Outros Interessados:
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Dessa forma, intimem-se o reclamante para, no prazo de quinze (15) dias, corrigir a petição inicial, bem como proceder à emenda da inicial com a indicação do valor da causa, nos termos do artigo 292, II, do Código de Processo Civil, e comprovar a alegada incapacidade financeira. Às providências. Cuiabá, 16 de dezembro de 2019. Des. Luiz Carlos da Costa Relator

Certidão Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1019321-60.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DIORSE VIEIRA DA SILVA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HERNAN ESCUDERO GUTIERREZ OAB - MT4344-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SECRETÁRIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE (IMPETRADO)

Certifico, que o processo de n. 1019321-60.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 17/12/2019 18:10:44 e distribuído inicialmente para o Des(a). LUIZ CARLOS DA COSTA

Coordenadoria de Recursos Humanos

Portaria Presidência

PORTARIA N. 1612/2019-DRH
O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Designar, com ônus, a servidora MARCIA CRISTINA DE MENEZES BUTAKKA, matrícula 6140, CPF n.º 441.871.141-49, Técnico Judiciário-PTJ, para desempenhar as funções de Gestor Administrativo 3 - PDA-FC, da Divisão de Contratos, do Departamento Administrativo, no período de 07/01/2020 a 26/01/2020, durante o afastamento da titular ADILES DE JESUS, matrícula 3981, usufruto de férias referente ao exercício de 2019, nos termos da Instrução Normativa 2/2015-PRES.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.
Cuiabá, 16 de dezembro de 2019.
Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA
Presidente do Tribunal de Justiça
(assinado digitalmente)

Decisão do Presidente

DECISÃO N. 3443/2019-PRES
CIA 0077403-04.2019.8.11.0000
Trata-se de Ofício formulado por Karine Márcia Lozich Dias, Diretora do Departamento de Apoio aos Juizados Especiais do Tribunal de Justiça, no qual solicita a reabertura do prazo no sistema GPSem para fins de inclusão dos documentos atinentes à produtividade do mês de novembro/2019, do Conciliador Lilton Henrique Simões, que atua n o Juizado Especial da Comarca de Juscimeira, sob a justificativa de que, " finalizou os procedimentos no sistema GPSem de forma tempestiva, contudo, por ocasião do cadastramento do conciliador e dos responsáveis pela assinatura da produtividade do profissional, de maneira equivocada, ficou constando a necessidade de três assinaturas (Profissional, Gestor e Magistrado), sendo que havia autorização para que o gestor geral assinasse pelo magistrado (duas assinaturas)", o que impossibilitou o envio dos documentos ao Funajuris, em tempo hábil.
Pois bem.
Considerando que o profissional credenciado é remunerado por abono variável, de cunho indenizatório, por sua atuação em favor do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, com fulcro no artigo 22, III, da Instrução Normativa-CRH n. 09/2019, excepcionalmente, ACOLHO a justificativa apresentada, razão pela qual AUTORIZO a reabertura do Sistema GPSem para inclusão da Nota Fiscal, das contribuições previdenciárias e demais documentos imprescindíveis para pagamento da produtividade em prol do credenciado Lilton Henrique Simões, matrícula 41371, que atua no Juizado Especial da Comarca de Juscimeira, referente ao mês de novembro/2019.
Posteriormente, AUTORIZO o respectivo pagamento, por meio de indenização, em prol do credenciado que atua no Juizado Especial na Comarca de Juscimeira, referente ao mês de novembro/2019.
Cientifique-se à requerente acerca do teor da presente decisão, bem como para fiscalizar e evitar o encaminhamento extemporâneo dos documentos (art. 12, §3º do Provimento n. 40/2008/CM e da Instrução Normativa – CRH n. 09, de 15.04.2019).
Ao Departamento de Recursos Humanos e FUNAJURIS para as providências necessárias.
Publique-se. Comunique-se. Arquive-se. Cumpra-se com urgência.
Cuiabá, 13 de dezembro de 2019.
(assinado digitalmente)
Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA,
Presidente do Tribunal de Justiça.

DECISÃO N. 3380/2019-PRES
CIA 0747539-68.2019.8.11.0002
Trata-se de ofício subscrito pelo Juiz de Direito e Diretor do Foro da Comarca de Várzea Grande/MT, no qual requer autorização para abertura de novo Processo Seletivo para formação de cadastro de reserva para credenciamento de Conciliadores no Juizado Especial da referida Comarca, nos termos do Provimento n. 40/2008/CM.
Na Informação n. 241/2019-DAJE (andamento n. 6), o Departamento de Apoio aos Juizados Especiais, opina pelo deferimento do pedido, haja vista que o último processo seletivo realizado pela comarca (CIA 0128804-81.2015.8.11.0000), foi disponibilizado a homologação no DJE n. 9.781 em 24/05/2016, e publicado em 25/05/2016, no qual foram classificados 332 (trezentos e trinta e dois) candidatos, e a vigência do certame finda em 25/05/2020.
Na sequência, a Corregedoria Geral da Justiça manifesta-se favorável à abertura do processo seletivo (andamento n. 9).
Pois bem.
De proêmio, cumpre ressaltar que a Alta Administração estabeleceu novo modelo de edital destinado ao processo seletivo para o credenciamento de Conciliadores disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico Edição n. 10337 em 13/09/2018 e no "Banco de normas da Coordenadoria de Recursos Humanos" (http://wiki.tjmt.jus.br/index.php/Banco_de_normas_da_Coordenadoria_de_Recursos_ Humanos), cuja observância deverá efetivar-se no âmbito de todo o Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.
O modelo editalício foi estabelecido para a padronização dos procedimentos na condução de processos seletivos no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, vinculando-se à eficiência, eficácia e economicidade, cujo desígnio é intrínseco à boa administração.
Diante disso, faz-se imprescindível a estrita observância do modelo de édito disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico Edição n. 10337 em 13/09/2018, de modo que não há discricionariedade assegurada em alterar ou acrescentar regras definidas previamente pela Alta Administração para a seleção de credenciados.
Com essas considerações, AUTORIZO a abertura de novo Processo Seletivo para formação de cadastro reserva de Conciliadores n o Juizado Especial da Comarca de Várzea Grande/MT, nos termos do Provimento n. 40/2008-CM, observando-se a ordem de classificação do certame anterior no que concerne ao cadastro de reserva vigente, de forma que os procedimentos necessários para a realização do processo seletivo estejam conforme o modelo padrão estabelecido no Diário de Justiça Eletrônico Edição n. 10337 de 13/09/2018.
À Coordenadoria de Recursos Humanos para as providências necessárias.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.
Cuiabá, 13 de dezembro de 2019.
(assinado digitalmente)
Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA,
Presidente do Tribunal de Justiça.

DECISÃO N. 3379/2019-PRES
CIA 0748335-62.2019.8.11.0001
Trata-se de ofício subscrito pelo Juiz de Direito do Juizado Especial Criminal Unificado da Comarca de Cuiabá/MT, no qual requer o remanejamento da Juíza Leiga lotada na central, Flávia de Camargo, matrícula 28162, para ser lotada como Juíza Leiga fixa no referido Juizado Especial, tendo em vista o término do período de credenciamento da Juíza Leiga, Larissa Falkembach Hodniuk, no próximo dia 22.12.2019.
O Departamento de Apoio aos Juizados Especiais, por meio da Informação n. 243/2019/DAJE (andamento n. 6), afirmou que o JECRIM de Cuiabá possui 04 vagas para juízes leigos fixos e uma das referidas vagas ficará disponível a partir do dia 22.12.2019.
Informa ainda, que a Juíza Leiga Flávia de Camargo foi credenciada para atuar na Comarca de Cuiabá/MT (Central) pelo Ato n.890/2017-DRH e disponibilizado no DJE n. 10057, em 11.07.2017 e publicado em 12.7.2017.
Na sequência, o Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, por sua vez, autorizou o pedido de mudança da lotação (andamento n. 9).
Diante disso, AUTORIZO o remanejamento da Juíza Leiga FLÁVIA DE CAMARGO, matrícula 28162, portadora do CPF n. 001.720.181-02, para atuar como Juíza Leiga junto ao Juizado Especial Criminal Unificado da Comarca de Cuiabá/MT, a partir do dia 22.12.2019, até o termino de seu credenciamento.
À Coordenadoria de Recursos Humanos e ao Departamento e Apoio aos Juizados Especiais-DAJE, para as providências cabíveis.
Comunique-se o Departamento do FUNAJURIS para as anotações e providências pertinentes.
Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.
Cuiabá, 13 de dezembro de 2019.
(assinado digitalmente)
Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA,
Presidente do Tribunal de Justiça.

DECISÃO N. 3362/2019-PRES
PEDIDO DE ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO DE JUIZ LEIGO N. 12/2019
CIA 0067460-60.2019.8.11.0000
Versam os autos sobre processo seletivo destinado ao credenciamento de Juiz Leigo na Comarca de Tangará da Serra/MT.
A Gerência Setorial de Concursos Públicos prestou a Informação n. 5379/2019-GSCP (fls. 150/151), por meio da qual informou as etapas do certame e os candidatos classificados, bem como ressalvou a conformidade do processo seletivo com o modelo padrão estabelecido pela alta Administração, sugerindo sua homologação.
Decido.
Analisado os autos, verifica-se que não houve interposição de recursos e, neste caso, sopesando que incumbe ao Administrador Público satisfazer, da melhor forma possível e com a mais eficiente utilização dos parcos recursos disponíveis, os anseios da sociedade, tem-se que o fim colimado neste processo propicia a homologação do certame.
Assim, com fulcro no item 16.1 do Edital de abertura, HOMOLOGO o certame.
Na ocasião do credenciamento, os candidatos aprovados deverão atualizar os documentos necessários, que serão conferidos pelo Departamento de Apoio aos Juizados Especiais-DAJE.
À Coordenadoria de Recursos Humanos para as providências cabíveis.
Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.
Cuiabá, 13 de dezembro de 2019.
(assinado digitalmente)
Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA,
Presidente do Tribunal de Justiça.

DECISÃO N. 3425/2019-PRES
PEDIDO DE ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIO 28/2018
CIA 0052691-81.2018.8.11.0000
A Gestora Geral da Comarca de Nortelândia/MT, solicitou a prorrogação do processo seletivo para recrutamento de estagiários de nível médio na Comarca.
A Divisão de Avaliação, Desempenho e Estágio, na Informação n. 177/2019-DADE, registrou as informações concernentes ao processo seletivo de estagiários de nível médio da Comarca de Nortelândia/MT e, ao final, manifestou por sua prorrogação (fl. 237).
É, no essencial, o relatório.
Decido.
A Comarca de Nortelândia/MT tornou público a abertura do processo seletivo para recrutamento de estagiários por meio do Edital n. 01/2018-DF (fls. 17/17v.), regido pelas normas e condições estabelecidas no Edital n. 014/2012-GSCP.
De acordo com o item 1.5 do Edital n.14/2012-GSCP, o processo seletivo terá validade de 01 (um) ano, prorrogável por igual período. No mesmo sentido, o item 1.12 do referido Edital, propaga que a vigência do contrato de estágio será fixada no "Termo de Compromisso de Estágio", pelo período de 01 (um) ano, prorrogável uma única vez, por igual período.
Como se vê, a prorrogação do processo seletivo e do contrato de estágio é Poder Discricionário da Administração, em observância aos princípios que proporcionam a prestação jurisdicional a contento, com prevalência do interesse público.
A propósito, a prorrogação do processo seletivo em comento contribuirá para manutenção do ato educativo escolar supervisionado (estágio) na Comarca e, por efeito, o apoio à atividade judicante. Logo, mostra-se viável acolher a pretensão.
Desse modo, com fulcro no item 1.5 do Edital n.14/2012-GSCP, AUTORIZO a prorrogação do processo seletivo de estagiários de nível médio da Comarca de Nortelândia/MT, materializado no Edital n. 01/2018-DF, por mais 1 (um) ano.
À Coordenadoria de Recursos Humanos para as providências necessárias.
Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.
Cuiabá, 16 de dezembro de 2019.
(assinado digitalmente)
Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA,
Presidente do Tribunal de Justiça.

Atos do Presidente

ATO N.º 1709/2019-DRH
O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO os termos do Pedido de Nomeação 48/2016, NU. 0150390-43. 2016,
RESOLVE
Tornar sem efeito, o Ato nº.1408/2019-DRH, de 23/10/2019, disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico nº 10606, em 24/10/2019, concernente à nomeação do Senhor JORGE LUIZ TADEU RODRIGUES FILHO, inscrito no CPF sob o nº 005.335.771-01, para exercer efetivamente o cargo de Técnico Judiciário - PTJ, da Comarca de Novo São Joaquim, por não ter tomado posse em tempo hábil.
Publique-se.Registre-se.Cumpra-se.
Cuiabá, 17 de dezembro de 2019.
(assinado digitalmente)
Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA
Presidente do Tribunal de Justiça
NU.0150390-43.2016

ATO N.º 1712/2019-DRH
O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 96, inciso I, alínea "e" da Constituição Federal, artigo 96, inciso III, alínea "e" da Constituição Estadual, artigos 35, inciso LII e 290, inciso I do RITJ/MT,
CONSIDERANDO o disposto no art. 10 da Lei Estadual n. 8.814/2008, de 15.01.2008, que instituiu o "Sistema de Desenvolvimento de Carreiras e Remuneração (SDCR) dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso",
CONSIDERANDO a classificação no Concurso Público aberto por meio do Edital n.º 22/2015/GSCP, disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico – MT n.º 9675, de 10.12.2015, homologado pelo Tribunal Pleno, cuja decisão foi disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico nº 9836,
CONSIDERANDO a informação Nº 5558/2019-DRH, constante nos autos Pedido de Nomeação 48/2016, NU.0150390-43.2016 e a decisão presidencial proferida nos autos de Pedido de Abertura de Concurso 1/2015, NU. 0057515-59.2013,
RESOLVE

Nomear, a candidata abaixo relacionada, obedecendo a classificação estabelecida pelo Edital n. 6/2016/GSCP, para exercer efetivamente o cargo de Técnico Judiciário-PTJ, na Comarca de Novo São Joaquim/MT.
Classificação Nome CPF
6º (Ampla Concorrência) MARA ALINE RODRIGUES PORTO 023.488.301-40
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.
Cuiabá, 17 de dezembro de 2019
(assinado digitalmente)
Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA
Presidente do Tribunal de Justiça

Coordenadoria Administrativa

Departamento Administrativo

Extrato

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
AVISO HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N. 33/2019
0043102-31.2019.8.11.0000
O Presidente do Tribunal de Justiça, Carlos Alberto Alves da Rocha, comunica aos interessados que foi HOMOLOGADO o resultado, no dia 16 de novembro de 2019, do PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 33/2019 – CIA 0043102-31.2019.8.11.0000, de acordo com a Instrução Normativa SCL Nº02/2011, item 18.1, nos seguintes dizeres: "adjudico o objeto licitado à empresa Optimate Sistemas Eletrônicos Ltda.-EPP e homologo a licitação nos termos do artigo 8º, incisos V e VI, e 27 do Decreto n. 5450/05 e artigo 4º, incisos XXI e XXII, da Lei n. 10520/02"
Qualquer informação deverá ser solicitada pelo e-mail: licitacao@tjmt.jus.br.
Cuiabá, 17 de dezembro de 2019.
Bruna Thaisa Dias Penachioni Ivoglo
Diretora do Departamento Administrativo

AVISO ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N. 39/2019
0044613-64.2019.8.11.0000
O Presidente do Tribunal de Justiça, por intermédio de seu Pregoeiro Oficial, nomeado pela Portaria n. 1509/2019-C.ADM – DJE nº. 10631, de 03/12/2019, comunica aos interessados que será ABERTA a Sessão Pública do PREGÃO ELETRÔNICO N. 39/2019- CIA n. 0044613-64.2019.8.11.0000, no dia 13 de janeiro de 2020, às 10h30 – horário de BRASÍLIA-DF, no site do Governo Federal www.comprasgovernamentais.gov.br. Objeto: "Escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para prestações serviços contínuos de apoio administrativo de tele atendimentos (Call Center), com fornecimento de postos de serviços, nas dependências da Coordenadoria de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos."
Os interessados no Edital poderão adquiri-lo nos sites: www.comprasgovernamentais.gov.br e www.tjmt.jus.br/licitacao.
Qualquer informação deverá ser solicitada pelo e-mail: etelvino.neto@tjmt.jus.br
Cuiabá, 17 de dezembro de 2019.
Bruna Thaisa Dias Penachioni Ivoglo
Diretora do Departamento Administrativo

Supervisão dos Juizados Especiais

Turma Recursal Única

Informação

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1000646-97.2019.8.11.9005
Parte(s) Polo Ativo:
PEDRO ROSA NETO (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PEDRO ROSA NETO OAB - MT9823-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
3 Vara Criminal de Barra do Bugres (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1000646-97.2019.8.11.9005 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DRA. LÚCIA PERUFFO - CONVOCADA.

Informação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1000647-82.2019.8.11.9005
Parte(s) Polo Ativo:
PERNAMBUCANAS FINANCIADORA S/A CRED FIN E INVESTIMENTO (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ED NOGUEIRA DE AZEVEDO JUNIOR OAB - PR20062-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
Juiz de Direito do 2º JEC de Cuiabá (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1000647-82.2019.8.11.9005 – Classe: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DR. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO - CONVOCADO.

Informação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1000648-67.2019.8.11.9005
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
Juiz do 4º Juizado Especial Cível da Comarca de Cuiabá - MT (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1000648-67.2019.8.11.9005 – Classe: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DRA. PATRÍCIA CENI DOS SANTOS - CONVOCADA.

Intimação

Despacho Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1004908-38.2018.8.11.0045
Parte(s) Polo Ativo:
ELISIANE SOLANGE MUHLBEIER (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 02.528.193/0001-83 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE LUCAS DO RIO VERDE (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE LUCAS DO RIO VERDE OAB - 24.772.246/0001-40 (REPRESENTANTE)
Magistrado(s):
VALMIR ALAERCIO DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TURMA RECURSAL ÚNICA Recurso Inominado: 1004908-38.2018.8.11.0045 Classe CNJ: 460 Origem: Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Lucas do Rio Verde/MT Recorrente(s): Município de Lucas do Rio Verde Recorrido(s): Elisiane Solange Muhlbeier Vistos etc. Observo que a Dra. LÚCIA PERUFFO é a Relatora do Agravo de Instrumento, nº 1000510-37.2018.8.11.9005, conforme cópia digitalizada no ID 14892027, por esse motivo, está preventa para o julgamento do Recurso Inominado interposto no ID 14892055, com fundamento nos artigos 11 e 39 da Resolução n° 009/2011/PRES/TP e artigo 80, § 1° do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso. Resolução n° 009/2011/PRES/TP Art. 11 - Havendo prevenção, o processo caberá ao Relator respectivo, mediante compensação. Art. 39 - No que couber, aplicam-se, subsidiariamente, as normas do Regimento Interno do Tribunal de Justiça, sendo os casos omissos e não disciplinados pela presente Resolução solucionados pela Corregedoria Geral da Justiça com recurso, no prazo de 5(cinco) dias para o Conselho da Magistratura. Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso Art. 80. § 1° - A distribuição do mandado de segurança, do habeas corpus, de medidas cautelares, do recurso cível e criminal, torna preventa a competência do Relator para todos os recursos ou incidentes posteriores, tanto na ação

quanto na execução, referentes à mesma lide, e a distribuição do inquérito, bem como a realizada para efeito da concessão da fiança, ou de decretação da prisão preventiva, ou de qualquer diligência anterior à denúncia ou queixa, prevenirá a ação penal. A jurisprudência, inclusive do Superior Tribunal de Justiça, é no sentido de que deve ser observada a prevenção, in verbis: PROCESSUAL CIVIL. ORDEM DOS PROCESSOS NO TRIBUNAL. COMPETÊNCIA DO RELATOR. REGIMENTO INTERNO, ART. 72, CAPUT. I - A distribuição do recurso torna preventa a competência do relator para todos os recursos posteriores, tanto na ação quanto na execução, referentes ao mesmo processo, cf. art. 73, caput, do Regimento Interno deste Tribunal. II - Regulamente distribuído o recurso de agravo de instrumento, tirado contra decisão proferida no curso da execução, ao juiz que relatou a apelação cível, a mudança de acervo processual é irrelevante, permanecendo o feito sob a relatoria do juiz que assumiu o acervo do antigo relator. III - Competência do juiz suscitante. (TRF1 - CONFLITO DE COMPETENCIA: CC 10515 DF 1999.01.00.010515-0 – Rel. Juiz Cândido Ribeiro – J. 04.03.1999 – Publ. 04.20.1999, p 5) Ante o exposto, em face ao disposto nos arts. 11 e 39 da Resolução n° 009/2011/PRES/TP e no art. 80, § 1° do RITJMT, retiro esse processo da sessão de julgamento do dia 13 de dezembro de 2019 e determino que este Recurso Inominado seja redistribuído para a relatoria da Dra. LÚCIA PERUFFO, em razão da prevenção. Intimem-se. Cumpra-se. Valmir Alaércio dos Santos Juiz de Direito - Relator

Despacho Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1005693-58.2017.8.11.0037
Parte(s) Polo Ativo:
EDITE LUCAS DE MELO (RECORRENTE)
EDIMAR DE MELLO AMORIM 04270377194 (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLEITON FILGUEIRA SALES OAB - MT23929-O (ADVOGADO)
SANDRO ROBERTO ALMEIDA OAB - MT7619-O (ADVOGADO)
FRANCIELE DE OLIVEIRA RAHMEIER OAB - MT24056-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO)
Magistrado(s):
VALMIR ALAERCIO DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TURMA RECURSAL ÚNICA Processo nº 1005693-58.2017.8.11.0037 Vistos etc. Por meio da petição digitalizada no ID 10348216, a parte Reclamante, ora Recorrida, argumenta que não foi intimada do acórdão proferido pela Turma Recursal Única, na sessão de julgamento realizada no dia 25.06.2019. Da análise dos autos, verifico que este processo foi levado a julgamento no dia 25.06.2019, conforme despacho de inclusão em pauta (ID 7987554) e acórdão e o voto digitalizados no ID (8407300;8407303;8407301 e 8407302). A respeito do prazo para recorrer, eis o que dispõe o Enunciado 85 do FONAJE: “O prazo recursal passará a fluir a partir da data da sessão de julgamento” Verifico que a parte autora foi devidamente intimada da data da sessão de julgamento, conforme se verifica no campo expediente do sistema PJE. Desta forma, o prazo para interpor recursos passa a fluir da data do julgamento da Turma Recursal, em que as partes são previamente intimadas, nos termos do Enunciado nº 85 do FONAJE. Deste modo, retiro este processo da sessão de julgamento do dia 13.12.2019 e indefiro o pedido de chamamento do feito a ordem, e, como já ocorreu o trânsito em do acórdão, conforme certidão lançada no ID 8786455, encaminhe-se este feito ao Juízo de Origem. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá (MT), 13 de dezembro de 2019. Valmir Alaércio dos Santos Juiz de Direito – Relator

Despacho Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1003278-13.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE (RECORRENTE)
MARINALVA FERREIRA MARINHO (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SADORA XAVIER FONSECA CHAVES OAB - MT10332-O (ADVOGADO)
IRINEU PEDRO MUHL OAB - MT5719-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE (RECORRIDO)
MARINALVA FERREIRA MARINHO (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SADORA XAVIER FONSECA CHAVES OAB - MT10332-O (ADVOGADO)
IRINEU PEDRO MUHL OAB - MT5719-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
VALMIR ALAERCIO DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TURMA RECURSAL ÚNICA Apelação Cível nº 1003278-13.2017.8.11.0002 Recorrente: MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE Recorrido: MARINALVA FERREIRA MARINHO Vistos etc. Trata-se de recurso Apelação Cível recebida, por redistribuição, do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, em que a Desembargadora Relatora, monocraticamente, reconheceu a incompetência daquela Corte, sob o fundamento jurídico de que no julgamento do IRDR nº 85.560/2016, nas causas movidas contra o Estado de Mato Grosso, os Municípios, bem como as autarquias, as fundações e empresas públicas a eles vinculadas, em que o valor da causa for inferior a 60 (sessenta salários) mínimos, há competência absoluta do Juizado Especial da Fazenda Pública, independentemente da complexidade, da matéria e da necessidade de produção de prova pericial. No entanto, neste caso em concreto, verifico que o pedido contido na petição inicial é a condenação do Poder Público a pagar, à parte autora, o valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Deve ser ressaltado que, como é público e notório, no ano de 2017, quando foi distribuída esta ação, o valor do salário mínimo era R$ 937,00, assim, a pretensão da parte autora era equivalente a 85 (oitenta e cinco) salários mínimos, ou seja, muito superior ao limite de alçada do Juizado Especial da Fazenda Pública, que é 60 (sessenta) salários mínimos, nos termos do disposto no art. 2º da Lei 12.153/2009, in verbis: “Art. 2o É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos”. Sendo assim, data vênia, tenho dúvida se a Turma Recursal do Juizado Especial tem competência para julgar o presente recurso, porque, neste caso, como se vê, a pretensão da parte autora, no momento da distribuição da ação, era muito superior ao limite de alçada do Juizado Especial da Fazenda Pública que é de 60 (sessenta) salários mínimos. (Lei 12.153/2009, art. 2º) Diante do exposto, retiro este recurso da sessão de julgamento do dia 13.12.2019, com a máxima vênia, determino que este feito seja devolvido a douta Desembargadora Relatora, no Tribunal de Justiça, para reanálise a respeito da competência jurisdicional, em razão de entender que a pretensão do autor é superior ao limite de alçada do Juizado Especial da Fazenda Pública, levando-se em consideração o valor da causa na data da distribuição da ação, inviabilizando, por consequência, a apreciação do presente recurso pela Turma Recursal dos Juizados Especiais. Deixo bem claro que não se trata de falta de desrespeito à decisão prolatada por Vossa Excelência, devolvo este feito apenas para que seja analisada a competência jurisdicional a luz do disposto no art. 2º da Lei 12.153/2009, pois nada foi dito a respeito. Cumpra-se. Valmir Alaércio dos Santos Juiz de Direito, Relator

Despacho Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1005216-78.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA - MT (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANGELA CAROLINE WEIRICH OAB - MT14819 (ADVOGADO)
EVANIA DE OLIVEIRA REZENDE OAB - MT15862/A (ADVOGADO)
RAFAELLA NOUJAIM DE SA VICENZOTO OAB - MT11612-A (ADVOGADO)
NAIARA ROSSA MORELLO OAB - MT17433 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JULIANE LUIZA FRANKE (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
IZABELA THAIS COELHO DEOTTI OAB - MT14067-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
VALMIR ALAERCIO DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TURMA RECURSAL ÚNICA Processo: 1005216-78.2019.8.11.0000 Espécie: Agravo de

Instrumento com pedido de tutela de urgência Agravante: Município de Alta Floresta - MT Agravados: Juliane Luiza Franke Origem: 2ª Vara Cível da Comarca de Alta Floresta/MT Vistos etc. Trata-se de recurso Agravo de Instrumento contra a decisão proferida nos autos nº 1000508-61.2019.8.11.0007, que tramita na 2ª Vara Cível da Comarca de Alta Floresta/MT, que deferiu o pedido de antecipação de tutela para determinar que o Agravante forneça a Agravada, no prazo de 72 horas, o fármaco enoxaparina em quantidade necessária para todo o tratamento. O Agravante requer que seja atribuído efeito suspensivo ao presente agravo de instrumento, para suspender a eficácia da decisão agravada, e no mérito, que seja provido o presente recurso, reformando a decisão que determinou o fornecimento do fármaco à Agravada, ou, subsidiariamente, que seja determinado o chamamento aos autos do Estado de Mato Grosso para o cumprimento de tutela provisória seja direcionado a este ente. Verifico que a Agravada quando do ajuizamento da ação (18.02.2019) estava grávida, e que é portadora da Síndrome de anticorpo Antifosfolípede com histórico de feto com restrição de crescimento culminando em óbito, cumulado com abortamento habitual, e que o fármaco objeto destes autos foi receitado para o tratamento desta Síndrome, sendo que a não utilização do medicamento implicaria em risco de perda gestacional. Observo que a medicação deveria ser tomada durante toda a gestação e até um prazo de 01 mês após a resolução (nascimento), conforme consta nos atestados médicos juntados na inicial. O presente Agravo de Instrumento foi recebido, por redistribuição, em agosto de 2019, do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, em que o Desembargador Relator, monocraticamente, reconheceu a incompetência daquela Corte, sob o fundamento jurídico de que a matéria em discussão se trata de cobrança de diferença de URV, que no julgamento do IRDR nº 85560/2016, foi reconhecida que a competência é do Juizado Especial da Fazenda Pública, independentemente da complexidade, da matéria e da necessidade de produção de prova pericial, pelo fato de o valor da causa ser inferior a 60 (sessenta) salários mínimos. É o relatório. Fundamento e decido. De acordo com o art. 196 e 198, da Constituição da República, a saúde é direito de todos e dever do Estado (União Estados, Distrito Federal e Municípios) garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. A jurisprudência vem acolhendo pedidos de obrigar o Poder Público a fornecer medicamentos considerados essenciais ao tratamento de pacientes, mesmo que não estejam no rol daqueles fornecidos pelo SUS, por ser direito fundamental à vida e à saúde. Verifico que ao prescrever o medicamento, constou na declaração médica que tal fármaco não pode ser substituído por outra medicação anticoagulante sem que haja prejuízo para a Agravada. Se o medicamento objeto da decisão agravada não poderia ser substituído por outro, sem causar prejuízo a saúde da autora, e sendo a portadora da patologia hipossuficiente, deve o ente público disponibiliza-lo, por força de ordem constitucional. Ademais, observo que o fármaco deveria ser fornecido durante todo o período gestacional e um mês após o nascimento do bebê, assim, se em 17.12.2018 a Agravada encontrava-se gestante com idade gestacional de 5 semanas e 5 dias, na presente data, já transcorreu mais de 11 (onze) meses. Neste caso, em meu entender, está presente o periculum in mora inverso para a Agravada, pois se deixasse de tomar o referido medicamento poderia causar risco não só a autora como à criança que na época estava em gestação. Retiro este feito da pauta de julgamento desta data. Requisite-se informações ao juiz da causa, pois não é possível visualizar a fase atual do processo, pelo fato de tramitar em segredo de justiça. Intime-se a Agravada para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar-se sobre a pretensão da agravante (CPC, art. 1.019, II). Havendo a manifestação do agravado ou transcorrido o prazo decendial, contados da intimação, ouça-se o Ministério Público, no prazo de 15 (quinze) dias (CPC, art. 1.019 III). Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá (MT), 13 de dezembro de 2019. Valmir Alaércio dos Santos. Juiz de Direito – Relator

Despacho Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1006895-32.2018.8.11.0006
Parte(s) Polo Ativo:
CLAUDIA CONCEICAO COSTA FERREIRA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CANDIDO NISVALDO FRANCA COELHO JUNIOR OAB - MT25057-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BMG SA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANDRE RENNO LIMA GUIMARAES DE ANDRADE OAB - MG78069-O (ADVOGADO)
BREINER RICARDO DINIZ RESENDE MACHADO OAB - MT16227-O (ADVOGADO)
BANCO BMG SA OAB - 61.186.680/0001-74 (REPRESENTANTE)
Magistrado(s):
VALMIR ALAERCIO DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TURMA RECURSAL ÚNICA Recurso Inominado: 1006895-32.2018.8.11.0006 Classe CNJ: 460 Origem: Juizado Especial Cível de Cáceres/MT Recorrente(s): Claudia Conceição Costa Ferreira Recorrido(s): Banco BMG S/A Juiz Relator: Valmir Alaércio dos Santos Data do Julgamento: 13 de dezembro de 2019 Vistos etc. Considerando os documentos juntados pela parte Recorrida em suas contrarrazões recursais (id 24030539 e id 24030540), retiro este processo de pauta da sessão do dia 13/12/2019, converto o julgamento em diligência e, em face ao disposto no § 1º do art.437, do CPC, concedo a parte Reclamante, ora Recorrente, o prazo de 5 (cinco) dias, para querendo, manifeste-se sobre referidas peças processuais. Intime-se. Cumpra-se. Valmir Alaércio dos Santos Juiz de Direito – Relator

Despacho Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 8010524-57.2017.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCIELLE GOMES DE ARRUDA E SILVA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO AMORIM DE ARRUDA OAB - MT15634-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. OAB - 03.467.321/0001-99 (REPRESENTANTE)
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-S (ADVOGADO)
Magistrado(s):
VALMIR ALAERCIO DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TURMA RECURSAL ÚNICA Recurso Inominado: 8010524-57.2017.8.11.0028 Classe CNJ: 460 Origem: Juizado Especial Cível de Poconé/MT Recorrente(s): Francielle Gomes de Arruda e Silva Recorrido(s): Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A Juiz Relator: Valmir Alaércio dos Santos Data do Julgamento: 13 de dezembro de 2019 Vistos etc. A parte Reclamante, ora Recorrente, desistiu do recurso interposto, conforme se vê do id 25015472. Ante o exposto, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, retiro este recurso da sessão de julgamento do dia 13 de dezembro de 2019 e nos termos do estatuído no artigo 998, do Código de Processo Civil, homologo o pedido de desistência deste recurso inominado. Remeta-se este feito ao Juizado Especial de origem. Cumpra-se. Valmir Alaércio dos Santos Juiz de Direito – Relator

Despacho Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0000560-23.2018.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
H. C. G. (RECORRIDO)
MUNICIPIO DE RONDONOPOLIS (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIO MARQUES BARBOSA OAB - MT15340/B (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
LUCIANA LIMA DA COSTA (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
Magistrado(s):
VALMIR ALAERCIO DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TURMA RECURSAL ÚNICA Recurso de Apelação nº 0000560-23.2018.8.11.0003 Apelante: Estado de Mato Grosso Apelado: H. C. G. Município de Rondonópolis Vistos etc. Por meio do despacho prolatado em 21/10/2019, id. 20618987, em razão de haver dúvida a respeito da competência jurisdicional da Turma Recursal dos Juizados Especiais, pelo fato de ter tramitado na Vara

da Infância e Juventude, determinei que o processo fosse devolvido à Desembargadora Relatora, para reanalisar a competência a luz do estatuído no Estatuto da Criança e do Adolescente. A Desembargadora relatora prolatou decisão monocrática em 28/10/2019 (id. 21724973), em que reconheceu que a competência jurisdicional de fato é da Turma Recursal dos Juizados Especial e determinou a devolução do processo. Em cumprimento à referida decisão inseri o presente feito para ser julgado na sessão do dia 13 de dezembro de 2019, às 9:00 horas. No entanto, ao analisar o processo para elaborar o voto, verifico que em 07/11/2019 (id. 23246985) a Defensoria Pública havia informado que a Secretaria da Câmara encaminhou o feito à Turma Recursal dos Juizados Especiais antes de esgotar o prazo recursal e requereu a devolução dos autos ao Tribunal de Justiça para o processamento e o julgamento do AGRAVO INTERNO, protocolado na mesma data (id. 232246987). Uma vez interposto o AGRAVO INTERNO contra a decisão do relator, o processo deve ser levado a julgamento pelo órgão colegiado que este integra, em face ao disposto no art. 1.021 do Código de Processo Civil, in verbis: "Art. 1.021. Contra decisão proferida pelo relator caberá agravo interno para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal". Sendo assim, em meu entender, a competência absoluta para julgar o AGRAVO INTERNO interposto contra a decisão monocrática da Desembargadora Relatora é do órgão colegiado que integra, ou seja, da Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo. Como a Turma Recursal dos Juizados Especiais é absolutamente incompetente para apreciar AGRAVO INTERNO interposto contra decisão da Desembargadora relatora, em meu entender, só me resta a alternativa de retirar o presente recurso da pauta e determinar a devolução dos autos ao Tribunal de Justiça, para que seja processado o agravo como determina o § 2º do referido artigo, in verbis. § 2º O agravo será dirigido ao relator, que intimará o agravado para manifestar-se sobre o recurso no prazo de 15 (quinze) dias, ao final do qual, não havendo retratação, o relator levá-lo-á a julgamento pelo órgão colegiado, com inclusão em pauta. Diante do exposto, em razão da incompetência absoluta da Turma Recursal dos Juizados Especiais para julgar o recurso de AGRAVO INTERNO, interposto contra decisão monocrática da Desembargadora Relatora, em face ao disposto no art. 1.021 do Código de Processo Civil e seu § 2º, retiro este feito da pauta da sessão do dia 13 de dezembro de 2019, e determino que estes autos digitais sejam devolvidos à douta Desembargadora Relatora, no Tribunal de Justiça, para apreciar o referido Agravo. Cumpra-se. Valmir Alaércio dos Santos Juiz de Direito, Relator

Despacho Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1003012-66.2016.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
EXPORTACAO, IMPORTACAO, COMERCIO E INDUSTRIA TRIMARK LTDA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CELSO ALMEIDA DA SILVA OAB - MT5952000S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
VALMIR ALAERCIO DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TURMA RECURSAL ÚNICA Agravo de Instrumento nº 1003012-66.2016.8.11.0000 Agravante: EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA TRIMARK LTDA Agravado: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos etc. Trata-se de Agravo de Instrumento recebido, por redistribuição, do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, em que o Relator, monocraticamente, reconheceu a incompetência daquela Corte, sob o fundamento jurídico de que a matéria em discussão se trata de cobrança de diferença de URV, que no julgamento do IRDR nº 85560/2016, foi reconhecida que a competência é do Juizado Especial da Fazenda Pública, independentemente da complexidade, da matéria e da necessidade de produção de prova pericial, pelo fato de o valor da causa ser inferior a 60 (sessenta) salários mínimos. Em tese, não podem ser redistribuídos para o Juizado Especial da Fazenda Pública, e, por consequência, do Tribunal de Justiça para a Turma Recursal os processos ajuizados por pessoas jurídicas que não se enquadram como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, em face ao disposto no art. 5º, inciso I, da Lei 12.15/2009, in verbis: Art. 5º Podem ser partes no Juizado Especial da Fazenda Pública: I – como autores, as pessoas físicas e as microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Assim, como se observa, diante do disposto no inciso I, do artigo supra colacionado, uma grande empresa não pode ser autora no Juizado Especial da Fazenda Pública, ainda que o valor atribuído à causa seja inferior a 60 (sessenta) salários mínimos, pois somente podem ser autoras "as microempresas e empresas de pequeno porte". Para a pessoa jurídica ajuizar ação no Juizado Especial da Fazenda Pública é necessário que comprove que se enquadre como microempresa e empresa de pequeno porte, conforme dispõe o Enunciado 135 do FONAJE, in verbis: ENUNCIADO 135 – O acesso da microempresa ou empresa de pequeno porte no sistema dos juizados especiais depende da comprovação de sua qualificação tributária atualizada e documento fiscal referente ao negócio jurídico objeto da demanda. Neste caso em concreto, a Agravante é EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA TRIMARK LTDA, constituída sob forma de Sociedade Empresária Limitada, e, em consulta ao Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, verifico que a referida empresa não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte. Assim, como a empresa autora não se enquadra como micro empresa ou de pequeno porte, não é legitimada para propor ação perante o Juizado Especial da Fazenda Pública, nos termos do disposto no art. 5º, I, da Lei n.º 12.153/2009. A jurisprudência de nossos Tribunais é pacífica neste sentido: CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA. PESSOA JURÍDICA NÃO CONSTANTE DO ROL DO ARTIGO 5º, INCISO I, DA LEI Nº 12.153/09. ILEGITIMIDADE ATIVA. CONFLITO ACOLHIDO. Não é competência do Juizado Especial da Fazenda Pública processar e julgar ações nas quais pessoa jurídica que não se enquadre como microempresa ou empresa de pequeno porte figure no polo ativo da relação processual, conforme o rol taxativo estabelecido pelo artigo 5º da Lei nº 12.153/09. (TJMG – CC 10000190123083000 – Rel. Des. Edilson Olímpio Fernandes – J. 23/03/2019 – Publ. 28/02/2019) CONFLITO DE COMPETÊNCIA - AÇÃO ORDINÁRIA - POLO ATIVO - PESSOA JURÍDICA - MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE - NÃO ENQUADRAMENTO - ARTIGO 5º, I DA LEI 12.153, DE 2009 - RESTRIÇÃO DE LEGITIMADOS ATIVOS - COMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA - AFASTAR - COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO. 1. A competência do Juizado Especial da Fazenda Pública é definida pelo critério econômico (valor da causa) e pela matéria, devendo ser observado o rol dos legitimados ativos e passivos previsto no artigo 5º da Lei 12.153. 2. A pessoa jurídica que não possui enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, não tem legitimidade para demandar no Juizado Especial da Fazenda Pública, ainda que o valor da causa e a matéria se adequem à Lei 12.153, de 2009. (TJMG - Conflito de Competência 1.0000.17.002399-8/000, Relator (a): Des.(a) Marcelo Rodrigues , 2ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 25/07/2017, publicação da sumula em 01/08/2017). CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO ANULATÓRIA. PESSOA JURÍDICA. IMPOSSIBILIDADE DE DEMANDAR NO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA. ROL TAXATIVO. - De acordo com o art. 5º, I, da Lei 12.153/2009, somente podem demandar no Juizado Especial da Fazenda Pública as pessoas físicas e as microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2016. - No caso concreto, a própria empresa autora, TENDA CONSTRUTORA S/A, noticiou não ser microempresa ou empresa de pequeno porte, mas sim sociedade anônima - fls. 256/257-TJ. - Imperiosa, portanto, a conclusão de que o Juizado Especial da Fazenda Pública não possui competência para julgar a presente ação, em que a parte autora não se enquadra no rol taxativo do art. 5º, I, da Lei 12.153/2009. - Conflito acolhido para declarar a competência da Juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias Municipais da Comarca de Juiz de Fora. (TJMG - Conflito de Competência 1.0000.16.073045-3/000, Relator (a): Des.(a) Wander Marotta, 5ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 02/02/0017, publicação da sumula em 14/02/2017). PESSOA JURÍDICA NÃO ELENCADA NO ROL TAXATIVO DO ART. 5º , INCISO I , DA LEI Nº 12.153/09, FIGURANDO NO POLO ATIVO DA RELAÇÃO PROCESSUAL. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA. Com efeito, apreende-se que o inciso I do artigo 5º da Lei 12.153 /09 é taxativo no que se refere às pessoas e entidades que podem ser autoras no juizado especial fazendário, não estando entre elas as pessoas jurídicas que não se enquadrem como microempresa ou empresa de pequeno porte, como é o caso da Agrale Sociedade Anônima. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA. COMPETÊNCIA DECLINADA. RECURSO PREJUDICADO. (TJRS -

Recurso Cível Nº 71007258098, Segunda Turma Recursal da Fazenda Pública, Turmas Recursais, Relator: Rosane Ramos de Oliveira Michels, Julgado em 27/02/2018). Inclusive o colendo Superior Tribunal de Justiça ao apreciar vários Conflitos de Competência decidiu, que as empresas não enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte, não podem ajuizar ação no Juizado Especial da Fazenda Pública: CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO FEDERAL DE JUIZADO ESPECIAL E JUÍZO FEDERAL COMUM. COMPETÊNCIA DO STJ PARA APRECIAR O CONFLITO. JUIZADO ESPECIAL FEDERAL. COMPETÊNCIA. AÇÃO ORDINÁRIA MOVIDA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO NÃO ENQUADRADA COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE. LEI 9.841/99, ART. 7º. AUSÊNCIA DE CAPACIDADE PROCESSUAL. 1. "Compete ao Superior Tribunal de Justiça decidir os conflitos de competência entre juizado especial federal e juízo federal, ainda que da mesma seção judiciária". Súmula 348/STJ. 2. O art. 3º, caput, da Lei nº 10.259/01 estabelece que "compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças". A essa regra, o legislador ressalvou algumas demandas em virtude da natureza do pedido, do tipo de procedimento ou das partes envolvidas na relação jurídica processual (§ 1º do artigo 3º e art. 6º, do mesmo diploma). 3. A regra de competência prevista no artigo 3º, da Lei 10.259/01 deve ser aplicada em conjunto com as regras que disciplinam a capacidade processual nos Juizados Especiais (art. 6º). De nada adiantaria a causa encontrar-se abaixo do valor dos sessenta salários mínimos, não estar no rol das exceções do § 1º, do referido dispositivo, mas ser ajuizada por sujeito que não possui capacidade para ser parte nos Juizados. 4. No caso, a ação ordinária foi ajuizada por pessoa jurídica de direito privado não detentora de capacidade para praticar atos processuais eficazes perante o Juizado Especial Federal, conforme interpretação a contrario sensu do inciso I do art. 6º, que dispõe: "Podem ser partes no Juizado Especial Federal Cível: I- como autores, as pessoas físicas e as microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas na Lei 9.317, de 5 de dezembro de 1996". 5. Competência do Juízo Federal da 10ª Vara da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, o suscitado. (STJ – CC 98.729/RJ – Rel. Min. CASTRO MEIRA – j. 27/05/2009). Eis outros Conflitos de Competência que a referida Corte Superior decidiu igual sentido: - Conflito de Competência nº 86.958/SP, julgado em 26/09/2007, publicado no DJ de 15/10/2007; - Conflito de Competência nº 106.042/SP, julgado em 26/08/2009, publicado no DJ de 15/09/2009; - Conflito de Competência nº 94.985/DF, julgado em 26/08/2009, publicado no DJ de 04/09/2009; - Conflito de Competência nº 86.451/SE, julgado em 12/11/2009, publicado no DJ de 15/12/2008. Deve ser ressaltado que não há nenhuma prova que a pessoa jurídica Agravante se enquadre como microempresa e empresa de pequeno porte, assim definidas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, os indícios são em sentido contrário. Desta forma, conforme precedentes do STJ, em tese, independentemente do valor atribuído à causa, a ação ajuizada por pessoa jurídica que não seja microempresa ou empresa de pequeno porte deve ser processada e julgada pelo Juízo Comum. Diante do exposto, retiro este recurso da pauta de julgamento da sessão do dia 13.12.2019, e, em face ao disposto no art. 5º, inciso I, da Lei nº 12.153/2009, com a máxima vênia, determino que este feito seja devolvido ao douto Relator no Tribunal de Justiça, para reanálise a respeito da competência jurisdicional, ou incompetência da Turma Recursal, pelo fato de inexistir provas que a empresa Agravante se enquadre como Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, em tese, não pode figurar no polo passivo de ação que tramita no Juizado Especial da Fazenda Pública, inviabilizando, por consequência, a apreciação do presente recurso pela Turma Recursal dos Juizados Especiais. Reitero que não se trata de falta de desrespeito à decisão prolatada por Vossa Excelência, apenas para que seja reanalisada a competência jurisdicional, em consonância com o disposto no art. 5º, inciso I, da Lei nº 12.153 de 22/12/2009, pelo fato de a Agravante não se enquadrar como microempresa ou empresa de pequeno porte, evitando-se assim a geração de nulidade. Cumpra-se. Valmir Alaércio dos Santos Juiz de Direito, Relator

Despacho Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1006176-23.2018.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
LAUDELINO RIBEIRO (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 02.528.193/0001-83 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE SINOP (RECORRIDO)
MATO GROSSO GOVERNO DO ESTADO (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0020-07 (REPRESENTANTE)
Outros Interessados:
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
VALMIR ALAERCIO DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TURMA RECURSAL ÚNICA Autos nº 1006176-23.2018.8.11.0015 Vistos etc. Verifico que o presente processo foi encaminhado para esta Turma Recursal de forma equivocada, tendo em vista que não há interposição de recurso inominado e sequer ainda fora proferida sentença nos presentes autos. Observo que no último parágrafo da decisão proferida em 02.05.2019, consta o seguinte: Cumpridas as determinações e as demais anteriormente porventura pendentes, remetam-se os autos a tarefa específica “minutar sentença”. - GRIFEI Ante o exposto, retiro este processo da pauta da sessão do dia 13 de dezembro de 2019 e determino sua devolução ao juízo de origem para o seu regular prosseguimento. Intimem-se. Cumpra-se. Valmir Alaércio dos Santos Juiz de Direito - Relator

Despacho Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1005843-71.2018.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MATO GROSSO GOVERNO DO ESTADO (RECORRENTE)
MUNICIPIO DE SINOP (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0020-07 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
AMELIA SOLANGE G DA SILVA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 02.528.193/0001-83 (REPRESENTANTE)
Outros Interessados:
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
VALMIR ALAERCIO DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TURMA RECURSAL ÚNICA Autos nº 1005843-71.2018.8.11.0015 Vistos etc. Verifico que o presente processo foi encaminhado para esta Turma Recursal de forma equivocada, tendo em vista que não há interposição de recurso inominado e sequer ainda fora proferida sentença nos presentes autos. Observo que no penúltimo parágrafo da decisão proferida em 04.06.2019, consta o seguinte: Cumpridas as determinações e as demais anteriormente porventura pendentes, remetam-se os autos a tarefa específica “minutar sentença”. - GRIFEI Ante o exposto, retiro este processo da pauta da sessão do dia 13 de dezembro de 2019 e determino sua devolução ao juízo de origem para o seu regular prosseguimento. Intimem-se. Cumpra-se. Valmir Alaércio dos Santos Juiz de Direito - Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1005339-55.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA LUIZA RATTACASO DA SILVA PROENCA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-A (ADVOGADO)
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Vistos, etc... Considerando o caráter infringente dos embargos declaratórios, nos termos do artigo 1023 § 2º do CPC, intime-se a parte embargada para se manifestar expressamente quanto à tese dos embargos, no prazo de 05 (cinco) dias. Intime-se. Cumpra-se. Lúcia Peruffo Juíza de Direito Relatora

Despacho Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0001516-70.2016.8.11.0080
Parte(s) Polo Ativo:
ERICA KERLEI LENKNER PESAMOSCA (RECORRENTE)
MUNICIPIO DE QUERENCIA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANA BRAGA SILVEIRA SEGURA PEREIRA OAB - MT10965-B (ADVOGADO)
ARNALDO THADEU SEGURA PEREIRA OAB - MT9401-A (ADVOGADO)
JULIA FERNANDA SANTOS DE CARVALHO OAB - MT20144-O (ADVOGADO)
IEVE PATRICIA GONCALVES FERREIRA MARTINS OAB - MT22265/O-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE QUERENCIA (RECORRIDO)
ERICA KERLEI LENKNER PESAMOSCA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
IEVE PATRICIA GONCALVES FERREIRA MARTINS OAB - MT22265/O-O (ADVOGADO)
JULIA FERNANDA SANTOS DE CARVALHO OAB - MT20144-O (ADVOGADO)
FABIANA BRAGA SILVEIRA SEGURA PEREIRA OAB - MT10965-B (ADVOGADO)
ARNALDO THADEU SEGURA PEREIRA OAB - MT9401-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
VALMIR ALAERCIO DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TURMA RECURSAL ÚNICA Apelação Cível nº 0001516-70.2016.8.11.0080 Recorrente: Erica Kerlei Lenkner Pesamosca e Município de Querência Recorrido: Erica Kerlei Lenkner Pesamosca e Município de Querência Vistos etc. Trata-se de recursos Apelação Cível recebida, por redistribuição, do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, em que o Juiz de Direito Convocado e Relator, monocraticamente, reconheceu a incompetência daquela Corte, sob o fundamento jurídico de que no julgamento do IRDR nº 85.560/2016, nas causas movidas contra o Estado de Mato Grosso, os Municípios, bem como as autarquias, as fundações e empresas públicas a eles vinculadas, em que o valor da causa for inferior a 60 (sessenta salários) mínimos, há competência absoluta do Juizado Especial da Fazenda Pública, independentemente da complexidade, da matéria e da necessidade de produção de prova pericial. No entanto, neste caso em concreto, verifico que o pedido contido na petição inicial é a condenação do Poder Público a pagar, à parte autora, o valor de R$ 56.004,91 (cinquenta e seis mil e quatro reais e noventa e um centavos), cuja sentença ora objurgada julgou procedente a pretensão inicial. Deve ser ressaltado que, como é público e notório, no ano de 2016, quando foi distribuída esta ação, o valor do salário mínimo era R$ 880,00, assim, a pretensão da parte autora era equivalente a 64 (sessenta e quatro) salários mínimos, ou seja, superior ao limite de alçada do Juizado Especial da Fazenda Pública, que é 60 (sessenta) salários mínimos, nos termos do disposto no art. 2º da Lei 12.153/2009, in verbis: "Art. 2o É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos". Sendo assim, data vênia, tenho dúvida se a Turma Recursal do Juizado Especial tem competência para julgar o presente recurso, porque, neste caso, como se vê, a pretensão da parte autora, no momento da distribuição da ação, era muito superior ao limite de alçada do Juizado Especial da Fazenda Pública que é de 60 (sessenta) salários mínimos. (Lei 12.153/2009, art. 2º) Diante do exposto, retiro o presente recurso da pauta de julgamento do dia 13.12.2019 e, com a máxima vênia, determino que este feito seja devolvido ao douto Relator, no Tribunal de Justiça, para reanálise a respeito da competência jurisdicional, em razão de entender que a pretensão da autora é superior ao limite de alçada do Juizado Especial da Fazenda Pública, levando-se em consideração o valor da causa na data da distribuição da ação, inviabilizando, por consequência, a apreciação do presente recurso pela Turma Recursal dos Juizados Especiais. Deixo bem claro que não se trata de falta de desrespeito à decisão prolatada por Vossa Excelência, devolvo este feito apenas para que seja analisada a competência jurisdicional a luz do disposto no art. 2º da Lei 12.153/2009, pois nada foi dito a respeito. Cumpra-se. Valmir Alaércio dos Santos Juiz de Direito, Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1000317-36.2018.8.11.0044
Parte(s) Polo Ativo:
EVANDRO SILVA DE SOUZA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LARA MOERSCHBERGER NEDEL OAB - MT17240-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-S (ADVOGADO)
OZANA BAPTISTA GUSMAO OAB - MT4062-A (ADVOGADO)
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. OAB - 03.467.321/0001-99 (REPRESENTANTE)

Vistos, etc... Vieram-me os autos conclusos para apreciar pedido de devolução do prazo recursal. É sabido que, em se tratando de Juizado Especial, o prazo recursal inicia-se da sessão de julgamento, conforme Enunciado 85 do FONAJE. Dispõe o Enunciado 85 do FONAJE: ENUNCIADO 85 – O Prazo para recorrer da decisão de Turma Recursal fluirá da data do julgamento (XIV Encontro – São Luís/MA). Ademais, é praxe que os acórdão, em regra, sejam disponibilizados para lançamento no próximo dia útil seguinte ao julgamento, no entanto algumas vezes são confeccionados em momento posterior devido ao número de processos o que justifica a data no lançamento do voto e acórdão. À vista do exposto, INDEFIRO o pedido de devolução de prazo. Certifique-se o trânsito em julgado e, acaso operado este, DETERMINO a baixa dos autos à origem. Às providências. Intimem-se. Cumpra-se. Lúcia Peruffo Juíza de Direito Relatora

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1000033-94.2018.8.11.0022
Parte(s) Polo Ativo:
SILVANA DE SOUZA ROCHA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDUARDO NAVES PASCHOAL MACKIEVICZ OAB - MT26652-E (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
OZANA BAPTISTA GUSMAO OAB - MT4062-A (ADVOGADO)

Vistos, etc... Vieram-me os autos conclusos para apreciar pedido de devolução do prazo recursal. De fato, verifico que a sessão de julgamento ocorreu em 05/12/2019, no entanto o voto e acórdão somente foram lançados em 13/12/2019, ou seja, após fluído o prazo recursal. À vista do exposto, DEFIRO o pedido de devolução de prazo, o qual passa a fluir a partir da intimação da presente decisão. Intimem-se. Cumpra-se. Lúcia Peruffo Juíza de Direito Relatora

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1006100-86.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA JOSE DA CONCEICAO NOGUEIRA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIO BORGES DE SOUZA OAB - MT15490-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – MÉRITO - URV – AUSÊNCIA DE DIFERENÇAS SALARIAIS – RECOMPOSIÇÃO ACIMA DO ÍNDICE EM 1994 – AUSÊNCIA DO DIREITO ALEGADO – JULGAMENTO MONOCRÁTICO – POSSIBILIDADE – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, "a", DO NCPC C/C A SÚMULA Nº 02 DA TRU E SÚMULA Nº 10 DA TRU / FAZENDA PÚBLICA – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a" do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 02 da

própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 10 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Observada a ausência do alegado direito à recomposição linear da URV, pela ausência de perda, com a recomposição salarial, ainda no mesmo ano da conversão, inexiste se falar em direito à incorporação de valores de forma linear e ainda de valores retroativos, como pretende a autora, de modo que a sentença deve ser reformada para improcedência dos pedidos da petição inicial. 3. O entendimento está sedimentado pela Súmula da Fazenda Pública de nº 10 publicada em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença reformada. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Registro que o presente feito fora recebido e tramitando agora pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso. Trata-se de recurso inominado interposto pelo ESTADO DE MATO GROSSO, contra a sentença que entendeu que deve ser feita a incorporação do percentual de 11,98% a título de URV e ainda o pagamento dos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da demanda, aduzindo o Estado de Mato Grosso Recorrente que ocorreu a prescrição quinquenal pela reestruturação da carreira correspondente, sendo este o início do prazo prescricional, pela aplicação do julgado em Repercussão Geral RE 941.449-MT, bem como foi feito pagamento sob rubrica "Dif.Conv. MP -482-URV", fazendo ainda alusão ao Recurso de Apelação Cível 37117/2017, que assim reconheceu, inexistindo qualquer defasagem salarial; Aduziu também, que os servidores do Poder Executivo não faziam jus a tal direito, por receberem no dia 20 de cada mês naquela época, bem como que no ano de 1994, pela Lei 6.528/94 de 15/09/1994, segundo o ementário / mensagem do Governador do Estado naquela ocasião, o então governador apontou que a Lei enviada era com o objetivo de recompor as defasagens dos servidores, numa média de recomposição de 18%, e, algumas categorias ainda com maior recomposição, inclusive da URV, de onde o Ofício / Mensagem 48/94 datado de 02/09/1994, assim demonstrou a intenção / finalidade da recomposição salarial era para cobrir também a defasagem / recomposição da URV em patamares acima dos 11,98% pretendidos na presente demanda. Acostou ainda, juntamente com a peça de recurso, vários documentos. Por derradeiro, acrescentou que em se tratando de "... servidor(a) da Educação Básica, cuja Lei Complementar nº 50/1998, que reestruturou a carreira, o quadro remuneratório do(s) apelante(s), as eventuais diferenças remuneratórias existentes estão alcançadas pela prescrição quinquenal, já que a ação foi proposta após mais de 5 anos da publicação da lei...". Pugnou ao final: pelo reconhecimento da prescrição quinquenal; ausência de valores a serem recebidos, pelos pagamentos a título de diferenças; e, ainda a ausência de valores a título de URV, pelo fato da recomposição pela Lei 6528/94 ter sido no patamar de 31,17%, acima do percentual pretendido da URV, inexistindo defasagem alguma a se resolver. Em sede de contrarrazões a parte Recorrida rebateu as alegações da prescrição, invocando o DECRETO FEDERAL nº 20.910/32 e ainda a Súmula nº 85 do STJ e a Súmula nº 443 do STF, que não acolhe a prescrição do fundo de direito (situação jurídica fundamental), restando as parcelas do último quinquênio anterior à propositura da demanda; aduziu mais, que o pagamento sob a rubrica "Dif.Conv. MP-482-URV" não induz de forma automática à recomposição salarial quando da conversão equivocada da moeda, pois apenas juntar as fichas salarias não seria o bastante para demonstrar tal perda da recomposição da moeda pela Medida Provisória 482, convertida em Lei 8880/94 e que os valores devem ser apurados em sede de liquidação de sentença, repisando, no mais os pleitos da exordial, no que tange do direito à incorporação do percentual de 11,98% a título de URV, inclusive aos servidores do Poder Executivo, aplicando-se ao mesmo o artigo 168 da CF, e que eventuais aumentos em si mesmo, não suprimem o direito da recomposição da conversão errada da moeda anteriormente ocorrida. Por fim, afirmou que a parte Recorrente não comprovou que a Lei 50/1998 ou o Estatuto Lei 6528/1994 supriu os valores pretendidos na demanda, bem como que o ente estatal também não comprovou que Lei Complementar nº 50/1998 tenha sido regulamentada. Assim, pugnou pela manutenção integral da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do Ofício nº 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório necessário. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, DAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade de o relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: "SÚMULA Nº 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017)." Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 10 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA Nº 10 – Os servidores públicos do Poder Executivo Estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para a Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6528 de 15/09/1994." Ou seja, após período de maturação entendeu-se que os servidores do Executivo Estadual padecem do alegado direito à implantação de URV ou de eventuais diferenças, justamente pelo fato de que tais foram devidamente recompostas de longa data. Segundo os Ofícios nºs 053/2017/SGFP/SEGES e 122 CM/SGP/SEGES/2016, acostados com a peça de contestação, ali segundo informação da própria Superintendência de Gestão de Folha de Pagamentos do Estado de Mato Grosso, nos anos de 1993 a 1994, o pagamento dos servidores públicos do Poder Executivo eram feitos ainda dentro do mesmo mês (oficio 122/2016) , bem como, de que, existia ainda a folha de pagamento suplementar para cobrir a diferença da URV entre o dia do fechamento da folha do pagamento e do valor da URV do último dia do mês, com o pagamento da rubrica "DIF.CONV.MP – 482-URV", ocorrendo o pagamento das diferenças nos meses de abril / maio / junho do ano de 1994, vigorando por três meses, sendo posteriormente substituído pela nova moeda, com o nome de REAL (ofício 053/2017, que se encontra em vários feitos da URV do Estado, citando como mera referência o feito 1000219-39.2018.8.11.0048 – ID 7371747), de onde em sede de impugnação à contestação apenas se limitou a dizer que essas alegações não eram suficientes a comprovar a recomposição oriunda da defasagem atinente da URV, porém, nada mais traz em sede de contraposição, sendo contra, pelo simples fato de ser contra. Poderia a parte lastrear suas alegações em provas, porém, apenas alega e nada mais, não se desincumbindo do seu ônus probatório, o que, somente por tais fatos em caso análogo na Apelação Cível 37117/2017, julgado no TJMT, com voto da lavra do Desembargador Luiz Carlos da Costa, o mesmo julgou improcedentes os pleitos da parte, pela ausência da impugnação devidamente fundamentada. Sabe-se ainda que a aduzida defasagem salarial na remuneração decorrente do equivocado método de conversão de Cruzeiros Reais para a Unidade de Valor – URV não se estende a todos os servidores público de forma indiscriminada, mas apenas àqueles que, comprovadamente, foram prejudicados, não sendo uma via oblíqua e automática para aumento dos vencimentos, que, é o que se aparenta na pretensão da parte Recorrida. Outro ponto importante a ser reconhecido, como não poderia deixar de ser, juntamente com a peça de contestação, veio ainda encartado OFÍCIO/DAD/GG/1334/94, de 02/09/1994, da lavra do Exmo. Governador do Estado de Mato Grosso da época, Jayme Veríssimo de Campos, de onde o mesmo encaminha o Projeto de Lei para apreciação da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, justamente para a devida recomposição salarial dos servidores do executivo estadual, para textualmente recompor as perdas salarias, inclusive da URV, para os servidores, senão vejamos: "OFÍCIO/DAD/GG/1334/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Senhor Presidente, Para apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a MENSAGEM Nº 48 /94, acompanhada do respectivo Projeto de Lei que "Reajusta as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência e dignos pares os protestos de elevado apreço e distinta consideração. JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado Excelentíssimo Senhor Deputado HUMBERTO BOSAIPO Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa Palácio Filinto Muller Nesta. MENSAGEM Nº 48/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Excelentíssimo

Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores Deputados: Nos termos do disposto nos artigos 39 e 66, inciso II, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, o anexo Projeto de Lei que "Reajusta os vencimentos dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Imbuído no propósito de sempre buscar ofertar acréscimos as Tabelas Salariais de nossos abnegados servidores públicos, na oportunidade e hora em que vislumbro compatibilidade de caixa com o estudo do impacto que tal acréscimo ocasiona, no Tesouro Estadual, sem descuidar dos serviços essenciais que a administração pública tem sob sua responsabilidade, encaminho-lhes o anexo Projeto de Lei que tem esse objetivo. Busco aí atender a todos com especial destaque aos nossos educadores (30%), bem como buscando corrigir prejuízos sofridos na conversão da URV, como foi o caso específico dos Auditores do Estado e Médicos-Legista. Decidi-me pela aplicação de um realinhamento linear médio de percentual condizente com a capacidade ora vislumbrada, sem a adoção do parcelamento para não impor mais sacrifícios aos nossos servidores, mantendo-se assim a despesa de custeio de pessoal dentro do limite constitucional (art. 38, ADCT da Constituição Federal), razão pela qual entendo merecedor o anexo Projeto de Lei de aprovação por essa Casa de Leis. Encareço, outrossim, sua tramitação pelo regime de urgência estatuído no artigo 41, da Constituição Estadual, oportunidade que uso do ensejo para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e aos seus dignos pares, as expressões do meu melhor apreço e profunda consideração. Atenciosamente, JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado" (destaca-se) (documentos anexos) Desse encaminhamento originou a Lei 6.528/1994, datada de 15/09/1994, cujo texto de ementa da lei, anota que a mesma "realinha as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências"(sic), ou seja a lei, realinhou os vencimentos de todos do executivo, e tal realinhamento era, no intuito ainda de "recompor as eventuais defasagens da URV, que em geral foi de 18% PARA TODAS AS CATEGORIAS, enquanto algumas tiveram recomposição ainda maior, ou seja, bem acima do percentual de 11,98% pretendido pela parte autora, ISSO AINDA NO MÊS DE 15/09/1994. O que tem que se ter em mente é que, no ano de 1994, fora editado o DECRETO do GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO 4400/94, de 14/04/1994, que fez a conversão dos salários para a URV, e, nesse meio termo, saiu a Lei Federal 8880/94, que instituiu a "MOEDA REAL", de onde, em seu artigo 3º, § 1º impôs que a partir de julho de 1994 iria ser emitida e convertida a moeda para "REAL", bem como, ainda EM DATA DE 15/09/1994 fora editada a Lei Estadual 6.528/1994, que fez a recomposição salarial dos servidores em geral, em diversas faixas e alíquotas, com o objetivo de também recompor o salário inclusive das perdas da URV, segundo a mensagem 48/94 do Governador do Estado, acima transcrita. Certo ainda que, a recomposição salarial, em si mesmo não afasta a imposição de se recompor a perda de valores decorrentes da URV, disso não se descura, nos moldes de vários julgados do STF, sobre o tema, de onde, uma coisa não substitui a outra, porém, no caso em tela, o objetivo da recomposição era exatamente recompor as perdas salariais e ainda a perda da conversão da URV, COMO SE OBSERVA DE FORMA CLARA NA MENSAGEM DA INTENÇÃO LEGISLATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, NA ÉPOCA DOS FATOS, e o simples fato do cabeçalho da Lei 6528/94 não trazer ali também a menção da URV, isto por si só não afasta esta intenção, essa finalística da lei. Se consideramos o percentual padrão de 11,98% da URV da qual se pretende ainda obteve-se a recomposição extra de aproximadamente entre 18% e 19%, além da URV, e, em algumas categorias com valores ainda maiores, não existindo defasagem alguma a ser recomposta, visto que, exatamente na edição da Lei 6528/94, tais valores foram efetivamente recompostos. Existem diferenças entre os servidores do Estado e do Poder Judiciário, visto que, cada um teve o seu momento de recomposição, ante a independência dos poderes, de onde, o Poder Judiciário, obteve o direito à URV, pelo fato de que, demorou muito tempo depois para fazer as correções e perdas, advindo daí o seu direito, não querendo dizer que todos de forma indiscriminada tenham o direito à URV, à exemplo do caso em tela. E ainda há de ser registrado que, posteriormente, ainda no mês de NOVEMBRO DE 1994, ocorreu mais uma reposição salarial, no importe de 37,75%, nos salários, nos moldes descritos na própria Lei 6528/94, em seu artigo 10, senão vejamos: "Art. 10 – O Governo do Estado de Mato Grosso, concederá um novo reajuste salarial, a todos os servidores públicos do Estado, a partir do mês de novembro de 1994.". Ou seja, já tinha ocorrido um reajuste salarial, com o objetivo de recomposição e ainda de recomposição pelas perdas da URV em setembro de 1994 e ai em novembro de 1994, novo reajuste ainda foi concedido a todos os servidores do Estado e Mato Grosso, pela LEI 6583 de 13/12/1994. Anoto ainda que, o mesmo raciocínio vale para tantas outras carreiras do ESTADO DE MATO GROSSO, senão vejamos, o comparativo das tabelas abaixo, com recomposição acima dos 11,98% da URV. Calha ainda a consideração de que as informações acima, constam de diversos outros processos a tramitar perante a Turma Recursal, da relatoria deste magistrado, de onde, em detida e profunda verificação as tabelas acima NADA MAIS SÃO DO QUE UM MERO RESUMO DO QUE ESTÁ A CONSTAR TANTO NO DECRETO 440/1994 E NA LEI 6528/1994, sendo informações públicas e EXATAMENTE A BASE LEGAL PARA A PRESENTE DECISÃO JUDICIAL, não podendo ninguém alegar que é uma prova que não consta dos autos, ou que seria uma prova surpresa, sendo apenas aproveitado o documento, pois já devidamente formatado, sendo a Lei Pública e do conhecimento de todos os envolvidos. E, em pesquisa no sitedo IBGE (https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2015_dez.pdf), tem-se que índices inflacionários no período foram os seguintes acumulados: Considerando o período de julho de 1994 até dezembro de 1994, o acúmulo do índice do INPC foi de 17,37%, ou seja, além da recomposição anterior da URV e outras perdas, ainda, posteriormente, nova recomposição em 37,74%, inexistindo se falar em valores de URV a serem pagos e/ou incorporados ao vencimento mensal do servidor. Calha ainda a consideração de que, as diversas carreiras estatais sofreram, posteriormente, as suas reestruturações vencimentais e organizacionais ao longo do tempo, porém, registro também, que, isso nada tem a ver com URV convertida, pois lá atrás, ainda em 1994, houve a recomposição específica para suprir a eventual defasagem salarial que ocorria. E se não fosse por tal prisma, calha ainda a menção de que eventuais diferenças salariais, caso houvessem, na época da reestruturação das mais diversas carreiras, esta não seria eterna, ou seja, o RE 561836/RN (RECURSO REPETITIVO), da lavra do Excelentíssimo Ministro do STF Luiz Fux, registrou que o lapso temporal era exatamente a reestruturação das carreiras, senão vejamos: Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) E, ainda nesse julgamento, no julgamento originário / primitivo, o mesmo ainda anota que, em caso de eventual decréscimo vencimental quando da reestruturação da carreira, naquele momento, deveria ser paga uma verba destacada denominado de VPNI, que teria duração até o momento em que houvessem as recomposições ao longo do tempo, com prazo para sua extinção e não sendo eterna, senão vejamos: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos

remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Supremo Tribunal Federal RE 561836 / RN AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DA BAHIA ADV.(A / S) : MARCONI DE SOUZA REIS A M. CURIAE . : APLB - SINDICATO DOS TRABALHADORES E M EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA ADV.(A / S) : RITA DE CÁSSIA DE OLIVEIRA SOUZA A M. CURIAE . : ESTADO DE SÃO PAULO PROC.(A / S)(ES) : PROCURADOR -GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO ESTADO DA BAHIA - AFPEB ADV.(A / S) : CESAR AUGUSTO PRISCO PARAISO E OUTRO (A / S) A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS E SERVIDORES DO INSTITUTO DE ZOOTECNIA - AFIZ ADV.(A / S) : KLEBER CURCIOL EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Inteiro Teor do Acórdão - Página 2 de 90 Ementa e Acórdão RE 561836 / RN índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. 6) A irredutibilidade estipendial recomenda que se, em decorrência da reestruturação da carreira do servidor, a supressão da parcela dos 11,98%, ou em outro percentual obtido na liquidação, verificar-se com a redução da remuneração, o servidor fará jus a uma parcela remuneratória (VPNI) em montante necessário para que não haja uma ofensa ao princípio, cujo valor será absorvido pelos aumentos subsequentes. 7) A reestruturação dos cargos no âmbito do Poder Judiciário Federal decorreu do advento da Lei nº 10.475/2002, diploma legal cuja vigência deve servir de termo ad quem para o pagamento e incorporação dos 11,98% no âmbito do referido Poder. 8) Inconstitucionalidade. 9) Recurso extraordinário interposto pelo estado do Rio Grande do Norte conhecido e parcialmente provido, porquanto descabida a pretensa compensação do percentual devido ao servidor em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV com aumentos supervenientes a título de reajuste e revisão de remuneração, restando, por outro lado, fixado que o referido percentual será absorvido no caso de reestruturação financeira da carreira, e declarada incidenter tantum a inconstitucionalidade da Lei n° 6.612, de 16 de maio de 1994, do estado do Rio Grande do Norte. JULGADO 26/09/2013, Relator: Ministro Luiz Fuz – Supremo Tribunal Federal) E, não se tem como afastar que, mesmo que houvesse eventual decréscimo salarial lá no momento da reestruturação da carreira, já se transcorreu muito mais do que 05 (cinco) anos, entre a reestruturação da carreira e o momento em que se ajuizou a ação, o que, invariavelmente, também estaria albergada pelo instituto da prescrição, nos moldes do que regra o Decreto-Lei 20.910/32, bem como também pelo decurso de tempo, ante as inúmeras leis posteriores de reestruturação das carreiras de Estado, como por exemplo, a Lei Complementar nº 50/1998 que dispõe sobre a Carreira dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Mato Grosso, de onde, fatalmente a incorporação / recomposição já teria ocorrido, com a consequente extinção da denominada verba com a nomenclatura VPNI. Mas digo isto apenas no campo das suposições, pois tais pontos sequer foram traçados pela parte interessada, bem como, devidamente demonstrado anteriormente que a recomposição fora feita ainda no ano de 1994, a afastar totalmente a pretensão inicial do autor. Registro ainda, por derradeiro, que em sede de Juizados Especiais, nos moldes do artigo 38, § único da Lei 9099/95, não se faz possível sentença ilíquida, de onde, este relator, após estudar o assunto, conseguiu entender toda a dinâmica que o cerca, elaborando a sua decisão, exatamente nos moldes de uma perícia judicial, aplicável ao caso, de forma clara e tranquila, a não desafiar a tentativa de sequer ser verificada em sede de liquidação de sentença, pois, como bem demonstrado o feito independe de qualquer liquidação, atacando-se TODA A MATÉRIA DE IMEDIATO de forma exaustiva. Então a única conclusão que se retira é de que o pleito da exordial é totalmente improcedente, de onde ainda registro que em vários casos que tem me chegado à conclusão na fase de liquidação, foi de liquidação “zero’, de onde, não posso me furtar à profundidade do voto, resolvendo “ab initio” o processo, sem causar falsas esperanças às partes envolvidas, a não merecer reparos a sentença objurgada. Posto isso, CONHEÇO do recurso inominado aviado e no mérito DOU-LHE PROVIMENTO para julgar totalmente improcedentes os pleitos exordiais, nos moldes do artigo 487, inciso I, do NCPC, de forma monocrática, com espeque na Súmula nº 02 da TRU c/c Súmula nº 10 da TRU em sede de matéria da Fazenda Pública, c/c artigo 932, inciso V, “a”, do NCPC. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais, pelo fato de o Estado ser isento, e sem a condenação em honorários advocatícios, diante do que dispõe o artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, caso este feito tenha sido iniciado pela Justiça Comum, e, posteriormente enviado para a Turma Recursal / Juizados Especiais, automaticamente a sistemática das custas e honorários serão, por óbvio, as utilizadas na Lei 9099/95, prevalecendo esta sobre eventual condenação anterior, seja das custas ou de honorários em 1º grau, visto que, em sede de Juizados Especiais, inexistem custas ou honorários advocatícios em sede de 1º grau, de onde, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, somente serão arbitradas as custas ou honorários em caso de insucesso do recurso aviado, valendo apenas as custas e honorários fixados e da forma em que foram fixados nesta decisão. Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Após o trânsito em julgado, devolvam-se os autos à origem com as baixas e anotações pertinentes de praxe. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1005335-18.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CLAUDIA MARIA SOUZA MORBECK MATTOS (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-A (ADVOGADO)
JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-A (ADVOGADO)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – MÉRITO - URV – AUSÊNCIA DE DIFERENÇAS SALARIAIS – RECOMPOSIÇÃO ACIMA DO ÍNDICE EM 1994 – AUSÊNCIA DO DIREITO ALEGADO – JULGAMENTO MONOCRÁTICO – POSSIBILIDADE – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, “a”, DO NCPC C/C A SÚMULA Nº 02 DA TRU E SÚMULA Nº 10 DA TRU / FAZENDA PÚBLICA – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a” do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 10 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Observada a ausência do alegado direito à recomposição linear da URV, pela ausência de perda, com a recomposição salarial, ainda no

mesmo ano da conversão, inexiste se falar em direito à incorporação de valores de forma linear e ainda de valores retroativos, como pretende a autora, de modo que a sentença deve ser reformada para improcedência dos pedidos da petição inicial. 3. O entendimento está sedimentado pela Súmula da Fazenda Pública de nº 10 publicada em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença reformada. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Registro que o presente feito fora recebido e tramitando agora pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso. Trata-se de recurso inominado interposto pelo ESTADO DE MATO GROSSO, contra a sentença que entendeu que deve ser feita a incorporação do percentual de 11,98% a título de URV e ainda o pagamento dos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da demanda, aduzindo o Estado de Mato Grosso Recorrente que ocorreu a prescrição quinquenal pela reestruturação da carreira correspondente, sendo este o início do prazo prescricional, pela aplicação do julgado em Repercussão Geral RE 941.449-MT, bem como foi feito pagamento sob rubrica "Dif.Conv. MP -482-URV", fazendo ainda alusão ao Recurso de Apelação Cível 37117/2017, que assim reconheceu, inexistindo qualquer defasagem salarial; Aduziu também, que os servidores do Poder Executivo não faziam jus a tal direito, por receberem no dia 20 de cada mês naquela época, bem como que no ano de 1994, pela Lei 6.528/94 de 15/09/1994, segundo o ementário / mensagem do Governador do Estado naquela ocasião, o então governador apontou que a Lei enviada era com o objetivo de recompor as defasagens dos servidores, numa média de recomposição de 18%, e, algumas categorias ainda com maior recomposição, inclusive da URV, de onde o Ofício / Mensagem 48/94 datado de 02/09/1994, assim demonstrou a intenção / finalidade da recomposição salarial era para cobrir também a defasagem / recomposição da URV em patamares acima dos 11,98% pretendidos na presente demanda. Acostou ainda, juntamente com a peça de recurso, vários documentos. Por derradeiro, acrescentou que no "... caso dos servidores integrantes da Carreira dos Profissionais do Sistema Penitenciário as Leis 8089/2004 e 8260/2004, reestruturaram, por completo, sua carreira, implementando o subsídio e destacando cargos e atribuições, além, obviamente, de promoverem generoso aumento salarial...". Pugnou ao final: pelo reconhecimento da prescrição quinquenal; ausência de valores a serem recebidos, pelos pagamentos a título de diferenças; e, ainda a ausência de valores a título de URV, pelo fato da recomposição pela Lei 6528/94 ter sido no patamar de 31,17%, acima do percentual pretendido da URV, inexistindo defasagem alguma a se resolver. Em sede de contrarrazões a parte Recorrida rebateu as alegações da prescrição, invocando o DECRETO FEDERAL nº 20.910/32 e ainda a Súmula nº 85 do STJ, que não acolhe a prescrição do fundo de direito (situação jurídica fundamental), restando as parcelas do último quinquênio anterior à propositura da demanda; aduziu mais, que o pagamento sob a rubrica "Dif.Conv. MP-482-URV" não induz de forma automática à recomposição salarial quando da conversão equivocada da moeda, pois apenas juntar as fichas salarias não seria o bastante para demonstrar tal perda da recomposição da moeda pela Medida Provisória 482, convertida em Lei 8880/94 e que os valores devem ser apurados em sede de liquidação de sentença, repisando, no mais os pleitos da exordial, no que tange do direito à incorporação do percentual de 11,98% a título de URV, inclusive aos servidores do Poder Executivo, aplicando-se ao mesmo o artigo 168 da CF, e que eventuais aumentos em si mesmo, não suprimem o direito da recomposição da conversão errada da moeda anteriormente ocorrida. Assim, pugnou pela manutenção integral da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do Ofício nº 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório necessário. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, DAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade de o relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: "SÚMULA Nº 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017)." Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 10 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA Nº 10 – Os servidores públicos do Poder Executivo Estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para a Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6528 de 15/09/1994." Ou seja, após período de maturação entendeu-se que os servidores do Executivo Estadual padecem do alegado direito à implantação de URV ou de eventuais diferenças, justamente pelo fato de que tais foram devidamente recompostas de longa data. Segundo os Ofícios nºs 053/2017/SGFP/SEGES e 122 CM/SGP/SEGES/2016, acostados com a peça de contestação, ali segundo informação da própria Superintendência de Gestão de Folha de Pagamentos do Estado de Mato Grosso, nos anos de 1993 a 1994, o pagamento dos servidores públicos do Poder Executivo eram feitos ainda dentro do mesmo mês (oficio 122/2016) , bem como, de que, existia ainda a folha de pagamento suplementar para cobrir a diferença da URV entre o dia do fechamento da folha do pagamento e do valor da URV do último dia do mês, com o pagamento da rubrica "DIF.CONV.MP – 482-URV", ocorrendo o pagamento das diferenças nos meses de abril / maio / junho do ano de 1994, vigorando por três meses, sendo posteriormente substituído pela nova moeda, com o nome de REAL (ofício 053/2017, que se encontra em vários feitos da URV do Estado, citando como mera referência o feito 1000219-39.2018.8.11.0048 – ID 7371747), de onde em sede de impugnação à contestação apenas se limitou a dizer que essas alegações não eram suficientes a comprovar a recomposição oriunda da defasagem atinente da URV, porém, nada mais traz em sede de contraposição, sendo contra, pelo simples fato de ser contra. Poderia a parte lastrear suas alegações em provas, porém, apenas alega e nada mais, não se desincumbindo do seu ônus probatório, o que, somente por tais fatos em caso análogo na Apelação Cível 37117/2017, julgado no TJMT, com voto da lavra do Desembargador Luiz Carlos da Costa, o mesmo julgou improcedentes os pleitos da parte, pela ausência da impugnação devidamente fundamentada. Sabe-se ainda que a aduzida defasagem salarial na remuneração decorrente do equivocado método de conversão de Cruzeiros Reais para a Unidade de Valor – URV não se estende a todos os servidores público de forma indiscriminada, mas apenas àqueles que, comprovadamente, foram prejudicados, não sendo uma via oblíqua e automática para aumento dos vencimentos, que, é o que se aparenta na pretensão da parte Recorrida. Outro ponto importante a ser reconhecido, como não poderia deixar de ser, juntamente com a peça de contestação, veio ainda encartado OFÍCIO/DAD/GG/1334/94, de 02/09/1994, da lavra do Exmo. Governador do Estado de Mato Grosso da época, Jayme Veríssimo de Campos, de onde o mesmo encaminha o Projeto de Lei para apreciação da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, justamente para a devida recomposição salarial dos servidores do executivo estadual, para textualmente recompor as perdas salarias, inclusive da URV, para os servidores, senão vejamos: "OFÍCIO/DAD/GG/1334/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Senhor Presidente, Para apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a MENSAGEM Nº 48 /94, acompanhada do respectivo Projeto de Lei que "Reajusta as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência e dignos pares os protestos de elevado apreço e distinta consideração. JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado Excelentíssimo Senhor Deputado HUMBERTO BOSAIPO Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa Palácio Filinto Muller Nesta. MENSAGEM Nº 48/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores Deputados: Nos termos do disposto nos artigos 39 e 66, inciso II, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, o anexo Projeto de Lei que "Reajusta os vencimentos dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Imbuído no propósito de sempre buscar ofertar acréscimos as Tabelas Salariais de nossos abnegados servidores públicos, na oportunidade e hora em que vislumbro compatibilidade de caixa com o

estudo do impacto que tal acréscimo ocasiona, no Tesouro Estadual, sem descuidar dos serviços essenciais que a administração pública tem sob sua responsabilidade, encaminho-lhes o anexo Projeto de Lei que tem esse objetivo. Busco aí atender a todos com especial destaque aos nossos educadores (30%), bem como buscando corrigir prejuízos sofridos na conversão da URV, como foi o caso específico dos Auditores do Estado e Médicos-Legista. Decidi-me pela aplicação de um realinhamento linear médio de percentual condizente com a capacidade ora vislumbrada, sem a adoção do parcelamento para não impor mais sacrifícios aos nossos servidores, mantendo-se assim a despesa de custeio de pessoal dentro do limite constitucional (art. 38, ADCT da Constituição Federal), razão pela qual entendo merecedor o anexo Projeto de Lei de aprovação por essa Casa de Leis. Encareço, outrossim, sua tramitação pelo regime de urgência estatuído no artigo 41, da Constituição Estadual, oportunidade que uso do ensejo para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e aos seus dignos pares, as expressões do meu melhor apreço e profunda consideração. Atenciosamente, JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado" (destaca-se) (documentos anexos) Desse encaminhamento originou a Lei 6.528/1994, datada de 15/09/1994, cujo texto de ementa da lei, anota que a mesma "realinha as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências"(sic), ou seja a lei, realinhou os vencimentos de todos do executivo, e tal realinhamento era, no intuito ainda de "recompor as eventuais defasagens da URV, que em geral foi de 18% PARA TODAS AS CATEGORIAS, enquanto algumas tiveram recomposição ainda maior, ou seja, bem acima do percentual de 11,98% pretendido pela parte autora, ISSO AINDA NO MÊS DE 15/09/1994. O que tem que se ter em mente é que, no ano de 1994, fora editado o DECRETO do GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO 4400/94, de 14/04/1994, que fez a conversão dos salários para a URV, e, nesse meio termo, saiu a Lei Federal 8880/94, que instituiu a "MOEDA REAL", de onde, em seu artigo 3º, § 1º impôs que a partir de julho de 1994 iria ser emitida e convertida a moeda para "REAL", bem como, ainda EM DATA DE 15/09/1994 fora editada a Lei Estadual 6.528/1994, que fez a recomposição salarial dos servidores em geral, em diversas faixas e alíquotas, com o objetivo de também recompor o salário inclusive das perdas da URV, segundo a mensagem 48/94 do Governador do Estado, acima transcrita. Certo ainda que, a recomposição salarial, em si mesmo não afasta a imposição de se recompor a perda de valores decorrentes da URV, disso não se descura, nos moldes de vários julgados do STF, sobre o tema, de onde, uma coisa não substitui a outra, porém, no caso em tela, o objetivo da recomposição era exatamente recompor as perdas salariais e ainda a perda da conversão da URV, COMO SE OBSERVA DE FORMA CLARA NA MENSAGEM DA INTENÇÃO LEGISLATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, NA ÉPOCA DOS FATOS, e o simples fato do cabeçalho da Lei 6528/94 não trazer ali também a menção da URV, isto por si só não afasta esta intenção, essa finalística da lei. Se consideramos o percentual padrão de 11,98% da URV da qual se pretende ainda obteve-se a recomposição extra de aproximadamente entre 18% e 19%, além da URV, e, em algumas categorias com valores ainda maiores, não existindo defasagem alguma a ser recomposta, visto que, exatamente na edição da Lei 6528/94, tais valores foram efetivamente recompostos. Existem diferenças entre os servidores do Estado e do Poder Judiciário, visto que, cada um teve o seu momento de recomposição, ante a independência dos poderes, de onde, o Poder Judiciário, obteve o direito à URV, pelo fato de que, demorou muito tempo depois para fazer as correções e perdas, advindo daí o seu direito, não querendo dizer que todos de forma indiscriminada tenham o direito à URV, à exemplo do caso em tela. E ainda há de ser registrado que, posteriormente, ainda no mês de NOVEMBRO DE 1994, ocorreu mais uma reposição salarial, no importe de 37,75%, nos salários, nos moldes descritos na própria Lei 6528/94, em seu artigo 10, senão vejamos: "Art. 10 – O Governo do Estado de Mato Grosso, concederá um novo reajuste salarial, a todos os servidores públicos do Estado, a partir do mês de novembro de 1994.". Ou seja, já tinha ocorrido um reajuste salarial, com o objetivo de recomposição e ainda de recomposição pelas perdas da URV em setembro de 1994 e ai em novembro de 1994, novo reajuste ainda foi concedido a todos os servidores do Estado e Mato Grosso, pela LEI 6583 de 13/12/1994. Anoto ainda que, o mesmo raciocínio vale para tantas outras carreiras do ESTADO DE MATO GROSSO, senão vejamos, o comparativo das tabelas abaixo, com recomposição acima dos 11,98% da URV. Calha ainda a consideração de que as informações acima, constam de diversos outros processos a tramitar perante a Turma Recursal, da relatoria deste magistrado, de onde, em detida e profunda verificação as tabelas acima NADA MAIS SÃO DO QUE UM MERO RESUMO DO QUE ESTÁ A CONSTAR TANTO NO DECRETO 440/1994 E NA LEI 6528/1994, sendo informações públicas e EXATAMENTE A BASE LEGAL PARA A PRESENTE DECISÃO JUDICIAL, não podendo ninguém alegar que é uma prova que não consta dos autos, ou que seria uma prova surpresa, sendo apenas aproveitado o documento, pois já devidamente formatado, sendo a Lei Pública e do conhecimento de todos os envolvidos. E, em pesquisa no s i t e d o I B G E (https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2015_dez.pdf), tem-se que índices inflacionários no período foram os seguintes acumulados: Considerando o período de julho de 1994 até dezembro de 1994, o acúmulo do índice do INPC foi de 17,37%, ou seja, além da recomposição anterior da URV e outras perdas, ainda, posteriormente, nova recomposição em 37,74%, inexistindo se falar em valores de URV a serem pagos e/ou incorporados ao vencimento mensal do servidor. Calha ainda a consideração de que, as diversas carreiras estatais sofreram, posteriormente, as suas reestruturações vencimentais e organizacionais ao longo do tempo, porém, registro também, que, isso nada tem a ver com URV convertida, pois lá atrás, ainda em 1994, houve a recomposição específica para suprir a eventual defasagem salarial que ocorria. E se não fosse por tal prisma, calha ainda a menção de que eventuais diferenças salariais, caso houvessem, na época da reestruturação das mais diversas carreiras, esta não seria eterna, ou seja, o RE 561836/RN (RECURSO REPETITIVO), da lavra do Excelentíssimo Ministro do STF Luiz Fux, registrou que o lapso temporal era exatamente a reestruturação das carreiras, senão vejamos: Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) E, ainda nesse julgamento, no julgamento originário / primitivo, o mesmo ainda anota que, em caso de eventual decréscimo vencimental quando da reestruturação da carreira, naquele momento, deveria ser paga uma verba destacada denominado de VPNI, que teria duração até o momento em que houvessem as recomposições ao longo do tempo, com prazo para sua extinção e não sendo eterna, senão vejamos: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Supremo Tribunal Federal RE 561836 / RN AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DA BAHIA ADV.(A / S) : MARCONI DE

SOUZA REIS A M. CURIAE . : APLB - SINDICATO DOS TRABALHADORES E M EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA ADV.(A / S) : RITA DE CÁSSIA DE OLIVEIRA SOUZA A M. CURIAE . : ESTADO DE SÃO PAULO PROC.(A / S)(ES) : PROCURADOR -GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO ESTADO DA BAHIA - AFPEB ADV.(A / S) : CESAR AUGUSTO PRISCO PARAISO E OUTRO (A / S) A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS E SERVIDORES DO INSTITUTO DE ZOOTECNIA - AFIZ ADV.(A / S) : KLEBER CURCIOL EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Inteiro Teor do Acórdão - Página 2 de 90 Ementa e Acórdão RE 561836 / RN índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. 6) A irredutibilidade estipendial recomenda que se, em decorrência da reestruturação da carreira do servidor, a supressão da parcela dos 11,98%, ou em outro percentual obtido na liquidação, verificar-se com a redução da remuneração, o servidor fará jus a uma parcela remuneratória (VPNI) em montante necessário para que não haja uma ofensa ao princípio, cujo valor será absorvido pelos aumentos subsequentes. 7) A reestruturação dos cargos no âmbito do Poder Judiciário Federal decorreu do advento da Lei nº 10.475/2002, diploma legal cuja vigência deve servir de termo ad quem para o pagamento e incorporação dos 11,98% no âmbito do referido Poder. 8) Inconstitucionalidade. 9) Recurso extraordinário interposto pelo estado do Rio Grande do Norte conhecido e parcialmente provido, porquanto descabida a pretensa compensação do percentual devido ao servidor em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV com aumentos supervenientes a título de reajuste e revisão de remuneração, restando, por outro lado, fixado que o referido percentual será absorvido no caso de reestruturação financeira da carreira, e declarada incidenter tantum a inconstitucionalidade da Lei n° 6.612, de 16 de maio de 1994, do estado do Rio Grande do Norte. JULGADO 26/09/2013, Relator: Ministro Luiz Fuz – Supremo Tribunal Federal) E, não se tem como afastar que, mesmo que houvesse eventual decréscimo salarial lá no momento da reestruturação da carreira, já se transcorreu muito mais do que 05 (cinco) anos, entre a reestruturação da carreira e o momento em que se ajuizou a ação, o que, invariavelmente, também estaria albergada pelo instituto da prescrição, nos moldes do que regra o Decreto-Lei 20.910/32, bem como também pelo decurso de tempo, ante as inúmeras leis posteriores de reestruturação das carreiras de Estado, como por exemplo, as Leis nºs 8089/2004 e 8260/2004 – Profissionais do Sistema Penitenciário –, de onde, fatalmente a incorporação / recomposição já teria ocorrido, com a consequente extinção da denominada verba com a nomenclatura VPNI. Mas digo isto apenas no campo das suposições, pois tais pontos sequer foram traçados pela parte interessada, bem como, devidamente demonstrado anteriormente que a recomposição fora feita ainda no ano de 1994, a afastar totalmente a pretensão inicial do autor. Registro ainda, por derradeiro, que em sede de Juizados Especiais, nos moldes do artigo 38, § único da Lei 9099/95, não se faz possível sentença ilíquida, de onde, este relator, após estudar o assunto, conseguiu entender toda a dinâmica que o cerca, elaborando a sua decisão, exatamente nos moldes de uma perícia judicial, aplicável ao caso, de forma clara e tranquila, a não desafiar a tentativa de sequer ser verificada em sede de liquidação de sentença, pois, como bem demonstrado o feito independe de qualquer liquidação, atacando-se TODA A MATÉRIA DE IMEDIATO de forma exaustiva. Então a única conclusão que se retira é de que o pleito da exordial é totalmente improcedente, de onde ainda registro que em vários casos que tem me chegado à conclusão na fase de liquidação, foi de liquidação “zero’, de onde, não posso me furtar à profundidade do voto, resolvendo “ab initio” o processo, sem causar falsas esperanças às partes envolvidas, a não merecer reparos a sentença objurgada. Posto isso, CONHEÇO do recurso inominado aviado e no mérito DOU-LHE PROVIMENTO para julgar totalmente improcedentes os pleitos exordiais, nos moldes do artigo 487, inciso I, do NCPC, de forma monocrática, com espeque na Súmula nº 02 da TRU c/c Súmula nº 10 da TRU em sede de matéria da Fazenda Pública, c/c artigo 932, inciso V, “a”, do NCPC. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais, pelo fato de o Estado ser isento, e sem a condenação em honorários advocatícios, diante do que dispõe o artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, caso este feito tenha sido iniciado pela Justiça Comum, e, posteriormente enviado para a Turma Recursal / Juizados Especiais, automaticamente a sistemática das custas e honorários serão, por óbvio, as utilizadas na Lei 9099/95, prevalecendo esta sobre eventual condenação anterior, seja das custas ou de honorários em 1º grau, visto que, em sede de Juizados Especiais, inexistem custas ou honorários advocatícios em sede de 1º grau, de onde, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, somente serão arbitradas as custas ou honorários em caso de insucesso do recurso aviado, valendo apenas as custas e honorários fixados e da forma em que foram fixados nesta decisão. Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Após o trânsito em julgado, devolvam-se os autos à origem com as baixas e anotações pertinentes de praxe. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1001496-68.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO CORREA MARQUES OAB - MT10622-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE OTACILIO DA SILVA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ROQUE PIRES DA ROCHA FILHO OAB - MT9870-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – PRESCRIÇÃO – OCORRÊNCIA – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – INGRESSO DA AÇÃO APÓS O PRAZO PRESCRICIONAL – SENTENÇA REFORMADA – SÚMULA DA FAZENDA PÚBLICA Nº 11 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, “a” DO NCPC C/C SÚMULA Nº 02 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a” do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 11 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Ultrapassados o prazo de mais de 5 (cinco) anos entre a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras e o ajuizamento da demanda, passa a ocorrer a prescrição ao eventual direito de recomposição / pagamento de diferenças da conversão da moeda de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor, nos ditames do Decreto-Lei

20910/32 e ainda RE 561836/RN- STF e o julgamento dos embargos de declaração deste mesmo recurso extraordinário, com efeito repetitivo. 3. O entendimento está sedimentado pelas Súmulas da Fazenda Pública de nºs 10 e 11 publicadas em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença que merece ser reformada. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Trata-se de recurso aviado pela municipalidade contra a sentença que determinou a implantação do pagamento de valores de URV, bem como pagamento de valores atrasados em relação aos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação. A municipalidade aduziu a ausência do direito alegado e ainda prescrição. Em sede de contrarrazões o recorrido pugnou pela manutenção da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, DAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: SÚMULA Nº 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (Nova redação aprovada em 12/09/2017). Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 11 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA Nº 11: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 861836/RN-STF)." Deve ser observada a data da reestruturação das carreiras, de onde, pela Lei Complementar nº 07/2004, que dispôs sobre a reestruturação das carreiras da presente municipalidade, sendo o termo limite para se pleitear qualquer tipo de valores de URV, bem ainda o marco para basear que a presente lide fora ajuizada em data além do prazo prescricional de 5 (cinco) anos, do Decreto Lei 20910/32. Em recentíssimo julgamento no RESP 1.809.026/AL, da lavra do Ministro Herman Benjamin, decidido em data de 25/06/2019 e publicado em data de 02/08/2019, assim ficou lançado: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido." Em outros casos idênticos seguem as decisões do STJ: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 23/05/2016) No mesmo diapasão foi a conclusão do Ministro Luiz Fux, quando decidiu os Embargos de Declaração no RE 561836/RN que se tornou caso de repercussão geral sobre o tema, senão vejamos: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) Ainda no mesmo julgado acima noticia-se que seria paga, no caso de decréscimo salarial a ser devidamente demonstrado, quando da reestruturação da carreira, uma verba destacada com o nome de VPNI que seria absorvida com o passar dos anos, com as recomposições salariais que viessem ocorrendo, de onde, de longa data, também já teria sido absorvido, com as várias alterações salariais ao longo de quase 25 (vinte e cinco) anos, sem falar na total ausência mínima de demonstração de decréscimo salarial no presente feito. Posto isso, conheço do recurso e no mérito DOU-LHE PROVIMENTO para acolher a prescrição de fundo de direito, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos moldes do artigo 487, inciso II, do Novo Código de Processo Civil. Isento de custas processuais e sem a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, ante o resultado do recurso, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, com a mudança de locação / competência, as regras de sucumbência são as do Juizado Especial, em superação à qualquer outra, diante da existência de Lei Especial (Lei 9099/95) em sobreposição à Lei Geral (NCPC). Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1003783-18.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
VINICIUS LARA CRUZ DE OLIVEIRA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO LIMA OLIVEIRA OAB - MT15306-A (ADVOGADO)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – MÉRITO - URV – AUSÊNCIA DE DIFERENÇAS SALARIAIS – RECOMPOSIÇÃO ACIMA DO ÍNDICE EM 1994 – AUSÊNCIA DO DIREITO ALEGADO – JULGAMENTO MONOCRÁTICO – POSSIBILIDADE – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, "a", DO NCPC C/C A SÚMULA Nº 02 DA TRU E SÚMULA Nº 10 DA TRU / FAZENDA PÚBLICA – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a" do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 10 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Observada a ausência do alegado direito à recomposição linear da URV, pela ausência de perda, com a recomposição salarial, ainda no mesmo ano da conversão, inexiste se falar em direito à incorporação de valores de forma linear e ainda de valores retroativos, como pretende a

autora, de modo que a sentença deve ser reformada para improcedência dos pedidos da petição inicial. 3. O entendimento está sedimentado pela Súmula da Fazenda Pública de nº 10 publicada em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença reformada. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Registro que o presente feito fora recebido e tramitando agora pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso. Trata-se de recurso inominado interposto pelo ESTADO DE MATO GROSSO, contra a sentença que entendeu que deve ser feita a incorporação do percentual de 11,98% a título de URV e ainda o pagamento dos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da demanda, aduzindo o Estado de Mato Grosso Recorrente que ocorreu a prescrição quinquenal pela reestruturação da carreira correspondente, sendo este o início do prazo prescricional, pela aplicação do julgado em Repercussão Geral RE 941.449-MT, bem como foi feito pagamento sob rubrica "Dif.Conv. MP -482-URV", fazendo ainda alusão ao Recurso de Apelação Cível 37117/2017, que assim reconheceu, inexistindo qualquer defasagem salarial; Aduziu também, que os servidores do Poder Executivo não faziam jus a tal direito, por receberem no dia 20 de cada mês naquela época, bem como que no ano de 1994, pela Lei 6.528/94 de 15/09/1994, segundo o ementário / mensagem do Governador do Estado naquela ocasião, o então governador apontou que a Lei enviada era com o objetivo de recompor as defasagens dos servidores, numa média de recomposição de 18%, e, algumas categorias ainda com maior recomposição, inclusive da URV, de onde o Ofício / Mensagem 48/94 datado de 02/09/1994, assim demonstrou a intenção / finalidade da recomposição salarial era para cobrir também a defasagem / recomposição da URV em patamares acima dos 11,98% pretendidos na presente demanda. Acostou ainda, juntamente com a peça de recurso, vários documentos. Por derradeiro, acrescentou que "... no caso dos servidores integrantes da Carreira Militar, a Lei Complementar n. 231 de 15 de dezembro de 2005 reestruturou, por completo, suas carreiras, implementando o subsídio e destacando cargos e atribuições, além, obviamente, de promoverem generoso aumento salarial...". Pugnou ao final: pelo reconhecimento da prescrição quinquenal; ausência de valores a serem recebidos, pelos pagamentos a título de diferenças; e, ainda a ausência de valores a título de URV, pelo fato da recomposição pela Lei 6528/94 ter sido no patamar de 31,17%, acima do percentual pretendido da URV, inexistindo defasagem alguma a se resolver. Em sede de contrarrazões a parte Recorrida rebateu as alegações da prescrição, invocando o DECRETO FEDERAL nº 20.910/32 e ainda a Súmula nº 85 do STJ, que não acolhe a prescrição do fundo de direito (situação jurídica fundamental), restando as parcelas do último quinquênio anterior à propositura da demanda; aduziu mais, que o pagamento sob a rubrica "Dif.Conv. MP-482-URV" não induz de forma automática à recomposição salarial quando da conversão equivocada da moeda, pois apenas juntar as fichas salarias não seria o bastante para demonstrar tal perda da recomposição da moeda pela Medida Provisória 482, convertida em Lei 8880/94 e que os valores devem ser apurados em sede de liquidação de sentença, repisando, no mais os pleitos da exordial, no que tange do direito à incorporação do percentual de 11,98% a título de URV, inclusive aos servidores do Poder Executivo, aplicando-se ao mesmo o artigo 168 da CF, e que eventuais aumentos em si mesmo, não suprimem o direito da recomposição da conversão errada da moeda anteriormente ocorrida. Assim, pugnou pela manutenção integral da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do Ofício nº 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório necessário. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, DAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade de o relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: "SÚMULA Nº 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017)." Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 10 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA Nº 10 – Os servidores públicos do Poder Executivo Estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para a Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6528 de 15/09/1994." Ou seja, após período de maturação entendeu-se que os servidores do Executivo Estadual padecem do alegado direito à implantação de URV ou de eventuais diferenças, justamente pelo fato de que tais foram devidamente recompostas de longa data. Segundo os Ofícios nºs 053/2017/SGFP/SEGES e 122 CM/SGP/SEGES/2016, acostados com a peça de contestação, ali segundo informação da própria Superintendência de Gestão de Folha de Pagamentos do Estado de Mato Grosso, nos anos de 1993 a 1994, o pagamento dos servidores públicos do Poder Executivo eram feitos ainda dentro do mesmo mês (oficio 122/2016) , bem como, de que, existia ainda a folha de pagamento suplementar para cobrir a diferença da URV entre o dia do fechamento da folha do pagamento e do valor da URV do último dia do mês, com o pagamento da rubrica "DIF.CONV.MP – 482-URV", ocorrendo o pagamento das diferenças nos meses de abril / maio / junho do ano de 1994, vigorando por três meses, sendo posteriormente substituído pela nova moeda, com o nome de REAL (ofício 053/2017, que se encontra em vários feitos da URV do Estado, citando como mera referência o feito 1000219-39.2018.8.11.0048 – ID 7371747), de onde em sede de impugnação à contestação apenas se limitou a dizer que essas alegações não eram suficientes a comprovar a recomposição oriunda da defasagem atinente da URV, porém, nada mais traz em sede de contraposição, sendo contra, pelo simples fato de ser contra. Poderia a parte lastrear suas alegações em provas, porém, apenas alega e nada mais, não se desincumbindo do seu ônus probatório, o que, somente por tais fatos em caso análogo na Apelação Cível 37117/2017, julgado no TJMT, com voto da lavra do Desembargador Luiz Carlos da Costa, o mesmo julgou improcedentes os pleitos da parte, pela ausência da impugnação devidamente fundamentada. Sabe-se ainda que a aduzida defasagem salarial na remuneração decorrente do equivocado método de conversão de Cruzeiros Reais para a Unidade de Valor – URV não se estende a todos os servidores público de forma indiscriminada, mas apenas àqueles que, comprovadamente, foram prejudicados, não sendo uma via oblíqua e automática para aumento dos vencimentos, que, é o que se aparenta na pretensão da parte Recorrida. Outro ponto importante a ser reconhecido, como não poderia deixar de ser, juntamente com a peça de contestação, veio ainda encartado OFÍCIO/DAD/GG/1334/94, de 02/09/1994, da lavra do Exmo. Governador do Estado de Mato Grosso da época, Jayme Veríssimo de Campos, de onde o mesmo encaminha o Projeto de Lei para apreciação da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, justamente para a devida recomposição salarial dos servidores do executivo estadual, para textualmente recompor as perdas salarias, inclusive da URV, para os servidores, senão vejamos: "OFÍCIO/DAD/GG/1334/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Senhor Presidente, Para apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a MENSAGEM Nº 48 /94, acompanhada do respectivo Projeto de Lei que "Reajusta as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência e dignos pares os protestos de elevado apreço e distinta consideração. JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado Excelentíssimo Senhor Deputado HUMBERTO BOSAIPO Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa Palácio Filinto Muller Nesta. MENSAGEM Nº 48/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores Deputados: Nos termos do disposto nos artigos 39 e 66, inciso II, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, o anexo Projeto de Lei que "Reajusta os vencimentos dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Imbuído no propósito de sempre buscar ofertar acréscimos as Tabelas Salariais de nossos abnegados servidores públicos, na oportunidade e hora em que vislumbro compatibilidade de caixa com o estudo do impacto que tal acréscimo ocasiona, no Tesouro Estadual, sem descuidar dos serviços essenciais que a administração pública tem sob

sua responsabilidade, encaminho-lhes o anexo Projeto de Lei que tem esse objetivo. Busco aí atender a todos com especial destaque aos nossos educadores (30%), bem como buscando corrigir prejuízos sofridos na conversão da URV, como foi o caso específico dos Auditores do Estado e Médicos-Legista. Decidi-me pela aplicação de um realinhamento linear médio de percentual condizente com a capacidade ora vislumbrada, sem a adoção do parcelamento para não impor mais sacrifícios aos nossos servidores, mantendo-se assim a despesa de custeio de pessoal dentro do limite constitucional (art. 38, ADCT da Constituição Federal), razão pela qual entendo merecedor o anexo Projeto de Lei de aprovação por essa Casa de Leis. Encareço, outrossim, sua tramitação pelo regime de urgência estatuído no artigo 41, da Constituição Estadual, oportunidade que uso do ensejo para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e aos seus dignos pares, as expressões do meu melhor apreço e profunda consideração. Atenciosamente, JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado" (destaca-se) (documentos anexos) Desse encaminhamento originou a Lei 6.528/1994, datada de 15/09/1994, cujo texto de ementa da lei, anota que a mesma "realinha as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências"(sic), ou seja a lei, realinhou os vencimentos de todos do executivo, e tal realinhamento era, no intuito ainda de "recompor as eventuais defasagens da URV, que em geral foi de 18% PARA TODAS AS CATEGORIAS, enquanto algumas tiveram recomposição ainda maior, ou seja, bem acima do percentual de 11,98% pretendido pela parte autora, ISSO AINDA NO MÊS DE 15/09/1994. O que tem que se ter em mente é que, no ano de 1994, fora editado o DECRETO do GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO 4400/94, de 14/04/1994, que fez a conversão dos salários para a URV, e, nesse meio termo, saiu a Lei Federal 8880/94, que instituiu a "MOEDA REAL", de onde, em seu artigo 3º, § 1º impôs que a partir de julho de 1994 iria ser emitida e convertida a moeda para "REAL", bem como, ainda EM DATA DE 15/09/1994 fora editada a Lei Estadual 6.528/1994, que fez a recomposição salarial dos servidores em geral, em diversas faixas e alíquotas, com o objetivo de também recompor o salário inclusive das perdas da URV, segundo a mensagem 48/94 do Governador do Estado, acima transcrita. Certo ainda que, a recomposição salarial, em si mesmo não afasta a imposição de se recompor a perda de valores decorrentes da URV, disso não se descura, nos moldes de vários julgados do STF, sobre o tema, de onde, uma coisa não substitui a outra, porém, no caso em tela, o objetivo da recomposição era exatamente recompor as perdas salariais e ainda a perda da conversão da URV, COMO SE OBSERVA DE FORMA CLARA NA MENSAGEM DA INTENÇÃO LEGISLATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, NA ÉPOCA DOS FATOS, e o simples fato do cabeçalho da Lei 6528/94 não trazer ali também a menção da URV, isto por si só não afasta esta intenção, essa finalística da lei. Se consideramos o percentual padrão de 11,98% da URV da qual se pretende ainda obteve-se a recomposição extra de aproximadamente entre 18% e 19%, além da URV, e, em algumas categorias com valores ainda maiores, não existindo defasagem alguma a ser recomposta, visto que, exatamente na edição da Lei 6528/94, tais valores foram efetivamente recompostos. Existem diferenças entre os servidores do Estado e do Poder Judiciário, visto que, cada um teve o seu momento de recomposição, ante a independência dos poderes, de onde, o Poder Judiciário, obteve o direito à URV, pelo fato de que, demorou muito tempo depois para fazer as correções e perdas, advindo daí o seu direito, não querendo dizer que todos de forma indiscriminada tenham o direito à URV, à exemplo do caso em tela. E ainda há de ser registrado que, posteriormente, ainda no mês de NOVEMBRO DE 1994, ocorreu mais uma reposição salarial, no importe de 37,75%, nos salários, nos moldes descritos na própria Lei 6528/94, em seu artigo 10, senão vejamos: "Art. 10 – O Governo do Estado de Mato Grosso, concederá um novo reajuste salarial, a todos os servidores públicos do Estado, a partir do mês de novembro de 1994.". Ou seja, já tinha ocorrido um reajuste salarial, com o objetivo de recomposição e ainda de recomposição pelas perdas da URV em setembro de 1994 e ai em novembro de 1994, novo reajuste ainda foi concedido a todos os servidores do Estado e Mato Grosso, pela LEI 6583 de 13/12/1994. Anoto ainda que, o mesmo raciocínio vale para tantas outras carreiras do ESTADO DE MATO GROSSO, senão vejamos, o comparativo das tabelas abaixo, com recomposição acima dos 11,98% da URV. Calha ainda a consideração de que as informações acima, constam de diversos outros processos a tramitar perante a Turma Recursal, da relatoria deste magistrado, de onde, em detida e profunda verificação as tabelas acima NADA MAIS SÃO DO QUE UM MERO RESUMO DO QUE ESTÁ A CONSTAR TANTO NO DECRETO 440/1994 E NA LEI 6528/1994, sendo informações públicas e EXATAMENTE A BASE LEGAL PARA A PRESENTE DECISÃO JUDICIAL, não podendo ninguém alegar que é uma prova que não consta dos autos, ou que seria uma prova surpresa, sendo apenas aproveitado o documento, pois já devidamente formatado, sendo a Lei Pública e do conhecimento de todos os envolvidos. E, em pesquisa no s i t e d o I B G E (https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2015_dez.pdf), tem-se que índices inflacionários no período foram os seguintes acumulados: Considerando o período de julho de 1994 até dezembro de 1994, o acúmulo do índice do INPC foi de 17,37%, ou seja, além da recomposição anterior da URV e outras perdas, ainda, posteriormente, nova recomposição em 37,74%, inexistindo se falar em valores de URV a serem pagos e/ou incorporados ao vencimento mensal do servidor. Calha ainda a consideração de que, as diversas carreiras estatais sofreram, posteriormente, as suas reestruturações vencimentais e organizacionais ao longo do tempo, porém, registro também, que, isso nada tem a ver com URV convertida, pois lá atrás, ainda em 1994, houve a recomposição específica para suprir a eventual defasagem salarial que ocorria. E se não fosse por tal prisma, calha ainda a menção de que eventuais diferenças salariais, caso houvessem, na época da reestruturação das mais diversas carreiras, esta não seria eterna, ou seja, o RE 561836/RN (RECURSO REPETITIVO), da lavra do Excelentíssimo Ministro do STF Luiz Fux, registrou que o lapso temporal era exatamente a reestruturação das carreiras, senão vejamos: Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) E, ainda nesse julgamento, no julgamento originário / primitivo, o mesmo ainda anota que, em caso de eventual decréscimo vencimental quando da reestruturação da carreira, naquele momento, deveria ser paga uma verba destacada denominado de VPNI, que teria duração até o momento em que houvessem as recomposições ao longo do tempo, com prazo para sua extinção e não sendo eterna, senão vejamos: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Supremo Tribunal Federal RE 561836 / RN AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DA BAHIA ADV.(A / S) : MARCONI DE SOUZA REIS A M. CURIAE . : APLB - SINDICATO DOS TRABALHADORES E M EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA ADV.(A / S) : RITA DE CÁSSIA

DE OLIVEIRA SOUZA A M. CURIAE . : ESTADO DE SÃO PAULO PROC.(A / S)(ES) : PROCURADOR -GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO ESTADO DA BAHIA - AFPEB ADV.(A / S) : CESAR AUGUSTO PRISCO PARAISO E OUTRO (A / S) A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS E SERVIDORES DO INSTITUTO DE ZOOTECNIA - AFIZ ADV.(A / S) : KLEBER CURCIOL EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Inteiro Teor do Acórdão - Página 2 de 90 Ementa e Acórdão RE 561836 / RN índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. 6) A irredutibilidade estipendial recomenda que se, em decorrência da reestruturação da carreira do servidor, a supressão da parcela dos 11,98%, ou em outro percentual obtido na liquidação, verificar-se com a redução da remuneração, o servidor fará jus a uma parcela remuneratória (VPNI) em montante necessário para que não haja uma ofensa ao princípio, cujo valor será absorvido pelos aumentos subsequentes. 7) A reestruturação dos cargos no âmbito do Poder Judiciário Federal decorreu do advento da Lei nº 10.475/2002, diploma legal cuja vigência deve servir de termo ad quem para o pagamento e incorporação dos 11,98% no âmbito do referido Poder. 8) Inconstitucionalidade. 9) Recurso extraordinário interposto pelo estado do Rio Grande do Norte conhecido e parcialmente provido, porquanto descabida a pretensa compensação do percentual devido ao servidor em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV com aumentos supervenientes a título de reajuste e revisão de remuneração, restando, por outro lado, fixado que o referido percentual será absorvido no caso de reestruturação financeira da carreira, e declarada incidenter tantum a inconstitucionalidade da Lei n° 6.612, de 16 de maio de 1994, do estado do Rio Grande do Norte. JULGADO 26/09/2013, Relator: Ministro Luiz Fuz – Supremo Tribunal Federal) E, não se tem como afastar que, mesmo que houvesse eventual decréscimo salarial lá no momento da reestruturação da carreira, já se transcorreu muito mais do que 05 (cinco) anos, entre a reestruturação da carreira e o momento em que se ajuizou a ação, o que, invariavelmente, também estaria albergada pelo instituto da prescrição, nos moldes do que regra o Decreto-Lei 20.910/32, bem como também pelo decurso de tempo, ante as inúmeras leis posteriores de reestruturação das carreiras de Estado, como por exemplo, a Lei Complementar nº 231/2005 – Servidores Integrantes da Carreira Militar –, de onde, fatalmente a incorporação / recomposição já teria ocorrido, com a consequente extinção da denominada verba com a nomenclatura VPNI. Mas digo isto apenas no campo das suposições, pois tais pontos sequer foram traçados pela parte interessada, bem como, devidamente demonstrado anteriormente que a recomposição fora feita ainda no ano de 1994, a afastar totalmente a pretensão inicial do autor. Registro ainda, por derradeiro, que em sede de Juizados Especiais, nos moldes do artigo 38, § único da Lei 9099/95, não se faz possível sentença ilíquida, de onde, este relator, após estudar o assunto, conseguiu entender toda a dinâmica que o cerca, elaborando a sua decisão, exatamente nos moldes de uma perícia judicial, aplicável ao caso, de forma clara e tranquila, a não desafiar a tentativa de sequer ser verificada em sede de liquidação de sentença, pois, como bem demonstrado o feito independe de qualquer liquidação, atacando-se TODA A MATÉRIA DE IMEDIATO de forma exaustiva. Então a única conclusão que se retira é de que o pleito da exordial é totalmente improcedente, de onde ainda registro que em vários casos que tem me chegado à conclusão na fase de liquidação, foi de liquidação “zero’, de onde, não posso me furtar à profundidade do voto, resolvendo “ab initio” o processo, sem causar falsas esperanças às partes envolvidas, a não merecer reparos a sentença objurgada. Posto isso, CONHEÇO do recurso inominado aviado e no mérito DOU-LHE PROVIMENTO para julgar totalmente improcedentes os pleitos exordiais, nos moldes do artigo 487, inciso I, do NCPC, de forma monocrática, com espeque na Súmula nº 02 da TRU c/c Súmula nº 10 da TRU em sede de matéria da Fazenda Pública, c/c artigo 932, inciso V, “a”, do NCPC. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais, pelo fato de o Estado ser isento, e sem a condenação em honorários advocatícios, diante do que dispõe o artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, caso este feito tenha sido iniciado pela Justiça Comum, e, posteriormente enviado para a Turma Recursal / Juizados Especiais, automaticamente a sistemática das custas e honorários serão, por óbvio, as utilizadas na Lei 9099/95, prevalecendo esta sobre eventual condenação anterior, seja das custas ou de honorários em 1º grau, visto que, em sede de Juizados Especiais, inexistem custas ou honorários advocatícios em sede de 1º grau, de onde, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, somente serão arbitradas as custas ou honorários em caso de insucesso do recurso aviado, valendo apenas as custas e honorários fixados e da forma em que foram fixados nesta decisão. Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Após o trânsito em julgado, devolvam-se os autos à origem com as baixas e anotações pertinentes de praxe. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1004270-22.2018.8.11.0007
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCIELE LOPES DOS SANTOS (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO GABRIEL DAN LOPES OAB - MT15678-O (ADVOGADO)
MOISES ROBERTO TICIANEL OAB - MT19223-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
OZANA BAPTISTA GUSMAO OAB - MT4062-A (ADVOGADO)
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. OAB - 03.467.321/0001-99 (REPRESENTANTE)

Vistos, etc... Vieram-me os autos conclusos para apreciar pedido de devolução do prazo recursal. De fato, verifico que a sessão de julgamento ocorreu em 12/11/2019, no entanto o voto e acórdão somente foram lançados em 18/11/2019, ou seja, após fluído o prazo recursal. À vista do exposto, DEFIRO o pedido de devolução de prazo, o qual passa a fluir a partir da intimação da presente decisão. Intimem-se. Cumpra-se. Lúcia Peruffo Juíza de Direito Relatora

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1010836-50.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
SANTANA DO ESPIRITO SANTO MODESTO (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-A (ADVOGADO)
JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:

MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – MÉRITO - URV – AUSÊNCIA DE DIFERENÇAS SALARIAIS – RECOMPOSIÇÃO ACIMA DO ÍNDICE EM 1994 – AUSÊNCIA DO DIREITO ALEGADO – JULGAMENTO MONOCRÁTICO – POSSIBILIDADE – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, "a", DO NCPC C/C A SÚMULA Nº 02 DA TRU E SÚMULA Nº 10 DA TRU / FAZENDA PÚBLICA – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a" do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 10 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Observada a ausência do alegado direito à recomposição linear da URV, pela ausência de perda, com a recomposição salarial, ainda no mesmo ano da conversão, inexiste se falar em direito à incorporação de valores de forma linear e ainda de valores retroativos, como pretende a autora, de modo que a sentença deve ser reformada para improcedência dos pedidos da petição inicial. 3. O entendimento está sedimentado pela Súmula da Fazenda Pública de nº 10 publicada em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença reformada. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Registro que o presente feito fora recebido e tramitando agora pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso. Trata-se de recurso inominado interposto pelo ESTADO DE MATO GROSSO, contra a sentença que entendeu que deve ser feita a incorporação do percentual de 11,98% a título de URV e ainda o pagamento dos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da demanda, aduzindo o Estado de Mato Grosso Recorrente que ocorreu a prescrição quinquenal pela reestruturação da carreira correspondente, sendo este o início do prazo prescricional, pela aplicação do julgado em Repercussão Geral RE 941.449-MT, bem como foi feito pagamento sob rubrica "Dif.Conv. MP -482-URV", fazendo ainda alusão ao Recurso de Apelação Cível 37117/2017, que assim reconheceu, inexistindo qualquer defasagem salarial; Aduziu também, que os servidores do Poder Executivo não faziam jus a tal direito, por receberem no dia 20 de cada mês naquela época, bem como que no ano de 1994, pela Lei 6.528/94 de 15/09/1994, segundo o ementário / mensagem do Governador do Estado naquela ocasião, o então governador apontou que a Lei enviada era com o objetivo de recompor as defasagens dos servidores, numa média de recomposição de 18%, e, algumas categorias ainda com maior recomposição, inclusive da URV, de onde o Ofício / Mensagem 48/94 datado de 02/09/1994, assim demonstrou a intenção / finalidade da recomposição salarial era para cobrir também a defasagem / recomposição da URV em patamares acima dos 11,98% pretendidos na presente demanda. Acostou ainda, juntamente com a peça de recurso, vários documentos. Por derradeiro, acrescentou que "... no caso dos Profissionais do Sistema Único de Saúde - SUS, as Leis Complementares nºs. 7360/2000 e 8269/2004, reestruturaram, por completo, suas carreiras, implementando o subsídio e destacando cargos e atribuições, além, obviamente, de promoverem generoso aumento salarial...". Pugnou ao final: pelo reconhecimento da prescrição quinquenal; ausência de valores a serem recebidos, pelos pagamentos a título de diferenças; e, ainda a ausência de valores a título de URV, pelo fato da recomposição pela Lei 6528/94 ter sido no patamar de 31,17%, acima do percentual pretendido da URV, inexistindo defasagem alguma a se resolver. Em sede de contrarrazões a parte Recorrida rebateu as alegações da prescrição, invocando o DECRETO FEDERAL nº 20.910/32 e ainda a Súmula nº 85 do STJ, que não acolhe a prescrição do fundo de direito (situação jurídica fundamental), restando as parcelas do último quinquênio anterior à propositura da demanda; aduziu mais, que o pagamento sob a rubrica "Dif.Conv. MP-482-URV" não induz de forma automática à recomposição salarial quando da conversão equivocada da moeda, pois apenas juntar as fichas salarias não seria o bastante para demonstrar tal perda da recomposição da moeda pela Medida Provisória 482, convertida em Lei 8880/94 e que os valores devem ser apurados em sede de liquidação de sentença, repisando, no mais os pleitos da exordial, no que tange do direito à incorporação do percentual de 11,98% a título de URV, inclusive aos servidores do Poder Executivo, aplicando-se ao mesmo o artigo 168 da CF, e que eventuais aumentos em si mesmo, não suprimem o direito da recomposição da conversão errada da moeda anteriormente ocorrida. Assim, pugnou pela manutenção integral da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do Ofício nº 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório necessário. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, DAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade de o relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: "SÚMULA Nº 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017)." Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 10 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA Nº 10 – Os servidores públicos do Poder Executivo Estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para a Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6528 de 15/09/1994." Ou seja, após período de maturação entendeu-se que os servidores do Executivo Estadual padecem do alegado direito à implantação de URV ou de eventuais diferenças, justamente pelo fato de que tais foram devidamente recompostas de longa data. Segundo os Ofícios nºs 053/2017/SGFP/SEGES e 122 CM/SGP/SEGES/2016, acostados com a peça de contestação, ali segundo informação da própria Superintendência de Gestão de Folha de Pagamentos do Estado de Mato Grosso, nos anos de 1993 a 1994, o pagamento dos servidores públicos do Poder Executivo eram feitos ainda dentro do mesmo mês (oficio 122/2016) , bem como, de que, existia ainda a folha de pagamento suplementar para cobrir a diferença da URV entre o dia do fechamento da folha do pagamento e do valor da URV do último dia do mês, com o pagamento da rubrica "DIF.CONV.MP – 482-URV", ocorrendo o pagamento das diferenças nos meses de abril / maio / junho do ano de 1994, vigorando por três meses, sendo posteriormente substituído pela nova moeda, com o nome de REAL (ofício 053/2017, que se encontra em vários feitos da URV do Estado, citando como mera referência o feito 1000219-39.2018.8.11.0048 – ID 7371747), de onde em sede de impugnação à contestação apenas se limitou a dizer que essas alegações não eram suficientes a comprovar a recomposição oriunda da defasagem atinente da URV, porém, nada mais traz em sede de contraposição, sendo contra, pelo simples fato de ser contra. Poderia a parte lastrear suas alegações em provas, porém, apenas alega e nada mais, não se desincumbindo do seu ônus probatório, o que, somente por tais fatos em caso análogo na Apelação Cível 37117/2017, julgado no TJMT, com voto da lavra do Desembargador Luiz Carlos da Costa, o mesmo julgou improcedentes os pleitos da parte, pela ausência da impugnação devidamente fundamentada. Sabe-se ainda que a aduzida defasagem salarial na remuneração decorrente do equivocado método de conversão de Cruzeiros Reais para a Unidade de Valor – URV não se estende a todos os servidores público de forma indiscriminada, mas apenas àqueles que, comprovadamente, foram prejudicados, não sendo uma via oblíqua e automática para aumento dos vencimentos, que, é o que se aparenta na pretensão da parte Recorrida. Outro ponto importante a ser reconhecido, como não poderia deixar de ser, juntamente com a peça de contestação, veio ainda encartado OFÍCIO/DAD/GG/1334/94, de 02/09/1994, da lavra do Exmo. Governador do Estado de Mato Grosso da época, Jayme Veríssimo de Campos, de onde o mesmo encaminha o Projeto de Lei para apreciação da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, justamente para a devida recomposição salarial dos servidores do executivo estadual, para textualmente recompor as perdas salarias, inclusive da URV, para os servidores, senão vejamos: "OFÍCIO/DAD/GG/1334/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Senhor Presidente, Para apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a MENSAGEM Nº 48 /94, acompanhada do respectivo Projeto de Lei que "Reajusta as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares

do Poder Executivo e dá outras providências". Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência e dignos pares os protestos de elevado apreço e distinta consideração. JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado Excelentíssimo Senhor Deputado HUMBERTO BOSAIPO Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa Palácio Filinto Muller Nesta. MENSAGEM Nº 48/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores Deputados: Nos termos do disposto nos artigos 39 e 66, inciso II, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, o anexo Projeto de Lei que "Reajusta os vencimentos dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Imbuído no propósito de sempre buscar ofertar acréscimos as Tabelas Salariais de nossos abnegados servidores públicos, na oportunidade e hora em que vislumbro compatibilidade de caixa com o estudo do impacto que tal acréscimo ocasiona, no Tesouro Estadual, sem descuidar dos serviços essenciais que a administração pública tem sob sua responsabilidade, encaminho-lhes o anexo Projeto de Lei que tem esse objetivo. Busco aí atender a todos com especial destaque aos nossos educadores (30%), bem como buscando corrigir prejuízos sofridos na conversão da URV, como foi o caso específico dos Auditores do Estado e Médicos-Legista. Decidi-me pela aplicação de um realinhamento linear médio de percentual condizente com a capacidade ora vislumbrada, sem a adoção do parcelamento para não impor mais sacrifícios aos nossos servidores, mantendo-se assim a despesa de custeio de pessoal dentro do limite constitucional (art. 38, ADCT da Constituição Federal), razão pela qual entendo merecedor o anexo Projeto de Lei de aprovação por essa Casa de Leis. Encareço, outrossim, sua tramitação pelo regime de urgência estatuído no artigo 41, da Constituição Estadual, oportunidade que uso do ensejo para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e aos seus dignos pares, as expressões do meu melhor apreço e profunda consideração. Atenciosamente, JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado" (destaca-se) (documentos anexos) Desse encaminhamento originou a Lei 6.528/1994, datada de 15/09/1994, cujo texto de ementa da lei, anota que a mesma "realinha as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências"(sic), ou seja a lei, realinhou os vencimentos de todos do executivo, e tal realinhamento era, no intuito ainda de "recompor as eventuais defasagens da URV, que em geral foi de 18% PARA TODAS AS CATEGORIAS, enquanto algumas tiveram recomposição ainda maior, ou seja, bem acima do percentual de 11,98% pretendido pela parte autora, ISSO AINDA NO MÊS DE 15/09/1994. O que tem que se ter em mente é que, no ano de 1994, fora editado o DECRETO do GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO 4400/94, de 14/04/1994, que fez a conversão dos salários para a URV, e, nesse meio termo, saiu a Lei Federal 8880/94, que instituiu a "MOEDA REAL", de onde, em seu artigo 3º, § 1º impôs que a partir de julho de 1994 iria ser emitida e convertida a moeda para "REAL", bem como, ainda EM DATA DE 15/09/1994 fora editada a Lei Estadual 6.528/1994, que fez a recomposição salarial dos servidores em geral, em diversas faixas e alíquotas, com o objetivo de também recompor o salário inclusive das perdas da URV, segundo a mensagem 48/94 do Governador do Estado, acima transcrita. Certo ainda que, a recomposição salarial, em si mesmo não afasta a imposição de se recompor a perda de valores decorrentes da URV, disso não se descura, nos moldes de vários julgados do STF, sobre o tema, de onde, uma coisa não substitui a outra, porém, no caso em tela, o objetivo da recomposição era exatamente recompor as perdas salariais e ainda a perda da conversão da URV, COMO SE OBSERVA DE FORMA CLARA NA MENSAGEM DA INTENÇÃO LEGISLATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, NA ÉPOCA DOS FATOS, e o simples fato do cabeçalho da Lei 6528/94 não trazer ali também a menção da URV, isto por si só não afasta esta intenção, essa finalística da lei. Se consideramos o percentual padrão de 11,98% da URV da qual se pretende ainda obteve-se a recomposição extra de aproximadamente entre 18% e 19%, além da URV, e, em algumas categorias com valores ainda maiores, não existindo defasagem alguma a ser recomposta, visto que, exatamente na edição da Lei 6528/94, tais valores foram efetivamente recompostos. Existem diferenças entre os servidores do Estado e do Poder Judiciário, visto que, cada um teve o seu momento de recomposição, ante a independência dos poderes, de onde, o Poder Judiciário, obteve o direito à URV, pelo fato de que, demorou muito tempo depois para fazer as correções e perdas, advindo daí o seu direito, não querendo dizer que todos de forma indiscriminada tenham o direito à URV, à exemplo do caso em tela. E ainda há de ser registrado que, posteriormente, ainda no mês de NOVEMBRO DE 1994, ocorreu mais uma reposição salarial, no importe de 37,75%, nos salários, nos moldes descritos na própria Lei 6528/94, em seu artigo 10, senão vejamos: "Art. 10 – O Governo do Estado de Mato Grosso, concederá um novo reajuste salarial, a todos os servidores públicos do Estado, a partir do mês de novembro de 1994.". Ou seja, já tinha ocorrido um reajuste salarial, com o objetivo de recomposição e ainda de recomposição pelas perdas da URV em setembro de 1994 e ai em novembro de 1994, novo reajuste ainda foi concedido a todos os servidores do Estado e Mato Grosso, pela LEI 6583 de 13/12/1994. Anoto ainda que, o mesmo raciocínio vale para tantas outras carreiras do ESTADO DE MATO GROSSO, senão vejamos, o comparativo das tabelas abaixo, com recomposição acima dos 11,98% da URV. Calha ainda a consideração de que as informações acima, constam de diversos outros processos a tramitar perante a Turma Recursal, da relatoria deste magistrado, de onde, em detida e profunda verificação as tabelas acima NADA MAIS SÃO DO QUE UM MERO RESUMO DO QUE ESTÁ A CONSTAR TANTO NO DECRETO 440/1994 E NA LEI 6528/1994, sendo informações públicas e EXATAMENTE A BASE LEGAL PARA A PRESENTE DECISÃO JUDICIAL, não podendo ninguém alegar que é uma prova que não consta dos autos, ou que seria uma prova surpresa, sendo apenas aproveitado o documento, pois já devidamente formatado, sendo a Lei Pública e do conhecimento de todos os envolvidos. E, em pesquisa no site do IBGE (https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2015_dez.pdf), tem-se que índices inflacionários no período foram os seguintes acumulados: Considerando o período de julho de 1994 até dezembro de 1994, o acúmulo do índice do INPC foi de 17,37%, ou seja, além da recomposição anterior da URV e outras perdas, ainda, posteriormente, nova recomposição em 37,74%, inexistindo se falar em valores de URV a serem pagos e/ou incorporados ao vencimento mensal do servidor. Calha ainda a consideração de que, as diversas carreiras estatais sofreram, posteriormente, as suas reestruturações vencimentais e organizacionais ao longo do tempo, porém, registro também, que, isso nada tem a ver com URV convertida, pois lá atrás, ainda em 1994, houve a recomposição específica para suprir a eventual defasagem salarial que ocorria. E se não fosse por tal prisma, calha ainda a menção de que eventuais diferenças salariais, caso houvessem, na época da reestruturação das mais diversas carreiras, esta não seria eterna, ou seja, o RE 561836/RN (RECURSO REPETITIVO), da lavra do Excelentíssimo Ministro do STF Luiz Fux, registrou que o lapso temporal era exatamente a reestruturação das carreiras, senão vejamos: Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) E, ainda nesse julgamento, no julgamento originário / primitivo, o mesmo ainda anota que, em caso de eventual decréscimo vencimental quando da reestruturação da carreira, naquele momento, deveria ser paga uma verba destacada denominado de VPNI, que teria duração até o momento em que houvessem as recomposições ao longo do tempo, com prazo para sua extinção e não sendo eterna, senão vejamos: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda

em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Supremo Tribunal Federal RE 561836 / RN AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DA BAHIA ADV.(A / S) : MARCONI DE SOUZA REIS A M. CURIAE . : APLB - SINDICATO DOS TRABALHADORES E M EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA ADV.(A / S) : RITA DE CÁSSIA DE OLIVEIRA SOUZA A M. CURIAE . : ESTADO DE SÃO PAULO PROC.(A / S)(ES) : PROCURADOR -GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO ESTADO DA BAHIA - AFPEB ADV.(A / S) : CESAR AUGUSTO PRISCO PARAISO E OUTRO (A / S) A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS E SERVIDORES DO INSTITUTO DE ZOOTECNIA - AFIZ ADV.(A / S) : KLEBER CURCIOL EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Inteiro Teor do Acórdão - Página 2 de 90 Ementa e Acórdão RE 561836 / RN índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. 6) A irredutibilidade estipendial recomenda que se, em decorrência da reestruturação da carreira do servidor, a supressão da parcela dos 11,98%, ou em outro percentual obtido na liquidação, verificar-se com a redução da remuneração, o servidor fará jus a uma parcela remuneratória (VPNI) em montante necessário para que não haja uma ofensa ao princípio, cujo valor será absorvido pelos aumentos subsequentes. 7) A reestruturação dos cargos no âmbito do Poder Judiciário Federal decorreu do advento da Lei nº 10.475/2002, diploma legal cuja vigência deve servir de termo ad quem para o pagamento e incorporação dos 11,98% no âmbito do referido Poder. 8) Inconstitucionalidade. 9) Recurso extraordinário interposto pelo estado do Rio Grande do Norte conhecido e parcialmente provido, porquanto descabida a pretensa compensação do percentual devido ao servidor em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV com aumentos supervenientes a título de reajuste e revisão de remuneração, restando, por outro lado, fixado que o referido percentual será absorvido no caso de reestruturação financeira da carreira, e declarada incidenter tantum a inconstitucionalidade da Lei n° 6.612, de 16 de maio de 1994, do estado do Rio Grande do Norte. JULGADO 26/09/2013, Relator: Ministro Luiz Fuz – Supremo Tribunal Federal) E, não se tem como afastar que, mesmo que houvesse eventual decréscimo salarial lá no momento da reestruturação da carreira, já se transcorreu muito mais do que 05 (cinco) anos, entre a reestruturação da carreira e o momento em que se ajuizou a ação, o que, invariavelmente, também estaria albergada pelo instituto da prescrição, nos moldes do que regra o Decreto-Lei 20.910/32, bem como também pelo decurso de tempo, ante as inúmeras leis posteriores de reestruturação das carreiras de Estado, como por exemplo, as Leis Complementares nºs 7360/2000 e 8269/2004 – Profissionais do Sistema Único de Saúde – SUS –, de onde, fatalmente a incorporação / recomposição já teria ocorrido, com a consequente extinção da denominada verba com a nomenclatura VPNI. Mas digo isto apenas no campo das suposições, pois tais pontos sequer foram traçados pela parte interessada, bem como, devidamente demonstrado anteriormente que a recomposição fora feita ainda no ano de 1994, a afastar totalmente a pretensão inicial do autor. Registro ainda, por derradeiro, que em sede de Juizados Especiais, nos moldes do artigo 38, § único da Lei 9099/95, não se faz possível sentença ilíquida, de onde, este relator, após estudar o assunto, conseguiu entender toda a dinâmica que o cerca, elaborando a sua decisão, exatamente nos moldes de uma perícia judicial, aplicável ao caso, de forma clara e tranquila, a não desafiar a tentativa de sequer ser verificada em sede de liquidação de sentença, pois, como bem demonstrado o feito independe de qualquer liquidação, atacando-se TODA A MATÉRIA DE IMEDIATO de forma exaustiva. Então a única conclusão que se retira é de que o pleito da exordial é totalmente improcedente, de onde ainda registro que em vários casos que tem me chegado à conclusão na fase de liquidação, foi de liquidação “zero’, de onde, não posso me furtar à profundidade do voto, resolvendo “ab initio” o processo, sem causar falsas esperanças às partes envolvidas, a não merecer reparos a sentença objurgada. Posto isso, CONHEÇO do recurso inominado aviado e no mérito DOU-LHE PROVIMENTO para julgar totalmente improcedentes os pleitos exordiais, nos moldes do artigo 487, inciso I, do NCPC, de forma monocrática, com espeque na Súmula nº 02 da TRU c/c Súmula nº 10 da TRU em sede de matéria da Fazenda Pública, c/c artigo 932, inciso V, “a”, do NCPC. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais, pelo fato de o Estado ser isento, e sem a condenação em honorários advocatícios, diante do que dispõe o artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, caso este feito tenha sido iniciado pela Justiça Comum, e, posteriormente enviado para a Turma Recursal / Juizados Especiais, automaticamente a sistemática das custas e honorários serão, por óbvio, as utilizadas na Lei 9099/95, prevalecendo esta sobre eventual condenação anterior, seja das custas ou de honorários em 1º grau, visto que, em sede de Juizados Especiais, inexistem custas ou honorários advocatícios em sede de 1º grau, de onde, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, somente serão arbitradas as custas ou honorários em caso de insucesso do recurso aviado, valendo apenas as custas e honorários fixados e da forma em que foram fixados nesta decisão. Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Após o trânsito em julgado, devolvam-se os autos à origem com as baixas e anotações pertinentes de praxe. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1020884-68.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANA BEATRIZ MALUFI MARTIN (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLAUDIO CARDOSO FELIX OAB - MT12004-A (ADVOGADO)
NATALIA RAMOS BEZERRA REGIS OAB - MT12048-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – MÉRITO – FAZENDA PÚBLICA – AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA SALARIAL DECORRENTE DA CONVERSÃO DA MOEDA EM URV – SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DOS PLEITOS INICIAIS MANTIDA PELOS PRÓPRIOS

FUNDAMETOS – AUSÊNCIA DE DIFERENÇAS SALARIAIS – RECOMPOSIÇÃO ACIMA DO ÍNDICE EM 1994 – AUSÊNCIA DO DIREITO ALEGADO – JULGAMENTO MONOCRÁTICO – POSSIBILIDADE – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, IV, "a" DO NCPC C/C SÚMULA Nº 01 DA TRU E SÚMULA Nº 10 DA TRU / FAZENDA PÚBLICA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, IV, "a" do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 01 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 10 da TRU em matéria afeto à Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Observada a ausência do alegado direito à recomposição linear da URV, pela ausência de perda, com a recomposição salarial, ainda no mesmo ano da conversão, inexiste se falar em direito à incorporação de valores de forma linear e ainda de valores retroativos, como pretende a autora, de onde, a sentença deve ser mantida. 3. O entendimento está sedimentado pela Súmula da Fazenda Pública de nº 10 publicada em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença que merece ser mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da Lei 9.099/95. 5. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Registro que o presente feito fora recebido e tramitando agora pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso. Trata-se de recurso inominado interposto pelo servidor público do Estado de Mato Grosso, contra a sentença que julgou improcedentes os seus pleitos iniciais de implantação de URV e ainda de pagamentos de valores atrasados, em relação aos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da demanda, pugnando pelo conhecimento e provimento do recurso, com a procedência dos pleitos exordiais. Em sede de contrarrazões, o ESTADO DE MATO GROSSO aduziu que ocorreu a prescrição quinquenal pela reestruturação da carreira correspondente, sendo este o início do prazo prescricional, pela aplicação do julgado em Repercussão Geral RE 941.449-MT, bem como foi feito pagamento sob rubrica "Dif.Conv. MP -482-URV", fazendo ainda alusão ao Recurso de Apelação Cível 37117/2017, que assim reconheceu, inexistindo qualquer defasagem salarial; Aduz ainda que os servidores do executivo não faziam jus a tal direito, por receberem no dia 20 de cada mês, naquela época, bem como, no ano de 1994, pela Lei 6.528/94 de 15/09/1994, segundo o ementário / mensagem do Governador do Estado naquela época, o mesmo apontou que a Lei enviada era com o objetivo de recompor as defasagens dos servidores, numa média de recomposição de 18%, e, algumas categorias ainda com maior recomposição, inclusive da URV, de onde o Ofício / Mensagem 48/94 datado de 02/09/1994 assim demonstrou a intenção / finalidade da recomposição salarial era para cobrir também a defasagem / recomposição da URV em patamares acima dos 11,98% pretendidos na presente demanda. Acostou ainda, juntamente com a peça de recurso, vários documentos. Pugnou ao final: a) pelo reconhecimento da prescrição quinquenal, ausência de valores a serem recebidos, pelos pagamentos a título de diferenças e ainda a ausência de valores a título de URV, pelo fato da recomposição pela Lei 6528/94 ter sido no patamar de 31,17%, acima do percentual pretendido da URV, inexistindo defasagem alguma a se resolver, com o consequente desprovimento do recurso aviado. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO Nº 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, NEGAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, IV, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: IV - negar provimento a recurso que for contrário a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 01 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: "SÚMULA Nº 01: O Relator, em decisão monocrática, poderá negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificadamente os fundamentos da decisão recorrida ou, negar provimento a recurso que esteja dentro dos ditames do artigo 932, IV, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias, para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017)." Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 10 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA 10 – Os servidores públicos do Poder Executivo Estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para a Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6528 de 15/09/1994." Ou seja, após período de maturação entendeu-se que os servidores do Executivo Estadual padecem do alegado direito à implantação de URV ou de eventuais diferenças, justamente pelo fato de que tais foram devidamente recompostas de longa data. Segundo os Ofícios 053/2017/SGFP/SEGES e 122 CM/SGP/SEGES/2016, acostados com a peça de contestação, ali segundo informação da própria Superintendência de Gestão de Folha de Pagamentos do Estado de Mato Grosso, nos anos de 1993 a 1994, o pagamento dos servidores públicos do Poder Executivo eram feitos ainda dentro do mesmo mês (oficio 122/2016) , bem como, de que, existia ainda a folha de pagamento suplementar para cobrir a diferença da URV entre o dia do fechamento da folha do pagamento e do valor da URV do último dia do mês, com o pagamento da rubrica "DIF.CONV.MP – 482-URV", ocorrendo o pagamento das diferenças nos meses de abril / maio / junho do ano de 1994, vigorando por três meses, sendo posteriormente substituído pela nova moeda, com o nome de REAL (ofício 053/2017, que se encontra em vários feitos da URV do Estado, citando como mera referência o feito 1000219-39.2018.8.11.0048 – ID 7371747), de onde em sede de impugnação à contestação apenas se limitou a dizer que essas alegações não eram suficientes a comprovar a recomposição oriunda da defasagem atinente da URV, porém, nada mais traz em sede de contraposição, sendo contra, pelo simples fato de ser contra. Poderia a parte lastrear suas alegações em provas, porém, apenas alega e nada mais, não se desincumbindo do seu ônus probatório, o que, somente por tais fatos em caso análogo na Apelação Cível 37117/2017, julgado no TJMT, com voto da lavra do Desembargador Luiz Carlos da Costa, o mesmo julgou improcedentes os pleitos da parte, pela ausência da impugnação devidamente fundamentada. Sabe-se ainda que a aduzida defasagem salarial na remuneração decorrente do equivocado método de conversão de Cruzeiros Reais para a Unidade de Valor – URV não se estende a todos os servidores público de forma indiscriminada, mas apenas àqueles que, comprovadamente, foram prejudicados, não sendo uma via oblíqua e automática para aumento dos vencimentos, que, é o que se aparenta na pretensão da recorrida. Outro ponto importante a ser reconhecido, como não poderia deixar de ser, juntamente com a peça de contestação, veio ainda encartado OFÍCIO/DAD/GG/1334/94, de 02/09/1994, da lavra do Exmo. Governador do Estado de Mato Grosso da época, Jayme Veríssimo de Campos, de onde o mesmo encaminha o Projeto de Lei para apreciação da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, justamente para a devida recomposição salarial dos servidores do executivo estadual, para textualmente recompor as perdas salarias, inclusive da URV, para os servidores, senão vejamos: "OFÍCIO/DAD/GG/1334/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Senhor Presidente, Para apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a MENSAGEM Nº 48 /94, acompanhada do respectivo Projeto de Lei que "Reajusta as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência e dignos pares os protestos de elevado apreço e distinta consideração. JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado Excelentíssimo Senhor Deputado HUMBERTO BOSAIPO Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa Palácio Filinto Muller Nesta. MENSAGEM Nº 48/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores Deputados: Nos termos do disposto nos artigos 39 e 66, inciso II, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, o anexo Projeto de Lei que "Reajusta os vencimentos dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Imbuído no propósito de sempre buscar ofertar acréscimos as Tabelas Salariais de nossos abnegados servidores públicos, na oportunidade e hora em que vislumbro compatibilidade de caixa com o estudo do impacto que tal acréscimo ocasiona, no Tesouro Estadual, sem descuidar dos serviços essenciais que a administração pública tem sob sua responsabilidade, encaminho-lhes o anexo Projeto de Lei que tem esse objetivo. Busco aí atender a todos com especial destaque aos nossos educadores (30%),

bem como buscando corrigir prejuízos sofridos na conversão da URV, como foi o caso específico dos Auditores do Estado e Médicos-Legista. Decidi-me pela aplicação de um realinhamento linear médio de percentual condizente com a capacidade ora vislumbrada, sem a adoção do parcelamento para não impor mais sacrifícios aos nossos servidores, mantendo-se assim a despesa de custeio de pessoal dentro do limite constitucional (art. 38, ADCT da Constituição Federal), razão pela qual entendo merecedor o anexo Projeto de Lei de aprovação por essa Casa de Leis. Encareço, outrossim, sua tramitação pelo regime de urgência estatuído no artigo 41, da Constituição Estadual, oportunidade que uso do ensejo para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e aos seus dignos pares, as expressões do meu melhor apreço e profunda consideração. Atenciosamente, JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado" (destaca-se) (documentos anexos) Desse encaminhamento originou a Lei 6.528/1994, datada de 15/09/1994, cujo texto de ementa da lei, anota que a mesma "realinha as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências"(sic), ou seja a lei, realinhou os vencimentos de todos do executivo, e tal realinhamento era, no intuito ainda de "recompor as eventuais defasagens da URV, que em geral foi de 18% PARA TODAS AS CATEGORIAS, enquanto algumas tiveram recomposição ainda maior, ou seja, bem acima do percentual de 11,98% pretendido pela parte autora, ISSO AINDA NO MÊS DE 15/09/1994. O que se tem que ter em mente é que, no ano de 1994, fora editado o DECRETO do GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO 4400/94, de 14/04/1994, que fez a conversão dos salários para a URV, e, nesse meio termo, saiu a Lei Federal 8880/94, que instituiu a "MOEDA REAL", de onde, em seu artigo 3º, § 1º impôs que a partir de julho de 1994 iria ser emitida e convertida a moeda para "REAL", bem como, ainda EM DATA DE 15/09/1994 fora editada a Lei Estadual 6.528/1994, que fez a recomposição salarial dos servidores em geral, em diversas faixas e alíquotas, com o objetivo de também recompor o salário inclusive das perdas da URV, segundo a mensagem 48/94 do Governador do Estado, acima transcrita. Certo ainda que, a recomposição salarial, em si mesmo não afasta a imposição de se recompor a perda de valores decorrentes da URV, disso não se descura, nos moldes de vários julgados do STF, sobre o tema, de onde, uma coisa não substitui a outra, porém, no caso em tela, o objetivo da recomposição era exatamente recompor as perdas salariais e ainda a perda da conversão da URV, COMO SE OBSERVA DE FORMA CLARA NA MENSAGEM DA INTENÇÃO LEGISLATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, NA ÉPOCA DOS FATOS, e o simples fato do cabeçalho da Lei 6528/94 não trazer ali também a menção da URV, isto por si só não afasta esta intenção, essa finalística da lei. Se consideramos o percentual padrão de 11,98% da URV da qual se pretende ainda obteve-se a recomposição extra de aproximadamente entre 18% e 19%, além da URV, e, em algumas categorias com valores ainda maiores, não existindo defasagem alguma a ser recomposta, visto que, exatamente na edição da Lei 6528/94, tais valores foram efetivamente recompostos. Existem diferenças entre os servidores do Estado e do Poder Judiciário, visto que, cada um teve o seu momento de recomposição, ante a independência dos poderes, de onde, o Poder Judiciário, obteve o direito à URV, pelo fato de que, demorou muito tempo depois para fazer as correções e perdas, advindo daí o seu direito, não querendo dizer que todos de forma indiscriminada tenham o direito à URV, à exemplo do caso em tela. E ainda há de ser registrado que, posteriormente, ainda no mês de NOVEMBRO DE 1994, ocorreu mais uma reposição salarial, no importe de 37,75%, nos salários, nos moldes descritos na própria Lei 6528/94, em seu artigo 10, senão vejamos: "Art. 10 – O Governo do Estado de Mato Grosso, concederá um novo reajuste salarial, a todos os servidores públicos do Estado, a partir do mês de novembro de 1994." Ou seja, já tinha ocorrido um reajuste salarial, com o objetivo de recomposição e ainda de recomposição pelas perdas da URV em setembro de 1994 e ai em novembro de 1994, novo reajuste ainda foi concedido a todos os servidores do Estado e Mato Grosso, pela Lei 6583 de 13/12/1994. Anoto ainda que, o mesmo raciocínio vale para tantas outras carreiras do ESTADO DE MATO GROSSO, senão vejamos, o comparativo das tabelas abaixo, com recomposição acima dos 11,98% da URV. Calha ainda a consideração de que as informações acima, constam de diversos outros processos a tramitar perante a Turma Recursal, da relatoria deste magistrado, de onde, em detida e profunda verificação as tabelas acima NADA MAIS SÃO DO QUE UM MERO RESUMO DO QUE ESTÁ A CONSTAR TANTO NO DECRETO 440/1994 E NA LEI 6528/1994, sendo informações públicas e EXATAMENTE A BASE LEGAL PARA A PRESENTE DECISÃO JUDICIAL, não podendo ninguém alegar que é uma prova que não consta dos autos, ou que seria uma prova surpresa, sendo apenas aproveitado o documento, pois já devidamente formatado, sendo a Lei Pública e do conhecimento de todos os envolvidos. E, em pesquisa no site do IBGE (https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2015_dez.pdf), tem-se que índices inflacionários no período foram os seguintes acumulados: Considerando o período de julho de 1994 até dezembro de 1994, o acúmulo do índice do INPC foi de 17,37%, ou seja, além da recomposição anterior da URV e outras perdas, ainda, posteriormente, nova recomposição em 37,74%, inexistindo se falar em valores de URV a serem pagos e/ou incorporados ao vencimento mensal do servidor. Calha ainda a consideração de que, as diversas carreiras estatais sofreram, posteriormente, as suas reestruturações vencimentais e organizacionais ao longo do tempo, porém, registro também, que, isso nada tem a ver com URV convertida, pois lá atrás, ainda em 1994, houve a recomposição específica para suprir a eventual defasagem salarial que ocorria. E se não fosse por tal prisma, calha ainda a menção de que eventuais diferenças salariais, caso houvessem, na época da reestruturação das mais diversas carreiras, esta não seria eterna, ou seja, o RE 561836/RN (RECURSO REPETITIVO), da lavra do Excelentíssimo Ministro do STF Luiz Fux, registrou que o lapso temporal era exatamente a reestruturação das carreiras, senão vejamos: Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) E, ainda nesse julgamento, no julgamento originário / primitivo, o mesmo ainda anota que, em caso de eventual decréscimo vencimental quando da reestruturação da carreira, naquele momento, deveria ser paga uma verba destacada denominado de VPNI, que teria duração até o momento em que houvessem as recomposições ao longo do tempo, com prazo para sua extinção e não sendo eterna, senão vejamos: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Supremo Tribunal Federal RE 561836 / RN AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DA BAHIA ADV.(A / S) : MARCONI DE SOUZA REIS A M. CURIAE . : APLB - SINDICATO DOS TRABALHADORES E M EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA ADV.(A / S) : RITA DE CÁSSIA DE OLIVEIRA SOUZA A M. CURIAE . : ESTADO DE SÃO PAULO PROC.(A / S)(ES) : PROCURADOR -GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO ESTADO DA

BAHIA - AFPEB ADV.(A / S) : CESAR AUGUSTO PRISCO PARAISO E OUTRO (A / S) A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS E SERVIDORES DO INSTITUTO DE ZOOTECNIA - AFIZ ADV.(A / S) : KLEBER CURCIOL EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Inteiro Teor do Acórdão - Página 2 de 90 Ementa e Acórdão RE 561836 / RN índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. 6) A irredutibilidade estipendial recomenda que se, em decorrência da reestruturação da carreira do servidor, a supressão da parcela dos 11,98%, ou em outro percentual obtido na liquidação, verificar-se com a redução da remuneração, o servidor fará jus a uma parcela remuneratória (VPNI) em montante necessário para que não haja uma ofensa ao princípio, cujo valor será absorvido pelos aumentos subsequentes. 7) A reestruturação dos cargos no âmbito do Poder Judiciário Federal decorreu do advento da Lei nº 10.475/2002, diploma legal cuja vigência deve servir de termo ad quem para o pagamento e incorporação dos 11,98% no âmbito do referido Poder. 8) Inconstitucionalidade. 9) Recurso extraordinário interposto pelo estado do Rio Grande do Norte conhecido e parcialmente provido, porquanto descabida a pretensa compensação do percentual devido ao servidor em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV com aumentos supervenientes a título de reajuste e revisão de remuneração, restando, por outro lado, fixado que o referido percentual será absorvido no caso de reestruturação financeira da carreira, e declarada incidenter tantum a inconstitucionalidade da Lei n° 6.612, de 16 de maio de 1994, do estado do Rio Grande do Norte. JULGADO 26/09/2013, Relator: Ministro Luiz Fuz – Supremo Tribunal Federal) E, não se tem como afastar que, mesmo que houvesse eventual decréscimo salarial lá no momento da reestruturação da carreira, já se transcorreu muito mais do que 5 (cinco) anos, entre a reestruturação da carreira e o momento em que se ajuizou a ação, o que, invariavelmente, também estaria albergada pelo instituto da prescrição, nos moldes do que regra o Decreto-Lei 20.910/32, bem como também pelo decurso de tempo, ante as inúmeras leis posteriores de reestruturação das carreiras de Estado, de onde, fatalmente a incorporação / recomposição já teria ocorrido, com a consequente extinção da denominada verba com a nomenclatura VPNI. Mas, digo isso apenas no campo das suposições, pois tais pontos sequer foram traçados pela parte interessada, bem como devidamente demonstrado anteriormente que a recomposição fora feita ainda no ano de 1994, a afastar totalmente a pretensão inicial da parte autora. Registro ainda, por derradeiro, que em sede de Juizados Especiais, nos moldes do artigo 38, § único da Lei 9099/95, não se faz possível sentença ilíquida, de onde, este relator, após estudar o assunto, conseguiu entender toda a dinâmica que o cerca, elaborando a sua decisão, exatamente nos moldes de uma perícia judicial, aplicável ao caso, de forma clara e tranquila, a não desafiar a tentativa de sequer ser verificada em sede de liquidação de sentença, pois, como bem demonstrado o feito independe de qualquer liquidação, atacando-se TODA A MATÉRIA DE IMEDIATO de forma exaustiva. Então a única conclusão que se retira é de que o pleito da exordial é totalmente improcedente, de onde ainda registro que em vários casos que tem me chegado à conclusão na fase de liquidação, foi de liquidação “zero’, de onde, não posso me furtar à profundidade do voto, resolvendo “ab initio” o processo, sem causar falsas esperanças às partes envolvidas, a não merecer reparos a sentença objurgada. Posto isso, conheço do recurso inominado aviado e no mérito NEGO-LHE PROVIMENTO para manter inalterada a sentença, nos moldes do artigo 46 da Lei 9099/95, com seus fundamentos e acrescidos aos fundamentos aqui esposados, de forma monocrática, com espeque na Súmula nº 01 da TRU c/c Súmula nº 10 da TRU em sede de matéria da Fazenda Pública, c/c artigo 932, inciso IV, “a”, do NCPC. Diante do resultado do julgamento do recurso, condeno o recorrente ao pagamento das custas processuais e ainda em honorários advocatícios, que, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, arbitro em 15% (quinze por cento) sobre o valor atualizado da causa, porém, ambas suspensas, diante da gratuidade de justiça anteriormente concedida, nos moldes do artigo 98, §§ 2º e 3º do NCPC. Registro ainda que, caso este feito tenha sido iniciado pela Justiça Comum, e, posteriormente enviado para a Turma Recursal / Juizados Especiais, automaticamente a sistemática das custas e honorários serão, por óbvio, as utilizadas na Lei 9099/95, prevalecendo esta sobre eventual condenação anterior, seja das custas ou de honorários em 1º grau, visto que, em sede de Juizados Especiais, inexistem custas ou honorários advocatícios em sede de 1º grau, de onde, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, somente serão arbitradas as custas ou honorários em caso de insucesso do recurso aviado, valendo apenas as custas e honorários fixados e da forma em que foram fixados nesta decisão. Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1005867-89.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JUÍZO DA 3ª VARA ESPECIALIZADA DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
PATRICIA APARECIDA CAMARAO CUNHA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-A (ADVOGADO)
JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-A (ADVOGADO)

REEXAME NECESSÁRIO DECISÃO Vistos etc. Trata-se de reexame necessário, que foi declinado para a Turma Recursal / Juizados Especiais da Fazenda Pública, diante da decisão proferida nos autos (ID n°), porém, em sede de Juizado Especial, inexiste reexame necessário, nos moldes do artigo 11 da Lei dos Juizados da Fazenda Pública, senão vejamos: “Art. 11. Nas causas de que trata esta Lei, não haverá reexame necessário. ” Além disso, nos termos dos incisos do §3º do art. 496 do CPC, também não será aplicado o reexame necessário quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a 1.000 (mil) salários-mínimos para a União, 500 (quinhentos) salários-mínimos para os Estados e os Municípios que constituam suas capitais e 100 (cem) salários-mínimos para os demais Municípios, “ipsis litteris”: “Art. 496. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença: [...] – omissis § 3º Não se aplica o disposto neste artigo quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a: I - 1.000 (mil) salários-mínimos para a União e as respectivas autarquias e fundações de direito público; II - 500 (quinhentos) salários-mínimos para os Estados, o Distrito Federal, as respectivas autarquias e fundações de direito público e os Municípios que constituam capitais dos Estados; III - 100 (cem) salários-mínimos para todos os demais Municípios e respectivas autarquias e fundações de direito público. [...] – omissis”. Como não existe se falar em reexame necessário em sede de Juizados Especiais da

Fazenda Pública, inexistindo qualquer objeção por quaisquer das partes, somente resta a este relator, determinar que o feito baixe à origem, para os Juizados Especiais com atribuições da Fazenda Pública, para os devidos atos subsequentes. Via de regra, caberia a liquidação num segundo momento, porém, após os estudos e vários julgamentos a Turma Recursal do Estado de Mato Grosso editou as seguintes súmulas: SÚMULA 10: Os servidores públicos do Poder Executivo estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6.528 de 15/09/1994. SÚMULA 11: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF). Tais súmulas chegaram à conclusão de que os servidores do executivo estadual padecem do direito à URV, bem como, em especial aos servidores municipais, deve ser observada a prescrição com base no marco de início da edição da primeira lei de reestruturação de carreiras e vencimentos de cada município, o que levaria à conclusão de em tais situações a liquidação seria "zero". Até pouco tempo atrás tinha-se a cultura de conceder o direito à URV, para posterior liquidação, sem nenhuma profundidade, porém, tal quedou-se neste momento, resolvendo-se tal questão pela TRU. Registro ainda que, por óbvio, como o feito fora declinado para os Juizados Especiais o mesmo deverá seguir o valor máximo de custos no processo ao teto dos Juizados da Fazenda Pública em até 60 (sessenta) salários-mínimos, que deverá ser observado pelo magistrado da origem. Desta feita, ante tais fatos, determino o envio do presente feito para a Comarca de Origem, para os Juizados Especiais com atribuições da Fazenda Pública, para as providências necessárias, cientificando-se o magistrado acerca das aludidas Súmulas e sua aplicação pela Turma Recursal EM TODOS OS CASOS. Às providências. Alex Nunes de Figueiredo Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1004460-48.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
EDMIR LUIS FERREIRA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATA KARLA BATISTA E SILVA OAB - MT8753-O (ADVOGADO)
ELISANDRO NUNES BUENO OAB - MT10833-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – MÉRITO - URV – AUSÊNCIA DE DIFERENÇAS SALARIAIS – RECOMPOSIÇÃO ACIMA DO ÍNDICE EM 1994 – AUSÊNCIA DO DIREITO ALEGADO – JULGAMENTO MONOCRÁTICO – POSSIBILIDADE – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, "a", DO NCPC C/C A SÚMULA Nº 02 DA TRU E SÚMULA Nº 10 DA TRU / FAZENDA PÚBLICA – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a" do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 10 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Observada a ausência do alegado direito à recomposição linear da URV, pela ausência de perda, com a recomposição salarial, ainda no mesmo ano da conversão, inexiste se falar em direito à incorporação de valores de forma linear e ainda de valores retroativos, como pretende a autora, de modo que a sentença deve ser reformada para improcedência dos pedidos da petição inicial. 3. O entendimento está sedimentado pela Súmula da Fazenda Pública de nº 10 publicada em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença reformada. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Registro que o presente feito fora recebido e tramitando agora pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso. Trata-se de recurso inominado interposto pelo ESTADO DE MATO GROSSO, contra a sentença que entendeu que deve ser feita a incorporação do percentual de 11,98% a título de URV e ainda o pagamento dos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da demanda, aduzindo o Estado de Mato Grosso Recorrente que ocorreu a prescrição quinquenal pela reestruturação da carreira correspondente, sendo este o início do prazo prescricional, pela aplicação do julgado em Repercussão Geral RE 941.449-MT, bem como foi feito pagamento sob rubrica "Dif.Conv. MP -482-URV", fazendo ainda alusão ao Recurso de Apelação Cível 37117/2017, que assim reconheceu, inexistindo qualquer defasagem salarial; Aduziu também, que os servidores do Poder Executivo não faziam jus a tal direito, por receberem no dia 20 de cada mês naquela época, bem como que no ano de 1994, pela Lei 6.528/94 de 15/09/1994, segundo o ementário / mensagem do Governador do Estado naquela ocasião, o então governador apontou que a Lei enviada era com o objetivo de recompor as defasagens dos servidores, numa média de recomposição de 18%, e, algumas categorias ainda com maior recomposição, inclusive da URV, de onde o Ofício / Mensagem 48/94 datado de 02/09/1994, assim demonstrou a intenção / finalidade da recomposição salarial era para cobrir também a defasagem / recomposição da URV em patamares acima dos 11,98% pretendidos na presente demanda. Acostou ainda, juntamente com a peça de recurso, vários documentos. Por derradeiro, acrescentou que "... no caso dos Profissionais do Sistema Único de Saúde - SUS, as Leis Complementares nºs. 7360/2000 e 8269/2004, reestruturaram, por completo, suas carreiras, implementando o subsídio e destacando cargos e atribuições, além, obviamente, de promoverem generoso aumento salarial...". Pugnou ao final: pelo reconhecimento da prescrição quinquenal; ausência de valores a serem recebidos, pelos pagamentos a título de diferenças; e, ainda a ausência de valores a título de URV, pelo fato da recomposição pela Lei 6528/94 ter sido no patamar de 31,17%, acima do percentual pretendido da URV, inexistindo defasagem alguma a se resolver. Em sede de contrarrazões a parte Recorrida rebateu as alegações da prescrição, invocando o DECRETO FEDERAL nº 20.910/32 e ainda a Súmula nº 85 do STJ, que não acolhe a prescrição do fundo de direito (situação jurídica fundamental), restando as parcelas do último quinquênio anterior à propositura da demanda; aduziu mais, que o pagamento sob a rubrica "Dif.Conv. MP-482-URV" não induz de forma automática à recomposição salarial quando da conversão equivocada da moeda, pois apenas juntar as fichas salarias não seria o bastante para demonstrar tal perda da recomposição da moeda pela Medida Provisória 482, convertida em Lei 8880/94 e que os valores devem ser apurados em sede de liquidação de sentença, repisando, no mais os pleitos da exordial, no que tange do direito à incorporação do percentual de 11,98% a título de URV, inclusive aos servidores do Poder Executivo, aplicando-se ao mesmo o artigo 168 da CF, e que eventuais aumentos em si mesmo, não suprimem o direito da recomposição da conversão errada da moeda anteriormente ocorrida. Assim, pugnou pela manutenção integral da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do Ofício nº 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório necessário. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, DAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade de o relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: "SÚMULA Nº 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017)." Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 10 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA Nº 10 – Os servidores públicos do Poder Executivo Estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para a Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6528 de 15/09/1994." Ou seja, após período de maturação entendeu-se que os servidores do Executivo Estadual padecem do alegado direito à implantação de URV ou de eventuais diferenças, justamente pelo fato de que tais foram devidamente recompostas de longa data. Segundo os Ofícios nºs

053/2017/SGFP/SEGES e 122 CM/SGP/SEGES/2016, acostados com a peça de contestação, ali segundo informação da própria Superintendência de Gestão de Folha de Pagamentos do Estado de Mato Grosso, nos anos de 1993 a 1994, o pagamento dos servidores públicos do Poder Executivo eram feitos ainda dentro do mesmo mês (oficio 122/2016) , bem como, de que, existia ainda a folha de pagamento suplementar para cobrir a diferença da URV entre o dia do fechamento da folha do pagamento e do valor da URV do último dia do mês, com o pagamento da rubrica "DIF.CONV.MP – 482-URV", ocorrendo o pagamento das diferenças nos meses de abril / maio / junho do ano de 1994, vigorando por três meses, sendo posteriormente substituído pela nova moeda, com o nome de REAL (ofício 053/2017, que se encontra em vários feitos da URV do Estado, citando como mera referência o feito 1000219-39.2018.8.11.0048 – ID 7371747), de onde em sede de impugnação à contestação apenas se limitou a dizer que essas alegações não eram suficientes a comprovar a recomposição oriunda da defasagem atinente da URV, porém, nada mais traz em sede de contraposição, sendo contra, pelo simples fato de ser contra. Poderia a parte lastrear suas alegações em provas, porém, apenas alega e nada mais, não se desincumbindo do seu ônus probatório, o que, somente por tais fatos em caso análogo na Apelação Cível 37117/2017, julgado no TJMT, com voto da lavra do Desembargador Luiz Carlos da Costa, o mesmo julgou improcedentes os pleitos da parte, pela ausência da impugnação devidamente fundamentada. Sabe-se ainda que a aduzida defasagem salarial na remuneração decorrente do equivocado método de conversão de Cruzeiros Reais para a Unidade de Valor – URV não se estende a todos os servidores público de forma indiscriminada, mas apenas àqueles que, comprovadamente, foram prejudicados, não sendo uma via oblíqua e automática para aumento dos vencimentos, que, é o que se aparenta na pretensão da parte Recorrida. Outro ponto importante a ser reconhecido, como não poderia deixar de ser, juntamente com a peça de contestação, veio ainda encartado OFÍCIO/DAD/GG/1334/94, de 02/09/1994, da lavra do Exmo. Governador do Estado de Mato Grosso da época, Jayme Veríssimo de Campos, de onde o mesmo encaminha o Projeto de Lei para apreciação da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, justamente para a devida recomposição salarial dos servidores do executivo estadual, para textualmente recompor as perdas salarias, inclusive da URV, para os servidores, senão vejamos: "OFÍCIO/DAD/GG/1334/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Senhor Presidente, Para apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a MENSAGEM Nº 48 /94, acompanhada do respectivo Projeto de Lei que "Reajusta as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência e dignos pares os protestos de elevado apreço e distinta consideração. JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado Excelentíssimo Senhor Deputado HUMBERTO BOSAIPO Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa Palácio Filinto Muller Nesta. MENSAGEM Nº 48/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores Deputados: Nos termos do disposto nos artigos 39 e 66, inciso II, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, o anexo Projeto de Lei que "Reajusta os vencimentos dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Imbuído no propósito de sempre buscar ofertar acréscimos as Tabelas Salariais de nossos abnegados servidores públicos, na oportunidade e hora em que vislumbro compatibilidade de caixa com o estudo do impacto que tal acréscimo ocasiona, no Tesouro Estadual, sem descuidar dos serviços essenciais que a administração pública tem sob sua responsabilidade, encaminho-lhes o anexo Projeto de Lei que tem esse objetivo. Busco aí atender a todos com especial destaque aos nossos educadores (30%), bem como buscando corrigir prejuízos sofridos na conversão da URV, como foi o caso específico dos Auditores do Estado e Médicos-Legista. Decidi-me pela aplicação de um realinhamento linear médio de percentual condizente com a capacidade ora vislumbrada, sem a adoção do parcelamento para não impor mais sacrifícios aos nossos servidores, mantendo-se assim a despesa de custeio de pessoal dentro do limite constitucional (art. 38, ADCT da Constituição Federal), razão pela qual entendo merecedor o anexo Projeto de Lei de aprovação por essa Casa de Leis. Encareço, outrossim, sua tramitação pelo regime de urgência estatuído no artigo 41, da Constituição Estadual, oportunidade que uso do ensejo para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e aos seus dignos pares, as expressões do meu melhor apreço e profunda consideração. Atenciosamente, JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado" (destaca-se) (documentos anexos) Desse encaminhamento originou a Lei 6.528/1994, datada de 15/09/1994, cujo texto de ementa da lei, anota que a mesma "realinha as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências"(sic), ou seja a lei, realinhou os vencimentos de todos do executivo, e tal realinhamento era, no intuito ainda de "recompor as eventuais defasagens da URV, que em geral foi de 18% PARA TODAS AS CATEGORIAS, enquanto algumas tiveram recomposição ainda maior, ou seja, bem acima do percentual de 11,98% pretendido pela parte autora, ISSO AINDA NO MÊS DE 15/09/1994. O que tem que se ter em mente é que, no ano de 1994, fora editado o DECRETO do GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO 4400/94, de 14/04/1994, que fez a conversão dos salários para a URV, e, nesse meio termo, saiu a Lei Federal 8880/94, que instituiu a "MOEDA REAL", de onde, em seu artigo 3º, § 1º impôs que a partir de julho de 1994 iria ser emitida e convertida a moeda para "REAL", bem como, ainda EM DATA DE 15/09/1994 fora editada a Lei Estadual 6.528/1994, que fez a recomposição salarial dos servidores em geral, em diversas faixas e alíquotas, com o objetivo de também recompor o salário inclusive das perdas da URV, segundo a mensagem 48/94 do Governador do Estado, acima transcrita. Certo ainda que, a recomposição salarial, em si mesmo não afasta a imposição de se recompor a perda de valores decorrentes da URV, disso não se descura, nos moldes de vários julgados do STF, sobre o tema, de onde, uma coisa não substitui a outra, porém, no caso em tela, o objetivo da recomposição era exatamente recompor as perdas salariais e ainda a perda da conversão da URV, COMO SE OBSERVA DE FORMA CLARA NA MENSAGEM DA INTENÇÃO LEGISLATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, NA ÉPOCA DOS FATOS, e o simples fato do cabeçalho da Lei 6528/94 não trazer ali também a menção da URV, isto por si só não afasta esta intenção, essa finalística da lei. Se consideramos o percentual padrão de 11,98% da URV da qual se pretende ainda obteve-se a recomposição extra de aproximadamente entre 18% e 19%, além da URV, e, em algumas categorias com valores ainda maiores, não existindo defasagem alguma a ser recomposta, visto que, exatamente na edição da Lei 6528/94, tais valores foram efetivamente recompostos. Existem diferenças entre os servidores do Estado e do Poder Judiciário, visto que, cada um teve o seu momento de recomposição, ante a independência dos poderes, de onde, o Poder Judiciário, obteve o direito à URV, pelo fato de que, demorou muito tempo depois para fazer as correções e perdas, advindo daí o seu direito, não querendo dizer que todos de forma indiscriminada tenham o direito à URV, à exemplo do caso em tela. E ainda há de ser registrado que, posteriormente, ainda no mês de NOVEMBRO DE 1994, ocorreu mais uma reposição salarial, no importe de 37,75%, nos salários, nos moldes descritos na própria Lei 6528/94, em seu artigo 10, senão vejamos: "Art. 10 – O Governo do Estado de Mato Grosso, concederá um novo reajuste salarial, a todos os servidores públicos do Estado, a partir do mês de novembro de 1994.". Ou seja, já tinha ocorrido um reajuste salarial, com o objetivo de recomposição e ainda de recomposição pelas perdas da URV em setembro de 1994 e ai em novembro de 1994, novo reajuste ainda foi concedido a todos os servidores do Estado e Mato Grosso, pela LEI 6583 de 13/12/1994. Anoto ainda que, o mesmo raciocínio vale para tantas outras carreiras do ESTADO DE MATO GROSSO, senão vejamos, o comparativo das tabelas abaixo, com recomposição acima dos 11,98% da URV. Calha ainda a consideração de que as informações acima, constam de diversos outros processos a tramitar perante a Turma Recursal, da relatoria deste magistrado, de onde, em detida e profunda verificação as tabelas acima NADA MAIS SÃO DO QUE UM MERO RESUMO DO QUE ESTÁ A CONSTAR TANTO NO DECRETO 440/1994 E NA LEI 6528/1994, sendo informações públicas e EXATAMENTE A BASE LEGAL PARA A PRESENTE DECISÃO JUDICIAL, não podendo ninguém alegar que é uma prova que não consta dos autos, ou que seria uma prova surpresa, sendo apenas aproveitado o documento, pois já devidamente formatado, sendo a Lei Pública e do conhecimento de todos os envolvidos. E, em pesquisa no site do IBGE (https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2015_dez.pdf), tem-se que índices inflacionários no período foram os seguintes acumulados: Considerando o período de julho de 1994 até dezembro de 1994, o acúmulo do índice do INPC foi de 17,37%, ou seja, além da recomposição anterior da URV e outras perdas, ainda, posteriormente, nova recomposição em 37,74%, inexistindo se falar em valores de URV a

serem pagos e/ou incorporados ao vencimento mensal do servidor. Calha ainda a consideração de que, as diversas carreiras estatais sofreram, posteriormente, as suas reestruturações vencimentais e organizacionais ao longo do tempo, porém, registro também, que, isso nada tem a ver com URV convertida, pois lá atrás, ainda em 1994, houve a recomposição específica para suprir a eventual defasagem salarial que ocorria. E se não fosse por tal prisma, calha ainda a menção de que eventuais diferenças salariais, caso houvessem, na época da reestruturação das mais diversas carreiras, esta não seria eterna, ou seja, o RE 561836/RN (RECURSO REPETITIVO), da lavra do Excelentíssimo Ministro do STF Luiz Fux, registrou que o lapso temporal era exatamente a reestruturação das carreiras, senão vejamos: Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) E, ainda nesse julgamento, no julgamento originário / primitivo, o mesmo ainda anota que, em caso de eventual decréscimo vencimental quando da reestruturação da carreira, naquele momento, deveria ser paga uma verba destacada denominado de VPNI, que teria duração até o momento em que houvessem as recomposições ao longo do tempo, com prazo para sua extinção e não sendo eterna, senão vejamos: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Supremo Tribunal Federal RE 561836 / RN AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DA BAHIA ADV.(A / S) : MARCONI DE SOUZA REIS A M. CURIAE . : APLB - SINDICATO DOS TRABALHADORES E M EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA ADV.(A / S) : RITA DE CÁSSIA DE OLIVEIRA SOUZA A M. CURIAE . : ESTADO DE SÃO PAULO PROC.(A / S)(ES) : PROCURADOR -GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO ESTADO DA BAHIA - AFPEB ADV.(A / S) : CESAR AUGUSTO PRISCO PARAISO E OUTRO (A / S) A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS E SERVIDORES DO INSTITUTO DE ZOOTECNIA - AFIZ ADV.(A / S) : KLEBER CURCIOL EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Inteiro Teor do Acórdão - Página 2 de 90 Ementa e Acórdão RE 561836 / RN índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. 6) A irredutibilidade estipendial recomenda que se, em decorrência da reestruturação da carreira do servidor, a supressão da parcela dos 11,98%, ou em outro percentual obtido na liquidação, verificar-se com a redução da remuneração, o servidor fará jus a uma parcela remuneratória (VPNI) em montante necessário para que não haja uma ofensa ao princípio, cujo valor será absorvido pelos aumentos subsequentes. 7) A reestruturação dos cargos no âmbito do Poder Judiciário Federal decorreu do advento da Lei nº 10.475/2002, diploma legal cuja vigência deve servir de termo ad quem para o pagamento e incorporação dos 11,98% no âmbito do referido Poder. 8) Inconstitucionalidade. 9) Recurso extraordinário interposto pelo estado do Rio Grande do Norte conhecido e parcialmente provido, porquanto descabida a pretensa compensação do percentual devido ao servidor em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV com aumentos supervenientes a título de reajuste e revisão de remuneração, restando, por outro lado, fixado que o referido percentual será absorvido no caso de reestruturação financeira da carreira, e declarada incidenter tantum a inconstitucionalidade da Lei n° 6.612, de 16 de maio de 1994, do estado do Rio Grande do Norte. JULGADO 26/09/2013, Relator: Ministro Luiz Fuz – Supremo Tribunal Federal) E, não se tem como afastar que, mesmo que houvesse eventual decréscimo salarial lá no momento da reestruturação da carreira, já se transcorreu muito mais do que 05 (cinco) anos, entre a reestruturação da carreira e o momento em que se ajuizou a ação, o que, invariavelmente, também estaria albergada pelo instituto da prescrição, nos moldes do que regra o Decreto-Lei 20.910/32, bem como também pelo decurso de tempo, ante as inúmeras leis posteriores de reestruturação das carreiras de Estado, como por exemplo, as Leis Complementares nºs 7360/2000 e 8269/2004 – Profissionais do Sistema Único de Saúde – SUS –, de onde, fatalmente a incorporação / recomposição já teria ocorrido, com a consequente extinção da denominada verba com a nomenclatura VPNI. Mas digo isto apenas no campo das suposições, pois tais pontos sequer foram traçados pela parte interessada, bem como, devidamente demonstrado anteriormente que a recomposição fora feita ainda no ano de 1994, a afastar totalmente a pretensão inicial do autor. Registro ainda, por derradeiro, que em sede de Juizados Especiais, nos moldes do artigo 38, § único da Lei 9099/95, não se faz possível sentença ilíquida, de onde, este relator, após estudar o assunto, conseguiu entender toda a dinâmica que o cerca, elaborando a sua decisão, exatamente nos moldes de uma perícia judicial, aplicável ao caso, de forma clara e tranquila, a não desafiar a tentativa de sequer ser verificada em sede de liquidação de sentença, pois, como bem demonstrado o feito independe de qualquer liquidação, atacando-se TODA A MATÉRIA DE IMEDIATO de forma exaustiva. Então a única conclusão que se retira é de que o pleito da exordial é totalmente improcedente, de onde ainda registro que em vários casos que tem me chegado à conclusão na fase de liquidação, foi de liquidação “zero’, de onde, não posso me furtar à profundidade do voto, resolvendo “ab initio” o processo, sem causar falsas esperanças às partes envolvidas, a não merecer reparos a sentença objurgada. Posto isso, CONHEÇO do recurso inominado aviado e no mérito DOU-LHE PROVIMENTO para julgar totalmente improcedentes os pleitos exordiais, nos moldes do artigo 487,

inciso I, do NCPC, de forma monocrática, com espeque na Súmula nº 02 da TRU c/c Súmula nº 10 da TRU em sede de matéria da Fazenda Pública, c/c artigo 932, inciso V, "a", do NCPC. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais, pelo fato de o Estado ser isento, e sem a condenação em honorários advocatícios, diante do que dispõe o artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, caso este feito tenha sido iniciado pela Justiça Comum, e, posteriormente enviado para a Turma Recursal / Juizados Especiais, automaticamente a sistemática das custas e honorários serão, por óbvio, as utilizadas na Lei 9099/95, prevalecendo esta sobre eventual condenação anterior, seja das custas ou de honorários em 1º grau, visto que, em sede de Juizados Especiais, inexistem custas ou honorários advocatícios em sede de 1º grau, de onde, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, somente serão arbitradas as custas ou honorários em caso de insucesso do recurso aviado, valendo apenas as custas e honorários fixados e da forma em que foram fixados nesta decisão. Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Após o trânsito em julgado, devolvam-se os autos à origem com as baixas e anotações pertinentes de praxe. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1003186-49.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LEANDRO HENRIQUE BEGAS COSTA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-A (ADVOGADO)
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – MÉRITO - URV – AUSÊNCIA DE DIFERENÇAS SALARIAIS – RECOMPOSIÇÃO ACIMA DO ÍNDICE EM 1994 – AUSÊNCIA DO DIREITO ALEGADO – JULGAMENTO MONOCRÁTICO – POSSIBILIDADE – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, "a", DO NCPC C/C A SÚMULA Nº 02 DA TRU E SÚMULA Nº 10 DA TRU / FAZENDA PÚBLICA – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a" do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 10 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Observada a ausência do alegado direito à recomposição linear da URV, pela ausência de perda, com a recomposição salarial, ainda no mesmo ano da conversão, inexiste se falar em direito à incorporação de valores de forma linear e ainda de valores retroativos, como pretende a autora, de modo que a sentença deve ser reformada para improcedência dos pedidos da petição inicial. 3. O entendimento está sedimentado pela Súmula da Fazenda Pública de nº 10 publicada em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença reformada. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Registro que o presente feito fora recebido e tramitando agora pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso. Trata-se de recurso inominado interposto pelo ESTADO DE MATO GROSSO, contra a sentença que entendeu que deve ser feita a incorporação do percentual de 11,98% a título de URV e ainda o pagamento dos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da demanda, aduzindo o Estado de Mato Grosso Recorrente que ocorreu a prescrição quinquenal pela reestruturação da carreira correspondente, sendo este o início do prazo prescricional, pela aplicação do julgado em Repercussão Geral RE 941.449-MT, bem como foi feito pagamento sob rubrica "Dif.Conv. MP -482-URV", fazendo ainda alusão ao Recurso de Apelação Cível 37117/2017, que assim reconheceu, inexistindo qualquer defasagem salarial; Aduziu também, que os servidores do Poder Executivo não faziam jus a tal direito, por receberem no dia 20 de cada mês naquela época, bem como que no ano de 1994, pela Lei 6.528/94 de 15/09/1994, segundo o ementário / mensagem do Governador do Estado naquela ocasião, o então governador apontou que a Lei enviada era com o objetivo de recompor as defasagens dos servidores, numa média de recomposição de 18%, e, algumas categorias ainda com maior recomposição, inclusive da URV, de onde o Ofício / Mensagem 48/94 datado de 02/09/1994, assim demonstrou a intenção / finalidade da recomposição salarial era para cobrir também a defasagem / recomposição da URV em patamares acima dos 11,98% pretendidos na presente demanda. Acostou ainda, juntamente com a peça de recurso, vários documentos. Por derradeiro, acrescentou que "... no caso dos Profissionais do Sistema Único de Saúde - SUS, as Leis Complementares nºs. 7360/2000 e 8269/2004, reestruturaram, por completo, suas carreiras, implementando o subsídio e destacando cargos e atribuições, além, obviamente, de promoverem generoso aumento salarial...". Pugnou ao final: pelo reconhecimento da prescrição quinquenal; ausência de valores a serem recebidos, pelos pagamentos a título de diferenças; e, ainda a ausência de valores a título de URV, pelo fato da recomposição pela Lei 6528/94 ter sido no patamar de 31,17%, acima do percentual pretendido da URV, inexistindo defasagem alguma a se resolver. Em sede de contrarrazões a parte Recorrida rebateu as alegações da prescrição, invocando o DECRETO FEDERAL nº 20.910/32 e ainda a Súmula nº 85 do STJ, que não acolhe a prescrição do fundo de direito (situação jurídica fundamental), restando as parcelas do último quinquênio anterior à propositura da demanda; aduziu mais, que o pagamento sob a rubrica "Dif.Conv. MP-482-URV" não induz de forma automática à recomposição salarial quando da conversão equivocada da moeda, pois apenas juntar as fichas salarias não seria o bastante para demonstrar tal perda da recomposição da moeda pela Medida Provisória 482, convertida em Lei 8880/94 e que os valores devem ser apurados em sede de liquidação de sentença, repisando, no mais os pleitos da exordial, no que tange do direito à incorporação do percentual de 11,98% a título de URV, inclusive aos servidores do Poder Executivo, aplicando-se ao mesmo o artigo 168 da CF, e que eventuais aumentos em si mesmo, não suprimem o direito da recomposição da conversão errada da moeda anteriormente ocorrida. Assim, pugnou pela manutenção integral da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do Ofício nº 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório necessário. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, DAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade de o relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: "SÚMULA Nº 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017)." Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 10 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA Nº 10 – Os servidores públicos do Poder Executivo Estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para a Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6528 de 15/09/1994." Ou seja, após período de maturação entendeu-se que os servidores do Executivo Estadual padecem do alegado direito à implantação de URV ou de eventuais diferenças, justamente pelo fato de que tais foram devidamente recompostas de longa data. Segundo os Ofícios nºs 053/2017/SGFP/SEGES e 122 CM/SGP/SEGES/2016, acostados com a peça de contestação, ali segundo informação da própria Superintendência de Gestão de Folha de Pagamentos do Estado de Mato Grosso, nos anos de 1993 a 1994, o pagamento dos servidores públicos do Poder Executivo eram feitos ainda dentro do mesmo mês (oficio 122/2016) , bem como, de que, existia ainda a folha de pagamento suplementar para cobrir a

diferença da URV entre o dia do fechamento da folha do pagamento e do valor da URV do último dia do mês, com o pagamento da rubrica "DIF.CONV.MP – 482-URV", ocorrendo o pagamento das diferenças nos meses de abril / maio / junho do ano de 1994, vigorando por três meses, sendo posteriormente substituído pela nova moeda, com o nome de REAL (ofício 053/2017, que se encontra em vários feitos da URV do Estado, citando como mera referência o feito 1000219-39.2018.8.11.0048 – ID 7371747), de onde em sede de impugnação à contestação apenas se limitou a dizer que essas alegações não eram suficientes a comprovar a recomposição oriunda da defasagem atinente da URV, porém, nada mais traz em sede de contraposição, sendo contra, pelo simples fato de ser contra. Poderia a parte lastrear suas alegações em provas, porém, apenas alega e nada mais, não se desincumbindo do seu ônus probatório, o que, somente por tais fatos em caso análogo na Apelação Cível 37117/2017, julgado no TJMT, com voto da lavra do Desembargador Luiz Carlos da Costa, o mesmo julgou improcedentes os pleitos da parte, pela ausência da impugnação devidamente fundamentada. Sabe-se ainda que a aduzida defasagem salarial na remuneração decorrente do equivocado método de conversão de Cruzeiros Reais para a Unidade de Valor – URV não se estende a todos os servidores público de forma indiscriminada, mas apenas àqueles que, comprovadamente, foram prejudicados, não sendo uma via oblíqua e automática para aumento dos vencimentos, que, é o que se aparenta na pretensão da parte Recorrida. Outro ponto importante a ser reconhecido, como não poderia deixar de ser, juntamente com a peça de contestação, veio ainda encartado OFÍCIO/DAD/GG/1334/94, de 02/09/1994, da lavra do Exmo. Governador do Estado de Mato Grosso da época, Jayme Veríssimo de Campos, de onde o mesmo encaminha o Projeto de Lei para apreciação da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, justamente para a devida recomposição salarial dos servidores do executivo estadual, para textualmente recompor as perdas salarias, inclusive da URV, para os servidores, senão vejamos: "OFÍCIO/DAD/GG/1334/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Senhor Presidente, Para apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a MENSAGEM Nº 48 /94, acompanhada do respectivo Projeto de Lei que "Reajusta as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência e dignos pares os protestos de elevado apreço e distinta consideração. JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado Excelentíssimo Senhor Deputado HUMBERTO BOSAIPO Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa Palácio Filinto Muller Nesta. MENSAGEM Nº 48/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores Deputados: Nos termos do disposto nos artigos 39 e 66, inciso II, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, o anexo Projeto de Lei que "Reajusta os vencimentos dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Imbuído no propósito de sempre buscar ofertar acréscimos as Tabelas Salariais de nossos abnegados servidores públicos, na oportunidade e hora em que vislumbro compatibilidade de caixa com o estudo do impacto que tal acréscimo ocasiona, no Tesouro Estadual, sem descuidar dos serviços essenciais que a administração pública tem sob sua responsabilidade, encaminho-lhes o anexo Projeto de Lei que tem esse objetivo. Busco aí atender a todos com especial destaque aos nossos educadores (30%), bem como buscando corrigir prejuízos sofridos na conversão da URV, como foi o caso específico dos Auditores do Estado e Médicos-Legista. Decidi-me pela aplicação de um realinhamento linear médio de percentual condizente com a capacidade ora vislumbrada, sem a adoção do parcelamento para não impor mais sacrifícios aos nossos servidores, mantendo-se assim a despesa de custeio de pessoal dentro do limite constitucional (art. 38, ADCT da Constituição Federal), razão pela qual entendo merecedor o anexo Projeto de Lei de aprovação por essa Casa de Leis. Encareço, outrossim, sua tramitação pelo regime de urgência estatuído no artigo 41, da Constituição Estadual, oportunidade que uso do ensejo para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e aos seus dignos pares, as expressões do meu melhor apreço e profunda consideração. Atenciosamente, JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado" (destaca-se) (documentos anexos) Desse encaminhamento originou a Lei 6.528/1994, datada de 15/09/1994, cujo texto de ementa da lei, anota que a mesma "realinha as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências"(sic), ou seja a lei, realinhou os vencimentos de todos do executivo, e tal realinhamento era, no intuito ainda de "recompor as eventuais defasagens da URV, que em geral foi de 18% PARA TODAS AS CATEGORIAS, enquanto algumas tiveram recomposição ainda maior, ou seja, bem acima do percentual de 11,98% pretendido pela parte autora, ISSO AINDA NO MÊS DE 15/09/1994. O que tem que se ter em mente é que, no ano de 1994, fora editado o DECRETO do GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO 4400/94, de 14/04/1994, que fez a conversão dos salários para a URV, e, nesse meio termo, saiu a Lei Federal 8880/94, que instituiu a "MOEDA REAL", de onde, em seu artigo 3º, § 1º impôs que a partir de julho de 1994 iria ser emitida e convertida a moeda para "REAL", bem como, ainda EM DATA DE 15/09/1994 fora editada a Lei Estadual 6.528/1994, que fez a recomposição salarial dos servidores em geral, em diversas faixas e alíquotas, com o objetivo de também recompor o salário inclusive das perdas da URV, segundo a mensagem 48/94 do Governador do Estado, acima transcrita. Certo ainda que, a recomposição salarial, em si mesmo não afasta a imposição de se recompor a perda de valores decorrentes da URV, disso não se descura, nos moldes de vários julgados do STF, sobre o tema, de onde, uma coisa não substitui a outra, porém, no caso em tela, o objetivo da recomposição era exatamente recompor as perdas salariais e ainda a perda da conversão da URV, COMO SE OBSERVA DE FORMA CLARA NA MENSAGEM DA INTENÇÃO LEGISLATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, NA ÉPOCA DOS FATOS, e o simples fato do cabeçalho da Lei 6528/94 não trazer ali também a menção da URV, isto por si só não afasta esta intenção, essa finalística da lei. Se consideramos o percentual padrão de 11,98% da URV da qual se pretende ainda obteve-se a recomposição extra de aproximadamente entre 18% e 19%, além da URV, e, em algumas categorias com valores ainda maiores, não existindo defasagem alguma a ser recomposta, visto que, exatamente na edição da Lei 6528/94, tais valores foram efetivamente recompostos. Existem diferenças entre os servidores do Estado e do Poder Judiciário, visto que, cada um teve o seu momento de recomposição, ante a independência dos poderes, de onde, o Poder Judiciário, obteve o direito à URV, pelo fato de que, demorou muito tempo depois para fazer as correções e perdas, advindo daí o seu direito, não querendo dizer que todos de forma indiscriminada tenham o direito à URV, à exemplo do caso em tela. E ainda há de ser registrado que, posteriormente, ainda no mês de NOVEMBRO DE 1994, ocorreu mais uma reposição salarial, no importe de 37,75%, nos salários, nos moldes descritos na própria Lei 6528/94, em seu artigo 10, senão vejamos: "Art. 10 – O Governo do Estado de Mato Grosso, concederá um novo reajuste salarial, a todos os servidores públicos do Estado, a partir do mês de novembro de 1994.". Ou seja, já tinha ocorrido um reajuste salarial, com o objetivo de recomposição e ainda de recomposição pelas perdas da URV em setembro de 1994 e ai em novembro de 1994, novo reajuste ainda foi concedido a todos os servidores do Estado e Mato Grosso, pela LEI 6583 de 13/12/1994. Anoto ainda que, o mesmo raciocínio vale para tantas outras carreiras do ESTADO DE MATO GROSSO, senão vejamos, o comparativo das tabelas abaixo, com recomposição acima dos 11,98% da URV. Calha ainda a consideração de que as informações acima, constam de diversos outros processos a tramitar perante a Turma Recursal, da relatoria deste magistrado, de onde, em detida e profunda verificação as tabelas acima NADA MAIS SÃO DO QUE UM MERO RESUMO DO QUE ESTÁ A CONSTAR TANTO NO DECRETO 440/1994 E NA LEI 6528/1994, sendo informações públicas e EXATAMENTE A BASE LEGAL PARA A PRESENTE DECISÃO JUDICIAL, não podendo ninguém alegar que é uma prova que não consta dos autos, ou que seria uma prova surpresa, sendo apenas aproveitado o documento, pois já devidamente formatado, sendo a Lei Pública e do conhecimento de todos os envolvidos. E, em pesquisa no site do IBGE (https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2015_dez.pdf), tem-se que índices inflacionários no período foram os seguintes acumulados: Considerando o período de julho de 1994 até dezembro de 1994, o acúmulo do índice do INPC foi de 17,37%, ou seja, além da recomposição anterior da URV e outras perdas, ainda, posteriormente, nova recomposição em 37,74%, inexistindo se falar em valores de URV a serem pagos e/ou incorporados ao vencimento mensal do servidor. Calha ainda a consideração de que, as diversas carreiras estatais sofreram, posteriormente, as suas reestruturações vencimentais e organizacionais ao longo do tempo, porém, registro também, que, isso nada tem a ver com URV convertida, pois lá atrás, ainda em 1994, houve a recomposição específica para suprir a eventual defasagem salarial que ocorria. E se não

fosse por tal prisma, calha ainda a menção de que eventuais diferenças salariais, caso houvessem, na época da reestruturação das mais diversas carreiras, esta não seria eterna, ou seja, o RE 561836/RN (RECURSO REPETITIVO), da lavra do Excelentíssimo Ministro do STF Luiz Fux, registrou que o lapso temporal era exatamente a reestruturação das carreiras, senão vejamos: Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) E, ainda nesse julgamento, no julgamento originário / primitivo, o mesmo ainda anota que, em caso de eventual decréscimo vencimental quando da reestruturação da carreira, naquele momento, deveria ser paga uma verba destacada denominado de VPNI, que teria duração até o momento em que houvessem as recomposições ao longo do tempo, com prazo para sua extinção e não sendo eterna, senão vejamos: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Supremo Tribunal Federal RE 561836 / RN AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DA BAHIA ADV.(A / S) : MARCONI DE SOUZA REIS A M. CURIAE . : APLB - SINDICATO DOS TRABALHADORES E M EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA ADV.(A / S) : RITA DE CÁSSIA DE OLIVEIRA SOUZA A M. CURIAE . : ESTADO DE SÃO PAULO PROC.(A / S)(ES) : PROCURADOR -GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO ESTADO DA BAHIA - AFPEB ADV.(A / S) : CESAR AUGUSTO PRISCO PARAISO E OUTRO (A / S) A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS E SERVIDORES DO INSTITUTO DE ZOOTECNIA - AFIZ ADV.(A / S) : KLEBER CURCIOL EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Inteiro Teor do Acórdão - Página 2 de 90 Ementa e Acórdão RE 561836 / RN índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. 6) A irredutibilidade estipendial recomenda que se, em decorrência da reestruturação da carreira do servidor, a supressão da parcela dos 11,98%, ou em outro percentual obtido na liquidação, verificar-se com a redução da remuneração, o servidor fará jus a uma parcela remuneratória (VPNI) em montante necessário para que não haja uma ofensa ao princípio, cujo valor será absorvido pelos aumentos subsequentes. 7) A reestruturação dos cargos no âmbito do Poder Judiciário Federal decorreu do advento da Lei nº 10.475/2002, diploma legal cuja vigência deve servir de termo ad quem para o pagamento e incorporação dos 11,98% no âmbito do referido Poder. 8) Inconstitucionalidade. 9) Recurso extraordinário interposto pelo estado do Rio Grande do Norte conhecido e parcialmente provido, porquanto descabida a pretensa compensação do percentual devido ao servidor em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV com aumentos supervenientes a título de reajuste e revisão de remuneração, restando, por outro lado, fixado que o referido percentual será absorvido no caso de reestruturação financeira da carreira, e declarada incidenter tantum a inconstitucionalidade da Lei n° 6.612, de 16 de maio de 1994, do estado do Rio Grande do Norte. JULGADO 26/09/2013, Relator: Ministro Luiz Fuz – Supremo Tribunal Federal) E, não se tem como afastar que, mesmo que houvesse eventual decréscimo salarial lá no momento da reestruturação da carreira, já se transcorreu muito mais do que 05 (cinco) anos, entre a reestruturação da carreira e o momento em que se ajuizou a ação, o que, invariavelmente, também estaria albergada pelo instituto da prescrição, nos moldes do que regra o Decreto-Lei 20.910/32, bem como também pelo decurso de tempo, ante as inúmeras leis posteriores de reestruturação das carreiras de Estado, como por exemplo, as Leis Complementares nºs 7360/2000 e 8269/2004 – Profissionais do Sistema Único de Saúde – SUS –, de onde, fatalmente a incorporação / recomposição já teria ocorrido, com a consequente extinção da denominada verba com a nomenclatura VPNI. Mas digo isto apenas no campo das suposições, pois tais pontos sequer foram traçados pela parte interessada, bem como, devidamente demonstrado anteriormente que a recomposição fora feita ainda no ano de 1994, a afastar totalmente a pretensão inicial do autor. Registro ainda, por derradeiro, que em sede de Juizados Especiais, nos moldes do artigo 38, § único da Lei 9099/95, não se faz possível sentença ilíquida, de onde, este relator, após estudar o assunto, conseguiu entender toda a dinâmica que o cerca, elaborando a sua decisão, exatamente nos moldes de uma perícia judicial, aplicável ao caso, de forma clara e tranquila, a não desafiar a tentativa de sequer ser verificada em sede de liquidação de sentença, pois, como bem demonstrado o feito independe de qualquer liquidação, atacando-se TODA A MATÉRIA DE IMEDIATO de forma exaustiva. Então a única conclusão que se retira é de que o pleito da exordial é totalmente improcedente, de onde ainda registro que em vários casos que tem me chegado à conclusão na fase de liquidação, foi de liquidação “zero’, de onde, não posso me furtar à profundidade do voto, resolvendo “ab initio” o processo, sem causar falsas esperanças às partes envolvidas, a não merecer reparos a sentença objurgada. Posto isso, CONHEÇO do recurso inominado aviado e no mérito DOU-LHE PROVIMENTO para julgar totalmente improcedentes os pleitos exordiais, nos moldes do artigo 487, inciso I, do NCPC, de forma monocrática, com espeque na Súmula nº 02 da TRU c/c Súmula nº 10 da TRU em sede de matéria da Fazenda Pública, c/c artigo 932, inciso V, “a”, do NCPC. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais, pelo fato de o Estado ser isento, e sem a condenação em honorários advocatícios, diante do que dispõe o artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, caso este feito tenha sido iniciado pela

Justiça Comum, e, posteriormente enviado para a Turma Recursal / Juizados Especiais, automaticamente a sistemática das custas e honorários serão, por óbvio, as utilizadas na Lei 9099/95, prevalecendo esta sobre eventual condenação anterior, seja das custas ou de honorários em 1º grau, visto que, em sede de Juizados Especiais, inexistem custas ou honorários advocatícios em sede de 1º grau, de onde, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, somente serão arbitradas as custas ou honorários em caso de insucesso do recurso aviado, valendo apenas as custas e honorários fixados e da forma em que foram fixados nesta decisão. Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Após o trânsito em julgado, devolvam-se os autos à origem com as baixas e anotações pertinentes de praxe. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1002445-09.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ALCIDES FERREIRA COELHO NETO (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-A (ADVOGADO)
JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – MÉRITO - URV – AUSÊNCIA DE DIFERENÇAS SALARIAIS – RECOMPOSIÇÃO ACIMA DO ÍNDICE EM 1994 – AUSÊNCIA DO DIREITO ALEGADO – JULGAMENTO MONOCRÁTICO – POSSIBILIDADE – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, “a”, DO NCPC C/C A SÚMULA Nº 02 DA TRU E SÚMULA Nº 10 DA TRU / FAZENDA PÚBLICA – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a” do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 10 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Observada a ausência do alegado direito à recomposição linear da URV, pela ausência de perda, com a recomposição salarial, ainda no mesmo ano da conversão, inexiste se falar em direito à incorporação de valores de forma linear e ainda de valores retroativos, como pretende a autora, de modo que a sentença deve ser reformada para improcedência dos pedidos da petição inicial. 3. O entendimento está sedimentado pela Súmula da Fazenda Pública de nº 10 publicada em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença reformada. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Registro que o presente feito fora recebido e tramitando agora pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso. Trata-se de recurso inominado interposto pelo ESTADO DE MATO GROSSO, contra a sentença que entendeu que deve ser feita a incorporação do percentual de 11,98% a título de URV e ainda o pagamento dos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da demanda, aduzindo o Estado de Mato Grosso Recorrente que ocorreu a prescrição quinquenal pela reestruturação da carreira correspondente, sendo este o início do prazo prescricional, pela aplicação do julgado em Repercussão Geral RE 941.449-MT, bem como foi feito pagamento sob rubrica “Dif.Conv. MP -482-URV”, fazendo ainda alusão ao Recurso de Apelação Cível 37117/2017, que assim reconheceu, inexistindo qualquer defasagem salarial; Aduziu também, que os servidores do Poder Executivo não faziam jus a tal direito, por receberem no dia 20 de cada mês naquela época, bem como que no ano de 1994, pela Lei 6.528/94 de 15/09/1994, segundo o ementário / mensagem do Governador do Estado naquela ocasião, o então governador apontou que a Lei enviada era com o objetivo de recompor as defasagens dos servidores, numa média de recomposição de 18%, e, algumas categorias ainda com maior recomposição, inclusive da URV, de onde o Ofício / Mensagem 48/94 datado de 02/09/1994, assim demonstrou a intenção / finalidade da recomposição salarial era para cobrir também a defasagem / recomposição da URV em patamares acima dos 11,98% pretendidos na presente demanda. Acostou ainda, juntamente com a peça de recurso, vários documentos. Por derradeiro, acrescentou que “... no caso dos Profissionais do Sistema Único de Saúde - SUS, as Leis Complementares nºs. 7360/2000 e 8269/2004, reestruturaram, por completo, suas carreiras, implementando o subsídio e destacando cargos e atribuições, além, obviamente, de promoverem generoso aumento salarial...”. Pugnou ao final: pelo reconhecimento da prescrição quinquenal; ausência de valores a serem recebidos, pelos pagamentos a título de diferenças; e, ainda a ausência de valores a título de URV, pelo fato da recomposição pela Lei 6528/94 ter sido no patamar de 31,17%, acima do percentual pretendido da URV, inexistindo defasagem alguma a se resolver. Em sede de contrarrazões a parte Recorrida rebateu as alegações da prescrição, invocando o DECRETO FEDERAL nº 20.910/32 e ainda a Súmula nº 85 do STJ, que não acolhe a prescrição do fundo de direito (situação jurídica fundamental), restando as parcelas do último quinquênio anterior à propositura da demanda; aduziu mais, que o pagamento sob a rubrica “Dif.Conv. MP-482-URV” não induz de forma automática à recomposição salarial quando da conversão equivocada da moeda, pois apenas juntar as fichas salarias não seria o bastante para demonstrar tal perda da recomposição da moeda pela Medida Provisória 482, convertida em Lei 8880/94 e que os valores devem ser apurados em sede de liquidação de sentença, repisando, no mais os pleitos da exordial, no que tange do direito à incorporação do percentual de 11,98% a título de URV, inclusive aos servidores do Poder Executivo, aplicando-se ao mesmo o artigo 168 da CF, e que eventuais aumentos em si mesmo, não suprimem o direito da recomposição da conversão errada da moeda anteriormente ocorrida. Assim, pugnou pela manutenção integral da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do Ofício nº 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório necessário. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, DAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, “a”, do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade de o relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: “SÚMULA Nº 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a”, “b” e “c” do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017).” Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 10 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: “SÚMULA Nº 10 – Os servidores públicos do Poder Executivo Estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para a Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6528 de 15/09/1994.” Ou seja, após período de maturação entendeu-se que os servidores do Executivo Estadual padecem do alegado direito à implantação de URV ou de eventuais diferenças, justamente pelo fato de que tais foram devidamente recompostas de longa data. Segundo os Ofícios nºs 053/2017/SGFP/SEGES e 122 CM/SGP/SEGES/2016, acostados com a peça de contestação, ali segundo informação da própria Superintendência de Gestão de Folha de Pagamentos do Estado de Mato Grosso, nos anos de 1993 a 1994, o pagamento dos servidores públicos do Poder Executivo eram feitos ainda dentro do mesmo mês (oficio 122/2016) , bem como, de que, existia ainda a folha de pagamento suplementar para cobrir a diferença da URV entre o dia do fechamento da folha do pagamento e do valor da URV do último dia do mês, com o pagamento da rubrica “DIF.CONV.MP – 482-URV”, ocorrendo o pagamento das diferenças nos meses de abril / maio / junho do ano de 1994, vigorando por três meses, sendo posteriormente substituído pela nova moeda, com o nome de REAL (ofício 053/2017, que se encontra em vários feitos da URV do Estado,

citando como mera referência o feito 1000219-39.2018.8.11.0048 – ID 7371747), de onde em sede de impugnação à contestação apenas se limitou a dizer que essas alegações não eram suficientes a comprovar a recomposição oriunda da defasagem atinente da URV, porém, nada mais traz em sede de contraposição, sendo contra, pelo simples fato de ser contra. Poderia a parte lastrear suas alegações em provas, porém, apenas alega e nada mais, não se desincumbindo do seu ônus probatório, o que, somente por tais fatos em caso análogo na Apelação Cível 37117/2017, julgado no TJMT, com voto da lavra do Desembargador Luiz Carlos da Costa, o mesmo julgou improcedentes os pleitos da parte, pela ausência da impugnação devidamente fundamentada. Sabe-se ainda que a aduzida defasagem salarial na remuneração decorrente do equivocado método de conversão de Cruzeiros Reais para a Unidade de Valor – URV não se estende a todos os servidores público de forma indiscriminada, mas apenas àqueles que, comprovadamente, foram prejudicados, não sendo uma via oblíqua e automática para aumento dos vencimentos, que, é o que se aparenta na pretensão da parte Recorrida. Outro ponto importante a ser reconhecido, como não poderia deixar de ser, juntamente com a peça de contestação, veio ainda encartado OFÍCIO/DAD/GG/1334/94, de 02/09/1994, da lavra do Exmo. Governador do Estado de Mato Grosso da época, Jayme Veríssimo de Campos, de onde o mesmo encaminha o Projeto de Lei para apreciação da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, justamente para a devida recomposição salarial dos servidores do executivo estadual, para textualmente recompor as perdas salarias, inclusive da URV, para os servidores, senão vejamos: "OFÍCIO/DAD/GG/1334/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Senhor Presidente, Para apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a MENSAGEM Nº 48 /94, acompanhada do respectivo Projeto de Lei que "Reajusta as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência e dignos pares os protestos de elevado apreço e distinta consideração. JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado Excelentíssimo Senhor Deputado HUMBERTO BOSAIPO Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa Palácio Filinto Muller Nesta. MENSAGEM Nº 48/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores Deputados: Nos termos do disposto nos artigos 39 e 66, inciso II, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, o anexo Projeto de Lei que "Reajusta os vencimentos dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Imbuído no propósito de sempre buscar ofertar acréscimos as Tabelas Salariais de nossos abnegados servidores públicos, na oportunidade e hora em que vislumbro compatibilidade de caixa com o estudo do impacto que tal acréscimo ocasiona, no Tesouro Estadual, sem descuidar dos serviços essenciais que a administração pública tem sob sua responsabilidade, encaminho-lhes o anexo Projeto de Lei que tem esse objetivo. Busco aí atender a todos com especial destaque aos nossos educadores (30%), bem como buscando corrigir prejuízos sofridos na conversão da URV, como foi o caso específico dos Auditores do Estado e Médicos-Legista. Decidi-me pela aplicação de um realinhamento linear médio de percentual condizente com a capacidade ora vislumbrada, sem a adoção do parcelamento para não impor mais sacrifícios aos nossos servidores, mantendo-se assim a despesa de custeio de pessoal dentro do limite constitucional (art. 38, ADCT da Constituição Federal), razão pela qual entendo merecedor o anexo Projeto de Lei de aprovação por essa Casa de Leis. Encareço, outrossim, sua tramitação pelo regime de urgência estatuído no artigo 41, da Constituição Estadual, oportunidade que uso do ensejo para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e aos seus dignos pares, as expressões do meu melhor apreço e profunda consideração. Atenciosamente, JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado" (destaca-se) (documentos anexos) Desse encaminhamento originou a Lei 6.528/1994, datada de 15/09/1994, cujo texto de ementa da lei, anota que a mesma "realinha as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências"(sic), ou seja a lei, realinhou os vencimentos de todos do executivo, e tal realinhamento era, no intuito ainda de "recompor as eventuais defasagens da URV, que em geral foi de 18% PARA TODAS AS CATEGORIAS, enquanto algumas tiveram recomposição ainda maior, ou seja, bem acima do percentual de 11,98% pretendido pela parte autora, ISSO AINDA NO MÊS DE 15/09/1994. O que tem que se ter em mente é que, no ano de 1994, fora editado o DECRETO do GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO 4400/94, de 14/04/1994, que fez a conversão dos salários para a URV, e, nesse meio termo, saiu a Lei Federal 8880/94, que instituiu a "MOEDA REAL", de onde, em seu artigo 3º, § 1º impôs que a partir de julho de 1994 iria ser emitida e convertida a moeda para "REAL", bem como, ainda EM DATA DE 15/09/1994 fora editada a Lei Estadual 6.528/1994, que fez a recomposição salarial dos servidores em geral, em diversas faixas e alíquotas, com o objetivo de também recompor o salário inclusive das perdas da URV, segundo a mensagem 48/94 do Governador do Estado, acima transcrita. Certo ainda que, a recomposição salarial, em si mesmo não afasta a imposição de se recompor a perda de valores decorrentes da URV, disso não se descura, nos moldes de vários julgados do STF, sobre o tema, de onde, uma coisa não substitui a outra, porém, no caso em tela, o objetivo da recomposição era exatamente recompor as perdas salariais e ainda a perda da conversão da URV, COMO SE OBSERVA DE FORMA CLARA NA MENSAGEM DA INTENÇÃO LEGISLATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, NA ÉPOCA DOS FATOS, e o simples fato do cabeçalho da Lei 6528/94 não trazer ali também a menção da URV, isto por si só não afasta esta intenção, essa finalística da lei. Se consideramos o percentual padrão de 11,98% da URV da qual se pretende ainda obteve-se a recomposição extra de aproximadamente entre 18% e 19%, além da URV, e, em algumas categorias com valores ainda maiores, não existindo defasagem alguma a ser recomposta, visto que, exatamente na edição da Lei 6528/94, tais valores foram efetivamente recompostos. Existem diferenças entre os servidores do Estado e do Poder Judiciário, visto que, cada um teve o seu momento de recomposição, ante a independência dos poderes, de onde, o Poder Judiciário, obteve o direito à URV, pelo fato de que, demorou muito tempo depois para fazer as correções e perdas, advindo daí o seu direito, não querendo dizer que todos de forma indiscriminada tenham o direito à URV, à exemplo do caso em tela. E ainda há de ser registrado que, posteriormente, ainda no mês de NOVEMBRO DE 1994, ocorreu mais uma reposição salarial, no importe de 37,75%, nos salários, nos moldes descritos na própria Lei 6528/94, em seu artigo 10, senão vejamos: "Art. 10 – O Governo do Estado de Mato Grosso, concederá um novo reajuste salarial, a todos os servidores públicos do Estado, a partir do mês de novembro de 1994.". Ou seja, já tinha ocorrido um reajuste salarial, com o objetivo de recomposição e ainda de recomposição pelas perdas da URV em setembro de 1994 e ai em novembro de 1994, novo reajuste ainda foi concedido a todos os servidores do Estado e Mato Grosso, pela LEI 6583 de 13/12/1994. Anoto ainda que, o mesmo raciocínio vale para tantas outras carreiras do ESTADO DE MATO GROSSO, senão vejamos, o comparativo das tabelas abaixo, com recomposição acima dos 11,98% da URV. Calha ainda a consideração de que as informações acima, constam de diversos outros processos a tramitar perante a Turma Recursal, da relatoria deste magistrado, de onde, em detida e profunda verificação as tabelas acima NADA MAIS SÃO DO QUE UM MERO RESUMO DO QUE ESTÁ A CONSTAR TANTO NO DECRETO 440/1994 E NA LEI 6528/1994, sendo informações públicas e EXATAMENTE A BASE LEGAL PARA A PRESENTE DECISÃO JUDICIAL, não podendo ninguém alegar que é uma prova que não consta dos autos, ou que seria uma prova surpresa, sendo apenas aproveitado o documento, pois já devidamente formatado, sendo a Lei Pública e do conhecimento de todos os envolvidos. E, em pesquisa no site do IBGE (https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2015_dez.pdf), tem-se que índices inflacionários no período foram os seguintes acumulados: Considerando o período de julho de 1994 até dezembro de 1994, o acúmulo do índice do INPC foi de 17,37%, ou seja, além da recomposição anterior da URV e outras perdas, ainda, posteriormente, nova recomposição em 37,74%, inexistindo se falar em valores de URV a serem pagos e/ou incorporados ao vencimento mensal do servidor. Calha ainda a consideração de que, as diversas carreiras estatais sofreram, posteriormente, as suas reestruturações vencimentais e organizacionais ao longo do tempo, porém, registro também, que, isso nada tem a ver com URV convertida, pois lá atrás, ainda em 1994, houve a recomposição específica para suprir a eventual defasagem salarial que ocorria. E se não fosse por tal prisma, calha ainda a menção de que eventuais diferenças salariais, caso houvessem, na época da reestruturação das mais diversas carreiras, esta não seria eterna, ou seja, o RE 561836/RN (RECURSO REPETITIVO), da lavra do Excelentíssimo Ministro do STF Luiz Fux, registrou que o lapso temporal era exatamente a reestruturação das carreiras, senão vejamos: Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) E, ainda nesse julgamento, no julgamento originário / primitivo, o mesmo ainda anota que, em caso de eventual decréscimo vencimental quando da reestruturação da carreira, naquele momento, deveria ser paga uma verba destacada denominado de VPNI, que teria duração até o momento em que houvessem as recomposições ao longo do tempo, com prazo para sua extinção e não sendo eterna, senão vejamos: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Supremo Tribunal Federal RE 561836 / RN AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DA BAHIA ADV.(A / S) : MARCONI DE SOUZA REIS A M. CURIAE . : APLB - SINDICATO DOS TRABALHADORES E M EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA ADV.(A / S) : RITA DE CÁSSIA DE OLIVEIRA SOUZA A M. CURIAE . : ESTADO DE SÃO PAULO PROC.(A / S)(ES) : PROCURADOR -GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO ESTADO DA BAHIA - AFPEB ADV.(A / S) : CESAR AUGUSTO PRISCO PARAISO E OUTRO (A / S) A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS E SERVIDORES DO INSTITUTO DE ZOOTECNIA - AFIZ ADV.(A / S) : KLEBER CURCIOL EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Inteiro Teor do Acórdão - Página 2 de 90 Ementa e Acórdão RE 561836 / RN índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. 6) A irredutibilidade estipendial recomenda que se, em decorrência da reestruturação da carreira do servidor, a supressão da parcela dos 11,98%, ou em outro percentual obtido na liquidação, verificar-se com a redução da remuneração, o servidor fará jus a uma parcela remuneratória (VPNI) em montante necessário para que não haja uma ofensa ao princípio, cujo valor será absorvido pelos aumentos subsequentes. 7) A reestruturação dos cargos no âmbito do Poder Judiciário Federal decorreu do advento da Lei nº 10.475/2002, diploma legal cuja vigência deve servir de termo ad quem para o pagamento e incorporação dos 11,98% no âmbito do referido Poder. 8) Inconstitucionalidade. 9) Recurso extraordinário interposto pelo estado do Rio Grande do Norte conhecido e parcialmente provido, porquanto descabida a pretensa compensação do percentual devido ao servidor em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV com aumentos supervenientes a título de reajuste e revisão de remuneração, restando, por outro lado, fixado que o referido percentual será absorvido no caso de reestruturação financeira da carreira, e declarada incidenter tantum a inconstitucionalidade da Lei n° 6.612, de 16 de maio de 1994, do estado do Rio Grande do Norte. JULGADO 26/09/2013, Relator: Ministro Luiz Fuz – Supremo Tribunal Federal) E, não se tem como afastar que, mesmo que houvesse eventual decréscimo salarial lá no momento da reestruturação da carreira, já se transcorreu muito mais do que 05 (cinco) anos, entre a reestruturação da carreira e o momento em que se ajuizou a ação, o que, invariavelmente, também estaria albergada pelo instituto da prescrição, nos moldes do que regra o Decreto-Lei 20.910/32, bem como também pelo decurso de tempo, ante as inúmeras leis posteriores de reestruturação das carreiras de Estado, como por exemplo, as Leis Complementares nºs 7360/2000 e 8269/2004 – Profissionais do Sistema Único de Saúde – SUS –, de onde, fatalmente a incorporação / recomposição já teria ocorrido, com a consequente extinção da denominada verba com a nomenclatura VPNI. Mas digo isto apenas no campo das suposições, pois tais pontos sequer foram traçados pela parte interessada, bem como, devidamente demonstrado anteriormente que a recomposição fora feita ainda no ano de 1994, a afastar totalmente a pretensão inicial do autor. Registro ainda, por derradeiro, que em sede de Juizados Especiais, nos moldes do artigo 38, § único da Lei 9099/95, não se faz possível sentença ilíquida, de onde, este relator, após estudar o assunto, conseguiu entender toda a dinâmica que o cerca, elaborando a sua decisão, exatamente nos moldes de uma perícia judicial, aplicável ao caso, de forma clara e tranquila, a não desafiar a tentativa de sequer ser verificada em sede de liquidação de sentença, pois, como bem demonstrado o feito independe de qualquer liquidação, atacando-se TODA A MATÉRIA DE IMEDIATO de forma exaustiva. Então a única conclusão que se retira é de que o pleito da exordial é totalmente improcedente, de onde ainda registro que em vários casos que tem me chegado à conclusão na fase de liquidação, foi de liquidação “zero’, de onde, não posso me furtar à profundidade do voto, resolvendo “ab initio” o processo, sem causar falsas esperanças às partes envolvidas, a não merecer reparos a sentença objurgada. Posto isso, CONHEÇO do recurso inominado aviado e no mérito DOU-LHE PROVIMENTO para julgar totalmente improcedentes os pleitos exordiais, nos moldes do artigo 487, inciso I, do NCPC, de forma monocrática, com espeque na Súmula nº 02 da TRU c/c Súmula nº 10 da TRU em sede de matéria da Fazenda Pública, c/c artigo 932, inciso V, “a”, do NCPC. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais, pelo fato de o Estado ser isento, e sem a condenação em honorários advocatícios, diante do que dispõe o artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, caso este feito tenha sido iniciado pela Justiça Comum, e, posteriormente enviado para a Turma Recursal / Juizados Especiais, automaticamente a sistemática das custas e honorários serão, por óbvio, as utilizadas na Lei 9099/95, prevalecendo esta sobre eventual condenação anterior, seja das custas ou de honorários em 1º grau, visto que, em sede de Juizados Especiais, inexistem custas ou honorários advocatícios em sede de 1º grau, de onde,

nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, somente serão arbitradas as custas ou honorários em caso de insucesso do recurso aviado, valendo apenas as custas e honorários fixados e da forma em que foram fixados nesta decisão. Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Após o trânsito em julgado, devolvam-se os autos à origem com as baixas e anotações pertinentes de praxe. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1003462-80.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
NINFA ANTONIA VASCONCELOS (RECORRENTE)
LUCI PEREIRA DE SOUZA (RECORRENTE)
LOURIVAL DE SOUSA (RECORRENTE)
NONATO ALVES FERREIRA (RECORRENTE)
VIOLETA ARANHA DE JESUS (RECORRENTE)
MARIA HELENA PENALVA (RECORRENTE)
MARIA DA CONCECAO DOS SANTOS (RECORRENTE)
MARIA APARECIDA MARTINS (RECORRENTE)
MANOEL PONCIANO LEITE (RECORRENTE)
ENEDINO JOSE VASTOR (RECORRENTE)
ELZA MARIA MONTEIRO VAZ (RECORRENTE)
CARMELITA LIMA DOS SANTOS (RECORRENTE)
MARIA DE SOUZA PINTO (RECORRENTE)
EUNICE DA SILVA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUSTAVO LIMA OLIVEIRA OAB - MT15306-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – MÉRITO – FAZENDA PÚBLICA – AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA SALARIAL DECORRENTE DA CONVERSÃO DA MOEDA EM URV – SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DOS PLEITOS INICIAIS MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMETOS – AUSÊNCIA DE DIFERENÇAS SALARIAIS – RECOMPOSIÇÃO ACIMA DO ÍNDICE EM 1994 – AUSÊNCIA DO DIREITO ALEGADO – JULGAMENTO MONOCRÁTICO – POSSIBILIDADE – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, IV, “a” DO NCPC C/C SÚMULA Nº 01 DA TRU E SÚMULA Nº 10 DA TRU / FAZENDA PÚBLICA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, IV, “a” do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 01 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 10 da TRU em matéria afeto à Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Observada a ausência do alegado direito à recomposição linear da URV, pela ausência de perda, com a recomposição salarial, ainda no mesmo ano da conversão, inexiste se falar em direito à incorporação de valores de forma linear e ainda de valores retroativos, como pretende a autora, de onde, a sentença deve ser mantida. 3. O entendimento está sedimentado pela Súmula da Fazenda Pública de nº 10 publicada em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença que merece ser mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da Lei 9.099/95. 5. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Registro que o presente feito fora recebido e tramitando agora pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso. Trata-se de recurso inominado interposto pelo servidor público do Estado de Mato Grosso, contra a sentença que julgou improcedentes os seus pleitos iniciais de implantação de URV e ainda de pagamentos de valores atrasados, em relação aos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da demanda, pugnando pelo conhecimento e provimento do recurso, com a procedência dos pleitos exordiais. Em sede de contrarrazões, o ESTADO DE MATO GROSSO aduziu que ocorreu a prescrição quinquenal pela reestruturação da carreira correspondente, sendo este o início do prazo prescricional, pela aplicação do julgado em Repercussão Geral RE 941.449-MT, bem como foi feito pagamento sob rubrica “Dif.Conv. MP -482-URV”, fazendo ainda alusão ao Recurso de Apelação Cível 37117/2017, que assim reconheceu, inexistindo qualquer defasagem salarial; Aduz ainda que os servidores do executivo não faziam jus a tal direito, por receberem no dia 20 de cada mês, naquela época, bem como, no ano de 1994, pela Lei 6.528/94 de 15/09/1994, segundo o ementário / mensagem do Governador do Estado naquela época, o mesmo apontou que a Lei enviada era com o objetivo de recompor as defasagens dos servidores, numa média de recomposição de 18%, e, algumas categorias ainda com maior recomposição, inclusive da URV, de onde o Ofício / Mensagem 48/94 datado de 02/09/1994 assim demonstrou a intenção / finalidade da recomposição salarial era para cobrir também a defasagem / recomposição da URV em patamares acima dos 11,98% pretendidos na presente demanda. Acostou ainda, juntamente com a peça de recurso, vários documentos. Pugnou ao final: a) pelo reconhecimento da prescrição quinquenal, ausência de valores a serem recebidos, pelos pagamentos a título de diferenças e ainda a ausência de valores a título de URV, pelo fato da recomposição pela Lei 6528/94 ter sido no patamar de 31,17%, acima do percentual pretendido da URV, inexistindo defasagem alguma a se resolver, com o consequente desprovimento do recurso aviado. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO Nº 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, NEGAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, IV, “a”, do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: IV - negar provimento a recurso que for contrário a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 01 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: “SÚMULA Nº 01: O Relator, em decisão monocrática, poderá negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificadamente os fundamentos da decisão recorrida ou, negar provimento a recurso que esteja dentro dos ditames do artigo 932, IV, “a”, “b” e “c” do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias, para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017).” Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 10 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: “SÚMULA 10 – Os servidores públicos do Poder Executivo Estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para a Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6528 de 15/09/1994.” Ou seja, após período de maturação entendeu-se que os servidores do Executivo Estadual padecem do alegado direito à implantação de URV ou de eventuais diferenças, justamente pelo fato de que tais foram devidamente recompostas de longa data. Segundo os Ofícios 053/2017/SGFP/SEGES e 122 CM/SGP/SEGES/2016, acostados com a peça de contestação, ali segundo informação da própria Superintendência de Gestão de Folha de Pagamentos do Estado de Mato Grosso, nos anos de 1993 a 1994, o pagamento dos servidores públicos do Poder Executivo eram feitos ainda dentro do mesmo mês (oficio 122/2016) , bem como, de que, existia ainda a folha de pagamento suplementar para cobrir a diferença da URV entre o dia do fechamento da folha do pagamento e do valor da URV do último dia do mês, com o pagamento da rubrica “DIF.CONV.MP – 482-URV”, ocorrendo o pagamento das diferenças nos meses de abril / maio / junho do ano de 1994, vigorando por três meses, sendo posteriormente substituído pela nova moeda, com o nome de REAL (ofício 053/2017, que se encontra em vários feitos da URV do Estado, citando como mera referência o feito 1000219-39.2018.8.11.0048 – ID 7371747), de onde em sede de impugnação à contestação apenas se limitou a dizer que essas alegações não eram suficientes a comprovar a recomposição oriunda da defasagem atinente da URV, porém, nada mais traz em sede de contraposição, sendo contra, pelo simples fato de ser contra. Poderia a parte lastrear suas alegações em provas, porém, apenas alega e nada

mais, não se desincumbindo do seu ônus probatório, o que, somente por tais fatos em caso análogo na Apelação Cível 37117/2017, julgado no TJMT, com voto da lavra do Desembargador Luiz Carlos da Costa, o mesmo julgou improcedentes os pleitos da parte, pela ausência da impugnação devidamente fundamentada. Sabe-se ainda que a aduzida defasagem salarial na remuneração decorrente do equivocado método de conversão de Cruzeiros Reais para a Unidade de Valor – URV não se estende a todos os servidores público de forma indiscriminada, mas apenas àqueles que, comprovadamente, foram prejudicados, não sendo uma via oblíqua e automática para aumento dos vencimentos, que, é o que se aparenta na pretensão da recorrida. Outro ponto importante a ser reconhecido, como não poderia deixar de ser, juntamente com a peça de contestação, veio ainda encartado OFÍCIO/DAD/GG/1334/94, de 02/09/1994, da lavra do Exmo. Governador do Estado de Mato Grosso da época, Jayme Veríssimo de Campos, de onde o mesmo encaminha o Projeto de Lei para apreciação da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, justamente para a devida recomposição salarial dos servidores do executivo estadual, para textualmente recompor as perdas salarias, inclusive da URV, para os servidores, senão vejamos: "OFÍCIO/DAD/GG/1334/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Senhor Presidente, Para apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a MENSAGEM Nº 48 /94, acompanhada do respectivo Projeto de Lei que "Reajusta as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência e dignos pares os protestos de elevado apreço e distinta consideração. JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado Excelentíssimo Senhor Deputado HUMBERTO BOSAIPO Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa Palácio Filinto Muller Nesta. MENSAGEM Nº 48/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores Deputados: Nos termos do disposto nos artigos 39 e 66, inciso II, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, o anexo Projeto de Lei que "Reajusta os vencimentos dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Imbuído no propósito de sempre buscar ofertar acréscimos as Tabelas Salariais de nossos abnegados servidores públicos, na oportunidade e hora em que vislumbro compatibilidade de caixa com o estudo do impacto que tal acréscimo ocasiona, no Tesouro Estadual, sem descuidar dos serviços essenciais que a administração pública tem sob sua responsabilidade, encaminho-lhes o anexo Projeto de Lei que tem esse objetivo. Busco aí atender a todos com especial destaque aos nossos educadores (30%), bem como buscando corrigir prejuízos sofridos na conversão da URV, como foi o caso específico dos Auditores do Estado e Médicos-Legista. Decidi-me pela aplicação de um realinhamento linear médio de percentual condizente com a capacidade ora vislumbrada, sem a adoção do parcelamento para não impor mais sacrifícios aos nossos servidores, mantendo-se assim a despesa de custeio de pessoal dentro do limite constitucional (art. 38, ADCT da Constituição Federal), razão pela qual entendo merecedor o anexo Projeto de Lei de aprovação por essa Casa de Leis. Encareço, outrossim, sua tramitação pelo regime de urgência estatuído no artigo 41, da Constituição Estadual, oportunidade que uso do ensejo para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e aos seus dignos pares, as expressões do meu melhor apreço e profunda consideração. Atenciosamente, JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado" (destaca-se) (documentos anexos) Desse encaminhamento originou a Lei 6.528/1994, datada de 15/09/1994, cujo texto de ementa da lei, anota que a mesma "realinha as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências"(sic), ou seja a lei, realinhou os vencimentos de todos do executivo, e tal realinhamento era, no intuito ainda de "recompor as eventuais defasagens da URV, que em geral foi de 18% PARA TODAS AS CATEGORIAS, enquanto algumas tiveram recomposição ainda maior, ou seja, bem acima do percentual de 11,98% pretendido pela parte autora, ISSO AINDA NO MÊS DE 15/09/1994. O que se tem que ter em mente é que, no ano de 1994, fora editado o DECRETO do GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO 4400/94, de 14/04/1994, que fez a conversão dos salários para a URV, e, nesse meio termo, saiu a Lei Federal 8880/94, que instituiu a "MOEDA REAL", de onde, em seu artigo 3º, § 1º impôs que a partir de julho de 1994 iria ser emitida e convertida a moeda para "REAL", bem como, ainda EM DATA DE 15/09/1994 fora editada a Lei Estadual 6.528/1994, que fez a recomposição salarial dos servidores em geral, em diversas faixas e alíquotas, com o objetivo de também recompor o salário inclusive das perdas da URV, segundo a mensagem 48/94 do Governador do Estado, acima transcrita. Certo ainda que, a recomposição salarial, em si mesmo não afasta a imposição de se recompor a perda de valores decorrentes da URV, disso não se descura, nos moldes de vários julgados do STF, sobre o tema, de onde, uma coisa não substitui a outra, porém, no caso em tela, o objetivo da recomposição era exatamente recompor as perdas salariais e ainda a perda da conversão da URV, COMO SE OBSERVA DE FORMA CLARA NA MENSAGEM DA INTENÇÃO LEGISLATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, NA ÉPOCA DOS FATOS, e o simples fato do cabeçalho da Lei 6528/94 não trazer ali também a menção da URV, isto por si só não afasta esta intenção, essa finalística da lei. Se consideramos o percentual padrão de 11,98% da URV da qual se pretende ainda obteve-se a recomposição extra de aproximadamente entre 18% e 19%, além da URV, e, em algumas categorias com valores ainda maiores, não existindo defasagem alguma a ser recomposta, visto que, exatamente na edição da Lei 6528/94, tais valores foram efetivamente recompostos. Existem diferenças entre os servidores do Estado e do Poder Judiciário, visto que, cada um teve o seu momento de recomposição, ante a independência dos poderes, de onde, o Poder Judiciário, obteve o direito à URV, pelo fato de que, demorou muito tempo depois para fazer as correções e perdas, advindo daí o seu direito, não querendo dizer que todos de forma indiscriminada tenham o direito à URV, à exemplo do caso em tela. E ainda há de ser registrado que, posteriormente, ainda no mês de NOVEMBRO DE 1994, ocorreu mais uma reposição salarial, no importe de 37,75%, nos salários, nos moldes descritos na própria Lei 6528/94, em seu artigo 10, senão vejamos: "Art. 10 – O Governo do Estado de Mato Grosso, concederá um novo reajuste salarial, a todos os servidores públicos do Estado, a partir do mês de novembro de 1994." Ou seja, já tinha ocorrido um reajuste salarial, com o objetivo de recomposição e ainda de recomposição pelas perdas da URV em setembro de 1994 e ai em novembro de 1994, novo reajuste ainda foi concedido a todos os servidores do Estado e Mato Grosso, pela Lei 6583 de 13/12/1994. Anoto ainda que, o mesmo raciocínio vale para tantas outras carreiras do ESTADO DE MATO GROSSO, senão vejamos, o comparativo das tabelas abaixo, com recomposição acima dos 11,98% da URV. Calha ainda a consideração de que as informações acima, constam de diversos outros processos a tramitar perante a Turma Recursal, da relatoria deste magistrado, de onde, em detida e profunda verificação as tabelas acima NADA MAIS SÃO DO QUE UM MERO RESUMO DO QUE ESTÁ A CONSTAR TANTO NO DECRETO 440/1994 E NA LEI 6528/1994, sendo informações públicas e EXATAMENTE A BASE LEGAL PARA A PRESENTE DECISÃO JUDICIAL, não podendo ninguém alegar que é uma prova que não consta dos autos, ou que seria uma prova surpresa, sendo apenas aproveitado o documento, pois já devidamente formatado, sendo a Lei Pública e do conhecimento de todos os envolvidos. E, em pesquisa no site do IBGE (https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2015_dez.pdf), tem-se que índices inflacionários no período foram os seguintes acumulados: Considerando o período de julho de 1994 até dezembro de 1994, o acúmulo do índice do INPC foi de 17,37%, ou seja, além da recomposição anterior da URV e outras perdas, ainda, posteriormente, nova recomposição em 37,74%, inexistindo se falar em valores de URV a serem pagos e/ou incorporados ao vencimento mensal do servidor. Calha ainda a consideração de que, as diversas carreiras estatais sofreram, posteriormente, as suas reestruturações vencimentais e organizacionais ao longo do tempo, porém, registro também, que, isso nada tem a ver com URV convertida, pois lá atrás, ainda em 1994, houve a recomposição específica para suprir a eventual defasagem salarial que ocorria. E se não fosse por tal prisma, calha ainda a menção de que eventuais diferenças salariais, caso houvessem, na época da reestruturação das mais diversas carreiras, esta não seria eterna, ou seja, o RE 561836/RN (RECURSO REPETITIVO), da lavra do Excelentíssimo Ministro do STF Luiz Fux, registrou que o lapso temporal era exatamente a reestruturação das carreiras, senão vejamos: Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER

NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) E, ainda nesse julgamento, no julgamento originário / primitivo, o mesmo ainda anota que, em caso de eventual decréscimo vencimental quando da reestruturação da carreira, naquele momento, deveria ser paga uma verba destacada denominado de VPNI, que teria duração até o momento em que houvessem as recomposições ao longo do tempo, com prazo para sua extinção e não sendo eterna, senão vejamos: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Supremo Tribunal Federal RE 561836 / RN AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DA BAHIA ADV.(A / S) : MARCONI DE SOUZA REIS A M. CURIAE . : APLB - SINDICATO DOS TRABALHADORES E M EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA ADV.(A / S) : RITA DE CÁSSIA DE OLIVEIRA SOUZA A M. CURIAE . : ESTADO DE SÃO PAULO PROC.(A / S)(ES) : PROCURADOR -GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO ESTADO DA BAHIA - AFPEB ADV.(A / S) : CESAR AUGUSTO PRISCO PARAISO E OUTRO (A / S) A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS E SERVIDORES DO INSTITUTO DE ZOOTECNIA - AFIZ ADV.(A / S) : KLEBER CURCIOL EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Inteiro Teor do Acórdão - Página 2 de 90 Ementa e Acórdão RE 561836 / RN índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. 6) A irredutibilidade estipendial recomenda que se, em decorrência da reestruturação da carreira do servidor, a supressão da parcela dos 11,98%, ou em outro percentual obtido na liquidação, verificar-se com a redução da remuneração, o servidor fará jus a uma parcela remuneratória (VPNI) em montante necessário para que não haja uma ofensa ao princípio, cujo valor será absorvido pelos aumentos subsequentes. 7) A reestruturação dos cargos no âmbito do Poder Judiciário Federal decorreu do advento da Lei nº 10.475/2002, diploma legal cuja vigência deve servir de termo ad quem para o pagamento e incorporação dos 11,98% no âmbito do referido Poder. 8) Inconstitucionalidade. 9) Recurso extraordinário interposto pelo estado do Rio Grande do Norte conhecido e parcialmente provido, porquanto descabida a pretensa compensação do percentual devido ao servidor em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV com aumentos supervenientes a título de reajuste e revisão de remuneração, restando, por outro lado, fixado que o referido percentual será absorvido no caso de reestruturação financeira da carreira, e declarada incidenter tantum a inconstitucionalidade da Lei n° 6.612, de 16 de maio de 1994, do estado do Rio Grande do Norte. JULGADO 26/09/2013, Relator: Ministro Luiz Fuz – Supremo Tribunal Federal) E, não se tem como afastar que, mesmo que houvesse eventual decréscimo salarial lá no momento da reestruturação da carreira, já se transcorreu muito mais do que 5 (cinco) anos, entre a reestruturação da carreira e o momento em que se ajuizou a ação, o que, invariavelmente, também estaria albergada pelo instituto da prescrição, nos moldes do que regra o Decreto-Lei 20.910/32, bem como também pelo decurso de tempo, ante as inúmeras leis posteriores de reestruturação das carreiras de Estado, de onde, fatalmente a incorporação / recomposição já teria ocorrido, com a consequente extinção da denominada verba com a nomenclatura VPNI. Mas, digo isso apenas no campo das suposições, pois tais pontos sequer foram traçados pela parte interessada, bem como devidamente demonstrado anteriormente que a recomposição fora feita ainda no ano de 1994, a afastar totalmente a pretensão inicial da parte autora. Registro ainda, por derradeiro, que em sede de Juizados Especiais, nos moldes do artigo 38, § único da Lei 9099/95, não se faz possível sentença ilíquida, de onde, este relator, após estudar o assunto, conseguiu entender toda a dinâmica que o cerca, elaborando a sua decisão, exatamente nos moldes de uma perícia judicial, aplicável ao caso, de forma clara e tranquila, a não desafiar a tentativa de sequer ser verificada em sede de liquidação de sentença, pois, como bem demonstrado o feito independe de qualquer liquidação, atacando-se TODA A MATÉRIA DE IMEDIATO de forma exaustiva. Então a única conclusão que se retira é de que o pleito da exordial é totalmente improcedente, de onde ainda registro que em vários casos que tem me chegado à conclusão na fase de liquidação, foi de liquidação “zero’, de onde, não posso me furtar à profundidade do voto, resolvendo “ab initio” o processo, sem causar falsas esperanças às partes envolvidas, a não merecer reparos a sentença objurgada. Posto isso, conheço do recurso inominado aviado e no mérito NEGO-LHE PROVIMENTO para manter inalterada a sentença, nos moldes do artigo 46 da Lei 9099/95, com seus fundamentos e acrescidos aos fundamentos aqui esposados, de forma monocrática, com espeque na Súmula nº 01 da TRU c/c Súmula nº 10 da TRU em sede de matéria da Fazenda Pública, c/c artigo 932, inciso IV, “a”, do NCPC. Diante do resultado do julgamento do recurso, condeno o recorrente ao pagamento das custas processuais e ainda em honorários advocatícios, que, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, arbitro em 15% (quinze por cento) sobre o valor atualizado da causa, porém, ambas suspensas, diante da gratuidade de justiça anteriormente concedida, nos moldes do artigo 98, §§ 2º e 3º do NCPC. Registro ainda que, caso este feito tenha sido iniciado pela Justiça Comum, e, posteriormente enviado para a Turma Recursal / Juizados Especiais, automaticamente a sistemática das custas e honorários serão, por óbvio, as utilizadas na Lei 9099/95, prevalecendo esta sobre eventual condenação anterior, seja das custas ou de honorários em 1º grau, visto que, em sede de Juizados Especiais, inexistem custas ou honorários advocatícios em sede de 1º grau, de onde, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, somente serão arbitradas as custas ou honorários em caso de insucesso do recurso aviado, valendo apenas as custas e honorários fixados e da forma em que foram fixados nesta decisão. Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem

como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1002229-29.2016.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE SINOP (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS MELGAR NASCIMENTO OAB - MT17735-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TATIANE FAVARIN RECH FORTES (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCA RIZZATTI MENDES OAB - MT20974-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – PRESCRIÇÃO – OCORRÊNCIA – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – INGRESSO DA AÇÃO APÓS O PRAZO PRESCRICIONAL – SENTENÇA REFORMADA – SÚMULA DA FAZENDA PÚBLICA Nº 11 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, “a” DO NCPC C/C SÚMULA Nº 02 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a” do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 11 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Ultrapassados o prazo de mais de 5 (cinco) anos entre a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras e o ajuizamento da demanda, passa a ocorrer a prescrição ao eventual direito de recomposição / pagamento de diferenças da conversão da moeda de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor, nos ditames do Decreto-Lei 20910/32 e ainda RE 561836/RN- STF e o julgamento dos embargos de declaração deste mesmo recurso extraordinário, com efeito repetitivo. 3. O entendimento está sedimentado pelas Súmulas da Fazenda Pública de nºs 10 e 11 publicadas em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença que merece ser reformada. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Trata-se de recurso aviado pela municipalidade contra a sentença que determinou a implantação do pagamento de valores de URV, bem como pagamento de valores atrasados em relação aos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação. A municipalidade aduziu a ausência do direito alegado e ainda prescrição. Em sede de contrarrazões o recorrido pugnou pela manutenção da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, DAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, “a”, do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: SÚMULA Nº 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a”, “b” e “c” do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (Nova redação aprovada em 12/09/2017). Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 11 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: “SÚMULA Nº 11: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 861836/RN-STF).” Deve ser observada a data da reestruturação das carreiras, de onde, pela Lei Municipal nº 568/99, que dispôs sobre a reestruturação das carreiras da presente municipalidade, sendo o termo limite para se pleitear qualquer tipo de valores de URV, bem ainda o marco para basear que a presente lide fora ajuizada em data além do prazo prescricional de 5 (cinco) anos, do Decreto Lei 20910/32. Em recentíssimo julgamento no RESP 1.809.026/AL, da lavra do Ministro Herman Benjamin, decidido em data de 25/06/2019 e publicado em data de 02/08/2019, assim ficou lançado: “PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido.” Em outros casos idênticos seguem as decisões do STJ: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 23/05/2016) No mesmo diapasão foi a conclusão do Ministro Luiz Fux, quando decidiu os Embargos de Declaração no RE 561836/RN que se tornou caso de repercussão geral sobre o tema, senão vejamos: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) Ainda no mesmo julgado acima noticia-se que seria paga, no caso de decréscimo salarial a ser devidamente demonstrado, quando da reestruturação da carreira, uma verba destacada com o nome de VPNI que seria absorvida com o passar dos anos, com as recomposições salariais que viessem ocorrendo, de onde, de longa data, também já teria sido absorvido, com as várias alterações salariais ao longo de quase 25 (vinte e cinco) anos, sem falar na total ausência mínima de demonstração de decréscimo salarial no presente feito. Posto isso, conheço do recurso e no mérito DOU-LHE PROVIMENTO para acolher a prescrição, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos moldes do artigo 487, inciso II, do NCPC. Isento de custas processuais e sem a condenação ao pagamento de honorários

advocatícios, ante o resultado do recurso, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, com a mudança de locação / competência, as regras de sucumbência são as do Juizado Especial, em superação à qualquer outra, diante da existência de Lei Especial (Lei 9099/95) em sobreposição à Lei Geral (NCPC). Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1009253-30.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FATIMA FERNANDES CARVALHO (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROQUE PIRES DA ROCHA FILHO OAB - MT9870-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0003-06 (REPRESENTANTE)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – MÉRITO – FAZENDA PÚBLICA – AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA SALARIAL DECORRENTE DA CONVERSÃO DA MOEDA EM URV – SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DOS PLEITOS INICIAIS MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMETOS – AUSÊNCIA DE DIFERENÇAS SALARIAIS – RECOMPOSIÇÃO ACIMA DO ÍNDICE EM 1994 – AUSÊNCIA DO DIREITO ALEGADO – JULGAMENTO MONOCRÁTICO – POSSIBILIDADE – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, IV, “a” DO NCPC C/C SÚMULA Nº 01 DA TRU E SÚMULA Nº 10 DA TRU / FAZENDA PÚBLICA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, IV, “a” do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 01 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 10 da TRU em matéria afeto à Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Observada a ausência do alegado direito à recomposição linear da URV, pela ausência de perda, com a recomposição salarial, ainda no mesmo ano da conversão, inexiste se falar em direito à incorporação de valores de forma linear e ainda de valores retroativos, como pretende a autora, de onde, a sentença deve ser mantida. 3. O entendimento está sedimentado pela Súmula da Fazenda Pública de nº 10 publicada em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença que merece ser mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da Lei 9.099/95. 5. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Registro que o presente feito fora recebido e tramitando agora pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso. Trata-se de recurso inominado interposto pelo servidor público do Estado de Mato Grosso, contra a sentença que julgou improcedentes os seus pleitos iniciais de implantação de URV e ainda de pagamentos de valores atrasados, em relação aos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da demanda, pugnando pelo conhecimento e provimento do recurso, com a procedência dos pleitos exordiais. Em sede de contrarrazões, o ESTADO DE MATO GROSSO aduziu que ocorreu a prescrição quinquenal pela reestruturação da carreira correspondente, sendo este o início do prazo prescricional, pela aplicação do julgado em Repercussão Geral RE 941.449-MT, bem como foi feito pagamento sob rubrica “Dif.Conv. MP -482-URV”, fazendo ainda alusão ao Recurso de Apelação Cível 37117/2017, que assim reconheceu, inexistindo qualquer defasagem salarial; Aduziu também que os servidores do executivo não faziam jus a tal direito, por receberem no dia 20 de cada mês, naquela época, bem como, no ano de 1994, pela Lei 6.528/94 de 15/09/1994, segundo o ementário / mensagem do Governador do Estado naquela época, o mesmo apontou que a Lei enviada era com o objetivo de recompor as defasagens dos servidores, numa média de recomposição de 18%, e, algumas categorias ainda com maior recomposição, inclusive da URV, de onde o Ofício / Mensagem 48/94 datado de 02/09/1994 assim demonstrou a intenção / finalidade da recomposição salarial era para cobrir também a defasagem / recomposição da URV em patamares acima dos 11,98% pretendidos na presente demanda. Acostou ainda, juntamente com a peça de recurso, vários documentos. Por derradeiro, acrescentou que em se tratando de “... servidor(a) da Educação Básica, cuja Lei Complementar nº 50/1998, que reestruturou a carreira, o quadro remuneratório do(s) apelante(s), as eventuais diferenças remuneratórias existentes estão alcançadas pela prescrição quinquenal, já que a ação foi proposta após mais de 5 anos da publicação da lei...”. Pugnou ao final: a) pelo reconhecimento da prescrição quinquenal, ausência de valores a serem recebidos, pelos pagamentos a título de diferenças e ainda a ausência de valores a título de URV, pelo fato da recomposição pela Lei 6528/94 ter sido no patamar de 31,17%, acima do percentual pretendido da URV, inexistindo defasagem alguma a se resolver, com o consequente desprovimento do recurso aviado. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO Nº 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, NEGAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, IV, “a”, do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: IV - negar provimento a recurso que for contrário a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 01 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: “SÚMULA Nº 01: O Relator, em decisão monocrática, poderá negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificadamente os fundamentos da decisão recorrida ou, negar provimento a recurso que esteja dentro dos ditames do artigo 932, IV, “a”, “b” e “c” do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias, para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017).” Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 10 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: “SÚMULA 10 – Os servidores públicos do Poder Executivo Estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para a Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6528 de 15/09/1994.” Ou seja, após período de maturação entendeu-se que os servidores do Executivo Estadual padecem do alegado direito à implantação de URV ou de eventuais diferenças, justamente pelo fato de que tais foram devidamente recompostas de longa data. Segundo os Ofícios 053/2017/SGFP/SEGES e 122 CM/SGP/SEGES/2016, acostados com a peça de contestação, ali segundo informação da própria Superintendência de Gestão de Folha de Pagamentos do Estado de Mato Grosso, nos anos de 1993 a 1994, o pagamento dos servidores públicos do Poder Executivo eram feitos ainda dentro do mesmo mês (oficio 122/2016) , bem como, de que, existia ainda a folha de pagamento suplementar para cobrir a diferença da URV entre o dia do fechamento da folha do pagamento e do valor da URV do último dia do mês, com o pagamento da rubrica “DIF.CONV.MP – 482-URV”, ocorrendo o pagamento das diferenças nos meses de abril / maio / junho do ano de 1994, vigorando por três meses, sendo posteriormente substituído pela nova moeda, com o nome de REAL (ofício 053/2017, que se encontra em vários feitos da URV do Estado, citando como mera referência o feito 1000219-39.2018.8.11.0048 – ID 7371747), de onde em sede de impugnação à contestação apenas se limitou a dizer que essas alegações não eram suficientes a comprovar a recomposição oriunda da defasagem atinente da URV, porém, nada mais traz em sede de contraposição, sendo contra, pelo simples fato de ser contra. Poderia a parte lastrear suas alegações em provas, porém, apenas alega e nada mais, não se desincumbindo do seu ônus probatório, o que, somente por tais fatos em caso análogo na Apelação Cível 37117/2017, julgado no TJMT, com voto da lavra do Desembargador Luiz Carlos da Costa, o mesmo julgou improcedentes os pleitos da parte, pela ausência da impugnação devidamente fundamentada. Sabe-se ainda que a aduzida

defasagem salarial na remuneração decorrente do equivocado método de conversão de Cruzeiros Reais para a Unidade de Valor – URV não se estende a todos os servidores público de forma indiscriminada, mas apenas àqueles que, comprovadamente, foram prejudicados, não sendo uma via oblíqua e automática para aumento dos vencimentos, que, é o que se aparenta na pretensão da recorrida. Outro ponto importante a ser reconhecido, como não poderia deixar de ser, juntamente com a peça de contestação, veio ainda encartado OFÍCIO/DAD/GG/1334/94, de 02/09/1994, da lavra do Exmo. Governador do Estado de Mato Grosso da época, Jayme Veríssimo de Campos, de onde o mesmo encaminha o Projeto de Lei para apreciação da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, justamente para a devida recomposição salarial dos servidores do executivo estadual, para textualmente recompor as perdas salarias, inclusive da URV, para os servidores, senão vejamos: "OFÍCIO/DAD/GG/1334/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Senhor Presidente, Para apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a MENSAGEM Nº 48 /94, acompanhada do respectivo Projeto de Lei que "Reajusta as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência e dignos pares os protestos de elevado apreço e distinta consideração. JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado Excelentíssimo Senhor Deputado HUMBERTO BOSAIPO Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa Palácio Filinto Muller Nesta. MENSAGEM Nº 48/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores Deputados: Nos termos do disposto nos artigos 39 e 66, inciso II, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, o anexo Projeto de Lei que "Reajusta os vencimentos dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Imbuído no propósito de sempre buscar ofertar acréscimos as Tabelas Salariais de nossos abnegados servidores públicos, na oportunidade e hora em que vislumbro compatibilidade de caixa com o estudo do impacto que tal acréscimo ocasiona, no Tesouro Estadual, sem descuidar dos serviços essenciais que a administração pública tem sob sua responsabilidade, encaminho-lhes o anexo Projeto de Lei que tem esse objetivo. Busco aí atender a todos com especial destaque aos nossos educadores (30%), bem como buscando corrigir prejuízos sofridos na conversão da URV, como foi o caso específico dos Auditores do Estado e Médicos-Legista. Decidi-me pela aplicação de um realinhamento linear médio de percentual condizente com a capacidade ora vislumbrada, sem a adoção do parcelamento para não impor mais sacrifícios aos nossos servidores, mantendo-se assim a despesa de custeio de pessoal dentro do limite constitucional (art. 38, ADCT da Constituição Federal), razão pela qual entendo merecedor o anexo Projeto de Lei de aprovação por essa Casa de Leis. Encareço, outrossim, sua tramitação pelo regime de urgência estatuído no artigo 41, da Constituição Estadual, oportunidade que uso do ensejo para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e aos seus dignos pares, as expressões do meu melhor apreço e profunda consideração. Atenciosamente, JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado" (destaca-se) (documentos anexos) Desse encaminhamento originou a Lei 6.528/1994, datada de 15/09/1994, cujo texto de ementa da lei, anota que a mesma "realinha as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências"(sic), ou seja a lei, realinhou os vencimentos de todos do executivo, e tal realinhamento era, no intuito ainda de "recompor as eventuais defasagens da URV, que em geral foi de 18% PARA TODAS AS CATEGORIAS, enquanto algumas tiveram recomposição ainda maior, ou seja, bem acima do percentual de 11,98% pretendido pela parte autora, ISSO AINDA NO MÊS DE 15/09/1994. O que se tem que ter em mente é que, no ano de 1994, fora editado o DECRETO do GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO 4400/94, de 14/04/1994, que fez a conversão dos salários para a URV, e, nesse meio termo, saiu a Lei Federal 8880/94, que instituiu a "MOEDA REAL", de onde, em seu artigo 3º, § 1º impôs que a partir de julho de 1994 iria ser emitida e convertida a moeda para "REAL", bem como, ainda EM DATA DE 15/09/1994 fora editada a Lei Estadual 6.528/1994, que fez a recomposição salarial dos servidores em geral, em diversas faixas e alíquotas, com o objetivo de também recompor o salário inclusive das perdas da URV, segundo a mensagem 48/94 do Governador do Estado, acima transcrita. Certo ainda que, a recomposição salarial, em si mesmo não afasta a imposição de se recompor a perda de valores decorrentes da URV, disso não se descura, nos moldes de vários julgados do STF, sobre o tema, de onde, uma coisa não substitui a outra, porém, no caso em tela, o objetivo da recomposição era exatamente recompor as perdas salariais e ainda a perda da conversão da URV, COMO SE OBSERVA DE FORMA CLARA NA MENSAGEM DA INTENÇÃO LEGISLATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, NA ÉPOCA DOS FATOS, e o simples fato do cabeçalho da Lei 6528/94 não trazer ali também a menção da URV, isto por si só não afasta esta intenção, essa finalística da lei. Se consideramos o percentual padrão de 11,98% da URV da qual se pretende ainda obteve-se a recomposição extra de aproximadamente entre 18% e 19%, além da URV, e, em algumas categorias com valores ainda maiores, não existindo defasagem alguma a ser recomposta, visto que, exatamente na edição da Lei 6528/94, tais valores foram efetivamente recompostos. Existem diferenças entre os servidores do Estado e do Poder Judiciário, visto que, cada um teve o seu momento de recomposição, ante a independência dos poderes, de onde, o Poder Judiciário, obteve o direito à URV, pelo fato de que, demorou muito tempo depois para fazer as correções e perdas, advindo daí o seu direito, não querendo dizer que todos de forma indiscriminada tenham o direito à URV, à exemplo do caso em tela. E ainda há de ser registrado que, posteriormente, ainda no mês de NOVEMBRO DE 1994, ocorreu mais uma reposição salarial, no importe de 37,75%, nos salários, nos moldes descritos na própria Lei 6528/94, em seu artigo 10, senão vejamos: "Art. 10 – O Governo do Estado de Mato Grosso, concederá um novo reajuste salarial, a todos os servidores públicos do Estado, a partir do mês de novembro de 1994." Ou seja, já tinha ocorrido um reajuste salarial, com o objetivo de recomposição e ainda de recomposição pelas perdas da URV em setembro de 1994 e ai em novembro de 1994, novo reajuste ainda foi concedido a todos os servidores do Estado e Mato Grosso, pela Lei 6583 de 13/12/1994. Anoto ainda que, o mesmo raciocínio vale para tantas outras carreiras do ESTADO DE MATO GROSSO, senão vejamos, o comparativo das tabelas abaixo, com recomposição acima dos 11,98% da URV. Calha ainda a consideração de que as informações acima, constam de diversos outros processos a tramitar perante a Turma Recursal, da relatoria deste magistrado, de onde, em detida e profunda verificação as tabelas acima NADA MAIS SÃO DO QUE UM MERO RESUMO DO QUE ESTÁ A CONSTAR TANTO NO DECRETO 440/1994 E NA LEI 6528/1994, sendo informações públicas e EXATAMENTE A BASE LEGAL PARA A PRESENTE DECISÃO JUDICIAL, não podendo ninguém alegar que é uma prova que não consta dos autos, ou que seria uma prova surpresa, sendo apenas aproveitado o documento, pois já devidamente formatado, sendo a Lei Pública e do conhecimento de todos os envolvidos. E, em pesquisa no site do IBGE (https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2015_dez.pdf), tem-se que índices inflacionários no período foram os seguintes acumulados: Considerando o período de julho de 1994 até dezembro de 1994, o acúmulo do índice do INPC foi de 17,37%, ou seja, além da recomposição anterior da URV e outras perdas, ainda, posteriormente, nova recomposição em 37,74%, inexistindo se falar em valores de URV a serem pagos e/ou incorporados ao vencimento mensal do servidor. Calha ainda a consideração de que, as diversas carreiras estatais sofreram, posteriormente, as suas reestruturações vencimentais e organizacionais ao longo do tempo, porém, registro também, que, isso nada tem a ver com URV convertida, pois lá atrás, ainda em 1994, houve a recomposição específica para suprir a eventual defasagem salarial que ocorria. E se não fosse por tal prisma, calha ainda a menção de que eventuais diferenças salariais, caso houvessem, na época da reestruturação das mais diversas carreiras, esta não seria eterna, ou seja, o RE 561836/RN (RECURSO REPETITIVO), da lavra do Excelentíssimo Ministro do STF Luiz Fux, registrou que o lapso temporal era exatamente a reestruturação das carreiras, senão vejamos: Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE

DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) E, ainda nesse julgamento, no julgamento originário / primitivo, o mesmo ainda anota que, em caso de eventual decréscimo vencimental quando da reestruturação da carreira, naquele momento, deveria ser paga uma verba destacada denominado de VPNI, que teria duração até o momento em que houvessem as recomposições ao longo do tempo, com prazo para sua extinção e não sendo eterna, senão vejamos: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Supremo Tribunal Federal RE 561836 / RN AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DA BAHIA ADV.(A / S) : MARCONI DE SOUZA REIS A M. CURIAE . : APLB - SINDICATO DOS TRABALHADORES E M EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA ADV.(A / S) : RITA DE CÁSSIA DE OLIVEIRA SOUZA A M. CURIAE . : ESTADO DE SÃO PAULO PROC.(A / S)(ES) : PROCURADOR -GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO ESTADO DA BAHIA - AFPEB ADV.(A / S) : CESAR AUGUSTO PRISCO PARAISO E OUTRO (A / S) A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS E SERVIDORES DO INSTITUTO DE ZOOTECNIA - AFIZ ADV.(A / S) : KLEBER CURCIOL EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Inteiro Teor do Acórdão - Página 2 de 90 Ementa e Acórdão RE 561836 / RN índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. 6) A irredutibilidade estipendial recomenda que se, em decorrência da reestruturação da carreira do servidor, a supressão da parcela dos 11,98%, ou em outro percentual obtido na liquidação, verificar-se com a redução da remuneração, o servidor fará jus a uma parcela remuneratória (VPNI) em montante necessário para que não haja uma ofensa ao princípio, cujo valor será absorvido pelos aumentos subsequentes. 7) A reestruturação dos cargos no âmbito do Poder Judiciário Federal decorreu do advento da Lei nº 10.475/2002, diploma legal cuja vigência deve servir de termo ad quem para o pagamento e incorporação dos 11,98% no âmbito do referido Poder. 8) Inconstitucionalidade. 9) Recurso extraordinário interposto pelo estado do Rio Grande do Norte conhecido e parcialmente provido, porquanto descabida a pretensa compensação do percentual devido ao servidor em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV com aumentos supervenientes a título de reajuste e revisão de remuneração, restando, por outro lado, fixado que o referido percentual será absorvido no caso de reestruturação financeira da carreira, e declarada incidenter tantum a inconstitucionalidade da Lei n° 6.612, de 16 de maio de 1994, do estado do Rio Grande do Norte. JULGADO 26/09/2013, Relator: Ministro Luiz Fuz – Supremo Tribunal Federal) E, não se tem como afastar que, mesmo que houvesse eventual decréscimo salarial lá no momento da reestruturação da carreira, já se transcorreu muito mais do que 5 (cinco) anos, entre a reestruturação da carreira e o momento em que se ajuizou a ação, o que, invariavelmente, também estaria albergada pelo instituto da prescrição, nos moldes do que regra o Decreto-Lei 20.910/32, bem como também pelo decurso de tempo, ante as inúmeras leis posteriores de reestruturação das carreiras de Estado, como por exemplo, a Lei Complementar nº 50/1998 que dispõe sobre a Carreira dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Mato Grosso, de onde, fatalmente a incorporação / recomposição já teria ocorrido, com a consequente extinção da denominada verba com a nomenclatura VPNI. Mas, digo isso apenas no campo das suposições, pois tais pontos sequer foram traçados pela parte interessada, bem como devidamente demonstrado anteriormente que a recomposição fora feita ainda no ano de 1994, a afastar totalmente a pretensão inicial da parte autora. Registro ainda, por derradeiro, que em sede de Juizados Especiais, nos moldes do artigo 38, § único da Lei 9099/95, não se faz possível sentença ilíquida, de onde, este relator, após estudar o assunto, conseguiu entender toda a dinâmica que o cerca, elaborando a sua decisão, exatamente nos moldes de uma perícia judicial, aplicável ao caso, de forma clara e tranquila, a não desafiar a tentativa de sequer ser verificada em sede de liquidação de sentença, pois, como bem demonstrado o feito independe de qualquer liquidação, atacando-se TODA A MATÉRIA DE IMEDIATO de forma exaustiva. Então a única conclusão que se retira é de que o pleito da exordial é totalmente improcedente, de onde ainda registro que em vários casos que tem me chegado à conclusão na fase de liquidação, foi de liquidação “zero’, de onde, não posso me furtar à profundidade do voto, resolvendo “ab initio” o processo, sem causar falsas esperanças às partes envolvidas, a não merecer reparos a sentença objurgada. Posto isso, conheço do recurso inominado aviado e no mérito NEGO-LHE PROVIMENTO para manter inalterada a sentença, nos moldes do artigo 46 da Lei 9099/95, com seus fundamentos e acrescidos aos fundamentos aqui esposados, de forma monocrática, com espeque na Súmula nº 01 da TRU c/c Súmula nº 10 da TRU em sede de matéria da Fazenda Pública, c/c artigo 932, inciso IV, “a”, do NCPC. Diante do resultado do julgamento do recurso, condeno o recorrente ao pagamento das custas processuais e ainda em honorários advocatícios, que, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, arbitro em 15% (quinze por cento) sobre o valor atualizado da causa, porém, ambas suspensas, diante da gratuidade de justiça anteriormente concedida, nos moldes do artigo 98, §§ 2º e 3º do NCPC. Registro ainda que, caso este feito tenha sido iniciado pela Justiça Comum, e, posteriormente enviado para a Turma Recursal / Juizados Especiais, automaticamente a sistemática das custas e honorários serão, por óbvio, as utilizadas na Lei 9099/95, prevalecendo esta sobre eventual condenação anterior, seja das custas ou de honorários em 1º grau, visto que, em sede de Juizados Especiais, inexistem custas ou honorários advocatícios em sede de 1º grau, de onde, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, somente serão arbitradas as custas ou honorários em caso de insucesso do recurso aviado, valendo apenas as custas e honorários fixados e da forma em que foram fixados nesta decisão. Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública,

providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1008358-55.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
GONCALO TEODORO DE CAMPOS (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GONCALO DE SOUZA SILVA OAB - MT19148-A (ADVOGADO)
MARLI DANTAS DO NASCIMENTO OAB - MT20781-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – MÉRITO - URV – AUSÊNCIA DE DIFERENÇAS SALARIAIS – RECOMPOSIÇÃO ACIMA DO ÍNDICE EM 1994 – AUSÊNCIA DO DIREITO ALEGADO – JULGAMENTO MONOCRÁTICO – POSSIBILIDADE – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, “a”, DO NCPC C/C A SÚMULA Nº 02 DA TRU E SÚMULA Nº 10 DA TRU / FAZENDA PÚBLICA – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a” do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 10 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Observada a ausência do alegado direito à recomposição linear da URV, pela ausência de perda, com a recomposição salarial, ainda no mesmo ano da conversão, inexiste se falar em direito à incorporação de valores de forma linear e ainda de valores retroativos, como pretende a autora, de modo que a sentença deve ser reformada para improcedência dos pedidos da petição inicial. 3. O entendimento está sedimentado pela Súmula da Fazenda Pública de nº 10 publicada em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença reformada. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Registro que o presente feito fora recebido e tramitando agora pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso. Trata-se de recurso inominado interposto pelo ESTADO DE MATO GROSSO, contra a sentença que entendeu que deve ser feita a incorporação do percentual de 11,98% a título de URV e ainda o pagamento dos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da demanda, aduzindo o Estado de Mato Grosso Recorrente que ocorreu a prescrição quinquenal pela reestruturação da carreira correspondente, sendo este o início do prazo prescricional, pela aplicação do julgado em Repercussão Geral RE 941.449-MT, bem como foi feito pagamento sob rubrica “Dif.Conv. MP -482-URV”, fazendo ainda alusão ao Recurso de Apelação Cível 37117/2017, que assim reconheceu, inexistindo qualquer defasagem salarial; Aduziu também, que os servidores do Poder Executivo não faziam jus a tal direito, por receberem no dia 20 de cada mês naquela época, bem como que no ano de 1994, pela Lei 6.528/94 de 15/09/1994, segundo o ementário / mensagem do Governador do Estado naquela ocasião, o então governador apontou que a Lei enviada era com o objetivo de recompor as defasagens dos servidores, numa média de recomposição de 18%, e, algumas categorias ainda com maior recomposição, inclusive da URV, de onde o Ofício / Mensagem 48/94 datado de 02/09/1994, assim demonstrou a intenção / finalidade da recomposição salarial era para cobrir também a defasagem / recomposição da URV em patamares acima dos 11,98% pretendidos na presente demanda. Acostou ainda, juntamente com a peça de recurso, vários documentos. Por derradeiro, acrescentou que em se tratando de “... servidor(a) da Educação Básica, cuja Lei Complementar nº 50/1998, que reestruturou a carreira, o quadro remuneratório do(s) apelante(s), as eventuais diferenças remuneratórias existentes estão alcançadas pela prescrição quinquenal, já que a ação foi proposta após mais de 5 anos da publicação da lei...”. Pugnou ao final: pelo reconhecimento da prescrição quinquenal; ausência de valores a serem recebidos, pelos pagamentos a título de diferenças; e, ainda a ausência de valores a título de URV, pelo fato da recomposição pela Lei 6528/94 ter sido no patamar de 31,17%, acima do percentual pretendido da URV, inexistindo defasagem alguma a se resolver. Em sede de contrarrazões a parte Recorrida rebateu as alegações da prescrição, invocando o DECRETO FEDERAL nº 20.910/32 e ainda a Súmula nº 85 do STJ e a Súmula nº 443 do STF, que não acolhe a prescrição do fundo de direito (situação jurídica fundamental), restando as parcelas do último quinquênio anterior à propositura da demanda; aduziu mais, que o pagamento sob a rubrica “Dif.Conv. MP-482-URV” não induz de forma automática à recomposição salarial quando da conversão equivocada da moeda, pois apenas juntar as fichas salarias não seria o bastante para demonstrar tal perda da recomposição da moeda pela Medida Provisória 482, convertida em Lei 8880/94 e que os valores devem ser apurados em sede de liquidação de sentença, repisando, no mais os pleitos da exordial, no que tange do direito à incorporação do percentual de 11,98% a título de URV, inclusive aos servidores do Poder Executivo, aplicando-se ao mesmo o artigo 168 da CF, e que eventuais aumentos em si mesmo, não suprimem o direito da recomposição da conversão errada da moeda anteriormente ocorrida. Por fim, afirmou que a parte Recorrente não comprovou que a Lei 50/1998 ou o Estatuto Lei 6528/1994 supriu os valores pretendidos na demanda, bem como que o ente estatal também não comprovou que Lei Complementar nº 50/1998 tenha sido regulamentada. Assim, pugnou pela manutenção integral da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do Ofício nº 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório necessário. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, DAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, “a”, do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade de o relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: “SÚMULA Nº 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a”, “b” e “c” do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017).” Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 10 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: “SÚMULA Nº 10 – Os servidores públicos do Poder Executivo Estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para a Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6528 de 15/09/1994.” Ou seja, após período de maturação entendeu-se que os servidores do Executivo Estadual padecem do alegado direito à implantação de URV ou de eventuais diferenças, justamente pelo fato de que tais foram devidamente recompostas de longa data. Segundo os Ofícios nºs 053/2017/SGFP/SEGES e 122 CM/SGP/SEGES/2016, acostados com a peça de contestação, ali segundo informação da própria Superintendência de Gestão de Folha de Pagamentos do Estado de Mato Grosso, nos anos de 1993 a 1994, o pagamento dos servidores públicos do Poder Executivo eram feitos ainda dentro do mesmo mês (oficio 122/2016) , bem como, de que, existia ainda a folha de pagamento suplementar para cobrir a diferença da URV entre o dia do fechamento da folha do pagamento e do valor da URV do último dia do mês, com o pagamento da rubrica “DIF.CONV.MP – 482-URV”, ocorrendo o pagamento das diferenças nos meses de abril / maio / junho do ano de 1994, vigorando por três meses, sendo posteriormente substituído pela nova moeda, com o nome de REAL (ofício 053/2017, que se encontra em vários feitos da URV do Estado, citando como mera referência o feito 1000219-39.2018.8.11.0048 – ID 7371747), de onde em sede de impugnação à contestação apenas se limitou a dizer que essas alegações não eram suficientes a comprovar a recomposição oriunda da defasagem atinente da URV, porém, nada mais traz em sede de contraposição, sendo contra, pelo simples fato de ser contra. Poderia a parte lastrear suas alegações em provas, porém, apenas alega e nada mais, não se desincumbindo do seu ônus probatório, o que, somente por tais fatos em caso análogo na Apelação Cível 37117/2017, julgado no TJMT, com voto da lavra do Desembargador Luiz Carlos da Costa, o mesmo julgou improcedentes os pleitos da parte, pela ausência da impugnação devidamente fundamentada. Sabe-se ainda que a aduzida defasagem

salarial na remuneração decorrente do equivocado método de conversão de Cruzeiros Reais para a Unidade de Valor – URV não se estende a todos os servidores público de forma indiscriminada, mas apenas àqueles que, comprovadamente, foram prejudicados, não sendo uma via oblíqua e automática para aumento dos vencimentos, que, é o que se aparenta na pretensão da parte Recorrida. Outro ponto importante a ser reconhecido, como não poderia deixar de ser, juntamente com a peça de contestação, veio ainda encartado OFÍCIO/DAD/GG/1334/94, de 02/09/1994, da lavra do Exmo. Governador do Estado de Mato Grosso da época, Jayme Veríssimo de Campos, de onde o mesmo encaminha o Projeto de Lei para apreciação da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, justamente para a devida recomposição salarial dos servidores do executivo estadual, para textualmente recompor as perdas salarias, inclusive da URV, para os servidores, senão vejamos: "OFÍCIO/DAD/GG/1334/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Senhor Presidente, Para apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a MENSAGEM Nº 48 /94, acompanhada do respectivo Projeto de Lei que "Reajusta as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência e dignos pares os protestos de elevado apreço e distinta consideração. JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado Excelentíssimo Senhor Deputado HUMBERTO BOSAIPO Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa Palácio Filinto Muller Nesta. MENSAGEM Nº 48/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores Deputados: Nos termos do disposto nos artigos 39 e 66, inciso II, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, o anexo Projeto de Lei que "Reajusta os vencimentos dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Imbuído no propósito de sempre buscar ofertar acréscimos as Tabelas Salariais de nossos abnegados servidores públicos, na oportunidade e hora em que vislumbro compatibilidade de caixa com o estudo do impacto que tal acréscimo ocasiona, no Tesouro Estadual, sem descuidar dos serviços essenciais que a administração pública tem sob sua responsabilidade, encaminho-lhes o anexo Projeto de Lei que tem esse objetivo. Busco aí atender a todos com especial destaque aos nossos educadores (30%), bem como buscando corrigir prejuízos sofridos na conversão da URV, como foi o caso específico dos Auditores do Estado e Médicos-Legista. Decidi-me pela aplicação de um realinhamento linear médio de percentual condizente com a capacidade ora vislumbrada, sem a adoção do parcelamento para não impor mais sacrifícios aos nossos servidores, mantendo-se assim a despesa de custeio de pessoal dentro do limite constitucional (art. 38, ADCT da Constituição Federal), razão pela qual entendo merecedor o anexo Projeto de Lei de aprovação por essa Casa de Leis. Encareço, outrossim, sua tramitação pelo regime de urgência estatuído no artigo 41, da Constituição Estadual, oportunidade que uso do ensejo para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e aos seus dignos pares, as expressões do meu melhor apreço e profunda consideração. Atenciosamente, JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado" (destaca-se) (documentos anexos) Desse encaminhamento originou a Lei 6.528/1994, datada de 15/09/1994, cujo texto de ementa da lei, anota que a mesma "realinha as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências"(sic), ou seja a lei, realinhou os vencimentos de todos do executivo, e tal realinhamento era, no intuito ainda de "recompor as eventuais defasagens da URV, que em geral foi de 18% PARA TODAS AS CATEGORIAS, enquanto algumas tiveram recomposição ainda maior, ou seja, bem acima do percentual de 11,98% pretendido pela parte autora, ISSO AINDA NO MÊS DE 15/09/1994. O que tem que se ter em mente é que, no ano de 1994, fora editado o DECRETO do GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO 4400/94, de 14/04/1994, que fez a conversão dos salários para a URV, e, nesse meio termo, saiu a Lei Federal 8880/94, que instituiu a "MOEDA REAL", de onde, em seu artigo 3º, § 1º impôs que a partir de julho de 1994 iria ser emitida e convertida a moeda para "REAL", bem como, ainda EM DATA DE 15/09/1994 fora editada a Lei Estadual 6.528/1994, que fez a recomposição salarial dos servidores em geral, em diversas faixas e alíquotas, com o objetivo de também recompor o salário inclusive das perdas da URV, segundo a mensagem 48/94 do Governador do Estado, acima transcrita. Certo ainda que, a recomposição salarial, em si mesmo não afasta a imposição de se recompor a perda de valores decorrentes da URV, disso não se descura, nos moldes de vários julgados do STF, sobre o tema, de onde, uma coisa não substitui a outra, porém, no caso em tela, o objetivo da recomposição era exatamente recompor as perdas salariais e ainda a perda da conversão da URV, COMO SE OBSERVA DE FORMA CLARA NA MENSAGEM DA INTENÇÃO LEGISLATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, NA ÉPOCA DOS FATOS, e o simples fato do cabeçalho da Lei 6528/94 não trazer ali também a menção da URV, isto por si só não afasta esta intenção, essa finalística da lei. Se consideramos o percentual padrão de 11,98% da URV da qual se pretende ainda obteve-se a recomposição extra de aproximadamente entre 18% e 19%, além da URV, e, em algumas categorias com valores ainda maiores, não existindo defasagem alguma a ser recomposta, visto que, exatamente na edição da Lei 6528/94, tais valores foram efetivamente recompostos. Existem diferenças entre os servidores do Estado e do Poder Judiciário, visto que, cada um teve o seu momento de recomposição, ante a independência dos poderes, de onde, o Poder Judiciário, obteve o direito à URV, pelo fato de que, demorou muito tempo depois para fazer as correções e perdas, advindo daí o seu direito, não querendo dizer que todos de forma indiscriminada tenham o direito à URV, à exemplo do caso em tela. E ainda há de ser registrado que, posteriormente, ainda no mês de NOVEMBRO DE 1994, ocorreu mais uma reposição salarial, no importe de 37,75%, nos salários, nos moldes descritos na própria Lei 6528/94, em seu artigo 10, senão vejamos: "Art. 10 – O Governo do Estado de Mato Grosso, concederá um novo reajuste salarial, a todos os servidores públicos do Estado, a partir do mês de novembro de 1994.". Ou seja, já tinha ocorrido um reajuste salarial, com o objetivo de recomposição e ainda de recomposição pelas perdas da URV em setembro de 1994 e ai em novembro de 1994, novo reajuste ainda foi concedido a todos os servidores do Estado e Mato Grosso, pela LEI 6583 de 13/12/1994. Anoto ainda que, o mesmo raciocínio vale para tantas outras carreiras do ESTADO DE MATO GROSSO, senão vejamos, o comparativo das tabelas abaixo, com recomposição acima dos 11,98% da URV. Calha ainda a consideração de que as informações acima, constam de diversos outros processos a tramitar perante a Turma Recursal, da relatoria deste magistrado, de onde, em detida e profunda verificação as tabelas acima NADA MAIS SÃO DO QUE UM MERO RESUMO DO QUE ESTÁ A CONSTAR TANTO NO DECRETO 440/1994 E NA LEI 6528/1994, sendo informações públicas e EXATAMENTE A BASE LEGAL PARA A PRESENTE DECISÃO JUDICIAL, não podendo ninguém alegar que é uma prova que não consta dos autos, ou que seria uma prova surpresa, sendo apenas aproveitado o documento, pois já devidamente formatado, sendo a Lei Pública e do conhecimento de todos os envolvidos. E, em pesquisa no site do IBGE (https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2015_dez.pdf), tem-se que índices inflacionários no período foram os seguintes acumulados: Considerando o período de julho de 1994 até dezembro de 1994, o acúmulo do índice do INPC foi de 17,37%, ou seja, além da recomposição anterior da URV e outras perdas, ainda, posteriormente, nova recomposição em 37,74%, inexistindo se falar em valores de URV a serem pagos e/ou incorporados ao vencimento mensal do servidor. Calha ainda a consideração de que, as diversas carreiras estatais sofreram, posteriormente, as suas reestruturações vencimentais e organizacionais ao longo do tempo, porém, registro também, que, isso nada tem a ver com URV convertida, pois lá atrás, ainda em 1994, houve a recomposição específica para suprir a eventual defasagem salarial que ocorria. E se não fosse por tal prisma, calha ainda a menção de que eventuais diferenças salariais, caso houvessem, na época da reestruturação das mais diversas carreiras, esta não seria eterna, ou seja, o RE 561836/RN (RECURSO REPETITIVO), da lavra do Excelentíssimo Ministro do STF Luiz Fux, registrou que o lapso temporal era exatamente a reestruturação das carreiras, senão vejamos: Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE

DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) E, ainda nesse julgamento, no julgamento originário / primitivo, o mesmo ainda anota que, em caso de eventual decréscimo vencimental quando da reestruturação da carreira, naquele momento, deveria ser paga uma verba destacada denominado de VPNI, que teria duração até o momento em que houvessem as recomposições ao longo do tempo, com prazo para sua extinção e não sendo eterna, senão vejamos: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Supremo Tribunal Federal RE 561836 / RN AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DA BAHIA ADV.(A / S) : MARCONI DE SOUZA REIS A M. CURIAE . : APLB - SINDICATO DOS TRABALHADORES E M EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA ADV.(A / S) : RITA DE CÁSSIA DE OLIVEIRA SOUZA A M. CURIAE . : ESTADO DE SÃO PAULO PROC.(A / S)(ES) : PROCURADOR -GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO ESTADO DA BAHIA - AFPEB ADV.(A / S) : CESAR AUGUSTO PRISCO PARAISO E OUTRO (A / S) A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS E SERVIDORES DO INSTITUTO DE ZOOTECNIA - AFIZ ADV.(A / S) : KLEBER CURCIOL EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Inteiro Teor do Acórdão - Página 2 de 90 Ementa e Acórdão RE 561836 / RN índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. 6) A irredutibilidade estipendial recomenda que se, em decorrência da reestruturação da carreira do servidor, a supressão da parcela dos 11,98%, ou em outro percentual obtido na liquidação, verificar-se com a redução da remuneração, o servidor fará jus a uma parcela remuneratória (VPNI) em montante necessário para que não haja uma ofensa ao princípio, cujo valor será absorvido pelos aumentos subsequentes. 7) A reestruturação dos cargos no âmbito do Poder Judiciário Federal decorreu do advento da Lei nº 10.475/2002, diploma legal cuja vigência deve servir de termo ad quem para o pagamento e incorporação dos 11,98% no âmbito do referido Poder. 8) Inconstitucionalidade. 9) Recurso extraordinário interposto pelo estado do Rio Grande do Norte conhecido e parcialmente provido, porquanto descabida a pretensa compensação do percentual devido ao servidor em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV com aumentos supervenientes a título de reajuste e revisão de remuneração, restando, por outro lado, fixado que o referido percentual será absorvido no caso de reestruturação financeira da carreira, e declarada incidenter tantum a inconstitucionalidade da Lei n° 6.612, de 16 de maio de 1994, do estado do Rio Grande do Norte. JULGADO 26/09/2013, Relator: Ministro Luiz Fuz – Supremo Tribunal Federal) E, não se tem como afastar que, mesmo que houvesse eventual decréscimo salarial lá no momento da reestruturação da carreira, já se transcorreu muito mais do que 05 (cinco) anos, entre a reestruturação da carreira e o momento em que se ajuizou a ação, o que, invariavelmente, também estaria albergada pelo instituto da prescrição, nos moldes do que regra o Decreto-Lei 20.910/32, bem como também pelo decurso de tempo, ante as inúmeras leis posteriores de reestruturação das carreiras de Estado, como por exemplo, a Lei Complementar nº 50/1998 que dispõe sobre a Carreira dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Mato Grosso, de onde, fatalmente a incorporação / recomposição já teria ocorrido, com a consequente extinção da denominada verba com a nomenclatura VPNI. Mas digo isto apenas no campo das suposições, pois tais pontos sequer foram traçados pela parte interessada, bem como, devidamente demonstrado anteriormente que a recomposição fora feita ainda no ano de 1994, a afastar totalmente a pretensão inicial do autor. Registro ainda, por derradeiro, que em sede de Juizados Especiais, nos moldes do artigo 38, § único da Lei 9099/95, não se faz possível sentença ilíquida, de onde, este relator, após estudar o assunto, conseguiu entender toda a dinâmica que o cerca, elaborando a sua decisão, exatamente nos moldes de uma perícia judicial, aplicável ao caso, de forma clara e tranquila, a não desafiar a tentativa de sequer ser verificada em sede de liquidação de sentença, pois, como bem demonstrado o feito independe de qualquer liquidação, atacando-se TODA A MATÉRIA DE IMEDIATO de forma exaustiva. Então a única conclusão que se retira é de que o pleito da exordial é totalmente improcedente, de onde ainda registro que em vários casos que tem me chegado à conclusão na fase de liquidação, foi de liquidação “zero’, de onde, não posso me furtar à profundidade do voto, resolvendo “ab initio” o processo, sem causar falsas esperanças às partes envolvidas, a não merecer reparos a sentença objurgada. Posto isso, CONHEÇO do recurso inominado aviado e no mérito DOU-LHE PROVIMENTO para julgar totalmente improcedentes os pleitos exordiais, nos moldes do artigo 487, inciso I, do NCPC, de forma monocrática, com espeque na Súmula nº 02 da TRU c/c Súmula nº 10 da TRU em sede de matéria da Fazenda Pública, c/c artigo 932, inciso V, “a”, do NCPC. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais, pelo fato de o Estado ser isento, e sem a condenação em honorários advocatícios, diante do que dispõe o artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, caso este feito tenha sido iniciado pela Justiça Comum, e, posteriormente enviado para a Turma Recursal / Juizados Especiais, automaticamente a sistemática das custas e honorários serão, por óbvio, as utilizadas na Lei 9099/95, prevalecendo esta sobre eventual condenação anterior, seja das custas ou de honorários em 1º grau, visto que, em sede de Juizados Especiais, inexistem custas ou honorários advocatícios em sede de 1º grau, de onde, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, somente serão arbitradas as custas ou honorários em caso de insucesso do recurso aviado, valendo apenas as custas e honorários fixados e da forma em que foram fixados nesta decisão. Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Após o trânsito em julgado, devolvam-se os autos à origem com as baixas e anotações pertinentes de

praxe. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1000339-20.2018.8.11.0004
Parte(s) Polo Ativo:
CLEITON CAMELO MARTINS (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KATIA GOBATTI CALCA OAB - MT13745-A (ADVOGADO)
ROSANA GOMES DA ROSA OAB - MT8487-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RAFAEL SGANZERLA DURAND OAB - MT12208-A (ADVOGADO)

Vistos, etc... Vieram-me os autos conclusos para apreciar pedido de devolução do prazo recursal. É sabido que, em se tratando de Juizado Especial, o prazo recursal inicia-se da sessão de julgamento, conforme Enunciado 85 do FONAJE. Dispõe o Enunciado 85 do FONAJE: ENUNCIADO 85 – O Prazo para recorrer da decisão de Turma Recursal fluirá da data do julgamento (XIV Encontro – São Luís/MA). Ademais, é praxe que os acórdão, em regra, sejam disponibilizados para lançamento no próximo dia útil seguinte ao julgamento, no entanto algumas vezes são confeccionados em momento posterior devido ao número de processos o que justifica a data no lançamento do voto e acórdão. À vista do exposto, INDEFIRO o pedido de devolução de prazo. Certifique-se o trânsito em julgado e, acaso operado este, DETERMINO a baixa dos autos à origem. Às providências. Intimem-se. Cumpra-se. Lúcia Peruffo Juíza de Direito Relatora

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1000080-58.2018.8.11.0090
Parte(s) Polo Ativo:
ALEX CABRAL DE SOUZA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
REGIS RODRIGUES RIBEIRO OAB - MT4936-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
Jucesp - Junta Comercial do Estado de São Paulo (RECORRIDO)
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CLAUDIA APARECIDA CIMARDI OAB - SP113880-A (ADVOGADO)
ELISIA HELENA DE MELO MARTINI OAB - RN1853-A (ADVOGADO)

Vistos, etc... Considerando o caráter infringente dos embargos declaratórios, nos termos do artigo 1023 § 2º do CPC, intime-se a parte embargada para se manifestar expressamente quanto à tese dos embargos, no prazo de 05 (cinco) dias. Intime-se. Cumpra-se. Lúcia Peruffo Juíza de Direito Relatora

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1000128-18.2018.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
ESAU GONCALVES DE OLIVEIRA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TEILON AUGUSTO DE JESUS OAB - MT23691-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU UNIBANCO HOLDING S.A. (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-A (ADVOGADO)

Vistos, etc... Considerando o caráter infringente dos embargos declaratórios, nos termos do artigo 1023 § 2º do CPC, intime-se a parte embargada para se manifestar expressamente quanto à tese dos embargos, no prazo de 05 (cinco) dias. Intime-se. Cumpra-se. Lúcia Peruffo Juíza de Direito Relatora

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1000643-65.2017.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CLEBER GOMES BARBOSA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ROECSON VALADARES SA OAB - MT19797-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TURMA RECURSAL ÚNICA Agravo de Instrumento nº 1000643-65.2017.8.11.0000 Agravante: ESTADO DE MATO GROSSO Agravado: CLEBER GOMES BARBOSA Vistos etc. Trata-se de recurso Agravo de Instrumento recebido, por redistribuição, do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, em que o Desembargador Relator, monocraticamente, reconheceu a incompetência daquela Corte, sob o fundamento jurídico de que a matéria em discussão se trata de cobrança de diferença de URV, que no julgamento do IRDR nº 85560/2016, foi reconhecida que a competência é do Juizado Especial da Fazenda Pública, independentemente da complexidade, da matéria e da necessidade de produção de prova pericial. Constou ainda na decisão monocrática que, em consulta ao feito principal nº 1023473-33.2016.8.11.0041, no sistema do Processo Judicial Eletrônico, constatou que foi proferida decisão pelo juiz "a quo" declinando da competência em favor do Juizado Especial da Fazenda Pública da Capital, para onde os autos deveriam ser remetidos. No entanto, em consulta realizada nesta data nos autos principais, verifico que o Reclamante interpôs recurso de Agravo de Instrumento contra a decisão que declinou da competência em favor do Juizado Especial da Fazenda Pública da Capital, AI nº 1002282-50.2019.8.11.0000, e, ao apreciar a liminar do referido recurso, o Desembargador Relator, SUSPENDEU a eficácia da decisão de declínio de competência até o julgamento definitivo pela Câmara. Assim, considerando que houve o deferimento da liminar do AI nº 1002282-50.2019.8.11.0000, e que, o resultado de mérito no julgamento do referido recurso decidirá a respeito da competência do Juizado Especial da Fazenda Pública para apreciar a presente lide, uma vez que se for reconhecida a incompetência do Juizado Especial da Fazenda Pública, a Turma Recursal não tem competência jurisdicional para decidir Agravo de Instrumento contra decisão proferida por Juiz de Direito em exercício de jurisdição na Justiça Comum. Por isso, retiro o presente recurso AI nº1000643-65.2017.8.11.0000 da sessão de julgamento do dia 13.12.2019, para aguardar o resultado do julgamento do AI nº 1002282-50.2019.8.11.0000 e posterior deliberação. Cumpra-se. Valmir Alaércio dos Santos Juiz de Direito, Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1006083-50.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
DOUGLAS NUNES DANTAS (RECORRIDO)
JUÍZO DA 3ª VARA ESPECIALIZDA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE CUIABÁ (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CLAUDIA MACIEL SANTOS OAB - MT10005-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Recurso nº 1006083-50.2016.8.11.0041 Origem: Juízo da 3ª Vara Especializada de Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá/MT – Declinada a Competência pelo E. TJMT em sede de reexame necessário de sentença. Reclamante(s): DOUGLAS NUNES DANTAS Reclamado(s): MUNICÍPIO DE CUIABÁ/MT Juiz Relator: Gonçalo Antunes de Barros Neto Vistos etc. Cuida-se de recurso de reexame necessário de sentença prolatada pelo Juízo da 3ª Vara Especializada de Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá/MT, que julgou procedente o pedido inicial, condenando o requerido a incorporar à remuneração do requerente, o percentual decorrente da perda ocorrida quando da conversão do real para URV, cujos valores serão apurados em liquidação de sentença. No id. nº 7542878, consta decisão prolatada pelo e. TJMT declinando da competência para a Turma Recursal, tendo em vista o julgamento do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas nº 85560/2016, que fixou a tese jurídica de que compete ao Juizado Especial da Fazenda Pública processar e julgar as ações concernentes à URV, que não ultrapassem o valor de 60 (sessenta) salários mínimos. Vejamos: PROCESSUAL CIVIL - INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - IRDR - AÇÕES DE COBRANÇA DE DIFERENÇA SALARIAL DECORRENTE DA CONVERSÃO DA MOEDA EM URV - VALOR DA CAUSA INFERIOR A 60 SALÁRIO MÍNIMOS - COMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUIZADO ESPECIAL DA

FAZENDA PÚBLICA - ART. 2º, DA LEI N. 12.153/2009 - NECESSIDADE DA REALIZAÇÃO DA PROVA PERICIAL - IRRELEVÂNCIA - IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. Compete ao Juizado Especial da Fazenda Pública o processamento e o julgamento das ações, em que o valor da causa não ultrapasse a 60 (sessenta) salário mínimos, independentemente da complexidade da matéria e da necessidade da produção da prova pericial. Por se tratar de questão de direito e, com vistas a evitar ofensa à segurança jurídica, deve o pedido formulado no Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas ser julgado improcedente, fixando, de consequência, a tese jurídica de que as ações concernentes à URV devem ser processadas e julgadas no Juizado Especial da Fazenda Pública, nos termos do art. 2º, da Lei n. 12.153/2009. (grifei) Dessa decisão o Município de Cuiabá, no id. 7786815, opôs embargos de declaração que foram rejeitados. No entanto, por expressa determinação legal, nas causas da competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, não há reexame necessário, conforme disposto na Lei nº 12.153/2009, em seu art. 11, in verbis: Art. 11. Nas causas de que trata esta Lei, não haverá reexame necessário. (grifei) A propósito: REEXAME NECESSÁRIO. DESCABIMENTO NO RITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS. Nos termos do artigo 11 da Lei 12.153/2009, no âmbito do sistema do Juizado Especial da Fazenda Pública, não há reexame necessário. REEXAME NECESSÁRIO NÃO CONHECIDO. (TJRS - Recurso Cível Nº 71008376626, Segunda Turma Recursal da Fazenda Pública, Turmas Recursais, Relator: Mauro Caum Gonçalves, Julgado em 04/04/2019) Consoante inteligência do art. 932, inciso III, do Código de Processo Civil, é permitido ao Juiz Relator, mediante decisão monocrática, não conhecer do recurso, verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: (...) III – não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida; Assim, o presente recurso não merece seguimento, conforme a Súmula nº 01, da Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, in verbis: O Relator, em decisão monocrática, poderá negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificadamente os fundamentos da decisão recorrida ou, negar provimento a recurso que esteja dentro dos ditames do artigo 932, IV, “a”,”b” e “c” do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias, para a decisão colegiada da Turma Recursal. Pelas razões expostas, nego seguimento ao recurso de reexame necessário, por ser manifestamente inadmissível. Tomem-se as demais providências de estilo. Anote-se. Dê-se baixa. Cumpra-se, com urgência. Cuiabá-MT, 02 de dezembro de 2019. Juiz Gonçalo Antunes de Barros Neto Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1017141-50.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PEDRO HENRIQUE LOPES DE FREITAS COUTINHO (RECORRENTE)
MUNICIPIO DE CUIABÁ (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLAUDIA MACIEL SANTOS OAB - MT10005-A (ADVOGADO)
BENEDICTO MIGUEL CALIX FILHO OAB - MT9192 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (RECORRIDO)
PEDRO HENRIQUE LOPES DE FREITAS COUTINHO (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CLAUDIA MACIEL SANTOS OAB - MT10005-A (ADVOGADO)
MUNICIPIO DE CUIABÁ OAB - 03.533.064/0001-46 (REPRESENTANTE)
BENEDICTO MIGUEL CALIX FILHO OAB - MT9192 (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TURMA RECURSAL Recurso Inominado nº 1017141-50.2016.8.11.0041. Origem: Juizado Especial da Fazenda Pública de Cuiabá. Recorrentes: Município de Cuiabá e Pedro Henrique Lopes de Freitas Coutinho. Recorridos: Município de Cuiabá e Pedro Henrique Lopes de Freitas Coutinho. E M E N T A - DECISÃO MONOCRÁTICA RECURSOS INOMINADOS - AÇÃO DE COBRANÇA - PLEITO DE RECEBIMENTO DA DIFERENÇA SALARIAL DECORRENTE DA URV - REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA - PRESCRIÇÃO VERIFICADA DE OFÍCIO - RECURSOS PREJUDICADOS. A reestruturação da carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV. Precedente: Recurso Extraordinário n° 561.836/RS. Assim, a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos cinco anos anteriores à reestruturação. Precedentes do STJ. Nesse sentido, a Turma Recursal Única editou a Súmula nº 11 referente às matérias da Fazenda Pública, verbis: “O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF).” Desse modo, as diferenças salariais pretendidas pela parte autora encontram-se superadas pela prescrição, vez que entre a data da publicação da lei que reestruturou sua carreira e a data de distribuição da demanda transcorreu prazo superior a cinco anos. Prescrição verificada de ofício. Recursos prejudicados. Relatório. Processo inicialmente distribuído ao e. TJMT, o qual reconheceu sua incompetência para julgamento da demanda, pois o valor atribuído à causa é inferior a 60 salários mínimos (IRDR nº 85560/2016), determinando que a tramitação se dê nesta Justiça Especializada. Trata-se de recursos interpostos contra sentença que julgou procedente o pedido inicial, para condenar o requerido a incorporar à remuneração da parte autora, o percentual decorrente da perda ocorrida quando da conversão do Real para URV. O reclamado pugna pela reforma parcial da sentença, a fim de que seja afastada a concessão da gratuidade da justiça concedida ao reclamante. O reclamante requer a reforma parcial da sentença, para corrigir erro material quanto a legitimidade passiva do Município de Cuiabá e não do Estado de Mato Grosso, bem como para eliminar parte da sentença que estabeleceu como marco final do cálculo a implantação de subsídio, já que não ocorreu na espécie, conforme devidamente comprovado. Contrarrazões foram apresentadas. Pelo Ofício nº 83/2017 - CPC/NFDTIPI, a i. representante do Ministério Público informa que o órgão ministerial somente manifestará nos processos que envolvam matéria de saúde ou interesse de menores e incapazes, razão pela qual não foi encaminhado o feito para manifestação. É o relatório. DECISÃO MONOCRÁTICA Inicialmente, rejeito à impugnação à gratuidade de justiça formulada pelo requerido. Cabe ao impugnante o ônus de demonstrar que o impugnado não faz jus ao benefício. Não havendo comprovação nos autos de que o recorrente possui condições de arcar com as despesas processuais, deve prevalecer à presunção de pobreza invocada e acolhida. Trata-se de ação de cobrança na qual a parte autora pretende incorporar à sua remuneração o percentual de 11,98% decorrente da perda salarial ocorrida quando da conversão de Cruzeiro Real para URV, bem como a condenação ao pagamento dos valores pretéritos decorrentes da incorporação e seu reflexo sobre as demais verbas recebidas. No julgamento do Recurso Extraordinário n° 561.836/RS, com repercussão geral reconhecida, houve alteração de tal entendimento, pois o c. STF firmou a tese de que, nos casos em que houve erro de conversão de Cruzeiro Real para URV, a reposição deixa de ser aplicada a partir do momento em que houver reestruturação da remuneração da carreira dos servidores eventualmente prejudicados. Eis a ementa do RE 561.836/RS: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. 6) A irredutibilidade estipendial

recomenda que se, em decorrência da reestruturação da carreira do servidor, a supressão da parcela dos 11,98%, ou em outro percentual obtido na liquidação, verificar-se com a redução da remuneração, o servidor fará jus a uma parcela remuneratória (VPNI) em montante necessário para que não haja uma ofensa ao princípio, cujo valor será absorvido pelos aumentos subsequentes. 7) A reestruturação dos cargos no âmbito do Poder Judiciário Federal decorreu do advento da Lei nº 10.475/2002, diploma legal cuja vigência deve servir de termo ad quem para o pagamento e incorporação dos 11,98% no âmbito do referido Poder. 8) Inconstitucionalidade. 9) Recurso extraordinário interposto pelo estado do Rio Grande do Norte conhecido e parcialmente provido, porquanto descabida a pretensa compensação do percentual devido ao servidor em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV com aumentos supervenientes a título de reajuste e revisão de remuneração, restando, por outro lado, fixado que o referido percentual será absorvido no caso de reestruturação financeira da carreira, e declarada incidenter tantum a inconstitucionalidade da Lei n° 6.612, de 16 de maio de 1994, do estado do Rio Grande do Norte. (RE 561836, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 26/09/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-027 DIVULG 07-02-2014 PUBLIC 10-02-2014) Assim, firmou-se o entendimento de que a reestruturação da carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças decorrentes da URV. Por consequência, inicia-se o prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos cinco anos anteriores à reestruturação. Tendo como base a referida decisão do c. Supremo Tribunal Federal, verifica-se que o Superior Tribunal de Justiça trouxe nova interpretação à matéria, reconhecendo que a partir do momento em que houve a reestruturação da carreira, iniciou-se a fluência do prazo para o exercício da pretensão. Nesse sentido: JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ART. 1.030, II, CPC/2015. ADMINISTRATIVO. MILITARES. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS EM URV. LEI Nº 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LEI DELEGADA Nº 43/2000. COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO DE TODAS AS PARCELAS RECLAMADAS APÓS O QUINQUÊNIO DA DATA EM QUE ENTROU EM VIGOR A LEI DELEGADA Nº 43/2000. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça veda a compensação de perdas salariais resultantes da conversão equivocada em URV com reajustes determinados por leis supervenientes, porém admite a limitação temporal das diferenças remuneratórias decorrentes da equivocada conversão do salário em URV, determinada pela Lei nº 8.880/90, em decorrência de posterior reestruturação remuneratória dos servidores. 2. O Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário nº 561.836/RN (com repercussão geral), adotou entendimento segundo o qual "(...) inequívoca conclusão de que é correto vedar a compensação [...] com aumentos supervenientes concedidos aos servidores públicos a título de reajuste ou revisão", todavia "o termo 'ad quem' da incorporação [...] é a data de vigência da lei que reestruturou a remuneração da sua carreira" (RE nº 561.836/RN, Rel. Min. LUIZ FUX, TRIBUNAL PLENO, DJe 10/02/2014). 3. Limitada a existência de possíveis diferenças salariais à edição da Lei Estadual Delegada nº 43/2000, com vigência a partir de junho/2000, e, ajuizada a ação somente após cinco anos a referida data, já se encontram prescritas todas as parcelas passíveis de restituição (cf. AgRg no REsp 1333769/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 29/11/2013). 4. Reforma do acórdão da Segunda Turma para, reconhecendo a limitação temporal do reajuste buscado, negar provimento ao recurso especial. (REsp 1268004/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 08/11/2016) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019) ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) Nesse sentido, a Turma Recursal Única editou a Súmula nº 11 referente às matérias da Fazenda Pública, verbis: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF). No caso, verifica-se que a parte requerente ocupa o cargo de Auditor Fiscal Tributário da Receita Municipal, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda de Cuiabá, cuja carreira foi reestruturada pela Lei Complementar Municipal nº 93/2003, que promoveu alteração do Plano de Cargos, Carreiras e Salários, inclusive com a instituição do subsídio. Assim, nos termos do entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal, tem-se como o termo final a ser considerado para fins de análise do direito à diferença da URV, o ano de 2003, ano em que foi publicada a Lei que reestruturou a carreira do cargo efetivo da parte autora, oportunidade na qual, como visto, as parcelas decorrentes de decisões administrativas e judiciais foram absorvidas pela nova tabela de vencimentos. Desse modo, as diferenças salariais pretendidas pela parte autora encontram-se superadas pela prescrição, vez que entre a data da publicação da referida lei e data da distribuição da demanda (14/10/2016) transcorreu prazo superior a cinco anos. Nos termos do art. 932, V, alínea a, do CPC, o relator pode, monocraticamente, dar provimento a recurso “se a decisão recorrida for contrária a súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal”. Ante o exposto, monocraticamente e de ofício, RECONHEÇO A PRESCRIÇÃO da pretensão inicial, extinguindo o feito com resolução do mérito, com fundamento no artigo 487, II do CPC e DECLARO PREJUDICADOS OS RECURSOS interpostos. Sem custas e honorários, em razão do resultado do julgamento, nos moldes do art. 55 da Lei 9.099/95. Intimem-se as partes. Preclusa a via recursal, certifique-se o trânsito em julgado e devolvam-se os autos ao Juizado Especial da comarca de origem. Valdeci Moraes Siqueira Juíza Relatora

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1010653-79.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ROSELAINE APARECIDA DE MOURA FIGUEIREDO (RECORRENTE)
CARLOS WAGNER RIBEIRO (RECORRENTE)
DILMAIR MILHOMEM DE OLIVEIRA (RECORRENTE)
DOMINGOS ALVES MOURA FILHO (RECORRENTE)
EDVALDO EGINO DE ASSUNCAO (RECORRENTE)
ESTER COSTA ALENCAR (RECORRENTE)
CLAUDIA REGINA PINHEIRO DA SILVA ROSA (RECORRENTE)
LIGIA PAULA PASSOS LIMA (RECORRENTE)
LUCENI GRASSI DE OLIVEIRA (RECORRENTE)
LUISA DRAVETZ DE PAULA CORTES (RECORRENTE)
MARILZE FATIMA PIRES (RECORRENTE)
GUILHERME DE SOUZA ALVES FILHO (RECORRENTE)
LEILA CRISTINA DIAS CIRQUEIRA (RECORRENTE)
LENIL DE CAMPOS BORGES MELO (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-A (ADVOGADO)
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TURMA RECURSAL Recurso Inominado nº 1010653-79.2016.8.11.0041. Origem: Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá. Recorrentes: CARLOS WAGNER RIBEIRO e Outros. Recorrido: ESTADO DE MATO GROSSO. E M E N T A - DECISÃO MONOCRÁTICA RECURSO INOMINADO - AÇÃO DE COBRANÇA - PLEITO DE RECEBIMENTO DA DIFERENÇA SALARIAL DECORRENTE DA URV - REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA - PRESCRIÇÃO VERIFICADA - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. A reestruturação da carreira faz cessar o direito ao recebimento das

diferenças salariais decorrentes da URV. Precedente: Recurso Extraordinário n° 561.836/RS. Assim, a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos cinco anos anteriores à reestruturação. Precedentes do STJ. Nesse sentido, a Turma Recursal Única editou a Súmula nº 11 referente às matérias da Fazenda Pública, verbis: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF). Desse modo, as diferenças salariais pretendidas pelas partes autoras encontram-se superadas pela prescrição, vez que entre a publicação da lei que reestruturou sua carreira e a data da distribuição da demanda transcorreu prazo superior a cinco anos. Recurso conhecido e não provido. Relatório. Processo inicialmente distribuído ao e. TJMT, o qual reconheceu sua incompetência para julgamento da demanda, pois o valor atribuído à causa é inferior a 60 salários mínimos (IRDR nº 85560/2016), determinando que a tramitação se dê nesta Justiça Especializada. Trata-se de recurso interposto contra sentença que declarou a prescrição da pretensão estampada na inicial, extinguindo o feito com resolução do mérito. As partes recorrentes pugnam pela reforma da sentença, a fim de que seja afastada a prescrição declarada na sentença e julgado procedente o pedido inicial. O recorrido apresentou contrarrazões pugnando pelo desprovimento do recurso interposto. Pelo Ofício nº 83/2017 - CPC/NFDTIPI, a i. representante do Ministério Público informa que o órgão ministerial somente manifestará nos processos que envolvam matéria de saúde ou interesse de menores e incapazes, razão pela qual não foi encaminhado o feito para manifestação. É o relatório. DECISÃO MONOCRÁTICA Trata-se de ação de cobrança na qual as partes autoras pretendem incorporar à sua remuneração o percentual de 11,98% decorrente da perda salarial ocorrida quando da conversão de Cruzeiro Real para URV, bem como a condenação ao pagamento dos valores pretéritos decorrentes da incorporação e seu reflexo sobre as demais verbas recebidas. As partes recorrentes pretendem a reforma da sentença ao argumento de que, nos moldes do Decreto Federal 20.910/32 e da Súmula 85 do STJ, o fundo de direito, em operações de trato sucessivo, não prescreve, mas apenas as parcelas anteriores aos últimos 05 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação. Com efeito, esse entendimento vinha sendo aplicado pelos tribunais pátrios para afastar a ocorrência da prescrição nas ações em que se pretendia o recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV. Todavia, a partir do julgamento do Recurso Extraordinário n° 561.836/RS, com repercussão geral reconhecida, houve alteração de tal entendimento, pois o c. STF firmou a tese de que, nos casos em que houve erro de conversão de Cruzeiro Real para URV, a reposição deixa de ser aplicada a partir do momento em que houver reestruturação da remuneração da carreira dos servidores eventualmente prejudicados. Eis a ementa do RE 561.836/RS: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. 6) A irredutibilidade estipendial recomenda que se, em decorrência da reestruturação da carreira do servidor, a supressão da parcela dos 11,98%, ou em outro percentual obtido na liquidação, verificar-se com a redução da remuneração, o servidor fará jus a uma parcela remuneratória (VPNI) em montante necessário para que não haja uma ofensa ao princípio, cujo valor será absorvido pelos aumentos subsequentes. 7) A reestruturação dos cargos no âmbito do Poder Judiciário Federal decorreu do advento da Lei nº 10.475/2002, diploma legal cuja vigência deve servir de termo ad quem para o pagamento e incorporação dos 11,98% no âmbito do referido Poder. 8) Inconstitucionalidade. 9) Recurso extraordinário interposto pelo estado do Rio Grande do Norte conhecido e parcialmente provido, porquanto descabida a pretensa compensação do percentual devido ao servidor em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV com aumentos supervenientes a título de reajuste e revisão de remuneração, restando, por outro lado, fixado que o referido percentual será absorvido no caso de reestruturação financeira da carreira, e declarada incidenter tantum a inconstitucionalidade da Lei n° 6.612, de 16 de maio de 1994, do estado do Rio Grande do Norte. (RE 561836, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 26/09/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-027 DIVULG 07-02-2014 PUBLIC 10-02-2014) Assim, firmou-se o entendimento de que a reestruturação da carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças decorrentes da URV. Por consequência, inicia-se o prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos cinco anos anteriores à reestruturação. Tendo como base a referida decisão do c. Supremo Tribunal Federal, verifica-se que o Superior Tribunal de Justiça trouxe nova interpretação à matéria, reconhecendo que a partir do momento em que houve a reestruturação da carreira, iniciou-se a fluência do prazo para o exercício da pretensão. Nesse sentido: JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ART. 1.030, II, CPC/2015. ADMINISTRATIVO. MILITARES. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS EM URV. LEI Nº 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LEI DELEGADA Nº 43/2000. COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO DE TODAS AS PARCELAS RECLAMADAS APÓS O QUINQUÊNIO DA DATA EM QUE ENTROU EM VIGOR A LEI DELEGADA Nº 43/2000. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça veda a compensação de perdas salariais resultantes da conversão equivocada em URV com reajustes determinados por leis supervenientes, porém admite a limitação temporal das diferenças remuneratórias decorrentes da equivocada conversão do salário em URV, determinada pela Lei nº 8.880/90, em decorrência de posterior reestruturação remuneratória dos servidores. 2. O Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário nº 561.836/RN (com repercussão geral), adotou entendimento segundo o qual "(...) inequívoca conclusão de que é correto vedar a compensação [...] com aumentos supervenientes concedidos aos servidores públicos a título de reajuste ou revisão", todavia "o termo 'ad quem' da incorporação [...] é a data de vigência da lei que reestruturou a remuneração da sua carreira" (RE nº 561.836/RN, Rel. Min. LUIZ FUX, TRIBUNAL PLENO, DJe 10/02/2014). 3. Limitada a existência de possíveis diferenças salariais à edição da Lei Estadual Delegada nº 43/2000, com vigência a partir de junho/2000, e, ajuizada a ação somente após cinco anos a referida data, já se encontram prescritas todas as parcelas passíveis de restituição (cf. AgRg no REsp 1333769/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 29/11/2013). 4. Reforma do acórdão da Segunda Turma para, reconhecendo a limitação temporal do reajuste buscado, negar provimento ao recurso especial. (REsp 1268004/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 08/11/2016) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019) ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes

posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) Nesse sentido, a Turma Recursal Única editou a Súmula nº 11 referente às matérias da Fazenda Pública, verbis: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF). No caso, verifica-se que a parte requerente ocupa o cargo de Desenvolvimento Econômico Social de Mato Grosso, cuja carreira foi reestruturada pela Lei nº 7.554/2001, que promoveu alteração do Plano de Cargos, Carreiras e Salários, inclusive com a instituição do subsídio. Assim, nos termos do entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal, tem-se como o termo final a ser considerado para fins de análise do direito à diferença da URV, o ano de 2001, ano em que foi publicada a Lei que reestruturou a carreira do cargo efetivo da parte autora, oportunidade na qual, como visto, as parcelas decorrentes de decisões administrativas e judiciais foram absorvidas pela nova tabela de vencimentos. Desse modo, as diferenças salariais pretendidas pelas partes autoras encontram-se superadas pela prescrição, vez que entre a data da publicação da referida lei e data da distribuição da demanda (12/07/2016) transcorreu prazo superior a cinco anos. Nos termos do art. 932, V, alínea a, do CPC, o relator pode, monocraticamente, dar provimento a recurso "se a decisão recorrida for contrária a súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal". Ante o exposto, monocraticamente, NEGO PROVIMENTO ao recurso para manter integralmente a sentença, nos moldes do art. 46 da Lei 9.099/95. Arcará as partes recorrentes com as custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor da causa, suspensa a exigibilidade, nos moldes do art. 98, § 3º, do CPC. Intimem-se as partes. Preclusa a via recursal, certifique-se o trânsito em julgado e devolvam-se os autos ao Juizado Especial da comarca de origem. Valdeci Moraes Siqueira Juíza Relatora

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1006200-41.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LUIZ CARLOS RONDON (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-A (ADVOGADO)
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TURMA RECURSAL Recurso Inominado nº 1006200-41.2016.8.11.0041. Origem: Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá. Recorrente: Estado de Mato Grosso. Recorrida: Luiz Carlos Rondon. E M E N T A - DECISÃO MONOCRÁTICA RECURSO INOMINADO - AÇÃO DE COBRANÇA - PLEITO DE RECEBIMENTO DA DIFERENÇA SALARIAL DECORRENTE DA URV - REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA - PRESCRIÇÃO VERIFICADA - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. A reestruturação da carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV. Precedente: Recurso Extraordinário n° 561.836/RS. Assim, a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos cinco anos anteriores à reestruturação. Precedentes do STJ. Nesse sentido, a Turma Recursal Única editou a Súmula nº 11 referente às matérias da Fazenda Pública, verbis: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF). Desse modo, as diferenças salariais pretendidas pela parte autora encontram-se superadas pela prescrição, vez que entre a data da publicação da lei que reestruturou sua carreira e a data de distribuição da demanda transcorreu prazo superior a cinco anos. Recurso conhecido e provido. Relatório. Processo inicialmente distribuído ao e. TJMT, o qual reconheceu sua incompetência para julgamento da demanda, pois o valor atribuído à causa é inferior a 60 salários mínimos (IRDR nº 85560/2016), determinando que a tramitação se dê nesta Justiça Especializada. Trata-se de recurso interposto contra sentença que julgou procedente o pedido inicial, para condenar o requerido a incorporar à remuneração da parte autora, o percentual de 11,98%, em razão da perda salarial decorrente da URV. A parte recorrente argui a preliminar de prescrição. No mérito, pugna pela reforma da sentença, a fim de que a demanda seja julgada improcedente. O recorrido apresentou contrarrazões pugnando pelo desprovimento do recurso interposto. Pelo Ofício nº 83/2017 - CPC/NFDTIPI, a i. representante do Ministério Público informa que o órgão ministerial somente manifestará nos processos que envolvam matéria de saúde ou interesse de menores e incapazes, razão pela qual não foi encaminhado o feito para manifestação. É o relatório. DECISÃO MONOCRÁTICA Trata-se de ação de cobrança na qual a parte autora pretende incorporar à sua remuneração o percentual de 11,98% decorrente da perda salarial ocorrida quando da conversão de Cruzeiro Real para URV, bem como a condenação ao pagamento dos valores pretéritos decorrentes da incorporação e seu reflexo sobre as demais verbas recebidas. O recorrente argui a preliminar de prescrição. A partir do julgamento do Recurso Extraordinário n° 561.836/RS, com repercussão geral reconhecida, houve alteração de tal entendimento, pois o c. STF firmou a tese de que, nos casos em que houve erro de conversão de Cruzeiro Real para URV, a reposição deixa de ser aplicada a partir do momento em que houver reestruturação da remuneração da carreira dos servidores eventualmente prejudicados. Eis a ementa do RE 561.836/RS: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. 6) A irredutibilidade estipendial recomenda que se, em decorrência da reestruturação da carreira do servidor, a supressão da parcela dos 11,98%, ou em outro percentual obtido na liquidação, verificar-se com a redução da remuneração, o servidor fará jus a uma parcela remuneratória (VPNI) em montante necessário para que não haja uma ofensa ao princípio, cujo valor será absorvido pelos aumentos subsequentes. 7) A reestruturação dos cargos no âmbito do Poder Judiciário Federal decorreu do advento da Lei nº 10.475/2002, diploma legal cuja vigência deve servir de termo ad quem para o pagamento e incorporação dos 11,98% no âmbito do referido Poder. 8) Inconstitucionalidade. 9) Recurso extraordinário interposto pelo estado do Rio Grande do Norte conhecido e parcialmente provido, porquanto descabida a pretensa compensação do percentual devido ao servidor em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV com aumentos supervenientes a título de reajuste e revisão de remuneração, restando, por outro lado, fixado que o referido percentual será absorvido no caso de reestruturação financeira da carreira, e declarada incidenter tantum a inconstitucionalidade da Lei n° 6.612, de 16 de maio de 1994, do estado do Rio Grande do Norte. (RE 561836, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 26/09/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-027 DIVULG 07-02-2014 PUBLIC 10-02-2014) Assim, firmou-se o entendimento de que a reestruturação da carreira faz cessar o direito ao recebimento

das diferenças decorrentes da URV. Por consequência, inicia-se o prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos cinco anos anteriores à reestruturação. Tendo como base a referida decisão do c. Supremo Tribunal Federal, verifica-se que o Superior Tribunal de Justiça trouxe nova interpretação à matéria, reconhecendo que a partir do momento em que houve a reestruturação da carreira, iniciou-se a fluência do prazo para o exercício da pretensão. Nesse sentido: JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ART. 1.030, II, CPC/2015. ADMINISTRATIVO. MILITARES. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS EM URV. LEI Nº 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LEI DELEGADA Nº 43/2000. COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO DE TODAS AS PARCELAS RECLAMADAS APÓS O QUINQUÊNIO DA DATA EM QUE ENTROU EM VIGOR A LEI DELEGADA Nº 43/2000. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça veda a compensação de perdas salariais resultantes da conversão equivocada em URV com reajustes determinados por leis supervenientes, porém admite a limitação temporal das diferenças remuneratórias decorrentes da equivocada conversão do salário em URV, determinada pela Lei nº 8.880/90, em decorrência de posterior reestruturação remuneratória dos servidores. 2. O Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário nº 561.836/RN (com repercussão geral), adotou entendimento segundo o qual "(...) inequívoca conclusão de que é correto vedar a compensação [...] com aumentos supervenientes concedidos aos servidores públicos a título de reajuste ou revisão", todavia "o termo 'ad quem' da incorporação [...] é a data de vigência da lei que reestruturou a remuneração da sua carreira" (RE nº 561.836/RN, Rel. Min. LUIZ FUX, TRIBUNAL PLENO, DJe 10/02/2014). 3. Limitada a existência de possíveis diferenças salariais à edição da Lei Estadual Delegada nº 43/2000, com vigência a partir de junho/2000, e, ajuizada a ação somente após cinco anos a referida data, já se encontram prescritas todas as parcelas passíveis de restituição (cf. AgRg no REsp 1333769/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 29/11/2013). 4. Reforma do acórdão da Segunda Turma para, reconhecendo a limitação temporal do reajuste buscado, negar provimento ao recurso especial. (REsp 1268004/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 08/11/2016) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019) ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) Nesse sentido, a Turma Recursal Única editou a Súmula nº 11 referente às matérias da Fazenda Pública, verbis: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF). No caso, verifica-se que a parte requerente ocupa o cargo de Técnico de Desenvolvimento Econômico e Social, cuja carreira foi reestruturada pela Lei Estadual nº 1.554/2001, que promoveu alteração do Plano de Cargos, Carreiras e Salários, inclusive com a instituição do subsídio. Assim, nos termos do entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal, tem-se como o termo final a ser considerado para fins de análise do direito à diferença da URV, o ano de 2001, ano em que foi publicada a Lei que reestruturou a carreira do cargo efetivo da parte autora, oportunidade na qual, como visto, as parcelas decorrentes de decisões administrativas e judiciais foram absorvidas pela nova tabela de vencimentos. Desse modo, as diferenças salariais pretendidas pela parte autora encontram-se superadas pela prescrição, vez que entre a data da publicação da referida lei e data da distribuição da demanda (5/5/2016) transcorreu prazo superior a cinco anos. Nos termos do art. 932, V, alínea a, do CPC, o relator pode, monocraticamente, dar provimento a recurso “se a decisão recorrida for contrária a súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal”. Ante o exposto, monocraticamente, DOU PROVIMENTO ao recurso para acolher a preliminar arguida, reconhecendo a prescrição da pretensão inicial, extinguindo o feito com resolução do mérito, com fundamento no artigo 487, II do CPC. Sem custas e honorários, em razão do resultado do julgamento, nos moldes do art. 55 da Lei 9.099/95. Intimem-se as partes. Preclusa a via recursal, certifique-se o trânsito em julgado e devolvam-se os autos ao Juizado Especial da comarca de origem. Valdeci Moraes Siqueira Juíza Relatora

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0503156-65.2014.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JANDERLI OLIVEIRA TEIXEIRA COSTA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LINDOLFO MACEDO DE CASTRO OAB - MT7174-A (ADVOGADO)
MARCO AURELIO ALVES DE SOUZA OAB - MT18201-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (RECORRIDO)
Outros Interessados:
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)

Recurso Inominado nº 0503156-65.2014.8.11.0001. Origem: Juizado Especial da Fazenda Pública do Município de Cuiabá. Recorrente: Janderli Oliveira Teixeira Costa. Recorrido: Município de Cuiabá. E M E N T A - DECISÃO MONOCRÁTICA RECURSO INOMINADO - AÇÃO DE COBRANÇA - PLEITO DE RECEBIMENTO DA DIFERENÇA SALARIAL DECORRENTE DA URV - REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA - PRESCRIÇÃO VERIFICADA DE OFÍCIO - RECURSO PREJUDICADO. A reestruturação da carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV. Precedente: Recurso Extraordinário n° 561.836/RS. Assim, a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos cinco anos anteriores à reestruturação. Precedentes do STJ. Nesse sentido, a Turma Recursal Única editou a Súmula nº 11 referente às matérias da Fazenda Pública, verbis: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF). Desse modo, as diferenças salariais pretendidas pela parte autora encontram-se superadas pela prescrição, vez que entre a data da publicação da lei que reestruturou sua carreira e a data da distribuição da demanda transcorreu prazo superior a cinco anos. Prescrição verificada de ofício. Recurso prejudicado. Relatório. Trata-se de recurso interposto contra sentença que julgou improcedente o pedido inicial. A recorrente pugna pela reforma da sentença, a fim de que a demanda seja julgada procedente. O recorrido apresentou contrarrazões pugnando pelo desprovimento do recurso interposto. Pelo Ofício nº 83/2017 - CPC/NFDTIPI, a i. representante do Ministério Público informa que o órgão ministerial somente manifestará nos processos que envolvam matéria de saúde ou interesse de menores e incapazes, razão pela qual não foi encaminhado o feito para manifestação. É o relatório. DECISÃO MONOCRÁTICA Trata-se de ação de cobrança na qual a autora pretende incorporar à sua remuneração o percentual de 11,98% decorrente da perda salarial ocorrida quando da conversão de Cruzeiro Real para URV, bem como a condenação ao pagamento dos valores pretéritos decorrentes da incorporação e seu reflexo sobre as demais verbas recebidas. No julgamento do Recurso Extraordinário n° 561.836/RS, com repercussão geral reconhecida, o c. STF firmou a tese de que, nos casos em que houve erro de conversão de Cruzeiro Real para URV, a reposição deixa de ser aplicada a partir do momento em que houver reestruturação da remuneração da carreira dos servidores eventualmente prejudicados. Eis a ementa do RE 561.836/RS: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República.

Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. 6) A irredutibilidade estipendial recomenda que se, em decorrência da reestruturação da carreira do servidor, a supressão da parcela dos 11,98%, ou em outro percentual obtido na liquidação, verificar-se com a redução da remuneração, o servidor fará jus a uma parcela remuneratória (VPNI) em montante necessário para que não haja uma ofensa ao princípio, cujo valor será absorvido pelos aumentos subsequentes. 7) A reestruturação dos cargos no âmbito do Poder Judiciário Federal decorreu do advento da Lei nº 10.475/2002, diploma legal cuja vigência deve servir de termo ad quem para o pagamento e incorporação dos 11,98% no âmbito do referido Poder. 8) Inconstitucionalidade. 9) Recurso extraordinário interposto pelo estado do Rio Grande do Norte conhecido e parcialmente provido, porquanto descabida a pretensa compensação do percentual devido ao servidor em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV com aumentos supervenientes a título de reajuste e revisão de remuneração, restando, por outro lado, fixado que o referido percentual será absorvido no caso de reestruturação financeira da carreira, e declarada incidenter tantum a inconstitucionalidade da Lei n° 6.612, de 16 de maio de 1994, do estado do Rio Grande do Norte. (RE 561836, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 26/09/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-027 DIVULG 07-02-2014 PUBLIC 10-02-2014) Assim, firmou-se o entendimento de que a reestruturação da carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças decorrentes da URV. Por consequência, inicia-se o prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos cinco anos anteriores à reestruturação. Tendo como base a referida decisão do c. Supremo Tribunal Federal, verifica-se que o Superior Tribunal de Justiça trouxe nova interpretação à matéria, reconhecendo que a partir do momento em que houve a reestruturação da carreira, iniciou-se a fluência do prazo para o exercício da pretensão. Nesse sentido: JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ART. 1.030, II, CPC/2015. ADMINISTRATIVO. MILITARES. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS EM URV. LEI Nº 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LEI DELEGADA Nº 43/2000. COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO DE TODAS AS PARCELAS RECLAMADAS APÓS O QUINQUÊNIO DA DATA EM QUE ENTROU EM VIGOR A LEI DELEGADA Nº 43/2000. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça veda a compensação de perdas salariais resultantes da conversão equivocada em URV com reajustes determinados por leis supervenientes, porém admite a limitação temporal das diferenças remuneratórias decorrentes da equivocada conversão do salário em URV, determinada pela Lei nº 8.880/90, em decorrência de posterior reestruturação remuneratória dos servidores. 2. O Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário nº 561.836/RN (com repercussão geral), adotou entendimento segundo o qual "(...) inequívoca conclusão de que é correto vedar a compensação [...] com aumentos supervenientes concedidos aos servidores públicos a título de reajuste ou revisão", todavia "o termo 'ad quem' da incorporação [...] é a data de vigência da lei que reestruturou a remuneração da sua carreira" (RE nº 561.836/RN, Rel. Min. LUIZ FUX, TRIBUNAL PLENO, DJe 10/02/2014). 3. Limitada a existência de possíveis diferenças salariais à edição da Lei Estadual Delegada nº 43/2000, com vigência a partir de junho/2000, e, ajuizada a ação somente após cinco anos a referida data, já se encontram prescritas todas as parcelas passíveis de restituição (cf. AgRg no REsp 1333769/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 29/11/2013). 4. Reforma do acórdão da Segunda Turma para, reconhecendo a limitação temporal do reajuste buscado, negar provimento ao recurso especial. (REsp 1268004/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 08/11/2016) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019) ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) Nesse sentido, a Turma Recursal Única editou a Súmula nº 11 referente às matérias da Fazenda Pública, verbis: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF). No caso, verifica-se que a parte requerente é servidora pública do Município de Cuiabá - Agente Comunitário de Saúde, cuja carreira foi reestruturada pela Lei Complementar Municipal nº 94/2003, que promoveu alteração do Plano de Cargos, Carreiras e Salários, inclusive com a instituição do subsídio. Assim, nos termos do entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal, tem-se como o termo final a ser considerado para fins de análise do direito à diferença da URV, o ano de 2003, ano em que foi publicada a Lei que reestruturou a carreira do cargo efetivo da parte autora, oportunidade na qual, como visto, as parcelas decorrentes de decisões administrativas e judiciais foram absorvidas pela nova tabela de vencimentos. Desse modo, as diferenças salariais pretendidas pela parte autora encontram-se superadas pela prescrição, vez que entre a data da publicação das referidas leis e data da distribuição da demanda (21/08/2014) transcorreu prazo superior a cinco anos. Nos termos do art. 932, V, alínea a, do CPC, o relator pode, monocraticamente, dar provimento a recurso “se a decisão recorrida for contrária a súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal”. Ante o exposto, monocraticamente e de ofício, RECONHEÇO A PRESCRIÇÃO da pretensão inicial, extinguindo o feito com resolução do mérito, com fundamento no artigo 487, II do CPC. Declaro prejudicado o recurso interposto pela autora e condeno-a ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da causa, suspensa a exigibilidade, nos moldes do art. 98, § 3º do CPC. Intimem-se as partes. Preclusa a via recursal, certifique-se o trânsito em julgado e devolvam-se os autos ao Juizado Especial da comarca de origem. Valdeci Moraes Siqueira Juíza Relatora

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1004231-88.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ROSENILDA GOMES NIZ (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCAS OLIVEIRA BERNARDINO SILVA OAB - MT12027-O (ADVOGADO)
JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-A (ADVOGADO)
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Recurso Inominado nº 1004231-88.2016.8.11.0041. Origem: Juizado

Especial da Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá. Recorrente: Rosenilda Gomes Niz. Recorrido: Estado de Mato Grosso. E M E N T A - DECISÃO MONOCRÁTICA RECURSO INOMINADO - AÇÃO DE COBRANÇA - PLEITO DE RECEBIMENTO DA DIFERENÇA SALARIAL DECORRENTE DA URV - REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA - PRESCRIÇÃO VERIFICADA - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. A reestruturação da carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV. Precedente: Recurso Extraordinário n° 561.836/RS. Assim, a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos cinco anos anteriores à reestruturação. Precedentes do STJ. Nesse sentido, a Turma Recursal Única editou a Súmula nº 11 referente às matérias da Fazenda Pública, verbis: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF). Desse modo, as diferenças salariais pretendidas pelo autor encontram-se superadas pela prescrição, vez que entre a publicação da lei que reestruturou sua carreira e a data da distribuição da demanda transcorreu prazo superior a cinco anos. Recurso conhecido e não provido. Relatório. Processo inicialmente distribuído ao e. TJMT, o qual reconheceu sua incompetência para julgamento da demanda, pois o valor atribuído à causa é inferior a 60 salários mínimos (IRDR nº 85560/2016), determinando que a tramitação se dê nesta Justiça Especializada. Trata-se de recurso interposto contra sentença que declarou a prescrição da pretensão estampada na inicial, extinguindo o feito com resolução do mérito. A recorrente pugna pela reforma da sentença, a fim de que seja afastada a prescrição declarada na sentença e julgado procedente o pedido inicial. O recorrido apresentou contrarrazões, pugnando pelo improvimento do recurso. Pelo Ofício nº 83/2017 - CPC/NFDTIPI, a i. representante do Ministério Público informa que o órgão ministerial somente manifestará nos processos que envolvam matéria de saúde ou interesse de menores e incapazes, razão pela qual não foi encaminhado o feito para manifestação. É o relatório. DECISÃO MONOCRÁTICA Inicialmente, concedo à parte autora os benefícios da gratuidade de justiça, nos moldes do art. 98, do Código de Processo Civil, pois comprovada a hipossuficiência financeira. Trata-se de ação de cobrança na qual a parte autora pretende incorporar à sua remuneração o percentual de 11,98% decorrente da perda salarial ocorrida quando da conversão de Cruzeiro Real para URV, bem como a condenação ao pagamento dos valores pretéritos decorrentes da incorporação e seu reflexo sobre as demais verbas recebidas. A parte recorrente pretende a reforma da sentença ao argumento de que, nos moldes do Decreto Federal 20.910/32 e da Súmula 85 do STJ, o fundo de direito, em operações de trato sucessivo, não prescreve, mas apenas as parcelas anteriores aos últimos 05 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação. Com efeito, esse entendimento vinha sendo aplicado pelos tribunais pátrios para afastar a ocorrência da prescrição nas ações em que se pretendia o recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV. Todavia, a partir do julgamento do Recurso Extraordinário n° 561.836/RS, com repercussão geral reconhecida, houve alteração de tal entendimento, pois o c. STF firmou a tese de que, nos casos em que houve erro de conversão de Cruzeiro Real para URV, a reposição deixa de ser aplicada a partir do momento em que houver reestruturação da remuneração da carreira dos servidores eventualmente prejudicados. Eis a ementa do RE 561.836/RS: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. 6) A irredutibilidade estipendial recomenda que se, em decorrência da reestruturação da carreira do servidor, a supressão da parcela dos 11,98%, ou em outro percentual obtido na liquidação, verificar-se com a redução da remuneração, o servidor fará jus a uma parcela remuneratória (VPNI) em montante necessário para que não haja uma ofensa ao princípio, cujo valor será absorvido pelos aumentos subsequentes. 7) A reestruturação dos cargos no âmbito do Poder Judiciário Federal decorreu do advento da Lei nº 10.475/2002, diploma legal cuja vigência deve servir de termo ad quem para o pagamento e incorporação dos 11,98% no âmbito do referido Poder. 8) Inconstitucionalidade. 9) Recurso extraordinário interposto pelo estado do Rio Grande do Norte conhecido e parcialmente provido, porquanto descabida a pretensa compensação do percentual devido ao servidor em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV com aumentos supervenientes a título de reajuste e revisão de remuneração, restando, por outro lado, fixado que o referido percentual será absorvido no caso de reestruturação financeira da carreira, e declarada incidenter tantum a inconstitucionalidade da Lei n° 6.612, de 16 de maio de 1994, do estado do Rio Grande do Norte. (RE 561836, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 26/09/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-027 DIVULG 07-02-2014 PUBLIC 10-02-2014) Assim, firmou-se o entendimento de que a reestruturação da carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças decorrentes da URV. Por consequência, inicia-se o prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos cinco anos anteriores à reestruturação. Tendo como base a referida decisão do c. Supremo Tribunal Federal, verifica-se que o Superior Tribunal de Justiça trouxe nova interpretação à matéria, reconhecendo que a partir do momento em que houve a reestruturação da carreira, iniciou-se a fluência do prazo para o exercício da pretensão. Nesse sentido: JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ART. 1.030, II, CPC/2015. ADMINISTRATIVO. MILITARES. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS EM URV. LEI Nº 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LEI DELEGADA Nº 43/2000. COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO DE TODAS AS PARCELAS RECLAMADAS APÓS O QUINQUÊNIO DA DATA EM QUE ENTROU EM VIGOR A LEI DELEGADA Nº 43/2000. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça veda a compensação de perdas salariais resultantes da conversão equivocada em URV com reajustes determinados por leis supervenientes, porém admite a limitação temporal das diferenças remuneratórias decorrentes da equivocada conversão do salário em URV, determinada pela Lei nº 8.880/90, em decorrência de posterior reestruturação remuneratória dos servidores. 2. O Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário nº 561.836/RN (com repercussão geral), adotou entendimento segundo o qual "(...) inequívoca conclusão de que é correto vedar a compensação [...] com aumentos supervenientes concedidos aos servidores públicos a título de reajuste ou revisão", todavia "o termo 'ad quem' da incorporação [...] é a data de vigência da lei que reestruturou a remuneração da sua carreira" (RE nº 561.836/RN, Rel. Min. LUIZ FUX, TRIBUNAL PLENO, DJe 10/02/2014). 3. Limitada a existência de possíveis diferenças salariais à edição da Lei Estadual Delegada nº 43/2000, com vigência a partir de junho/2000, e, ajuizada a ação somente após cinco anos a referida data, já se encontram prescritas todas as parcelas passíveis de restituição (cf. AgRg no REsp 1333769/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 29/11/2013). 4. Reforma do acórdão da Segunda Turma para, reconhecendo a limitação temporal do reajuste buscado, negar provimento ao recurso especial. (REsp 1268004/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 08/11/2016) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data

da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019) ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) Nesse sentido, a Turma Recursal Única editou a Súmula nº 11 referente às matérias da Fazenda Pública, verbis: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF). No caso, verifica-se que a requerente ocupa o cargo de Agente Penitenciário no Sistema Sócio Educativo de Estado de Mato Grosso, cuja carreira foi reestruturada pela Lei Estadual nº 8.089/2004, que promoveu alteração do Plano de Cargos, Carreiras e Salários, inclusive com a instituição do subsídio. Assim, nos termos do entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal, tem-se como o termo final a ser considerado para fins de análise do direito à diferença da URV, o ano de 2004, ano em que foi publicada a Lei que reestruturou a carreira do cargo efetivo da parte autora, oportunidade na qual, como visto, as parcelas decorrentes de decisões administrativas e judiciais foram absorvidas pela nova tabela de vencimentos. Desse modo, as diferenças salariais pretendidas pelas partes autoras encontram-se superadas pela prescrição, vez que entre a data da publicação da referida lei e data da distribuição da demanda (24/03/2016) transcorreu prazo superior a cinco anos. Nos termos do art. 932, V, alínea a, do CPC, o relator pode, monocraticamente, dar provimento a recurso "se a decisão recorrida for contrária a súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal". Ante o exposto, monocraticamente, NEGO PROVIMENTO ao recurso para manter integralmente a sentença, nos moldes do art. 46 da Lei 9.099/95. Arcará a parte recorrente com as custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor da causa, suspensa a exigibilidade, nos moldes do art. 98, § 3º, do CPC. Intimem-se as partes. Preclusa a via recursal, certifique-se o trânsito em julgado e devolvam-se os autos ao Juizado Especial da comarca de origem. Valdeci Moraes Siqueira Juíza Relatora

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1001381-52.2019.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
JOSEANE MARTINS DOS SANTOS (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIO GUIMARAES NOGUEIRA OAB - MT12853-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
INTELIG TELECOMUNICACOES LTDA. (RECORRIDO)
TIM CELULAR S.A. (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES OAB - MT16846-A (ADVOGADO)

Órgão : 1ª TURMA RECURSAL TEMPORÁRIA N. Recurso : 1001381-52.2019.8.11.0010 Recorrente(s) : TIM CELULAR S.A Recorrida(s) : JOSEANE MARTINS DOS SANTOS DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos etc. Visa a recorrente reformar a decisão monocrática lançada nos autos (id. 28524522), que homologou o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo e julgou parcialmente procedente o pedido inaugural, condenando a reclamada ao pagamento do valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) a título de danos morais, corrigido monetariamente pelo INPC/IBGE, a partir do arbitramento e acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, desde o evento danoso. Ainda, declarou a inexistência do débito negativado, no valor de R$ 61,18 (sessenta e um reais e dezoito centavos), determinando a exclusão do nome da parte autora dos cadastros restritivos de crédito. Em argumento recursal, a recorrente alega: 1) Possibilidade de apresentação de documentos/provas novas em sede recursal; 2) A contratação e consequente negativação; 3) Do atendimento aos seus clientes; 4) Valor da condenação. Ao final, requer a reforma da sentença recorrida ou a redução do quantum indenizatório. Em contrarrazões, a recorrida refuta os fundamentos lançados nas razões recursais, pugnando pela manutenção da sentença singular. É o relatório. DECIDO. Pois bem. Consoante inteligência do art. 932, IV, alínea a, do Código de Processo Civil, é permitido ao Juiz Relator, mediante decisão monocrática, negar provimento ao recurso, in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: (...) IV – negar provimento a recurso que for contrário a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; Ademais, a Súmula nº 01, da Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, assim dispõe: O Relator, em decisão monocrática, poderá negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida ou, negar provimento a recurso que esteja dentro dos ditames do artigo 932, IV, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias, para a decisão colegiada da Turma Recursal. Com efeito, tendo em vista que o presente recurso amolda-se ao dispositivo normativo evidenciado, bem como ao referencial sumular, pois, vai de encontro ao entendimento pacificado nesta Turma Recursal acerca da matéria, passo a análise da irresignação processual. Da análise dos documentos lançados nos autos (id. 28524498), constata-se que a recorrida teve o seu nome inscrito no órgão de proteção ao crédito pela recorrente, sendo que tal fato, por si só, induz a presunção de que haja abalo ao crédito e responsabilidade caso não se tenha justificativa para tal. Por outro lado, tenho que a parte ré não logrou êxito em demonstrar a contratação pelo autor do serviço que originou o débito negativado, apresentando apenas faturas e telas sistêmicas, que se tratam de provas unilaterais e não possuem o condão de comprovar a efetiva contratação. Neste sentido: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÍVIDA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. NEGATIVA DE CONTRATAÇÃO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA RELAÇÃO JURÍDICA ENTRE AS PARTES. TELAS SISTÊMICAS/FATURAS. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM ORGANISMO DE PROTEÇÃO CREDITÍCIA. RESPONSABILIDADE CIVIL. APLICABILIDADE DA SÚMULA 385 DO STJ. INSCRIÇÕES PREEXISTENTES. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Trata-se de ação na qual a Recorrente postula pela declaração de inexistência de débito, bem como indenização por danos morais decorrente de inscrição indevida oriunda de suposto débito com a empresa Recorrida. 2. Diante da negativa da Recorrente em ter celebrado contrato com a empresa Recorrida, cabia a esta o ônus de provar a regularidade da contratação, entretanto, não acostou aos autos qualquer documento capaz de demonstrar a existência das negociações. 3. Ao contrário do afirmado na origem, telas sistêmicas/faturas colacionadas aos autos são documentos unilaterais e não se prestam a comprovar a efetiva contratação e utilização dos serviços pela consumidora. 4. Possível fraude perpetrada por terceiro, cuja responsabilidade é da empresa Recorrida ao não tomar as cautelas necessárias ao contratar, certificando-se da identidade de quem contrata consigo. 5. Por tal razão, impõe-se a declaração da inexistência do débito em questão, ante a ausência de comprovação da regularidade da dívida cobrada pela empresa Recorrida. 6. No que tange ao dano moral, é o caso de se aplicar a Súmula 385 do Superior Tribunal de Justiça, em razão da existência de anotações preexistentes em nome da Recorrente nos órgãos de proteção ao crédito, a respeito das quais não veio aos autos notícias da sua ilegalidade. 7. Sentença reformada. 8. Recurso conhecido e parcialmente provido. (Recurso Inominado nº 0018894-42.2017.8.11.0003, 2ª Turma Recursal Temporária do Estado de Mato Grosso, Relatora Juíza Lamisse Roder Feguri Alves Correa, julgado em 17/07/2018) (grifei) Logo, tenho que indevida a inclusão do nome da recorrida no órgão de proteção ao crédito, dando ensejo à ocorrência de dano moral. Ressalte-se ser desnecessária a comprovação específica do prejuízo, pois o dano se extrai pela só verificação da conduta, ocorrendo o chamado dano in re ipsa. Ou seja, a constatação do dano moral no caso concreto se satisfaz pela simples verificação da inclusão indevida do nome da recorrida no órgão de proteção ao crédito. Neste sentido: AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTOS NÃO IMPUGNADOS. ARTIGO 1.021, § 1º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/2015. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM ÓRGÃO DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO. DANOS MORAIS PRESUMIDOS. SÚMULA N° 83/STJ. PRECEDENTES. DIMINUIÇÃO DO VALOR. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE OBSERVADOS. SÚMULA N° 7/STJ. 1. Nos termos

do artigo 1.021, § 1º, do Código de Processo Civil/2015 é inviável o agravo interno que deixa de impugnar especificadamente os fundamentos da decisão agravada. 2. O dano moral, oriundo de inscrição ou manutenção indevida em cadastro de inadimplentes ou protesto indevido, prescinde de prova, configurando-se in re ipsa, visto que é presumido e decorre da própria ilicitude do fato. Precedentes. Súmula n° 83/STJ. 3. O valor fixado a título de danos morais, quando razoável e proporcional, não enseja a possibilidade de revisão, no âmbito do recurso especial, ante o óbice da Súmula 7 do STJ. 4. Agravo interno não conhecido. (STJ - AgInt no AREsp 1026841/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 05/10/2017, DJe 19/10/2017) (grifei) No caso, é inaplicável a Súmula 385 do Superior Tribunal de Justiça, uma vez que as outras 06 (seis) anotações existentes em nome da autora são posteriores à inscrição discutida nos autos (14/11/2018), conforme consulta abaixo: ---------- C O N S U L T A D E B A L C A O SERVICO DE PROTECAO AO CREDITO Consulta efetuada na: CDL CUIABA/MT ---------- NOME: JOSEANE MARTINS DOS SANTOS DATA NASCIMENTO: 14/01/1986 CPF: 027.502.581-03 ---------- NADA CONSTA – CDL CUIABA/MT* Obs: *Não constam registros na Entidade consultante. ---------- CONSULTA EM OUTROS BANCOS DE DADOS REGISTRO(S) DE SERASA ---------- * CREDOR: BANCO LOSANGO SA - BANCO MULTIP ENT.ORIGEM: SERASA EXPERIAN TELEFONE: 11 4004-3962 DATA VENCIMENTO: 20/08/2019 TIPO: COMPRADOR CONTRATO: 4320324930278006 VALOR: 804,61 DATA INCLUSAO: 19/10/2019 * CREDOR: BANCO BRADESCO S/A ENT.ORIGEM: SERASA EXPERIAN TELEFONE: 0800 557 222 DATA VENCIMENTO: 10/04/2019 TIPO: COMPRADOR CONTRATO: 027502581000003CT VALOR: 260,46 DATA INCLUSAO: 11/05/2019 * CREDOR: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBU ENT.ORIGEM: SERASA EXPERIAN DATA VENCIMENTO: 18/01/2019 TIPO: COMPRADOR CONTRATO: 0000122481201901 VALOR: 185,21 DATA INCLUSAO: 29/04/2019 * CREDOR: BANCO BRADESCO S/A ENT.ORIGEM: SERASA EXPERIAN TELEFONE: 0800 557 222 DATA VENCIMENTO: 18/02/2019 TIPO: COMPRADOR CONTRATO: 027502581000003EC VALOR: 285,64 DATA INCLUSAO: 02/04/2019 * CREDOR: BANCO BRADESCO S/A ENT.ORIGEM: SERASA EXPERIAN TELEFONE: 0800 557 222 DATA VENCIMENTO: 16/01/2019 TIPO: COMPRADOR CONTRATO: 027502581000003FI VALOR: 1.748,44 DATA INCLUSAO: 16/02/2019 ------ ENDEREÇO SERASA ---------- *ENT.ORIGEM: SERASA EXPERIAN ENDEREÇO: AL.DOS QUINIMURAS, 187 BAIRRO: PLANALTO PAULISTA CIDADE: SAO PAULO-SP, CEP: 04068-900 ---------- RESULTADO ---------- >Consta(m) um total de 5 registro(s), sendo detalhado(s) o(s) acima apresentado(s). ---------- Verificar o(s) valor(es) atual(is) do(s) debito(s) junto ao(s) credor(es). ---------- * Esta consulta apresenta informações de registros efetuados nas bases privadas do SPC Brasil e da Serasa. Demais informações, originadas de outros bancos privados ou públicos, devem ser acessadas junto aos órgãos de origem. - ---------- NUM.PROTOCOLO: 002.203.903.940-9 16/12/2019 17:03:26-horario de Brasilia-FIM ---------- Produto Consultado: SCPC INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS - SÃO PAULO/SP, 16.DEZ.2019 18:02:44 NET 9999 Resumo do Relatório Status Tipo Quantidade Total (R$) Último Registro de Débitos 4 R$ 2.445,57 21/04/2019 Títulos Protestados NADA CONSTA 0 Registro de Consultas 1 (em 90 dias) - 24/10/2019 Informações Fornecidas Produto Consultado SCPC Tipo de Crédito Crédito Pessoal CPF 027.502.581-03 RG - Telefone - CEP - Identificação Nome completo JOSEANE MARTINS DOS SANTOS Naturalidade - Título de Eleitor 0000000000000 Data de Nascimento 14/01/1986 CPF 027.502.581-03 RG - Telefone - CEP - Nome da Mãe JOSILEIDE MARTINS DOS SANTOS Nome do CÔnjuge - Informações Complementares NADA CONSTA Confirmação de Telefone NADA CONSTA Registros de Débitos Quantidade: 4 Total de débitos: R$ 2.445,57 Último débito: 21/04/2019 Situação Informante Tipo Local Doc. Origem Data do Débito Disponível Valor (R$) C TELEFONICA BRASIL S/A/MOVEL RG SCPC SAO PAULO / SP 0369599988 21/04/2019 28/09/2019 R$ 151,03 C BANCO BRADESCO S/A RG SCPC SAO PAULO / SP 027502581000003CT 10/04/2019 07/05/2019 R$ 260,46 C BANCO BRADESCO S/A RG SCPC SAO PAULO / SP 027502581000003EC 18/02/2019 30/03/2019 R$ 285,64 C BANCO BRADESCO S/A RG SCPC SAO PAULO / SP 027502581000003FI 16/01/2019 12/02/2019 R$ 1.748,44 Situação: C COMPRADOR A AVALISTA Tipo: IA IMOBILIÁRIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENS EC CONSÓRCIOS AL LOCADORAS SF SISTEMA FINANCEIRO HABITACIONAL OJ OUTRAS ATIVIDADES ECONÔMICAS RG REGISTRADO Títulos Protestados NADA CONSTA Registro de Consultas Quantidade de consultas por período Até 15 dias: 0 16 - 30 dias: 0 31 - 60 dias: 1 61 - 90 dias: 0 Data Razão Social Tipo 24/10/2019 NU PAGAMENTOS S.A CC Tipo: CD CRÉDITO DIRETO CV CRÉDITO VEÍCULO CP CRÉDITO PESSOAL CH CHEQUE CC CARTÃO DE CRÉDITO OU OUTROS CRÉDITOS ATENÇãO: SR. OPERADOR, AS INFORMAÇÕES DE CONSULTAS ANTERIORES NÃO SÃO DESABONADORAS, PORTANTO NãO DEVERãO SER TRANSMITIDAS AO CLIENTE COMO FATOR DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO. Seu IP é 179.252.121.130INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS - SÃO PAULO/SP, 16.DEZ.2019 18:02:44 NET 9999 Contudo, em homenagem ao princípio da razoabilidade, as mesmas devem influenciar no quantum indenizatório. A propósito: RECURSO CÍVEL INOMINADO - DEMANDA INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS - COBRANÇA INDEVIDA - DÉBITO INEXISTENTE - INSCRIÇÃO NOS CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - DEVER DE INDENIZAR - DANO MORAL - CONFIGURAÇÃO - SÚMULA n.º 385 DO STJ - EXISTÊNCIA RESTRIÇÃO POSTERIOR A QUESTIONADA NOS AUTOS - VALOR INDENIZATÓRIO - REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO - TERMO INICIAL DOS JUROS MORATÓRIOS E CORREÇÃO MONETÁRIA - INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 54 E 362 DO E. STJ - SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA - RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. (...) 4. No caso em testilha, verifico que a parte recorrida possui restrição posterior (OI S/A - R$ 276,03 - 31/01/2017) à realizada pela empresa recorrente, motivo pelo qual tenho que a mesma deve ser considerada para critérios de fixação do quantum indenizatório. (...) (Recurso Inominado nº 0015980-74.2018.811.0001, Relator: Juiz Sebastião de Arruda Almeida, 1ª Turma Recursal Temporária do Estado de Mato Grosso, julgado em 09/07/2018) (grifei) Relativamente ao quantum indenizatório, tenho que a quantia de R$ 2.000,00 (dois mil reais), arbitrada na sentença deve ser mantida, pois se mostra adequada ao caso concreto, estando em conformidade com os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, servindo para compensar a recorrida pelos transtornos sofridos, sem lhe causar o enriquecimento ilícito. Também, como medida de caráter pedagógico, considerando-se, conforme o sobredito acima, a existência de outras restrições em nome da autora, não obstante a inaplicabilidade da Súmula 385, do STJ. Pelas razões expostas, conheço do recurso, posto que tempestivo, e nego-lhe provimento para manter na íntegra a sentença recorrida, nos termos do artigo 46, da Lei nº 9.099/95. Condeno a recorrente ao pagamento das custas judiciais e honorários advocatícios que arbitro em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 55, caput, da Lei nº 9.099/95. Cuiabá-MT, 16 de dezembro de 2019. Juiz GONÇALO ANTUNES DE BARROS NETO Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1013184-41.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUCAS DE JESUS SILVA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALICE BERNADETE PARRA MERINO OAB - MT12669-O (ADVOGADO)
RUTE DE LAET E SOARES OAB - MT6119-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TURMA RECURSAL Recurso Inominado nº 1013184-41.2016.8.11.0041. Origem: Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá. Recorrentes: Lucas de Jesus Silva. Recorrido: Estado de Mato Grosso. E M E N T A - DECISÃO MONOCRÁTICA RECURSO INOMINADO - AÇÃO DE COBRANÇA - PLEITO DE RECEBIMENTO DA DIFERENÇA SALARIAL DECORRENTE DA URV - REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA - PRESCRIÇÃO VERIFICADA - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. A reestruturação da carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV. Precedente: Recurso Extraordinário n° 561.836/RS. Assim, a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos cinco anos anteriores à reestruturação. Precedentes do STJ. Nesse sentido, a Turma Recursal Única editou a Súmula nº 11 referente às matérias da Fazenda Pública, verbis: O início do marco prescricional para reivindicar

eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF). Desse modo, as diferenças salariais pretendidas pela parte autora encontram-se superadas pela prescrição, vez que entre a publicação da lei que reestruturou sua carreira e a data da distribuição da demanda transcorreu prazo superior a cinco anos. Recurso conhecido e não provido. Relatório. Processo inicialmente distribuído ao e. TJMT, o qual reconheceu sua incompetência para julgamento da demanda, pois o valor atribuído à causa é inferior a 60 salários mínimos (IRDR nº 85560/2016), determinando que a tramitação se dê nesta Justiça Especializada. Trata-se de recurso interposto contra sentença que declarou a prescrição da pretensão estampada na inicial, extinguindo o feito com resolução do mérito. As partes recorrentes pugnam pela reforma da sentença, a fim de que seja afastada a prescrição declarada na sentença e julgado procedente o pedido inicial. O recorrido, devidamente intimado, não apresentou contrarrazões recursais. Pelo Ofício nº 83/2017 - CPC/NFDTIPI, a i. representante do Ministério Público informa que o órgão ministerial somente manifestará nos processos que envolvam matéria de saúde ou interesse de menores e incapazes, razão pela qual não foi encaminhado o feito para manifestação. É o relatório. DECISÃO MONOCRÁTICA Inicialmente, concedo às partes autoras os benefícios da gratuidade de justiça, nos moldes do art. 98, do Código de Processo Civil, pois comprovadas as hipossuficiências financeiras. Trata-se de ação de cobrança na qual as partes autoras pretendem incorporar à sua remuneração o percentual de 11,98% decorrente da perda salarial ocorrida quando da conversão de Cruzeiro Real para URV, bem como a condenação ao pagamento dos valores pretéritos decorrentes da incorporação e seu reflexo sobre as demais verbas recebidas. A parte recorrente pretende a reforma da sentença ao argumento de que, nos moldes do Decreto Federal 20.910/32 e da Súmula 85 do STJ, o fundo de direito, em operações de trato sucessivo, não prescreve, mas apenas as parcelas anteriores aos últimos 05 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação. Com efeito, esse entendimento vinha sendo aplicado pelos tribunais pátrios para afastar a ocorrência da prescrição nas ações em que se pretendia o recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV. Todavia, a partir do julgamento do Recurso Extraordinário n° 561.836/RS, com repercussão geral reconhecida, houve alteração de tal entendimento, pois o c. STF firmou a tese de que, nos casos em que houve erro de conversão de Cruzeiro Real para URV, a reposição deixa de ser aplicada a partir do momento em que houver reestruturação da remuneração da carreira dos servidores eventualmente prejudicados. Eis a ementa do RE 561.836/RS: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. 6) A irredutibilidade estipendial recomenda que se, em decorrência da reestruturação da carreira do servidor, a supressão da parcela dos 11,98%, ou em outro percentual obtido na liquidação, verificar-se com a redução da remuneração, o servidor fará jus a uma parcela remuneratória (VPNI) em montante necessário para que não haja uma ofensa ao princípio, cujo valor será absorvido pelos aumentos subsequentes. 7) A reestruturação dos cargos no âmbito do Poder Judiciário Federal decorreu do advento da Lei nº 10.475/2002, diploma legal cuja vigência deve servir de termo ad quem para o pagamento e incorporação dos 11,98% no âmbito do referido Poder. 8) Inconstitucionalidade. 9) Recurso extraordinário interposto pelo estado do Rio Grande do Norte conhecido e parcialmente provido, porquanto descabida a pretensa compensação do percentual devido ao servidor em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV com aumentos supervenientes a título de reajuste e revisão de remuneração, restando, por outro lado, fixado que o referido percentual será absorvido no caso de reestruturação financeira da carreira, e declarada incidenter tantum a inconstitucionalidade da Lei n° 6.612, de 16 de maio de 1994, do estado do Rio Grande do Norte. (RE 561836, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 26/09/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-027 DIVULG 07-02-2014 PUBLIC 10-02-2014) Assim, firmou-se o entendimento de que a reestruturação da carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças decorrentes da URV. Por consequência, inicia-se o prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos cinco anos anteriores à reestruturação. Tendo como base a referida decisão do c. Supremo Tribunal Federal, verifica-se que o Superior Tribunal de Justiça trouxe nova interpretação à matéria, reconhecendo que a partir do momento em que houve a reestruturação da carreira, iniciou-se a fluência do prazo para o exercício da pretensão. Nesse sentido: JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ART. 1.030, II, CPC/2015. ADMINISTRATIVO. MILITARES. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS EM URV. LEI Nº 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LEI DELEGADA Nº 43/2000. COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO DE TODAS AS PARCELAS RECLAMADAS APÓS O QUINQUÊNIO DA DATA EM QUE ENTROU EM VIGOR A LEI DELEGADA Nº 43/2000. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça veda a compensação de perdas salariais resultantes da conversão equivocada em URV com reajustes determinados por leis supervenientes, porém admite a limitação temporal das diferenças remuneratórias decorrentes da equivocada conversão do salário em URV, determinada pela Lei nº 8.880/90, em decorrência de posterior reestruturação remuneratória dos servidores. 2. O Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário nº 561.836/RN (com repercussão geral), adotou entendimento segundo o qual "(...) inequívoca conclusão de que é correto vedar a compensação [...] com aumentos supervenientes concedidos aos servidores públicos a título de reajuste ou revisão", todavia "o termo 'ad quem' da incorporação [...] é a data de vigência da lei que reestruturou a remuneração da sua carreira" (RE nº 561.836/RN, Rel. Min. LUIZ FUX, TRIBUNAL PLENO, DJe 10/02/2014). 3. Limitada a existência de possíveis diferenças salariais à edição da Lei Estadual Delegada nº 43/2000, com vigência a partir de junho/2000, e, ajuizada a ação somente após cinco anos a referida data, já se encontram prescritas todas as parcelas passíveis de restituição (cf. AgRg no REsp 1333769/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 29/11/2013). 4. Reforma do acórdão da Segunda Turma para, reconhecendo a limitação temporal do reajuste buscado, negar provimento ao recurso especial. (REsp 1268004/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 08/11/2016) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019) ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no

AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) Nesse sentido, a Turma Recursal Única editou a Súmula nº 11 referente às matérias da Fazenda Pública, verbis: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF). No caso, verifica-se que as partes requerentes ocupam o cargo de Professor cuja carreira foi reestruturada pela Lei Complementar Estadual nº 50/1998, que promoveu alteração do Plano de Cargos, Carreiras e Salários, inclusive com a instituição do subsídio. Assim, nos termos do entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal, tem-se como o termo final a ser considerado para fins de análise do direito à diferença da URV, o ano de 1998, ano em que foi publicada a Lei que reestruturou a carreira do cargo efetivo da parte autora, oportunidade na qual, como visto, as parcelas decorrentes de decisões administrativas e judiciais foram absorvidas pela nova tabela de vencimentos. Desse modo, as diferenças salariais pretendidas pelas partes autoras encontram-se superadas pela prescrição, vez que entre a data da publicação da referida lei e data da distribuição da demanda (11/8/2016) transcorreu prazo superior a cinco anos. Nos termos do art. 932, V, alínea a, do CPC, o relator pode, monocraticamente, dar provimento a recurso "se a decisão recorrida for contrária a súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal". Ante o exposto, monocraticamente, NEGO PROVIMENTO ao recurso para manter integralmente a sentença, nos moldes do art. 46 da Lei 9.099/95. Arcará as partes recorrentes com as custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor da causa, suspensa a exigibilidade, nos moldes do art. 98, § 3º, do CPC. Intimem-se as partes. Preclusa a via recursal, certifique-se o trânsito em julgado e devolvam-se os autos ao Juizado Especial da comarca de origem. Valdeci Moraes Siqueira Juíza Relatora

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1000340-33.2019.8.11.0048
Parte(s) Polo Ativo:
JULIANA SOARES CORDEIRO (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MULLENA CRISTINA MARTINS DOS SANTOS OAB - MT213630-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFONICA BRASIL S.A. (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-A (ADVOGADO)

Órgão : 1ª TURMA RECURSAL TEMPORÁRIA N. Recurso : 1000340-33.2019.8.11.0048 Recorrente(s) : JULIANA SOARES CORDEIRO Recorrida(s) : TELEFONICA BRASIL S.A DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos etc. Visa a recorrente reformar a decisão prolatada aos autos (id. 28522082), que homologou o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo, julgando improcedente a pretensão inicial. Em argumento recursal, a recorrente alega a ausência de relação jurídica entre as partes, bem como a ocorrência de danos morais. Ao final, requer a reforma da sentença recorrida. Em contrarrazões, a recorrida refuta os fundamentos lançados nas razões recursais, pugnando pela manutenção da sentença singular. É o relatório. DECIDO. Pois bem. Consoante inteligência do art. 932, inciso V, alínea a, do Código de Processo Civil, é permitido ao Juiz Relator, mediante decisão monocrática, dar provimento ao recurso, in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: (...) V – depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; (...) (grifei) Ademais, a Súmula nº 02, da Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, assim dispõe: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. Com efeito, tendo em vista que o presente recurso amolda-se ao dispositivo normativo evidenciado, bem como ao referencial sumular, pois, objetiva desnaturar os efeitos da sentença recorrida que foi de encontro com entendimento pacificado nesta Turma Recursal, passo diretamente à apreciação da matéria. Inicialmente, constata-se que o pedido de justiça gratuita formulado pela recorrente não foi apreciado pelo Juízo singular. Assim, defiro tal pleito, ressalvadas as hipóteses legais de revogação posterior do benefício. Da análise dos documentos lançados aos autos (id. 28522056), constata-se que a recorrente teve o seu nome inscrito no órgão de proteção ao crédito pela recorrida, no valor de R$ 205,97 (duzentos e cinco reais e noventa e sete centavos), sendo que tal fato, por si só, induz a presunção de que haja abalo ao crédito e responsabilidade caso não se tenha justificativa para tal. Assevera que entrou em contato com a reclamada, conforme protocolos indicados na inicial sob os nºs 2018462589751, 20184625810233, 20184625975479 e 201884625849124, no entanto, não obteve êxito na solução do impasse. Por outro lado, tenho que a parte ré não logrou êxito em demonstrar a contratação pela autora do serviço que originou o débito negativado, apresentando apenas telas sistêmicas, que se tratam de provas unilaterais e não possuem o condão de comprovar a efetiva contratação. Neste sentido: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZATÓRIA. TELEFONIA. SUPOSTA FRAUDE. RESTRIÇÃO CREDITÍCIA. ORIGEM DOS DÉBITOS NÃO DEMONSTRADA. ÔNUS DA PARTE RÉ. JUNTADA DE TELAS SISTÊMICAS. DOCUMENTOS UNILATERAIS, DESPROVIDOS DE FORÇA PROBATÓRIA. ANOTAÇÃO NEGATIVA INDEVIDA. DANOS MORAIS CONFIGURADOS, IN RE IPSA. QUANTUM INDENIZATÓRIO REDUZIDO PARA R$ 6.500,00. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (TJRS - Recurso Cível Nº 71007204894, Primeira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: José Ricardo de Bem Sanhudo, Julgado em 31/10/2017) (grifei) Logo, tenho que indevida a inclusão do nome da recorrente no órgão de proteção ao crédito, dando ensejo à ocorrência de dano moral. Ressalte-se ser desnecessária a comprovação específica do prejuízo, pois o dano se extrai pela só verificação da conduta, ocorrendo o chamado dano in re ipsa. Ou seja, a constatação do dano moral no caso concreto se satisfaz pela simples verificação da inclusão indevida do nome da recorrente no órgão de proteção ao crédito. Neste sentido: AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTOS NÃO IMPUGNADOS. ARTIGO 1.021, § 1º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/2015. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM ÓRGÃO DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO. DANOS MORAIS PRESUMIDOS. SÚMULA N° 83/STJ. PRECEDENTES. DIMINUIÇÃO DO VALOR. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE OBSERVADOS. SÚMULA N° 7/STJ. 1. Nos termos do artigo 1.021, § 1º, do Código de Processo Civil/2015 é inviável o agravo interno que deixa de impugnar especificadamente os fundamentos da decisão agravada. 2. O dano moral, oriundo de inscrição ou manutenção indevida em cadastro de inadimplentes ou protesto indevido, prescinde de prova, configurando-se in re ipsa, visto que é presumido e decorre da própria ilicitude do fato. Precedentes. Súmula n° 83/STJ. 3. O valor fixado a título de danos morais, quando razoável e proporcional, não enseja a possibilidade de revisão, no âmbito do recurso especial, ante o óbice da Súmula 7 do STJ. 4. Agravo interno não conhecido. (STJ - AgInt no AREsp 1026841/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 05/10/2017, DJe 19/10/2017) (grifei) No caso, é inaplicável a Súmula 385 do Superior Tribunal de Justiça, uma vez que as outras 03 (três) anotações existentes em nome da autora são posteriores à inscrição discutida nos autos (26/04/2019), conforme consulta abaixo: Produto Consultado: SCPC INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS - SÃO PAULO/SP, 16.DEZ.2019 18:24:50 NET 9999 Resumo do Relatório Status Tipo Quantidade Total (R$) Último Registro de Débitos NADA CONSTA 0 Títulos Protestados 3 R$ 437,34 31/10/2019 Registro de Consultas 1 (em 90 dias) - 28/11/2019 Informações Fornecidas Produto Consultado SCPC Tipo de Crédito Crédito Pessoal CPF 053.422.921-23 RG - Telefone - CEP - Identificação Nome completo JULIANA SOARES CORDEIRO Naturalidade - Título de Eleitor 0000000000000 Data de Nascimento 24/07/1996 CPF 053.422.921-23 RG - Telefone - CEP - Nome da Mãe MARIA IVONE SOARES CORDEIRO Nome do CÔnjuge - Informações Complementares NADA CONSTA Confirmação de Telefone NADA CONSTA Registros de Débitos NADA CONSTA Títulos Protestados Quantidade: 3 Total de débitos: R$ 437,34 Último débito: 31/10/2019 Situação Informante Local Doc. Origem Data do Débito Disponível Valor (R$) C CARTORIO DO 2 OFICIO DE JACIARA JACIARA / MT CDI/0000069065 31/10/2019 04/11/2019 R$ 247,31 C CARTORIO DO 2 OFICIO DE JACIARA JACIARA / MT CDI/0000069066 31/10/2019 04/11/2019 R$ 104,32 C CARTORIO DO 2 OFICIO DE JACIARA JACIARA / MT CDI/0000069067 31/10/2019 04/11/2019 R$ 85,71 Situação: C COMPRADOR A AVALISTA Registro de Consultas Quantidade de consultas por período Até 15 dias: 0 16 - 30 dias: 1 31 - 60 dias: 0 61 - 90 dias: 0 Data Razão Social Tipo 28/11/2019

CAIXA ECONOMICA FEDERAL OU Tipo: CD CRÉDITO DIRETO CV CRÉDITO VEÍCULO CP CRÉDITO PESSOAL CH CHEQUE CC CARTÃO DE CRÉDITO OU OUTROS CRÉDITOS ATENçãO: SR. OPERADOR, AS INFORMAÇÕES DE CONSULTAS ANTERIORES NÃO SÃO DESABONADORAS, PORTANTO NãO DEVERãO SER TRANSMITIDAS AO CLIENTE COMO FATOR DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO. Seu IP é 179.252.121.130INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS - SÃO PAULO/SP, 16.DEZ.2019 18:24:50 NET 9999 Contudo, em homenagem ao princípio da razoabilidade, as mesmas devem influenciar no quantum indenizatório. A propósito: RECURSO CÍVEL INOMINADO - DEMANDA INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS - COBRANÇA INDEVIDA - DÉBITO INEXISTENTE - INSCRIÇÃO NOS CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - DEVER DE INDENIZAR - DANO MORAL - CONFIGURAÇÃO - SÚMULA n.º 385 DO STJ - EXISTÊNCIA RESTRIÇÃO POSTERIOR A QUESTIONADA NOS AUTOS - VALOR INDENIZATÓRIO - REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO - TERMO INICIAL DOS JUROS MORATÓRIOS E CORREÇÃO MONETÁRIA - INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 54 E 362 DO E. STJ - SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA - RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. (...) 4. No caso em testilha, verifico que a parte recorrida possui restrição posterior (OI S/A - R$ 276,03 - 31/01/2017) à realizada pela empresa recorrente, motivo pelo qual tenho que a mesma deve ser considerada para critérios de fixação do quantum indenizatório. (...) (Recurso Inominado nº 0015980-74.2018.811.0001, Relator: Juiz Sebastião de Arruda Almeida, 1ª Turma Recursal Temporária do Estado de Mato Grosso, julgado em 09/07/2018) (grifei) No que tange ao quantum indenizatório, tendo-se em mente os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, fixo o valor de R$ 3.000,00 (três mil reais) a título de danos morais, que se mostra adequado ao caso concreto, servindo para compensar a recorrente pelos transtornos sofridos, sem lhe causar o enriquecimento indevido. Também, como medida de caráter pedagógico, considerando-se, conforme o sobredito acima, a existência de outras restrições em nome da autora, não obstante a inaplicabilidade da Súmula 385 do STJ. Pelas razões expostas, conheço do recurso, posto que tempestivo, e dou-lhe parcial provimento para declarar a inexistência do débito discutido nos autos, no valor de R$ 205,97 (duzentos e cinco reais e noventa e sete centavos), e condenar a recorrida/reclamada ao pagamento em favor da recorrente/reclamante da quantia de R$ 3.000,00 (três mil reais) a título de danos morais, acrescida de juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir do evento danoso, e correção monetária medida pelo INPC, a partir desta decisão. Por fim, determino à secretaria do Juizado de origem que expeça ofício ao órgão de proteção ao crédito, a fim de proceder à exclusão do nome da parte autora do cadastro, no que diz respeito a presente dívida. Sem custas e sem honorários advocatícios, em razão do resultado do julgamento, nos termos do que dispõe o artigo 55, caput, da Lei nº 9.099/95. Cuiabá-MT, 16 de dezembro de 2019. Juiz GONÇALO ANTUNES DE BARROS NETO Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1012728-91.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
FABIANO PEREIRA DE SOUZA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RUTE DE LAET E SOARES OAB - MT6119-A (ADVOGADO)
ALICE BERNADETE PARRA MERINO OAB - MT12669-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TURMA RECURSAL Recurso Inominado nº 1012728-91.2016.8.11.0041. Origem: Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá. Recorrente: Estado de Mato Grosso. Recorrido: Fabiano Pereira de Souza. E M E N T A – DECISÃO MONOCRÁTICA RECURSO INOMINADO - AÇÃO DE COBRANÇA - PLEITO DE RECEBIMENTO DA DIFERENÇA SALARIAL DECORRENTE DA URV - REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA - PRESCRIÇÃO VERIFICADA - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. A reestruturação da carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV. Precedente: Recurso Extraordinário n° 561.836/RS. Assim, a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos cinco anos anteriores à reestruturação. Precedentes do STJ. Nesse sentido, a Turma Recursal Única editou a Súmula nº 11 referente às matérias da Fazenda Pública, verbis: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF). Desse modo, as diferenças salariais pretendidas pela parte autora encontram-se superadas pela prescrição, vez que entre a data da publicação da lei que reestruturou sua carreira e a data de distribuição da demanda transcorreu prazo superior a cinco anos. Recurso conhecido e provido. Relatório. Trata-se de recurso interposto contra sentença que julgou procedente o pedido inicial, para condenar o requerido a incorporar à remuneração da parte autora, o percentual de 11,98%, em razão da perda salarial decorrente da URV. A parte recorrente argui a preliminar de prescrição. No mérito, pugna pela reforma da sentença, a fim de que a demanda seja julgada improcedente. O recorrido apresentou contrarrazões pugnando pelo desprovimento do recurso interposto. Pelo Ofício nº 83/2017 - CPC/NFDTIPI, a i. representante do Ministério Público informa que o órgão ministerial somente manifestará nos processos que envolvam matéria de saúde ou interesse de menores e incapazes, razão pela qual não foi encaminhado o feito para manifestação. É o relatório. DECISÃO MONOCRÁTICA Trata-se de ação de cobrança na qual a parte autora pretende incorporar à sua remuneração o percentual de 11,98% decorrente da perda salarial ocorrida quando da conversão de Cruzeiro Real para URV, bem como a condenação ao pagamento dos valores pretéritos decorrentes da incorporação e seu reflexo sobre as demais verbas recebidas. O recorrente argui a preliminar de prescrição, com fundamento no Decreto Federal 20.910/32. A partir do julgamento do Recurso Extraordinário n° 561.836/RS, com repercussão geral reconhecida, houve alteração de tal entendimento, pois o c. STF firmou a tese de que, nos casos em que houve erro de conversão de Cruzeiro Real para URV, a reposição deixa de ser aplicada a partir do momento em que houver reestruturação da remuneração da carreira dos servidores eventualmente prejudicados. Eis a ementa do RE 561.836/RS: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. 6) A irredutibilidade estipendial recomenda que se, em decorrência da reestruturação da carreira do servidor, a supressão da parcela dos 11,98%, ou em outro percentual obtido na liquidação, verificar-se com a redução da remuneração, o servidor fará jus a uma parcela remuneratória (VPNI) em montante necessário para que não haja uma ofensa ao princípio, cujo valor será absorvido pelos aumentos subsequentes. 7) A reestruturação dos cargos no âmbito do Poder Judiciário Federal decorreu do advento da Lei nº 10.475/2002, diploma legal cuja vigência deve servir de termo ad quem para o pagamento e incorporação dos 11,98% no âmbito do referido Poder. 8) Inconstitucionalidade. 9) Recurso extraordinário interposto pelo estado do Rio Grande do Norte conhecido e parcialmente provido, porquanto descabida a pretensa compensação do percentual devido ao servidor em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV com aumentos supervenientes a título de reajuste e revisão de remuneração, restando, por outro lado, fixado que o referido

percentual será absorvido no caso de reestruturação financeira da carreira, e declarada incidenter tantum a inconstitucionalidade da Lei n° 6.612, de 16 de maio de 1994, do estado do Rio Grande do Norte. (RE 561836, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 26/09/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-027 DIVULG 07-02-2014 PUBLIC 10-02-2014) Assim, firmou-se o entendimento de que a reestruturação da carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças decorrentes da URV. Por consequência, inicia-se o prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos cinco anos anteriores à reestruturação. Tendo como base a referida decisão do c. Supremo Tribunal Federal, verifica-se que o Superior Tribunal de Justiça trouxe nova interpretação à matéria, reconhecendo que a partir do momento em que houve a reestruturação da carreira, iniciou-se a fluência do prazo para o exercício da pretensão. Nesse sentido: JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ART. 1.030, II, CPC/2015. ADMINISTRATIVO. MILITARES. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS EM URV. LEI Nº 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LEI DELEGADA Nº 43/2000. COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO DE TODAS AS PARCELAS RECLAMADAS APÓS O QUINQUÊNIO DA DATA EM QUE ENTROU EM VIGOR A LEI DELEGADA Nº 43/2000. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça veda a compensação de perdas salariais resultantes da conversão equivocada em URV com reajustes determinados por leis supervenientes, porém admite a limitação temporal das diferenças remuneratórias decorrentes da equivocada conversão do salário em URV, determinada pela Lei nº 8.880/90, em decorrência de posterior reestruturação remuneratória dos servidores. 2. O Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário nº 561.836/RN (com repercussão geral), adotou entendimento segundo o qual "(...) inequívoca conclusão de que é correto vedar a compensação [...] com aumentos supervenientes concedidos aos servidores públicos a título de reajuste ou revisão", todavia "o termo 'ad quem' da incorporação [...] é a data de vigência da lei que reestruturou a remuneração da sua carreira" (RE nº 561.836/RN, Rel. Min. LUIZ FUX, TRIBUNAL PLENO, DJe 10/02/2014). 3. Limitada a existência de possíveis diferenças salariais à edição da Lei Estadual Delegada nº 43/2000, com vigência a partir de junho/2000, e, ajuizada a ação somente após cinco anos a referida data, já se encontram prescritas todas as parcelas passíveis de restituição (cf. AgRg no REsp 1333769/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 29/11/2013). 4. Reforma do acórdão da Segunda Turma para, reconhecendo a limitação temporal do reajuste buscado, negar provimento ao recurso especial. (REsp 1268004/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 08/11/2016) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019) ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) Nesse sentido, a Turma Recursal Única editou a Súmula nº 11 referente às matérias da Fazenda Pública, verbis: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF). No caso, verifica-se que a parte requerente ocupa o cargo de Apoio Administrativo Educacional cuja carreira foi reestruturada pela Lei Complementar Estadual nº 50/1998, que promoveu alteração do Plano de Cargos, Carreiras e Salários, inclusive com a instituição do subsídio. Assim, nos termos do entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal, tem-se como o termo final a ser considerado para fins de análise do direito à diferença da URV, o ano de 1998, ano em que foi publicada a Lei que reestruturou a carreira do cargo efetivo da parte autora, oportunidade na qual, como visto, as parcelas decorrentes de decisões administrativas e judiciais foram absorvidas pela nova tabela de vencimentos. Desse modo, as diferenças salariais pretendidas pela parte autora encontram-se superadas pela prescrição, vez que entre a data da publicação da referida lei e data da distribuição da demanda (5/8/2016) transcorreu prazo superior a cinco anos. Nos termos do art. 932, V, alínea a, do CPC, o relator pode, monocraticamente, dar provimento a recurso “se a decisão recorrida for contrária a súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal”. Ante o exposto, monocraticamente, DOU PROVIMENTO ao recurso para acolher a preliminar arguida, reconhecendo a prescrição da pretensão inicial, extinguindo o feito com resolução do mérito, com fundamento no artigo 487, II do CPC. Sem custas e honorários, em razão do resultado do julgamento, nos moldes do art. 55 da Lei 9.099/95. Intimem-se as partes. Preclusa a via recursal, certifique-se o trânsito em julgado e devolvam-se os autos ao Juizado Especial da comarca de origem. Valdeci Moraes Siqueira Juíza Relatora

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1005524-79.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SADORA XAVIER FONSECA CHAVES OAB - MT10332-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARILZA FATIMA DE QUEIROZ (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GONCALO DE SOUZA SILVA OAB - MT19148-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
INSTITUTO SEGURIDADE SOCIAL DOS SERV MUNIC V GRANDE (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TURMA RECURSAL Recurso Inominado nº 1005524-79.2017.8.11.0002. Origem: Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Várzea Grande. Recorrente: Município de Várzea Grande. Recorrida: Marilza Fátima de Queiroz. E M E N T A – DECISÃO MONOCRÁTICA RECURSO INOMINADO - AÇÃO DE COBRANÇA - PLEITO DE RECEBIMENTO DA DIFERENÇA SALARIAL DECORRENTE DA URV - REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA - PRESCRIÇÃO VERIFICADA - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. A reestruturação da carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV. Precedente: Recurso Extraordinário n° 561.836/RS. Assim, a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos cinco anos anteriores à reestruturação. Precedentes do STJ. Nesse sentido, a Turma Recursal Única editou a Súmula nº 11 referente às matérias da Fazenda Pública, verbis: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF). Desse modo, as diferenças salariais pretendidas pela parte autora encontram-se superadas pela prescrição, vez que entre a data da publicação da lei que reestruturou sua carreira e a data de distribuição da demanda transcorreu prazo superior a cinco anos. Recurso conhecido e provido. Relatório. Trata-se de recurso interposto contra sentença que julgou procedente o pedido inicial, para condenar o requerido a incorporar à remuneração da parte autora, o percentual de 11,98%, em razão da perda salarial decorrente da URV. A parte recorrente argui a preliminar de prescrição. No mérito, pugna pela reforma da sentença, a fim de que a demanda seja julgada improcedente. O recorrido apresentou contrarrazões pugnando pelo desprovimento do recurso interposto. Pelo Ofício nº 83/2017 - CPC/NFDTIPI, a i. representante do Ministério Público informa que o órgão ministerial somente manifestará nos processos que envolvam matéria de saúde ou interesse de menores e incapazes, razão pela qual não foi encaminhado o feito para manifestação. É o relatório. DECISÃO MONOCRÁTICA Trata-se

de ação de cobrança na qual a parte autora pretende incorporar à sua remuneração o percentual de 11,98% decorrente da perda salarial ocorrida quando da conversão de Cruzeiro Real para URV, bem como a condenação ao pagamento dos valores pretéritos decorrentes da incorporação e seu reflexo sobre as demais verbas recebidas. O recorrente argui a preliminar de prescrição, com fundamento no Decreto Federal 20.910/32. A partir do julgamento do Recurso Extraordinário n° 561.836/RS, com repercussão geral reconhecida, houve alteração de tal entendimento, pois o c. STF firmou a tese de que, nos casos em que houve erro de conversão de Cruzeiro Real para URV, a reposição deixa de ser aplicada a partir do momento em que houver reestruturação da remuneração da carreira dos servidores eventualmente prejudicados. Eis a ementa do RE 561.836/RS: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. 6) A irredutibilidade estipendial recomenda que se, em decorrência da reestruturação da carreira do servidor, a supressão da parcela dos 11,98%, ou em outro percentual obtido na liquidação, verificar-se com a redução da remuneração, o servidor fará jus a uma parcela remuneratória (VPNI) em montante necessário para que não haja uma ofensa ao princípio, cujo valor será absorvido pelos aumentos subsequentes. 7) A reestruturação dos cargos no âmbito do Poder Judiciário Federal decorreu do advento da Lei nº 10.475/2002, diploma legal cuja vigência deve servir de termo ad quem para o pagamento e incorporação dos 11,98% no âmbito do referido Poder. 8) Inconstitucionalidade. 9) Recurso extraordinário interposto pelo estado do Rio Grande do Norte conhecido e parcialmente provido, porquanto descabida a pretensa compensação do percentual devido ao servidor em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV com aumentos supervenientes a título de reajuste e revisão de remuneração, restando, por outro lado, fixado que o referido percentual será absorvido no caso de reestruturação financeira da carreira, e declarada incidenter tantum a inconstitucionalidade da Lei n° 6.612, de 16 de maio de 1994, do estado do Rio Grande do Norte. (RE 561836, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 26/09/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-027 DIVULG 07-02-2014 PUBLIC 10-02-2014) Assim, firmou-se o entendimento de que a reestruturação da carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças decorrentes da URV. Por consequência, inicia-se o prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos cinco anos anteriores à reestruturação. Tendo como base a referida decisão do c. Supremo Tribunal Federal, verifica-se que o Superior Tribunal de Justiça trouxe nova interpretação à matéria, reconhecendo que a partir do momento em que houve a reestruturação da carreira, iniciou-se a fluência do prazo para o exercício da pretensão. Nesse sentido: JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ART. 1.030, II, CPC/2015. ADMINISTRATIVO. MILITARES. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS EM URV. LEI Nº 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LEI DELEGADA Nº 43/2000. COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO DE TODAS AS PARCELAS RECLAMADAS APÓS O QUINQUÊNIO DA DATA EM QUE ENTROU EM VIGOR A LEI DELEGADA Nº 43/2000. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça veda a compensação de perdas salariais resultantes da conversão equivocada em URV com reajustes determinados por leis supervenientes, porém admite a limitação temporal das diferenças remuneratórias decorrentes da equivocada conversão do salário em URV, determinada pela Lei nº 8.880/90, em decorrência de posterior reestruturação remuneratória dos servidores. 2. O Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário nº 561.836/RN (com repercussão geral), adotou entendimento segundo o qual "(...) inequívoca conclusão de que é correto vedar a compensação [...] com aumentos supervenientes concedidos aos servidores públicos a título de reajuste ou revisão", todavia "o termo 'ad quem' da incorporação [...] é a data de vigência da lei que reestruturou a remuneração da sua carreira" (RE nº 561.836/RN, Rel. Min. LUIZ FUX, TRIBUNAL PLENO, DJe 10/02/2014). 3. Limitada a existência de possíveis diferenças salariais à edição da Lei Estadual Delegada nº 43/2000, com vigência a partir de junho/2000, e, ajuizada a ação somente após cinco anos a referida data, já se encontram prescritas todas as parcelas passíveis de restituição (cf. AgRg no REsp 1333769/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 29/11/2013). 4. Reforma do acórdão da Segunda Turma para, reconhecendo a limitação temporal do reajuste buscado, negar provimento ao recurso especial. (REsp 1268004/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 08/11/2016) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019) ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) Nesse sentido, a Turma Recursal Única editou a Súmula nº 11 referente às matérias da Fazenda Pública, verbis: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF). No caso, verifica-se que a parte requerente ocupa o cargo de Auxiliar de Enfermagem cuja carreira foi reestruturada pela Lei Municipal nº 3.507/2010, que promoveu alteração do Plano de Cargos, Carreiras e Salários, inclusive com a instituição do subsídio. Assim, nos termos do entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal, tem-se como o termo final a ser considerado para fins de análise do direito à diferença da URV, o ano de 2010, ano em que foi publicada a Lei que reestruturou a carreira do cargo efetivo da parte autora, oportunidade na qual, como visto, as parcelas decorrentes de decisões administrativas e judiciais foram absorvidas pela nova tabela de vencimentos. Desse modo, as diferenças salariais pretendidas pela parte autora encontram-se superadas pela prescrição, vez que entre a data da publicação da referida lei e data da distribuição da demanda (25/7/2017) transcorreu prazo superior a cinco anos. Nos termos do art. 932, V, alínea a, do CPC, o relator pode, monocraticamente, dar provimento a recurso “se a decisão recorrida for contrária a súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal”. Ante o exposto, monocraticamente, DOU PROVIMENTO ao recurso para acolher a preliminar arguida, reconhecendo a prescrição da pretensão inicial, extinguindo o feito com resolução do mérito, com fundamento no artigo 487, II do CPC. Sem custas e honorários, em razão do resultado do julgamento, nos moldes do art. 55 da Lei 9.099/95. Intimem-se as partes. Preclusa a via recursal, certifique-se o trânsito em julgado e devolvam-se

os autos ao Juizado Especial da comarca de origem. Valdeci Moraes Siqueira Juíza Relatora

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1008532-78.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE FERREIRA CARDOSO (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ADRIANO DE AZEVEDO ARAUJO OAB - MT13179-B (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Órgão : 1ª TURMA RECURSAL TEMPORÁRIA N. Recurso : 1008532-78.2016.8.11.0041 Recorrente(s) : estado de mato grosso Recorrido(s) : JOSE FERREIRA CARDOSO DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos etc. Conforme determinação do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, que encaminhou os autos para este Juízo (id. 24691450), passo à análise do presente feito. Visa o recorrente reformar a decisão prolatada nos autos (id. 20260557), que julgou procedente o pedido inicial, condenando o reclamado a incorporar à remuneração da parte autora o percentual de 11,98% (onze vírgula noventa e oito por cento). Em argumento recursal, o recorrente alega: 1) Vínculo funcional – contrato temporário/comissionado, não fazendo jus a qualquer recebimento/incorporação; 2) Violação ao disposto no artigo 85, § 4º, inciso II do CPC. Ao final, requer a reforma da sentença recorrida. Em contrarrazões, o recorrido refuta os fundamentos lançados nas razões recursais, pugnando pela manutenção da sentença singular. O Ministério Público, por meio do Ofício nº 87/2017-CPC/NFDTIPI, informou que irá manifestar apenas nos processos que envolverem interesse público capaz de justificar tal intervenção, seja em razão da matéria (saúde), ou em razão das partes (menores e incapazes), o que não é o caso dos autos, razão pela qual não houve a sua remessa para manifestação. É o relatório. DECIDO. Pois bem. Consoante inteligência do art. 932, inciso III, do Código de Processo Civil, é permitido ao Juiz Relator, mediante decisão monocrática, não conhecer do recurso, verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: (...) III – não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida; Cuida-se de recurso interposto contra a sentença que julgou procedente o pedido inicial, condenando o reclamado a incorporar à remuneração da parte autora o percentual de 11,98% (onze vírgula noventa e oito por cento). O Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do Recurso Extraordinário nº 561.836/RN, cuja repercussão geral foi reconhecida, firmou entendimento no sentido de que o servidor público tem direito a pleitear a incorporação de eventual defasagem salarial em virtude da conversão da moeda em URV até a reestruturação remuneratória. Vejamos: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. (...) 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. (...) (RE 561836, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 26/09/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-027 DIVULG 07-02-2014 PUBLIC 10-02-2014) (grifei) No mesmo sentido, é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) (grifei) Em consequência, inicia-se o prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação remuneratória das carreiras de cada categoria de servidor público. A Súmula nº 11, editada pela Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, assim dispõe: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF). (grifei) O artigo 1º, do Decreto nº 20.910/32, preleciona: Art. 1º As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem. (grifei) No caso dos autos, constata-se que a parte autora ocupa cargo da carreira dos Profissionais da Educação Básica, que foi reestruturada pela Lei Complementar nº 50/1998, pela qual foram definidos os subsídios para a categoria. Desse modo, tendo a parte autora ingressado com a ação em 2016, ou seja, após transcorridos mais de 05 (cinco) anos da data da reestruturação do quadro remuneratório, resta configurada a prescrição de fundo do direito. A propósito: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. URV. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. PRECEDENTES. 1. Decorridos mais de cinco anos entre a lei que implementou novo regime remuneratório e o ajuizamento da ação, estão prescritas todas parcelas porventura decorrentes de suposta conversão errônea de vencimentos em URV (cf. AgInt no REsp 1577459/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 23/11/2018). 2. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1804128/SE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/09/2019, DJe 19/09/2019) (grifei) Com efeito, a Súmula nº 01, da Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, assim dispõe: O Relator, em decisão monocrática, poderá negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificadamente os fundamentos da decisão recorrida ou, negar provimento a recurso que esteja dentro dos ditames do artigo 932, IV, “a”,”b” e “c” do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias, para a decisão colegiada da Turma Recursal. Pelas razões expostas, reconheço, de ofício, a prescrição da pretensão inicial, extinguindo o feito com resolução de mérito, com fundamento no artigo 487, inciso II, do CPC, restando prejudicado o recurso interposto. Sem custas e sem honorários advocatícios, em razão do resultado do julgamento, nos termos do que dispõe o artigo 55, caput, da Lei nº 9.099/95. Cuiabá-MT, 17 de dezembro de 2019. Juiz GONÇALO ANTUNES DE BARROS NETO Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1001720-98.2016.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
RONALDO DE SA MARQUES (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAQUIM BALTAZAR GARAY DA SILVA OAB - MT3535-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
NATURA COSMETICOS S/A (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIO RIVELLI OAB - MT19023-A (ADVOGADO)

Órgão: 1ª Turma Recursal Temporária Recurso nº: 1001720-98.2016.8.11.0015 Recorrente (s): RONALDO DE SÁ MARQUES. Recorrida (s): NATURA COSMÉTICOS S/A. DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos etc. Cuida-se de recurso inominado visando reformar a sentença prolatada no id nº 5663528, que julgou improcedente o pedido inicial. Ainda, condenou a parte autora em litigância de má-fé no percentual de 1% sobre o valor da causa, bem como ao pagamento de custas processuais, nos termos da Lei 9.099/95. Em argumento recursal, o recorrente alega não possuir qualquer relação jurídica com a requerida, razão pela qual se mostra indevida a inclusão de seu nome nos órgãos de proteção ao crédito, pugnando pela condenação da recorrida em danos morais. Ao final, requer a reforma da sentença singular. A recorrida, em suas contrarrazões, refuta os fundamentos das razões recursais, pugnando pela manutenção da sentença. É o relatório. Decido. Pois bem. Consoante inteligência do art. 932, inciso III, do Código de Processo Civil, é permitido ao Juiz Relator, mediante decisão monocrática, não conhecer do recurso, verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: (...) III – não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida; Compulsando o procedimento, constata-se que o recurso interposto por Ronaldo de Sá

Marques (id. 5663531) é tempestivo, tendo pugnado pela concessão do benefício da assistência judiciária gratuita, cujo pleito foi indeferido (id. 6875230), determinando a sua intimação para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, proceder ao recolhimento do preparo recursal, sob pena de deserção. Contudo, o recorrente, apesar de devidamente intimado, permaneceu inerte, conforme certidão lançada no id. nº 15441468. A legislação aplicável ao caso é clara. O artigo 42, § 1º, da Lei nº 9.099/95, estabelece: O preparo será feito, independentemente de intimação, nas quarenta e oito horas seguintes à interposição, sob pena de deserção. Ainda, o paragrafo único do art. 54, da Lei n° 9.099/95, dispõe: O preparo do recurso, na forma do § 1° do art. 42 desta lei, compreenderá todas as despesas processuais, inclusive aquelas dispensadas em primeiro grau de jurisdição, ressalvada a hipótese de assistência judiciária gratuita. A Súmula 08, da Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso dispõe: O preparo deve ser comprovado nos autos no prazo de 48 horas, após a interposição do recurso inominado, sob pena de deserção. Ressalta-se que, em se tratando de prazo fixado em horas, incide a regra do artigo 132, § 4°, do Código Civil, que determina sua contagem minuto a minuto. Destarte, não ocorrendo a comprovação do recolhimento do preparo dentro do prazo estabelecido pelo artigo 42, § 1º, da Lei nº 9.099/95, deserto é o recurso. Assim, o presente recurso não merece seguimento consoante inteligência da Súmula nº 01, da Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, in verbis: O Relator, em decisão monocrática, poderá negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificadamente os fundamentos da decisão recorrida ou, negar provimento a recurso que esteja dentro dos ditames do artigo 932, IV, “a”,”b” e “c” do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias, para a decisão colegiada da Turma Recursal. Pelas razões expostas, nego seguimento ao recurso, eis que deserto. Condeno o recorrente ao pagamento das custas judiciais e honorários advocatícios que arbitro em 15% (quinze por cento) sobre o valor corrigido da causa, nos termos do artigo 55, caput, da Lei nº 9.099/95. Cuiabá (MT), 27 de novembro de 2019. Juiz GONÇALO ANTUNES DE BARROS NETO Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1001670-72.2016.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
RAIMUNDO NONATO BARBOSA DA SILVA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAQUIM BALTAZAR GARAY DA SILVA OAB - MT3535-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SKY BRASIL SERVICOS LTDA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-S (ADVOGADO)

Órgão: 1ª Turma Recursal Temporária Recurso nº: 1001670-72.2016.8.11.0015 Recorrente(s): RAIMUNDO NONATO BARBOSA DA SILVA. Recorrida (s): SKY BRASIL SERVIÇOS LTDA. DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos etc. Cuida-se de recurso inominado visando reformar a sentença prolatada no id nº 5662495, que julgou improcedente o pedido inicial. Ainda, condenou a parte autora em litigância de má-fé no percentual de 1% sobre o valor da causa, bem como ao pagamento de custas processuais, nos termos da Lei 9.099/95. Em argumento recursal, o recorrente alega não possuir qualquer relação jurídica com a requerida, razão pela qual se mostra indevida a inclusão de seu nome nos órgãos de proteção ao crédito, pugnando pela condenação da recorrida em danos morais. Ao final, requer a reforma da sentença singular. A recorrida, em suas contrarrazões, refuta os fundamentos das razões recursais, pugnando pela manutenção da sentença. É o relatório. Decido. Pois bem. Consoante inteligência do art. 932, inciso III, do Código de Processo Civil, é permitido ao Juiz Relator, mediante decisão monocrática, não conhecer do recurso, verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: (...) III – não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida; Compulsando o procedimento, constata-se que o recurso interposto por Raimundo Nonato Barbosa da Silva (id. 5662497) é tempestivo, tendo pugnado pela concessão do benefício da assistência judiciária gratuita, cujo pleito foi indeferido (id. 6875189), determinando a sua intimação para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, proceder ao recolhimento do preparo recursal, sob pena de deserção. Contudo, o recorrente, apesar de devidamente intimado, permaneceu inerte, conforme certidão lançada no id. nº 15441485. A legislação aplicável ao caso é clara. O artigo 42, § 1º, da Lei nº 9.099/95, estabelece: O preparo será feito, independentemente de intimação, nas quarenta e oito horas seguintes à interposição, sob pena de deserção. Ainda, o paragrafo único do art. 54, da Lei n° 9.099/95, dispõe: O preparo do recurso, na forma do § 1° do art. 42 desta lei, compreenderá todas as despesas processuais, inclusive aquelas dispensadas em primeiro grau de jurisdição, ressalvada a hipótese de assistência judiciária gratuita. A Súmula 08, da Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso dispõe: O preparo deve ser comprovado nos autos no prazo de 48 horas, após a interposição do recurso inominado, sob pena de deserção. Ressalta-se que, em se tratando de prazo fixado em horas, incide a regra do artigo 132, § 4°, do Código Civil, que determina sua contagem minuto a minuto. Destarte, não ocorrendo a comprovação do recolhimento do preparo dentro do prazo estabelecido pelo artigo 42, § 1º, da Lei nº 9.099/95, deserto é o recurso. Assim, o presente recurso não merece seguimento consoante inteligência da Súmula nº 01, da Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, in verbis: O Relator, em decisão monocrática, poderá negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificadamente os fundamentos da decisão recorrida ou, negar provimento a recurso que esteja dentro dos ditames do artigo 932, IV, “a”,”b” e “c” do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias, para a decisão colegiada da Turma Recursal. Pelas razões expostas, nego seguimento ao recurso, eis que deserto. Condeno o recorrente ao pagamento das custas judiciais e honorários advocatícios que arbitro em 15% (quinze por cento) sobre o valor corrigido da causa, nos termos do artigo 55, caput, da Lei nº 9.099/95. Cuiabá (MT), 27 de novembro de 2019. Juiz GONÇALO ANTUNES DE BARROS NETO Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1012884-79.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
VITORIA CRISTINA DA SILVA PIVA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-A (ADVOGADO)
LUCAS OLIVEIRA BERNARDINO SILVA OAB - MT12027-O (ADVOGADO)
JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-A (ADVOGADO)
MARCIANO XAVIER DAS NEVES OAB - MT11190-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Órgão : 1ª TURMA RECURSAL TEMPORÁRIA N. Recurso : 1012884-79.2016.8.11.0041 Recorrente(s) : ESTADO DE MATO GROSSO Recorrida(s) : VITÓRIA CRISTINA DA SILVA DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos etc. Conforme determinação do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado ao encaminhar os autos para este Juízo (id. 7992826), passo à análise do presente feito. Visa o recorrente reformar a decisão prolatada nos autos (id. 3077196), que julgou parcialmente procedente o pedido inicial, condenando o reclamado ao pagamento de eventual percentual devido a título de URV, devendo tal valor ser apurado em liquidação de sentença. Em argumento recursal, o recorrente alega: Preliminar: prescrição quinquenal; Inexistência de diferença a ser restituída a título de URV; Ingresso no serviço público posteriormente à conversão aplicada pela URV - ciência da remuneração; Realinhamento dos subsídios dos servidores públicos estaduais. Ao final, requer a reforma da sentença recorrida. Em contrarrazões, a recorrida refuta os fundamentos lançados nas razões recursais, pugnando pela manutenção da sentença singular. O Ministério Público, por meio do Ofício nº 87/2017-CPC/NFDTIPI, informou que irá se manifestar apenas nos processos que envolverem interesse público capaz de justificar tal intervenção, seja em razão da matéria (saúde), ou em razão das partes (menores e incapazes), o que não é o caso dos autos, razão pela qual não houve a sua remessa para manifestação. É o relatório. DECIDO. Pois bem. Consoante inteligência do art. 932, inciso V, alínea a, do Código de Processo Civil, é permitido ao Juiz Relator, mediante decisão monocrática, dar provimento ao recurso, in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: (...) V – depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; (...) (grifei) Ademais, a

Súmula nº 02 da Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, assim dispõe: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. Com efeito, tendo em vista que o presente recurso amolda-se ao dispositivo normativo evidenciado, bem como ao referencial sumular, pois, vai de encontro ao entendimento pacificado nesta Turma Recursal acerca da matéria, passo a análise da irresignação processual. Cuida-se de recurso interposto contra a sentença que julgou parcialmente procedente o pedido inicial, condenando o recorrente ao pagamento de eventual percentual devido a título de URV, devendo tal valor ser apurado em liquidação de sentença. Pois bem. O Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do Recurso Extraordinário nº 561.836/RN, cuja repercussão geral foi reconhecida, firmou entendimento no sentido de que o servidor público tem direito a pleitear a incorporação de eventual defasagem salarial em virtude da conversão da moeda em URV até a reestruturação remuneratória. Vejamos: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. (...) 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. (...) (RE 561836, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 26/09/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-027 DIVULG 07-02-2014 PUBLIC 10-02-2014) (grifei) No mesmo sentido, é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) (grifei) Em consequência, inicia-se o prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação remuneratória das carreiras de cada categoria de servidor público. A Súmula nº 11, editada pela Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, assim dispõe: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF). (grifei) O artigo 1º, do Decreto nº 20.910/32, preleciona: Art. 1º As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem. (grifei) No caso dos autos, constata-se que a parte autora ocupa cargo da carreira dos Profissionais do Sistema Socioeducativo, a qual foi reestruturada pelas Leis nºs 8.089/2004 e 8.260/2004, pelas quais foram definidos os subsídios para a categoria. Desse modo, tendo a parte autora ingressado com a ação em 2016, ou seja, após transcorridos mais de 05 (cinco) anos da data da reestruturação do quadro remuneratório, resta configurada a prescrição de fundo do direito. A propósito: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. URV. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. PRECEDENTES. 1. Decorridos mais de cinco anos entre a lei que implementou novo regime remuneratório e o ajuizamento da ação, estão prescritas todas parcelas porventura decorrentes de suposta conversão errônea de vencimentos em URV (cf. AgInt no REsp 1577459/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 23/11/2018). 2. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1804128/SE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/09/2019, DJe 19/09/2019) (grifei) Pelas razões expostas, conheço do recurso, posto que tempestivo, e DOU-LHE PROVIMENTO para reconhecer a prescrição da pretensão inicial, extinguindo o feito com resolução de mérito, com fundamento no artigo 487, inciso II, do CPC. Sem custas e sem honorários advocatícios, em razão do resultado do julgamento, nos termos do que dispõe o artigo 55, caput, da Lei nº 9.099/95. Cuiabá-MT, 27 de novembro de 2019. Juiz GONÇALO ANTUNES DE BARROS NETO Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1007710-02.2018.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
JOSEMI DE OLIVEIRA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
REGIS FERNANDO NIEDERAUER DA SILVEIRA OAB - MT3756-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO SA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-S (ADVOGADO)

Vistos, etc. Devolvam-se os autos ao juízo de primeiro grau, ante a falta de recebimento do Recurso Inominado interposto. Saliento, ainda, que o ENUNCIADO 166 do FONAJE dispõe: "Nos Juizados Especiais Cíveis, o juízo prévio de admissibilidade do recurso será feito em primeiro grau (XXXIX Encontro - Maceió-AL)". Cumpra-se. Patrícia Ceni Juíza de Direito - Relatora

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1003753-80.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JUÍZO DA 3ª VARA ESP. DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DA CAPITAL (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUNIA MARA DA COSTA SERRA DRIEMEYER (RECORRIDO)
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-A (ADVOGADO)
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-A (ADVOGADO)

Reexame Necessário: 1003753-80.2016.8.11.0041 Origem: 3ª Vara Especializada da Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá/MT Reclamante: Junia Mara da Costa Serra Driemeyer Reclamado: Estado de Mato Grosso Juíza Relatora: LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO. REMESSA DOS AUTOS À E. TURMA RECURSAL, APÓS O JULGAMENTO DO IRDR N.º 85560/2016. DESCABIMENTO NO RITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS. REEXAME NECESSÁRIO NÃO CONHECIDO. 1. De início, impõe-se esclarecer que o presente feito fora remetido à esta E. Turma Recursal em razão do julgamento do IRDR 85560/2016, no qual o E. Tribunal de Justiça Estadual fixou a tese no sentido de que "compete ao Juizado Especial da Fazenda Pública o processamento e o julgamento das ações, em que o valor da causa não ultrapasse a 60 (sessenta) salário mínimos, independentemente da complexidade da matéria e da necessidade da produção da prova pericial". 2. Sucede, no entanto, que no âmbito do sistema do Juizado Especial da Fazenda Pública, não há reexame necessário, nos termos do artigo 11 da Lei 12.153/2009. Neste contexto, considerando a modificação da competência, impõe-se o não conhecimento do reexame necessário. 3. Inexistindo recurso voluntário a ser examinado por esta E. Turma Recursal, a devolução dos autos à origem é medida impositiva. 4. Reexame Necessário não conhecido. DECISÃO MONOCRÁTICA VISTOS, ETC. Dispensado o relatório, atendido o disposto no art. 38 da Lei n.º 9.099/95. De início, impõe-se esclarecer que o presente feito fora remetido à esta E. Turma Recursal em razão do julgamento do IRDR 85560/2016, no qual o E. Tribunal de Justiça Estadual fixou a tese no sentido de que "compete ao Juizado Especial da Fazenda Pública o processamento e o julgamento das ações, em que o valor da causa não ultrapasse a 60 (sessenta) salário mínimos, independentemente da complexidade da matéria e da necessidade da produção da prova pericial". Sucede, no entanto, que no âmbito do sistema do Juizado Especial da Fazenda Pública, não há reexame necessário, nos termos do artigo 11 da Lei 12.153/2009. "Art. 11. Nas causas de que trata esta Lei, não haverá reexame necessário." Neste contexto, considerando a modificação da competência, impõe-se o não conhecimento do reexame necessário. Inexistindo, ainda, recurso voluntário a ser examinado por esta E. Turma Recursal, a devolução dos autos à origem é medida impositiva. Nesse sentido, colhe-se da jurisprudência pátria: RECURSO INOMINADO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. MAGISTÉRIO. REAJUSTES DO ART. 8º,

INCISOS IV E V, DA LEI Nº 10.395/95. PRELIMINAR. NULIDADE DA SENTENÇA - ULTRA PETITA. (...) REEXAME NECESSÁRIO. A teor do artigo 11 da Lei nº 12.153/2009, não há reexame necessário no âmbito do sistema do Juizado Especial da Fazenda Pública. (...) RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. UNÂNIME. (Recurso Cível Nº 71005663125, Segunda Turma Recursal da Fazenda Pública, Turmas Recursais, Relator: Rosane Ramos de Oliveira Michels, Julgado em 27/10/2015) RECURSO INOMINADO. SEGUNDA TURMA RECURSAL DA FAZENDA PÚBLICA. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REAJUSTES PREVISTOS NA LEI 10.395/95. PARCELA AUTÔNOMA E PERCENTUAL DE 20% DA PARCELA AUTÔNOMA INCORPORADO AO VENCIMENTO BÁSICO. CORREÇÃO MONETÁRIA. (...) REEXAME NECESSÁRIO. No âmbito do sistema do Juizado Especial da Fazenda Pública, não há reexame necessário, de acordo com o artigo 11 da Lei 12.153/2009. RECURSO PROVIDO EM PARTE. UNÂNIME. (Recurso Cível Nº 71005574025, Segunda Turma Recursal da Fazenda Pública, Turmas Recursais, Relator: Deborah Coleto Assumpção de Moraes, Julgado em 27/10/2015) Posto isso, VOTO no sentido de NÃO CONHECER DO REEXAME NECESSÁRIO, determinando a devolução dos autos à origem. Às providências. Intimem-se. Cumpra-se. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO - RELATORA

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 8010060-58.2015.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA DO CARMO ANTUNES DUQUE (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NICIA DA ROSA HAAS OAB - MT5947-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU UNIBANCO S.A. (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-S (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TURMA RECURSAL ÚNICA Processo Nº: 8010060-58.2015.8.11.0010 Vistos etc. Constato que o Recurso Extraordinário interposto pela Recorrente foi julgado em 05.10.2018. Desta forma, certifique-se a ocorrência do trânsito em julgado, e após, remetam-se os autos ao Juízo de Origem. Intimem-se. Cumpra-se. Valmir Alaércio dos Santos Juiz de Direito, Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1000025-87.2018.8.11.0032
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OZANA BAPTISTA GUSMAO OAB - MT4062-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
AILTON TEIXEIRA DOS SANTOS (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NAIMY SHELITTA PIRES OAB - MT17565-A (ADVOGADO)

Recurso Inominado: 1000025-87.2018.8.11.0032 Data do Julgamento: 02.07.2019 Origem: JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE ROSÁRIO OESTE Recorrente(s): ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. Recorrido(s): AILTON TEIXEIRA DOS SANTOS Juiz Relator: ALEX NUNES DE FIGUEIREDO EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO de indenização por danos morais. CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. CONSUMIDOR. CONTRATO DE ELETRIFICAÇÃO RURAL. PARCELAMENTO. FINANCIAMENTO QUITADA. COBRANÇA APÓS QUITAÇÃO DO CONTRATO. COBRANÇA INDEVIDA. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONFIGURAÇÃO DE DANOS MORAIS. QUANTUM INDENIZATÓRIO FIXADO FORA DOS PARÂMETROS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. Cuida-se de ação na qual o Recorrido postula indenização por danos materiais e morais, alegando suportar cobrança indevida em sua fatura de energia elétrica referente a parcelamento já adimplido. Aduziu a parte autora que firmou com a parte Recorrente no mês de dezembro de 2001 um Instrumento Particular de Assunção de Direitos e Obrigações Oriundas de Instrumento Particular de Contrato de Eletrificação Rural e Outras Avenças, Confissão de Dividas e Outras Avenças, com a finalidade de eletrificação do imóvel rural de propriedade da parte Autora. No sobredito contrato fora estabelecido (cláusula 4) que o custo final para atendimento do autor, com a execução das obras necessárias à eletrificação da referida propriedade, seria de R$ 4.699,47 (quatro mil e seiscentos e noventa e nove reais e quarenta e sete centavos), cabendo a parte autora, a titulo de participação financeira na execução das obras de interesse mútuo, o pagamento de R$ 2.854,86(dois mil e oitocentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e seis centavos), sendo R$ 50,00 (cinquenta reais) de sinal, R$ 100,00 (cem reais de entrada, e o parcelamento do saldo devedor de R$ 2.704,86 (dois mil, setecentos e quatro reais e oitenta centavos) em 120 meses, no valor mensal de R$ 32,42 (trinta e dois reais e quarenta e dois centavos), com vencimentos coincidentemente com as faturas de fornecimento de energia elétrica. Alegou a parte Autora que iniciou o pagamento em dezembro/2001 e adimpliu todas as parcelas do contrato em dezembro/2011. Todavia, a empresa Recorrente permaneceu cobrando indevidamente o consumidor desde janeiro/2012 nas faturas de energia. Contestado o feito, foi proferida sentença de parcial procedência para condenar a Recorrida a restituição dos valores pagos indevidamente, bem como ao pagamento do montante de R$ 10.000 (dez mil reais) a título de danos morais. In casu, verifico do conjunto probatório, mormente do Instrumento Particular de Assunção de Direitos e Obrigações Oriundas de Instrumento Particular de Contrato de Eletrificação Rural e Outras Avenças, Confissão de Dividas e Outras Avenças que de fato a parte Autora findaria o pagamento do financiamento em dezembro/2011, bem como que a concessionária permaneceu realizando lançamentos nas faturas de energia elétrica denominados “Parcelamento Financiamento PLC VP” após o prazo avençado. Outrossim, A empresa Recorrente não colacionou nenhum documento apto a comprovar fato impeditivo, extintivo ou modificativo do direito do Recorrido, de modo que resta configurado o ato ilícito. Ademais, não comprovando a Recorrente a regularidade das cobranças, o valor pago pelo consumidor deve ser restituído na forma dobrada, nos termos do art. 42, parágrafo único, do CDC, ante a ausência de erro justificável. Salienta-se que o dano moral decorre do notório prejuízo sofrido pela parte Recorrida, em virtude do desconto indevido de valores na folha de pagamento, fatos que, sem dúvida, gera desconforto, aflição e transtornos, e tem a extensão suficiente para configurar o dano moral, ademais, pelas reiteradas tentativas infrutíferas para tentar resolver a questão administrativamente, e, por isso, há necessidade de indenização. Na fixação do montante da condenação a título de reparação pelos danos morais, deve-se atender a uma dupla finalidade: reparação e repressão. Portanto, há que se observar a capacidade econômica do atingido, mas também a do ofensor, com vistas a evitar o enriquecimento injustificado, mas também garantir o viés pedagógico da medida, desestimulando-se a repetição do ato ilícito. Com efeito, entendo que o valor dos danos morais foram fixados, de certa forma, e pelo menos é o que essa Eg. Turma Recursal vem assim decidindo, PARCIALMENTE FORA dos critérios de razoabilidade e proporcionalidade, razão pela qual PROVEJO PARCIALMENTE o recurso para REDUZIR o valor do dano moral de R$ 10.000,00 (dez mil reais) ao montante de R$ 3.000,00 (três mil reais). HONORÁRIOS E VERBAS SUCUMBENCIAIS. Deixo de condenar a parte recorrente, considerando o êxito recursal. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. É como voto. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0504265-17.2014.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LEIDIANA SOARES DA SILVA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Outros Interessados:
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TURMA RECURSAL Recurso Inominado nº 0504265-17.2014.8.11.0001. Origem: Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá. Recorrente: Leidiana Soares da Silva. Recorrido: Estado de Mato Grosso. DECISÃO MONOCRÁTICA Trata-se de recurso interposto contra decisão que, em fase de cumprimento de sentença, reconheceu a incompetência do juízo extinguindo o feito sem resolução do mérito. No caso em apreço, a parte requerente propôs ação visando o recebimento das diferenças salariais decorrentes da perda ocorrida quando da conversão do Cruzeiro Real para a URV. Na fase de conhecimento, foi prolatada sentença de procedência que condenou a parte requerida a incorporar à remuneração

da parte autora o percentual de 11,98% decorrente da referida perda. Contra a sentença a parte requerida não se insurgiu, permitindo, assim, o trânsito em julgado da matéria. Todavia, no início da fase de execução, o juízo a quo proferiu, de ofício, nova decisão, dessa vez reconhecendo a complexidade da causa, cuja execução depende de liquidação, julgando extinta a ação diante da incompetência do Juizado Especial. Inconformada, a parte requerente interpôs o presente recurso inominado. Argumenta, em síntese, que contra decisão transitada em julgado é incabível o reconhecimento da incompetência absoluta. Assiste razão à parte recorrente. No caso, verifica-se que contra a sentença que julgou procedente o pedido inicial não houve interposição de recurso inominado pela parte interessada, de modo que a decisão transitou em julgado. Além disso, a questão relativa à competência para julgamento da matéria foi dirimida no julgamento do IRDR nº 85560/2016 pelo e. TJMT, que fixou o seguinte entendimento: Compete ao Juizado Especial da Fazenda Pública o processamento e o julgamento das ações, em que o valor da causa não ultrapasse a 60 (sessenta) salário mínimos, independente da complexidade da matéria e da necessidade da produção da prova pericial. Por se tratar de questão de direito e, com vista a evitar ofensa à segurança jurídica, deve o pedido formulado no Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas ser julgado improcedente, fixando, de consequência, a tese jurídica de que as ações concernentes à URV devem ser processadas e julgadas no Juizado Especial da Fazenda Pública, nos termos do art. 2º, da Lei n.12.153/2009. Nos termos do art. 932, V, alínea C, do CPC, o relator pode, monocraticamente, dar provimento a recurso "se a decisão recorrida for contrária a entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência". Ante o exposto, monocraticamente, DOU PROVIMENTO AO RECURSO para cassar a sentença proferida na fase executiva, determinando o retorno dos autos ao Juizado de origem para prosseguimento do feito. Sem custas e sem honorários advocatícios, em razão do resultado do julgamento, nos termos do que dispõe o artigo 55, caput, da lei nº 9.099/95. Intimem-se as partes. Preclusa a via recursal, certifique-se o trânsito em julgado e devolvam-se os autos ao Juizado Especial da comarca de origem. Valdeci Moraes Siqueira Juíza Relatora

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0503772-40.2014.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
DERCILIO DE SOUZA FERREIRA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CLAUDIO CARDOSO FELIX OAB - MT12004-A (ADVOGADO)
NATALIA RAMOS BEZERRA REGIS OAB - MT12048-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TURMA RECURSAL Recurso Inominado nº 0503772-40.2014.8.11.0001. Origem: Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá. Recorrente: Município de Cuiabá. Recorrida: Dercilio de Souza Ferreira. E M E N T A - DECISÃO MONOCRÁTICA RECURSO INOMINADO - AÇÃO DE COBRANÇA - PLEITO DE RECEBIMENTO DA DIFERENÇA SALARIAL DECORRENTE DA URV - REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA - PRESCRIÇÃO VERIFICADA - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. A reestruturação da carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV. Precedente: Recurso Extraordinário n° 561.836/RS. Assim, a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos cinco anos anteriores à reestruturação. Precedentes do STJ. Nesse sentido, a Turma Recursal Única editou a Súmula nº 11 referente às matérias da Fazenda Pública, verbis: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF). Desse modo, as diferenças salariais pretendidas pela parte autora encontram-se superadas pela prescrição, vez que entre a data da publicação da lei que reestruturou sua carreira e a data de distribuição da demanda transcorreu prazo superior a cinco anos. Recurso conhecido e provido. Relatório. Processo inicialmente distribuído ao e. TJMT, o qual reconheceu sua incompetência para julgamento da demanda, pois o valor atribuído à causa é inferior a 60 salários mínimos (IRDR nº 85560/2016), determinando que a tramitação se dê nesta Justiça Especializada. Trata-se de recurso interposto contra sentença que julgou procedente o pedido inicial, para condenar o requerido a incorporar à remuneração da parte autora, o percentual de 11,98%, em razão da perda salarial decorrente da URV. A parte recorrente argui a preliminar de prescrição. No mérito, pugna pela reforma da sentença, a fim de que a demanda seja julgada improcedente. A parte recorrida apresentou contrarrazões pugnando pelo desprovimento do recurso interposto. Pelo Ofício nº 83/2017 - CPC/NFDTIPI, a i. representante do Ministério Público informa que o órgão ministerial somente manifestará nos processos que envolvam matéria de saúde ou interesse de menores e incapazes, razão pela qual não foi encaminhado o feito para manifestação. É o relatório. DECISÃO MONOCRÁTICA Trata-se de ação de cobrança na qual a parte autora pretende incorporar à sua remuneração o percentual de 11,98% decorrente da perda salarial ocorrida quando da conversão de Cruzeiro Real para URV, bem como a condenação ao pagamento dos valores pretéritos decorrentes da incorporação e seu reflexo sobre as demais verbas recebidas. O recorrente argui a preliminar de prescrição, com fundamento no Decreto Federal 20.910/32. A partir do julgamento do Recurso Extraordinário n° 561.836/RS, com repercussão geral reconhecida, houve alteração de tal entendimento, pois o c. STF firmou a tese de que, nos casos em que houve erro de conversão de Cruzeiro Real para URV, a reposição deixa de ser aplicada a partir do momento em que houver reestruturação da remuneração da carreira dos servidores eventualmente prejudicados. Eis a ementa do RE 561.836/RS: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. 6) A irredutibilidade estipendial recomenda que se, em decorrência da reestruturação da carreira do servidor, a supressão da parcela dos 11,98%, ou em outro percentual obtido na liquidação, verificar-se com a redução da remuneração, o servidor fará jus a uma parcela remuneratória (VPNI) em montante necessário para que não haja uma ofensa ao princípio, cujo valor será absorvido pelos aumentos subsequentes. 7) A reestruturação dos cargos no âmbito do Poder Judiciário Federal decorreu do advento da Lei nº 10.475/2002, diploma legal cuja vigência deve servir de termo ad quem para o pagamento e incorporação dos 11,98% no âmbito do referido Poder. 8) Inconstitucionalidade. 9) Recurso extraordinário interposto pelo estado do Rio Grande do Norte conhecido e parcialmente provido, porquanto descabida a pretensa compensação do percentual devido ao servidor em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV com aumentos supervenientes a título de reajuste e revisão de remuneração, restando, por outro lado, fixado que o referido percentual será absorvido no caso de reestruturação financeira da carreira, e declarada incidenter tantum a inconstitucionalidade da Lei n° 6.612, de 16 de maio de 1994, do estado do Rio Grande do Norte. (RE 561836, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 26/09/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-027 DIVULG 07-02-2014 PUBLIC 10-02-2014) Assim, firmou-se o entendimento de que a reestruturação da carreira faz cessar o direito ao recebimento

das diferenças decorrentes da URV. Por consequência, inicia-se o prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos cinco anos anteriores à reestruturação. Tendo como base a referida decisão do c. Supremo Tribunal Federal, verifica-se que o Superior Tribunal de Justiça trouxe nova interpretação à matéria, reconhecendo que a partir do momento em que houve a reestruturação da carreira, iniciou-se a fluência do prazo para o exercício da pretensão. Nesse sentido: JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ART. 1.030, II, CPC/2015. ADMINISTRATIVO. MILITARES. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS EM URV. LEI Nº 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LEI DELEGADA Nº 43/2000. COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO DE TODAS AS PARCELAS RECLAMADAS APÓS O QUINQUÊNIO DA DATA EM QUE ENTROU EM VIGOR A LEI DELEGADA Nº 43/2000. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça veda a compensação de perdas salariais resultantes da conversão equivocada em URV com reajustes determinados por leis supervenientes, porém admite a limitação temporal das diferenças remuneratórias decorrentes da equivocada conversão do salário em URV, determinada pela Lei nº 8.880/90, em decorrência de posterior reestruturação remuneratória dos servidores. 2. O Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário nº 561.836/RN (com repercussão geral), adotou entendimento segundo o qual "(...) inequívoca conclusão de que é correto vedar a compensação [...] com aumentos supervenientes concedidos aos servidores públicos a título de reajuste ou revisão", todavia "o termo 'ad quem' da incorporação [...] é a data de vigência da lei que reestruturou a remuneração da sua carreira" (RE nº 561.836/RN, Rel. Min. LUIZ FUX, TRIBUNAL PLENO, DJe 10/02/2014). 3. Limitada a existência de possíveis diferenças salariais à edição da Lei Estadual Delegada nº 43/2000, com vigência a partir de junho/2000, e, ajuizada a ação somente após cinco anos a referida data, já se encontram prescritas todas as parcelas passíveis de restituição (cf. AgRg no REsp 1333769/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 29/11/2013). 4. Reforma do acórdão da Segunda Turma para, reconhecendo a limitação temporal do reajuste buscado, negar provimento ao recurso especial. (REsp 1268004/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 08/11/2016) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019) ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) Nesse sentido, a Turma Recursal Única editou a Súmula nº 11 referente às matérias da Fazenda Pública, verbis: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF). No caso, verifica-se que a parte requerente ocupa o cargo de Auxiliar de Enfermagem, cuja carreira foi reestruturada pela Lei Complementar Municipal nº 94/2003, que promoveu alteração do Plano de Cargos, Carreiras e Salários, inclusive com a instituição do subsídio. Assim, nos termos do entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal, tem-se como o termo final a ser considerado para fins de análise do direito à diferença da URV, o ano de 2003, ano em que foi publicada a Lei que reestruturou a carreira do cargo efetivo da parte autora, oportunidade na qual, como visto, as parcelas decorrentes de decisões administrativas e judiciais foram absorvidas pela nova tabela de vencimentos. Desse modo, as diferenças salariais pretendidas pela parte autora encontram-se superadas pela prescrição, vez que entre a data da publicação da referida lei e data da distribuição da demanda (17/9/2014) transcorreu prazo superior a cinco anos. Nos termos do art. 932, V, alínea a, do CPC, o relator pode, monocraticamente, dar provimento a recurso “se a decisão recorrida for contrária a súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal”. Ante o exposto, monocraticamente, DOU PROVIMENTO ao recurso para acolher a preliminar arguida, reconhecendo a prescrição da pretensão inicial, extinguindo o feito com resolução do mérito, com fundamento no artigo 487, II do CPC. Sem custas e honorários, em razão do resultado do julgamento, nos moldes do art. 55 da Lei 9.099/95. Intimem-se as partes. Preclusa a via recursal, certifique-se o trânsito em julgado e devolvam-se os autos ao Juizado Especial da comarca de origem. Valdeci Moraes Siqueira Juíza Relatora

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1003700-85.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CLAUDIA ANTONIA DOS SANTOS (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ROQUE PIRES DA ROCHA FILHO OAB - MT9870-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Órgão: 1ª TURMA RECURSAL TEMPORÁRIA Recorrente(s): MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE Recorrida(s): CLAUDIA ANTONIA DOS SANTOS DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos etc. Conforme determinação do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, que encaminhou os autos para este Juízo (id. 7589348), passo à análise do presente feito. Visa o recorrente reformar a decisão prolatada nos autos (id. 2235405), que julgou procedente o pedido inicial, condenando o reclamado ao pagamento de eventual percentual devido a título de URV, devendo tal valor ser apurado em liquidação de sentença. Em argumento recursal, o recorrente alega: Preliminar: da prescrição – limite temporal – reestruturação carreira dos servidores da Secretaria de Saúde – Lei Complementar nº. 3.507/2010; Vencimentos pagos após último dia do mês vencido – ausência de prejuízo; Cobrança da diferença URV - termo inicial -reestruturação da carreira; Redução dos honorários. Ao final, requer a reforma da sentença recorrida. Em contrarrazões, a recorrida refuta os fundamentos lançados nas razões recursais, pugnando pela manutenção da sentença singular. O Ministério Público, por meio da petição lançada no id. 2706296, manifestou pela inexistência de interesse público capaz de justificar a sua intervenção no presente feito. É o relatório. DECIDO. Pois bem. Consoante inteligência do art. 932, inciso V, alínea a, do Código de Processo Civil, é permitido ao Juiz Relator, mediante decisão monocrática, dar provimento ao recurso, in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: (...) V – depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; (...) (grifei) Ademais, a Súmula nº 02 da Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, assim dispõe: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a”, “b” e “c” do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. Com efeito, tendo em vista que o presente recurso amolda-se ao dispositivo normativo evidenciado, bem como ao referencial sumular, pois, vai de encontro ao entendimento pacificado nesta Turma Recursal acerca da matéria, passo a análise da irresignação processual. Cuida-se de recurso interposto contra a sentença que julgou procedente o pedido inicial, condenando o reclamado ao pagamento de eventual percentual devido a título de URV, devendo tal valor ser apurado em liquidação de sentença. Pois bem. O Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do Recurso Extraordinário nº 561.836/RN, cuja repercussão geral foi reconhecida, firmou entendimento no sentido de que o servidor público tem direito a pleitear a incorporação de eventual defasagem salarial em virtude da conversão da moeda em URV até a reestruturação remuneratória. Vejamos: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. (...) 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos

11,98% ou do índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. (...) (RE 561836, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 26/09/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-027 DIVULG 07-02-2014 PUBLIC 10-02-2014) (grifei) No mesmo sentido, é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) (grifei) Em consequência, inicia-se o prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação remuneratória das carreiras de cada categoria de servidor público. A Súmula nº 11, editada pela Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, assim dispõe: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF). (grifei) O artigo 1º, do Decreto nº 20.910/32, preleciona: Art. 1º As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem. (grifei) No caso dos autos, constata-se que a autora é servidora municipal, cuja carreira foi reestruturada pela Lei nº 3.507/2010, pela qual foram definidos os subsídios para a categoria dos servidores públicos do Município de Várzea Grande/MT. Desse modo, tendo a parte autora ingressado com a ação em 2017, ou seja, após transcorridos mais de 05 (cinco) anos da data da estruturação do quadro remuneratório, resta configurada a prescrição de fundo do direito. A propósito: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. URV. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. PRECEDENTES. 1. Decorridos mais de cinco anos entre a lei que implementou novo regime remuneratório e o ajuizamento da ação, estão prescritas todas parcelas porventura decorrentes de suposta conversão errônea de vencimentos em URV (cf. AgInt no REsp 1577459/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 23/11/2018). 2. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1804128/SE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/09/2019, DJe 19/09/2019) (grifei) Pelas razões expostas, conheço do recurso, posto que tempestivo, e DOU-LHE PROVIMENTO para reconhecer a prescrição da pretensão inicial, extinguindo o feito com resolução de mérito, com fundamento no artigo 487, inciso II, do CPC. Sem custas e sem honorários advocatícios, em razão do resultado do julgamento, nos termos do que dispõe o artigo 55, caput, da Lei nº 9.099/95. Cuiabá-MT, 17 de dezembro de 2019. Juiz GONÇALO ANTUNES DE BARROS NETO Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0501376-56.2015.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LEODETE MARLENE DE SIQUEIRA SANTOS (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-A (ADVOGADO)
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)

Recurso Inominado: 0501376-56.2015.8.11.0001 Origem: JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE CUIABÁ-MT Recorrente: ESTADO DE MATO GROSSO Recorrida: LEODETE MARELNE SIQUEIRA SANTOS Juíza Relatora: LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA EMENTA: RECURSO INOMINADO. URV. PERDA SALARIAL. PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO. MARCO INICIAL. LEI DE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. PRECEDENTES DO C. STF E STJ. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. OCORRÊNCIA NO CASO CONCRETO. DECISÃO MONOCRÁTICA. ART. 932, V, A, DO CPC/15. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Segundo entendimento do C. STF, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, a existência de leis posteriores reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, “porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público” 2. Assim, a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. 3. Além do precedente oriundo do C. STF, de observância obrigatória (art. 927 do CPC/2015), esta E. Turma Recursal também editou o Enunciado Sumular nº 11, que assim dispõe: “O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF).”. 4. No caso concreto, as diferenças salariais pretendidas pela parte demandante encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da lei que reestruturou a sua carreira e a data da distribuição da presente actio transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. 5. Recurso provido para acolher a prejudicial de prescrição. 6. Decisão monocrática em razão do disposto no art. 932, V, “a”, do Código de Processo Civil e Súmula 11 da Turma Recursal Única de Mato Grosso. RELATÓRIO: Trata-se de recurso inominado interposto em razão da sentença de procedência prolatada na ação formulada pela Recorrida LEODETE MARELNE SIQUEIRA SANTOS, visando o recebimento da diferença salarial decorrente da perda ocorrida quando da conversão do Cruzeiro Real para a URV. Inconformado, o Recorrente ESTADO DE MATO GROSSO, em suas razões recursais, suscita prejudicial de prescrição, com fundamento no Decreto Federal 20.910/32. Em contrarrazões (ID. 152661), a Recorrida LEODETE MARELNE SIQUEIRA SANTOS refuta in totum as razões recursais, pleiteando pelo improvimento do recurso e consequente manutenção da sentença proferida nos autos por seus próprios fundamentos. É o que merece registro. DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos, etc. Conheço do recurso, porquanto preenchido os pressupostos de admissibilidade. A sentença comporta reforma. Com efeito, o Colendo Superior Tribunal Federal, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, firmou entendimento no sentido de que a existência de leis posteriores reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, “porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público”. Restou assentado pela corte superior, ainda, que a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. A propósito: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (STF - ED RE: 561836 RN - RIO GRANDE DO NORTE, Relator: Min. LUIZ FUX, Data de Julgamento: 18/12/2015, Tribunal Pleno) Igualmente, em decorrência da decisão supracitada, o Superior Tribunal de Justiça também reinterpretou a matéria, reconhecendo que a partir do momento em que houve a reestruturação da carreira, inicia-se a fluência do prazo para o exercício da pretensão. Nesse sentido: JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ART. 1.030, II, CPC/2015. ADMINISTRATIVO. MILITARES. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS EM URV. LEI Nº 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LEI DELEGADA Nº 43/2000. COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO DE TODAS AS PARCELAS RECLAMADAS

APÓS O QUINQUÊNIO DA DATA EM QUE ENTROU EM VIGOR A LEI DELEGADA Nº 43/2000. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça veda a compensação de perdas salariais resultantes da conversão equivocada em URV com reajustes determinados por leis supervenientes, porém admite a limitação temporal das diferenças remuneratórias decorrentes da equivocada conversão do salário em URV, determinada pela Lei nº 8.880/90, em decorrência de posterior reestruturação remuneratória dos servidores. 2. O Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário nº 561.836/RN (com repercussão geral), adotou entendimento segundo o qual "(...) inequívoca conclusão de que é correto vedar a compensação [...] com aumentos supervenientes concedidos aos servidores públicos a título de reajuste ou revisão", todavia "o termo 'ad quem' da incorporação [...] é a data de vigência da lei que reestruturou a remuneração da sua carreira" (RE nº 561.836/RN, Rel. Min. LUIZ FUX, TRIBUNAL PLENO, DJe 10/02/2014). 3. Limitada a existência de possíveis diferenças salariais à edição da Lei Estadual Delegada nº 43/2000, com vigência a partir de junho/2000, e, ajuizada a ação somente após cinco anos a referida data, já se encontram prescritas todas as parcelas passíveis de restituição (cf. AgRg no REsp 1333769/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 29/11/2013). 4. Reforma do acórdão da Segunda Turma para, reconhecendo a limitação temporal do reajuste buscado, negar provimento ao recurso especial. (REsp 1268004/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 08/11/2016) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019) Esta E. Turma Recursal Única também editou a Súmula nº 11 referente às matérias da Fazenda Pública, litteris: “O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF).” No caso concreto, a Recorrida LEODETE MARELNE SIQUEIRA SANTOS ocupa o cargo de Técnico de Desenvolvimento Econômico e Social, na Secretaria de Estado de Gestão de Mato Grosso, cuja carreira foi reestruturada pela Lei 7.554/2001. Portanto, as diferenças salariais pretendidas encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da lei que reestruturou a sua carreira (10/12/2001) e a data da distribuição da presente actio (12/03/2015) transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. Nos termos do art. 932, V, alínea a, do CPC, o relator pode, monocraticamente, dar provimento ao recurso “se a decisão recorrida for contrária a súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal”. De igual modo, a Súmula nº. 02 desta Turma Recursal, dispõe que o relator pode, monocraticamente, dar provimento ao recurso que impugna decisão que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, litteris: “O relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a sentença estiver em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Recursal Única ou de Tribunal Superior, cabendo recurso interno para a turma recursal, no prazo de cinco dias”. Posto isso, monocraticamente, DOU PROVIMENTO ao recurso interposto pelo ESTADO DE MATO GROSSO para o fim ACOLHER A PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO da pretensão inicial, julgando extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, II do CPC. Nos termos do artigo 55 da Lei nº 9.099/95, deixo de condenar o Recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, ante o resultado do julgamento. Preclusa a via recursal, devolva-se o feito à comarca de origem. É como voto. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO - RELATORA

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0503668-48.2014.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA ELIZABETE NASCIMENTO DE OLIVEIRA (RECORRENTE)
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JESUS VIEIRA DE OLIVEIRA OAB - MT9309-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
MARIA ELIZABETE NASCIMENTO DE OLIVEIRA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JESUS VIEIRA DE OLIVEIRA OAB - MT9309-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)

RECURSO INOMINADO: 0503668-48.2014.8.11.0001 ORIGEM: JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ RECORRENTE: MARIA ELIZABETE NASCIMENTO DE OLIVEIRA RECORRIDO: ESTADO DE MATO GROSSO JUÍZA RELATORA: LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA EMENTA: RECURSO INOMINADO. URV. PERDA SALARIAL. PRESCRIÇÃO. MARCO INICIAL. LEI DE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. PRECEDENTES DO C. STF E STJ. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. OCORRÊNCIA NO CASO CONCRETO. RECONHECIMENTO DE OFÍCIO. POSSIBILIDADE. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. DECISÃO MONOCRÁTICA. ART. 932, V, A, DO CPC/15. RECURSO PREJUDICADO. 1. Segundo entendimento do C. STF, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, a existência de leis posteriores reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, “porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público” 2. Assim, a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. 3. Além do precedente oriundo do C. STF, de observância obrigatória (art. 927 do CPC/2015), esta E. Turma Recursal também editou o Enunciado Sumular nº 11, que assim dispõe: “O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF).”. 4. No caso concreto, as diferenças salariais pretendidas pela parte demandante encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da lei que reestruturou a sua carreira e a data da distribuição da presente actio transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. 5. Prescrição verificada ex officio. Recurso prejudicado. 6. Decisão monocrática em razão do disposto no art. 932, V, “a”, do Código de Processo Civil e Súmula 11 da Turma Recursal Única de Mato Grosso. RELATÓRIO: Trata-se de recurso inominado interposto em razão da sentença de procedência prolatada na ação formulada pela Recorrente MARIA ELIZABETE NASCIMENTO DE OLIVEIRA, visando o recebimento da diferença salarial decorrente da perda ocorrida quando da conversão do Cruzeiro Real para a URV. Inconformada, a Recorrente MARIA ELIZABETE NASCIMENTO DE OLIVEIRA, nas razões recursais, pugna pela reforma da sentença objurgada, a fim de que ação seja julgada procedente. Em contrarrazões, o Recorrido ESTADO DE MATO GROSSO refuta in totum as razões recursais, pleiteando pelo improvimento do recurso e consequente manutenção da sentença proferida nos autos por seus próprios fundamentos. É o que merece registro. DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos, etc. Conheço do recurso, porquanto preenchido os pressupostos de admissibilidade. A sentença comporta reforma. Com efeito, o Colendo Superior Tribunal Federal, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, firmou entendimento no sentido de que a existência de leis posteriores reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, “porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público”. Restou assentado pela corte superior, ainda, que a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. A propósito: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR

UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (STF - ED RE: 561836 RN - RIO GRANDE DO NORTE, Relator: Min. LUIZ FUX, Data de Julgamento: 18/12/2015, Tribunal Pleno) Igualmente, em decorrência da decisão supracitada, o Superior Tribunal de Justiça também reinterpretou a matéria, reconhecendo que a partir do momento em que houve a reestruturação da carreira, inicia-se a fluência do prazo para o exercício da pretensão. Nesse sentido: JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ART. 1.030, II, CPC/2015. ADMINISTRATIVO. MILITARES. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS EM URV. LEI Nº 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LEI DELEGADA Nº 43/2000. COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO DE TODAS AS PARCELAS RECLAMADAS APÓS O QUINQUÊNIO DA DATA EM QUE ENTROU EM VIGOR A LEI DELEGADA Nº 43/2000. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça veda a compensação de perdas salariais resultantes da conversão equivocada em URV com reajustes determinados por leis supervenientes, porém admite a limitação temporal das diferenças remuneratórias decorrentes da equivocada conversão do salário em URV, determinada pela Lei nº 8.880/90, em decorrência de posterior reestruturação remuneratória dos servidores. 2. O Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário nº 561.836/RN (com repercussão geral), adotou entendimento segundo o qual "(...) inequívoca conclusão de que é correto vedar a compensação [...] com aumentos supervenientes concedidos aos servidores públicos a título de reajuste ou revisão", todavia "o termo 'ad quem' da incorporação [...] é a data de vigência da lei que reestruturou a remuneração da sua carreira" (RE nº 561.836/RN, Rel. Min. LUIZ FUX, TRIBUNAL PLENO, DJe 10/02/2014). 3. Limitada a existência de possíveis diferenças salariais à edição da Lei Estadual Delegada nº 43/2000, com vigência a partir de junho/2000, e, ajuizada a ação somente após cinco anos a referida data, já se encontram prescritas todas as parcelas passíveis de restituição (cf. AgRg no REsp 1333769/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 29/11/2013). 4. Reforma do acórdão da Segunda Turma para, reconhecendo a limitação temporal do reajuste buscado, negar provimento ao recurso especial. (REsp 1268004/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 08/11/2016) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019) Esta E. Turma Recursal Única também editou a Súmula nº 11 referente às matérias da Fazenda Pública, que assim dispõe: “O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF).” No caso concreto, a Recorrida MARIA ELIZABETE NASCIMENTO DE OLIVEIRA ocupa o cargo de professora de educação básica, lotada na Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso, cuja carreira foi reestruturada pelas Leis 50/1998, 91/2001 e 277/2007. Portanto, as diferenças salariais pretendidas encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da última lei que reestruturou a sua carreira (22/08/2007) e a data da distribuição (11/09/2014) da presente actio transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. Nos termos do art. 932, V, alínea a, do CPC, o relator pode, monocraticamente, dar provimento ao recurso “se a decisão recorrida for contrária a súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal”. De igual modo, a Súmula nº. 02 desta Turma Recursal, dispõe que o relator pode, monocraticamente, dar provimento ao recurso que impugna decisão que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, litteris: “O relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a sentença estiver em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Recursal Única ou de Tribunal Superior, cabendo recurso interno para a turma recursal, no prazo de cinco dias”. Posto isso, monocraticamente e de ofício, RECONHEÇO A PRESCRIÇÃO da pretensão inicial, extinguindo o processo com resolução do mérito, com fundamento no artigo 487, II do CPC. Em consequência, resta prejudicado o recurso interposto. Nos termos do artigo 55 da Lei nº 9.099/95, deixo de condenar o Recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, ante o resultado do julgamento. Preclusa a via recursal, devolva-se o feito à comarca de origem. É como voto. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO - RELATORA

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1000152-91.2018.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
FLORENTINO & CASTELINI LTDA - ME (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BERTONI DARI NITSCHE OAB - MT12402-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ISTEFANI DA CRUZ LIMA (RECORRIDO)

CERTIDÃO Certifico que foi interposto RECURSO EXTRAORDINÁRIO no prazo legal no id. 7236891, de acordo com o disposto no art. 1.003 do Código de Processo Civil. Procedo a intimação da parte Recorrida para apresentar contrarrazões ao Recurso Extraordinário interposto. Cuiabá-MT, 17 de dezembro de 2019 JESSICA OLIVEIRA DE SENA FERREIRA ACOSTA GESTORA JUDICIÁRIA

Intimação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1000573-28.2019.8.11.9005
Parte(s) Polo Ativo:
ROSA DE LIMA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SUZINETE COSTA DE ALMEIDA OAB - MT21291-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DR. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO (IMPETRADO)

Mandado de Segurança nº 1000573-28.2019.8.11.9005. Impetrante: Rosa de Lima. Autoridade Coatora: Dr. Emerson Luis Pereira Cajango, Juiz de Direito do Juizado Especial Cível de Guarantã do Norte. DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos, etc. Trata-se de mandado de segurança impetrado contra ato proferido pelo Juízo do Juizado Especial Cível de Guarantã do Norte nos autos do processo nº 1000116-12.2018.8.11.0087. Aduz a impetrante que a decisão denegatória da gratuidade de justiça ofende direito líquido e certo de acesso ao Judiciário, assim, pleiteia a concessão de medida liminar que conceda a gratuidade de justiça e, no mérito, a confirmação da decisão. É a síntese. Decido. A concessão do mandado de segurança exige a presença de direito líquido e certo não amparado por habeas corpus ou habeas data, nos termos do disposto no inciso LXIX, do art. 5º da Constituição Federal e art. 1º da Lei 12.016, de 07.08.2009, in verbis: LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público; Art. 1º Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça. Conforme relatado, a impetrante pretende, liminarmente, obter decisão judicial que lhe conceda a gratuidade de justiça requerida no processo nº 1000116-12.2018.8.11.0087, ao argumento de que foi indevida a decisão que a denegou. Todavia, extrai-se dos autos do processo nº 1000116-12.2018.8.11.0087 que, diferentemente do alegado pela impetrante, o pedido não foi negado. A autoridade apontada como coatora apenas determinou a juntada de documentos comprobatórios da alegada hipossuficiência financeira, sob pena de indeferimento do pedido, nos seguintes termos: Determino que, em 48 horas sejam recolhidas as custas ou que, demonstre, no mesmo prazo ser beneficiário da gratuidade de justiça, sob pena de não recebimento do recurso; A decisão encontra amparo legal no § 2º do art. 99 do Código de Processo Civil, que dispõe: Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em

recurso. (...) § 2º O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos. Assim, não há que se falar em ofensa ao direito de acesso ao Judiciário, conforme pretende fazer crer a impetrante, uma vez que o seu requerimento não foi indeferido, sendo apenas determinada a juntada de documentos a amparar a declaração de hipossuficiência. Logo, o indeferimento da petição inicial é medida que se impõe, nos termos do artigo 10 da Lei 12.016/2009, que dispõe: Art. 10 A inicial será desde logo indeferida, por decisão motivada, quando não for o caso de mandado de segurança ou lhe faltar algum dos requisitos legais ou quando decorrido o prazo legal para a impetração. Ante o exposto, por não restar comprovado o direito líquido e certo alegado, tampouco a existência de ilegalidade ou abuso de poder na decisão impugnada, nos termos do disposto no inciso LXIX, do art. 5º da Constituição Federal e art. 1º da Lei 12.016, de 07.08.2009, em consonância com o estatuído no art. 10 da referida Lei, monocraticamente, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL e JULGO EXTINTO este feito. Sem custas processuais e honorários advocatícios. Intimem-se. Transitado em julgado, arquive-se. Valdeci Moraes Siqueira Juíza Relatora

Intimação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1000589-79.2019.8.11.9005
Parte(s) Polo Ativo:
MARINA RIBEIRO DE OLIVEIRA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CESAR LIMA DO NASCIMENTO OAB - MT4651-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
Marco Antonio Canavarros dos Santos (IMPETRADO)
NEUZA RODRIGUES DE CAMPOS (INTERESSADO)

Mandado de Segurança nº 1000589-79.2019.8.11.9005. Impetrante: Marina Ribeiro de Oliveira. Autoridade Coatora: Dr. Marco Antônio Canavarros dos Santos, Juiz de Direito do Juizado Especial Cível do Cristo Rei. Vistos, etc. Trata-se de Mandado de Segurança impetrado contra ato tido por ilegal praticado pelo juízo do Juizado Especial Cível do Cristo Rei. Alega a impetrante que a autoridade coatora, equivocadamente, indeferiu a tutela de urgência pleiteada no processo nº 1014088-76.2019.8.11.0002. Requer a concessão de liminar que conceda a tutela de urgência pleiteada. Relatei. Decido. Almeja a impetrante a concessão de liminar em mandado de segurança objetivando a revogação da decisão que indeferiu a tutela de urgência requerida perante a autoridade coatora. Pois bem. O procedimento previsto na Lei nº 9.099/95 não aponta recurso contra decisão interlocutória, sendo certo que o Mandado de Segurança somente pode ser utilizado em hipóteses excepcionais e de forma alguma como sucedâneo recursal. Verifica-se que a impetrante está se utilizando do presente mandado de segurança como substituto do recurso de agravo de instrumento, para recorrer da decisão interlocutória que lhe foi desfavorável. A ação mandamental não pode ser utilizada indiscriminadamente em substituição ao agravo de instrumento, pois gera desvirtuamento de sua finalidade. A jurisprudência dominante é no sentido de que no Juizado Especial não cabe a interposição de mandado de segurança para impugnar decisão interlocutória. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE n. 576.847, Relator o Ministro Eros Grau, Plenário, DJe de 7/08/2009, reconheceu a repercussão geral da questão e decidiu pelo não cabimento de Mandado de Segurança contra as decisões interlocutórias exaradas em processos dos Juizados Especiais. O acórdão restou assim ementado, in verbis: "RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PROCESSO CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MANDADO DE SEGURANÇA. CABIMENTO. DECISÃO LIMINAR NOS JUIZADOS ESPECIAIS. LEI N. 9.099/95. ART. 5º, LV DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA AMPLA DEFESA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO. 1. Não cabe mandado de segurança das decisões interlocutórias exaradas em processos submetidos ao rito da Lei n. 9.099/95. 2. A Lei n. 9.099/95 está voltada à promoção de celeridade no processamento e julgamento de causas cíveis de complexidade menor. Daí ter consagrado a regra da irrecorribilidade das decisões interlocutórias, inarredável. 3. Não cabe, nos casos por ela abrangidos, aplicação subsidiária do Código de Processo Civil, sob a forma do agravo de instrumento, ou o uso do instituto do mandado de segurança. 4. Não há afronta ao princípio constitucional da ampla defesa (art. 5º, LV da CB), vez que decisões interlocutórias podem ser impugnadas quando da interposição de recurso inominado. Recurso extraordinário a que se nega provimento." A parte que elege o sistema dos Juizados Especiais para a propositura da ação, renuncia o manejo de recursos em face de decisões interlocutórias, o que também inviabiliza a impetração de mandado de segurança contra essas decisões. Nesse sentido, verbis: "INCIDÊNCIA DE DANOS MORAIS. INDEFERIMENTO. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. CABÍVEL NA ESPÉCIE O RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO INEXISTENTE NA LEI 9.099/95. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO MANDADO DE SEGURANÇA COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. WRIT QUE SOMENTE PODE SER UTILIZADO EM SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS. INICIAL INDEFERIDA. EXTINÇÃO DE PLANO." (TJRS - Mandado de Segurança Nº 71006021885, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Elaine Maria Canto da Fonseca, Julgado em 13/04/2016) (destaquei) "MANDADO DE SEGURANÇA. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. ART. 10 DA LEI Nº 12.016/2009. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE OU ABUSO DE PODER. INDEFERIMENTO DE TUTELA ANTECIPADA PARA RETIRADA DO NOME DA IMPETRANTE DOS ÓRGÃOS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA IRRECORRIVEL. IMPOSSIBILIDADE DE USO DO MANDAMUS COMO SUBSTITUTIVO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. CRITÉRIO JURISPRUDENCIAL OBJETIVO. INEXISTÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO." (TJRS - Mandado de Segurança Nº 71006069611, Terceira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Gisele Anne Vieira de Azambuja, Julgado em 12/05/2016) Logo, o indeferimento da petição inicial é medida que se impõe, nos termos do artigo 10 da Lei 12.016/2009, que dispõe: "Art. 10. A inicial será desde logo indeferida, por decisão motivada, quando não for o caso de mandado de segurança ou lhe faltar algum dos requisitos legais ou quando decorrido o prazo legal para a impetração." Ante o exposto, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL e JULGO EXTINTO o feito, sem resolução de mérito, nos moldes do art. 485, inciso I, do NCPC c/c art. 10, da Lei n. 12.016/2009. Sem custas processuais e honorários advocatícios. Intimem-se. Transitada em julgado, arquive-se. Cuiabá (MT), 29 de novembro de 2019. Valdeci Moraes Siqueira Juíza Relatora

Intimação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1000575-95.2019.8.11.9005
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISCO ALVES MOREIRA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELENIR MARIA GANZER COELHO FERNANDES OAB - MT19107-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EXCELENTISSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL DA COMARCA DE LUCAS DO RIO VE (IMPETRADO)
MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTICA (IMPETRADO)

Mandado de Segurança nº 1000575-95.2019.8.11.9005. Impetrante: FRANCISCO ALVES MOREIRA. Autoridade Coatora: JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE LUCAS DO RIO VERDE. Vistos, etc. Trata-se de Mandado de Segurança impetrado contra ato tido por ilegal praticado pelo Juízo do Juizado Especial Cível de Lucas do Rio Verde. Alega o impetrante que a autoridade coatora, de forma equivocada, julgou procedentes os embargos à execução opostos pela reclamada Via Varejo S/A, a fim de que não haja a cobrança de multa pelo descumprimento da obrigação de fazer, bem como converteu a obrigação de fazer em perdas e danos. Requer a concessão de liminar para que suspenda os efeitos da decisão impugnada, a fim de manter a obrigação de fazer (entrega do produto especifico ou equivalente), mantendo-se a multa estipulada pelo Juízo a quo. Relatei. Decido. Almeja o impetrante a concessão de liminar em mandado de segurança objetivando a suspensão dos efeitos da decisão que julgou procedentes os embargos à execução (proc. nº 1000994-63.2018.8.11.0045). Após detido exame dos autos, percebo que a ordem mandamental reclamada não pode ser acolhida, eis que o mandamus foi impetrado contra sentença, decisão que desafia a interposição de recurso inominado, razão pela qual, nos moldes da Súmula 267 do STF, é incabível a ação mandamental. Vejamos: "Súmula 267: Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição." Destarte, o impetrante está se utilizando do presente mandado de segurança como substituto do recurso, para recorrer da decisão que lhe foi desfavorável. A ação mandamental não pode ser utilizada indiscriminadamente em substituição ao recurso, pois gera desvirtuamento de sua finalidade. Logo, o indeferimento da petição inicial é medida que se impõe, nos termos do artigo 10 da Lei 12.016/2009, que dispõe: "Art. 10. A inicial será desde logo indeferida, por decisão motivada, quando não for o

caso de mandado de segurança ou lhe faltar algum dos requisitos legais ou quando decorrido o prazo legal para a impetração." Ante o exposto, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL e JULGO EXTINTO o feito, sem resolução de mérito, nos moldes do art. 485, inciso I, do NCPC c/c art. 10, da Lei n. 12.016/2009. Sem custas processuais e honorários advocatícios. Intimem-se. Transitada em julgado, arquive-se. Cuiabá (MT), 29 de novembro de 2019. Valdeci Moraes Siqueira Juíza Relatora

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1015344-68.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABA (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
KATIA REGINA FERREIRA DOS SANTOS (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LAURA PATRICIA DOURADO AMORIM OAB - MT9217-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Órgão : 1ª TURMA RECURSAL TEMPORÁRIA N. Recurso : 1015344-68.2018.8.11.0041 Recorrente(s) : MUNICÍPIO DE CUIABÁ Recorrida(s) : KATIA REGINA FERREIRA DOS SANTOS DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos etc. Conforme determinação do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, que encaminhou os autos para este Juízo (id. 25631499), passo à análise do presente feito. Visa o recorrente reformar a decisão prolatada nos autos (id. 18298746), que julgou procedente o pedido inicial, condenando o requerido a incorporar à remuneração e/ou proventos da autora o percentual de 11,98% (onze vírgula noventa e oito por cento), que deverá incidir sobre todas as verbas percebidas. Em argumento recursal, o recorrente alega: 1) Prejudicial de mérito: prescrição do fundo de direito; 2) Inexistência de diferença a ser restituída a título de URV; 3) Reestruturação da carreira dos servidores públicos do Município - Leis Complementares nºs 93/2003, 94/2003, 152/2007, 153/2007 e 154/2007; Ao final, requer a reforma da sentença recorrida. Em contrarrazões, a recorrida refuta os fundamentos lançados nas razões recursais, pugnando pela manutenção da sentença singular. O Ministério Público, por meio da petição lançada no id. 22926015, manifestou pela ausência de necessidade de intervenção no presente feito. É o relatório. DECIDO. Pois bem. Consoante inteligência do art. 932, inciso V, alínea a, do Código de Processo Civil, é permitido ao Juiz Relator, mediante decisão monocrática, dar provimento ao recurso, in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: (...) V – depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; (...) (grifei) Ademais, a Súmula nº 02 da Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, assim dispõe: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. Com efeito, tendo em vista que o presente recurso amolda-se ao dispositivo normativo evidenciado, bem como ao referencial sumular, pois, vai de encontro ao entendimento pacificado nesta Turma Recursal acerca da matéria, passo a análise da irresignação processual. Cuida-se de recurso interposto contra a sentença que julgou procedente o pedido inicial, condenando o requerido a incorporar à remuneração e/ou proventos da autora o percentual de 11,98% (onze vírgula noventa e oito por cento). Pois bem. O Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do Recurso Extraordinário nº 561.836/RN, cuja repercussão geral foi reconhecida, firmou entendimento no sentido de que o servidor público tem direito a pleitear a incorporação de eventual defasagem salarial em virtude da conversão da moeda em URV até a reestruturação remuneratória. Vejamos: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. (...) 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. (...) (RE 561836, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 26/09/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-027 DIVULG 07-02-2014 PUBLIC 10-02-2014) (grifei) No mesmo sentido, é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) (grifei) Em consequência, inicia-se o prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação remuneratória das carreiras de cada categoria de servidor público. A Súmula nº 11, editada pela Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, assim dispõe: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF). (grifei) O artigo 1º, do Decreto nº 20.910/32, preleciona: Art. 1º As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem. (grifei) No caso dos autos, constata-se que a parte autora ocupa o cargo de agente de saúde, cuja carreira foi reestruturada pelas Leis nºs 152/2007, 153/2007 e 154/2007, pelas quais foram definidos os subsídios para a categoria dos servidores públicos do Município de Cuiabá/MT. Desse modo, tendo a parte autora ingressado com a ação, inicialmente distribuída no Juizado Especial da Fazenda Pública em 2018, ou seja, após transcorridos mais de 05 (cinco) anos da data da reestruturação do quadro remuneratório, resta configurada a prescrição de fundo do direito. A propósito: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. URV. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. PRECEDENTES. 1. Decorridos mais de cinco anos entre a lei que implementou novo regime remuneratório e o ajuizamento da ação, estão prescritas todas parcelas porventura decorrentes de suposta conversão errônea de vencimentos em URV (cf. AgInt no REsp 1577459/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 23/11/2018). 2. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1804128/SE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/09/2019, DJe 19/09/2019) (grifei) Pelas razões expostas, conheço do recurso, posto que tempestivo, e DOU-LHE PROVIMENTO para reconhecer a prescrição da pretensão inicial, extinguindo o feito com resolução de mérito, com fundamento no artigo 487, inciso II, do CPC. Sem custas e sem honorários advocatícios, em razão do resultado do julgamento, nos termos do que dispõe o artigo 55, caput, da Lei nº 9.099/95. Cuiabá-MT, 17 de dezembro de 2019. Juiz GONÇALO ANTUNES DE BARROS NETO Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0503535-06.2014.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CLEVERTON MARCELINO DE ALMEIDA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GOULTH VALENTE SOUZA DE FIGUEIREDO OAB - MT7082-O (ADVOGADO)
MARCOS DANTAS TEIXEIRA OAB - MT3850-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)

Recurso Inominado: 0503535-06.2014.811.0001 Classe CNJ: 460 Origem: Juizado Especial da Fazenda Pública da Capital Recorrente: Estado de Mato Grosso Recorrido: Cleverton Marcelino de Almeida Juiz Relator: Valmir Alaércio dos Santos DECISÃO MONOCRÁTICA - EMENTA: RECURSO INOMINADO – PRETENSÃO DE RECEBIMENTO DE DIFERENÇAS DA URV – CARREIRA QUE POSTERIORMENTE SOFREU REESTRUTURAÇÃO – PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO QUINQUENAL – PRAZO PRESCRICIONAL FLUI A PARTIR DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – PRELIMINAR ACOLHIDA – DECISÃO MONOCRÁTICA ART.

932, V, “A” DO CPC – RECURSO PROVIDO. O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público. (Súmula nº 11 da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso) Decisão monocrática em face ao disposto no art. 932, V, “a”, do Código de Processo Civil. Recurso provido. VOTO Inicialmente, a Procuradoria-Geral de Justiça emitiu parecer opinando pelo oportuno julgamento da demanda, sem a participação processual do Ministério Público, conforme parecer acostado no ID 635981. Deixo de elaborar o relatório, por ser dispensado em face ao disposto no art. 46 da Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995, in verbis: “Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão”. Trata-se de recurso interposto pelo Recorrente em epígrafe, contra a sentença que julgou procedente a pretensão da parte Recorrida e o condenou a efetuar a incorporação do percentual de 11,98% a título de URV e ainda o pagamento dos últimos 05 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação e a pagar honorários advocatícios. Defende o Recorrente que o marco inicial para fluir o prazo prescricional quinquenal é a data que ocorreu a reestruturação da carreira que a parte Recorrida integra, onde foram definidos os subsídios para a categoria, em face ao disposto nos art. 1º do Decreto n. 20.910/32, c/c. 487, inciso II, do Código de Processo Civil. Há muito tempo é pacífico o entendimento do colendo Superior Tribunal de Justiça no sentido de que "as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório". Precedentes: AgRg no REsp 1.333.769/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 29/11/2013; AgRg no REsp 1.302.854/MG, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 10/5/2013; AgRg no AREsp 294.130/MG, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 29/4/2013; AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 24/10/2012" (STJ, AgRg no REsp 1.320.532/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 16/5/2014). Por tal motivo, "o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que que reestrutura a carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais" (STJ, AgRg no REsp 1.424.052/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 26/3/2014). (AREsp 1196439/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 19/12/2017). Decisões recentes da referida Corte Superior continuam ser no mesmo sentido, ou seja, de que o prazo prescricional quinquenal, quando há reestruturação da carreira passa a fluir a partir de então: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ – - REsp 1809026 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 25/06/2019 – Publ. DJE 02/08/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (STJ – AgRg no AREsp 811567 / MS – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 10/03/2016 – Publ. DJE 23/05/2016) Além disso, a incorporação da diferença da URV pelo servidor público não é eterna, cessa no momento que ocorrer a reestruturação da carreira, que se constitui em termo final ou limitação temporal para o perseguido direito à incorporação da diferença pela conversão em URV, como decidiu o Excelso Supremo Tribunal de Federal no Recurso Extraordinário n° 561.836-RN, Relator Ministro LUIZ FUX, j. 26.09.13, no sentido de que "O término da incorporação dos 11,98% ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". As decisões do colendo Superior Tribunal de Justiça também são no sentido de que uma vez ocorrida a reestruturação da carreira, cessa o direito de recebimento de diferenças referente a URV: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ART. 489, § 1º, VI, DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. REAJUSTE VENCIMENTAL. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/1994. LIMITAÇÃO TEMPORAL. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. POSSIBILIDADE. LEI ESTADUAL. REVISÃO. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. DISSÍDIO PRETORIANO PREJUDICADO. 3. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1814804 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 01/07/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ANÁLISE DE VIOLAÇÃO DE SÚMULA. INVIABILIDADE. ARTIGOS NÃO PREQUESTIONADOS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. CONVERSÃO DA MOEDA. URV. LEI 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. LEI MUNICIPAL. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. ANÁLISE DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA. 4. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensar as perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1804834 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 18/06/2019) ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido (STJ – AgInt no AREsp 1451549 / AL – Rel. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES – J. 04/06/2019 – Publ. DJE 10/06/2019) ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/94. DEFASAGEM SALARIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. Está pacificado neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ - AgInt no AREsp 935.728/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, DJe 22.9.2016). AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. URV. CONVERSÃO. DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. NOVO REGIME JURÍDICO REMUNERATÓRIO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTE STJ. 1. O agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental. 2. Este Superior Tribunal pacificou o entendimento no sentido de que as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. (c.f.: AgRg no AREsp 40.081/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 16/11/11. 3. Agravo regimental não provido (STJ - AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell

Marques, DJe 24.10.2012). A decisão objurgada simplesmente acolheu os fatos alegados na petição inicial, sem nenhuma elucidação sobre como eram efetuados os pagamentos dos servidores, se houve pagamento de diferenças, recomposição salarial, quais eram as normas que vigoraram na época, se houve reestruturação da carreira, enfim sem aprofundamento sobre os fatos, muitos deles são públicos e notórios, pois originaram de Leis e Decretos. Deve-se aplicar ao caso os princípios narra mihi factum dabo tibi jus (narra-me os fatos e eu te darei o direito), e iura novit curia (o juiz conhece o direito), que se traduz no dever que o juiz tem de conhecer a norma jurídica e aplicá-la por sua própria autoridade. Por isso, uma vez exposto o fato, o juiz deve aplicar o direito, ainda que não alegado o dispositivo legal ou alegado equivocadamente. Especificamente na Carreira dos Profissionais da Perícia Oficial e Identificação Técnica do Estado de Mato Grosso-POLITEC/MT, que a parte Recorrida integra ou integrava, como esta foi reestruturada, por meio da Lei nº 8.321 de 12.05.2005, onde foram definidos os subsídios para a categoria, em conformidade com a jurisprudência do colendo Superior Tribunal de Justiça, a partir de então cessou o direito de receber diferenças referentes à URV e também passou a fluir o prazo prescricional. Como a presente ação foi distribuída depois de haver transcorrido prazo superior a 05 (cinco) anos, contado da reestruturação da carreira, deve-se reconhecer a ocorrência da prescrição. Sobre o início da fluência do prazo prescricional quinquenal para o servidor pleitear diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV), em consonância com decisões do colendo Superior Tribunal de Justiça, a Turma Recursal Única editou a Súmula nº 11, com o seguinte teor: SÚMULA 11. O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público. Deve ser ressaltado que se não fosse acolhida a preliminar de prescrição, mesmo assim a parte autora não teria êxito nesta demanda, porque anteriormente sua carreira teve recomposição salarial com a finalidade específica de repor a perda da URV, por meio da Lei Estadual nº 6.258, de 15/09/1994, em percentual superior ao pretendido neste feito, de forma que se realizado o cálculo da diferença a receber daria saldo zero. Inclusive a respeito desse tema a Turma Recursal Única, editou a Súmula nº 10, in verbis: SÚMULA 10. Os servidores públicos do Poder Executivo estadual não têm direito a pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real par Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6.258, de 15/09/1994. O relator pode, monocraticamente, dar provimento a recurso que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, é o que dispõe o art. 932, inciso V, alínea “a” do Código de Processo Civil, podendo ser aplicada multa, caso haja interposição de agravo inadmissível ou infundado, in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: (...) V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; Ante o exposto, conheço do recurso inominado e por ser a decisão recorrida contrária ao disposto na Súmula nº 10 desta Turma Recursal, em face ao estatuído no art. 932, inciso V, alínea “a”, do Código de Processo Civil, monocraticamente, DOU-LHE PROVIMENTO e reconheço a ocorrência da prescrição dos pleitos contidos na petição inicial, reformo a sentença e julgo improcedente a pretensão da parte autora. Deixo de condenar a parte Recorrida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, em face ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Valmir Alaércio dos Santos Juiz de Direito - Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0504693-39.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RUBI FACHIN OAB - MT3799-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA LUCIA DE ALMEIDA GODOIS (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LINDOLFO MACEDO DE CASTRO OAB - MT7174-A (ADVOGADO)

Recurso Inominado nº.: 0504693-39.2015.8.11.0041 – AP - PJE Origem: Quarta Vara da Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá. (EM DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA) Apelante(s): MUNICÍPIO DE CUIABÁ Apelado(s): MARIA LÚCIA DE ALMEIDA GODOIS Juiz Relator: Dra. Patrícia Ceni EMENTA - DECISÃO MONOCRÁTICA AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA SALARIAL DECORRENTE DA CONVERSÃO DA MOEDA EM URV – CARREIRA QUE SOFREU REESTRUTUTAÇÃO – PRESCRIÇÃO – OCORRENTE – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – AÇÃO AVIADA ALÉM DO PRAZO PRESCRICIONAL – PRELIMINAR ACOLHIDA – APLICAÇÃO DA SÚMULA 11 DA TURMA RECURSAL. A súmula 11 da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso prevê que “O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público.” RELATÓRIO CONSIDERAÇÕES INICIAIS Primeiramente, registro que o presente feito está tramitando pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS nº. 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais. O presente feito versa sobre cobrança de diferença salarial decorrente da perda ocorrida quando da conversão do Cruzeiro Real para UVR. DECISÃO MONOCRÁTICA A prescrição, por ser matéria de ordem pública, não está sujeita a preclusão, pode ser suscitada a qualquer tempo pelas partes, e inclusive ser reconhecida de ofício, total ou parcialmente. Deve-se aplicar ao caso os princípios narra mihi factum dabo tibi jus (narra-me os fatos e eu te darei o direito), e iura novit curia (o juiz conhece o direito), que se traduz no dever que o juiz tem de conhecer a norma jurídica e aplicá-la por sua própria autoridade. Por isso, uma vez exposto o fato, o juiz deve aplicar o direito, ainda que não alegado o dispositivo legal ou alegado equivocadamente. Há muito tempo é pacífico o entendimento do colendo Superior Tribunal de Justiça no sentido de que "as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório". Precedentes: AgRg no REsp 1.333.769/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 29/11/2013; AgRg no REsp 1.302.854/MG, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 10/5/2013; AgRg no AREsp 294.130/MG, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 29/4/2013; AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 24/10/2012" (STJ, AgRg no REsp 1.320.532/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 16/5/2014). Por tal motivo, "o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que que reestrutura a carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais" (STJ, AgRg no REsp 1.424.052/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 26/3/2014). (AREsp 1196439/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 19/12/2017). Decisões recentes da referida Corte Superior continuam ser no mesmo sentido, ou seja, de que o prazo prescricional quinquenal, quando há reestruturação da carreira passa a fluir a partir de então: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ – - REsp 1809026 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 25/06/2019 – Publ. DJE 02/08/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (STJ – AgRg no AREsp 811567 / MS – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 10/03/2016 –

Publ. DJE 23/05/2016) Além disso, a incorporação da diferença da URV pelo servidor público não é eterna, cessa no momento que ocorrer a reestruturação da carreira, que se constitui em termo final ou limitação temporal para o perseguido direito à incorporação da diferença pela conversão em URV, como decidiu o Excelso Supremo Tribunal de Federal no Recurso Extraordinário n° 561.836-RN, Relator Ministro LUIZ FUX, j. 26.09.13, no sentido de que "O término da incorporação dos 11,98% ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". As decisões do colendo Superior Tribunal de Justiça também são no sentido de que uma vez ocorrida a reestruturação da carreira, cessa o direito de recebimento de diferenças referente a URV: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ART. 489, § 1º, VI, DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. REAJUSTE VENCIMENTAL. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/1994. LIMITAÇÃO TEMPORAL. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. POSSIBILIDADE. LEI ESTADUAL. REVISÃO. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. DISSÍDIO PRETORIANO PREJUDICADO. 3. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1814804 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 01/07/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ANÁLISE DE VIOLAÇÃO DE SÚMULA. INVIABILIDADE. ARTIGOS NÃO PREQUESTIONADOS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. CONVERSÃO DA MOEDA. URV. LEI 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. LEI MUNICIPAL. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. ANÁLISE DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA. 4. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensar as perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1804834 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 18/06/2019) ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido (STJ – AgInt no AREsp 1451549 / AL – Rel. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES – J. 04/06/2019 – Publ. DJE 10/06/2019) ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/94. DEFASAGEM SALARIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. Está pacificado neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ - AgInt no AREsp 935.728/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, DJe 22.9.2016). AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. URV. CONVERSÃO. DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. NOVO REGIME JURÍDICO REMUNERATÓRIO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTE STJ. 1. O agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental. 2. Este Superior Tribunal pacificou o entendimento no sentido de que as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. (c.f.: AgRg no AREsp 40.081/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 16/11/11. 3. Agravo regimental não provido (STJ - AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 24.10.2012). Registre-se que nos anos de 2003 e 2007 foram editadas as Leis nºs 4594/2004 e 220/2010, referentes aos servidores da educação, além das Leis Complementares nºs 93/2003, 94/2003, 152/2007, 153/2007 e 154/2007, as quais promoveram a reestruturação da carreira dos servidores públicos municipais, criaram planos de cargos e estabeleceram políticas de recursos humanos, instituindo, também, o plano de carreiras do quadro de pessoal da administração do Poder Executivo do Município de Cuiabá, sendo assim, em conformidade com a jurisprudência do colendo Superior Tribunal de Justiça, a partir de então cessou o direito de receber diferenças referente à URV e também passou a fluir o prazo prescricional. Como a presente ação foi distribuída após decorrido prazo superior a 05 (cinco) anos, resta fulminada pela prescrição quinquenal o direito da Autora para pleitear indenização referente a diferenças pela conversão de CRUZEIRO REAL para URV, conforme reconhecido pelo STJ e STF. Somado a isso, imperioso destacar que foi discutida e aprovada pela Turma Recursal Única, em reunião deliberativa ocorrida no dia 11 de Setembro de 2019 a Súmula 11, a qual dispõe que: “SÚMULA 11. O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público.”. Ademais, nesta Turma Recursal, os seguintes recursos foram julgados neste sentido: 0009705-72.2015.8.11.0015, 0001070-05.2015.8.11.0015, 1016496-25.2016.8.11.0041, 0017502-36.2014.8.11.0015 e 1014156-11.2016.8.11.0041, entre outros tantos. DA POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO O relator pode monocraticamente dar provimento ao recurso que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, é o que dispõe o art. 932, inciso V, Letra A, do Código de Processo Civil/15, podendo ser aplicada multa entre um a cinco por cento do valor atualizado da causa, caso seja interposição de agravo inadmissível ou infundado (§4º do art. 1.021 – NCPC), in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: [...] V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; [...] Art. 1.021. Contra decisão proferida pelo relator caberá agravo interno para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal. [...] § 4o Quando o agravo interno for declarado manifestamente inadmissível ou improcedente em votação unânime, o órgão colegiado, em decisão fundamentada, condenará o agravante a pagar ao agravado multa fixada entre um e cinco por cento do valor atualizado da causa. [...] Em face à norma supra o FONAJE - Fórum Nacional dos Juizados Especiais editou o Enunciado nº 103, que dispõe: “O relator, nas Turmas Recursais Cíveis, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão estiver em manifesto confronto com Súmula do Tribunal Superior ou Jurisprudência dominante do próprio juizado, cabendo recurso interno para a Turma Recursal, no prazo de 5 dias (alterado no XXXVI Encontro – Belém/PA). Em consonância com o texto legal e ao referido Enunciado, esta Turma Recursal editou a Súmula nº 02, com a seguinte redação: “SÚMULA 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal.”. DILIGÊNCIA No mais, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, providenciando ainda as baixas pertinentes na Vara de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar o presente feito quando do retorno. CONCLUSÃO Ante o exposto, conheço o RECURSO INOMINADO, e, em face ao disposto no art. 932, V, do Código de Processo Civil e a Súmula nº 02 desta Turma Recursal, monocraticamente, DOU-LHE PROVIMENTO para reformar a sentença atacada, JULGANDO IMPROCEDENTE O PEDIDO INICIAL. Sem custas e sem honorários advocatícios. Intimem-se. Dra. Patrícia Ceni Juíza de Direito – Relatora

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0002088-82.2015.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA (RECORRENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA JULIA SE BALAO OAB - MT8272-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ANA MARIA DA SILVA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTELA REDIVO DA COSTA OAB - MT16663-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)

EMENTA - DECISÃO MONOCRÁTICA AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA SALARIAL DECORRENTE DA CONVERSÃO DA MOEDA EM URV – CARREIRA QUE SOFREU REESTRUTUTAÇÃO – PRESCRIÇÃO – OCORRENTE – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – AÇÃO AVIADA ALÉM DO PRAZO PRESCRICIONAL – PRELIMINAR ACOLHIDA – APLICAÇÃO DA SÚMULA 11 DA TURMA RECURSAL. A súmula 11 da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso prevê que “O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público.” RELATÓRIO Primeiramente, registro que o presente feito está tramitando pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS nº. 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais. O presente feito versa sobre cobrança de diferença salarial decorrente da perda ocorrida quando da conversão do Cruzeiro Real para UVR. DECISÃO MONOCRÁTICA A prescrição, por ser matéria de ordem pública, não está sujeita a preclusão, pode ser suscitada a qualquer tempo pelas partes, e inclusive ser reconhecida de ofício, total ou parcialmente. Deve-se aplicar ao caso os princípios narra mihi factum dabo tibi jus (narra-me os fatos e eu te darei o direito), e iura novit curia (o juiz conhece o direito), que se traduz no dever que o juiz tem de conhecer a norma jurídica e aplicá-la por sua própria autoridade. Por isso, uma vez exposto o fato, o juiz deve aplicar o direito, ainda que não alegado o dispositivo legal ou alegado equivocadamente. Há muito tempo é pacífico o entendimento do colendo Superior Tribunal de Justiça no sentido de que "as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório". Precedentes: AgRg no REsp 1.333.769/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 29/11/2013; AgRg no REsp 1.302.854/MG, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 10/5/2013; AgRg no AREsp 294.130/MG, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 29/4/2013; AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 24/10/2012" (STJ, AgRg no REsp 1.320.532/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 16/5/2014). Por tal motivo, "o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que que reestrutura a carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais" (STJ, AgRg no REsp 1.424.052/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 26/3/2014). (AREsp 1196439/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 19/12/2017). Decisões recentes da referida Corte Superior continuam ser no mesmo sentido, ou seja, de que o prazo prescricional quinquenal, quando há reestruturação da carreira passa a fluir a partir de então: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ – - REsp 1809026 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 25/06/2019 – Publ. DJE 02/08/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (STJ – AgRg no AREsp 811567 / MS – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 10/03/2016 – Publ. DJE 23/05/2016). Além disso, a incorporação da diferença da URV pelo servidor público não é eterna, cessa no momento que ocorrer a reestruturação da carreira, que se constitui em termo final ou limitação temporal para o perseguido direito à incorporação da diferença pela conversão em URV, como decidiu o Excelso Supremo Tribunal de Federal no Recurso Extraordinário n° 561.836-RN, Relator Ministro LUIZ FUX, j. 26.09.13, no sentido de que "O término da incorporação dos 11,98% ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". As decisões do colendo Superior Tribunal de Justiça também são no sentido de que uma vez ocorrida a reestruturação da carreira, cessa o direito de recebimento de diferenças referente a URV: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ART. 489, § 1º, VI, DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. REAJUSTE VENCIMENTAL. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/1994. LIMITAÇÃO TEMPORAL. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. POSSIBILIDADE. LEI ESTADUAL. REVISÃO. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. DISSÍDIO PRETORIANO PREJUDICADO. 3. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1814804 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 01/07/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ANÁLISE DE VIOLAÇÃO DE SÚMULA. INVIABILIDADE. ARTIGOS NÃO PREQUESTIONADOS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. CONVERSÃO DA MOEDA. URV. LEI 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. LEI MUNICIPAL. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. ANÁLISE DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA. 4. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensar as perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1804834 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 18/06/2019) ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido (STJ – AgInt no AREsp 1451549 / AL – Rel. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES – J. 04/06/2019 – Publ. DJE 10/06/2019) ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/94. DEFASAGEM SALARIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. Está pacificado neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ - AgInt no AREsp 935.728/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, DJe 22.9.2016). AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. URV. CONVERSÃO. DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. NOVO REGIME JURÍDICO REMUNERATÓRIO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTE STJ. 1. O agravante não trouxe argumentos novos

capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental. 2. Este Superior Tribunal pacificou o entendimento no sentido de que as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. (c.f.: AgRg no AREsp 40.081/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 16/11/11. 3. Agravo regimental não provido (STJ - AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 24.10.2012). No caso dos Servidores do Município de Nova Olímpia, ao que consta, houve a reestruturação da carreira por meio da Lei Municipal nº 667, de 09 de Agosto de 2.005: "Que Institui um novo Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) do Poder Legislativo do Município de Nova Olímpia e dá outras providências" que entrou em vigor na data de sua publicação. Assim, em consonância com a jurisprudência do colendo Superior Tribunal de Justiça e do excelso Supremo Tribunal Federal, a partir de 09/08/2005, quando ocorreu a reestruturação da carreira dos servidores do Município de Nova Olímpia, iniciou-se a fluir o prazo prescricional quinquenal e encerrou-se no dia 09/08/2010. Colaciono abaixo Lei nº 667/2005: Como a presente ação somente foi distribuída após a data supramencionada, resta fulminada pela prescrição quinquenal o direito da Autora para pleitear indenização referente a diferenças pela conversão de CRUZEIRO REAL para URV restou, estava prescrito conforme reconhecido pelo STJ e STF. Somado a isso, imperioso destacar que foi discutida e aprovada pela Turma Recursal Única, em reunião deliberativa ocorrida no dia 11 de Setembro de 2019 a Súmula 11, a qual dispõe que: "SÚMULA 11. O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público.". Ademais, nesta Turma Recursal, os seguintes recursos foram julgados neste sentido: 0009705-72.2015.8.11.0015, 0001070-05.2015.8.11.0015, 0007298-59.2016.8.11.0015, 0017502-36.2014.8.11.0015 e 0003180-74.2015.8.11.0015, entre outros tantos. DA POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO O relator pode monocraticamente dar provimento ao recurso que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, é o que dispõe o art. 932, inciso V, Letra A, do Código de Processo Civil/15, podendo ser aplicada multa entre um a cinco por cento do valor atualizado da causa, caso seja interposição de agravo inadmissível ou infundado (§4º do art. 1.021 – NCPC), in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: [...] V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; [...] Art. 1.021. Contra decisão proferida pelo relator caberá agravo interno para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal. [...] § 4o Quando o agravo interno for declarado manifestamente inadmissível ou improcedente em votação unânime, o órgão colegiado, em decisão fundamentada, condenará o agravante a pagar ao agravado multa fixada entre um e cinco por cento do valor atualizado da causa. [...] Em face à norma supra o FONAJE - Fórum Nacional dos Juizados Especiais editou o Enunciado nº 103, que dispõe: "O relator, nas Turmas Recursais Cíveis, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão estiver em manifesto confronto com Súmula do Tribunal Superior ou Jurisprudência dominante do próprio juizado, cabendo recurso interno para a Turma Recursal, no prazo de 5 dias (alterado no XXXVI Encontro – Belém/PA). Em consonância com o texto legal e ao referido Enunciado, esta Turma Recursal editou a Súmula nº 02, com a seguinte redação: "SÚMULA 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal.". DILIGÊNCIAS No mais, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, providenciando ainda as baixas pertinentes na Vara de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar o presente feito quando do retorno. CONSIDERAÇÕES FINAIS Ante o exposto, conheço o recurso inominado, e, em face ao disposto no art. 932, V, do Código de Processo Civil e a Súmula nº 02 desta Turma Recursal, monocraticamente, DOU-LHE PROVIMENTO para reformar a sentença atacada, JULGANDO IMPROCEDENTE O PEDIDO INICIAL. Sem custas e sem honorários advocatícios. Intimem-se. Dra. Patrícia Ceni Juíza de Direito – Relatora

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0024409-51.2011.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
TRANSPORTES JAO LTDA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OTAVIO FERNANDO DE OLIVEIRA OAB - MT12101-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
AGER - AGENCIA ESTADUAL DE REGULACAO DOS SERVICOS PUBLICOS DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RONILSON RONDON BARBOSA OAB - MT6764-O (ADVOGADO)
JOSSY SOARES SANTOS DA SILVA OAB - MT7189-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TURMA RECURSAL Embargos de Declaração nº 0024409-51.2011.8.11.0041. Embargantes: Transjaó Ltda. Embargados: AGER – Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos de Mato Grosso. E M E N T A – DECISÃO MONOCRÁTICA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INTEMPESTIVIDADE - FLUÊNCIA DO PRAZO RECURSAL A PARTIR DA DATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO - ENUNCIADO 85 DO FONAJE - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO CONHECIDOS. Os embargos de declaração devem ser opostos no prazo de 05 (cinco) dias, a partir da data da sessão de julgamento, consoante artigo 49 da Lei nº 9.099/95 e Enunciado nº 85 do FONAJE - Fórum Nacional dos Juizados Especiais. Embargos de declaração não conhecidos. Decisão Monocrática Trata-se de embargos de declaração opostos contra o acórdão proferido por este órgão colegiado. Pretende a embargante o acolhimento dos embargos para que seja reformado o acórdão proferido. O artigo 49 da Lei nº 9.099/95 determina que os embargos de declaração serão opostos por escrito ou oralmente, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data da ciência da decisão. Com relação à data de início da contagem do prazo de recurso, prevê o Enunciado nº 85 do FONAJE - Fórum Nacional dos Juizados Especiais, segundo o qual "O Prazo para recorrer da decisão de Turma Recursal fluirá da data do julgamento.". Deve-se observar ainda o disposto no art. 12-A da Lei 9.099/95, o qual dispõe que na contagem do prazo em dias computar-se-ão somente os dias úteis. Verifica-se dos autos que a sessão de julgamento que proferiu o acórdão embargado ocorreu dia 19/11/2019 (terça-feira). A contagem do prazo recursal iniciou em 21/11/2019 (quinta-feira) e terminou em 27/11/2019 (quarta-feira-feira). Entretanto, os presentes embargos somente foram opostos no dia 29/11/2019, sendo, portanto, intempestivos. O relator pode, monocraticamente, não conhecer do recurso inadmissível, nos termos do art. 932, III, do CPC. Diante do exposto, NÃO CONHEÇO dos embargos de declaração opostos, em razão da sua intempestividade. Intimem-se as partes. Transitada em julgado, arquive-se. Valdeci Moraes Siqueira Juíza Relatora

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1005898-61.2018.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SADORA XAVIER FONSECA CHAVES OAB - MT10332-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SANDRA MARIA DOS SANTOS BORELLI (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ELIANE GOMES FERREIRA OAB - MT9862-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Órgão: 1ª TURMA RECURSAL TEMPORÁRIA Recorrente(s): MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE Recorrida(s): SANDRA MARIA DOS SANTOS BORELLI DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos etc. Conforme determinação do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, que encaminhou os autos para este Juízo (id. 17972978), passo à análise do presente feito. Visa o recorrente reformar a decisão prolatada nos autos (id. 8021625), que julgou procedente o pedido inicial, condenando o reclamado ao pagamento de eventual percentual devido a título de URV, devendo tal valor ser apurado

em liquidação de sentença. Em argumento recursal, o recorrente alega: 1) Preliminar: da prescrição – limite temporal – reestruturação da carreira Lei nº. 3.505/2010; 2) Vencimentos pagos após último dia do mês vencido – ausência de prejuízo; 3) Reestruturação da carreira dos servidores da Secretaria de Educação – Lei Complementar nº. 3.505/2010. Ao final, requer a reforma da sentença recorrida. Em contrarrazões, a recorrida refuta os fundamentos lançados nas razões recursais, pugnando pela manutenção da sentença singular. O Ministério Público, por meio da petição lançada no id. 11490457, manifestou pela inexistência de interesse público capaz de justificar a sua intervenção no presente feito É o relatório. DECIDO. Pois bem. Consoante inteligência do art. 932, inciso V, alínea a, do Código de Processo Civil, é permitido ao Juiz Relator, mediante decisão monocrática, dar provimento ao recurso, in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: (...) V – depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; (...) (grifei) Ademais, a Súmula nº 02 da Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, assim dispõe: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. Com efeito, tendo em vista que o presente recurso amolda-se ao dispositivo normativo evidenciado, bem como ao referencial sumular, pois, vai de encontro ao entendimento pacificado nesta Turma Recursal acerca da matéria, passo a análise da irresignação processual. Cuida-se de recurso interposto contra a sentença que julgou procedente o pedido inicial, condenando o reclamado ao pagamento de eventual percentual devido a título de URV, devendo tal valor ser apurado em liquidação de sentença. Pois bem. O Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do Recurso Extraordinário nº 561.836/RN, cuja repercussão geral foi reconhecida, firmou entendimento no sentido de que o servidor público tem direito a pleitear a incorporação de eventual defasagem salarial em virtude da conversão da moeda em URV até a reestruturação remuneratória. Vejamos: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. (...) 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. (...) (RE 561836, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 26/09/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-027 DIVULG 07-02-2014 PUBLIC 10-02-2014) (grifei) No mesmo sentido, é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) (grifei) Em consequência, inicia-se o prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação remuneratória das carreiras de cada categoria de servidor público. A Súmula nº 11, editada pela Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, assim dispõe: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF). (grifei) O artigo 1º, do Decreto nº 20.910/32, preleciona: Art. 1º As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem. (grifei) No caso dos autos, constata-se que a autora é servidora municipal, cuja carreira foi reestruturada pela Lei nº 3505/2010, pela qual foram definidos os subsídios para a categoria dos servidores públicos do Município de Várzea Grande/MT. Desse modo, tendo a parte autora ingressado com a ação em 2018, ou seja, após transcorridos mais de 05 (cinco) anos da data da estruturação do quadro remuneratório, resta configurada a prescrição de fundo do direito. A propósito: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. URV. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. PRECEDENTES. 1. Decorridos mais de cinco anos entre a lei que implementou novo regime remuneratório e o ajuizamento da ação, estão prescritas todas parcelas porventura decorrentes de suposta conversão errônea de vencimentos em URV (cf. AgInt no REsp 1577459/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 23/11/2018). 2. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1804128/SE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/09/2019, DJe 19/09/2019) (grifei) Pelas razões expostas, conheço do recurso, posto que tempestivo, e DOU-LHE PROVIMENTO para reconhecer a prescrição da pretensão inicial, extinguindo o feito com resolução de mérito, com fundamento no artigo 487, inciso II, do CPC. Sem custas e sem honorários advocatícios, em razão do resultado do julgamento, nos termos do que dispõe o artigo 55, caput, da Lei nº 9.099/95. Cuiabá-MT, 17 de dezembro de 2019. Juiz GONÇALO ANTUNES DE BARROS NETO Relator

Intimação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1000641-75.2019.8.11.9005
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZ DO 8ª JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ (IMPETRADO)

Mandado de Segurança nº. 1000641-75.2019.8.11.9005 DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos etc. Trata-se de mandado de segurança impetrado contra ato acoimado ilegal perpetrado pelo Juízo do Oitavo Juizado Especial Cível de Cuiabá Dr. Wladys R. Freire do Amaral, que determinou o seguinte: Vistos, etc... Cuida-se de reclamação cível com pedido de tutela de urgência para que a parte reclamada "apresente nos autos o boleto para quitação antecipada do empréstimo 929.425 (contrato em anexo), com prazo mínimo de vencimento de 20 (vinte) dias, deduzidos os juros proporcionais referentes ao período adiantado". É o breve relato. Fundamento e decido. Preleciona o artigo 300, do Código de Processo Civil: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Desse modo, a concessão da tutela de urgência pressupõe a demonstração dos requisitos acima transcritos, máxime a probabilidade do direito (fumus boni iuris), bem como o periculum in mora, ou seja, o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. No caso em tela, a probabilidade do direito é facilmente percebida pelas afirmações declinadas na inicial e pelos documentos acostados aos autos, que demonstram que a parte reclamante celebrou com a reclamada contrato de empréstimo consignado para pagamento em 68 (sessenta e oito) parcelas de R$ 111,84 (cento e onze reais e oitenta e quatro centavos), cuja última parcela está prevista para 10/01/2021, tendo solicitado administrativamente a emissão do boleto de quitação antecipada em 04/05/2018, por meio de Notificação Extrajudicial, que teria sido ignorada pela parte ré. Assim, existe probabilidade do direito para que a reclamada emita o boleto de quitação antecipada do empréstimo consignado 929.425, observando as prescrições contratuais de liquidação antecipada, devendo conceder o prazo de 20 dias para vencimento do boleto que será emitido. No que se refere ao periculum in mora, é fácil constatar que o aguardo no trâmite processual é capaz de causar sérias lesões financeiras a parte reclamante, já que estará impedida de quitar antecipadamente o contrato, usufruindo o sistema de amortização da dívida previsto contratualmente. Sobre o assunto: "OBRIGAÇÃO DE FAZER – BOLETO PARA QUITAÇÃO ANTECIPADA – MULTA – Ação ajuizada pela agravada com pedido de tutela de urgência para emissão de boleto para quitação antecipada de empréstimo – Deferimento –Decisão mantida – Arts. 139, IV, c.c. 536, § 1º, e 537, § 5º, CPC/2015 – RECURSO DESPROVIDO.". (TJ-SP 22262324120178260000 SP 2226232-41.2017.8.26.0000, Relator: Sérgio Shimura, Data de Julgamento: 03/04/2018, 23ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 03/04/2018) "AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA – CONTRATO BANCÁRIO – Carência da ação –

Alegação de falta de interesse de agir – Descabimento – Hipótese em que a Autora não logrou êxito na via administrativa, evidente o interesse jurídico para submeter a questão ao Poder Judiciário – Preliminar afastada. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA – CONTRATO BANCÁRIO - Pretensão à imediata emissão de boleto bancário para liquidação antecipada de contrato de empréstimo consignado em benefício previdenciário – Inércia da Instituição Financeira no fornecimento do documento – Determinação para emissão do boleto, sob pena de multa – Não comprovação da impossibilidade de cumprimento da obrigação - Manutenção da decisão nesse particular – Astreinte fixada em valor razoável – Sentença mantida – Recurso improvido.". (TJ-SP 10182940520178260482 SP 1018294-05.2017.8.26.0482, Relator: Mario de Oliveira, Data de Julgamento: 08/05/2018, 19ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 08/05/2018) "APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. SOLICITAÇÃO DE BOLETO BANCÁRIO PARA QUITAÇÃO ANTECIPADA DÉBITO. MORA DA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. DANOS MORAIS NÃO VERIFICADOS. AGRAVO RETIDO. ASTREINTES. PREQUESTIONAMENTO. AGRAVO RETIDO: Analisado e enfrentado o Agravo Retido, pois cumpridas as exigências do artigo 523 do CPC. TUTELA ANTECIPADA. EMISSÃO DE BOLETO: Presentes os requisitos para a concessão da tutela antecipada confirmada na sentença. Tutela confirmada na sentença mantida.". (Apelação Cível Nº 70068216043, Décima Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Eduardo João Lima Costa, Julgado em 07/04/2016) Posto isso, DEFIRO o pedido de tutela de urgência vindicado para DETERMINAR que a reclamada, no prazo de 10 (dez) dias, emita o boleto de quitação antecipada do empréstimo consignado 929.425, observando as prescrições contratuais de liquidação antecipada, concedendo o prazo de 20 dias para vencimento do boleto que será emitido, sob pena de imposição de multa diária de R$ 100,00 (cem reais), limitada a R$ 3.000,00 (três mil reais). A Impetrante defende haver risco de irreversibilidade da medida, alegando que em caso de improcedência da ação, o Banco não poderia reaver seu dinheiro. Ao final requer: "a revogação da liminar concedida, vez que a mesma causa excesso prejuízo ao Banco do Brasil, e enriquecimento ilícito à parte autora, considerando as peculiaridades do caso, bem como o valor pleiteado na demanda x o valor teto da multa arbitrado. " É o relatório necessário. Decido. A decisão proferida pelo juízo a quo não se reveste de teratologia e nem mesmo viola direito líquido e certo. O listisconsorte Celso Augusto de Mello apenas ajuizou ação para ter seu direito de quitar o empréstimo de forma antecipada, sendo que inclusive encaminhou notificação extrajudicial ao Impetrante há cerca de um ano, solicitando a emissão de boleto para quitação, pedido este não atendido. A amortização dos juros pelo pagamento antecipado é direito do Autor, não havendo qualquer violação de direito líquido e certo do Impetrante, haja vista que inclusive vai se beneficiar, recebendo de forma antecipada o pagamento do débito do Autor, SENDO DIREITO INEXORÁVEL DA PARTE PAGAR A DÍVIDA DE FORMA ANTECIPADA, SENDO VEDADO AO BANCO IMPETRANTE SE NEGAR A EMITIR O BOLETO PARA O PAGAMENTO ANTECIPADO DO VALOR TOTAL DO EMPRÉSTIMO. Apesar do impetrante alegar prejuízos de não receber, verifica-se total confusão em suas argumentações, pois com a emissão do boleto para pagamento, quem irá receber efetivamente é o próprio Banco Impetrante, não se entendendo de onde existe o risco de não receber, alegado de forma equivocada em sua peça processual. Outro ponto de importância é a insurgência em relação à multa, em caso de não cumprimento da liminar, de onde, com o cumprimento da determinação judicial, além de inexistir prejuízo alegado a multa não subsistirá também, sem prejuízo algum. Para conceder mandado de segurança é necessário estar presentes os requisitos para a sua concessão, quais sejam, direito líquido e certo, bem como que a decisão atacada seja ilegal ou haja abuso de poder, nos termos do disposto no inciso LXIX, do art. 5º da Constituição Federal e art. 1º da Lei 12.016, de 07.08.2009, in verbis: LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público; Art. 1o Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça. As alegações da Impetrante não têm respaldo na Lei 9.099/95. O art. 10 da Lei nº 12.016, de 07.08.2009, que disciplina o mandado de segurança dispõe: "Art. 10. A inicial será desde logo indeferida, por decisão motivada, quando não for o caso de mandado de segurança ou lhe faltar algum dos requisitos legais ou quando decorrido o prazo legal para a impetração. § 1º. Do indeferimento da inicial pelo juiz de primeiro grau caberá apelação e, quando a competência para o julgamento do mandado de segurança couber originariamente a um dos tribunais, do ato do relator caberá agravo para o órgão competente do tribunal que integre". Ante o exposto, por não vislumbrar a existência do direito líquido e certo da Impetrante, ou que a decisão impugnada seja ilegal ou haja abuso de poder, que são requisitos para a concessão da segurança, nos termos do disposto no inciso LXIX, do art. 5º da Constituição Federal e art. 1º da Lei 12.016, de 07.08.2009, em consonância com o estatuído no art. 10 da referida Lei, monocraticamente, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL e JULGO EXTINTO este feito. Transitado em julgado arquivem-se estes autos. Sem custas processuais e honorários advocatícios. Intime-se e, observadas as formalidades legais, arquive-se. Marcelo Sebastião Prado de Moraes Juiz de Direito - Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1004585-26.2018.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
GEOVANI WERLANG RODRIGUES (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JONES EVERSON CARDOSO OAB - SP146007-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CLARO S.A. (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AOTORY DA SILVA SOUZA OAB - MS7785-A (ADVOGADO)

Órgão : 1ª TURMA RECURSAL TEMPORÁRIA Embargos de declaração nº : 1004585-26.2018.8.11.0015 Embargante(s) : CLARO S/A Embargado(s) : GEOVANI WERLANG RODRIGUES Relator : Juiz GONÇALO ANTUNES DE BARROS NETO Vistos etc. Cuida-se de embargos declaratórios movidos por Claro S/A contra a decisão monocrática lançada no id. nº 8304718, que conheceu do recurso interposto por Geovani Werlang Rodrigues e negou-lhe provimento para manter na íntegra a sentença recorrida. Sustenta a embargante/reclamada a ocorrência de omissão na decisão embargada ao argumento de que a parte autora não faz jus ao benefício da gratuidade da justiça, ante a condenação em litigância de má-fé. Ainda, pugna pela sua revogação, a fim de possibilitar a execução dos honorários advocatícios. É o relatório. DECIDO. Pois bem. Os embargos declaratórios destinam-se a sanar obscuridade, contradição, omissão ou erro material existentes na decisão judicial, conforme dispõe o artigo 48, da Lei nº 9.099/95, c/c artigo 1.022, do Código de Processo Civil. No caso analisado, não se vislumbra nenhum desses vícios. Isso porque, o pedido de justiça gratuita formulado pelo recorrente foi defiro por este Relator, sendo ressalvada as hipóteses legais de revogação posterior do benefício. Ademais, conforme consignado na decisão embargada a parte autora foi condenada ao pagamento das custas judiciais e honorários advocatícios arbitrados em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 55, caput, da Lei nº 9.099/95, estando suspensa a sua exigibilidade nos termos do art. 98, §3º, do Código de Processo Civil, in verbis: Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei. (...) § 3º Vencido o beneficiário, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário. (grifei) Desse modo, não há se falar em ocorrência de omissão no decisum embargado. Por tais razões, conheço dos presentes embargos de declaração, eis que tempestivos, porém os rejeito. Cuiabá (MT), 16 de dezembro de 2019. Juiz GONÇALO ANTUNES DE BARROS NETO Relator

Intimação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1000624-39.2019.8.11.9005
Parte(s) Polo Ativo:
MT IMOVEIS LTDA - ME (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUILHERME AZEVEDO MIRANDA MENDONCA OAB - MT20683-A

(ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZ DE DIREITO DO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL (IMPETRADO)
Outros Interessados:
BANCO DO BRASIL SA (LITISCONSORTES)
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)
ACTIVA PRINT COMUNICACAO VISUAL EIRELI - ME (LITISCONSORTES)

Mandado de Segurança nº 1000624-39.2019.8.11.9005. Vistos etc. Cuida a espécie de mandado de segurança, com pedido liminar, impetrado por MT IMÓVEIS LTDA-ME contra ato do MM. Juiz de Direito do 6º Juizado Especial Cível da Comarca de Cuiabá–MT, que indeferiu o pedido de justiça gratuita formulado no recurso inominado interposto pela impetrante. Sustenta a ilegalidade da decisão atacada, visto ter demonstrado não possuir condições de arcar com o pagamento do preparo recursal, conforme declaração de hipossuficiência e comprovante de renda colacionado nos autos. Os autos vieram conclusos para a apreciação do pedido liminar. Relatei. DECIDO. Almeja o impetrante a concessão da liminar em mandado de segurança a fim de determinar o deferimento do pedido de justiça gratuita e o seguimento do recurso inominado interposto nos autos nº 0017221-25.2014.811.0001, em trâmite no 6º Juizado Especial Cível da Comarca de Cuiabá–MT. Pois bem. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 576847, decidiu não ser possível impetrar Mandado de Segurança contra decisão interlocutória de Juizado Especial, in verbis: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PROCESSO CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MANDADO DE SEGURANÇA. CABIMENTO. DECISÃO LIMINAR NOS JUIZADOS ESPECIAIS. LEI N. 9.099/95. ART. 5º, LV DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA AMPLA DEFESA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO. 1. Não cabe mandado de segurança das decisões interlocutórias exaradas em processos submetidos ao rito da Lei n. 9.099/95. 2. A Lei n. 9.099/95 está voltada à promoção de celeridade no processamento e julgamento de causas cíveis de complexidade menor. Daí ter consagrado a regra da irrecorribilidade das decisões interlocutórias, inarredável. 3. Não cabe, nos casos por ela abrangidos, aplicação subsidiária do Código de Processo Civil, sob a forma do agravo de instrumento, ou o uso do instituto do mandado de segurança. 4. Não há afronta ao princípio constitucional da ampla defesa (art. 5º, LV da CB), vez que decisões interlocutórias podem ser impugnadas quando da interposição de recurso inominado. Recurso extraordinário a que se nega provimento. (STF - RE 576847/BA - Relator Min. EROS GRAU, publicado em 07/08/2009) (grifei) No entanto, da análise detida da decisão alhures mencionada, tenho que a mesma se refere a irrecorribilidade das decisões proferidas até a prolação da sentença, o que não é o caso, visto que já houve sentença prolatada nos autos de origem. Assim, passo a análise do presente mandamus. Pois bem. Comungo do entendimento de que para a concessão da gratuidade da justiça à pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos, a postulante deve comprovar sua impossibilidade de arcar com as custas processuais. Neste sentido é a Súmula 481, do STJ, verbis: Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais. (grifei) A propósito: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. PESSOA JURÍDICA. SITUAÇÃO DE NECESSIDADE. COMPROVAÇÃO. IMPRESCINDIBILIDADE. SÚMULA N. 481/STJ. REVISÃO. SÚMULA N. 7/STJ. 1. Admitem-se como agravo regimental embargos de declaração opostos a decisão monocrática proferida pelo relator do feito no Tribunal. Princípios da economia processual e da fungibilidade. 2. Não viola o art. 535 do CPC o acórdão que, integrado pelo julgado proferido nos embargos de declaração, dirime, de forma expressa, congruente e motivada, as questões suscitadas nas razões recursais. 3. Pessoa jurídica que deseje obter os benefícios da assistência judiciária gratuita deve comprovar a incapacidade financeira de arcar com as despesas processuais. Incidência da Súmula n. 481/STJ. 4. Aplica-se a Súmula n. 7 do STJ na hipótese em que o acolhimento da tese defendida no recurso especial reclame a análise dos elementos probatórios produzidos ao longo da demanda. 5. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento. (STJ - EDcl no AREsp 422.030/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/11/2014, DJe 11/12/2014) (grifei) AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. PESSOA JURÍDICA. COMPROVAÇÃO DA PRECARIEDADE FINANCEIRA. NECESSIDADE. 1. A pacífica jurisprudência deste Tribunal Superior é no sentido de que à pessoa jurídica é possível a concessão do benefício da assistência judiciária gratuita somente quando comprovada a precariedade de sua situação financeira - mesmo se em regime de liquidação extrajudicial ou falência -, não havendo falar em presunção de miserabilidade. Precedentes. 2. Agravo regimental não provido. (STJ - AgRg no AREsp 570.332/DF, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 21/10/2014, DJe 14/11/2014) (grifei) Ademais, para a concessão de liminar em mandado de segurança devem estar presentes os dois requisitos autorizativos previstos no inciso II do art. 7º da Lei nº 12.016/2009. O primeiro consistente no "relevante fundamento", traduzindo justamente o "fumus boni iuris" e o segundo no "periculum in mora", revelando o potencial prejuízo que a demora na concessão definitiva da segurança causaria ao impetrante. No caso vertente, os documentos atrelados à peça inaugural demonstram, em caráter inicial, a boa aparência do direito do impetrante e a razoabilidade de sua pretensão a uma medida de urgência. Isso porque, a presença do fumus boni iuris ficou demonstrada de forma satisfatória, diante dos comprovantes de renda apresentados pelo impetrante nos ids. nº 27339487 e 27339488. Entendo, também, presente o segundo requisito legal, qual seja, o "periculum in mora" decorrente da possibilidade de dano irreparável ou de difícil reparação caso venha ser positiva a decisão da demanda, em razão da possibilidade de ausência de análise do recurso inominado manejado pelo impetrante, em razão de sua deserção. Diante do breve exposto e sob cognição não exauriente, com fundamento no artigo 7º, inciso II, da Lei nº 12.016/2009, DEFIRO a liminar, por entender presentes o "fumus boni iuris" e o "periculum in mora", para conceder a gratuidade da justiça no recurso inominado interposto pelo impetrante nos autos nº 0017221-25.2014.811.0001, em trâmite no 6º Juizado Especial Cível da Comarca de Cuiabá–MT, determinando o seu regular processamento. De outro turno, notifique-se a autoridade coatora do conteúdo da petição inicial e desta decisão, entregando-lhe a segunda via apresentada com as cópias dos documentos a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, preste as informações que entender necessárias (Lei nº 12.016/2009, art. 7º, I). Após, dê-se vista ao Ministério Público e voltem conclusos. Intimem-se. Cumpra-se, com urgência. Cuiabá-MT, 17 de dezembro de 2019. Juiz Gonçalo Antunes de Barros Neto

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1001735-94.2016.8.11.0006
Parte(s) Polo Ativo:
MEIRI ELENA RESSUTTE (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS EDUARDO BORGES OAB - SP240332-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIAL SOCIAL DOS SERVIDORES DE CACERES (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ERIKA PINTO DE ARRUDA OAB - MT5635-O (ADVOGADO)

Processo nº.: 1001735-94.2016.8.11.0006 – AP- PJE Origem: Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Cáceres (EM DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA) Recorrente: MEIRI ELENA RESSUTTE Recorrido (a): INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES Juíza Relatora: Dra. Patrícia Ceni EMENTA – DECISÃO MONOCRÁTICA RECURSO INOMINADO - DECISÃO DESTA CORTE QUE REVOGOU OS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA - NÃO COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA – NÃO COMPROVAÇÃO DO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS/PREPARO DENTRO DO PRAZO DE 48 HORAS – VIOLAÇÃO DO ARTIGO 42, § 1º DA LEI 9099/95 - CONDIÇÃO DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO - NEGATIVA DE SEGUIMENTO - DECISÃO MONOCRÁTICA – NEGADO SEGUIMENTO AO RECURSO. 1- Tratam-se os autos de Ação Reivindicatória de Pensão por Morte em que a parte autora alega ser mãe da servidora efetiva Natália Ressutte Gonçalez, falecida na data de 23/12/2014, e requer concessão do benefício por morte. 2- Adveio sentença improcedência que a parte Autora insurge em desfavor da decisão. 3- Esta Corte ao receber os autos para análise recursal, decidiu por REVOGAR a gratuidade concedida– Id. 26318991, uma vez que a justiça gratuita pode ser revista a qualquer tempo. 4- Verifico que, estando o recurso em desacordo com a disposição do artigo 42, §1º da Lei 9099/95, em dissonância com Tribunal

Superior e ainda em dissonância com o entendimento da Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, pode ser negado o seguimento ao recurso, monocraticamente. 5- Parte autora não efetuou o recolhimento das custas. 6- Decorrido o prazo de 48 para recolhimento, impõe-se a DESERÇÃO. 7- Decisão monocrática em face ao disposto na Súmula 01 da Turma Recursal Única de Mato Grosso. 8- Recurso a que se nega o seguimento monocraticamente. DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos etc. Dispensado o relatório em face ao disposto no art. nº 38 da Lei nº 9.099 de 26 de setembro de 1995. Primeiramente, registro que o presente feito está tramitando pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS nº. 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais. Ao realizar análise dos requisitos procedimentais para prosseguimento do feto, houve decisão desta Corte em que REVOGOU os benefícios concedidos em sede de primeiro grau, pois que a condição financeira da parte interessada pode ser revista a qualquer tempo, uma vez que se trata de matéria de ordem pública. A parte autora não recolheu custas judiciais, consoante certidão emitida no Id. 228397491. Trata-se de RECURSO INOMINADO, porém, sem o recolhimento das custas recursais no prazo legal das 48 horas ditadas pelo artigo 42 , § 1º da Lei 9099/95. O artigo 54, parágrafo único, da Lei 9.099/95, dispõe que: Parágrafo único. O preparo do recurso, na forma do § 1º do art. 42 desta Lei, compreenderá todas as despesas processuais, inclusive aquelas dispensadas em primeiro grau de jurisdição, ressalvada a hipótese de assistência judiciária gratuita. A base de cálculo para o preparo recursal será o valor equivalente à pretensão do recorrente, consoante item 5.9.4 da CNGC/MT, que estabelece o seguinte: “Nos recursos cíveis inominados, a base de cálculo para o preparo será o valor equivalente à pretensão do recorrente”. O próprio FONAJE editou o Enunciado 80, nos moldes abaixo vazados: ENUNCIADO 80 – O recurso Inominado será julgado deserto quando não houver o recolhimento integral do preparo e sua respectiva comprovação pela parte, no prazo de 48 horas, não admitida a complementação intempestiva (art. 42, § 1º, da Lei 9.099/1995) (nova redação – XII Encontro Maceió-AL).Existem ainda os seguintes precedentes naquela corte superior: Res, n 8 , de 07/08/2008-STJ, art 2º , parágrafo 1º; Resp 1.002.985/RS; Resp 1.062.336/RS; AgRg no Resp 1.081.845/RS; Resp 992.168/RS; Resp 1.008.446/RS; AgRG no Resp 1.081.404/RS e AgRg no Resp 1.046.881/RS CPC , art. 543-C.(destaquei) Como mencionado no próprio enunciado acima transcrito, existem precedentes no próprio STJ sobre o tema, nos seguintes julgados: Res, n 8 , de 07/08/2008-STJ, art 2º , parágrafo 1º; Resp 1.002.985/RS; Resp 1.062.336/RS; AgRg no Resp 1.081.845/RS; Resp 992.168/RS; Resp 1.008.446/RS; AgRG no Resp 1.081.404/RS e AgRg no Resp 1.046.881/RS CPC , art. 543-C. Ainda os seguintes: “EMENTA: RECURSO. Extraordinário. Inadmissibilidade. Jurisprudência assentada. Recurso inominado julgado deserto. Ofensa constitucional indireta. Ausência de razões consistentes. Decisão mantida. Agravo Regimental improvido. Nega-se provimento a agravo regimental tendente a impugnar, sem razões consistentes, decisão fundada em jurisprudência assente na Corte” (RE 572.068-AgR, Rel. Min. Cezar Peluso, Segunda Turma, DJE 15.8.2008). “EMENTA: ACÓRDÃO DE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL QUE, À AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS, NÃO CONHECEU DO RECURSO INOMINADO INTERPOSTO. Questão restrita ao âmbito infraconstitucional, não ensejando apreciação em recurso extraordinário. Incidência, ainda, da Súmula 282 desta Corte. Agravo desprovido” (AI 379.557-AgR, Rel. Min. Ilmar Galvão, Primeira Turma, DJ 14.11.2002). Nesta Turma Recursal, os seguintes recursos foram julgados neste sentido: 0010083-50.2014.811.0019, 0010149-30.2014.811.0019, 002.2011.017.277-8 e 0051537-98.2013.811.0001, entre outros tantos. Nota-se que, a parte autora foi intimada acera da decisão de revogação para recolhimento das custas sob pena de ser declarada deserto o Recurso, contudo, se mantive inerte quanto ao preparo, aduzindo posteriormente tão somente que faz jus ao benefício da gratuidade. Nota-se que as elucidações encartadas no corpo da decisão de Id. 26318991, acerca da condição financeira da parte autora, não o definem como hipossuficiente, uma vez que para fazer jus ao benefício discutido, deve ser comprovada a carência de condição econômica, o que não se verifica nos autos, devendo, portanto, ser mantida a decisão da negativa da gratuidade. Outrossim, o art. 98 do CPC/2015, ao tratar dos beneficiários da justiça gratuita, assim estabelece: Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei. É sabido que o benefício da justiça gratuita deve ser deferido com cautela e parcimônia, objetivando o cumprimento do papel a ela imposta, qual seja, de possibilitar as pessoas mais carentes e desprovidas de condição econômica o acesso ao Poder Judiciário. No mesmo sentido, os seguintes precedentes jurisprudenciais: PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. JUSTIÇA GRATUITA INDEFERIDA. RENDA INCOMPATÍVEL. HIPOSSUFICIÊNCIA NÃO COMPROVADA. APELAÇÃO IMPROVIDA. - Os atuais artigos 98 e 99, § 3º, do CPC/2015 assim dispõe, in verbis: "Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei."(...)"Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso. (...) § 3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural." - Em princípio, a concessão desse benefício depende de simples afirmação da parte, a qual, no entanto, por gozar de presunção juris tantum de veracidade, pode ser ilidida por prova em contrário. - Os documentos coligidos aos autos não demonstram a alegada hipossuficiência. - Em consulta às plataformas CNIS e PLENUS, verifica-se a existência de, ao menos, duas fontes de renda do autor que descaracterizam a alegada inviabilidade de suportar as despesas processuais sem prejuízo de sua subsistência e de sua família: os proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, além do ordenado mensal que percebe como empregado contratado. - Ademais, consulta ao RENAJUD dá conta da propriedade de três veículos automotores, que já configuraria, consoante as regras de experiência (artigos 335 do CPC/1973 e 375 do NCPC), indicativo de ostentar capacidade financeira para fazer frente às despesas processuais ordinárias. Precedentes do C. STJ. - Apelação não provida.(TRF-3 - AC: 00035364620134036110 SP, Relator: JUIZ CONVOCADO RODRIGO ZACHARIAS, Data de Julgamento: 12/09/2016, NONA TURMA, Data de Publicação: e-DJF3 Judicial 1 DATA:26/09/2016). Conclui-se, portanto que, falta ao recurso a condição de admissibilidade mínima, no que tange a falta da comprovação do pagamento do preparo, já que ausente comprovação do pagamento das Guias, no prazo legal das 48 horas, a contar da interposição, sendo, portanto inadmissível o recurso, sendo o caso de se negar o seguimento ao mesmo. Há se se observar que as referidas partes, constituidoras do polo ativo na ação, restaram inertes ante a informação da necessidade de efetuar o preparo recursal, que, porém, contudo, não o fizeram, se tornando desertos. Cândido Rangel Dinamarco diz que “recurso inadmissível são os casos de não conhecimento” (A reforma do código de Processo civil, 2ª., Malheiros Editores, 1995, p. 118.), registrando que, no caso de não conhecimento, está a se negar o seguimento ao recurso inadmissível pelo fato deste não preencher os requisitos de admissibilidade recursal, dentre eles, o preparo completo e tempestivo, nos moldes da dinâmica dos Juizados Especiais. Portanto, ausente um dos pressupostos de admissibilidade, inviável conhecer do recurso interposto, conforme acima desenvolvido, no qual, desde já se aplica a deserção. DILIGÊNCIA No mais, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, providenciando ainda as baixas pertinentes na Vara de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar o presente feito quando do retorno. CONCLUSÃO Ante o exposto, NEGO SEGUIMENTO ao presente RECURSO INOMINADO, em virtude da DESERÇÃO, uma vez que ausentes os requisito de admissibilidade, qual seja, a comprovação do pagamento integral das custas processuais, no prazo de 48 horas. Estando o recurso aviado em desconformidade com a decisão de tribunal superior, e ainda, em desacordo com os entendimentos da própria Turma Recursal, descendo o feito à realidade intrínseca dos Juizados Especiais, o recorrente, torna-se um recorrente vencido, razão pela qual, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, condeno o recorrente ao pagamento das custas e honorários advocatícios, fixados em 15% sobre o valor da condenação, registrando ainda que, em caso de agravo interno infundado, será aplicada a multa do artigo 1.021, § 4º do NCPC. Não havendo recurso desta decisão, certifique-se este fato e devolva-se este feito à origem. Às providências. Intimem-se. Cumpra-se. Dra. Patrícia Ceni Juíza de Direito – Relatora

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1004753-67.2018.8.11.0002

Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO (RECORRENTE)
IVETE CLARINDA DA GUIA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO CORREA MARQUES OAB - MT10622-A (ADVOGADO)
ROQUE PIRES DA ROCHA FILHO OAB - MT9870-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
IVETE CLARINDA DA GUIA (RECORRIDO)
MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RICARDO CORREA MARQUES OAB - MT10622-A (ADVOGADO)
ROQUE PIRES DA ROCHA FILHO OAB - MT9870-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TURMA RECURSAL Recurso Inominado nº 1004753-67.2018.8.11.0002. Origem: Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Várzea Grande. Recorrentes: Município de Nossa Senhora do Livramento e Ivete Clarinda da Guia. Recorridos: Município de Nossa Senhora do Livramento e Ivete Clarinda da Guia. E M E N T A - DECISÃO MONOCRÁTICA RECURSOS INOMINADOS - AÇÃO DE COBRANÇA - PLEITO DE RECEBIMENTO DA DIFERENÇA SALARIAL DECORRENTE DA URV - REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA - PRESCRIÇÃO VERIFICADA - RECURSO DA PARTE REUQERIDA CONHECIDO E PROVIDO - RECURSO DA PARTE AUTORA PREJUDICADO. A reestruturação da carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV. Precedente: Recurso Extraordinário n° 561.836/RS. Assim, a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos cinco anos anteriores à reestruturação. Precedentes do STJ. Nesse sentido, a Turma Recursal Única editou a Súmula nº 11 referente às matérias da Fazenda Pública, verbis: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF). Desse modo, as diferenças salariais pretendidas pela parte autora encontram-se superadas pela prescrição, vez que entre a data da publicação da lei que reestruturou sua carreira e a data de distribuição da demanda transcorreu prazo superior a cinco anos. Recurso da parte requerida conhecido e provido. Recurso da parte autora prejudicado. Relatório. Processo inicialmente distribuído ao e. TJMT, o qual reconheceu sua incompetência para julgamento da demanda, pois o valor atribuído à causa é inferior a 60 salários mínimos (IRDR nº 85560/2016), determinando que a tramitação se dê nesta Justiça Especializada. Trata-se de recurso interposto contra sentença que julgou procedente o pedido inicial, para condenar o requerido a incorporar à remuneração da parte autora, o percentual de 11,98%, em razão da perda salarial decorrente da URV. O requerido interpôs recurso inominado arguindo, preliminarmente a ocorrência de prescrição. No mérito, pugna pela reforma da sentença, a fim de que a demanda seja julgada improcedente. A parte autora interpôs recurso visando o afastamento do item “c” do dispositivo da sentença, que determinou a apuração da ocorrência ou não de reestruturação da carreira. Foram apresentadas contrarrazões. Pelo Ofício nº 83/2017 - CPC/NFDTIPI, a i. representante do Ministério Público informa que o órgão ministerial somente manifestará nos processos que envolvam matéria de saúde ou interesse de menores e incapazes, razão pela qual não foi encaminhado o feito para manifestação. É o relatório. DECISÃO MONOCRÁTICA Trata-se de ação de cobrança na qual a parte autora pretende incorporar à sua remuneração o percentual de 11,98% decorrente da perda salarial ocorrida quando da conversão de Cruzeiro Real para URV, bem como a condenação ao pagamento dos valores pretéritos decorrentes da incorporação e seu reflexo sobre as demais verbas recebidas. O recorrente argui a preliminar de prescrição. A partir do julgamento do Recurso Extraordinário n° 561.836/RS, com repercussão geral reconhecida, houve alteração de tal entendimento, pois o c. STF firmou a tese de que, nos casos em que houve erro de conversão de Cruzeiro Real para URV, a reposição deixa de ser aplicada a partir do momento em que houver reestruturação da remuneração da carreira dos servidores eventualmente prejudicados. Eis a ementa do RE 561.836/RS: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. 6) A irredutibilidade estipendial recomenda que se, em decorrência da reestruturação da carreira do servidor, a supressão da parcela dos 11,98%, ou em outro percentual obtido na liquidação, verificar-se com a redução da remuneração, o servidor fará jus a uma parcela remuneratória (VPNI) em montante necessário para que não haja uma ofensa ao princípio, cujo valor será absorvido pelos aumentos subsequentes. 7) A reestruturação dos cargos no âmbito do Poder Judiciário Federal decorreu do advento da Lei nº 10.475/2002, diploma legal cuja vigência deve servir de termo ad quem para o pagamento e incorporação dos 11,98% no âmbito do referido Poder. 8) Inconstitucionalidade. 9) Recurso extraordinário interposto pelo estado do Rio Grande do Norte conhecido e parcialmente provido, porquanto descabida a pretensa compensação do percentual devido ao servidor em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV com aumentos supervenientes a título de reajuste e revisão de remuneração, restando, por outro lado, fixado que o referido percentual será absorvido no caso de reestruturação financeira da carreira, e declarada incidenter tantum a inconstitucionalidade da Lei n° 6.612, de 16 de maio de 1994, do estado do Rio Grande do Norte. (RE 561836, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 26/09/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-027 DIVULG 07-02-2014 PUBLIC 10-02-2014) Assim, firmou-se o entendimento de que a reestruturação da carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças decorrentes da URV. Por consequência, inicia-se o prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos cinco anos anteriores à reestruturação. Tendo como base a referida decisão do c. Supremo Tribunal Federal, verifica-se que o Superior Tribunal de Justiça trouxe nova interpretação à matéria, reconhecendo que a partir do momento em que houve a reestruturação da carreira, iniciou-se a fluência do prazo para o exercício da pretensão. Nesse sentido: JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ART. 1.030, II, CPC/2015. ADMINISTRATIVO. MILITARES. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS EM URV. LEI Nº 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LEI DELEGADA Nº 43/2000. COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO DE TODAS AS PARCELAS RECLAMADAS APÓS O QUINQUÊNIO DA DATA EM QUE ENTROU EM VIGOR A LEI DELEGADA Nº 43/2000. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça veda a compensação de perdas salariais resultantes da conversão equivocada em URV com reajustes determinados por leis supervenientes, porém admite a limitação temporal das diferenças remuneratórias decorrentes da equivocada conversão do salário em URV, determinada pela Lei nº 8.880/90, em decorrência de posterior reestruturação remuneratória dos servidores. 2. O Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário nº 561.836/RN (com repercussão geral), adotou entendimento segundo o qual "(...) inequívoca conclusão de que é correto vedar a compensação [...] com aumentos supervenientes concedidos aos servidores públicos a título de reajuste ou revisão", todavia "o termo 'ad quem' da incorporação [...] é a data de vigência da lei que reestruturou a remuneração da sua carreira" (RE nº 561.836/RN, Rel. Min. LUIZ FUX, TRIBUNAL PLENO, DJe 10/02/2014). 3. Limitada a existência de possíveis diferenças salariais à edição da Lei Estadual

Delegada nº 43/2000, com vigência a partir de junho/2000, e, ajuizada a ação somente após cinco anos a referida data, já se encontram prescritas todas as parcelas passíveis de restituição (cf. AgRg no REsp 1333769/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 29/11/2013). 4. Reforma do acórdão da Segunda Turma para, reconhecendo a limitação temporal do reajuste buscado, negar provimento ao recurso especial. (REsp 1268004/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 08/11/2016) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019) ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) Nesse sentido, a Turma Recursal Única editou a Súmula nº 11 referente às matérias da Fazenda Pública, verbis: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF). No caso, verifica-se que a parte requerente ocupa o cargo de Professor, cuja carreira foi reestruturada pela Lei Complementar nº 07/2004, que promoveu alteração do Plano de Cargos, Carreiras e Salários, inclusive com a instituição do subsídio. Assim, nos termos do entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal, tem-se como o termo final a ser considerado para fins de análise do direito à diferença da URV, o ano de 2004, ano em que foi publicada a Lei que reestruturou a carreira do cargo efetivo da parte autora, oportunidade na qual, como visto, as parcelas decorrentes de decisões administrativas e judiciais foram absorvidas pela nova tabela de vencimentos. Desse modo, as diferenças salariais pretendidas pela parte autora encontram-se superadas pela prescrição, vez que entre a data da publicação da referida lei e data da distribuição da demanda (11/6/2018) transcorreu prazo superior a cinco anos. Nos termos do art. 932, V, alínea a, do CPC, o relator pode, monocraticamente, dar provimento a recurso "se a decisão recorrida for contrária a súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal". Ante o exposto, monocraticamente, DOU PROVIMENTO ao recurso interposto pelo requerido para acolher a preliminar arguida, reconhecendo a prescrição da pretensão inicial, extinguindo o feito com resolução do mérito, com fundamento no artigo 487, II do CPC. DECLARO PREJUDICADO o recurso interposto pela parte autora. Sem custas e honorários, em razão do resultado do julgamento, nos moldes do art. 55 da Lei 9.099/95. Intimem-se as partes. Preclusa a via recursal, certifique-se o trânsito em julgado e devolvam-se os autos ao Juizado Especial da comarca de origem. Valdeci Moraes Siqueira Juíza Relatora

Intimação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1000640-90.2019.8.11.9005
Parte(s) Polo Ativo:
IVALDINA BARBOSA VIEIRA LINO (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDA RIBEIRO DAROLD OAB - MT12037-O (ADVOGADO)
BERNARDO RIEGEL COELHO OAB - RJ164014-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
WLADYS ROBERTO FREIRE DO AMARAL (IMPETRADO)
Outros Interessados:
VIVO S.A. (LITISCONSORTES)
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)

Mandado de Segurança nº 1000640-90.2019.8.11.9005. Vistos etc. Cuida a espécie de mandado de segurança, com pedido liminar, impetrado por Ivaldina Barbosa Vieira Lino contra ato do MM. Juiz de Direito do 8º Juizado Especial Cível da Comarca de Cuiabá–MT, que indeferiu o pedido de justiça gratuita formulado no recurso inominado interposto pela impetrante. Sustenta a ilegalidade da decisão atacada, visto ter demonstrado não possuir condições de arcar com o pagamento do preparo recursal, conforme declaração de hipossuficiência, cópia da CTPS e extrato bancário apresentado pela impetrante. Os autos vieram conclusos para a apreciação do pedido liminar. Relatei. DECIDO. Almeja a impetrante a concessão da liminar em mandado de segurança a fim de determinar o seguimento do recurso inominado interposto nos autos nº 8041582-91.2019.811.0001, em trâmite no 8º Juizado Especial Cível da Comarca de Cuiabá–MT. Pois bem. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 576847, decidiu não ser possível impetrar Mandado de Segurança contra decisão interlocutória de Juizado Especial, in verbis: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PROCESSO CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MANDADO DE SEGURANÇA. CABIMENTO. DECISÃO LIMINAR NOS JUIZADOS ESPECIAIS. LEI N. 9.099/95. ART. 5º, LV DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA AMPLA DEFESA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO. 1. Não cabe mandado de segurança das decisões interlocutórias exaradas em processos submetidos ao rito da Lei n. 9.099/95. 2. A Lei n. 9.099/95 está voltada à promoção de celeridade no processamento e julgamento de causas cíveis de complexidade menor. Daí ter consagrado a regra da irrecorribilidade das decisões interlocutórias, inarredável. 3. Não cabe, nos casos por ela abrangidos, aplicação subsidiária do Código de Processo Civil, sob a forma do agravo de instrumento, ou o uso do instituto do mandado de segurança. 4. Não há afronta ao princípio constitucional da ampla defesa (art. 5º, LV da CB), vez que decisões interlocutórias podem ser impugnadas quando da interposição de recurso inominado. Recurso extraordinário a que se nega provimento. (STF - RE 576847/BA - Relator Min. EROS GRAU, publicado em 07/08/2009) (grifei) No entanto, da análise detida da decisão alhures mencionada, tenho que a mesma se refere a irrecorribilidade das decisões proferidas até a prolação da sentença, o que não é o caso, visto que já houve sentença prolatada nos autos de origem. Assim, passo a análise do presente mandamus. Como se sabe, para a concessão de liminar em mandado de segurança devem estar presentes os dois requisitos autorizativos previstos no inciso II do art. 7º da Lei nº 12.016/2009. O primeiro consistente no "relevante fundamento", traduzindo justamente o "fumus boni iuris" e o segundo no "periculum in mora", revelando o potencial prejuízo que a demora na concessão definitiva da segurança causaria à impetrante. No caso vertente, os documentos atrelados à peça inaugural demonstram, em caráter inicial, a boa aparência do direito da impetrante e a razoabilidade de sua pretensão a uma medida de urgência. Isso porque, a presença do fumus boni iuris ficou demonstrada de forma satisfatória, diante da declaração de hipossuficiência, cópia da CTPS e extrato bancário apresentado pela impetrante. A propósito: MANDADO DE SEGURANÇA. INDEFERIMENTO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. COMPROVADA A NECESSIDADE DO BENEFÍCIO. JUNTADA DE CÓPIA DA CARTEIRA DE TRABALHO. VIOLAÇÃO A DIREITO LÍQUIDO E CERTO VERIFICADA. ILEGALIDADE DA DECISÃO QUE INDEFERE O BENEFÍCIO. SEGURANÇA CONCEDIDA PARA CONFIRMAR A LIMINAR. (TJRS - Mandado de Segurança Nº 71006743017, Quarta Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Gisele Anne Vieira de Azambuja, Julgado em 13/06/2017) (grifei) Entendo, também, presente o segundo requisito legal, qual seja, o "periculum in mora" decorrente da possibilidade de dano irreparável ou de difícil reparação caso venha ser positiva a decisão da demanda, em razão da possibilidade de ausência de análise do recurso inominado manejado pela impetrante, em razão de sua deserção. Diante do breve exposto e sob cognição não exauriente, com fundamento no artigo 7º, inciso II, da Lei nº 12.016/2009, DEFIRO a liminar, por entender presentes o "fumus boni iuris" e o "periculum in mora", para conceder a gratuidade da justiça no recurso inominado interposto pela impetrante nos autos nº 8041582-91.2019.811.0001, em trâmite no 8º Juizado Especial Cível da Comarca de Cuiabá–MT, determinando o seu regular processamento. De outro turno, notifique-se a autoridade coatora do conteúdo da petição inicial e desta decisão, entregando-lhe a segunda via apresentada com as cópias dos documentos a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, preste as informações que entender necessárias (Lei nº 12.016/2009, art. 7º, I). Cite-se a litisconsorte, para, querendo, manifestar no feito. Após, dê-se

vista ao Ministério Público e voltem conclusos. Intimem-se. Cumpra-se, com urgência. Cuiabá-MT, 17 de dezembro de 2019. Juiz Gonçalo Antunes de Barros Neto

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1008033-52.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
WALDO JOSE OLAVARRIA DE PINHO (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DORIANE JUREMA PSENDZIUK CARVALHO OAB - MT5262-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)

Agravo de Instrumento: 1008033-52.2018.8.11.0000 Origem: SEGUNDA VARA ESPECIALIZADA DA FAZENDA PÚBLICA/MT Agravante: ESTADO DE MATO GROSSO Agravado: WALDO JOSÉ OLAVARRIA DE PINHO Juíza Relatora: LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. REMESSA DO FEITO À E. TURMA RECURSAL, APÓS O JULGAMENTO DO IRDR N. 85560/2016. DECISÃO EM SEDE DE FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA DO DÉBITO EXEQUENDO. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA IRRECORRÍVEL. RECURSO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO. 1. De início, impõe-se esclarecer que o presente feito fora remetido à esta E. Turma Recursal em razão do julgamento do IRDR 85560/2016, no qual o E. Tribunal de Justiça Estadual fixou a tese no sentido de que “compete ao Juizado Especial da Fazenda Pública o processamento e o julgamento das ações, em que o valor da causa não ultrapasse a 60 (sessenta) salário mínimos, independentemente da complexidade da matéria e da necessidade da produção da prova pericial”. 2. É de sabença que em regra, no microssistema dos Juizados Especiais da Fazenda Pública não é cabível recurso contra decisões interlocutórias, com exceção daquelas em que se defere ou indefere providências cautelares ou antecipatórias no curso do processo, consoante disposição inserta no art. 3.º da Lei n.º 12.153/09. 3. Recurso a que se nega seguimento. DECISÃO MONOCRÁTICA VISTOS, ETC. Dispensado o relatório, atendido o disposto no art. 38 da Lei n.º 9.099/95. De início, impõe-se esclarecer que o presente feito fora remetido à esta E. Turma Recursal em razão do julgamento do IRDR 85560/2016, no qual o E. Tribunal de Justiça Estadual fixou a tese no sentido de que “compete ao Juizado Especial da Fazenda Pública o processamento e o julgamento das ações, em que o valor da causa não ultrapasse a 60 (sessenta) salário mínimos, independentemente da complexidade da matéria e da necessidade da produção da prova pericial”. Trata-se de recurso de Agravo de Instrumento interposto pelo ESTADO DE MATO GROSSO contra decisão proferida pelo Magistrado da Segunda Vara de Fazenda Pública de Cuiabá/MT, nos autos do processo n.º 45280-68.2012.811.0041, que definiu os parâmetros da atualização monetária e juros de mora do débito exequendo na fase de cumprimento de sentença. Sucede, no entanto, que na sistemática dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, somente é cabível a interposição de recurso contra sentença, ressalvada as hipóteses em que se analisam providências cautelares ou antecipatórias no curso do processo, consoante disposições insertas nos arts. 3.º e 4.º da Lei n.º 12.153/09, litteris: Art. 3.º- O juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação. Art. 4º- Exceto nos casos do art. 3.º, somente será admitido recurso contra a sentença. No caso em comento, tratando-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que definiu os parâmetros da atualização monetária e juros de mora do débito exequendo na fase de cumprimento de sentença, sem cunho antecipatório e cautelar, incabível a utilização do recurso em análise. A propósito, eis os seguintes casuísmos jurisprudenciais, litteris: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. COMPETÊNCIA TERRITORIAL. DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA. INCONFORMISMO DO AGRAVANTE. PARTE DEMANDANTE. RECURSO SEM PREVISÃO LEGAL NO AMBITO DO SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. IRRECORRIBILIDADE DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS. O manejo de agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias proferidas pelos julgadores a quo não encontra respaldo na legislação que rege o Juizado Especial Cível. Inconformismo que não merece conhecimento. RECURSO NÃO CONHECIDO (Agravo de Instrumento Nº 71007356157, Primeira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Roberto Carvalho Fraga, Julgado em 30/11/2017). AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGUNDA TURMA RECURSAL DA FAZENDA PÚBLICA. RECURSO CONTRA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. DECLINIO DE COMPETÊNCIA. RECURSO INADIMISSÍVEL. A lei dos Juizados Especiais da Fazenda Pública nº 12.153/2009, somente admite recurso contra decisão que concede medida cautelar e antecipatória no curso do processo, para evitar dano de difícil ou incerta reparação, bem como a possibilidade de interposição de recurso inominado contra a sentença. Inadmissível, assim, Agravo de Instrumento contra decisão que declinou da competência. RECURSO NÃO CONHECIDO. (Agravo de Instrumento Nº 71005556881, Segunda Turma Recursal da Fazenda Pública, Turmas Recursais, Relator: Thais Coutinho de Oliveira, Julgado em 18/06/2015) Posto isso, NÃO CONHEÇO do presente recurso de agravo de instrumento, em face da ausência de previsão legal, nos termos do art. 932, III, do CPC/15. Preclusa a via recursal, arquivem-se os autos, com as baixas e anotações de estilo. Às providências. Cumpra-se. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO - RELATORA

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0006171-97.2015.8.11.0055
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WESLEY LEANDRO DAMASCENO OAB - MT14150-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CRISTIANA SOUSA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ARTIDIANA APARECIDA BETONI SILVA OAB - MT19002-O (ADVOGADO)
VILSON SOARES FERRO OAB - MT11830-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

EMENTA – VOTO MONOCRÁTICO RECURSO INOMINADO – PRESCRIÇÃO – OCORRENTE – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – AÇÃO AVIADA ALÉM DO PRAZO PRESCRICIONAL – SENTENÇA REFORMADA – POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V “a” DO NCPC C/C SÚMULA 02 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a” do NCPC, cumulada ainda com a Súmula 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula 11 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. Ultrapassados o prazo de mais de 05 (cinco) anos entre a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras, passa a ocorrer a prescrição ao eventual direito de recomposição / pagamento de diferenças da conversão da moeda de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor, nos ditames do Decreto-Lei 3365/41 e ainda RE 561836/RN- STF e o julgamento dos embargos de declaração deste mesmo recurso extraordinário, com efeito repetitivo. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. Vistos, etc. Trata-se de recurso aviado pela municipalidade contra a sentença que determinou a implantação do pagamento de valores de URV, bem como, pagamento de valores atrasados em relação aos últimos 05 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação. Aduzindo a municipalidade pela ausência do direito alegado e ainda prescrição. Em sede de contrarrazões o recorrido pugna pela manutenção da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. FUNDAMENTO E DECIDO Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que, o relator pode, monocraticamente DAR PROVIMENTO a recurso, cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, “a”, do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: SÚMULA 02: O Relator, em decisão

monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017). Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula 11 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA 11: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 861836/RN-STF)." Deve ser observada a data da reestruturação das carreiras, de onde, pela Lei Municipal 2.875/2008, dispôs sobre a reestruturação das carreiras daquela municipalidade, de onde este seria o termo limite para se pleitear qualquer tipo de valores de URV, de onde, a ação presente fora ajuizada em data além do prazo prescricional de 05 (cinco) anos, do Decreto Lei 3365/41. Em recentíssimo julgamento no RESP 1.809.026/AL, da lavra do Ministro Herman Benjamin, decidido em data de 25/06/2019 e publicado em data de 02/08/2019, assim ficou lançado: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido." Em outros casos idênticos seguem as decisões do STJ: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 23/05/2016) Outra não foi também a conclusão do Ministro Luiz Fux, quando decidiu os Embargos de Declaração no RE 561836/RN que se tornou caso de repercussão geral sobre o tema, senão vejamos: Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) Ainda o mesmo julgado acima noticia que seria paga, no caso de decréscimo salarial a ser devidamente demonstrado, quando da reestruturação da carreira, uma verba destacada com o nome de VPNI que seria absorvida com o passar dos anos, com as recomposições salariais que viessem ocorrendo, de onde, de longa data, tal também já teria sido absorvido, com as várias alterações salariais ao longo de quase 25 (vinte e cinco) anos, sem falar na total ausência mínima de demonstração de decréscimo salarial no presente feito. ISTO POSTO, conheço do recurso e no mérito, DOU-LHE PROVIMENTO, para acolher a prescrição, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos moldes do artigo 487, II do NCPC. Isento de custas processuais e sem a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, ante o resultado do recurso, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, com a mudança de locação / competência, as regras de sucumbência são as do Juizado Especial, em superação à qualquer outra, diante da existência de Lei Especial (Lei 9099/95) em sobreposição à Lei Geral (NCPC). ANOTO QUE SE O FEITO TIVER VINDO DECLINADO DO TJMT PARA A TRU, DE ONDE, DEVERÁ SER DEVOLVIDO À ORIGEM, COM AS MOVIMENTAÇÕES POSTERIORES DE DECLÍNIO AO JUIZADO ESPECIAL DA COMARCA DE ORIGEM, E SE EXISTIR JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA ESPECÍFICA, DEVE SER REDISTRIBUÍDO PARA ESTE, PARA SOMENTE APÓS SER DADA A DEVIDA BAIXA PROCESSUAL COMPETENTE. P.R.I Marcelo Sebastião Prado de Moraes Juiz de Direito Relator

Despacho Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0003623-56.2018.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE RONDONOPOLIS (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TANIA MARIA CARDOSO SILVA AMANCIO OAB - MT3614 (ADVOGADO)
MUNICIPIO DE RONDONOPOLIS OAB - 03.347.101/0001-21 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
T. F. L. P. (RECORRIDO)
Outros Interessados:
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
IVANI MARIA DE JESUS LIMA (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
VALMIR ALAERCIO DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TURMA RECURSAL ÚNICA Recurso Inominado: 0003623-56.2018.8.11.0003 Classe CNJ: 460 Origem: Vara Especializada da Infância e Juventude da Comarca de Rondonópolis/MT Recorrente(s): Munícipio de Rondonópolis Recorrido(s): Theo Figueiredo Lima Prado (Menor representado por sua genitora Ivani Maria de Jesus Lima) e Estado de Mato Grosso Juiz Relator: Valmir Alaércio dos Santos Vistos etc. Trata-se de Recurso de Apelação recebido, por redistribuição, do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, em que a douta Desembargadora Relatora, monocraticamente reconheceu a incompetência daquela Corte, sob o fundamento jurídico de que a matéria em discussão se trata de cobrança de diferença de URV, que no julgamento do IRDR nº 85560/2016, foi reconhecida que a competência é do Juizado Especial da Fazenda Pública, independentemente da complexidade, da matéria e da necessidade de produção de prova pericial, pelo fato de o valor da causa ser inferior a 60 (sessenta) salários mínimos. No entanto, observo que neste caso o autor é menor de idade e encontra em situação de vulnerabilidade ou de risco, que pode se estender até se tornar adulto. Se a criança ou adolescente, por se encontrar em situação de vulnerabilidade, necessitar de proteção ou tratamento isso deve lhe ser assegurado pelo Poder Público como previsto na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei 8.069/90). Inclusive, o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê criação pelo Poder Judiciário de Varas Especializadas com competência exclusiva denominada Justiça da Infância e da Juventude, e seu art. 141, § 2º, dispõe: Art. 141. É garantido o acesso de toda criança ou adolescente à Defensoria Pública, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, por qualquer de seus órgãos. § 2º As ações judiciais da competência da Justiça da Infância e da Juventude são isentas de custas e emolumentos, ressalvada a hipótese de litigância de má-fé. Por isso, para garantir que os direitos dos menores em situação de risco sejam respeitados, geralmente são instaladas pelas Secretarias de Segurança Pública, Delegacias de Proteção à Criança ao Adolescente e no Poder Judiciário são criadas as Varas da Infância e da Juventude. A justiça da infância e juventude atrai para si a competência quanto à defesa de direitos à infância e adolescência, inclusive o direito da criança de permanecer em creche próxima de sua residência, dispõe o art. 6º do

ECA, in verbis: “Art. 6º Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento”. O Estatuto da Criança e Adolescente é lex specialis e deve prevalecer quando o feito envolver interesse de criança ou adolescente, em que se pleiteia seu bem estar, como direito a ter acesso a creches ou escolas, independentemente de estar em situação de abandono ou risco. A jurisprudência do colendo Superior Tribunal de Justiça é no sentido de ser absoluta a competência da Vara da Infância e da Juventude, para apreciação dos pleitos de efetivação dos direitos do menor de idade previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente. Colaciono abaixo recente decisão da referida Corte neste sentido: CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 163.674 - SC (2019/0035507-7) RELATOR: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. MENOR PÚBERE. MATRÍCULA EM CRECHE. ART. 148 DO ECA. COMPETÊNCIA ABSOLUTA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. 1. Trata-se de Conflito Negativo de Competência instaurado entre a SEGUNDA TURMA DE RECURSOS DE BLUMENAU - SC e o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, nos autos da Ação de Obrigação de fazer em face do Município de Blumenau, objetivando vaga em creche. 2. A ação foi distribuída ao Juízo da Infância e Juventude, que deferiu o pedido de liminar determinando que o Município réu disponibilizasse vaga e matrícula ao autor em período integral em Centro Educacional Infantil da rede pública ou conveniada com o Poder Público. 3. O Município interpôs perante o TJSC Agravo de Instrumento. 4. O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA não conheceu do Agravo de instrumento e determinou sua remessa à Turma de Recursos, por entender que a demanda é afeta ao Juizado Especial da Fazenda Pública, em razão do valor da causa atribuído. 5. Por sua vez, a SEGUNDA TURMA DE RECURSOS DE BLUMENAU – SC suscitou o presente Conflito ao fundamento de que a matéria é de competência da Justiça da Infância e Juventude, estando excluída da competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública. 6. É o relatório. 7. A Constituição Federal de 1988 buscou priorizar o atendimento às necessidades da criança e do adolescente, conforme previsão inserta no art. 227 da Carta Magna, que veio a se consolidar no mundo jurídico com a edição do Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 9.069/1990, que dispõe em seus arts. 148, IV, e 209, que: Art. 148. A Justiça da Infância e Juventude é competente para: (...) IV - conhecer de ações civis fundadas em interesses individuais, difusos ou coletivos, afetos à criança e ao adolescente, observado o disposto no art. 209; Art. 209. As ações previstas neste Capítulo serão propostas no foro do local onde ocorreu ou deva ocorrer a ação ou omissão, cujo juízo terá competência absoluta para processar a causa, ressalvadas a competência da Justiça Federal e a competência originária dos Tribunais Superiores. 8. Da leitura dos dispositivos supracitados não se vislumbra exceção à competência da Justiça da Infância e do Adolescente, ressalvadas aquelas estabelecidas constitucionalmente, quais sejam, da Justiça Federal e de competência originária (última parte do art. 209 do ECA). 9. Ante o exposto, conhece-se do presente conflito para declarar a competência do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. 10. Publique-se. Intimações necessárias. Brasília, 13 de maio de 2019. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO MINISTRO RELATOR Colaciono ainda outras decisões da referida Corte em igual sentido: ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. COMPETÊNCIA. JUÍZO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE. CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SISTEMA DA PROTEÇÃO INTEGRAL. CRIANÇA E ADOLESCENTE. SUJEITOS DE DIREITOS. PRINCÍPIOS DA ABSOLUTA PRIORIDADE E DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA. INTERESSE DISPONÍVEL VINCULADO AO DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO. EXPRESSÃO PARA A COLETIVIDADE. COMPETÊNCIA ABSOLUTA DA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE. RECURSO PROVIDO. (STJ - REsp 1199587/SE, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/10/2010, DJe 12/11/2010). 2. A pretensão deduzida na demanda enquadra-se na hipótese contida no art. 148, IV, c/c art. 209 do ECA, sendo da competência absoluta do Juízo da Vara da Infância e da Juventude a apreciação das controvérsias fundadas em interesses individuais, difusos ou coletivos vinculados à criança e ao adolescente. Precedentes. 3. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental. Agravo regimental não provido (STJ - EDcl no AREsp. 24.798/SP, Rel. Min. CASTRO MEIRA, DJe 16.2.2012). Eis a ementa de duas decisões prolatadas recentemente em conflito de competência: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. MATRÍCULA EM CRECHE. VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE. ART. 148, IV DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. COMPETÊNCIA ABSOLUTA, CONFORME A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE SUPERIOR. RECURSO ESPECIAL DO PARTICULAR A QUE SE DÁ PROVIMENTO, EM CONFORMIDADE COM O PARECER MINISTERIAL. (STJ – RESP Nº 1.825033 - MS e Nº 1.827.680 - MS (2019/0213003-2) - RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - publ 20/08/2019) Para fundamentar sua decisão o Ministro Relator colacionou as decisões abaixo: 4. Esta Corte já consolidou o entendimento de que a competência da vara da infância e juventude para apreciar pedidos referentes ao menor de idade é absoluta, consoante art. 148, inciso IV, do Estatuto da Criança e do Adolescente. 5. Agravo regimental a que se nega provimento (STJ, AgRg no REsp. 1.464.637/ES, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, DJe 28.3.2016). 4. Na forma da jurisprudência do STJ, a competência da vara da infância e juventude para apreciar pedidos referentes ao menor de idade é absoluta, consoante art. 148, inciso IV, do Estatuto da Criança e do Adolescente. (STJ, AgRg no REsp. 1.464.637/ES, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 28.3.2016). 10. Agravo interno improvido (STJ - AgInt no AREsp. 1.238.406/PE, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, DJe 27.6.2018). Como ser observa, o colendo Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento de ser absoluta a competência da vara da infância e juventude para apreciar pedidos referentes ao menor de idade, consoante art. 148, inciso IV, do Estatuto da Criança e do Adolescente. Em consequência, tenho dúvida, a respeito da competência da Turma Recursal do Juizado Especial, para julgar o presente recurso, pois se for apreciado ao retornar para a primeira instância será deslocado da competência Vara da Infância e Juventude, prevista no art. 141, § 2º do ECA, para o Juizado Especial da Fazenda Pública. Diante do exposto, retirei este feito da pauta da sessão do dia 13 de dezembro de 2019. Determino que seja devolvido ao douto Desembargador Relator, no Tribunal de Justiça, com a máxima vênia, para reanálise a respeito da competência jurisdicional da Turma Recursal, em razão de envolver menor de idade em situação de risco, por isso deve permanecer na jurisdição da Vara da Infância e Juventude, face ao disposto no art. 141, § 2º, da Lei 8.069/90. Esclareço que não se trata de falta de desrespeito à decisão de Vossa Excelência, apenas para que seja analisada a competência jurisdicional a luz do estatuído no Estatuto da Criança e do Adolescente e considerando a competência absoluta da Vara da Infância e Juventude para apreciar pedidos referentes ao menor de idade. Cumpra-se. Valmir Alaércio dos Santos Juiz de Direito, Relator

Intimação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1000546-45.2019.8.11.9005
Parte(s) Polo Ativo:
GINCOVGD ALFA INCORPORACOES LTDA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HELIO NISHIYAMA OAB - MT12919-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
Jorge Alexandre Martins Ferreira (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)

Mandado de Segurança n.º 1000546-45.2019.8.11.9005 Impetrante: GINCOVGD ALFA INCORPORACOES LTDA Impetrado: EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO QUINTO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ VISTOS, ETC. Trata-se de mandado de segurança impetrado pela empresa GINCOVGD ALFA INCORPORACOES LTDA, contra ato do EXMO. JUIZ DE DIREITO DO QUINTO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ, relatando, em síntese, a existência de arbitrariedade consistente na determinação de penhora de valores, via Bacenjud, de terceiros, em razão de enquadramento em grupo empresarial. No mérito, requer o reconhecimento da ausência de provas quanto as características do grupo econômico e declaração de nulidade da constrição levada a efeito pelo Impetrado. No mérito, pugna pelo reconhecimento da ausência de comprovação das características de grupo econômico e seja declarada nula a constrição realizada. É a síntese. Decido. A concessão de mandado de segurança submete-se ao requisito indisponível da comprovação, de plano, de direito líquido e certo não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público, nos termos do artigo 5.º, LXIX, da Constituição Federal e artigo 1.º da Lei n.º 12.016/2009. Por outro lado, a Lei do Mandado de Segurança dispõe

no seu artigo 7o, III que o Juiz ordenará "que se suspenda o ato que deu motivo ao pedido, quando houver fundamento relevante e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida [...]". A par dessas premissas, analisando os presentes autos, entendo inexistir direito líquido e certo a amparar a pretensão da Impetrante. A Impetrante menciona que nos autos de n.º 8013873-81.2019.811.0001 fora determinada constrição de valores via Bacenjud, de diversas empresas que não pertencem ao mesmo grupo econômico. Relata, outrossim, que as empresas que sofreram constrição não pertencem ao mesmo grupo econômico. Pois bem. Como cediço, a decisão vergastada tem natureza interlocutória, cuja recorribilidade não tem previsão legal no microssistema dos Juizados Especiais. Desta forma, verifica-se que a Impetrante está agindo de forma precipitada, porquanto a matéria poderá ser apreciada em sede de embargos à execução e eventualmente, em recurso inominado, em caso de decisão desfavorável ao pleito almejado. Neste sentido, eis os seguintes casuísmos jurisprudenciais, mutatis mutandis: MANDADO DE SEGURANÇA. FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. MANUTENÇÃO DA CONSTRIÇÃO JUDICIAL EM AUTOMÓVEL DA DEVEDORA. ALEGAÇÃO DE VÍCIO NA FASE DE CUMPRIMENTO. DESCABIMENTO DO MANDADO DE SEGURANÇA. WRIT QUE SÓ PODE SER UTILIZADO EM SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS. LESÃO A DIREITO LIQUIDO E CERTO NÃO DEMONSTRADA. EXISTÊNCIA DE OUTRO MEIO DE DEFESA AO ALCANCE DO DEVEDOR. CARÁTER RESIDUAL E EXCEPCIONAL NÃO OBSERVADO. INICIAL INDEFERIDA. EXTINÇÃO DO MANDAMUS SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. (Mandado de Segurança Nº 71006999999, Primeira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: José Ricardo de Bem Sanhudo, Julgado em 29/08/2017). MANDADO DE SEGURANÇA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DECISAO INTERLOCUTÓRIA SEM CARÁTER TERMINATIVO. ASTREINTE. INCIDÊNCIA DE JUROS E CORREÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. INTIMAÇÃO DO DEVEDOR. RECURSO CABÍVEL NO MOMENTO ADEQUADO. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. ABUSIVIDADE NÃO VERIFICADA. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. EXTINÇÃO DO MANDAMUS. (Mandado de Segurança Nº 71006557722, Primeira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: José Ricardo de Bem Sanhudo, Julgado em 28/03/2017) Evidencia-se, portanto, a tentativa da Impetrante de utilizar o presente mandado de segurança como sucedâneo recursal, o que não deve ser aceito, pois o referido remédio constitucional não se destina a suprir tal circunstância. É de sabença, que não se concederá mandado de segurança quando se tratar de decisão judicial passível de recurso, conforme disposto no art. 5.º, inc. II, da Lei n. 12.016/09. Outrossim, eis o teor da Súmula 267 do STF: "Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição". Aliás, é digno de nota que o STF possui firme entendimento no sentido "de não ser cabível mandado de segurança contra decisões interlocutórias exaradas em processos da competência dos juizados especiais (RE 650293 PB. Relator Min. DIAS TOFFOLI. Julgamento: 17/04/2012)". A despeito da mitigação de tal entendimento, a fim de se evitar arbitrariedades, o cabimento de mandado de segurança, em juizado especial, contra ato judicial do qual não caiba recurso, é medida excepcionalíssima, somente se justificando para correção de decisão ilegal (teratológica) e que possa acarretar dano real, atendendo à presença cumulativa desses dois requisitos, o que evidentemente não é o caso dos autos. Portanto, ausente na hipótese, o direito líquido e certo, passível de ser protegido por esta via mandamental, o indeferimento da inicial é medida que de rigor se impõe. Nesse sentido, averbem-se arestos pertinentes: MANDADO DE SEGURANÇA. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. EXCLUSÃO DOS CADASTROS NEGATIVOS. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. CABÍVEL, EM TESE, AGRAVO DE INSTRUMENTO. ESPÉCIE RECURSAL NÃO PREVISTA NA LEI Nº 9.099/95. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO MANDADO DE SEGURANÇA COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. WRIT QUE SOMENTE PODE SER UTILIZADO EM SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS. INICIAL INDEFERIDA. EXTINÇÃO DE PLANO. (Mandado de Segurança Nº 71005884002, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Nara Cristina Neumann Cano Saraiva, Julgado em 18/12/2015) MANDADO DE SEGURANÇA. DECISÃO MONOCRÁTICA NOS TERMOS DO ARTIGO 7º, INCISOS VI E VII DO REGIMENTO INTERNO DAS TURMAS RECURSAIS, E DO ARTIGO 557 DO CPC. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO A DIREITO LÍQUIDO E CERTO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA INDEFERIDA NOS AUTOS DA AÇÃO PRINCIPAL. AUSÊNCIA DE PRECLUSÃO. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO "WRIT" COMO SUBSTITUTIVO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO QUANDO A QUESTÃO AINDA ESTÁ SUJEITA A EXAME RECURSAL PRÓPRIO. SÚMULA 267 STF. INICIAL INDEFERIDA. (Mandado de Segurança Nº 71005819180, Terceira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Luís Francisco Franco, Julgado em 03/12/2015) MANDADO DE SEGURANÇA. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO COMO SUBSTITUTIVO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE DO ATO JUDICIAL. IRRECORRIBILIDADE DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS. VIOLAÇÃO DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO NÃO DEMONSTRADA. SEGURANÇA DENEGADA." (Mandado de Segurança Nº 71004847539, Primeira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Lucas Maltez Kachny, Julgado em 27/05/2014). O artigo 10 da Lei n.º 12.016/09, dispõe, litteris: "Art. 10. A inicial será desde logo indeferida, por decisão motivada, quando não for o caso de mandado de segurança ou lhe faltar algum dos requisitos legais ou quando decorrido o prazo legal para a impetração." Posto isso, com suporte no artigo 485, I, do Código de Processo Civil c/c artigo 10, da Lei Federal n.º 12.016/2009, INDEFIRO a inicial e, via de consequência DECLARO EXTINTO o presente MANDADO DE SEGURANÇA impetrado pela empresa GINCOVGD ALFA INCORPORACOES LTDA contra ato do EXMO. JUIZ DO QUINTO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ, sem resolução de mérito, determinando após preclusa a via recursal, o arquivamento dos autos com as baixas e anotações de estilo. Sem custas e verba honorária, pois incabíveis na espécie por força de matéria já sumulada pelos tribunais superiores (Súmula n.º 105 do STJ e n.º 512 do STF) e art. 10, XXII da Constituição do Estado de Mato Grosso. Notifique-se o Ministério Público. Intime-se. Cumpra-se. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO - RELATORA

Despacho Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1002715-04.2017.8.11.0007
Parte(s) Polo Ativo:
SOLANGE DA FONSECA VIEIRA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 02.528.193/0001-83 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA - MT (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0020-07 (REPRESENTANTE)
MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA - MT OAB - 15.023.906/0001-07 (REPRESENTANTE)
Outros Interessados:
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
VALMIR ALAERCIO DOS SANTOS

Vistos etc. O art. 39 da Resolução N.º 009/2011/PRES/TP que institui a Turma Recursal Única, dispõe: Art. 39 - No que couber, aplicam-se, subsidiariamente, as normas do Regimento Interno do Tribunal de Justiça, sendo os casos omissos e não disciplinados pela presente Resolução solucionados pela Corregedoria Geral da Justiça com recurso, no prazo de 5(cinco) dias para o Conselho da Magistratura. Dispõe o art. 80, § 1º, do RJITJMT, que deve ser aplicado subsidiariamente nos julgamentos da Turma Recursal Única, in verbis: Art. 80- Feito o preparo ou verificada a respectiva dispensa, os processos serão distribuídos, diariamente, por processamento eletrônico de dados, mediante sorteio aleatório e uniforme, segundo a ordem rigorosa de apresentação, observando-se as classes definidas no art. 71 e os princípios da publicidade, igualdade, alternatividade e do sorteio. § 1° - A distribuição do mandado de segurança, do habeas corpus, de medidas cautelares, do recurso cível e criminal, torna preventa a competência do Relator para todos os recursos ou incidentes posteriores, tanto na ação quanto na execução, referentes à mesma lide, e a distribuição do inquérito, bem como a realizada para efeito da concessão da fiança, ou de decretação da prisão preventiva, ou de qualquer diligência anterior à denúncia ou queixa, prevenirá a ação penal. Se no Tribunal de Justiça o relator continua prevento inclusive para julgar incidentes posteriores, o mesmo deve ocorrer na Turma Recursal Única. Assim, neste caso, em meu entender, há prevenção do Juiz Membro da Turma Recursal para o qual foi distribuído o Agravo de Instrumento nº 1014035-72.2017.8.11.0000, onde a parte autora postulou a concessão de tutela antecipada, objetivando o fornecimento de

tratamento com terapia ocupacional, em face ao disposto no art. 80, § 1º, do RJITJMT. Ante o exposto, em face ao disposto no § 1º, do art. 80 do RJITJMT, por considerar que neste caso há prevenção do relator para o qual o recurso de Agravo de Instrumento supramencionado foi distribuído, por isso o retirei da pauta de julgamento do dia 13.12.2019 e determino que seja redistribuído para a relatoria do Dr. SEBASTIÃO DE ARRUDA ALMEIDA, quem apreciou e decidiu referido recurso. Cumpra-se. Valmir Alaércio dos Santos Juiz de Direito, Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0014658-86.2013.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE RONDONOPOLIS (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA LUCIA DE SOUZA SILVA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CHERNENKO DO NASCIMENTO COUTINHO OAB - MT17553-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)

RECURSO INOMINADO: 0014658-86.2013.8.11.0003 COMARCA DE ORIGEM: JUIZADO DE RONDONÓPOLIS – DECLINADO DO TJMT PARA A TRU RECORRENTE: MARIA LUCIA DE SOUZA SILVA RECORRIDO: MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS JUIZ RELATOR: MARCELO SEBASTIÃO PRADO DE MORAES EMENTA – VOTO MONOCRÁTICO RECURSO INOMINADO – PRESCRIÇÃO – OCORRENTE – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – AÇÃO AVIADA ALÉM DO PRAZO PRESCRICIONAL – SENTENÇA QUE RECONHECEU A PRESCRIÇÃO ESCORREITA – POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, IV "a" DO NCPC C/C SÚMULA 01 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, IV, "a" do NCPC, cumulada ainda com a Súmula 01 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula 11 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. Ultrapassados o prazo de mais de 05 (cinco) entre a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras, passa a ocorrer a prescrição ao eventual direito de recomposição / pagamento de diferenças da conversão da moeda de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor, nos ditames do Decreto-Lei 3365/41 e ainda RE 561836/RN- STF e o julgamento dos embargos de declaração deste mesmo recurso extraordinário, com efeito repetitivo. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. Vistos, etc. Trata-se de recurso aviado contra a sentença que na fase de liquidação de sentença considerou a execução como sendo uma execução de sentença com liquidação "zero". Em sede de contrarrazões o recorrido pugna pela manutenção da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. FUNDAMENTO E DECIDO Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que, o relator pode, monocraticamente NEGAR PROVIMENTO a recurso, cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, IV, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: IV - negar provimento a recurso que for contrário a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula 01 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e NEGAR provimento monocraticamente, senão vejamos: "SÚMULA 01: O Relator, em decisão monocrática, poderá negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificadamente os fundamentos da decisão recorrida ou, negar provimento a recurso que esteja dentro dos ditames do artigo 932, IV, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias, para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017)." Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula 11 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA 11: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 861836/RN-STF)." Deve ser observada a data da reestruturação das carreiras, de onde, pela Lei Municipal 3247/2000, dispôs sobre a reestruturação das carreiras daquela municipalidade, de onde este seria o termo limite para se pleitear qualquer tipo de valores de URV, de onde, a ação presente fora ajuizada em data além do prazo prescricional de 05 (cinco) anos, do Decreto Lei 3365/41. Em recentíssimo julgamento no RESP 1.809.026/AL, da lavra do Ministro Herman Benjamin, decidido em data de 25/06/2019 e publicado em data de 02/08/2019, assim ficou lançado: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido." Em outros casos idênticos seguem as decisões do STJ: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 23/05/2016) Outra não foi também a conclusão do Ministro Luiz Fux, quando decidiu os Embargos de Declaração no RE 561836/RN que se tornou caso de repercussão geral sobre o tema, senão vejamos: Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) Ainda o mesmo julgado acima noticia que seria paga, no caso de decréscimo salarial a ser devidamente demonstrado, quando da reestruturação da carreira, uma verba destacada com o nome de VPNI que seria absorvida com o passar dos anos, com as recomposições salariais que viessem ocorrendo, de onde, de longa data, tal também já teria sido absorvido, com as várias alterações salariais ao longo de quase 25 (vinte e cinco) anos, sem falar na total ausência mínima de demonstração de decréscimo salarial no presente feito. Por tais motivos é óbvio, que se existia alguma pretensão esta estaria atingida pela prescrição, sendo de ser considerada a execução na fase de liquidação como sendo Execução "ZERO", exatamente pela ocorrência da prescrição. ISTO POSTO, conheço do recurso e no mérito, NEGO-LHE PROVIMENTO, mantendo-se a sentença inalteradas em todos

os seus por fundamentação diversa, ante a ocorrência da prescrição de eventual direito pretendido, de qualquer sorte. Condeno os recorrentes ao pagamento das custas processuais e ainda em honorários advocatícios, que, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, arbitro em 10% sobre o valor atualizado da causa, porém, com a suspensão de ambas, diante da gratuidade de justiça anteriormente concedida, moldes do artigo 98, §§ 2º e 3º do NCPC. Registro ainda que, com a mudança de locação / competência, as regras de sucumbência são as do Juizado Especial, em superação à qualquer outra, diante da existência de Lei Especial (Lei 9099/95) em sobreposição à Lei Geral (NCPC). ANOTO QUE SE O FEITO TIVER VINDO DECLINADO DO TJMT PARA A TRU, DE ONDE, DEVERÁ SER DEVOLVIDO À ORIGEM, COM AS MOVIMENTAÇÕES POSTERIORES DE DECLÍNIO AO JUIZADO ESPECIAL DA COMARCA DE ORIGEM, E SE EXISTIR JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA ESPECÍFICA, DEVE SER REDISTRIBUÍDO PARA ESTE, PARA SOMENTE APÓS SER DADA A DEVIDA BAIXA PROCESSUAL COMPETENTE. P.R.I Marcelo Sebastião Prado de Moraes Juiz de Direito Relator

Decisão

Decisão Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1013473-92.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
B2W COMPANHIA DIGITAL (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO MAHFUZ VEZZI OAB - MT18017-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EXMA. JUÍZA DE DIREITO EM SUBSTITUIÇÃO LEGAL LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
SEBASTIAO DE ARRUDA ALMEIDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO Turma Recursal Dr. Sebastião de Arruda Almeida – Juiz de Direito/Relator Mandado de Segurança Individual n.º 1013473-92.2019.8.11.0000 Impetrante: B2W COMPANHIA DIGITAL Litisconsorte Passivo Necessário: Barbara Brunetto, Vistos, etc. Trata-se de Mandado de Segurança tirado contra decisão monocrática que negou seguimento a recurso inominado interposto pela parte impetrante, em razão da falta e comprovação do preparo recursal tempestivamente. Para tanto, invoca argumentos fático-jurídicos tendentes a demonstrar que a referida decisão merece reforma. É dentro desse contexto fático-jurídico que, a meu sentir, deve ser reconhecida a falta de interesse de agir da parte impetrante, eis que, para a solução da sua irresignação judicial, deveria valer-se de recursos processuais próprios perante o próprio Colegiado Recursal, através do manejo do recurso de agravo interno, conforme previsto no art. 1.021 do Código de Processo Civil, assim escrito: Art. 1.021. Contra decisão proferida pelo relator caberá agravo interno para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal. Portanto, tenho que não é, juridicamente, possível o manejo desta ação constitucional contra decisão transitada em julgado. É o que estabelece o inc. II do art. 5.º da Lei n.º 12.016/09 (Lei do Mandado de Segurança) assim escrito: Art. 5o Não se concederá mandado de segurança quando se tratar: (...) II - de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo; Assim segue a jurisprudência nacional: RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 55.525 - MS (2017/0262235-2) RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ RECORRENTE : DANUZIA BATISTA DOMINGUEZ ADVOGADO : SUELEN COSTA NOGUEIRA E OUTRO (S) - MS019477 RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL INTERES. : NAIRLENE DIAS DE SOUZA INTERES. : SERGIO DE JESUS PAULA DECISÃO DANUZIA BATISTA DOMINGUEZ interpõe recurso em mandado de segurança contra decisão proferida por Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, que indeferiu liminarmente o Mandado de Segurança n. 1410402-58.2017.8.12.0000 e, com base no art. 485, I, do Código de Processo Civil, declarou extinto o processo, sem julgamento de mérito. Em suas razões, pretende a recorrente que seja conhecido e provido o recurso, a fim de que lhe seja concedida a restituição do veículo postulada. O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do recurso (fls. 49-52). Decido. Na hipótese dos autos, o recurso ordinário foi interposto em face de decisão monocrática do relator do mandado de segurança, que julgou extinto o mandamus sem resolução de mérito, razão por que o recurso ordinário não reúne condições de seguimento. Incabível o recurso em mandado de segurança contra decisão monocrática de relator, uma vez que a previsão constitucional para o recurso ordinário em mandado de segurança diz respeito a decisões colegiadas emanadas de Tribunais. Ilustrativamente, os seguintes precedentes: [...] I - Firme é o entendimento doutrinário e desta Corte Superior quanto ao não cabimento do recurso ordinário em mandado de segurança interposto contra decisum monocrático, não combatido via agravo regimental. Tal entendimento se dá em razão do vocábulo 'Tribunais' contido no permissivo constitucional, sendo cabível a impetração, portanto, apenas em face de 'acórdãos' . II - Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento. (EDcl no RMS n. 31.260/CE, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, 6ª T., DJe 29/9/2015, grifei) À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XVIII, a, do RISTJ, não conheço do recurso em mandado de segurança. Publique-se e intimem-se. Brasília (DF), 13 de junho de 2018. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ (STJ - RMS: 55525 MS 2017/0262235-2, Relator: Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Data de Publicação: DJ 18/06/2018) Por tais motivos, julgo extinto o processo, sem julgamento do mérito, com estribo no inc.VI do art. 485 do Código de Processo Civil, deixando de estabelecer as verbas sucumbenciais de custas, despesas processuais e honorários advocatícios por vedação legal (inc.XXII do art.10 da Constituição Estadual e Súmula n.º 512 do Supremo Tribunal Federal). Dr. Sebastião de Arruda Almeida Juiz de Direito - Relator

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0002088-82.2015.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA JULIA SE BALAO OAB - MT8272-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ANA MARIA DA SILVA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTELA REDIVO DA COSTA OAB - MT16663-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
PATRICIA CENI DOS SANTOS

EMENTA - DECISÃO MONOCRÁTICA AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA SALARIAL DECORRENTE DA CONVERSÃO DA MOEDA EM URV – CARREIRA QUE SOFREU REESTRUTUTAÇÃO – PRESCRIÇÃO – OCORRENTE – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – AÇÃO AVIADA ALÉM DO PRAZO PRESCRICIONAL – PRELIMINAR ACOLHIDA – APLICAÇÃO DA SÚMULA 11 DA TURMA RECURSAL. A súmula 11 da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso prevê que “O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público.” RELATÓRIO Primeiramente, registro que o presente feito está tramitando pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS nº. 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais. O presente feito versa sobre cobrança de diferença salarial decorrente da perda ocorrida quando da conversão do Cruzeiro Real para UVR. DECISÃO MONOCRÁTICA A prescrição, por ser matéria de ordem pública, não está sujeita a preclusão, pode ser suscitada a qualquer tempo pelas partes, e inclusive ser reconhecida de ofício, total ou parcialmente. Deve-se aplicar ao caso os princípios narra mihi factum dabo tibi jus (narra-me os fatos e eu te darei o direito), e iura novit curia (o juiz conhece o direito), que se traduz no dever que o juiz tem de conhecer a norma jurídica e aplicá-la por sua própria autoridade. Por isso, uma vez exposto o fato, o juiz deve aplicar o direito, ainda que não alegado o dispositivo legal ou alegado equivocadamente. Há muito tempo é pacífico o entendimento do colendo Superior Tribunal de Justiça no sentido de que "as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório". Precedentes: AgRg no REsp 1.333.769/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 29/11/2013; AgRg no REsp 1.302.854/MG, Rel. Ministro Arnaldo Esteves

Lima, Primeira Turma, DJe 10/5/2013; AgRg no AREsp 294.130/MG, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 29/4/2013; AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 24/10/2012" (STJ, AgRg no REsp 1.320.532/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 16/5/2014). Por tal motivo, "o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que que reestrutura a carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais" (STJ, AgRg no REsp 1.424.052/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 26/3/2014). (AREsp 1196439/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 19/12/2017). Decisões recentes da referida Corte Superior continuam ser no mesmo sentido, ou seja, de que o prazo prescricional quinquenal, quando há reestruturação da carreira passa a fluir a partir de então: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ – - REsp 1809026 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 25/06/2019 – Publ. DJE 02/08/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (STJ – AgRg no AREsp 811567 / MS – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 10/03/2016 – Publ. DJE 23/05/2016). Além disso, a incorporação da diferença da URV pelo servidor público não é eterna, cessa no momento que ocorrer a reestruturação da carreira, que se constitui em termo final ou limitação temporal para o perseguido direito à incorporação da diferença pela conversão em URV, como decidiu o Excelso Supremo Tribunal de Federal no Recurso Extraordinário n° 561.836-RN, Relator Ministro LUIZ FUX, j. 26.09.13, no sentido de que "O término da incorporação dos 11,98% ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". As decisões do colendo Superior Tribunal de Justiça também são no sentido de que uma vez ocorrida a reestruturação da carreira, cessa o direito de recebimento de diferenças referente a URV: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ART. 489, § 1º, VI, DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. REAJUSTE VENCIMENTAL. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/1994. LIMITAÇÃO TEMPORAL. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. POSSIBILIDADE. LEI ESTADUAL. REVISÃO. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. DISSÍDIO PRETORIANO PREJUDICADO. 3. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1814804 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 01/07/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ANÁLISE DE VIOLAÇÃO DE SÚMULA. INVIABILIDADE. ARTIGOS NÃO PREQUESTIONADOS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. CONVERSÃO DA MOEDA. URV. LEI 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. LEI MUNICIPAL. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. ANÁLISE DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA. 4. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensar as perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1804834 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 18/06/2019) ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido (STJ – AgInt no AREsp 1451549 / AL – Rel. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES – J. 04/06/2019 – Publ. DJE 10/06/2019) ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/94. DEFASAGEM SALARIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. Está pacificado neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ - AgInt no AREsp 935.728/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, DJe 22.9.2016). AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. URV. CONVERSÃO. DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. NOVO REGIME JURÍDICO REMUNERATÓRIO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTE STJ. 1. O agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental. 2. Este Superior Tribunal pacificou o entendimento no sentido de que as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. (c.f.: AgRg no AREsp 40.081/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 16/11/11. 3. Agravo regimental não provido (STJ - AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 24.10.2012). No caso dos Servidores do Município de Nova Olímpia, ao que consta, houve a reestruturação da carreira por meio da Lei Municipal nº 667, de 09 de Agosto de 2.005: “Que Institui um novo Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) do Poder Legislativo do Município de Nova Olímpia e dá outras providências” que entrou em vigor na data de sua publicação. Assim, em consonância com a jurisprudência do colendo Superior Tribunal de Justiça e do excelso Supremo Tribunal Federal, a partir de 09/08/2005, quando ocorreu a reestruturação da carreira dos servidores do Município de Nova Olímpia, iniciou-se a fluir o prazo prescricional quinquenal e encerrou-se no dia 09/08/2010. Colaciono abaixo Lei nº 667/2005: Como a presente ação somente foi distribuída após a data supramencionada, resta fulminada pela prescrição quinquenal o direito da Autora para pleitear indenização referente a diferenças pela conversão de CRUZEIRO REAL para URV restou, estava prescrito conforme reconhecido pelo STJ e STF. Somado a isso, imperioso destacar que foi discutida e aprovada pela Turma Recursal Única, em reunião deliberativa ocorrida no dia 11 de Setembro de 2019 a Súmula 11, a qual dispõe que: “SÚMULA 11. O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público.”. Ademais, nesta Turma Recursal, os seguintes recursos foram julgados neste sentido: 0009705-72.2015.8.11.0015, 0001070-05.2015.8.11.0015, 0007298-59.2016.8.11.0015, 0017502-36.2014.8.11.0015 e 0003180-74.2015.8.11.0015, entre outros tantos. DA POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO O relator pode monocraticamente dar provimento ao recurso que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, é o que dispõe o art. 932, inciso V, Letra A, do Código de Processo Civil/15, podendo ser aplicada multa entre um a cinco por cento do valor atualizado da causa, caso seja interposição de agravo inadmissível ou infundado (§4º do art. 1.021 – NCPC), in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: [...] V - depois de facultada a apresentação

de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; [...] Art. 1.021. Contra decisão proferida pelo relator caberá agravo interno para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal. [...] § 4o Quando o agravo interno for declarado manifestamente inadmissível ou improcedente em votação unânime, o órgão colegiado, em decisão fundamentada, condenará o agravante a pagar ao agravado multa fixada entre um e cinco por cento do valor atualizado da causa. [...] Em face à norma supra o FONAJE - Fórum Nacional dos Juizados Especiais editou o Enunciado nº 103, que dispõe: "O relator, nas Turmas Recursais Cíveis, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão estiver em manifesto confronto com Súmula do Tribunal Superior ou Jurisprudência dominante do próprio juizado, cabendo recurso interno para a Turma Recursal, no prazo de 5 dias (alterado no XXXVI Encontro – Belém/PA). Em consonância com o texto legal e ao referido Enunciado, esta Turma Recursal editou a Súmula nº 02, com a seguinte redação: "SÚMULA 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal.". DILIGÊNCIAS No mais, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, providenciando ainda as baixas pertinentes na Vara de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar o presente feito quando do retorno. CONSIDERAÇÕES FINAIS Ante o exposto, conheço o recurso inominado, e, em face ao disposto no art. 932, V, do Código de Processo Civil e a Súmula nº 02 desta Turma Recursal, monocraticamente, DOU-LHE PROVIMENTO para reformar a sentença atacada, JULGANDO IMPROCEDENTE O PEDIDO INICIAL. Sem custas e sem honorários advocatícios. Intimem-se. Dra. Patrícia Ceni Juíza de Direito – Relatora

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0502071-10.2015.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ADELSON MOREIRA PEREIRA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ARDONIL MANOEL GONZALES JUNIOR OAB - MT13945-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
FUNDACAO PROFESSOR CARLOS AUGUSTO BITTENCOURT (RECORRIDO)
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Outros Interessados:
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
VALMIR ALAERCIO DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADOS ESPECIAIS PRESIDÊNCIA DA TURMA RECURSAL ÚNICA Recurso: 0502071-10.2015.8.11.0001 Vistos etc. Trata-se de Recurso Extraordinário interposto pela parte Reclamante, ora Recorrente, com fulcro no art. 102, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, visando reformar a decisão desta Turma Recursal que negou provimento ao recurso inominado interposto pelo Recorrente e manteve a sentença que julgou extinto o feito sem resolução do mérito, por falta de interesse de agir, em razão de ter interesse em prosseguir no concurso público, porque ajuizou a ação depois de ter sido homologado o resultado final do concurso, conforme ementa abaixo: RECURSO CÍVEL INOMINADO – AÇÃO ANULATÓRIA DE FASE DE CONCURSO – EXTINÇÃO DO FEITO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR – PROCESSO EXTINTO – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. Deve ser mantida a extinção processual da ação anulatória por falta de interesse de agir, quando já houve o encerramento e homologação do concurso público. Afirma o Recorrente que neste caso está presente a repercussão geral por haver interesse público e não somente, mas toda uma gama de pessoas em situação semelhante. Alega em concurso para ingresso nos quadros da polícia militar, não foi aprovado da 3ª faze consistente na realização do exame psicotécnico, onde restou desclassificado com a classificação NÃO RECOMENDADO (INAPTO). Aduz que interpôs recurso administrativo, mas não teve êxito sem ter havido qualquer motivação, explicação ou parâmetros utilizados para a não recomendação. Assevera que quando ajuizou a presente ação algumas etapas do certame encontram-se sendo realizadas, que há inocorrência da decisão que reconheceu a ausência de interesse de agir na sua pretensão trazida em Juízo, tendo em vista as várias ilegalidades perpetradas em seu desfavor e que foram comprovadamente demonstradas. Ao final requer que seja dado provimento ao recurso extraordinário, reformando o acórdão da Turma Recursal considerado APTO na fase de exame psicológico. O presente recurso extraordinário é tempestivo e foi efetuado o preparo, conforme a certidão expedida pela Secretaria da Turma Recursal Única. A parte recorrida apresentou as contrarrazões recursais, onde alega ser inviável o recurso extraordinário, por ausência de pré-questionamento, que não se admite em face ao disposto nas Súmulas 282 e 356 do excelso Supremo Tribunal Federal, bem como que é vedado no julgamento do referido recurso o revolvimento do conjunto probatório, nos termos da Súmula 279 da referido Corte. Aduz que houve observância dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, que não há provas quanto às alegadas supostas irregularidades na aplicação da avaliação psicológica. Ao final requer que seja indeferido o processamento do recurso extraordinário, ou caso, contrário que lhe seja negado provimento. No entanto, o art. 1.035, caput, do Código de Processo Civil, dispõe: Art. 1.035. O Supremo Tribunal Federal, em decisão irrecorrível, não conhecerá do recurso extraordinário quando a questão constitucional nele versada não tiver repercussão geral, nos termos deste artigo. § 1o Para efeito de repercussão geral, será considerada a existência ou não de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico que ultrapassem os interesses subjetivos do processo. § 2o O recorrente deverá demonstrar a existência de repercussão geral para apreciação exclusiva pelo Supremo Tribunal Federal. § 3o Haverá repercussão geral sempre que o recurso impugnar acórdão que: I - contrarie súmula ou jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal; II – (Revogado pela Lei nº 13.256, de 2016) III - tenha reconhecido a inconstitucionalidade de tratado ou de lei federal, nos termos do art. 97 da Constituição Federal. § 4o O relator poderá admitir, na análise da repercussão geral, a manifestação de terceiros, subscrita por procurador habilitado, nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal. § 5o Reconhecida a repercussão geral, o relator no Supremo Tribunal Federal determinará a suspensão do processamento de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão e tramitem no território nacional. § 6o O interessado pode requerer, ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal de origem, que exclua da decisão de sobrestamento e inadmita o recurso extraordinário que tenha sido interposto intempestivamente, tendo o recorrente o prazo de 5 (cinco) dias para manifestar-se sobre esse requerimento. § 7º Da decisão que indeferir o requerimento referido no § 6º ou que aplicar entendimento firmado em regime de repercussão geral ou em julgamento de recursos repetitivos caberá agravo interno. (Redação dada pela Lei nº 13.256, de 2016) § 8o Negada a repercussão geral, o presidente ou o vice-presidente do tribunal de origem negará seguimento aos recursos extraordinários sobrestados na origem que versem sobre matéria idêntica. § 9o O recurso que tiver a repercussão geral reconhecida deverá ser julgado no prazo de 1 (um) ano e terá preferência sobre os demais feitos, ressalvados os que envolvam réu preso e os pedidos de habeas corpus. § 10.(Revogado dada pela Lei nº 13.256, de 2016) § 11. A súmula da decisão sobre a repercussão geral constará de ata, que será publicada no diário oficial e valerá como acórdão. Os temas abrangidos pelos § 1º e § 2º do referido artigo são aqueles relacionados com o sistema econômico, político, social ou jurídico que ultrapassem interesses subjetivos ou disponíveis, devendo ser preliminarmente demonstrados na interposição do recurso. Requisito esse, preenchido pela parte Recorrente, porém, para o cabimento do apelo extraordinário, deve-se ainda demonstrar a contrariedade ao texto constitucional de forma direta e frontal, e não pela via reflexa. Para ser possível o recebimento do Recurso Extraordinário é necessário que a contrariedade à Constituição Federal seja direta, deve atingir os próprios preceitos constitucionais. Do contrário, quando for reflexa (indireta ou oblíqua) atingindo, por exemplo, a legislação federal, não é cabível o referido recurso. Nesse sentido o excelso Supremo Tribunal Federal já decidiu: DIREITO CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO CONTRA ACÓRDÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA EM RECURSO ESPECIAL. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. LEGITIMIDADE PASSIVA "AD CAUSAM". REAJUSTE DAS CONTAS VINCULADAS AO FGTS. ALEGAÇÃO DE OFENSA AOS ARTS. 5 , II, XXXV, XXXVI, E 22, VI, DA CONSTITUIÇÃO

FEDERAL. 1. O acórdão recorrido não focalizou qualquer tema constitucional, o que justificou a invocação das Súmulas 282 e 356. 2. Ademais, como salientou a decisão agravada, é pacífica a jurisprudência do S.T.F., no sentido de não admitir, em R.E., alegação de ofensa indireta à Constituição Federal, por má interpretação ou aplicação e mesmo inobservância de normas infraconstitucionais. Agravo improvido, aplicando-se à agravante a multa de 1% (um por cento) sobre o valor corrigido da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito do respectivo valor, tudo nos termos dos artigos 545 e 557, parágrafo 2 , do Código de Processo Civil, com a redação que lhe foi dada pela Lei n 9.756, de 17.12.1998, observada a retificação feita no D.O.U. de 05.01.99. (STF - AI 239116 AgR / PR ? PARANÁ ? 1ª T. ? Rel. Min. SYDNEY SANCHES ? j. 29/06/1999 ? DJ DJ 22-10-1999 PP-00064 EMENT VOL-01968-07 PP-01351). CONSTITUCIONAL. INDENIZAÇÃO. DANOS MATERIAIS E MORAIS. OFENSA INDIRETA À CONSTITUIÇÃO. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 5°, XXXV, LIV E LV. OFENSA REFLEXA. AGRAVO IMPROVIDO. I - A apreciação dos temas constitucionais, no caso, depende do prévio exame de matéria infraconstitucional. II - A alegada violação ao art. 5º, XXXV, LIV e LV, da Constituição, em regra, configura situação de ofensa meramente reflexa ao texto constitucional, o que inviabiliza o conhecimento do recurso extraordinário. III - Aplicação de multa. IV - Agravo regimental improvido. (STF - AI 668940 AgR, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Primeira Turma, julgado em 20/05/2008, DJe-107 DIVULG 12-06-2008 PUBLIC 13-06-2008 EMENT VOL-02323-08 PP-01593). AGRAVO DE INSTRUMENTO - ALEGADA VIOLAÇÃO A PRECEITOS INSCRITOS NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA - AUSÊNCIA DE OFENSA DIRETA À CONSTITUIÇÃO - CONTENCIOSO DE MERA LEGALIDADE - RECURSO IMPROVIDO. - A situação de ofensa meramente reflexa ao texto constitucional, quando ocorrente, não basta, só por si, para viabilizar o acesso à via recursal extraordinária. (AI 775.275-AgR, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, DJ 28.10.2011) Dessa forma, o excelso Supremo Tribunal Federal vem reiteradamente decidindo: "A violação indireta ou reflexa das regras constitucionais não enseja recurso extraordinário. Precedentes: AI n. 738.145 - AgR, Rel. Min. CELSO DE MELLO, 2ª Turma, DJ 25.02.11; AI n. 482.317-AgR, Rel. Min. ELLEN GRACIE, 2ª Turma DJ 15.03.11; AI n. 646.103-AgR, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, 1ª Turma, DJ 18.03.11". Ademais, se não fossem observados os argumentos supra, ainda assim, o recurso extraordinário não alcançaria seguimento, pois, por uma simples análise, vislumbra-se também a nítida intenção de provocar o reexame da matéria fático-probatório, o que é vedado nesta seara recursal ante o disposto no verbete sumular n.º 279 do STF, in verbis: "Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário". Verifico que não subsiste a alegação de ofensa ao art. 93, inciso IX da Constituição Federal, pois o acórdão recorrido, não obstante seja contrário aos interesses da parte Recorrente, está suficientemente motivado, sem ficar configurada a apontada ofensa à Constituição da República. O Supremo Tribunal Federal assentou que as alegações de contrariedade aos princípios do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, da motivação das decisões judiciais, bem como aos limites da coisa julgada, quando dependente do reexame prévio de normas infraconstitucionais, revela ofensa indireta ou reflexa à Constituição Federal, o que, por si só, não desafia a instância extraordinária. Precedentes: AI 804.854-AgR, 1ª Turma, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJe de 24/11/2010 e AI 756.336-AgR, 2ª Turma, Rel. Min. Ellen Gracie, DJe de 22/10/2010. Assim, a respeito da alegação de contrariedade aos princípios do contraditório e da ampla defesa, o excelso Supremo Tribunal Federal no julgamento do ARE 748371, recurso repetitivo, Tema nº660 decidiu pela inexistência de repercussão geral: Tema Leading case Assunto: Decisão 660 ARE 748371 Violação dos princípios do contraditório e da ampla defesa quando o julgamento da causa depender de prévia análise da adequada aplicação das normas infraconstitucionais. Extensão do entendimento ao princípio do devido processo legal e aos limites da coisa julgada. Inexistência de repercussão geral Colaciono abaixo diversas decisões do STF em recursos repetitivos, Temas abaixo colacionados em que a referida Corte Suprema decidiu pela inexistência de repercussão geral: Tema Leading case Assunto: Decisão 797 ARE 836819 Presunção relativa de inexistência de repercussão geral dos recursos extraordinários interpostos nas causas processadas nos Juizados Especiais Cíveis da Lei 9.099/1995. Inexistência de repercussão geral 798 ARE 835833 Presunção relativa de inexistência de repercussão geral dos recursos extraordinários interpostos nas causas processadas nos Juizados Especiais Cíveis da Lei 9.099/1995. Inexistência de repercussão geral 800 ARE 835833 Presunção relativa de inexistência de repercussão geral dos recursos extraordinários interpostos nas causas processadas nos Juizados Especiais Cíveis da Lei 9.099/1995. Inexistência de repercussão geral No presente Recurso Extraordinário se discute questão à qual o excelso Supremo Tribunal Federal negou a existência de repercussão geral, pois decidiu no tema em epígrafe que não se trata de matéria constitucional. Sendo assim, neste caso, deve ser negado seguimento ao recurso extraordinário, em face ao disposto no art. 1030, inciso I, alínea "a" do Código de Processo Civil, in verbis: I – negar seguimento: (Incluído pela Lei nº 13.256, de 2016) a) a recurso extraordinário que discuta questão constitucional à qual o Supremo Tribunal Federal não tenha reconhecido a existência de repercussão geral ou a recurso extraordinário interposto contra acórdão que esteja em conformidade com entendimento do Supremo Tribunal Federal exarado no regime de repercussão geral; (Incluído pela Lei nº 13.256, de 2016) Ante o exposto, principalmente em face ao decidido pelo excelso Supremo Tribunal Federal, em repercussão geral, nos Temas 660, e nos demais Temas acima mencionados, e na Súmula nº 279 do Supremo Tribunal Federal, em face ao disposto no art. 1.030, inciso I, alínea "a" do Código de Processo Civil, NEGO SEGUIMENTO ao presente Recurso Extraordinário. Intimem-se. Cumpra-se. VALMIR ALAÉRCIO DOS SANTOS Juiz de Direito - Presidente da Turma Recursal Única

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0500487-05.2015.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MICHELLY NEVES SILVA (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (RECORRIDO)
Outros Interessados:
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
VALMIR ALAERCIO DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADOS ESPECIAIS PRESIDÊNCIA DA TURMA RECURSAL ÚNICA Recurso: 0500487-05.2015.8.11.0001 Vistos etc. Trata-se de Recurso Extraordinário interposto pela parte Reclamante, ora Recorrente, com fulcro no art. 102, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, visando reformar a decisão desta Turma Recursal que negou provimento ao recurso interposto, via de consequência, manteve a sentença recorrida, conforme ementa abaixo: SÚMULA DE JULGAMENTO – PERMISSIVO ENCONTRADO NO ARTIGO 46 DA LEI 9099/95. RECURSO INOMINADO - CONCURSO PÚBLICO – APROVAÇÃO NAS VAGAS DE CADASTRO DE RESERVA – EXPECTATIVA DE DIREITO – ACORDO CELEBRADO EM OUTRA AÇÃO PELO SINDICATO – TENTATIVA DE SUPERAR OUTROS CANDIDATOS APROVADOS EM POSIÇÃO MELHOR – IMPOSSIBILIDADE – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. Observada a condição pessoal da recorrente de ter sido "aprovada" no concurso para enfermeira na 252ª posição, de um concurso que, tinha 30 vagas no edital e, posteriormente foram contratados 35 candidatos, não há que se falar do direito da mesma de ter a sua contratação deferida mediante a intervenção do Poder Judiciário, na tentativa ainda de ultrapassar mais de 20 candidatos que passaram à sua frente. A aprovação em um concurso público em posição denominado de cadastro de reserva traduz-se na mera expectativa de direito, se, no período de validade do concurso ocorrer a criação de cargos, com a sua contratação em preferencia e na ordem de classificação do concurso. Calha ainda o registro de que, fora aviado um mandado de segurança pelo Sindicato dos Enfermeiros na Vara da Fazenda Pública sob o número 52919-69.2014.811.0041, de onde, inicialmente aquele magistrado determinou a contratação de vários profissionais, sem respeitar a lei orçamentária do município, de onde, posteriormente, o Desembargador Orlando de Almeida Perri, concedeu a suspensão da segurança, diante do risco de prejuízos ao erário municipal. Anoto ainda que, da liminar do presente feito, eu fui o relator do Agravo de Instrumento 331/2015, de onde concedi o efeito suspensivo e, posteriormente, julgado o mérito confirmada a revogação da liminar anteriormente concedida, conhecendo bem a fundo a matéria tratada no presente feito. E, para resolver ainda, posteriormente, no feito da Vara da Fazenda Pública o magistrado homologou o acordo celebrado entre todos ali, no sentido do Município viabilizar a contratação de até 109 pessoas, gradualmente ao longo do temo, senão vejamos: Com Resolução do Mérito->Homologação de Transação v Vistos,etc. Trata-se de pedido de

reconsideração peticionado pela parte impetrada em que se pretende a reforma da decisão liminar que parcialmente deferiu os pedidos invocados pela Impetrante, notadamente no que diz respeito à ordem de "imediata suspensão do processo seletivo de provimento imediato de cargos tão-somente destinados à enfermeiros e técnicos em enfermagem, vinculados ao Edital n. 001/2014, de 29 de outubro de 2014, ficando vedada a realização de qualquer de suas fases/etapas para estes profissionais, até que se esgote o prazo de validade ou o numero de classificados do concurso público n. 001/2012". Para tanto, aduz sinteticamente que a realização do novo concurso público para provimento de vagas de enfermeiros e técnicos de enfermagem atende à obrigação assumida no TAC firmado com o Ministério Público Estadual, bem como a implementação de novas unidades de saúde a médio e longo prazo, citando como exemplo o novo Pronto Socorro da Capital e o Hospital São Benedito, que encontram-se em planejamento e construção. Alega, ainda, que por força da LC Municipal n. 334/2014 foram criados novos 522 (quinhentos e vinte e dois) cargos de provimento efetivo de Enfermeiro, que somados aos já anteriormente previstos na LC n. 271/2011, eleva os cargos disponíveis para o total de 722 (setecentas e vinte e duas) vagas a serem preenchidas oportunamente, razão pela qual todos os 406 (quatrocentos e seis) candidatos classificados no quadro de reserva do Concurso Púbico n. 01/2012/PMC/MT não sofreriam qualquer violação ao direito de nomeação, sendo o mesmo fundamento aplicado aos Técnicos em Enfermagem que se encontram na mesma situação (232), haja vista que estariam abarcados pelas 300 (trezentas) vagas oferecidas pelo Edital n. 01/2014. Por fim, afirma que a manutenção da medida liminar acarretaria em sérios prejuízos para a Administração Municipal, uma vez que os gastos com a realização do concurso já foram despendidos, dentre eles a contratação da banca examinadora vencedora do processo licitatório, bem como de toda a estrutura envolvendo o mesmo, gastos estes que não serão reembolsáveis e que fatalmente aumentarão com a sua realização em data futura, sem falar nos prejuízos galgados pelos candidatos inscritos somente para os cargos de enfermagem e técnico em enfermagem, que somam o montante aproximado de 3.600 (três mil e seiscentos) candidatos. Para tanto, oferece como garantia à normal realização do certame regido pelo Edital n. 01/2014 para os cargos de enfermeiros e técnicos em enfermagem a retificação do mesmo para fazer acrescentar, mediante autorização deste juízo, o subitem 3.9 ao item 3, segundo o qual estabelece que "As vagas oferecidas, neste certame, para os cargos de Enfermeiro e Técnico de Enfermagem, de chamamento imediato, serão preenchidas após nomeações e posse dos candidatos classificados e aprovados no Concurso Público nº 01/2012/PMC/MT de 18 de janeiro de 2012 ou término da vigência do referido certame, por força de decisão judicial". Em síntese, é o que merece registro. Fundamento. Decido. Pois bem. Sobreleva dizer, que o poder geral de cautela, ressalvados os limites atinentes à própria medida cautelar e aos princípios relativos ao devido processo legal, é amplo, facultando-se ao julgador a análise da conveniência sobre a adoção de uma determinada constrição que busque garantir a efetividade da prestação jurisdicional. Significa dizer que o poder geral de cautela há de ser entendido com uma amplitude compatível com a sua finalidade primeira, que é a de assegurar a perfeita eficácia da função jurisdicional. Insere-se, aí, sem dúvida, a garantia da efetividade da decisão a ser proferida. A adoção de medidas cautelares (inclusive as liminares inaudita altera pars) é fundamento para o próprio exercício da função jurisdicional, que não deve encontrar obstáculos, salvo no ordenamento jurídico. Ademais, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou-se no sentido de que os editais de concursos públicos são inalteráveis no decorrer dos certames, salvo quando alguma alteração se fizer necessária por imposição de lei ou para sanar erro material contido no texto (RE 604.498, Rel. Min. Dias Toffoli, decisão monocrática, julgamento em 12-4-2012, DJE de 17-4-2012). Neste sentido, embora a medida liminar parcialmente deferida nesta via mandamental tenha se embasado em direito líquido e certo violado, em estrito cumprimento dos requisitos legais dispostos na Lei n. 12.016/2009, não encontrando a mesma qualquer óbice legal disposto em nosso ordenamento jurídico, entendo que a mesma merece ser reformada, em respeito à supremacia do interesse público, senão vejamos. Ficou claramente demonstrado pela narrativa fática e documentos instruídos pelo ente público no petitório em análise que haverá prejuízos não somente aos candidatos que já se inscreveram no concurso público, cuja prova preambular está marcada para o domingo próximo (25.01.2015), como também para a própria municipalidade, haja vista que o contrato já foi firmado com a banca examinadora, mediante procedimento licitatório, sendo indubitável que os cofres públicos não serão ressarcidos com eventual ressarcimento de valores aos candidatos a título de cancelamento das inscrições, ou mesmo com o próprio cancelamento do certame para estes dois cargos em tela, haja vista que haverá a necessidade de se realizar em data futura novo concurso para este fim, com dispêndio de novos gastos de verba pública, o que evidencia eventual desequilíbrio na execução da Lei Orçamentária Anual gerando déficit prejudicial ao próprio interesse público primário. É cediço que a Fazenda Pública está sujeita a rígido controle de despesas com pessoal, controle esse estabelecido pela própria Constituição Federal no art. 169, posteriormente regulamentado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC n. 101/2000) que em seu artigo 19 e incisos estabelece os limites máximos a serem gastos com pessoal nas esferas Executiva, Legislativa, Judiciária e do Ministério Público. Desta forma, resta demonstrado que a manutenção da liminar concedida nos autos nos seus exatos termos, notadamente à parte atinente ao cancelamento do certame regido pelo Edital n. 01/2014 tão somente para os cargos de Enfermeiros e Técnicos de Enfermagem, fatalmente ocasionará um desequilíbrio nos gastos públicos, o que poderia levar o ente estatal às restrições previstas no art. 22 da referida lei complementar e às sanções previstas no art. 23 da mesma lei. Atento ao acima elucidado, e antevendo iminente dano ao erário público, novamente peticiona a Administração Municipal às fls. 346/349 informando acerca do entabulamento de acordo realizado entre as partes, com vista à composição amigável da lide, requerendo, por conseguinte, a homologação do mesmo para que surta os legais e jurídicos efeitos, nos seguintes termos: 1) As partes reconhecem que, até abril de 2016, existe a necessidade de provimento, em caráter efetivo, de 109 (cento e nove) cargos de enfermeiro e 300 (trezentos) cargos de técnicos de enfermagem. 2) Em respeito à disponibilidade orçamentário-financeira e ao limite de comprometimento de 54% (cinquenta e quatro por cento) da receita corrente líquida com gastos com pessoal, determinado pelo art. 19, inciso III, e art. 20, inciso III, alínea "b" da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/2000), o Município de Cuiabá, dentre os classificados em cadastro de reserva do Concurso Público n.º 001/2012/PMC/MT, observando-se a ordem de classificação, nomeará e empossará 109 (cento e nove) enfermeiros e 300 (trezentos) técnicos de enfermagem, em frações de 1/11 (um onze avos), iniciando-se o primeiro chamamento no mês de junho do corrente ano, e os demais de forma sucessiva e mensal, até o mês de abril de 2016, data de encerramento da vigência do certame de 2012. 3) Fica mantida a realização do Concurso Público n.º 001/2014 para a formação de cadastro de reserva visando o suprimento de necessidade de preenchimento de vagas nos cargos de enfermeiro e técnico em enfermagem que surgirem após o exaurimento do prazo de validade do Concurso Público n.º 001/2012/PMC/MT. Portanto, diante do pedido de extinção do presente mandamus, tendo em vista acordo amigável entabulamento entre as partes carreado às fls. 346/349, JULGO EXTINTO O PRESENTE FEITO, com arrimo no artigo 269, inciso III do CPC. Sem interesse recursal. Isento de custas e honorários advocatícios, nos termos das Súmulas 512 do STF e 105 do STJ, bem como na esteira do art. 10, XXII da Constituição Estadual. P.I. Após, decorrido o prazo recursal, arquive-se com todas as baixas. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. O fato de existirem algumas contratações de pessoas para prestar o mesmo serviço, em caráter precário, por si só não se traduz em direito da recorrente de também ser nomeada, ainda mais quando se observa que a mesma está ainda muito longe das posições de encaixe, e, caso seja nomeada ainda dará um salto sobre os demais candidatos, o que não seria legítima, ainda mais quando estes sequer estão a participar da lide. A mera expectativa de ser nomeada, caso surja a vaga, por si só não traduz em direito objetivo à sua nomeação, apenas sob a alegação de que outras pessoas estão contratadas em caráter precário a desenvolver a mesma função. As verbas para o pagamento de pessoa concursado e pessoal contratado vem de fontes diferentes, sendo uma de folha corrente que obedece os limites da responsabilidade fiscal e a outra de folha destinada a terceirizados, que obedece outros limites a não implicar até mesmo o gestor nas penalidades legais, não podendo ainda o Poder Judiciário ignorar tais fatos, a não legitimar nem de longe a nomeação e posse de candidata localizada em mais de 20 posições abaixo das vagas inicialmente destinadas no edital do certame. MINISTÉRIO PÚBLICO. Devidamente enviado o feito para parecer do Ministério Público, este retornou sem a devida manifestação. Porém, consultado o mesmo em sede de sessão de julgamento manifestou pelo seu desinteresse em manifestar

na presente questão, como lavrado na ata do acórdão. SENTENÇA MANTIDA INTEGRALMENTE PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTO. Quando a sentença é mantida integralmente pelos próprios fundamentos, pode o julgamento se dar na forma de súmula de julgamento, moldes do artigo 46 da Lei 9099/95. VERBAS SUBMBENCIAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. Diante da sucumbência, condeno a recorrente ao pagamento das custas processuais e ainda em honorários advocatícios, que, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, fixo em 10% sobre o valor da causa, porém, com a suspensão de ambas, diante da gratuidade de justiça anteriormente concedida, moldes do artigo 98, §§ 2º e 3º do NCPC. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. É o voto na forma de súmula de julgamento. Marcelo Sebastião Prado de Moraes Juiz de Direito - Relator Alega a parte Recorrente que: “O que se discute nos presentes autos é a nomeação imediata diante da preterição das Recorrentes em face de contratos temporários realizados pela administração pública, ou seja, o reconhecimento do direito da posse delas, sendo observada a omissão do Recorrido na falta de nomeação, isto porque o v. acórdão violou o preceito constitucional insculpido no art. 37, II, IV e IX da Carta Magna, ao manter a sentença vergastada”. Sustenta que: “Vê-se, portanto, ao não enfrentar a matéria contida no art. 37, II, IV e IX da Carta da República, a eg. Turma Recursal Única deixou de apreciar a matéria contida na presente demanda judicial, julgando-se o Recurso Inominado aviado pelas Recorrentes tão-somente para manter a sentença por seus próprios fundamentos, devendo esta Colenda Corte Suprema reconhecer a inconstitucionalidade do v. acórdão recorrido”. O presente recurso extraordinário é tempestivo e foi efetuado o preparo, conforme a certidão expedida pela Secretaria da Turma Recursal Única. A parte recorrida não apresentou as contrarrazões recursais. No entanto, o art. 1.035, caput, do Código de Processo Civil, dispõe: Art. 1.035. O Supremo Tribunal Federal, em decisão irrecorrível, não conhecerá do recurso extraordinário quando a questão constitucional nele versada não tiver repercussão geral, nos termos deste artigo. § 1o Para efeito de repercussão geral, será considerada a existência ou não de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico que ultrapassem os interesses subjetivos do processo. § 2o O recorrente deverá demonstrar a existência de repercussão geral para apreciação exclusiva pelo Supremo Tribunal Federal. § 3o Haverá repercussão geral sempre que o recurso impugnar acórdão que: I - contrarie súmula ou jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal; II – (Revogado pela Lei nº 13.256, de 2016) III - tenha reconhecido a inconstitucionalidade de tratado ou de lei federal, nos termos do art. 97 da Constituição Federal. § 4o O relator poderá admitir, na análise da repercussão geral, a manifestação de terceiros, subscrita por procurador habilitado, nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal. § 5o Reconhecida a repercussão geral, o relator no Supremo Tribunal Federal determinará a suspensão do processamento de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão e tramitem no território nacional. § 6o O interessado pode requerer, ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal de origem, que exclua da decisão de sobrestamento e inadmita o recurso extraordinário que tenha sido interposto intempestivamente, tendo o recorrente o prazo de 5 (cinco) dias para manifestar-se sobre esse requerimento. § 7º Da decisão que indeferir o requerimento referido no § 6º ou que aplicar entendimento firmado em regime de repercussão geral ou em julgamento de recursos repetitivos caberá agravo interno. (Redação dada pela Lei nº 13.256, de 2016) § 8o Negada a repercussão geral, o presidente ou o vice-presidente do tribunal de origem negará seguimento aos recursos extraordinários sobrestados na origem que versem sobre matéria idêntica. § 9o O recurso que tiver a repercussão geral reconhecida deverá ser julgado no prazo de 1 (um) ano e terá preferência sobre os demais feitos, ressalvados os que envolvam réu preso e os pedidos de habeas corpus. § 10.(Revogado dada pela Lei nº 13.256, de 2016) § 11. A súmula da decisão sobre a repercussão geral constará de ata, que será publicada no diário oficial e valerá como acórdão. Os temas abrangidos pelos § 1º e § 2º do referido artigo são aqueles relacionados com o sistema econômico, político, social ou jurídico que ultrapassem interesses subjetivos ou disponíveis, devendo ser preliminarmente demonstrados na interposição do recurso. Requisito esse, preenchido pela parte Recorrente, porém, para o cabimento do apelo extraordinário, deve-se ainda demonstrar a contrariedade ao texto constitucional de forma direta e frontal, e não pela via reflexa. Para ser possível o recebimento do Recurso Extraordinário é necessário que a contrariedade à Constituição Federal seja direta, deve atingir os próprios preceitos constitucionais. Do contrário, quando for reflexa (indireta ou oblíqua) atingindo, por exemplo, a legislação federal, não é cabível o referido recurso. Nesse sentido o excelso Supremo Tribunal Federal já decidiu: DIREITO CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO CONTRA ACÓRDÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA EM RECURSO ESPECIAL. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. LEGITIMIDADE PASSIVA "AD CAUSAM". REAJUSTE DAS CONTAS VINCULADAS AO FGTS. ALEGAÇÃO DE OFENSA AOS ARTS. 5 , II, XXXV, XXXVI, E 22, VI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. 1. O acórdão recorrido não focalizou qualquer tema constitucional, o que justificou a invocação das Súmulas 282 e 356. 2. Ademais, como salientou a decisão agravada, é pacífica a jurisprudência do S.T.F., no sentido de não admitir, em R.E., alegação de ofensa indireta à Constituição Federal, por má interpretação ou aplicação e mesmo inobservância de normas infraconstitucionais. Agravo improvido, aplicando-se à agravante a multa de 1% (um por cento) sobre o valor corrigido da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito do respectivo valor, tudo nos termos dos artigos 545 e 557, parágrafo 2 , do Código de Processo Civil, com a redação que lhe foi dada pela Lei n 9.756, de 17.12.1998, observada a retificação feita no D.O.U. de 05.01.99. (STF - AI 239116 AgR / PR ? PARANÁ ? 1ª T. ? Rel. Min. SYDNEY SANCHES ? j. 29/06/1999 ? DJ DJ 22-10-1999 PP-00064 EMENT VOL-01968-07 PP-01351). CONSTITUCIONAL. INDENIZAÇÃO. DANOS MATERIAIS E MORAIS. OFENSA INDIRETA À CONSTITUIÇÃO. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 5°, XXXV, LIV E LV. OFENSA REFLEXA. AGRAVO IMPROVIDO. I - A apreciação dos temas constitucionais, no caso, depende do prévio exame de matéria infraconstitucional. II - A alegada violação ao art. 5º, XXXV, LIV e LV, da Constituição, em regra, configura situação de ofensa meramente reflexa ao texto constitucional, o que inviabiliza o conhecimento do recurso extraordinário. III - Aplicação de multa. IV - Agravo regimental improvido. (STF - AI 668940 AgR, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Primeira Turma, julgado em 20/05/2008, DJe-107 DIVULG 12-06-2008 PUBLIC 13-06-2008 EMENT VOL-02323-08 PP-01593). AGRAVO DE INSTRUMENTO - ALEGADA VIOLAÇÃO A PRECEITOS INSCRITOS NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA - AUSÊNCIA DE OFENSA DIRETA À CONSTITUIÇÃO - CONTENCIOSO DE MERA LEGALIDADE - RECURSO IMPROVIDO. - A situação de ofensa meramente reflexa ao texto constitucional, quando ocorrente, não basta, só por si, para viabilizar o acesso à via recursal extraordinária. (AI 775.275-AgR, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, DJ 28.10.2011) Dessa forma, o excelso Supremo Tribunal Federal vem reiteradamente decidindo: “A violação indireta ou reflexa das regras constitucionais não enseja recurso extraordinário. Precedentes: AI n. 738.145 - AgR, Rel. Min. CELSO DE MELLO, 2ª Turma, DJ 25.02.11; AI n. 482.317-AgR, Rel. Min. ELLEN GRACIE, 2ª Turma DJ 15.03.11; AI n. 646.103-AgR, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, 1ª Turma, DJ 18.03.11”. Ademais, se não fossem observados os argumentos supra, ainda assim, o recurso extraordinário não alcançaria seguimento, pois, por uma simples análise, vislumbra-se também a nítida intenção de provocar o reexame da matéria fático-probatório, o que é vedado nesta seara recursal ante o disposto no verbete sumular n.º 279 do STF, in verbis: “Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário”. Deve ser ressaltado que o excelso Supremo Tribunal Federal decidiu no recurso repetitivo, Tema nº 735, que não há repercussão geral, por ser matéria infraconstitucional, quando o assunto se trata de: “Direito à nomeação de candidato aprovado em concurso público em face de posteriores contratações temporárias, nas hipóteses em que não fica comprovada a preterição”. A decisão recorrida não reconheceu a ocorrência de preterição em razão de posteriores contratações temporárias, de forma que para a análise do Recurso Extraordinário, sob esse aspecto, seria necessário o reexame de provas, o que não pode ser realizado no Recurso Extraordinário, nos termos da Súmula nº 279 do STF. Sendo assim, neste caso, ante a decisão contida no Tema de recurso repetitivo nº 735 do STF, deve ser negado seguimento ao recurso extraordinário, em face ao disposto no art. 1.030, inciso I, alínea “a” do Código de Processo Civil, in verbis: I – negar seguimento: (Incluído pela Lei nº 13.256, de 2016) a) a recurso extraordinário que discuta questão constitucional à qual o Supremo Tribunal Federal não tenha reconhecido a existência de repercussão geral ou a recurso extraordinário interposto contra acórdão que esteja em conformidade com entendimento do Supremo Tribunal Federal exarado no regime de repercussão geral; (Incluído pela Lei nº 13.256, de 2016) Ante o exposto, em conformidade com a decisão contida no Tema nº 735, do excelso Supremo Tribunal Federal e na Súmula nº 279 do referida Corte,

em face ao disposto no art. 1.030, inciso I, alínea “a” do Código de Processo Civil, NEGO SEGUIMENTO ao presente Recurso Extraordinário. Intimem-se. Cumpra-se. VALMIR ALAÉRCIO DOS SANTOS Juiz de Direito - Presidente da Turma Recursal Única

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0503535-06.2014.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CLEVERTON MARCELINO DE ALMEIDA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GOULTH VALENTE SOUZA DE FIGUEIREDO OAB - MT7082-O (ADVOGADO)
MARCOS DANTAS TEIXEIRA OAB - MT3850-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
VALMIR ALAERCIO DOS SANTOS

Recurso Inominado: 0503535-06.2014.811.0001 Classe CNJ: 460 Origem: Juizado Especial da Fazenda Pública da Capital Recorrente: Estado de Mato Grosso Recorrido: Cleverton Marcelino de Almeida Juiz Relator: Valmir Alaércio dos Santos DECISÃO MONOCRÁTICA - EMENTA: RECURSO INOMINADO – PRETENSÃO DE RECEBIMENTO DE DIFERENÇAS DA URV – CARREIRA QUE POSTERIORMENTE SOFREU REESTRUTURAÇÃO – PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO QUINQUENAL – PRAZO PRESCRICIONAL FLUI A PARTIR DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – PRELIMINAR ACOLHIDA – DECISÃO MONOCRÁTICA ART. 932, V, “A” DO CPC – RECURSO PROVIDO. O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público. (Súmula nº 11 da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso) Decisão monocrática em face ao disposto no art. 932, V, “a”, do Código de Processo Civil. Recurso provido. VOTO Inicialmente, a Procuradoria-Geral de Justiça emitiu parecer opinando pelo oportuno julgamento da demanda, sem a participação processual do Ministério Público, conforme parecer acostado no ID 635981. Deixo de elaborar o relatório, por ser dispensado em face ao disposto no art. 46 da Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995, in verbis: “Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão”. Trata-se de recurso interposto pelo Recorrente em epígrafe, contra a sentença que julgou procedente a pretensão da parte Recorrida e o condenou a efetuar a incorporação do percentual de 11,98% a título de URV e ainda o pagamento dos últimos 05 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação e a pagar honorários advocatícios. Defende o Recorrente que o marco inicial para fluir o prazo prescricional quinquenal é a data que ocorreu a reestruturação da carreira que a parte Recorrida integra, onde foram definidos os subsídios para a categoria, em face ao disposto nos art. 1º do Decreto n. 20.910/32, c/c. 487, inciso II, do Código de Processo Civil. Há muito tempo é pacífico o entendimento do colendo Superior Tribunal de Justiça no sentido de que "as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório". Precedentes: AgRg no REsp 1.333.769/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 29/11/2013; AgRg no REsp 1.302.854/MG, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 10/5/2013; AgRg no AREsp 294.130/MG, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 29/4/2013; AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 24/10/2012" (STJ, AgRg no REsp 1.320.532/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 16/5/2014). Por tal motivo, "o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que que reestrutura a carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais" (STJ, AgRg no REsp 1.424.052/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 26/3/2014). (AREsp 1196439/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 19/12/2017). Decisões recentes da referida Corte Superior continuam ser no mesmo sentido, ou seja, de que o prazo prescricional quinquenal, quando há reestruturação da carreira passa a fluir a partir de então: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ – - REsp 1809026 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 25/06/2019 – Publ. DJE 02/08/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (STJ – AgRg no AREsp 811567 / MS – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 10/03/2016 – Publ. DJE 23/05/2016) Além disso, a incorporação da diferença da URV pelo servidor público não é eterna, cessa no momento que ocorrer a reestruturação da carreira, que se constitui em termo final ou limitação temporal para o perseguido direito à incorporação da diferença pela conversão em URV, como decidiu o Excelso Supremo Tribunal de Federal no Recurso Extraordinário n° 561.836-RN, Relator Ministro LUIZ FUX, j. 26.09.13, no sentido de que "O término da incorporação dos 11,98% ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". As decisões do colendo Superior Tribunal de Justiça também são no sentido de que uma vez ocorrida a reestruturação da carreira, cessa o direito de recebimento de diferenças referente a URV: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ART. 489, § 1º, VI, DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. REAJUSTE VENCIMENTAL. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/1994. LIMITAÇÃO TEMPORAL. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. POSSIBILIDADE. LEI ESTADUAL. REVISÃO. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. DISSÍDIO PRETORIANO PREJUDICADO. 3. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1814804 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 01/07/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ANÁLISE DE VIOLAÇÃO DE SÚMULA. INVIABILIDADE. ARTIGOS NÃO PREQUESTIONADOS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. CONVERSÃO DA MOEDA. URV. LEI 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. LEI MUNICIPAL. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. ANÁLISE DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA. 4. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensar as perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1804834 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 18/06/2019) ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico

remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido (STJ – AgInt no AREsp 1451549 / AL – Rel. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES – J. 04/06/2019 – Publ. DJE 10/06/2019) ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/94. DEFASAGEM SALARIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. Está pacificado neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ - AgInt no AREsp 935.728/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, DJe 22.9.2016). AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. URV. CONVERSÃO. DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. NOVO REGIME JURÍDICO REMUNERATÓRIO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTE STJ. 1. O agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental. 2. Este Superior Tribunal pacificou o entendimento no sentido de que as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. (c.f.: AgRg no AREsp 40.081/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 16/11/11. 3. Agravo regimental não provido (STJ - AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 24.10.2012). A decisão objurgada simplesmente acolheu os fatos alegados na petição inicial, sem nenhuma elucidação sobre como eram efetuados os pagamentos dos servidores, se houve pagamento de diferenças, recomposição salarial, quais eram as normas que vigoraram na época, se houve reestruturação da carreira, enfim sem aprofundamento sobre os fatos, muitos deles são públicos e notórios, pois originaram de Leis e Decretos. Deve-se aplicar ao caso os princípios narra mihi factum dabo tibi jus (narra-me os fatos e eu te darei o direito), e iura novit curia (o juiz conhece o direito), que se traduz no dever que o juiz tem de conhecer a norma jurídica e aplicá-la por sua própria autoridade. Por isso, uma vez exposto o fato, o juiz deve aplicar o direito, ainda que não alegado o dispositivo legal ou alegado equivocadamente. Especificamente na Carreira dos Profissionais da Perícia Oficial e Identificação Técnica do Estado de Mato Grosso-POLITEC/MT, que a parte Recorrida integra ou integrava, como esta foi reestruturada, por meio da Lei nº 8.321 de 12.05.2005, onde foram definidos os subsídios para a categoria, em conformidade com a jurisprudência do colendo Superior Tribunal de Justiça, a partir de então cessou o direito de receber diferenças referentes à URV e também passou a fluir o prazo prescricional. Como a presente ação foi distribuída depois de haver transcorrido prazo superior a 05 (cinco) anos, contado da reestruturação da carreira, deve-se reconhecer a ocorrência da prescrição. Sobre o início da fluência do prazo prescricional quinquenal para o servidor pleitear diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV), em consonância com decisões do colendo Superior Tribunal de Justiça, a Turma Recursal Única editou a Súmula nº 11, com o seguinte teor: SÚMULA 11. O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público. Deve ser ressaltado que se não fosse acolhida a preliminar de prescrição, mesmo assim a parte autora não teria êxito nesta demanda, porque anteriormente sua carreira teve recomposição salarial com a finalidade específica de repor a perda da URV, por meio da Lei Estadual nº 6.258, de 15/09/1994, em percentual superior ao pretendido neste feito, de forma que se realizado o cálculo da diferença a receber daria saldo zero. Inclusive a respeito desse tema a Turma Recursal Única, editou a Súmula nº 10, in verbis: SÚMULA 10. Os servidores públicos do Poder Executivo estadual não têm direito a pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real par Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6.258, de 15/09/1994. O relator pode, monocraticamente, dar provimento a recurso que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, é o que dispõe o art. 932, inciso V, alínea "a" do Código de Processo Civil, podendo ser aplicada multa, caso haja interposição de agravo inadmissível ou infundado, in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: (...) V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; Ante o exposto, conheço do recurso inominado e por ser a decisão recorrida contrária ao disposto na Súmula nº 10 desta Turma Recursal, em face ao estatuído no art. 932, inciso V, alínea "a", do Código de Processo Civil, monocraticamente, DOU-LHE PROVIMENTO e reconheço a ocorrência da prescrição dos pleitos contidos na petição inicial, reformo a sentença e julgo improcedente a pretensão da parte autora. Deixo de condenar a parte Recorrida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, em face ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Valmir Alaércio dos Santos Juiz de Direito - Relator

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0501044-89.2015.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ANA LUCIA SANTOS SILVA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-A (ADVOGADO)
JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Outros Interessados:
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
PATRICIA CENI DOS SANTOS

Recurso nº: 0501044-89.2015.8.11.0001– JA - PJE Origem: JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Recorrente: ANA LUCIA SANTOS SILVA Recorrido: ESTADO DE MATO GROSSO Juíza Relatora: Dra. PATRÍCIA CENI EMENTA - DECISÃO MONOCRÁTICA AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA SALARIAL DECORRENTE DA CONVERSÃO DA MOEDA EM URV – SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA – EMBARGOS A EXECUÇÃO ACOLHIDOS – JUIZO A QUO DECLAROU INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS EM FASE DE EXECUÇÃO – IMPOSSIBILIDADE DE REDISCUSSÃO DE MATÉRIA JÁ DECIDIDA – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. No caso em apreço, importa salientar a impossibilidade de rediscussão em sede de execução de sentença de matérias já apreciadas na fase cognitiva da demanda judicial deve ser levada em consideração, notadamente, no caso dos autos em que a preliminar de incompetência absoluta foi suscitada em sede de contestação, sendo devidamente repelida na sentença, que após a ausência de qualquer insurgência transitou em julgado, bem como em consonância ao IRDR nº. 85560/2016. RELATÓRIO Trata-se de Recurso Inominado contra decisão que reconheceu a incompetência do Juizado Especial da Fazenda Pública de oficio, e, declarou a nulidade da sentença proferida julgou extinta a demanda, sem resolução do mérito, com fundamento no art. 485, IV, do CPC. DECISÃO MONOCRÁTICA Inicialmente, cumpre esclarecer que fora encaminhado os autos ao Ministério Público (id.914951) qual declarou inexistir motivos legais para se manifestar, sendo assim, declinou das suas atribuições devolvendo o feito para o regular prosseguimento. Pois bem, No caso em comento, foi iniciado a fase de cumprimento de sentença/execução, o Estado de Mato Grosso, ora recorrida/executada opôs embargos à Execução arguindo a incompetência absoluta dos Juizados Especiais Para o julgamento do feito, alegação que fora acolhida pelo juízo a quo. No entanto, é claro e evidente que na sentença proferida a preliminar de incompetência absoluta fora apreciada e devidamente repelida, julgando procedente os pedidos e determinou a incorporação do percentual de 11,98% (onze vírgulas noventa e oito por cento) no subsídio da Reclamante, que transitou em julgado em 01 de março de 2016. Portanto, resta claro e evidente que não deve ser acatado qualquer pretensão arguida pelo Recorrido nos embargos à execução, posto que se trata de matéria já decidida, e, em fase de execução judicial, devendo então observar o disposto no inciso I do artigo 3º,§ 1º a Lei n.º 9.099/95, assim escrito: Artigo 3º: (...) § 1º Compete ao Juizado Especial promover a execução: I - dos seus julgados; Neste sentido, ainda importa salientar que inexiste a possibilidade de rediscussão em sede de execução de sentença de matérias já apreciadas na fase cognitiva da demanda judicial deve ser levada em consideração, notadamente, no caso dos autos em que a preliminar de incompetência absoluta foi suscitada em sede de contestação, sendo devidamente repelida na sentença, que após a

ausência de qualquer insurgência transitou em julgado. Neste sentido Jurisprudencial: AGRAVO INTERNO. URV. COBRANÇA DE DIFERENÇA SALARIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. ALEGAÇÃO DE INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUÍZO. QUESTÃO DECIDIDA NA SENTENÇA PROLATADA NA FASE DE CONHECIMENTO, DA QUAL A FAZENDA PÚBLICA NÃO SE INSURGIU. TRÂNSITO EM JULGADO. DESCABIMENTO DE REDISCUSSÃO EM SEDE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA/EXECUÇÃO. SENTENÇA CASSADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Consoante firme jurisprudência do C. STJ, as questões efetivamente decididas, de forma definitiva, no processo de conhecimento, ainda que de ordem pública, como a incompetência absoluta do juízo, não podem ser novamente debatidas, sobretudo na fase de execução, sob pena de vulneração à coisa julgada. 2. Sentença reformada. 3. Recurso conhecido e provido. (TRMT, Recurso Inominado: 0502721-91.2014.8.11.0001- PJe, Relatora: Lamisse Roder Feguri Alves Corrêa, Data de Julgamento: 21/10/2016). "PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇAO. REAJUSTE DOS 28,86%. INCIDÊNCIA DO REAJUSTE SOBRE A RAV. COISA JULGADA. ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA. 1. Não é possível discutir, em âmbito de execução, matéria não debatida no processo de conhecimento, que poderia ter sido suscitada pela parte, ainda que de ordem pública, sob pena de ofensa à coisa julgada (Precedentes: AgRg no Ag 1126130/SP, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, julgado em 04/08/2011, DJe 22/08/2011; REsp 917.974/MS, Rel. Ministro Luis Felipe Num. 1284288 - Pág. 1 Assinado eletronicamente por: VALDECI MORAES SIQUEIRA - 09/11/2017 10:58:58, VALDECI MORAES SIQUEIRA - 09/11/2017.10:59:49).https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDBDDDCMZY G.Salomão, Quarta Turma, julgado em 05/04/2011, DJe 04/05/2011).(...)" (AgRg no REsp 1277089/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/02/2012, DJe 27/02/2012). Destarte, impõe-se a cassação da sentença prolatada na fase executiva (id.157973), pois proferida em ofensa à coisa julgada. Ademais, nesta Turma Recursal, os seguintes recursos foram julgados neste sentido: 0504281-68.2014.8.11.0001, 0503763-78.2014.8.11.0001, 0503145-36.2014.8.11.0001, 0505199-72.2014.8.11.0001 e 0504456-62.2014.8.11.0001, entre outros tantos. Outrossim, ressalta-se que a presente decisão se encontra em consonância ao Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas n.85560/2016, de relatoria do Exmo. Des. Márcio Vidal, sendo fixado o Tema nº 1, litteris: [...] Compete ao Juizado Especial da Fazenda Pública o processamento e o julgamento das ações, em que o valor da causa não ultrapasse a 60 (sessenta) salário mínimos, independentemente da complexidade da matéria e da necessidade da produção da prova pericial. [...]." (TJ/MT, Seção de Direito Público, IRDR 85560/2016, relator Des. Márcio Vidal, j. 28.11.2018). Deste modo, declaro nula a sentença de incompetência do Juizado Especial. DA POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO O relator pode monocraticamente dar provimento ao recurso que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, é o que dispõe o art. 932, inciso V, Letra C, do Código de Processo Civil/15, podendo ser aplicada multa entre um a cinco por cento do valor atualizado da causa, caso seja interposição de agravo inadmissível ou infundado (§4º do art. 1.021 – NCPC), in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: [...] V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; [...] Art. 1.021. Contra decisão proferida pelo relator caberá agravo interno para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal. [...] § 4o Quando o agravo interno for declarado manifestamente inadmissível ou improcedente em votação unânime, o órgão colegiado, em decisão fundamentada, condenará o agravante a pagar ao agravado multa fixada entre um e cinco por cento do valor atualizado da causa. [...] Em face à norma supra o FONAJE - Fórum Nacional dos Juizados Especiais editou o Enunciado nº 103, que dispõe: "O relator, nas Turmas Recursais Cíveis, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão estiver em manifesto confronto com Súmula do Tribunal Superior ou Jurisprudência dominante do próprio juizado, cabendo recurso interno para a Turma Recursal, no prazo de 5 dias (alterado no XXXVI Encontro – Belém/PA). Em consonância com o texto legal e ao referido Enunciado, esta Turma Recursal editou a Súmula nº 02, com a seguinte redação: "SÚMULA 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal.". CONCLUSÃO Ante o exposto, conheço o recurso inominado, e, em face ao disposto no art. 932, V, do Código de Processo Civil e a Súmula nº 02 desta Turma Recursal, monocraticamente, DOU-LHE PROVIMENTO para cassar a sentença proferida na fase executiva no id.157973, determinando o retorno dos autos ao Juizado de origem para prosseguimento do feito. Sem custas e sem honorários advocatícios, em razão do resultado do julgamento, nos termos do que dispõe o artigo 55, caput, da lei nº 9.099/95. Não havendo recurso desta decisão, certifique-se este fato e devolva-se este feito à origem. Intimem-se e cumpra-se. Patrícia Ceni Juíza de Direito – Relatora

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0505645-75.2014.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
RAQUEL COSTA MATIAS CARDENA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Outros Interessados:
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
PATRICIA CENI DOS SANTOS

Recurso nº: 0505645-75.2014.8.11.0001– JA - PJE Origem: JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Recorrente: RAQUEL COSTA MATIAS CARDENA Recorrido: ESTADO DE MATO GROSSO Juíza Relatora: Dra. PATRÍCIA CENI EMENTA - DECISÃO MONOCRÁTICA AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA SALARIAL DECORRENTE DA CONVERSÃO DA MOEDA EM URV – SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA – EMBARGOS A EXECUÇÃO ACOLHIDOS – JUIZO A QUO DECLAROU INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS EM FASE DE EXECUÇÃO – IMPOSSIBILIDADE DE REDISCUSSÃO DE MATÉRIA JÁ DECIDIDA – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. No caso em apreço, importa salientar a impossibilidade de rediscussão em sede de execução de sentença de matérias já apreciadas na fase cognitiva da demanda judicial deve ser levada em consideração, notadamente, no caso dos autos em que a preliminar de incompetência absoluta foi suscitada em sede de contestação, sendo devidamente repelida na sentença, que após a ausência de qualquer insurgência transitou em julgado, bem como em consonância ao IRDR Nº. 85560/2016. RELATÓRIO Trata-se de Recurso Inominado contra decisão que acolheu os Embargos à Execução opostos pelo Recorrido, reconheceu a incompetência do Juizado Especial da Fazenda Pública, declarou a nulidade da sentença proferida julgou extinta a demanda, sem resolução do mérito, com fundamento no art. 485, IV, do CPC. DECISÃO MONOCRÁTICA Inicialmente, cumpre esclarecer que fora encaminhado os autos ao Ministério Público (id.915410), qual declarou inexistir motivos legais para se manifestar, sendo assim, declinou das suas atribuições devolvendo o feito para o regular prosseguimento. Pois bem. No caso em comento, foi iniciado a fase de cumprimento de sentença/execução, o Estado de Mato Grosso, ora recorrida/executada opôs embargos à Execução arguindo a incompetência absoluta dos Juizados Especiais Para o julgamento do feito, alegação que fora acolhida pelo juízo a quo. No entanto, é claro e evidente que na sentença proferida a preliminar de incompetência absoluta fora apreciada e devidamente repelida, julgando procedente os pedidos e determinou a incorporação do percentual de 11,98% (onze vírgulas noventa e oito por cento) no subsídio da Reclamante, qual transitou em julgado em 15 de junho de 2015. Portanto, resta claro e evidente que não deve ser acatado qualquer pretensão arguida pelo Recorrido nos embargos à execução, posto que se trata de matéria já decidida, e, em fase de execução judicial, devendo então observar o disposto no inciso I do artigo 3º,§ 1º a Lei n.º 9.099/95, assim escrito: Artigo 3º: (...) § 1º Compete ao Juizado Especial promover a execução: I - dos seus julgados; Neste sentido, ainda importa salientar que inexiste a possibilidade de rediscussão em sede de execução de sentença de matérias já apreciadas na fase cognitiva da demanda judicial deve ser levada em consideração, notadamente, no caso dos autos em que a preliminar de incompetência absoluta foi suscitada em sede de contestação, sendo devidamente repelida na sentença, que após a ausência de qualquer insurgência transitou em julgado. Neste sentido Jurisprudencial: AGRAVO INTERNO. URV. COBRANÇA DE DIFERENÇA SALARIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. ALEGAÇÃO DE INCOMPETÊNCIA

ABSOLUTA DO JUÍZO. QUESTÃO DECIDIDA NA SENTENÇA PROLATADA NA FASE DE CONHECIMENTO, DA QUAL A FAZENDA PÚBLICA NÃO SE INSURGIU. TRÂNSITO EM JULGADO. DESCABIMENTO DE REDISCUSSÃO EM SEDE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA/EXECUÇÃO. SENTENÇA CASSADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Consoante firme jurisprudência do C. STJ, as questões efetivamente decididas, de forma definitiva, no processo de conhecimento, ainda que de ordem pública, como a incompetência absoluta do juízo, não podem ser novamente debatidas, sobretudo na fase de execução, sob pena de vulneração à coisa julgada. 2. Sentença reformada. 3. Recurso conhecido e provido. (TRMT, Recurso Inominado: 0502721-91.2014.8.11.0001- PJe, Relatora: Lamisse Roder Feguri Alves Corrêa, Data de Julgamento: 21/10/2016). "PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇAO. REAJUSTE DOS 28,86%. INCIDÊNCIA DO REAJUSTE SOBRE A RAV. COISA JULGADA. ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA. 1. Não é possível discutir, em âmbito de execução, matéria não debatida no processo de conhecimento, que poderia ter sido suscitada pela parte, ainda que de ordem pública, sob pena de ofensa à coisa julgada (Precedentes: AgRg no Ag 1126130/SP, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, julgado em 04/08/2011, DJe 22/08/2011; REsp 917.974/MS, Rel. Ministro Luis Felipe Num. 1284288 - Pág. 1 Assinado eletronicamente por: VALDECI MORAES SIQUEIRA - 09/11/2017 10:58:58, VALDECI MORAES SIQUEIRA - 09/11/2017.10:59:49).https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDBDDDCMZY G.Salomão, Quarta Turma, julgado em 05/04/2011, DJe 04/05/2011).(...)" (AgRg no REsp 1277089/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/02/2012, DJe 27/02/2012). Destarte, impõe-se a cassação da sentença prolatada na fase executiva (id.157381), pois proferida em ofensa à coisa julgada. Ademais, nesta Turma Recursal, os seguintes recursos foram julgados neste sentido: 0504281-68.2014.8.11.0001, 0503763-78.2014.8.11.0001, 0503145-36.2014.8.11.0001, 0505199-72.2014.8.11.0001 e 0504456-62.2014.8.11.0001, entre outros tantos. Outrossim, ressalta-se que a presente decisão se encontra em consonância ao Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas n.85560/2016, de relatoria do Exmo. Des. Márcio Vidal, sendo fixado o Tema nº 1, litteris: [...] Compete ao Juizado Especial da Fazenda Pública o processamento e o julgamento das ações, em que o valor da causa não ultrapasse a 60 (sessenta) salário mínimos, independentemente da complexidade da matéria e da necessidade da produção da prova pericial. [...]." (TJ/MT, Seção de Direito Público, IRDR 85560/2016, relator Des. Márcio Vidal, j. 28.11.2018). Deste modo, declaro nula a sentença de incompetência do Juizado Especial. DA POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO O relator pode monocraticamente dar provimento ao recurso que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, é o que dispõe o art. 932, inciso V, Letra A, do Código de Processo Civil/15, podendo ser aplicada multa entre um a cinco por cento do valor atualizado da causa, caso seja interposição de agravo inadmissível ou infundado (§4º do art. 1.021 – NCPC), in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: [...] V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; [...] Art. 1.021. Contra decisão proferida pelo relator caberá agravo interno para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal. [...] § 4o Quando o agravo interno for declarado manifestamente inadmissível ou improcedente em votação unânime, o órgão colegiado, em decisão fundamentada, condenará o agravante a pagar ao agravado multa fixada entre um e cinco por cento do valor atualizado da causa. [...] Em face à norma supra o FONAJE - Fórum Nacional dos Juizados Especiais editou o Enunciado nº 103, que dispõe: "O relator, nas Turmas Recursais Cíveis, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão estiver em manifesto confronto com Súmula do Tribunal Superior ou Jurisprudência dominante do próprio juizado, cabendo recurso interno para a Turma Recursal, no prazo de 5 dias (alterado no XXXVI Encontro – Belém/PA). Em consonância com o texto legal e ao referido Enunciado, esta Turma Recursal editou a Súmula nº 02, com a seguinte redação: "SÚMULA 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal.". CONCLUSÃO Ante o exposto, conheço o recurso inominado, e, em face ao disposto no art. 932, V, do Código de Processo Civil e a Súmula nº 02 desta Turma Recursal, monocraticamente, DOU-LHE PROVIMENTO para cassar a sentença proferida na fase executiva no id.157381, determinando o retorno dos autos ao Juizado de origem para prosseguimento do feito. Sem custas e sem honorários advocatícios, em razão do resultado do julgamento, nos termos do que dispõe o artigo 55, caput, da lei nº 9.099/95. Não havendo recurso desta decisão, certifique-se este fato e devolva-se este feito à origem. Intimem-se e cumpra-se. Patrícia Ceni Juíza de Direito – Relatora

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0504693-39.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RUBI FACHIN OAB - MT3799-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA LUCIA DE ALMEIDA GODOIS (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LINDOLFO MACEDO DE CASTRO OAB - MT7174-A (ADVOGADO)
Magistrado(s):
PATRICIA CENI DOS SANTOS

Recurso Inominado nº.: 0504693-39.2015.8.11.0041 – AP - PJE Origem: Quarta Vara da Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá. (EM DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA) Apelante(s): MUNICÍPIO DE CUIABÁ Apelado(s): MARIA LÚCIA DE ALMEIDA GODOIS Juiz Relator: Dra. Patrícia Ceni EMENTA - DECISÃO MONOCRÁTICA AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA SALARIAL DECORRENTE DA CONVERSÃO DA MOEDA EM URV – CARREIRA QUE SOFREU REESTRUTUTAÇÃO – PRESCRIÇÃO – OCORRENTE – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – AÇÃO AVIADA ALÉM DO PRAZO PRESCRICIONAL – PRELIMINAR ACOLHIDA – APLICAÇÃO DA SÚMULA 11 DA TURMA RECURSAL. A súmula 11 da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso prevê que "O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público." RELATÓRIO CONSIDERAÇÕES INICIAIS Primeiramente, registro que o presente feito está tramitando pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS nº. 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais. O presente feito versa sobre cobrança de diferença salarial decorrente da perda ocorrida quando da conversão do Cruzeiro Real para UVR. DECISÃO MONOCRÁTICA A prescrição, por ser matéria de ordem pública, não está sujeita a preclusão, pode ser suscitada a qualquer tempo pelas partes, e inclusive ser reconhecida de ofício, total ou parcialmente. Deve-se aplicar ao caso os princípios narra mihi factum dabo tibi jus (narra-me os fatos e eu te darei o direito), e iura novit curia (o juiz conhece o direito), que se traduz no dever que o juiz tem de conhecer a norma jurídica e aplicá-la por sua própria autoridade. Por isso, uma vez exposto o fato, o juiz deve aplicar o direito, ainda que não alegado o dispositivo legal ou alegado equivocadamente. Há muito tempo é pacífico o entendimento do colendo Superior Tribunal de Justiça no sentido de que "as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório". Precedentes: AgRg no REsp 1.333.769/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 29/11/2013; AgRg no REsp 1.302.854/MG, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 10/5/2013; AgRg no AREsp 294.130/MG, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 29/4/2013; AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 24/10/2012" (STJ, AgRg no REsp 1.320.532/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 16/5/2014). Por tal motivo, "o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que que reestrutura a carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais" (STJ, AgRg no REsp 1.424.052/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 26/3/2014). (AREsp 1196439/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 19/12/2017). Decisões recentes da referida Corte Superior continuam ser no mesmo sentido, ou seja, de que o prazo prescricional quinquenal, quando há reestruturação da carreira passa a

fluir a partir de então: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ – - REsp 1809026 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 25/06/2019 – Publ. DJE 02/08/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (STJ – AgRg no AREsp 811567 / MS – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 10/03/2016 – Publ. DJE 23/05/2016) Além disso, a incorporação da diferença da URV pelo servidor público não é eterna, cessa no momento que ocorrer a reestruturação da carreira, que se constitui em termo final ou limitação temporal para o perseguido direito à incorporação da diferença pela conversão em URV, como decidiu o Excelso Supremo Tribunal de Federal no Recurso Extraordinário n° 561.836-RN, Relator Ministro LUIZ FUX, j. 26.09.13, no sentido de que "O término da incorporação dos 11,98% ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". As decisões do colendo Superior Tribunal de Justiça também são no sentido de que uma vez ocorrida a reestruturação da carreira, cessa o direito de recebimento de diferenças referente a URV: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ART. 489, § 1º, VI, DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. REAJUSTE VENCIMENTAL. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/1994. LIMITAÇÃO TEMPORAL. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. POSSIBILIDADE. LEI ESTADUAL. REVISÃO. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. DISSÍDIO PRETORIANO PREJUDICADO. 3. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1814804 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 01/07/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ANÁLISE DE VIOLAÇÃO DE SÚMULA. INVIABILIDADE. ARTIGOS NÃO PREQUESTIONADOS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. CONVERSÃO DA MOEDA. URV. LEI 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. LEI MUNICIPAL. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. ANÁLISE DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA. 4. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensar as perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1804834 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 18/06/2019) ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido (STJ – AgInt no AREsp 1451549 / AL – Rel. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES – J. 04/06/2019 – Publ. DJE 10/06/2019) ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/94. DEFASAGEM SALARIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. Está pacificado neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ - AgInt no AREsp 935.728/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, DJe 22.9.2016). AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. URV. CONVERSÃO. DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. NOVO REGIME JURÍDICO REMUNERATÓRIO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTE STJ. 1. O agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental. 2. Este Superior Tribunal pacificou o entendimento no sentido de que as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. (c.f.: AgRg no AREsp 40.081/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 16/11/11. 3. Agravo regimental não provido (STJ - AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 24.10.2012). Registre-se que nos anos de 2003 e 2007 foram editadas as Leis nºs 4594/2004 e 220/2010, referentes aos servidores da educação, além das Leis Complementares nºs 93/2003, 94/2003, 152/2007, 153/2007 e 154/2007, as quais promoveram a reestruturação da carreira dos servidores públicos municipais, criaram planos de cargos e estabeleceram políticas de recursos humanos, instituindo, também, o plano de carreiras do quadro de pessoal da administração do Poder Executivo do Município de Cuiabá, sendo assim, em conformidade com a jurisprudência do colendo Superior Tribunal de Justiça, a partir de então cessou o direito de receber diferenças referente à URV e também passou a fluir o prazo prescricional. Como a presente ação foi distribuída após decorrido prazo superior a 05 (cinco) anos, resta fulminada pela prescrição quinquenal o direito da Autora para pleitear indenização referente a diferenças pela conversão de CRUZEIRO REAL para URV, conforme reconhecido pelo STJ e STF. Somado a isso, imperioso destacar que foi discutida e aprovada pela Turma Recursal Única, em reunião deliberativa ocorrida no dia 11 de Setembro de 2019 a Súmula 11, a qual dispõe que: “SÚMULA 11. O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público.”. Ademais, nesta Turma Recursal, os seguintes recursos foram julgados neste sentido: 0009705-72.2015.8.11.0015, 0001070-05.2015.8.11.0015, 1016496-25.2016.8.11.0041, 0017502-36.2014.8.11.0015 e 1014156-11.2016.8.11.0041, entre outros tantos. DA POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO O relator pode monocraticamente dar provimento ao recurso que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, é o que dispõe o art. 932, inciso V, Letra A, do Código de Processo Civil/15, podendo ser aplicada multa entre um a cinco por cento do valor atualizado da causa, caso seja interposição de agravo inadmissível ou infundado (§4º do art. 1.021 – NCPC), in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: [...] V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; [...] Art. 1.021. Contra decisão proferida pelo relator caberá agravo interno para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal. [...] § 4o Quando o agravo interno for declarado manifestamente inadmissível ou improcedente em votação unânime, o órgão colegiado, em decisão fundamentada, condenará o agravante a pagar ao agravado multa fixada entre um e cinco por cento do valor atualizado da causa. [...] Em face à norma supra o FONAJE - Fórum Nacional dos Juizados Especiais editou o Enunciado nº 103, que dispõe: “O relator, nas Turmas Recursais Cíveis, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão estiver em manifesto confronto com Súmula do Tribunal Superior

ou Jurisprudência dominante do próprio juizado, cabendo recurso interno para a Turma Recursal, no prazo de 5 dias (alterado no XXXVI Encontro – Belém/PA). Em consonância com o texto legal e ao referido Enunciado, esta Turma Recursal editou a Súmula nº 02, com a seguinte redação: "SÚMULA 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal.". DILIGÊNCIA No mais, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, providenciando ainda as baixas pertinentes na Vara de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar o presente feito quando do retorno. CONCLUSÃO Ante o exposto, conheço o RECURSO INOMINADO, e, em face ao disposto no art. 932, V, do Código de Processo Civil e a Súmula nº 02 desta Turma Recursal, monocraticamente, DOU-LHE PROVIMENTO para reformar a sentença atacada, JULGANDO IMPROCEDENTE O PEDIDO INICIAL. Sem custas e sem honorários advocatícios. Intimem-se. Dra. Patrícia Ceni Juíza de Direito – Relatora

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1033100-27.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
BENEDITA JURACI RAMOS SOARES (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MELQUISEDEC JOSE ROLDAO OAB - MT22161-A (ADVOGADO)
LINDOLFO MACEDO DE CASTRO OAB - MT7174-A (ADVOGADO)
SUZIANE DA SILVA LOPES OAB - MT22307-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
PATRICIA CENI DOS SANTOS

Recurso Inominado nº.: 1033100- 27.2017.8.11.0041 – AP - PJE Origem: Primeira Vara da Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá. (EM DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA) Recorrente(s): MUNICÍPIO DE CUIABÁ Recorrido (s): BENEDITA JURACI RAMOS SOARES Juiz Relator: Dra. Patrícia Ceni EMENTA - DECISÃO MONOCRÁTICA AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA SALARIAL DECORRENTE DA CONVERSÃO DA MOEDA EM URV – CARREIRA QUE SOFREU REESTRUTUTAÇÃO – PRESCRIÇÃO – OCORRENTE – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – AÇÃO AVIADA ALÉM DO PRAZO PRESCRICIONAL – PRELIMINAR ACOLHIDA – APLICAÇÃO DA SÚMULA 11 DA TURMA RECURSAL. A súmula 11 da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso prevê que "O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público." RELATÓRIO CONSIDERAÇÕES INICIAIS Primeiramente, registro que o presente feito está tramitando pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS nº. 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais. O presente feito versa sobre cobrança de diferença salarial decorrente da perda ocorrida quando da conversão do Cruzeiro Real para UVR. DECISÃO MONOCRÁTICA A prescrição, por ser matéria de ordem pública, não está sujeita a preclusão, pode ser suscitada a qualquer tempo pelas partes, e inclusive ser reconhecida de ofício, total ou parcialmente. Deve-se aplicar ao caso os princípios narra mihi factum dabo tibi jus (narra-me os fatos e eu te darei o direito), e iura novit curia (o juiz conhece o direito), que se traduz no dever que o juiz tem de conhecer a norma jurídica e aplicá-la por sua própria autoridade. Por isso, uma vez exposto o fato, o juiz deve aplicar o direito, ainda que não alegado o dispositivo legal ou alegado equivocadamente. Há muito tempo é pacífico o entendimento do colendo Superior Tribunal de Justiça no sentido de que "as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório". Precedentes: AgRg no REsp 1.333.769/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 29/11/2013; AgRg no REsp 1.302.854/MG, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 10/5/2013; AgRg no AREsp 294.130/MG, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 29/4/2013; AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 24/10/2012" (STJ, AgRg no REsp 1.320.532/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 16/5/2014). Por tal motivo, "o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que que reestrutura a carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais" (STJ, AgRg no REsp 1.424.052/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 26/3/2014). (AREsp 1196439/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 19/12/2017). Decisões recentes da referida Corte Superior continuam ser no mesmo sentido, ou seja, de que o prazo prescricional quinquenal, quando há reestruturação da carreira passa a fluir a partir de então: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ – - REsp 1809026 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 25/06/2019 – Publ. DJE 02/08/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (STJ – AgRg no AREsp 811567 / MS – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 10/03/2016 – Publ. DJE 23/05/2016) Além disso, a incorporação da diferença da URV pelo servidor público não é eterna, cessa no momento que ocorrer a reestruturação da carreira, que se constitui em termo final ou limitação temporal para o perseguido direito à incorporação da diferença pela conversão em URV, como decidiu o Excelso Supremo Tribunal de Federal no Recurso Extraordinário n° 561.836-RN, Relator Ministro LUIZ FUX, j. 26.09.13, no sentido de que "O término da incorporação dos 11,98% ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". As decisões do colendo Superior Tribunal de Justiça também são no sentido de que uma vez ocorrida a reestruturação da carreira, cessa o direito de recebimento de diferenças referente a URV: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ART. 489, § 1º, VI, DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. REAJUSTE VENCIMENTAL. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/1994. LIMITAÇÃO TEMPORAL. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. POSSIBILIDADE. LEI ESTADUAL. REVISÃO. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. DISSÍDIO PRETORIANO PREJUDICADO. 3. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1814804 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 01/07/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ANÁLISE DE VIOLAÇÃO DE SÚMULA. INVIABILIDADE. ARTIGOS NÃO PREQUESTIONADOS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. CONVERSÃO DA MOEDA. URV. LEI 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. LEI MUNICIPAL. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. ANÁLISE DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA. 4. Está pacificado no Superior Tribunal

de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensar as perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1804834 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 18/06/2019) ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido (STJ – AgInt no AREsp 1451549 / AL – Rel. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES – J. 04/06/2019 – Publ. DJE 10/06/2019) ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/94. DEFASAGEM SALARIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. Está pacificado neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ - AgInt no AREsp 935.728/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, DJe 22.9.2016). AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. URV. CONVERSÃO. DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. NOVO REGIME JURÍDICO REMUNERATÓRIO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTE STJ. 1. O agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental. 2. Este Superior Tribunal pacificou o entendimento no sentido de que as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. (c.f.: AgRg no AREsp 40.081/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 16/11/11. 3. Agravo regimental não provido (STJ - AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 24.10.2012). Registre-se que nos anos de 2003 e 2007 foram editadas as Leis nºs 4594/2004 e 220/2010, referentes aos servidores da educação, além das Leis Complementares nºs 93/2003, 94/2003, 152/2007, 153/2007 e 154/2007, as quais promoveram a reestruturação da carreira dos servidores públicos municipais, criaram planos de cargos e estabeleceram políticas de recursos humanos, instituindo, também, o plano de carreiras do quadro de pessoal da administração do Poder Executivo do Município de Cuiabá, sendo assim, em conformidade com a jurisprudência do colendo Superior Tribunal de Justiça, a partir de então cessou o direito de receber diferenças referente à URV e também passou a fluir o prazo prescricional. Como a presente ação foi distribuída após decorrido prazo superior a 05 (cinco) anos, resta fulminada pela prescrição quinquenal o direito da Autora para pleitear indenização referente a diferenças pela conversão de CRUZEIRO REAL para URV, conforme reconhecido pelo STJ e STF. Somado a isso, imperioso destacar que foi discutida e aprovada pela Turma Recursal Única, em reunião deliberativa ocorrida no dia 11 de Setembro de 2019 a Súmula 11, a qual dispõe que: "SÚMULA 11. O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público.". Ademais, nesta Turma Recursal, os seguintes recursos foram julgados neste sentido: 0009705-72.2015.8.11.0015, 0001070-05.2015.8.11.0015, 1016496-25.2016.8.11.0041, 0017502-36.2014.8.11.0015 e 1014156-11.2016.8.11.0041, entre outros tantos. DA POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO O relator pode monocraticamente dar provimento ao recurso que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, é o que dispõe o art. 932, inciso V, Letra A, do Código de Processo Civil/15, podendo ser aplicada multa entre um a cinco por cento do valor atualizado da causa, caso seja interposição de agravo inadmissível ou infundado (§4º do art. 1.021 – NCPC), in verbis:

Art. 932. Incumbe ao relator: [...] V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; [...] Art. 1.021. Contra decisão proferida pelo relator caberá agravo interno para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal. [...] § 4o Quando o agravo interno for declarado manifestamente inadmissível ou improcedente em votação unânime, o órgão colegiado, em decisão fundamentada, condenará o agravante a pagar ao agravado multa fixada entre um e cinco por cento do valor atualizado da causa. [...] Em face à norma supra o FONAJE - Fórum Nacional dos Juizados Especiais editou o Enunciado nº 103, que dispõe: "O relator, nas Turmas Recursais Cíveis, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão estiver em manifesto confronto com Súmula do Tribunal Superior ou Jurisprudência dominante do próprio juizado, cabendo recurso interno para a Turma Recursal, no prazo de 5 dias (alterado no XXXVI Encontro – Belém/PA). Em consonância com o texto legal e ao referido Enunciado, esta Turma Recursal editou a Súmula nº 02, com a seguinte redação: "SÚMULA 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal.". DILIGÊNCIA No mais, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, providenciando ainda as baixas pertinentes na Vara de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar o presente feito quando do retorno. CONCLUSÃO Ante o exposto, conheço o RECURSO INOMINADO, e, em face ao disposto no art. 932, V, do Código de Processo Civil e a Súmula nº 02 desta Turma Recursal, monocraticamente, DOU-LHE PROVIMENTO para reformar a sentença atacada, JULGANDO IMPROCEDENTE O PEDIDO INICIAL. Sem custas e sem honorários advocatícios. Intimem-se. Dra. Patrícia Ceni Juíza de Direito – Relatora

Decisão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1010239-05.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CICERO BATISTA DE ARAUJO (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
WILSON LISANDRO VEIGA OAB - MT15427-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
Magistrado(s):
MARCELO SEBASTIAO PRADO DE MORAES

AGRAVO DE INSTRUMENTO: 1010239-05.2019.8.11.0000 COMARCA DE ORIGEM: JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ AGRAVADO: CICERO BATISTA DE ARAUJO LIMINAR PARCIALMENTE CONCEDIDA Vistos, etc. Trata-se de agravo de instrumento aviado por MUNICÍPIO DE CUIABÁ contra a decisão interlocutória que deferiu pedido de cirurgia endovascular, fixando multa de R$ 3.000,00 por dia em caso de descumprimento, pugnando pela concessão da liminar para suspensão/revogação da liminar deferida e da multa de astreintes em caso de descumprimento. É o relatório. FUNDAMENTO E DECIDO. Pois bem, em observância ao laudo do médico do Autor, Dr. Marcos Benedito F. Brandão, CRM/MT 10516, o qual relata a necessidade de cirurgia endovascular, em decorrência de lesão grave no pé esquerdo, em caráter de urgência, sob risco de perda de membro por ser o Autor hipertenso e diabético, conforme documentos anexos junto à inicial. Preceitua o artigo 300 do Novo Código de Processo Civil que "a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo". E, no caso em tela, observa-se a total urgência e risco irreparável, visto que, em caso de não tratamento, há risco de perda de membro. Há ainda nos autos, parecer do NAT favorável, sendo que a liminar já foi concedida nos autos principais 1023585-94.2019.8.11.0041 em 01/06/2019. No movimento de 12/07/2019, aportou aos autos informação de que a cirurgia foi autorizada em 17/07/2019, sendo a partir de então responsabilidade do Hospital Geral

realizar o procedimento, não havendo até nos dias de hoje informações sobre a realização ou não da cirurgia. Pelo exposto, entendo que apenas deve ser substituída a multa de astreintes pela constrição de valores do Município, se for o caso, para garantir o custeio do procedimento solicitado pela Agravante, cuja liminar já foi deferida em meados de junho/2019 e até a presente data não informado se já houve cumprimento. Com relação as astreintes, sua aplicação implicaria em prejuízos a outros pacientes que necessitam da verba pública, e desviaria a finalidade da tutela jurisdicional postulada, pois a multa se tornaria mais atrativa do que o próprio direito perquirido, desvirtuando a natureza do instituto das astreintes, de onde a parte necessita da intervenção imediata sendo secundária a pretensão de multa e primária a realização da intervenção médica em si mesma. ISTO POSTO, diante da urgência e perigo de dano irreversível, nos moldes do artigo 300 do NCPC, CONCEDO PARCIALMENTE A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA, para: a) DETERMINAR ao Magistrado a quo a substituição da multa cominatória pelo bloqueio de valores suficientes para o custeio do tratamento da parte Agravada, CASO AINDA NÃO TENHA OCORRIDO, limitado ao valor de alçada dos Juizados da Fazenda Pública, de 60 salários mínimos, mantendo-se inalterada nos demais termos, a decisão de primeiro grau agravada. b) INTIME-SE o Agravado para que apresente as contrarrazões, no prazo legal; c) Comunique-se ao magistrado de 1º grau acerca desta decisão para que a mesma dê o efetivo cumprimento da mesma integralmente em 1º grau, bem como, preste as informações de estilo, no prazo legal, em especial em caso de eventual alteração da decisão objurgada, que poderia fazer com ocorresse a eventual perda de objeto e outras importantes na solução da controvérsia; d) Expeça-se a Secretaria os mandados pertinentes, em caráter de urgência; e) Após ao Ministério Público Estadual, para que o mesmo se manifeste no prazo legal; f) Após, voltem-me conclusos para o agendamento de sessão de julgamento. As providências. Marcelo Sebastião Prado de Moraes Juiz de Direito - Relator

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1008171-61.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA CLARICE TAMBARA VELHO (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCAS GIMENES MOTA REZENDE OAB - GO39274 (ADVOGADO)
MILTON DANTAS PIRES OAB - GO16579-A (ADVOGADO)
LEIA PAULA APARECIDA CLAUDIO OAB - MT15120-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
MARCELO SEBASTIAO PRADO DE MORAES

EMENTA – VOTO MONOCRÁTICO RECURSO INOMINADO – MÉRITO – URV – AUSÊNCIA DE DIFERENÇAS SALARIAS – RECOMPOSIÇÃO ACIMA DO ÍNDICE EM 1994 – AUSÊNCIA DO DIREITO ALEGADO – JULGAMENTO MONOCRÁTICO – POSSIBILIDADE – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, "a" NCPC C/C SÚMULA 01 DA TRU E SÚMULA 10 DA TRU / FAZENDA PÚBLICA – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, IV, "a" do NCPC, cumulada ainda com a Súmula 01 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula 10 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. Observada a ausência do alegado direito à recomposição linear da URV, pela ausência de perda, com a recomposição salarial, ainda no mesmo ano da conversão, inexiste se falar em direito à incorporação de valores de forma linear e ainda de valores retroativos, como pretende a autora, de onde, a sentença deve ser mantida. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. Vistos, etc. Registro que o presente feito fora recebido e tramitando agora pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso. Trata-se de recurso inominado aviado por pensionista do Estado de Mato Grosso, contra a sentença que julgou improcedentes os seus pleitos iniciais de implantação de URV e ainda de pagamentos de valores atrasados, em relação aos últimos 05 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação, pugnando pelo conhecimento e provimento do recurso, com a procedência dos pleitos exordiais. Em sede de contrarrazões o de ESTADO DE MATO GROSSO, aduz que ocorreu a prescrição quinquenal pela reestruturação da carreira correspondente, sendo este o início do prazo prescricional, pela aplicação do julgado em Repercussão Geral RE 941.449-MT, bem como, foi feito pagamento sob rubrica "Dif.Conv. MP -482-URV", fazendo ainda alusão ao Recurso de Apelação Cível 37117/2017, que assim reconheceu, inexistindo qualquer defasagem salarial; Aduz ainda que os servidores do executivo não faziam jus a tal direito, por receberem no dia 20 de cada mês, naquela época, bem como, no ano de 1994, pela Lei 6.528/94 de 15/09/1994, segundo o ementário / mensagem do Governador do Estado naquela época, o mesmo apontou que a Lei enviada era com o objetivo de recompor as defasagens dos servidores, numa média de recomposição de 18%, e, algumas categorias ainda com maior recomposição, inclusive da URV, de onde o Ofício / Mensagem 48/94 datado de 02/09/1994 assim demonstrou a intenção / finalidade da recomposição salarial era para cobrir também a defasagem / recomposição da URV em patamares acima dos 11,98% pretendidos na presente demanda. Acostou ainda, juntamente com a peça de recurso, vários documentos. Pugna ao final: a) pelo reconhecimento da prescrição quinquenal, ausência de valores a serem recebidos, pelos pagamentos a título de diferenças e ainda a ausência de valores a título de URV, pelo fato da recomposição pela Lei 6528/94 ter sido no patamar de 31,17%, acima do percentual pretendido da URV, inexistindo defasagem alguma a se resolver, com o consequente improvimento do recurso aviado. Deixo de encaminhar o feito ao Ministério Público, diante do teor do Ofício 85/2017 CPC-NFDTIPI, que manifesta o seu desinteresse em causas deste jaez. É o relatório mínimo necessário à compreensão do tema. FUNDAMENTO E DECIDO Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que, o relator pode, monocraticamente NEGAR PROVIMENTO a recurso, cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, IV, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: IV - negar provimento a recurso que for contrário a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula 01 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: "SÚMULA 01: O Relator, em decisão monocrática, poderá negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificadamente os fundamentos da decisão recorrida ou, negar provimento a recurso que esteja dentro dos ditames do artigo 932, IV, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias, para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017)." Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula 10 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA 10 – Os servidores públicos do Poder Executivo Estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para a Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6528 de 15/09/1994." Ou seja, após período de maturação entendeu-se que os servidores do Executivo Estadual padecem do alegado direito à implantação de URV ou de eventuais diferenças, justamente pelo fato de que tais foram devidamente recompostas de longa data. Segundo os Ofícios 053/2017/SGFP/SEGES e 122 CM/SGP/SEGES/2016, ali segundo informação da própria Superintendência de Gestão de Folha de Pagamentos do Estado de Mato Grosso, nos anos de 1993 a 1994, o pagamento dos servidores públicos do Poder Executivo eram feitos ainda dentro do mesmo mês (oficio 122/2016) , bem como, de que, existia ainda a folha de pagamento suplementar para cobrir a diferença da URV entre o dia do fechamento da folha do pagamento e do valor da URV do último dia do mês, com o pagamento da rubrica "DIF.CONV.MP – 482-URV", ocorrendo o pagamento das diferenças nos meses de abril / maio / junho do ano de 1994, vigorando por três meses, sendo posteriormente substituído pela nova moeda, com o nome de REAL (ofício 053/2017, que se encontra em vários feitos da URV do Estado, citando como mera referência o feito 1000219-39.2018.8.11.0048 – ID 7371747), de onde em sede de impugnação à contestação apenas se limitou a dizer que essas alegações não eram suficientes a comprovar a recomposição oriunda da defasagem atinente da URV, porém, nada mais traz em sede de contraposição, sendo contra, pelo simples fato de ser contra. Poderia a parte lastrear suas alegações em provas, porém, apenas alega e nada

mais, não se desincumbindo do seu ônus probatório, o que, somente por tais fatos em caso análogo na Apelação Cível 37117/2017, julgado no TJMT, com voto da lavra do Desembargador Luiz Carlos da Costa, o mesmo julgou improcedentes os pleitos da parte, pela ausência da impugnação devidamente fundamentada. Sabe-se ainda que a aduzida defasagem salarial na remuneração decorrente do equivocado método de conversão de Cruzeiros Reais para a Unidade de Valor – URV não se estende a todos os servidores público de forma indiscriminada, mas apenas àqueles que, comprovadamente, foram prejudicados, não sendo uma via oblíqua e automática para aumento dos vencimentos, que, é o que se aparenta na pretensão da recorrida. Outro ponto importante a ser reconhecido, como não poderia deixar de ser, juntamente com a peça de contestação, veio ainda encartado OFÍCIO/DAD/GG/1334/94, de 02/09/1994, da lavra do Exmo. Governador do Estado de Mato Grosso da época, Jayme Veríssimo de Campos, de onde o mesmo encaminha o Projeto de Lei para apreciação da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, justamente para a devida recomposição salarial dos servidores do executivo estadual, para textualmente recompor as perdas salarias, inclusive da URV, para os servidores, senão vejamos: "OFÍCIO/DAD/GG/1334/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Senhor Presidente, Para apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a MENSAGEM Nº 48 /94, acompanhada do respectivo Projeto de Lei que "Reajusta as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência e dignos pares os protestos de elevado apreço e distinta consideração. JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado Excelentíssimo Senhor Deputado HUMBERTO BOSAIPO Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa Palácio Filinto Muller Nesta. MENSAGEM Nº 48/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores Deputados: Nos termos do disposto nos artigos 39 e 66, inciso II, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, o anexo Projeto de Lei que "Reajusta os vencimentos dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Imbuído no propósito de sempre buscar ofertar acréscimos as Tabelas Salariais de nossos abnegados servidores públicos, na oportunidade e hora em que vislumbro compatibilidade de caixa com o estudo do impacto que tal acréscimo ocasiona, no Tesouro Estadual, sem descuidar dos serviços essenciais que a administração pública tem sob sua responsabilidade, encaminho-lhes o anexo Projeto de Lei que tem esse objetivo. Busco aí atender a todos com especial destaque aos nossos educadores (30%), bem como buscando corrigir prejuízos sofridos na conversão da URV, como foi o caso específico dos Auditores do Estado e Médicos-Legista. Decidi-me pela aplicação de um realinhamento linear médio de percentual condizente com a capacidade ora vislumbrada, sem a adoção do parcelamento para não impor mais sacrifícios aos nossos servidores, mantendo-se assim a despesa de custeio de pessoal dentro do limite constitucional (art. 38, ADCT da Constituição Federal), razão pela qual entendo merecedor o anexo Projeto de Lei de aprovação por essa Casa de Leis. Encareço, outrossim, sua tramitação pelo regime de urgência estatuído no artigo 41, da Constituição Estadual, oportunidade que uso do ensejo para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e aos seus dignos pares, as expressões do meu melhor apreço e profunda consideração. Atenciosamente, JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado" (destaca-se) (documentos anexos) Desse encaminhamento originou a Lei 6.528/1994, datada de 15/09/1994, cujo texto de ementa da lei, anota que a mesma "realinha as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências"(sic), ou seja a lei, realinhou os vencimentos de todos do executivo, e tal realinhamento era, no intuito ainda de "recompor as eventuais defasagens da URV, que em geral foi de 18% PARA TODAS AS CATEGORIAS, enquanto algumas tiveram recomposição ainda maior, ou seja, bem acima do percentual de 11,98% pretendido pela parte autora, ISSO AINDA NO MÊS DE 15/09/1994. O que se tem que ter em mente é que, no ano de 1994, fora editado o DECRETO do GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO 4400/94, de 14/04/1994, que fez a conversão dos salários para a URV, e, nesse meio termo, saiu a Lei Federal 8880/94, que instituiu a "MOEDA REAL", de onde, em seu artigo 3º, § 1º impôs que a partir de julho de 1994 iria ser emitida e convertida a moeda para "REAL", bem como, ainda EM DATA DE 15/09/1994 fora editada a Lei Estadual 6.528/1994, que fez a recomposição salarial dos servidores em geral, em diversas faixas e alíquotas, com o objetivo de também recompor o salário inclusive das perdas da URV, segundo a mensagem 48/94 do Governador do Estado, acima transcrita. Certo ainda que, a recomposição salarial, em si mesmo não afasta a imposição de se recompor a perda de valores decorrentes da URV, disso não se descura, nos moldes de vários julgados do STF, sobre o tema, de onde, uma coisa não substitui a outra, porém, no caso em tela, o objetivo da recomposição era exatamente recompor as perdas salariais e ainda a perda da conversão da URV, COMO SE OBSERVA DE FORMA CLARA NA MENSAGEM DA INTENÇÃO LEGISLATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, NA ÉPOCA DOS FATOS, e o simples fato do cabeçalho da Lei 6528/94 não trazer ali também a menção da URV, isto por si só não afasta esta intenção, essa finalística da lei. Se consideramos o percentual padrão de 11,98% da URV da qual se pretende ainda obteve-se a recomposição extra de aproximadamente entre 18% e 19%, além da URV, e, em algumas categorias com valores ainda maiores, não existindo defasagem alguma a ser recomposta, visto que, exatamente na edição da Lei 6528/94, tais valores foram efetivamente recompostos. Existem diferenças entre os servidores do Estado e do Poder Judiciário, visto que, cada um teve o seu momento de recomposição, ante a independência dos poderes, de onde, o Poder Judiciário, obteve o direito à URV, pelo fato de que, demorou muito tempo depois para fazer as correções e perdas, advindo daí o seu direito, não querendo dizer que todos de forma indiscriminada tenham o direito à URV, à exemplo do caso em tela. E ainda há de ser registrado que, posteriormente, ainda no mês de NOVEMBRO DE 1994, ocorreu mais uma reposição salarial, no importe de 37,75%, nos salários, nos moldes descritos na própria Lei 6528/94, em seu artigo 10, senão vejamos: "Art. 10 – O Governo do Estado de Mato Grosso, concederá um novo reajuste salarial, a todos os servidores públicos do Estado, a partir do mês de novembro de 1994." Ou seja, já tinha ocorrido um reajuste salarial, com o objetivo de recomposição e ainda de recomposição pelas perdas da URV em setembro de 1994 e ai em novembro de 1994, novo reajuste ainda foi concedido a todos os servidores do Estado e Mato Grosso, pela LEI 6583 de 13/12/1994. Anoto ainda que, o mesmo raciocínio vale para tantas outras carreiras do ESTADO DE MATO GROSSO, senão vejamos, o comparativo das tabelas abaixo, com recomposição acima dos 11,98% da URV, senão vejamos: Calha ainda a consideração de que as informações acima, constam de diversos outros processos a tramitar perante a Turma Recursal, da relatoria deste magistrado, de onde, em detida e profunda verificação as tabelas acima NADA MAIS SÃO DO QUE UM MERO RESUMO DO QUE ESTÁ A CONSTAR TANTO NO DECRETO 440/1994 E NA LEI 6528/1994, sendo informações públicas e EXATAMENTE A BASE LEGAL PARA A PRESENTE DECISÃO JUDICIAL, não podendo ninguém alegar que é uma prova que não consta dos autos, ou que seria uma prova surpresa, sendo apenas aproveitado o documento, pois já devidamente formatado, sendo a Lei Pública e do conhecimento de todos os envolvidos. E, em pesquisa no s i t e d o IBGE(https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2015_dez.pdf), tem-se que índices inflacionários no período foram os seguintes acumulados: Considerando o período de julho de 1994 até dezembro de 1994, o acúmulo do índice do INPC foi de 17,37%, ou seja, além da recomposição anterior da URV e outras perdas, ainda, posteriormente, nova recomposição em 37,74%, inexistindo se falar em valores de URV a serem pagos e / ou incorporados ao vencimento mensal do servidor. Calha ainda a consideração de que, as diversas carreiras estatais sofreram, posteriormente, as suas reestruturações vencimentais e organizacionais ao longo do tempo, porém, registro também, que, isso nada tem a ver com URV convertida, pois lá atrás, ainda em 1994, houve a recomposição específica para suprir a eventual defasagem salarial que ocorria. E se não fosse por tal prisma, calha ainda a menção de que eventuais diferenças salariais, caso houvessem, na época da reestruturação das mais diversas carreiras, esta não seria eterna, ou seja, o RE 561836/RN (RECURSO REPETITIVO), da lavra do Excelentíssimo Ministro do STF Luiz Fux, registrou que o lapso temporal era exatamente a reestruturação das carreiras, senão vejamos: Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE

OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) E, ainda nesse julgamento, no julgamento originário / primitivo, o mesmo ainda anota que, em caso de eventual decréscimo vencimental quando da reestruturação da carreira, naquele momento, deveria ser paga uma verba destacada denominado de VPNI, que teria duração até o momento em que houvessem as recomposições ao longo do tempo, com prazo para sua extinção e não sendo eterna, senão vejamos: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Supremo Tribunal Federal RE 561836 / RN AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DA BAHIA ADV.(A / S) : MARCONI DE SOUZA REIS A M. CURIAE . : APLB - SINDICATO DOS TRABALHADORES E M EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA ADV.(A / S) : RITA DE CÁSSIA DE OLIVEIRA SOUZA A M. CURIAE . : ESTADO DE SÃO PAULO PROC.(A / S)(ES) : PROCURADOR -GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO ESTADO DA BAHIA - AFPEB ADV.(A / S) : CESAR AUGUSTO PRISCO PARAISO E OUTRO (A / S) A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS E SERVIDORES DO INSTITUTO DE ZOOTECNIA - AFIZ ADV.(A / S) : KLEBER CURCIOL EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Inteiro Teor do Acórdão - Página 2 de 90 Ementa e Acórdão RE 561836 / RN índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. 6) A irredutibilidade estipendial recomenda que se, em decorrência da reestruturação da carreira do servidor, a supressão da parcela dos 11,98%, ou em outro percentual obtido na liquidação, verificar-se com a redução da remuneração, o servidor fará jus a uma parcela remuneratória (VPNI) em montante necessário para que não haja uma ofensa ao princípio, cujo valor será absorvido pelos aumentos subsequentes. 7) A reestruturação dos cargos no âmbito do Poder Judiciário Federal decorreu do advento da Lei nº 10.475/2002, diploma legal cuja vigência deve servir de termo ad quem para o pagamento e incorporação dos 11,98% no âmbito do referido Poder. 8) Inconstitucionalidade. 9) Recurso extraordinário interposto pelo estado do Rio Grande do Norte conhecido e parcialmente provido, porquanto descabida a pretensa compensação do percentual devido ao servidor em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV com aumentos supervenientes a título de reajuste e revisão de remuneração, restando, por outro lado, fixado que o referido percentual será absorvido no caso de reestruturação financeira da carreira, e declarada incidenter tantum a inconstitucionalidade da Lei n° 6.612, de 16 de maio de 1994, do estado do Rio Grande do Norte. JULGADO 26/09/2013, Relator: Ministro Luiz Fuz – Supremo Tribunal Federal) E, não se tem como afastar que, mesmo que houvesse eventual decréscimo salarial lá no momento da reestruturação da carreira, já se transcorreu muito mais do que 05 (cinco) anos, entre a reestruturação da carreira e o momento em que se ajuizou a ação, o que, invariavelmente, também estaria albergada pelo instituto da prescrição, nos moldes do que regra o Decreto-Lei 3365/41, bem como, também pelo decurso de tempo, ante as inúmeras leis posteriores de reestruturação das carreiras de Estado, de onde, fatalmente a incorporação / recomposição já teria ocorrido, com a consequente extinção da denominada verba com a nomenclatura VPNI. Mas digo isto apenas no campo das suposições, pois tais pontos sequer foram traçados pela parte interessada, bem como, devidamente demonstrado anteriormente que a recomposição fora feita ainda no ano de 1994, a afastar totalmente a pretensão inicial do autor. Registro ainda, por derradeiro, que em sede de Juizados Especiais, nos moldes do artigo 38, § único da Lei 9099/95, não se faz possível sentença ilíquida, de onde, este relator, após estudar o assunto, conseguiu entender toda a dinâmica que o cerca, elaborando a sua decisão, exatamente nos moldes de uma perícia judicial, aplicável ao caso, de forma clara e tranquila, a não desafiar a tentativa de sequer ser verificada em sede de liquidação de sentença, pois, como bem demonstrado o feito independe de qualquer liquidação, atacando-se TODA A MATÉRIA DE IMEDIATO de forma exaustiva. Então a única conclusão que se retira é de que o pleito da exordial é totalmente improcedente, de onde ainda registro que em vários casos que tem me chegado à conclusão na fase de liquidação, foi de liquidação “zero’, de onde, não posso me furtar à profundidade do voto, resolvendo ab initio o processo, sem causar falsas esperanças às partes envolvidas, a não merecer reparos a sentença objurgada. ISTO POSTO, conheço do recurso inominado aviado e no mérito NEGO-LHE PROVIMENTO para manter inalterada a sentença, nos moldes do artigo 46 da Lei 9099/95, com seus fundamentos e somatória aos fundamentos aqui esposados, de forma monocrática, com espeque na Súmula 01 da TRU c/c Súmula 10 da TRU em sede de matéria da Fazenda Pública, c/c artigo 932, V, “a” do NCPC. Determino ainda que a Secretaria da TRU faça as EVENTUAIS anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, quando for dada a baixa ao processo que o mesmo seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, providenciando ainda as baixas pertinentes na VARA DE ORIGEM DA JUSTIÇA COMUM, visto que lá se iniciou, sendo remetido para esta esfera, por ordem do IRDR do TJMT, de onde o feito não mais retornará à VARA CÍVEL DE ORIGEM, tentando no ato evitar tumultos de controle de ordem de estoque de processos, o que, daria em verdade números irreais de feitos na aludida VARA CÍVEL DE ORIGEM, que não terá mais competência de analisar o presente feito quando do retorno (ACASO O FEITO TENHA VINDO DIRETO DO TJT EM DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA). Diante do resultado do julgamento do recurso, condeno o recorrente ao pagamento das custas processuais e ainda em honorários advocatícios, que, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, arbitro em 10% sobre o valor atualizado da causa, porém, ambas suspensas, diante da gratuidade de

justiça anteriormente concedida, nos moldes do artigo 98, §§ 2º e 3º do NCPC. Repiso ainda que, se este feito tiver se iniciado na Justiça Comum, e, posteriormente enviado para a Turma Recursal / Juizados Especiais, automaticamente a sistemática das custas e honorários serão, por óbvio, as utilizadas na Lei 9099/95, prevalecendo esta sobre eventual condenação anterior, seja das custas ou de honorários em 1º grau, visto que, em sede de Juizados Especiais, inexistem custas ou honorários advocatícios em sede de 1º grau, de onde, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, somente serão arbitradas as custas ou honorários em caso de insucesso do recurso aviado, valendo apenas as custas e honorários fixados e da forma em que foram fixados nesta decisão. Após o trânsito em julgado, devolva-se à origem, com as baixas e anotações pertinentes. P.R.I. Marcelo Sebastião Prado de Moraes Juiz de Direito - Relator

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0000095-03.2018.8.11.0039
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MIRIELE GARCIA RIBEIRO OAB - MT10636-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JULIO BARBOSA RIBEIRO (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EMERSON RODRIGUES DA SILVA OAB - MT17872-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
MARCELO SEBASTIAO PRADO DE MORAES

EMENTA – VOTO MONOCRÁTICO RECURSO INOMINADO – PRESCRIÇÃO – OCORRENTE – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – AÇÃO AVIADA ALÉM DO PRAZO PRESCRICIONAL – SENTENÇA REFORMADA – POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V “a” DO NCPC C/C SÚMULA 02 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a” do NCPC, cumulada ainda com a Súmula 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula 11 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. Ultrapassados o prazo de mais de 05 (cinco) anos entre a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras, passa a ocorrer a prescrição ao eventual direito de recomposição / pagamento de diferenças da conversão da moeda de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor, nos ditames do Decreto-Lei 3365/41 e ainda RE 561836/RN- STF e o julgamento dos embargos de declaração deste mesmo recurso extraordinário, com efeito repetitivo. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. Vistos, etc. Trata-se de recurso aviado pela municipalidade contra a sentença que determinou a implantação do pagamento de valores de URV, bem como, pagamento de valores atrasados em relação aos últimos 05 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação. Aduzindo a municipalidade pela ausência do direito alegado e ainda prescrição. Em sede de contrarrazões o recorrido pugna pela manutenção da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. FUNDAMENTO E DECIDO Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que, o relator pode, monocraticamente DAR PROVIMENTO a recurso, cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, “a”, do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: SÚMULA 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a”, “b” e “c” do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017). Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula 11 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: “SÚMULA 11: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 861836/RN-STF).” Deve ser observada a data da reestruturação das carreiras, de onde, pela Lei Municipal 755/98, dispôs sobre a reestruturação das carreiras daquela municipalidade, de onde este seria o termo limite para se pleitear qualquer tipo de valores de URV, de onde, a ação presente fora ajuizada em data além do prazo prescricional de 05 (cinco) anos, do Decreto Lei 3365/41. Em recentíssimo julgamento no RESP 1.809.026/AL, da lavra do Ministro Herman Benjamin, decidido em data de 25/06/2019 e publicado em data de 02/08/2019, assim ficou lançado: “PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido.” Em outros casos idênticos seguem as decisões do STJ: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 23/05/2016) Outra não foi também a conclusão do Ministro Luiz Fux, quando decidiu os Embargos de Declaração no RE 561836/RN que se tornou caso de repercussão geral sobre o tema, senão vejamos: Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) Ainda o mesmo julgado acima noticia que seria paga, no caso de decréscimo salarial a ser devidamente demonstrado, quando da reestruturação da carreira, uma verba destacada com o nome de VPNI que seria absorvida com o passar dos anos, com as recomposições salariais que viessem ocorrendo, de onde, de longa data, tal também já teria sido absorvido, com as várias alterações salariais ao longo de quase 25 (vinte e cinco) anos, sem falar na total ausência mínima de demonstração de decréscimo salarial no presente feito. ISTO POSTO, conheço do recurso e no mérito, DOU-LHE

PROVIMENTO, para acolher a prescrição, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos moldes do artigo 487, II do NCPC. Isento de custas processuais e sem a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, ante o resultado do recurso, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, com a mudança de locação / competência, as regras de sucumbência são as do Juizado Especial, em superação à qualquer outra, diante da existência de Lei Especial (Lei 9099/95) em sobreposição à Lei Geral (NCPC). ANOTO QUE SE O FEITO TIVER VINDO DECLINADO DO TJMT PARA A TRU, DE ONDE, DEVERÁ SER DEVOLVIDO À ORIGEM, COM AS MOVIMENTAÇÕES POSTERIORES DE DECLÍNIO AO JUIZADO ESPECIAL DA COMARCA DE ORIGEM, E SE EXISTIR JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA ESPECÍFICA, DEVE SER REDISTRIBUÍDO PARA ESTE, PARA SOMENTE APÓS SER DADA A DEVIDA BAIXA PROCESSUAL COMPETENTE. P.R.I Marcelo Sebastião Prado de Moraes Juiz de Direito Relator

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1000155-07.2019.8.11.0044
Parte(s) Polo Ativo:
WILSON MIRANDA - ME (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KRISTHIAN BRUNO SOUZA TONDORF OAB - MT24925-O (ADVOGADO)
KEVIN MICHEL SOUZA TONDORF OAB - MT23335-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
AGUAS DE PARANATINGA LTDA. (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANIEL PAULO MAIA TEIXEIRA OAB - MT4705-A (ADVOGADO)
Magistrado(s):
PATRICIA CENI DOS SANTOS

Recurso Inominado nº: 1000155-07.2019.8.11.0044-JA – PJE Origem: JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PARANATINGA Recorrente(s): WILSON MIRANDA - ME AGUAS DE PARANATINGA LTDA. Recorrido(s): WILSON MIRANDA - ME AGUAS DE PARANATINGA LTDA. Juíza Relatora: Dra. Patrícia Ceni EMENTA – DECISÃO MONOCRÁTICA RECURSO INOMINADO – AÇÃO DE COBRANÇA – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA E DO PAGAMENTO DAS CUSTAS – DECURSO DO PRAZO SEM RECOLHIMENTO DAS CUSTAS – RECURSO DA PARTE AUTORA JULGADO DESERTO-. Estando o recurso em desacordo com a disposição do artigo 42, §1º da Lei 9099/95, em dissonância com Tribunal Superior e ainda em dissonância com o entendimento da Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, pode ser negado o seguimento ao recurso, monocraticamente. No caso dos autos, observa-se que a Recorrente, mesmo intimado para recolher o preparo recursal, quedou-se inerte. Assim, a deserção deve ser reconhecida, uma vez que não colacionou a guia de recolhimento do preparo, a fim de comprovar o efetivo pagamento das custas recursais. Ademais, verifica-se que a parte Reclamada, também apresentou recurso inominado, sendo assim, após o decurso do prazo venham-me os autos conclusos, para a inclusão de pauta do Recurso interposto pela Reclamada. Decisão monocrática em face ao disposto da Súmula 01 da Turma Recursal Única de Mato Grosso. Recurso a que se nega o seguimento monocraticamente. DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos etc. Dispensado o relatório em face ao disposto no art. nº 38 da Lei nº 9.099 de 26 de setembro de 1995. No caso em comento, Trata-se de pedido de reconsideração em face da decisão (ID.19435997)que revogou a gratuidade de justiça, e intimou a parte autora para recolher as custas, no prazo de 48 horas, bem como para que fosse juntado nos autos a sua condição de microempresa. Conforme dispõe o Enunciado 135 FONAJE. A sentença do juízo de piso julgou parcialmente procedente os pedidos iniciais do recorrente. Pois, bem. Analisando detidamente os autos, vislumbro que a parte Autora WILSON MIRANDA – ME, desincumbiu do seu ônus ao que pertine a demonstração de microempresa, portanto, não há dúvidas que este se enquadra no rol de pessoas que podem ser partes no Juizado Especial Civil. Contudo, ocorre que, está Magistrada revogou a Justiça Gratuita anteriormente concedida, de forma genérica, pelo juízo a quo, pois, a parte Recorrente não comprovou sua hipossuficiência para arcar com as despesas processuais. Saliento, ainda, que apesar da parte Autora insurgir contra o indeferimento, em nenhum momento comprova não possuir condições de arcar com as custas processuais. Ainda mais, verifica-se que o Recorrente se restringiu apenas a colacionar fotos da sua CTPS e declaração de importo de renda em nome da pessoa física, documentos que não foram hábeis para evidenciar sua real movimentação econômico-financeira. Portanto, não tendo sido comprovado que o Autor é possuidor dos benefícios da gratuidade de justiça, MANTENHO a decisão prolatada no ID.19435997. Desta forma, tendo em vista que pedido de reconsideração não suspende o prazo para recolhimento do preparo, tal impõe-se em deserção. Outrossim, o art. 98 do CPC, ao tratar dos beneficiários da justiça gratuita, assim estabelece: Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei. É sabido ainda que o benefício da justiça gratuita deve ser deferido com cautela e parcimônia, objetivando o cumprimento do papel a ela imposta, qual seja, de possibilitar as pessoas mais carentes e desprovidas de condição econômica o acesso ao Poder Judiciário. No mesmo sentido, os seguintes precedentes jurisprudenciais: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO DE INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. VIAGEM INTERNACIONAL. HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA NÃO COMPROVADA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. A presunção de pobreza que milita em favor daquele que afirma essa condição, consoante o § 1º, do art. 4º, da Lei 1.060/50, é relativa, o que permite ao Juiz considerá-la insuficiente para a concessão do benefício da gratuidade de justiça sempre que a situação social, profissional ou patrimonial do requerente mostre-se incompatível com o benefício pleiteado. Neste sentido, o verbete sumular nº 39 deste Tribunal: "É facultado ao Juiz exigir que a parte comprove a insuficiência de recursos, para obter concessão do benefício da gratuidade de justiça (art. 5º, inciso LXXIV, da CF), visto que a afirmação de pobreza goza apenas de presunção relativa de veracidade." No caso em exame, verifica-se que os Agravantes não apresentaram elementos hábeis a comprovar a alegada hipossuficiência econômica. Com efeito, uma viagem internacional não pode ser adquirida por uma pessoa economicamente hipossuficiente. Portanto, a concessão do benefício da gratuidade de justiça afrontaria a própria natureza do instituto. Diante desse painel fático, forçoso concluir o acerto do decisum hostilizado, não havendo nenhum elemento novo capaz de demover o juízo de valor realizado pelo magistrado a quo. Decisão mantida RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO. (TJ-RJ - AI: 00624606720138190000 RJ 0062460-67.2013.8.19.0000, Relator: DES. JOAQUIM DOMINGOS DE ALMEIDA NETO, Data de Julgamento: 19/11/2013, VIGÉSIMA QUARTA CAMARA CIVEL/ CONSUMIDOR, Data de Publicação: 21/01/2014 00:00) (GRIFO NOSSO) Assim, por não restar clarividente a incapacidade e poder financeiro da parte Autora em arcar com as custas processuais, conforme fundamentado na decisão ID.19435997,sua revogação foi medida imposta, e, mesmo que a parte Autora tenha posteriormente trazido à baila pedido de reconsideração, esta não foi suficiente para convencer que lhe assiste o preenchimento dos referidos pressupostos para concessão de gratuidade, vez que não constatou-se o estado de miserabilidade alegada. Com isso, tendo em vista que a justiça gratuita pode ser revista e requerida a qualquer tempo, e verificada mais uma vez que a parte Autora não preenche os requisitos para concessão dos benefícios da gratuidade de justiça, posto que não demonstra a impossibilidade de arcar com as despesas processuais, nem tampouco possuir condições econômicas pouco favoráveis que o impeça de pagar as custas processuais. Desta forma, entendo que a decisão ((ID.19435997),deve ser mantida por seus próprios fundamentos, por estar em consonância com doutrina e a jurisprudência, conforme restou esclarecido. Desse modo, tendo em vista o prévio indeferimento da justiça gratuita, o qual mantenho, e inexistindo recolhimento do preparo recursal, a deserção é medida que impõe, consoante a orientação do Enunciado nº 80 do FONAJE: Enunciado nº 80: O recurso Inominado será julgado deserto quando não houver o recolhimento integral do preparo e sua respectiva comprovação pela parte, no prazo de 48 horas, não admitida a complementação intempestiva (art. 42, § 1º, da Lei 9.099/1995) (nova redação – XII Encontro Maceió-AL). Portanto, ausente um dos pressupostos de admissibilidade, inviável conhecer do recurso interposto. Ante o exposto, NEGO SEGUIMENTO AO RECURSO DA PARTE RECLAMANTE, por lhe faltar requisito de admissibilidade, qual seja, o pagamento integral das custas processuais. Equivalendo o não conhecimento do recurso a ser vencida a parte recorrente, nos termos do Art. 55 da Lei 9.099/95, esta deverá arcar com o pagamento das custas processuais e honorários advocatícios no valor de 15% sobre o valor da condenação. Findo o prazo com ou sem manifestação, venham-me os autos conclusos, para a inclusão de pauta do Recurso interposto pela Reclamada. Intimem-se. Cumpra-se. Patrícia Ceni Juíza de Direito – Relatora

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0014236-75.2013.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
ELIANA LUCAS (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KARLA CRISTINA WATANABE ARCHER OAB - MT16468-O (ADVOGADO)
CARLOS ALBERTO DE PAULA OAB - MT10374-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE SINOP (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GISELY MARENGONI OAB - MT14585-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
PATRICIA CENI DOS SANTOS

Embargos de Declaração nº.: 0014236-75.2013.811.0015– JA – PJE Origem: 6ª Vara da Comarca de Sinop (DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA DO TJMT) Embargante(s): ELIANA LUCAS Embargado(a) MUNICIPIO DE SINOP Juíza Relatora: PATRÍCIA CENI EMENTA – DECISÃO MONOCRÁTICA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – DECISÃO MONOCRÁTICA – INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL – DESERÇÃO DO RECURSO INOMINADO DA EMBARGANTE - RECOLHIMENTO DE TAXA DIVERSA AO RECURSO APRESENTADO – AUSÊNCIA CONDIÇÃO DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO – EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS MONOCRATICAMENTE. Os embargos declaratórios somente podem ser opostos na estrita hipótese de obscuridade, contradição, omissão ou dúvida porventura existente na sentença proferida, nos termos do artigo 18, da Lei nº 9.099/95, sendo vedada a sua utilização para rediscutir a matéria. Não há que se falar no caso dos autos em omissão, contradição ou erro material, notadamente quando correta está a análise da preliminar de deserção, não havendo que se acolher a alegação de contradição, preparo realizado fora do prazo, intempestivo. Anote-se que não há que se falar em aplicação do disposto no art. 932, parágrafo único do CPC, uma vez que os Juizados Especiais são regidos por regras especiais exaurentes, não admitindo aplicação supletiva do CPC. Embargos conhecidos e rejeitados para manter incólume a decisão objurgada. DECISÃO MONOCRÁTICA RELATÓRIO Pretende a embargante o acolhimento dos embargos com efeitos infringentes, alegando omissão quanto ao prazo de 5 dias estabelecido no art. 932,parágrafo único do CPC, o qual deve ser aplicado. Requereu a concessão dos efeitos infringentes pretendidos, e a reforma da decisão objurgada para conhecer do recurso inominado interposto e dar-lhe provimento. A embargada não apresentou manifestação. VOTO DO CABIMENTO DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS Os embargos declaratórios somente podem ser interpostos na estrita hipótese de obscuridade, contradição, omissão ou dúvida porventura existente na sentença proferida, nos termos do artigo 18, da Lei nº 9.099/95. É recurso de hipótese vinculada, somente podendo ser interposto nos casos mencionados, sendo vedada a sua utilização como espécie de sucedâneo recursal ou visando à rediscussão do mérito da ação julgada. A respeito do tema, o Mestre José Carlos Barbosa Moreira disserta o seguinte: "Com a publicação da sentença de mérito, exaure-se, em princípio, a competência funcional do órgão de primeiro grau, no tocante à apreciação da lide (art. 463 CPC), é defeso ao Juiz alterá-la, ainda que se convença de não ter julgado corretamente". Nesse sentido: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. OBRIGATORIEDADE DO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PELO ESTADO. AUSÊNCIA DE DISCUSSÃO A RESPEITO DE QUALQUER MATÉRIA AFETA AO PROCEDIMENTO PREVISTO NO ART. 543-C. DESNECESSIDADE DE SOBRESTAMENTO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS ELENCADOS NO ART. 535 DO CPC. EMBARGOS REJEITADOS. 1. O art. 535 do CPC é peremptório ao prescrever as hipóteses de cabimento dos Embargos de Declaração, tratando-se, pois, de recurso de fundamentação vinculada, restrito a situações em que patente a incidência do julgado em obscuridade, contradição ou omissão, sendo vedada a sua utilização com a finalidade de sustentar eventual incorreção do decisum hostilizado ou de propiciar novo exame da própria questão de fundo. (...) 3. Embargos de Declaração rejeitados. (EDcl no REsp 1123898/RN, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 25/10/2011, DJe 09/11/2011). No caso em comento, não há que se falar em omissão, contradição, obscuridade ou até mesmo em erro material no tocante à decisão objurgada que verificou a deserção do RI interposto pela embargante, a qual recolheu a taxa diversa ao o presente recurso, sendo valor menor ao que devido, não cumprido o determinado na decisão id.9668966. Portanto, o Embargos interposto, apenas enseja rediscussão de matéria já analisada. O próprio FONAJE editou o Enunciado 80, nos moldes abaixo vazados: ENUNCIADO 80 – O recurso Inominado será julgado deserto quando não houver o recolhimento integral do preparo e sua respectiva comprovação pela parte, no prazo de 48 horas, não admitida a complementação intempestiva (art. 42, § 1º, da Lei 9.099/1995) (nova redação – XII Encontro Maceió-AL). Cumpre anotar ainda que não se trata de aplicação subsidiaria do art. 932, parágrafo único do CPC, uma vez que o microssistema dos Juizados é formado por regras especiais e claras, que não admitem suprimento mediante "aplicação supletiva" do CPC. Deste modo, não se trata de entendimento ultrapassado em decorrência da nova sistemática do CPC, mas da restrita interpretação conferida às normas especiais da Lei n. 9.099/95 e às normas do Regimento Interno das Turmas Recursais do TJDFT. Cândido Rangel Dinamarco diz que "recurso inadmissível são os casos de não conhecimento" (A reforma do código de Processo civil, 2ª., Malheiros Editores, 1995, p. 118.), registrando que, no caso de não conhecimento, está a se negar o seguimento ao recurso inadmissível pelo fato deste não preencher os requisitos de admissibilidade recursal, dentre eles, o preparo completo e tempestivo, nos moldes da dinâmica dos Juizados Especiais. De se concluir que faltou ao recurso a condição de admissibilidade mínima, no que tange ao recolhimento das custas, estando deserto, sendo, portanto inadmissível o recurso, sendo o caso de se negar o seguimento ao recurso. Assim, não há que se falar que a decisão monocrática objurgada possui contradição. DA POSSIBILIDADE DO JULGAMENTO MONOCRÁTICO Conforme explanado na decisão monocrática que negou seguimento ao recurso do Reclamante/Embargante, e segundo entendimento sedimentado nos tribunais, pode o relator em decisão monocrática negar seguimento ao recurso se a decisão em manifesto estiver em confronto com súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal, em face ao disposto no art. 932, inciso IV, Letra A, do Código de Processo Civil e a Súmula nº 01 desta Turma Recursal. O que justamente se coaduna com o caso no presente feito, uma vez que observada a deserção do recurso inominado interposto, devendo, portanto, está Relatora operar através da harmonização com a jurisprudência dominante nos Tribunais. Assim, em que pese os termos da oposição, verifico que a decisão objurgada devidamente fundamentada decidiu, coerentemente, não conhecer do recurso, diante da manifesta deserção do mesmo, razão pela qual não há se falar em qualquer contradição, tampouco omissão, obscuridade ou erro material na decisão. Deste modo, verifico que há mera insurgência da parte contra os termos da decisão, o que não legitima a oposição dos presentes embargos. Portanto, como os Embargos de Declaração tem por finalidade, rediscussão de matéria, e como não há tal hipótese prevista no artigo 48 da Lei 9099/95, não merece acolhimento. Desta forma, com fulcro no art. 1026, § 2º, do NCPC, condeno o Embargante a pagar à Embargada multa no valor de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado da causa. Isto posto, com fulcro no artigo 1.022, do Código de Processo Civil, REJEITO OS EMBARGOS DECLARATÓRIOS, ante a inexistência de contradição, omissão, obscuridade ou erro material no julgado, não havendo ainda que se falar em intimação para complemento das taxas, tampouco em aplicação de efeitos infringentes. Intimem-se. Cumpra-se. Patrícia Ceni Juíza de Direito - Relatora

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0502454-22.2014.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JEFERSON SILVA CARVALHO (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ARDONIL MANOEL GONZALES JUNIOR OAB - MT13945-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
FUNDACAO PROFESSOR CARLOS AUGUSTO BITTENCOURT (RECORRIDO)
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NOILVIS KLEM RAMOS OAB - MT13100-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
VALMIR ALAERCIO DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADOS ESPECIAIS PRESIDÊNCIA DA TURMA RECURSAL ÚNICA Recurso: 0502454-22.2014.8.11.0001 Vistos etc. Trata-se de Recurso Extraordinário interposto pela parte Reclamante, ora Recorrente, com fulcro no art. 102, inciso III, alínea “a” da Constituição Federal, visando reformar a decisão desta Turma Recursal que negou provimento ao recurso interposto, via de consequência, manteve a sentença recorrida que julgou improcedente a pretensão do autor. Conforme súmula de julgamento abaixo: SÚMULA DO JULGAMENTO: RECURSO INOMINADO. FAZENDA PÚBLICA. CONCURSO PÚBLICO. CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR. LIMITAÇÃO DE IDADE EM 25 ANOS. LEGALIDADE. LEI COMPLEMENTAR Nº 555/2014. ELEVAÇÃO DO LIMITE DE IDADE PARA 35 ANOS. VIGÊNCIA POSTERIOR À HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME. INAPLICABILIDADE. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. 1. Intimado, O Ministério Público deixou de emitir parecer acerca da controvérsia (id. 417321). 2. É cabível a exigência de limite de idade para o ingresso na carreira militar quando devidamente previsto na lei e no edital do concurso público, a exemplo do que ocorreu no caso dos autos. 3. A alteração prevista na Lei Complementar nº 555/2014, que elevou o limite de idade para o ingresso na corporação de 25 (vinte e cinco) para 35 (trinta e cinco) anos não se aplica ao presente caso, uma vez que o certame foi homologado em data anterior à vigência da aludida lei. 4. Nesse sentido, colaciono julgado do Superior Tribunal de Justiça: ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NA MEDIDA CAUTELAR. CONCURSO PÚBLICO. POLICIAL MILITAR DO ESTADO DO MATO GROSSO. LIMITE MÁXIMO DE IDADE. PREVISÃO LEGAL. REGRA PRESENTE NO EDITAL. INEXISTÊNCIA DOS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DA TUTELA CAUTELAR. 1. "A jurisprudência do STJ posiciona-se no sentido de que não fere direitos dos candidatos a disposição editalícia que prevê limites mínimo e máximo de idade para o ingresso na carreira militar, em razão da atividade peculiar nela exercida, desde que tal limitação esteja prevista em legislação específica" (RMS 31.923/AC, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, julgado em 6/10/2011, DJe 13/10/2011). 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ - AgRg na MC: 15751 MT 2009/0129465-6, Relator: Ministro OG FERNANDES, Data de Julgamento: 02/05/2013, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 23/05/2013) 5. Utilizo trecho da sentença recorrida para fundamentar o julgamento deste recurso: “A idade fixada como máxima no concurso público não é ilegal quando a Administração Pública houver fixado esse critério em lei e no edital. Aliás, este é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, precedente: STJ - AgRg no RMS: 37650 BA 2012/0074403-4, Relator Ministro HUMBERTO MARTINS, Data de Julgamento: 03/10/2013, T2 - Segunda Turma, DJe 14/10/2013. A Lei Complementar Estadual nº 366/2009, que elevou o limite máximo de idade de 25 (vinte e cinco) para 30 (trinta) anos, foi declarada inconstitucional pelo pleno do E. Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, no julgamento da ADI 142071/2009, em 10 de junho de 2010, com efeito erga omnes e ex tunc, prevalecendo, assim, a redação original do art. 11, inciso II, da Lei Complementar nº 231/2005. A LC nº 408/2010 tem por escopo a qualificação dos militares, e como tal não poderia limitar a idade dos alunos a 25 (vinte e cinco) anos, já que há cursos de aprimoramento e aperfeiçoamento para Sargentos e Oficiais, que evidentemente possuem idade superior e não revogou o art. 11 mencionado. Por fim, a LC nº 555/14 que alterou o limite de idade para o ingresso nas carreiras militares no Estado de Mato Grosso não tem previsão expressa de retroatividade para tal norma e não se aplica ao concurso sub judice, que perfaz um ato jurídico perfeito, já que regido pela lei anterior, em que o limite fixado foi o mesmo exigido no edital, não havendo nulidade nesse sentido a ser decretada.” 6. A sentença, que julgou improcedente a pretensão inicial, não merece reparos e deve ser mantida por seus próprios fundamentos. Alega o Recorrente a existência de repercussão geral, em razão der haver interesse geral pelo seu desfecho. Assevera que o que se discute neste feito é a legalidade ou não do edital de concurso que limita a idade máxima dos candidatos, de 25 anos, para preenchimento do cargo de Policial Militar, na data do término das inscrições, baseado em face ao disposto em Lei Estadual. Aduz que nasceu no dia 17/12/1987, e que na data do encerramento das inscrições havia completado 26 anos de idade, transcorrido ínfimos 13 dias. Argumenta que na data que fez sua inscrição contava com 25 anos de idade e que essa limitação não pode ultrapassar os limites da razoabilidade. Ao final requer que seja dado provimento ao recurso extraordinário garantindo sua aprovação no concurso que se inscreveu. O presente recurso extraordinário é tempestivo e foi efetuado o preparo, conforme a certidão expedida pela Secretaria da Turma Recursal Única. A parte recorrida não apresentou as contrarrazões recursais. No entanto, o art. 1.035, caput, do Código de Processo Civil, dispõe: Art. 1.035. O Supremo Tribunal Federal, em decisão irrecorrível, não conhecerá do recurso extraordinário quando a questão constitucional nele versada não tiver repercussão geral, nos termos deste artigo. § 1o Para efeito de repercussão geral, será considerada a existência ou não de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico que ultrapassem os interesses subjetivos do processo. § 2o O recorrente deverá demonstrar a existência de repercussão geral para apreciação exclusiva pelo Supremo Tribunal Federal. § 3o Haverá repercussão geral sempre que o recurso impugnar acórdão que: I - contrarie súmula ou jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal; II – (Revogado pela Lei nº 13.256, de 2016) III - tenha reconhecido a inconstitucionalidade de tratado ou de lei federal, nos termos do art. 97 da Constituição Federal. § 4o O relator poderá admitir, na análise da repercussão geral, a manifestação de terceiros, subscrita por procurador habilitado, nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal. § 5o Reconhecida a repercussão geral, o relator no Supremo Tribunal Federal determinará a suspensão do processamento de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão e tramitem no território nacional. § 6o O interessado pode requerer, ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal de origem, que exclua da decisão de sobrestamento e inadmita o recurso extraordinário que tenha sido interposto intempestivamente, tendo o recorrente o prazo de 5 (cinco) dias para manifestar-se sobre esse requerimento. § 7º Da decisão que indeferir o requerimento referido no § 6º ou que aplicar entendimento firmado em regime de repercussão geral ou em julgamento de recursos repetitivos caberá agravo interno. (Redação dada pela Lei nº 13.256, de 2016) § 8o Negada a repercussão geral, o presidente ou o vice-presidente do tribunal de origem negará seguimento aos recursos extraordinários sobrestados na origem que versem sobre matéria idêntica. § 9o O recurso que tiver a repercussão geral reconhecida deverá ser julgado no prazo de 1 (um) ano e terá preferência sobre os demais feitos, ressalvados os que envolvam réu preso e os pedidos de habeas corpus. § 10.(Revogado dada pela Lei nº 13.256, de 2016) § 11. A súmula da decisão sobre a repercussão geral constará de ata, que será publicada no diário oficial e valerá como acórdão. Os temas abrangidos pelos § 1º e § 2º do referido artigo são aqueles relacionados com o sistema econômico, político, social ou jurídico que ultrapassem interesses subjetivos ou disponíveis, devendo ser preliminarmente demonstrados na interposição do recurso. Requisito esse, preenchido pela parte Recorrente, porém, para o cabimento do apelo extraordinário, deve-se ainda demonstrar a contrariedade ao texto constitucional de forma direta e frontal, e não pela via reflexa. Para ser possível o recebimento do Recurso Extraordinário é necessário que a contrariedade à Constituição Federal seja direta, deve atingir os próprios preceitos constitucionais. Do contrário, quando for reflexa (indireta ou oblíqua) atingindo, por exemplo, a legislação federal, não é cabível o referido recurso. Nesse sentido o excelso Supremo Tribunal Federal já decidiu: DIREITO CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO CONTRA ACÓRDÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA EM RECURSO ESPECIAL. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. LEGITIMIDADE PASSIVA "AD CAUSAM". REAJUSTE DAS CONTAS VINCULADAS AO FGTS. ALEGAÇÃO DE OFENSA AOS ARTS. 5 , II, XXXV, XXXVI, E 22, VI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. 1. O acórdão recorrido não focalizou qualquer tema constitucional, o que justificou a invocação das Súmulas 282 e 356. 2. Ademais, como salientou a decisão agravada, é pacífica a jurisprudência do S.T.F., no sentido de não admitir, em R.E., alegação de ofensa indireta à Constituição Federal, por má interpretação ou aplicação e mesmo inobservância de normas infraconstitucionais. Agravo improvido, aplicando-se à agravante a multa de 1% (um por cento) sobre o valor corrigido da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito do respectivo valor, tudo nos termos dos artigos 545 e 557, parágrafo 2 , do Código de Processo Civil, com a redação que lhe foi dada pela Lei n 9.756, de 17.12.1998, observada a retificação feita no D.O.U. de 05.01.99. (STF - AI 239116 AgR / PR ? PARANÁ ? 1ª T. ? Rel. Min. SYDNEY SANCHES ? j. 29/06/1999 ? DJ DJ 22-10-1999 PP-00064 EMENT VOL-01968-07 PP-01351). CONSTITUCIONAL. INDENIZAÇÃO. DANOS MATERIAIS E MORAIS. OFENSA INDIRETA À CONSTITUIÇÃO. ALEGADA VIOLAÇÃO AO

ART. 5°, XXXV, LIV E LV. OFENSA REFLEXA. AGRAVO IMPROVIDO. I - A apreciação dos temas constitucionais, no caso, depende do prévio exame de matéria infraconstitucional. II - A alegada violação ao art. 5º, XXXV, LIV e LV, da Constituição, em regra, configura situação de ofensa meramente reflexa ao texto constitucional, o que inviabiliza o conhecimento do recurso extraordinário. III - Aplicação de multa. IV - Agravo regimental improvido. (STF - AI 668940 AgR, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Primeira Turma, julgado em 20/05/2008, DJe-107 DIVULG 12-06-2008 PUBLIC 13-06-2008 EMENT VOL-02323-08 PP-01593). AGRAVO DE INSTRUMENTO - ALEGADA VIOLAÇÃO A PRECEITOS INSCRITOS NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA - AUSÊNCIA DE OFENSA DIRETA À CONSTITUIÇÃO - CONTENCIOSO DE MERA LEGALIDADE - RECURSO IMPROVIDO. - A situação de ofensa meramente reflexa ao texto constitucional, quando ocorrente, não basta, só por si, para viabilizar o acesso à via recursal extraordinária. (AI 775.275-AgR, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, DJ 28.10.2011) Dessa forma, o excelso Supremo Tribunal Federal vem reiteradamente decidindo: "A violação indireta ou reflexa das regras constitucionais não enseja recurso extraordinário. Precedentes: AI n. 738.145 - AgR, Rel. Min. CELSO DE MELLO, 2ª Turma, DJ 25.02.11; AI n. 482.317-AgR, Rel. Min. ELLEN GRACIE, 2ª Turma DJ 15.03.11; AI n. 646.103-AgR, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, 1ª Turma, DJ 18.03.11". Ademais, se não fossem observados os argumentos supra, ainda assim, o recurso extraordinário não alcançaria seguimento, pois, por uma simples análise, vislumbra-se também a nítida intenção de provocar o reexame da matéria fático-probatório, o que é vedado nesta seara recursal ante o disposto no verbete sumular n.º 279 do STF, in verbis: "Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário". Ante o exposto, em conformidade com a decisão contida no Tema nº 735, do excelso Supremo Tribunal Federal e na Súmula nº 279 do referida Corte, em face ao disposto no art. 1.030, inciso I, alínea "a" do Código de Processo Civil, NEGO SEGUIMENTO ao presente Recurso Extraordinário. Intimem-se. Cumpra-se. VALMIR ALAÉRCIO DOS SANTOS Juiz de Direito - Presidente da Turma Recursal Única

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1000144-66.2018.8.11.0026
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISCO DAS CHAGAS LIMA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA OAB - MT19194-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EMBRATEL TVSAT TELECOMUNICACOES SA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AOTORY DA SILVA SOUZA OAB - MS7785-A (ADVOGADO)
Magistrado(s):
PATRICIA CENI DOS SANTOS

DECISÃO MONOCRÁTICA Passo a analisar os Embargos interpostos pelas partes de forma MONOCRÁTICA, em virtude de decisão retro ter sido lançada monocraticamente. Vistos, etc. Trata-se de Embargos de Declaração interposto pela Recorrente/Reclamada, em desfavor de decisão que negou seguimento, face ao disposto no art. 932, inc. IV, do Código de Processo Civil e a Súmula nº 01 desta Turma Recursal. Desta forma, analisando detidamente os autos verifico que houve omissão ao que tange, a negativa de seguimento, digo isto em virtude de que, o recolhimento das custas por contumácia foi realizado fora do prazo recursal, portanto, não resultaria apenas em deserção, mas sim, em extinção do feito. Logo, sendo o respectivo pagamento efetuado fora do prazo determinado (id.8286325) a deserção é medida que se impõem, cumulativamente a extinção do feito, visto que, o recolhimento das custas é requisito de admissibilidade para a interposição de nova ação. Sendo assim, reconheço a existência de omissão na decisão monocrática arrolado no ID.22589470 e acolho o Embargos de Declaração (id.123867973), sem mais delongas passo a análise. Pois bem, Trata-se de RECURSO INOMINADO interposto contra a sentença prolatada nos autos supramencionados, que julgou procedente o pleito do Reclamante, condenando a Reclamada ao pagamento de R$ 3.000,00 (três mil reais) a título de indenização por danos morais. Nas razões recursais, a parte Recorrente pleiteia a reforma da sentença para o fim de julgar improcedente o pleito Autoral, ou, alternativamente, pugna pela redução do quantum indenizatório. A parte Recorrida apresentou contrarrazões e requereu o não provimento do recurso e a manutenção da sentença combatida. Desta maneira, primeiramente, por tratar de condição da ação, o magistrado é obrigado a conhecer de ofício, em qualquer tempo e grau de jurisdição, enquanto não ocorrer o trânsito em julgado, conforme determina o art. 485, § 3º, do CPC. Compulsando o sistema PJE, verifico a existência de outro feito distribuído sob o n. 1000184-48.2018.811.0026, em que litigaram as mesmas partes e a mesma causa de pedir. Ocorre que tal processo foi extinto pela contumácia, ou seja, diante da ausência do autor na audiência de conciliação, cuja presença é obrigatória. Neste passo, denota-se que o processo foi extinto e o autor condenado ao pagamento das custas processuais, contudo, mesmo após intimação realizada neste feito no id.8286325 deixou de recolher dentro do prazo determinado por esta douta relatora, conforme certidão id.15445475. Neste cenário, a repetição de processo extinto só é possível mediante prova do pagamento das custas processuais, sendo claro e evidente fora do prazo legal, restando assim demonstrado que a extinção da presente ação é medida que se impõe. Ademais, não sendo atendida a intimação para o recolhimento das custas no prazo, imperioso se faz a aplicação do disposto no artigo 290 do CPC, qual seja, o cancelamento da distribuição e, por consequência, a extinção do processo sem julgamento do mérito, por ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (artigo 485, IV, do CPC). Dito isso, com fulcro no Art. 486, §2º do CPC, e observando que a parte Autora foi intimada para quitar as custas, recolhendo fora do prazo, julgo EXTINTO o feito, sem resolução do mérito. Portanto, declaro PREJUDICADO o recurso interposto pela RECLAMADA no id.7588677 Pelo exposto, CONHEÇO dos Embargos Declaratórios opostos, por serem tempestivos e, no mérito, ACOLHO-OS, reconhecendo a existência de omissão, a qual já foi devidamente sanada. Preclusa a via recursal, remeta-se os autos a origem. Intime-se. Cumpra-se. Patrícia Ceni Juíza de Direito – Relatora

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0004355-60.2017.8.11.0039
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MIRIELE GARCIA RIBEIRO OAB - MT10636-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PAULO HENRIQUE PIVOTTI JUNQUEIRA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EMERSON RODRIGUES DA SILVA OAB - MT17872-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
MARCELO SEBASTIAO PRADO DE MORAES

EMENTA – VOTO MONOCRÁTICO RECURSO INOMINADO – PRESCRIÇÃO – OCORRENTE – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – AÇÃO AVIADA ALÉM DO PRAZO PRESCRICIONAL – SENTENÇA REFORMADA – POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V "a" DO NCPC C/C SÚMULA 02 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a" do NCPC, cumulada ainda com a Súmula 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula 11 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. Ultrapassados o prazo de mais de 05 (cinco) anos entre a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras, passa a ocorrer a prescrição ao eventual direito de recomposição / pagamento de diferenças da conversão da moeda de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor, nos ditames do Decreto-Lei 3365/41 e ainda RE 561836/RN- STF e o julgamento dos embargos de declaração deste mesmo recurso extraordinário, com efeito repetitivo. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. Vistos, etc. Trata-se de recurso aviado pela municipalidade contra a sentença que determinou a implantação do pagamento de valores de URV, bem como, pagamento de valores atrasados em relação aos últimos 05 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação. Aduzindo a municipalidade pela ausência do direito alegado e ainda prescrição. Em sede de contrarrazões o recorrido pugna pela manutenção da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. FUNDAMENTO E DECIDO Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que, o relator pode, monocraticamente DAR PROVIMENTO a recurso, cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio

Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: SÚMULA 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017). Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula 11 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA 11: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 861836/RN-STF)." Deve ser observada a data da reestruturação das carreiras, de onde, pela Lei Municipal 755/98, dispôs sobre a reestruturação das carreiras daquela municipalidade, de onde este seria o termo limite para se pleitear qualquer tipo de valores de URV, de onde, a ação presente fora ajuizada em data além do prazo prescricional de 05 (cinco) anos, do Decreto Lei 3365/41. Em recentíssimo julgamento no RESP 1.809.026/AL, da lavra do Ministro Herman Benjamin, decidido em data de 25/06/2019 e publicado em data de 02/08/2019, assim ficou lançado: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido." Em outros casos idênticos seguem as decisões do STJ: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 23/05/2016) Outra não foi também a conclusão do Ministro Luiz Fux, quando decidiu os Embargos de Declaração no RE 561836/RN que se tornou caso de repercussão geral sobre o tema, senão vejamos: Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) Ainda o mesmo julgado acima noticia que seria paga, no caso de decréscimo salarial a ser devidamente demonstrado, quando da reestruturação da carreira, uma verba destacada com o nome de VPNI que seria absorvida com o passar dos anos, com as recomposições salariais que viessem ocorrendo, de onde, de longa data, tal também já teria sido absorvido, com as várias alterações salariais ao longo de quase 25 (vinte e cinco) anos, sem falar na total ausência mínima de demonstração de decréscimo salarial no presente feito. ISTO POSTO, conheço do recurso e no mérito, DOU-LHE PROVIMENTO, para acolher a prescrição, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos moldes do artigo 487, II do NCPC. Isento de custas processuais e sem a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, ante o resultado do recurso, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, com a mudança de locação / competência, as regras de sucumbência são as do Juizado Especial, em superação à qualquer outra, diante da existência de Lei Especial (Lei 9099/95) em sobreposição à Lei Geral (NCPC). ANOTO QUE SE O FEITO TIVER VINDO DECLINADO DO TJMT PARA A TRU, DE ONDE, DEVERÁ SER DEVOLVIDO À ORIGEM, COM AS MOVIMENTAÇÕES POSTERIORES DE DECLÍNIO AO JUIZADO ESPECIAL DA COMARCA DE ORIGEM, E SE EXISTIR JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA ESPECÍFICA, DEVE SER REDISTRIBUÍDO PARA ESTE, PARA SOMENTE APÓS SER DADA A DEVIDA BAIXA PROCESSUAL COMPETENTE. P.R.I Marcelo Sebastião Prado de Moraes Juiz de Direito Relator

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0003733-21.2010.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIO MARCIO DE LARA SORIANO OAB - MT3946-A (ADVOGADO)
KAMILA APARECIDA RODRIGUES CORREA DO ESPIRITO SANTO OAB - MT14133-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BIANKHINE RANIERY BORGES DA SILVA (RECORRIDO)
Outros Interessados:
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
PATRICIA CENI DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TURMA RECURSAL ÚNICA Embargos de Declaração nº.: 0003733-212010.8.11.0008– PJE – JA Origem: 1ª Vara Cível da Comarca da Barra do Bugres (DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA DO TJMT) Embargante(s): BIANKHINE RANIERY BORGES DA SILVA Embargado(a) DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO Juíza Relatora: PATRÍCIA CENI E M E N T A - DECISÃO MONOCRÁTICA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INTEMPESTIVIDADE - FLUÊNCIA DO PRAZO RECURSAL A PARTIR DA DATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO - INTELIGÊNCIA DO ART. 49 DA LEI 9.099/95 - ENUNCIADO 85 DO FONAJE - NEGATIVA DE SEGUIMENTO - DECISÃO MONOCRÁTICA ART. 932, INC IV, ALÍNEA "A" DO CPC – NEGADO SEGUIMENTO AO RECURSO. O recurso de Embargos de Declaração deve ser interposto no prazo de 05 (cinco) dias, a partir da data da sessão de julgamento, consoante artigo 49 da Lei nº 9.099/95; e Enunciado nº 85 do FONAJE - Fórum Nacional dos Juizados Especiais. Decisão monocrática em face ao disposto no art. 932, inc. IV, alínea "a" do Código de Processo Civil e Súmula 01 da Turma Recursal Única de Mato Grosso. Embargos a que se nega o seguimento monocraticamente. Embargos intempestivos. DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos etc. Dispensado o relatório em face ao disposto no art. nº 46 da Lei nº 9.099 de 26 de setembro de 1995. Trata-se de Recurso de Embargos de Declaração oposto em face de acórdão unânime que, nos termos do voto desta relatora deu provimento ao recurso inominado para julgar extinto o feito sem resolução do mérito, conforme ID.19066475. Pois bem. Verifico que o recurso inominado fora julgado na sessão ordinária que ocorreu dia 08/10/2019 (terça-feira). Com relação à data de início da contagem do

prazo de recurso, prevê o Enunciado nº 85 do FONAJE - Fórum Nacional dos Juizados Especiais corrobora: "Enunciado nº 85. O Prazo para recorrer da decisão de Turma Recursal fluirá da data do julgamento." Assim, a contagem do prazo recursal iniciou em 09.10.2019 e terminou em 15.10.2019, sendo contabilizados os prazos em dias úteis. Entretanto, o recurso de Embargos de Declaração foi protocolado somente no dia 22.10.2019, conforme petição de ID. 20814976 sendo, portanto, intempestivo, conforme certidão de ID. 2049951. A jurisprudência é neste sentido: EMBARGOS DECLARATÓRIOS INTEMPESTIVO - INTERPOSTO APÓS O PRAZO DE 05 DIAS DA PROLAÇÃO DO ACÓRDÃO - EMBARGOS NÃO CONHECIDO. (1ª TRMT - Embargos de Declaração nº 7104/2009 - Julg. 16.12.2009 -Rel. Dr. Mário Roberto Kono de Oliveira). EMBARGOS DECLARATÓRIOS - INTEMPESTIVIDADE - QUINQÜÍDIO LEGAL - PRAZO CONTADO DA DATA DO JULGAMENTO (SESSÃO) E NÃO DA PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO - INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 24, §2º, DA RESOLUÇÃO Nº. 03/96 (Regimento Interno das Turmas Recursais) - EMBARGOS NÃO CONHECIDOS. (1ª TRMT - Embargos de Declaração nº 6433/2009 - Julg. 16.12.2009 - Rel. Dr. Dirceu dos Santos). EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INTIMAÇÃO DO ACÓRDÃO. PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INTEMPESTIVIDADE. 1. O prazo para interposição de embargos de declaração é contado da data do julgamento. 2.A ausência das partes à sessão de julgamento do recurso é irrelevante, considerando-se, no entanto, intimadas dos atos praticados. (2ª TRMT - Embargos de Declaração nº 2598/2009 - Julg. 06.09.2009 - Rel. Dr. Nelson Dorigatti). Ante o exposto, por ser intempestivo, não conheço do recurso de Embargos de Declaração interposto pela parte reclamante. Intimem-se. Cumpra-se. Patrícia Ceni Juíza de Direito - Relatora

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0002719-44.2017.8.11.0044
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE PARANATINGA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIEL SCHILO OAB - MT9954-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
REMY CARVALHO REZENDE (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
KEVIN MICHEL SOUZA TONDORF OAB - MT23335-O (ADVOGADO)
KRISTHIAN BRUNO SOUZA TONDORF OAB - MT24925-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
MARCELO SEBASTIAO PRADO DE MORAES

EMENTA – VOTO MONOCRÁTICO RECURSO INOMINADO – PRESCRIÇÃO – RECONHECIMENTO DE OFÍCIO – MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA – POSSIBILIDADE – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – AÇÃO AVIADA ALÉM DO PRAZO PRESCRICIONAL – SENTENÇA REFORMADA – POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V “a” DO NCPC C/C SÚMULA 02 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a” do NCPC, cumulada ainda com a Súmula 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula 11 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. Ultrapassados o prazo de mais de 05 (cinco) anos entre a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras, passa a ocorrer a prescrição ao eventual direito de recomposição / pagamento de diferenças da conversão da moeda de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor, nos ditames do Decreto-Lei 3365/41 e ainda RE 561836/RN- STF e o julgamento dos embargos de declaração deste mesmo recurso extraordinário, com efeito repetitivo. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. Vistos, etc. Trata-se de recurso aviado pela municipalidade contra a sentença que determinou a implantação do pagamento de valores de URV, bem como, pagamento de valores atrasados em relação aos últimos 05 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação. Pugna a municipalidade pela improcedência da demanda. Em sede de contrarrazões o recorrido pugna pela manutenção da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. FUNDAMENTO E DECIDO Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que, o relator pode, monocraticamente DAR PROVIMENTO a recurso, cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, “a”, do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: SÚMULA 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a”, “b” e “c” do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017). Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula 11 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: “SÚMULA 11: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 861836/RN-STF).” Deve ser observada a data da reestruturação das carreiras, de onde, pela Lei municipal n° 35/2003 dispôs sobre a reestruturação das carreiras daquela municipalidade, de onde este seria o termo limite para se pleitear qualquer tipo de valores de URV, de onde, a ação presente fora ajuizada em data além do prazo prescricional de 05 (cinco) anos, do Decreto Lei 3365/41. Em recentíssimo julgamento no RESP 1.809.026/AL, da lavra do Ministro Herman Benjamin, decidido em data de 25/06/2019 e publicado em data de 02/08/2019, assim ficou lançado: “PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido.” Em outros casos idênticos seguem as decisões do STJ: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 23/05/2016) Outra não foi também a conclusão do Ministro Luiz Fux, quando decidiu os Embargos de Declaração no RE 561836/RN que se tornou caso de repercussão geral sobre o tema, senão vejamos: Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD

QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) Ainda o mesmo julgado acima noticia que seria paga, no caso de decréscimo salarial a ser devidamente demonstrado, quando da reestruturação da carreira, uma verba destacada com o nome de VPNI que seria absorvida com o passar dos anos, com as recomposições salariais que viessem ocorrendo, de onde, de longa data, tal também já teria sido absorvido, com as várias alterações salariais ao longo de quase 25 (vinte e cinco) anos, sem falar na total ausência mínima de demonstração de decréscimo salarial no presente feito. Por fim, registro que, em se tratando de matéria de ordem pública a mesma poderá ser reconhecida de ofício e em qualquer grau de jurisdição, tal como realizado no presente caso. ISTO POSTO, conheço do recurso e no mérito, DOU-LHE PROVIMENTO, para, de ofício, acolher a prescrição, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos moldes do artigo 487, II do NCPC. Isento de custas processuais e sem a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, ante o resultado do recurso, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, com a mudança de locação / competência, as regras de sucumbência são as do Juizado Especial, em superação à qualquer outra, diante da existência de Lei Especial (Lei 9099/95) em sobreposição à Lei Geral (NCPC). ANOTO QUE SE O FEITO TIVER VINDO DECLINADO DO TJMT PARA A TRU, DE ONDE, DEVERÁ SER DEVOLVIDO À ORIGEM, COM AS MOVIMENTAÇÕES POSTERIORES DE DECLÍNIO AO JUIZADO ESPECIAL DA COMARCA DE ORIGEM, E SE EXISTIR JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA ESPECÍFICA, DEVE SER REDISTRIBUÍDO PARA ESTE, PARA SOMENTE APÓS SER DADA A DEVIDA BAIXA PROCESSUAL COMPETENTE. P.R.I Marcelo Sebastião Prado de Moraes Juiz de Direito Relator

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1018064-42.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ROSCELI KOCHHANN (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCOS APARECIDO DE AGUIAR OAB - MT9769-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
MARCELO SEBASTIAO PRADO DE MORAES

EMENTA – VOTO MONOCRÁTICO RECURSO INOMINADO – MÉRITO – URV – AUSÊNCIA DE DIFERENÇAS SALARIAS – RECOMPOSIÇÃO ACIMA DO ÍNDICE EM 1994 – AUSÊNCIA DO DIREITO ALEGADO – JULGAMENTO MONOCRÁTICO – POSSIBILIDADE – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, “a” NCPC C/C SÚMULA 01 DA TRU E SÚMULA 10 DA TRU / FAZENDA PÚBLICA – NA HIPÓTESE DE EVENTUAL DEFASAGEM – PRESCRIÇÃO – MARCO INICIAL DA LEI QUE REESTRUTUROU A CARREIRA – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, IV, “a” do NCPC, cumulada ainda com a Súmula 01 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula 10 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. Observada a ausência do alegado direito à recomposição linear da URV, pela ausência de perda, com a recomposição salarial, ainda no mesmo ano da conversão, inexiste se falar em direito à incorporação de valores de forma linear e ainda de valores retroativos, como pretende a autora, de onde, a sentença deve ser mantida. Em caso de eventual direito material ter sido evidenciado, ainda assim, ocorrida a prescrição da pretensão, diante do marco inicial ser a reestruturação da carreira, de muito ultrapassada em relação ao momento de distribuição da ação. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. Vistos, etc. Registro que o presente feito fora recebido e tramitando agora pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso. Trata-se de recurso inominado aviado pelo servidor do Estado de Mato Grosso, contra a sentença que julgou prescrito os seus pleitos iniciais de implantação de URV e ainda de pagamentos de valores atrasados, em relação aos últimos 05 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação, tomando como marco temporal inicial a lei de reestruturação da carreira, pugnando pelo conhecimento e provimento do recurso, com a procedência dos pleitos exordiais Em sede de contrarrazões o de ESTADO DE MATO GROSSO, aduz que ocorreu a prescrição quinquenal pela reestruturação da carreira correspondente, sendo este o início do prazo prescricional, pela aplicação do julgado em Repercussão Geral RE 941.449-MT, bem como, foi feito pagamento sob rubrica “Dif.Conv. MP -482-URV”, fazendo ainda alusão ao Recurso de Apelação Cível 37117/2017, que assim reconheceu, inexistindo qualquer defasagem salarial; Aduz ainda que os servidores do executivo não faziam jus a tal direito, por receberem no dia 20 de cada mês, naquela época, bem como, no ano de 1994, pela Lei 6.528/94 de 15/09/1994, segundo o ementário / mensagem do Governador do Estado naquela época, o mesmo apontou que a Lei enviada era com o objetivo de recompor as defasagens dos servidores, numa média de recomposição de 18%, e, algumas categorias ainda com maior recomposição, inclusive da URV, de onde o Ofício / Mensagem 48/94 datado de 02/09/1994 assim demonstrou a intenção / finalidade da recomposição salarial era para cobrir também a defasagem / recomposição da URV em patamares acima dos 11,98% pretendidos na presente demanda. Acostou ainda, juntamente com a peça de recurso, vários documentos. Pugna ao final: a) pelo reconhecimento da prescrição quinquenal, ausência de valores a serem recebidos, pelos pagamentos a título de diferenças e ainda a ausência de valores a título de URV, pelo fato da recomposição pela Lei 6528/94 ter sido no patamar de 31,17%, acima do percentual pretendido da URV, inexistindo defasagem alguma a se resolver, com o consequente improvimento do recurso aviado. Deixo de encaminhar o feito ao Ministério Público, diante do teor do Ofício 85/2017 CPC-NFDTIPI, que manifesta o seu desinteresse em causas deste jaez. É o relatório mínimo necessário à compreensão do tema. FUNDAMENTO E DECIDO Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que, o relator pode, monocraticamente NEGAR PROVIMENTO a recurso, cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, IV, “a”, do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: IV - negar provimento a recurso que for contrário a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula 01 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: “SÚMULA 01: O Relator, em decisão monocrática, poderá negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificadamente os fundamentos da decisão recorrida ou, negar provimento a recurso que esteja dentro dos ditames do artigo 932, IV, “a”, “b” e “c” do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias, para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017).” Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula 10 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: “SÚMULA 10 – Os servidores públicos do Poder Executivo Estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para a Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6528 de 15/09/1994.” Ou seja, após período de maturação entendeu-se que os servidores do Executivo Estadual padecem do alegado direito à implantação de URV ou de eventuais diferenças, justamente pelo fato de que tais foram devidamente recompostas de longa data. Segundo os Ofícios 053/2017/SGFP/SEGES e 122 CM/SGP/SEGES/2016, ali segundo informação da própria Superintendência de Gestão de Folha de Pagamentos do Estado de Mato Grosso, nos anos de 1993 a 1994, o pagamento dos servidores públicos do Poder Executivo eram feitos ainda dentro do mesmo mês (oficio 122/2016) , bem como, de que, existia ainda a folha de pagamento suplementar para cobrir a diferença da URV entre o dia do fechamento da folha do pagamento e do valor da URV do último dia do mês, com o pagamento da rubrica “DIF.CONV.MP – 482-URV”, ocorrendo o pagamento das diferenças nos meses de abril / maio / junho do ano de 1994, vigorando por três meses, sendo posteriormente substituído pela nova moeda, com o nome de REAL (ofício 053/2017, que se encontra em vários

feitos da URV do Estado, citando como mera referência o feito 1000219-39.2018.8.11.0048 – ID 7371747), de onde em sede de impugnação à contestação apenas se limitou a dizer que essas alegações não eram suficientes a comprovar a recomposição oriunda da defasagem atinente da URV, porém, nada mais traz em sede de contraposição, sendo contra, pelo simples fato de ser contra. Poderia a parte lastrear suas alegações em provas, porém, apenas alega e nada mais, não se desincumbindo do seu ônus probatório, o que, somente por tais fatos em caso análogo na Apelação Cível 37117/2017, julgado no TJMT, com voto da lavra do Desembargador Luiz Carlos da Costa, o mesmo julgou improcedentes os pleitos da parte, pela ausência da impugnação devidamente fundamentada. Sabe-se ainda que a aduzida defasagem salarial na remuneração decorrente do equivocado método de conversão de Cruzeiros Reais para a Unidade de Valor – URV não se estende a todos os servidores público de forma indiscriminada, mas apenas àqueles que, comprovadamente, foram prejudicados, não sendo uma via oblíqua e automática para aumento dos vencimentos, que, é o que se aparenta na pretensão da recorrida. Outro ponto importante a ser reconhecido, como não poderia deixar de ser, juntamente com a peça de contestação, veio ainda encartado OFÍCIO/DAD/GG/1334/94, de 02/09/1994, da lavra do Exmo. Governador do Estado de Mato Grosso da época, Jayme Veríssimo de Campos, de onde o mesmo encaminha o Projeto de Lei para apreciação da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, justamente para a devida recomposição salarial dos servidores do executivo estadual, para textualmente recompor as perdas salarias, inclusive da URV, para os servidores, senão vejamos: "OFÍCIO/DAD/GG/1334/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Senhor Presidente, Para apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a MENSAGEM Nº 48 /94, acompanhada do respectivo Projeto de Lei que "Reajusta as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência e dignos pares os protestos de elevado apreço e distinta consideração. JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado Excelentíssimo Senhor Deputado HUMBERTO BOSAIPO Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa Palácio Filinto Muller Nesta. MENSAGEM Nº 48/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores Deputados: Nos termos do disposto nos artigos 39 e 66, inciso II, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, o anexo Projeto de Lei que "Reajusta os vencimentos dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Imbuído no propósito de sempre buscar ofertar acréscimos as Tabelas Salariais de nossos abnegados servidores públicos, na oportunidade e hora em que vislumbro compatibilidade de caixa com o estudo do impacto que tal acréscimo ocasiona, no Tesouro Estadual, sem descuidar dos serviços essenciais que a administração pública tem sob sua responsabilidade, encaminho-lhes o anexo Projeto de Lei que tem esse objetivo. Busco aí atender a todos com especial destaque aos nossos educadores (30%), bem como buscando corrigir prejuízos sofridos na conversão da URV, como foi o caso específico dos Auditores do Estado e Médicos-Legista. Decidi-me pela aplicação de um realinhamento linear médio de percentual condizente com a capacidade ora vislumbrada, sem a adoção do parcelamento para não impor mais sacrifícios aos nossos servidores, mantendo-se assim a despesa de custeio de pessoal dentro do limite constitucional (art. 38, ADCT da Constituição Federal), razão pela qual entendo merecedor o anexo Projeto de Lei de aprovação por essa Casa de Leis. Encareço, outrossim, sua tramitação pelo regime de urgência estatuído no artigo 41, da Constituição Estadual, oportunidade que uso do ensejo para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e aos seus dignos pares, as expressões do meu melhor apreço e profunda consideração. Atenciosamente, JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado" (destaca-se) (documentos anexos) Desse encaminhamento originou a Lei 6.528/1994, datada de 15/09/1994, cujo texto de ementa da lei, anota que a mesma "realinha as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências"(sic), ou seja a lei, realinhou os vencimentos de todos do executivo, e tal realinhamento era, no intuito ainda de "recompor as eventuais defasagens da URV, que em geral foi de 18% PARA TODAS AS CATEGORIAS, enquanto algumas tiveram recomposição ainda maior, ou seja, bem acima do percentual de 11,98% pretendido pela parte autora, ISSO AINDA NO MÊS DE 15/09/1994. O que se tem que ter em mente é que, no ano de 1994, fora editado o DECRETO do GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO 4400/94, de 14/04/1994, que fez a conversão dos salários para a URV, e, nesse meio termo, saiu a Lei Federal 8880/94, que instituiu a "MOEDA REAL", de onde, em seu artigo 3º, § 1º impôs que a partir de julho de 1994 iria ser emitida e convertida a moeda para "REAL", bem como, ainda EM DATA DE 15/09/1994 fora editada a Lei Estadual 6.528/1994, que fez a recomposição salarial dos servidores em geral, em diversas faixas e alíquotas, com o objetivo de também recompor o salário inclusive das perdas da URV, segundo a mensagem 48/94 do Governador do Estado, acima transcrita. Certo ainda que, a recomposição salarial, em si mesmo não afasta a imposição de se recompor a perda de valores decorrentes da URV, disso não se descura, nos moldes de vários julgados do STF, sobre o tema, de onde, uma coisa não substitui a outra, porém, no caso em tela, o objetivo da recomposição era exatamente recompor as perdas salariais e ainda a perda da conversão da URV, COMO SE OBSERVA DE FORMA CLARA NA MENSAGEM DA INTENÇÃO LEGISLATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, NA ÉPOCA DOS FATOS, e o simples fato do cabeçalho da Lei 6528/94 não trazer ali também a menção da URV, isto por si só não afasta esta intenção, essa finalística da lei. Se consideramos o percentual padrão de 11,98% da URV da qual se pretende ainda obteve-se a recomposição extra de aproximadamente entre 18% e 19%, além da URV, e, em algumas categorias com valores ainda maiores, não existindo defasagem alguma a ser recomposta, visto que, exatamente na edição da Lei 6528/94, tais valores foram efetivamente recompostos. Existem diferenças entre os servidores do Estado e do Poder Judiciário, visto que, cada um teve o seu momento de recomposição, ante a independência dos poderes, de onde, o Poder Judiciário, obteve o direito à URV, pelo fato de que, demorou muito tempo depois para fazer as correções e perdas, advindo daí o seu direito, não querendo dizer que todos de forma indiscriminada tenham o direito à URV, à exemplo do caso em tela. E ainda há de ser registrado que, posteriormente, ainda no mês de NOVEMBRO DE 1994, ocorreu mais uma reposição salarial, no importe de 37,75%, nos salários, nos moldes descritos na própria Lei 6528/94, em seu artigo 10, senão vejamos: "Art. 10 – O Governo do Estado de Mato Grosso, concederá um novo reajuste salarial, a todos os servidores públicos do Estado, a partir do mês de novembro de 1994." Ou seja, já tinha ocorrido um reajuste salarial, com o objetivo de recomposição e ainda de recomposição pelas perdas da URV em setembro de 1994 e ai em novembro de 1994, novo reajuste ainda foi concedido a todos os servidores do Estado e Mato Grosso, pela LEI 6583 de 13/12/1994. Anoto ainda que, o mesmo raciocínio vale para tantas outras carreiras do ESTADO DE MATO GROSSO, senão vejamos, o comparativo das tabelas abaixo, com recomposição acima dos 11,98% da URV, senão vejamos: Calha ainda a consideração de que as informações acima, constam de diversos outros processos a tramitar perante a Turma Recursal, da relatoria deste magistrado, de onde, em detida e profunda verificação as tabelas acima NADA MAIS SÃO DO QUE UM MERO RESUMO DO QUE ESTÁ A CONSTAR TANTO NO DECRETO 440/1994 E NA LEI 6528/1994, sendo informações públicas e EXATAMENTE A BASE LEGAL PARA A PRESENTE DECISÃO JUDICIAL, não podendo ninguém alegar que é uma prova que não consta dos autos, ou que seria uma prova surpresa, sendo apenas aproveitado o documento, pois já devidamente formatado, sendo a Lei Pública e do conhecimento de todos os envolvidos. E, em pesquisa no site do IBGE(https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2015_dez.pdf), tem-se que índices inflacionários no período foram os seguintes acumulados: Considerando o período de julho de 1994 até dezembro de 1994, o acúmulo do índice do INPC foi de 17,37%, ou seja, além da recomposição anterior da URV e outras perdas, ainda, posteriormente, nova recomposição em 37,74%, inexistindo se falar em valores de URV a serem pagos e / ou incorporados ao vencimento mensal do servidor. Calha ainda a consideração de que, as diversas carreiras estatais sofreram, posteriormente, as suas reestruturações vencimentais e organizacionais ao longo do tempo, porém, registro também, que, isso nada tem a ver com URV convertida, pois lá atrás, ainda em 1994, houve a recomposição específica para suprir a eventual defasagem salarial que ocorria. E se não fosse por tal prisma, calha ainda a menção de que eventuais diferenças salariais, caso houvessem, na época da reestruturação das mais diversas carreiras, esta não seria eterna, ou seja, o RE 561836/RN (RECURSO REPETITIVO), da lavra do Excelentíssimo Ministro do STF Luiz Fux, registrou que o lapso temporal era exatamente a reestruturação das carreiras, senão vejamos: Ementa: EMBARGOS DE

DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) E, ainda nesse julgamento, no julgamento originário / primitivo, o mesmo ainda anota que, em caso de eventual decréscimo vencimental quando da reestruturação da carreira, naquele momento, deveria ser paga uma verba destacada denominado de VPNI, que teria duração até o momento em que houvessem as recomposições ao longo do tempo, com prazo para sua extinção e não sendo eterna, senão vejamos: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Supremo Tribunal Federal RE 561836 / RN AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DA BAHIA ADV.(A / S) : MARCONI DE SOUZA REIS A M. CURIAE . : APLB - SINDICATO DOS TRABALHADORES E M EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA ADV.(A / S) : RITA DE CÁSSIA DE OLIVEIRA SOUZA A M. CURIAE . : ESTADO DE SÃO PAULO PROC.(A / S)(ES) : PROCURADOR -GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO ESTADO DA BAHIA - AFPEB ADV.(A / S) : CESAR AUGUSTO PRISCO PARAISO E OUTRO (A / S) A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS E SERVIDORES DO INSTITUTO DE ZOOTECNIA - AFIZ ADV.(A / S) : KLEBER CURCIOL EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Inteiro Teor do Acórdão - Página 2 de 90 Ementa e Acórdão RE 561836 / RN índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. 6) A irredutibilidade estipendial recomenda que se, em decorrência da reestruturação da carreira do servidor, a supressão da parcela dos 11,98%, ou em outro percentual obtido na liquidação, verificar-se com a redução da remuneração, o servidor fará jus a uma parcela remuneratória (VPNI) em montante necessário para que não haja uma ofensa ao princípio, cujo valor será absorvido pelos aumentos subsequentes. 7) A reestruturação dos cargos no âmbito do Poder Judiciário Federal decorreu do advento da Lei nº 10.475/2002, diploma legal cuja vigência deve servir de termo ad quem para o pagamento e incorporação dos 11,98% no âmbito do referido Poder. 8) Inconstitucionalidade. 9) Recurso extraordinário interposto pelo estado do Rio Grande do Norte conhecido e parcialmente provido, porquanto descabida a pretensa compensação do percentual devido ao servidor em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV com aumentos supervenientes a título de reajuste e revisão de remuneração, restando, por outro lado, fixado que o referido percentual será absorvido no caso de reestruturação financeira da carreira, e declarada incidenter tantum a inconstitucionalidade da Lei n° 6.612, de 16 de maio de 1994, do estado do Rio Grande do Norte. JULGADO 26/09/2013, Relator: Ministro Luiz Fuz – Supremo Tribunal Federal) E, não se tem como afastar que, mesmo que houvesse eventual decréscimo salarial lá no momento da reestruturação da carreira, já se transcorreu muito mais do que 05 (cinco) anos, entre a reestruturação da carreira e o momento em que se ajuizou a ação, o que, invariavelmente, também estaria albergada pelo instituto da prescrição, nos moldes do que regra o Decreto-Lei 3365/41, bem como, também pelo decurso de tempo, ante as inúmeras leis posteriores de reestruturação das carreiras de Estado, de onde, fatalmente a incorporação / recomposição já teria ocorrido, com a consequente extinção da denominada verba com a nomenclatura VPNI. Mas digo isto apenas no campo das suposições, pois tais pontos sequer foram traçados pela parte interessada, bem como, devidamente demonstrado anteriormente que a recomposição fora feita ainda no ano de 1994, a afastar totalmente a pretensão inicial do autor. Registro ainda, por derradeiro, que em sede de Juizados Especiais, nos moldes do artigo 38, § único da Lei 9099/95, não se faz possível sentença ilíquida, de onde, este relator, após estudar o assunto, conseguiu entender toda a dinâmica que o cerca, elaborando a sua decisão, exatamente nos moldes de uma perícia judicial, aplicável ao caso, de forma clara e tranquila, a não desafiar a tentativa de sequer ser verificada em sede de liquidação de sentença, pois, como bem demonstrado o feito independe de qualquer liquidação, atacando-se TODA A MATÉRIA DE IMEDIATO de forma exaustiva. Então a única conclusão que se retira é de que o pleito da exordial é totalmente improcedente, de onde ainda registro que em vários casos que tem me chegado à conclusão na fase de liquidação, foi de liquidação “zero’, de onde, não posso me furtar à profundidade do voto, resolvendo ab initio o processo, sem causar falsas esperanças às partes envolvidas, a não merecer reparos a sentença objurgada. ISTO POSTO, conheço do recurso inominado aviado e no mérito NEGO-LHE PROVIMENTO para manter inalterada a sentença, nos moldes do artigo 46 da Lei 9099/95, com seus fundamentos em somatória aos fundamentos aqui esposados, de forma monocrática, com espeque na Súmula 01 da TRU c/c Súmula 10 da TRU em sede de matéria da Fazenda Pública, c/c artigo 932, V, “a” do NCPC. Determino ainda que a Secretaria da TRU faça as EVENTUAIS anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, quando for dada a baixa ao processo que o mesmo seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, providenciando ainda as baixas pertinentes na VARA DE ORIGEM DA JUSTIÇA COMUM, visto que lá se iniciou, sendo remetido para esta esfera, por ordem do IRDR do TJMT, de onde o feito não mais retornará à VARA CÍVEL DE ORIGEM, tentando no ato evitar tumultos de controle de ordem de estoque de processos, o que, daria em verdade números irreais de feitos na aludida VARA CÍVEL DE ORIGEM, que não terá mais competência de

analisar o presente feito quando do retorno (ACASO O FEITO TENHA VINDO DIRETO DO TJT EM DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA). Diante do resultado do julgamento do recurso, condeno o recorrente ao pagamento das custas processuais e ainda em honorários advocatícios, que, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, arbitro em 10% sobre o valor atualizado da causa, porém, ambas suspensas, diante da gratuidade de justiça anteriormente concedida, nos moldes do artigo 98, §§ 2º e 3º do NCPC. Repiso ainda que, se este feito tiver se iniciado na Justiça Comum, e, posteriormente enviado para a Turma Recursal / Juizados Especiais, automaticamente a sistemática das custas e honorários serão, por óbvio, as utilizadas na Lei 9099/95, prevalecendo esta sobre eventual condenação anterior, seja das custas ou de honorários em 1º grau, visto que, em sede de Juizados Especiais, inexistem custas ou honorários advocatícios em sede de 1º grau, de onde, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, somente serão arbitradas as custas ou honorários em caso de insucesso do recurso aviado, valendo apenas as custas e honorários fixados e da forma em que foram fixados nesta decisão. Após o trânsito em julgado, devolva-se à origem, com as baixas e anotações pertinentes. P.R.I. Marcelo Sebastião Prado de Moraes Juiz de Direito - Relator

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1001213-45.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SADORA XAVIER FONSECA CHAVES OAB - MT10332-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
REGIANE HORSTMANN (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDA CAMILA PICOLLI OAB - MT19716-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
PATRICIA CENI DOS SANTOS

EMENTA - DECISÃO MONOCRÁTICA AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA SALARIAL DECORRENTE DA CONVERSÃO DA MOEDA EM URV – CARREIRA QUE SOFREU REESTRUTUTAÇÃO – PRESCRIÇÃO – OCORRENTE – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – AÇÃO AVIADA ALÉM DO PRAZO PRESCRICIONAL – PRELIMINAR ACOLHIDA – APLICAÇÃO DA SÚMULA 11 DA TURMA RECURSAL. A súmula 11 da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso prevê que “O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público.” RELATÓRIO Primeiramente, registro que o presente feito está tramitando pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS nº. 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais. O presente feito versa sobre cobrança de diferença salarial decorrente da perda ocorrida quando da conversão do Cruzeiro Real para UVR. DECISÃO MONOCRÁTICA A prescrição, por ser matéria de ordem pública, não está sujeita a preclusão, pode ser suscitada a qualquer tempo pelas partes, e inclusive ser reconhecida de ofício, total ou parcialmente. Deve-se aplicar ao caso os princípios narra mihi factum dabo tibi jus (narra-me os fatos e eu te darei o direito), e iura novit curia (o juiz conhece o direito), que se traduz no dever que o juiz tem de conhecer a norma jurídica e aplicá-la por sua própria autoridade. Por isso, uma vez exposto o fato, o juiz deve aplicar o direito, ainda que não alegado o dispositivo legal ou alegado equivocadamente. Há muito tempo é pacífico o entendimento do colendo Superior Tribunal de Justiça no sentido de que "as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório". Precedentes: AgRg no REsp 1.333.769/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 29/11/2013; AgRg no REsp 1.302.854/MG, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 10/5/2013; AgRg no AREsp 294.130/MG, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 29/4/2013; AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 24/10/2012" (STJ, AgRg no REsp 1.320.532/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 16/5/2014). Por tal motivo, "o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que que reestrutura a carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais" (STJ, AgRg no REsp 1.424.052/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 26/3/2014). (AREsp 1196439/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 19/12/2017). Decisões recentes da referida Corte Superior continuam ser no mesmo sentido, ou seja, de que o prazo prescricional quinquenal, quando há reestruturação da carreira passa a fluir a partir de então: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ – - REsp 1809026 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 25/06/2019 – Publ. DJE 02/08/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (STJ – AgRg no AREsp 811567 / MS – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 10/03/2016 – Publ. DJE 23/05/2016). Além disso, a incorporação da diferença da URV pelo servidor público não é eterna, cessa no momento que ocorrer a reestruturação da carreira, que se constitui em termo final ou limitação temporal para o perseguido direito à incorporação da diferença pela conversão em URV, como decidiu o Excelso Supremo Tribunal de Federal no Recurso Extraordinário n° 561.836-RN, Relator Ministro LUIZ FUX, j. 26.09.13, no sentido de que "O término da incorporação dos 11,98% ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". As decisões do colendo Superior Tribunal de Justiça também são no sentido de que uma vez ocorrida a reestruturação da carreira, cessa o direito de recebimento de diferenças referente a URV: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ART. 489, § 1º, VI, DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. REAJUSTE VENCIMENTAL. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/1994. LIMITAÇÃO TEMPORAL. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. POSSIBILIDADE. LEI ESTADUAL. REVISÃO. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. DISSÍDIO PRETORIANO PREJUDICADO. 3. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1814804 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 01/07/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ANÁLISE DE VIOLAÇÃO DE SÚMULA. INVIABILIDADE. ARTIGOS NÃO PREQUESTIONADOS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. CONVERSÃO DA MOEDA. URV. LEI 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. LEI MUNICIPAL. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. ANÁLISE DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA. 4. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensar as perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp

1804834 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 18/06/2019) ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido (STJ – AgInt no AREsp 1451549 / AL – Rel. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES – J. 04/06/2019 – Publ. DJE 10/06/2019) ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/94. DEFASAGEM SALARIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. Está pacificado neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ - AgInt no AREsp 935.728/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, DJe 22.9.2016). AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. URV. CONVERSÃO. DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. NOVO REGIME JURÍDICO REMUNERATÓRIO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTE STJ. 1. O agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental. 2. Este Superior Tribunal pacificou o entendimento no sentido de que as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. (c.f.: AgRg no AREsp 40.081/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 16/11/11. 3. Agravo regimental não provido (STJ - AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 24.10.2012). No caso dos Servidores do Município de Várzea Grande, ao que consta, houve a reestruturação da carreira por meio da Lei Municipal nº 3.505/2010, que por sua vez, esclarece: "Dispõe sobre as carreiras dos Trabalhadores de Educação Básica do Município de Várzea Grande e dá outras providências."; que entrou em vigor na data de sua publicação. Assim, em consonância com a jurisprudência do colendo Superior Tribunal de Justiça e do excelso Supremo Tribunal Federal, a partir de 14/09/2010, quando ocorreu a reestruturação da carreira dos servidores do Município de Várzea Grande, iniciou-se a fluir o prazo prescricional quinquenal e encerrou-se no dia 14/09/2015. Verifica-se que a ação foi ajuizada em 21/02/2017, restando caracterizada, portanto, a figura da prescrição. Colaciono abaixo Lei nº 3.505/2010 em que trata sobre o plano de cargos e carreiras do Município de Várzea Grande. Vejam-se: Como a presente ação somente foi distribuída após a data supramencionada, resta fulminada pela prescrição quinquenal o direito da Autora para pleitear indenização referente a diferenças pela conversão de CRUZEIRO REAL para URV restou, estava prescrito conforme reconhecido pelo STJ e STF. Somado a isso, imperioso destacar que foi discutida e aprovada pela Turma Recursal Única, em reunião deliberativa ocorrida no dia 11 de Setembro de 2019 a Súmula 11, a qual dispõe que: "SÚMULA 11. O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público.". Ademais, nesta Turma Recursal, os seguintes recursos foram julgados neste sentido: 0009705-72.2015.8.11.0015, 0001070-05.2015.8.11.0015, 0007298-59.2016.8.11.0015, 0017502-36.2014.8.11.0015 e 0003180-74.2015.8.11.0015, entre outros tantos. DA POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO O relator pode monocraticamente dar provimento ao recurso que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, é o que dispõe o art. 932, inciso V, Letra A, do Código de Processo Civil/15, podendo ser aplicada multa entre um a cinco por cento do valor atualizado da causa, caso seja interposição de agravo inadmissível ou infundado (§4º do art. 1.021 – NCPC), in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: [...] V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; [...] Art. 1.021. Contra decisão proferida pelo relator caberá agravo interno para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal. [...] § 4o Quando o agravo interno for declarado manifestamente inadmissível ou improcedente em votação unânime, o órgão colegiado, em decisão fundamentada, condenará o agravante a pagar ao agravado multa fixada entre um e cinco por cento do valor atualizado da causa. [...] Em face à norma supra o FONAJE - Fórum Nacional dos Juizados Especiais editou o Enunciado nº 103, que dispõe: "O relator, nas Turmas Recursais Cíveis, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão estiver em manifesto confronto com Súmula do Tribunal Superior ou Jurisprudência dominante do próprio juizado, cabendo recurso interno para a Turma Recursal, no prazo de 5 dias (alterado no XXXVI Encontro – Belém/PA). Em consonância com o texto legal e ao referido Enunciado, esta Turma Recursal editou a Súmula nº 02, com a seguinte redação: "SÚMULA 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal.". DILIGÊNCIAS No mais, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, providenciando ainda as baixas pertinentes na Vara de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar o presente feito quando do retorno. CONSIDERAÇÕES FINAIS Ante o exposto, conheço o recurso inominado, e, em face ao disposto no art. 932, V, do Código de Processo Civil e a Súmula nº 02 desta Turma Recursal, monocraticamente, DOU-LHE PROVIMENTO para reformar a sentença atacada, JULGANDO IMPROCEDENTE O PEDIDO INICIAL. Sem custas e sem honorários advocatícios. Intimem-se. Dra. Patrícia Ceni Juíza de Direito – Relatora

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1005193-63.2018.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
GENI APARECIDA FIRMINO DE OLIVEIRA SILVA (RECORRENTE)
MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROQUE PIRES DA ROCHA FILHO OAB - MT9870-A (ADVOGADO)
RICARDO CORREA MARQUES OAB - MT10622-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO (RECORRIDO)
GENI APARECIDA FIRMINO DE OLIVEIRA SILVA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RICARDO CORREA MARQUES OAB - MT10622-A (ADVOGADO)
ROQUE PIRES DA ROCHA FILHO OAB - MT9870-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
PATRICIA CENI DOS SANTOS

Recurso Inominado nº.: 1005193-63.2018.8.11.0002 – AP – PJE Terceira Vara Especializada da Fazenda Pública da Comarca de Várzea Grande Origem: (EM DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA) Recorrente(s): GENI APARECIDA FIRMINO DE OLIVEIRA SILVA E MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO Recorrido (s): GENI APARECIDA FIRMINO DE OLIVEIRA SILVA E MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO Juiz Relator: Dra. Patrícia Ceni EMENTA - DECISÃO MONOCRÁTICA RECURSOS INOMINADOS – AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA SALARIAL DECORRENTE DA CONVERSÃO DA MOEDA EM URV – CARREIRA QUE SOFREU REESTRUTUTAÇÃO – MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – PRESCRIÇÃO OCORRENTE – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – SENTENÇA PARCIAL PROCEDÊNCIA PARA CONCEDER PERCENTUAL DE 11,98% NOS VENCIMENTOS DA APELANTE – 1- RECURSO DA PARTE AUTORA (HIPOSSUFUCIENTE) – VISA RECEBIMENTO DAS DIFERENÇAS VINCENDAS ATÉ A EFETIVA INCORPORAÇÃO DO PERCENTUAL – 2- RECURSO DA RECLAMADA - VISA A REFORMA TOTAL DA AÇÃO - AÇÃO AVIADA ALÉM DO PRAZO PRESCRICIONAL – APLICAÇÃO DA SÚMULA 11 DA TURMA RECURSAL. 1-Tratam-se os autos de Ação de Cobrança de Diferenças Remuneratórias (URV) em que a parte Autora aduz ter direito a atualização do percentual de 11,98%. Sobreveio sentença de Parcial

Procedência em que o juiz de 1ºgrau determinou a concessão do percentual de 11,98% nos vencimentos da Autora que insurge da decisão requerendo a reforma para que seja concedida a porcentagem sobre as parcelas vincendas até a efetiva incorporação do percentual. 2- A súmula 11 da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso prevê que "O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público." RELATÓRIO Primeiramente, registro que o presente feito está tramitando pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS nº. 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais. O presente feito versa sobre cobrança de diferença salarial decorrente da perda ocorrida quando da conversão do Cruzeiro Real para UVR. Adveio sentença de parcial procedência. A parte Autora apresentou Recurso Inominado, Id. 8836458, visando reforma parcial da sentença. A parte Reclamada apresentou Recurso Inominado, Id. 8836460, requerendo a reforma total da sentença exarada. DECISÃO MONOCRÁTICA DO RECURSO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA A Apelante visando a reforma da sentença para que seja acolhido o pedido no sentido de condenar o Reclamado à incorporação do percentual de 11,98% , tornando definitiva a tutela de urgência pleiteada e, requer o pagamento das diferenças vencidas, e pagamento das diferenças vincendas até a efetiva incorporação do referido percentual. Contudo, verifico que não assiste razão à parte Autora, em que passo a apreciar o Recurso Interposto pela parte Reclamada, pois razão lhe assiste. DO RECURSO INTERPOSTO PELA PARTE RECLAMADA Deve-se aplicar ao caso os princípios narra mihi factum dabo tibi jus (narra-me os fatos e eu te darei o direito), e iura novit curia (o juiz conhece o direito), que se traduz no dever que o juiz tem de conhecer a norma jurídica e aplicá-la por sua própria autoridade. Por isso, uma vez exposto o fato, o juiz deve aplicar o direito, ainda que não alegado o dispositivo legal ou alegado equivocadamente. Há muito tempo é pacífico o entendimento do colendo Superior Tribunal de Justiça no sentido de que "as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório". Precedentes: AgRg no REsp 1.333.769/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 29/11/2013; AgRg no REsp 1.302.854/MG, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 10/5/2013; AgRg no AREsp 294.130/MG, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 29/4/2013; AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 24/10/2012" (STJ, AgRg no REsp 1.320.532/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 16/5/2014). Por tal motivo, "o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que que reestrutura a carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais" (STJ, AgRg no REsp 1.424.052/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 26/3/2014). (AREsp 1196439/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 19/12/2017). Decisões recentes da referida Corte Superior continuam ser no mesmo sentido, ou seja, de que o prazo prescricional quinquenal, quando há reestruturação da carreira passa a fluir a partir de então: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ – - REsp 1809026 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 25/06/2019 – Publ. DJE 02/08/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (STJ – AgRg no AREsp 811567 / MS – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 10/03/2016 – Publ. DJE 23/05/2016) Além disso, a incorporação da diferença da URV pelo servidor público não é eterna, cessa no momento que ocorrer a reestruturação da carreira, que se constitui em termo final ou limitação temporal para o perseguido direito à incorporação da diferença pela conversão em URV, como decidiu o Excelso Supremo Tribunal de Federal no Recurso Extraordinário n° 561.836-RN, Relator Ministro LUIZ FUX, j. 26.09.13, no sentido de que "O término da incorporação dos 11,98% ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". As decisões do colendo Superior Tribunal de Justiça também são no sentido de que uma vez ocorrida a reestruturação da carreira, cessa o direito de recebimento de diferenças referente a URV: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ART. 489, § 1º, VI, DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. REAJUSTE VENCIMENTAL. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/1994. LIMITAÇÃO TEMPORAL. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. POSSIBILIDADE. LEI ESTADUAL. REVISÃO. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. DISSÍDIO PRETORIANO PREJUDICADO. 3. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1814804 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 01/07/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ANÁLISE DE VIOLAÇÃO DE SÚMULA. INVIABILIDADE. ARTIGOS NÃO PREQUESTIONADOS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. CONVERSÃO DA MOEDA. URV. LEI 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. LEI MUNICIPAL. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. ANÁLISE DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA. 4. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensar as perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1804834 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 18/06/2019) ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido (STJ – AgInt no AREsp 1451549 / AL – Rel. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES – J. 04/06/2019 – Publ. DJE 10/06/2019) ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/94. DEFASAGEM SALARIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. Está pacificado neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ - AgInt no AREsp 935.728/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, DJe 22.9.2016). AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. URV. CONVERSÃO. DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. NOVO REGIME JURÍDICO REMUNERATÓRIO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTE STJ. 1. O agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental. 2. Este

Superior Tribunal pacificou o entendimento no sentido de que as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. (c.f.: AgRg no AREsp 40.081/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 16/11/11. 3. Agravo regimental não provido (STJ - AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 24.10.2012). No caso dos Servidores do Município de Nossa Senhora do Livramento, ao que consta, houve a reestruturação da carreira por meio das Leis Municipais nº 005/2004 e 007/2004, de 10 de Maio de 2004, que "Dispõe sobre a Estrutura Organizacional, funcionamento e regulamenta a carreira dos profissionais do Município de Nossa Senhora do Livramento e dá outras providências" que entrou em vigor na data de sua publicação. Assim, em consonância com a jurisprudência do colendo Superior Tribunal de Justiça e do excelso Supremo Tribunal Federal, a partir de 10/05/2004, quando ocorreu a reestruturação da carreira dos servidores do Município de Nossa Senhora do Livramento, iniciou-se a fluir o prazo prescricional quinquenal e encerrou-se no dia 10/05/2009. Colaciono abaixo as Leis nº 005/2004 e 007/2004: Como a presente ação somente foi distribuída após a data supramencionada, resta fulminada pela prescrição quinquenal o direito da Autora para pleitear indenização referente a diferenças pela conversão de CRUZEIRO REAL para URV restou, estava prescrito conforme reconhecido pelo STJ e STF. Somado a isso, imperioso destacar que foi discutida e aprovada pela Turma Recursal Única, em reunião deliberativa ocorrida no dia 11 de Setembro de 2019 a Súmula 11, a qual dispõe que: "SÚMULA 11. O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público.". Ademais, nesta Turma Recursal, os seguintes recursos foram julgados neste sentido: 1005343-44.2018.8.11.0002, 1002260-20.2018.8.11.0002, 0007298-59.2016.8.11.0015, 0017502-36.2014.8.11.0015 e 0003180-74.2015.8.11.0015, entre outros tantos. DA POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO O relator pode monocraticamente, dar provimento ao recurso que esteja em descordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, é o que dispõe o art. 932, inciso IV, Letra A, o Código de Processo Civil, podendo ser aplicada multa entre um a cinco por cento do valor atualizado da causa, caso haja interposição de agravo inadmissível oi infundado, in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: [...] IV - negar provimento a recurso que for contrário a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; [...] Art. 1.021. Contra decisão proferida pelo relator caberá agravo interno para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal. [...] § 4o Quando o agravo interno for declarado manifestamente inadmissível ou improcedente em votação unânime, o órgão colegiado, em decisão fundamentada, condenará o agravante a pagar ao agravado multa fixada entre um e cinco por cento do valor atualizado da causa. [...] Em consonância com o texto legal e ao referido Enunciado, esta Turma Recursal editou a Súmula nº 01, com a seguinte redação: "O Relator, em decisão monocrática, poderá negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificadamente os fundamentos da decisão recorrida ou, negar provimento a recurso que esteja dentro dos ditames do artigo 932, IV, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias, para a decisão colegiada da Turma Recursal.". DILIGÊNCIA No mais, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, providenciando ainda as baixas pertinentes na Vara de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar o presente feito quando do retorno. CONCLUSÃO Ante o exposto, conheço os recursos inominados e, em face ao disposto no art. 932, inc. IV, do Código de Processo Civil e a Súmula nº 01 desta Turma Recursal, monocraticamente, NEGO SEGUIMENTO AO RECURSO AVIADO PELA PARTE AUTORA e por fim, DOU PROVIMENTO AO RECURSO INTERPOSTO PELA RECLAMADA, para reformar a sentença atacada, JULGANDO IMPROCEDENTE O PEDIDO INICIAL. Estando o recurso aviado em desconformidade com a decisão de tribunal superior, e ainda, em desacordo com os entendimentos da própria Turma Recursal, descendo o feito à realidade intrínseca dos Juizados Especiais, a Autora/ Recorrente, torna-se parte vencida, razão pela qual, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, condeno-a ao pagamento das custas e honorários advocatícios, fixados em 15% sobre o valor da causa, ficando afastada a condenação, se ao caso fora aplicada a concessão da gratuidade de Justiça. Fica registrado ainda que, em caso de agravo interno infundado, será aplicada a multa do artigo 1.021, §4º, do CPC. Sem custas e sem honorários advocatícios. Intimem-se. Patrícia Ceni Juíza de Direito – Relatora

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0504551-35.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARCIA MONICA FERNANDES (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-A (ADVOGADO)
JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
MARCELO SEBASTIAO PRADO DE MORAES

EMENTA – VOTO MONOCRÁTICO RECURSO INOMINADO – MÉRITO – URV – AUSÊNCIA DE DIFERENÇAS SALARIAS – RECOMPOSIÇÃO ACIMA DO ÍNDICE EM 1994 – AUSÊNCIA DO DIREITO ALEGADO – JULGAMENTO MONOCRÁTICO – POSSIBILIDADE – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, "a" NCPC C/C SÚMULA 02 DA TRU E SÚMULA 10 DA TRU / FAZENDA PÚBLICA – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a" do NCPC, cumulada ainda com a Súmula 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula 10 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. Observada a ausência do alegado direito à recomposição linear da URV, pela ausência de perda, com a recomposição salarial, ainda no mesmo ano da conversão, inexiste se falar em direito à incorporação de valores de forma linear e ainda de valores retroativos, como pretende a autora, de onde, a sentença deve ser reformada para improcedente. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. Vistos, etc. Registro que o presente feito fora recebido e tramitando agora pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso. Trata-se de recurso inominado aviado pelo ESTADO DE MATO GROSSO, contra a sentença que entendeu que deve ser feita a incorporação do percentual de 11,98% a título de URV e ainda o pagamento dos últimos 05 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação, aduzindo o Estado de Mato Grosso que ocorreu a prescrição quinquenal pela reestruturação da carreira correspondente, sendo este o início do prazo prescricional, pela aplicação do julgado em Repercussão Geral RE 941.449-MT, bem como, foi feito pagamento sob rubrica "Dif.Conv. MP -482-URV", fazendo ainda alusão ao Recurso de Apelação Cível 37117/2017, que assim reconheceu, inexistindo qualquer defasagem salarial; Aduz ainda que os servidores do executivo não faziam jus a tal direito, por receberem no dia 20 de cada mês, naquela época, bem como, no ano de 1994, pela Lei 6.528/94 de 15/09/1994, segundo o ementário / mensagem do Governador do Estado naquela época, o mesmo apontou que a Lei enviada era com o objetivo de recompor as defasagens dos servidores, numa média de recomposição de 18%, e, algumas categorias ainda com maior recomposição, inclusive da URV, de onde o Ofício / Mensagem 48/94 datado de 02/09/1994 assim demonstrou a intenção / finalidade da recomposição salarial era para cobrir também a defasagem / recomposição da URV em patamares acima dos 11,98% pretendidos na presente demanda. Acostou ainda, juntamente com a peça de recurso, vários documentos. Pugna ao final: a) pelo reconhecimento da prescrição quinquenal, ausência de valores a serem recebidos, pelos pagamentos a título de diferenças e ainda a ausência de valores a título de URV, pelo fato da recomposição pela Lei 6528/94 ter sido no patamar de 31,17%, acima do percentual pretendido da URV, inexistindo defasagem alguma a se resolver. Em sede de contrarrazões o recorrido rebate as alegações da prescrição, invocando o DECRETO FEDERAL 20.910/32 e ainda a Súmula 85 do STJ, que não acolhe a prescrição do fundo de direito, restando as parcelas do último quinquênio anterior à propositura da

demanda; Aduz que o pagamento sob a rubrica "Dif.Conv. MP-482-URV" não induz de forma automática à recomposição salarial quando da conversão equivocada da moeda, pois apenas juntar as fichas salarias não seria o bastante para demonstrar tal perda da recomposição da moeda pela Medida Provisória 482, convertida em Lei 8880/94 e que os valores devem ser apurados em sede de liquidação de sentença, repisando, no mais os pleitos da exordial, no que tange do direito à incorporação do percentual de 11,98% a título de URV, inclusive aos servidores do Poder Executivo, aplicando-se ao mesmo o artigo 168 da CF, e que eventuais aumentos em si mesmo, não suprimem o direito da recomposição da conversão errada da moeda anteriormente ocorrida, pugnando pela manutenção integral da sentença. Deixo de encaminhar o feito ao Ministério Público, diante do teor do Ofício 85/2017 CPC-NFDTIPI, que manifesta o seu desinteresse em causas deste jaez. É o relatório mínimo necessário à compreensão do tema. FUNDAMENTO E DECIDO Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que, o relator pode, monocraticamente DAR PROVIMENTO a recurso, cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: "SÚMULA 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017)." Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula 10 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA 10 – Os servidores públicos do Poder Executivo Estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para a Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6528 de 15/09/1994." Ou seja, após período de maturação entendeu-se que os servidores do Executivo Estadual padecem do alegado direito à implantação de URV ou de eventuais diferenças, justamente pelo fato de que tais foram devidamente recompostas de longa data. Segundo os Ofícios 053/2017/SGFP/SEGES e 122 CM/SGP/SEGES/2016, ali segundo informação da própria Superintendência de Gestão de Folha de Pagamentos do Estado de Mato Grosso, nos anos de 1993 a 1994, o pagamento dos servidores públicos do Poder Executivo eram feitos ainda dentro do mesmo mês (oficio 122/2016) , bem como, de que, existia ainda a folha de pagamento suplementar para cobrir a diferença da URV entre o dia do fechamento da folha do pagamento e do valor da URV do último dia do mês, com o pagamento da rubrica "DIF.CONV.MP – 482-URV", ocorrendo o pagamento das diferenças nos meses de abril / maio / junho do ano de 1994, vigorando por três meses, sendo posteriormente substituído pela nova moeda, com o nome de REAL (ofício 053/2017, que se encontra em vários feitos da URV do Estado, citando como mera referência o feito 1000219-39.2018.8.11.0048 – ID 7371747), de onde em sede de impugnação à contestação apenas se limitou a dizer que essas alegações não eram suficientes a comprovar a recomposição oriunda da defasagem atinente da URV, porém, nada mais traz em sede de contraposição, sendo contra, pelo simples fato de ser contra. Poderia a parte lastrear suas alegações em provas, porém, apenas alega e nada mais, não se desincumbindo do seu ônus probatório, o que, somente por tais fatos em caso análogo na Apelação Cível 37117/2017, julgado no TJMT, com voto da lavra do Desembargador Luiz Carlos da Costa, o mesmo julgou improcedentes os pleitos da parte, pela ausência da impugnação devidamente fundamentada. Sabe-se ainda que a aduzida defasagem salarial na remuneração decorrente do equivocado método de conversão de Cruzeiros Reais para a Unidade de Valor – URV não se estende a todos os servidores público de forma indiscriminada, mas apenas àqueles que, comprovadamente, foram prejudicados, não sendo uma via oblíqua e automática para aumento dos vencimentos, que, é o que se aparenta na pretensão da recorrida. Outro ponto importante a ser reconhecido, como não poderia deixar de ser, juntamente com a peça de contestação, veio ainda encartado OFÍCIO/DAD/GG/1334/94, de 02/09/1994, da lavra do Exmo. Governador do Estado de Mato Grosso da época, Jayme Veríssimo de Campos, de onde o mesmo encaminha o Projeto de Lei para apreciação da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, justamente para a devida recomposição salarial dos servidores do executivo estadual, para textualmente recompor as perdas salarias, inclusive da URV, para os servidores, senão vejamos: "OFÍCIO/DAD/GG/1334/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Senhor Presidente, Para apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a MENSAGEM Nº 48 /94, acompanhada do respectivo Projeto de Lei que "Reajusta as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência e dignos pares os protestos de elevado apreço e distinta consideração. JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado Excelentíssimo Senhor Deputado HUMBERTO BOSAIPO Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa Palácio Filinto Muller Nesta. MENSAGEM Nº 48/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores Deputados: Nos termos do disposto nos artigos 39 e 66, inciso II, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, o anexo Projeto de Lei que "Reajusta os vencimentos dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Imbuído no propósito de sempre buscar ofertar acréscimos as Tabelas Salariais de nossos abnegados servidores públicos, na oportunidade e hora em que vislumbro compatibilidade de caixa com o estudo do impacto que tal acréscimo ocasiona, no Tesouro Estadual, sem descuidar dos serviços essenciais que a administração pública tem sob sua responsabilidade, encaminho-lhes o anexo Projeto de Lei que tem esse objetivo. Busco aí atender a todos com especial destaque aos nossos educadores (30%), bem como buscando corrigir prejuízos sofridos na conversão da URV, como foi o caso específico dos Auditores do Estado e Médicos-Legista. Decidi-me pela aplicação de um realinhamento linear médio de percentual condizente com a capacidade ora vislumbrada, sem a adoção do parcelamento para não impor mais sacrifícios aos nossos servidores, mantendo-se assim a despesa de custeio de pessoal dentro do limite constitucional (art. 38, ADCT da Constituição Federal), razão pela qual entendo merecedor o anexo Projeto de Lei de aprovação por essa Casa de Leis. Encareço, outrossim, sua tramitação pelo regime de urgência estatuído no artigo 41, da Constituição Estadual, oportunidade que uso do ensejo para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e aos seus dignos pares, as expressões do meu melhor apreço e profunda consideração. Atenciosamente, JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado" (destaca-se) (documentos anexos) Desse encaminhamento originou a Lei 6.528/1994, datada de 15/09/1994, cujo texto de ementa da lei, anota que a mesma "realinha as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências"(sic), ou seja a lei, realinhou os vencimentos de todos do executivo, e tal realinhamento era, no intuito ainda de "recompor as eventuais defasagens da URV, que em geral foi de 18% PARA TODAS AS CATEGORIAS, enquanto algumas tiveram recomposição ainda maior, ou seja, bem acima do percentual de 11,98% pretendido pela parte autora, ISSO AINDA NO MÊS DE 15/09/1994. O que se tem que ter em mente é que, no ano de 1994, fora editado o DECRETO do GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO 4400/94, de 14/04/1994, que fez a conversão dos salários para a URV, e, nesse meio termo, saiu a Lei Federal 8880/94, que instituiu a "MOEDA REAL", de onde, em seu artigo 3º, § 1º impôs que a partir de julho de 1994 iria ser emitida e convertida a moeda para "REAL", bem como, ainda EM DATA DE 15/09/1994 fora editada a Lei Estadual 6.528/1994, que fez a recomposição salarial dos servidores em geral, em diversas faixas e alíquotas, com o objetivo de também recompor o salário inclusive das perdas da URV, segundo a mensagem 48/94 do Governador do Estado, acima transcrita. Certo ainda que, a recomposição salarial, em si mesmo não afasta a imposição de se recompor a perda de valores decorrentes da URV, disso não se descura, nos moldes de vários julgados do STF, sobre o tema, de onde, uma coisa não substitui a outra, porém, no caso em tela, o objetivo da recomposição era exatamente recompor as perdas salariais e ainda a perda da conversão da URV, COMO SE OBSERVA DE FORMA CLARA NA MENSAGEM DA INTENÇÃO LEGISLATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, NA ÉPOCA DOS FATOS, e o simples fato do cabeçalho da Lei 6528/94 não trazer ali também a

menção da URV, isto por si só não afasta esta intenção, essa finalística da lei. Se consideramos o percentual padrão de 11,98% da URV da qual se pretende ainda obteve-se a recomposição extra de aproximadamente entre 18% e 19%, além da URV, e, em algumas categorias com valores ainda maiores, não existindo defasagem alguma a ser recomposta, visto que, exatamente na edição da Lei 6528/94, tais valores foram efetivamente recompostos. Existem diferenças entre os servidores do Estado e do Poder Judiciário, visto que, cada um teve o seu momento de recomposição, ante a independência dos poderes, de onde, o Poder Judiciário, obteve o direito à URV, pelo fato de que, demorou muito tempo depois para fazer as correções e perdas, advindo daí o seu direito, não querendo dizer que todos de forma indiscriminada tenham o direito à URV, à exemplo do caso em tela. E ainda há de ser registrado que, posteriormente, ainda no mês de NOVEMBRO DE 1994, ocorreu mais uma reposição salarial, no importe de 37,75%, nos salários, nos moldes descritos na própria Lei 6528/94, em seu artigo 10, senão vejamos: "Art. 10 – O Governo do Estado de Mato Grosso, concederá um novo reajuste salarial, a todos os servidores públicos do Estado, a partir do mês de novembro de 1994." Ou seja, já tinha ocorrido um reajuste salarial, com o objetivo de recomposição e ainda de recomposição pelas perdas da URV em setembro de 1994 e ai em novembro de 1994, novo reajuste ainda foi concedido a todos os servidores do Estado e Mato Grosso, pela LEI 6583 de 13/12/1994. Anoto ainda que, o mesmo raciocínio vale para tantas outras carreiras do ESTADO DE MATO GROSSO, senão vejamos, o comparativo das tabelas abaixo, com recomposição acima dos 11,98% da URV, senão vejamos: Calha ainda a consideração de que as informações acima, constam de diversos outros processos a tramitar perante a Turma Recursal, da relatoria deste magistrado, de onde, em detida e profunda verificação as tabelas acima NADA MAIS SÃO DO QUE UM MERO RESUMO DO QUE ESTÁ A CONSTAR TANTO NO DECRETO 440/1994 E NA LEI 6528/1994, sendo informações públicas e EXATAMENTE A BASE LEGAL PARA A PRESENTE DECISÃO JUDICIAL, não podendo ninguém alegar que é uma prova que não consta dos autos, ou que seria uma prova surpresa, sendo apenas aproveitado o documento, pois já devidamente formatado, sendo a Lei Pública e do conhecimento de todos os envolvidos. E, em pesquisa no site do IBGE(https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2015_dez.pdf), tem-se que índices inflacionários no período foram os seguintes acumulados: Considerando o período de julho de 1994 até dezembro de 1994, o acúmulo do índice do INPC foi de 17,37%, ou seja, além da recomposição anterior da URV e outras perdas, ainda, posteriormente, nova recomposição em 37,74%, inexistindo se falar em valores de URV a serem pagos e / ou incorporados ao vencimento mensal do servidor. Calha ainda a consideração de que, as diversas carreiras estatais sofreram, posteriormente, as suas reestruturações vencimentais e organizacionais ao longo do tempo, porém, registro também, que, isso nada tem a ver com URV convertida, pois lá atrás, ainda em 1994, houve a recomposição específica para suprir a eventual defasagem salarial que ocorria. E se não fosse por tal prisma, calha ainda a menção de que eventuais diferenças salariais, caso houvessem, na época da reestruturação das mais diversas carreiras, esta não seria eterna, ou seja, o RE 561836/RN (RECURSO REPETITIVO), da lavra do Excelentíssimo Ministro do STF Luiz Fux, registrou que o lapso temporal era exatamente a reestruturação das carreiras, senão vejamos: Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) E, ainda nesse julgamento, no julgamento originário / primitivo, o mesmo ainda anota que, em caso de eventual decréscimo vencimental quando da reestruturação da carreira, naquele momento, deveria ser paga uma verba destacada denominado de VPNI, que teria duração até o momento em que houvessem as recomposições ao longo do tempo, com prazo para sua extinção e não sendo eterna, senão vejamos: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Supremo Tribunal Federal RE 561836 / RN AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DA BAHIA ADV.(A / S) : MARCONI DE SOUZA REIS A M. CURIAE . : APLB - SINDICATO DOS TRABALHADORES E M EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA ADV.(A / S) : RITA DE CÁSSIA DE OLIVEIRA SOUZA A M. CURIAE . : ESTADO DE SÃO PAULO PROC.(A / S)(ES) : PROCURADOR -GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO ESTADO DA BAHIA - AFPEB ADV.(A / S) : CESAR AUGUSTO PRISCO PARAISO E OUTRO (A / S) A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS E SERVIDORES DO INSTITUTO DE ZOOTECNIA - AFIZ ADV.(A / S) : KLEBER CURCIOL EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Inteiro Teor do Acórdão - Página 2 de 90 Ementa e Acórdão RE 561836 / RN índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. 6) A irredutibilidade estipendial recomenda que se, em decorrência da reestruturação da carreira do servidor, a supressão da parcela dos 11,98%, ou em outro percentual obtido na liquidação, verificar-se com a redução da remuneração, o servidor fará jus a uma parcela remuneratória (VPNI) em montante necessário para que não haja uma ofensa ao princípio, cujo valor será absorvido pelos aumentos subsequentes. 7) A reestruturação dos cargos no âmbito do Poder Judiciário Federal decorreu do advento da Lei nº

10.475/2002, diploma legal cuja vigência deve servir de termo ad quem para o pagamento e incorporação dos 11,98% no âmbito do referido Poder. 8) Inconstitucionalidade. 9) Recurso extraordinário interposto pelo estado do Rio Grande do Norte conhecido e parcialmente provido, porquanto descabida a pretensa compensação do percentual devido ao servidor em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV com aumentos supervenientes a título de reajuste e revisão de remuneração, restando, por outro lado, fixado que o referido percentual será absorvido no caso de reestruturação financeira da carreira, e declarada incidenter tantum a inconstitucionalidade da Lei n° 6.612, de 16 de maio de 1994, do estado do Rio Grande do Norte. JULGADO 26/09/2013, Relator: Ministro Luiz Fuz – Supremo Tribunal Federal) E, não se tem como afastar que, mesmo que houvesse eventual decréscimo salarial lá no momento da reestruturação da carreira, já se transcorreu muito mais do que 05 (cinco) anos, entre a reestruturação da carreira e o momento em que se ajuizou a ação, o que, invariavelmente, também estaria albergada pelo instituto da prescrição, nos moldes do que regra o Decreto-Lei 3365/41, bem como, também pelo decurso de tempo, ante as inúmeras leis posteriores de reestruturação das carreiras de Estado, de onde, fatalmente a incorporação / recomposição já teria ocorrido, com a consequente extinção da denominada verba com a nomenclatura VPNI. Mas digo isto apenas no campo das suposições, pois tais pontos sequer foram traçados pela parte interessada, bem como, devidamente demonstrado anteriormente que a recomposição fora feita ainda no ano de 1994, a afastar totalmente a pretensão inicial do autor. Registro ainda, por derradeiro, que em sede de Juizados Especiais, nos moldes do artigo 38, § único da Lei 9099/95, não se faz possível sentença ilíquida, de onde, este relator, após estudar o assunto, conseguiu entender toda a dinâmica que o cerca, elaborando a sua decisão, exatamente nos moldes de uma perícia judicial, aplicável ao caso, de forma clara e tranquila, a não desafiar a tentativa de sequer ser verificada em sede de liquidação de sentença, pois, como bem demonstrado o feito independe de qualquer liquidação, atacando-se TODA A MATÉRIA DE IMEDIATO de forma exaustiva. Então a única conclusão que se retira é de que o pleito da exordial é totalmente improcedente, de onde ainda registro que em vários casos que tem me chegado à conclusão na fase de liquidação, foi de liquidação "zero', de onde, não posso me furtar à profundidade do voto, resolvendo ab initio o processo, sem causar falsas esperanças às partes envolvidas. ISTO POSTO, conheço do recurso inominado aviado e no mérito DOU-LHE PROVIMENTO para julgar totalmente improcedentes os pleitos exordiais, nos moldes do artigo 487, I do NCPC, de forma monocrática, com espeque na Súmula 02 da TRU c/c Súmula 10 da TRU em sede de matéria da Fazenda Pública, c/c artigo 932, V, "a" do NCPC. Determino ainda que a Secretaria da TRU faça as EVENTUAIS anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, quando for dada a baixa ao processo que o mesmo seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, providenciando ainda as baixas pertinentes na VARA DE ORIGEM DA JUSTIÇA COMUM, visto que lá se iniciou, sendo remetido para esta esfera, por ordem do IRDR do TJMT, de onde o feito não mais retornará à VARA CÍVEL DE ORIGEM, tentando no ato evitar tumultos de controle de ordem de estoque de processos, o que, daria em verdade números irreais de feitos na aludida VARA CÍVEL DE ORIGEM, que não terá mais competência de analisar o presente feito quando do retorno (ACASO O FEITO TENHA VINDO DIRETO DO TJT EM DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA). Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais, pelo fato do Estado ser isento, e sem a condenação em honorários advocatícios, diante do artigo 55 da Lei 9099/95. Repiso ainda que, se este feito tiver se iniciado na Justiça Comum, e, posteriormente enviado para a Turma Recursal / Juizados Especiais, automaticamente a sistemática das custas e honorários serão, por óbvio, as utilizadas na Lei 9099/95, prevalecendo esta sobre eventual condenação anterior, seja das custas ou de honorários em 1º grau, visto que, em sede de Juizados Especiais, inexistem custas ou honorários advocatícios em sede de 1º grau, de onde, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, somente serão arbitradas as custas ou honorários em caso de insucesso do recurso aviado, valendo apenas as custas e honorários fixados e da forma em que foram fixados nesta decisão. Após o trânsito em julgado, devolva-se à origem, com as baixas e anotações pertinentes. P.R.I. Marcelo Sebastião Prado de Moraes Juiz de Direito - Relator

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1000620-74.2017.8.11.0015

Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
DARCI PERON (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
WALMIR ANTONIO PEREIRA MACHIAVELI OAB - MT4284-O (ADVOGADO)
GABRIELLA DE SOUZA MACHIAVELLI OAB - MT19727-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
PATRICIA CENI DOS SANTOS

EMENTA - DECISÃO MONOCRÁTICA AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA SALARIAL DECORRENTE DA CONVERSÃO DA MOEDA EM URV – AUSÊNCIA DE DIFERENÇAS SALARIAS – RECOMPOSIÇÃO ACIMA DO ÍNDICE EM 1994 – AUSÊNCIA DO DIREITO ALEGADO – APLICAÇÃO DA SÚMULA 10 DA TURMA RECURSAL. A súmula 10 da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso prevê que "Os servidores públicos do Poder Executivo estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6.528 de 15/09/1994". RELATÓRIO O presente feito versa sobre cobrança de diferença salarial decorrente da perda ocorrida quando da conversão do Cruzeiro Real para UVR. DECISÃO MONOCRÁTICA É sabido que no ano de 1994, fora editado o Decreto do GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO 4400/94, de 14/04/1994, que fez a conversão dos salários para a URV, e logo após entrou em vigor a Lei Federal 8880/94, que instituiu a "MOEDA REAL", de onde, em seu artigo 3º, § 1º impôs que a partir de julho de 1994 iria ser emitida e convertida a moeda para "REAL", bem como, ainda na data de 15/09/1994 fora editada a Lei Estadual 6.528/1994, que fez a recomposição salarial dos servidores em geral, em diversas faixas e alíquotas, com o objetivo de também recompor o salário inclusive das perdas da URV, segundo a mensagem 48/94 do Governador do Estado, que transcrevo abaixo: OFÍCIO/DAD/GG/1334/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Senhor Presidente, Para apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a MENSAGEM Nº 48 /94, acompanhada do respectivo Projeto de Lei que "Reajusta as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência e dignos pares os protestos de elevado apreço e distinta consideração. JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado Excelentíssimo Senhor Deputado HUMBERTO BOSAIPO Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa Palácio Filinto Muller Nesta. MENSAGEM Nº 48/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores Deputados: Nos termos do disposto nos artigos 39 e 66, inciso II, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, o anexo Projeto de Lei que "Reajusta os vencimentos dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Imbuído no propósito de sempre buscar ofertar acréscimos as Tabelas Salariais de nossos abnegados servidores públicos, na oportunidade e hora em que vislumbro compatibilidade de caixa com o estudo do impacto que tal acréscimo ocasiona, no Tesouro Estadual, sem descuidar dos serviços essenciais que a administração pública tem sob sua responsabilidade, encaminho-lhes o anexo Projeto de Lei que tem esse objetivo. Busco aí atender a todos com especial destaque aos nossos educadores (30%), bem como buscando corrigir prejuízos sofridos na conversão da URV, como foi o caso específico dos Auditores do Estado e Médicos-Legista. Decidi-me pela aplicação de um realinhamento linear médio de percentual condizente com a capacidade ora vislumbrada, sem a adoção do parcelamento para não impor mais sacrifícios aos nossos servidores, mantendo-se assim a despesa de custeio de pessoal dentro do limite constitucional (art. 38, ADCT da Constituição Federal), razão pela qual entendo merecedor o anexo Projeto de Lei de aprovação por essa Casa de Leis. Encareço, outrossim, sua tramitação pelo regime de urgência estatuído no artigo 41, da Constituição Estadual, oportunidade que uso do ensejo para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e aos seus dignos pares, as expressões do meu melhor apreço e profunda consideração. Atenciosamente, JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado" (destaca-se) (documentos anexos) Registra-se ainda que, posteriormente, no mês de novembro de 1994, ocorreu mais uma reposição salarial, no importe de

37,75%, nos salários, nos moldes descritos na própria Lei 6528/94, em seu artigo 10, senão vejamos: "Art. 10 – O Governo do Estado de Mato Grosso, concederá um novo reajuste salarial, a todos os servidores públicos do Estado, a partir do mês de novembro de 1994." Isto é, já tinha ocorrido um reajuste salarial, com o objetivo de recomposição e ainda de recomposição pelas perdas da URV em setembro de 1994, e em novembro de 1994, sucedeu novo reajuste concedido a todos os servidores do Estado e Mato Grosso, pela Lei nº. 6583 de 13/12/1994. Desta forma, de acordo com exposto, infere-se que o pleito é totalmente improcedente, bem como ressalto que em alguns casos semelhantes, na fase de liquidação não houveram valores a serem liquidados, mormente quando é nítido que inexiste qualquer recomposição a ser realizada. Somado a isso, imperioso destacar que foi discutida e aprovada pela Turma Recursal Única, em reunião deliberativa ocorrida no dia 11 de Setembro de 2019 a Súmula 10, a qual dispõe que: Súmula 10: "Os servidores públicos do Poder Executivo estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6.528 de 15/09/1994". Deste modo, esta Turma Recursal vem reiteradamente decidindo não ser devida qualquer reposição salarial, nos termos da referida Súmula. Ademais, nesta Turma Recursal, os seguintes recursos foram julgados neste sentido: 1000485-17.2017.8.11.0030, 0001526-21.2013.8.11.0048, 0000079-15.2014.8.11.00311, 0000046-81.2016.8.11.0022, 0000046-81.2016.8.11.0022 e 1020817-69.2017.8.11.0041, entre outros tantos. DA POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO O relator pode monocraticamente dar provimento ao recurso que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, é o que dispõe o art. 932, inciso V, Letra A, do Código de Processo Civil/15, podendo ser aplicada multa entre um a cinco por cento do valor atualizado da causa, caso seja interposição de agravo inadmissível ou infundado (§4º do art. 1.021 – NCPC), in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: [...] V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; [...] Art. 1.021. Contra decisão proferida pelo relator caberá agravo interno para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal. [...] § 4o Quando o agravo interno for declarado manifestamente inadmissível ou improcedente em votação unânime, o órgão colegiado, em decisão fundamentada, condenará o agravante a pagar ao agravado multa fixada entre um e cinco por cento do valor atualizado da causa. [...] Em face à norma supra o FONAJE - Fórum Nacional dos Juizados Especiais editou o Enunciado nº 103, que dispõe: "O relator, nas Turmas Recursais Cíveis, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão estiver em manifesto confronto com Súmula do Tribunal Superior ou Jurisprudência dominante do próprio juizado, cabendo recurso interno para a Turma Recursal, no prazo de 5 dias (alterado no XXXVI Encontro – Belém/PA). Em consonância com o texto legal e ao referido Enunciado, esta Turma Recursal editou a Súmula nº 02, com a seguinte redação: "SÚMULA 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal.". CONCLUSÃO Ante o exposto, conheço o recurso inominado, e, em face ao disposto no art. 932, V, do Código de Processo Civil e a Súmula nº 02 desta Turma Recursal, monocraticamente, DOU-LHE PROVIMENTO para reformar a sentença atacada, JULGANDO IMPROCEDENTE O PEDIDO INICIAL. No mais, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, providenciando ainda as baixas pertinentes na Vara de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar o presente feito quando do retorno. Sem custas e sem honorários advocatícios. Intimem-se. Patrícia Ceni Juíza de Direito – Relatora

Decisão Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1000635-68.2019.8.11.9005
Parte(s) Polo Ativo:
SINDICATO DOS INVESTIGADORES DE POLICIA DO ESTADO DE MATO GROSSO - SIAGESPOC/MT (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO JOSE RICCI BOA VENTURA OAB - MT9271-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIO DERMEVAL ARAVECHIA DE RESENDE (IMPETRADO)
JUÍZO DA 2ª JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE CUIABÁ, ESTADO DE MATO GROSSO. (IMPETRADO)
Magistrado(s):
PATRICIA CENI DOS SANTOS

Embargos de Declaração nº: 1000635-68.2019.8.11.9005 - CH - Projudi Impetrante: SINDICATO DOS INVESTIGADORES DE POLICIA DO ESTADO DE MATO GROSSO - SIAGESPOC/MT Impetrado: JUIZ DE DIREITO DO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CUIABÁ Litisconsorte Passivo: Juíza Relatora: MARIO DERMEVAL ARAVECHIA DE RESENDE PATRÍCIA CENI EMENTA – DECISÃO MONOCRÁTICA MANDADO DE SEGURANÇA – PEDIDO DE DESISTÊNCIA REALIZADO NO FEITO PRINCIPAL – JULGAMENTO PREJUDICADO – EXTINÇÃO POR PERDA DE OBJETO. 1– A parte autora no feito principal noticiou a ausência de interesse processual na continuidade da demanda. Verifica-se, portanto, a perda do objeto do presente writ, impondo a extinção do feito sem resolução de mérito. 2 – Sobrevindo pedido de desistência formulado no feito principal, e revogada a tutela de urgência proferida, o presente Mandado de Segurança perdeu seu objeto. DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos etc. Trata-se de Mandado de Segurança impetrado pelo SINDICATO DOS INVESTIGADORES DE POLICIA DO ESTADO DE MATO GROSSO - SIAGESPOC/MT contra ato da MM. Juíza de Direito do 2º Juizado Especial Cível de Cuiabá, que deferiu medida liminar para determinar que a parte promovida, ora impetrante, procedesse, no prazo de 12 (doze) horas, à "retirada da nota de repúdio aqui impugnada, veiculada pelo requerido no dia 31.10.2019", bem como ABSTIVESSE "de emitir valoração pessoal contra o Requerente, nas matérias doravante veiculadas com o seu nome, atinentes a Operação Quadro Negro". Em detida análise dos feito principal PJE 1017672-57.2019.8.11.0001, verificou-se que devidamente intimada, a impetrante, no dia 25/11/2019 (ID 26479303) juntou aos autos Relatório Técnico que comprovava o cumprimento da decisão judicial. No ID. 27494926 foi pleiteado pela parte autora a desistência do feito, e a consequente extinção do processo nos termos do art. 485, VIII, do CPC, ocorrendo a homologação da desistência no ID 27494926. DA PERDA DO OBJETO DO PRESENTE WRIT E DA EXTINÇÃO Conforme visto alhures, a parte autora, através de requerimento encartado no feito principal, informou a desistência da ação interposta. Destarte, ocorreu a devida homologação da desistência e a revogação da medida liminar anteriormente concedida, veja-se: Desta forma, ocorrendo a homologação da desistência, e a revogação da tutela de urgência que ensejou o presente writ, por corolário lógico, inexiste interesse na continuidade do presente mandado de segurança neste Colegiado Recursal. CONCLUSÃO Desta forma, diante do exposto, e com fulcro no art. 485, inc. VI do CPC, JULGO EXTINTO O FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, ante a perda do objeto. Encaminhe-se cópia desta decisão à autoridade coatora, para os devidos fins. Sem custas, como previsto no art. 10, XXII, da Constituição Estadual. Sem honorários, nos termos da Súmula n. 105 do STJ. Após o trânsito em julgado, arquivem-se com as baixas pertinentes. É como voto. Patrícia Ceni Juíza de Direito - Relatora

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0011616-22.2015.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
M. C. C. (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE SINOP (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GISELY MARENGONI OAB - MT14585-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
EUCARIS ALVES CORREIA (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
PATRICIA CENI DOS SANTOS

Vistos, etc. Compulsando os autos, nota-se a existência de interposição de agravo interno da decisão que declarou incompetência (Id.14285462). Portanto, devolvam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, para PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, gabinete da Douta Relatora Desembargadora Helena Maria Bezerra Ramos, para analise do agravo interno interposto no Id. 16661959. Cumpra-se. Patrícia Ceni Juíza de Direito - Relatora

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0004273-14.2017.8.11.0044
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE PARANATINGA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIEL SCHILO OAB - MT9954-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ARLENE OVIDIO TESKE (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
KEVIN MICHEL SOUZA TONDORF OAB - MT23335-O (ADVOGADO)
KRISTHIAN BRUNO SOUZA TONDORF OAB - MT24925-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
MARCELO SEBASTIAO PRADO DE MORAES

EMENTA – VOTO MONOCRÁTICO RECURSO INOMINADO – PRESCRIÇÃO – RECONHECIMENTO DE OFÍCIO – MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA – POSSIBILIDADE – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – AÇÃO AVIADA ALÉM DO PRAZO PRESCRICIONAL – SENTENÇA REFORMADA – POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V "a" DO NCPC C/C SÚMULA 02 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a" do NCPC, cumulada ainda com a Súmula 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula 11 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. Ultrapassados o prazo de mais de 05 (cinco) anos entre a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras, passa a ocorrer a prescrição ao eventual direito de recomposição / pagamento de diferenças da conversão da moeda de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor, nos ditames do Decreto-Lei 3365/41 e ainda RE 561836/RN- STF e o julgamento dos embargos de declaração deste mesmo recurso extraordinário, com efeito repetitivo. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. Vistos, etc. Trata-se de recurso aviado pela municipalidade contra a sentença que determinou a implantação do pagamento de valores de URV, bem como, pagamento de valores atrasados em relação aos últimos 05 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação. Pugna a municipalidade pela improcedência da demanda. Em sede de contrarrazões o recorrido pugna pela manutenção da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. FUNDAMENTO E DECIDO Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que, o relator pode, monocraticamente DAR PROVIMENTO a recurso, cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: SÚMULA 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017). Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula 11 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA 11: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 861836/RN-STF)." Deve ser observada a data da reestruturação das carreiras, de onde, pela Lei municipal n° 35/2003 dispôs sobre a reestruturação das carreiras daquela municipalidade, de onde este seria o termo limite para se pleitear qualquer tipo de valores de URV, de onde, a ação presente fora ajuizada em data além do prazo prescricional de 05 (cinco) anos, do Decreto Lei 3365/41. Em recentíssimo julgamento no RESP 1.809.026/AL, da lavra do Ministro Herman Benjamin, decidido em data de 25/06/2019 e publicado em data de 02/08/2019, assim ficou lançado: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido." Em outros casos idênticos seguem as decisões do STJ: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 23/05/2016) Outra não foi também a conclusão do Ministro Luiz Fux, quando decidiu os Embargos de Declaração no RE 561836/RN que se tornou caso de repercussão geral sobre o tema, senão vejamos: Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) Ainda o mesmo julgado acima noticia que seria paga, no caso de decréscimo salarial a ser devidamente demonstrado, quando da reestruturação da carreira, uma verba destacada com o nome de VPNI que seria absorvida com o passar dos anos, com as recomposições salariais que viessem ocorrendo, de onde, de longa data, tal também já teria sido absorvido, com as várias alterações salariais ao longo de quase 25 (vinte e cinco) anos, sem falar na total ausência mínima de demonstração de decréscimo salarial no presente feito. Por fim, registro que, em se tratando de matéria de ordem pública a mesma poderá ser reconhecida de ofício e em qualquer grau de jurisdição, tal como realizado no presente caso. ISTO POSTO, conheço do recurso e no mérito, DOU-LHE PROVIMENTO, para, de ofício, acolher a prescrição, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos moldes do artigo 487, II do NCPC. Isento de custas processuais e sem a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, ante o resultado do recurso, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, com a mudança de locação / competência, as regras de sucumbência são as do Juizado Especial, em superação à qualquer outra, diante da existência de Lei Especial (Lei 9099/95) em sobreposição à Lei Geral (NCPC). ANOTO QUE SE O FEITO TIVER VINDO DECLINADO DO TJMT PARA A TRU, DE ONDE, DEVERÁ SER

DEVOLVIDO À ORIGEM, COM AS MOVIMENTAÇÕES POSTERIORES DE DECLÍNIO AO JUIZADO ESPECIAL DA COMARCA DE ORIGEM, E SE EXISTIR JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA ESPECÍFICA, DEVE SER REDISTRIBUÍDO PARA ESTE, PARA SOMENTE APÓS SER DADA A DEVIDA BAIXA PROCESSUAL COMPETENTE. P.R.I Marcelo Sebastião Prado de Moraes Juiz de Direito Relator

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1008291-51.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
ANA BORGES DA LUZ MODESTO (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIO MARCIO BORGES MODESTO OAB - MT15947-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE SINOP (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE SINOP OAB - 15.024.003/0001-32 (REPRESENTANTE)
Magistrado(s):
MARCELO SEBASTIAO PRADO DE MORAES

EMENTA – VOTO MONOCRÁTICO RECURSO INOMINADO – PRESCRIÇÃO – OCORRENTE – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – AÇÃO AVIADA ALÉM DO PRAZO PRESCRICIONAL – SENTENÇA QUE RECONHECEU A PRESCRIÇÃO ESCORREITA – POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V "a" DO NCPC C/C SÚMULA 01 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a" do NCPC, cumulada ainda com a Súmula 01 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula 11 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. Ultrapassados o prazo de mais de 05 (cinco) entre a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras, passa a ocorrer a prescrição ao eventual direito de recomposição / pagamento de diferenças da conversão da moeda de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor, nos ditames do Decreto-Lei 3365/41 e ainda RE 561836/RN- STF e o julgamento dos embargos de declaração deste mesmo recurso extraordinário, com efeito repetitivo. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. Vistos, etc. Trata-se de recurso aviado contra a sentença que reconheceu a prescrição, tomando-se como termo a data da reestruturação da carreira, no que tange da eventual defasagem ocorrida pela equivocada conversão da URV, de onde o recurso aviado pugna pelo provimento e acolhimento das pretensões da inicial. Em sede de contrarrazões o recorrido pugna pela manutenção da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. FUNDAMENTO E DECIDO Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que, o relator pode, monocraticamente NEGAR PROVIMENTO a recurso, cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula 01 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e NEGAR provimento monocraticamente, senão vejamos: "SÚMULA 01: O Relator, em decisão monocrática, poderá negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificadamente os fundamentos da decisão recorrida ou, negar provimento a recurso que esteja dentro dos ditames do artigo 932, IV, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias, para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017)." Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula 11 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA 11: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 861836/RN-STF)." Deve ser observada a data da reestruturação das carreiras, de onde, pela Lei Municipal 568/99, dispôs sobre a reestruturação das carreiras daquela municipalidade, de onde este seria o termo limite para se pleitear qualquer tipo de valores de URV, de onde, a ação presente fora ajuizada em data além do prazo prescricional de 05 (cinco) anos, do Decreto Lei 3365/41. Em recentíssimo julgamento no RESP 1.809.026/AL, da lavra do Ministro Herman Benjamin, decidido em data de 25/06/2019 e publicado em data de 02/08/2019, assim ficou lançado: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido." Em outros casos idênticos seguem as decisões do STJ: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 23/05/2016) Outra não foi também a conclusão do Ministro Luiz Fux, quando decidiu os Embargos de Declaração no RE 561836/RN que se tornou caso de repercussão geral sobre o tema, senão vejamos: Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) Ainda o mesmo julgado acima noticia que seria paga, no caso de decréscimo salarial a ser devidamente demonstrado, quando da reestruturação da carreira, uma verba destacada com o nome de VPNI que seria absorvida com o passar dos anos, com as recomposições salariais que viessem ocorrendo, de onde, de longa data, tal também já teria sido absorvido, com as várias alterações salariais ao longo de quase 25 (vinte e cinco) anos, sem falar na total ausência mínima de demonstração de decréscimo salarial no presente feito. ISTO POSTO, conheço do recurso e no mérito, NEGO-LHE PROVIMENTO, mantendo-se a sentença inalteradas em todos os seus termos, moldes do artigo 46 da Lei 9099/95. Condeno os recorrentes ao pagamento das custas processuais e ainda em honorários advocatícios, que, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, arbitro em 10% sobre o valor atualizado da causa, porém, com a suspensão de ambas, diante da gratuidade de justiça anteriormente concedida, moldes do artigo 98, §§ 2º

e 3º do NCPC. Registro ainda que, com a mudança de locação / competência, as regras de sucumbência são as do Juizado Especial, em superação à qualquer outra, diante da existência de Lei Especial (Lei 9099/95) em sobreposição à Lei Geral (NCPC). ANOTO QUE SE O FEITO TIVER VINDO DECLINADO DO TJMT PARA A TRU, DE ONDE, DEVERÁ SER DEVOLVIDO À ORIGEM, COM AS MOVIMENTAÇÕES POSTERIORES DE DECLÍNIO AO JUIZADO ESPECIAL DA COMARCA DE ORIGEM, E SE EXISTIR JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA ESPECÍFICA, DEVE SER REDISTRIBUÍDO PARA ESTE, PARA SOMENTE APÓS SER DADA A DEVIDA BAIXA PROCESSUAL COMPETENTE. P.R.I Marcelo Sebastião Prado de Moraes Juiz de Direito Relator

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1001720-37.2018.8.11.0045
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE LUCAS DO RIO VERDE (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELIANE LUCHINA GONCALVES OAB - PR66227-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ELICIA BATISTA DOS SANTOS (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANDERSON DIEGO CIUPAK OAB - MT21810/O (ADVOGADO)
ADRIELLY TAMARA CIUPAK OAB - MT21829-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
NIVALDO BISPO DOS SANTOS (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
MARCELO SEBASTIAO PRADO DE MORAES

Recursos nº.: 1001720-37.2018.8.11.0045 Origem: Terceira Vara Cível da Comarca de Lucas do Rio Verde Recorrente(s): MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE Recorrido(s): ELICIA BISPO DOS SANTOS Juiz Relator: Marcelo Sebastião Prado de Moraes Vistos, etc. 1-Constato que o feito acima fora enviado de forma equivocada para a Turma Recursal/Juizados Especiais, visto que observados apenas o valor inicialmente dado à causa, que foi um valor irreal e que no curso do processo se revelou como incorreto, diante do valor econômico dos procedimentos realizados no paciente; 2-Registro que, da análise dos autos ante é possível observar a juntada de orçamentos referentes a home care necessários para o procedimento pretendido pelo demandante, cuja soma de dois alvarás expedidos já atinge o montante de R$ 65.550,00 (sessenta e cinco mil quinhentos e cinquenta reais – ID 7291992 e 7292010). 3-Ou seja, apesar de, o valor da causa ter sido informado como sendo de R$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais), inferior, portanto, a 60 (sessenta) salários-mínimos, descortinou-se que o procedimento perquirido pela parte demandante, qual seja, home care, envolve valores que superam em muito o teto dos Juizados. 4-ISTO POSTO, com a máxima vênia ao nobre relator, devolvo o feito, para nova análise da competência pelo mesmo, não sendo ato de desobediência, e sim visando a celeridade para as partes, pois seria totalmente contraproducente ser aviado eventual conflito de competência, com perda de tempo e energia a todos envolvidos, no aguardo do reconhecimento da competência de ambos os feitos para a tramitação regular a continuar na Justiça Comum, diante dos valores elevadíssimos envolvidos nos feitos; 5-Às providências. Marcelo Sebastião Prado de Moraes Juiz de Direito - Relator

Distribuição de Processos Digitalizados

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0046762-46.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ZENIL JOSEFA DA SILVA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDREI TEIXEIRA COSTA TAKAKI OAB - MT12981-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
WALDEMAR PINHEIRO DOS SANTOS OAB - MT7718-A (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0046762-46.2015.8.11.0041 - Classe: RECURSO INOMINADO (460) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 613/2019/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DRA. VALDECI MORAES SIQUEIRA.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0001792-77.2013.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
REGINALDO RODRIGUES COSTA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HILONES NEPOMUCENO OAB - MT14764-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (RECORRIDO)

Certifico que o Processo nº 0001792-77.2013.8.11.0025 - Classe: RECURSO INOMINADO (460) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 613/2019/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DR. VALMIR ALAÉRCIO DOS SANTOS.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Des. Carlos Alberto Alves da Rocha
Presidente

Desa. Maria Helena Gargaglione Póvoas
Vice-Presidente

Des. Luiz Ferreira da Silva
Corregedor-Geral

Dúvidas e Sugestões:
Gestão do Diário da Justiça
Coordenadoria Judiciária
(65) 3617-3198

E-mail:
dje@tjmt.jus.br

Site:
www.tjmt.jus.br

CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO - CPA - CEP 78050-970 - Caixa Postal - 1071
Cuiabá - Mato Grosso - FONE/FAX: (65)3617-3000 - CNPJ: 03.535.606/0001-10

CADERNO DE ANEXOS

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Cia n.º 0049862-69.2014.8.11.0000
Diversos n.º 1/2014
Assunto: Curso de capacitação "Pós-Graduação *Lato Sensu* em Poder Judiciário" – EAD.

Vistos, etc.

Trata-se do Diversos n.º 01/2014, procedimento instaurado para acompanhamento da capacitação ofertada mediante o Contrato n.º 02/2015, celebrado entre este Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso e a empresa *UNYLEYA EDITORA E CURSOS S.A.*, cujo objeto consiste na capacitação de 400 servidores do PJMT, no curso "Pós-Graduação *Lato Sensu* em Poder Judiciário" – EAD, voltado para servidores da 1ª instância e Oficiais de Justiça, com duração de 12 (doze) meses, carga horária de 400 h/a e valor total no montante de R$ 1.397.664,00 (um milhão, trezentos e noventa e sete mil, seiscentos e sessenta e quatro reais).

Sobrevém aos autos informação exarada pela Coordenadoria da Escola dos Servidores, relatando a impossibilidade de desconto dos valores relativos ao ressarcimento sobre o abandono do curso de capacitação em tela sobre os proventos do servidor Paulo Henrique de Souza Viriato, em razão de sua posse em outro cargo público (fl. 1186/TJMT). Conforme se verifica:

> Informo, ainda, que a mencionada certidão relata que não foi possível o desconto do servidor PAULO HENRIQUE DE SOUZA VIRIATO, matrícula 20539, em razão de posse em outro cargo público, conforme ATO n. 278/2016/DRH que declarou vago o cargo de Técnico Judiciário – PTJ, da Comarca de Ribeirão Cascalheira-MT, nos termos do artigo 43, inciso VIII, da Lei Complementar n º 04/90, com efeitos retroativos a 19/02/2016.

Pois bem.

Desta feita, com vistas à informação consignada pela Coordenadoria da Escola dos Servidores, dando conta da impossibilidade de se descontar os valores relativos à capacitação em tela dos proventos do servidor Paulo Henrique de Souza Viriato, determino o encaminhamento do feito à Coordenadoria Financeira, a fim de que encaminhe o débito para protesto.

À Coordenadoria Financeira, para as providências necessárias.

Cumpra-se.

Cuiabá-MT, 31 de outubro de 2019.

Desembargador **CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA,**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso – TJMT.

ANEXO II

CERTIDÃO DE DÉBITO PARA CUSTAS JUDICIAIS – CDCJ

APRESENTANTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO CREDOR: FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO - FUNAJURIS
CNPJ: 01872.837/0001-93

DADOS DO DEVEDOR

NOME: PAULO HENRIQUE DE SOUZA VIRIATO
CPF/CNPJ: 697.419.561-34
ENDEREÇO: Avenida das Orquídeas, Qd09 LT08, Jardim das Flores
CIDADE: Cuiabá ESTADO: MT CEP: 78065-000

DADOS DO PROCESSO

COMARCA/ PRAÇA DE PAGAMENTO: Tribunal de Justiça
VARA: Tribunal de Justiça

NÚMERO ÚNICO DO PROCESSO: 0049862-69.2014.8.11.0000
CÓDIGO: 6974
VALOR DAS CUSTAS JUDICIAIS: R$ 3.494,16

FOLHAS DA SENTENÇA: 1.188

DATA DO TERMO DE CONCILIAÇÃO/ SENTENÇA/ ACORDÃO: 0000

DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO: 00000

DATA DA NOTIFICAÇÃO DO DEVEDOR PARA PAGAMENTO: 16/12/2019

DATA DO TRANSCURSO DO PRAZO PARA PAGAMENTO: 16/01/2019

DATA DO VENCIMENTO: "CONTRA APRESENTAÇÃO"

Cuiabá-MT, 17/12/2019

ISABEL CRISTINA DE CARVALHO CALORIO
Diretora do Departamento de Planejamento e Estudos

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PROVIMENTO N. 49/2019, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2019.

ANEXO I

TABELA A	
ATOS DOS TABELIÃES	
	Valor
01 – ABERTURA DE FIRMA (ficha de autógrafos)	R$ 8,30
02 – ATAS NOTARIAIS(pela lavratura e registro, conforme a complexidade do fato observado a ser transformado em ato jurídico na presença do Tabelião), o **MESMO VALOR COBRADO PELA ESCRITURA**conforme abaixo:	
a) com valor de **R$ 0,01** e até **R$ 3.447,51**	R$ 193,60
b) acima de **R$ 3.447,51** será cobrado **R$ 19,00** para cada acréscimo de **R$ 861,99** até o emolumento **máximo** de	R$ 4.474,70
c) **sem valor declarado**	R$ 193,60
03 – AUTENTICAÇÃO(plantas, públicas formas, fotocópias e outros documentos)	R$ 3,10
04 – AVERBAÇÃO SEM VALOR DECLARADO	R$ 14,20
05 – BUSCA	R$ 23,40
06 - CERTIDÃO OU TRASLADO:	
a) pela primeira folha	R$ 44,40
b) por página que acrescer	R$ 6,80
07 – ESCRITURA(incluindo o primeiro traslado)	
a) com valor de **R$ 0,01** e até **R$ 3.447,51**	R$ 193,60
b) acima de **R$ 3.447,51** será cobrado **R$ 19,00** para cada acréscimo de **R$ 861,99** até o emolumento **máximo** de	R$ 4.474,70
c) sem valor declarado	R$ 193,60

NOTAS:
I) O preço do ato praticado será calculado de acordo com os valores determinados pelos parâmetros a seguir, prevalecendo o que for maior:
a) – preço ou valor econômico da transação ou do negócio jurídico declarado pelos interessados;
b) – valor tributário do imóvel, estabelecido no último lançamento efetuado pela Prefeitura Municipal, para efeito de cobrança de imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, ou o valor da avaliação do imóvel rural aceito pelo órgão federal competente, considerando o valor da terra nua, as acessões e as benfeitorias;
c) – base de cálculo utilizada para o recolhimento do imposto de transmissão "*inter vivos* " de bens imóveis (decisão prolatada pelo Corregedor-Geral da Justiça, nos autos de Pedido de Providências n. 719/2008-DOF, em face da ADIN n 3.887, julgada pelo Supremo Tribunal Federal).
II) Os atos lavrados fora do horário normal do expediente, por solicitação escrita do cliente, terão os respectivos preços acrescidos da metade.
III) Pela escritura declarada sem efeito, por culpa ou a pedido de qualquer das partes, será devido um quarto do preço, não podendo exceder o valor mínimo.

IV) Nas escrituras onde constar mais de um contrato de qualquer natureza, ainda que se refiram às mesmas partes, contar-se-á por inteiro o emolumento de cada ato, **podendo**, neste caso e na hipótese de permuta, **ultrapassar o valor máximo** estabelecido neste item.
V) O valor da escritura que contenha mais de um imóvel será cobrado da seguinte forma: pelo primeiro imóvel será cobrado o **emolumento integral;** e por imóvel que acrescer, será cobrado **um quarto (1/4) dos emolumentos.**

08 – FOTOCÓPIA autenticada de ato da serventia a seu cargo	R$ 10,40
09 - GUIA (para recolhimento de tributos)	R$ 34,10
10 – OFÍCIO (de qualquer natureza)	R$ 14,20
11 - PROCURAÇÃOE SUBSTABELECIMENTO (incluindo o primeiro traslado):	
a) com poderes *ad judicia* e outros	R$ 59,20
b) com poderes *ad negotia*	R$ 89,10
c) procurações em causa própria:	
I) com valor de **R$ 0,01** e até **R$ 3.447,51**	R$ 193,60
II) acima de **R$ 3.447,51** será cobrado **R$ 19,00** para cada acréscimo de **R$ 861,99** até o emolumento **máximo** de	R$ 4.474,70

NOTAS:
I) Pela procuração ou substabelecimento declarado sem efeito será devida a **metade** do emolumento.
II) Os atos que forem assinados fora das dependências do serviço notarial, por solicitação escrita do cliente, serão **acrescidos da metade do valor, além da condução**, que será fornecida pelo interessado.

12 - RECONHECIMENTODE FIRMA	R$ 6,80
13 – SERVIÇOSDE *FAC-SÍMILE*:	
a) pela primeira página	R$ 10,50
b) por página que acrescer	R$ 4,80
NOTA: No caso de comunicação internacional, os emolumentos serão **acrescidos de cinquenta por cento (50%).**	
14– TESTAMENTO:	
a) com valor de **R$ 0,01** e até **R$ 3.447,51**	R$ 193,60
b) acima de **R$ 3.447,51** será cobrado **R$ 19,00** para cada acréscimo de **R$ 861,99** até o emolumento máximo de	R$ 4.474,70
c**)** sem valor declarado	R$ 193,60

TABELA B	
ATOS DOS OFICIAIS DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS	
15 - AVERBAÇÃOE RETIFICAÇÃO: (de qualquer natureza, a margem do assento, inclusive fornecendo uma certidão)	R$ 32,10
NOTA: Quando o erro for atribuível ao serviço notarial, **nada será devido**, inclusive pelo fornecimento da certidão contendo a retificação	

16 - CASAMENTO:	
a) pela **habilitação** , desde o preparo de papéis até a lavratura e o fornecimento de uma certidão, excluídas as despesas de publicação pela imprensa	R$ 372,60
b) à serventia pela **diligência** para realização de casamento fora de suas dependências, excluídas as despesas de condução, que será fornecida pelo interessado, mais	R$ 372,60
c) ao Juiz de Paz, que se **deslocar** para fora da serventia para a celebração do casamento, inclusive fora do horário e do dia de expediente, excluídas as despesas de condução, que será fornecida pelo interessado, mais	R$ 372,60
d) pelo **registro e afixação** de edital de proclamas, recebido de outro cartório, bem como pelo registro e respectiva e certidão	R$ 42,60
e) pela **lavratura do assento de casamento** , à vista da certidão de habilitação expedida por outro cartório, assim como o fornecimento de uma certidão	R$ 42,60
NOTAS: I) Os Escrivães de Paz terão **direito à condução**, fornecida pelos interessados, para se deslocarem até a sede do Juízo, a fim de submeterem as habilitações do casamento à fiscalização do Ministério Público. II) Quando o casamento não for realizado na serventia, por impossibilidade de comparecimento de um dos nubentes, devidamente comprovada, a diligência será cobrada pela **metade do preço.** III) Caso a **condução não seja fornecida** pelo interessado, o valor corresponderá ao previsto na tabela de diligências dos oficiais de justiça da respectiva comarca.	
17 - CERTIDÃO:	
a) em breve relatório	R$ 10,40
b) verbo *ad verbum*, no todo ou em parte	R$ 14,20
c) segunda via da certidão de nascimento, casamento ou óbito	R$ 18,90
NOTA: Pela **informação verbal** , se o interessado dispensar a certidão, poderá o serventuário cobrar até a **metade** dos emolumentos previstos neste item.	
18 - REGISTRO OU INSCRIÇÃO: de emancipação, interdição, ausência, aquisição de nacionalidade brasileira, transcrição do registro de nascimento, casamento ou óbito ocorrido no estrangeiro, inclusive com o fornecimento de uma certidão	R$ 86,10

TABELA C	
ATOS DOS OFICIAIS DO REGISTRO DE IMÓVEIS	
19 - AVERBAÇÃO:	
a) **sem** valor declarado	R$ 14,20
b) **com** valor declarado:	
I) de **R$ 0,01** até **R$ 1.723,77**	R$ 74,40
II) acima de **R$ 1.723,77** será cobrado **R$ 19,00** a cada acréscimo de **R$ 861,99** até o emolumento máximo de	R$ 4.474,70
c) quando se tratar dos termos celebrado com o IBAMA	R$ 119,00
d) averbação para notificação de cartório, de qualquer **ato praticado na nova circunscrição** imobiliária	R$ 14,20
20 - AVERBAÇÃODE EDIFICAÇÃO(área em m²):	
a) até 70m ^{2}	R$ 148,60
b) acima de 70m ^{2} e até 100m ^{2}	R$ 223,40
c) acima de 100m ^{2} e até 150m ^{2}	R$ 372,60
d) acima de 150m ^{2} e até 200m ^{2}	R$ 596,30
e) acima de 200m ^{2} e até 250m ^{2}	R$ 753,30
f) acima de 250m ^{2} e até 300m ^{2}	R$ 1.043,70

g) acima de 301m ^{2}	R$ 1.342,30
21 - CANCELAMENTO DA AVERBAÇÃO DO REGISTRO DE CÉDULA:	R$ 14,20
NOTA: **Este ato não está sujeito a pagamento de custas ao Estado, nem ao recolhimento das contribuições referidas na tabela "F".**	
22 – CERTIDÃO verbo *ad verbum* ou em breve relatório:	
a) pela primeira folha	R$ 20,60
b) por página que acrescer, mais	R$ 4,70
23 – DÚVIDA(julgada procedente, pelas anotações nos livros)	R$ 125,20
24 – GUIA (para recolhimento de tributos)	R$ 34,10
25 - INCORPORAÇÃO E CONDOMINIO:	
a) inscrição de memorial de incorporação ou instituição de condomínio, calculado sobre o valor do terreno e custo global da obra **,** de acordo com o art. 32 da Lei n. 4591/64, com base no estatuído na norma NB-140/ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas:	
I) com valor de **R$ 0,01** até **R$ 68.952,52**	R$ 1.512,00
II) com valor de **R$ 68.952,53** até **R$ 103.428,67**	R$ 2.983,30
III) com valor de **R$ 103.428,68** até **R$ 137.904,92**	R$ 4.474,70
IV) com valor de **R$ 137.904,93** até **R$ 172.381,30**	R$ 5.966,70
V) acima de **R$ 172.381,30** será cobrado **R$ 19,00** a cada **R$ 861,99** que acrescer até o emolumento **máximo** de	R$ 44.752,00
b) registro de **convenção de condomínio** , qualquer que seja o número de unidades, incluindo o valor de averbações necessárias	R$ 1.938,90
26 – LOTEAMENTO:	
a) registro de loteamento ou desmembramento urbano ou rural, além das despesas de publicações pela imprensa, por lote ou gleba	R$ 34,00
b) intimação ou notificação, por pessoa, excluídas as despesas de publicação de editais ou condução:	
I) no perímetro urbano	R$ 20,60
II) no perímetro suburbano	R$ 32,30
III) no perímetro rural	R$ 44,20
c) pelo edital, além das despesas de publicação	R$ 34,10
NOTA: Os registros de contratos particulares de compromisso de venda e compra, oriundos de loteamentos "*inscritos* " nos termos do Decreto n. 58/37 e legislação posterior aplicável à espécie, sofrerão **descontos de 50%** (cinquenta por cento) sobre a Tabela C.	
27 – REGISTRO (inclusive as indicações reais e pessoais e fornecimento de certidão):	
a) de **R$ 0,01** até **R$ 1.723,77;**	R$ 74,40
b) acima de **R$ 1.723,77** será cobrado **R$ 19,00** a cada acréscimo de **R$ 861,99** até o limite máximo de	R$ 4.474,70
c) pela matrícula	R$ 73,20

d)* para **registro do Livro 3** de cédulas rurais, como: cédula rural pignoratícia, cédula rural hipotecária, cédula rural pignoratícia e hipotecária, nota de crédito rural, cédula de produto rural, bem como cédula de crédito comercial e industrial, independentemente do número de imóveis gravados:	
- de **R$ 0,01** a **R$ 1.723,77**	R$ 74,40
- acima de **R$ 1.723,77** será cobrado mais **R$ 19,00** a cada **R$ 1.723,77** que acrescer, até o limite máximo de	R$ 1.491,50
- para registro no **Livro 2**, será cobrada mais a quantia fixa por contrato ou cédula	R$ 74,40
- averbação por cancelamento, de extinção do ônus real (cédulas rurais)	R$ 14,20
- aditivos que não alteram a garantia (incluindo a certidão da averbação)	R$ 74,40
* Incluída letra "d" ao item 27 da Lei n. 7.550/01, por meio da Lei n. 7.731/02 (DOU de 31.10.02)	
NOTAS:	
I) O preço do ato praticado será calculado de acordo com os valores determinados pelos parâmetros a seguir, prevalecendo o que for maior: a) – preço ou valor econômico da transação ou do negócio jurídico declarado pelos interessados; b) – valor tributário do imóvel, estabelecido no último lançamento efetuado pela Prefeitura Municipal, para efeito de cobrança de imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, ou o valor da avaliação do imóvel rural aceito pelo órgão federal competente, considerando o valor da terra nua, as acessões e as benfeitorias; c) – base de cálculo utilizada para o recolhimento do imposto de transmissão "*inter vivos* " de bens imóveis (decisão prolatada pelo Corregedor-Geral da Justiça, nos autos de Pedido de Providências n. 719/2008-DOF, em face da ADIN n 3.887, julgada pelo Supremo Tribunal Federal).	
II) Os registros e averbações relativos às aquisições de casa própria, em que for parte cooperativa habitacional, serão considerados para efeito do emolumento, **um ato apenas**, não podendo exceder a sua cobrança o limite correspondente a	R$ 39,00
III) Os emolumentos e custas devidas pelos atos de aquisição de imóveis pelas cooperativas habitacionais e os de averbação de construção, estarão sujeitos as seguintes **limitações** :	
a) imóveis com até 60m ^{2} de área construída	R$ 9,50
b) superior a 60m ^{2} e até 70m ^{2} de área construída	R$ 14,20
c) superior a 70m ^{2} e até 80m ^{2} de área construída	R$ 19,40
IV) Pelo edital, além das despesas de publicação	R$ 27,50
28 - REGISTRO DE PACTO ANTENUPCIAL	R$ 110,10

TABELA D	
ATOS DOS OFICIAIS DE REGISTROS DE PROTESTOS DE TÍTULOS COMERCIAIS E DOCUMENTOS DE DÍVIDAS	
29 – APONTAMENTO E AVERBAÇÃO dos títulos e documentos de dívidas pagos no Tabelionato ou retirados **SEM PROTESTO:**	
a) de **R$ 0,01** até **R$ 86,16**	R$ 23,40
b) de **R$ 86,17** até **R$ 172,20**	R$ 29,10
c) de **R$ 172,21** até **R$ 258,46**	R$ 38,20
d) de **R$ 258,47** até **R$ 344,72**	R$ 44,40
e) de **R$ 344,73** até **R$ 430,78**	R$ 53,30
f) de **R$ 430,79** até **R$ 517,14**	R$ 65,30
g) de **R$ 517,15** até **R$ 603,20**	R$ 77,30
h) de **R$ 603,21** até **R$ 689,46**	R$ 89,10

i) de **R$ 689,47** até **R$ 861,99**	R$ 101,20
j) de **R$ 862,00** até **R$ 1.723,77**	R$ 137,00
k) de **R$ 1.723,78** até **R$ 3.447,51**	R$ 153,80
l) de **R$ 3.447,52** até **R$ 5.171,36**	R$ 172,60
m) de **R$ 5.171,37** até **R$ 6.895,13**	R$ 184,60
n) de **R$ 6.895,14** até **R$ 8.618,98**	R$ 196,80
o) de **R$ 8.618,99** acima	R$ 208,60
30 - CANCELAMENTO DE REGISTRO DE PROTESTO, independente do valor do título, ou documento de dívida, incluindo-se a extração de uma certidão do cancelamento efetuado	R$ 40,10
31 - CERTIDÃO POSITIVA OU NEGATIVA DE PROTESTO (incluída a busca)	R$ 38,20
a) por página adicional da certidão positiva	R$ 4,70
32 - PROTESTOS:	
a) de **R$ 0,01** até **R$ 86,16**	R$ 26,50
b) de **R$ 86,17** até **R$ 172,20**	R$ 44,40
c) de **R$ 172,21** até **R$ 258,46**	R$ 65,30
d) de **R$ 258,47** até **R$ 344,72**	R$ 77,30
e) de **R$ 344,73** até **R$ 430,78**	R$ 98,00
f) de **R$ 430,79** até **R$ 517,14**	R$ 116,10
g) de **R$ 517,15** até **R$ 603,20**	R$ 133,80
h) de **R$ 603,21** até **R$ 689,46**	R$ 151,60
i) de **R$ 689,47** até **R$ 861,99**	R$ 169,80
j) de **R$ 862,00** até **R$ 1.723,77**	R$ 220,50
k) de **R$ 1.723,78** até **R$ 3.447,51**	R$ 265,30
l) de **R$ 3.447,52** até **R$ 5.171,36**	R$ 295,10
m) de **R$ 5.171,37** até **R$ 6.895,13**	R$ 309,90
n) de **R$ 6.895,14** até **R$ 8.618,98**	R$ 339,90
o) de **R$ 8618,99** acima	R$ 369,50
NOTAS: I) Ficam excluídas desta tabela as **despesas** de condução e de publicação de edital - que serão custeadas pelo interessado. II) Os títulos ou documentos de dívidas com valor de até **R$ 172,20** (cento e sessenta e seis reais e oitenta e três centavos), não estão sujeitos ao depósito prévio de custas pelo apresentante e, em caso de protesto, as custas serão pagas quando do seu cancelamento, independentemente dos emolumentos do cancelamento .	

Obs.: Os valores de emolumentos e de qualquer outra despesa serão pagos pelos interessados no ato elusivo do protesto ou, quando protestado o título ou o documento de dívida, no ato do pedido de cancelamento do respectivo registro ou no da sustação judicial, que serão cobrados do sucumbente quando tomada em caráter definitivo. O ato de digitalização e a gravação eletrônica dos títulos ou documentos de dívidas serão cobrados no mesmo valor daquele devido pelos emolumentos para o ato de microfilmagem. (**Provimento n. 08/2018-CGJ, de 05.03.2018, publicado no DJE em 13.03.2018**). As regras deste Provimento serão aplicadas ao título ou documento de dívida cujo vencimento ocorrer após a publicação do ato.

TABELA E	
ATOS DOS OFICIAIS DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DO REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS	
33 – AUTENTICAÇÃO DE MICRO-FILME (por rolo)	R$ 10,40
NOTA: No caso de autenticação de cópia do documento, extraída do microfilme, será cobrado o **valor da fotocópia** , por folha.	
34 – AVERBAÇÃO DE CONTRATO, TÍTULO, DOCUMENTO OU PAPEL COM VALOR	
DECLARADO (incluída uma certidão):	
a) de **R$ 0,01** até **R$ 1.723,77**	R$ 74,40
b) acima de **R$ 1.723,77** será cobrado mais **R$ 19,00** a cada **R$ 861,99** até o limite máximo de	R$ 4.474,70
35 - AVERBAÇÃO DE CONTRATO, TÍTULO, DOCUMENTO OU PAPEL SEM VALOR DECLARADO (incluída uma certidão)	R$ 29,10
36 - CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO	
a) de pessoa jurídica com fins econômicos:	
I) de **R$ 0,01** até **R$ 1.723,77**	R$ 37,10
II) acima de **R$ 1.723,77** será cobrado mais **R$ 10,14** a cada **R$ 861,99** que acrescer até o limite máximo de	R$ 2.237,20
b) outros cancelamentos	R$ 29,10
37 - CERTIDÃO:	
a) pela primeira folha	R$ 44,40
b) por página que acrescer	R$ 6,80
38*- INSCRIÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DE FINS CIENTÍFICOS, CULTURAIS, BENEFICENTES E RELIGIOSOS E AVERBAÇÃO DE CONTRATO, TÍTULO, DOCUMENTO OU PAPEL COM VALOR DECLARADO (incluídos todos os atos de processo, registro, inclusive de atas anuais de assembleias gerais ordinárias e/ou extraordinárias, e arquivamentos):	
a) até dez (10) folhas apresentadas pelo interessado	R$ 74,40
b) por página que acrescer	R$ 4,40
* Item 38 da Lei n. 7.550/01 alterado pela Lei n. 7.802/02	
39 - INSCRIÇÃO DE PESSOA JURÍDICA COM FINS ECONÔMICOS (incluídos todos os atos de processo, registro e arquivamento) sobre o valor declarado:	
a) de **R$ 0,01** até **R$ 1.723,77**	R$ 74,40
b) acima de **R$ 1.723,77** será cobrado mais **R$ 19,00** a cada **R$ 861,99** que acrescer até o limite máximo de	R$ 4.474,70
40 - MATRÍCULA DE OFICINA, IMPRESSORA, JORNAL e outros periódicos	R$ 74,40
41 – MICROFILMAGEM DE DOCUMENTO, POR FOTOGRAMA	R$ 1,90
42 – NOTIFICAÇÃO pela primeira página (incluída uma certidão) **:**	
a) no perímetro urbano	R$ 29,10

b) no perímetro rural	R$ 59,20
c) por página que acrescer	R$ 4,30
NOTA: EXCLUEM-SE desses valores as **despesas** de: I) POSTAGEM(no caso de "*aviso de recebimento em mãos próprias – ARMP*" cuja tarifa é estabelecida pela ECT);	
II) CONDUÇÃO(que será fornecida pela parte no caso de ser pessoal); ou III) PUBLICAÇÃO (no caso de ser por edital); e IV) de REGISTRO (itens 43, 44, 45 ou 46 desta tabela "E", que fica a critério da parte).	
43 – REGISTRO DE CHANCELAMECÂNICA	
a) com valor de **R$ 0,01** e até **R$ 3.447,51**	R$ 193,60
b) com valor acima de **R$ 3.447,51** será cobrado **R$ 19,00** para cada acréscimo de **R$ 861,99** até o emolumento máximo de	R$ 4.474,70
c) sem valor declarado	R$ 193,60
d) registro em livro próprio:	
I) até uma página	R$ 74,40
II) por página que acrescer	R$ 4,40
44 - REGISTRO INTEGRAL DE CONTRATO, TÍTULO, DOCUMENTO OU PAPEL <u>COM</u> VALORDECLARADO incluindo o fornecimento de uma certidão, sobre o valor do contrato:	
a) de **R$ 0,01** até **R$ 1.723,77**	R$ 74,40
b) acima de **R$ 1.723,77** será cobrado mais **R$ 19,00** a cada **R$ 861,99** que acrescer até o limite máximo de	R$ 4.474,70
c)* para registro de contratos de compra e venda de equipamentos, máquinas e implementos agrícolas com cláusula de alienação fiduciária ou pacto de reserva de domínio:	R$ 74,40
- de **R$ 0,01** até **R$ 1.723,77**	
- acima de **R$ 1.723,77** será cobrado mais **R$ 19,00** a cada **R$ 1.723,77** que acrescer, até o limite máximo de	R$ 1.491,50
* incluída letra "c" ao item 44 por meio da Lei n. 7.731/02	
NOTA: Não sendo o valor do contrato expresso em reais, serão devidos os emolumentos calculados mediante **conversão** da quantidade da mercadoria expressa no documento, conforme cotação da Bolsa de Mercadorias de Futuro e realizado o cálculo conforme consta desta tabela	
45 - REGISTRO INTEGRAL DE TÍTULO, DOCUMENTO OU PAPEL <u>SEM</u> VALOR DECLARADO:	
a) até uma página	R$ 74,40
b) por página que acrescer	R$ 4,30

46 - REGISTRO RESUMIDO (por ato):	R$ 74,40
a) até uma página	
b) por página que acrescer	R$ 4,40

TABELA F
(Suspensa por decisão do Conselho Nacional de Justiça no Pedido Providências n 200910000001038
(Provimento n. 34/2009-CGJ)

47 - À ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO (AMMP):	
Por quaisquer atos registrados ou lançados em livros notariais e de registro, excluídos os atos do Registro Civil (Lei n. 4.348/81)	R$ 1,20
48- À ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MAGISTRADOS (AMAM):	
Por quaisquer atos registrados ou lançados em livros notariais e de registros, excluídos os atos do Registro Civil (Lei n. 3.605/74)	R$ 1,20
49 - À ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DE MATO GROSSO (OAB/MT):	R$ 1,20
Por quaisquer atos registrados ou lançados em livros notariais e de registro, excluídos os atos do Registro Civil (Lei n. 5607/90)	
50 - À ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DO ESTADO DE MATO GROSSO (APROMAT);	R$ 1,20
Por quaisquer atos registrados ou lançados em livros notariais e de registro, excluídos os atos do Registro Civil (Lei n. 8.943/08)	
51- À ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS DEFENSORES PÚBLICOS (AMDEP);	R$ 1,20
Por quaisquer atos registrados ou lançados em livros notariais e de registro, excluídos os atos do Registro Civil (Lei n. 8.943/08)	

NOTAS:
Não haverá incidência desta Tabela:
a) nos casos de custas fixadas por Lei federal;
b) nos atos de registro civil;
c) quando ocorrer isenção do pagamento de custas por força de Lei;
d) quando no ato levado a registro, já houver ocorrido a incidência.